D. ANTÓNIO BARROSO

MISSIONÁRIO
CIENTISTA
MISSIÓLOGO

SELECÇÃO INTRODUÇÃO E NOTAS

POR

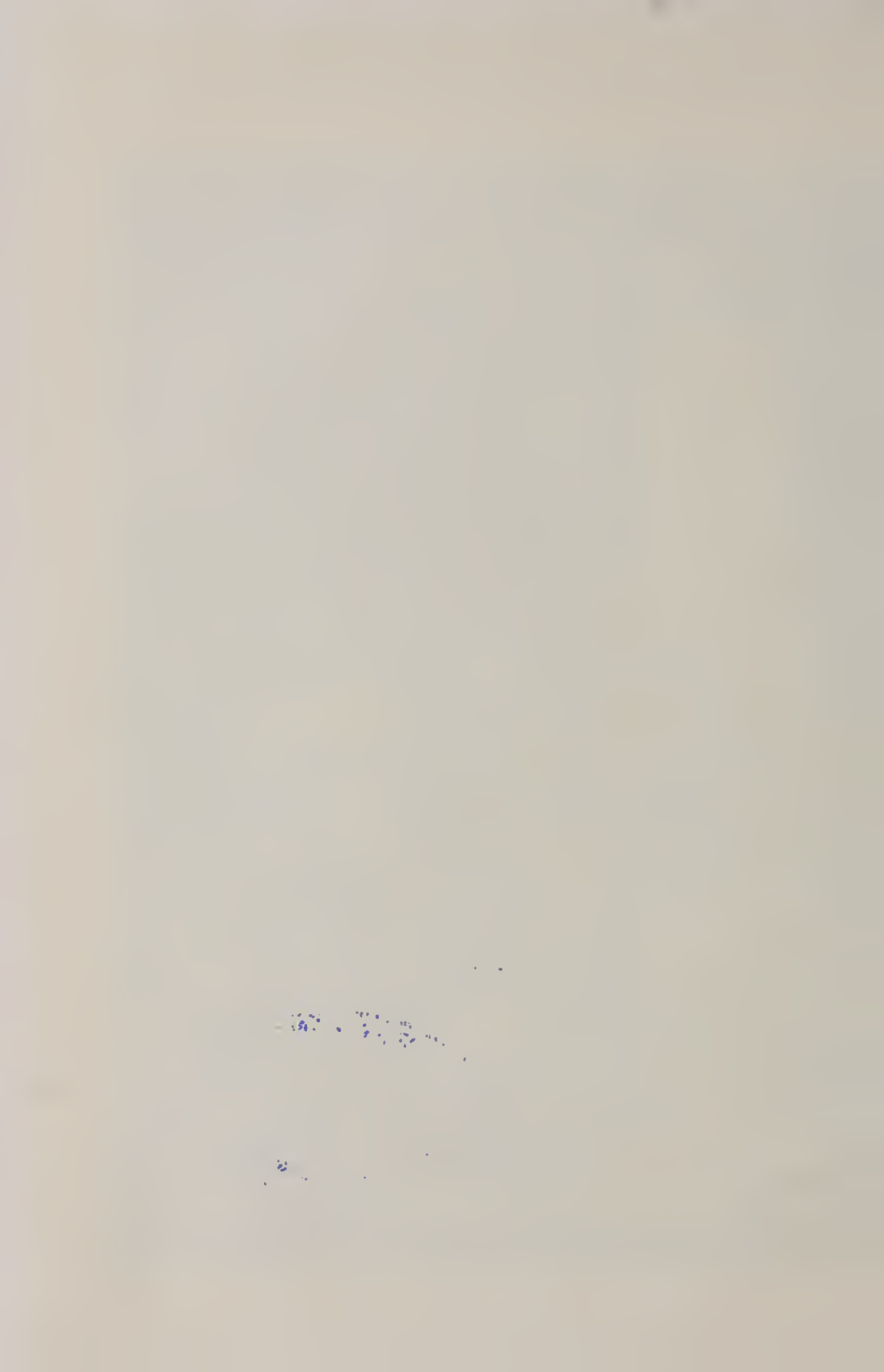
ANTÓNIO BRÁSIO

C. S. Sp.

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

LISBOA / MCMLXI

D. ANTÓNIO BARROSO

D. António Barroso na Exposição Colonial do Porto (1934)

D. ANTÓNIO BARROSO

MISSIONÁRIO
CIENTISTA
MISSIÓLOGO

SELECÇÃO INTRODUÇÃO E NOTAS

POR

ANTÓNIO BRÁSIO
C. S. Sp.

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

LISBOA / MCMLXI

PREFÁCIO

Habent sua fata libelli
Carmen Heroicum, v. 78.

Poucas vezes como no presente caso terá razão de ser o aforismo do obscuro poeta e gramático latino Terenciano Mauro. Efectivamente este livro deveria ter sido publicado há cinco ou seis anos, na sequência e consequência do centenário do nascimento de D. António Barroso, celebrado solenemente em Barcelos, no mês de Novembro de 1954.

Em conferência que proferimos numa das sessões do congresso então realizado na mesma cidade, exactamente no dia 6 do referido mês, emitimos, entre outros, o seguinte voto:

«Que sejam editados, convenientemente anotados, os trabalhos literários de D. António Barroso, quer como missionário do Congo, quer como prelado de Moçambique, tendo em conta o excepcional valor informativo e doutrinário que os distingue».

Sofridas e batidas não poucas contrariedades, vê agora a luz do dia e realiza-se plenamente, o voto feito em Barcelos em 1954. Que D. António Barroso tenha tido muita paciência, lá do céu onde decerto está, são os nossos ardentes votos.

Os relatórios e outros escritos saídos da pena, da inteligência e do coração ardentemente português e cristão do grande missionário e mestre de missionários, bem como a alta mole de outros documentos, que igualmente brotaram da mesma fonte ou que lhe dizem respeito, bem mereciam passar para a luz da ribalta, pois inéditos uns, raros outros e muitos pràticamente

inacessíveis aos estudiosos, formam o mais notável acervo de informações fidedignas e de estudos missiológicos escritos em Portugal no século XIX e até hoje publicado. E quando somos tão pobres em estudos desta natureza, era bem de ver que se impunha, apesar de todos os obstáculos, a sua publicação.

O livro aí vai pois correr mundo e o seu fadário. A Comissão Executiva do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, *felicíssima iniciativa e fundação do Ministro do Ultramar, sr. contra-almirante M. Sarmento Rodrigues, deliberou e quis que ele fosse publicado a expensas suas e sob a sua égide. É para o autor uma honra e mais um insigne serviço que o Centro presta à acção portuguesa e missionária no Ultramar de Portugal, particularmente em Angola e em Moçambique. Bem haja!*

Aos agradecimentos prestados à Comissão Executiva do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, *queremos associar todos os amigos que connosco quiseram devotadamente colaborar, nomeadamente o Arquivo Histórico Ultramarino, pelas facilidades concedidas à microfilmagem dos documentos, e o sr. Dom Manuel Nunes Gabriel, hoje Bispo de Malange, pela cópia de vários documentos que nos enviou do Arquivo do Arcebispado de Luanda.*

São nossas as anotações apostas aos relatórios e documentos, exceptuando uma ou outra da pena de D. António Barroso e quase todas as que os Arquivos de Angola *fizeram à publicação dos documentos que dessa excelente publicação do Museu de Angola nos permitimos transcrever.*

De outros escritos, perdidos pelos jornais e revistas do tempo, decerto poderíamos ter feito mais vasta colheita. Tra-

ta-se, porém, de artigos de propaganda, que julgamos não trazerem matéria doutrinária ou elementos novos, e que viriam avolumar escusadamente esta obra. Por isso desistimos da sua encorporação.

Não é este livro, salta à vista, uma biografia ou estudo exaustivo da personalidade apostólica de D. António Barroso. Mas estão aqui os elementos sem os quais nem essa biografia nem tal estudo poderão jamais ser escritos. Ter contribuído eficazmente para a execução de tal desiderato é prémio que satisfaz o nosso esforço e sacrifício, e que plenamente justifica este trabalho.

Nem todos os estudos e documentos aqui publicados puderam ser revistos por nós sobre os originais, pelo que nem a todos se estende a nossa responsabilidade quanto à exacção da transcrição. A terminologia científica foi revista e correcta na medida do possível, pois não tendo à mão os textos originais, tivemos que recorrer a estudos da especialidade, nem sempre completos.

Outros a quem esta empresa tivesse sido confiada poderiam certamente ter feito melhor; o que não cremos é que seja possível tê-la efectivado com maior entusiasmo e devoção pela memória e prestígio do grande Bispo e Missionário português.

Lisboa, 13 de Junho de 1961.

ANTÓNIO BRÁSIO
C. S. Sp.

INTRODUÇÃO

O MISSIONÁRIO

D. António Barbosa Leão, que na cátedra prelatícia do Porto sucedeu ao Bispo-Missionário, convidado a traçar duas regras sobre o seu antecessor, redigiu estas singelas palavras, que fazemos inteiramente nossas, depois de havermos lido e comentado os seus escritos mais relevantes e a documentação enorme que lhe diz respeito: «Do Senhor D. António Barroso não é fácil falar ou escrever. Era tão extraordinàriamente grande a sua personalidade, eram tão notáveis as suas qualidades, foram tão variados e tão fecundos os seus trabalhos, que não se atina com o que se há-de proferir. Algumas impressões apenas» (1).

Pois algumas impressões apenas...

As credenciais de evangelizador e embaixador de Cristo só a Igreja, a quem Ele deixou a missão de salvar o Mundo, as pode legìtimamente dar, o que equivale a dizer que só os missionários por ela mandatados podem legìtimamente fazer cristandade. É esta, aliás, a antiga, a actual, a boa tradição lusitana: o Estado não mandata missionários, não lhes marca diligências religiosas, políticas ou económicas. Mas pode protegê-los com a sua bandeira, pode auxiliá-los com a sua generosidade, pode aproveitar-lhes o «acréscimo» do seu apostolado, no que ele tem de mais fecundo no aspecto social e humano da instrução, educação, integração e aculturação dos povos da sua soberania.

---

(1) In *Esboço Biográfico de D. António Barroso,* pelo Padre Sebastião de Oliveira Braz, Porto, 1921. Prefácio.

Assim se encarou de sempre a vida de relações entre o Estado português e as Missões Católicas no mundo lusíada. E nunca houve motivos válidos para arrependimentos desta simpática e colaborante convivência, quer por parte da Igreja missionária quer por parte do Estado colonizador.

Quando o Padre António Barroso, minhoto de pura gema, aluno brilhante do antigo e benemérito Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim, lançou o pé no barco que em 5 de Agosto de 1880 o levou de Lisboa para Luanda, não era decerto brilhante a situação política da África e particularmente do Congo, e quiçá menos lisonjeira ainda a panorâmica religiosa. Com o Padre Barroso desembarcava o novo prelado da Diocese, o franciscano D. José Sebastião Neto.

Esta dupla situação de facto *constitui a ambiência social em que irá movimentar-se e operar a acção missionária do jovem apóstolo, exuberante de zelo e de energias. Deste condicionalismo que encontrou criado e ao qual teve de adaptar-se, de pensamento e de acção, resulta em larga medida a apreciação que se possa fazer ao seu comportamento apostólico e aos seus frutos concretos.*

Relanceemos, de soslaio, os nossos olhos para a realidade pavorosa dos vinte e cinco anos que antecederam o desembarque de Barroso em Luanda e façamos o ponto.

Razão sobejava a D. José Neto, ao agradecer ao ministro da Marinha e Ultramar a sua nomeação para Bispo de Angola e Congo, em 15 de Julho de 1879: «Desde já conto com o apoio de Sua Majestade Fidelíssima e de V. Ex.ª para tudo o de que haja necessidade naquela infeliz e malfadada Diocese, de todo desamparada» (2).

A síntese é perfeita. Mas o Congo, em fermentação política aliás, era a região possìvelmente votada ao maior desamparo. O clero recusava-se a ir missionar aquela parte da Província. Em ofício confidencial de 10 de Janeiro de 1867, o Governador-Geral dizia ao ministro da Marinha estas verdades amargas: «Todos os esforços que aquele funcionário [o Governador do

---

(2) Arquivo Histórico Ultramarino — Angola, Pasta de 1879.

Bispado] há feito para conseguir achar um padre para aquele mister, têm sido inteiramente baldados. Todos se negam a marchar para o Congo — uns pretextando moléstias, outros avançada idade e finalmente outros declarando sem pejo que não vão para ali, qualquer que seja o procedimento de que para com eles se use! De modo que, como não posso mandá-los escoltados para o Congo, única maneira de conseguir a colocação de um dos eclesiásticos que se acham nesta província naquela localidade, mal sei como prover de remédio a esta necessidade». E o mesmo Governador, que temia a «invasão» da Província pelos Missionários do Espírito Santo, «pelo norte e pelo sul», presta-lhes esta magnífica homenagem:

«É esta uma tristíssima verdade, que muito custa a dizer, mormente atentando-se na completa abnegação e zelo religioso com que os missionários franceses [da Congregação do Espírito Santo], voluntàriamente pretendem e se esforçam por irem funcionar nos mais isolados e insalubres pontos de África» [3].

O abandono missionário do Congo, apesar das tentativas das autoridades civis e eclesiásticas de porem todo o seu empenho em dar-lhe remédio eficaz, parecia insolúvel. O clero secular não se sentia com alma nem ideal que enfrentassem as dificuldades da vida ultramarina. O Estado, com o orçamento emperrado, não tinha mãos largas que levasse o clero metropolitano a lançar-se na aventura evangélica, sem garantias presentes nem futuras. As Ordens religiosas ensalitradas desde 1820, suprimidas em 1834 por golpe legal, ainda não tinham ambiência, nem força nem viço, para retomarem novamente o rumo da África e do Congo.

Em 1868 o mesmo Governador-Geral escrevia ao Governo: «O Congo continua sem missionários, porque não há forças humanas que possam conseguir levar ali um dos que estão na província».

O desânimo parece ter-se mesmo apoderado das autoridades responsáveis. O Governador António Cardoso escrevia ao ministro, em 19 de Janeiro de 1868: «O Congo não tem a mais

---

(3) Arquivo Histórico Ultramarino — Angola, Pasta 37.

leve importância, quer política quer económica: e convenço-me de que nunca lograremos resultado algum bom de semelhante ocupação. Convém, contudo, que V. Ex.ª envie instruções precisas para que eu, ou o meu sucessor, possa tomar as medidas convenientes, quando se dê o caso, tão provável, do próximo falecimento do actual rei do Congo. [...] O actual rei do Congo é não só imbecil e soberanamente inepto, mas não tem autoridade alguma sobre o diminuto número de seus vassalos. Sustenta-se ali com o apoio do destacamento que ali temos, composto de 90 praças, e desde o momento em que a força retire o rei será morto irremediàvelmente; tal é a aversão que lhe tem não só o seu povo, mas principalmente os potentados vizinhos. É pois, como digo, uma despesa inteiramente perdida a que estamos ali fazendo com a força e um chefe, sem que tiremos, nem jamais tiraremos a menor compensação» (4).

António Leite Mendes, chefe do concelho do Ambriz, em carta de 29 de Novembro de 1868, ao Governador-Geral, abona nas impressões do chefe da Província. Talvez valha a pena dar-lhe a palavra por uns momentos, para que se avalie da situação política do Congo nesta época:

«O chamado reino do Congo está limitado a uma pequeníssima área de terreno contíguo à fortaleza, com noventa a cem cubatas, e trezentos a quatrocentos habitantes sòmente. O actual rei do Congo, marquês de Catenda, é alto e excessivamente gordo; dotado de péssima índole é vingativo, muito orgulhoso e desmarcadamente ambicioso. A limitada população da banza, compõe-se, ainda assim, em grande parte, de gente que tendo cometido crimes noutros sòvados, pelo que, segundo os costumes daquele gentio, tinham de padecer severo castigo, vão buscar refúgio na sanzala do rei, e este não os entrega, contra todos os princípios observados por aqueles povos, por se julgar forte com o apoio da força militar ali destacada. E ainda por esta circunstância — por estar ao abrigo da força militar — comete a miúdo, para saciar a sua ambição, largas extorsões e vexames, e isto não só o torna antipático e odioso,

---

(4) Arquivo Histórico Ultramarino — Angola, Pasta 38.

mas ainda tem feito alienar as simpatias ao nosso mando e autoridade ali, por estarmos, por assim dizer, a proteger um salteador». E ainda:

«O actual rei do Congo não tem a mais leve autoridade sobre estes potentados (que enumera) e cada um se considera independente. Bastante avançado em idade já, e excessivamente gordo, o actual rei do Congo promete curta existência. [...] Se nós quisermos intervir na luta [dinástica] e protegermos algum dos pretendentes, será este provàvelmente o vencedor, mas teremos de reforçar aquele ponto com forças mais consideráveis». O administrador advoga em seguida a ocupação efectiva da costa e o abandono do interior, por não lhe merecer ocupação política e comercial (5).

Para aqueles que estão iscados do vírus anticolonialista e da fúria das autodeterminações, a situação deve apresentar-se excelente... O desinteresse material do Governador do Congo parece contrastar com a incompetência absoluta do «rei» para o governar, sustentado na cadeira do seu poder fictício apenas pelo respeito infundido pela força militar portuguesa...

Em Dezembro de 1870 o Vigário-Geral e Governador do Bispado, José Aires da Silveira Mascarenhas, enviava ao Ministro o mapa das freguesias e do clero da Diocese, afirmando que «o estado actual das coisas é verdadeiramente inconveniente para o bom serviço da Igreja e do Estado». Dois dos treze sacerdotes eram degradados... O Vigário-Geral atribuía a crise, em boa medida, ao facto de se haver fechado o Seminário. Vale a pena ouvir a autoridade eclesiástica acerca deste importante problema:

«É antigo argumento o dizer-se que os filhos do país se não prestam a seguir o estado eclesiástico; mas enquanto a isso, cumpre-me informar a V. Ex.ª que o próprio Escrivão da Câmara Eclesiástica, homem de quarenta anos, além de muitos jovens, dos quais alguns já tinham principiado de cursar as aulas, desejam ordenar-se; e, mais importante, um sobrinho

---

(5) Arquivo Histórico Ultramarino — Angola, Pasta 38.

do Rei do Congo, D. Manuel de Água Rosada, que esteve no Seminário, sou informado que deseja ordenar-se; e, já pela família a que pertence, já porque o Governo de Sua Majestade ainda para ali não conseguiu missionário competente, seria de vantagem que me parece merecer examinar-se pelas suas importantíssimas consequências». Propunha a remodelação do Seminário e terminava:

«Ao presente é indispensável que o Governo de Sua Majestade mande para aqui sacerdotes, de que precisa o bom serviço da Igreja e do Estado. Sem eles é impossível ocorrer às necessidades religiosas, calar o clamor dos povos e satisfazer às justíssimas requisições de S. Ex.ª o Sr. Governador-Geral». Em 23 de Dezembro de 1870, segundo o mapa do Vigário-Geral, havia no Bispado treze sacerdotes e de trinta e uma freguesias estavam vagas dezoito (6). *No Congo apenas o* concelho *do Ambriz estava provido no Padre José Maria de Morais Gavião.*

Seria fastidioso e desolador seguir aqui de perto a documentação reveladora do estado de abandono crónico a que estava votada a evangelização de Angola e nomeadamente o antigo «reino» do Congo...

*

A negligência portuguesa pelos problemas africanos nas três quartas partes do século XIX parece-nos hoje pavorosa. Se é verdade que as tribulações nacionais das invasões francesas, da fuga da Família Real para o Brasil e sua emancipação política, das guerrilhas civis entre Pedristas e Miguelistas, tinham paralizado a própria vida metropolitana, certo é também que, independentemente destes factores, nos sobejava já o tempo para fortificar e ocupar de facto *a herança nacional africana, que a incúria e o desleixo do Terreiro do Paço deixavam ao maior abandono e à cobiça estranha.*

Entretanto as viagens de exploração do continente negro, conduzidas por Livingstone, Stanley, Owen, Brazza, Schweinfurth e outros, tinham despertado o interesse até ali adorme-

---

(6) Arquivo Histórico Ultramarino — Angola, Pasta de 1871-72.

cido das grandes potências, criado ambições, revelado possibilidades insuspeitadas, evidenciado o valor económico e político de territórios imensos.

Savorgnan de Brazza, natural de Castelgandolfo, naturalizado francês em 1874, tomava posse em nome da França, do futuro Congo Francês, concluía um tratado com Makoko, «rei» dos Batekés e declarava que nação nenhuma podia arrogar-se direitos desde Luanda até à Ponta Francesa, na margem direita do Congo, sustentando mesmo que Portugal abandonara os seus direitos havia 150 anos e que nunca ocupara efectivamente aquela costa.

Por sua vez H. Stanley, inglês ao serviço da América, era o artífice, de mãos dadas com Leopoldo II dos belgas, do Estado Independente do Congo. A Inglaterra, intimamente mancomunada com a França, em constante mutação ao sabor das brisas políticas e dos interesses materiais do momento, deixava-nos sós, para não fugir à tradição. Os missionários protestantes ingleses de S. Salvador do Congo, secundando a propaganda desbuçada do cônsul inglês em Luanda — que percorria o Zaire na mais activa, desleal e enérgica campanha contra Portugal — procuravam intrigar o rei do Congo, segredando-lhe que era chegado, agora, o momento do recurso contra a escravização do seu país por Portugal, que consistia em pedir, por seu intermédio, a protecção de sua Majestade Britânica.

As chancelarias e a diplomacia portuguesas não estavam certamente inactivas. De facto, apesar do intenso fogo de barragem que de toda a parte contra nós assestava os seus canhões, vinha a assinar-se, em 26 de Fevereiro de 1884, e em Londres, o famoso tratado do Zaire, no qual a Inglaterra reconhecia a soberania portuguesa ao norte do Ambriz (7).

Mas nada e ninguém se opôs à Conferência de Berlim, proposta por Bismarck, em 15 de Novembro do mesmo ano, para estabelecer a perfeita liberdade de comércio e de bandeira.

---

(7) Cfr. Marquês do Lavradio — *Portugal em Africa depois de 1851*, Lisboa, 1936. — José Gonçalo Santa-Rita — *A Africa nas Relações Internacionais depois de 1870*, Lisboa, 1959.

«Todas as potências que exerçam direitos de soberania ou influência sobre esses territórios — programava o chanceler alemão — contraem a obrigação de concorrer para a supressão da escravatura e principalmente do tráfico dos negros, de favorecer e ajudar os trabalhos das missões e todas as instituições que tenham por objectivo instruir os indígenas e fazer-lhes compreender e apreciar os benefícios da civilização».

Estava traçado novo rumo ao futuro da África...

Já neste panorama e clima políticos foi organizada a missão confiada à direcção esclarecida, zelosa e enérgica do Padre António José de Sousa Barroso. Já não era sem tempo... Pollticamente falando — preocupação fundamental do governo — não evitou a concretização da nova fórmula de direito colonial internacional que andava nos ares, a ocupação de facto, *em oposição aos nossos argumentos do direito de descobrimento, de conquista, de sujeição de chefes indígenas e da jurisdição eclesiástica, até aqui válidos e de que sempre nos servíramos. Neste aspecto, a missão do Padre Barroso constituiu um falhanço estrondoso, não por culpa própria, evidentemente, mas pela tardia resolução de quem superiormente a organizou.*

*

No pensamento expresso do governo a missão do Padre António Barroso tinha finalidade dupla: finalidade política e também, decerto em segundo lugar numa escala de valores, finalidade religiosa. E se nos foi necessário, em breves pinceladas, debuxar o panorama político do Congo quando da partida da missão, necessário se nos afigura por igual, delinear a traços largos o panorama religioso do antigo e lendário reino cristão. Deixemos falar o Padre António Barroso. São do seu Relatório de 15 de Janeiro de 1881, enviado ao Prelado da diocese, estas expressivas palavras:

«Este reino que noutro tempo teve em seu seio uma Sede episcopal e comunidades religiosas, há muito que não tinha nem sequer um Padre com residência permanente, pois algum que de longc em longe ali era enviado, apenas com muito custo e trabalho podia baptizar as pessoas que se lhe apresentavam,

sem que para isso fossem prèviamente preparadas: o que deu em resultado a paganização destes povos; de maneira que se os baptizados se podem actualmente contar aos milhares, os verdadeiros cristãos nem ainda por unidades».

«Todos os povos, com quem tivemos ocasião de tratar em todo o trajecto da nossa viagem, são pagãos e a julgar pelo grande número de manipanços de horrível catadura, pontas feitas de barro, cabeças, pernas, penas de aves e mil outras coisas que penduram nas testadas das suas cubatas, são fetichistas; nada de positivo pude obter a tal respeito, pois não tive o tempo preciso para estudar os seus costumes».

Está clara a situação: política e religiosamente, em 1881 o Congo continuava votado ao abandono e fora exactamente a crítica situação da soberania nacional que abalara a consciência dos homens públicos e decidira, em última instância, acudir-se ao Congo. De longa data trabalhavam os missionários do Espírito Santo, desde 1866, por levar-lhe o remédio eficaz que só 25 anos mais tarde haviam de tentar dar-lhe...

Foi, portanto, insinuado pelo Governo ao Bispo de Angola, D. José Sebastião Neto, que «se organizasse e partisse para o Congo uma missão religioso-política (é do Padre Barroso a definição), que restaurasse a nossa influência combalida pelas intrigas de estrangeiros, pouco escrupulosos e sobretudo pouco reconhecidos». O governador de Angola, conselheiro Eleutério Dantas, carácter nobre, alma de boa têmpera, «conhecia do sertão tanto como o sr. bispo, como eu, como os meus companheiros. Daqui, uma péssima organização da expedição» — comenta o Padre Barroso.

A canhoneira «Bengo», surta no porto de Luanda, zarpava finalmente sob o comando do capitão Barreto Mena, em direcção do Zaire, levando a bordo os padres Sebastião José Pereira, Joaquim Folga e António de Sousa Barroso. Era o dia 20 de Janeiro de 1881. O destino final era S. Salvador do Congo, que dir-se-ia, quanto ao tempo, distava de nós pelo menos dois alentados séculos, pois em Luanda falava-se de S. Salvador como do misterioso Muata-Cazembe, nota sarcàsticamente o Superior da Missão.

A missão do Padre Barroso estava claramente definida no documento que lhe entregara confidencialmente, em Luanda, o governador Dantas, com data de 19 de Janeiro (8).

Munido desta formal credencial, subiu o Padre Barroso lentamente rumo ao Zaire, levando consigo dois carpinteiros «adidos» à missão, um europeu e outro indígena, e como material dois quilos de pregaria! Dois pedreiros indígenas, sem ferramentas, completavam o pessoal da expedição! Em 23 de Janeiro a «Bengo» ferrava em Nóqui, na margem esquerda do Zaire. Dali para S. Salvador a odisseia de 150 quilómetros.

«Sabendo que em Boma — onde chegaram às cinco horas da tarde de 22 — estavam dois missionários franceses, pertencentes à florescente Missão de Lândana, fomos visitá-los, sendo acompanhados pelo ilustre Comandante da «Bengo». Disseram-nos, entre outras coisas, que na escola que ali estabeleceram, contavam apenas vinte e um alunos, na máxima parte mandados pelos europeus, residentes naquela localidade, pois os indígenas poucos enviavam. Que na ocasião em que organizaram aquela Missão, há perto de um ano, os pretos vieram trazer-lhes os seus objectos de comércio, e respondendo-lhes os padres que não tinham vindo para comerciar, mas ùnicamente para salvar as almas deles, disseram que não podia ser, porque os brancos só ali iam para se entregarem ao negócio» (9).

Finalmente, em 13 de Fevereiro de 1881 entrava a Missão em S. Salvador. Demos a palavra ao capitão Mena, que assim dá conta da recepção, no seu Relatório ao Governador-Geral:

«No dia treze de manhã acampámos em um ponto do caminho, já próximo da cidade de São Salvador, e depois da indispensável demora neste ponto e de ter expedido um portador participando ao Rei do Congo a chegada dos missionários, fizemos a nossa entrada pelas onze horas e meia da manhã. Foram os missionários recebidos pelo Rei na casa da sua residência, adornada esta com profusão de estofos e veludos; assistia a esta recepção grande quantidade de povo, sentado no chão, em círculo, em um largo que antecede a casa.

---

(8) Cfr. documento n.º 7, págs. 352-353.

(9) Cfr. Relatório, pág. 3.

O Rei trajando as suas provàvelmente mais ricas galas e empunhando um cetro e uma imagem de Santo Cristo, achava-se rodeado pela sua Corte, na sua frente várias cadeiras cobertas também de veludos, nos esperavam.

Recebidos que fomos com as formalidades do estilo, efectuou-se a entrega da carta do Rei de Portugal; após isto e por meio de um intérprete, signifiquei ao Rei quanto era do agrado de Sua Majestade o Rei de Portugal, o manter sempre as relações de amizade com aquele, concorrendo sempre por todos os meios para a prosperidade e engrandecimento do reino do Congo», etc. Respondeu que «tendo sido baptizado e tendo bem arreigadas as crenças católicas, desejava ardentemente concorrer por todos os meios ao seu alcance para a propagação do Catolicismo pelos seus povos e que neste intuito poria sempre à disposição dos missionários todo o seu valimento, prestando-lhes todo o auxílio. Que ele próprio, como fervoroso católico, desejava cumprir e fazer cumprir a todos os seus súbditos, as prescrições impostas pela Santa Madre Igreja e que na impossibilidade de o fazer nas circunstâncias em que estava até ali, tinha solicitado do Rei de Portugal o estabelecimento da Missão Católica no Congo» (10).

Pode afirmar-se que D. Pedro V cumpriu o que solenemente prometera. E em 17 de Fevereiro escrevia uma interessantíssima carta a El-Rei de Portugal, D. Luís I, toda da sua mão, em que se lê logo de início: «A carta que de Vossa Majestade tive a ventura e honra de receber encheu-me de júbilo, pois me provou ter a felicidade de possuir a amizade e estima do Rei que com dedicação sempre tenho servido. [...]. Hoje veio acrisolar se é possível a minha dedicação por Vossa Majestade, o ver que os meus rogos para que se estabelecesse uma missão religiosa neste Reino, fora atendido e que Vossa Majestade na sua real munificência se tinha dignado brindar-me com tão valiosas dádivas» (11).

Ao bispo D. José Sebastião Neto — que viria a ilustrar com o brilho da púrpura e das suas virtudes, a Sé Patriarcal de

---

(10) Cfr. documento n.º 14, págs. 364-365.

(11) Cfr. documento n.º 10, págs. 356-357.

Lisboa — dirigia o mesmo D. Pedro V esta missiva, que julgamos inédita:

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo e meu caríssimo Pai espiritual

Recebi as vossas duas cartas, e mal posso exprimir o júbilo, que senti, ao ver que as minhas palavras acharam eco no vosso coração paternal.

Sim, Ex.mo Bispo, não tenho palavras com que possa agradecer o grande bem, que acabais de conceder não só a mim, mas também ao meu povo, pois estou certo que é este o benefício mais extraordinário, que a mim e a todo o meu reino podíeis fazer, enviando os missionários.

Os conselhos que me dais conheço serem os que conduzem à vida eterna, prometida por Nosso Senhor Jesus Cristo, para salvação de todos nós. Da minha parte estou pronto a segui-los, quanto em minhas forças couber, bem como a fazer que o meu povo os siga. Farei isto com tanta mais alegria e boa vontade, quanto sei que esses conselhos podem fazer feliz o meu reinado e o meu povo, como na vossa carta me dizeis. O vosso amor para com os povos deste reino dignou-se a enviar-me mais missionários, do que eu pedia. Eu vos agradeço, e dou graças ao Divino Espírito Santo por vos ter inspirado tal resolução.

Enquanto a Mestras para as filhas dos meus vassalos, de que me falais, muito e muito de coração as desejo; porém com a maior amargura do meu coração vos digo que não posso fazer despesas extraordinárias, pois não exijo tributos aos meus vassalos. Posso-vos porém assegurar que o estabelecimento dessas senhoras no meu reino seria de grande prazer para mim, como para todos os vossos e meus súbditos, e que empregarei todos os esforços para que tal instituição floresça nos meus domínios. Peço ao Senhor todo poderoso que vos dispense as suas luzes para governardes o grande rebanho, que o Espírito Santo vos confiou.

Este vosso filho em Jesus Cristo recebe com profundo respeito a vossa bênção pastoral.

Pedro V Rei do Congo [12].

O estado de ruína das antigas igrejas — Sé catedral, S. Miguel, Nossa Senhora da Conceição, S. Tiago, Vera-Cruz, Nossa Senhora do Rosário, S. João Baptista, S. José, Espírito Santo, igreja dos Jesuítas, do convento dos Capuchinhos e da Santa Casa da Misericórdia — o estado de ruína destas doze igrejas

---

(12) Cópia autógrafa de D. José Sebastião Neto, Bispo de Angola. — AHU-Angola, Pasta 1.

era geral e quase total. «Pelo que respeita às ruínas de templos — escrevia o capitão Barreto Mena — existentes em S. Salvador, uma [igreja] apenas merece reedificação. É também esta a opinião dos missionários e do mestre de obras que nos acompanhou na visita que a elas fizemos. As outras estão em deplorável estado, sendo isto devido, em primeiro lugar ao completo abandono em que estão, e também ao mau material que empregaram na sua construção. A que relativamente se apresenta em melhores circunstâncias é a ruína da antiga Sé, cuja fotografia vai junta ao relatório». «A primeira obra a empreender — continua — e a mais urgente é, inquestionàvelmente, a construção da casa de residência para os missionários, pois os deixámos nas circunstâncias mais críticas» (13). *O relatório do Padre Barroso abunda em idênticas apreciações: «lastimosa situação» é a palavra que lhe sai da pena angustiada.*

Mas o Padre Barroso fora enviado ao Congo, não para carpir desgraças conhecidas, não para continuar a ruinosa sistemática empreendida após a expulsão do último Capuchinho, mas para fazer obra nova de raiz, obra nova de concepção. A missão moderna que Barroso criou em S. Salvador, se não é exclusivamente sua na inventiva, pertence-lhe na realização. A «florescente missão de Lândana», fundada em 1873 pelos Missionários do Espírito Santo — que ali se refugiaram de Luanda, julgando-se a salvo das impertinências da nossa mesquinha política administrativa local — era a missão «modelo», com suas escolas, irmãos auxiliares, internatos, irmãs missionárias de S. José de Cluny, escola de catequistas-professores, seminário menor indígena, escola de instrução primária e até com a sua rudimentar escola de agricultura. A missão de Lândana, admirada por Barroso, foi decerto a sua grande inspiradora, juntamente com a obra extraordinária que no Sul lançavam os padres Duparquet e José Maria Antunes — ilustre filho de Santarém — foi de certo a grande escola prática em que o ilustre missionário lobrigou as linhas mestras em que ia alicerçar a missão de S. Salvador.

---

(13) Cfr. documento n.º 14, pág. 366.

«Pela energia, pelo amor ao trabalho, pela dedicação corajosa, [o Padre Barroso] pertence à grande raça dos padres portugueses que foram os primeiros a trazer ao centro de África o nome de Portugal, deixando atrás de si uma tradição profunda» [14].

Quase cinco anos decorridos depois da fundação da Missão, «cheio de trabalhos e amarguras», o Padre Barroso lança um olhar retrospectivo ao caminho andado, ao campo arroteado, visionando já o «grandioso edifício da civilização futura, ainda distante, mas que chegará infalìvelmente — são palavras suas — pois a Providência não condenou a África ao estacionamento».

Neste relatório, de 20 de Maio de 1886, o Padre António Barroso vai marcando com algumas pedrinhas brancas o roteiro espinhoso das suas apostólicas andanças: «conquistámos a confiança e simpatia dos indígenas, preparámos elementos para avançar, e é de primeira necessidade que se avance» [15].

O Congo foi a sua escola prática da vida, na qual os entusiasmos poéticos do seu tempo de estudante caíram desfolhados como as rosas de Malherbe, ficando-lhe a lição proveitosa da experiência. Quando partiu levou consigo a imagem real da África portentosa e deixou-lhe também a doce recordação de um amigo por ela sacrificado, desses amigos que nunca esquecem...

«Também eu estive no Congo — escreve D. António Barbosa Leão — e percorri terras onde ele exerceu a sua influência. Bastou saber-se que eu conhecia o Padre Barroso, para ser alvo de verdadeiros carinhos por parte de aqueles que o tinham conhecido. A um grande daquelas terras vi eu chorar de comoção quando lhe falei do Padre Parroso; e uma das coisas que mais intantemente me pediram, quando retirei, foi que voltasse e o levasse comigo».

A acção missionária do grande apóstolo do Congo ia alargar-se a mais vastas e longínquas paragens. Vindo à metró-

---

(14) Cfr. documento n.º 73, pág. 449.

(15) Cfr. relatório, pág. 39.

pole retemperar a saúde, já não voltou ao Congo das suas amarguras e também das suas consolações morais. Em 12 de Fevereiro de 1891 era apresentado na Prelazia de Moçambique, confirmado no consistório de 1 de Junho e sagrado na Sé Patriarcal de Lisboa em 5 de Julho, titular do extinto Bispado de Himéria. Em 20 de Março de 1892 temo-lo no pastoreio do seu novo rebanho. O que foi a sua operosidade em Moçambique ele mesmo o revelou e aqui vai nas páginas deste livro. E António Enes, testemunho insuspeito, disse-o também no seu célebre Relatório de 1893: «Crescera o pessoal do sacerdócio, já tinham párocos todas as igrejas, fundavam-se novas paróquias, criavam-se missões nos focos de propaganda muçulmana, dignificava-se o culto, o prelado embrenhava-se nos sertões para conhecer as necessidades da diocese, o seu carácter sisudo sem biocos, as suas virtudes austeras sem intolerância, inspiravam respeito e simpatia, que redundavam em autoridade moral para o clero».

O surto dado por D. António Barroso à Igreja de Moçambique só encontra paralelo nos tempos actuais. E a sua obra foi tão sólida, tão clarividente, de horizontes tão largos na acção e na doutrina, que não houve senão continuá-la, construir sobre os alicerces lançados e a estratégia concebida pelo Bispo de Himéria.

Em consistório de 15 de Setembro de 1897 era confirmado Bispo de S. Tomé de Meliapor, para onde partia em Maio de 1898. Viajeiro incansável dos sertões do Congo e de Moçambique, D. António Barroso percorria agora as igrejas do Maduré, o vale do Ganges, as missões de Bandel, Daccá e Nagory. Não esqueceu a sua velha paixão pela educação da juventude, organizou os estudos filosóficos do seu seminário, estimulou a agricultura, defendeu os bens do Padroado, Aureolado com quase 20 anos de apostolado missionário nas duas costas de África e no Oriente, D. António Barroso entrava triunfalmente no Porto, em 2 de Agosto de 1899, para ali continuar a epopeia do seu calvário...

O CIENTISTA

A quem compulsar detidamente os relatórios da pena do Padre Barroso ou do Bispo de Himéria, aqui publicados, logo salta à vista que está em presença de um espírito norteado pelo maior escrúpulo científico, dotado de curiosidade e observação invulgares.

Os dois relatórios, de 1889 sobre o Congo e de 1894 acerca da Prelazia de Moçambique, duas obras-primas no seu género, atestam-nos que o Bispo-Missionário cultivava com esmero escrupuloso a informação exacta, reveladora do seu carácter e da sua lealdade à verdade. Queremos acentuar esta faceta fundamental do seu espírito, tanto mais que nem sempre ela é timbre de quantos se metem pelos caminhos desta literatura.

Tendo em conta o estado da investigação histórica do seu tempo, particularmente da história das missões africanas, causa admiração a soma de informações que conseguiu reunir, colhidas nas melhores fontes da época, apesar das circunstâncias difíceis de tempo e de lugar em que teve de redigir os seus trabalhos. Decerto que nem tudo é hoje aceite, decerto que bastantes correcções há que fazer-lhes, mas o essencial e o melhor não sofre mutação.

As suas notas e observações de ciências naturais e de etnografia, que pululam nos seus escritos, especialmente nos relatórios sobre a missão do Congo, denotam e traem a esmerada formação recebida nos bancos do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim.

O Papa Bento XV na Maximum illud, *de 30 de Novembro de 1919, queria os missionários «doutos e instruídos» em «conhecimentos sagrados e profanos», particularmente em missiologia.*

Pio XII na encíclica Saeculo exeunte, *de 13 de Junho de 1940, não se satisfaz com uma «probidade superficial», mas exige que o missionário «receba uma educação completa, tanto científica como pastoral». Mais: não lhe basta «uma ampla e profunda ciência teológica, precisa também de conhecer as ciências profanas, particularmente relacionadas com o exercício do seu múnus», pois de outro modo «arrisca-se a edificar sobre areia» e a falhar a sua missão de «sábio arquitecto* (I Cor. *III, 10) do Reino de Deus».*

Em 1951, na Evangelii praecones, *insistia o sábio Pontífice que os missionários fossem instruídos, não só na virtude e nas disciplinas eclesiásticas, mas também «naquelas ciências e artes que, quando pregarem o Evangelho nas nações estrangeiras, lhes hão-de ser de suma utilidade». E depois de citar a linguística, afirmava ser necessário adquirirem «uma suficiente instrução em alguns tratados pertencentes à medicina, à agricultura, à etnografia, à história, à geografia e a outras ciências semelhantes».*

O pensamento da Igreja, claramente expresso nestes documentos e noutros de igual procedência e autoridade, que não importa citar aqui, mostram como o Padre António Barroso e seus mestres marchavam no bom caminho e na vanguarda, já no século passado.

No relatório da viagem ao Bembe, de 20 de Janeiro de 1884, um dos mais ricos de informações originais e reveladores da sua cultura e espírito observador, não lhe escapa a natureza do terreno (argilo-ferruginoso), a vegetação (abundante e esplêndida de formosura), as condições climatéricas e de salubridade, a marcha do barómetro, a agricultura local, a densidade da população, as posições geográficas, as condições económicas, os costumes da população.

Não procede o Padre Barroso como simples curioso, mas vai anotando, em nomenclatura rigorosamente científica, as

espécies vegetais que se lhe deparam, particularmente as plantas úteis e de valor económico.

O relatório de 1886 anota que depois de Mauéte passara rente a um morro formado por calcáreo, donde saíu toda a cal para as construções de S. Salvador e que foi com ela que construíram muros e igrejas há trezentos anos, que ainda hoje é difícil derrubar, diz, quando as obras feitas há vinte e cinco anos estão todas por terra! Este relatório é particularmente notável na enumeração científica da flora útil do Congo, relacionando-a mesmo com as notícias transmitidas por Duarte Lopes-Pigaffeta, na sua célebre relação quinhentista. Iguais observações quanto à linguística. Os livros de Vetralla e Cannecatim (século XVII e XIX) «não têm cem palavras que sejam hoje compreendidas em S. Salvador», diz, facto que atribui à grande evolução do mundo indígena daquela parte da África.

«Transposta a lagoa e o pequeno rio Quimbundo, o aspecto do terreno muda ràpidamente; a areia fina desapareceu completamente; o caminho está juncado de quartzo, pedras pretas agudas, em que abunda o silex, pedras ferruginosas, etc.; [...] A camada vegetal desapareceu para dar lugar a uma terra colorida pelos óxidos de ferro; os morros são escalvados, tudo nos apresenta um aspecto miserável e pobre; aqui e ali aparecem-nos uns penedos de cor negra por fora e vermelha-escura por dentro, o que atribuo à presença do ferro, que depois soube abundar aqui».

Anotações destas são frequentes na pena de Barroso. «Foi nesta povoação [Maquela] que encontrei pela primeira vez uns celeiros para guardar principalmente a ginguba, e que se assemelham um pouco aos que Schweinfurth encontrou ao N. do equador», escreve mais à frente. Alude ao feitiço do dembo. «O dembo é uma associação secreta — esclarece; o que posso afirmar com certeza é que admite indivíduos de ambos os sexos em compartimentos separados, mas vizinhos, de modo que se podem juntar. Só ali entra o director; aprendem uma linguagem especial, que lhes deve servir sempre para se distinguirem dos profanos».

Observações científicas da mais variada natureza se encontram profusamente na pena do ilustre missionário do Congo.

«A estação seca é também caracterizada pelas altas pressões barométricas. A marcha diurna do barómetro é muito mais constante do que nos meses de chuva e a amplitude das oscilações é muito menor. A máxima pressão diurna coincide pouco mais ou menos com as nove horas da manhã, para ter o seu mínimo às três da tarde». «As variações termométricas não são menos consideráveis», anota mais à frente, e logo corrige: «A opinião de que nas regiões tropicais e especialmente naquelas que se aproximam do Equador, a temperatura é quase constante, não só não se coaduna com as observações feitas, mas está em completa contradição com elas».

As observações de Barroso acerca da exploração da borracha, da criação do boi, do carneiro, da cabra, do porco, do gato, do cão, da galinha e até das pombas, são do maior interesse económico e até etnográfico.

Para o estudo das populações conguesas do século passado os relatórios do padre Borroso afiguram-se-nos material indispensável e de primeira mão. Não cremos que antes nem depois dele alguém tenha feito melhor. Leiam-se as suas páginas sobre a vida familiar, social e política do indígena e ter-se-á a imagem palpável, visual, da vida tribal do Congo e corrigir-se-ão porventura muitas ideias-feitas e muito preconceito que em nada favorecem o indígena, quem os alimenta, nem a verdade.

No aspecto cultural os relatórios do Padre António Barroso são obras-primas e pena é que o grande missionário não tenha feito escola. Não faltou, certamente, quem tentasse imitá-lo, mas o exemplo, em boa verdade, não frutificou. Digamo-lo sentidamente: lamentàvelmente, não frutificou

Se é certo que neste aspecto o Padre Barroso não pode ombrear, como geógrafo, botanista ou ornitólogo, com os Padres Duparquet, Dekindt, José Maria Antunes, Bonnefoux, que no Sul da Província fizeram a exploração, para o tempo, sistemática, todavia o ilustre missionário português do Congo e de Moçambique ocupa lugar de alto destaque entre a pléiade de missionários cientistas do século passado.

O MISSIÓLOGO

Uma das facetas menos estudadas, menos conhecidas e porventura totalmente ignoradas do espírito do Padre António Barroso e do Bispo de Himéria, é justamente aquela em que ele nos parece maior e mais original: o mestre de missionários, o teorizador, o missiólogo. Cremos que neste aspecto fundamental da sua biografia, Barroso é único entre os missionários portugueses do seu tempo.

O Padre Barroso pode, sem favor nenhum, alinhar no pequeno cortejo dos melhores e maiores missiólogos do século XIX, se não pela excepcional originalidade das suas ideias-força, decerto pela força e vigor que imprimiu às suas ideias, pelo judicioso realismo com que estudou e expôs os problemas básicos da evangelização da África negra. Vamos ouvi-lo acerca de uns tantos assuntos, que são os problemas fundamentais, os problemas permanentes, os problemas vitais da missiologia de hoje, da missiologia de sempre.

1 — O problema do ensino

Instruído, sem dúvida, pelo estudo dos métodos apostólicos das antigas missões portuguesas, da África e do Oriente, parece-nos que o Padre António Barroso se deixou influenciar sobretudo pelos métodos das missões da Congregação do Espírito Santo, particularmente pela escola viva que era a missão de Lândana, que bem conhecia e admirava, «modelo» de quantas se fundaram posteriormente no Congo Francês, no Congo

Português, no Cunene, na Cimbebásia e mesmo na Betchunalândia.

O Padre Libermann, mestre eminente de apóstolos, era de opinião que os missionários não devem «ser empregados definitivamente na escola»; para tal ministério são destinados os irmãos. Mas insistia no princípio fundamental: «A obra das escolas é importante, sem isso ter-se-á dificuldade em fazer algo de bom nestas regiões». «A minha opinião, inculcava novamente, é que abandonar as escolas, é destruir o futuro da missão. Poderão dizer-me: mais tarde as retomaremos. Isto é uma farsa. Uma missão mal começada dificilmente prosseguirá bem. Quanto a obra das escolas é lenta, tanto é importante empreendê-las desde o princípio» (16).

O segundo-tenente Carlos Cândido dos Reis, que como Barroso visitou a missão de Lândana, escreve: «tem vinte discípulos que os missionários se viram forçados a comprar; única maneira de terem alunos internos. Os indígenas não compreendem que homens que não fazem negócio se estabeleçam na África, e quando os bons missionários lhes explicam que é para ensinar a ler e escrever aos filhos deles, e que os mandem para a Missão, é resposta invariável do negro: — E o senhor quanto paga? *O sistema que os missionários [portugueses] adoptaram é o mesmo do que em Lândana. Têm horas determinadas para os trabalhos agrícolas. Estes últimos são tão eficazes que a horta que os alunos cavam e semeiam dá perfeitamente para o sustento, não só deles como dos missionários»* (17).

A prática da agricultura e o seu ensino para a civilização do indígena foi vivamente patrocinada pelo Padre Barroso. Ouçamo-lo, que vale a pena:

«Actualmente todos estão convencidos que as missões sem o trabalho não podem dar resultado; o missionário isolado e só, na África pouco pode fazer de bom. Morre de nostalgia e aborrecimento; o preto que ouviu a sua catequese, mas que não compreende as verdades que lhe são reveladas, vem um dia por

---

(16) *Lettres Spirituelles*, IV, págs. 251-252 e 380. Cartas de 1845 e de 1847.

(17) Cfr. documento de 28 de Fevereiro de 1881, pág. 359.

curiosidade, mas não volta. No fim de dez anos de catequese por este sistema estará tão selvagem como no primeiro dia; continuará analfabeto, vicioso e bêbado como dantes». E o Padre Barroso continua:

«O primeiro cuidado das missões deve ser a agricultura; nunca será próspera uma missão que tenha de importar tudo o que consome. Disto tira logo três resultados capitais: aliviar as despesas, ensinar os hábitos de trabalho ao indígena, introduzir novas culturas e processos no país, que em pouco tempo serão seguidos pelo indígena, que é suficientemente observador, para tirar os corolários lógicos destas inovações».

Por associação de ideias, o insigne missionário lembrava, a propósito, que as missões precisam dum novo elemento: do irmão leigo, do lavrador, do artista, que não deveria formar um corpo à parte, um apêndice, mas fazer parte da Congregação, com o futuro garantido como o missionário presbítero. «Com três padres e três irmãos leigos podem fundar-se em África missões modelos», concluía Barroso (18).

Em matéria de ensino não esquecia o grande missionário, evidentemente, a escola e o ensino doméstico da rapariga. «Devendo ser dos primeiros cuidados duma missão religiosa, a instrução popular, tratámos logo de obter uma casa adequada para tal fim». Mas o missionário não nutria ilusões. Por isso mesmo escrevia:

«Atendendo à nenhuma importância que este povo liga à instrução, ainda hoje é muito pouco frequentada a nossa escola; para isto reunem-se duas causas: a primeira e a mais funesta é, incontestàvelmente, o desprezo que os habitantes do Congo têm pela instrução, não consentindo muitas vezes que seus filhos frequentem a escola; a segunda é a concorrência que lhe faz a protestante, que apesar de não ser pública, nem por isso deixa de existir, emanando dela, natural e lògicamente, consequências que não podem ser favoráveis nem ao catolicismo nem a Portugal».

Evidentemente que é impossível dar instrução a quem a não quer, nem para si nem para os filhos. «O povo do Congo é

---

(18) Cfr. relatório, pág. 145.

egoísta e interesseiro, escreve Barroso; não faz coisa alguma onde não veja um lucro pronto e certo; só quer o que é da ocasião, e pouco se importa com o futuro; é por esta razão que não liga importância à escola e nega-lhe seus filhos, ou não os impele para o ensino, porque não lhe palpa as vantagens».

Barroso, o que não pretendia era fazer do Congo do século XIX uma sociedade de «calcinhas», de sujeitos envernizados e passados a ferro, óptimos para as estatísticas da ONU mas sem qualquer valor social. «Não há vantagens em ministrar aos indígenas uma instrução acima do seu estado social porque, tendo de viver num meio atrazado e rudimentar, tudo fica esterilizado em pouco tempo por falta de ocupação conveniente». A evolução social não deveria, pois, destribalizar o indígena. Para Barroso o preto é hábil como o branco e reputava falsa a ideia de que não poderia levantar-se da sua degradação. «Se me derem vinte crianças pretas e vinte brancas para eu educar, segregadas umas e outras de todo o contacto externo à missão, ou prometo fazer dos pretos homens tão aptos, tão laboriosos e enfim tão honrados como os brancos» (19).

«O estado actual das raças do Congo, e o mesmo se pode afirmar de todas as africanas — insistia o missionário — não comporta uma alta cultura intelectual, que em lugar de beneficiar o indígena lhe seria prejudicial. De que nos serviria ministrar ao indígena uma instrução aprimorada e desenvolvida, se o meio social em que a natureza o colocou lhe não permite por enquanto o passar de um artista, de um pequeno lavrador ou de um medíocre negociante? Que saiba bem a nossa língua, ler e escrever correctamente, com uns princípios de aritmética e história natural, e ter-lhe-emos dado o que ele mais precisa para o espírito. Seja lavrador, artista ou pastor e terá tudo o que lhe é preciso para o corpo» (20).

Na África Oriental o antigo missionário do Congo queixava-se do mesmo desinteresse do indígena pela cultura, indo

---

(19) Cfr. relatório, págs. 7 e 40.
(20) Cfr. relatório, pág. 148.

ali deparar com «o mais soberano desprezo por tudo que seja instrução e educação: são bagatelas e pequenas coisas que a poucos interessam», escreve. O Bispo de Himéria apelava para o exemplo da Inglaterra e das outras nações coloniais, que confiavam o ensino aos missionários protestantes ou católicos, «contanto que ensinem as suas respectivas línguas». Insurgia-se D. António Barroso contra a ideia-feita e cómoda de que o preto é rebelde à instrução e ao trabalho, o que reputa um estribilho banal, uma falsidade tornada axioma, à força de repetida.

Sem desconhecer, antes proclamando bem alto as qualidades negativas da raça preta em muitos domínios fundamentais, o Prelado de Moçambique escrevia, contudo: «eu pela minha parte continuarei a acreditar que o preto é muito susceptível de aprender e trabalhar, contanto que lhe facultem meios eficazes e que se não queira exigir dele o que se exige de uma raça adiantada e culta».

À medida que ia estudando os costumes e tendências dos povos do Congo, confessa o Padre Barroso, mais se convencia de que o melhor benefício com que se poderia dotar a sua missão era dar-lhe recursos para sustentar um internato. Dos alunos do internato se escolheriam os mais aptos para a cultura das ciências e das letras, e seriam enviados ao Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache, prèviamente desenvolvidos no português e latim, para serem ordenados os que revelassem «verdadeira vocação para o estado sacerdotal».

O internato, pensava o superior da missão, deveria situar-se na mesma residência desta, com alunos exclusivamente internos, tendo junto da casa um tracto de terreno para cultura, aliando-se o estudo com o trabalho, o que teria dupla finalidade: a distracção e a utilidade do estabelecimento. «O preto pequeno, esclarecia Barroso, nem é destituído de inteligência, nem é desobediente e perverso; pelo contrário, é dotado de boas qualidades, que brevemente perde, atendendo às circunstâncias em que vive». O zeloso e previdente missionário pensava formar com os seus rapazes uma mocidade educada nos princípios religiosos, para com ela criar «uma sociedade nova e substituir a actual, sem base e sem vida. Ora, concluía, para conseguir

tão magníficos resultados, não conheço outro meio mais adequado e eficaz do que o já apontado neste relatório: o internato bem dirigido».

Mas não bastava educar rapazes, se bem que a sua formação seja a mais importante em qualquer sociedade, mesmo na mais requintadamente civilizada. Com o internato dos rapazes importava levantar a escola das raparigas. «O que é preciso é criar escolas de mulheres no interior, onde não existe ainda uma civilização, nem rudimentar; onde mais se precisa destas escolas é no Congo, e no interior da província; mas nesses lugares será preciso fazer internatos de raparigas, e muitas vezes para se conseguir esse fim haverá necessidade de resgatá-las para depois as educar». Assim pensava o ilustre missionário do Congo em 1886. E continuava, incisivo e cáustico:

«Ao lado da missão religiosa e da escola para rapazes, deve haver a escola para raparigas: não sendo assim nós andamos a civilizar meia humanidade, mas escapa-se-nos a outra meia, quiçá a mais importante, pelo predomínio que tem na formação dos costumes». Se é necessário incutir aos alunos a ideia sadia da formação da família cristã e das suas vantagens sociais e morais, «como a constituirá ele, pergunta Barroso, se ao sair da missão encontra uma preta bronca e estúpida, que não sabe fazer-lhe um par de meias nem lançar-lhe um remendo nas calças?». S. Salvador, centro de irradiação civilizadora, deve possuir uma casa de educação para mulheres, «sob pena de ficarmos sempre a meio do caminho do nosso empenho sincero, mas muitas vezes improfícuo, de dotarmos as nossas colónias com elementos de prosperidade e bem-estar futuro».

Analisando as causas da derrocada das antigas missões do Congo, porque é que o cristianismo não assimilou o indígena, deixando-lhe apenas tradições passageiras, afirma que a escravatura foi uma *das causas que mais eficazmente obstaculizaram o cristianismo, mas que não foi a* única. *A própria* organização missionária *deixava muito a desejar, sobretudo por falta de pessoal. «Refiro-me à falta do elemento feminino na educação da mulher indígena. Por mais zelo que o missionário empregue na educação da preta, nunca conseguirá o que consegue a irmã educadora». «É indispensável uma Congregação de Irmãs edu-*

cadoras. Sem elas os resultados dos missionários serão sempre muito efémeros, pouco sólidos e não atacarão o mal na sua origem».

O grande mestre raciocinava: «De que aproveitarão todos os esforços dos missionários para educarem o preto, se a mulher deste, se a mãe dos seus filhos continua na abjecção da poligamia? De bem pouco. [...] Pouco importa que a mulher do Congo não saiba ler; o que é preciso é que conheça os seus deveres de mulher cristã; o que precisa saber, é o modo como com seus pequenos recursos deve governar a sua casa; o que precisa saber é preparar a roupa, com que deve cobrir a sua nudez; o que deve saber, é como há-de tratar do seu marido e dominá-lo para o bem. Ora, toda esta instrução, que é a única que por enquanto *lhe pode ser proveitosa, só outra mulher lha pode ministrar; e essa outra mulher só pode ser a Irmã educadora»* (21).

Estas sólidas ideias missiológicas, que fazem o travejamento e a eficiência da acção missionária moderna, encontrou-as o Padre António Barroso aplicadas e em rendimento na missão de Lândana. Pena é que nunca lhe tivesse sido possível vê-las realizadas na missão que fundara e dirigia.

2 — O problema do clero

O pensamento do ilustre apóstolo do Congo sobre este fundamental problema da Igreja Missionária, bem merece ser relevado e conhecido. É sabido que a acção missionária portuguesa nada tem que aprender das modernas correntes missiológicas, antes tem muito que ensinar-lhes. Em princípio do século XVI, se não já em fins do século XV, tínhamos nós em Lisboa o primeiro seminário de missões africanas de todos os tempos, no convento dos Lóios da velha Alfama. Em 1536 já António Galvão, capitão das Molucas, fundara na ilha de Ternate, à sua própria custa, um seminário indígena, o primeiro de todos os tempos levantados no Extremo-Oriente. Em 1540 já Frei Vicente de Lagos tinha o seu seminário a funcionar

(21) Cfr. págs. 145-146 e 389.

em Cranganor e no ano seguinte o ex-franciscano Mestre Diogo de Borba e o Padre Miguel Vaz fundavam em Goa o Seminário de Santa-Fé, que seria depois o grande colégio universitário de S. Paulo, dirigido pelos Jesuítas.

Foram os missionários portugueses que deram à Igreja os primeiros padres, os primeiros religiosos e os primeiros bispos africanos ou asiáticos, numa época em que mais ninguém, nem sequer Roma, tinha ainda seminários organizados, nem mesmo na Europa, pois estes são todos posteriores ao concílio de Trento, meado o século XVI. Não temos pois lições a receber de ninguém, antes temos muito que ensinar a certo pedantismo missiológico estrangeiro e moderno (22).

Como não podia deixar de ser — ou não fora ele missionário português — o Padre António Barroso pensou maduramente o problema. A missão de Lândana tinha também o seu seminário, em que cultivava com carinho essa frágil planta da vocação sacerdotal do africano. «É minha convicção — escrevia logo em 1881 — apesar de tudo o que se tem dito contra os padres indígenas, que depois de preparados naquele estabelecimento (23), *os filhos deste país haviam de prestar grande auxílio à religião e prestígio ao nome português. [...] Não queria o padre indígena isolado, podendo fàcilmente cair nos vícios repugnantes de seus compatriotas; isso não; mas queria-o sempre dirigido pelo europeu, de modo que um dirigia e o outro executava»* (24).

---

(22) Os primeiros seminários italianos são obra de S. Carlos Borromeu, arcebispo de Milão (1560-1584), da reforma tridentina. Em França são todos do século XVII e seguintes, com S. João Eudes, S. Vicente de Paulo, João-Jacques Olier, Adriano Bourdoise e Missões Estrangeiras de Paris — no papel de pioneiros. O Colégio da Propaganda Fide, esse é do primeiro quartel do século XVII.

(23) Colégio de Cernache do Bonjardim.

(24) Cfr. relatório, pág. 8. — Os factos têm provado tràgicamente quanto a prudência do Padre Barroso era realista. Até já se fala na adaptação ou acomodação do sacerdócio à índole do africano. Depois da moral «colonial» teríamos, portanto, o sacerdócio colonial ou «africano», feito de sociólogos progressistas e de políticos autodeterministas, com os *apropriados* compromissos «sacerdotais». A ideia já está em marcha, por exemplo no antigo Congo Francês. E muito verá quem muito viver...

O Padre Barroso continua: «O que é preciso, para fazer dos pretos bons padres, bons católicos, etc., é isolá-los desde bem crianças de todo o contacto com os indivíduos da sua raça, e especialmente dos seus parentes, que são os mais perigosos, até ao ponto em que eles tenham a razão formada; chegado a este ponto teremos os melhores missionários para a África. O conhecimento perfeito da língua, dos costumes, fará que a sua missão seja extraordinàriamente profícua» ([25]).

A falta de clero indígena fora, para o ilustre missionário do Congo, uma das causas eficientes da ruína das antigas missões.

Outro motivo, que bem pouco tem sido posto em foco, foi o clima, «inimigo terrível, que resistirá aos esforços e energia das raças europeias», afirmava. Mas logo acrescentava: «Este obstáculo não é invencível do ponto de vista missionário. Os missionários que para ali enviarmos, continuarão a ser vitimados pelas febres, como o foram os das antigas missões. Poderemos porém e deveremos até, na minha opinião, criar o clero indígena, que poderá resistir com grandes vantagens sobre o europeu à malignidade do meio climatérico. Esta vantagem e este grande recurso não é invenção minha; há muito que os primeiros descobridores lhe reconheceram as vantagens».

O Padre Barroso exemplificava logo com o primeiro Bispo de raça preta, D. Henrique, e com o bacharel em direito André do Couto Godinho, natural do Congo e preto também. E logo afirmava: «Ainda que me faltassem estes precedentes, a minha opinião seria a mesma. O preto congo, segregado desde pequeno, do meio vicioso em que nasce, e transportado para a Europa ou mesmo para uma região do sul menos insalubre e longe da sua, não só daria à raça todas as garantias exigidas de estudo, mas ainda as que se referem à moral e bons costumes». [...] Conhecendo a fundo a língua do país, os costumes, as tendências dos seus compatriotas, estão aptos para serem os melhores evangelizadores não só do Congo, mas de toda a África». E exemplifica, uma vez mais, com o método adoptado e seguido pelos missionários do Espírito Santo ([26]).

([25]) Cfr. relatório, pág. 46.
([26]) Cfr. relatório, págs. 148-150.

Uma vez à testa da Prelazia de Moçambique o missionário do Congo batia-se pela criação do seu seminário, afirmando que a ideia lhe não pertencia, pois tinha mais de dois séculos e fora agitada pelo seu antecessor Frei António da Conceição, quando os conventos da Metrópole e da Índia regorgitavam de pessoal. «O que então era útil, hoje é absolutamente indispensável, se realmente desejamos ter missionários e missões nesta parte da África, ainda sujeita ao Padroado da Coroa Portuguesa».

Todavia a experiência e um mais profundo conhecimento da África e do preto tinham exercido no espírito do Prelado de Moçambique funções de catalizador. Estávamos agora em 1894. As ideias de 1881 ou de 1889, decantadas do entusiasmo e de uma certa dose de apologética interessada, eram agora algo divergentes. «Uma experiência longa — escreve — e, para mim bem dolorosa, mostra-me também que o preto é pouco apto para o sacerdócio cristão, o que nada nos deve surpreender, se atendermos ao estado lastimoso em que o temos deixado vegetar, às tendências de raça, ao clima e ao meio em que vive e se desenvolve». Mas a vida vegetativa é, exactamente, o que faz as delícias do preto. Não será atentar contra a sua legítima liberdade forçá-lo *a ser gente, a instruir-se, a libertar-se da escravatura das suas desumanas leis tribais, a autodeterminar-se, a ser feliz por decreto?!*

D. António Barroso, instruído por «uma experiência longa e bem dolorosa», capacitara-se de que «o preto é pouco apto para o sacerdócio cristão». Por isso mesmo, e apesar de tudo quanto escrevera e clamara a seu favor, concluía: «O Seminário, pois, deve ser urgentemente criado para esta Província, deve ter a sede em Portugal e ter, como alunos e futuros missionários, portugueses» [27].

As ideias dos missiólogos avançaram agigantadamente de 1894 a esta parte, a experiência feita tem averbado certamente haver positivo e o clero «africano» é hoje numeroso. Não cremos que haja raças «pouco aptas» ou «muito aptas» para o

---

[27] Cfr. relatório, págs. 220-222.

sacerdócio, porque não são as «raças» que o recebem mas sim os «indivíduos». O «racismo» e o «nacionalismo» sacerdotais, que em África e alhures parecem fazer já o «ideal» da «nova vaga» dos famosos ventos irreversíveis da história africana e asiática, soprados das estepes siberianas pelas bochechas do Eolo moscovita, estão a dar mostras patentes de que esse sacerdócio indígena, nativo, autóctone, autodeterminista, «nacionalista», xenofobo — como, segundo as suas facetas, se deva chamar-lhe — será tudo quanto se pretender que ele seja, menos sacerdócio cristão: falta-lhe o ideal e a alma. De qualquer modo, não é esse o sacerdócio de Cristo, que não foi sociólogo, nem economista, nem político.

Pio XII, que ninguém pode acusar de suspeito em entusiasmos pelo clero nativo, africano e asiático, ao inaugurar o Colégio de S. Pedro, em Roma, no dia 28 de Junho de 1948, meteu profundamente o dedo na chaga da indisciplina, da xenofobia e da autonomia, que já naquele tempo e hoje muito mais, justificava a sua suprema e enérgica intervenção. Não é de crer, a ajuizar pelos factos decorridos, que essa exortação pontifícia haja tido e tenha ainda muitos leitores ([28]). *É natural, a ajuizar por factos recentes, que a solene condenação do «nacionalismo» xenofobo, peste hedionda e fatal do apostolado missionário, pelo Papa Bento XV, em 1919, não seja exactamente o ponto doutrinal, aliás fundamental, que o clero nativo, especialmente o africano de raça preta, mais medite e se empenhe em praticar.* Apostolatus pestis teterrima!

Oxalá, à luz dos factos que se vão desbobinando, que o Prelado de Moçambique, não tenha tido, apesar de tudo, plena razão...

3 — Missões e Missionários

Outro problema que a sagacidade e experiência do Padre António Barroso abordou francamente de frente, apesar da sua complexidade e delicadeza, particularmente no momento em

---

([28]) Cfr. *Portugal em Africa*, 1949 (VI), pág. 114-115.

que o tratou — devido às desencontradas paixões que crepitavam nos ares e nas colunas da imprensa — é o problema das missões e missionários do ultramar português. Doutrina nova para a época, exposta com verdade, vivacidade, sinceridade e clarividência, qualidades incontestáveis e incontestadas do missiólogo Padre Barroso.

Convencido pela experiência, o missionário do Congo põe como princípio geral de pastoral apostólica que o missionário, «para tornar profícua a sua alta missão civilizadora entre os povos indígenas, tem absoluta necessidade de ser viajante», para os conhecer de perto e os atrair.

O Padre Barroso enfrentava, a seguir, o que entendia por missões e missionários, ou o que devem ser, em seu parecer, as missões e missionários do ultramar. E dizia logo umas quantas verdades muito amargas para certos paladares: «Em Portugal ainda não temos um serviço de missões organizado e diga-se de passagem que pouco ele nos aproveitava existindo, porque não temos missionários: custa confessá-lo, mas é verdade».

Havia, certamente, o Colégio de Cernache, que fornecia missionários cheios de dedicação e espírito de sacrifício. «Esse número porém — explicava o seu antigo e ilustre aluno — é tão diminuto que para nada chega». E o Padre Barroso prosseguia: «Se deveras desejamos civilizar», torna-se urgentíssimo criar outros institutos, e «para isso não encontro outro remédio que não seja a liberdade completa das associações religiosas». Estas tinham a vantagem da associação sobre a individualidade e a experiência secular que as consagrou, como «os melhores instrumentos da civilização entre os povos selvagens». E pensava, patriòticamente, na criação de vinte e cinco ou trinta estações missionárias no interior, até ao alto Cuango e outros pontos importantes, o que seria imensamente facilitado pelo «grande prestígio que temos entre os indígenas, e que só a paixão obcecada nos pode contestar» (29).

---

(29) Cfr. relatório de 1886, págs. 41-42.

Era, portanto, urgente nacionalizar uma Congregação, enquanto a não houvesse portuguesa, pois «tudo o que for conseguir padres, por outro sistema, escrevia, não passará de uma utopia, que há-de ficar cara, sem resultado algum».

Sá da Bandeira pensava que uma boa remuneração pecuniária atrairia às missões africanas abundância de missionários. «Tenho outra opinião, escrevia o Padre António Barroso, e estou certo que o missionário, levado à África com a mira única nos bons ordenados, seria inútil, ou pelo menos, pouco proveitoso, talvez até nefasto».

O missionário do Congo tinha para si que não era «uma lisonjeira utopia» a criação de uma Nova Lusitânia *na África ou de um* Novo Brasil. *«Criemos as missões, e teremos dado um grande passo no caminho do progresso colonial». Mas para criarmos missões é preciso termos missionários, e são esses exactamente que nos faltam, verificava desoladamente. Mas, advertia logo, a África não é a Ásia nem a América; «o missionário africano do século XIX não pode ser talhado nos moldes em que o foi o do XVI e XVII, na Ásia; um abismo de diferença separa os dois continentes».*

Qual deveria ser, então, o missionário que o Padre Barroso sonhava para o continente africano? O missionário africano actual, dizia, deve levar ao indígena, numa das mãos a Cruz, símbolo augusto da paz e da fraternidade dos povos, e na outra a Enxada, símbolo do trabalho abençoado por Deus. «Deve ser padre e artista, pai e mestre, doutor e homem da terra; deve tão depressa pôr a sua estola, para confortar com a esperança eterna o padecente nos estertores da hora extrema, como empunhar a picareta para arrotear uma courela de terreno; deve tão depressa fazer uma homilia, como pensar a mão escangalhada pela explosão de uma espingarda traiçoeira».

E qual é então o remédio? pergunta Barroso. O remédio é a missão central, é a Congregação com membros ligados por laços morais, com o futuro garantido na velhice e na enfermidade, e com a continuidade da obra assegurada. «O meu ideal em missões é substituir o indivíduo, isolado e só, e portanto fraco, pela colectividade eficaz e poderosa, e portanto fecunda». O nosso missionário é bom e indispensável para as paróquias

organizadas e onde domine o elemento europeu, mas exigir dele que «crie missões de penetração no continente africano, só e desamparado num mar de salvajaria, é querer o impossível». «O que é indispensável é que o missionário que trabalha em África, saiba que a sua obra não morre, que quando a faina lhe roubar a vida ou o inutilizar para o trabalho, ele veja chegar os que devem continuar a sua obra de paz e de progresso».

Noutra ocasião o Padre Barroso afirmava, convictamente, que não conhecia nada mais apto para trazer os indígenas «à grande comunhão dos povos civilizados» do que o missionário, «desde o momento que ele tenha compreensão clara dos seus deveres», acentuava.

Luciano Cordeiro escrevia em 1880: «não temos missões e não temos missionários, no sentido e na aplicação moderna da palavra». Temos catequistas rudimentares que apostolizam o cristianismo apenas pregando. Mas «estações de civilização, de ensino, de trabalho culto, escolas práticas, rudimentares, da vida civilizada e cristã não as temos. O nosso missionário o mais que chega a ser é padre, mas só padre». Diz missa, catequiza, prega, quando prega, baptiza e crê ter convertido quando baptizou, fulmina feitiços e superstições mas não os anula, não os arranca da consciência do indígena, não sabe fazê-lo, não pode. «Em suma, é necessário criar o missionário, porque a verdade é que não o temos». «Missionar não é só cristianizar: é civilizar cristianizando» (30).

Sá da Bandeira parece ensinar que se pode civilizar primeiro e cristianizar depois. Barroso escreve e comenta: «Na minha humilde opinião seria mais lógico dizer: Nas terras africanas com o cristianismo entrará a civilização. Efectivamente é assim, acentua, onde penetra o cristianismo surge o trabalho, o amor entre os homens, enfim, a luz e a liberdade». Barroso e Luciano Cordeiro liam pela mesma cartilha, a cartilha do bom-senso. Ouçamo-lo ainda:

«No estado social das populações do Congo, e há-de acontecer o mesmo em muitos outros lugares, uma missão só para

---

(30) *Primeiro Relatório apresentado à Comissão de Missões do Ultramar*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, págs. 6-9.

pregar e evangelizar a religião, aos que quiserem ouvir, não dá resultado algum; não vale nada para o desenvolvimento desses povos, que só atendem a interesses imediatos, e onde a crença não é firme nem a consciência ilustrada».

O Padre António Barroso daria dois conselhos a missionários e exploradores africanos — «se tivesse autoridade para tanto», diz modestamente — que vale a pena anotar: «Recomendaria muito aos primeiros que nunca baptizassem um indígena adulto senão in articulo mortis, *ou depois de muito instruído, o que é bastante difícil. Neste ponto, o que digo do Congo, parece-me que se pode dizer de toda a África. Que aproveita à religião e ao progresso, pergunta, que nesta ou naquela parte da Europa se conheça que mais um soba foi baptizado, se ele depois de receber as águas lustrais fica tão cristão na fé e na moral como um mouro? Absolutamente nada. [...] O segundo conselho, que diz respeito a exploradores e a missionários, consistiria em dizer-lhes que abandonassem completamente as tipóias no Congo, e o pessoal das mesmas, que se torna pesado a uns e a outros».*

Antes de terminar este parágrafo seja-nos permitido transcrever esta oportuníssima observação do ilustre missionário, escrita em 1889 e que parece de hoje, tal a sua eterna e flagrante veracidade:

«Já o dissemos, e continuaremos a dizê-lo, porque é bom saber-se: o preto ama o português, quiçá porque os defeitos das raças meridionais a que pertencemos, têm seus lugares de contacto com a sua índole preguiçosa e pouco constante; porque os temos tratado com mais humanidade que os outros; porque preferimos civilizar vagarosamente a destruir, como a Inglaterra costuma fazer por onde lança pé; porque em geral somos nós os tributários dos sobas africanos, a quem presenteamos em vez de nos locupletarmos à custa deles». E o grande mestre de missiologia africana, continua com esta observação, de actualidade candente:

«Acreditar, porém, que o preto, grato aos sacrifícios que por ele fizermos, repelirá como inimigos os que em África contestarem a nossa influência, quando de mais a mais eles lhe são carinhosamente recomendados pelos poderes da metrópole; é

acreditar o absurdo, é não conhecer nem o preto nem a natureza humana. E os que hoje em África nos combatem, principalmente por meio da propaganda religiosa, estão bem certos de um êxito completo, adoptando o sistema da brandura e do carinho, até ao dia em que não mais necessitem da máscara hipócrita que afivelaram ao rosto» (31).

A «máscara hipócrita» da «propaganda religiosa», da «brandura e do carinho», já verificada por Barroso no século passado, parece ter finalmente caído... sem que, ao que parece, os responsáveis nada tenham aprendido com o aviso.

4 — As missões centrais

Outro problema missiológico que não escapou à perspicácia positiva do Padre António Barroso, é o da localização e centralização das missões.

Para solucionar o grave problema missionário do seu tempo, além de outros remédios já referenciados, propunha Barroso o estabelecimento de «centros principais de missões, nos lugares menos insalubres», e a dotação desses centros «com um pessoal suficiente». Neste aspecto S. Salvador era um modelo. «O que se pode afirmar, escreve, é que um bom critério presidiu à escolha da localidade, pois seria muito difícil encontrar na parte de África, que eu conheço, e até impossível, um local que reunisse tão grande número de condições favoráveis, como aquele em que assenta S. Salvador».

Como não se trata de um problema somenos, mas fundamental, importa ouvir sobre ele a autoridade do ilustre missionário. Na falta de critério, mesmo do mais comezinho, na localização de certas missões, sobretudo de missões centrais, residem não poucos falhanços lamentáveis, perdas inúteis de vidas e haveres, bem como a enervante estagnação da acção missionária africana.

«Imaginemos, escreve o Missionário do Congo, um grande círculo formado de altas montanhas divididas entre si por pro-

---

(31) Cfr. relatório de 1889, pág. 159.

fundos sulcos onde se levantam colossais representantes do reino vegetal; no centro deste círculo coloquemos um elevado maciço com 7 quilómetros de comprimento na direcção N.S. e estendendo-se muito e docemente para W. a E. num profundo vale, com o desnivelamento de 250 metros, para dar passagem, a 1 quilómetro da povoação, ao pequeno rio Luégi, e teremos aproximadamente a topografia de Banza-Congo ou S. Salvador» [32].

Por isso mesmo queria o Padre Barroso que a sua missão fosse o «centro» de evangelização da região, servido por todo o pessoal existente. «A missão do Congo deve ser o centro das nossas missões do interior ao Norte de Luanda, escrevia em 1884, tudo persuade a isso; é porém indispensável que se não fique neste ponto, é preciso marchar, porque tanto mais se lucra quanto mais se avança». Por isso mesmo insistia na fundação da missão de Banana ou nas suas imediações, a mais indispensável, bem como outras a Norte e Sudeste de S. Salvador. Entretanto, por falta de pessoal, as missões do interior poderiam constar de um só padre, acompanhado de um ou dois artistas, compenetrados da sua elevada missão e formados no Colégio de Chelas.

Pensava Barroso que por «centro de missões», «missão-central», «missão-mãe» se haveria de entender «o lugar onde se deve preparar para o futuro um clero novo...; o lugar onde os padres, vindos da Europa, devem ter uma aprendizagem da língua e costumes daqueles a quem vão civilizar; um lugar, enfim, onde o missionário alquebrado de fadigas vai descansar e recobrar forças, para de novo empunhar o bordão de peregrino para se internar no sertão».

No projecto apresentado ao parlamento para a organização do distrito do Congo, era o governo autorizado a criar um «centro de missões» na capital do distrito, Cabinda. A favor da escolha, segundo o Padre Barroso, apenas militava a razão de economia, que reputava forte. Cabinda deveria ter, decerto, uma missão com suas filiais para o ensino do indígena dessas

---

(32) Cfr. relatório, pág. 103.

localidades, «mas nunca deve ser o centro das missões para o Congo: esse centro deve ser no Congo mesmo».

A «missão-central» deveria entender-se com as fábricas de tecidos, exportadores de géneros alimentícios e outros fornecedores, «para que nas missões portuguesas apenas fossem consumidos produtos de origem portuguesa; até entre os indígenas faz péssimo efeito a praxe contrária» ([33]), *afirmava.*

Para o Padre Barroso toda a «missão-mãe» deveria localizar-se em posição salubre e dominar uma população densa, donde fosse fácil irradiar e contactar com os povoados indígenas, e as estações missionárias sucursais.

O Missionário do Congo, uma vez Prelado de Moçambique, não modificaria as suas ideias acerca do problema. O seu plano, escreve em 1894, era «conseguir que um missionário não permaneça isolado no sertão, e mesmo no litoral; a razão por um lado e a experiência por outro, têm mostrado exuberantemente que o missionário abandonado a si no meio da barbárie do interior, que o cerca por todos os lados, não a modifica civilizando-a, mas é absorvido por ela, a não ser que a Providência faça milagres, que sendo possíveis, não são a regra, nem se devem esperar» ([34]).

Inteligência penetrante, servida por uma experiência enorme, adquirida na escola dura da vida sertaneja, o Bispo de Himéria defendia desta maneira convicta e confiante, a fundação da «casa-central», já em certo modo patrocinada para o Senegal, em 28 de Janeiro de 1846, pelo Padre Libermann:

«Além de um Seminário na Metrópole é indispensável, se não queremos sofrer cruas desilusõess todos os dias e marcar passo eternamente, ter na Província uma grande casa, onde concluam a sua educação os missionários, venham eles de onde vierem. A educação dos missionários na Europa ou na Índia, por mais perfeita que a queiramos supor, nunca será adequada aos rudes trabalhos da missão africana; essa só no próprio lugar do combate poderá ser profícua e completa».

([33]) Cfr. relatório, págs. 45-47.

([34]) Cfr. relatório, pág. 205.

A ideia de D. António Barroso era ainda mais arrojada e mais ampla que a do Venerável Padre Libermann, como de efectivação mais urgente e necessária. «Nesta casa entrariam para fazer o seu tirocínio todos os padres que se dedicassem às missões da Prelazia, e só dela sairiam quando a autoridade competente, depois de proceder a provas severas, os encontrasse adestrados para o duro trabalho da missão, bem mais difícil do que a muita gente se afigura, lá de longe» ([35]).

É a falar e mesmo a discutir que os homens se entendem e os problemas se esclarecem. O Padre António Barroso como superior da missão de S. Salvador, ou em Moçambique como seu prelado, não se remeteu, como o caracol, a um silêncio comodista e sem compromissos. Agitou ideias, combateu, discutiu, agiu, estudou, reagiu e tornou-se talvez maior como missiólogo que como missionário. É certamente sob esta faceta do seu espírito e da sua acção que mais o admiramos.

Foi sem dúvida notabilíssima a sua folha de serviços como apóstolo do Congo e de Moçambique, particularmente como reorganizador das missões da África Oriental portuguesa. O seu relatório de 1894 é testemunho eloquentíssimo da sua têmpera e da sua estratégia. Porém cremos que o doutrinador, o missiólogo, o mestre, sobreleva ainda ao homem extraordinário de acção, como nos parece que o dinamismo indomável deste homem de acção se trai manifestamente no doutrinador.

Admire-se em D. António Barroso um intransigente amor da Pátria, não movido de «prémio vil», ou de interesses inconfessáveis, tão intransigente, tão puro e tão alto como o que votava à Igreja, de quem era Missionário e Bispo. Grandes missionários deu à Igreja esta leira portuguesa, do século XV em fora, mas nenhum que mais e melhor que D. António Barroso fosse o homem do futuro, do seu tempo e da sua missão.

([35]) Cfr. relatório, pág. 223.

SIGLAS

AA	Arquivos de Angola (Luanda)
AAL	Arquivo da Arquidiocese de Luanda
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
AMP	Annaes das Missões Portuguezas
BOA	Boletim Oficial de Angola
BOM	Boletim Oficial de Moçambique
BSG	Boletim da Sociedade de Geografia (Lisboa)
BSGL	Biblioteca da Sociedade de Geografia (Lisboa)
C. S. Sp.	Da Congregação do Espírito Santo
O. F. M.	Da Ordem dos Frades Menores
O. F. M. Cap.	Da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos
O. P.	Da Ordem dos Pregadores
S. J.	Da Companhia de Jesus

RELATÓRIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO EX.mo e REV.mo SR. BISPO DE ANGOLA

(15-7-1881)

Há muito que de todos eram bem conhecidas as necessidades religiosas do Congo, sujeito à jurisdição dos Ex.mos Bispos de Angola, por ser parte integrante da Diocese deste nome.

Este reino que noutro tempo teve em seu seio uma Sede episcopal e comunidades religiosas, há muito que não tinha nem sequer um Padre com residência permanente; pois alguém que de longe em longe ali era enviado, apenas com muito custo e trabalho podia baptizar as pessoas que se lhe apresentavam, sem que para isso fossem prèviamente preparadas: o que deu em resultado a paganização destes povos, de maneira que se os baptizados se podem actualmente contar aos milhares, os verdadeiros cristãos nem ainda por unidades.

Condoído de tal situação, o Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Angola e Congo, D. José Sebastião Neto, coadjuvado pelo Governo de S. M. F. (1), bem como pelo Ex.mo Sr. Governador Geral da Província, houve por bem atender às repetidas instâncias do Rei do Congo, que muitas vezes havia pedido missionários para o seu povo (2) enviando àquele reino uma missão católica permanente, que pelas condições de estabilidade pudesse oferecer vantagens à Religião e à Pátria.

Depois dos indispensáveis preparativos partiu a missão a bordo da canhoneira *Bengo,* que se achava surta no porto de Luanda, no dia 20 de Janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e um.

No dia seguinte, pela tarde, aportámos a Banana, ponto magnífico, situado na embocadura do Zaire. Banana está destinada, quanto o pode prever a perspicácia humana, para vir a ser (e já em parte o é) o empório do comércio da África Equatorial. Compõe-se de grande feitorias, recebe actualmente todo o comércio do Zaire, que é abundantíssimo.

(1) Sua Majestade Fidelíssima.

(2) No estudo que antecede a documentação nos ocupamos deste problema.

Quando desembarquei era quase noite, e por esta razão não me foi possível apreciar devidamente este lindo ponto, que me parece estar reservado pela Providência para de futuro desempenhar um papel importante na história da civilização africana.

No dia vinte e dois deixámos Banana às seis da manhã e continuámos o nosso curso rio acima, sem incidente algum notável. O Zaire tem neste ponto largura tal, que se assemelha a um mar.

As trinta e três léguas que distanciam Banana das feitorias do Noqui podem ser divididas em três zonas perfeitamente distintas.

A primeira estende-se da foz do rio até Porto da Lenha, e deve ser duma fertilidade espantosa; o terreno que margina o Zaire é literalmente coberto duma vegetação explêndida; as margens são pouco definidas, pois o rio, que é demasiado largo, ora entra no domínio dos bosques, ora recolhe ao seu leito ordinário. Esta zona é, sem dúvida, a mais baixa e provàvelmente a menos salubre.

De Porto da Lenha, ponto que não examinei de perto, por navegarmos no canal do sul, até Boma, os terrenos que orlam o rio apresentam uma perspectiva mui diferente da que ficou descrita; talvez mais pitoresca, menos exuberante na sua vegetação e agradàvelmente acidentada, esta zona deve ser menos fértil que a primeira.

Nesta secção as margens do rio acentuam-se mais e mais, e tudo mostra que este principia a entrar num leito perfeitamente definido.

De Boma até Noqui o Zaire torna-se muito menos largo, as margens são altas e os terrenos que o cercam eriçados de morros; o carácter de fertilidade da primeira zona vai-se extinguindo, de modo que desaparece na última.

Chegámos à pitoresca estação de Boma às cinco horas do dia vinte e dois; apenas desembarcámos, fomos bem recebidos pelo Gerente e empregados da Casa Portuguesa Faro, oferecendo-nos aquele os seus valiosos serviços, de que nos temos aproveitado.

Sabendo que em Boma estavam dois Missionários franceses, pertencentes à florescente missão da Lândana [3], fomos visitá-los, sendo acom-

---

[3] Os Padres do Espírito Santo do Gabão julgaram ter escolhido Lândana «tout-à-fait en dehors des possessions portugaises». Mas não vale a pena ironizar com o erro, como se digna fazê-lo o Rev. Padre António Farinha, nem é preciso ir rebuscar as velhas cartas geográficas de Soligo ou outras. Também não corresponde à verdade que «não havia português que ignorasse ser (Lândana) pertença de Portugal». De facto as «ingenuidades», a «ignorância», a «boa-fé», as «suposições» erróneas dos Missionários do Espírito Santo franceses são filhas legítimas de história e geografia de autoria bem portuguesas. Leia-se e pasme-se dos limites fixados em 1825, num livro publicado em Paris e em que se basearam os Missionários do Espírito Santo, escrito por Feo Cardoso de Castelo Branco, as *Memorias* de Mota Feo Cardoso. Lá vem, na página (326), que o reino de Angola ficava compreendido entre 8 e 16 graus de latitude, isto é, entre Mussolo, a sul do Ambriz, e a sul pouco mais que Porto Alexandre! Quando um português fixava semelhantes

panhados pelo ilustre comandante da *Bengo* (4). Disseram-nos, entre outras coisas, que na escola que ali estabeleceram, contavam apenas vinte e um alunos, na máxima parte mandados pelos europeus residentes naquela localidade, pois os indígenas poucos enviavam. Que na ocasião em que organizaram aquela missão, há perto dum ano, os pretos vieram trazer-lhes os seus objectos de comércio, e respondendo-lhes os Padres que não tinham vindo ali para comerciar, mas ùnicamente para salvar as almas deles, disseram que não podia ser, porque os brancos só ali iam para se entragarem ao negócio.

No dia vinte e três, às seis da manhã, levantou ferro a canhoneira, continuando a nossa viagem sempre com felicidade, apesar da corrente, que em alguns pontos é duma violência extraordinária; às onze horas passámos em frente do Mossuco, estação situada na margem esquerda do Zaire; não tocámos neste ponto, seguindo directamente para Noqui. Mossuco pode ser também ponto de partida para o Congo, e apesar da preferência que alguns lhe concedem, julgo ser melhor o de Noqui.

No dia vinte e três de Janeiro, pela uma hora da tarde, ancorava a canhoneira *Bengo* em frente de Noqui-Lucango, termo da nossa viagem e da Missão de que estava encarregada.

Em Noqui há duas feitorias, uma portuguesa, e francesa a outra; ambas são muito modernas, sendo todavia mais antiga e mais importante a portuguesa. Deste ponto a Vivi, que se descobre duma eminência e que é a residência actual e ordinária de Stanley, distanceiam vinte milhas.

Noqui é um dos pontos mais desagradáveis do Zaire; cercado de montanhas, tendo a péssima vizinhança dum pântano, sem mais vegetação que a do capim, abundante em todas as terras, Noqui só se torna recomendável pelo comércio, que do Congo e povos vizinhos ali aflui.

Apenas a canhoneira lançou ferro, veio a bordo um filho do rei do Congo, empregado da casa francesa, que nos deu a pouco satisfatória notícia de que os carregadores não tinham ainda chegado. Este filho do rei, chamado D. Álvaro, prestou-nos mais tarde relevantes serviços, influindo já com os carregadores, já acompanhando-nos até à Capital; e creio que é dentre os seus numerosos irmãos o que mais afeição tem aos portugueses.

Na dúvida se a carta do Ex.mo Governador Geral de Angola teria chegado às mãos do rei do Congo, foi, no dia imediato ao da nossa chegada, expedida uma ordenança a S. Salvador para activar quanto possível

---

limites, num livro quase oficial, a territórios da sua pátria, a que vêm ironias nossas?!

A Missão de Lândana foi criada por decreto da Casa-Mãe dos Missionários do Espírito Santo, de 25 de Julho de 1873. Os Missionários, Padre H. Carrie e Ir. Fortunato, desembarcaram em Lândana em 9 de Setembro do mesmo ano. A missão de Boma foi fundada em 12 de Maio de 1880 pelos Padres H. Carrie e Visseq, sob o vocábulo de N. Senhora das Vitórias.

(4) Segundo-tenente Carlos Cândido dos Reis.

a vinda dos carregadores; enfim, depois duma enfadonha demora, chegaram estes e o enviado no dia seis de Fevereiro, estando tudo preparado para a partida, que efectivamente teve lugar no dia oito às seis da manhã.

Uma viagem, por pequena que seja, na África é sempre difícil; ora são os carregadores que se recusam a marchar, ora o caminho, que, profundamente cavado pelas chuvas, apresenta precipícios a cada passo; em suma, são tantos os obstáculos que impossível me é enumerá-los todos.

Felizmente a Providência com mão amiga foi removendo todas as dificuldades, de modo que concluímos satisfatòriamente o primeiro dia da nossa viagem às cinco e meia horas da tarde, resolvendo acampar em Quinda, povo insignificante, mas bem situado num pequeno planalto muito fértil e agradável.

Logo que chegámos foi posta à nossa disposição uma cubata para nela passarmos a noite.

Entre este ponto e Noqui, encontrámos um pequeno povo, onde alguns homens falavam sofrìvelmente o português, língua que não mais ouvimos aos indígenas, até às proximidades de S. Salvador.

No dia nove pela manhã, continuámos a nossa derrota, percorrendo um tracto de terreno mais montanhoso e sáfaro do que o do dia antecedente. Em geral o terreno era pedregoso e tinha todos os caracteres de pouco fértil; o povo mais importante que encontrámos foi o de Tambouco; às cinco e um quarto acampávamos em Manuza, pequeno povo situado num descampado, onde nos veio surpreender uma furiosa trovoada, seguida de copiosíssimas chuvas; passámos uma noite desgraçada, pois ficámos encurralados numa cubata, que apenas teria capacidade para duas pessoas, sendo nós seis e algumas molhadas.

Empreendemos com bons auspícios o terceiro dia da viagem; pois o dia estava magnífico; a manhã fazia lembrar as de Maio em Portugal.

Passámos por muitos povos, alguns de certa importância; esta zona de terra é fértil, agradàvelmente acidentada, e seus habitantes parecem-me mais brandos e mais aptos para receberem os benefícios da civilização do que os antecedentes.

Pernoitámos em Talambanza, povoação formada de sete ou oito cubatas, no cimo dum grande morro.

Partimos no dia onze de Talambanza e meia hora depois passávamos o rio Pouzo; em seguida encontra-se uma secção de terreno alagadiço, porém duma beleza extraordinária, onde existem petrificados uma grande quantidade de troncos.

A viagem correu neste dia sempre agradável e pitoresca; acampámos às cinco horas da tarde no mato, por não haver povoação próxima.

No dia seguinte continuámos a nossa viagem, atravessando às oito horas da manhã o Locossa, rio pouco importante, e às três da tarde o Lunda, que tem grande volume de águas e uma fortíssima corrente; julgo ter este rio trinta metros de largura.

Ficámos esta noite em Banza-Cumbi, lugar já bastante próximo de S. Salvador do Congo.

No dia treze pusemo-nos a caminho e chegámos às cercanias de S. Salvador pelas dez horas da manhã, onde nos demorámos algum tempo para prevenir o rei da nossa chegada.

Partindo de Noqui, no segundo dia há uma bifurcação de caminhos; uns preferem o a que chamam novo, outros o antigo; nós seguimos este, que é incómodo bastante, por causa das muitas águas que a cada passo embargam a passagem; do novo não posso falar senão por informações; dizem que é mais enxuto e até mais breve.

O tempo em que empreendemos a viagem, foi incontestàvelmente o pior para a realizar; o melhor é de meado de Agosto a Novembro, pois não há chuvas e o capim, que é um grande obstáculo, está completamente queimado.

Todos os povos, com que tivemos ocasião de tratar em todo o trajecto da nossa viagem, são pagãos e a julgar pelo grande número de manipansos de horrível catadura, pontas feitas de barro, cabeças, pernas, penas de aves e mil outras coisas que penduram nas testadas das suas cubatas.

Convenientemente preparados, e tendo mandado ao rei do Congo aviso da nossa chegada, entrámos em S. Salvador, sendo imediatamente recebidos por S. Majestade, que nos esperava cercado de inumerável povo.

Depois dos primeiros cumprimentos foi-lhe apresentada pelo Capitão Mena a carta que Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal lhe enviava. Neste importante documento era convidado o rei do Congo a prestar à Missão Católica, que se ia estabelecer em seus estados, todos os auxílios morais e materiais que lhe fosse possível; para que, assim coadjuvada, ela pudesse desenvolver toda a sua actividade, e produzir os resultados que dela, com justo título, se podiam esperar.

Concluída a leitura da carta, o rei agradeceu em palavras breves, mas elevadas, os benefícios que do Rei e Governo Português tinha recebido em muitas conjunturas, e na presente ocasião, enviando-lhe a Missão, que ele, há muito tempo ardentemente desejava para o seu reino. Em seguida levantou-se Sua Majestade e veio respeitosamente beijar os crucifixos que pendiam do peito dos Missionários.

Concluídas as cerimónias do estilo, dirigimo-nos ao lugar que nos estava destinado para habitarmos, onde procurámos instalar-nos, segundo as circunstâncias o permitiam.

Foi fixada para o dia seguinte a entrega dos presentes, que de Portugal vieram para Sua Majestade; portanto, à hora pré-estabelecida, comparecemos nos Muros (nome que no Congo se dá à casa do Rei), onde já nos aguardava um numeroso ajuntamento, que àvidamente tinha concorrido para presenciar a entrega dos presentes, que pelos brancos eram feitos ao seu Rei. Este novamente agradeceu todos os benefícios que do Governo Português tinha recebido, lembrando o muito que eles sofreram para o colocar no trono quando este lhe era disputado por inimigos fortes;

terminou por manifestar que seria sempre o mais fiel e dedicado vassalo de Sua Majestade Fidelíssima, e que a sua gratidão seria perpétua.

O Governo Português é digno dos maiores elogios, não só por ter enviado ao reino do Congo uma missão religiosa e artística, que lhe releva em certo modo a culpa dum esquecimento prolongado, mas também pelo modo digno com que apresentou os seus enviados.

Os presentes eram bons, e não consistiam em geral, como de costume, em objectos que pela maior parte nada concorriam para a moralidade e proveito de quem os recebia; honra pois a quem abandonou a rotina antiga, que consistia em presentes que só conseguiam fazer perder a cabeça daquele a quem eram dedicados.

Apenas instalados nas nossas pequenas cubatas, as chuvas torrenciais, que alagam estas regiões, vieram desapiedadamente sobre nós, que, por falta de recursos em tal ocasião, pouco preparados estávamos para as receber; as nossas casas de palha, pelo seu estado de ruína e pela abundância de chuva, filtravam a água através dos tetos, tornando o pavimento um lamaçal, deteriorando os objectos e prejudicando altamente a nossa saúde, que de estado tão anormal ainda hoje se ressente.

Nesta lastimosa situação permanecemos dois meses, estando quase sempre mais ou menos doentes e incapazes de empreender qualquer trabalho importante, já pelo nosso estado de saúde, já também porque o tempo o não permitia, pois as chuvas eram contínuas e torrenciais.

Vendo que os males que nos afligiam não prometiam terminar, resolvemos mudar a habitação para um lugar que se nos afigurou melhor para a nossa saúde e que além disso tinha a grande vantagem de estar situado no meio do povo, tendo por vizinha a residência da misssão inglesa; não obstante a despesa que tínhamos a fazer com a reparação das novas cubatas, não hesitámos.

Esta mudança algum bem nos fez, trazendo-nos verdadeiras vantagens para o desempenho da nossa missão religiosa.

Aqui, na nova residência, se construíu um grande telheiro para abrigo dos artistas, e dum compartimento que arranjámos melhor temos até hoje feito capela, onde temos celebrado os divinos ofícios; tendo, porém, o povo concorrido em maior número, esta é incapaz de o conter por ser demasiado pequena. Estamos tratando da construção duma nova; esta pequena obra, no Congo, importa uma soma avultada de despesa e de cuidados, em virtude das circunstâncias em que este país se encontra.

A igreja de pedra, cuja construção tanto anelamos, só daqui a muito tempo e à custa de muitas despesas e sacrifícios poderá conseguir-se.

Alimentei sempre a esperança de que a antiga Sé poderia ser reedificada, ficando assim um bom templo sem despesas extraordinárias; apenas, porém, se procedeu ao desentulho deste lugar, quase completamente obstruído pelo arvoredo e ervagem, que dentro do seu recinto se tinha desenvolvido, fiquei plenamente convencido de que nada se podia fazer naquele sentido; pois as paredes, exceptuando as da capela-mor, estão

por terra, e aquelas mesmas que existem de pé, acham-se em tal estado de ruína, que seria demasiada temeridade aproveitá-las. Nem os alicerces podem servir para no mesmo ponto ser edificada a nova Igreja: pois que a antiga tem proporções muito maiores do que aquelas a que pode aspirar a nova. Eis as suas dimensões:

Comprimento — 35,61 metros.

Largura — 12,61 metros.

Em vista destas medidas, a única coisa que do antigo templo se pode utilizar, é a pedra, que não é de pequeno valor nesta terra, onde escasseia (5).

Tivemos já o cuidado de certar junto da nova residência um bom pedaço de terreno, que temos cultivado com algum esmero, podendo já hoje tirar dele algumas hortaliças. Esta horta poderia ser uma espécie de granja em pequeno ponto, se os pretos se importassem com a agricultura. Estes só se lembram do dia presente, e são, além disso, duma parcimónia admirável, contentando-se com um insignificante punhado de péssima farinha e alguns grãos de gengibre. Parece-me ser esta a razão da pobreza agrícola do Congo; o solo é fértil em geral, e alguns géneros de cultura podiam dar grandes resultados, trazendo a abundância ao país, que é pobríssimo, por desleixo de seus habitantes.

A índole do preto do Congo, abstraindo da preguiça característica da raça preta e que o consome, é mais comercial do que agrícola; esse diminuto número de metros de terreno cultivado é devido ùnicamente às mulheres; o homem ou vai procurar o comércio do interior, especialmente o do marfim e borracha, ou é um ente perfeitamente nulo e até prejudicial, que consome e nada produz.

Devendo ser dos primeiros cuidados duma missão religiosa, a instrução popular, tratámos logo de obter uma casa adequada para tal fim; depois de muitas dificuldades conseguimos uma, que infelizmente não satisfaz, pois lhe faltam todas as condições que tais casas exigem; isto não obstante, dela nos vamos servindo, até conseguirmos outra em melhores condições.

Quando chegámos ao Congo não havia escola alguma neste reino, porque a da missão protestante estava fechada, por estarem nessa ocasião ausentes os ingleses.

Atendendo à nenhuma importância que este povo liga à instrução, ainda hoje é muito pouco frequentada a nossa escola; para isto reunem-se duas causas: a primeira e a mais funesta é, incontestàvelmente, o desprezo que os habitantes do Congo têm pela instrução, não consentindo muitas vezes que seus filhos frequentem a escola; a segunda é a concor-

---

(5) Felizmente que não pôde ser reedificada a primitiva Sé do Congo, de outro modo não teríamos hoje de pé uma única pedra desse templo venerável. Parece que o Padre Barroso também não chegou a fazer das ruínas pedreira para a nova igreja. Ainda bem.

rência que lhe faz a protestante, que apesar de não ser pública, nem por isso deixa de existir, emanando dela, natural e lògicamente, consequências que não podem ser favoráveis nem ao catolicismo nem a Portugal.

Apesar, porém, de todos estes obstáculos, creio que a escola portuguesa é mais frequentada com notável diferença; o tal ou qual desfalque que sofre em virtude da gente de casa do Rei estar em companhia dos ingleses, é suprido por outros, poucos, que desejam os seus filhos educados catòlicamente.

Desde que estudo os costumes e tendências deste povo, mais e mais me convenço de que o melhor benefício com que se podia dotar esta Missão, era dar-lhe os recursos necessários para poder sustentar um internato de trinta a trinta e cinco crianças, que fossem convenientemente educadas no amor da religião e da pátria. Dentre elas se deveria escolher as mais aptas para a cultura das ciências e letras, sendo enviadas depois de prèviamente desenvolvidas no português e latim, ao Colégio das Missões Ultramarinas, para serem ordenadas as que mostrassem uma verdadeira vocação para o estado sacerdotal.

É minha convicção, apesar de tudo o que se tem dito contra os Padres indígenas, que depois de preparados naquele estabelecimento, os filhos deste país haviam de prestar grande auxílio à religião e prestígio ao nome português.

O Padre europeu pode fazer muito, e realmente o está fazendo em muitos pontos de África, porém a índole desconfiada do indígena parece-lhe ver nele sempre um inimigo da sua raça. Não queria o Padre indígena isolado, podendo fàcilmente cair nos vícios repugnantes de seus compatriotas; isso não; mas queria-o sempre dirigido pelo europeu, de modo que um dirigia e o outro executava ([6]).

O povo do Congo é egoísta e interesseiro; não faz coisa alguma onde não veja um lucro pronto e certo; só quer o que é da ocasião, e pouco se importa com o futuro; é por esta razão que não liga importância à escola e nega-lhe seus filhos, ou não os impele para o ensino, porque não lhe palpa as vantagens; não acontece outro tanto se lhe disserem: dai-me os vossos filhos, que eu me encarrego de lhes dar uma boa educação, provendo a todas as suas necessidades de alimentação e vestido; assim não têm a mínima repugnância em os ceder todos, seja lá para o que quiserem.

Temos hoje na residência da Missão quatro rapazes, digo cinco, sacrificando-nos a sustentá-los para os não vermos ir cair na missão inglesa, que tem um bom número deles por este sistema, e assim pode sempre lançar mão dos que lhe parecerem mais hábeis.

([6]) Esta tutela paternal a prestar ao clero nativo, especialmente se de raça preta, apesar da poesia heróica com que em certos meios africanistas o têm decantado, é de necessidade absoluta, especialmente nos primeiros anos de apostolado. A poesia heróica tem-se transformado, em muitos lugares, em prosa trágica, exactamente porque não tem havido suficiente prudência ou noção exacta das realidades da vida. O Padre Barroso, como se verifica, não era poeta. Honra lhe seja!

Entendo também que uma vez estabelecida uma casa desta ordem, que deveria ser na mesma residência da Missão e com alunos só internos, estes devem ter junto de casa um tracto de terreno para cultivarem, aliando assim o estudo com o trabalho, que poderia ter dois fins: a distracção e a utilidade do estabelecimento, conseguindo deste modo inocular naquelas almas ainda puras o amor ao trabalho, que seria um poderosíssimo elemento de regeneração africana; não me parece que um Colégio, nas condições indicadas, ficasse demasiadamente oneroso ao Governo português.

Demais, é altamente cristão e civilizador o empreendimento de subtrair a um meio contaminado e corrompido as crianças, que, pelo contacto com os escândalos diários, em pouco se tornam por força viciosas; o preto pequeno nem é destituído de inteligência, nem é desobediente e perverso; pelo contrário, é dotado de boas qualidades, que brevemente perde, atendendo às circunstâncias em que vive.

É possível que não veja bem as coisas; julgo, porém, ser este o meio mais eficaz, senão único, de criarmos nestas regiões do Congo dedicações verdadeiras e desinteressadas.

Poderão apontar para a escola, esta, porém, pelas razões que deixei expendidas, não pode dar precisamente aquilo de que nós no Congo necessitamos: homens esclarecidos e dedicados, resultado que uma escola não pode atingir.

Adviria também grande importância a esta Missão do aumento de pessoal; mais três Padres seriam talvez o bastante para ela poder ocupar uma área considerável, não só pela extensão do terreno, como também pela quantidade de povos importantes que abrange.

Não longe de S. Salvador existem alguns povos que pela sua população mereciam ter em seu seio um Padre para catequizar e ao mesmo tempo ter uma escola, que talvez fosse mais frequentada que a de S. Salvador, pois ficava isenta de concorrência; o Tumbi e povos vizinhos, a Marimba e algumas povoações de maior população que S. Salvador, ficariam formando, com este ponto como centro, uma área respeitável ocupada eclesiàsticamente pelos portugueses.

Em S. Salvador há traços indeléveis, que atestam o poder e glória de Portugal; nos povos vizinhos não se dá o mesmo caso, e este nome quase não seria conhecido ali a não ser as contínuas relações destes povos com a capital, onde vêem os portugueses e ouvem falar deles.

Os Missionários, estabelecidos neste ponto, seriam servidos do centro da Missão, que por todas as razões deve estar em S. Salvador, com todo o pessoal existente, que não é demasiado para os trabalhos deste ponto, e auxílio dos vizinhos.

A Missão de S. Salvador pode fazer uma ou algumas excursões aos povos mencionados, porém, além de lhe impor um sacrifício pesado aos seus recursos, estas viagens não dão um resultado real e duradouro, ao passo que o Padre no meio desses povos, onde está seguro, pois o preto

destas dez léguas em circunferência é manso, ia ensinando juntamente com as verdades religiosas a língua portuguesa, e com estes dois elementos concorria poderosamente para a nossa influência entre os indígenas, donde ela mais e mais tende a desaparecer.

Tinha esta medida ainda uma vantagem muito eral e importante, a seguinte: Os missionários protestantes, que estão em S. Salvador, não têm até hoje abandonado a casa que aqui possuem por estarem convencidos de que o Governo enviou esta Missão para os fazer recuar, mas não para ser duradoura a sua permanência nestas regiões; desde o momento, pois, que virem que a Missão em vez de retroceder se desenvolve, estou certo que abandonam o terreno; o que seria um bem incontestável.

Aqui deixo consignado o meu modo de pensar a respeito do denvolvimento que se pode dar a esta Missão sem extraordinário aumento de despesa e com grande proveito da Religião e da Pátria.

O estado actual da Missão é um pouco mais lisongeiro do que nos seus primeiros tempos, ainda que bastante precário; depois de ter lutado com grandes dificuldades para se poder estabelecer convenientemente, provenientes já da sua pobreza, já da índole deste povo, que é dum egoísmo atroz, conseguiu uma posição mais vantajosa e uma vida mais desafogada.

O Rei alguma coisa tem feito a nosso favor; isto, porém, dista imenso do que prometia; é preciso, porém, saber-se que o seu poder material é quase nulo; podia, todavia, dar impulso a esta obra civilizadora com a sua influência moral, que ainda é bastante poderosa, para guiar os subditos no caminho do bem; mas, infelizmente, neste ponto também não está livre duma pressão esmagadora, a do interesse, que lhe advém da missão inglesa.

Eu creio e sempre cri, na bondade pessoal e até numa tal ou qual dedicação do Rei do Congo para com os portugueses; tinha, porém, de se coibir para não ir de encontro às susceptibilidades dos missionários ingleses, que, pelas suas valiosas e contínuas dádivas, constituem a sua primeira fonte de riqueza. O que avanço torna-se evidente, sabendo-se que, apesar de reiteradas instâncias, permitiu e permite que alguns indivíduos da sua família, até um filho, estejam em casa dos protestantes, não sendo de certo para se inflamarem no amor do Catolicismo, nem do nome português.

São estes os factos que me levam a crer que o Rei vive em grande intimidade com a missão inglesa, tendo, não obstante boas promessas para os portugueses, chegando a mostrar-se na nossa presença pouco satisfeito com os ingleses, dizendo que entraram no seu reino recomendados pelo Governo de Luanda (do que eu duvido) e que a não ser isto os não consentiria em seus domínios; é um excelente modo de viver bem com todos, segundo a minha opinião.

Sem embargo de todas estas contrariedades, a Missão católica vai pouco a pouco conseguindo prosélitos, e aos domingos reune-se já um prometedor, ainda que pouco numeroso pessoal para assistirem ao Santo

Sacrifício da Missa e Catequese, principalmente se o Rei lhes dá o exemplo, o que raras vezes sucede.

O povo do Congo não é um povo dedicado por cousa alguma grande e nobre, menos o é, porém, para com a Religião que seus pais professaram; gostam, é verdade, de se baptizar, mas é preciso que lhes não exijam prèviamente a instrução, nem ao menos dos artigos fundamentais do Cristianismo; porque se lha exigem, se retiram blasfemando e dizendo que estes Padres não são como os outros, que baptizavam quantos se lhes apresentavam; e, desprezando todos os nossos conselhos, nunca aparecem para serem instruídos.

Desde a nossa instalação em S. Salvador, até hoje, baptizámos cinquenta crianças, algumas das quais já estão no céu, louvando e glorificando a Deus Nosso Senhor; os adultos a princípio concorriam em número considerável; vendo, porém, a nossa resistência em condescender com os seus infundados desejos, nem um só aparece.

Este povo, enfim, não tem a consciência formada e só com muito tempo e sacrifícios se poderá conseguir que tenham ideias um pouco mais esclarecidas acerca de religião e da sua própria dignidade, que totalmente desconhecem.

As mulheres são as que mais concorrem aos actos religiosos; e estas mesmo em pequeno número; os homens aparecem sempre em desoladora minoria.

Os homens e mulheres deste vasto reino do Congo têm todos os vícios e superstições do gentio que os rodeia; estão, porém, muito seguros de que o céu os espera aberto de par em par, porque dizem que são baptizados e crêem em Jesus Cristo, e que isto lhes basta; eis o princípio absurdo e genuìnamente protestante, que, segundo me parece, não lhes foi ensinado pela missão inglesa, mas que o possuem desde muito; para eles as obras são indiferentes; e quando são arguidos de terem muitas mulheres, *por causa de roubo, senhor,* respondem sempre, *é costume do Congo,* ficando com esta resposta tão satisfeitos como o geómetra quando encontra a solução dum teorema.

Não posso deixar de lamentar as funestas consequências das missões que precederam a actual, que sem culpa talvez dos Missionários e até com as melhores intenções, puseram este povo no desgraçado hábito de nada mais quererem saber do que do baptismo.

Não me refiro precisamente às modernas, pois a profundeza do mal é prova bastante de que a sua origem é demasiado antiga; é tal a aberração dos princípios cristãos neste povo, que seria hoje mais fàcil trazer às práticas do Cristianismo um povo inteiramente pagão, do que cristãos que se julgam no posse do verdadeiro caminho, ao passo que estão dele imensamente afastados.

Um dos cancros mais profundos, que afligem o Congo, e quiçá o mais difícil de extirpar, é a poligamia; nos homens principalmente, encontra-se

grande repugnância em aceitar a monogamia; isto é de fácil compreensão, sabendo-se que as mulheres com seu trabalho sustentam e provêem a todas as necessidades dos homens, passando estes a vida na ociosidade, ao contrário do que acontece noutras partes. A mulher do Congo está pronta para celebrar matrimónio legítimo, pois guarda fidelidade ao homem com quem se juntou e segue-o sempre com dedicação, ainda mesmo maltratada.

Por estes dados V. Ex.ª Rev.ma conhecerá que no Congo não há sociedade pròpriamente dita, pois lhe falta para isso, além de outros elementos, o essencial: a família, que não pode corresponder aos seus elevadíssimos fins, pelo modo vicioso por que está constituída; há apenas uma agregação de indivíduos sem laços morais que os liguem. A lei, elemento indispensável em qualquer sociedade perfeita para fazer conter cada membro dentro da esfera da sua acção, não existe neste reino; ou pelo menos não me consta que aqui se inflija qualquer castigo ao crime, ou galardoe alguma virtude.

É pois indispensável cuidar da geração nova; porque dos que hoje são adultos nada se deve esperar. É preciso subtraí-la, quanto possível, ao meio pestilencial em que vive e onde precocemente se corrompe; é necessário invidar todos os esforços, para que a mocidade, educada nos princípios religiosos, vá formar uma sociedade nova e substituir a actual, sem base e sem vida. Ora, para conseguir tão magníficos resultados, não conheço outro meio mais adequado e eficaz do que o já apontado neste relatório; o internato bem dirigido.

Do melhor modo que nos foi possível celebrámos os augustos Mistérios da Paixão e Morte do Divino Redentor; as cerimónias tão sublimes e ternas, que a Santa Igreja emprega para chorar amargamente com seus filhos a morte do seu Santíssimo Esposo, nada impressionaram este povo; as Missas cantadas com a solenidade que no Congo é possível; as Matinas também cantadas, nada, enfim, moveu este povo para vir ao lugar sagrado, tendo nós o desgosto de ver que todas as nossas fadigas eram baldadas.

Creio que este facto é bastante para caracterizar o indiferentismo do povo do Congo e que por ele se poderá avaliar convenientemente as tendências pouco religiosas dos habitantes de S. Salvador; é preciso, porém, atender-se a que se trata dum povo profundamente ignorante em tudo e mui especialmente em matéria de doutrina cristã; o que até certo ponto atenua e explica o seu procedimento.

Finalmente, a Missão do Congo tem grandes dificuldades a vencer, algumas das quais parecem quase insuperáveis; com os auxílios, porém, de Deus Todo Poderoso, com perseverança e sacrifícios, não faltando também os meios humanos, espero que triunfará de tudo e virá um dia

a produzir bons resultados, com o que muito lucrará a Religião e a Pátria.
São Salvador do Congo, 15 de Julho de 1881.

António José de Sousa Barroso

AHU — *Primeira Repartição*, Pasta 1 de Angola.

NOTA — A revista de Cernache do Bonjardim, dirigida pelo Padre António José Boavida, Superior do Colégio das Missões Ultramarinas, publicou em 1899, págs. 47 a 52, um pseudo-relatório do Padre Sousa Barroso ao Prelado de Angola, com a data de 15 de Julho de 1881. São tantos e tais os tratos de polé infligidos ao texto original, que não recuamos em taxá-lo de mistificação total. O leitor tem agora, aliás, as cartas na mesa para julgar do crédito que deve merecer o texto publicado pelos *Annaes das Missões Portuguezas*. O mais trágico é que os *Arquivos de Angola*, em números especialmente consagrados ao ínclito missionário Padre Barroso, tenham sido logrados na sua boa-fé (Cfr. n.os 45-46).

NO CONGO

TRABALHOS DA MISSÃO PORTUGUESA DE S. SALVADOR

APONTAMENTOS DE UMA VIAGEM AO BEMBE

(20-1-1884)

I

Convencido por uma experiência de três anos, passados no interior da África, de que o missionário, para tornar profícua a sua alta missão civilizadora entre os povos indígenas, tem absoluta necessidade de ser viajante, abrangendo em suas excursões o maior número de povoações que lhe for possível, resolvi, apesar das múltiplas dificuldades com que tive de lutar, empreender uma viagem de alguns dias ao sul de S. Salvador do Congo, centro da missão católica portuguesa, tencionando percorrer os povos que ocupam a região, denominada *Marimba*, e chegar, podendo ser, ao Bembe, ponto de muitas recordações portuguesas.

Ocultei, como era preciso, o verdadeiro *terminus* da minha excursão, que era o Bembe, ao pequeno pessoal que me era indispensável para conduzir os objectos de primeira necessidade, pois se os meus carregadores pudessem suspeitar, que o meu fim era atingir aquele ponto, com certeza me abandonariam logo à saída de S. Salvador, ficando assim frustrada a minha tentativa no seu princípio.

Não havendo decorrido muitos anos que os povos do Bembe e S. Salvador tinham relações amiudadas, porque todas as comunicações entre a capital da província e o Congo, então ocupado militarmente, deviam forçosamente passar pelo primeiro daqueles pontos, pois o caminho do Zaire não era ainda seguido por europeu algum, parece incrível que na época actual, estivessem tão distanciados; dir-se-ia até que estes dois povos nunca tiveram conhecimento um do outro.

Preparado tudo e dada a voz de marcha, cousa muito difícil no interior, por mais reduzida que seja a comitiva, pusemo-nos a caminho eu,

o príncipe D. Álvaro de Água Rosada, um outro D. Álvaro Júnior, aluno da missão, e ambos filhos do rei do Congo, mais três alunos e os indispensáveis carregadores, com tenção de ir pernoitar à *Quinganga*, povo a 40 quilómetros pouco mais ou menos de S. Salvador na direcção S.

Tomando, pois, este rumo, em breve transpusemos o sinuoso *Luégi*, que vindo de E., passa ao sopé do planalto em que assenta *Banza-Congo* ou S. Salvador. A extraordinária quantidade de gramíneas de enormes dimensões, que orlam o caminho, tornavam a marcha demasiado incómoda.

Passadas as povoações do *Zamba*, situada na margem direita do *Luégi* e *Kimalo*, bonita senzala, fundada pelos antigos missionários em um gracioso plano, semeado de altas palmeiras, fomos encontrar *N'côco*, que, nascendo muito próximo do *Luégi*, e tomando uma direcção bastante diversa, se vão juntar perto da povoação do *Cunga* a SW. de Banza Congo, para reunidos entrarem no *Lunda*, que por seu turno recebe as águas do *M'pouso* para desaguar no *Matadirio Zaire* em frente de Vivi, e não no oceano, como erradamente indicam algumas cartas antigas, entre outras as de Duarte Lopes e marquês de Sá da Bandeira.

Todo este dia transitámos por entre povos conhecidos, gente amiga e muito relacionada com a missão pelas suas frequentes visitas a S. Salvador. Durante o trajecto fomos obrigados a atravessar algumas lagoas, como se nota no meu itinerário, sendo de todas a mais importante a do *Lombo*, que, além da grande quantidade de papyrus, que muito dificulta a passagem, contém uma camada de lodo tão pouco consistente, que, não havendo cautela, pode muito bem engulir um homem. O terreno é acidentado, destacando-se aqui e além alguns morros de altura regular.

Às oito horas da noite entrávamos na *Quinganga*, povo do príncipe D. Álvaro, que nos acompanhava; e, como íamos bastante fatigados por ter feito uma jornada de mais de 40 quilómetros, dormimos admiràvelmente.

É este o último povo para o S., onde se encontram os derradeiros vestígios da civilização europeia. O príncipe D. Álvaro, tendo sido educado pelos portugueses, esmera-se em apresentar aos seus hóspedes um certo número de comodidades, que debalde se procurarão noutros pontos do interior.

Os três dias imediatos à nossa chegada foram empregados em administrar o baptismo a um grande número de crianças, que de todos os lados afluíam, sem embargo de não ser decorrido muito tempo, que no mesmo lugar eu havia baptizado uma boa quantidade de infantes.

Nos dias seguintes fizemos algumas excursões aos povos vizinhos, sendo a mais digna de menção a que realizámos ao *Imbundu*, onde, além do interesse religioso que representava, me levava também a esperança de obter bordões, hastes de *Raphia vinifera*, para uma capela que andava em construção.

Tendo visitado a senzala do *Tuco*, situada no cimo de um monte que domina uma extensa lagoa, que não é mais que o curso superior do *N'Côco*,

e que nós contornámos, chegámos ao *Imbundu*, onde, a falar com toda a franqueza, nos receberam com pouco agrado.

Tendo fàcilmente percebido a má disposição do soba em satisfazer a necessidade que já lhe havíamos exposto, de nos permitir o corte dos bordões da lagoa próxima, preparámo-nos para a defesa da nossa pretensão, que depois de renhido debate, foi por último resolvida satisfatòriamente, tendo não obstante de o pagar pelo triplo do que razoàvelmente podia valer.

É sempre extremamente difícil o conseguir qualquer coisa dos indígenas, desde o momento que eles afirmam que há feitiço, se temos pouco empenho, é melhor desistir; aliás devemo-nos dispor a dar tanta fazenda que se resolvam a dizer, que consultando o seu *N'quixe* (feitiço), este lhes respondera que podiam sem perigo conceder o que lhes pedia.

Foi isto exactamente o que nos sucedeu com a história dos bordões, não só a nós, mas também à casa francesa Daumas, Béraud & C.ª, que tinha idênticas pretensões.

Concluída, pois, uma visita aos povos limítrofes, tão longa como o permitiam os nossos estreitos recursos, porque tais visitas nunca se fazem com as mãos vazias, tratei de abordar a questão da partida para o Bembe: aqui é que estava o difícil.

Dos carregadores se apoderou um grande medo e todos consternados me diziam: «Senhor, não podemos ir ao Bembe, porque essa gente destruiu as coisas que os brancos ali deixaram e agora julgam que vai para lhes fazer mal e por isso matam-nos a todos».

Em vão empreguei toda a minha retórica para lhes desalojar da cabeça aquela ideia, nada porém consegui, e em última instância declararam que não me acompanhariam, e se eu tinha muita vontade de morrer fosse só.

Neste estado de coisas nada podia adiantar e o único expediente a seguir era retroceder, após dez dias seguidos em diligências inúteis.

Já estava prestes a regressar à sede da missão, quando me apareceu um sujeito, para mim vantajosamente conhecido, mostrando-me a impossibilidade de realizar o meu projecto de visitar as terras do Bembe, em razão de estarem aqueles caminhos desde muito fechados; acrescentou que se eu quisesse utilizar-me dos seus serviços, ele da melhor vontade se ofereceria para ir prevenir das minhas intenções os sobas da região que eu desejava atravessar, assegurando que por influência de um tio, soba nas proximidades do Bembe, era muito provável poder executá-las. Tal é a eterna cantiga dos pretos que em toda a parte têm *um tio*, nome por que designam, falando em português, todos os parentes havidos e por haver.

Longe de ser desmentido pelos circunstantes, todos a uma voz confirmam o que acabavam de ouvir àquele cavalheiro de indústria e o apontam como o único homem capaz de salvar a situação.

Pela minha parte estava plenamente convencido de que toda esta arenga não passava de uma pura intrujice para apanhar algumas peças de fazenda; ainda assim tomei a resolução de enviar aquele *embaixador* (como os indígenas chamam invariàvelmente a qualquer moço de recados) aos povos por onde devia passar, sendo logo obrigado a entregar-lhe alguma fazenda a título de despesas de representação de meu enviado.

Entretanto, conhecendo perfeitamente a incúria com que os pretos costumam desempenhar qualquer missão, não tendo em conta alguma nem o tempo nem os transtornos que o seu desleixo pode causar, julguei mais prudente e económico voltar pelo mesmo caminho a S. Salvador, onde devia esperar o resultado da embaixada.

Infelizmente, porém, mais uma vez vi confirmado o que antes previra; o bom do homem comeu a fazenda e nem sequer saíu de casa para dar cumprimento à sua promessa, a que tão voluntàriamente se obrigara. É uma falta de palavra a toda a prova, e note-se que tal proceder é muito vulgar entre os habitantes destas regiões.

As terras da *Marimba* ou baixas estão situadas entre S. e E. de S. Salvador; a sua população é assaz densa, como se vê pelo itinerário junto, que ainda assim contém uma boa quantidade de povos, que ainda não pude visitar; o grau de civilisação em que se acham regula pelos de Banza-Congo; têm os mesmos costumes, as mesmas superstições e igual tendência para a inércia. A quase totalidade dos habitantes de S. Salvador traz a sua origem da Marimba.

Tendo sido derrotado D. Álvaro Dongo, que por morte do rei D. Henrique, havia usurpado o mando do Congo, viu-se obrigado a fugir, indo fundar a SW. de Banza-Congo, à distância de 7 quilómetros, na margem esquerda do *Luégi*, a povoação do *Cunga*, arrastando consigo a máxima parte da gente de S. Salvador; os que o não seguiram dispersaram de tal modo que este ponto ficou completamente abandonado.

Foi então que os partidários do marquês de Catendi, hoje D. Pedro V, oriundo da Marimba, vieram ocupar o lugar dos fugitivos; advertindo que a sua população é ainda presentemente muito menor que antes da guerra, e creio que dificilmente atingirá aquela cifra, apesar do acolhimento bom e franco que o actual rei sempre tem dispensado aos que desejam estabelecer-se nesta capital.

Na Marimba nascem os três rios *Lunda*, *N'Côco* e *Luégi*, tendo, segundo me informam, quase uma origem comum; o que não impede de se distanciarem muito no seu curso superior, voltando depois a engrossar o *Lunda*, que é o principal.

A natureza do terreno é argilo-ferruginoso diversamente colorido; são todavia menos frequentes as rochas impregnadas de ferro, que aparecem em quantidade nas proximidades de S. Salvador.

A vegetação é abundante e esplêndida de formusura nos meandros dos pequenos rios que atravessam este país, não havendo, contudo, boas madeiras para construções; as gramíneas abundam por toda a parte, as

leguminosas, convolvuláceas, euforbiáceas, e musáceas são as famílias mais largamente espalhadas; do género *Cassia* há grande variedade e as malváceas acham-se representadas, além de outras, pelo *gossipium*, algodão, e pelo gigantesco *Adansonia baobab*. Encontra-se também a *Cannabis sativa*, *diamba* dos indígenas e a *Nicotiana* silvestre é bastante comum; o que me faz supor que o terreno é muito apto, para a cultura destas plantas, assim como da cana sacarina.

É, além disso, vulgar nesta zona para o S. a *Elais Guineensis*, de que os naturais extraem um líquido a que chamam *malavo*, que constitui a sua principal bebida; do seu fruto, que é o *demdém*, se fabrica o azeite de palma, um dos artigos que está sendo muito procurado pelas casas comerciais do Zaire.

Aparece, igualmente, uma planta muito semelhante à videira da Europa e que julgo ser a *Vitis heraclifolia*, que juntamente com as terebintáceas e papaiáceas compõem a flora desta região.

As condições climatéricas e de salubridade pouco variam das de S. Salvador; nota-se todavia uma diferença para melhor a favor do segundo ponto, proveniente sem dúvida da sua maior altitude e do seu isolamento da influência de lagoas, que, a meu ver, muito contribuem para a insalubridade de qualquer lugar.

A respeito do clima de Banza-Congo tenho encontrado uma diversidade de opiniões, que pelo seu exagero para qualquer dos lados, bom ou mau, se devem abandonar. É certo que ao indivíduo que pela primeira vez chega ao Congo e observa esta povoação, situada num magnífico planalto, que domina quase todos os montes que o cercam, possuindo nos seus flancos abundância de nascentes, d'onde jorra água igual à melhor da Europa, se afigura que está num éden, onde não pode entrar a venenosa serpente das febres intermitentes; é um erro; se aqui se demorar, conhecerá por dolorosa experiência que foi precipitado no seu juízo.

A passagem rápida do calor ao frio e vice-versa, a extraordinária quantidade de capim, cujos detritos pela acção do sol e da chuva entram em decomposição; o costume inveterado e que a tudo resiste, de conservar os mortos por tempo indefinido, envolvidos em fazendas, antes da inumação; e sobretudo o despreso completo das regras mais importantes da higiene entre os naturais, fazem com que neste ponto se sofra bastante e que os europeus sejam atacados de febres de carácter benigno, sim, mas frequentes. Entre os indígenas as doenças predominantes são, na quadra do cacimbo, as pneumonias e bronquites, que todos os anos fazem algumas vítimas; a terrível moléstia do sono, porém, que os pretos designam pelo nome de *Tonge*, é a de mais graves consequências e a que causa maiores estragos. Não excedendo a população desta localidade a insignificante cifra de mil almas, raro será o ano em que não morram desta maldita enfermidade dez indivíduos e às vezes muito mais; nos povos circunvizinhos observa-se o mesmo fenómeno, que me parece digno dos mais sérios estudos.

Em S. Salvador, durante a época pluvial, que se estende de fins de Outubro a meado de Maio, a temperatura média pode calcular-se em 25° centígrados; o máximo da temperatura nunca excedeu 35° e o mínimo desce consideràvelmente durante o cacimbo, não sendo todavia, inferior a 11° centígrados.

A marcha do barómetro varia de 710 a 718 milímetros, o que dá uma altitude considerável de 559 metros para este ponto. Os instrumentos, destinados às observações meteorológicas, cujas folhas de registo são enviadas mensalmente para o observatório de Luanda, estão aferidos pelos padrões do observatório do Infante D. Luís.

A agricultura está na infância, sem embargo da feracidade do solo, que me parece apto para produzir tudo. A sementeira de amendoim *(Arachis hypogoea)* é a mais desenvolvida; deixando todavia muito à desejar. O preto só quer o indispensável para o consumo da sua pequena casa, e pouco mais, que permuta por sal marinho; nunca está prevenido para um ano de fome, e se por infelicidade ele chega, recebe-o com uma resignação que seria digna de louvor, se não fora o efeito da apatia em que vive a respeito do que mais de perto interessa à conservação do indivíduo e da sociedade.

Como em quase toda a África, o cultivo dos campos é atribuição exclusiva da mulher, que no Congo vive uma vida bastante penosa; ao homem compete levantar a cubata de pequenas dimensões, coser os panos que ambos devem vestir, e quando é mais activo e inteligente que o comum de seus compatriotas, vai procurar o comércio do interior, que acompanha até às casas estabelecidas na costa ou Zaire, onde serve de intérprete ou *linguéster,* homem indispensável, por enquanto, nas transacções que se fazem com o gentio.

Na *Marimba* a população é na máxima parte cristã; infelizmente por falta de ensino e por uma grande tendência para a matéria, segue todas as práticas fetichistas, à excepção do que elas têm de bárbaro e sanguinário noutros pontos.

Todos os povos desta agremiação recebem muito bem o padre, a quem respeitam e tratam da maneira que lhes parece mais conforme com a sua posição; apenas este chega ao seu povo esmeram-se por lhe apresentar o que entendem mais o deve lisonjear, não faltando ordinàriamente o *calo a malavo* (cabaça de vinho de palma), que sendo fresco é uma bebida deliciosa. Os indígenas apreciam-no muito depois de fermentar e ingerem grande quantidade de uma só vez; o que dá em resultado uma constante embriaguez para os mais apaixonados. É nos meses que medeiam entre Maio e Novembro que a *Elais Guineensis* produz mais abundância daquele líquido, sendo também esta a época de maior alegria para os que sentem grande prazer no abuso das bebidas alcoólicas, o que sobremaneira há-de concorrer para o seu embrutecimento. As mulheres são mais moderadas, o que não quer dizer que não bebam muito razoàvelmente.

Esta populações reconhecem a soberania do rei do Congo, não obstante terem uma vida quase independente; cada povoação, por insignificante que seja, lá tem o seu *N'fumo* (senhor) que nós traduzimos por soba, a quem compete declarar a guerra ou negociar a paz, ouvido sempre o conselho dos velhos; em casos porém de maior gravidade, costumam consultar o rei do Congo, que chamando à sua presença as partes contendoras, as harmoniza como pode ou lhes parece razoável.

No Congo nada há a que possa dar-se o nome de organização política e social; os laços que fazem depender os diversos régulos do chefe principal, são tão fracos que é muito comum o romperem-se pelas razões mais fúteis e disparatadas; este sistema político só encontra alguma semelhança, posto que muito remota, no feudalismo da idade média.

As mulheres não têm ingerência alguma nas questões relativas ao governo da comunidade, concorrem apenas com as provisões para as guerras e outras empresas; convém mencionar todavia que, não vigorando por aqui a lei sálica [1], não é raro ver-se o governo nas mãos de uma matrona.

Devem além disso prover em todo o tempo à sustentação do marido, fazer a pequena e pouco complicada cozinha, amamentar os filhos, etc.

A poligamia mais desenfreada campeia por toda a parte, e a riqueza do marido é sempre avaliada pelo número de mulheres e de escravos, cujo comércio ainda conservam, não se mostrando dispostos a abandoná-lo; quando, pois, se encontra um homem com uma só mulher, o que não é frequente, é certo que é algum deserdado da fortuna.

A convivência prolongada com os portugueses e alguns germens do cristianismo, que lentamente se têm infiltrado, hão tornado estes povos brandos nos seus costumes e criado uma tal ou qual dedicação pelos europeus, a quem tratam bem, não se opondo jamais ao livre trânsito de quem desejar percorrer as suas terras.

Pela densidade da sua população e posição geográfica, que é um belo ponto de ligação entre o Congo, Bembe e a rica região do *Damba*, a *Marimba* parece muito digna de que ali se criasse uma missão, que por mais de um motivo poderia ficar em melhores condições económicas que a de S. Salvador. É isto o que desde muito reclamam com instância todos os sobas daqueles lugares [2].

---

[1] Lei dos Francos que excluía as mulheres do trono.

[2] Em 17 de Junho de 1939 foi criada a missão de *Marimba*, na circunscrição do Cambo, distrito de Malange, por provisão de Sua Ex.ª o bispo de Angola, D. Moisés Alves de Pinho e confiada aos Missionários da Congregação do Espírito Santo. Dificuldades várias obstaram a que os Missionários ali se pudessem manter permanentemente, embora visitassem as catequeses estabelecidas na região. Por provisão de 8 de Setembro de 1953 era criada a missão do *Duque de Bragança*, abrangendo toda a área da circunscrição do mesmo nome e confiada aos Missionários do Espírito Santo, sob o vocábulo do Arcanjo S. Miguel. Em 1948, ainda por provisão do Arce-

A missão do Congo deve ser o centro das nossas missões do interior ao Norte de Luanda, tudo persuade a isso; é porém indispensável que se não fique neste ponto, é preciso marchar, porque tanto mais se lucra quanto mais se avança. E é por esta razão que eu insisto, que depois de fundada em condições excepcionais uma estação em Banana ou suas proximidades, a qual é, no meu entender, a que menos se pode dispensar, se devem criar outras ao N. e SE. de S. Salvador.

Atendendo, porém, à grande falta de pessoal eclesiástico, as missões do interior poderiam constar de um só padre, acompanhado de um ou melhor dois artistas, compenetrados da elevada missão que desempenhavam; a dificuldade porém de obter este pessoal leigo não me parece de fácil solução, enquanto ele não for convenientemente educado no colégio filial das missões ultramarinas, em Chelas [3], especialmente destinado a introduzir nas nossas missões este importante melhoramento, de que tanto necessitam.

II

Mal sucedido na primeira tentativa, voltei a S. Salvador, mais decidido que nunca a realizar o meu empenho; havendo contrariedades, há desejos de as superar.

Preparado, pois, tudo com melhores elementos, parti novamente de S. Salvador, acompanhado do príncipe D. Álvaro, dois alunos da missão e alguns carregadores, no dia 5 de Outubro do ano findo.

O caminho até à *Quinganga* já é conhecido; uma triste ocorrência porém, que na *Marimba* se havia dado, nos fazia apressar o passo, a fim de livrar da morte um desgraçado; o que infelizmente já não conseguimos, por chegarmos tarde. É costume nos meses de Setembro e princípios de Outubro fazerem-se as grande queimadas do capim e por essa ocasião todos os homens se põem em movimento, a fim de caçarem alguns antílopes, que apertados pelo fogo, correm às clareiras e gargantas, onde são esperados. O uso das espingardas raiunas [4] está de tal modo vulgarizado que até as crianças as manejam, logo que podem aguentar o seu peso, que é considerável.

Numa destas caçadas, onde não há ordem alguma, admirando apenas que sejam tão poucas as desgraças, disparou-se casualmente uma espingarda, indo a bala alojar-se na testa de um caçador, que caiu redondamente morto.

---

bispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, de 24 de Junho, era criada a missão de S. João de Brito da *Damba* e confiada aos Capuchinhos da província de Veneza.

(3) Acerca deste Seminário leia-se o que escreveu na sua Pastoral de 13 de Julho de 1891, o bispo de Angola D. António Tomás Leitão e Castro, em Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1926, Tomo IV, Parte II, p. 81, nota 3.

(4) Espingardas de pederneira, curtas e grossas.

O desgraçado a quem se disparou a arma e que teria apenas a culpabilidade de um descuido, era dias depois condenado à morte.

Estes factos, que não distante de S. Salvador se tornam frequentes e revelam um estado social muito atrazado, são (o que em extremo repugna) acompanhados de verdadeiro martírio; primeiramente amputaram-lhe os artelhos das pernas, depois os dedos das mãos e por último as orelhas, ficando o padecente dois dias neste estado, findos os quais lhe cortaram a cabeça com uma faca, lançando o seu corpo num bosque sombrio, onde jaz insepulto.

Este infeliz, que sofreu tão rigorosa pena, pouco sofreria se em vez de um [homem] livre tivesse morto um escravo, ou se ele em vez de servo fosse senhor. Inútil é dizer que estes processos, em que se joga a vida de um homem, são muito sumários e não admitem apelação, especialmente em relação aos escravos.

Demorando alguns dias na *Quinganga*, onde baptizei pela terceira vez as crianças que puderam reunir-se, passei ao povo do *Lendi*, de que é soba um sobrinho do rei do Congo, por nome D. Nicolau; esta pequena e nova senzala está levantada no cume de um belo morro, que domina perfeitamente todos os pontos vizinhos, e apresenta um dos horizontes mais vastos e encantadores que tenho admirado na África.

Todos os povos destas regiões procuram sempre duas cousas para a fundação das suas senzalas: água e morros; a primeira, elemento indispensável para a vida, a segunda baluarte contra os vizinhos de que sempre se arreceiam, e a experiência mostra que tal cálculo não é infundado.

Os três dias que passei no *Lendi* foram empregados em administrar o sacramento do baptismo, ensinar doutrina e *armar cavaleiros*, esperando impacientemente o soba D. Nicolau, que me devia acompanhar como representante do rei seu tio.

Causará sem dúvida admiração o dizer que armei cavaleiros, uma recompensa com que a munificência real costuma premiar os bons serviços de cidadãos prestantes: vou porém explicar-me:

A primeira vez depois que cheguei a S. Salvador, em Fevereiro de 1881, que fui chamado pelo rei para *armar cavaleiros*, fiquei cheio de espanto e ansioso por saber em que consistia aquela prática; sem dificuldade, pois, acedi ao convite, dirigindo-me à hora marcada para a residência do rei, fazendo-me acompanhar de um livro, que, segundo diziam, era indispensável para a cerimónia. Depois de tomar assento, o rei apresentou-me sete ou oito indivíduos, que no seu entender eram muito dignos da graça que desejava conceder-lhes; não podia porém fazê-lo sem a assistência de um padre, que tomasse o juramento que os agraciados devem prestar e que para aquele fim me havia chamado. Acto contínuo os pretos designados caíram de joelhos a meus pés e curvando extremamente a espinha dorsal, puseram a mão sobre o livro resmungando ao mesmo tempo umas palavras que não compreendia; em seguida, na mesma postura, que devia ser bastante incómoda, receberam sobre o dorso comple-

tamente nu três pranchadas com um espadalhão, que o rei tinha preparado para aquele fim.

Finda esta cerimónia disse-me o rei que eu tinha a dar um rosário a cada um dos novos cavaleiros, como insígnia do seu grau.

Desejando depois conhecer a explicação das palavras que acabava de ouvir pronunciar ao postulante, assim mas traduziram pouco mais ou menos: *«Prometo ser fiel à religião católica; prometo fazer o que os padres me ordenarem e prometo obediência ao rei do Congo e ao rei de Portugal; Deus me castigue se assim o não cumprir».*

Indagando como se havia introduzido um tal costume, não me souberam responder; sòmente me afirmaram ser muito antigo e que todos os reis do Congo, de harmonia com os padres, haviam sempre concedido esta distinção aos seus súbditos, que os torna fidalgos.

Recorrendo porém à minha memória, lembro-me de ter lido algures (não posso verificar onde, pois quase não tenho livros) que um monarca português enviou seis hábitos de Cristo ao rei do Congo para este os distribuir pelos seus primeiros vassalos; é portanto quase certo que o dito costume que se vai perpetuando, tivesse origem na distribuição daquelas mercês e isto é tanto mais certo que os indígenas ainda hoje designam aquela distinção pelo nome de *hábito* [5].

Não se imagine agora que isto é um acto puramente gracioso; não, o rei do Congo recebe alguma coisa dos indivíduos a quem arma cavaleiros, constando-me que nos tempos passados esta graça rendia muito mais que actualmente. E se este costume vai decaindo, sendo hoje muito menos apreciado, não é porque os pretos tenham ideias democráticas, mas sim pelo abuso que se fez deste simulacro de distinção, que por muito tempo foi largamente explorado em proveito dos reis do Congo.

Concluído tudo o que tínhamos a fazer no *Lendi,* deixámos esta povoação na manhã de 9 de Outubro; em seguida atravessámos os últimos povos que pertencem à confederação da *Marimba* e em poucas horas estávamos nas margens do *Lunda*, que divide esta região da de *Kimbubuge.*

---

[5] O dar o Rei do Congo o hábito de Cristo parece ter-se introduzido abusivamente. É certo que o Rei de Portugal lhe concedeu aquela dignidade para três parentes seus, como se infere da carta régia de 10 de Março de 1609. Cfr. *Monumenta Missionaria Africana,* V, 521. Em 25 de Outubro de 1617 o Rei do Congo pedia ao Papa, por Mons. Vives, que lhe concedesse uma Ordem Militar e que o nomeasse Mestre dela, o que não foi atendido. Em carta de 23 de Outubro de 1615 já o Rei se queixava a D. Filipe II de Portugal de que o Bispo do Congo lhe contrariava trazer o hábito de Cristo, pois erròneamente pensava que se herdava com o trono. O Bispo do Congo escreve ao Rei de Portugal em 7 de Setembro de 1619, que os Reis do Congo traziam todos o hábito de Cristo, apesar dos reiterados protestos de el-Rei. Cfr. *Monumenta Missionaria Africana,* VI, p. 292, 231 e 382. Oliveira Cadornega refere-se também ao abuso de o Rei do Congo do seu tempo (escrevia em 1681, em Luanda) trazer e dar o hábito de Cristo a quem queria honrar. Cfr. *História Geral das Guerras Angolanas,* Lisboa, 1942, III, pp. 196-197.

No lugar da nossa passagem corre este rio de ENE. para WSW.; a sua largura não era superior a 15 metros, estava quase seco e o seu fundo era de areia fina e grandes calhaus; o cortado das margens e as descobertas raízes das árvores que orlam o rio, mostram bem que na época das chuvas deve ser bastante caudaloso.

Tendo andado coisa de 10 quilómetros, encontrámos os indivíduos que tínhamos enviado na nossa dianteira com dois dias de antecedência, a fim de prevenir os sobas da nossa aproximação. Adoptei este expediente por ter farto conhecimento de quanto são melindrosos os ilustres chefes destas povoações, os quais me levariam muito a mal se chegasse às suas terras sem aviso prévio; aqui para os negócios mais triviais é sempre preciso um embaixador.

Contaram eles que os sobas não tinham grande empenho em me ver, consentindo todavia que fosse aos seus povos, à excepção do príncipe do *Kingo,* que demora na margem direita do rio *M'briche,* o qual me pôs, como condição de passagem, o pagar-lhe uns certos agravos, que tinha contra os portugueses, provenientes de questões havidas com ele no tempo em que ali passavam as nossas forças para S. Salvador. Compreendi logo que me estava reservado o papel de bode expiatório e marchei para a frente armado sempre da maior dose de paciência de que foi possível revestir-me e da qual devem fazer largo provimento todos os que por qualquer circunstância tiverem de viajar nas terras dos sobas africanos.

Pouco depois entrávamos na *quitanda* ou feira de *Sonna Kimbubuge,* a maior de que tenho conhecimento no Congo; quase todas as caravanas de marfim e de borracha, que de N. e E. vêm à costa, seguem o caminho que atravessa a *quitanda,* o que em verdade lhe dá certa importância.

Às duas horas da tarde chegávamos à senzala do *Pango,* a maior povoação de *Kimbubuge,* e talvez do Congo, apesar de, segundo me asseveraram, estar muito reduzida por causa da terrível moléstia do sono, que a tem dizimado.

Meia hora correu sem que lográssemos ver o soba, que estava a pintar-se com azeite e tacula para nos receber condignamente.

Enfim apareceu o homem perfeitamente engraxado e a título de nos dar grandes provas do seu afecto e munificência, queria demorar-nos indefinidamente no seu povo, ou antes, enquanto conhecesse que o abdómen de um fardo de fazenda, não estava de todo despejado: são assim todos os sobas africanos.

Neste mesmo dia baptizei uma porção de crianças, reservando para o seguinte as que não chegaram a tempo, por pertencerem a povoações diferentes.

Os poucos momentos que me restaram, empreguei-os em visitar os arredores a fim de bem reconhecer o terreno em que me achava; verifiquei que o povo tinha pelo S. uma extensa lagoa, coberta de papyrus, que muito se aproximava das habitações; o que é indício de que o lugar não deve ser muito salubre.

Está na vizinhança deste foco de infecção a causa da doença do sono, que segundo dizem, tem feito grandes estragos?

Os terrenos adjacentes são menos acidentados que os da *Marimba*, têm algumas lagoas e esplêndidos tufos de verdura e para SE. destaca-se muito ao longe uma extensa cordilheira de montanhas; por entre as quais deve, sem dúvida, correr o *M'briche*.

Deixando o *Pango* muito tarde por ter adoecido o príncipe D. Álvaro, atravessámos alguns povos insignificantes e fomos descansar e tratar do estômago a *Matampi*, povoação encravada entre dois montes; aqui como em todos os lugares, que deixámos na retaguarda, fomos recebidos com mostras de amizade pelos pretos que de toda a parte surdiam para *mirar* o branco.

Partindo deste ponto, continuámos nossa derrota sem incidente algum notável, até que perto da noite chegámos ao *Kingo*, povo situado na margem direita do *M'briche*, como noutro lugar deixei indicado.

O terreno percorrido apresentava em alguns sítios magníficas perspectivas; a cultura é quase nula por incúria dos habitantes; as gramíneas são menos desenvolvidas e em geral a vegetação é mais pobre, pela má qualidade do solo, que é bastante arenoso.

Tendo obtido em todos os pontos um acolhimento razoável, no *Kingo* receberam-nos mui friamente, mas sem hostilidade felizmente. Éramos enfim chegados à senzala em que contávamos topar a primeira dificuldade mais séria, por causa da passagem do rio, pois é de notar que as canoas eram propriedade daquele soba, que nos havia prevenido pelos nossos embaixadores de que não consentiria na passagem sem primeiramente lhe pagar umas diferenças, talvez fantasiadas, que havia mais de quinze anos tivera com oficiais portugueses sobre o pagamento de transportes.

O meu primeiro cuidado, pois, foi entender-me com o ilustre chefe, homem hercúleo e de péssima catadura, a respeito da passagem do rio no dia seguinte; este, depois de ouvido o seu conselho, cerimónia indispensável ainda para as coisas mais triviais, respondeu-me, que atendendo à minha posição de padre, e a não ir eu ali para fazer negócio nem para ensinar o caminho a outros brancos, lhe pagaria pela passagem de ida e volta a bagatela de cincoenta espingardas de fazenda (50$00 a 70$00 réis da nossa moeda, conforme a qualidade do pano em que se fizer o pagamento)!

Como toda esta gente, porém, é exagerada em pedir, não me assustei, e, depois de muita eloquência de parte a parte, concordámos finalmente em que pagaria seis espingardas, ficando para o futuro sanadas todas as queixas do bom do soba, que num rasgo de reconhecimento e satisfação me ofereceu uma cabaça de malavo para a minha comitiva.

No dia imediato, pelas oito horas da manhã, deixámos o povo e depois de alguns minutos chegávamos à margem do *M'briche*, também conhecido pelo *rio das canoas;* neste lugar as margens são pouco salientes; a corrente é bastante rápida e a largura pode calcular-se de 40 a 50 metros; da profundidade não pude tomar conhecimento pelo péssimo estado da canoa

em que era transportado, que dizia perfeitamente com a perícia dos remadores.

Este rio tem a sua nascente a NE. de S. Salvador, coisa de três dias de viagem regular; em dia claro vê-se na direcção E., à distância de 50 quilómetros pouco mais ou menos um lençol de água, despenhando-se de uma grande altura; é o *M'briche*, que ali deve formar uma queda interesante, e que ainda não pude visitar.

Atravessando o rio tivemos de trilhar um caminho bastante áspero e ladeado de altos morros, cortados de profundíssimos e estreitos vales. Depois de uma hora de bom andar atingimos o cume dos montes, e avistando na nossa frente muitos pretos correndo para nós, cheios de espanto, notámos que, topando os nossos carregadores, que já levavam uma boa dianteira, começavam a tomar aos ombros a pequena carga que eles conduziam; lembrei-me que seriam algumas boas almas que desejavam aliviar-nos da nossa insignificante bagagem, para assim viajarmos com maior rapidez e desembaraço.

Os gestos, porém, de contentamento e os cumprimentos amigáveis trocados com a nossa gente, logo me fizeram suspeitar que me havia enganado. Pouco depois via-me rodeado de grande número de pretos naturais da *Quinganga*, que sabendo da nossa chegada, nos vinham ao encontro a fim de com a maior bizarria nos cumprimentarem. Um pouco mais e entrávamos na povoação.

Vou textualmente transcrever do meu diário o que nele encontro relativo a este ponto e que foi escrito sobre o joelho à vista dos objectos que me impressionavam.

Esta senzala está bem situada, é uma das mais regulares que tenho encontrado, está limpa, o que é raro

Como o nome de *Quinganga* está mostrando, este povo foi fundado pelos antigos missionários, que o povoaram de escravos, de quem naturalmente descendem os actuais habitantes.

Creio que os padres que seguiam este caminho para S. Salvador vinham de um convento do Golungo Alto [6], fundaram uma linha de povoações a que deram o nome de *Quinganga*, vocábulo formado de duas palavras *Quinga*, espera, e *Ganga*, padre, que reunidas significam lugar onde demora padre; segundo me afirmaram, a um dia de viagem para o S. encontra-se uma outra *Quinganga*, que com esta e a da *Marimba* perfazem três. Em todas elas havia padres que cristianizavam as vizinhanças e os povos de que eram chefes.

Vê-se, pois, que não é nova a ideia das estações civilizadoras na África, pelo menos enquanto à sua essência; porque estes povos deveram

---

(6) Convento e Missão de Santo Hilarião, dos Carmelitas Descalços. Restaurada a missão em 1858, está agora anexada à Missão de Vila-Salazar.

servir aos missionários que transitavam de Angola para o Congo e vice-versa, de verdadeiras estações ou lugares de descanso; do que muito necessitavam, especialmente no meio destas montanhas, onde não abundam os lugares de abrigo, e ao mesmo tempo deviam civilizar, pois não conheço nada mais apto para trazer os indígenas à grande comunhão dos povos civilizados do que o missionário, desde o momento que ele tenha compreensão clara dos seus deveres, como encarregado de anunciar a doutrina de salvação a todos os que foram remidos com o sangue divino do Calvário.

É verdade que não eram fundadas com o aparato científico com que hoje se pretende, com muita razão, dotá-las; mas também é verdade, que as missões quer científicas quer puramente religiosas do século XIX são bem diferentes das do século XVII; o essencial, porém, continua sempre o mesmo, propondo-se todas o mesmo fim de arrancar à barbarie milhões de homens aviltados e fazer deles indivíduos úteis a si e à humanidade.

Acabamos de fazer uma visita ao soba, que, por estar incomodado, só na cubata nos pôde receber; não tem boa casa mas pode ser um excelente sujeito. Apenas cheguei, tratou logo de reunir o seu conselho para discutirem se convinha ou não que eu passasse adiante; foram porém, todos de parecer que devia pernoitar aqui, acrescentando que sendo este povo dos padres, que desde muito o não visitavam, tinham muita satisfação em me conservarem por algum tempo.

Em virtude, pois, de uma resolução tão categórica, fomos ver o *Chimbéque,* onde estão guardadas as imagens dos santos da antiga capela, de que já nem vestígios existem.

O primeiro objecto que topei à entrada foi um sino de bronze, que tem estado em contínuo exercício em honra das nossas pessoas; em frente, sobre uma cousa que finge altar, está colocada uma imagem de Nossa Senhora, com diadema de prata na cabeça e uns imundos lenços sobre os ombros, imitando um manto; cinge-lhe o peito um corpete de fazenda duvidosa, que juntamente com o manto, é evidentemente acrescentamento dos pretos. Em frente da Senhora está um Crucifixo de metal em cruz de pau; ao lado esquerdo uma cruz processional com Crucifixo, tudo de metal amarelo bem lavrado; parece que esta cruz é muito mais moderna que os restantes objectos. Nada menos que três imagens de Santo António, duas de barro e uma de madeira, ocupam o centro do altar; um Crucifixo grande de madeira e em péssimo estado, está ligado à parede na retaguarda do altar; uma santa carcomida e uma pintura do rosto do Senhor em chapa de metal completam o quadro das imagens.

Além disto encontrei um grande turíbulo e competente naveta, tudo de prata, e um cálix que, por estar completamente preto, não pude verificar de que metal era feito. Saindo do Chimbéque-Capela o soba apresentou-me dois volumosos breviários romanos muito velhos e tão deteriorados que não foi possível certificar-me da data da edição; depois

de muito folhear encontrei um *Código do reino,* edição Antuérpia, e a data de 1736, e alguns manuscritos de que nada pude ler pelo péssimo estado em que se achavam, traçados e rotos. Isto não obstante, pude reconhecer que em 1784 estava em S. Salvador como encarregado das missões do Congo um padre capucho, chamado Couto Godinho, formado em canones pela universidade de Coimbra, o qual passava provisão a um indígena para servir de intérprete nas confissões, depois de prestar juramento de não violar o sigilo sacramental, também a autorizava a explicar a doutrina cristã aos fiéis, tudo fundado no seu bom comportamento. Parece que esta provisão era enviada a um padre aqui residente, mas de que não há memória alguma.

Na casca dos imbomdeiros vi letras que foram abertas por brancos que têm visitado esta localidade; por mais diligências que empreguei só pude descobrir o sentido desta inscrição: *Aqui estou, e estarei, até quando, não sei.* (a) *P. F.* Nada mais pude decifrar, apesar dos meus esforços.

Este é o primeiro povo onde se encontram limões e laranjas, mas infelizmente todas azedas.

Segundo informações colhidas dos indígenas, deste ponto aos estabelecimentos comerciais do litoral, *Mucula, Ambrizete,* etc., não devem mediar mais de 120 quilómetros; é ali que os pretos vão permutar os seus géneros, em geral amendoim, porque marfim e borracha vem mais do interior, talvez da rica região do *Damba,* que fica a E. deste lugar.

Aqui termina, o que no meu diário se continha com referência a esta segunda *Quinganga.*

Tendo-me demorado dia e meio nesta povoação, onde baptizei um bom número de crianças, resolvi partir; a esta resolução porém se opunham os naturais, dizendo que nos povos seguintes grandes perigos nos esperavam, porque os habitantes do Bembe, tendo destruído todos os objectos que ali deixaram os portugueses quando abandonaram aquele ponto, tinham agora grande medo de que eu lhes fosse tomar contas e por isso tratavam de impedir a minha passagem e se preparavam para a resistência que da nossa parte pudesse haver: este mesmo arrazoado mais de trinta vezes antes de chegar ao meu destino e sempre pelas mesmas palavras.

Vendo-me por último prestes a largar, ofereceram-me uma tipóia e carregadores, ficando admirados da minha recusa, pois lhes parecia que me devia ser mais agradável aquele meio de transporte do que andar a pé, no que realmente se enganavam; no entanto agradeci reconhecido aquele singular oferecimento, tão raro nestas paragens e com esta gente.

Na véspera da partida expedi os nossos embaixadores para avisar os sobas, cujos povos ainda tínhamos de atravessar e prevenir quaisquer complicações futuras.

Deixando a *Quinganga*, passámos algumas senzalas de pequena importância, espalhadas em terreno ravinoso; para aqui íamos sendo menos conhecidos; todos fugiam de nós como de um animal feroz. Esta região é montanhosa e tem o cunho de esterilidade; o solo é de um amarelo avermelhado, não favorecendo a vegetação, que em geral é composta de gramíneas e acácias espinhosas e raquíticas; os montes estão quase nus, a água não abunda, o caminho coalhado de pedras fere horrìvelmente os pés, ainda quando envolvidos numas esburacadas botas; tudo inspira enfim uma profunda tristeza. A W. descobre-se uma extensa planície e ao S. altas montanhas, e alguns tufos de verdura, que quebram um pouco esta monotonia enfadonha.

Era nossa intenção ir acampar em *Banza-Lufuço*, onde podíamos chegar muito cedo; mas não foi possível, porque, tendo caminhado mais de três horas, chegámos à senzala de *Quimbamba*, onde nos foi pregar um guia, que ali tinha um tio, que não consentiu na nossa partida. Neste ponto já havia dificuldade em conseguir rações para a nossa gente; tão pobre era tudo isto!

Largando de *Quimbamba* às seis horas da manhã e subindo um lindo outeiro encontrámo-nos num planalto, onde podíamos estender a vista à nossa vontade, minutos depois entrávamos em *Banza-Lufuço*, povoação assentada no centro de um bosque encantador, semeado de muitas bananeiras; esta senzala é bastante considerável e os seus habitantes, talvez por estarem mais em contacto com os portugueses do Bembe, são menos timoratos e mais sociais que os precedentes.

Comecei logo a notar que homens e mulheres se aproximavam de mim, dizendo em português vernáculo *bom dia*; indagando como esta gente, que geralmente nada sabia de português, conhecia aquelas duas palavras e as aplicavam tanto a propósito, vim no conhecimento de que tais vocábulos formavam a senha dos amigos dos portugueses nos tempos da guerra do Bembe.

Quando se encontravam dois pretos cumprimentavam-se desta maneira e se um não respondia, era logo considerado inimigo e tratado como tal; durante a minha viagem ouvi esta saudação mais de três mil vezes.

Partindo de *Banza-Lufuço*, onde os indígenas se esmeraram em obsequiar-me, falando sempre com saudade do bom tempo em que eles, como trabalhadores das minas e carregadores do minério ganhavam muita fazenda, e manifestando ardentes desejos de que eu influísse o mais possível para que aquele tempo voltasse sem muita demora, chegava vinte minutos depois às margens do *Calo*, famoso rio, que no lugar da passagem se pricipita de uma altura não inferior a 10 metros, formando uma queda esplêndida.

Aqui me demorei quinze minutos a admirar a refracção dos raios solares, que dardejavam deslumbrantes naquele lençol de água, e os borbotões espumantes que emergiam à superfície, formando uma bacia lindíssima. É este rio um dos afluentes do *M'briche*.

Pouco mais e achávamo-nos sobre um extenso planalto; donde pela primeira vez avistámos muito ao longe os altos montes da *Marimba,* que ao N. sobressaíam a todos os que orlam as margens do *M'briche;* estávamos também próximos dos povos que mais temiam os nossos carregadores, que a cada passo me diziam: «Senhor, esta gente é má; aqui mataram o capitão Sousa, ali um soldado, etc., etc.».

Entretanto chegavam os nossos enviados, anunciando-nos que os povos do *Hiembe* os não haviam deixado passar avante, mas que nos convidavam a entrar nas suas senzalas, onde resolveríamos o que melhor convinha fazer.

Continuando pois o nosso caminho, em breve transpusemos o primeiro povo dos três que formam a agremiação do *Hiembe.* Uma extensa floresta cerca estes povos, ladeados de grandes palmeiras, donde os habitantes extraem tanta abundância de vinho de palma ou malavo, que o seu estado habitual é a embriaguez.

Atravessando as duas primeiras senzalas fomos acampar na última, vendo apenas alguns homens de espingarda ao ombro encostados às palmeiras; parece que levávamos na fronte algum sinal de maldição, que fazia com que todos fugissem à nossa aproximação. Já acampados tivemos dificuldade em obter uma cabaça de água para mitigar a sede que nos devorava.

Enfim, passado muito tempo começaram a acercar-se de nós alguns pretos mais atrevidos e mais tarde recebíamos a visita de três sobas, que eram possuidores das três caras mais horrendamente feias que até hoje tenho visto. Sobre duas peles de antílopes se acocoraram os ilustres personagens e eu da mala fiz cadeira para não me sentar sobre os calcanhares; a seriedade dos sobas fazia lembrar a triste posição de um réu perante um tribunal; e efectivamente assim era, porque os patifes vieram para me julgar.

Não sendo porém, estes cavalheiros muito fortes na arte em que Quintiliano se tornou célebre, e necessitando advogar as suas pretensões sempre exageradas, escolheram *ad hoc* um sujeito mais feliz, que depois de arengar por espaço de meia hora, sem nada dizer que nos interessasse, terminou por me perguntar «o que ali vinha fazer?»

Respondi que, sendo padre, vinha para os ensinar e instruir nas principais verdades da nossa religião, baptizando ao mesmo tempo os seus filhos se assim o desejassem, que eu sabia que uma grande parte deles eram já baptizados por estarem muito próximo do Bembe, onde noutro tempo estiveram padres, e por isso era indispensável para a salvação de seus filhos que tivessem igual sorte, aproveitando aquele ocasião que Deus lhes proporcionara.

«Neste caso — replicaram — muito estimavam a minha visita, mas que bem sabiam que não ia ali só para aquele fim; e tanto assim era que do lado de Encoge também estavam a chegar muitos brancos com o propósito de tomarem conta do Bembe para tirarem o cobre, no entanto

muito gostavam que isto acontecesse para ganharem fazenda e outros artigos, de que tinham necessidade; que eles sabiam perfeitamente que aquelas terras *eram de Maria II, rainha muito conhecida nesta parte da África* (7), a qual mais cedo ou mais tarde viria tomar posse delas, segundo lhes tinha ensinado um preto do Bembe que havia sido criado dos portugueses e que conhecia bem todos os seus costumes; que conheceram muito bem o *Quiambo* (Baptista de Andrade), major Borges, e tenente Sousa, de quem eram muito amigos (e tão amigos que mataram o último!); enfim, como eu tinha vindo às suas terras, devia dar uma vestidura a cada um dos sobas e alguma fazenda para distribuir pelos principais da sua gente; pois havia muito tempo que ali não passara branco algum, e portanto resumindo tudo, estavam com grande fome da fazenda». Na conclusão de tão longo discurso estava a chave de todo aquele aparato.

Estes velhacos que se preparavam para me receber a tiro, como depois vim a conhecer, e a sua atitude hostil a princípio assaz o indicava, inventaram agora uma história, para ainda terem direito ao nosso reconhecimento.

Disseram pois, que não consentiriam que os nossos enviados passassem adiante, porque sabiam que indo eles, nós os seguiríamos, expondo-nos desta maneira a um grande perigo no Bembe, onde toda a gente se preparava para nos fazer guerra; que segundo as últimas notícias, já tinham posto fora de casa todas as suas coisas, inclusivamente os mortos; e que sendo nós três pessoas muito grandes (eu, um filho e um sobrinho do rei do Congo) era uma temeridade avançar, sem primeiramente sermos ali visitados por embaixadores do Bembe.

Realmente era verdadeira a atitude hostil com que os povos do Bembe nos queriam receber no dia seguinte, porque, segundo nos comunicaram os nossos enviados, viram que os homens levavam suas mulheres e suas coisas para lugares seguros, onde nada lhes pudesse acontecer à nossa chegada; não era porém verdadeiro que os povos do *Hiembe* tivessem qualquer cuidado pelas nossas pessoas, o que pretendiam, como suas exigências claramente demonstravam, era fazer jus à pouca fazenda que ainda nos restava, tendo, depois de muito regatear para um e outro lado, de lhes pagar quatro peças de lenços pelo único título de passar pelos seus domínios.

No fim de tão grande maçada e depois de ter feito mentalmente um sem número de reflexões bem amargas sobre o estado degradante desta gente, que só procura esfolar debaixo de um ou outro pretexto o desgraçado branco que lhes cai nas garras, senti que estava com uma grande febre; resolvi pois, estirar-me numa cama tão dura como as pedras e confiar tudo à Providência.

No dia imediato expedimos para os povos do Bembe os costumados embaixadores, que voltaram pelas três horas da tarde, acompanhados

(7) Governou Portugal de 2 de Maio de 1826 até 15 de Novembro de 1853.

de quatro ou cinco indivíduos que nos vinham cumprimentar e convidar a prosseguir o nosso caminho; estavam pois cortadas todas as dificuldades.

Os povos do Bembe sabendo que era um padre que os ia visitar, ficaram sossegados e suspenderam a mudança que estavam operando de todas as coisas.

O medo que os havia assaltado nascia de saberem que em S. José do Encoge estavam brancos que se dirigiam àquele ponto, a fim de lhes fazer pagar caro as tropelias por eles praticadas depois da retirada dos portugueses.

Os brancos a que com tanta insistência se referiam, eram sem dúvida o Ex.mo Sr. conselheiro Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, actual governador da província, que pouco antes havia visitado os concelhos a E. de Luanda.

Tendo descansado durante o domingo e já um pouco restabelecido da febre que no dia antecedente me prostrara, foi com a maior satisfação, que em 15 de Outubro deixei os povos do *Hiembe*, os mais difíceis de contentar por que tenho passado.

Surpreendidos por uma forte chuva, que em pleno mato nos assaltou, marchámos sempre atravessando povoações de pequena importância, a que era preciso atirar um osso para nos não demorarem, como já ensaiavam, fizemos a nossa entrada no Bembe pelo meio-dia.

O aspecto do país ùltimamente percorrido é muito aprazível, pouco acidentado, permitia-nos ver altos morros e esplêndidos bosques a grandes distâncias; a vegetação contudo não abunda, a não ser em gramíneas, e a que orla o caminho é pouco desenvolvida.

A cultura está muito mais atrazada que ao N., resumindo-se toda em pequenas plantações de mandioca e amendoim; por toda a parte reina a mais deplorável miséria, que deve causar sérios embaraços a quem atravessar aquela região, acompanhado de numerosa comitiva.

Apenas chegados, fomos visitar o soba, que nos apareceu rodeado de toda a sua corte, mas tão imundo, que dificilmente se podia encarar sem náuseas; parece que ele tinha consciência do seu estado pouco limpo, e por isso começou por nos explicar a causa daquele facto, que afinal nada tinha de extraordinário.

Disse, pois, que ainda não tinha enterrado o seu antecessor, que estava mumificado a um canto da casa, que era costume entre eles não se lavarem nem vestirem panos asseados, enquanto se não realizar aquela cerimónia, que constitui entre os pretos por mim conhecidos uma das suas principais festas.

Trocados os cumprimentos do estilo e tendo-nos o soba afirmado que tanto ele como a sua gente muito estimavam a nossa vinda, retirámo-nos a um *Chimbeque,* que havia sido posto à nossa disposição.

Em seguida fomos visitar a fortaleza, que está situada a WSW. da povoação, a coisa de 500 metros; colocada sobre uma pequena eminência, domina perfeitamente as habitações; os fossos, rampas e parapeitos estão

bem conservados, especialmente o lado que olha para a senzala, que é rebocado a cal.

Dos edifícios levantados no recinto da fortaleza, apenas resta um de primeiro andar, que deveria ser a residência do chefe; os outros, que eram muitos, estão mais ou menos arruinados e alguns de todo por terra. O arvoredo tem crescido em toda a parte, e no meio da tristeza que me causava este montão de ruínas, pude admirar magníficos limões, que estavam completamente abandonados.

Mais adiante, a NW. do povo, levanta-se um pequeno outeiro, que serviu de cemitério aos portugueses; lá entre arbustos e capim encontrei os túmulos que encerram os ossos do tenente-coronel Sales Ferreira e capitão Franco. À beira desses túmulos perdidos uma profunda dor me invadiu a alma; considerara que ali dormiam o sono dos mortos, completamente abandonados dos vivos, dois portugueses, que para servirem a pátria, sucumbiram bem longe dos parentes e amigos. Tendo elevado minhas preces perante o trono de Deus pelo descanso eterno daqueles infelizes, retirei-me oprimido de intensa mágoa, e mais me demoraria, porque estava em ocasião propícia para meditações tristes, quando um dos dois cicerones, que sempre nos acompanharam, me puxou familiarmente pelo braço, dizendo-me que era tempo de ver outras coisas.

Descendo a pequena inclinação da fortaleza, deparámos com uma casa que devia ser muito espaçosa, tinha oito janelas de frente; grossos arbustos e até uma árvore cresciam à vontade onde outro tempo houvera quartos confortáveis; pelos pretos soube que esta casa, cuja aparência indica ter sido magnífica para o interior, pertencera ao médico e servia de farmácia; as paredes pareceram-me bastante sólidas.

Em continente visitámos a capela, que está como se agora fosse concluída, apenas uma cornija no ângulo esquerdo da sacristia parece um pouco arruinada, uma porta ovoide com abóbada de tijolo dá ingresso para o pequeno templo, onde vegetam livremente ervas bravias; a dar crédito ao que diziam os naturais, nunca teve cobertura nem portas, ficando assim incompleta, exactamente o que sucedeu à do Ambriz, que julgo ter sido levantada na mesma época.

Paralelamente às cubatas dos indígenas, corre uma frente muito extensa de casas, que tem a retaguarda voltada para o lugar das minas; são estas as que hão sofrido mais dos rigores do tempo; quase tudo está por terra, sòmente alguns cunhais, 1 metro de parede e montões de ruinas atestam que ali existiram bonitos edifícios.

A ENE., talvez a 1000 metros de distância, levanta-se uma vasta colina; é aqui o lugar do minério, que fica separado da senzala por uma ingreme ladeira e vale correspondente; é à esquerda desta ladeira que se encontram ainda as paredes de uma casa, na aparência sólidas, que fora a residência do *Quiambo* (José Baptista de Andrade); no vale corre uma importante ribeira, que fornecia água para as oficinas e lavagem do

cobre; parte do seu curso foi canalizado, mas a violência da corrente levou os diques e obstruiu toda a margem de areia e calhaus.

Muito próximo e paralela à ribeira estava colocada a oficina de serraria, que devia ser uma obra importante; as paredes ainda apresentam um aspecto de solidez. No centro do edifício estava montada uma caldeira de enorme comprimento, que servia de motor à serraria; era alimentada com água da ribeira, que lhe era levada por um sistema de tubos de ferro fundido, que se encontram espalhados por toda a parte. Todas as peças da máquina que puderam levar-se, foram arrancadas e nenhuma existe; as restantes porém, que pelo seu peso se não podiam remover, lá estão por entre o capim, como o volante, etc., etc.

As fornalhas de magnífico tijolo acham-se perfeitamente conservadas, a chaminé, que era alta, fendeu-se no meio, vindo metade a terra; as oficinas de ferro, casa de ferramentas e a do minério estão no mesmo estado, e parece-me que com metade da despesa podiam ser montadas segunda vez, pois quase todas as paredes se aproveitariam, tendo só a fazer reboques e coberturas.

Passando a ribeira, achámo-nos no sopé da colina, de onde se extraía o cobre; as minas estão quase todas obstruídas por grande quantidade de arvoredo, enlaçado de trepadeiras, que não deixam abordar à boca de alguns poços; ainda assim vi com grande custo alguns abertos, bem como perfurações subterrâneas, de onde saíam bandos de morcegos; a colina sofreu grandes cortes verticais e foi explorada numa extensão considerável.

Ao lado dos poços, deixados pela empresa, encontram-se pequenas escavações feitas pelos indígenas para apanharem algum minério misturado com terra, que vendem os pretos do interior para curar úlceras.

Os homens que me acompanhavam eram dos que haviam sido empregados na extracção do cobre e quase choravam ao ver a decadência em que tudo estava; a recordação de que tiveram abundância, e agora só miséria, era evidentemente o que os contrariava.

Não posso avaliar da riqueza das minas, porque além de não possuir conhecimentos especiais sobre a matéria, só pude ver pequenos bocados, de que nada podia razoàvelmente concluir.

Aproximando-se a noite voltei ao povo, rodeado de pretos, que à porfia me pediam que escrevesse aos brancos de Luanda, para que viessem tirar o cobre, oferecendo-se-lhes deste modo ocasião de poderem ganhar dinheiro e obter outras coisas de que já sentiam muita falta.

Já de noite tive uma visita do soba, cujo fim era, como logo me palpitou, apanhar alguma coisa, sem que os seus colegas dos povos vizinhos, que se deviam reunir no dia imediato, tivessem conhecimento; aproveitando o ensejo para me pedir uma bandeira que desejava içar num mastro que tinha em frente da cubata, em tudo foi atendido.

Em breve fiz cair a conversa sobre as minas, aconselhando-lhes a que era bom continuar a exploração do cobre, que podiam ir vender ao Ambriz ou a outro ponto da costa, onde com certeza lhes seria comprado:

Em resposta disseram-me que tais eram os seus desejos, mas que tinham a lutar com muitas dificuldades, que nas circunstâncias actuais eram quase insuperáveis; provinham estas dificuldades de não possuírem instrumentos próprios para a extracção, nem madeira para fazerem suportes nas escavações, e mais ainda da resistência que lhes faziam os povos que demoram entre o Bembe e o litoral, que não consentiam que eles passassem com aquele artigo de comércio, que afinal lhes dava menos lucro que o amendoim. Que muito estimavam que os portugueses o viessem tirar, porque estavam prontos a ajudá-los e a trabalhar debaixo das suas ordens, etc., etc.

No dia seguinte teve lugar a reunião dos sobas, com o fim aparente de visitarem o padre, mas com o real de comerem alguma fazenda, como bem o mostraram as suas exigências, não ficando muito satisfeitos, por não me acharem disposto a condescender com tudo quanto a sua fantasia lhes sugeria.

Depois de longa conferência, em que uns lamentavam a considerável decadência dos seus povos, e outros mostravam vontade de que se concluísse a exploração das minas, resolveram por fim enviar em minha companhia uma embaixada ao rei do Congo, não só para reatar as relações de amizade, desde muito interrompidas, ou ao menos muito frias, mas também para lhe oferecer três minas, pedindo-lhe que levasse ao conhecimento do governo português as boas intenções de que estavam possuídos relativamente à extracção do metal e ao mesmo tempo lembrasse a conveniência de mandar ocupar aquele ponto com soldados brancos; porque todos diziam se recordavam muito bem dos roubos de que foram vítimas praticados por soldados pretos.

A povoação do Bembe é insignificante, não terá mais de trinta e cinco maus *Chimbéques*, todos de um aspecto miserável; está porém bem situada e parece-me ter elementos para se tornar um ponto importante; deve além disso ser saudável, por estar bastante elevada e batida dos ventos de todas as direcções, não me constando que haja nas proximidades focos de infecção que de alguma forma possam influir na salubridade do clima. As terras circunvizinhas pareceram-me férteis, tendo apenas a lamentar que a agricultura seja tão descurada.

Estes povos têm a mesma língua, costumes e religião que os do Congo; estão porém mais atrazados e incontestàvelmente muito mais selvagens; como aqueles, praticam a circuncisão, preparando-se para esta cerimónia com um retiro de muitos dias no Capim, onde se sujeitam a acções tão repugnantes, que não podem descrever-se; os que desejarem escapar-se a estas práticas, podem fazê-lo mediante uma certa quantia, que lhes é arbitrada segundo as suas posses.

Como todos os povos africanos que eu conheço, atribuem à feitiçaria todos os seus males e desgraças, e ai daquele a quem o adivinhador, personagem terrível, que nos costumes africanos desempenha um papel

importantissimo, aponta como feiticeiro! É morto e queimado em pouco tempo!

São tão cegos estes desgraçados, que não é raro vê-los confessar que são efectivamente feiticeiros, que merecem a morte, que eles sofrem com um estoicismo digno de melhor sorte. Foi o que aconteceu poucas horas antes de eu passar num dos povos vizinhos do Bembe. Tinham morto e queimado um desgraçado, que ingènuamente confessara que, por meio das suas feitiçarias tinha concorrido para a morte de cinco pessoas!

Em toda a parte por onde passei na minha curta viagem, são conhecidos mais ou menos os portugueses, a quem se referem, ainda quando os designam pelo nome genérico de *brancos*, porque querendo designar outro indivíduo, o fazem pelo nome da nação a que pertence. Todos estão convencidos de que as suas terras pertencem a Portugal e quase em todos os povos se fala um pouco de português, muitas vezes bastante duvidoso, mas sempre português, que transmitem de pais a filhos, para poderem entender-se com os negociantes e servirem de intermédio entre estes e os pretos do interior.

Tendo-me demorado no Bembe o tempo suficiente para tomar os apontamentos que desejava, apressei-me a voltar ao Congo, bem contra a minha vontade, que era visitar os sobas mais poderosos daquela região; porque gastando na viagem mais dias do que tencionava, por causa dos obstáculos constantes que os príncipes indígenas opunham à minha passagem, encontrei-me com duas peças de fazenda e sem cousa alguma para comer, à excepção de bananas e mandioca, que me serviram de grande auxílio.

O soba do Bembe, querendo ser-me agradável e mostrar-me que muito se interessava pela minha pessoa, não queria deixar-me regressar a S. Salvador do Congo por enquanto; vendo-me resolvido a partir, limitou-se a pedir-me que voltasse ao seu povo ou lhe enviasse padres para o ensinarem.

Voltei pois, quase pelos mesmos passos, com pequenas variantes, como se poderá ver pelo itinerário que acompanha esta relação ([8]) tendo o prazer de deixar atrás de mim aberto e franco o caminho, que todos os pretos julgavam fechado para muitos anos.

S. Salvador, 20 de Janeiro de 1884.

Padre António José de Sousa Brum [Barroso].

BSG -- 5.ª Série (1885), n.º 1, págs. 36-56.

([8]) Ver o mapa-itinerário no BSG.

TRABALHOS EM ÁFRICA
MISSÃO PORTUGUESA DO CONGO

(20-5-1886)

Perto de cinco anos têm decorrido, depois que o exíguo pessoal que vinha fundar uma missão religiosa na capital do antigo reino do Congo partia de Luanda, chegando a S. Salvador a 13 de Fevereiro de 1881, para se estabelecer permanentemente no lugar designado.

Depois deste período, que, por circunstâncias especialíssimas, tem sido cheio de trabalhos e amarguras, é consolador lançar uma vista retrospectiva e termos o testemunho da consciência, que nos afirma termos cumprido um dever sagrado, levando, segundo as nossas poucas forças, alguma pequena pedra aos alicerces do grandioso edifício da civilização futura, ainda distante, é verdade, mas que chegará infalìvelmente, pois a Providência não condenou a África ao estacionamento.

Nos primeiros anos foi completamente impossível a expansão, por falta de elementos de toda a ordem, avultando sempre a de pessoal, que ou retirava doente e inútil, ou aqui terminava os seus dias; além disso era preciso concentrar o maior número de forças possível em S. Salvador, que se ressentia enormemente do grande abandono em que por anos e anos o deixámos jazer.

Hoje felizmente as circunstâncias mudaram muito. Conquistámos a confiança e simpatia dos indígenas, preparámos elementos para avançar, e é de primeira necessidade que se avance; estacionar, se não é morrer no nosso caso, representa pelo menos o abandono de interesses tão elevados como o da salvação de muitas almas e da civilização, e um grande desfalque de influência para a pátria.

Desde a morte do nosso chorado companheiro Francisco Maria Sampaio, sucedida em 28 de Julho de 1884, até hoje, somos apenas dois a trabalhar, notando-se que esta missão tem a seu cargo um posto meteorológico, um internato de 48 alunos, contando-se neste número carpinteiros, lavadeiros e cozinheiros, que todos têm aprendido na missão.

Outros alunos agricultam, e enfim cada um tem os seus serviços distribuídos, segundo suas idades e aptidões; porém todos estes trabalhos não

podem dar o bom resultado que dariam se fosse possível haver a direcção do missionário ou do irmão leigo, o que vale a mesma coisa para este fim.

Esta missão tem tido sempre a peito incutir no ânimo das crianças indígenas o amor ao trabalho, convencida como está de que sem ele nenhum resultado bom se pode esperar, por maiores sacrifícios que se façam.

Não há vantagens em ministrar aos indígenas uma instrução acima do seu estado social porque, tendo de viver num meio atrazado e rudimentar, tudo fica esterilizado em pouco tempo por falta de ocupação conveniente.

Esta missão tem mais do que um exemplo de alunos que, tendo sido despedidos, lendo e contando razoàvelmente, passados seis ou sete meses esqueceram tudo o que sabiam de bom, ficando apenas mais expostos para enganar os seus patrícios.

Não devemos pois principiar da cabeça para os pés, mas dos pés para a cabeça

No dia em que o indígena compreender que pelo trabalho honrado ele adquirirá os meis suficientes para um bem-estar relativo, terá dado um passo de gigante para a sua regeneração social.

Sei que há muito quem negue à raça preta a faculdade de se levantar da sua degradação actual, declarando-a incivilizável; na minha opinião nada há mais falso do que este juizo; o preto é hábil, como os brancos, e eu poderia citar muitos exemplos para comprovar o que avanço. Todo o mal nasce do meio social em que vive.

Se me derem vinte crianças pretas e vinte brancas para eu educar, segregadas umas e outras de todo o contacto externo à missão, eu prometo fazer dos pretos homens tão aptos, tão laboriosos e enfim tão honrados como dos brancos.

As três grandes culpas que se imputam ao preto são que é ladrão, bêbado e preguiçoso. Não lhe negarei estas más qualidades, ainda que temos na nossa missão muitos exemplos em contrário. Notemos, porém, que se o preto é dedicado amigo do alheio, é porque ele nasce, vive e morre rodeado de necessidades e miséria; um pano imundo e roto serve-lhe de vestidura de dia e de cobertura de noite; a alimentação pouco lhe custa a obter, vivendo, como em geral vivem, com uma insignificante quantidade de alimentos. Ora, sendo isto, como é, a pura verdade, nada admira que o preto lance mão de tudo que encontra mal guardado.

É preguiçoso, porque em geral não colhe o fruto do seu trabalho, que outro explora muitas vezes iníqua e vergonhosamente, não sendo raro encontrar-se indivíduos que, tendo juntado à custa de verdadeiros sacrifícios um pequeno pecúlio, o vêem desaparecer num dia com uma simples imputação de (ndóqui) feiticeiro, que os invejosos lhe promovem.

É enfim bêbado, porque, não trabalhando por falta de segurança para o que ganhou, não tem em que passar o tempo e, sendo a ociosidade a raiz

de todos os vicios, nada admira que procure na embriaguez alívio por alguns momentos à miséria que o cerca.

É preciso porém, para sermos justos, apontar-lhe também as virtudes que tem, sendo incontestàvelmente uma delas um conhecimento mais ou menos definido da sua inferioridade actual, de onde resulta que respeita o branco, ao menos todas as vezes que este sabe colocar-se na sua posição. São também muito sofredores, tanto das cousas que lhes acontecem atribuidas a uma vontade superior, e que em geral são devidas à sua imprevidência, como daquelas que provêm da malicia de algum patrício mais esperto ou mais velhaco.

Em geral muitos vicios que atrofiam a mocidade europeia, estupro, a exposição das crianças e o homicidio voluntário, são desconhecidos entre os pretos, pelo menos entre os das regiões que eu conheço; e tudo o que disser deve entender-se neste sentido.

A ausência destes vícios repugnantes pode considerar-se como verdadeira virtude. O que urge é moralizar pelo trabalho, pelo bom exemplo, pela dedicação sincera a uma raça incontestàvelmente muito atrazada, mas que no seu fundo bom tem em germen os elementos para a sua regeneração.

Para se alcançar um fim tão caritativo e humanitário, são incontestàvelmente as missões as que mais podem fazer e realmente fazem, e direi até que são as únicas que podem elevar o nível moral das populações africanas.

Portugal é um pais que tem largas colónias para civilizar e uma grande parte desses territórios, especialmente os de África, ainda não foram pisados pelas sandálias do missionário, pelo menos nos tempos modernos.

Em Portugal ainda não temos um serviço de missões organizado, e diga-se de passagem que pouco ele nos aproveitava existindo, porque não temos missionários: custa confessá-lo, mas é verdade.

O Colégio das Missões fornece alguns missionários, não há dúvida, cheios de dedicação e espírito de sacrificio; esse número porém é tão diminuto que para nada chega.

Torna-se porém urgentíssimo, se deveras desejamos civilizar, criar outros institutos, que nos forneçam muitos e bons missionários; para isso não encontro outro remédio que não seja liberdade completa das associações religiosas.

Eu não partilho a opinião dos que afirmam que só elas nos podem dar bons missionários e que o clero secular nada faz, ou nada pode fazer; sei, porém, que a favor delas está a vantagem da associação sobre a individualidade, e a experiência de alguns séculos, que nos afirma serem elas os melhores instrumentos da civilização entre os povos selvagens.

Além disso temos nós reparado bem que temos uma dívida de gratidão a solver com esses institutos, que tanta glória nos conquistaram? Creio que não.

Hoje que tanto se fala em África e nos meios adequados para a tornar feliz, é justo que nos lembremos que o grande prestígio que temos entre os indígenas, e que só a paixão obcecada nos pode contestar, é devido muito principalmente a esses varões ilustres, que durante mais de dois séculos levaram o nosso nome ao interior do continente africano. Demos-lhes pois em recompensa a liberdade de nos fazerem grandes e respeitados.

Chamemo-los outra vez, e na proporção em que eles forem entrando poderemos reduzir a despesa para bater o gentio rebelde; estou convencido disto quanto conheço aos indígenas, com quem vivo há bastante tempo.

Mas a dificuldade não desaparece ainda com esta medida salvadora, pois esses institutos só nos poderiam dar missionários daqui a bastantes anos e nós precisamos já muitos, principalmente para o novo distrito do Congo, onde há muitas tradições cristãs, e onde os indígenas têm confiança verdadeira no padre.

Neste estado de cousas parece útil e de grande alcance que o governo português se entendesse com a Santa Sé, para conseguirmos no menor prazo de tempo possível missionários, que muito bem poderiam ser, por exemplo, os capuchinhos italianos, para assim ficarmos habilitados a criar vinte e cinco ou trinta estações missionárias no interior, que nos pusessem em comunicação com o alto Cuango e outros pontos importantes, sendo este um meio eficaz de fazer derivar todo o comércio desta parte de África em nosso proveito, mesmo ainda que nisto não pensemos.

Os capuchinhos evangelizaram por muito tempo o Congo, e foram os últimos que retiraram destas paragens; tudo o que eles fizeram quase se perdeu, o que não admira, atendendo-se bem que durante mais de um século o Congo foi presa de guerras intestinas, revestidas de um carácter selvagem e exterminador; nestas lutas perdeu muito o antigo reino do Congo, e cada povoação ficou independente, conservando apenas uma sombra de submissão ao rei de S. Salvador.

Hoje, porém, as circunstâncias mudaram; as rivalidades de famílias terminaram e o país goza de uma paz octaviana; apenas uma ou outra escaramuça de povo para povo, em que de ordinário ninguém morre, e se por excepção sucedeu morrerem duas pessoas alcança logo foros de «vita ampoene» grande guerra, mostra que houve uma desinteligência, porque um soba queimou um tracto de capim sem avisar os vizinhos, ou porque os moleques de uma povoação mataram um antílope nos terrenos pertencentes a outra, ou inda porque no enterro de algum príncipe os vizinhos murmuraram que não levou para a terra tanta fazenda como devia.

Pouco mais ou menos todas as guerras têm este princípio e dois dias depois o seu fim, sendo raríssimo prolongar-se a guerra mais que este tempo; até nisto se parecem as guerras do Congo com as flores.

Ora neste momento histórico em que todas as nações civilizadas se empenham em levar o maior contingente de benefícios, por meio de missões de todos os géneros ao continente africano, não podemos nós ficar indi-

ferentes a este movimento geral, e devemos velar cuidadosamente pelo que nos pertence; o que há pouco se deu com a associação africana, metamorfoseada em estados livres do Congo, por obra e graça da diplomacia europeia, e *não por vontade dos indígenas,* teve talvez a imensa vantagem de nos despertar de um profundo sono em que há muito descansávamos. Se efectivamente despertarmos, como tudo o indica, ainda estamos a tempo de remediar muitas faltas.

Para esta nova cruzada, que deve ser incruenta, é preciso que todos se empenhem de alma e coração, que todos obedeçam a uma rigorosa disciplina e cada um ocupe o lugar que lhe pertence; pelo que me diz respeito, peço os perigos e os espinhos da vanguarda para a classe a que tenho a honra de pertencer, e que conta com bons soldados; aí estarei também para partilhar dos triunfos e dos reveses. Como suponho que ninguém, medianamente conhecedor da África, põe em dúvida as vantagens das missões católicas, direi o como julgo mais conveniente que elas sejam estabelecidas no novo distrito do Congo.

Neste vasto território que se estende do rio Loge à embocadura do Zaire, não contando os de Cabinda e Massabi, e para o interior até onde se quiser, estamos apenas representados por duas missões católicas portuguesas: a de Santo António na foz do Zaire e a de S. Salvador do Congo no interior.

Esta última tem uma escola que funciona há mais de um ano a SSE. de S. Salvador, na região conhecida entre os indígenas pelo nome de Madimba, nome que lhe vem da aparência de estar mais baixa que S. Salvador, mas que realmente o não está; pelo contrário, o local da nova missão tem uma altitude de 50 metros superior ao planalto em que assenta Banza-Congo.

Em poucos meses estará concluída a nova casa, capela e dependências para uma missão, que já tem mais de vinte e cinco alunos internos; número que vai ser muito elevado, porque está situada entre uma população densa e com desejos de aprender.

Infelizmente somos dois padres no Congo apenas; e pronta a casa da missão, haverá um padre para ocupá-la?

Estabelecida esta missão, que, se me não engano muito, há-de ser de um futuro brilhante, é urgente criar outra no Bembe, onde já não haverá dificuldades; porque este terreno já foi desbravado e os indígenas parecem de bom carácter; em pouco aí se formará um centro comercial e explorador, e teremos a vantagem de ligar assim S. Salvador com o Ambriz, o que se me afigura proveitoso para o desenvolvimento da civilização e do comércio [1].

---

[1] Foi criada por provisão do Sr. Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, em 7 de Dezembro de 1954.

Cada uma destas missões, bem como as que se lhes seguirem, devem ser compostas de dois padres, e não sendo possível, de um só, e mais um leigo, que dirija os trabalhos dos alunos, que se devem entregar especialmente à agricultura.

Na missão de S. Salvador nunca pudemos dar o devido desenvolvimento a este importantíssimo elemento, já por falta de pessoal europeu, já por circunstâncias especialíssimas, que de certo se não darão noutros lugares; o que tornará as missões aí muito mais económicas e profícuas.

O restante pessoal: — intérprete, nos primeiros tempos, ajudante de escola, carpinteiros, cozinheiros, lavadeiros, etc., pode esta missão fornecer e é até uma necessidade que o forneça.

A missão de S. Salvador tem muitos rapazes já grandes e com um adiantamento relativo muito regular; as famílias que aqui os colocaram, tiveram, como o preto tem sempre, em vista o interesse, que lhes adviria de conhecerem seus filhos o português; hoje que eles o conhecem pedem-lhes constantemente que os socorram; eles não o podem fazer, porque a missão só dá gratificações aos que têm trabalhos especiais e constantes; para os restantes já são enormes os encargos de vestir e alimentação. Muitas vezes tenho dito que se podem ir, porque já estão habilitados para ganharem a vida honradamente; mas não se conformam e nenhum daqueles que na missão adquiriu um certa instrução nos tem querido deixar até hoje, de onde resulta que temos uma grande acumulação de indivíduos, que poderão ir formar outra missão, custando três vezes menos do que o pessoal vindo de Cabinda e Luanda, e muito mais obediente, morigerado e grato.

Em seguida à formação do Bembe, que eu reputo muito importante, é preciso avançar para ENE. até ao Cuango; o país que nos separa da região do Pumbo ao N. e do Cuango a E. é o Zombo, que apesar de ter sido trilhado pelos nossos missionários, nos é hoje quase desconhecido; nesta direcção é preciso avançar com mais cautela, porque este povo tem um estado social mais atrazado que o do Congo pròpriamente dito.

Foi numa região confinante do Zombo, Macuta, que há seis anos resistiram à passagem dos missionários baptistas, que pretendiam chegar a Stanley-Pool pelo interior, o que não puderam conseguir.

Na minha excursão realizada ao Zombo (de que logo darei conta) no intuito de visitar essa região, que por assim dizer nos está aqui à porta e que nos tempos modernos não foi visitada por algum viajante, fui òptimamente recebido em toda a parte, e julgo não haver dificuldade em fundar missões entre eles, a não serem aquelas que provêm da inveja com que umas povoações olham para as outras, que têm a fortuna de receberem primeiro o europeu.

Os indígenas levam tão longe este fanatismo, que até em simples viagens são extraordinàriamente importunos, querendo todos que passemos pelo menos uma noite nos seus povos. Deixemos porém isto para logo e

digamos mais alguma coisa sobre a organização geral das missões do Congo.

O centro, a missão-mãe, deve ser na capital do Congo, S. Salvador. O seu antigo bispado, as suas tradições cristãs, o papel que lhe está reservado de receber a grande maioria do comércio da África central, logo que deste ponto para o litoral ou para o Zaire haja um caminho razoável, o seu rápido desenvolvimento de população nos últimos anos, a sua situação geográfica, estão evidentemente reclamando este ponto, centro da irradiação da nossa vitalidade colonizadora ao N. de Luanda; é pois aqui também que deve residir uma autoridade eclesiástica com jurisdição sobre todas as missões do Congo; enfim um delegado dos srs. bispos de Angola com qualquer título, ou sem ele, que possa exercer a sua autoridade sobre todas as missões.

No projecto apresentado ao parlamento português para organização do distrito do Congo, vi que era o governo autorizado a criar um centro de missões na capital do distrito, Cabinda; na minha humilde opinião, o lugar é mal escolhido e não milita a seu favor senão uma razão, a da economia, e esta, é preciso confessá-lo, é forte; creio porém que ela não compensa as desvantagens que consigo arrasta (2).

Penso que por centro de missões ou missão-central se entende o lugar onde se deve preparar para o futuro um clero novo, assunto de que logo tratarei; o lugar onde os padres, vindos da Europa, devem ter uma aprendizagem da língua e costumes daqueles a quem vão civilizar; um lugar, enfim, onde o missionário alquebrado de fadigas vai descansar e recobrar forças, para de novo empunhar o bordão de peregrino para se internar no sertão; e sendo isto, Cabinda não pode convir.

Quer se reconheça a grande vantagem económica e social das congregações religiosas para as missões das colónias principalmente, e se adoptem, quer estas tenham de receber o elemento religioso do clero secular, sem o qual não podem progredir e quando muito tiram uma tintura de civilização puramente material, e portanto incompleta, e até ruinosa, é preciso pensar na formação de um clero indígena.

Sei bem que esta opinião não é bem recebida por muitos, julgo porém que neste número poucos se contarão dos que conhecem a África e mais do que isso, o preto.

E mencionando-se esta proposição ouve-se logo gritar que o preto é imoral, preguiçoso, etc., etc.; ora o preto nesse ponto é o mesmo que o branco; tem os vícios inerentes às raças atrazadas; ele não é mau, o que é péssimo é o meio social em que vive; o preto não é imoral, imorais são os exemplos que ele observa desde criança; o preto não é preguiçoso, ini-

(2) Os Missionários da Congregação do Espírito Santo fundariam em Cabinda, em Novembro de 1891, uma missão, sob o vocábulo de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal.

migo do trabalho, é a tradição que ele recebe de que este se avilta; o preto enfim, não é destituído de inteligência, muito mais destituídos dela são os que querem que ele seja, por exemplo, um hábil pensador, se ele nunca teve quem o ensinasse a pensar, se as suas ideias nunca foram despertadas senão pelos objectos materiais, que o cercam por toda a parte; tanto isto é assim, que pelo menos as línguas africanas de que eu conheço qualquer coisa, são tão abundantes para designar os objectos materiais, como as nossas, e só são pobríssimas para exprimir ideias abstractas, e o preto maneja-as com uma facilidade assombrosa, sendo capaz de falar dois dias para nos descrever uma coisa qualquer, a que ele junta sempre uma infinidade de circunstâncias, muitas vezes com um grande bom senso.

O que é preciso, para fazer dos pretos bons padres, bons católicos, etc., é isolá-los desde bem crianças de todo o contacto com os indivíduos da sua raça, e especialmente dos seus parentes, que são os mais perigosos, até ao ponto em que eles tenham o sentimento e a razão formada; chegado a este ponto teremos os melhores missionários para a África. O conhecimento perfeito da língua, dos costumes, fará que a sua missão seja extraordinàriamente profícua.

Eu não digo que o europeu não tenha a primazia como director e vigia do clero indígena, até reputo isso indispensável, para corrigir as tendências da raça e aliciações do meio vicioso em que tem de viver; porém afirmo que o europeu terá no clero indígena o melhor elemento de prosperidade nos seus trabalhos de evangelização cristã.

Se eram estas as intenções do governo criando uma missão central em Cabinda, o lugar não podia ser pior escolhido.

Naturalmente seriam os filhos de Cabinda os candidatos preferidos para o sacerdócio; ora o Cabinda não maneja a língua do Congo (refiro-me à língua da corte, que é a do interior, e se estende por muito longe) e com dificuldade consegue entender-se; não conhece os costumes dos conguenses, que diferem muito dos seus: além de que os povos do Congo são de uma tal prosápia, que dificilmente consentiriam em ser ensinados por um cabinda.

Para uma aprendizagem da língua e dos costumes estamos na mesma; ali aprenderiam a língua do país, mas não aprenderiam a língua do Congo, que é a que ele precisa saber; como aclimatação reputo preferível S. Salvador, a uma altitude de 560 metros, entre montanhas e com um clima bastante frio para ser propício aos europeus.

Para descanso de fadigas passadas e centro de padres para acudir onde houver urgência, está muito distante do que eu entendo que deve ser o centro das missões desta parte da África.

Cabinda deve ter uma missão com algumas filiais para o ensino do indígena desses lugares, mas nunca deve ser o centro das missões para o Congo: esse centro deve ser no Congo mesmo.

Para que as missões do interior possam prosperar econòmicamente, é indispensável que no Noqui se faça sem demora uma casa filial das

mesmas missões, e sendo possível também ela missão; pois as casas comerciais aí estabelecidas não podem muitas vezes fazer o expediente para o interior, com a regularidade que é precisa, pela razão de que ali estão tratando dos seus negócios e não dos das missões e tudo o que fazem neste sentido, que é muito, é um puro favor, para que sempre estão prontos, mas de que se não deve abusar.

O benemérito português, o sr. João Luís da Rosa, que possuía a melhor feitoria do Noqui, onde tinha comprado vastos terrenos, antes de os transferir para a actual companhia portuguesa do Zaire, ofereceu a esta missão um extenso e bom terreno para dele dispor como quisesse e sem ónus de qualidade alguma.

Esta doação representa um valor importante numa localidade onde se não pode obter terreno, a não ser que as actuais feitorias o queiram ceder, o que sempre fazem por alto preço.

É pois, neste lugar que se deve edificar uma casa com armazéns onde sejam recolhidos todos os objectos para expedir aos pontos do interior. A situação do terreno é boa para o desembarque, exigindo apenas um molhe um pouco extenso; o restante pode muito bem ser aproveitado para a cultura.

Nesta casa é suficiente um padre com pequeno pessoal para dar cumprimento a todos os pedidos e reclamações da missão central.

Para facilitar ainda o bom andamento de todos os negócios das missões, o procurador do colégio das missões de Lisboa deve ser também o procurador das missões no ultramar.

Actualmente o missionário no interior luta com muitas dificuldades para fazer chegar qualquer objecto de Portugal e por muitas vezes esta missão tem mais facilidade em mandar vir livros de Paris ou Amsterdão do que de Lisboa; o que não aconteceria se na capital do reino tivesse uma pessoa exclusivamente encarregada dos seus negócios.

O superior da missão central deve entender-se com as fábricas de tecidos, bem como com os exportadores de géneros alimentícios, para que nas missões portuguesas apenas fossem consumidos produtos de origem portuguesa; até entre os indígenas faz péssimo efeito a praxe contrária.

Penso que as fábricas e fornecedores portugueses se não recusariam a fazer a favor das missões católicas, o que os ingleses fazem a favor dos protestantes, que na verdade é muito.

O negociante que na África fornece as missões, por mais desinteressado que seja, está habituado a avaliar as mercadorias, não pelo que realmente lhe custam na Europa, mas pelo valor dos géneros que com elas compra; depois, quer uma compensação para os riscos que as mercadorias podem sofrer, outra para o trabalho que teve, e com razão; donde resulta comprar-se por 100 ou 200 réis o que só pode valer 50; isto pelo que diz respeito a fazendas e contaria, sem falarmos de artigos de rancho, ainda pior.

E não se melhora de posição se os fornecimentos forem feitos por casas que tenham a sua sede na Europa, porque as fazendas que são destinadas à costa, ou vêm extraordinàriamente sobrecarregadas, ou o são logo que chegam.

É assim que já verifiquei que um lenço de algodão de grandeza e qualidades regulares custa-nos 150 réis, ao passo que as missões protestantes inglesas o têm igual por 50 réis, e assim em tudo.

Não é todavia para estranhar que as mercadorias sejam tão sobrecarregadas na costa ou no Zaire, pois é certo que, pagando-se na África os géneros, borracha, marfim, etc., 100 por cento sobre o valor dos mercados na Europa, os transportes, ordenados de empregados e mais encargos inerentes a uma casa comercial, juntamente com algum resultado para o negociante, devem necessàriamente sair das fazendas, que sendo obtidas por um preço razoável nas grandes fábricas, são consumidas aqui com 200 ou 300 por cento sobre o seu custo primitivo. De outra maneira não seria fácil sustentar-se qualquer empresa desta ordem, porque além do risco em que andam contìnuamente os seus capitais, são consideráveis as despesas a que têm de satisfazer com regularidade.

A Companhia Nacional de Navegação para a África é possível que também fizesse um abatimento nos seus transportes, para auxiliar as missões, como acontece nos vapores ingleses, e conseguindo-se isto, tudo teríamos no interior por preços económicos e não pelas exorbitâncias actuais, podendo sem aumento de despesa criar novas estações missionárias.

Ainda mesmo que tudo isto se possa conseguir, e que na minha opinião pode e deve, é incontestável que as despesas ainda não serão muito grandes, principalmente se atendermos às grandes despesas que é preciso fazer em África para impulsionar a sua prosperidade nascente.

Neste ponto limito-me a lembrar a alta conveniência de se apelar para a caridade de todos os portugueses que amem o desenvolvimento moral e material das nossas colónias; um apelo dirigido neste sentido ao povo português deve produzir os melhores resultados, e este, para ser profícuo, deve ser feito por todos os ex.mos bispos do continente e ilhas adjacentes.

Os rev.mos párocos explicariam aos seus fregueses o grande alcance da esmola para as missões da África, abrindo uma subscrição, que seria permanente, a fim de cada um poder subscrever como melhor lhe agradasse.

Uma comissão de cavalheiros dedicados aos interesses das colónias, presidida pelo superior do colégio das missões ultramarinas, administraria os fundos resultantes dessa subscrição, empregando-os em criar um capital permanente, do qual só os juros fossem ocorrendo às despesas mais urgentes das missões.

Ao Supremo Hierarca da Igreja Católica pedir-se-ia com instância graças iguais às que são concedidas aos que concorrerem para a grande Obra da Propagação da Fé.

Uma associação de senhoras distintas pelos sentimentos de caridade, encarregar-se-ia dos paramentos, toalhas, e mais objectos pertencentes ao culto divino, que, pela modéstia com que é praticado nestas paragens, não exige grandes despesas; para este fim reverteriam os paramentos e vasos sagrados dos conventos de freiras que se têm fechado nos últimos dez anos e dos que se continuassem a fechar.

O governo, por sua parte, protegeria sempre os missionários com toda a sua influência; elevaria as suas côngruas em harmonia com as necessidades mais urgentes e faria todas as despesas com a edificação e conservação das casas das missões; forneceria todos os utensílios de escolas e pagaria as despesas de transporte, do desembarque ao lugar das missões, onde houver a fazer tal despesa.

À conta dos missionários ficaria a sua sustentação e vestido, com todas as despesas particulares e o sustento e vestido dos alunos, que pela maior parte são internos, para o que seriam ajudados pelo rendimento da subscrição nacional a que acima me referi.

No estado social das populações do Congo, e há-de acontecer o mesmo em muitos outros lugares, uma missão só para pregar e evangelizar a religião, aos que quiserem ouvir, não dá resultado algum; não vale nada para o desenvolvimento desses povos, que só atendem a interesses imediatos, e onde a crença não é firme nem a consciência ilustrada; são pois indispensáveis os internatos, pelo menos até uma certa idade dos alunos, com exercícios de cultura e ofícios diversos.

Nas breves considerações precedentes tenho encarado a necessidade das missões religiosas, só debaixo do ponto de vista do sexo masculino; estas porém não são suficientes se quisermos marchar depressa no caminho da civilização da raça preta; são precisas nos pontos mais centrais e importantes, missões de mulheres para o ensino das mesmas.

Folguei de ver que o actual ex.^{mo} superior do colégio das missões tinha implorado a alta protecção de Sua Majestade a Rainha para a criação de um pessoal feminino para escolas no ultramar; magnífica ideia, na verdade; infelizmente na prática pouco produzirá.

Eu, respeitando imenso os magníficos interesses e espírito de caridade que ditaram o importante documento, em que estão exaradas as ideias do ex.^{mo} superior, peço licença para discordar, ou antes duvidar, dos resultados práticos.

As senhoras que se dedicassem ao apostolado da instrução das meninas indígenas, teriam a lutar em África com tantas dificuldades, que, se resistissem ao desânimo, sucumbiriam com certeza à míngua de comodidades mais rudimentares, a não admitirmos que todas sejam muito e muito ricas, o que é pouco provável.

Naturalmente essas senhoras seriam ou casadas ou solteiras; no primeiro caso teriam de conduzir a sua família para a África, crescendo-lhes os encargos enormemente, que ainda com um trabalho bem remunerado não poderiam fazer face às suas despesas; no segundo, seria inconveniente e até desumano dizer a uma senhora que se internasse, muitas vezes em lugares ainda não ocupados, onde não encontraria quem a pudesse amparar.

Os únicos pontos onde esta instituição poderia dar algum resultado seria nas cidades e concelhos do litoral, onde a vida meio europeia, meio indígena, lhes permitiria algum conforto; não é porém precisamente nesses lugares onde mais indispensáveis são os seus serviços, porque para lá haverá sempre quem faça concurso logo que o governo aí crie cadeiras para o sexo feminino, o que já devia ter feito há mais tempo para os lugares onde ainda as não há.

O que é preciso é criar escolas de mulheres no interior, onde não existe ainda uma civilização, nem rudimentar; onde mais se precisa destas escolas é no Congo e no interior da província; mas nesses lugares será preciso fazer internatos de raparigas, e muitas vezes para se conseguir esse fim haverá necessidade de resgatá-las para depois as educar.

Ao lado da missão religiosa e da escola para rapazes, deve haver a escola para raparigas: não sendo assim, nós andamos a civilizar meia humanidade, mas escapa-se-nos a outra meia, quiçá a mais importante, pelo predomínio que tem na formação dos costumes.

É preciso incutir aos alunos as ideias da família e vantagens dela resultantes; mas como a constituirá ele se ao sair da missão encontra uma preta bronca e estúpida, que não sabe fazer-lhe um par de meias nem larçar-lhe um remendo nas calças; uma preta que ele mesmo não escolheu e que a família estava pagando desde que ela nasceu até àquela idade?

O resultado é sempre o mesmo; o indivíduo, na cabeça do qual fervilha a centelha da civilização, que ele desejava, toma os costumes da mulher, esquecendo o que aprendera: em pouco tempo é polígamo como os seus concidadãos, porque a própria mulher é a primeira a incitá-lo a procurar outras, para se aliviar do trabalho de sustentar o marido.

É pois, urgente que nós facultemos aos dois sexos da raça preta os meios de se civilizarem, formando a família, elemento essencial e primário para a civilização e prosperidade das nações.

Para se obter este fim tão importante, não vejo outro meio, e creio mesmo que ele não existe, senão chamar as Irmãs de Caridade.

Creio na eficácia desta instituição abençoada por todos.

Qualquer das ramificações em que se divide esta santa família, será proveitosa e em pouco tempo se hão-de colher magníficos resultados. Isto não é uma hipótese; é a realidade.

Existem as irmãs nas grandes missões da Ásia e da América, e nas da África já hoje pelo ocidente chegam a Stanley-Pool e o movimento promete continuar.

E S. Salvador, como um centro destinado à irradiação civilizadora, deve possuir uma casa de educação para mulheres, sob pena de ficarmos sempre a meio caminho do nosso empenho sincero, mas muitas vezes improfícuo, de dotarmos as nossas colónias com elementos de prosperidade e bem-estar futuro.

Todas as considerações antecedentes me foram ditadas pelo entranhado amor que voto às coisas africanas, e especialmente ao desenvolvimento da moral e religião da raça desprotegida: pode ser que em muitos pontos veja mal e noutros que haja utopias, em todo o caso terei sempre desculpa pela intenção que me guiou a pena.

Se tiver havido alguém com paciência precisa para me ler até aqui, convido esse, agora, a dar um passeio ao Zombo, que, não sendo precisamente uma digressão de recreio, ainda assim custará menos ao leitor do que me custou a mim.

É conhecida com o nome de Zombo a região que se estende a NE. de S. Salvador; ao N. o país confinante do Zombo é Macuta, a E. a Damba e na frente a M'bata e Pumbo, terminando a E. no rio Cuango.

O povo desta região, bastante extensa, é relativamente laborioso e o transcurso do comércio para S. Salvador ou para a costa é feito em grande parte às costas dos zombos.

Este país é muito trilhado actualmente pelos povos do Congo, como o foi antigamente pelos pumbeiros; e vem aqui a ponto o perguntar se este nome — pumbeiro — que se encontra nas antigas relações do Congo, quando o nosso comércio pouco se tinha desenvolvido para o S., não tirará a sua origem do Pumbo, o actual Stanley-Pool? (3).

Seja como for, o que é certo é que hoje no Congo não há pumbeiros no sentido antigo, nem mesmo o nome.

Atiçado pela curiosidade de visitar o Zombo, que nos tempos modernos não tinha sido pisado por europeu algum, de que tenha conhecimento, e ainda mais para ver uma cruz em que me falavam os pretos que tinham ido procurar marfim, resolvi pôr-me a caminho com tenção de me internar um pouco para além do Zombo, o que não pude fazer, por causa dos carregadores se recusarem a acompanhar-me.

Avisei o meu companheiro de excursões, um sobrinho do rei do Congo, e marquei o dia da partida para 20 de Julho de 1886.

O dr. Buttner, explorador alemão, tinha partido vinte e tantos dias antes, tomando mais a E. para chegar a Cuango, no domínio do chefe Muene-Puto-Cassongo, já conhecido das expedições alemãs de Wisman e Pogge.

---

(3) Assim parece ser. O termo *pumbo* significa feira, donde os dicionaristas fizeram *pombeiro*, sem preocupações etimológicas. Era o mesmo que chatim, bandeirante, tangomão.

Chegado a 20 de Julho, tinha mais carregadores do que eu precisava, para conduzir os objectos de primeira necessidade; os meus carregadores eram de S. Salvador, todos me queriam acompanhar, talvez já com a intenção formada de me não deixarem ir muito longe.

O que me fez supor isto foi o raríssimo fenómeno de não ter dificuldades para os obter, nem as exigências costumadas, nem coisa alguma que me incomodasse.

O pessoal da expedição era formado por nove carregadores, quatro alunos da missão, o D. Nicolau, sobrinho do rei, e quem estas linhas escreve.

Dada a voz de marcha tudo se pôs em movimento por um sol abrasador na direcção NNE.; descemos o planalto de Banza-Congo, pouco extenso nesta direcção, atravessámos a pequena ribeira do Bemde e entrámos no vale do Luégi; pouco depois passávamos o pequeno povo do Mauéte, que eu vi nascer, e um dos mais próximos de S. Salvador, na margem direita do Luégi; aqui entrámos num vale bastante profundo, formado pelos extensos morros do Candi, que nos ficam à direita, e o morro de Kèlundua, que no seu ponto culminante tem o povo do mesmo nome, um verdadeiro ninho de águias, de onde se avista, especialmente para W., a uma distância de 65 quilómetros. Este morro domina perfeitamente o planalto de Banza-Congo.

Depois de partidos do Mauéte quarenta minutos, passámos rentes a um morro todo formado de calcáreo; é deste lugar que, tanto nos tempos antigos como nos modernos, saíu toda a cal para as construções de S. Salvador; foi com ela que há perto de trezentos anos se fabricaram muros e igrejas, que ainda hoje há grandes dificuldades para derrubar; ao passo que as obras feitas há vinte e quatro ou vinte e cinco anos, estão todas por terra.

O calcáreo extraído destas pedreiras é duma calcinação muito difícil, talvez devido à grande abundância de silex, com o qual está combinado. É a formação calcárea mais abundante com certeza e quase a única que existe nas cercanias de S. Salvador.

Passando ao lado de pequenos povos, atingimos a extremidade N. dos morros do Candi, onde está assentado o povo de Londe, dependências de Banza-Quintechino. Aqui não encontrámos quem nos desse um copo de água, porque todos tinham partido para a Banza, onde estavam fazendo uma adivinhação.

É costume inveterado nas populações do Congo, logo que alguém de certa importância cai perigosamente enfermo, chamar o curandeiro, a que poderemos designar também pelo nome de adivinho pequeno, porque estes ilustres discípulos do Esculápio não se contentam só com indicar e preparar as tisanas, que o padecente há-de engolir, pretendem também adivinhar quem foi o malvado que enfeitiçou o doente.

A maior parte das vezes acontece que o adivinho e o curandeiro são personagens diferentes.

O adivinho vem sempre primeiro, dá o seu oráculo tenebroso diante de toda a família reunida; nunca diz o nome do indivíduo que enfeitiçou o doente, mas declara se é homem ou mulher, e até costuma indicar a direcção em que mora, não se esquecendo nunca de nomear o curandeiro capaz de curar a moléstia do enfermo, de que se trata. Em seguida recebe o seu pagamento prèviamente convencionado e retira-se.

Algumas vezes o adivinho dá o oráculo sem barulho e com segredo; o mais comum porém é dar magno espectáculo.

O padecente vem para o centro, ainda que esteja muito mal; de ordinário caem-lhe a todo o instante catadupas de água fria sobre a cabeça; ao mesmo tempo o adivinho pinta-lhe com tacula, na cara, os arabescos mais fantásticos; um barulho enorme de tambores e gritos é feito em torno dele.

Ao lado estão cestos feitos de palha, cheios de objectos os mais disparatados; bolas de gré, misturadas com grãos de milho, pernas de pássaros, maxilas de cobras, ervas em abundância, escamas de jacaré, enfim um embróglio de difícil classificação. O adivinhador agita furiosamente no ar a cauda de um búfalo, e, fazendo mil trejeitos e caretas, treme como uma pitonisa.

Esta terrível cerimónia dura muitas horas; quando tudo está cansado, o adivinhador consulta um pequeno cilindro de madeira oco, fazendo girar uma tampa com ruído; em seguida dá o seu veredicto e retira-se, indicando o médico que devem chamar.

Até aqui não há mais do que uma comédia que nos mete dó e nos faz rir. A tragédia vem depois. Se o doente não morre, tudo passa; se porém sucumbe à intensidade da doença e muitíssimas vezes à cura, os sobas, em primeiro lugar, e depois todos os que lucram, impelem os parentes do defunto a chamar o adivinho, personagem tenebroso que causa maiores danos na África que as sortidas da cólera na Europa. Não se devem confundir o feiticeiro com o adivinhador; o primeiro é ordinàriamente um homem mais laborioso que os seus patrícios e portanto mais rico, podendo ser m homem muito sério, ao passo que o segundo é um finório, que vive, matando, à custa dos lorpas; é uma excrescência, um escalracho, que esteriliza tudo aquilo em que toca.

O adivinho a que eu chamarei grande, é chamado; livre-se qualquer indígena de dizer que não; porque se o diz é sinal evidente de que foi ele o causador da morte; este vem sempre de longe e o pagamento e fé que se lhe presta está na razão directa das distâncias.

Chega à povoação sempre alta noite, como os ladrões; vem acompanhado de sujeitos armados, pelo grande amor que consagra à ilustre pele, que lhe cobre os ossos, pois pode acontecer que algumas vítimas, que vão ser designadas, tenham ideias menos nítidas sobre feitiçaria que o comum dos homens, como às vezes sucede, ainda que raramente, e pretendam fazer-lhe pagar caro o tê-los preferido.

O adivinhador reune os principais da povoação, indica-lhes a vítima, recebe o pagamento, que é sempre grande, e retira-se.

Nos lugares mais civilizados, como S. Salvador, a vítima designada paga o *crime* a dinheiro, nos outros pontos é mais sério e não raras vezes paga com a vida; porém ainda que isto não aconteça, fica a liberdade do designado, da família e descendentes, por três ou quatro gerações, enfeudada aos sobas, que a exploram de um modo atroz. Os parentes, coagidos, são quase sempre os que chamam o adivinho, e na maioria dos casos são eles os designados como autores da feitiçaria. É tão grande o furor da adivinhação que os [próprios] pais não perdoam aos filhos, principalmente conhecendo que eles têm juntado algum pecúlio, à custa de muitos sacrifícios.

Na África não se pode ser rico ou remediado; a fama disso custa sempre muito caro; pois qualquer nestas circunstâncias será sempre o primeiro a ser designado pelo adivinhador como autor de algum crime. Quando acabará tudo isto? Só Deus o sabe; mas com certeza muito tarde.

A feitiçaria africana é uma instituição social e, como os mais fortes lucram com ela, só com muitos esforços e muito tarde será completamente destruída.

Falo aqui apenas das adivinhações, que têm resultados desastrosos e que impedem fortemente a civilização; se fosse a falar de pequenas adivinhações, feitiços, tão ridículos como comuns, enfim de superstições, teria de escrever um volume, o que talvez farei um dia, mas que hoje me é impossível.

Partindo do Londe e caminhando a E. encontrámos em poucos minutos um riacho de água, pouco menos que estagnada, e que só tem de notável o ser a primeira corrente que em vez de seguir o seu curso para W. vai ao N.; creio ser um afluente, de certo pouco importante, do Luvo.

É pois evidente que os morros de Candi, prolongando-se para ESE. separam as bacias do Luvo e Lunda.

Caminhando sempre a E. passámos as pequenas povoações de Landango, Quidizo, e Nua-Calunga (bebe o mar), onde o caminho segue a NE. para a quitanda de Quengue-Luanza, e às quatro horas e quatorze minutos entrámos numa pequena lagoa de 500 metros, abundante de papiro, que por aqui não escasseia e que tem largo consumo na confecção de vários objectos caseiros e especialmente para servir de liame para atar os paus de chimbeques e cercados.

Dois passos mais e entrámos no miserável povo de Lucuácua, onde devíamos passar a primeira noite; o calor abrasador que durante cinco horas nos fustigou prostrou-nos de tal maneira, que só com dificuldade poderíamos avançar.

Os pequenos povos que passámos além de Quintchino e os que nos ficaram ao lado formam o que se chama a Luanza, que é o nome da povoação principal que nos ficou na margem esquerda do caminho, entre

um bosque bastante espesso; as cercanias são húmidas e alagadiças no tempo das chuvas.

Em consequência da quase estagnação destas águas, que se dirigem para o N., estas povoações são pouco salubres, pobres e de aspecto miserável.

Nós passámos uma noite detestável, perseguidos por nuvens de mosquitos, que àvidamente se disputavam fazer-nos repetidas sangrias, que da melhor vontade dispensávamos.

Foi, pois, com prazer que vimos raiar o dia 21, para nos pormos em marcha na direcção ESE.

Ainda não tínhamos caminhado uma hora por entre o capim incómodo, quando encontrámos um *lango* que, à falta de melhor termo, traduzirei por taberna; lango é um lugar nos caminhos de grande tráfego comercial, e de ordinário longe das povoações, onde as mulheres vendem aos transeuntes todos os produtos culinários da cozinha indígena; umas vezes vão preparados de casa, outras são-no no mesmo lugar.

Aparaceu-nos uma fileira de quindas (objecto caseiro feito de palha, que serve para tudo, até para beber água); dentro de cada um destes cestos está um quinzo (panela fabricada pelos indígenas, de barro grosseiro); é nestas panelas que são cozinhados todos os artigos de alimentação, que são preparados ao fogo

Esta panela contém sempre um molho grosso e altamente apimentado, feito com azeite de ginguba, ou de palmeira; este último é menos estimado; uma outra panela contém ordinàriamente feijão, misturado com ervas, couves, caules de mandioca, folhas de abóbora, pevides de todas as cucurbitáceas, etc.

Ao lado uma grande quinda-liena, cheia de enormes bolas de infundi, que é o pão do indígena, completa tudo que é preciso para um repasto frugal.

É interessante ver chegar a comitiva a uma destas tabernas; todas as cargas descem momentâneamente das espáduas para o chão, cada carregador vai acocorar-se diante de uma vendedeira, que de muito boa vontade lhe serve uma colher de molho — miramba — outras de feijão e uma bola de infundi, a troco de trezentos bagos de coral azul, enfiado em três fios diferentes, de cem bagos cada um; é este o dinheiro oficial, e em todas as transacções entre indígenas, ainda que se pague noutra moeda, como fazenda, a referência é sempre feita a esta espécie.

Nesta parte da África entram quantidades enormes desta contaria; porém toda desaparece com os enterros, levando os mortos ricos, só neste artigo, muitas vezes mais de 40$000 réis, que não é nada, se atendermos à quantidade de fazenda que arrastam para a terra.

Esta ração de trezentos bagos, se fosse só para um, era uma refeição de Luculo nas mãos de um indígena; pelo menos é para três, ficando aos muleques, que sempre aparecem nas comitivas, a incumbência de limpar os pratos com bolinhas de infundi; e é preciso confessar que se desem-

penham tão bem desta tarefa que a água é completamente dispensável para aquele fim.

Quando o preto jornadeia por sua conta é de uma sobriedade e parcimónia admiráveis; parecem espartanos; se porém é à custa do viajante, tudo são exigências; e ingerem tão grande quantidade de alimentos, se lhos derem, que poderiam concorrer, como bons comparsas, ao banquete dos gastrónomos americanos.

Como terei mais tarde de falar da cozinha africana, vou despedir-me desta taberna, depois de ter emborcado no estômago uma caneca de malavo (vinho de palma), com que me presenteou um preto generoso.

Partimos na direcção antecedente e pouco depois transpúnhamos uma ribeira sem importância, onde encontrámos um portador do dr. Butner, que conduzia a correspondência para a Europa, e que nos afirmou que aquele já tinha passado o Cuango; junto desta ribeira assenta o pequeno povo de Nemguéte. Depois de nos terem oferecido uma cabaça de vinho de palma, partimos na direcção ENE., deixando ao nosso lado bastantes povoações insignificantes; chegámos às dez horas à senzala *Salvè-Nchino-Cangue;* poucos minutos mais passávamos o povo *Avè Madia,* e atravessando uma ribeira estagnada de largura considerável, afluente do Luvo, que mais tarde vamos encontrar, entrávamos no Muingo, vendo na nossa frente sobre uma boa eminência Banza-Tanda, objectivo da nossa viagem deste dia; vencido o morro fizemos a nossa entrada ali às dez horas e meia.

Esta povoação, que é importante, dá o seu nome a muitas outras que a rodeiam por todos os lados, como se poderá ver no meu itinerário.

Tanda seria um ponto magnífico para uma estação missionária, porque a sua posição deve ser salubre e domina uma população muito densa, se não estivesse tão próximo de S. Salvador.

Em Banza-Tanda não encontrei vestígios de missões antigas; mas alguns nomes dos povos vizinhos mostram quase à evidência que neste lugar houve alguma missão de que se perdeu a memória: assim, a *Salvè--Nchino-Cangue,* é em português, Salvè Santíssimo Sacramento; — o outro povo *Avè Madia,* é evidente Avè Maria, com a mudança do *r* em *d,* por não ter a língua do Congo aquele som; há mais um povo que tem o nome de *Cruzo*; é pois Cruz, palavra que os indígenas pronunciam sempre com a terminação em *o.*

Parece-me, portanto, poder afirmar-se, que, convidados pela posição topográfica e densidade da população, ali foram atraídos os antigos missionários, e que fundaram os povos a que me referi, ou lhe mudaram os nomes indígenas pelos que ainda conservam, o que será mais provável.

Demorei-me todo o dia em Banza-Tanda a pedido do soba e outros meus conhecidos, o que causou certos embaraços a um adivinhador, que não quis exercer a sua arte enquanto me demorei.

No dia seguinte partimos às oito horas da manhã com a direcção ENE., descobrindo um magnífico horizonte; na nossa frente tínhamos um

extenso plano e aos lados um terreno levemente acidentado, coberto de capim amarelado, que fazia lembrar grande ceara de trigo; ao N., muito longe, o curso sinuoso do Quilo, que era traçado por um esplêndido arvoredo.

Descendo a encosta do povo do Tanda chegámos às margens do Luvo, ribeira de 10 metros de largura, fundo de lodo; vem de SE. e corre a NNW. com pequena corrente e uma grande curva; as margens são umbrosas e neste lugar a margem direita é de uma vegetação esplêndida.

Atravessando a planície entrámos na célebre quitanda do Lembélo, a maior das que existem nas vizinhanças de S. Salvador. Já que chegámos a esta quitanda ou feira, de que tantas vezes tinha ouvido falar, sustemo-nos um pouco, que o sol aperta fortemente, e demos alguns pormenores destes lugares de reunião e festa, porque a quitanda é um verdadeiro prazer para o africano.

A semana indígena do Congo tem quatro dias e serve para a contagem do tempo surtindo todos os efeitos legais; em cada um desses quatro dias há uma quitanda que dá o nome aos mesmos.

O primeiro dia é Pona; segundo N'cando; terceiro Quengue e quarto Couzo. O lugar da quitanda ou feira é geralmente longe dos povoados, para não excitar rivalidades; os mais próximos são os que têm a seu cuidado a limpeza das mesmas quitandas; e a qualquer dos dias acrescenta-se sempre o nome do povo mais importante, que de ordinário dá o seu nome à região e à quitanda.

São sempre assombreados por uma alta árvore, a que os indígenas chamam N'zanda, que tem apenas a utilidade da sombra, porque os pequenos frutos, que produz, são desprezados.

As quitandas são em grande número e raro será encontrar-se um povo que num raio de 10 quilómetros não tenha as quatro da semana.

A reunião é sempre feita das nove à uma hora depois do meio dia; antes e depois destas horas tudo está deserto.

Não conheço coisa alguma que desse uma ideia mais nítida da etnografia africana, do comércio, da indústria, enfim das aptidões do preto, do que era apresentar-se um dia na Europa, se fosse possível, uma feira indígena, e para o quadro ser completo devia ser animado pelo vozear constante dos compradores, vendedores e especialmente dos bebedores.

Comecemos por um lado e revistamo-nos de paciência para percorrer este *mare magnum*, em que tudo é tumulto e não reina uma sombra dormente. A primeira coisa que se nos depara, nas grandes quitandas, são pequenas porções de borracha, que são vendidas a retalho; em seguida arames (amálgama de cobre e latão), fazendas de todas as qualidades; logo ao lado carneiros em pequena quantidade, cabritos, porcos, e galinhas, tudo vivo ou abatido, devendo declarar-se que a carne que o preto mais aprecia é, sem contestação, a do porco; tenho visto vender pedaços de carne deste animal que não pesam mais de 300 gramas, e por uma quantia não inferior a 140 réis. Convém advertir que esta região é pobrís-

sima em criação de gado; por essa razão toda a carne é cara, mas a do porco muito mais; não existe aqui, como nas regiões ao norte do Zaire, a superstição de não comer carne de porco; o que me parece ser indício de que os povos desta margem nunca tiveram relações, pelo menos demoradas, com os árabes, como aconteceu com os povos da Guiné.

Nunca vi fazer nestas feiras transacções de escravos; são feitas só nas povoações.

O que fica visto é o que poderemos chamar negócio grosso; mas o pequeno é muito mais numeroso e variado; o preto é essencialmente negociante, é mesmo esta a aptidão mais desenvolvida que lhe conheço; aproveita tudo o que lhe possa render alguns bagos para beber na quitanda. Um dia encontrei numa das feiras um preto vendendo folhas de uma árvore, que eu sabia não terem aplicação alguma; tinha-as disposto em pequenos molhos de trinta folhas; perguntei-lhe para que servia aquilo, mas ele rindo-se da minha ingenuidade, respondeu-me que as vendia a quem comprasse bocados de carne, para a embrulharem. Cada um daqueles molhinhos rendia cem bagos e como o indivíduo tinha, pelo menos, cem molhos, vendendo-os todos, podia obter dez mil bagos, que representam um valor de 500 réis. Grandes quitandas de mandioca pobre, pronta para entrar no pilão para fazer a *fuba* (farinha própria para fazer o infundi), quase a única maneira por que o indígena se serve dela; é raro ver os pretos comer mandioca crua; têm o instinto do veneno contido no suco de algumas espécies. Logo que é colhida, desembaraçam-na da casca, em seguida é mergulhada em água sem corrente durante quatro dias, findos os quais é exposta ao sol até estar bem seca, e recolhida em casa, onde pode demorar alguns meses; vão tirando diàriamente daquele depósito algumas raízes para fazerem o infundi quotidiano. Conheço aqui duas espécies de mandioca bastante distintas, ambas são cultivadas com o mesmo cuidado; uma é mais branca e algum tanto amarga, a outra é mais escura e mais doce.

A ginguba (*Arachis hypogœa*), essa abençoada leguminosa, que, quase só, fornece os elementos azotados à vida de milhares de pretos; que lhe dá os meios de obter o sal marinho trocado na costa, e que ainda os alumia na escura cabana, enfiada em paus duros e finos, aparece em grande quantidade, a não ser em anos muito secos e excepcionalmente maus.

O menor consumo que o indígena faz da ginguba, a que no Congo se chama *n'guba* e também *m'pinda*, principalmente nas margens do Zaire, é para fazer a muamba, isto é, molho que serve para lubrificar o infundi.

A ginguba é também conhecida pelo nome de «pinote», vocábulo que me parece derivado do português «pinhão», pela semelhança do paladar depois de torrada.

Perto das plantações da n'guba, encontramos uma outra leguminosa, que infelizmente é pouco cultivada no Congo; é o matubo, no singular étubo, forma pouco usada (*Voandzeia subterranea*), que os indígenas empregam na alimentação, como o feijão, em muambas ou guizado; a sua

cultura é muito restrita, porque o preto não lhe liga muita importância.

O feijão aparece sempre em quantidade; conheço seis ou sete espécies diferentes; o amarelo e mais comum só difere do seu similar da Europa em ser mais pequeno; o branco, que também é menos desenvolvido, o fradinho de que há duas espécies, das quais o mais notável é o feijão do Damba, *cassa n'Damba* ou *buengue,* muito pequeno e produtivo, o mambandi, todo branco, quase redondo e de magnífico gosto, mas pouco abundante; o feijão do Zombo de cor esverdeada e talvez de todos o melhor; o preto, que é bom, mas pouco vulgar; é possivel que ainda existam outras variedades, mas em quantidade tão diminuta que não aparecem nos grandes mercados.

Em seguida encontramos quindas, contendo pevides de cucurbitáceas, que nesta região têm grande extracção, entrando como elemento essencial na confecção dos guizados de primeira ordem; a pevide é bem pisada, depois levada ao fogo, onde fica até formar, com pouca água, uma pasta grossa; logo que esta se consegue, é temperada com n'dungo, sal e cebola, ficando assim um dos melhores pratos da cozinha indígena.

Em S. Salvador fornece quase toda a pevide a *Cucurbita maxima,* conhecida pelo nome de *èlungue;* é muito cultivada, ùnicamente para a produção das sementes; a polpa é sempre desprezada; as folhas, enquanto tenras, são empregadas em diferentes muambas, como as couves, folhas de mandioca, etc.

Nas proximidades de S. Salvador nunca vi o *Citrullus vulgaris,* porém na minha excursão ao Zombo encontrei-o em tanta abundância, que se poderiam contar por muito milhões os frutos; as pevides são preparadas pelo mesmo processo que as da *Cucurbita maxima*; em compensação esta quase não aparece no Zombo.

No Congo, o *Citrullus* chama-se *n'tanga,* nome que se aproxima bastante daquele por que é designado ao sul da província, *ditangue* (C. Ficalho).

Também podemos encontrar como artigo de negócio a pevide da *Caxernaria vulgaris,* que produz quase espontâneamente; esta espécie porém é menos estimada que as precedentes, e só quando aquelas faltam se empregam estas. O verdadeiro valor desta cucurbitácea está em fornecer vasilhas para a condução da água e colheita do vinho de palmeira. No Congo tem o nome de *n'calo,* cabaça vulgar, aparecendo algumas de extraordinária capacidade.

O bem conhecido quiabo, *Hibiscus esculentus,* também existe, mas em pequenas quantidades, porque não o sabem apreciar. Esta malvácea, é designada pelo nome de quimgombó. Nunca encontrei o *Hibiscus abelmoschus,* ou quiabo de cheiro.

Como parte indispensável da cozinha do Congo, visitemos agora a quinda de pimenta, que, não sendo variada, é sempre abundante.

Principiemos pelo *n'dungo.* Encontra-se em grande quantidade e produz espontâneamente na quadra pluviosa; é nesta época que se fazem

grandes colheitas do *n'dungo,* no singular *lulungo;* esta forma quase nem se usa. O arbusto que produz esta pimenta tem no Congo o nome de *n'lungu,* que creio ser o *Capsicum conicum* de E. Mey (Conde de Ficalho).

O n'dungo, depois de colhido perfeitamente maduro, é exposto ao sol, logo que está seco, leva-se ao mercado ou guarda-se com precaução em cabaças ou folhas de bananeira, perto do fogo; hoje o indígena não pode viver sem este condimento e é por isso que o estima; mais fàcilmente comeria sem sal do que sem n'dungo.

Conheço uma outra espécie, que evidentemente pertence ao género *Capsicum*; os frutos têm a mesma cor e forma; são porém muito maiores e menos picantes; creio que por isso mesmo é menos estimada e, não sendo cultivada, é muito rara.

Aos frutos desta espécie dão os indígenas do Congo um nome um pouco extravagante e que não traduzo à letra, *n'dungu za tuvi tuan combo,* pimenta de caganitas de cabra.

O nome n'dungu, única forma, serve para designar todas as sementes que têm a propriedade de queimar; assim, nos bosques aparece um pequeno arbusto, que só conheço por informações, mas do qual conheço as sementes, que são pouco maiores que as de couve, e têm uma ardência extraordinária; esta espécie de pimenta nunca é empregada nas comidas, mas os curandeiros fazem dela grande uso, nos primeiros sintomas da terrível moléstia do sono, que tantas vítimas faz entre os pretos; é conhecida pelo nome de *n'dungu za nzó,* e aparece raramente.

Para servir como medicamente é pisada e em seguida posta nos olhos e nariz, o que deve fazer sofrer terrìvelmente o pobre doente.

Mais ao lado encontramos alguns cachos do *Piper Clusii,* que é designada pelo nome de *cúa-cúa,* ou *cuentra*; mas esta forma é pouco usada; é em tudo semelhante à pimenta de origem índica, mas é mais pequena; serve como tempero.

Como tratamos de pimentas, será bom dizer que o indígena do Congo nunca se serve dela na preparação da *quanga* ou *bala,* nem no infundi; o seu emprego é nas *muambas* (molhos) e na quitaba, que por aqui se chama *quindungo.*

O quindungo é preparado, fazendo torrar a n'guba e triturando-a; junta-se-lhe depois sal e uma grande quantidade de frutos de *Capsicum conicum,* também bem triturados; o todo é perfeitamente misturado e metido numa casca de bananeira seca e muito bem atado; em seguida é posta à venda e pode conservar-se alguns meses sem que se corrompa.

Esta preparação do Congo é muito melhor do que a sua similar de Luanda; é de uma bela aparência e o seu gosto é muito agradável; deve porém haver muita cautela em não abusar desta comida que, pela alta dose de pimenta que entra na sua composição, irrita terrìvelmente os intestinos.

Em geral o europeu que vive no interior tem tendências para abusar dos estimulantes, e na minha opinião muitos sofrem perigosas desinterias por esta causa.

O mesmo indígena não escapa aos efeitos do extraordinário abuso que faz do n'dungo; em S. Salvador, pelo menos, a doença que mais o ataca e mais vítimas faz, depois da do sono, é a de intestinos; e creio que se deve atribuir ao abuso das pimentas a causa determinante daquela doença; está porém tão habituado a ela, que só gosta de comida altamente picante, e dizendo-lhe que lhe faz mal, responde às vezes um disparate.

Passemos adiante e aproximemo-nos de uma convolvulácea, que pela sua facilidade de cultura, bom gosto e grande produção, parece que reune todas as condições para o seu rápido desenvolvimento no continente africano; quero falar da *Convolvulus batatas*, a bem conhecida batata doce, que é pouco estimada e de cultura bastante restricta.

Esta batata é conhecida no Congo pelo nome de *cua quiá Congo*, para se distinguir da *Solanum tuberosum* (Lin.), ou batata da Europa, que designam pelo nome de *cua quiá m'Puto*, que alguns principiam a cultivar, sendo a produção muito razoável.

Junto das batatas aparecem também, mas em quantidade muito insignificante a *Dioscorea sativa*, que os indígenas chamam *cua quiá n'guvo*, batata de cavalo marinho, talvez porque este paquiderme procura os inhames nas margens dos rios onde habita. É pouco estimada no Congo, porque a maioria dos pretos tem aqui a superstição de que, comendo a *Dioscorea sativa*, a pele do corpo se lhe torna como a do hipopótamo; é referência a uma moléstia de pele que os ataca, e que eu julgo ser forma de lepra.

Vamos agora encontrar-nos com algumas dúzias de safús, fruto muito estimado pelos pretos, não só como fruta muito agradável, mas também como medicamento; creio que a espécie espalhada por todo o Congo é o *Canarium mabafo* (C. de Ficalho).

A árvore é conhecida pelo nome de *n'sáfu* e o fruto tem a mesma designação; é comido cru para curar as doenças da barriga; a resina que exsuda da árvore é empregada pelas mulheres, depois dos partos difíceis, como adstringente. A casca bem pisada, e misturada com outras cascas amargas, é usada nas desinterias violentas, sentando-se o padecente sobre uma pasta, espécie de cataplasma, que o alivia, no dizer deles.

Deixando o *n'sáfu*, passamos naturalmente à cola, *Cola acuminata*, que os indígenas têm em grande estimação; tenho encontrado esta árvore nos bosques, espontânea, e próximo às povoações, cultivada.

Não existe em grande abundância; a árvore é muito elegante e pena é que a sua cultura não esteja mais generalizada. Os pretos do Congo dão-lhe grande apreço, comendo, todas as vezes que podem, um gomo antes de beberem o *malavo*.

Duarte Lopes, em Pigaffeta, diz que era chamada *cola*; pela minha parte confesso que nunca vi um preto que desconheça o português, dar-lhe semelhante nome; aqui é conhecida só por *ècázu*, no singular, *macázu*

no plural, forma mais usada, isto as castanhas ou gomos; o invólucro, que costuma conter de quatro a nove sementes, tem o nome de *z'vua macázu*.

Tratando nós da *cola* não podemos deixar de mencionar o *gengibre, Zingiber officinale*, que principalmente em Angola anda sempre associado à primeira; no Congo é muito raro; os indígenas dão-lhe grande apreço, mas não se resolvem a cultivá-lo.

Um dia fiz plantar uma porção de troncos de gengibre que tinha recebido de Luanda; passados quinze dias fui ver se já apareciam as hastes fora da terra; não encontrei nada; multipliquei as visitas e sempre nada, até que um dia resolvi-me a revolver a terra, para conhecer em que estado estariam os troncos; revolvi tudo e nada apareceu. Mais tarde soube que a tinham roubado logo que a mandei semear.

No Congo é conhecida pelo nome de *n'gibidi*.

Nas quitandas desta região encontra-se sempre um tronco subterrâneo em tudo semelhante ao gengibre, menos na cor e no sabor aromático--picante.

Este tronco é carnudo, grosso como um dedo, e no interior está repleto de uma matéria colorida amarela; o caule é herbáceo, a sua maior altura não excede a 1,^{m}50, as folhas são compridas e pouco largas; elas formam a haste de onde se largam as primeiras à altura de 0,^{m}50. O tronco subterrâneo é tuberoso, e os indígenas empregam-no para cozinharem com feijão; produz espontâneamente; alguns apreciam-no muito; a maior parte porém despreza-o.

É conhecido no Congo pelo nome de *sófele*, o sabor é insípido, notando-se apenas um picante especial, muito brando.

Se quisermos refrescar a boca aproximemo-nos destes balaios de goiabas, onde por pouco dinheiro poderemos comer à vontade.

A goiabeira está profusamente espalhada no Congo, onde a sua madeira é empregada em cabos de enxadas indígenas e outros pequenos instrumentos; o fruto é quase sempre desprezado, e só o aproveitam quando têm fome; em todo o caso, por espírito de negociar, levam-no ao mercado, sendo os rapazes os seus principais consumidores.

Nunca encontrei no interior outra espécie do *Psidium*.

Temos também bananas maduras e verdes; podemos servir-nos até satisfazer.

As musáceas estão representadas, pelo menos, por cinco variedades; a mais doce, talvez a melhor, mas a menos estimada, tem o nome de *chibá*; é carnuda, roliça e curta, de um sabor muito agradável.

Quando cheguei a S. Salvador, em 1881, creio que ninguém comia esta qualidade de bananas, que fazia o gáudio dos macacos, ficando na bananeira; hoje tudo mudou: logo que viram que os brancos a achavam boa, principiaram a fazer uso dela, especialmente as crianças, que a encontram deliciosa.

Esta variedade só se pode e deve comer bem madura.

Depois vem a mais estimada para assar, que é como ordinàriamente são consumidas; é designada pelo nome de *canda quiá n'quiúa*, mão de macaco, por uma tal ou qual semelhança que encontram entre a conformação da banana e o interior da mão do macaco.

Outra variedade, que é um pouco maior, é chamada *n'sanso*, é boa para assar ou para comer madura; para alguns pretos esta banana é proibida por um feitiço denominado *èbunzé*.

A conhecida pelo nome de *sessa m'pacassa* é de todas a maior; tenho encontrado algumas de 0,m50 de comprido; mas o que excedem em grandeza, perdem-no em bom gosto; ainda assim depois de bem madura é agradável, posto que um pouco dura.

Aparece, mas não à venda, um outra variedade chamada *jéque*, que é interdita pelo feitiço, muito frequentado, designado pelo nome de *dembo;* ninguém a pode comer, porque se o fizer fica com algum membro torto, por algum tempo; só os sacerdotes do *dembo* é que têm o poder de a comerem, ficando sãos como peros.

A banana ocupa um lugar muito importante na alimentação do indígena do Congo, e não obstante ser cultivada largamente, ainda não há a suficiente para o consumo.

Dos filamentos têxteis do tronco das musáceas fazem os indígenas redes muito finas e rijas para apanharem pequenos pássaros; servem-se também delas para fazerem linhas finas e muito consistentes.

Das camadas sobrepostas do tronco, depois de secas, fazem caixas para guardar o tabaco moído, dobrando-as como uma carta que não tem sobrescrito separado; é isto que é conhecido pelo nome de *chichi quiá n'fômo*.

Aqui encontrámos o delicioso ananás, que de tudo é o que mais nos convida; está bastante espalhado no Congo, não se podendo contudo dizer que abunda. Tenho encontrado grande quantidade desta bromeliácea orlando os caminhos.

Os indígenas não o apreciam devidamente, e por isso também o não cultivam, a não ser nos lugares em que o podem vender ao branco.

Nunca vi aproveitar a fibra para coisa alguma, como fazem ao N. do Zaire.

Não é raro encontrar nas quitandas um grande fruto, quase redondo, não pouco deprimido na extremidade superior, cor de melancia comum, forte pedúnculo lenhoso; tenho-os visto com 1k,400 de peso; a polpa é abundante, mas sem aplicação alguma, que eu saiba; no meio da polpa existe uma grande quantidade de sementes, que são muito estimadas pelos curandeiros pretos; o seu principal emprego é nas desinterias; na dose de quinze a vinte sementes é purgante; sendo primeiramente torradas e reduzidas a pó, introduzem-se no estômago com suficiente quantidade de água. Também comem estas sementes torradas, e mesmo cruas, depois de maduras.

A sua configuração assemelha-se muito aos pinhões, que são mais pequenos; são aromáticas, apimentadas e adstringentes.

Nunca vi a árvore, mas dizem ser de grande altura.

Não há muito que um meu amigo indígena me enviava um de seus grandes frutos, fazendo-o acompanhar de um bilhete que continha estas palavras: «Mando-lhe isto para que o mande para Lisboa, para os médicos de lá curarem», o que prova que é tido em grande conta como fruto medicinal.

Será a *Annona muricata* de Lineu?

Não posso responder nem afirmativa nem negativamente; parece-me porém ser uma árvore muito diferente daquela.

Uma só semente tem o nome de *cumpéve*, no plural *m'péve*.

Caminhando mais um pouco, podemos entrar no lugar dos cereais que são pobremente representados.

O milho grosso, *Zai mais*, abunda, produz muito e com pouco trabalho; a maior parte é consumido verde, mas também aparece seco, e algumas vezes reduzido a farinha ou fuba, de que se faz infundi, como da farinha de mandioca; é porém menos estimado. Serve também no Congo pròpriamente dito, para fazer uma bebida fermentada nos meses das chuvas, quando as palmeiras não produzem malavo ou produzem pouco. Nós os portugueses, e também indígenas, costumamos chamar-lhe *garapa*, porém o nome indígena é *bamvo*.

No Zombo, onde esta cerveja é mais forte e melhor, o milho é substituído pelo sorgo.

A fabricação do *bamvo* é das atribuições exclusivas da mulher: primeiramente debulha-se o milho, e assim metido num pano ou saco é levado à água, onde fica mergulhado por espaço de dois ou três dias, passados os quais se traz para casa, onde se conserva a um canto. Logo que principia a germinar, é ocasião de o triturar no pilão e de pôr as panelas ao fogo; quando a água entra em ebulição, lança-se-lhe a pasta de milho e farinha de mandioca, preparada por um processo diferente do que se usa para obter a fuba, isto é, a raiz da mandioca é descascada, exposta ao sol até ficar seca, não sendo levada à água.

O todo é mexido com cuidado durante duas horas, em seguida é retirado do fogo e lançado em enormes quindas, onde passa uma noite.

No dia imediato o líquido é coado por um saco de mabela, uma e muitas vezes e logo entregue ao consumo.

No Congo não é costume beber este líquido quente; no Zombo porém aquecem-no um pouco antes de ser consumido.

Cada uma das mulheres que faz o *bamvo* tem um grande cuidado que nenhum homem veja a farinha e o milho; e durante a cozinha ninguém deve ver, porque vendo, dizem que a bebida fica estragada. Quando tudo terminou, a cozinheira chama sempre as suas amigas para provarem da primeira garapa, que é a melhor.

Os pretos apreciam muito esta bebida, porque ao mesmo tempo bebem e comem, no dizer deles, e passam às vezes dias inteiros só com esta alimentação; é certo que ela tem a propriedade de matar a fome sem dúvida devido à farinha que fica em suspensão. É rara a embriaguez com o *bamvo,* mas dá-se quando é ingerido em grande quantidade. O aspecto da bebida é o mais repugnante que se pode imaginar, o gosto porém é muito razoável e bom seria que aumentasse o fabrico desta cerveja e terminasse a importação de álcool, principalmente da genebra, a que chamam de negócio, que é o que tenho visto de mais detestável em tudo o que uma criatura humana pode meter no estômago.

Serve mais o milho aos pretos para o comerem cozido depois de seco, mas isto em geral só o fazem quando há necessidade.

Em língua do Congo o singular de milho (uma só espiga) é *dissa,* que no plural faz *massa*; a planta no singular é *munguèlègue,* no plural *minguèlègue.*

É possível encontrar também pequenas quantidades de sorgo mas, tão insignificantes que quase não vale a pena falar dele.

No Zombo vi esta cultura mais desenvolvida, não se podendo contudo afirmar que seja comum.

O sorgo tem no Congo o nome de *massa ma M'bala,* que eu suponho significar «milho vindo das terras de *M'bala*», nome que se dá ao território compreendido entre Santo António e Ambriz; quererão com isto dar a entender que a introdução desta gramínea foi pelo SW.? Não sei, o que posso afirmar é que é uma cultura quase abandonada.

No Congo *massa ma M'bala* e *massa n'gó,* à letra milho de pantera, significam a mesma coisa e usam-se indistintamente.

Estamos chegados ao célebre *luco* de Duarte Lopes, que o ex.^mo^ sr. conde de Ficalho identifica com a *Eleusine coracana.*

Na parte do Congo que tenho percorrido, esta gramínea desapareceu completamente, deixando apenas o seu nome. Hoje nesta região dá-se o nome de *luco* à pasta de farinha de mandioca, a *fuba* amassada com água fervendo, o infundi, que também é conhecido pelo nome de *n'diba,* forma menos usada. O que me parece mais provável é que a farinha de mandioca veio substituir completamente o *luco,* sendo esta cultura abandonada, ou por menos produtora ou mais trabalhosa.

Do livro de Pigaffeta conclui-se que a *Eleusine coracana* era muito comum e cultivada com esmero, devendo nessa época o *luco* ser muito conhecido; hoje se perguntarmos por *luco,* a resposta consistirá na apresentação de uma grande quinda de infundi. É pois evidente que tal nome passou a significar outra coisa.

De resto, no Congo, refiro-me especialmente a S. Salvador, tudo mudou.

O antigo esplendor da corte; o extraordinário número de grandes vassalos dependentes; a abundância de frutos, tudo também descrito por Duarte Lopes ou Pigaffeta, desapareceu diante das guerras que durante

mais de cem anos assolaram o Congo, para deixarem após de si a desolação e a miséria. A mesma língua não resistiu incólume ao contágio de tantos povos de origens diferentes, cada um dos quais ia trazendo consigo novos elementos de transformação.

Comparando o pequeno compêndio de doutrina cristã do franciscano Vetralla ([4]), com a língua actual, encontram-se diferenças muito sensíveis, e Cannecatim no seu resumido dicionário ([5]), não tem cem palavras que sejam hoje compreendidas em S. Salvador; o que nada admira, se nos lembrarmos de que nos últimos duzentos anos tem havido uma grande evolução no mundo indígena desta parte da África.

Se tivermos muito empenho em obter um punhado de gergelim *Sesamum indicum*, que no Congo se denominou *n'anguila*, poderemos encontrá-lo, mas não sempre; é cultura muito abandonada. O pouco que há é consumido na criação de pequenos pintos, ou é torrado e comido com milho grosso.

Vamos entrar agora na feira do tabaco, que aflui em certa abundância. Nesta região esta planta é quase espontânea. Cultivam com pouco cuidado a *Nicotiana tabacum* e a *Nicotiana rustica*; a primeira é mais estimada, e a que se encontra mais vulgarizada.

O indígena do Congo cheira mais do que fuma, sendo por aqui desconhecido o costume repugnante da mastigação.

As folhas colhidas, depois de perfeitamente formadas, são ligadas em molhinhos, e penduradas na cabana para apanharem o fumo e secarem. Apesar da abundância e fácil cultura do tabaco, o que aparece nos mercados é sempre vendido por preço relativamente exorbitante; cinco folhas custam pelo menos 10 réis.

Para fumar, o preto usa cachimbos de barro grosso de sua fabricação, onde introduz o tabaco cortado à mão, juntamente com uma enorme brasa;

([4]) Referência, sem dúvida, à tradução feita pelo Padre Capuchinho Giacinto da Vetralla, em 1650, da cartilha do Padre Mateus Cardoso, S. J., *Dovtrina Christaã*, com o título de *Doctrina christiana ad profectum missionis totius regni Congi in quatuor linguas dispertita, scilicet latinam, italicam, lusitanicam, et congicam.* Cfr. o nosso estudo *Política do Espírito no Ultramar Português*, em *Portugal em África*, 1949 (VI), pp. 209-210.

([5]) Frei Bernardo Maria de Canecatim, O. F. M. Cap., escreveu efectivamente o *Dicionario da lingua bunda ou angolense explicada na portuguesa e latina*, Lisboa, 1804. Mas a língua do Congo é o quicongo. Talvez o Padre Barroso quisesse referir-se à obra do Padre Giacinto Brusciotti da Vetralla, O. F. M. Cap., *Regulae/ Qvaedam Pro difficillimi Congensium idiomatis faciliori captu Ad Grammaticae Normam Redactae.* Romae, Typis S. Cong. de Propaganda Fide. Anno MDCLIX. D. António Tomás da Silva Leitão e Castro, Bispo de Angola e Congo, traduziu a obra do Capuchinho italiano, com o título de *Regras Para mais facil intelligencia do difficil Idioma do Congo,* seguidas do Dicionário abreviado da língua conguesa e de alguns vocabulários para uso da escola de línguas africanas, estabelecida em Luanda pelo mesmo Prelado. Fez a edição a Imprensa Nacional de Luanda, em 1886. A esta edição, possivelmente, se refere o Padre António Barroso.

chupa por alguns momentos e entrega-o a um segundo, que, depois de se servir dele, o passa a um terceiro, de modo que anda aquele instrumento de boca em boca, como entre nós sucede aos jornais nos cafés, de mão em mão.

O uso do tabaco cheirado ou fumado é comum a homens e mulheres.

A preparação para o nariz é mais trabalhosa. É preciso reduzi-lo a pó quase impalpável, por meio de duas pedras, já prontas para aquele fim; logo que chega a tal estado adiciona-se-lhe uma forte dose de cinza, produto da combustão de qualquer madeira, sempre porém preferida a de uma acácia muito vulgar; assim preparado este pó, é introduzido no nariz, tendo sempre o consumidor o cuidado de deixar a maior parte espalhada no lábio superior. O uso do tabaco assim composto tem uma grande extracção, e não é raro encontrar-se crianças, que principiam a cheirar em muito tenra idade. Na língua do Congo tanto a planta como a folha já preparada têm o nome de *fomo*; a origem portuguesa é evidente.

No Zombo colhem as folhas da nicotina verdes; torram-nas e reduzindo-as a pó, é entregue ao consumo, ficando sempre com uma cor esverdeada, assaz repugnante.

Junto ao tabaco encontrámos a maldita *diamba, Cannobis sativa,* arbusto que prospera por toda a parte.

Os povos do Congo em geral não fumam o cânhamo, e entre eles é desprezado o indivíduo que o consome; porém os que vêm do interior fazem um terrível uso deste narcótico. Em volta dos chimbeques ele toma grandes proporções; nas quitandas aparece em pequenos molhos, que os amadores pagam razoàvelmente.

Nunca vi que a fibra fosse aproveitada para qualquer coisa útil, portanto o único emprego é para fumar, e esse felizmente bastante restrito.

A *diamba* é fumada por uma cabaça comprida, na parte superior desta é aberto um orifício, em que entra um cachimbo; a extremidade anterior é furada e ali se colam os beiços do fumador, que só a larga quando a convulsão da tosse a isso o obriga. Os indivíduos acostumados à *diamba* em pouco tempo ficam idiotas; conheci dois neste estado; mas por coisa alguma deixam o vício que os torna brutos.

Entremos agora na parte da quitanda reservada aos artefactos, tecidos de fibra e materiais similares. Há grande porção de esteiras grossas, cuja fabricação é demasiado simples. Cortam-se nos lugares pantanosos as hastes do *Papyrus*; abrem-se, a fim de lhes extrair o âmago, e expõem-se ao sol; apenas secam ligam-se com um fio tirado do córtex de um arbusto que se dá nas lagoas e nos bosques, que julgo pertencer à *Cordia sps,* de que há muitas espécies, e a que os indígenas chamam indistintamente «punga» no plural.

As esteiras assim feitas chamam os pretos no singular *luando,* que faz no plural *tuando.*

Aparece uma grande quantidade de esteiras mais finas que têm diversa procedência, e das quais eu agora não quero tratar, porque isso

me levaria muito longe; fa-lo-ei um dia se a Providência me conceder algum tempo de descanso.

Mais ao lado se topam ainda diferentes objectos relativos à indústria do Congo, tais como *m'bango*, pequenas quindas; *quinganda*, as medidas; *lecua*, as grades; *nzalu*, instrumento de peneirar a farinha de mandioca; *nsengu*, pequena enxada para agricultar os terrenos; *ebaca*, espécie de estrado só reservado aos principes; *n'quengue*, instrumento de feitiçaria, etc.

Ao meio dia a feira está no seu maior entusiasmo. O malavo, produto da *Rafia vinifera*, e da *Clais guinœensis* abunda por toda a parte; todos os amigos se conhecem por uma boa cabaça deste liquido; o barulho é indescritivel; quase todos os homens, que em muitas quitandas são mais de três mil, estão bêbados ou em caminho para isso. Nestas circunstâncias, chegando um branco, acontece de duas coisas uma: ou tudo foge, nos lugares mais afastados da costa, ou o recebem com grandes gritos de contentamento; já entrei nestas alturas em duas quitandas, e em ambas, uma no Zombo e outra no caminho do Bembe, fui recebido nos braços de milhares de pretos, mais ou menos conhecidos; não me incomodaram com coisa alguma, exceptuando a gritaria. Em todo o caso, estes momentos são um pouco críticos e aconselharia, se tivesse autoridade para tanto, a qualquer viajante, que nunca entrasse nas grandes quitandas desta região, a não ser no princípio, podendo então ficar o tempo que desejar.

É também nas quitandas que se vão resolver muitas pendências, dando em resultado, de ordinário, muita facada e tremendas desordens.

Felizmente o preto do Congo não usa faca de ponta; em geral a sua faca é a de mesa; nos últimos tempos porém o comércio tem-lhe metido entre mãos uma espécie de punhais, que são muito mais perigosos.

Também geralmente não fere nos barulhos os seus contendores, mas coloca-lhe a faca bem afiada sobre a pele, de maneira que logo que o indivíduo se mexe é cortado. Será raro o ano em que não cure na missão oito ou nove sujeitos, às vezes profundamente feridos, sendo contudo raríssimo dar-se um caso fatal.

Cada desordem na quitanda custa sempre uma bonita soma aos cabeças de motim, soma que é paga ao soba principal da localidade. As feiras não têm polícia pròpriamente dita; todavia o preto que entrasse com uma espingarda seria logo desarmado. Tanto estas como as facas são proibidas; as primeiras são guardadas em lugares distantes das quitandas, as segundas são apenas escondidas entre o braço e o casaco ou camizeta, e havendo barulho aparecem tantas quantos homens há na feira.

No Congo se a quitanda serve para distracção e recreio, também é o lugar escolhido para execuções capitais. Estas só se aplicam por duas causas: homicídio e feitiçaria. O homicídio é muito raro, a imputação de malefícios é frequentíssima. Na capital do Congo não existem estas execuções bárbaras, mas nos povos circunvizinhos não são infelizmente raras.

Quando qualquer preto é acusado de feiticeiro ou cometeu homicídio, é julgado pelos sobas das imediações; se o condenaram à morte, o que sempre acontece no segundo caso, é conduzido à quitanda; um pregão anuncia o motivo da execução; os sobas juízes acompanham o réu, e todos chegados ao local, colocam-lhe sobre a cabeça a ponta da ferrugenta espada; é o que podemos chamar relaxá-lo à justiça popular.

Em seguida qualquer tem o direito de o martirizar; um corta-lhe os artelhos das pernas; outro fere-o onde lhe apraz; um terceiro, às vezes já muito tarde, amputa-lhe a cabeça, etc.

A cabeça de ordinário é lançada num lugar deserto, entre o capim, e o corpo, é posto no meio da quitanda, onde é reduzido a cinzas; os ossos ficam espalhados, sem que alguém lhes dê sepultura.

Nesta feira que vimos de percorrer encontrei eu um frontal de uma cabeça e uma tíbia do último executado. Não se vá agora avaliar que os povos desta região são em extremo sanguinários e bárbaros; pelo contrário, creio até que os não haverá mais pacíficos; o mal vem das tradições herdadas de outras épocas, que ainda continuam, e Deus sabe até quando.

O indivíduo que vai sofrer a pena última é embebedado com tal porção de genebra ou aguardente, que dificilmente sente o suplício; é este talvez o único sinal de compaixão que lhe dispensam.

O preto não é sensível às desgraças do seu semelhante; não se comove, e para ele uma execução capital é um espectáculo, que tem o merecimento de ser fora do comum.

O próprio padecente não implora misericórdia de ninguém, morre com a mesma indiferença com que vive. De resto o preto é mais ou menos fatalista, e crê numa espécie de metempsicose; os que morrem por feiticeiros acabam realmente convencidos de que o são, e portanto merecem tão severo castigo; é isto o que tenho observado algumas vezes.

Se fosse agora indagar a causa das tendências dos pretos para a feitiçaria, e os fenómenos psíquicos que acompanham esses momentos que precedem a morte, teria de ir muito longe, do que eu me guardo bem.

Agora que descansámos um bom pedaço, peguemos no inseparável cajado e marchemos para a povoação, onde nos espera o nosso soba de Lembelo. O caminho que devemos seguir vai a E., andámos quarenta minutos e fizemos a nossa entrada em Banza-Lembelo, povo insignificante para ter direito a tanta distinção.

Esta senzala está assente sobre uma colina coberta de palmeiras; tudo nos indica que foi grande, mas que o seu esplendor passou e hoje está completamente arruinada.

Encontrei aqui uma certa abundância do urucueiro, ou *Bixa orellana;* no Zombo aparece também em quantidade. Os indígenas servem-se das sementes, depois de secos os pequenos ouriços, para pintarem alguns objectos caseiros, como camas, esteiras, etc.; a exportação é nula por incúria.

No Congo a matéria colorante extraída da polpa das pequenas sementes é designada pelo nome *etéque*.

De Tanda para o Lembelo o terreno é pouco acidentado; há rochas impregnadas de ferro, mas em menos abundância que no Congo, isto é, S. Salvador; as palmeiras abundam, mas a vegetação é assaz pobre, o capim que noutras partes toma proporções extraordinárias, aqui é pouco desenvolvido, o que favorece o caminhante.

Bem agasalhados pelo soba, aqui dormimos uma noite; e bem nos custou a partir no dia seguinte; porque o bom do príncipe desejava dar-nos um porco; como, porém, o não tinha, o que não fica mal a ninguém, queria que nos demorássemos até que a boa sorte lho deparasse.

Enfastiados de tanto esperar resolvemos largar, deixando o soba em busca do porco, e com recado de que na volta teríamos ocasião de o receber. Nesta região o oferecimento de um suíno é a suprema distinção que se pode fazer a um hóspede.

Partimos, pois. O dia apresentava-se nublado e triste, às oito horas e meia eu e a minha comitiva estávamos enterrados até ao ventre no meio de uma lagoa, de onde imaginei não sair mais. Esta lagoa, que deve ter 200 metros de largo, sobre 2000 de comprido, na direcção NW., é formada por tão espessa camada de humo, que em alguns meses é de mui perigosa passagem, a julgar pelo que nos aconteceu em Julho, que não é tempo de chuvas.

Passada uma povoação sem importância, e necessàriamente muito insalubre pela péssima vizinhança da lagoa, fomos caminhando por bom terreno; o caminho era em parte orlado de boas hortas, o que sempre alegra o viajante.

Às onze horas entrávamos no Zamba, povoação escondida num denso bosque. Continuando a nossa derrota chegámos depressa ao caminho que nos podia levar às quedas do M'briche, de que mais tarde falarei.

Este caminho fica-nos a ESE. e nós vamos a ENE.

Passando Cóla e Banza-Quimpango, avistámos a ESE. as esplêndidas quedas a uma distância, que calculei em 12 quilómetros, e vimos em toda a majestade a imensa cordilheira que devíamos contornar; estes altos montes estendem-se para SE. até ao Damba.

Atravessando a ribeira Mauzenge, que vinda do S. se dirige ao N., como todos os pequenos rios que vamos topando, e que devem ser afluentes do N'zadi, que leva as suas águas ao Cuango, chegámos ao Ieca cheios de fome e de cansaço.

Refeito o estômago continuámos a nossa marcha, passando muitas povoações que têm assento nas vertentes dos morros de Quisulo, como se vê pelo meu itinerário; estes montes tomam nomes diferentes, tirados ordinàriamente da sua configuração. Encontrámos o pequeno rio Quilo, com fundo de areia branca, água muito límpida e boa; a sua corrente é de SSW. a NNE. Em seguida entrávamos em Banza-Cuimba, uma das

melhores senzalas por que passámos; aqui respira-se um certo ar de abundância, que debalde procurámos noutros povos.

Toda a minha comitiva anelava para chegar ali, para se despedir do infundi e da *quanga*, diziam eles; efectivamente encontrámos uma enorme quantidade de infundi e foi neste lugar que comi o melhor da minha vida de África.

Há extensas plantações de mandioca; na povoação reunem-se todos os *linguésteres*, ou melhor, todos os curadores de negócio, as caravanas que vão procurar a borracha ou o marfim ao Cuango aqui fazem uma estação.

O Zombo, onde vou entrar, é um país pobre, e a mandioca escasseia, e é por esta razão que o povo de Cuimba se torna o celeiro das provisões dos que se dirigem ao interior.

Aqui encontrei muitos indivíduos estropiando horrìvelmente o português: eram os tais *curadores* ou *linguésteres*.

Neste dia percorremos duas zonas de terreno bem distintas; até às onze horas caminhámos num terreno bastante plano; o horizonte para todos os lados se nos apresentava ondulado de pequenas colinas e enfim agradável à vista. Daquela hora em diante o caminho tornou-se eriçado de morros de um aspecto desolador, principalmente nos lugares onde se tinha queimado o pequeno capim, que por toda esta região é pouco desenvolvido. As fractuosidades da cordilheira que nos fica vizinha, apresentam-nos bosques que parecem pendurados; são de uma beleza selvagem extraordinária.

Neste povo, a língua, costumes, modo de vestir, etc., são os do Congo; aparecem porém já uns traços que mostram bem que estamos entrados noutra região, o Zombo. Tanto nos encantou esta povoação, que só partimos às dez horas do dia seguinte à nossa chegada. Costeando sempre a cordilheira, passámos a 1000 metros da sua maior saliência, um morro que não tem menos de 300 metros de altitude sobre o terreno adjacente, o qual em seguida descreve um semi-círculo para se prolongar indefinidamente, porém menos alcantilado.

Ao lado do morro de que falei está assente um bonito povo, onde nos demorámos alguns minutos, para as mulheres e crianças verem o branco.

Durante esta minha pequena excursão mais de quarenta vezes tive de parar a pedido de vários indivíduos, para as mulheres verem este exemplar da fauna europeia; era eu o primeiro branco que por ali passava nos tempos modernos; portanto, representava uma exposição ambulante, e sempre me prestei com a maior resignação e paciência a estas exigências.

O que porém mais me atormentava era sofrer os gritos agudos das mulheres e a berraria infernal das crianças.

Chegámos enfim a Banza-Cai, povo pequeno, pouco limpo e desagradável, mas onde tivemos de dormir, porque um dos influentes da minha comitiva tinha aqui um tio, ou coisa parecida com isso.

Desde a nossa partida de Banza-Cuimba até ao Cai tivemos sempre ao N. e NNW. uma extensíssima planície, quebrada apenas por pequenas ondulações, enquanto pelo lado oposto caminhávamos paralelamente aos altos morros, que neste lugar têm o nome de Canda.

Havia talvez uns dez anos que o rei do Congo veio ao Cai a fim de compor umas desinteligências que reinavam entre os sobas desta região; creio que foi profícua a sua vinda, pois desde esse tempo todos vivem em boa paz e harmonia.

Chegada a hora da nossa partida, o soba não queria de modo algum consentir em tal; os seus desejos eram que nos demorássemos mais um dia; custou-nos muito a convencê-lo mas conseguimo-lo, principalmente depois que o D. Nicolau lhe mostrou o número de balas que em pouco tempo podiam despejar as nossas Winchesters; e partimos.

Em seguida entrámos em Banza-Fuísse, onde nos receberam com o maior entusiasmo e com presentes; o que sempre encontrámos nos povos principais. O soba mandou tocar quantas cornetas havia e chamar todo o mulherio para nos vir admirar, o que todas faziam com a melhor vontade, não manifestando aquele medo que encontrámos noutros lugares; era um contentamento geral; à despedida, além de uma boa porção de galinhas, ainda nos ofereceram frascos de genebra, o veneno que o preto mais ama; escusei-me a beber, dizendo que só bebia vinho de palma. Alguns homens, mulheres e crianças acompanharam-nos até à povoação seguinte, atroando sempre os ares com gritaria, passeio que lhes rendeu algumas pequenas coisas, com que ficaram contentes.

Às onze horas e meia chegámos às margens do rio Fulége; é o maior que temos encontrado depois de sair do Congo, 15 metros de largo e 1 de profundidade em alguns lugares, água límpida, fundo de areia de quartzo muito poída. É do leito deste rio que saem todas as pedras para pisar a ginguba e o n'dungo para todas estas regiões.

O rio desce dos morros de SW. e fazendo uma grande curva, dirige-se para ESE. com um curso sinuoso por entre os morros; estes que por tanto tempo nos acompanharam à direita, deixando-nos à esquerda grandes planícies, agora invadem-nos o caminho, tornando todo o horizonte acidentado. O Fulége deve ser um afluente do Cuango, os indivíduos que consultámos porém, ou por ignorância ou velhacaria, o que também não é raro, responderam-nos que não sabiam para onde ele ia.

Deixando o rio passámos a grande quitanda de Quengue-diá-diá; continuámos caminhando até Cauquelo, onde resolvemos dormir, depois de grandes instâncias desta povoação.

Estes povos são importunos para nos obsequiarem; têm em grande conta que um branco honre o seu povo dormindo uma noite e não é raro terem questões sérias uns com outros porque um foi preferido.

A *Adansonia digitata*, o *n'condo* do Congo, quase desaparece; só mais uma vez a encontrei próximo às margens do Fulége.

Encontrámos porém bastante desenvolvida a cultura da couve, que até aqui só uma vez observámos, e esta cultura encontrei-a eu até ao extremo do meu passeio, conjecturando que penetra ainda muito para o interior.

Aqui os costumes do Zombo já se sentem muito bem, principalmente nos penteados, que são exóticos e extraordinàriamente sujos. As mulheres, além de grossas argolas nos pés, as quais também se usam no Congo, têm mais os braços carregados com outras mais delgadas; nalgumas contei mais de vinte em cada braço.

Deixámos Couquelo no dia seguinte, que era domingo, e tendo subido por espaço de trinta minutos uma íngreme ladeira, chegámos a Banza--Lau, onde descansámos durante este dia, explicando o evangelho à minha comitiva, pois que dos habitantes nenhum se quis aproximar.

Banza-Lau forma a divisão das duas regiões, Congo e Zombo.

Estamos pois no Zombo. Na segunda partimos pela manhã e a primeira povoação que encontrámos foi Banza-Tamba, de que é soba um parente do rei do Congo; era um excelente velho que não se queria conformar de modo algum com a nossa partida, sem dormirmos no seu povo; esgotado o obrigatório garrafão de vinho de palma, partimos com muitas bananas maduras e ovos, com que as damas nos presentearam.

Passando povos de pouca importância, chegámos a Quimpango, de onde de modo algum nos deixavam sair, por não estar o soba no povo. Fizeram barulho tão grande, gritando, gesticulando, com modos ameaçadores, que nos vimos forçados a colocar a gente da comitiva na frente e a pegarmos nas nossas Winchesters para o que pudesse acontecer e marchámos; felizmente para todos nós, não sucedeu coisa alguma, porque houveram por bem contentar-se só com palavras.

O primeiro povo que encontrámos foi Cumba; como ia impressionado com o procedimento dos seus vizinhos, caminhei avante; teríamos andado uns 100 metros quando o soba nos mandou um enviado para entrarmos no povo; cedemos com repugnância e voltámos.

Quando entrávamos disse-me um sujeito em bom português: Senhor, venha para a sombra e não tenha medo, que isto é boa gente.

Respondi-lhe logo que não tínhamos medo de ninguém, porque a ninguém fazíamos mal. Perguntei-lhe em seguida o que fazia ali, ao que me respondeu que andava a passear como eu, resposta que não me satisfez. Contou-me em seguida que tinha vindo de Luanda pelo Ambriz, que tinha caminhado até que ali ficou, havia doze anos, que tinha quando partiu do litoral cinco filhos; que era pedreiro, e citou-me muitos nomes que eu conhecia muito bem, tanto em Luanda como noutros lugares, etc.

Perguntei-lhe se queria acompanhar-me para S. Salvador, onde podia trabalhar de pedreiro e voltar a Luanda se quisesse; disse-me que ainda o havia de fazer, mas que só mais tarde.

O que eu calculo e não tenho medo de enganar-me, é que este preto fugiu de Luanda por qualquer motivo; internou-se e depois obrigaram-no a *comer cabrito,* ficando portanto escravizado.

Vou explicar o que se entende no Congo pela frase *comer cabrito.* Quando um escravo não está satisfeito com o seu possuidor, ou mesmo um livre tem sérias questões com o seu soba (mas isto é raríssimo), foge e vai procurar outro qualquer soba ou não soba; estraga-lhe qualquer objecto e diz que se considera seu escravo; o feliz que o recebe manda dar seis tiros, e todos gritam «n'ambanza»; depois é levado à quitanda para que todos tomem conhecimento do facto e tudo terminou.

O indivíduo a quem o escravo fugiu tem o direito de reclamar metade do seu valor; o que sempre faz, a não ser que o fugitivo vá para tão longe que o primeiro dono não saiba onde ele pára.

Se o indivíduo a quem fugiu puder provar que o novo possuidor aliciou o escravo com promessas, ou que houve entre os dois qualquer contrato anterior, então chama-se *comer carneiro,* e o que o recebeu, não só perde o escravo, mas ainda tem uma multa séria.

Naturalmente chama-se a isto *comer cabrito* porque no princípio talvez fosse costume dar algum cabrito ou parte ao novo escravo, costume que hoje já não existe.

O soba do Cumba chamou a minha atenção para uma espécie de um crucifixo que tinha pendente do pescoço; imaginando que ia ali encontrar uma relíquia dos antigos missionários, apressei-me a ir examiná-lo. Encontrei uma figura de metal amarelo 0,^{m}40, cravada de pés e mãos em cruz de madeira, a toalha dos rins estava bem lançada e era a de um crucifixo; porém o rosto, cabelos e peitos eram de mulher, com feições da raça preta. O bom do velho informou-me que se faziam estas figuras em um dos povos do Zombo, e que era um feitiço que tinha grande poder; propus--lhe a compra mas não aceitou, dizendo-me que se ele o vendesse todo o povo lhe fugiria, a coisa de que os sobas mais medo têm em África.

Evidentemente nesta figura descobre-se a tradição cristã; o artista indígena que fez o primeiro modelo, tinha à vista a imagem de Jesus crucificado, e talvez alguma reminiscência da Virgem o fizesse reunir numa só figura o que pertencia à Mãe e Filho.

Deixando o velho com a sua figura de fantasia, tivemos de vencer, descendo quase abruptamente, um desnivelamento de terreno que não tem menos de 300 metros, para chegarmos ao leito do rio Luango, que corre entre altos morros. Este rio vem de SSW. e, descrevendo caprichosas voltas, toma a direcção geral de ENE. Na ocasião da nossa passagem tinha pouca água; no tempo das chuvas porém deve reunir uma forte massa de água, atendendo ao escarpado das suas margens; a água era límpida e o leito do rio era formado de quartzo, grés, areias e calhaus. Encontrámos no nateiro, deixado das grandes águas, magníficas sementeiras de feijão e tabaco.

Partindo deste rio continuámos a nossa marcha por caminhos onde a população não abunda, encontrando muitas rochas calcárias; os primeiros povos que topámos pertenciam à agremiação chamada Sindo, que consta de doze povoações, muito próximas umas das outras; indo dormir num desses povos, que tem o nome de Quimuanda.

O soba veio visitar-nos já ao crepúsculo da noite; trazia um grande acompanhamento, com um pequeno realejo c um chapéu de sol; tanto o soba como a sua comitiva estavam extraordinàriamente bêbados; com muito trabalho conseguimos que se retirassem, para nos darem algum descanso. Todo o caminho deste dia foi feito por entre morros mais ou menos ásperos, mas sempre desagradáveis; o capim era felizmente rasteiro e toda a vegetação raquítica, exceptuando alguns lugares próximos à corrente da água.

É do Sindo que sai o silex para todas as espingardas do Congo; este lugar é abundante nesta especialidade, não faltando o calcário à mistura.

No dia seguinte partimos da Quimuanda, subindo uma colina, e uma hora depois estávamos na quitanda de Sona-à-Sindo, que é de bastante importância. Deste lugar comecei a admirar um panorama que nunca vi em Angola. Tínhamos diante dos olhos um enorme tracto de terreno esplêndido; o capim desapareceu para dar lugar a uma planta de caule herbáceo, de 1 metro de altura, folhas alternas e lanceoladas, que nos apresentava o aspecto de grandes milharais, de uma vista encantadora; colinas de uma forma arredondada levantavam-se aqui e acolá para um largo círculo, formando uma grande bacia. Toda aquela extensão parecia cultivada, mas realmente só pedaços o eram.

Muito longe, na nossa frente, desenhava-se um semi-círculo de bela folhagem, e mais adiante morros elevados e estéreis. Este arvoredo orlava um pequeno rio ou antes lagoa, que devia receber as águas, que pela disposição das colinas ali iriam todas.

Em toda esta extensão de terreno não havia uma árvore, e tudo era coberto de uma areia finíssima, que às vezes nos dificultava o andar. Nestes lugares encontrámos muitos grupos de mulheres agricultando, que corriam de todos os lados, com grande gritaria, para nos verem.

Foi aqui que encontrei a mulher mais extraordinàriamente alta e volumosa que tenho visto; veio correndo de uma distância de mais de 300 metros por uma subida, para me admirar; quando chegou a meu lado apertou-me a mão e caiu sem poder respirar; calculei o seu peso para mais de 150 quilos.

Deixámos esta singular configuração de terreno com saudades, e fui sempre perguntando a mim mesmo, se seria temerária a hipótese de que estávamos pisando terreno que foi leito de um grande lago, que por qualquer causa, que já agora se não pode precisar, desapareceu.

Transposta a lagoa e o pequeno rio Quimbundo, o aspecto do terreno muda ràpidamente; a areia fina desapareceu completamente; o caminho está juncado de quartzo, pedras pretas agudas, em que abunda o silex,

pedras ferruginosas, etc.; a arborização que o orla por entre morros é rasteira, nodosa, de folhas coriáceas e uniformes.

A camada vegetal desapareceu para dar lugar a uma terra colorida pelos óxidos de ferro; os morros são escalvados, tudo nos apresenta um aspecto miserável e pobre; aqui e ali aparecem-nos uns penedos de cor negra por fora e vermelha-escura por dentro, o que atribuo à presença do ferro, que depois soube abundar aqui.

Felizmente que este tracto de terreno não é muito extenso.

Entrámos no Bambi, um grande povo entre bananeiras e palmeiras de grande altura; fomos magnìficamente recebidos com prolongadas exclamações. Desejavam que ali nos demorássemos; porém apenas souberam que nos dirigíamos a Banza-Maquela, cuja suzerania reconhecem, não se opuseram.

Pouco depois chegávamos a Maquela, ponto onde desejávamos demorar-nos alguns dias, por ser talvez a principal povoação do Zombo e ser o seu chefe parente do rei do Congo, que ali nos recomendava.

Logo que assomámos no cume de um outeiro que domina a povoação, levantou-se ali tão grande gritaria, toques de cornetas e tiros de espingardas, que atroavam os ares a uma grande distância.

Descemos a encosta e chegámos ao rio Lui, que corre de SW. e vai a N.; tem 6 metros de largura com uma massa de água regular; em frente de Maquela forma um magnífico vale coberto de humo; só ele seria suficiente para abastecer toda a povoação, que deve ter três mil almas, pouco mais ou menos.

A senzala está assente na encosta de uma colina bastante elevada e toda coberta, nos interstícios das cubatas, de milhares de bananeiras, cultura mais desenvolvida no Zombo que no Congo.

Pouco depois da nossa entrada éramos recebidos pelo soba de Maquela conhecido pelo nome de Nèmuanda, o qual tem um tal ou qual poder sobre os colegas da região; é um bom velho, alto, magro, quase cego; a frente da casa estava adornada de vistosos panos de seda e veludos; o chão atapetado, e na frente um tamborete, coberto de veludo encarnado, destinado para me sentar.

Pela primeira vez aqui o meu companheiro D. Nicolau teve de bater palmas ao seu velho parente, que lhe fez a continência do estilo; até aqui todos os sobas lhe batiam as palmas a ele, como enviado do rei do Congo.

Dito ao que ali vínhamos, respondeu-nos o Nèmuanda com toda a solenidade, que muito nos agradecia, e que podíamos contar com ele no que nos pudesse ser útil; que lamentava estar tão velho, o que o proibia de nos acompanhar. Mandou-nos aprontar boas cubatas para descansarmos e retirámo-nos.

Pouco depois éramos chamados novamente, e desta vez para bebermos os três em boa sociedade uma grande garrafa de espumante malavo.

Descansando um dia além daquele em que chegámos, preparámo-nos para marchar, levando como guias dois sujeitos desta povoação, que no fim de contas pouca vontade tinham de nos acompanhar por causa do medo, não por eles, de certo, mas por nós.

Em trinta e cinco minutos chegámos a Banza-Bongue, povoação importante, assente no cume de um extenso outeiro que domina o vale do Luí, e Banza-Maquela. O soba era irmão do Nèmuanda e já estávamos prevenidos de que nos não deixaria passar sem ali dormirmos uma noite, e foi portanto com muita alegria que soubemos que não estava na povoação, e andámos sempre; estávamos já a boa distância quando ele chega e manda imediatamente muitos indivíduos para voltarmos ao povo; cheios de repugnância voltámos pelos mesmos passos, talvez um quilómetro, que nos pareceram 5.

Duas horas depois éramos recebidos em audiência com grande aparato. Realmente nunca imaginei que um soba do Zombo pudesse apresentar o luxo e mesmo riqueza que este nos apresentou.

Uma grande multidão de pretos esperava-nos diante do soba, que permanecia de pé; e à distância de 10 metros principiavam os tapetes, todos de seda; ao fundo havia um toldo também de seda, que cobria dois assentos, um para mim outro para o soba; todos os lados estavam ricamente forrados de veludo. O soba, homem de poucas carnes, cabelo branco e olhos enérgicos, vestia à europeia; uma gravata sobre bons e engomados colarinhos, colete e casaco de veludo, calça de brim branco; apenas lhe faltavam os sapatos para ser um *gentleman*. Sentámo-nos numa espécie de leito e conversámos como dois velhos amigos. Disse-me que sabia bem que nos tinha causado transtorno em nos chamar, mas que estava velho e que não sabia se tornaria a ver algum branco, raça de gente de que muito gostava, porque tudo o que eu ali via, dela tinha vindo; disse-me mais que muito bem conhecia o Muéne Puto, mas que infelizmente os portugueses não iam comerciar ao seu país, como nos tempos antigos, e terminou por me dizer que quando tivesse padres, os mandasse a ele e ao irmão, porque eles ambos governavam meio mundo, mania comum de todos os sobas.

Em seguida quis passar uma revista à bússola e aneróide, etc., e ficou extraordinàriamente admirado quando eu lhe disse *tála n'fumo, Pumbo-cála cúna;* olha, soba, o Pumbo fica lá, apontando-lhe para o N.

Durante a entrevista bebemos alguns copos de bom vinho de palma para refrescar do calor, que era intenso, e despedimo-nos para descansar.

A ideia que fiquei fazendo deste soba foi que estava ali um homem superior, que nos seus tempos vendeu na costa muitos dos seus compatriotas para obter uma colecção de panos de boa seda, como aqueles que nos apresentou.

Foi nesta povoação que encontrei pela primeira vez uns celeiros para guardar principalmente a ginguba, e que se assemelham um pouco aos que Schweinfurth encontrou ao N. do equador. Consistem num grosso

pau metido na terra, ou uma árvore cortada; sobre este tronco eleva-se uma figura semelhante a uma umbela meia aberta, em cujo bojo se guardam os víveres cobertos de capim, como uma colmeia; nesta senzala contei mais de cinquenta celeiros. Também aqui encontrei e em muitas povoações do Zombo, uns grandes nichos, cheios de figuras de tamanho natural, homens e mulheres, com formas extravagantes, completamente nuas; são de um priapismo repugnante, e em atitudes capazes de fazerem corar um cabo de veteranos; a este nicho com os grupos chama-se *n'caco*, e servem de sinal de que ao lado há um *dembo*, ou lugar de circuncisão, e que portanto se deve passar de largo.

A circuncisão pratica-se largamente nesta região do Zombo; bem como se frequentam com assiduidade os cercados, onde se presta homenagem ao grande feitiço do *dembo*. Tanto para uma como para outra, os indivíduos são recolhidos num quadrado, formado de paus espetados no chão, e tecidos de capim por todos os lados, tendo apenas uma pequena porta. Desde o momento que entrou, o circuncisando não pode mais falar com pessoas estranhas ao recinto; um sujeito que faz disto a sua profissão dirige todos os preparativos para a cerimónia, o que dura mais de vinte dias; findo este prazo pratica a circuncisão, e depois de muitos banhos de água fria, cicatriza a ferida recebendo o seu pagamento. É escusado dizer que tudo isto é acompanhado de muitas cerimónias fetichistas e vergonhosas.

O dembo é uma associação secreta; o que posso afirmar com certeza é que admite indivíduos de ambos os sexos em compartimentos separados, mas vizinhos, de modo que se podem juntar.

Só ali entra o director; aprendem uma linguagem especial, que lhes deve servir sempre para se distinguirem dos profanos.

Dizem que morrem e depois ressuscitam à voz do sujeito que dirige esta *tramóia*. Enquanto ali vivem, é completamente defesa toda a qualidade de abluções, donde resulta que estão mais de sessenta dias mergulhados na mais asquerosa porcaria.

Se acontece que algum estranho se introduz no recinto, todos fingem que estão mortos. É isto o que posso dizer com certeza, o resto só os iniciados o conhecem, e estes nunca o revelam; porque estão convencidos de que se o fizerem, o feitiço Dembo os mata em pouco tempo.

Esta associação difere um pouco da que no litoral, ou margens do Zaire, tem o nome de Enquimbas, sendo contudo na essência a mesma, com a variante de que uma admite mulheres, e a outra não.

No dia seguinte partimos enfim do Bongue; tomámos aqui um sujeito chamado Bia-bia e que melhor seria não ter aparecido; é um célebre curador de marfim, que nos prometeu levar a Stanley-Pool.

Atravessando um terreno estéril, muito semelhante ao que encontrámos pouco antes de chegar a Banza-Maquela, entrámos enfim nos povos de Eivuga, onde encontrei muitos indivíduos já conhecidos do Congo. Aqui tivemos ocasião de observar uma grande quantidade de ferro espalhado

pelo solo, e grandes pedaços que iam em moletes para a quitanda. São comprados pelos ferreiros, que o desembaraçam das matérias estranhas, fazendo em seguida pequenas enxadas, único instrumento que as mulheres empregam na agricultura.

Este ferro aparece em forma de pedregulhos à superfície do solo.

Às dez horas da manhã do dia 31 de Julho, transpúnhamos o rio Sengueche, que terá 6 metros de largo, água límpida, fundo de areia, como o indica o seu nome, e grandes calhaus; vem de E. para NW.; estamos em Banza-Bata de Quiloango, povoação assentada na margem do Sengueche e quase tão grande como Banza-Maquela.

Todo o meu empenho nesta ocasião era marchar até ao lugar da Cruz, e passar depressa, por ter o instinto de que tínhamos aqui uma rocha Tarpeia; não foi porém possível; três sobas, em vez de um, que já seria de mais, declararam-nos que era absolutamente indispensável que descansássemos ali o resto do dia, e que no seguinte marcharíamos; acedi contrariado.

Os meus carregadores já murmuravam em voz baixa que não iriam mais, foi o meu guia Bia-bia que lhes meteu medo.

Enquanto todos descansavam fui eu com poucos indígenas visitar o lugar, onde se levantava a cruz; estava cheio de alvoroço por ver essa relíquia sagrada, perdida entre os capins, a qual atestava que estes lugares já um dia viram entre eles arvorado o estandarte da redenção da humanidade.

Caminhámos perto de 1 quilómetro, subindo primeiro uma colina; encontrámos depois uma planície sem arvoredo, ao lado esquerdo do nosso caminho; a 10 metros encontrámos uma cruz de grandes dimensões; a travessa estava caída por terra; a haste, que tem talvez 15 metros, está encostada a uma árvore que a sustenta; a parte da haste metida na terra está carcomida; duas faces desta têm 2 palmos de largura cada uma, o pau estava quase branco das muitas chuvas que o têm lavado. Os capins cresciam por todos os lados; enquanto os meus guias procuravam um martelo, que eles diziam terem visto não havia muito tempo, e que devia ter servido para atacar as pedras ao pé da cruz, eu ajoelhei comovido ao pé desse madeiro, que tinha afrontado a inclemência, talvez, de dois séculos, completamente perdido nos desertos, sem um só homem que compreendesse a sua alta significação.

Nunca me pareceu tão bela e cheia de poesia celeste a *Cruz mutilada* de Alexandre Herculano [6]. Estive assim não sei quanto tempo, pensando em coisas tristes; creio que chorei.

---

[6] O autor da *Harpa do Crente* escreveu estas magnificas estrofes, a que o Padre Barroso se refere sem dúvida:

Eu te encontrei num alcantil agreste, / Meia quebrada, oh! cruz! Sòzinha estavas / Ao pôr do Sol, e ao elevar-se a Lua / Detrás do calvo cerro. A soledade / Não te pôde valer contra a mão ímpia, / Que te feriu sem dó...

Os meus companheiros eram indiferentes a tudo.

Chamou-me a atenção um grupo de árvores que nos ficavam ao lado; fui examinar e encontrei entre as pequenas árvores e o capim um quadrado formado de renques de pedras espetadas na terra e mais elevado que o solo adjacente.

Perguntei o que ali havia, e não me souberam responder; eu porém tenho a certeza de que ali existia um cemitério, que calculei poder conter doze cadáveres; mas que também pode ser de um só; além de ser esta a forma das sepulturas indígenas, as canecas e pratos pendurados nas árvores dos ângulos, eram-me prova de que alguém ali dormia o sono da morte. Eram brancos? Pretos? Não sei.

Estávamos pois em face de uma grandíssima cruz, e de um pequeno cemitério, ou ao menos de uma sepultura de pessoa grande.

Quem deixou aqui estas relíquias?

A resposta é fácil: foram os portugueses. Mas que portugueses?

Existiria aqui alguma estação dos antigos missionários, ou esta cruz ficaria protegendo os mortos de alguma expedição militar que penetrou no Zombo?

Aqui é que eu encontro alguma dificuldade; inclino-me porém mais à segunda hipótese, que é corroborada pela afirmação dos indígenas, de que a dia e meio de viagem além do Zadi, rio importante do Cuango, existe uma outra cruz de ferro e uma peça de artilharia, e esta de certo não foi ali levada pelos padres.

Além disto os pretos do lugar dizem que sempre ali conheceram a cruz, que foi deixada por uns padres e soldados, e que nada mais sabiam.

Demais, se neste ponto tivesse existido uma estação missionária, devia encontrar-se ainda algum vestígio do cristianismo nestas regiões, e por mais que observei não pude descobrir rasto algum de tradição cristã; a não ser no nome dos pretos, que além do apelido por que são conhecidos, têm sempre o nome de um santo, como António, João, Rafael, Pedro, etc. Seja como for, o que é certo é que foram portugueses que ali colocaram a cruz, e que o lugar é esplêndido para uma missão.

Depois de duas horas passadas neste ponto, voltei à povoação onde me esperava uma embaixada de um soba vizinho, a fim de me pedir para o ir visitar porque era velho, e não se podia mexer.

Parti sem demora para regressar no mesmo dia.

Chegámos, e o bom do soba recebeu-nos bem; porém desatou logo numa catadupa de impropérios contra os meus guias, e o soba de Banza--Bata, que pouco faltou para os primeiros fugirem logo. A razão de tão cómica ira, era não me terem eles levado ao povo dele, que era o mais velho e superior *m'curunto*, e portanto era, por todos os direitos escritos e por escrever, a ele que pertencia a honra de me receber. Acalmado enfim um pouco, conseguimos voltar ao lugar de onde havíamos partido, não sem grandes dificuldades.

Chegados à povoação, vieram os sobas trazer-me uma enorme cabaça de *bamvo* ainda tépido, para a minha gente, e ao mesmo tempo dizer-me como amigos, que não passasse adiante, porque os povos de além do Zadi eram muito maus; e tanto disseram eles que lhes perguntei se também comiam gente? Ao que responderam ingènuamente que não comiam — *dianga antocó*.

É sestro velho dos africanos; o que fica na retaguarda diz sempre sapos e lagartos dos que se lhes seguem; estes fazem o mesmo, e assim se vão desforrando uns dos outros. Disse-lhes que não tinha nada a recear, que eu me sabia entender com todos, e agradeci-lhes os seus bons serviços... negativos.

Já incomodado com todos os esforços que se faziam para eu não marchar, senti-me cheio de febre, e deitei-me com a maior resignação.

Pouco depois é-me anunciado que os guias haviam fugido; iremos sem eles, respondi; e voltei-me para o outro lado; muito mais tarde soube que foram os meus carregadores que lhes tinham pago esta proeza.

Eram nove horas da noite quando os carregadores me pediram uma audiência; recebi-os, fazendo todos os propósitos de lhes não quebrar as cabeças, que era sem dúvida a resposta que melhor lhes convinha.

O mais esperto arengou por muito tempo, dizendo que eu lhes tinha afirmado que queria apenas ver uma cruz, e que portanto já tínhamos chegado; que íamos entrar num país terrível, onde infalivelmente íamos ser mortos (o orador tremia), e enfim, que não podiam marchar mais, porque tinham medo dos iácas, e que também não podiam consentir que eu fosse, porque estavam ali para me livrar dos perigos, que eu não conhecia e que, teimando eu, iam fazer uma tipoia para me meterem nela e trazerem-me ao Congo.

Quando terminaram chamei-lhes poltrões, medrosos, e todos os nomes e adjectivos que me lembraram, e podiam despertar o pundonor e tirar a objecção do medo; nada consegui; tinham realmente medo e ninguém os fazia marchar; o meu companheiro, D. Nicolau, não conseguiu mais. Resignei-me pois a voltar com grande pesar de não chegar a Stanley-Pool, prometendo empreender novamente aquela viagem, logo que tivesse ocasião; mas com o pessoal do Luango, ou outros menos acessíveis ao medo.

Voltámos a Banza-Maquela, sempre expostos aos raios ardentes do sol, que era abrasador; quando entrámos fomos muito cumprimentados, todos nos davam os parabéns por termos voltado com a pele sobre os ossos; estes sujeitos também tinham cuidado da nossa sorte e além disso tinham medo. No dia seguinte, que era domingo, mandei dizer ao soba Nèmuanda, que tinha a explicar a doutrina cristã e que muito prazer teria se ele assistisse. Recebi logo em resposta que ele muito gostava, e que me esperava na frente de sua casa, que era o local mais apto para o meu intento.

Às horas competentes fui com os alunos da missão, que me tinham acompanhado, e qual não foi a minha surpresa quando ao voltar uma

esquina vi o Nèmuanda com grandes panos, e na cabeça com uma..., o leitor com certeza não adivinha, ...com uma mitra!!!

Expliquei o evangelho e os princípios gerais da doutrina cristã, tendo sempre o cuidado de não olhar para o lado do soba, para me não rir.

No fim perguntei-lhe onde tinha obtido semelhante objecto, julgando que era talvez uma das relíquias da antiga sé de S. Salvador; infelizmente tinha uma origem mais triste e menos poética.

Essa mitra, a que o soba na sua língua chamava chapéu, tinha ele recebido quando era novo, e foi vender uma porção de escravos num ponto próximo do Ambriz.

Dessa aventura conservava o bom do soba as mais gratas recordações; porque a bordo do navio negreiro foi muito bem recebido, tomando o que queria em troca do *ébano* que exportava.

No dia seguinte fizemos os nossos cumprimentos de despedida ao Nèmuanda, que nos entregou um moleque, para vir aprender o português em S. Salvador, e, fazendo uma viagem regular, tornámos a passar o Luango para descansarmos no Cumba, o povo onde tínhamos encontrado o indivíduo de Luanda, que logo nos apareceu.

Quando já tinha passado os povos do Sindo, fui despertado por uma enorme gritaria, que se dirigia ao ponto em que nos achávamos; parámos para ver o que nos acontecia.

Era um indivíduo de um povo, em que não tínhamos passado, e que por esse facto vinha apresentar as suas queixas e oferecer-me um gato como lembrança do Zombo; aceitei o pequeno bicho, ao qual prodigalizei imensos cuidados. Foi em S. Salvador que me desapareceu, deixando-me certa pena o único exemplar que tinha da fauna do Zombo, não contando um camaleão, que também levou descaminho.

Partimos do Cumba cedo; fizemos uma magnífica jornada, vindo dormir ao Caí, onde nada me prendia; mas onde era absolutamente indispensável pernoitar, porque era ali que devíamos mudar de caminho, para atravessar a cordilheira do Quisulo, do cume do qual calculámos ver as águas correndo umas para o Cuango e outras para o oceano.

Visto que estamos deixando o Zombo, lancemos uma rápida vista retrospectiva. O Zombo, principalmente a parte que olha para o N., forma um planalto considerável, que deve orçar por 1000 metros acima do nível do mar; todas as correntes que regam esta região se dirigem ao Cuango; a não ser num ou noutro ponto, os rios não têm as margens cortadas a prumo, mas correm mansamente em leitos bastante largos. Só próximo das correntes a vegetação é forte, no resto é pobre; as gramíneas, que tanto abundam no Congo, tomando proporções consideráveis, são ali muito menos desenvolvidas.

Como toda a borracha que se dirigia ao litoral, ou Zaire, era carregada por zombos, tinha eu imaginado que o Zombo era um país produtor daquele rico produto; enganei-me, não encontrei uma só das trepadeiras

que a produzem. Creio pois que os países produtores ficam além do Cuango, onde o zombo a vai procurar.

Pode afirmar-se sem perigo de contestação, que o Zombo é muito pobre; rebanhos não os vi, alguma magra cabra, um ou outro carneiro, porcos, galinhas, não aparecendo nem um boi; eis o que observei.

O preto daquela região é bem apessoado e robusto, tem os mesmos costumes que os do Congo, com mais alguma superstição; o seu estado social ainda é mais atrasado, a língua difere pouco; o Zombo, porém tem alguns sons guturais, que não aparecem no Congo; fala muito degressa e com grande entusiasmo, o que torna incómodo o ouvi-los.

O sistema de construções e divisão das cubatas é idêntico ao do Congo; porém lá são mais amplas e feitas com mais cuidado, apesar de escassear o material. A população está menos disseminada, mas as povoações são maiores, e em geral mais asseadas; encontrei duas casas feitas de madeira, tábuas trabalhadas com pequenos machados, único instrumento de carpinteiro que o indígena do Congo conhece. Os povos do Zombo, pelo que pude observar, são hospitaleiros e não hostis aos brancos; a mim deixaram-me saudades.

Resolvi, para observar as quedas do M'briche, em lugar de seguir o caminho da ida, contornando a cordilheira, franquear os morros, para do mais alto poder observar à minha vontade as duas vertentes.

Em frente do Caí, a SW., abre-se um vale, que tem de boca mais de 8 quilómetros, perfeitamente plano; à direita e à esquerda erguem-se altos morros cheios de ravinas e enormes bancos de pedra, principalmente no da direita, de onde se dependuram árvores colossais, formando arabescos com as mais extravagantes configurações.

Logo à entrada do vale tivemos de atravessar uma incómoda lagoa de papiros, alimentada todo o ano pelas águas que descem da montanha.

O vale começou a estreitar e no fim de duas horas de marcha estávamos cercados de altos montes por todos os lados, menos pela retaguarda; estávamos num beco sem saída.

Era forçoso escalar o morro da frente por um caminho incómodo para cabras; foi o que fizemos.

Antes de chegar à crista do monte, já eu sobrevoava o magnífico espectáculo que se ia desenrolar diante de nós; pura ilusão.

Quando lá chegámos estendeu-se uma cerração tão espessa, que foi absolutamente impossível ver a 2 metros de distância.

Dentro de quinze minutos estávamos molhados até à medula dos ossos; se olhávamos para o lado, sentíamos os arrepios que se devem experimentar às bordas do abismo; estávamos em eminente perigo de resvalar, sem sabermos onde pararíamos. O nosso guia dizia cautela aqui, cautela acolá, para nos desviar dos lugares mais perigosos.

Chegámos, enfim, a um povo de cinco cubatas perdido nestas alturas; batemos a todas as portas e não havia gente; entrámos numa, fizemos fogo; reanimámo-nos e marchámos; a cerração era a mesma; felizmente

o caminho era melhor, conhecendo pelas correntes dos regatos que já descíamos para as vertentes do W.

Atravessámos o Cuílo, e em seguida outro rio, cujo nome me não souberam dizer; poucos minutos depois entrávamos na povoação do Bango, onde não nos demorámos, por estarmos completamente molhados e frios; seguindo a ESE. chegámos ao Quisulo, às doze horas, sempre com a mesma cerração.

Apenas às duas da tarde é que pudemos ver o que nos cercava.

Foi um dia de viagem que nunca me esquecerá.

Descansámos um pouco, e marchámos para as quedas; o caminho levava-nos na direcção SSW.; quinze minutos depois da saída entrávamos num belo bosque; é preciso caminhar com precaução porque a W. temos um abismo debaixo dos pés; lá em baixo grandes árvores que não deixam ver o solo, e que ainda que fossem maiores três vezes não atingiriam a nossa linha horizontal.

Andando pouco mais na mesma direcção encontrámos as quedas; o rio vem muito manso de ESE., traçando uma curva num extenso plano; entra nos bosques entre grandes calhaus; forma um vasto tanque, em seguida tem um desnivelamento de 4 metros, pouco mais ou menos; forma outro tanque mais profundo que o primeiro, de onde sai furioso para se lançar no abismo com um fragor espantoso.

Eu, pendurado sobre aquele abismo, tendo apenas por apoio uma pequena árvore, contemplava uma cena nova para mim e que renuncio descrevê-la.

O eminente geógrafo e explorador dr. Chavanne, que pouco depois foi nosso hóspede em S. Salvador, e que tem visto as primeiras quedas do mundo, tanto na América como na Europa, disse que as tem visto com massas de água muito mais consideráveis, mas que nunca viu alguma tão bela, e apenas uma que se lhe assemelhava, nos Alpes.

Nesta época do ano a massa de água do rio M'briche é pouco considerável, mas no tempo das chuvas deve ser importante. Logo em seguida às quedas, o rio recebe novos afluentes que aumentam muito o seu volume.

Abandono os meus cálculos para apresentar os do dr. Chavanne, que devem estar mais certos, pois além dos bons instrumentos de que se fazia acompanhar, é competentíssimo nesta matéria.

O dr. Chavanne visitou o Quisulo com o meu colega padre Sebastião, um mês depois da minha excursão ao Zombo; levantou as coordenadas geográficas, obtendo como resultado exacto dos seus cálculos os seguintes números:

Latitude (S).	6° 17′ 14″
Longitude (E. de Greenwich)	15° 18′ 56″
Altitude (absoluta)	956 metros
Altitude da queda principal do M'briche ...	62 »

Dormimos esta noite no Quisulo (palavra que significa «Céu», pela elevação da montanha, onde assenta o povo daquele nome); na manhã seguinte descemos quase a prumo a vertente de W. paralelamente às quedas, que faziam um barulho de ensurdecer.

É preciso descer estas escadas, que a natureza ornou de patamares feitos de enormes calhaus, com muita precaução, porque se resvalamos, estamos irremediàvelmente perdidos.

Pouco depois transpúnhamos o M'briche, que corre agora a NW. Entrámos em Banza-Zulo, onde topámos um dos sobas mais impertinentes, e marchámos avante para novamente atravessarmos o M'briche, que, depois de descrever um arco de círculo, correndo a WNW. com fraquíssima corrente, espreguiça-se num leito de 20 metros de largo, por 1,^{m}20 de fundo.

Passando pois pela última vez este rio, tivemos a fatalidade de nos separarmos uns quatro do resto da comitiva, quando nos dirigíamos ao Zamba; seguimos um caminho muito mais longo e não levámos coisa alguma de comer, nem com que o comprar.

O pequeno povo de Babaia deu-nos uma cabaça de malavo e quatro *cwangas*, as mais pretas que eu tinha visto em África, muito mais do que as raças mais puras do interior; de certo era detestável, porém a mim, e creio que aconteceu o mesmo aos meus companheiros de infortúnio, pareceu-me melhor do que a ambrósia dos deuses do Olimpo. Para mim foi um dia abundante de... fome.

Cansados como estávamos pudemos alcançar Banza-Lembelo já de noite, onde o cavalheiro do soba ainda procurava o porco, que levava em capricho não aparecer.

No dia seguinte, 8 de Agosto, entrávamos pela tarde em S. Salvador, onde todos nos receberam de braços abertos.

Eu antes de terminar daria, se tivesse autoridade para tanto, dois conselhos a missionários e exploradores desta parte da África, que se chama Congo.

Recomendaria muito aos primeiros que nunca baptizassem um indígena adulto senão *in articulo mortis*, ou depois de muito instruído, o que é bastante difícil. Neste ponto, o que digo do Congo, parece-me que se pode dizer de toda a África.

Que aproveita à religião e ao progresso que nesta ou naquela parte da Europa se conheça que mais um soba foi baptizado, se ele depois de receber as águas lustrais fica tão cristão na fé e na moral como um mouro? Absolutamente nada.

As consequências desse proceder ligeiro e pouco escrupuloso são os missionários que vêm mais tarde, que as sentem, obstando muitas vezes ao desenvolvimento da religião na África. Falo por experiência, e algumas vezes ouvi dizer aos indígenas: «estes padres não são como os outros», e isto porque nós não prestávamos a baptizar indivíduos que não conheciam os princípios gerais dos dogmas nem da moral cristã.

O segundo conselho, que diz respeito a exploradores e a missionários, consistiria em dizer-lhes que abandonassem completamente as tipóias no Congo, e o pessoal das mesmas, que se torna pesado a uns e a outros. O país é montanhoso; os carregadores em geral maus.

Tenho visto, pelos relatórios de alguns colegas, as dificuldades com que lutam em qualquer ponto com as tipóias ou redes; pois o remédio é muito fácil: abandoná-las.

Quando eu chegava de Portugal, e pensava que o europeu não podia dar um passo no solo africano, sem que os outros o carregassem, também me aconteceram coisas idênticas, e até um dia quase me punham em pedaços a espinha dorsal; quando porém me convenci de que a tipóia não era mais do que um estorvo, e causa de muitos dissabores e arrelias constantes, abandonei-a completamente.

Este meu sentir é compartilhado por ilustres exploradores, como dr. Buthner e Wolf, aos quais nunca vi usar de tal meio de locomoção.

Uma viagem para mim, que não sou explorador, mas missionário, sendo feita a pé, é um recreio, se fosse de tipóia era um sacrifício.

Se o meu conselho não agradar, por não ser pedido, tem ao menos a vantagem de ser dado gratuitamente.

Concluindo: — É da máxima conveniência da religião e [da] política criar novas estações, fazendo assim um caminho seguro até ao Cuango; para isso não temos padres; é urgente nacionalizar uma Congregação, enquanto nós a não temos portuguesa; tudo o que for conseguir padres, por outro sistema, não passará de uma utopia, que há-de ficar cara, sem resultado algum.

De todos preferiria os Franciscanos, para todos os lugares onde os missionários do Colégio das Missões não podem chegar, por falta de número.

Por este lado os lugares que devem ser preferidos para primeiras estações são: o Quisulo, ou um ponto próximo, que nos ponha às portas do Zombo; outro deve ser Banza-Maquela, ou Banza-Bata do Quiluango, e colocados ali não seria difícil chegar ao interior dos nossos domínios ao norte (7).

Assim teremos dado um passo. Para que ele seja de efeitos duradouros e profícuos, é preciso um pessoal, que infelizmente agora não temos, mas que podemos conseguir com um pouco de boa vontade e ener-

(7) Na região foi fundada em 1920, com registo paroquial próprio desde 1931, a missão de Santo António em Maquela do Zombo e em 8 de Junho de 1940 a missão de Sanza-Pombo, confiadas ambas ao clero secular.

gia, e sobretudo dando de mão a alguns preconceitos, que não têm razão de ser.

S. Salvador do Congo, 20 de Maio de 1886.

O superior das missões do Congo

Padre António de Sousa Barroso, S. S. G. L.

NOTAS

1.ª Actualmente melhorámos um pouco, porque a Companhia Portuguesa do Zaire tem-se esforçado por fazer abatimentos razoáveis, e mostra a melhor vontade de melhorar as missões portuguesas.

2.ª Passada a povoação do Quintechino, às portas de S. Salvador, todas as correntes se dirigem ao N. O Luvo vai directamente ao Zaire, onde entra a montante de Palabala. O Quilo deve ter um curso paralelo ao do Luvo; entra no Zaire muito mais acima; este rio, como o Fulége, Luango, M'briche, etc., tem a sua nascente no planalto do Quisulo, linha divisória das águas.

Não posso afirmar que o Fulége e Luango sejam afluentes do Zadi e este do Cuango; pode muito bem acontecer que entrem no Zaire em algum ponto próximo de Stanley-Pool.

As informações dos pretos a este respeito são tão contraditórias, que nada se pode afirmar com segurança; em todo o caso eu creio que são afluentes do Cuango e não do Zaire directamente.

3.ª Depois da conferência de Berlim, que colocou o nosso limite N. e NE. pouco além do Quisulo, não temos vantagem alguma em criar estações missionárias em Banza-Maquela ou Banza-Bata, porque são pontos muito além do nosso paralelo; a última nesta direcção deve ser próxima do Quisulo, mas nem por isso as necessitamos menos, mais a E., até chegarmos ao Cuango.

BSG — 1886 (6.ª série), n.º 8, págs. 455-498.

O CONGO
SEU PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na Sessão de 7 de Março de 1889, pelo Padre António José de Sousa Barroso, S. S. G. L., Superior das missões portuguesas no Congo

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Meu bom amigo:

Os apontamentos que ao chegar de África escrevi, para me servirem de guia na comunicação feita à Sociedade de Geografia de Lisboa em sessão de 7 do corrente, vão ser impressos e publicados em folheto.

Esse modestíssimo trabalho é por mim dedicado a quem de direito o devia ser — à Sociedade de Geografia de Lisboa — como uma prova bem mesquinha em verdade, mas sincera, do respeito que lhe consagra o mais humilde dos missionários portugueses. Quem iniciou entre nós esse movimento de interesse pelas coisas africanas, a que estão ligadas a honra e o brio nacional e quiçá o futuro da nação portuguesa?

Quem tem propugnado perante os poderes constituídos, pelos interesses morais e materiais das nossas colónias?

Tem sido essa Sociedade, esse grupo já bem numeroso, de homens distintos em todos os ramos da actividade humana, que pondo de parte as questões de política partidária, se congregaram no pensamento unânime de beneficiarem as nossas ricas colónias, veneranda herança dos nossos heróicos avós.

Graças a perseverantes esforços neste sentido, temos hoje uma opinião pública que se interessa pela África. Eu, apesar de ser novo, lembro-me do tempo em que ela não existia. Prefiro as Sirtes ao Mar Morto.

Nos últimos dez anos temos feito mais em benefício das colónias, do que o tínhamos feito durante um século. A necessidade das missões religiosa impõe-se; adiar a sua organização é prejudicarmo-nos voluntàriamente.

Não temos pessoal; é urgente formá-lo.

Não tenho pretensões de que as minhas indicações neste sentido sejam as melhores; são, porém, sinceras e ditadas pelo desejo ardente da civilização das raças africanas.

Muitos terão mais luzes sobre o assunto; melhor vontade, não.

Seja pois, o meu bom amigo, o intérprete dos nossos sentimentos perante a benemérita Sociedade, e que ela aceite, como preito de profundo reconhecimento, o humilde trabalho do menos prestimoso dos seus sócios.

Admirador convicto do talento de V. Ex.ª, tenho a honra de assinar-me

Att.^to^ ven.^dor^ e obrig.^do^ amigo

Lisboa, Março de 1889.

Padre António José de Sousa Barroso.

Meus senhores:

Observar os costumes, a religião, as instituições embrionárias, as tendências de raça e o modo de viver das populações africanas, demanda uma atenção, um estudo muito mais aturado e persistente do que à primeira vista se nos afigura.

O estado de civilização rudimentar em que neste momento histórico se encontram as raças negras, e talvez mais do que isso o largo período em que foram exploradas pelas raças brancas, tornou-as desconfiadas, a tal ponto, que um preto julga uma má acção revelar ao europeu, ao branco, os factos mais triviais e simples que tenham qualquer relação com a sua vida íntima e económica, social e política.

Eu penso, e sempre assim senti, que todas as notícias, que todas as informações, todos os estudos, por deficientes que sejam e incompletos, que se refiram ao clima, costumes e modo de ser das sociedades africanas, terão sempre algum interesse real, e prestarão, ainda que modestos, um subsídio apreciável para o conhecimento das coisas africanas, que sobremaneira devem interessar-nos a nós, os portugueses, que temos hoje vinculados ao grande continente africano os interesses mais vitais e mais sagrados.

O missionário, pela sua posição singular e especialíssima no seio das raças africanas, pela doutrina que lhes anuncia e pela confiança que lhes inspira, é, a meu ver, sem contestação, o indivíduo que melhor pode conhecer a raça desprotegida e aviltada, e o que melhor pode informar do seu actual estado. Deve, porém, ter bem impressa esta ideia capital: que não deve entusiasmar-se com pequenos resultados, muitas vezes só aparentes, nem deixar-se abater pelas dificuldades, sempre grandes. No primeiro caso teríamos informações de um optimismo sem critério, no segundo um pessimismo desolador.

Ambos falsos, ambos funestos. Evitarei quanto puder um e outro.

Longe de mim a ridícula ideia de vir dar novidades ou ensinar qualquer coisa perante uma Sociedade de homens tão eminentes e versados em negócios africanos; o meu fim é simplesmente contar com singeleza as minhas impressões pessoais e, já que a Providência me não fadou para levar aos caboucos do grande edifício da futura civilização africana os enormes blocos, em que se deve firmar, carrear humilde ao menos o pequeno pedregulho, que também aí encontrará colocação.

Este modesto trabalho é dividido em três partes e tem como título: *O CONGO, seu passado, seu presente e seu futuro.*

PRIMEIRA PARTE

I

Durante o meu tirocínio eclesiástico em Cernache do Bonjardim, no Colégio das Missões Portuguesas, colégio para mim de inolvidáveis recordações, li incidentemente alguns livros sobre assuntos africanos em geral e em particular sobre as antigas glórias nacionais. Aí passavam como meteoros luminosos, diante do meu entusiasmo de rapaz os nossos ousados marinheiros, que ensinaram ao mundo a navegar, que mostraram à Europa, estupefacta, não só os contornos dos continentes, mas as enseadas e baías do Atlântico.

Em seguida eu admirava o íntimo consórcio da Cruz e da Espada, o missionário e o soldado, duas entidades que eu igualmente amava. A figura de um velho quebrado pela doença, arquejante de fadiga, e sentado à sombra protectora de uma acácia, rodeado de neófitos, era para mim de um encanto extraordinário. Pois isso que me elevava a alma e que tinha alguma coisa de fantástico e sublime, teve uma realidade; o missionário português foi tudo o que eu sonhava e foi ainda mais. Esta segunda parte só a conheci quando tive de tragar o fel da ausência da pátria na soledade do sertão, aguilhoado pelo desconforto.

Reagi, e ai daquele que se deixa esmagar pelo desalento!

O audaz explorador Henrique Stanley descia o Congo em 1877, tendo resolvido em parte, ao menos, graves problemas hidrográficos da África central; feita uma peregrinação de reclame pela Europa, voltava ao Congo em missão especial e misteriosa. O governo português, que desde 1846 era impedido na sua expansão ao norte do Ambriz, por quem nos devia auxiliar, sobressaltou-se. Daqui a insinuação ao rev.º Bispo de Angola, D. José Neto, actual patriarca de Lisboa, para que se organizasse e partisse para o Congo uma missão religioso-política, que restaurasse a nossa influência combalida pelas intrigas de estrangeiros, pouco escrupulosos e sobretudo pouco reconhecidos. Governava a província o ex.mo Conselheiro

Eleutério Dantas, carácter nobre, alma de boa têmpera, mas que conhecia do sertão tanto como o sr. Bispo, como eu, e como os meus companheiros. Daqui uma péssima organização da expedição, que devia levar ao Rei do Congo os presentes que lhe enviava Sua Majestade El-Rei de Portugal.

Eu tive de vencer uma grande dificuldade em Luanda para persuadir que devíamos subir o Zaire até o Mussuco ou Nóqui e que deste ponto é que devíamos partir para a velha capital do Congo. Este itinerário tinha sobre o do Ambriz duas vantagens: a primeira era ser mais curto o trajecto a fazer a pé e conhecermos essa região de Nóqui, na margem esquerda do Zaire, a S. Salvador; a segunda era evitarmos os povos que tinham sofrido com as nossas últimas campanhas do Bembe, e que de modo algum nos receberiam como bons amigos.

Dir-se-ia que enquanto ao tempo, a capital do Congo distava de nós, pelo menos dois alentados séculos. Em Luanda falava-se em S. Salvador do Congo, como do Muata-Cazembe, e ninguém atinava em fazer uma indicação razoável, porque realmente nada sabiam do que se passava no interior ao norte do Ambriz. E a verdade é que poucos anos mediavam entre a retirada das nossas tropas daquela região, um passo altamente impolítico, a meu ver, e o ano a que me estava referindo, 1880. Como em S. Salvador devia haver igrejas derrocadas para atestarem a valentia dos elementos destruidores nas regiões equatoriais e também a nossa incúria e desleixo pelos legados venerandos dos nossos antepassados, um dos artigos das minhas instruções rezava que o Superior da Missão requisitaria do Rei do Congo pessoal e material adequados para serem reedificados esses templos ou pelo menos alguns. Em ordem a conseguir-se este louvável desejo, eram adidos à missão dois carpinteiros, um europeu, outro indígena, e como material, de pregaria levavam 2 quilogramas! Dois pedreiros indígenas, sem ferramentas, completavam o pessoal trabalhador da expedição. O capitão Mena, e outro oficial, o guarda-marinha Mota e Sousa, o rev.º Sebastião José Pereira, o rev.º Joaquim Folga e eu dávamos a última demão às nossas pobres malas, e, dado o último aperto de mão aos companheiros e amigos, entrávamos na baía de Luanda para a canhoneira *Bengo*, da Marinha Real Portuguesa, no dia 20 de Janeiro de 1881.

A bordo só encontrámos verdadeiros amigos. A canhoneira levantou ferro e eu fui examinar a costa. Grandes barreiras cortadas quase a pique, apresentavam as camadas geológicas mui distintas, predominando a cor amarelada e a cinzenta. Num ou noutro ponto divisávamos uma praia de areia e uma vegetação pouco abundante, que vai crescendo à medida que caminhamos para o equador.

Os vales do Bengo, Dande, Loge e M'Bridche destacam-se cheios de verdura de [tom] um tanto carregado; e lá muito ao longe surge um maciço de arvoredo e algumas feitorias caiadas, que se assimilam a um bando de pombas com as asas estendidas. O denso arvoredo vegeta nas charcas da Ponta do Padrão; as casas brancas assentam na extremidade da penín-

sula de Banana. Por entre estas duas balizas, entra no oceano o gigante dos rios africanos; o *pai das águas*, como diria um muxicongo.

Quando pela primeira vez pisei o solo de Banana, não pude deixar de escrever na minha carteira: «Banana está destinada, quanto o pode prever a perspicácia humana, para vir a ser (e já em parte o é) um empório do comércio da África equatorial; compondo-se de grandes feitorias, recebe actualmente todo o comércio do Zaire, que é abundantíssimo».

Efectivamente assim era. Os anos de 1879 e 1880 foram excepcionalmente abundantes em nguva *(Arachis hypogœa)* e a actividade era enorme. Nessa época quase que ainda não vinha às feitorias do grande rio, marfim nem borracha; estes dois géneros eram permutados na costa entre o Ambriz e cabo dos Enganos, um pouco ao sul da Ponta do Padrão. O comércio do Zaire era alimentado pela permuta de sementes oleaginosas, depois que terminou o infame tráfico dos escravos.

Os trezentos e noventa e sete anos que me separavam de Diogo Cão, o qual primeiro tinha admirado o grande estuário do Zaire, foram galgados pelo meu pensamento, e encaminhei a minha vista para o fundo da baía de Santo António, a procurar o porto de Pinda. O porto lá estava; os nossos galeões parece que aí fundearam recebendo todo o comércio do Congo, mas não estavam lá: apodreceram carcomidos pelo gosano da nossa inércia. Procurei ao menos o Padrão que o descobridor do Zaire ali colocou, como uma sentinela da nossa posse e do nosso direito; também lá não estava. Essa testemunha das nossas glórias projectava uma sombra tão dilatada e intensa, que um dia os súbditos marinheiros de Sua Majestade Graciosa, para nos livrarem de um remorso, fizeram dela alvo para experimentarem se as culatras dos seus canhões estavam tão limpas como as suas almas. Não desanimei; ao menos o velho convento dos Franciscanos, esse convento que entre outros foi ilustrado por Canecatim, que tinha missões no baixo Zaire, no Bamba, etc., esse deve ainda atestar o nosso amor à civilização; as suas pedras enegrecidas talvez ainda nos defendam contra a inveja e a ingratidão de estranhos!...

O convento desmoronou-se; há perto de um século que os seus habitantes retiraram; o último roçar do burel do último Franciscano nos abrolhos do atalho, marcou o princípio da derrocada (1).

Partimos rio acima. Dificilmente podemos encontrar alguma clareira para descortinarmos ao longe pequenas ondulações de terreno numa e noutra margem. A vegetação é esplêndida, densa, enfim, tropical. O delta do grande rio não corresponde à sua enorme massa de água. Todas as ilhas são mais ou menos alagadas, algumas fornecem boa madeira. A temperatura é sempre elevada e húmida. Um dia, ao acaso, o meu termómetro marcava 56° centígrados ao sol.

---

(1) Por força do decreto de 30 de Maio de 1834, que extinguia em Portugal e em todos os seus domínios todas as Ordens Religiosas, retiraram de Luanda os últimos Padres Capuchinhos. Em 1834 havia em Angola só 1 capuchinho italiano e 2 carmelitas.

Da sua foz até Bôma, na margem direita, a perspectiva é monotonal, um mar de verdura poucas vezes encrespado pelo vento. Termina o delta e com ele a vegetação e a primeira zona.

Em 1881 Bôma tinha poucas feitorias; se a reminiscência me não falha existiam ali as seguintes casas europeias: duas portuguesas de Vale e Azevedo e Faro e Rosa, uma francesa de Daumas, Béraud et C.ª, duas holandesas pertencentes à mesma firma, uma inglesa de Hatton e Cookson e a missão católica do Espírito Santo e Imaculado Coração de Maria, missão que visitei. Hoje Bôma tem mais casas, mais população e mais vida, por ter sido escolhida para sede do Estado Independente do Congo. É doentia como todo o vale do Zaire; apesar de se ter dito muitas vezes na Europa que o seu clima é quase excelente, eu não aconselharia pessoa alguma que o experimentasse sem necessidade.

De Bôma para cima o rio tem um curso definido, em alguns lugares até apertado.

As margens elevam-se progressivamente à medida que avançamos, a vegetação arbórea é substituída pelas gramíneas e pequenos arbustos.

Entrámos definitivamente na região montanhosa e fundeámos em Nóqui, na margem esquerda do Zaire, no dia 23 de Janeiro de 1881.

•

Pouco a montante de Nóqui, e na mesma margem, no Ango-Ango, lugar que mais tarde devia ser o limite do nosso domínio no Zaire, existia uma feitoria, e a 15 milhas na margem direita e sobre um elevado monte divisavam-se as primeiras construções de Stanley, em Vivi, onde hoje nada existe que recorde a sua existência.

Povoações indígenas junto à margem não existiam, porque tanto as inclinações demasiadas como a aridez do terreno o não permitiam. O rio lá seguia o seu curso caudaloso, por entre as montanhas, com a mesma aspereza com que o tinha divisado a expedição de H. Tukei.

Por mais que indaguei não pude descobrir qualquer vestígio de civilização cristã, como mais tarde encontrei muito mais longe no interior. Pude, porém, saber que numa época bastante anterior, por ali existiram barracões destinados a um género de comércio infame, que para honra da humanidade terminou. É prova desse comércio um grande sino, que existia na povoação de um soba ribeirinho e grande quantidade de pesos espanhóis que foram enterrados com o seu possuidor.

A *Bengo* foi o segundo navio de guerra que subiu o Zaire; creio que o primeiro foi uma canhoneira inglesa que nos precedeu um mês.

Tendo-se demorado bastante em Nóqui, os efeitos do clima manifestaram-se por meio de febres, que atacaram a guarnição e teve que retirar. Entretanto chegaram carregadores de S. Salvador, e na manhã do dia 6 de Fevereiro, deixando com saudade os empregados da feitoria portu-

guesa que tão bem nos tinham agasalhado, partiu a expedição, que constava então de perto de trezentas pessoas.

O tempo era o pior de todo o ano para viagens no interior; os caminhos péssimos de natureza, estavam profundamente cavados pelas chuvas torrenciais, as gramíneas desenvolvidas despejavam pela manhã catadupas de água sobre nós, e de tarde feriam-nos como navalhas afiadas.

A direcção geral do caminho é a E. e ENE. Da eminência dos morros admirámos panoramas esplêndidos com horizontes vastíssimos. Numerosos cursos de água cortavam o nosso caminho e dirigindo-se para o N. iam engrossar as águas do Mponzo. As suas margens eram orladas de uma vegetação de um escuro aveludado encantador.

Tufos de palmeiras elegantes deleitavam a nossa vista.

Todos estes encantos, porém, minoravam diante da relutância ou teimosia de um carregador que não queria levar a carga, de outro que fugia, de um terceiro que tinha roubado as povoações vizinhas do caminho, e assim por diante.

Em geral, a vegetação é raquítica, de folhas coriáceas, nos lugares elevados. O terreno alto, avermelhado, impróprio para grandes culturas, é de aspecto agreste. No primeiro e segundo dia de viagem atravessámos uma região abundantíssima em quartzo.

Os blocos desta rocha, vistos de longe na encosta dos morros, assemelhavam-se a um rebanho de ovelhas com os seus velos alvíssimos.

No quarto dia de viagem entrámos cedo no vale do Alpanze. Descendo das eminências de Talambanza, povoação que é um verdadeiro ninho de águias, e que de ali retirou, porque um meu companheiro entendeu fazer uma obra meritória arrebatando a essa pobre gente uma colecção completa de manipansos, entrámos no vale.

No lugar a que me refiro tem mais de 2 milhas de largura a bacia do Mponzo. Ao andarmos por cima do seu solo ouvíamos um som cavernoso, que saía de cavidades profundas. A corrente principal do rio encosta-se à montanha; longitudinalmente, porém, e paralelas à corrente e entre si, afloram a 1 e 2 metros de altura estratificações de calcário e sílex, formando verdadeiros canais por onde corre água e lodo.

Para passar, sem nos atolarmos, estes canais, que são muitos, é indispensável servirmo-nos dos ombros dos pretos. Sentei-me pois nas espáduas de um hércules africano, lancei as pernas para o peito dele e atacámos o primeiro canal, e tudo foi bem. No meio do segundo, porém, o pobre homem, metido até à cintura em lodo e água, sente que alguma coisa lhe falta, tenta apoiar-se, cai porém, e eu tomo um banho forçado, não precisamente em água, mas numa mistura de água e terra negra. Grande algazarra, e o caso assim o pedia; ao sair do atoleiro, eu devia ter semelhança com uma estátua que sai da fundição, antes que lhe sejam puídas as protuberâncias pela lima do artista.

Do vale do Mponzo até S. Salvador a natureza do terreno muda; as camadas vegetais são mais espessas, a vegetação arbórea e herbácea é

mais pujante, e claramente conhecemos que enfim entramos numa segunda zona, mais plana é verdade, mas ainda fartamente eriçada de morros de forma cónica.

No dia 13 de Fevereiro, enfim, tendo atravessado bosques e lagoas sem grande importância, descobrimos dos montes de Banza e Engonzala, Mongo a Bamba, o vasto outeiro, que se estende muito para O., onde assenta, ou antes onde assentou a famosa capital do reino do Congo. Pouco depois éramos recebidos na corte, entre gritos de aplauso e sinais de contentamento. Tínhamos feito 150 quilómetros de mau caminho desde o Nóqui, e portanto já tínhamos direito a algum descanso.

Actualmente o caminho que de Nóqui nos leva ao Congo, difere do acima descrito; é talvez um pouco melhor, em todo o caso ambos são maus e é muito urgente procurar outro que ofereça mais comodidades.

II

Em 1482 [2], o grande navegador português Diogo Cão levantava na embocadura do grande rio Zaire, corrupção evidente do Zadi, o padrão, que era o sinal de descoberta e posse dos territórios adjacentes.

Relações de amizade se estabeleceram bem depressa entre o Nsoio, mais tarde D. Manuel e os portugueses. Por intermédio deste príncipe, tio do Muéne -a- N'Congo, souberam os portugueses que no interior e não muito distante, uns 250 quilómetros, existia um potentado importante e uma grande aglomeração de povos que o cercava.

As naus do descobridor seguiram a sua derrota para o sul. Dado o sinal de volta trouxeram ao Tejo a notícia do grande rio e das maravilhas que de certo envolvia no seu misterioso curso.

Entretanto, o primeiro Padre que pisou esse solo do Congo, catequizava como podia o príncipe do Soio (*Sonho* dos nossos cronistas) e foi tão feliz que o convenceu da nova doutrina redentora. Este por seu turno foi à corte do sobrinho, para o dispor a favor dos portugueses. O conguês, ou por convicção, o que não parece provável, ou atraído pela novidade, consentiu que os portugueses o visitassem e lhe mandassem Padres, para lhe ensinarem a doutrina.

Em 1490 [3] chegava à corte do Congo o embaixador português, acompanhado por uma boa missão de Dominicanos, que foram os que primeiro evangelizaram com algum proveito.

---

[2] No texto 1484. A data exacta foi averiguada definitivamente por Luciano Cordeiro em 1892, no Congresso Internacional dos Orientalistas. Cfr. *A Descoberta do Congo*, pelo Padre António Brásio, in *Boletim Geral das Colónias*, Novembro de 1943, n.º 221.

[3] A data exacta da chegada de Rui de Sousa à capital do Congo foi em 29 de Abril de 1491. Cfr. Padre António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, Lisboa, 1952, I, págs. 84, 112 e 117.

ANGOLA — Ruínas da Sé do Congo

ANGOLA — *Ruínas da Capela de Santo António (Sonho)*

(Segundo fotografia de 1874 — *Missions Catholiques*, 1878, p. 493)

Contam ainda hoje os indígenas, que o Nsoio querendo convencer o seu parente e suzerano de que devia abraçar o cristianismo, lhe dissera que os novos *nganga-a-Nzambi,* tinham o poder de tornar novos, os que mesmo muito *velhos* recebessem o baptismo.

Segundo afirmam, fez-se a experiência num casal de velhos; o rei mandou-os encerrar numa casa bem guardada e na manhã seguinte foi grande o espanto de todos vendo que o resultado correspondia à promessa, no dizer dos indígenas.

Esta tradição pode ter como origem o seguinte: os pretos, compreendendo mal, atribuíram ao corpo o que os missionários afirmavam da regeneração espiritual.

Daqui o quererem todos o baptismo, incluindo o próprio Rei, que tomou o nome de João, em memória do príncipe português no reinado do qual se fez este descobrimento.

A reacção contra a nova doutrina não se fez esperar muito.

O primeiro rei cristão, por mal instruído nas verdades religiosas, ou por outras razões, abandonou o cristianismo. Porém, a semente fecunda da doutrina cristã germinou exuberantemente no coração de seu filho e sucessor, Afonso Mbemba-a-Nzinga. Foi no reinado deste príncipe e no dos primeiros sucessores o período áureo do cristianismo no vasto reino do Congo, e especialmente na capital.

Senhores, os sentimentos nobres, a dedicação e o desinteresse não são exclusivo da raça branca, da raça civilizada. Encontrámos no Congo um homem de génio, um cristão e um herói. É bem conhecido de todos esse apóstolo que durante um longo reinado evangelizou o Congo.

A veneração que ainda hoje os indígenas têm pelo seu túmulo é uma prova bem saliente do papel importante que desempenhou.

Um preto do Congo sabe o nome de três reis; o do actual, o do seu antecessor, e o de D. Afonso I.

A criação do bispado de S. Tomé e Congo [1] em 1533, tendo como limite norte o cabo das Palmas e ao sul o das Agulhas, abriu vasto campo ao zelo do missionário português. E o missionário marchou impávido, penetrou no sertão, e a civilização cristã irradiou com ele.

Foram criadas missões em Pinda, no Bamba, no Sundi e talvez no Zombo.

Aos Dominicanos, que iniciaram o grande movimento, seguiram-se em 1505 e 1521, os cónegos de S. João Evangelista.

Durante todo o século XVI este movimento não afrouxou; se um rei que tanto fez em prol do cristianismo, como o Mbemba-a-Nzinga desapareceu, o zelo e heroísmo dos missionários, cujas fileiras o clima do Congo fazia rarear, não arrefeceu nem um grau.

---

[1] O Bispado de S. Tomé, criado em 31 de Janeiro de 1533, abrangia efectivamente o Congo. Cfr. os nossos *Monumenta Missionaria Africana,* II, p. 19 e 22.

Em 1548 apareceram os jesuítas, que fundam um colégio, havendo uns 20 educandos europeus.

É muito para notar o elogio que Garcia Mendes Castelo Branco na sua relação do *Reino do Congo,* e outros que do Congo se ocuparam, tece aos padres da Companhia. Diz assim: «Por onde não convém outra religião nos ditos reinos do Congo e Angola, se não é a dos padres da Companhia, por respeito que tem diferente governo e se sustentarão sem o rei do Congo nem o gentio de Angola terem opressões com eles». E continua elogiando-os além de todos. No meu entender, estes e outros testemunhos mostram bem que aqueles padres eram magníficos missionários, tanto na Ásia e na América, como na África.

Mais duas grandes missões de Dominicanos, sendo a última em 1610, reforçam e substituem as que a morte tinha ceifado.

Em 1584 partem para o campo da batalha pela civilização, os Carmelitas Descalços; e durante todo o século XVII, pelo menos quatro numerosas missões de Capuchinhos, que tanto fizeram pelas nossas glórias africanas, ali manifestaram o seu zelo.

Não esqueçamos que ao lado do clero das ordens religiosas estava também o clero secular. Duarte Lopes diz que no tempo do rei Pedro I existiam na igreja de Santa Cruz, que servia de Sé [5], vinte e oito cónegos, diáconos, órgão e tudo o que era necessário ao esplendor do culto.

O desenvolvimento progressivo das missões do Congo fez que, em 1596, Filipe II de Espanha e I de Portugal, desmembrasse, de acordo com a Santa Sé, do bispado de S. Tomé, o do Congo e Angola, dando-lhe limites extraordinàriamente vastos, limites que ainda hoje se devem olhar como existentes [6].

As virtudes e o zelo de D. Afonso e de mais alguns sucessores foram esquecidas, e os reis tornaram-se ou perseguidores ou indiferentes; voltaram aos antigos hábitos e costumes. Os missionários, por outro lado, afrouxaram no seu zelo algum tanto, lutando com um clima mortífero e vendo o pouco fruto das missões, preferiam empregar os seus trabalhos no Oriente e na América. Em 1617 o governo português decreta a criação de um Seminário para educação do clero indígena, e insta com o papa Paulo V, para enviar alguns missionários Capuchinhos ao Congo. Alguns anos antes, em 1607 [7], provàvelmente, na *Relação da costa da Guiné,* um anónimo, falando da introdução do cristianismo no Congo dizia falando do Rei: «...e após ele, muitos senhores e povo daquele reino, que até hoje se conservam na fé cristã, posto que com menos doutrina do que seria

---

(5) Na realidade a primitiva igreja de Santa Cruz não foi nunca catedral do Congo, mas sim a de S. Salvador. Cfr. o nosso estudo *Quarto Centenário da Sé do Congo,* in *Portugal em África,* 1948 (V), págs. 91-99.

(6) Foi criado pela bula *Super specula,* do papa Clemente VIII, de 20 de Maio de 1596. Cfr. os nossos *Monumenta Missionaria Africana,* III, p. 533.

(7) Cfr. os nossos *Monumenta Missionária Africana,* V. 385.

razão, por falta de ministros eclesiásticos, que os naturais muito desejam, e pôde aplicar-lhes *parvuli petierunt panem et non erat quis frangeret eis».*

Antes do meado do século XVII cria-se dentro do bispado do Congo e Angola a prefeitura apostólica do Congo ([8]), servida pelos Capuchinhos. Os bispos do Congo preferem viver em Luanda ([9]), que Novais funda, repelindo o Rei Ngola para o interior. A fraqueza sempre crescente do Rei do Congo e as invasões de povos mais belicosos dão lugar a uma série de guerras que põem a vida dos missionários em risco.

Na última metade do século XVII começa a notar-se falta de novas remessas de missionários.

Durante todo o século XVIII o mal aumentou. Em 1778 parte uma grande missão de *Barbadinhos,* e pouco depois o grande ministro Martinho de Melo envia vinte missionários ao Congo, com o indígena daquele país André de Castro Godinho ([10]), bacharel em cânones. Na minha viagem ao Bembe encontrei na povoação chamada Quinganga, nas margens do rio Mbridche, os breviários e alguns papéis pertencentes a este missionário. No último quartel do mesmo século ainda foi enviada pelo mesmo ministro outra missão composta de dez missionários.

Depois que os Barbadinhos italianos abandonaram o Congo, os reverendos Bispos de Angola continuaram a enviar à antiga sede do bispado um ou outro missionário, que ali se demorava algum mês, e muitas vezes nem isso, voltando em seguida a Luanda. É bem de ver que estas missões nada aproveitavam, e serviam apenas para dizermos na Europa que missionários portugueses percorriam o Congo, representando contudo, para os que as desempenhavam, uma grande soma de sacrifícios.

Foi pelo menos até meado do século XVII tão intensa a acção missionária portuguesa no reino do Congo, que apesar das transformações e do quase abandono, ainda hoje ela se sente.

O esforço e o zelo dos missionários levantou na capital do Congo em honra de Deus os seguintes templos, cujas ruínas nos são hoje marcadas entre as grandes ervas por alguns cômoros pouco elevados, excep-

---

([8]) O decreto da Propaganda Fide que confia a Missão do Congo aos Capuchinhos é de 25 de Junho de 1640. Cfr. Michael a Tugio — *Bullarium Capucinorum,* Romae, II, pág. 76; P. Hildebrand — *Le Martyr Georges de Geel,* Anvers, 1940. *passim;* Padre António Brásio — *M. M. Africana,* VIII, pág. 436 e sgs.

([9]) O último Bispo que residiu em S. Salvador foi Frei Simão Mascarenhas, onde faleceu em 13-10-1624. Tendo chegado a Luanda em 7-8-1628 D. Francisco do Soveral fixou ali residência.

([10]) André do Couto Godinho partiu como missionário para Angola em a nau «Nossa Senhora de Belém», em Junho de 1779. Nasceu em Outubro de 1720. Era «preto exemplaríssimo e de grãde credito na corte». ATT — *Miscelânia,* 1103, fls. 421. Em carta de 22-6-1779 Martinho de Melo e Castro, di-lo «formado em Cânones, de muita virtude, e excelentes qualidades». AHU — *Códice,* 549, fl. 33. Foi já destinado à missão do Congo.

tuando a antiga Sé, que conserva alguns pedaços de muros levantados e o arco da capela-mor em perfeito estado de segurança.

Existiam em S. Salvador os seguintes templos, cujas ruínas visitou antes das últimas guerras do Congo, o sr. Alfredo Sarmento, em 1856: Santa Sé Apostólica, S. Miguel, Nossa Senhora da Conceição, S. Tiago, Vera Cruz, Nossa Senhora do Rosário, S. João Baptista, S. José, Espírito Santo e as igrejas dos Jesuítas, do convento dos Capuchinhos e da Santa Casa da Misericórdia [10].

Esta relação, que nos é fornecida pelo sr. Sarmento, é perfeitamente exacta; e muitas vezes ma repetiu o actual Rei do Congo, designando todos os lugares destes templos.

Nos fins do século passado uma princesa do Congo declarava em seu testamento que o seu corpo devia ser conduzido na tumba da Misericórdia, acompanhada com as cruzes e juízes da mesma casa, e que enfim se celebrassem por sua alma umas tantas missas.

Nas imediações de S. Salvador existiam umas sete paróquias, de que hoje não aparecem vestígios alguns.

*

Esta resumida resenha dos trabalhos missionários no Congo e especialmente em S. Salvador, trabalhos suportados com heróica coragem, mostra-nos que esses trabalhos não alcançaram recompensa condigna. O cristianismo não penetrou fundo, passou como as chuvas torrenciais, que apenas humedecem a primeira camada, deixando o subsolo ressequido e estéril. É duro confessá-lo, mas é verdade: o cristianismo não assimilou o indígena e deixou apenas tradições da sua passagem entre as populações do Congo.

Causas bem diferentes deviam influir neste desastre.

Eu apontarei apenas as principais.

Em primeiro lugar, nas sociedades grosseiras, e mesmo nas que o não são, o poder do exemplo fortíssimo seduz, arrasta.

Os missionários prègariam, sem dúvida, que os homens eram irmãos, que foram remidos todos no sacrifício cruento do Calvário; tratariam com carinho e bondade os seus súbditos, como o indica ainda hoje o facto de povoações que pertenceram aos missionários, nas quais os pretos dizem sem rebuço que eram escravos dos mesmos, notando-se que a maior ofensa que se pode dirigir a um congo é apelidá-lo assim.

---

[10] O Major A. J. de Castro no seu *Roteiro* de 1845, escreve de S. Salvador: «Tinha a Cidade doze Igrejas: a Sé, S. João, S. Miguel, Santa Luzia, Vera-Cruz, S. Pedro, Santo António, Nossa Senhora dos Remédios, Misericórdia, S. José, Carmo e Santiago». Cfr. *Portugal em Africa*, 1945 (II), p. 311. A descrição da Sé, na p. 310-311.

Ao lado, porém, do missionário, que levava o verbo redentor à raça desprotegida, estava o comprador de homens, o que estrangulava os laços que prendiam o filho ao pai, e a mãe à filha, o despovoador da região, o destruidor de todos os afectos, o homem sem coração, que ganhava punhados de oiro vendendo aquele que a religião lhe dizia ser seu irmão.

Os portugueses não inventaram a escravatura, que é muito anterior a eles, apesar de que já alguém lhes imputou esse crime; exerceram-na porém como todos os povos europeus, e quiçá com mais brandura que alguns (11). As leis admitiam este aleijão social, os costumes não se irritavam, e um traficante de carne humana passava por tão honrado, como o que vergava aos excessos de fadiga e trabalho para ganhar o pão de todos os dias.

Nem por isso, porém, era menor o péssimo exemplo que deste facto resultava para a civilização do preto. Ele via, comparava, na sua inteligência rude, a doutrina com as obras e encontrava que colidiam. Enquanto o missionário lhe ministrava as águas lustrais do sagrado baptismo, e proclamava a alta dignidade de filho de Deus pela graça e herdeiro da glória celeste, um outro homem que tinha a mesma fé e o mesmo baptismo, contava mais uma *peça* no seu rebanho.

Durante anos sem fim, foi o comércio de homens quase o único que tivemos com o Congo. Se exceptuarmos algumas esteiras vindas de Macuta, e *mabelas*, com pouco marfim, todo o comércio era alimentado à custa da despopulação do país.

A célebre inquirição mandada tirar em 1548 em S. Salvador, pelo Rei do Congo, documento notável a todos os respeitos, o qual o ilustre secretário perpétuo desta Sociedade arrancou ao pó dos arquivos (12), dá-nos as mais interessantes notícias com respeito a este comércio. Por ele sabemos que existiam no Congo mais de dez europeus exportadores de *peças* (escravos); que ao porto de Pinda iam de S. Tomé cada ano de doze a quinze navios, cada um dos quais carregava de quatrocentos a setecentos escravos, e que os negociantes sofriam grandes prejuízos nos que morriam na embocadura do Zaire; pois este número de navios era insuficiente para conduzir todos os que esperavam embarque, chegando a travar-se rixa entre a gente de bordo e os exportadores, que queriam por força que lhes transportassem todos os que tinham.

As coisas chegaram a tal excesso, que um ou outro português apontava a ruína eminente do país; esses brados da razão e da justiça eram porém abafados e o seu eco expirava estrangulado no meio do tumultuar infrene de interesses desumanos e egoístas. Esses tempos, felizmente, pas-

---

(11) Cfr. o nosso estudo *Portugal escravagista?...*, in *Estudos*, Coimbra, Outubro e Novembro de 1934.

(12) *Memórias do Ultramar*, Lisboa, 1881 *(Escravos e Minas de África)*, pág. 13. *Monumenta Missionaria Africana*, pelo Padre António Brásio, Lisboa, 1953, II, pág. 197.

saram, mas os principais efeitos que de tais factos se derivaram obstaram à civilização cristã de África e ainda hoje perduram, dificultando-a.

De onde vem, senhores, essa antipatia, essa desconfiança, que se nota da parte do preto para com o branco, antipatia que nós classificamos com o epíteto de *ódio de raça,* e que no meu entender é apenas o eco longínquo das sevícias e maus tratos do europeu, empregados para com uma raça que ele explorava? Foi sem dúvida a escravatura uma das causas que mais eficazmente obstava ao cristianismo, mas não foi a única.

A organização das missões daquela época deixava muito a desejar, como ainda hoje acontece a todas as que lutam com falta de pessoal. Refiro-me à falta do elemento feminino na educação da mulher indígena. Por mais zelo que o missionário empregue na educação da preta, nunca conseguirá o que consegue a irmã educadora.

A falta de um clero indígena, de que logo tratarei, e a mudança da sede do Bispado para a capital da Província, também deviam influir para o resultado que notamos.

Acima, porém, de todas estas causas estava uma mais forte, a qual se não podia remover nem com o zelo, nem com o desinteresse, nem com os recursos: estava o clima, e este, forçoso é dizê-lo, continuará por muito tempo ainda a rarear as fileiras dos que tentarem chamar ao convívio da civilização as populações do Congo. No Congo a tradição indica-nos numerosas sepulturas de missionários e até de bispos que ali sucumbiram pelejando o bom combate. Um dos padres da Companhia de Jesus ao retirar de S. Salvador, depois de ter sepultado os companheiros e parte dos educandos que ali levaram, escrevia: «O clima está em perfeita harmonia com a imoralidade dos habitantes»; se não são estas as palavras, é esta a ideia. É o testemunho de um pessimista, é verdade, mas é um testemunho.

É o Congo um desses lugares em que a civilização para penetrar lutará com grandes obstáculos. Os reveses passados, porém, serão motivo para desanimar e para o abandono? De nenhum modo; os reveses devem ser para nós lições preciosas, das quais poderemos tirar grande proveito para o futuro.

SEGUNDA PARTE

I

Digamos duas palavras do Congo actual.

Banza-Congo, a S. Salvador dos portugueses, a célebre capital de outrora extensíssimo reino do Congo, está situada em 6° 20′ 10″ latitude S. e 14° 47′ 18″ E. Alguns cronistas portugueses e quase todas as cartas estrangeiras, mesmo modernas, dão à capital do Congo, como nome indígena anterior à descoberta portuguesa, o de Ambasse ou Ambassi.

Por mais diligências que empreguei não me foi possível encontrar, entre os indígenas, vestígios de tal nome, que nem sequer existe na língua do país. Diz algures o ilustre secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, sr. Luciano Cordeiro, que este nome derivou de *Bagi a Nkanu*, lugar onde o rei do Congo administrava justiça. Em língua do Congo, *Bagi a Nkanu*, é o acto de administrar justiça e tudo o que se refere a este fim; é não só a sentença, mas também o processo. *Bagi a Nkanu*, chamam os indígenas aos halos do sol, afirmando que quando aperecem está no céu Deus julgando os que têm morrido. A palavra *Bagi*, só de per si significa *fora* e *amanhã*, e junta por exemplo com o verbo *Kuenda* faz *Kuenda Kuna Kua mbagi:* sai para fora. Nada pois admira que os ouvidos dos primeiros exploradores, pouco habituados à estrutura da língua, formassem por exemplo das palavras *Bagi i Kongo*, que é terreiro em todas as povoações do Congo, por uma fácil corruptela, a palavra Ambassi, parte da povoação, pela povoação inteira.

Duarte Lopes, qu é minucioso em tudo que se refere à capital [13], não nos fala deste nome, dizendo apenas que se chamava Banza, nome que actualmente designa todas as povoações de certa importância, especialmente aquelas de onde saíram pequenos grupos de novos povoadores que se conservam na dependência do soba principal.

Poderia com certa razão perguntar-se porque escolheram os indígenas para capital do vasto império do Congo a Banza deste nome, e não um lugar próximo do rio Zaire, que teria muitas vantagens para os mesmos. Em primeiro lugar todos os povos primitivos procuraram os lugares defendidos pela natureza, e Banza-Congo é um destes pontos. Em segundo lugar essas vantagens, existem apenas para eles depois que têm contacto com os europeus; enquanto o oceano não gemia debaixo da quilha dos nossos navios, nem as enseadas eram exploradas pelos nossos negociantes, que vantagens adviriam ao preto em a assentar à beira-mar, ou na margem do rio? Nenhuma; a não ser a da pesca, e o preto congo não tem tendência para ela.

O que se pode afirmar é que um bom critério presidiu à escolha da localidade, pois que seria muito difícil encontrar na parte de África, que eu conheço, e até impossível, um local que reunisse tão grande número de condições favoráveis, como aquele em que assenta S. Salvador. Imaginemos um grande círculo formado de altas montanhas divididas entre si por profundos sulcos onde se levantam colossais representantes do reino vegetal; no centro deste círculo coloquemos um elevado maciço com 7 quilómetros de comprimento na direcção N. S. e estendendo-se muito e doce-

---

[13] Duarte Lopez & Filippo Pigafetta — *Relatione del Reame di Congo et delle Circonvicine Contrade*, Roma, 1591. Edição fac-similada da Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1951. — *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, Tradução de Rosa Capeans, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1951. É a primeira tradução em língua portuguesa.

mente para W. a E. num profundo vale, com o desnivelamento de 250 metros, para dar passagem a 1 quilómetro da povoação, ao pequeno rio Luegi, e teremos aproximadamente a topografia de Banza-Congo ou S. Salvador.

Comparando o que nos diz Duarte Lopes da antiga povoação, com a actual, encontramos um abismo de diferença, podendo, ainda assim, reconstruir-se parte das maravilhas que nos desvreve.

Do recinto murado a NW., que servia de abrigo aos portugueses, bem como do fronteiro a NE., em que vivia o rei, ambas construções colossais para o lugar, de Afonso I Mbemba-a-Nzinga, restam apenas alguns panos de muro em completa derrocada. Os cômoros formados pelas pedras caídas, cômoros que se assemelham a piton fantástico em digestão laboriosa, atestam a magnitude dessas construções.

Ao centro dos dois recintos eleva-se a capela-mor da catedral, conservando o arco cruzeiro a firmeza dos primeiros dias.

Do lado do NE. as ruínas são menos salientes, mas bem visíveis.

O lugar das antigas igrejas desenha-se no meio dos altos capins; a pedra de todos esses templos erguidos à glória de Deus, serviu há um quarto de século, na época das últimas expedições militares, para fazer um fortim octógono com ângulos reintrantes e capacidade para 260 homens.

Este fortim, situado no extremo SSE. do planalto, domina completamente o vale do Luegi, e é invulnerável por este lado.

Todos os edifícios internos e dependências estão por terra, apesar de modernos. A fortaleza necessita apenas de alguns reparos fáceis.

Assisti durante oito anos à ressurreição de S. Salvador.

Quando em 13 de Fevereiro de 1881 entrava no lugar da antiga cidade com os meus companheiros, tudo quanto nos rodeava era espantoso, indefinível, desanimador.

Uma população que não excedia 600 almas, pobre e abatida, ocupava o lugar onde existiram as cortes de D. Afonso, o Mbemba-a-Nzinga e D. Diogo, o «Magnânimo».

As populações vizinhas, inimigas ou indiferentes, as relações com as antigas províncias, rotas e sem esperança de serem soldadas; o comércio completamente arruinado, e língua portuguesa a tocar as raias do esquecimento; e para cúmulo do infortúnio, aí existia já o elemento europeu a escarnecer de nós e a arrancar as últimas raízes da nossa antiga influência agonizante; era o que se apresentava sinistramente diante de nós.

Este estado de coisas, que nada tinha de brilhante, explica-se fàcilmente.

As expedições de 1859, destronando o Dongo intruso, afugentaram todos os partidários do mesmo, isto é, toda a antiga população de S. Salvador e parte da circunvizinha. O preto admite com facilidade os factos consumados; o Dongo era rei de facto. Apenas a povoação de Banza-a--Mputo, próxima de S. Salvador, e a da Madimba, onde residia o legítimo

herdeiro do Congo, segundo o direito indígena, secundavam os esforços do Catende Elelo, actual rei.

Tomada enfim Banza-Congo, não sem grandes sacrifícios, as povoações do S. vencedoras, voltaram aos seus lares, e as que existiam em S. Salvador deslocaram-se para O., ficando a antiga Banza habitada por poucos indivíduos, que acompanharam o novo rei.

Este núcleo de população foi crescendo até que aí por 1873 ou 1874 uma forte invasão de varíola a reduziu muito, concorrendo para isso poderosamente, como reforço ao flagelo, a feitiçaria e a estupidez.

Foi poucos anos depois desta razia que a nossa missão se estabeleceu em S. Salvador. Dessa época data um sensível aumento de população, e se não posso dizer como Duarte Lopes, que também aí chegou depois de uma razia ainda mais terrível, a invasão dos jagas, que a cidade tem 10 000 almas, posso contudo afirmar que deve atingir a cifra importante de 3500 almas, o que me não parece pouco, atendendo ao tempo e à pequena densidade da população do Congo.

Para este resultado concorrem causas diferentes: apontarei as principais.

A protecção que a nossa missão sempre dispensou aos desgraçados, interpondo perante o Rei a sua influência, o qual não matou nem vendeu um só homem, posteriormente à nossa chegada, não devia concorrer pouco para atrair a S. Salvador indivíduos que sentiam a cabeça pouco segura nas povoações vizinhas. Os medicamentos e carinhos dispensados a todos os doentes, que depois de muita demora se resolviam a fixar definitivamente o seu domicílio em S. Salvador, também deviam ter a sua influência.

Além disso, o trabalho que a missão dava a quantos o procuravam, proporcionando-lhes assim uma escola de trabalho retribuído, também valeu, de certo, para isto, por alguma coisa.

Como não é minha intenção fazer o panegírico da missão, não insistirei mais sobre este ponto.

Por outro lado, o carácter brando e mesmo bondoso do Rei, que não só não castiga, mas nem mesmo obriga os seus subditos a trabalhar, o que é lamentável, porque assim se perdem muitas forças que se podiam transformar em riqueza pública, também foi um facto importante, sem dúvida.

O estabelecimento porém, de feitorias comerciais, teve uma influência indirecta, mas decisiva.

Em 1882, M. Honorato Protech abria por conta de M. Daumas, Béraud & C.ª, de Paris, a primeira feitoria em S. Salvador.

Seja-me permitido dizer aqui, que ainda hoje sinto orgulho em ter, contra a opinião de todos, empenhado os maiores esforços, força de vontade e a pequena influência de que dispunha, removendo todos os obstáculos que pudessem contrariar esta empresa, que sempre se me antolhou decisiva para a prosperidade de S. Salvador.

O exemplo estava dado, devia ser seguido.

A Casa Portuguesa do sr. João Luís da Rosa acede, às instâncias da missão, e em 1883 cria uma casa comercial em S. Salvador, e no ano seguinte faz o mesmo a forte companhia de Roterdão, vulgarmente conhecida na costa por «Casa Holandesa».

Fica assim a capital do Congo com três feitorias, recebendo um comércio regular, e com ele a riqueza e a vida.

Deixando os anos anteriores a 1884, tomemos alguns dados referentes aos últimos quatro anos. A média da permuta é representada por 6000 quilos de marfim e 30 000 quilos de borracha.

Estes produtos na Europa devem ter sido vendidos pouco mais ou menos por 50 000$000 réis. Os costumes ou contribuição paga ao Rei deve valer em mercadorias 360$000 réis.

Para transportar as fazendas, os produtos, e para o serviço das missões católica e protestante, são empregados anualmente uns 4000 a 5000 carregadores, que recebem como pagamento um valor aproximado ao de 9000$000 réis em mercadorias.

É certo que uma boa parte destes valores são levados para longe; não é porém menos certo que em S. Salvador e cercanias fica a parte principal, tornando estes povos relativamente ricos.

É para notar que o movimento comercial seria mais importante se tivesse havido sempre um caminho desimpedido e segurança para as transacções, e sobretudo se houvesse um caminho para bois ou muares, uma estrada carreteira.

Infelizmente o caminho é péssimo, o único meio de conduções é o ombro do preto, e os povos marginais nem sempre deixam passar livremente os carregadores, apesar de receberem um certo pagamnto pela passagem dos rios, etc.

Em S. Salvador, como no Zaire e na costa, o comércio que vem do interior é em geral vendido nas casas comerciais, por intermédio de intérpretes ou *linguésters*, que falam o português.

Fazem dois ajustes, o primeiro com o europeu, e o segundo com o preto do interior; o primeiro fica sempre dependente do segundo, acontecendo muitas vezes que o preto do interior não o sanciona, por encontrar que é fartamente roubado.

O *linguéster* consegue quase sempre que lhe fique uma boa porção do pagamento; algumas vezes quase um terço. É verdade que estes intérpretes fazem também despesas consideráveis, já enviando espingardas raiunas, fazendas e aguardente às regiões produtoras, já sustentando à sua custa os indivíduos que conduzem os géneros, que são sempre em maior número do que os indispensáveis, o que é penoso num país pobre.

Este costume, de um intermediário para todas as transacções, que só é prejudicial aos capatas ou senhores dos produtos, os quais algumas vezes ficam literalmente depenados pela astúcia do *linguéster*, é levado tão longe no Congo, que um qualquer estranho para vender um cabrito ou uma galinha, chama ou se lhe oferece um destes intérpretes, o qual

tem logo o cuidado de prevenir o europeu, em segredo, da conta que deve fixar para ele *comer*; é textual.

O resultado é ser o possuidor defraudado em benefício de um sujeito que vive na ociosidade, com aquilo que de direito a outro pertencia.

Sempre me insurgi contra este modo de roubar o próximo, e para as compras menos importantes o costume vai caindo, já porque uma parte dos vendedores conhece o português, e já porque os europeus conhecem o Congo.

Todas as transacções são feitas por meio de troca; para as importantes e verdadeiramente comerciais, a unidade de valor para troca, é a espingarda de ferro, a espingarda de fazenda e o arame; e para as transacções pequenas e ordinárias é o *coral matadi*, que são uns vidrilhos azuis, como contas de rosário.

Os géneros coloniais que afluem a S. Salvador são o marfim e a borracha, com algum café vindo do Bembe.

Os dois artigos primeiro mencionados, saem da região vizinha do Stanley-Pool e mais ainda da região a E., compreendida entre as bacias do Cuango e Cassai, e às vezes de mais longe. Em geral os muxicongos não vão comerciar a estas regiões; os azombo, raça eminentemente traficante, servem-lhes de intermédio.

O indígena do Congo em geral, ou compra a borracha aos capos nas grandes quitandas (mercados) do Zombo, ou entrega as suas fazendas aos Zombos para que lhas vão permutar ao Pumbo (região da Tacula), à Jaca, e outros sertões situados ao N. e NE.

Os indígenas destas regiões têm pronunciada tendência para o negócio; é talvez esta a sua feição característica. A indústria é quase nula; a agricultura só digna de mulheres. Demais, o preto em geral ama as viagens; portanto, a procura de produtos favorece as suas tendências nómadas, que acusam uma época recente de fixação territorial.

Como acima notei, as casas comerciais tiveram uma grande influência no crescimento da população. As fazendas passadas para as mãos dos pretos, em pouco tempo se transformaram em seres animados, isto é, em homens. Conheci indivíduos que não possuíam um muleque e hoje têm dezenas.

É a mania do preto comprar o seu semelhante; constitui para ele a maior ventura.

Assim como na Europa muitos fazem sacrifícios para acumular um pecúlio que garanta os filhos da miséria, assim o preto faz sacrifícios muito maiores para comprar escravos, não se importando com o que virá depois.

Vai, se é preciso, mutuar por um juro excessivo, porque o preto é usurário, não para comer, não para se vestir, pois com pouco se contenta, mas simplesmente para comprar os indivíduos que do interior vêm a vender.

Em S. Salvador os pretos compram homens, mas não os vendem; e assim em poucos anos foi a população quintuplicada. Este movimento continua, e não sobrevindo alguma causa imprevista, em poucos anos será S. Salvador um grande centro de população no interior.

No Congo, as aglomerações de população são insignificantes, e contudo não se pode dizer que a população seja pequena. Tenho poucos dados para avaliação, penso, porém, que não irá longe da verdade quem afirmar que dará uma média de 6 a 7 indivíduos por quilómetro quadrado.

Esta população está disseminada e dividida em povoações quase microscópicas, facto que a meu ver se explica pela tendência fortíssima que leva o preto a querer parecer grande e importante no meio dos seus, e pela falta de um poder central forte, que desse a este movimento outra orientação.

Todo o indivíduo que se julga com certo poder, e possuidor de alguns escravos e mulheres, vai logo fazer uma povoação, de que se intitula soba e senhor: Nfumu.

Este facto dá-lhe direito a resolver questões, abundante fonte de receita, gosar as doçuras de um imundo serralho e outras garantias que constituem o cúmulo da felicidade ideal do africano.

As povoações principais «Banza», são a colmeia de onde enxameiam as povoações mais pequenas.

A maior povoação que encontrei no interior foi na Macuta. Uma só banza chamada Ntingua, tinha mais de 3000 almas; pois só desta povoação, num período de dez anos, com grande sentimento do soba, que todo se lastimava, tinham saído nada menos que os povoadores de sete aldeias novas, acaudilhados por indivíduos atrevidos, que não quiseram sofrer mais as ordens dos seus antigos sobas.

A tendência geral é para a descentralização, e se em S. Salvador se tem dado o contrário, provém das causas apontadas acima.

II

Quem, partindo de Nóqui, a que o indígena também dá o nome de Bôma, e transpondo os altos montes que formam as barreiras do Zaire, penetrar em uma região fortemente acidentada, se atender na disposição geral das montanhas, fàcilmente conhecerá que se vai elevando gradualmente até que em S. Salvador encontra uma altitude de 562 metros sobre o nível do mar em Banana. Esta altitude, muito grande, se a compararmos com as regiões do N., como Stanley-Pool, deve ter uma influência muito importante sobre a climatologia de S. Salvador e distritos vizinhos.

Nestas regiões do Congo, debaixo do ponto de vista climatérico, o ano pode dividir-se em quatro estações; apenas duas, porém, são bem caracterizadas: a do cacimbo ou seca, e a das chuvas. As outras duas são secundárias, e não é muito raro o faltarem completamente, sobretudo

a da pequena estiagem. Esta coincide geralmente com os últimos dias de dezembro e prolonga-se até fins de Janeiro e às vezes muito além; durante este largo período de secura relativa aparece quase todos os anos uma ou duas chuvadas. Nos anos regulares caem as primeiras chuvas nos fins de Setembro, sempre porém pouco abundantes nos primeiros meses.

Em 1884 principiaram as chuvas a 4 de Outubro e terminaram em 4 de Julho. Em 1885 caíram as primeiras gotas de água em 20 de Setembro e as últimas em 14 de Maio. Em 1886 choveu pela primeira vez em 20 de Setembro e terminou em 21 de Maio. Esta regularidade repete-se todos os anos; é quase constante.

Os meses em que maior quantidade de água cai, são Abril, Março e Maio; nestes três é o primeiro que é de ordinário representado por uma percentagem superior a 400 milímetros.

A quantidade de chuvas varia muito de ano para ano, e quando não atingir 800 milímetros será um ano péssimo para a cultura indígena.

Ns últimos anos no Congo tem havido quase fome. Este estado de coisas data de 1883, época em que as chuvas começaram a escassear. Em 1886 caíram apenas 653,3 milímetros de água.

Basta que a chuva seja pouco abundante, ou mesmo que se desloque um pouco a época da sua chegada, e faltará a *nguba (Arachis hypogæa)*; o indígena sofrerá muito na sua alimentação.

Se nos lembrarmos das grandes dificuldades com que ainda há pouco teve de lutar Stanley para alimentar o pessoal da expedição, em socorro de Emir-pachá, na região das primeiras cataratas, formaremos uma ideia de quanto é terrível a falta de chuvas regulares nas regiões equatoriais.

Como vimos, as chuvas ordinàriamente principiam em Setembro e terminam em Maio. Pigafetta ou Duarte Lopes dizem que são «contínuas nos meses de Abril, Maio, Junho, Julho e Agosto». Nem as chuvas são contínuas, mesmo nos meses em que são mais abundantes, nem chove nos meses indicados, se exceptuarmos os dois primeiros; portanto ou foram exagerados, ou as estações se deslocaram, o que é menos provável.

Em geral as grandes chuvas são acompanhadas de fenómenos eléctricos violentos: as árvores fendidas pelo raio, bem como as desgraças pessoais não são extremamente raras. É para notar que o preto teme menos que o europeu as grandes convulsões da natureza, assiste a estas manifestações de forças colossais e terríveis, sem que um músculo se lhe contraia.

Nos meses das grandes chuvas há noites de uma beleza selvagem inexcedíveis. Então o homem sente-se pequeno e o seu orgulho é obrigado a confessar que só Deus é grande.

O fundo negro de grossas nuvens prenhes de água e electricidade, alumiadas em todas as direcções pelo contínuo fuzilar do relâmpago, acompanhado pelo ribombar medonho do trovão, que abala todos os edifícios, e cujo ronco se prolonga até às entranhas da terra, deixando-nos mudos de admiração, sente-se e não se descreve. Então grossas gotas de

água, desprendendo-se das nuvens com violência extrema, convertem o solo num verdadeiro lago. Foi durante uma destas avalanches de água que em 1883, em menos de uma hora, o pluviómetro do nosso posto meteorológico recolheu 197 milímetros de água!

Nas pequenas chuvas e nos últimos dias das grandes é muito comum principiarem as trovoadas dos quadrantes W. e NW; é sinal evidente de que as trovoadas e chuvas serão insignificantes; as verdadeiras, as importantes, vêm sempre dos quadrantes E., NE. e SE., impelidas por lufadas de vento de grande violência, sempre pouco duradouras.

Na estação seca os ventos são quase constantes, porém muito brandos. Sopram quase constantemente de W. e NW.

Esta estação é principalmente caracterizada pelo cacimbo, que principia no fim de Maio para terminar ao cair das primeiras chuvas, em Setembro. Em S. Salvador o cacimbo é tanto ou mais denso que os nevoeiros das margens dos nossos rios. Muitas vezes à distância de 7 ou 8 metros mal enxergamos os objectos que nos rodeiam. De ordinário principia antes do levantar do sol e só termina das nove às onze horas, para dar lugar a um sol ardente.

A estação seca é também caracterizada pelas altas pressões barométricas. A marcha diurna do barómetro é muito mais constante do que nos meses de chuva e a amplitude das oscilações é muito menor. A máxima pressão diurna coincide pouco mais ou menos com as nove horas da manhã, para ter o seu mínimo às três da tarde.

Fiz poucas observações nocturnas, as que fiz porém permitem-me afirmar com o dr. Chavanne, que há um máximo secundário pela meia noite e um mínimo pelas quatro horas da madrugada.

A média anual da pressão foi em 1886 de 713^{m},09, e em 1887 foi de 713^{m},33; uma diferença insignificante, como se vê. Os outros anos observados afastam-se pouco destas médias. As maiores pressões observadas durante cinco anos foram às nove horas da manhã dos dias 22 de Julho de 1886 e 22 de Agosto do mesmo ano, que atingiram 717^{m},84. A marcha do barómetro no dia 22 de Julho foi a seguinte: às nove horas da manhã, 717^{m},84; às doze, 716^{m},51; às três da tarde, 714^{m},11; às nove da noite, 715^{m},67.

As pressões mínimas foram observadas a 7 de Fevereiro de 1886, dia em que às três horas da tarde o barómetro marcou 707^{m},95. Nesse dia a marcha foi a seguinte: às nove horas da manhã, 711^{m},60; às doze, 710^{m},60; às nove da noite, 711^{m},77.

*

As variações termométricas não são menos consideráveis.

A opinião de que nas regiões tropicais e especialmente naquelas que se aproximam do Equador, a temperatura é quase constante, não só não

se coaduna com as observações feitas, mas está em completa contradição com elas.

Nos meses de Julho e Agosto quem vive em S. Salvador necessita agasalhar-se; se o não fizer tirita de frio e pode esperar a visita de uma pneumonia.

Em 1886 a média das mínimas anuais foi de 18^c,3 e no ano seguinte de 17^c,7. Os meses em que temos as médias mensais mínimas são Julho e Agosto; assim em 1886 temos para Julho 15^c,1, e para Agosto 15^c,2.

Em 1887 em Julho a média das mínimas foi ainda mais baixa que no ano antecedente, pois dá-nos para Julho 13^c,6 e para Agosto 14^c,2.

A média das máximas foi em 1886 de 28^c,7 e em 1887 de 28^c,5, pequeníssima diferença.

Em 1886 foi Fevereiro o mês mais quente de todo o ano, pois nos dá a média de 31^c,5; e em 1887 Março, que nos apresenta 30^c,9.

Em geral as médias máximas coincidem com os meses de Fevereiro, Março e Abril e as mínimas com Junho, Julho e Agosto.

A média absoluta foi em 1886 de 23^c,5 e em 1887 de 23^c,1.

As máximas diárias dão-se das duas horas e meia da tarde às três e meia; e as mínimas das quatro às quatro e meia da madrugada.

As mais altas temperaturas foram observadas em 1886, no dia 24 de Janeiro e 29 de Março, em que o termómetro marcou 34,5. Em 1887 foram os dias 4 de Outubro e 1 de Abril, que nos deram 34,2.

As mais baixas foram observadas em 1887, nos dias 22 de Dezembro e 13 de Julho, em que encontrámos no primeiro 10,2 e no segundo 10,3. É para notar que neste mesmo dia a máxima foi de 30^c; temos portanto entre máxima e mínima uma diferença de 19^c,8.

Parecerá sem dúvida estranho que num mês, como Dezembro, em que o calor já é grande, apareça o dia mais frio de todo o ano. Isto acontece algumas vezes, devido não sei a que causas. Em meses de calor e até de chuva aparecem dias frios que prejudicam altamente a saúde, tanto do europeu como do indígena.

As diferenças psicométricas também são notáveis; a maior foi observada em 1886 às três horas da tarde, de 12^c,4. Há muitos dias em que passa de 10.

A evaporação é mais activa nos meses secos; raramente passa de 10 milímetros e é mais raro ainda descer de 5. Oscila entre estes dois números.

Em 1886 os meses de maior evaporação foram Março e Setembro, que nos dão as respectivas médias de 8^{mm},92 e 7^{mm},94.

Em 1887 foi também em Março c Setembro que foi mais activa, apresentando-nos 6^{mm},42 e 6^{mm},87.

Acontece algumas vezes que toda a evaporação é compensada pelo cacimbo da manhã, não a acusando portanto o udómetro.

Não é muito raro, porque já o presenciei por três vezes, vermos

durante as grandes trovoadas cair granizo em S. Salvador, e uma vez em grande quantidade.

Chamou a minha atenção a diferença de forma da cristalização: em vez da forma redonda ou esferoidal, tinham os grânulos a forma de bagos de uvas bem passadas.

Em muito tempo pus em dúvida a existência da saraiva nas regiões euqatoriais; a experiência e a observação vieram mostrar que não havia fundamento para tais dúvidas, e que realmente existe.

Pelos dados que apresentei sobre as condições climatológicas do Congo, dados que os estudiosos podem consultar miudamente na colecção das observações do observatório meteorológico de Luanda ou do Infante D. Luís, poder-se-á avaliar do clima do Congo.

Já tive ocasião de o dizer num relatório e hoje repito-o: o clima do Congo, principalmente o do interior, nem é tão bom como o pinta o entusiasta Duarte Lopes, nem tão mau como outros o têm apresentado.

Os nossos ilustres exploradores Capelo e Ivens, cuja opinião é de tão subido valor sobre o assunto, afirmam no seu livro *De Angola à Contra-Costa*, que todo o nosso esforço colonizador caíu extenuado perante o clima do Congo.

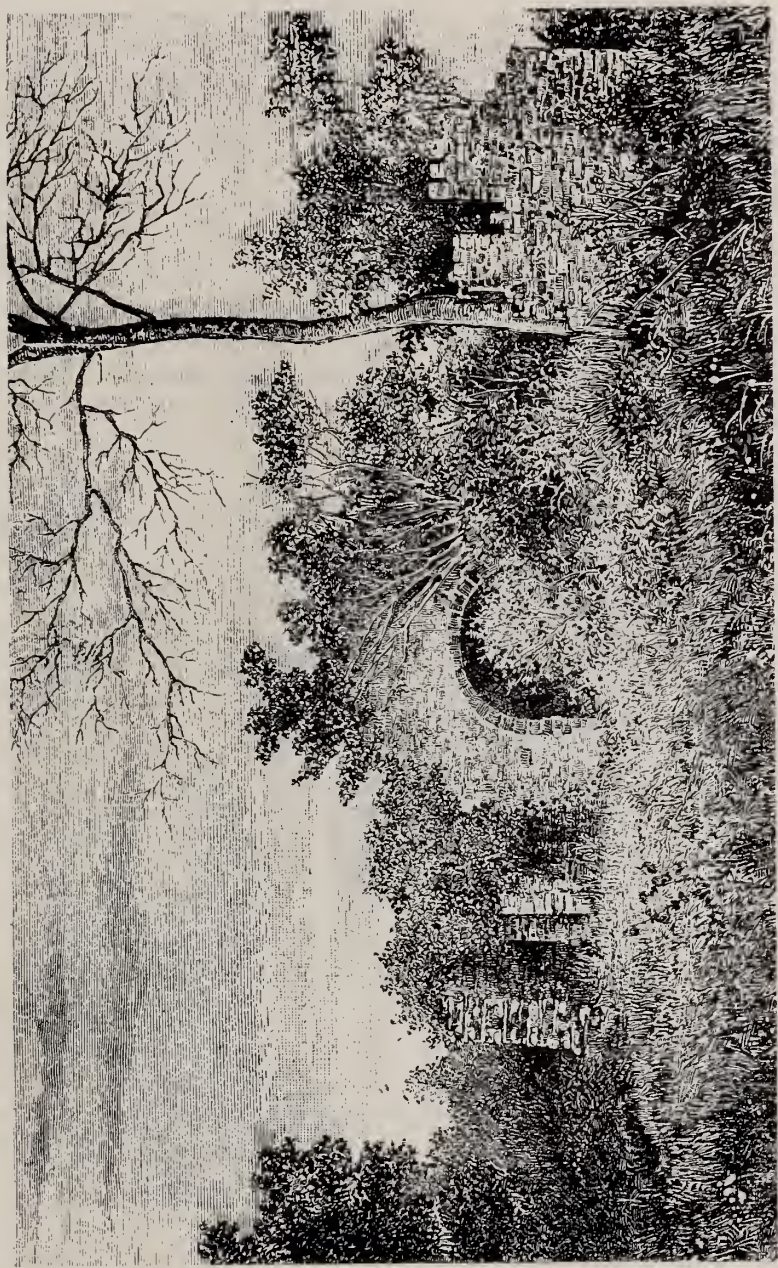
S. Ex.as têm razão. O Congo pertence a uma zona eliminadora, o europeu não pode aí exercer trabalhos penosos. Nunca poderá ser agricultor, expô-lo ao sol ardente e às intempéries seria aniquilá-lo. Poderá, porém, prestar bons serviços, dirigindo os indígenas, e se tiver em consideração os preceitos gerais de higiene tropical, poderá viver aí regularmente.

Colonizar o Congo pela agricultura europeia, é uma utopia, que teria como consequência a perda irremediável de muitas vidas e muito dinheiro.

O nosso esforço deve dirigir-se à civilização do indígena pelas missões, pelas escolas, pelo comércio, enfim, por todos os factores morais e materiais do progresso.

Terei mais adiante de me ocupar de missões, e aí direi o que em minha opinião elas devem ser. Entretanto repetirei como Tisdel: «Um preto com certa instrução e medíocre conhecimento da língua fiote, pode fazer entre os naturais o que o branco nunca fará», e como os srs. Capelo e Ivens: «E esse preto, que nós prepararmos nos lugares salubres será o único colono capaz de adaptar-se naquele ponto, o único capaz de ter predomínio no Congo». Da minha parte acrescentarei: «S. Salvador e alguns pontos a SE. parecem-me convir para preparar esse preto, o único colono possível nesta região».

III

Tendo dado uma ideia muito sucinta do clima do Congo, vem talvez a propósito perguntar aqui: é o Congo um país pastoril, comercial ou agrícola?

ANGOLA — S. Salvador do Congo: Ruínas do convento dos Capuchinhos

(*Missions Catholiques*, 1886, p. 397)

MOÇAMBIQUE — Porto da cidade de Moçambique (1882)

Pode responder-se afoitamente: é mais agrícola que pastoril, e é mais comercial que nenhuma das duas coisas.

Nas imediações de S. Salvador e para o N., faltam completamente os rebanhos; um ou outro animal isolado é tudo o que se encontra.

A E., porém, de S. Salvador, e a uma distância de uns 280 quilómetros, encontrámos bois de pequeno talhe, mas gordos e bons para a alimentação do homem. Toda esta região até às margens do Cuango cria bois; é conhecida pelo nome de Damba, e produz, além destes, borracha em abundância. O seu comércio é realizado quase em absoluto com o Ambriz e feitorias da costa ao N. deste concelho.

O fabrico da borracha é da exclusiva atribuição das mulheres; disto resulta que existe ali sempre a fome; os homens apenas plantam bananeiras, o resto da cultura é quase completamente abandonada. Passados os contrafortes do Quisolo e do Cusso, entra-se na região da Damba, que forma uma planura de areia e argila encarnada, onde as gramíneas não atingem de altura mais de 5 decímetros. O país é pobre em arborização e abundante em lagoas pouco profundas; uma região sem drenagem.

Para compensar estes defeitos, toda a planura é coberta de um pequeno arbusto de caules herbáceos, que produz a melhor borracha do Congo. É ao Damba que se deve recorrer para obter bois no Congo. Se nos encaminharmos, porém, para NE., para a região do Zombo, poderemos percorrer o grande planalto sem encontrarmos um só exemplar da raça bovina, e o mesmo nos acontece ao N. Percorri Macuta, e não vi um destes representantes e os indígenas pela sua parte só os conhecem por ouvirem falar na sua existência.

Em Bôma e no litoral há algumas manadas de bois, originários uns do Damba e outros das regiões ao S. de Luanda.

Em S. Salvador, a nossa missão ensaiou a criação destes prestimosos animais, teve porém de abandoná-la, por não ser possível encontrar entre os indígenas quem se prestasse a guardá-los. Para o preto, o boi toma as proporções de uma terrível fera.

Em 1860, quando de S. Salvador retiravam as nossas forças, deixaram alguns exemplares ao Rei; estes pouco se reproduziram. O clima não é favorável, ainda que no tempo de boas pastagens chegam a engordar. Mais que uma ocasião observei, que estes animais morriam com extrema facilidade, atacados por moléstia que não conheci.

Mais feliz que o boi é o carneiro africano. Este reproduz-se fàcilmente e desenvolve-se em pouco tempo; é de talhe médio, cabeça grossa, privado de pontas, os membros locomotores são delgados e fartos, o que lhes permite fazer grandes viagens.

Conheço apenas uma raça, e creio que não existem dela variedades. No Congo o carneiro só nos presta o benefício da carne, que é superior à do seu similar europeu. Não produz infelizmente lã; o seu corpo é coberto de pêlos curtos e duros.

Seria muito para desejar que se introduzissem ali raças do Cabo da Boa Esperança, onde os velos são estimados em dinheiro espantoso; talvez novas raças aclimatadas na África ali produzissem bem, obtendo-se uma fonte de riqueza para os sertões do N.; valia experimentar.

De resto, o carneiro é raro no Congo e cada um vale 4$500 réis, sem que seja muito grande. Em Macuta e sertões do N. notámos que a criação do carneiro aumenta, não constituindo contudo aglomerações que mereçam nome de verdadeiros rebanhos.

A povoação que possuir trinta cabeças, já se julga suficientemente rica para não procurar aumentar este número. Quase sempre os carneiros constituem o domínio mobiliário do chefe da povoação.

Nas margens do rio Cuílo encontrei carneiros de uma beleza excepcional. O indígena do Congo, em oposição a quase todos os povos primitivos, despreza completamente o leite, seja ele de que animal for.

A cabra é mais comum que o carneiro, ainda que não abunda; é pequena, tem as pernas delgadas, cabelos curtos e densos. De ordinário produz seis filhos num ano. Um cabrito regular pode valer 1$800 a 2$000 réis. O indígena, que em delicadeza de paladar não é exigente, dá o mesmo valor à carne do cabrito e à do carneiro.

A cabra poderia reproduzir-se com facilidade, se não fosse atacada de um grande número de moléstias que a dizimam.

A criação de porcos é mais desenvolvida que qualquer das precedentes, sendo ainda assim deficiente; a carne deste animal é a que o preto mais estima e portanto melhor paga, ainda que a qualidade em geral é muito má. São muito raros os grandes e gordos. Em geral recebem como ração alguma raiz de mandioca e alguma massaroca de milho, raramente. O animal procura as ervas tenras e o coconote, quando a fortuna lhe deparou perto da habitação algum bosque de palmeiras.

Em geral têm um aspecto faminto e fornecem uma carne muito inferior, que seria rejeitada num posto de inspecção, se existisse. Estes animais têm a sua hecatombe na ocasião dos grandes enterros, onde a sua carne é obrigada, como entre nós o perú pelo Natal.

Um indígena que possua dez destes animais é com certeza um homem de fortuna, conhecido em 20 léguas de circunferência.

O preto nunca mata animais novos para aliviar as mães; cria tudo, e como não cuida de os alimentar, as raças degeneram ràpidamente, tornando-se raquíticas e enfezadas em poucos anos.

O porco de raça consegue distinguir-se imediatamente do seu similar de raça europeia, pelas orelhas caídas e principalmente pelo seu nariz afilado, que vai terminar quase em ponta.

Só os quatro quadrúpedes domésticos mencionados fornecem alimentação ao indígena.

O gato, animal estimado e que o preto também come, nunca é criado para este fim. A pele deste felino, bem como a do macaco e a de muitos outros animais selvagens, é tida pelos pretos em grande conta, por servir

de distintivo aos chefes, e todos os que podem se enfeitam com elas nos dias de grandes batuques. É ornato exclusivamente reservado aos homens.

O cão, animal que o preto estima tanto como o europeu, difere muito do nosso.

Creio que é o *canis lupus* e parece-se muito com os descritos entre os *niam-niam*.

É pequeno, tem o focinho extraordinàriamente aguçado, os membros delgados, as orelhas curtas e sempre direitas, o ventre proeminente, a cauda curta e sempre em forma de anzol.

Ainda não encontrei um único que ladrasse, apenas soltam uivos sinistros. Apesar da afeição que lhe consagra, o indígena martiriza-o pela fome. A sua alimentação consiste em roer algum osso que resistiu aos fortíssimos malares do amo, em *kuanga, infundi* e feijão, em doses homoepáticas.

Presta apenas dois serviços, bater os capins para levantar algum raro antílope e encarregar-se da limpeza das crianças da povoação. É muito curioso ver pela manhã uma mãe colocar no largo, que forma a testada de sua casa, uma criança, e tirar da garganta quatro ou cinco guinchos agudos; este sinal é invariável; imediatamente toda a canzoada da povoação cerca a criança, limpando-a com mais cautela que algumas amas.

Parece que o cão africano não contrai a raiva; pelo menos nunca me constou ali a existência de tal flagelo. Nas regiões que visitei, a carne do cão é rejeitada; ninguém a come.

Afirmam-me contudo que ao N., não distante do Stanley-Pool, engordam o cão para o comerem. Parece-me verdadeira esta afirmação, pois haverá uns quatro anos o Rei do Congo recebeu daqueles lugares um bonito cachorro, muito gordo; era presente de um soba que o enviava com a indicação de que era para comer, o que o Rei não fez. Todos os congoleses têm horror à sua carne. Eu tinha, porém, um *libolo* na missão que a comia todas as vezes que o podia fazer, em segredo.

As aves domésticas são em pequena quantidade. A mais comum é a galinha; em geral é pequena e magra; são raras as grandes. A sua alimentação é pouco cuidada.

É criação exclusiva da mulher e é também o animal que ela mais estima; constitui a parte mais importante dos seus haveres mobiliários, os únicos que o preto verdadeiramente possui.

Todas as vezes que um indivíduo está doente fica proibido, pelo seu médico, de alimentar-se com carne deste animal. Em regra, em questões de alimentação o preto tem o paladar pervertido; atende muito à quantidade e muito pouco à qualidade. Assim, estima em pouco os ovos; nos lugares em que não existem europeus são quase dados. Faz-lhes ainda perder o valor a superstição de que o uso deles os inibe da glória de serem pais; isto basta para serem lançados à execreção por todos os que estão possuídos desta mania. Hoje, em S. Salvador uma galinha não se

compra por menos de 500 a 600 réis. Esta ave entra em todas as cenas de feitiçaria; é sobre ela que são descarregados todos os malefícios; talvez venha daí o ser proibida durante as doenças.

Além da galinha, que em maior ou menor quantidade se encontra por toda a parte na África, os indígenas ribeirinhos criam também os patos. O único que encontrei no Congo, já domesticado, já selvagem, creio ser o *anas machata*, de Lineu. No estado selvagem vive nos rios e lagoas; é porém bastante raro.

As pombas, que também procriam admiràvelmente, são ainda mais raras. São de talhe inferior às nossas; os seus hábitos, porém, são os mesmos.

Esta pequena resenha dos animais domésticos, sabendo nós que a caça e a pesca são quase nulas, exceptuando a segunda, nas praias, onde também é feita por processos primitivos, e portanto insignificante, habilita-nos a afirmar, em primeiro lugar, que o Congo de nenhum modo é um país pastoril, e em segundo, que a alimentação indígena é composta quase exclusivamente de vegetais, facto que talvez tenha influído sobre o carácter brando destas populações.

É muito possível que este clima não favoreça o desenvolvimento da pastorícia. Além desse impedimento, há outro, a meu ver, ainda mais forte e mais importante.

O defeito capital que caracteriza estas populações é o baixo sentimento da inveja. Este facto tem uma importância muito decisiva no aumento da riqueza e no progresso moral daquelas sociedades.

Tenho encontrado pretos com desejo de criarem pequenos rebanhos e saírem assim do modo de ser social que os cerca. Estas tendências para progredirem são-lhes por via de regra fatais.

Todos os seus vizinhos o olham com maus olhos; se lhe não podem roubar o que ele possui, estropiam-lho, e em pouco [tempo] o feiticeiro mostra-lhe pràticamente que nas sociedades primitivas e supersticiosas se paga caro o querer sobressair.

Daqui resulta que os mais activos e empreendedores desanimam, não tendo segurança, nem para si nem para os seus haveres.

É neste facto e noutros análogos que devemos procurar a causa da tão decantada, ampliada e mesmo caluniada indolência do negro.

Se, como me parece ficar demonstrado, o Congo não é um país de pastorício, será ao menos uma região agrícola?

Em um trabalho muito modesto que alcançou as honras de ser publicado no *Boletim* da Sociedade de Geografia de Lisboa (14), descrevia resumidamente as espécies principais cultivadas no Congo; hoje, para

(14) *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 6.ª Série, n.º 8, 1886, aqui também reproduzido.

não voltar sobre os mesmos passos, direi poucas palavras sobre o tempo e sistema de cultura.

Um ano do Congo, *nvu*, é o espaço do tempo decorrido de uma estação seca à seguinte, e divide-se em períodos secundários, que de algum modo correspondem às nossas estações. A lua serve-lhes para contarem os meses; de lua nova a lua nova fazem um mês a que dão o nome de lua *ngonde*, palavra que tanto significa uma duração como a mesma lua. Os indígenas conhecem perfeitamente os períodos secundários do seu ano.

Para principiarmos com o nosso temos *massanza*, que corresponde a Janeiro e Fevereiro. Este nome vem de estarem então as ervas a meia altura. É tempo de sementeira de feijão, milho grosso e plantação de bananeiras. Segue-se-lhe imediatamente *kundi*, correspondente aos meses de Março e Abril. São destruídas as ervas que infestam as plantações, e empilhadas para apodrecerem.

Vem logo depois o *kuintombo*, correspondendo a Maio e Junho. É o tempo de propagar a couve por meio de estacas (a couve do Congo não produz semente).

Terminado este período, que é dos mais sossegados na agricultura indígena, temos *seivu*, que corresponde a Julho e Agosto. São sementadas as margens dos rios e há grande faina no corte das gramíneas, que devem abrigar, formando os tectos das palhotas, a família indígena, da intempérie.

Principia a colheita da uguba; são metidos à terra os troncos da cana sacarina.

Em seguida temos *piaza*, Setembro e Outubro. Queimam-se os capins. Caem as primeiras chuvas. Semeiam-se as inúmeras variedades de corcubitácias, metem-se na terra os troncos que devem produzir a mandioca, preparam-se terrenos para as suas sementeiras; é tempo de grande actividade para as mulheres e de caça para os homens.

Temos ainda como correspondentes aos últimos dois meses do nosso ano, *nkiala*. É bom período de sementeiras, como lentilhas, feijão, nguba, etc. Deve notar-se que esta correspondência aos nossos meses não é perfeita, porque estes períodos não guardam entre si a uniformidade de sessenta dias; há-os maiores e menores.

A grande cultura desta região é sem contestação alguma a da mandioca. Abençoado seja o nome do que primeiro ali introduziu esta preciosa euforbiácea: é a encarnação da providência para estas míseras populações.

Será difícil encontrar terrenos onde ela mais produza do que no Congo.

Os cultivadores procuram ordinàriamente as encostas onde predomina a mica com os óxidos de ferro, que dão ao terreno uma coloração amarelada, quando descarnado. Nestes lugares é mais lenta, tanto a frutificação das volvas, como o desenvolvimento da planta; a qualidade é porém melhor, a fécula mais branca e mais doce.

No fim do dois anos extraem-se esplêndidas raízes; tenho-as encontrado com 8 quilos e mais de peso.

Nos terrenos de aluvião, que não abundam, onde predomina o humo, a frutificação é mais rápida, dezóito, vinte meses, e as raízes são extraordinàriamente desenvolvidas, mas a qualidade é inferior.

A cultura á fácil e pouco trabalhosa. Na estação seca as mulheres cortam as gramíneas, procurando extrair as raízes das moitas; ervas e raízes são empilhadas, e tudo coberto com uma leve camada de terra, dando à pilha a maior amplitude possível.

Ao cair das primeiras chuvas são queimadas estas pilhas. Conhecem os pretos perfeitamente a utilidade das cinzas e terra queimada. Procuram troncos medíocres de mandioca, que são expostos ao sol por alguns dias. Em seguida, pedaços de um palmo de comprimento são soterrados com o auxílio da enxada indígena. Passados trinta dias aparecem à superfície os primeiros rebentos. Para economizar o trabalho de arroteação, sempre difícil por entre a mandioca, é semeada a espécie de feijão conhecida no Congo com o apelido de *cassa a ndamba*, o qual é uma variedade do *Dolychos mochalis*; adicionando algumas sementes de *uando*, esplêndida leguminosa arborescente, que dá o fruto em Junho do ano seguinte e que se aproxima da nossa lentilha. Agora o trabalho com esta plantação é apenas de extirpar as ervas que se desenvolvem com prodigiosa facilidade, enquanto não ensombradas pelas folhas da mandioca.

Há dois sistemas de colheita: consiste o primeiro em extrair as raízes feitas e deixar as pequenas; a plantação assim, fornece mandioca durante seis ou sete anos; o segundo, mais seguido, consiste em deixar desenvolver bem todas as raízes e em seguida arrancar tudo e mudar de terra. É preciso recorrer a este modo todas as vezes que a plantação se tornou nula. As raízes, ficando tempo demasiado na terra, tornam-se lenhosas e impróprias para a alimentação.

Esta preciosa planta, além de fornecer à alimentação indígena toda a fécula e glúten, ainda abastece de boa hortaliça a cozinha, com as folhas e talos tenros, e lenha para o fogo.

Nem todas as regiões do Congo são por igual aptas para esta produção. Em Macuta e no Zombo esta cultura é mais difícil e trabalhosa, e raquíticas a planta e as volvas.

O preto do Congo, mais atrazado que o seu irmão de Angola, desconhece completamente os processos para obter a farinha torrada; emprega-a sempre solta, já para fazer o infundi, já para a kuanga. A raiz crua é má para a alimentação e pouco procurada; apenas crianças e algum faminto a comem neste estado. Cozida ou assada não é má, e tive muitas vezes de a comer desta maneira.

A mandioca é a base da alimentação indígena; o que nós consumimos em pão, batata e arroz, consome-o o preto em farinha de mandioca.

A população do Congo prefere sempre esta farinha à de milho, e só usará desta última quando lhe faltar a primeira. Daqui provém que

todo o milho grosso, quc produz exuberantemente, é consumido em verde, guardando em massaroca apenas a semente e o que destinam ao europeu para alimentação de aves.

Se a mandioca possui no Congo todos os elementos feculentos e amiácios da alimentação, uma outra planta não menos preciosa, porém mais delicada, fornece elementos gordos.

Refiro-me à *Arachis hypogœa*, essa leguminosa que tantos serviços presta às populações africanas.

Para que esta cultura seja abundante e próspera, duas coisas são precisas: um terreno bem cuidado e abundância de chuvas.

As sementes são lançadas à terra grão a grão, nos meses de Setembro a Dezembro, para serem colhidos os frutos em Julho e Agosto.

Se as chuvas forem abundantes, as vagens que se encontram no solo a uma pequena profundidade, contêm grossas sementes, esperança e alegria dos indígenas. Nada mais belo do que uma boa plantação da uguba em florescência; as flores amarelas, tendo por fundo o verde-escuro da planta, são de um efeito surpreendente, que tem muita semelhança com o dos nossos campos de trevo.

Uma única sementeira fornece sempre duas colheitas, a primeira nunca é tão bem feita que não fiquem algumas sementes, que germinam às primeiras chuvas e frutificam em Abril ou Maio; esta é pouco importante.

As grandes culturas de uguba e mandioca poderiam dar esperanças a empresas europeias, quando os sertões do Congo fossem cortados por um caminho de ferro ou mesmo por uma estrada regular. No estado actual seriam impossíveis.

A cultura que se poderia ensaiar com algumas esperanças seria a do café e cacau, o tabaco que é bom, e a cana sacarina para consumo interno, sendo, como é, impossível a exportação. Sem estradas não há cultura possível no Congo, a não ser a restrictamente precisa para o consumo local. Esta região é actualmente e sê-lo-á ainda por muitos anos, um país de exploração comercial e não agrícola, não obstante a fertilidade do solo. Seria, porém, muito para desejar que o europeu aí criasse algumas culturas, que seriam como granjas, onde o preto aprenderia não só a dedicação e os hábitos de trabalho, mas até os precisos para aperfeiçoar o que actualmente cultiva.

As duas culturas que mencionei são as importantes, todas as outras são muito restrictas. A cultura indígena está na infância; os únicos instrumentos de que se serve são o machete, para cortar ervas e troncos, e a enxada circular de ferro batido, de origem africana, mas hoje espalhada largamente pelo comércio europeu. Com instrumentos assim rudimentares só me admira que cultivem tanto e com uma perfeição relativa.

No Congo é a preta que geme debaixo de todo o trabalho de cultura, cozinha, amamentação dos filhos e todos os trabalhos caseiros. Nenhuma é exceptuada; as mulheres do primeiro potentado africano trabalham

tanto como as do último escravo. Um abismo de diferença existe entre a mulher nas sociedades civilizadas e nas selvagens. Ali a mulher custou dinheiro; é urgente que indemnize largamente desse capital o seu senhor.

Este excesso de trabalho e a carência quase absoluta de afectos da parte do marido, explica, a meu ver, a razão por que a mulher depois de um desenvolvimento bastante precoce até aos quinze anos, está velha aos trinta, e, se consegue ver os quarenta e passá-los, apresenta à nossa vista admirada todos os caracteres de uma múmia ambulante, ao passo que o preto conserva uma certa presença juvenil até idades bem avançadas.

Tem-se dito e repetido com exagero, que as populações africanas são a expressão mais completa da preguiça e da indolência, e à força de repetir-se, tem esta opinião adquirido os foros de um axioma. Pelo que diz respeito ao homem compreende-se e pode conceder-se; observando, contudo, que as raças adiantadas, se vivessem no mesmo meio e nas mesmas condições, não trabalhariam mais que as africanas incultas.

Enquanto à mulher, é redondamente falso e injusto. A mulher do Congo é em toda a justeza da frase uma mártir do trabalho assíduo, constante e penoso. Não se imagine, porém, que ela trabalha porque teme as violências do marido; não, no Congo ela é tratada com brandura relativa, o marido exige de comer, mas não a manda trabalhar nem a obriga. É ela que por inclinação, por costume, por tradição, está sempre na brecha. Deseja também possuir; faz pois tudo o que pode para juntar um pecúlio com que compre uma moleca que a ajude.

Na capital do antigo Congo os prejuízos contra o trabalho vão caindo lentamente; os homens de origem livre, nas ocasiões de maior faina, já ajudam as pretas a desbravar o terreno, enquanto que os moleques conduzem as cargas para as feitorias europeias.

Esta área de actividade relativa é restricta, e forçoso é confessar que fora dela o preto vive contente numa sociedade desmoralizadora, ocupando-se apenas em tratar questões que pululam por toda a parte.

Pelo que dito fica, compreende-se bem que o Congo é mais agrícola do que pastoril, não sendo no rigor dos termos, nem uma nem outra coisa.

O que, porém, me parece certo é que esta região reune em si todas as condições requeridas para vir a ser um país produtor, por meio da agricultura, e que se hoje a não tem, deverá vir a tê-la quando o preto, o único colono possível, compreender todas as vantagens que do solo lhe podem advir.

Um país profundamente acidentado, sulcado em todas as direcções por numerosos cursos de límpida água, com uma drenagem fácil, dotado de um solo magnífico, apto para todas as culturas tropicais, e parte das europeias, tem de certo reservado um bom futuro e vale alguns sacrifícios. O que urge é preparar o indígena para essa grande obra; e essa preparação há-de ser fatalmente lenta, mas eficaz.

A mulher do Congo vende ou permuta todas as sobras dos produtos dos seus campos, à sua vontade, sem que o marido tenha aí qualquer

interferência. Trabalha no dia em que quer, e descansa, quando lhe apraz, sem que o marido tenha o direito de intervenção .Existe no Congo uma superstição, que de certo foi inventada pela imaginação mais viva da mulher, com o malicioso fim de aliviar-se um pouco do duro trabalho que a oprime.

A mulher, que durante o período da gravidez, sonhou ou fingiu sonhar qualquer coisa, logo que dá à luz, designa o filho ou filha com o nome de *Lombo*, o qual, por esse facto, fica com o direito a receber logo um boné e um pano para se embrulhar. A cor das fazendas, de que são fabricados estes objectos, devem estar em harmonia com as cores que em sonhos se representaram à mãe. O que, porém, é mais interessante é que a mãe sempre sonha que no dia de *Sana* (um dos dias da semana indígena) não pode ir à plantação, porque infelizmente lhe aconteceria alguma desgraça.

Algumas que tinham tendências para trabalhar, em vez de um só dia, sonhavam dois, sendo o segundo sempre *nkengue*. Todos respeitam estes e outros sonhos menos inocentes, e muitos actos da vida prática são determinados por eles, prestando o indígena a essas fantasmagorias da imaginação os foros de verdades demonstradas.

Há uns nove anos todos respeitavam um dos dias da sua semana, que se compõe de quatro; hoje guardam, pelo menos, em S. Salvador, o domingo, trabalhando nos restantes.

IV

Nas sociedades adiantadas, o desenvolvimento e prosperidade das indústrias é sempre a resultante de forças harmónicas e de factos antecedentes, que a determinaram, como o comércio e agricultura. Nas sociedades grosseiras o pouco que se faz significa apenas o esforço de uma inteligência rude, lutando contra forças naturais irresistíveis, que tentam aniquilá-la.

No Congo a indústria é quase nula; ainda assim o que nos apresenta mostra claramente ao observador que a raça preta se aperfeiçoou, se não com a rapidez das raças árias, ao menos de um modo que nos atesta a sua perfectibilidade, e nos consola em relação ao seu futuro. O ferro é explorado no Congo há centenares de anos. Parece que estas populações não conheceram uma idade da pedra, pelo menos até hoje nada se descobriu, que eu saiba, que tal prove.

O ferro é abundante em todo o Congo; encontrei-o em grandes aflorações à superfície, no Zombo, onde abundam os ferreiros.

Nas grandes feiras daquela região vende-se um bloco de muitos quilos de peso, por baixo preço.

Em seguida o artista leva-o ao fogo a fim de o desagregar das partículas terrosas e estranhas, obtendo por este processo grande número

de pequenos grânulos de ferro, que coloca sobre uma lâmina do mesmo metal, activando o calórico por meio de uma engenhosa ventoínha. Logo que obteve a temperatura conveniente coloca-o todo sobre uma pedra e bate-o para lhe dar a primeira forma.

A bigorna de ferro, que se asemelha à mão de um gral, uma tosca tenaz segura o minério incandescente. Para se obter um assoprador, ou instrumento para activar a combustão, corta-se um tronco de pau pouco rijo, com o comprimento de 1 metro. A parte posterior conserva o diâmetro, a dianteira é adelgaçada; dois furos paralelos com o diâmetro de 500 réis são praticados em todo o comprimento, sem que se comuniquem.

Na parte posterior do tronco abrem-se duas largas cavidades, que comunicam respectivamente com os dois furos longitudinais. Duas peles de raposa ou chacal são adaptadas às largas cavidades e terminam em forma de barrete frígio, fazendo pequenos sacos. Uma peça de argila cozida, é colocada em frente dos dois orifícios que expelem o vento, já para o reunirem, já para obstar a que a peça de madeira se queime nos carvões incandescentes. Um moleque, sentado e cantando ordinàriamente, pega com as duas mãos nos sacos de pele, e imprimindo-lhes um movimento vertical alternado, obtém que o fogo seja constantemente excitado ora com um, ora com outro orifício

É espantoso como levam ao rubro uma lâmina de ferro em poucos minutos. Os ferreiros do Congo desconhecem os processos para a preparação do aço, bem como para dar a têmpera. Os instrumentos são cortantes ùnicamente por serem muito adelgaçados de um lado e constantemente afiados em pedras que gastam o ferro. Há ainda poucos anos que os ferreiros indígenas fabricavam todas as enxadas, *ensengo,* e não tinham por assim dizer mãos a medir. Cada uma regulava em preço de 450 a 500 réis. Hoje o comércio europeu introduz tal número destes instrumentos por um preço inferior a metade, que pode dizer-se que este ramo de indústria está morto pela concorrência.

Fabricam contudo pequenos machados, setas para a caça das ratas, facas grandes, lâminas para instrumentos músicos, e sobretudo argolas de cobre para enfeite das pernas e dos braços da preta. A amálgama de latão e cobre, que o comércio introduz debaixo do nome de arames, é fundida com facilidade em cadinhos de argila, amassada com fibra de bananeira; daqui passa a fôrmas apropriadas e temos pulseiras da grandeza descrita. Algumas aparecem com um peso superior a 2 quilogramas, e algumas vezes uma mulher tem quatro e cinco em cada perna, o que forma um contrapeso de 16 a 20 quilogramas de metal; grilhetas voluntárias. Este costume, suprema distinção de elegância e opulência, só o têm as mulheres ricas, e custa algumas vezes a vida, mas não corrige. Na ocasião das grandes águas, estas enormes argolas impedem a natação e as desgraçadas são impelidas ao fundo das correntes sem remédio.

Da região ao N. de S. Salvador, como Lundi e terra dos *avumbs*, saiem umas pequenas barras de cobre mal fundido, com 5 centímetros de comprimento, por 1 de espessura. Afirmaram-me que eram moeda corrente daqueles povos. Deve haver aí muitos ferreiros, porque exportam todas as zagaias e facas de fantasia, que vendem por um preço muito elevado, para servirem de objectos de luxo das pretas do baixo Congo.

A matéria-prima nos lugares próximos da costa é fornecida pelos arcos de embalagem de fardos, canos de espingardas arruinadas, fechaduras inúteis e toda a qualidade de ferros velhos; no interior é o ferro nativo preparado pelos processos já descritos.

Tanto no Zombo como no Bamba fabricam os indígenas umas figuras de metal, que se espalham por todo o sertão, e são muito raras. Estas figuras arremedam um crucifixo; é com certeza uma manifestação da tradição cristã. É no Bamba especialmente que aparecem os artistas desta especialidade.

Hoje podem fundir as barras metálicas; nos tempos, porém, anteriores à introdução desta matéria pelo comércio, deviam servir-se do cobre extraído das minas do Bembe e de outras que se dizem existir próximo ao Ambrizete (região do Bamba).

Quase todos os portugueses que escreveram acerca do reino do Congo nos falam das célebres minas de cobre de Bamba. Pela posição que lhes designam, nas proximidades do rio M'Bridche, estas minas são as modernas do Bembe.

Uns porém dizem-nos, como Baltasar Rebelo de Aragão, que essas minas distam 5 léguas do mesmo rio; o que concorda plenamente com a posição daquelas que principiaram a ser exploradas em 1856.

Outros, como Manuel Vogado Sotomaior, afirmam-nos, textualmente, que estavam junto ao rio Ambriz. E ainda outros, como Banha Cardoso, depois de nos darem a topografia completa do lugar, citam-nos até as pessoas que as visitaram, dizem-nos que lhes passa um rio por perto, o qual se chama Ambriz.

Sou de opinião que todos têm razão e todos disseram a verdade.

O primeiro referia-se às actuais e os segundos referiam-se a outras minas, que os indígenas me afirmam existirem à margem do Albidai junto à povoação de Quinganga, que foi uma antiga estação missionária. Ali encontrei em 1883 um sino, imagens, cruzes, cálices, navetas, turíbulos, etc. (15).

Se juntarmos a isto a notícia de que [o há] próximo do Ambrizete, na região do Bamba, que confina com o Bembe, ficamos certos de que toda a região é abundante em jazigos de cobre de primeira qualidade.

Atendendo à riqueza metalúrgica da região, fàcilmente se concebe que os ferreiros desempenham um papel muito importante na indústria

---

(15) Relatório de 20 de Janeiro de 1884, aqui publicado.

indígena, e pode afirmar-se que se estes filhos de Vulcano não fabricam, como na mitologia grega, raios que fulminam atrevidos titãs, produzem ao menos úteis instrumentos para cultivar a terra.

•

Se o ferreiro desempenha um papel de certa importância na vida indígena, o carpinteiro também aí tem o seu lugar. O seu instrumento é um machado em forma de cunha e uma comprida faca.

No Congo não são de ordinário os carpinteiros que fabricam as casas indígenas; todos sabem fazê-las. Estas construções, apesar de pouco sólidas, são incomparàvelmente superiores às que habitam as populações ao norte do Zaire.

As cubatas são invariàvelmente rectangulares; têm tecto de 8 metros de comprimento, por 3 de largura. Do solo ao cume pouco excederão 3 metros de altura.

Os lados são feitos de paus espetados na terra; o preto tem o cuidado de carbonizar a parte que mergulha no solo, para resistirem eficazmente à humidade. Estes paus ou estacas são ligados fortemente entre si por meio de canas horizontais, atadas com a parte fibrosa do papiro. Três forquilhas em renque suportam o tecto.

Este é formado com as pecíolas da *Clais guinœensis*, ou com as hastes da *Raphia vinífera*.

Camadas sobrepostas de colmo e ligadas por meio de canas e fibras, formando zonas paralelas de 6 ou 7 centímetros de largura, abrigam os pretos contra a intempérie e violências do clima.

A choupana é invariàvelmente dividida em dois compartimentos.

O maior serve de cozinha, de sala de visitas, de jantar, etc. O mais pequeno serve de quarto de dormir, guardar provisões e fazendas, é celeiro, e casa forte. É o *gudi a neo*, a casa mãe, onde nenhum estranho deve penetrar. No primeiro compartimento pode entrar todo o mundo, mesmo que o dono não esteja em casa; não acontece o mesmo no segundo. Comunicam por meio de uma porta muito estreita, que só com dificuldade será transposta por uma pessoa medianamente corpulenta.

De ordinário as cubatas não têm janelas; a única abertura de entrada é tão baixa e estreita que mal se pode entrar por ela, e quando a espinha dorsal, tomando uma posição ridícula, que se assemelha à de um nadador que vai mergulhar.

As portas são feitas de papiro seco e ligado; algumas, porém, são de madeira, único sinal que representa o trabalho do carpinteiro e a riqueza do possuidor.

Uma cubata bem feita, como o são de ordinário as do interior do Congo, é muito mais higiénica e confortável do que parece à primeira vista.

Os interstícios das palhas renovam constantemente o ar e impedem as correntes prejudiciais.

As testadas são tecidas com grande cuidado e apresentam desenhos curiosos e pitorescos, onde predomina a linha recta. Onde, porém, o carpinteiro congo apresenta toda a sua perícia artística, é em fazer tambores para os batuques.

Abstraindo do trabalho de perfurar um grosso tronco com instrumentos muito rudimentares, a parte externa, coberta de altos e baixos relevos, muitas vezes de um desenho correcto e de bom gosto, mostra-nos que o preto tem algum talento e ideal artístico. Pode observar-se o mesmo bom gosto nas grandes colheres de pau e nas bocetas para guardar tabaco em pó finíssimo, que tem largo consumo.

Todos os rudimentares instrumentos músicos que o preto conhece, se fizermos excepção das cornetas, que são pequenas pontas de marfim furadas no centro, e com uma pequena abertura do lado mais fino, onde o tocador cola os lábios para produzir o som, são obra do carpinteiro.

Os ídolos antropomorfos, as figuras de escultura indígena, que abundam no Zombo e ao norte do Zaire, apesar de imperfeitas, mostram-nos que o preto principia a compreender o desenho das formas humanas, e o copia em traços, mais ou menos grosseiramente.

Em raras camas de pau, como catre, esculpem figuras fantásticas de animais sibilinos e cabalísticos, que só têm existência subjectiva.

O indígena do Congo tem tendência para a carpintaria, como o seu irmão cabinda, e em poucos anos existirão destes artistas, o que é uma felicidade para a substituição do europeu.

Todos os nossos cronistas que se ocuparam de coisas de África nos falam da conhecida *mabela,* que fornecia não só o vestido dos indígenas, mais ainda era um artigo de exportação estimado.

A abundância de algodões de todas as cores e qualidades, e o seu preço relativamente baixo, arruinou quase completamente este ramo de fabricação africana.

Em Macuta e no Zombo vi tecer a mabela fina com as verbenas das folhas da *Raphia vinifera.* Só uma paciência de preto podia fabricar este tecido; o pano grande é formado por muitos pequenos, que têm a forma de guardanapos. Os indígenas do baixo Congo já hoje não sabem tecer estes panos que, de primeira qualidade, têm a finura e consistência da seda forte.

Em geral hoje encontra-se a mabela grossa, que é muito leve e tem um preço razoável para, depois de desfiada, encher almofadas e colchões.

Hoje o preto do Congo veste-se quase exclusivamente de algodão de mil cores e qualidades, e apenas nas ocasiões de batuque prefere a mabela, adicionando-lhe pela parte anterior uma pele de gato, macaco, raposa, lontra, chacal ou outro animal de pelo fino.

Vem-nos naturalmente ao espírito a ideia de que o preto assim vestido, comemora, inconscientemente, nas suas festas os grandes períodos sociais

por que tem passado. Abandonada a nudez completa devia vestir-se de peles, que a abundância de animais nessa época lhe devia fornecer sem dificuldade.

Deu mais um passo e descobriu as propriedades têxteis da palmeira e outras árvores e ervas, e teceu o pano de mabela.

No século XVI, enfim, os portugueses levaram-lhe os tecidos europeus, que adoptaram de boa mente, conservando-lhes contudo as formas tradicionais.

Merece uma menção especial a confecção de *bangos* ou *balaios*, já pelo bem acabado destes objectos, já pela aplicação enormemente grande a que são destinados. É objecto caseiro que serve para tudo, desde a condução dos legumes e frutas, até à escudela para comer o infundi. O dote oferecido às filhas por ocasião do seu casamento consiste nestas alcofas. A sua fabricação pertence exclusivamente às mulheres, que primam em apresentá-los o mais luxuosos possível.

Uma gramínea fina e resistente é escolhida com o maior cuidado; depois de bem limpa é atada em pequenas paveias, que vão formar as zonas circulares e paralelas do artefacto. São tão unidas estas zonas entre si e cosidas com tanta perícia, que servem as grandes, que podem ter capacidade superior a 45 litros, para o fabrico do *banvo,* espécie de cerveja indígena, de péssimo aspecto, que se assimilha a uma lavadura para porcos, porém de gosto razoável, higiénica e muito nutritiva, por causa da farinha que tem em suspensão.

As formas e grandezas destes balaios variam infinitamente.

De uma outra graminea rasteira e forte fabricam os congas pequenas bocetas, pelo mesmo processo, para conterem o tabaco em pó ou simonte.

São bem conhecidas de todos os que têm ido à Africa ocidental as esteiras do Congo. Um junco fornece a matéria-prima, a maneira de tecedura varia muito.

De ordinário são pintadas com matérias colorantes, de origem vegetal, inalteráveis. O artista capricha em orná-las com variados losangos, leopardos, jacarés, veados e monstros que a imaginação timorata do preto engendra fantasiosamente. A esteira é a cama do indígena, acompanha-o para toda a parte.

A olaria é rudimentar.

A matéria-prima tem pouca coesão e a cozedura é muito imperfeita; o indígena ainda desconhece os fornos. As panelas, que têm uma enorme abertura, são feitas à mão; em seguida, com um líquido extraído da casca de um pau durissimo, são lubrificadas. Uma fogueira bem alimentada seca-as gradualmente, e em seguida são entregues ao comércio, sendo vendidas por um preço que corresponde pouco mais ou menos a 140 réis. Todas estas panelas são uniformes, desprovidas de asas e desenhos, e a sua duração é muito curta, por não terem uma cozedura suficiente.

É nestes vasos que são preparados todos os alimentos que necessitam do fogo para a sua cozedura.

De uma fabricação muito mais perfeita são os cachimbos de argila; para estes há formas com desenhos mais ou menos correctos, são cozidos nos brazeiros, o que lhes dá muita consistência.

Nas proximidades do Noqui-Lucango fabricam-se moringues, além de panelas e cachimbos. Estes moringues, ornados sempre com desenhos, são o único vaso indígena para conter a água. Para este fim servem-se ordinàriamente da cabaça, da garrafa e do garrafão, introduzido pelo comércio, e que tem um valor diminuto.

Em resumo. A indústria indígena desta parte da Africa é rudimentar e incapaz de suprir mesmo as pequenas necessidades dos seus habitantes. Uma certa vontade, porém, de saber, que anima o preto, fará em pouco que em volta de cada centro de civilização, se aglomere a população indígena para obter noções com respeito aos ofícios mais importantes e de aplicação mais prática.

Os centros a que me referi devem ser as missões e os concelhos, no interior.

Entregue a si, o preto veria desfilar muitos séculos, e ele, o eterno deserdado, permaneceria quase estacionário. Guiado pelas raças, a quem ele de boamente concede uma superioridade incontestada, poderá lucrar em poucos anos o que tem malbaratado em séculos.

V

A observação directa, constante, sem paixão, sem preconceitos de raças, do modo de pensar, de obrar e de compreender do preto congo, o estudo das suas aptidões e progresso moral, têm-me levado ao convencimento de que, em oposição ao que se tem afirmado, ele não está primitivo, como muitas raças que os etnólogos lhe têm preferido, e que o podemos colocar ao nível étnico das raças cafres, que todos confessam atravessarem um período importante da sua evolução.

Se principiarmos pelo norte, encontramos logo dois ramos da família conguense com aptidões notáveis para os mais variados mesteres. São conhecidos em toda a parte e procurados, os cabindas e os loangos. Os mussurongos, talvez a ramificação melhor constituída de todos os congos, são muito ladinos e deram provas da sua coragem, entregando-se por muitos anos à pirataria, não receando pagar, como muitas vezes lhes aconteceu, com a vida, o atrevimento de assaltarem embarcações, às vezes bem tripuladas. São recentes estes factos, para terem esquecido. Os congos do interior não são, com certeza, uma raça belicosa; em todo o caso laboraria em grande erro quem os suposesse cordeiros pacíficos. As nossas expedições a esta região, no princípio da última metade deste século, devem ter apresentado uma verdadeira decepção, a quem tal juízo fosse tentado a fazer dos congos.

A raça congo, que ocupa uma parte tão importante da costa oceânica, pelo menos da foz do Dande até Ponta-Negra, e que se estende extraordinàriamente no interior, está de tal modo baralhada com elementos estranhos e sobrepostos, que me parece tarefa difícil marcar-lhe caracteres antropológicos típicos, que a distingam ao primeiro golpe de vista.

O que hoje observamos nestas populações leva-nos a pensar que o seu estado, relativamente sedentário, não data de séculos muito afastados. O grande prazer que este preto congo experimenta em se passear de povoação em povoação, demorando-se muitos meses fora dos limites a que pertence, a facilidade com que pelas razões mais fúteis, às vezes um sonho, abandonam a povoação em que nascem, os seus chimbeques e fantaços, quando não é uma população inteira que emigra em massa para lugares distantes; a ausência completa de propriedade imóvel particular; a falta de afeição às pessoas que lhe deviam ser caras, autorizam a supor que o período de fixação territorial destes povos não é ainda completamente fechado. Uma emigração involuntária ou forçada ainda se continua em nossos dias sobre as costas Ocidentais de África; é pouco sensível, mas é constante.

Provàvelmente os congos vieram em migrações sucessivas, seguindo o curso do Zaire, e foram assimilando e repelindo para o SO. a raça primitiva, autóctona, talvez a hotentote.

Uma certa fraqueza de constituição, se compararmos os congos com outras raças, como as do Níger e da Libéria, e a cor amarelada que caracteriza muitos indivíduos, exageradamente linfáticos, parece autorizar a suposição de que nas veias dos congos actuais gira sangue em demasia dessas raças enfezadas, as primitivas, que ainda conservam alguns representantes no continente africano, como os *akas*, que os congos conhecem, ao menos por tradição, e a quem veneram como grandes feiticeiros, e os *bushmen*.

As notáveis invasões dos jagas no meado do século XVI, sobre as províncias do Ocidente, fecharam o ciclo das grandes migrações africanas, ou são apenas um nó dessa cadeia, ainda não cerrada?

Haveria algum parentesco entre o jaga invasor e o congo invadido? Certos costumes deixados no Congo pelos jagas, como o de cortarem as palmeiras, para lhes beberem o vinho em poucos dias, e outros, que omito, autorizam os que vêem nestes terríveis invasores os antepassados dos Niam-niam e Fans actuais? Não tenho dados suficientes para responder a estas interrogações, que não interessam, além disso, ao fim que me propuz.

O que nos importa é saber se o preto congo, como hoje o encontramos, é susceptível de receber e assimilar a civilização portuguesa e cristã. Pelo que me respeita não duvido votar, sem medo de erro, pela afirmativa.

Na sua rudeza e selvejaria actual o preto tem um princípio de progresso, que bem explorado por aqueles a quem compete ilustrá-lo, dará

magníficos resultados. As raças pretas conhecem, sentem e confessam que estão muito inferiores às brancas. Esta confissão manifesta-se por toda a parte no respeito que votam ao europeu, na submissão com que acatam os seus mandados e, enfim, em todos os actos da sua vida, quer particulares, quer sociais e políticos.

O preto é, por índole, paciente, chegando muitas vezes a revoltar-nos as humilhações a que é capaz de sujeitar-se; como ainda mais nos revolta o nenhum sentimento generoso que anima o europeu que lhas inflige.

A quantos morticínios temos assistido na África ocidental?

Pode dizer-se que a nenhum, e não obstante as ocasiões não terão faltado para represálias da parte do indígena. Não falo aqui do português, falo do europeu em geral; se alguém tem tratado com menos rigor o preto, somos com certeza nós, os portugueses.

Entre nós tem-se dito e repetido, em todos os tons e escalas, que temos um prestígio enorme entre as raças pretas, que somos os únicos que elas respeitam e acatam; parece até que podemos descansar à vontade e dormir o sono profundo dos homens bons e conscienciosos, porque lá temos o preto para defender a nossa bandeira e o nosso brio nacional, quando algum atrevido lhe der o seu beliscão.

Estas afirmações podem lisonjear-nos; são, porém, funestas, porque nos adormecem, e em grande parte são falsas; o preto respeita todo o europeu e nada mais; tradições, ainda recentes, do modo como foram tratados, não lhe permitem amá-lo; não devemos ser exigentes. Nós, os portugueses, temos duas vantagens apenas sobre os outros europeus: o termos sido os primeiros, e em muitos lugares quase os únicos que eles conheceram, e o pertencermos a uma raça de fácil adaptação, com largo tirocínio do continente africano.

No estado actual o preto, tomado em globo, é ingrato aos benefícios que se lhe fazem; todos o afirmam. Ninguém o nega, e muitos se queixam disso, com bem pouca razão; querem transportar abruptamente para o meio de raças primitivas, um sentimento que é apanágio das mais adiantadas.

A inteligência obscurecida do preto vê nos favores uma cilada, que ele não compreende como é urdida, e não tendo as ideias de desinteresse e abnegação, julga que redundará sempre em seu dano, mesmo o que tende a felicitá-lo. Nem por isso será, contudo, menos verdade, que aquele que uma vez, à força de desinteresse e justiça, conseguir captar a sua confiança, obterá dele verdadeiros sacrifícios se os necessitar; falo por experiência.

O preto é a criança adulta; tem os seus caprichos, as suas veleidades, as suas indecisões, enfim todos os seus defeitos; será porém grato a quem se tiver sacrificado por ele, e como a criança em hora de terror se aconchega ao seio materno, assim ele procurará sempre a protecção daqueles que o tiverem civilizado. Consiste nestes factos a preponderância que temos no mundo indígena. Não devemos porém descansar, muito menos,

sabendo que todos aqueles que em África fazem propaganda contra nós a levam a efeito pelos meios mais suaves e mais brandos, com o fim de obterem para si aquilo que nós avaliamos pouco.

*

Descrevamos agora, a largos traços, a vida social e política do indígena, e conheceremos que ele está realmente muito atrazado, que todas as manifestações da sua actividade social são embrionárias e muitas vezes incoerentes, mas que também progride e que atravessa uma fase da sua evolução, pela qual têm passado todos os povos que hoje se orgulham da sua civilização e progresso.

O princípio fundamental da autoridade, tão abalado actualmente na culta Europa, encarna-se entre o preto no chefe do reino, da província e da aldeia. É este o patriarca da comunidade; para os factos mais insignificantes da vida íntima dos seus membros é ele chamado a resolver, condenar e impor multas, de ordinário em proveito próprio. O indígena vê nele alguma coisa mais do que um homem; pouco falta para lhe prestar adoração. Ele é para o bem como o enviado de um poder superior, pouco definido, a que o preto Congo dá o nome de *zambi*. Das suas sentenças há apenas apelação para o superior geral — o *Nicongo* ou *Totela Nehico-è-Congo*.

Isto só acontece, porém, em certos casos mais graves, quando se trata de pagar importantes quantias; as causas menos graves não têm apelação.

Nestas apelações, por via de regra, o apelante é condenado, a não ser que disponha de protecções importantes; estas nunca são passoais, mas sempre pecuniárias. Quem mais paga é de ordinário quem tem razão. Os chefes de povoação, tratando-se de uma causa importante, tomam sempre a precaução de se aconselharem com o seu superior hierárquico, com respeito ao modo como a devem resolver; isto, porém, em segredo; repugna à autoridade destes juízes uma inspiração estranha, venha de onde vier.

Ficam assim certos, mediante uma distribuição de lucros, de que o seu *veredictum* será mantido nas instâncias superiores. Tanto os chefes de povoação, *Nfumu*, como o rei, são rodeados dos mais velhos da sua *banza*, que desempenham o papel de conselheiros; são ouvidos em todas as questões; parece, porém, que apenas têm voto consultivo; o que se observa é que raramente discrepam da opinião do chefe.

Há certas leis gerais que são axiomáticas na sociedade indígena, tais como a da pena de talião. Aquele que matou um homem deve morrer também; neste caso pode ser condenado pelo tribunal da povoação e não é lícito apelar. O que ferir o seu próximo, fazendo-lhe sangue, deve pagar uma multa, que já está antecedentemente estabelecida. O próprio Rei do Congo ou qualquer chefe, são obrigados a pagá-la como o último dos seus súbditos.

O Rei do Congo, que é homem pacífico e inimigo de violências, um dia em que um moleque não cumpria uma ordem que lhe tinha transmitido, assentou-lhe uma pancada na cabeça, com o pau a que se abordoava, fazendo-lhe um ferimento insignificante. Foi logo obrigado a pagar a multa correspondente, e como o moleque lhe pertencia, e portanto não podia receber, foram os conselheiros que se apropriaram da importância da multa, que é o castigo infligido ao delinquente.

Nos lugares em que predomina o elemento indígena, o europeu que feriu ou cometeu outro qualquer delito para com o preto, paga uma *cabala* no tribunal indígena, que julga sumàriamente, sendo muito interessante ver que o tribunal sempre dá razão ao europeu; porém este é sempre o que paga; uma prova do respeito em que é tido o branco.

Acontece o inverso quando se trata de dívidas; aí prevalece quase sempre o europeu, sendo o preto obrigado a pagar, algumas vezes quantias importantes, que ele satisfaz em sementes, carneiros, etc.

Em matéria criminal a sociedade indígena só conhece extremos: ou o último castigo ou uma impunidade quase absoluta. O ladrão encontrado em flagrante é apupado, escarnecido e até maltratado corporalmente por todos; restituindo, porém, o que roubou e pagando uma pequena multa e nem sempre, tudo ficou sanado, e o ladrão fica tão considerado como era anteriormente ao roubo, notando-se, contudo, nos lugares em que a civilização tem penetrado, que os indivíduos começam a sentir vergonha por estes crimes infamantes.

O preto considera sempre, e parece ter razão, muito mais grave os atentados contra as pessoas, do que os feitos à propriedade; o roubo é vergonhoso quando feito ao indígena; parece, porém, que não importa a mesma grande culpabilidade, quando praticado para com o branco.

Nos lugares mais civilizados a consciência do indígena começa a despertar neste sentido. Assim contrai o costume geral de nunca descobrir ao branco o ladrão que o defraudou; eu recebi mais que uma delação de criminosos que me tinham roubado, e o que é mais, algumas vezes era o próprio criminoso que vinha pedir perdão para a sua falta. Isto deve entender-se apenas dos lugares onde as missões têm influência; nos outros o roubo ao branco é sempre lícito e até meritório, contanto que seja bem feito; se for apanhado o ladrão, são os seus patrícios os primeiros que acusam e escarnecem o roubador, não precisamente porque roubou, más porque se deixou comprometer.

Em geral na sociedade indígena há furtos e não roubos; a violência às pessoas para as despojar é raríssima, e penso que entre indígenas nunca vista.

O assassinato particular é quase desconhecido; e o suicídio era coisa absolutamente nunca vista.

Posso apenas citar dois casos que se deram próximo de S. Salvador pouco antes da minha partida dali, e que espantaram todo o mundo indígena. Um preto vivia com sua mulher nas melhores relações; um dia,

porém, os parentes desta inventaram qualquer dos motivos que na sociedade africana dissolvem os laços que prendem os cônjuges, com o fim de a casarem com outro homem; provàvelmente porque este pagava mais.

O primeiro marido levou tanto a mal esta pretensão, que matou a mulher e em seguida fugiu para um bosque, onde se suicidou, dando um tiro na boca.

Conheci um outro suicídio; este, porém, num indígena que tinha endoidecido diante da ameaça feita por um cabinda, de que o acusaria de ser feiticeiro, *ndoki*. São os primeiros suicídios de que tenho conhecimento.

As injúrias e difamação não têm castigo determinado nos códigos congoenses; dão, porém, origem a bastantes desordens. O ofendido, vai logo que lhe consta, tirar uma satisfação, e sempre com tal arrogância, que a pendência tem por epílogo não o pugilato, mas a pancada com pequenos cacetes, de que o preto está sempre munido. É muito interessante o modo de brigar destes povos. Os contendores têm sempre numa das mãos o pequeno cacete e na outra uma navalha de barba, de que sempre andam armados, ou uma faca bem afiada. Dizem as maiores injúrias reciprocamente, e quando no meio de uma vociferação espantosa, se nos crispam os nervos, com a lembrança de que dois homens estão prestes a despedaçarem-se, vai cada um, de ordinário, para o seu lado, resmungando um monólogo que só ele entende.

Quando acontece virem às mãos, o primeiro que feriu fica senhor do campo; o ferido ao primeiro ou segundo golpe foge sempre, até se apresentar ao chefe; este deve ver o sangue; e assim o que o derramou tem infalìvelmente que o pagar, o que realmente não fica barato. O chefe exige para *abrir a boca* dois porcos, pagando ofensor e ofendido cada um o seu; só depois disto é imposta a pena.

À primeira vista parece que sendo o preto selvagem, como toda a natureza que o rodeia, as cenas de sangue deviam ser para ele quase insensíveis. Não acontece, porém, assim; uma gota de sangue humano faz-lhe perder toda a força moral, e é o suficiente para desmoralizar os mais atrevidos. E não é precisamente só o sangue humano que lhe mete horror; acontece o mesmo com o dos animais. Assim, para abaterem uma rês qualquer ou matarem uma galinha, fazem-no à cacetada ou a tiro, mas não com instrumento cortante. Como os antigos hebreus, com quem têm muita semelhança, principalmente na exposição de questões, parece acreditarem que a alma reside no sangue.

Os crimes de adultério, especialmente entre os pretos mais civilizados, são de uma frequência pasmosa. Em S. Salvador, para evitar delongas no processo, existia já uma tabela que determinava a multa correspondente à gravidade do caso; regulava por uns 16$000 réis. Deve notar-se que a grande massa destes delitos fica impune. Se o marido é avisado da infidelidade da esposa, chama esta e ameaça-a com a prova da casca; de ordinário ela confessa logo; se, porém, resiste, é submetida a essa

prova nos lugares menos civilizados; em S. Salvador e imediações, onde a influência cristã conseguiu que fosse abolido esse costume, é ministrada a um animal, de ordinário um cão; e, segundo os sintomas que lhe produzir, se conclui da culpabilidade da acusada.

É muito curioso o facto de que a mulher declara não só o indivíduo incriminado, mas todos os antecedentes, que são obrigados a pagar a respectiva multa, porque a prescrição é desconhecida entre os pretos.

Muitas vezes o ofendido não quer receber a multa e fica com o direito de impor ao delinquente uma pena mais pequena, mas infamante; como exemplo, obrigá-lo quando é de condição livre, a fazer-lhe o presente de uma cabaça de vinho, que deve levar à cabeça, e bater-lhe as palmas.

Quando se trata de uma mulher do chefe, o crime é castigado de uma maneira mais séria; se o acusado é livre pode perder a liberdade e se é escravo perde uma coisa que ele ainda estima mais, a cabeça.

Este facto reprovado na sociedade preta, não importa contudo desonra nem vergonha; e há por lá muito D. João Tenório, que leva a vida não se rindo uma vez para a mulher que lhe pertence, mas dirigindo galanteios às dos vizinhos, constantemente.

Um conheci eu que quando se lhe exprobava o seu mau comportamento, que lhe era prejudicial, até porque consumia assim todas as suas fazendas, respondia que era deste modo que ele desejava que *morresse* a sua fazenda e tudo que ganhasse. Este facto de adultério não espantará ninguém que souber que a preta tem verdadeiramente o furor de ser mãe; que o marido nunca lhe dispensa afectos alguns, e que enfim ela nada tem a perder com a sua infidelidade.

Nos tribunais indígenas não favorece o acusado a alegação de embriaguez; a maior parte dos crimes de violência corporal são praticados neste estado, que o preto procura para ter a coragem de os cometer; conheci um preto que todas as vezes que desejava dizer ao Rei do Congo coisas desagradáveis e pesadas, embriagava-se fortemente e depois dizia as últimas, fugindo logo para o túmulo de um Rei do Congo, para assim evitar o castigo que merecia. Vestígio sem dúvida dos antigos Frades, que tinham para os desgraçados o seu refúgio; ainda hoje, à sombra do altar ninguém seria preso.

Os processos mais intrincados, irritantes, e que melhor mostram a rabulice da jurisprudência indígena, são com certeza os que se referem a dívidas.

Se um sujeito deve qualquer coisa a outro deve pagar no prazo convencionado; não o podendo fazer deve pedir novo prazo, pagando imediatamente uma certa quantia para obter a prorogação desejada. Se no fim do segundo prazo ainda não está habilitado a satisfazer, o credor apresenta-se de modo a ser visto e retira-se para a sua povoação sem fazer advertência alguma.

Os primeiros desgraçados que passam a tratar dos seus negócios, muitas vezes indivíduos de lugares muito distantes, são amarrados todos,

menos um, que fica em liberdade para levar ao devedor notícia de que estão presos por causa da sua dívida.

Em pouco, estes homens, que nenhuma culpa têm nas dívidas de um terceiro, são vendidos e o seu credor recebe o seu pagamento, juros e mais percalços.

Os parentes dos que forem presos e vendidos têm agora direitos, não contra o que os vendeu, mas contra o devedor; e obrigam-no a resgatar todos os seus parentes vendidos, às vezes para grandes distâncias, e além disto a perdas e danos. Se o devedor o não pode fazer, é vendido com os seus parentes, até perfazerem a conta por que foram resgatados os primitivos, e mais despesas de processo e indemnização avultada.

A constituição de um tribunal para julgar os pleitos que não estão na alçada do soba da povoação é curiosa.

Os dois contendores convidam um igual número de príncipes, *Nfumu,* e dois advogados a quem cometem a defesa do pleito. De ordinário são em número de seis a dez de cada lado.

Estes combinam depois entre si a povoação em que se deve decidir o pleito; preside ou o chefe dessa povoação, ou o mais velho ou o mais importante. Ajustado o lugar e o dia em que deve funcionar o tribunal, que é sempre no terreiro da povoação, à sombra de uma copada árvore, aí comparecem os pleitantes, com seus respectivos advogados, parentes e amigos.

Apenas reunidos, os juízes aconselham aos dois bandos que devem portar-se com respeito e não promoverem desordens, sob pena de ser a questão perdida para o lado que as excitar.

Então um dos advogados principia a explanar a questão, desde as primeiras raízes dela, dirigindo sempre o seu discurso no sentido de prejudicar o contrário. O advogado do acusado não pode abrir a boca; vai, porém, marcando com pequenos pauzinhos ou com um sulco feito com o dedo na terra, todos os argumentos arquitectados pelo seu contendor.

Quando termina o discurso, que às vezes é de muitas horas, levanta-se um dos juízes e repete, resumindo, todas as acusações feitas.

Esta repetição é feita ao advogado contrário, que está estalando, com desejos de falar. Este levanta-se, salta para o meio do círculo formado pelos juízes, e principia a dançar e cantar, metendo a ridículo os argumentos de que se serviu o seu adversário. Senta-se depois e principia a sua arenga, pretendendo destruir tudo o que o outro avançou e pela mesma ordem, para o que vai retirando um pauzinho ou apagando um sulco, à medida que responde a cada argumento. Quando algum dos juízes faz um resumo do que está dito, canta e dança o advogado contrário.

Prolongados os debates por alguns dias seguidos, os juízes nomeados pelos dois fecham o processo e reunem-se a sós, às vezes por dias, para discutirem as razões alegadas de parte a parte.

Se entre eles se levanta contestação, apresenta-se ao Rei, ainda que o tribunal funcione muito distante, e é este que deve decidir.

Dada enfim a razão a um dos contendores, este exige um porco para *abrir a boca*, isto é, para dizer quanto pede de indemnização, por perdas e danos.

Entregue este, o vencedor pede sempre uma quantia fabulosa, às vezes 150 pessoas. Intervém nisto o tribunal e *corta a palavra*, resolvendo a conta que deve ser paga, que de ordinário é enorme.

Então o desgraçado vencido, se não tem essa quantia, vai empenhar os sobrinhos com algum usurário, que lhe empresta a 50 por cento pelo menos.

Eu tive de assistir a algumas destas *transacções*, e confesso que nada ha mais maçador, mas também nada mais divertido do que os grandes lances retóricos dos advogados, os seus esgares e pantomimas são capazes de fazer rir o individuo atacado da mais alta dose de hipocondria.

Estes são de ordinário indivíduos muito ladinos, que não deixam passar nem a menor agravante nem atenuante, e que tiram sempre um certo bem-estar económico das grandes questões ou *palavras*.

Eu gostava muito que todos os que acusam o preto de ser um ente boçal e palerma, o estudassem neste meio, no meio em que ele está à vontade e desenvolve todos os recursos da sua inteligência e da sua fantasia, que é fecunda. O seu juízo seria modificado bem depressa.

Conhecidos os hábitos morais das raças pretas, hábitos de que nós também participamos, infelizmente, compreende-se o tempo que será preciso gastar para levar à liquidação um processo qualquer. O preto nunca tem pressa, porém nunca esquece; existem pois muitos pleitos que principiaram nos avós e vão julgar-se no tempo dos netos.

Há bem quinze anos um sobrinho de um dos primeiros chefes de Macuta, e o primeiro negociante do norte em marfim, um tal *Susso a npembe*, matou com um tiro, na feira principal de Macuta, um indígena, e logrou, o que é raro, fugir para lugares distantes. Como o sobrinho não era entregue, para sofrer o suplício do fogo a que foi condenado, caía a responsabilidade sobre um tio, homem de importância em Macuta. Vendo-se prestes a ser preso, e sabendo que tudo o que possuía ia ser confiscado, segundo o costume do país, chamou um soba seu vizinho, a quem entregou avultado número de peças de fazendas e cento e tantos carneiros, para serem mais tarde restituídos aos seus parentes. Pouco depois foi preso e seria executado, se o verdadeiro culpado não aparecesse. O padecente, ajudado por algum amigo, de certo, amigo que encobria, dizendo ingènuamente que apenas fora o poder do seu feitiço, conseguiu cortar as cordas e fugir. Teve então ensejo para saber que o sobrinho já tratava directamente com o depositário da sua riqueza para esta lhe ser entregue, visto que o tio estava irremediàvelmente perdido, fazendo com ele um contrato em que só restituia parte, conservando o resto a título de luvas. Sabidos estes pormenores, o sobrinho foi descoberto e no dia da grande quitanda, metido

numa casa de palha, para a qual cada feirante levou o seu feixe, e queimado vivo, à vista da mãe, que foi obrigada a assistir.

Conheci esta pobre velha quase idiota e que todos os dias da semana indígena, que correspondiam àquele em que o filho foi queimado, não comia absolutamente nada.

Estava concluída a primeira parte; restava a segunda, a mais difícil. O tio depositante reclamou os seus objectos; o seu antigo amigo respondeu que nada tinha a pagar, porque contratara a esse respeito com o sobrinho.

Nestas alturas o chefe do Túngua, vendo-se despojado do que lhe pertencia, apelou para a lei indígena e começou a prender gente a torto e a direito, e a vendê-la para se indemnizar do que lhe não restituiam. O seu contendor lançou mão deste mesmo expediente e começou também a vender os que podia amarrar.

Como ambos eram poderosos, tinham entre os indígenas partidários apaixonados nos dois campos, e em poucos anos a região estava dividida em dois partidos que se odiavam cordialmente, e prestes a liquidarem a questão por meio de uma guerra selvagem, que assolaria toda a Macuta.

Foi nestes lances que o Rei do Congo interveio; havia, porém, uma dificuldade, e essa muito séria; consistia em saber se ambos os interessados aceitariam a sua decisão. Um aceitava, enquanto ao outro era menos que provável.

Pediu-me então o Rei, com a maior instância, para eu ir a Macuta pregar a paz, conseguir a harmonia e fazer valer a sua vontade, tendo os seus embaixadores instruções para nada resolverem sem que eu fosse consultado, devendo eles seguir as minhas indicações em tudo que se referisse a esta questão.

Animado pelo desejo de evitar desgraças, de visitar o local da antiga missão do Lundi, onde não cheguei, e parecendo-me além disso que havia conveniência de mostrar nos sertões do norte, que os portugueses estavam unidos com o Rei, resolvi aceder, e parti para Macuta com o príncipe D. Álvaro de Água Rosada, que ainda há pouco esteve entre nós, e que muitos bons serviços me prestou, no dia 17 de Setembro de 1886. Alguém nos disse que me acautelasse, porque, havia ainda poucos anos, os povos de Macuta tinham atacado o chefe da missão baptista J. Comber, e os seus companheiros, metendo uma bala nas costas do primeiro e ferindo os outros; e que poderiam fazer-me o mesmo, visto que ia tratar uma questão de carácter puramente indígena. Estas observações pessimistas não tinham razão de ser; fomos bem recebidos e bem tratados por todos.

Depois de oito dias de viagem péssima, atravessando uma região pedregosa, acidentada, e que só tem de notável um aspecto estéril e selvagem, chegámos enfim a Banza-Túngua, onde fizemos os nossos arraiais; daí visitei toda a região em volta, quitandas ou feiras, povoações e rios. Estes apontamentos não comportam a descrição do que observei. Direi apenas que o sistema religioso, usos, costumes, raças e culturas pouco

diferem das do Congo pròpriamente dito, sendo contudo os habitantes mais pobres e atrazados.

Demorámo-nos aí um mês, e conseguimos não resolver a questão, porque eram em tal número os príncipes que deviam assistir, que impossível foi reuni-los neste prazo de tempo; mas deixei os elementos para uma solução equitativa e razoável. Ambos os contendores ficaram compreendendo que deviam ceder um pouco do que eles chamavam seus direitos, e que por trás do Rei do Congo estava o branco, o português, que não queria desordens nem guerras, mas a paz e o sossego de todos.

Os nossos antigos negociantes sertanejos do norte, que hoje não existem, faziam caminho por Macuta para o grande lago Stanley-Poll e reino do Macoco.

Encontrei ali também os *linguésteres*, falando um português horroroso, é verdade, mas que é entendido pelos negociantes da costa. Mal sabem esses pretos que estão perpetuando a nossa memória, num país que já não nos pertence.

Pouco depois esta pendência era terminada satisfatòriamente.

VI

Três classes de pessoas existem na sociedade conguense: indivíduos livres e de origem livre, a quem se não conhece ascendente escravo; homens livres, porque compraram a liberdade; e homens escravos.

À primeira categoria pertencem os chefes, seus filhos, sobrinhos e alguns outros, não muitos, que são de ordinário os conselheiros, embaixadores e ocupam enfim o primeiro lugar; formam a aristocracia do país. Tomam muito a sério a importância da sua posição, vivem de ordinário pobres, mas nunca carregarão um fardo ou uma rede que não seja a do rei, nem desempenharão outros mesteres reputados baixos. Passam a vida tratando questões, que são boa fonte de receita, e passeando as povoações ou dormindo sobre uma esteira nas cubatas. Podemos conhecê-los pelo pano que levam sempre o mais possível de rastos, como sinal de que em casa há abundância.

O facto de um escravo lhe faltar ao respeito, injuriando-o, é grave e punido com multa correspondente, de ordinário.

Vem em seguida aqueles que conseguiram a liberdade, ou eles ou os seus ascendentes próximos; é o burguês indígena. Muitos ocupam lugares importantes, são até os comandanes em todas as expedições militares. Têm melhor compreensão da vida positiva, vão procurar o negócio a lugares afastados, entram em todas as especulações, trabalham pouco, mas possuem muito, conseguem comprar ou arrastar às feitorias europeias bastantes produtos e com eles entra-lhes em casa a fazenda, que eles transformam depressa em escravos e mulheres. Emprestam sobre penhores, que de ordinário consistem em gente, e levam sempre um juro enorme-

mente elevado, ainda que seja ao próprio pai. O único contra que os pode afligir é a cobiça dos chefes, que lhes está sempre sobre a cabeça como uma espada de Dâmocles pendente, não de um fio, mas da língua do adivinhador.

Até certo ponto podem evitar estes inconvenientes, lembrando-se sempre que o seu chefe é um homem com necessidades como todos os mortais, e que a sua alta prosápia não fica enxovalhada, dignando-se receber qualquer presente de um súbdito dedicado.

Para ter longa e sossegada vida precisa apenas ser humilde, isto é, fingir-se o mais pobre dos homens; é isso, porém, que repugna à sua índole, é isso que ele nunca fará, e nunca se encontrará na raça congo este género de hipocrisia. Perante a lei tem quase as mesmas garantias que os primeiros.

Vem depois a classe dos escravos, que é numerosa. É a democracia pacífica, que não reclama direitos, que vive relativamente contente e satisfeita, e que se tiver inveja não é com certeza da liberdade do *senhor*, mas simplesmente da vida ociosa que ele arrasta. Muitas vezes um mesmo indivíduo é escravo em relação a quem o comprou ou herdou, e *senhor* em relação a outros indivíduos, que ele comprou a seu turno. A sua sorte não é com certeza para ser invejada; ainda assim, nas populações do Congo, a sua condição é muito tolerável. O indivíduo comprado entra na família, é um dos seus elementos, as mulheres do dono ministram-lhe a alimentação precisa e em geral é tratado com carinho igual àquele que entre nós se dispensa aos que nos servem. O escravo chama sempre pai ao seu senhor e trata-o com respeito; deve estar sempre pronto a cumprir as suas ordens. Estas consistem quase sempre em levar recados, representar o amo, ir procurar negócio, servir de carregador nas feitorias comerciais, ir ao mercado comprar géneros, etc.

O amo fica para todos os efeitos obrigado a pagar os dividas do escravo, a defendê-lo nas questões em que se veja envolvido, e a pagar enfim as multas que ele sofrer.

Quando o escravo está em idade de constituir familia, compete ao senhor o fornecer-lhe a sua companheira, mediante uma pensão que ele paga como pode, e que de ordinário o impede de juntar pecúlio. Os filhos seguem a condição da mãe; acontece muitas vezes ou quase sempre que os homens livres têm filhos que não o são igualmente. Dois filhos do mesmo pai, e mães de condição diferente, nunca chegam a ser amigos, ou raramente, e em alguns casos pode vender o filho da mulher escrava a seu irmão filho da livre. A mesma antipatia se nota quase sempre entre os irmãos, filhos de diferentes mães; a união é, porém, quase sempre perfeita entre os irmãos uterinos.

O preto do Congo raramente vende o seu escravo; só o faz obrigado pela grande necessidade, ou quando ele é extremamente rebelde.

É muito comum o facto de os senhores os aparentarem consigo, por meio do casamento; eu conheci mais do que um desta condição, casados

com filhas do Rei do Congo; a questão é terem valores com que inclinem o pai a dar-lhas; a vontade da mulher nada influi nesse casamento, nem é consultada, é uma máquina de trabalho e de perpetuação da espécie, que passa de mão em mão enquanto pode funcionar, e que se atira a um canto depois de cansada, especialmente se não tiver filhos.

No caso de maus tratos, ao escravo resta sempre o recurso de mudar de senhor.

Um facto bem característico de que a condição de escravo não é tão má como poderia parecer à primeira vista, facto passado na minha presença, é o seguinte:

Num domingo de Páscoa jantaram na nossa missão uns seis ou sete cavalheiros, portugueses e franceses; caíu a conversa sobre escravatura, e eu por convicção invectivava contra essa vergonha social, que impede todos os progressos materiais e morais da humanidade.

Para comemorarmos esse dia tão grande, em que começou a refulgir para a humanidade o esplendor da verdadeira liberdade, propuz que indemnizássemos um filho do Rei, que estava presente, e que imediatamente se desse liberdade a um dos escravos que o tinha acompanhado. Todos concordaram. Mandei chamar o homem e disse-lhe que nós tínhamos pago o que ele custou, que dali para o futuro era ele tão livre como o próprio Rei; que podia trabalhar por sua conta; que eu mesmo lhe daria trabalho, que, enfim, ele era senhor dos seus actos, da sua vontade e da sua força.

O sujeito olhou para mim com cara de idiota e respondeu-me: *nuini maza* — bebi água.

Esta fórmula de que o preto usa e abusa extraordinàriamente, corresponde ao nosso pedir «tempo para pensar». Um preto que quase nunca quer dar uma resposta decisiva, que deseja consultar antes, ou enfim, que se não quer incomodar, abre a boca e pronuncia estas palavras, e por esse facto já se não pode mais tratar de tal assunto, senão no dia em que ele quiser *vomitar a água*.

Eu é que ainda hoje espero que o nosso protegido venha dar a resposta, *vomitar a água*. O que soube é que foi para a povoação, que se não importou da liberdade, que não compreende, e que nada lhe aproveitava; ia talvez morrer de fome, ao passo que assim tem pessoas que cuidam do seu sustento. Por este podemos avaliar a maior parte.

Os horrores da escravidão terminaram no Congo com a extinção do tráfico; a interna e pròpriamente indígena só muito tarde acabará; e em alguns casos chega até a ser um bem. Muitas mais cabeças cairiam vítimas das superstições fetichistas, se não houvesse o recurso de vender o suposto criminoso.

Devemos contudo inspirar ao indígena o horror à venda do seu semelhante; horror que eu incuti sempre aos educandos da nossa missão e que há-de produzir frutos práticos.

Devemos criar um outro meio social, e para isso temos a combater muitas escravidões mais repelentes do que essa que lá existe. Devemos

combater, mas com obras e sacrifícios, e não com longas tiradas de sentimentalismo sediço, que nada adianta. Devemos combater, enfim, com coragem e meios adequados: a escravidão da mulher, criando na África a família cristã; — a escravidão da ociosidade, animando o trabalho remunerado, e obrigatório, se tanto for preciso; — devemos combater a escravidão fetichista, a pior de todas, organizando missões; — devemos combater a escravidão moral, enfim, espalhando pelas colónias a instrução cristã e o trabalho, sem o qual não há regeneração possível para o preto.

TERCEIRA PARTE

I

Será sempre uma empresa difícil, laboriosa e eriçada de espinhos e grandes sacrifícios, arrancar às trevas da selvajaria e do preconceito, uma sociedade primitiva e embrionária, e fazê-la gozar, mesmo contra sua vontade, dos benefícios de uma sociedade organizada, polida e perfeita.

As grandes glórias nacionais, como as individualidades, os grandes prémios conferidos aos grandes esforços, só os dá a história aos que se sacrificaram por algum grande princípio, que impulsionou a marcha da humanidade para o seu fim supremo, a perfeição.

Grande honra pois, caberá ao povo português, honra que nem a inveja de estranhos, nem o despeito dos mais fortes, fará murchar, quando na África tiver implantado a sua religião, as suas instituições, a sua língua, os seus costumes e toda a sua civilização.

Para realizar esta grande e legítima aspiração é preciso que a santifiquem os esforços, mesmo à custa de grandes sacrifícios, de toda a ordem, é preciso toda a coragem de que são capazes as nações; é sobretudo necessário esclarecer e interessar nesta cruzada santa da civilização africana todas as camadas sociais, desde o alto funcionário até ao último habitante da charneca. Para se obter este resultado é bom o livro, o folheto, o artigo da imprensa diária, a conferência, todos os meios, enfim, que conduzirem ao grande fim: cristianizar as raças pretas, civilizando-as.

Que direitos podemos nós, podem todas as nações coloniais, apresentar como títulos legítimos para a posse de suas descobertas e conquistas, a não ser a de as civilizarem, enriquecerem e tornar felizes os seus antigos possuidores? Não conheço outros.

O problema da civilização da nossa África é muito complexo e grande número de factores harmónicos devem concorrer paralelamente para a sua resolução definitiva. Um desses factores é, e creio que ninguém o negará, o elemento religioso, que terá sempre uma importância decisiva na educação dos povos.

Restringirei quanto me for possível as minhas observações a este ponto, por ser aquele que melhor conheço, deixando outros, bem importantes

também, sobre os quais não tenho a luz suficiente, aos homens de boa vontade, que os poderão tratar com fartura de conhecimentos teóricos e práticos.

*

Julgo que ninguém de boa fé porá em dúvida os serviços que podem prestar e realmente prestam à civilização africana, as missões religiosas; poderá porém haver divergência no modo de tornar mais profícuos e eficazes esses serviços, e consequentemente os sacrifícios a que obrigam.

O honrado Marquês de Sá [16], que durante uma longa vida lutou enèrgicamente a favor dos infelizes africanos, conseguindo enfim que fossem quebradas as cadeias infames que estrangulavam a liberdade de milhares de homens, cujo crime era serem pretos, opina que uma boa remuneração pecuniária atrairia às missões de África abundância de missionários. Tenho outra opinião, e estou certo que o missionário, levado à África com a mira única nos bons ordenados, seria inútil, ou pelo menos, pouco proveitoso, talvez até nefasto.

Parece mais deduzir-se do seu livro notável, *Trabalho Rural Africano*, que se pode civilizar primeiro e cristianizar depois. O cristianismo nas terras africanas há-de propagar-se com a civilização.

Na minha humilde opinião seria mais lógico dizer: Nas terras africanas com o cristianismo entrará a civilização. Efectivamente é assim. Onde penetra o cristianismo surge o trabalho, o amor entre os homens, enfim, a luz e a liberdade.

As verdadeiras missões religiosas na África datam de eras recentes; os resultados obtidos até hoje provam-nos, exuberantemente, o muito que colheremos de bons frutos se as animarmos com ardor e as dotarmos com largueza, habilitando-as a fazerem uma rasgada propaganda cristã e portuguesa. Onde elas tomarem pé não haverá mais rebeldes e os nossos soldados não serão desapiedadamente trucidados pelo indígena, que vê neles usurpadores, como tem acontecido na Guiné e em Moçambique. Onde elas tomarem pé será repelida a propaganda estrangeira dos aventureiros de todas as ordens, que empregam contra nós toda a influência de que dispõem, para derruírem o prestígio que temos adquirido, à custa de grandes sacrifícios, entre os indígenas.

Uma nação eminentemente colonial, como a nossa, com vastos territórios nas duas Áfricas, não pode ficar indiferente perante esse enorme

---

[16] Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, 1.º Barão, 1.º Visconde e 1.º Marquês de Sá da Bandeira (Angola). Devem-se-lhe insignes trabalhos em prol do Ultramar e a lei de 10 de Dezembro de 1836, que suprimiu a escravatura nos domínios de Portugal. O seu livro *Trabalho Rural Africano e Administração Colonial*, Lisboa. 1873, se bem que viciado pelo seu liberalismo político e maçónico, marca e define uma época.

movimento europeu que se irradia no vasto continente africano. Todas as nações europeias que possuem colónias têm o padre, o frade, o amigo nato dos desprotegidos, do africano, portanto, para que, junto com o lábaro da Redenção, leve, ao centro da África os seus costumes, a sua língua, as suas leis, e até o seu comércio e as suas ambições, nem sempre justas.

Lembremo-nos, pois, senhores, de que todas essas nações concorrentes têm mais ou menos inveja do legado, que tantas e tantas vidas custou aos nossos heróicos avós. Lembremo-nos de que elas se aproveitam largamente de um meio de civilização poderoso, de que nós também podemos lançar mão, mas que temos até agora quase desprezado, como um brinco de crianças. Para mim não é uma lisonjeira utopia a formação de uma *Nova Lusitânia* na África: — o grande ideal desta Sociedade — temos ainda o pulso vigoroso para levantarmos um novo Brasil. É preciso, porém, não descansar; o período agudo da nossa doença de indiferentismo parece agravar-se, e se lhe não acudirmos com pressa, tudo se perderá.

Desmintamos, por uma vez, essas calúnias, a que temos dado aparências de verdade, de que somos um povo incapaz de colonizar, que temos dado todas as provas possíveis de incapacidade colonizadora; desmintamos, por uma vez, todas essas calúnias, repito, sufoquemos de uma vez esse grasnar de aves de mau agouro, que profetizam a nossa ruína, e levantemo-nos, como um só homem, para tomarmos conta da nossa rica herança nas terras de além-mar, aceitando com coragem todos os encargos que ela nos impõe. Criemos as missões, e teremos dado um grande passo no caminho do progresso colonial. Bem sei que as missões, só por si, não são suficientes para salvarem as nossas colónias; são, porém, uma grande garantia de segurança interna das mesmas e auxiliarão poderosamente todos os melhoramentos que as devem acompanhar.

Mas, senhores, para criarmos missões é preciso termos missionários, e são esses exactamente que nos faltam; é doloroso, mas é preciso reconhecê-lo. É esta uma questão importante e cheia de espinhos. Eu direi o que penso a este respeito; não desejo ofender pessoa alguma e procurarei evitá-lo; se o não puder conseguir, a culpa não é minha; acima de tudo está o nosso irmão africano, esse pária que é preciso regenerar, pela religião e pelo trabalho.

A África não é a Ásia nem a América; o missionário africano do século XIX não pode ser talhado nos moldes em que o foi o do XVI e XVII, na Ásia; um abismo de diferença separa os dois continentes. Ali pregava-se a doutrina santa do Evangelho, e uma força divina e irresistível atraía esses povos para as grandes verdades nele contidas. Na África o missionário empregava iguais esforços, e a mesma semente de doutrina não produzia senão frutos raquíticos e sem aroma.

De onde provém esta diferença? Da doutrina? Não. Do missionário? Também não. Provém do meio. E por que se não atentou a este, as missões africanas não corresponderam, e ainda hoje na África há muitos baptizados, mas pouquíssimos cristãos dignos deste nome.

O missionário africano actual deve levar ao indígena, desconfiado e estúpido, em uma das mãos a Cruz, símbolo augusto da paz e da fraternidade dos povos, e na outra a enxada, símbolo do trabalho abençoado por Deus. Deve ser padre e artista, pai e mestre, doutor e homem da terra; deve tão depressa pôr a sua estola, para confortar com a esperança eterna o padecente nos estertores da hora extrema, como empunhar a picareta para arrotear uma courela de terreno; deve tão depressa fazer uma homilia, como pensar a mão escangalhada pela explosão de uma espingarda traiçoeira.

As aptidões, porém, do homem são tão limitadas, as doenças africanas prostram com tanta violência, e o tempo corre tão veloz para o missionário, que impossível nos é exigir tantos serviços de um só homem.

Que remédio, então? O remédio é estabelecer centros principais de missões, nos lugares menos insalubres e dotar esses centros com um pessoal suficiente. O remédio é a Congregação, em que os membros sejam ligados por meio de laços morais que sustentem a coesão desses membros, pelo menos o tempo preciso para que os trabalhos empreendidos com sacrifícios e enormes perdas não sejam baldados. Se não soar bem aos nossos ouvidos delicados de meridionais a palavra «Congregação», invente-se outra, por exemplo «Instituto Geral das Missões Portuguesas». Inventaram-no já os homens patriotas e insuspeitos que formavam a primeira Comissão das Missões. Repugnam os votos perpétuos, a nós, pouco acostumados a permanecer na mesma opinião? Pois sejam temporários; atendendo, porém, sempre, a que o missionário que vai para as missões por uns certos anos, precedentemente determinados numa lei, é pouco profícuo; será uma máquina de fazer civilização por contador.

Em geral o missionário, ligado ao seu Instituto, sabendo que terá sempre garantido o seu futuro na velhice e nas enfermidades, trabalhará todo o tempo que lhe for possível, e terá a consolação de ver, quando cair extenuado pela fadiga, que um outro irmão continua a sua obra e a sua memória, no caminho do bem e da paz.

Assim obteremos missionários experimentados, que transmitirão, com os seus ensinamentos, os costumes, as virtudes e os vícios dos povos onde por muito anos têm residido, aos missionários que os hão-de substituir, quando a doença ou a morte os tiverem posto fora do seu lugar de honra.

Pelo sistema actual não passamos de ter missionários sem tirocínio; não há unidade de vistas, o que um julga óptimo meio de propaganda, o outro julga-o detestável; e, pior ainda, quando um morre, leva tanto tempo a substituição, que tudo que ele fez se perde nesse intervalo. Mais. Que incentivos tem actualmente o missionário para trabalhar? Ùnicamente a Caridade.

E neste estado não será para recear que o missionário afrouxe no seu zelo, pensando todos os dias que em pouco tempo pode ficar inutilizado, e portanto em luta aberta com a miséria, tendo, para o consolar, apenas a amarga esperança de uma cama no hospital? Não será uma côngrua

de 350$000 réis, como têm os missionários de Angola, um incentivo para nada gastar em propaganda religiosa e deixar-se cair numa vil dependência dos míseros indígenas que ele devia dirigir?

Como há-de atrair os pretos à sua escola e à catequese, se ele não os pode vestir nem alimentar, condição indispensável, pelo menos nos lugares onde eu tenho missionado? Eu não venho aqui pedir riqueza, nem para mim nem para os meus colegas, que também a não desejam; não me faria missionário, e muito menos na nossa África, se fosse esse o motivo que me animava. Venho simplesmente chamar a atenção desta ilustre Sociedade para um estado de coisas que não deve continuar, que exige do missionário enormes sacrifícios sem resultado nem para ele, nem para a religião, nem para o bem das colónias.

Organizemos uma Congregação ou um Instituto de missões portuguesas; temos para isso um núcleo em Cernache do Bonjardim, à frente do qual se encontra um homem tão ilustrado e trabalhador como o sr. dr. Boavida (17). Pode acaso recear-se a falta de vocações? Impossível; pois os descendentes dos grandes missionários que honraram este abençoado torrão, levando o seu nome a todos os pontos do globo, já não sentem o entusiasmo do sacrifício pela sua religião e pela sua pátria?

---

(17) Foram criadas várias comissões para tratar do problema. Uma das mais importantes foi nomeada pelo ministro Eduardo Vilaça, em 19 de Dezembro de 1899, presidida por D. António Barroso, já bispo do Porto, de que fazia parte o Cónego António José Boavida, superior do Colégio de Cernache.

O Superior de Cernache do Bonjardim insurgiu-se contra a tese, geralmente aceite, ditada pelo bom senso, de que, não tendo Portugal missionários bastantes, se impunha admitir e chamar missionários católicos estrangeiros. O Conselheiro Dr. Barros Gomes e o Dr. Fernando Pedroso saíram-lhe à estacada, triunfalmente. Vejam-se os dois discursos do primeiro, em 20 e 25 de Abril de 1893, na Sociedade de Geografia. Parece referir-se a esta polémica o seguinte passo do Diário de D. António Barroso, de 20 de Junho de 1893:

«No último correio, que ainda recebi em Moçambique, vinha para mim uma carta do Boavida, em que me pede para o auxiliar na campanha em que está envolvido, como em 1890, contra os que dizem que os nossos missionários são insuficientes, e isto a propósito da discussão do parecer sobre missões da sub-comissão africana. Desde que vim de Lisboa nunca o Boavida se lembrou de me escrever, apesar de lhe ter escrito 4 vezes e só agora, que se meteu numa camisa de 11 varas, numa questão de que nada percebe, é que deseja que o vá defender ou às missões portuguesas, que não existem, sendo certo que o parecer da sub-comissão africana em nada ataca os nossos missionários, sendo até benevolente para com eles. Resolvi, pois, não lhe responder; fico à minha vontade e o Boavida também, porque eu teria de lhe responder dum modo que não lhe servia. Como seguem, as coisas do colégio que o Boavida dirige não vão bem... E é com estes elementos que querem impedir que os outros façam missões?! Que estudem primeiro, e depois então dirão alguma coisa sobre o assunto; enquanto o não fizerem, é melhor estarem calados».

Como escreveu o Dr. António Ferreira Pinto, «em tudo isto, havia um mal entendido, caturrice ou opinião antecipada contra as ordens religiosas. Nem pela qualidade e muito menos pelo número, podia o colégio das missões mandar missionários suficientes». Cfr. *D. António Barroso*, Porto, 1931, p. 169.

Pois os descendentes dos que levaram à capital da China e às costas do Japão a Cruz, com a alta astronomia e a imprensa, os descendentes dos que congregaram em aldeias, modelos de repúblicas, as tribos selvagens da América, não terão a coragem de ir implantar a santa Cruz abençoada, nor sertões africanos, mais humildes e menos selvagens? Impossível. Contra essa suposição protestam todos os dias os muitos pretendentes à entrada no Colégio das Missões. Contra isto protestam todos os meus colegas, que estão prontos a passar a vida na África, quando não temerem morrer de fome na Europa. Contra isso protesta a nossa dignidade de nação colonial, habituada às fadigas de além-mar; contra isso protesta, enfim, toda a tradição da nação portuguesa.

Organizemos pois esse Instituto, e se essa organização não puder ser mais perfeita, seja ao menos modelada pela do Seminário de S. Sulpício, em Paris, que fornece bons e muitos missionários às missões estrangeiras ([18]). Dotemo-lo com meios suficientes para um pessoal avultado; interessemos nesta grande obra a caridade do país, que, assim como socorre as missões em países não portugueses, com mais razão ainda o deve fazer a favor dos pretos, nossos irmãos, abatidos é verdade, mas que têm direito ao nosso amor e solicitude, até porque a sorte os fez portugueses.

*

Fazendo isto teremos ainda a nossa obra em meio, e é urgente concluí-la. É indispensável uma Congregação de Irmãs educadoras. Sem elas o resultado dos missionários serão sempre muito efémeros, pouco sólidos e não atacarão o mal na sua origem.

O colono do Congo há-de ser o mesmo congo; já disse esta verdade; é, pois, indispensável educá-lo para este fim. Essa educação, porém, será incompleta se não abranger os dois sexos; é urgente formar a família cristã na África, onde não existe.

De que aproveitarão todos os esforços dos missionários para educarem o preto, se a mulher deste, se a mãe dos seus filhos continua na abjecção da poligamia? De bem pouco. A mulher do Congo tem aptidões mais pronunciadas para entrar num franco caminho de progresso, do que o preto. Ama com exagero os seus filhos, é terna para com eles e tem embrionàriamente todas as boas qualidades da mulher civilizada. Gosta de saber e empenha-se para esse fim; é mais religiosa que o preto e tem, como enorme vantagem sobre aquele, os hábitos e mesmo a dedicação ao trabalho.

([18]) Deve haver lapso. A referência deve ser ao Seminário das Missões Estrangeiras da Rua du Bac, em Paris.

Com tais predicados será, se não fácil, ao menos muito possível, fazer dela a boa esposa, a boa mãe, a boa dona de casa, enfim, a boa companheira e não a fêmea do homem, como o é actualmente.

Abri em S. Salvador uma escola para raparigas indígenas, escolhendo uma hora adequada para que, depois de regressarem das suas plantações, pudessem frequentá-la; o resultado depassou a minha espectativa, um grande número se matriculou, e ali aprendiam a doutrina cristã e a ler.

Era o que razoàvelmente lhes podia ensinar, mas não é, com certeza, aquilo que elas mais necessidade têm de saber. Pouco importa que a mulher do Congo não saiba ler; o que é preciso, é que conheça os seus deveres de mulher cristã; o que precisa saber, é o modo como com seus pequenos recursos deve governar a sua casa; o que precisa saber, é preparar a roupa, com que deve cobrir a sua nudez; o que deve saber, é como há-de tratar do seu marido e dominá-lo para o bem.

Ora, toda esta instrução, que é a única que por enquanto lhe pode ser proveitosa, só outra mulher lha pode ministrar; e essa outra mulher só pode ser a Irmã educadora, cheia de dedicação, animada por uma fervorosa Caridade, que se transforma em mil sacrifícios, para nobilitar e engrandecer a sua irmã africana.

Em poucos anos, em volta de uma missão surgirá uma geração nova, verdadeiramente cristã, laboriosa e feliz. As aptidões da africana serão estudadas cuidadosamente, e ela, hoje estúpida e bronca, será costureira, será a dona de casa, será, enfim, um instrumento de civilização poderosíssimo.

As Irmãs educadoras, pelas circunstâncias económicas em que costumam viver, não sobrecarregarão muito a Instituição, sendo contudo preciso aumentar-lhes tanto mais as garantias, quanto maior é a sua fraqueza, já para resistirem às intempéries, já para viverem nos sertões.

O preto do Congo designa as Irmãs por *Mulheres-Padres* e terá por elas o mesmo respeito e acatamento que tem pelos missionários.

Como já disse, a falta deste elemento nas missões antigas, manifestou-se claramente nos pequenos resultados que delas promanaram. Se pois novamente nos não queremos arriscar a um insucesso, criemos junto de cada internato de rapazes dirigidos pelos missionários, o internato para raparigas dirigido pelas *Irmãs* educadoras, e assim completaremos a obra da regeneração do preto, criando a familia cristã, base de toda a sociedade bem organizada e próspera.

Mas ainda não é tudo; as nossas missões precisam de um novo elemento, além dos mencionados; necessitam do Irmão leigo, do lavrador, do artista.

Estes não devem, no meu entender, formar um corpo à parte, nem apêndice; devem fazer parte da congregação ou internato. O seu futuro será garantido como o do missionário, a sua educação deve ser animada e aquecida com as mesmas regras, os mesmos deveres. O amor para com o indígena deve animá-lo tão intensamente como ao missionário presbitero.

Se não for educado no mesmo meio, se não tiver o mesmo amor entranhado pela missão de que ele é membro, o seu sacrifício será inútil e prejudicará até, muitas vezes.

Se a estes obreiros do progresso e da civilização faltar o fervor religioso e afrouxar a Caridade, que tudo sofre, para educar o selvagem, a sua obra será fria e morta, e os resultados hão-de ser fatalmente pobres e escassos.

É por estas razões que eu creio pouco em missões leigas [19], não negando contudo que alguns serviços podem prestar, se houver rigorosa escolha no seu pessoal. Há-de ser difícil encontrar homens que sofram de boamente aos indígenas o que o missionário lhes sofre, esperando apenas desses sacrifícios uma recompensa que nem as invejas, nem a maledicência, nem toda a malícia dos homens lhes pode tirar, uma recompensa além da vida das misérias, das paixões ruins e dos despeitos; enfim, uma recompensa que só receberá quando soar a hora do descanso.

Com três padres e três irmãos leigos podem fundar-se em África missões modelos.

Actualmente todos estão convencidos que as missões sem o trabalho não podem dar resultado; o missionário isolado e só, na África pouco pode fazer de bom. Morre de nostalgia e aborrecimento; o preto que ouviu a sua catequese, mas que não compreende as verdades que lhe são reveladas, vem um dia por curiosidade, mas não volta. No fim de dez anos de catequese por este sistema estará tão selvagem como no primeiro dia; continuará analfabeto, vicioso e bêbado como dantes. Apelo para os que conhecem um pouco da África; será o preto de Luanda mais morigerado hoje do que o era há cem anos? Duvido.

O primeiro cuidado das missões deve ser a agricultura; nunca será próspera uma missão que tenha de importar tudo o que consome. Disto tira logo três resultados capitais: aliviar as despesas, ensinar os hábitos de trabalho ao indígena, introduzir novas culturas e processos no país, que em pouco tempo serão seguidos pelo indígena, que é suficientemente observador, para tirar os corolários lógicos destas inovações.

Na missão que dirigi sempre tive a peito este ramo de serviço, e se não tirei todos os resultados desejados, foi isso devido à falta de pessoal dirigente; consegui contudo que os mesmos indígenas trabalhassem e vissem os bons frutos que do trabalho se derivam.

Este importante ramo de serviços pode ser desempenhado perfeitamente por um irmão leigo, que prestará tão bons serviços como um pres-

---

(19) Missões *laicas* parece ser o que o Padre Barroso quis dizer. A experiência fê-la o ministro Almeida Ribeiro, com o nome de *missões civilizadoras*, de alma e intenções anticlericais, pelo decreto de 22 de Novembro de 1913, que aplicava também ao Ultramar a *Lei da Separação*, de 20 de Abril de 1911. O *Instituto de Missões Coloniais*, instalado em Cernache do Bonjardim no edifício confiscado ao Colégio das Missões católicas, foi extinto por decreto de João Belo, de 24 de Dezembro de 1926. As missões seguiram-lhe a sorte.

bítero. Em seguida vêmos oficiais mecânicos que as missões devem animar, já para se protegerem a si mesmas, já para que os indígenas aprendam para seu proveito e bem-estar.

O preto no Congo ainda hoje fabrica a sua cubata como a fabricou o seu avô no tempo em que invadiu estas províncias; e como poderia ele mudar, como poderia aperfeiçoar-se, se nunca lhe ensinaram a desbastar um tronco, se ele nunca viu um esquadro, se ele nunca soube como se lançava um prumo?

Vá o irmão leigo ensinar-lhe todas estas coisas e veremos que em poucos anos no lugar de trinta *chimbeques* de palha, surge como por encanto a casa confortável, que o garantirá do frio, cacimba e das pesadas chuvas.

Enfim, a missão deve ser uma escola completa, onde com o pão do espírito se ministrem os elementos de prosperidade material dos povos. O estado actual das raças do Congo, e o mesmo se pode afirmar de todas as africanas, não comporta uma alta cultura intelectual, que em lugar de beneficiar o indígena lhe seria prejudicial. De que nos serviria ministrar ao indígena uma instrução aprimorada e desenvolvida, se o meio social em que a natureza o colocou lhe não permite por enquanto o passar de um artista, de um pequeno lavrador ou de um medíocre negociante?

Que saiba bem a nossa língua, ler e escrever correctamente, com uns princípios de aritmética e história natural, e ter-lhe-emos dado o que ele mais precisa para o espírito. Seja lavrador, artista ou pastor e terá tudo o que lhe é preciso para o corpo.

Compreendo assim as missões na África e penso que todos me acompanharão nesta maneira de vê-las.

Se as criarmos, veremos como terminam revoltas, como o preto nos é afeiçoado, como as nossas colónias prosperam e como teremos no fim de alguns anos modificado profundamente a sociedade indígena, trazendo-a ao cristianismo, ao progresso, à civilização, e enfim a todas as aspirações justas das sociedades adiantadas.

II

Pela exposição resumida que fiz das condições climatológicas do Congo, será fácil deduzir que as missões, principalmente no norte da província de Angola, terão sempre a lutar com um inimigo terrível, que resistirá aos esforços e energia das raças europeias, o clima; seria ilusão o ocultar esta circunstância, que desempenhará sempre um lugar importante no número dos obstáculos com que é preciso contar para a civilização do Congo.

Este obstáculo não é invencível debaixo do ponto de vista missionário. Os missionários que para ali enviarmos, continuarão a ser vitimados pelas febres, como o foram os das antigas missões. Poderemos porém e deveremos até, na minha opinião, criar o clero indígena, que poderá resistir

com grandes vantagens sobre o europeu à malignidade do meio climatérico. Esta vantagem e este grande recurso não é invenção minha; há muito que os primeiros descobridores lhe reconheceram as vantagens. Um parente [20] do segundo rei cristão do Congo, D. Afonso, foi o primeiro bispo da ilha de S. Tomé e do Congo, o bispo titular de Útica [21]. Em 1779 Martinho de Melo enviava ao Congo uma missão composta de vinte e dois missionários, um dos quais era o preto congo, André do Couto Godinho, bacharel em cânones. Não posso afirmar que fosse ele o chefe desta importante missão; alguns papéis que encontrei pertencentes ao mesmo autorizam até certo ponto esta suposição [22]. Nos conventos, tanto de freiras como de frades, encontrámos entre os seus membros os filhos do Congo. A ordem emanada do governo português, em princípios do século passado, para que fosse criado na capital da província um seminário para a educação do clero indígena, seminário que, ou nunca foi aberto ou, se o foi, com pouco resultado, mostram claramente a persuasão em que estavam os nossos antepassados, que tinham mais obras e menos palavras que os seus descendentes, que o preto podia ser padre.

Ainda que me faltassem estes precedentes, a minha opinião seria a mesma. O preto congo, segregado desde pequeno, do meio vicioso em que nasce, e transportado para a Europa ou mesmo para uma região do sul menos insalubre e longe da sua, não só daria à raça todas as garantias exigidas de estudo, mas ainda as que se referem à moral e bons costumes.

Em S. Salvador mandei muitas vezes alguns dos melhores alunos da missão a ensinarem a doutrina cristã às povoações vizinhas. É deveras consolador o observar o entusiasmo que os animava quando desempenhavam uma missão, reservada de ordinário ao branco. Para obtermos, pois, os melhores propagandistas católicos entre os indígenas, duas condições essenciais são precisas e bastam: formar-lhes o espírito pela instrução e o coração pelo sentimento para os lugares em que nasceram, porque seria a família que os perverteria, inutilizando-os; segundo, agregá-los às missões dirigidas pelo missionário europeu. Debaixo da inspecção imediata deste, com as suas boas qualidades de humildade e reconhecimento de maior capacidade no branco, estes missionários fariam milagres na educação e cristianização dos seus irmãos selvagens.

Conhecendo a fundo a língua do país, os costumes, as tendências dos seus compatriotas, estão aptos para serem os melhores evangelizadores não só do Congo, mas de toda a África.

As febres que dizimam o europeu, as quais quando o não matam, ao menos o impossibilitam, para desenvolver toda a sua energia e vontade,

---

[20] Era filho.

[21] Foi, sim, Bispo titular de Útica, mas nunca foi Prelado de S. Tomé; a diocese do Congo essa foi criada depois da sua morte.

[22] Cfr. Relatório de 20-1-1884, acima citado.

encontrariam no missionário preto um zombador dos seus golpes e sempre apto a resistir incólume a todas as intempéries do clima.

As missões do Espírito Santo, que muito bem conhecem a vantagem que podem tirar destes missionários, educam-nos na África, e quando os supõem aptos enviam-nos a Paris para estudarem a teologia e receberem as ordens sagradas (23).

O preto morre sempre por parecer branco; iniciando-o no sacerdócio, lisonjearíamos a sua vaidade em proveito da raça preta, nosso e da religião. Ainda mesmo pelo lado económico ele seria vantajoso, e estes mesmos sacrifícios que nos impõem, seriam largamente retribuídos com óptimos serviços.

As nossas antigas missões do Congo decaíram completamente quando ainda todas as cidades, vilas e aldeias de Portugal regorgitavam de conventos. Este facto é muito importante e mostra-nos claramente que o Congo era temido dos institutos monacais, por causa do seu clima.

Poderia parecer difícil obter candidatos já experimentados, e com os quais se pudesse contar com certas probabilidades de bom êxito; esta dificuldade desaparece, atendendo a que esses candidatos deviam ser tirados das missões que temos em África, como a da Huíla (24) e Congo. Entre os mais distintos educandos dos internatos das mesmas deviam escolher-se os que mais garantias oferecessem de capacidade, e deviam ser depois enviados à casa-mãe da Congregação para que os educasse no espírito de desinteresse, caridade e abnegação, tão indispensáveis a todos os sacerdotes, e absolutamente requeridos no missionário. Na sua terra natal não seria possível a educação; para o demonstrar aí temos o seminário de Luanda, que até hoje nenhum resultado tem produzido. A Congregação resolveria se convinha transportar o preto para o clima da Europa, ou se seria mais vantajoso estabelecer uma casa filial na ilha de S. Tomé ou em Cabo Verde.

O Ex.mo Sr. Bispo de Angola e Congo está tão convencido desta necessidade, que se oferecia a educar à sua custa, para o estado eclesiástico, um dos pretos que me acompanhou a Lisboa; não foi porém possível, atendendo à idade já grande do indigitado.

E porque não principiaremos desde já a ensaiar este sistema, que dará resultados? Porque à falta de institutos mais apropriados a formar o clero missionário, não se mandam desde já alguns destes indígenas para os seminários que temos nos climas quentes ou muito temperados, como Cabo Verde, Madeira e Açores?

---

(23) Estes Missionários tiveram de facto em Paris o *Seminário Colonial*, primitivamente chamado *Séminaire du Saint-Esprit*, para formar clero originário de França ou seu Ultramar, destinado às dioceses do Mar das Índias ou da América Central. Em Outubro de 1954 foi transferido para Saint-Tropez, no sul da França.

(24) Fundada em 1881, por decreto de 27 de Julho. Cfr. o nosso trabalho *A Missão e Seminário de Huíla*, n.º 64 da colecção «Pelo Império», Agência Geral do Ultramar, 1940.

A mim, senhores, afigura-se-me tão óbvia, clara e vantajosa a criação desta milícia, como reforço ao missionário europeu e sempre dirigida por ele, que só me admiro de que até hoje não tenhamos lançado mão de um meio fácil a meu ver, e que dará um resultado magnífico, especialmente debaixo do ponto de vista de resistência às influências do clima.

*

Agora, senhores, permitir-me-eis que resuma em poucas palavras o que mais difusamente vos apresentei.

O Congo, grande império indígena na época da nossa descoberta ([25]), dissolveu-se de tal modo que se converteu em milhares de povoações, por assim dizer autónomas e sem laços de dependência entre si.

Não creio que este esfacelamento fosse uma consequência dos nossos costumes e civilização ali introduzidos; tem-se observado o mesmo fenómeno onde nós não tivemos quase influência alguma; onde estão hoje os impérios do Muata-Yanvo e do Cazembe? Seguiram a sorte do do Congo. Os clarões da civilização cristã e portuguesa que os nossos heróicos missionários ali levaram à custa de mil sacrifícios, não puderam dissipar a densa névoa que envolvia a sociedade indígena.

Foram praticados heroísmos sem conto, mas para civilizar uma sociedade como a do Congo, entrincheirada no seu recinto de morte, não bastam sacrifícios heróicos; é preciso também o raciocínio e os meios adequados. Com as desgraças da mãe pátria, vieram as desgraças do Congo. Guerras sem fim, guerras de família, as mais terríveis em África, disputando a honra do mando, ensanguentaram por muitas vezes o país, e S. Salvador, a grande capital do tempo do esplendor, chegou a ficar deserta.

Os últimos representantes das raças europeias que lograram triunfar do clima retiraram para Luanda ou para a costa, vendo a região assolada e sem comércio.

As relações tão frequentes e cordiais entre brancos e pretos, quase se cortaram e quando mais tarde se tentou reatá-las, surgiram alguns atritos, que felizmente foram removidos.

([25]) A ideia de «império» e mesmo de «reino» é toda europeia e foram os portugueses os *criadores literários* de tais nomenclaturas políticas, inexistentes e desconhecidas quando da sua chegada à África, no século XV. O «reino» do Congo foi criado por D. Manuel e D. João III de Portugal, à imagem e semelhança do Reino de Portugal, cujas instituições sociais, políticas e religiosas procuraram para ali transplantar, desde os primeiros contactos. A realidade africana havia de convencê-los, em breve, de que a África não é a Ásia... e muito menos a Europa.

Em nossos dias voltaram à tela os assuntos do Congo; não o indígena, mas o europeu, negou-nos desalmadamente os nossos direitos; direitos exarados em todos os documentos históricos, direitos atestados nos escombros das nossas velhas igrejas, direitos proclamados nas cruzes que implantámos nos confins dos sertões.

Concederam-nos, ainda assim, o favor de não nos arrebatarem tudo; devemos ser gratos por esta munificência (26)!

O que nos resta é ainda muito; trabalhemos pois activamente na civilização desses súbditos da Coroa portuguesa, trabalhemos nos seus melhoramentos morais e materiais. Demos-lhes missões e com elas a felicidade e a paz. Em todo o vasto território ao sul do grande rio Zaire até Luanda, temos apenas três estações missionárias; isto é pouco, é quase nada. É urgentíssimo criar uma nova no Bembe (27), lugar onde ainda há poucos anos existia a sede de um concelho e a exploração de um rico minério, e hoje só existem ruínas e escombros. Criemos aí uma missão e depois dessa criemos mais algumas em todo o país, mandemos o padre e mais tarde o soldado, se por acaso for preciso.

Temos de colonizar por evolução, é este o caminho que convém aos nossos recursos e ao nosso grémio; apressemos porém essa evolução, e os sacrifícios que hoje nos custa serão retribuídos amanhã largamente. Salvemos o Congo da decadência a que chegou, pelo comércio que ainda produz, e pela exploração do minério em que é rico. Um caminho de ferro de via reduzida do Ambrizete até ao Bembe seria de grande alcance material para toda aquela região. Salvemo-lo moralmente pelas missões, protegendo-as eficazmente, criando um pessoal que não temos, dispensando toda a protecção aos Institutos que ali desejem trabalhar, a coberto da nossa bandeira.

Nunca nos arrependeremos do que fizermos pelas Missões Católicas nos nossos territórios de além-mar; disperso por uma vez um montão de preconceitos que nos tem obrigado a adiar este problema momentoso das missões, chamemos novamente ao Congo o frade, o congregado, todos os portadores da paz e do progresso; um governo forte tem sempre elementos para coibir abusos, se eles surgirem em alguma parte.

Tomemos para exemplo de tacto colonizador a nossa vizinha Espanha, que protege altamente as missões filipinas e recebe em troca a prosperidade material e moral desse arquipélago. Preparemos pelo W. de África uma forte barreira, para opormos à influência árabe e maometana, que se

---

(26) Referência ao chamado *Acto de Berlim*, resultante da *Conferência* do mesmo nome, realizada na capital da Alemanha, de 15-11-1884 a 26-2-1885, provocada por Bismarck de acordo com a França, da qual resultou o reconhecimento do Estado Livre do Congo — arranjado em parte com territórios de que foi espoliado Portugal — e a chamada «Questão do Zaire», em cuja origem estão os «bons serviços» prestados pela nossa secular Aliada, com Lord Palmerston à frente...

(27) Esta missão só teve realização em 1954, por Provisão do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, de 7 de Dezembro.

alastra pelo oriente e pelo centro. A humanidade agradecida bendirá o nome da Nação pequena, mas briosa, que, tendo nos séculos XVI e XVII feito recuar as invasões dos turcos otomanos na Europa, pela guerra que lhes moveu nos estreitos da Ásia, mais uma vez conteve a barbárie árabe, que actualmente, como a lava de um vulcão, ameaça assolar a África inteira.

BSG — 1888-1889, (8.ª Série), n.ºˢ 3 e 4

O DESPERTAR DO LETARGO

Há pouco mais de um mês foi a nossa pátria ludibriada, recebendo de uma nação egoísta, que há muito nos explora de um modo vergonhoso e indigno, a maior afronta que se pode infligir a um povo livre e cioso dos seus direitos [1].

Pretenderam e pretendem mutilar a integridade do nosso património colonial, que nos foi adquirido à custa de sacrifícios sem conto.

Ao conhecer a enormidade do atentado brutal, uma explosão sincera, ingente, como o vagalhão do oceano, explodiu dum extremo ao outro do nosso país. Era a alma nacional que acordava do seu profundo sono de muitos lustros, e recta como a justiça e forte como o direito, apontava ameaçadora à execração do mundo civilizado, mais uma violência, que desonra os que a praticaram.

Couraçados, torpedos, canhões, fortificações dos portos, defesa imediata das nossas cidades africanas, apenas defendidos pelo entusiasmo de um punhado de portugueses que as habitam, foi o grito que se ouviu, de todos os lados, ressoar.

Passado o explodir da procela, serenam os ânimos, para na sua concentração encontrarem o alento que anime o seu ódio contra os espoliadores.

Ao primeiro choque nervoso e frenético sucedeu a calma, não a que se segue às grandes tempestades, mas a que precede as grandes convulsões da natureza.

O pensamento de uma subscrição nacional, não para nos livrar da afronta recebida, que é irremediável, mas como protesto de um povo que se não deixa espoliar, sem que entregue à execração todos os que prezam a força do direito, surgiu espontâneo e grandioso. A imprensa tem citado verdadeiros rasgos de heroicidade, principalmente da parte dos que vivem do seu trabalho e labutar constante, entrando no gazofilácio da nação com o seu óbulo sagrado, como a viúva do Evangelho.

A família real, a aristocracia, o burguês e o plebeu, os padres; os soldados e os homens do campo e da oficina, todos sem discrepância con-

---

[1] Referência ao *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890, acto de violência caracteristicamente britânico, com que o governo inglês se dignou brindar o seu secular aliado, a propósito dos territórios africanos compreendidos entre o Niassa e o Zambeze, que contrariavam o seu sonho imperialista de soberania britânica do Cabo ao Cairo, que não passou, aliás, de um pesadelo... Da onda de indignação patriótica que então correu o País é eco fiel este artigo do Padre António Barroso.

correm a protestar, em íntima união de sentir, contra a afronta recebida.

Um povo que assim afirma o seu amor à pátria, não é com certeza um povo decaído, um povo morto. Não, e mil vezes não!

Nas veias da nação ainda corre o sangue dos heróis gigantes, que tornaram respeitado o nome da nossa pátria. As provas da minha asserção são evidentes e palpáveis para que seja preciso apresentá-las. Mil louvores a todos, porque todos os portugueses souberam cumprir o seu dever, e se a pátria tivesse exigido o sacrifício do seu sangue não teríamos de abrir registro negro para os traidores.

O vocabulário copioso da nossa indignação, única arma de que nos era lícito servir-nos contra os que invadiam o território sagrado da nossa pátria, foi esgotado, e o eco dessa indignação retumbou ao longe, conciliando-nos as simpatias da Europa.

E agora que temos como lenitivo ao nosso desesperar o apoio de todas as almas bem formadas, estudemos os meios de resistir às ambições cúpidas dos que desejam espoliar-nos do que é nosso no Ultramar.

De que meios se tem servido a Inglaterra, durante mais de um século, para fazer mão-baixa ao que pertence aos outros?

Em Madagáscar, no Congo, onde felizmente não vingou a sua intriga, e ùltimamente em Moçambique, ela emprega o missionarismo, sem escrúpulos, mercantão atrevido, soberbo e insolente, mas tenaz e não sabendo recuar nem diante de direitos ofendidos, nem de contrariedades temerosas.

E com respeito ao missionarismo inglês, que em toda a parte onde lança o pé nos agride desalmadamente, seria muito bom, em homenagem à verdade, rectificar o juízo que entre nós se tem feito dele. É comum ouvir, mesmo aos que estão mais ou menos enfronhados em negócios coloniais, tecer elogios à sua ilustração e saber; eu que os conheço muito de perto, posso afirmar, que os que estão nesses casos são muito raros, são os chefes, que ou por convicção ou por interesse, arrebanham nos cafés e cervejarias de Londres alguns fanáticos que os seguem, e que têm uma cabeça mais dura e rebelde do que carneiros, e o seu grande mérito está no seu fanatismo, que os leva à teimosia em tudo que empreendem.

Estes senhores não recuarão diante dos maiores sacrifícios, para que a sua Inglaterra tenha o pretexto de estabelecer um protectorado, ou fazer uma anexação.

Do que eles são como obreiros evangélicos, sabo-o toda a gente, que tem conhecimento dos *collares*, para enfeitarem o pescoço dos pretos; já se sabe, que as nossas autoridades de Moçambique não consentiram que fossem importados. As crónicas de Blantyre falam bem alto para que existam dúvidas a respeito do seu humanitarismo. Bons, porém, ou maus, segundo forem avaliados por nós ou pelos seus patrícios, o que é certo, é que alguns anos antes dos *ultimatuns* brutais, esses missionários, que são a nossa sombra negra, pedem a nossa protecção, que lhes é dada generosamente, e chegam à impudência de intrigarem contra os portugueses, com esses mesmos documentos que mendigaram. Nos lugares em que se esta-

belecem, forma-se um centro, que fala inglês, que conhece a graciosa Rainha e os algodões de Manchester, o *roast beef* e o *schilling*; a nossa língua, os nossos hábitos, o nome da nossa pátria, e enfim a nossa influência é batida em brecha; e o preto só nos conhece para nos odiar, como um povo de selvagens, indigno de possuirmos um palmo de colónias.

E quem tem tido a culpa de que isto acontecesse? Todos nós, uns pelo que não têm feito, outros pelo que deixam fazer.

Quando pois se pedem navios, canhões e armamento, encho-me de júbilo, e desejo que em pouco possamos nas nossas cidades de África oferecer uma resistência armada a quem nos quiser desapossar do que é nosso.

Isso porém que é óptimo, não é tudo. Necessitamos combater doutrina com doutrina, influência com influência, missionários com missionários, nos lugares onde nos tiverem precedido, e acautelar aqueles que ainda não foram invadidos.

Há muito que as velhas nações da Europa reconheceram que o mais eficaz meio de desenvolver a sua influência entre raças inferiores, que apenas estão na infância do seu desenvolvimento social, era o missionário. Portugal, primeiro que ninguém, e mais que todos os outros povos, experimentou e ainda experimenta as vantagens enormes que daí lhe advieram. Porque não continuou, pois, no caminho tão brilhantemente encetado?

Grandes desgraças e guerras sangrentas devastaram o solo da pátria; uma nova orientação política levou-nos a prescindir de um elemento, que nos tinha conciliado o respeito e o reconhecimento de milhões de indígenas, quase em todos os continentes. A onda política de 1834, empunhando o camartelo da destruição, aniquila de um traço de pena os nossos viveiros de missionários. Não trato de examinar aqui se as ordens monásticas necessitavam ou não de reforma, ou se poderiam dar-nos nas colónias serviços que não necessitava a metrópole, segundo a afirmação de homens políticos dessas épocas, no estado em que se encontravam. Destruir e lançar por terra foi sempre uma empresa fácil, e nenhuma glória cabe por isso aos que insensatamente têm tomado sobre seus ombros essa tarefa.

Joaquim António de Aguiar, mais conhecido pelo «Mata-Frades», com o seu decreto, matou alguma coisa mais elevada, e de consequências desastrosíssimas para a pátria; matou a nossa influência colonial, matou a nossa agricultura e matou as nossas pobres colónias, que têm vegetado num pélago de miséria. O seu decreto radical que, privando-nos de missionários, deixou as nossas províncias ultramarinas abertas ao flibusteirismo britânico, que entrou por ali dentro como na própria casa, só pode ter uma atenuante na prece que Jesus dirigia do alto do Gólgota, a favor dos que o crucificavam: «Não sabem o que fazem» (2).

---

(2) Referência ao decreto-lei de 30 de Maio de 1834, que extinguiu em Portugal e todos os seus Domínios, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas das Ordens Regulares, incorporando seus bens na Fazenda Nacional.

E que fizemos nós, para remediar males tão grandes, golpes tão profundos? Quase nada. Primeiro cria-se uma secção no seminário de Santarém, com uma meia dúzia de homens para evangelizarem continentes, ou ao menos vastíssimas províncias. Se não tratássemos de um assunto tão sério, e que nos faz corar de vergonha, seria ocasião para fazer soar o truanismo de gargalhada impiedosa (3).

Alguns homens dedicados, e que viam claramente que por este caminhar estávamos em pouco tempo na aresta de um abismo, criaram no Bombarral um pequeníssimo seminário, que em 1854 devia ser transferido para Cernache do Bonjardim, e dar origem a essa única instituição oficial de missionários portugueses (4).

Com a evolução natural do tempo, esse instituto tem aumentado nos últimos anos de um modo notável o número do seu pessoal destinado ao ultramar, devido às contínuas instâncias do actual superior, dr. Boavida. Sem a sua boa vontade e energia, o colégio das missões ainda hoje não teria mais de sessenta alunos.

Aqui está compendiada toda a iniciativa oficial para dotar com missionários as nossas colónias.

O resultado correspondeu às previsões, aliás naturalíssimas, de todos os homens sensatos; as igrejas levantadas nos sertões, como marcos miliários do progresso e civilização do preto, derruíram-se, e os seus escombros entre as ervas do sertão ficaram aí para protestar a miúdo, mas eloquentemente, contra a incúria e desleixo da mãe-pátria. Os hospícios e as casas de missões do interior fecharam as suas portas, e os hinos do trabalho e da actividade não tornaram a ressoar mais nesses lugares, onde sucedeu o silêncio da morte; o viandante hoje, ao passar por esses lugares, admira os belos laranjais e pomares que continuam as tradições dos que os plantaram; colhe os frutos e maldiz intimamente quem destruiu esses oásis do deserto.

A imponência poética do culto católico, que exercia a mais salutar influência sobre a alma anuviada dos indígenas, não mais fez vibrar os estos de entusiasmo nos espíritos simples, e as catedrais que não vieram a terra, não mais ouviram o salmear cadenciado dos seus levitas. No

---

(3) Referência, possìvelmente, à portaria que mandava que pelo cofre da Bula da Cruzada se continuasse a dar assistência aos alunos de Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe que frequentavam o Seminário de Santarém. A portaria é de 12 de Março de 1856.

(4) Por decreto de 21 de Maio de 1844 foi criado no Bombarral o Colégio para as Missões da China, nas casas do bispo de Pequim, D. Veríssimo Monteiro da Serra, ainda sòmente eleito. A portaria de 7 de Abril de 1856, dirigida ao Padre Luís Bernardino da Natividade, procurador do Colégio, em resposta ao seu ofício de 14 de Fevereiro, em que dava conta da abertura do Seminário de Cernache do Bonjardim em Dezembro de 1855, patentela a satisfação do Governo. Finalmente, a lei de 12 de Agosto de 1856 mandava estabelecer em Cernache o Colégio das Missões, como central, com filiais nas dioceses do Reino e do Ultramar.

meio desta desolação, o preto estacionou na sua marcha de progresso moral, e raras vezes ouve falar no nome querido do venerando Portugal, nome santo que ele aprendeu à força de lhe ser repetido com carinho e amor pelos pregoeiros das glórias pátrias, nome que ele respeitava e amava, porque lhe era anunciado pelos homens da paz e da religião.

Mas esse nome deixou de ressoar no sertão, e o preto, que esquece fàcilmente, no seu abandono entrega-se ao primeiro que lhe avive as antigas tradições, quase obliteradas.

Já o dissemos, e continuamos a dizê-lo, porque é bom saber-se: o preto ama o português, quiçá porque os defeitos das raças meridionais a que pertencemos, têm seus lugares de contacto com a sua índole preguiçosa e pouco constante; porque os temos tratado com mais humanidade que os outros; porque preferimos civilizar vagarosamente a destruir, como a Inglaterra costuma fazer por onde lança pé; porque em geral somos nós os tributários dos sobas africanos, a quem presenteamos em vez de nos locupletarmos à custa deles. Acreditai, porém, que o preto, grato aos sacrifícios que por ele fizermos, repelirá como inimigos os que em África contestarem a nossa influência, quando de mais a mais eles lhe são carinhosamente recomendados pelos poderes da metrópole; é acreditar o absurdo, é não conhecer nem o preto nem a natureza humana. E os que hoje em África nos combatem, principalmente por meio da propaganda religiosa, estão bem certos de um êxito completo, adoptando o sistema da brandura e do carinho, até ao dia em que não mais necessitem da máscara hipócrita que afivelaram ao rosto.

Para corrigir e voltar em nosso favor essa propaganda, é indispensável organizar as nossas missões, preparar um pessoal conveniente, abundante, e garantir-lhe um futuro, sem o que nunca poderemos ter missionários que mereçam tal nome, e nunca nos lavaremos da nódoa de deixarmos morrer de fome os que mais se sacrificam pela pátria.

É verdade que os estatutos por que se rege o Colégio das Missões, lá falam numas garantias de preferência para as paróquias e canonicatos da metrópole; isso porém é letra morta.

Eu desafio quem quer que seja para me provar, que essa lei se tornou efectiva para algum dos missionários que têm regressado da África ou da Ásia. Nem para um só.

Uns têm entrado como professores no colégio que os educou; outros têm procurado abrigo nos institutos religiosos, e outros, depois de doze anos de ímprobos trabalhos no Extremo-Oriente, não obtendo serem despachados para um canonicato, são capelães de freiras ou párocos encomendados de paróquias que não têm quem deseje nelas colocação. Isto é positivo; a lei é o ideal, que nunca chega à realidade.

É princípio bem assente, que para obter os fins é preciso empregar os meios. Todos hoje querem os fins; mas poucos se empregam no estudo dos meios.

Todas as pessoas que tratam do grave assunto das missões ultramarinas conhecem a minha opinião a tal respeito, porque a tenho manifestado em toda a parte. O meu ideal em missões é substituir o indivíduo, isolado e só, e portanto fraco, pela colectividade eficaz e poderosa, e portanto fecunda. O missionário como hoje o temos é bom e é mesmo indispensável para as colónias onde existem paróquias organizadas, e onde os povos adquiriram uma certa civilização, ou onde domina o elemento europeu; exigir porém dele que crie missões de penetração no continente africano, só e desamparado num mar de selvajaria, é querer o impossível! É sacrificar sem resultados para a religião, para a pátria e para o indivíduo, muitos esforços que, bem organizados, poderiam produzir os frutos mais abundantes.

O que é indispensável é que o missionário que trabalha em África, saiba que a sua obra não morre, que quando a faina lhe roubar a vida ou o inutilizar para o trabalho, ele veja chegar os que devem continuar a sua obra de paz e de progresso; o que é indispensável é que ele saiba que não está só e que enquanto luta contra obstáculos sem medida, na Pátria outros trabalham constantemente para lhe ministrarem elementos de resistência.

Não queremos congregações estrangeiras? Pois nacionalizemos as que quiserem trabalhar nas nossas colónias e favoreçamo-las por todos os modos. Não queremos votos perpétuos? Pois façamo-los temporários; de modo porém que o missionário permaneça nas missões enquanto a saúde lho permitir, e saiba que ao regressar, sem forças e inutilizado, tem uma casa onde se recolha, e onde preste os seus serviços, que ainda podem ser muito valiosos, na educação dos novos obreiros evangélicos, mas sem favor e ùnicamente como recompensa destes serviços que prestou à sua Pátria; é preciso que o pão da sua velhice não dependa da generosidade de um ministro da Coroa.

Na ocasião em que todos nós, com o mais santo entusiasmo, protestamos contra os que, até por dever de justiça, nos deviam proteger, mas que nos espoliam vilìssimamente; na ocasião em que tratamos de nos armarmos a fim de repelirmos um golpe de mão dos piratas do século XIX; na ocasião em que queremos mostrar, e mostraremos, que somos um povo que não esquece as suas gloriosas tradições, e que melhor que nenhum outro sabe empunhar o facho da civilização e adelgaçar as densas trevas que ainda envolvem os infelizes africanos, que têm continuado a ser as vitimas da ambição e da intriga do flibusteirismo britânico, nesta ocasião devemos pensar sèriamente na organização das missões portuguesas. Será abençoado o dinheiro que com elas se gastou, e dar-nos-á os melhores elementos de defesa nacional.

De que elementos ou pretextos se serviram os ingleses para nos roubarem? Das missões. Sirvamo-nos também nós delas para conservarmos o que é muito nosso, e que só o mais desenfreado cinismo nos pode roubar.

Impelidos pela brutalidade desse abjecto *ultimatum*, que a Inglaterra teve a triste coragem de enviar à nação que mais serviços prestou à Humanidade nos tempos modernos, levemos o espírito de resistência a toda a parte. Nos postos coloquemos canhões, no interior o missionário, as missões científicas, o comércio e agricultura, e assim teremos mostrado que respondemos condignamente às injúrias gratuitas, e que despertamos, enfim, de um longo sono, de um profundo letargo.

NOTA — Este trabalho foi publicado na revista *Annaes das Missões Portuguezas*, III Ano, Lisboa, 1891, págs. 60-63.

O PATRIOTISMO E O CLERO

Minhas senhoras e meus senhores:

Nas grandes crises, particulares ou sociais, das famílias ou das nações, há sempre um fundo moral acumulado pelas gerações, que nos têm precedido, perpetuado no bronze da história ou transmitido nos símbolos da lenda ou nas asas da tradição, onde podemos haurir os elementos de energia e força, com que resistamos aos duros vendavais, que nos açoitam sem piedade. É que as grandes tradições cristalizam as grandes energias e impedem que se corrompam.

No segundo quartel deste século, vemos surgir, depois de um eclipse de longa duração, uma nova Grécia, amparada nos braços musculares de Homero, Demóstenes e Xenofonte, inspirando-se nas gloriosas tradições dos seus épicos, dos seus filósofos, dos seus guerreiros, que tendo avassalado a Ásia do Helesponto até à Bactriana, sentem vacilar o seu pulso de ferro para sustentarem a hegemonia do seu vasto domínio.

Os generais do império dos cem dias, subjugados pelo brilho épico de campanhas recentes, fazem esvoaçar as águias triunfais das suas bandeiras, de Fréjus até aos coruchéus das Tulherias e daí até aos plainos de Ipres e Waterloo, onde a mais formidável coligação dos tempos modernos as havia de fazer beijar o pó da terra.

A Polónia, essa nação cavalheirosa, que tantas simpatias tem despertado em todos os espíritos bem formados; essa nação que, ousada, faz parar diante dos muros de Viena, de Belgrado e nos contrafortes dos Balcãs, o vagalhão ameaçador e feroz da invasão muçulmana, salvando com Sobieski e um punhado de heróis a Europa cristã, dividida diante duma crise temerosa; essa nação que recebeu em recompensa de sacrifícios sem número, o martírio, o retalhamento, a divisão, a perda da sua autonomia, a mão férrea da Alemanha e o despotismo feroz dos Czares, essa nação agoniza há muitos anos, mas não pode morrer. As suas tradições, o exemplo dos seus heróis, conservam-lhe a energia vital suficiente para depurar, no caminho da desgraça, as suas faltas passadas e para que um dia ressurja como a fénix das próprias cinzas amortecidas.

Entre os portugueses, 60 anos de opróbio e escravidão foram tempo de facto para oxigenar o organismo nacional depauperado e anímico;

doença contraída no contacto com as especiarias indiáticas, com o ouro dos filões inexgotáveis do Brasil e com a escravidão africana, o vírus mais corrosivo e desorganizador que tem dado em terra com a força e virilidade das nações, como a Turquia. As tradições heróicas de uma nação constituem o património mais rico e fecundo; ai dos povos que não as possuem.

Senhores: Ao fechar-se o ciclo histórico, conhecido pelo nome de Idade-Média; ciclo fecundíssimo onde fermentaram todos os elementos da civilização actual, bafejados amorosamente pela influência do cristianismo, entramos em pleno período de Renascença. E enquanto a Itália, essa alma--mater das belas-artes, dava à Europa novas formas literárias, estátuas como as de Moisés, pinturas como as de Teciano, Correggio, e colunas e cúpulas, as glórias artísticas das gerações passadas; um povo numèricamente pequeno, mas gigante pela pujança da sua virilidade, indomável pela energia do seu carácter, heróico pelas tradições da sua raça; um povo amestrado no duro exercício das armas, durante uma longa dinastia; um povo que tinha vibrado os golpes mais duros na couraça bem guarnecida e heróica dos árabes belicosos; um povo que no vale do Guadalete, entoando o «Exurgat Deus et dissipentur inimici ejus», se lança como uma avalanche sobre todo o poder mauritano, aniquilando-o, à vista de Tenerife, não já para defender o solo sagrado da Pátria, mas para ajudar velhos guerreiros, que sabiam a têmpera das nossas armas, a sacudirem um jugo ominoso; esse povo não encontrando espaço suficiente para o seu bracejar hercúleo nas estreitas ensanchas que a natureza lhe tinha traçado, lança-se além dos mares, percorre-os em todas as direcções, pulveriza antigos terrores, refaz o perímetro da África, e dá à Europa, ou antes, à Humanidade, um caminho para a Índia, e um vastíssimo império como o de Santa Cruz. Vasco da Gama, dobrando o Cabo das Tormentas, e Pedro Álvares Cabral levantando à honra de Deus o primeiro altar nas terras do Brasil, valem bem Rafael pintando o Juízo Final e D. João de Áustria destruindo a esquadra dos Osmânius no Golfo de Lepanto.

A Itália dá uma Renascença artística, Portugal dá uma Renascença humanitária, abrindo um caminho novo à religião, ao comércio internacional, ao amplexo do Oriente misterioso e do Ocidente cristão, à fraternização dos povos, à navegação, ao progresso, enfim. E para em tudo levarmos vantagens, se o sol da Itália faz desabrochar poemas esbatidos e doces como um despontar de aurora de Abril, o sol que alumia a nossa Pátria querida faz surgir heróis de altura descomunal e génios mais altos ainda que os cantam em versos imortais. As paráfrases aos gemidos, que juntos do rio de Babilónia, soltavam os que tinham perdido o seu templo e a sua cidade, carpidas pelo génio da saudade da Pátria longínqua, nas margens de Hécon, e a inspiração épica que levanta um monumento de glória imarcescível aos feitos da gente lusa, fazem esquecer Ariosto, o Dante, e o Tasso, com a sua Jerusalém.

Os nossos marinheiros, os nossos missionários e os nossos exploradores, animados em santo amplexo, pelo amor da Pátria, vivíssimo e intenso, arremetiam intrépidos com os obstáculos, e quanto estes eram mais possantes, mais depressa eram superados.

O perigo que acobarda os outros, era para nós o anjo rutilante do destino que impulsionava seus filhos dilectos.

Dobrar o Cabo das Tormentas era uma epopeia, que rasgava os estreitos horizontes da velha Europa e impulsionava num repelão gigante a humanidade para um futuro luminoso; mas criar pela valentia e prudência de um Albuquerque, um império nas regiões da aurora, contra todo o poder dos rajás do Indostão e as ciladas da Ásia, presa havia pouco, do elemento turco, é um facto de tal maneira grande, que não poderia ser inventado se não fosse verdadeiro.

E enquanto os nossos heróis, pela sua valentia excedem o que a fábula tinha sintetizado no místico Hércules, pelejando como semi-deuses, a Cruz, símbolo do progresso e da civilização, era arvorada nas clareiras dos desertos africanos, à margem dos grandes rios da América, nos coruchéus da catedral de Goa, nas regiões afastadas da China, e nas serranias do Tibete.

Anchieta atraindo os índios do Brasil, e reduzindo a regras gramaticais as suas línguas bárbaras; o padre João dos Santos percorrendo a Etiópia; Gonçalo da Silveira, morrendo em Zimbaoé e Francisco Xavier renovando na Índia e Japão os prodígios dos tempos apostólicos, encheu-nos do mais santo entusiasmo e dão a estatura moral dos nossos evangelizadores. Como é belo, como é extraordinário contemplar um homem vestido de preto, empunhando um bordão e sobraçando um livro, que fala de Deus e do próximo, com a sotaina despedaçada pelos espinhos dos atalhos, as sandálias puídas do muito caminhar, internando-se nos sertões que ele não conhece, que nunca foram visitados, sem saber para onde caminha, sem escolta, sem bagagens, sem provisões, com a alma repleta de dois sentimentos nobilíssimos, o amor de Deus e o da Pátria, que lhe dão o alento para todos os sacrifícios!!! Dir-se-á que vai procurar imensas riquezas, tesouros de preciosos diamantes, que devem ser o prémio da sua coragem, e que lhe permitirão uma vida regalada no seio da opulência. Não, senhores; é o missionário português dos séculos épicos das nossas descobertas, que vai procurar selvagens degradados e embrutecidos, para os agrupar em povoações, para lhes ensinar o amor da Pátria, para lhes fazer conhecer as doçuras da vida civilizada, os frutos benéficos da paz, recebendo muitas vezes como recompensa o insulto, o desprezo, e quantas a morte na ponta de uma zagaia, numa seta ervada, ou na péssima alimentação com que se nutre. E desarmado vence batalhas tenazes, que não custam uma gota de sangue e que têm como despojos e troféus as lágrimas do reconhecimento e o bálsamo da consolação, o conhecimento do nome da Pátria querida, a expansão da sua influência e a civilização dos nossos irmãos mais novos.

Que títulos de glória para a nossa pátria não terem seus filhos vertido uma gota de sangue inùtilmente! O aço finíssimo das espadas dos nossos guerreiros só o experimentaram os que faltavam à fé dos tratados, e os que oprimiam os fracos, nossos protegidos. É esta a história das nossas guerras nas colónias.

Senhores: A um período glorioso, como nenhuma outra nação poderá apresentar, sucedeu um outro de decadência, tanto mais profunda, quanto mais alto nos eleváramos no primeiro.

Trocámos a armadura do guerreiro pela lira do sentimentalismo meridional; a bússula dos alterosos galeões oxidou-se por falta de uso, e a sandália do missionário, foi substituída pelo borzeguim de polimento. Estávamos ricos, um património imenso era a paga dos nossos grandes feitos; quem se atreveria a perturbar no seu sono o gigante que descansava? Foi esta confiança cega e sem critério, foi este abandono do futuro, que nos acarretou males sem número. Não contámos com a inveja e rapacidade dos que nos não perdoavam o sermos grandes; não nos serviam de aviso os excessos vandálicos da pirataria britânica, que não sabendo ir à Índia procurar especiarias, roubava os nossos navios saturados de riquezas. E quando um dia, ao despertar de um sono profundo, verificámos com assombro que as nossas armadas já não sulcavam os mares e tinham apodrecido carcomidas pelas ostras do famoso Tejo; que a nossa marinha mercante era um mito, e que apenas existia a tradição; que o nosso comércio tinha passado a mãos de estranhos, que o monopolizavam desde o ominoso tratado de Methuen até ao presente; que a nossa indústria tinha sido de propósito aniquilada, e que as nossas fábricas acabavam de arder ao queimarmos os últimos cartuchos contra os soldados de Napoleão; lembrámo-nos que além dos mares possuíamos enormes territórios, e que só deles poderíamos obter uma regeneração, que debalde procuraríamos noutra parte; que só neles encontraríamos elementos para sustentarmos a nossa autonomia entre as nações europeias. Era a primeira esperança que nos acenava, a primeira estrela que, rasgando um imenso véu de nuvens, vinha trazer o conforto e a coragem para as grandes empresas. Era o rasgar do sudário que nos envolvia.

Que propaganda porém se tinha feito na Europa e na África contra o velho Portugal, contra esse herói de cem combates a favor da civilização; propaganda infame, feita pelos que o queriam despojar vilissimamente dos seus títulos de glória incomparáveis! As esquadras inglesas tinham derrubado os padrões que os nossos navegadores plantaram na embocadura dos grandes rios, e teriam metralhado as nossas cidades do litoral, se com isso pudessem apagar a nossa memória. Bolama é arrancada às garras do Leopardo por uma arbitragem, e pouco depois o abutre inglês, espreita nova presa, contestando-nos os direitos sobre Lourenço Marques, a melhor baía da África oriental; ainda desta vez triunfa a força do direito, sobre o direito da força; devia ser porém a última, porque na pendência

actual é rejeitada a arbitragem, é calcado aos pés o artigo 12.º do Acto final da Conferência de Berlim, e é proclamada como razão suprema a que deriva da espessura dos couraçados e da metralha dos canhões.

Todo o mundo sabe isto; agora, o que talvez nem todos conheçam, é o sistema inglês de difamação para connosco. Quando conveio aos ingleses apresentarem-se diante da Europa à guisa de cavaleiros andantes, os defensores hipócritas dos desgraçados indígenas africanos, caluniaram vilmente a nação portuguesa, afirmando que praticava a escravatura e que a protegia, sem se lembrarem, ou antes lembrando-se de mais, de que fomos nós o primeiro povo europeu que nunca dela fizemos um monopólio, como a Inglaterra. A comissão mista e o direito de visita custou-nos dissabores sem conto, sendo as vítimas de velhacarias sem nome; que o digam os nossos delegados, que o diga o ilustre Governador Calheiros de Meneses. Não param, porém, aqui, os desbragamentos dessa nação sem pudor.

Quando, depois de 46, nós queríamos ocupar o norte da província de Angola, até ao 5°, 12 de latitude sul, compreendendo o grande rio Zaire, onde se tinham agrupado elementos esclavistas cosmopolitas, que era preciso destruir, o comodoro da esquadra inglesa intimava a um distintíssimo oficial da nossa Marinha, a ordem de que não podia avançar mais um passo ao norte do Ambriz, e que impediria pela força a nossa ocupação ao norte desse ponto. Foi necessário ceder diante da brutal intimação. O que é porém sobremodo edificante, é saber que até 1885, data da Conferência de Berlim, pela sua imprensa e pela sua diplomacia na Europa, e pelo seu missionarismo e negociantes perante o preto em Africa, nos tornavam responsáveis do que se fazia nesses territórios, que nos impediam de ocupar, policiando-os.

Este sistema, que ainda continua, se na Europa nem sempre dá os resultados que desejam os seus propagadores, é de péssimos efeitos entre o preto africano que, desconfiado por índole, e lembrado ainda dos horrores da escravidão, se habitua, à força de calúnias, a ver em nós, não a nação generosa que sempre os defendeu, mesmo à custa de enormes sacrifícios, mas os esclavagistas desalmados que os exploram, uma nação de selvagens quase no mesmo nível que eles, africanos. E a calúnia é de tal maneira uniforme em todos os pontos da África onde temos alguma coisa a perder, que se pode afirmar que existe uma combinação prévia entre os ingleses para a fazer vingar; ouvir insultar um missionário de Blantyre ou um do Congo vale exactamente o mesmo, e até de ordinário se servem das mesmas palavras.

Todo o bom inglês que encontramos nas colónias, se julga obrigado a atirar-nos uma padra, e se for missionário, arremete com duas. O missionário é, logo que chega à África, atacado da plétora dos protectorados e anexações, e para os justificar trata de dizer ao preto que se nós, os portugueses, tomarmos conta das suas terras, serão todos vendidos como carneiros. Choram lágrimas de crocodilo sobre a desgraçada sorte que os espera, e exaltam a clemência de sua majestade graciosa para com

tantos infelizes, e para lhes dar uma ideia grande de tão excelsa criatura, chegam a dizer que Deus vem comer à mesa com a sua rainha. Dizem, em seguida, que somos pobres e que nunca nos poderemos opor aos seus desígnios, e mil outras calúnias, para nos indispor.

Somos, sim, pobres, mas não aperramos o bacamarte ao peito dos pequenos para os roubarmos; somos pobres, mas somos dignos e nunca demos causa a que milhões de línguas nos amaldiçoem e clamem vingança contra nós; somos pobres, mas não apresentamos esse estendal de abjecções e miséria que caracteriza a Babilónia dos nevoeiros. É isto o que se esquecem de dizer ao preto.

Senhores: As tradições não obrigam, nesta ocasião, a pátria ofendida, a reclamar de nós o sangue generoso que nos corre nas veias; todos o daríamos de boa vontade. Reclama, porém, a união de todos os portugueses contra o nosso inimigo. O inglês, não tomado particularmente, eis o inimigo; combatamo-lo na Europa pela guerra ao seu comércio, à sua indústria, à sua exploração monetária, à sua expansão neste país, de que deseja fazer uma dependência.

Nos sertões africanos, onde nos temos esforçado para levar a civilização, não o podemos combater pelos esquadrões e pela metralha, nem isso nos daria glória; mas que a imprensa, que os institutos, que os particulares, que todos os que sentem bater um coração ao pronunciar o nome querido da Pátria, instem e concorram para que as missões se multipliquem, para que a colonização avance, para que as expedições científicas marchem, para que o comércio nacional se desenvolva.

Se assim fizermos, senhores, dias sorridentes de prosperidade, de paz e de glória fulgirão para a Pátria amada e então se verá «Qual será mais excelente, se ser do mundo rei, se pertencer à lusa gente».

Disse.

AMP — Ano III (1891), p. 63-66. Discurso proferido no Coliseu, em Lisboa, por ocasião do conflito luso-britânico.

COMUNICAÇÃO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO À SOCIEDADE DE GEOGRAFIA

Senhor Presidente:

Pedi a palavra para comunicar à nossa Sociedade que, por notícias que recebi do Congo, há ainda pouco tempo, sei que ou já faleceu, ou pelo menos está irremediàvelmente perdido, um dos filhos do rei do Congo, que há aproximadamente dois anos aqui esteve nesta mesma sala, sendo por todos recebido com bondade e carinho.

Foi o próprio pai do infeliz moço quem me comunicou esta triste notícia. É este o terceiro filho do rei do Congo que vejo descer à sepultura, vitimado pela terrível moléstia do sono, que todos os anos faz estragos enormes nas regiões ao norte de Luanda.

Os indígenas do Congo muitas vezes me afirmaram que esta moléstia, com os estragos actuais, era nova entre eles; que os seus antepassados uma ou outra vez a experimentaram, porém sem a intensidade actual. Entre S. Salvador e o Bembe encontrei eu povoações quase abandonadas por causa deste flagelo. Parece bem demonstrado que é uma doença de raça e que até hoje não temos um único caso de tal moléstia atacando um europeu.

Médicos eminentes atribuem a esta moléstia uma origem microbiana, e tanto os nossos médicos, como os franceses, sobretudo os que têm vivido no Senegal e no Gabão, têm-lhe dedicado diligentes cuidados e investigações; é certo, porém, que até hoje se não descobriu um remédio eficaz para combatê-la.

No actual estado da medicina, em relação a esta moléstia, penso que a medicação puramente indígena é a que dá melhores resultados.

Apenas o organismo apresenta os primeiros sintomas da invasão da moléstia, que se manifesta por um olhar espantado de idiotismo, dores de cabeça e na região lombar, e um arredondamento geral de formas, fazendo desaparecer as saliências angulosas, o curandeiro indígena — o nganga an longo — empunha o seu favorito escalpelo e retalha largamente as carnes do paciente.

A ventosa sarjada entre o indígena serve para tudo; um chifre de boi para fazer o vazio, faz sangrar abundantemente os golpes. A face, o peito, as costas, toda a região lombar, e, enfim, onde houver uma superfície de dois centímetros quadrados, é apta para sofrer ventosas sarjadas.

Este abuso leva-nos muitas vezes a julgar que se praticou a tatuagem, onde realmente só existem inúmeras cicatrizes de ventosas.

Para a cura da moléstia do sono, no entender do curandeiro indígena, a primeira condição é roubar muito sangue ao organismo; em seguida purgantes vegetais enérgicos são empregados durante quinze dias; tudo isto acompanhado de repetidos banhos frios.

Todos os amuletos, como búzios, botões de louça, etc., que entram sempre na terapêutica indígena, servem apenas para compor a parte misteriosa dos medicamentos, de que o indígena faz sempre depender a parte mais valiosa.

Quando se entrega um atacado nas mãos do curandeiro, o que eu tive de fazer algumas vezes, é preciso pagar desde logo um certo número de galinhas, segundo a importância do que deve ser curado; estas, porém, não são destinadas à alimentação do doente, como à primeira vista poderia parecer, mas sim à do médico, que com as pontas das unhas, ossos das tíbias, crista, penas, bico e um imbróglio de classificação impossível, compõe e realiza uma pequena boceta, que lança ao pescoço do doente, o qual a deve ali conservar durante certo tempo; de vinte a quarenta dias, e às vezes mais.

O indivíduo que contraíu esta doença, ainda que consiga curá-la, fica sempre mais disposto a ser novamente atacado do que qualquer outro. Esta moléstia não respeita condições nem idades; crianças e homens robustos, ou decrépitos, são igualmente atacados.

D. Alvaro d'Água Rosada, que agora foi vitimado, possuía uma instrução muito regular, que lhe foi ministrada em Luanda, em um colégio que ali existiu, dirigido por um homem que foi muito conhecido em África, Miranda Henriques. Acompanhou com seu irmão, D. Pedro d'Água Rosada, na sua viagem de regresso a Luanda, depois de pacificado o Congo, o valente militar José Baptista de Andrade, que deixou entre os indígenas do Congo, inolvidáveis recordações de bondade e valentia.

Quando cheguei pela primeira vez ao Zaire, encontrei D. Alvaro d'Água Rosada empregado na casa comercial francesa Daumas-Béraud & C.ª. Daí saíu em princípios de 1883, nomeado por proposta minha, pelo Ex.^mo^ Conselheiro Ferreira do Amaral, ajudante das escolas da Missão do Congo.

No combate sem tréguas que foi preciso sustentar contra as missões protestantes, encontrei-o sempre ao meu lado, como um bom e dedicado patriota.

Parece-me pois justo que esta Sociedade, que está acima de preconceitos de raças e de cores, e que aprecia o mérito onde quer que ele exista,

lance um voto de sentimento na acta desta sessão, honrando assim a memória de um sócio dedicado e prestimoso.

Senhor Presidente: Já que estou com a palavra, e tratando coisas do Congo, desejo chamar a atenção desta Sociedade para uma região limítrofe, ou mais justamente, para uma região que é uma parte integrante do Congo, que tem quase a mesma língua e todas as afinidades etnográficas. Refiro-me à Lunda.

Há vinte anos era lícito, aos que não faziam estudos geográficos profissionais, desconhecer a importância dos territórios que se estendem a leste do Congo, entre as bacias do Cuango e do Cassai, ainda que o comércio e os estudiosos sabiam muito bem o valor e a importância dessa região feracíssima.

Hoje, depois da fecunda expedição do nosso ilustre consócio, major Carvalho e companheiros, não é lícito a português algum desconhecer o que é e o que vale a apetecida região da Lunda.

Sempre mantivemos boas relações comerciais com os potentados da Lunda, que se reputavam vassalos da coroa portuguesa; nossos patrícios, mestiços e africanos portugueses, aí se estabeleceram em boa harmonia com as autoridades locais, resultando desse facto uma certa brandura de costumes para os lundas, glória para Portugal e proveito para o comércio.

A Lunda é hoje, na África central, a região do comércio rico; se ela se nos escapa, vai-se-nos o melhor centro produtor que tem Angola.

Enquanto a Europa esperou nas praias, pouco hospitaleiras, que o indígena aí conduzisse o seu comércio, a nossa situação nas regiões do litoral era lógica. Hoje não. Embarcações de todo o género, vapores, lanchas e canoas, navegam o alto Zaire, entre Stanley-Pool e Stanley-Falls; os afluentes da margem esquerda do grande rio são constantemente visitados pelos vapores do Estado Independente, das missões baptistas, companhias comerciais e casas particulares.

Os produtos ricos, que eram despejados sobre os nossos mercados da costa, começam a escassear, e se a nossa rica província de Angola ainda é notável pela sua exportação, é porque a natureza nos defendeu contra a concorrência de estranhos; sim, são as cataratas do Cuango, do Cassai e do Lua-Lua, que têm impedido a navegação por barcos estrangeiros nos territórios do Muata-Yânvua.

Mas estes obstáculos não são invencíveis, e nós necessitamos antecipar-nos às tentativas de estrangeiros neste sentido.

No dia em que uma via acelerada tiver ligado o Matadi — Ma Ncandi com o Stanley-Pool, todo o comércio da Lunda e do Lubuco deixará de passar o Cuango para oeste e seguirá fatalmente para o norte, a enriquecer os mercados que nos não pertencem.

Para nós, a posse da Lunda e da sua exploração comercial não é uma questão de amor-próprio, que lisonjeie a nossa vaidade, é uma questão de

vida e futuro da nossa província de Angola. É preciso não perder tempo; por detrás do fantasmagórico Estado Independente do Congo existem interesses muito importantes, que algum dia terão paladino mais vigoroso e forte que os faça vingar perante a Europa.

Devemos passar o Cuango, afirmando os nossos incontestáveis direitos históricos, de um modo mais positivo do que até hoje o temos feito. Para isso temos dois caminhos: expedições perfeitamente armadas, de modo que nem por hipótese possamos admitir um revés, que seria fatal, ou missões pacíficas e civilizadoras, como todos as querem no século XIX.

O primeiro processo não está nos nossos hábitos, que foram sempre os da brandura, e direi até de carinho pelo preto, nem os nossos recursos o permitem, além de que os resultados são sempre duvidosos e pouco profícuos; a força derruba, mas não assimila. O segundo está nas nossas tradições históricas e costumes, e dará um resultado seguro. Uma missão, por modesta que seja, no meio da barbárie indígena, significa sempre um esforço generoso da civilização e do cristianismo para melhorar a condição social dos nossos irmãos, e portanto é respeitável a respeitada. Uma ocupação militar no meio do sertão, realizada por alguns soldados pretos e um cabo, só desafia o ridículo, e apresenta perante o indígena a fraqueza e decrepitude daqueles que este julgava fortes e invencíveis. Deixemos pois, quanto for possível, as espadas na sua baínha e as balas nos seus cartuxos, e lancemos mão do homem da Cruz, do missionário, da irmã educadora, do negociante e de todos os que tiverem a coragem das privações e do sacrifício.

Para penetrarmos na Lunda temos aberto o caminho de Malange, seguido pelas expedições portuguesas e alemãs; este caminho é bom para a parte central da Lunda, mas as necessidades mais urgentes vêm do norte, da fronteira do Estado Independente. O caminho de S. Salvador poderia convir para chegarmos fàcilmente ao Muene Puto Cassange; para ir, porém, de Nóqui a S. Salvador, existem cento e cincoenta quilómetros de um caminho péssimo.

Resta-nos, pois, um outro caminho, que nos oferece todas as vantagens: é o que partindo de Ambrizete explorasse o curso inferior do rio Mbridche, aproveitando-o quanto fosse possível até ao Bembe, ponto que deve ser reocupado, já porque os seus habitantes pedem essa reocupação, já por ser um ponto riquíssimo em cobre e malaquite. Aqui ficaria a primeira estação.

Daqui passaríamos ao Damba, região plana e abundante em gados e borracha, e pondo um pé além do Cuango, faríamos a segunda estação em Muene Puto Cassange, potentado amigo, e que se trata por parente do rei do Congo, o que tem importância. E uma vez aqui, quem nos impediria de chegarmos até ao Lobilachi, e que explorássemos em nosso proveito toda essa riquíssima bacia dos grandes afluentes da margem esquerda do Zaire?

Há já alguns anos que um nosso amigo, que do Zaire foi ao alto Cassai, me escreveu que Portugal nem sequer suspeita da influência que tinha no Cassai, nem da brandura dos seus povos marginais, nem das riquezas que ali existiam.

As explorações do nosso consócio major Carvalho, vieram comprovar largamente esta informação.

Ele deixou verdadeiros amigos na Lunda e firmou aí a nossa influência, procedeu como um missionário, no sentido mais estricto da palavra, e o resultado foi fazer-nos amar de populações selvagens, mas dóceis. O caminho é pois este: muitas missões, artistas, negociantes e representantes do governo, que tenham as verdadeiras qualidades para uma missão de tanta abnegação e sacrifício.

Procedendo assim, teremos na Lunda o predomínio comercial e religioso, e todos os outros virão depois.

Creio na eficácia destes meios; é preciso, porém, marchar e sem perda de tempo. A magnitude da questão vale bem alguns sacrifícios.

Tenho dito.

AMP — Ano III (1891), p. 152-153. Comunicação feita em 10 de Novembro de 1891.

PADROADO

DE

PORTUGAL EM ÁFRICA

RELATÓRIO DA PRELAZIA DE MOÇAMBIQUE

PELO

REVERENDO BISPO DE HIMÉRIA

S. S. G. L.

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª o adjunto relatório do Reverendo Bispo de Himéria, prelado de Moçambique, referido ao ano de 1893, a fim de que V. Ex.ª se sirva ordenar a sua publicação no Boletim da Sociedade, a que V. Ex.ª mui dignamente preside, visto como contém curiosas e interessantes notícias históricas sobre a província de Moçambique e relacionadas com a descrição do estado religioso, em que actualmente se encontra a respectiva prelazia, servindo-se V. Ex.ª remeter a esta Direcção-Geral o número do Boletim, em que for publicado, a fim de poder ser melhor apreciado pela Junta Geral das Missões Portuguesas.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 19 de Fevereiro de 1895.

Il.mo e Ex.mo Sr. Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Pelo Director-Geral,

J. M. Barbosa de Magalhães

[original]

Il.mo e Ex.mo Sr.

Dois anos são decorridos, depois que cheguei à prelazia de Moçambique, que Sua Majestade Fidelíssima houve por bem, sem merecimentos da minha parte, confiar aos meus cuidados pastorais.

Apenas pisei o solo desta Província foi meu propósito bem assente informar a V. Ex.ª acerca das necessidades mais instantes e urgentes, que impendiam sobre esta parte importante do Padroado da Coroa Portuguesa, tão glorioso no passado, como abatido no presente. Se o não fiz imediatamente não foi decerto porque desde o princípio não tivesse elementos de sobra para conhecer o estado lastimoso do ramo de serviço que me incumbia, pois era sobejamente claro, mas porque necessitava, com os elementos de que podia dispor, que eram escassos infelizmente, organizar os primeiros serviços, realizar as primeiras tentativas e sobretudo conhecer por mim próprio a extensão do mal, que atrofiava o desenvolvimento religioso desta vasta Província.

Hoje, que são passados dois anos de estudo e observação constante, na medida das minhas pequenas forças, e que tenho percorrido o território desta Prelazia nas suas linhas gerais, venho, com a franqueza de português que ama intensamente o bom nome da sua Pátria, e o interesse sincero de Prelado Católico, que estremece a salvação das almas que foram confiadas aos seus desvelos, informar a V. Ex.ª do que tenho conseguido fazer, e pedir auxílio e remédio eficaz para o que me parece urgente que se faça a bem do progresso da Pátria e desenvolvimento da religião, ambas por igual interessadas neste assunto.

Para mais fácil e inteira compreensão do estado actual, tomo a liberdade de fazer uma excursão pelo vasto campo do passado, que se me afigura não será de todo inútil, pois é ele repleto de ensinamentos no presente e quiçá nos dê a chave de um melhor futuro.

A última parte deste imperfeito trabalho conterá as impressões fugitivas, colhidas nas minhas viagens pelo interior da província, as quais muito de perto se relacionam com o assunto deste relatório, que tem por fim expor com verdade o estado religioso actual desta Prelazia.

Para as lacunas e deficiências, que certamente se hão-de encontrar a cada passo, conto afoitamente com os profundos conhecimentos das coisas e negócios africanos que distinguem a V. Ex.ª, e para o desprimor da linguagem e incorrecção da frase, com a benevolência que caracteriza os espíritos altamente cultos, como o de V. Ex.ª.

PRIMEIRA PARTE

A PRELAZIA DE MOÇAMBIQUE NO PASSADO

Lendo desapaixonadamente com atenção o livro severo da história, onde se narram os fastos épicos da expansão portuguesa nas quatro partes do mundo ultramarino, onde Portugal implantou pelo braço potente e esforço heróico dos seus filhos o pendão glorioso das Quinas, que afirmam o domínio temporal, e a Cruz, símbolo augusto da Redenção humana, da luz e do progresso social, veremos, não sem um desvanecimento legítimo, que não era em regra o interesse mercantil que desembainhava a espada prestigiosa dos nossos guerreiros, nem guiava os passos firmes dos nossos missionários.

Um ideal alto e mais nobre impulsionava com másculo vigor uns e outros nos seus feitos: era o ardente proselitismo religioso, era o amor da glória, radiante e puro, que lhes dava a coragem para arrostar todos os perigos, todas as tempestades, todas as intempéries e agruras.

Dir-se-ia legião de heróis rasgando à porfia os densos crepes que envolviam o desconhecido, deixando na sua passagem um sulco profundo e luminoso, que marcou uma época notável na história da civilização.

Este lado nobre da nossa história ultramarina, que incontestàvelmente é brilhante, e tão alto que é único nos fastos das nações coloniais, devia influir de um modo poderoso no nosso modo de ser futuro como povo colonizador, imprimindo-lhe todos os defeitos e todas as virtudes originais, quando chegasse o tempo em que o ideal religioso e patriótico cedessem o passo ao utilitarismo, sem energia e sem coragem, que tudo tem invadido, adulterado e pervertido.

Não serei eu que chore o passado, nem maldiga o presente; desejo aproveitar daquele o que tinha de nobre e grande, e trabalhar para o futuro, que pode ainda ser nobre e opulento para o meu país, se tiver a coragem precisa para vencer as dificuldades do presente.

O amor de Deus e da Pátria, a glória, o desinteresse e abnegação ninguém o negará, foram um dos característicos mais bem definidos da época gloriosa a que me refiro; e o povo, onde esses sentimentos, depois de terem lampejado, se amortecem ou apagam, morrerá ou arrastará uma vida inglória e infecunda.

Entre portugueses esses sentimentos não morreram; perderam, porém, a sua intensidade e o estado religioso e social desta província é disso uma prova bem evidente e triste.

Por mais profundo, porém, e mais extenso que seja esse estado mórbido, já agora ninguém poderá apagar das páginas brilhantes da história política e religiosa de Portugal o exemplo sublime de grandes emprcendimentos e esforços heróicos, empregados para civilizar milhões de párias, pelo mais denodado esforço de um apostolado fecundo.

Isto assente, achamos natural a decadência religiosa e política dos nossos vastos domínios da África oriental, decadência contra a qual é preciso reagir enèrgicamente neste momento, para que se não consuma a ruína completa e total.

*

A Ilha de Moçambique, e a costa até Sofala, parece ter sido visitada em 1497 pelo ilustre português João Peres da Covilhã. Um ano depois, em 1498, no 1.º de Março, lançou ferro no seu porto a armada do glorioso descobridor da Índia, que assentou paz com o cheque Cacoéja, que governava a ilha, bastante populosa e frequentada de navios, em nome do rei de Quíloa; porém, só em 1506 é que foi ocupada de um modo definitivo, e no ano seguinte Duarte de Melo levantava nela fortaleza e igreja, que deve ter sido a primeira desta costa.

Seis anos antes, Pedro Álvares Cabral destacava deste porto Sancho de Toar a fim de reconhecer a costa e rio de Sofala. A primeira feitoria portuguesa, porém, ali, data de 1506, ano em que Pedro de Anhaia levanta a fortaleza e provàvelmente a igreja, que, pelo menos em 1515, já estava

concluída, pois que nela se encontraram lápides tumulares com esta data [1].

Não encontro notícia de que se construísse igreja com a fortaleza de Angoche em 1507, onde morreu pelejando Duarte de Melo, segundo João de Barros; pode, porém, conjecturar-se que realmente existiu, pois era esse o costume da época, que poucas excepções terá.

Seja como for, é certo que desde o primeiro alvorecer da conquista portuguesa na África oriental, o padre acompanhou o soldado, e em pouco tempo levou-lhe em alguns lugares a dianteira; por mais que uma vez a espada não teve outro trabalho que seguir o caminho aberto pela Cruz.

Não há dúvida que alguns padres acompanharam os primeiros passos dos conquistadores; a acção, porém, que desenvolveram nestes inícios devia ser muito restricta, e sobretudo dirigir-se aos portugueses, seus companheiros, que durante alguns anos se não deveram alongar muito pelo interior, já porque os pontos ocupados na costa eram simples escalas de refresco para as armadas, que demandavam o Oriente, já porque a hostilidade dos mouros, sobretudo no norte, onde dominavam, os devia impedir.

Em 1542 espera na ilha de Moçambique a monção própria para se dirigir à Índia o glorioso apóstolo do Oriente, S. Francisco Xavier, empregando durante os meses de demora o seu zelo inesgotável na conversão dos mouros e na moralização dos portugueses; a história não nos diz que fossem coroados de êxito excepcional tais esforços [2].

Coube-me a honra de benzer um modesto monumento, consistindo em um pequeno bloco de mármore, com a inscrição comemorativa do facto, encimado por uma cruz de ferro, oferecido tudo pelo tenente-coronel Joaquim José Lapa, que assim perpetuou a memória da passagem, por esta ilha do grande Santo, e assinalou o lugar onde, segundo a tradição, junto à praia, costumava meditar, talvez sobre a assombrosa missão que ia empreender [3].

A evangelização, pròpriamente dita, coincide com a expansão da vida portuguesa no interior das terras, sobretudo no vale do Zambeze, e só principia com a primeira missão dos jesuítas, que, partindo da Índia em Janeiro de 1560, chega a Moçambique em 5 de Fevereiro do mesmo ano. Era composta do padre D. Gonçalo da Silveira, superior, do padre André Fernandes e do irmão coadjutor André da Costa [4].

---

(1) Sebastião Xavier Botelho — *Memória Estatística*, Lisboa, 1835, pág. 113.

(2) Cfr. P.e António Lourenço Farinha — *S. Francisco Xaveir*, Torres Novas, 1950, pág. 37 e segs. — G. Schurhammer-*San Francisco Javier*, Bilbao, 1947, cap. X. — João de Lucena — *História da Vida do Padre Francisco Xavier*, ed. fac-similada da Agência-Geral do Ultramar, com Prefácio do Doutor Álvaro da Costa Pimpão, Lisboa, 1952, 2 vols.

(3) *Páginas de Pedra*, pág. 77.

(4) Cfr. Paiva e Pona — *Dos Primeiros Trabalhos dos Portuguezes no Monomotapa*, Lisboa, 1892. — Bertha Leite — *D. Gonçalo da Silveira*, Lisboa, 1946.

Apenas desembarcados foram dar graças a Deus, celebrando o santo sacrifício na capela de Nossa Senhora do Baluarte, a primeira edificada depois da de S. Gabriel, que de certo havia pouco estava concluida, pois que apenas dois anos eram decorridos depois que tinham principiado as obras de construção da fortaleza, no local escolhido por D. João de Castro, em 1545.

Pouco depois parte esta missão para Inhambane, e no interior baptiza o régulo de Otangue, a quem dá o nome de Constantino, e quinhentos indígenas, que são verdadeiramente as primicias das cristandades indígenas da África Oriental.

As noticias trazidas ao litoral pelos aventureiros portugueses que, partindo primeiro de Sofala, e desde 1544 de Quelimane, se tinham estabelecido em Sena e Tete e no vasto império do Monomotapa, a sul e oeste do Zambeze, onde o oiro e o marfim existiam em grande cópia, excita o zelo ardente do padre Silveira, que, deixando em Otangue o padre Fernandes, entra pelos rios de Cuama e marcha para a capital ou Zimbaoé [5] do grande potentado, onde já residiam alguns negociantes portugueses, como António Caiado e outros, que traficavam com aqueles povos.

Poucos meses depois da sua chegada selou com o sangue, o padre Silveira, as verdades que evangelizava; e mais uma vez se cumpria a afirmação de Tertuliano: «o sangue dos mártires é semente de novos cristãos» [6].

A morte do valente pioneiro do cristianismo fez apressar a vinda de novos combatentes para tomar o lugar dos que tinham caído no campo, onde o seu heroísmo os colocou.

Em 1569 missionários jesuitas e dominicanos acompanharam as duas expedições de Francisco Barreto.

São conhecidas as peripécias destas expedições e a parte que nelas tomara o jesuita Monclaros, que nem sempre se conformou com o itinerário seguido pelo valente general [7].

Sem que pudesse descobrir com exactidão, de certo por falta de livros, que aqui escasseiam quase absolutamente, a época em que iniciaram os seus belos trabalhos na missão de Moçambique os padres de S. Domingos, é certo que em 1563 D. Sebastião doava a igreja paroquial de S. Tiago Maior de Tete a estes religiosos, que receberam a incumbência especial de servir os lugares em que se agrupava grande número de portugueses, que percorriam o interior, explorando minas, criando feiras e fazendo o comércio do marfim.

---

[5] Significa Corte.

[6] *Apologeticus*, 50, 13. Cfr. C. Kirch, S. I., *Enchiridion Fontium Historiae Ecclesiasticae Antiquae*, Friburgo, 1956, pág. 109.

[7] Biblioteca Nacional de Lisboa, *Colecção de Alcobaça*, Ms. 308, fls. 188-209. — Biblioteca Nacional de Paris, *Fundo Português*, Ms. 8, fls. 241-265 v., com notas de Gaspar de Lousada. — BSG, 4.ª Série, números 10 e 11 (1883). — Cfr. também a «confirmação» de Vasco Fernandes Homem, de fins do século XVI (1576-1577), nos Reservados da BSGL, Est. 2, Maço 8, doc. n.º 11.

Os padres de S. Domingos prestaram relevantíssimos serviços à conquista e foram os que mais casas fundaram, mais paróquias regeram e mais missões criaram, internando-se até aos centros da Abútua, até ao Mouze e vale do Cafui e Sanhati, sendo muitos mortos por causa da doutrina que evangelizavam, como na Mucaranga Fr. Luís do Espírito Santo e Fr. Luís da Trindade (1633).

Os dominicanos já possuíam algumas igrejas no Zambeze, pelo menos a de Tete, quando os padres Jerónimo do Couto e Pedro Usus Maris, da mesma ordem, encontrando-se em Moçambique sem poderem passar à ilha de S. Lourenço, onde se dirigiam, a pedido de D. Luís de Ataíde, que pela segunda vez partia para a Índia como vice-rei, em 1577, fundaram a sua primeira casa na Ilha de Moçambique, a qual se concluiu dois anos depois, em 1579, casa que só devia durar vinte e oito anos, pois em 1607 foi destruída pelos holandeses (8).

Ainda existem vestígios desta primeira casa conventual, que se não deve confundir com a segunda, que ainda hoje existe, ocupada pela direcção das obras públicas da província, excepto a igreja, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, e que depois da sé matriz era a igreja mais vasta de Moçambique, que desapareceu completamente, com suas lápides tumulares e todos os documentos que podiam projectar alguma luz sobre a época precisa da segunda fundação.

Parece que estava concluída em 1662, segundo a opinião do tenente-coronel Joaquim José Lapa, exarada no seu livro: *Páginas de Pedra* (9).

Esta igreja foi demolida nos primeiros anos da segunda metade deste século, sob o pretexto de que ameaçava ruína, pretexto exdrúxulo, que serviu para demolir tudo que de grande e venerável existia na cidade de Moçambique; e nem ao menos tiveram o cuidado de trasladar as ossadas de tantos varões ilustres, entre os quais António Tomás Gonzaga, que ali descansavam (10).

Esta casa, ou convento, como se lhe costuma chamar, era destinada para descanso dos missionários, que de Lisboa seguiam para a Índia, bem como dos que desta ilha se dirigiam ao Zambeze e às igrejas do norte, como Querimba e Aniza, Mombaça, Melinde, etc.

---

(8) *História de S. Domingos*, III Parte, liv. V, cap. XIII e XIV; IV Parte, liv. IV, cap. I, XII, XIII e XIV.

(9) Lisboa, 1893, pág. 37.

(10) Poeta nascido no Porto em Agosto de 1744 e falecido em Moçambique em 1810. Iniciou seus estudos com os Jesuítas na Baía. Formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1763, com 19 anos. Parece ter sido indigitado para presidente da república a fundar em Minas-Gerais, sendo condenado a degredo perpétuo para as Pedras de Angoche e confiscação de seus bens, em 18-4-1792. Comutada a sentença em 10 anos de desterro para Moçambique, ali casou e viveu 15 anos, rico e considerado. A sua *Marília de Dirceu*, publicada em Lisboa em 1792, foi um dos maiores êxitos de livraria.

Nunca teve normalmente número superior a seis religiosos, e nos últimos anos do século XVIII e primeiro quartel do XIX, apenas ali residia um ou dois.

Foi durante muitos anos a residência habitual dos Prelados de Moçambique, que na sua grande maioria foram dominicanos até 1830 ([11]).

A casa mais importante dos dominicanos, a única que rigorosamente merece o nome de convento, por ali viverem os religiosos em comunidade, enquanto não partiam para as distantes paróquias e missões, espalhadas por todo o país que hoje tem o nome de Machona, Chidima, Macalaca, Baniai, etc., que formava o centro e coração do império do Monomotapa, tinha a sua sede em Sena, vila que teve uma grande importância religiosa e política no século XVII e grande parte do XVIII, e que hoje jaz no mais completo abandono, reduzida às condições de miserável aldeia de pretos, sem edifícios, sem indústria e sem comércio.

Aqui a derrocada foi tão radical, que nem escombros restam da sua antiga grandeza, o que extraordinàriamente me espantou, quando visitei esse antigo centro da actividade portuguesa nestas regiões, em 1892. Contemplando-a, assim pobre e abatida, dava vontade de chorar ([12]).

É extraordinàriamente maravilhoso e consolador, ver como em pouco mais de meio século a ordem dominicana se desenvolve, criando conventos, paróquias e missões num território vastíssimo, acompanhando a toda a parte as expedições militares e estabelecendo, com o título de vigários, filhos seus nas afastadíssimas estações ao sul do Zambeze, onde a audácia dos portugueses criava feiras e feitorias, cujas ruínas ainda hoje são a maravilha dos que as visitam.

A sua actividade foi tão grande nestes tempos heróicos da implantação da fé católica entre os indígenas, que Fr. João dos Santos, na *Cristandade da Etiópia* ([13]), afirma que em 1591 só os religiosos de S. Domingos nos rios de Cuama tinham baptizado vinte mil indígenas, que eram amparados e fortificados constantemente pela assistência dos mesmos religiosos.

Depois do meado do século XVII, quando a actividade na exploração minéria e comercial ao sul e mesmo ao norte do Zambeze, era imensa e tinha atingido o seu máximo de intensidade, os filhos de S. Domingos tinham estabelecimentos sem número no território de Moçambique, já então elevado a prelazia, pois que em 1612, atendendo aos magníficos

---

([11]) Cfr. P.e António Brásio — *A Igreja em Moçambique*, em *Portugal em África*, 1944 (I), págs. 285-300.

([12]) Já António Pinto de Miranda escrevia na sua notável *Memória Sobre a Costa de África*, que Sena, Tete e S. Martinho de Quelimane, «nada mais tem de Villa senão o nome» (pág. 42). «Terá a dita Vila [de Sena] dentro em si mais de 3.000 palhotas de habitantes nacionais, adonde se recolhem 2.500 e os Dominicos 900», (págs. 48-49). A ruína vinha,portanto, de longe. Cfr. António Alberto de Andrade — *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, 1955, p. 258 e 262.

([13]) Liv. III, cap. XII. Cfr. também Liv. II, cap. VIII e Liv. III cap. X, XIII e XIV.

progressos que o cristianismo fazia todos os dias na sociedade indígena, e a instâncias de Filipe II de Portugal, Sua Santidade o Papa Paulo V, pela bula que principia: «*In super eminenti militantis*», desligava do arcebispado de Goa o território de Moçambique, e constituindo-o Prelazia «Nullius» assinava-lhe administrador próprio, com privilégios e regalias especiais (14), que ainda hoje perduram.

Possuíam por essa época os Padres Pregadores os seguintes estabelecimentos principais: um convento em Sena, casa-mãe para as missões de Africa, com sua igreja da invocação de Santa Catarina, a que também se chamou Sé, por ser de certo a igreja onde o prelado, bispo ou não, e quase sempre escolhido entre os dominicanos, pontificava; não longe desta vila a igreja de Macambura, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, uma das que mais tempo resistiu, pois ainda em 1822 tinha o seu respectivo pároco. A doze dias de viagem, ao sudoeste de Sena, se levantava a igreja de Manica, no actual lugar de Macequece, onde existia uma feira e um posto português. A este respeito diz o augustiniano Fr. António da Conceição no seu *Tratado dos Rios de Cuama:* «e em uma deias por nome Massiqueça, tínhamos umas taipas com vigário religioso de S. Domingos e um capitão» (15). Junto ao actual forte de Macequece, situado numa pequena eminência na margem esquerda do Rovua e quase na linha que separa Manica da Machunalândia inglesa, examinei em 1892 ruínas de edifícios construídos de pedra e cal, de aparência não muito antiga; o que não admira, porque esta feira se conservou pelo menos até 1826, e talvez ainda até época mais moderna, com intermitências de ocupação e abandono; ruínas que devem ter pertencido à antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário de Manica, ou mais provàvelmente a alguma reconstrução.

Ali estavam, na sua lúgubre mudez, atestando bem eloquentemente a decadência de um povo que por ali passou primeiro que qualquer outro, e que não quis, não soube, ou não pôde sustentar a sua vantajosa primazia.

Em Tete, como já dissemos, entraram os filhos de S. Domingos em 1563 e foi de certo este um dos lugares onde primeiro se estabeleceram, e talvez o primeiro.

Aí tinham a igreja de S. Tiago, de onde saíam os missionários, sobretudo para as paróquias e missões do sudoeste.

Além deste convento e igreja de S. Tiago Maior, administravam estes religiosos em Tete uma outra igreja, com a invocação de S. Paulo, como se pode ver do assento de óbito de João Moreira Pereira, natural de Ovar, que foi sepultado na igreja de S. Paulo, pertencente aos dominicanos, segundo reza o assento.

A vida cristã e civilizada, promovida pelos Padres Pregadores em Tete, foi intensa desde os fins do século XVI até mais de meado do XVIII,

---

(14) Levy M. Jordão — *Bullarium Patronatus,* Lisboa, 1870, II, págs. 19-22.

(15) In *O Chronista de Tissuary,* 1867, pág. 45.

como se vê pelos cadernos das desobrigas e cumprimento dos preceitos eclesiásticos, salvo pelo há pouco falecido padre Courtois, e publicados no seu excelente trabalho: *Notes Chronologiques sur les Anciennes Missions Catholiques au Zambèze* (16).

Aí promoveram eles as plantações de mangueiras e outras árvores frutíferas, que durante muito tempo, e ainda hoje, faziam a riqueza daquela região. O prazo Tipué, que lhes pertencia, mereceu os cuidados dos superiores de Tete, sobretudo do padre Fr. José do Patrocínio Teles, que em 1788 menciona a despesa que teve de fazer com as suas plantações no referido prazo.

Além do prazo Tipué, à entrada da Lupata, vindo de Tete, possuíam mais estes religiosos as terras de Maparo e Fumbé, na margem esquerda do Aruénha, que cultivavam e onde ensinavam a doutrina cristã aos colonos, crianças e adultos.

É bem sabido que foram os dominicanos e os jesuítas que introduziram no Zambeze novas culturas e que aperfeiçoaram as indígenas, que hoje voltaram ao estado rudimentar, infelizmente.

Que bela pléiade de missionários trabalhou em Tete, desde 1563 até fins do século XVIII!

A última e veneranda relíquia desse exército de combatentes pela palavra e pelo exemplo em prol do cristianismo, da civilização e da influência portuguesa, foi Fr. António Nunes da Graça, e desde 1820 até 1838 regeu a igreja de Tete; essa relíquia de passadas grandezas, novo Jeremias entre os escombros de um passado glorioso, insta e chora, chamando o auxílio dos poderes públicos e o dos particulares, para fazer surgir alguma luz do caos, do abandono em que tudo se tinha despenhado; mas ninguém o ouviu, e velho e alquebrado de trabalhos baixou ao túmulo, onde descansava uma legião de irmãos, para deixar viúva aquela igreja durante doze anos, o tempo suficiente para tudo voltar à barbaria primitiva. Foi isto o que aconteceu, de resto, em toda a parte, quando desapareceu a velha geração de heróis, que, ainda mal, não foi substituída.

Era a última pedra de um edifício secular que rolava no abismo das nossas desgraças, o último filho de S. Domingos que tinha assistido de pé ao esfacelamento de uma grande obra, o último rebento de uma ordem religiosa que desaparecia, e com ela uma civilização que criara e que expirava com ele.

No meado do século XVII Tete era o lugar de onde irradiavam os grandes caminhos comerciais para o interior, e por isso o empório onde vinha reunir-se todo o oiro e marfim das feiras distantes, e ao mesmo tempo o lugar onde se abasteciam todos os negociantes portugueses, que ali traficavam, dos objectos indispensáveis à sua larga permuta, de que

---

(16) Editado em Lisboa em 1889, 8.º de 76 páginas.

hoje resta uma ténue sombra, prestes a desfazer-se com a aragem do mais leve revés.

Partindo de Tete para o sudoeste, a trinta e cinco léguas, se encontrava, próximo do curso do Mazoé, a feira de Luanze, por onde passavam todas as caravanas comerciais, que se dirigiam aos centros produtores.

Era aqui a primeira estação onde os dominicanos possuíam uma igreja magnífica, como se pode ver na *História de S. Domingos,* por Fr. Luís de Cácegas, ampliada por Fr. Luís de Sousa, que falando dos estabelecimentos portugueses na Mucaranga, diz: «além das três igrejas ditas administram os nossos religiosos outras três que são: Luanze, Mossapa e Manica» (17).

A 13 léguas de distância de Luanze, em linha recta e a pouco menos de 240 quilómetros de Tete em direcção oeste-noroeste, ficava Bocuto, onde se fazia uma feira de alguma importância, e onde tinham igreja os religiosos de S. Domingos.

Aproximadamente a 10 léguas deste ponto, próximo de Mazoé, existia a célebre feitoria e ao mesmo tempo posto militar de Massapa, onde todos os portugueses tinham privilégios especiais, concedidos pelo Monomotapa.

Este mercado tinha como chefe um capitão português; ali se levantou um templo de Nossa Senhora do Rosário, onde residia, pelo menos, um padre da ordem de S. Domingos. Segundo os srs. Capelo e Ivens, Massapa devia demorar por 17° de latitude sul e 32° de longitude (18).

A oeste de Massapa existia o mercado de Fura, nas vertentes da montanha deste nome, onde alguns colocaram a Ofir de Salomão; aqui nova missão dos dominicanos ministrava os socorros espirituais aos portugueses e catequizava os indígenas, o que os missionários nunca perderam de vista.

Um dos mais importantes mercados e residência dos portugueses no Monomotapa foi o Dambarare, abandonado em 1710, restaurado em 1769, para ser abandonado de novo; era um ponto bem fortificado com artilharia, nas terras do Chingamira, a seis dias do Zimbaoé do Monomotapa. Os padres de S. Domingos aí tinham uma igreja, da qual ainda há pouco existiam as ruínas, bem como as de casas importantes. Esta terra teve fama de grande riqueza aurífera e a estação foi uma das mais importantes do interior.

A leste, e a pequena distância, os mesmos padres levantaram outra igreja dedicada a S. Domingos, na feira do Ongué, onde a população era importante e o comércio, ainda que uma e outro inferior a Dambarare. Desta feira diz no seu *Tratado dos Rios de Cuama,* Fr. António da Conceição: «O Ongué dista do Dambarare para a parte do nascente três dias [...] só o capitão e o vigário viviam juntos».

(17) Parte III, liv. V, cap. XIV.

(18) No seu livro *De Angola à Contra-Costa,* Lisboa, 1886, 2 vols.

«Esta feira de Ongué foi sempre de menos rendimento e de menos moradores do que a de Dambarare; no mesmo ano de 1691 apareceu nela uma mina de ouro de muita importância» ([19]).

A três dias de Dambarare para oeste, segundo Fr. António, tinhamos o rico mercado de Quitamburvise, e nesta região tinha havido outras feiras nos primeiros tempos da conquista; lá estava também uma igreja com o seu vigário. «Entre Quitamburvise, Dambarare e Ongué e nos seus territórios tínhamos outras feitorias». — Fr. António da Conceição, livro citado ([20]).

Nas terras vizinhas de Abútua, chamada a mãe do ouro, tiveram também missões os padres de S. Domingos, que foram naturalmente abandonadas no tempo das guerras do Chingamira.

No Zimbaoé do Monomotapa, talvez aquele em que Silveira foi martirizado, mais de um século antes, a missão ali fundada foi cedida pelos jesuítas aos dominicanos; é provàvelmente este o Zimbaoé por excelência, onde vivia o Monomotapa, e que ainda hoje se vê nas cartas por 20° de latitude sul e 32° de longitude, na margem direita do Save, a 300 quilómetros a oeste de Sofala. Aqui residia um capitão português e um vigário de S. Domingos, que era o capelão do Monomotapa.

Fr. António da Conceição diz: «O vigário deste presídio é religioso de S. Domingos».

Que estes presídios e feiras contavam em geral mais que um padre, prova-o o facto de em 1695 só em Dambarare ter o Monomotapa, de combinação com o Chingamira, passado ao fio de espada, ou melhor, a golpes de zagaia, os portugueses, e entre eles dois padres dominicanos que ali residiam.

Por ocasião das discórdias anteriores às invasões e guerras do Chingamira, com as quais os nossos estabelecimentos tanto sofreram, entre Mavusa ou D. Filipe e Capransine, em que o primeiro suplantou o segundo com o auxílio dos portugueses, como se vê pelo tratado das capitulações de 1629, querendo o mesmo mostrar-se grato a tal auxílio, tiveram as missões dos dominicanos grande incremento; pois D. Filipe, mostrando-se generoso, quis, segundo Fr. Luís de Cácegas, na *História de S. Domingos,* que «se levantasse igreja na sua corte», (o Zimbaoé, de que falámos acima?). «Vieram novos obreiros [...]. Espalharam-se logo por vigários naquelas feiras. Na de Luanze, já antiga, com uma formosa igreja [...] na de Massapa ou das Portas [...] na de Chipiriviri, isto quanto ao reino de Mocaranga» ([21]).

Em Manica, além da feira e igreja de Massiqueça (Macequece) que era a mais importante e de que já falámos, outras se criaram aí por meados do século XVII, segundo a mesma *História de S. Domingos.* «No reino de

---

([19]) *Obr. cit.,* pág. 68.

([20]) *Obr. cit.,* pág. 68.

([21]) Parte IV, liv. IV, cap. XIII.

Manica, onde já era antiga a cristandade, se levantaram três igrejas e paróquias: na feira de Umba, na feira de Chipangura, na feira de Matuca» (22).

Por este tempo era tão intensa nos países ao sul do Zambeze a influência missionária portuguesa, que alguns parentes do Monomotapa pediram o hábito de S. Domingos, foram mestres em teologia e morreram em Goa, tendo desempenhado importantes lugares na sua ordem (23).

Seguindo de Tete o curso do Zambeze, encontramos a igreja e casa conventual do Zumbo, onde em tempos relativamente modernos tão profundamente radicada ficou a memória venerável de Fr. Pedro.

Próximo das quedas de Quebrabassa, entre Tete e Zumbo, existiram outros estabelecimentos dos filhos de S. Domingos, e caminhando paralelo ao Zambeze muitos dias, topava-se com Buruma e mais além Muzimo ou Mouze, onde esta benemérita ordem tanto se esforçou por implantar o nosso domínio, estabelecendo missões e igrejas.

Além das missões, sobretudo ao sul do Zambeze, largamente espalhadas pela actual Machona, Chidima, Baniai, Macalaca, Abútua, Manica, Quiteve e Sofala, os dominicanos serviam também as missões de Mombaça, Melinde e Zanzibar, de que não falaremos, por estarem fora do nosso plano.

Em Amiza c Querimba, duas ilhas do Cabo Delgado, tinham duas paróquias e um convento, como se vê da *História de S. Domingos*, por Fr. Luís: «O visitador dos rios chegou a Mosse, onde visitou o convento e as igrejas das ilhas de Querimba e Amiza» (24).

Além destas igrejas, que eram paróquias, levantaram no continente e ilhas do Cabo Delgado algumas capelas, como em Mocímboa, onde ainda hoje é viva a tradição dos padres dominicanos.

Em frentc de Moçambique tinham a igreja dc Nossa Senhora dos Remédios, da Cabaceira Grande, que, depois de jazer por largo tempo em ruínas, se está restaurando actualmente, e talvez a de S. João Baptista, da Cabaceira Pequena, onde actualmente só vivcm mouros, se exceptuarmos o regedor, que, por não ser dali, é cristão.

Em 1822, no tempo de Fr. Bartolomeu dos Mártires, bispo de S. Tomé e prelado dc Moçambique, ainda os religiosos de S. Domingos curavam sete igrcjas, relíquias das vastíssimas missões desta prelazia (25).

---

(22) *Ibid.*

(23) Facto que prova quanto e como os missionários portugueses, já em tempos recuados, se interessavam realmente pelo problema transcendente do clero nativo, embora com uma prudência que, sendo incontestàvelmente virtude, tem sido censurada como retrógrada.

(24) *Ibid.*, cap. XIV. Frei Francisco da Trindade, Visitador dos Rios de Cuama e Vigário de Tete, fez em Sena «um Catecismo e Confessionário na língua dos naturais, de que se tirou grande fruto». Em Tete compôs também «novo Catecismo na língua da terra». — *Ibid.*

(25) In *Memoria Chorographica da Capitania de Moçambique na Africa Oriental*, publicada no BOM — (págs. 337-388 de 1882), pág. 382.

Que decadência, porém, tinha invadido tudo no espaço de pouco mais de um século!

Centenares de dominicanos, entre os quais citaremos os nomes de Jerónimo Lopes, João Fausto, João Madeira, João dos Santos, Jerónimo de Santo Agostinho, Manuel Pinto, Francisco da Trindade, Gaspar de Macedo, João do Couto, Luís de Santo Tomás, Francisco das Chagas, Simão de Santo Tomás, João de Nossa Senhora, Diogo Correia, Estêvão da Assunção, João dos Santos Tomás, Luís do Espírito Santo, João da Trindade, Manuel Sardinha, Aleixo dos Mártires, Manuel da Cruz, Aleixo do Rosário, Vitorino de S. José Machado, Amaro José de Santo Tomás, Bispo de Pentacómia, morto em Tete em 1801, José Nicolau de Jesus Maria Pegado, e muitos outros, aqui ilustraram a família dominicana e trabalharam pela glória da pátria, que apesar do tempo e das vicissitudes da nossa má estrela, ainda hoje se percebe a sua influência entre os indígenas.

*

Não eram, porém, os dominicanos os únicos missionários que trilhavam os vastos sertões da Zambézia; ao seu lado outras ordens religiosas e padres seculares levaram a cruz do Redentor com a influência do nome português, aos ínvios recantos desses sertões.

Como já vimos, foram os jesuítas os primeiros que de um modo eficaz e metódico, principiaram a evangelização desta parte da África.

Depois da missão de Gonçalo da Silveira, novos jesuítas acompanharam as expedições de Francisco Barreto, entre eles o célebre Monclaros, e bem depressa estabeleceram as suas igrejas do Zambeze, que vamos em pouco mencionar.

Em 1604 os jesuítas Francisco Gonzales e Paulo Aleixo seguem para o Monomotapa com a expedição que ali foi para tratar da exploração do oiro, e em 1620 o padre Júlio César volta ao Zimbaoé do Monomotapa, que nessa época ficava a leste de Tete, a quinze dias de viagem e quase no mesmo paralelo. Desta situação se deduz que não era este o Zimbaoé por antonomásia, ao sul de Manica, mas um dos muitos lugares destas regiões, onde viveu algum dos imperadores; este missionário redigiu uma importante narração dessa viagem, que chegou até nossos dias ([26]).

Poucos anos depois a missão do Zimbaoé é entregue aos dominicanos, que assim ficam servindo todas as igrejas dos sertões a noroeste de Sofala e ao sul do Zambeze, possuindo Muruma e Muzimo ao norte, além das Ánvuas, por onde faziam caminho para aquelas afastadas regiões.

([26]) Esta obra, citada pelo Padre Francisco de Sousa, S. J., no seu célebre *Oriente Conquistado* (1710, I, p. 837-838), infelizmente à desconhecida. Não se sabe dela, manuscrita ou impressa, no Arquivo Geral da Companhia de Jesus e os dicionários bibliográficos são omissos. Consideramo-la perdida.

Só em 1619 é que os jesuitas construiram a magnífica casa destinada a colégio em Moçambique, com o titulo de S. Francisco Xavier, e junto a ela uma espaçosa capela, que actualmente serve de Sé e de paróquia, tendo como padroeiro S. Paulo.

Governava pela segunda vez a conquista de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa, D. Nuno Álvares Pereira, que cedeu para a fundação desta casa, que era a mais importante dos jesuítas nesta costa, o local da primeira fortaleza, que se levantou na Ilha de Moçambique, em 1507.

Próximo do colégio de S. Francisco Xavier levantaram os jesuitas uma outra casa que servia de hospedaria, e que mais tarde serviu de aposentadoria dos desembargadores que vinham à correição; actualmente e depois de renovada, serve esta casa de inspectoria da fazenda.

Este colégio era muito importante, pois logo em 1624, segundo as *Cartas Anuais,* residiam ali seis padres, número que se depreende aumentou nos anos seguintes.

Em 1763, pouco depois da expulsão dos padres da Companhia, instalava-se nesta casa a residência dos governadores, que até essa data era na praça de S. Sebastião. Foi o que salvou a capela de S. Paulo; a não ser isto, teria desaparecido, como todas as suas irmãs, debaixo dos golpes repetidos do *camartelo dos civilizadores* da última metade do XIX século.

Nas bocas do Zambeze tinham os padres da Companhia, em 1624, duas igrejas paroquiais: uma no Luabo, sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde, que nesse ano tinha como pároco o padre Luis Álvares; e a outra era Santa Cruz, próximo a Quelimane, de que era pároco nesse tempo o padre Miguel Rodrigues.

A paróquia de Nossa Senhora do Livramento, de Quelimane, também pertencia aos jesuítas, mas não encontro a data da sua fundação, assim como não pude encontrar indicação segura sobre o ponto exacto da paróquia e residência de Santa Cruz.

Parece que esta residência de Santa Cruz era muito importante, pois o padre Maurício Thomann, que foi um dos padres que residiam em Marangué, descrevendo em uma biografia alemã todos os trabalhos que sofreu, ele e os companheiros, presos em Tete, na viagem até Quelimane, falando do menos rigor com que os tratou o comandante de Quelimane, que lhe concedeu que no dia de Todos os Santos celebrasse missa e desse a comunhão aos companheiros, o que não tinham podido fazer desde o dia da prisão, diz que os enviou para a sua residência (deles) «où il y avait déjà sept autres jésuites», onde já estavam sete jesuítas, naturalmente provenientes das estações vizinhas; a não se preferir supor que eram os de Sena, o que não diz.

Seguindo o curso do Zambeze, possuíam em Sena os padres da Companhia, uma residência importante, a que o padre Mauricio Thomann chama casa-mãe do Zambeze, talvez por ser mais antiga do que a de Moçambique.

As *Cartas Anuais* da Companhia, referidas a 1624, dizcm que ali rcsidiam nove pdres, onde tinham a igreja do Salvador, com casa muito importante.

Um pouco a jusante, no prazo de Caia, com uma população ainda hoje importante, estava a cargo dos mesmos padres a igreja paroquial de Nossa Senhora da Saúde, uma das igrejas que mais tempo resistiu à derrocada e ao desleixo, que tudo acabou enfim.

Seguindo ainda o rio, a sete léguas a montante de Sena, possuíam os jesuítas uma missão na Chemba, prazo doado a esta ordem pela coroa, para de ali tirarem os padres os meios de subsistência.

O padre Manuel Mendoza em 1624 tinha percorrido mais de cem aldeias indígenas para as catequizar e administrar os sacramentos; instruiu mais de quarenta crianças, que cantavam a doutrina cristã em língua cafre. Nada menos que dois Catecismos foram, por esta época, confeccionados em língua cafre, para uso dos pretos; desapareceram como tudo o mais, creio que hoje se não conhcce nenhum exemplar.

Próximo de Sena tinham ainda os jesuítas algumas missões, pois se diz nas *Cartas Anuais,* que um outro padre servia duas igrejas a distância de 5 léguas uma da outra.

Passada a Lupata, a meio caminho entre Massangano e Tete, na margem direita do Zambeze e Aruanha, ainda hoje se podem observar as ruínas de uma casa e igreja. Era a paróquia de Nossa Senhora da Assunção do Marangué. A imagem da padroeira ainda existe na sacristia da igreja de Tete, segundo afirma o padre Courtois no seu livro *Notes Chronologiques,* já citado, e durante muito tempo ali foram em piedosa peregrinação os povos de Marangué, visitar a sua antiga padroeira.

Parece que este prazo também tinha sido doado à Companhia para o agricultar e viver do seu rendimento, além do Luabo e Chemba. Segundo Fr. António da Conceição, esta paróquia de Marangué regulava em importância pela de Caia: «Marangué dista do fim da Lupata 15 léguas, onde está uma fregucsia dos religiosos da Companhia de Jesus quase do lote da de Caia» ([27]).

Em Tete os padres da Companhia levantaram o colégio do Espírito Santo, onde residiam sempre em número importante e era de ali quc destacavam pessoal missionário para Marangué e Chibura, onde tinham mais que uma missão.

Parece que reinou sempre boa harmonia entre estes padres e os dominicanos, que eram os párocos e vigários da vara em Tete, pois é comum encontrar nos arquivos da igreja paroquial de S. Tiago Maior baptismos celebrados pelos jesuítas, por delegação do respectivo pároco, que era sempre dominicano. Ainda em 1756 e 1757 encontramos os padres José António, superior da casa do Espírito Santo, e João Baptista, superior

---

([27]) *Obr. cit.,* pág. 64.

de Marangué, baptizando por delegação dos padres dominicanos Fr. Tomás da Esperança e Fr. Plácido Atilão.

Entre os padres jesuítas, que com tanto entusiasmo e dedicação missionaram no vale do Zambeze, é célebre o padre Luís Mariano, pela precisa descrição e notícia que nos dá das terras dos povos Maraves ao nordeste de Tete, na sua carta de 1624, em que fala do lago Hemozura ou Maravi, que evidentemente é o Niassa, e do rio Chiriu, que é o Chire; por onde se vê que mais de duzentos anos antes de Levingstone, os portugueses tinham percorrido essas regiões, navegando os seus rios e explorando os seus lagos: «Este lago [*Niassa*] é muito povoado e nós [*os portugueses*] fazemos grande tráfico com os habitantes». São palavras do padre Mariano ([28]).

Enfim, em 1759, em virtude da ordem de expulsão de todos os membros da Companhia de Jesus de Portugal e suas colónias, foram presos todos os jesuítas da Zambézia e de Moçambique, e tratados com um rigor que não abona muito o espírito de gratidão, a que tinham jus pelos seus excelentes trabalhos no Zambeze.

Aqui, sobre o terreno onde eles trabalharam, e vendo a miséria que surgiu triunfante quando eles caíam vencidos, pode bem afirmar-se que a religião, o progresso e o nome português nada lucraram com semelhante medida, mas antes perderam muito a todos os respeitos.

Por falta de livros não pude encontrar a que cifra ascendia o número de jesuítas na época da expulsão, mas não será demasiado calcular em mais de trinta presbíteros, afora os irmãos leigos, se considerarmos as paróquias e missões que estavam a seu cargo.

São bem dignos de menção, entre dezenas, os nomes dos padres Gonçalo da Silveira, António Carneiro, Luís Mariano, Pinheiro de Faria, Pedro da Trindade e muitos outros que omitimos.

Foram os dominicanos que em geral receberam as paróquias de mais movimento deixadas vagas pela saída dos jesuítas; começando, porém, o pessoal a faltar a esta ordem, em pouco tempo essas paróquias caíram em ruínas e de algumas nem vestígios nos restam, o que aliás é bem natural em uma terra onde tudo se apaga ràpidamente.

*

Além dos padres de S. Domingos e de Santo Inácio, também evangelizaram no vale do Zambeze os augustinianos, que tiveram uma casa em Sena com sua igreja.

Fr. António da Conceição, que em 1696 escreveu o *Tratado dos Rios de Cuama*, pertencia a esta ordem.

([28]) C. Beccari — *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales*, Roma. 1912. XII. pág. 112.

Diz a história que percorreu territórios ainda não explorados e que fundou a igreja de Borais, no distrito de Zimbaoé e tentou, sem resultado satisfatório, fundar em Sena um seminário para os filhos dos portugueses e dos régulos da região; nobres esforços, mas estéreis, porque iam contra as leis da climatologia, que são irredutíveis; hoje não tentaria semelhante empresa.

Além dos membros das ordens religiosas havia na Prelazia mais ou menos clero secular, que juntava os seus esforços aos dos padres regulares. As terras de Barué, ao oeste de Sena, receberam desde 1695 clero secular nas suas missões.

Assim, em 1696, falando da corte de Barué, Fr. António da Conceição, diz que «nela assiste por vigário o padre Gonçalo Soares, clérigo do hábito de São Pedro» (secular) (29).

Os reis de Barué, durante muito tempo, não podiam entrar no domínio do seu principado sem que fossem primeiro baptizados, e ainda nos princípios deste século, quando já não havia padres para os baptizar, para a cerimónia da coroação, era o capitão-mor do Sena que simulava o baptismo, lançando água na cabeça do eleito, segundo leio em uma nota lançada por mão desconhecida num velho alfarrábio, que possuo.

Na cidade de Moçambique estavam também representados os padres de S. João de Deus, que tiveram a seu cuidado o hospital, recebendo por esse trabalho uma pensão da fazenda real; era por isso o Instituto mais rico da província (30). Daqui parece deduzir-se que os outros padres não recebiam da fazenda qualquer importância em dinheiro, mas simplesmentes terrenos para agricultar; o que dava em resultado que as missões, além de extremamente económicas, promoviam a riqueza pública por meio da cultura. Xavier Botelho diz no seu livro *Memória Estatística*, que «pode afirmar-se sem medo de errar, que só os jesuítas haviam ali (no vale do Zambeze) sesmarias pingues e bem grangeadas. Na África Oriental as que possuíam esta Congregação e os religiosos de S. Domingos eram as únicas que prosperavam e floresciam» (31).

Em 1859, segundo o *Almanaque de Moçambique*, a igreja de S. João de Deus estava transformada em farmácia e sobre o altar-mor assentava o fogão destinado à preparação das tizanas (32). Foi demolida esta Igreja em 1877 ou 1878.

---

(29) *Obr. cit.*, pág. 44.

(30) Cfr. P.e António Brásio — *O Esforço Missionário dos Irmãos de S. João de Deus*, em *Portugal em África*, 1950 (VII), págs. 271-279 e 348-359. — Dr. Banha de Andrade — *O Hospital de Moçambique*, em *Portugal em África*, 1956 (XIII), págs. 261-289 e 357-380. — Idem — *Fundação do Hospital Militar de S. João de Deus em Moçambique*, em STVDIA, Lisboa, n.º 1 (1958), p. 77-89.

(31) Xavier Botelho, *obr. cit.*, pág. 263.

(32) Cfr. P.e António Brásio — estudo citado, págs. 355-356.

Bem próximo assentava a igreja de Nossa Senhora da Saúde, pertencente aos religiosos Capuchos, que sempre aqui tiveram poucos padres, abandonando esta terra antes que a isso os obrigasse o célebre decreto de 1834 ([33]).

Em 1819 foi entregue à confraria do batalhão de infantaria, que, segundo Fr. Bartolomeu dos Mártires, não foi muito solícita em promover o culto, praxe que, dessa data até hoje, seguem todas as confrarias, de certo correcta e aumentada.

A cerca junta serviu de cemitério durante muitos anos; actualmente está em ruínas a igreja e tem servido de depósito de petróleo. A câmara municipal está na posse destas ruínas, provàvelmente por ter sido ali o cemitério público dos cristãos até à construção do de S. Francisco Xavier, na ponta sudoeste da ilha.

Em 1822, doze anos antes da extinção das ordens religiosas, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, bispo de S. Tomé e religioso carmelita, escreveu uma memória sobre os estabelecimentos religiosos da ilha de Moçambique, por onde se vê que apesar de uma grande decadência, ainda havia algum pessoal e templos, dois elementos que pouco depois desapareceram quase completamente, para vergonha de uma geração abastardada, sem fé nem patriotismo, que não soube compreender que em África a primeira força, o primeiro elemento do progresso, era a religião. Dessa *Memória* vê-se que o primeiro templo era a Sé, da qual diz o autor que era grande, majestoso, bem construído, de uma só nave, muito forte e seguro. A capela-mor era de abóbada de pedra ([34]).

A pretexto de que ameaçava ruína foi demolido em 1884; estava, porém, tão seguro que foi necessário gastar, para o demolir, mais dinheiro do que seria preciso para o reparar, se realmente o necessitava. O cair da última pedra foi a liquidação de um passado glorioso; qualquer coisa de grande incomodava de certo uma geração, em que tudo é pequeno e mesquinho.

A segunda igreja em vastidão e grandeza, era a do convento de S. Domingos; foi demolida sob o mesmo pretexto, e provàvelmente pelos mesmos motivos que a precedente, em 1854 ou 1855.

A terceira em grandeza era a igreja paroquial de S. Sebastião, dentro da praça do mesmo nome, que servia de paróquia militar. Hoje é a cozinha da praça, naturalmente para afirmar que entre as exigências do espírito e as do estômago há alguma correlação, predominando há bastantes anos as segundas.

A quarta é a capela dos padres de S. João de Deus, que foi demolida na época em que principiaram as obras grandiosas para o novo hospital; no seu lugar se edificou este, que só Deus sabe quando estará concluído.

([33]) Referência ao decreto de Joaquim António de Aguiar, de supressão geral das Ordens Religiosas, de 30 de Maio de 1834.

([34]) In BOM — 1882, pág. 345.

Vinha em seguida a antiga igreja dos Capuchos, que ainda tem as paredes em pé, naturalmente porque ninguém as quis comprar, como aconteceu ao palmar e quintal anexo, que lhe pertencia, que é propriedade dum mouro.

No meio desta derrocada medonha, escapou a pequena capela de Nossa Senhora do Baluarte, por estar quase escondida pelas muralhas da praça de S. Sebastião; a capela de S. Paulo, onde funciona a paróquia e a Sé; e a pequeníssima capela de Santo António, que depois de abandonada durante muitos anos às merendas e comesainas dos Bancanes, que têm devoção com o santo, talvez pelos motivos que lha consagram os nossos taberneiros, foi a meu pedido retocada e caiada em 1892, nela instalei provisòriamente a paróquia de S. Sebastião ([35]).

Todas estas igrejas, segundo o autor da *Memória*, estavam necessitadas de paramentos e alfaias; as solenidades, que nelas se celebravam, eram pouco frequentadas e a influência cristã decaía a largos passos, como se nota de algumas frases, cheias de amargura, do bispo de S. Tomé.

O que diria ele se a Providência o conservasse para presencear a ruína futura, completa, que estava eminente?! Ruína que se tem traduzido constantemente pelo triunfo do maometismo e pelo avançar rápido da barbaria e das trevas!

Em 1822 a prelazia tinha a organização seguinte:

«Em 1822 o governo eclesiástico de Moçambique constava de um prelado, um provisor e vigário geral, um promotor, dois párocos, um dos quais era prior coadjutor da Sé matriz, outro vigário da freguesia de S. Sebastião da fortaleza, um capelão da Misericórdia, um dito do hospital, outro da capela de S. Paulo, dois vigários das terras firmes de Mossuril e Cabaceira, e onze freguesias».

«As freguesias eram ao todo:

MOÇAMBIQUE

«Sé Matriz — Da invocação de Nossa Senhora da Purificação.
«S. Sebastião.
«Mossuril — Da invocação de Nossa Senhora da Conceição.
«Cabaceira — Da invocação de Nossa Senhora dos Remédios.

CABO DELGADO

«Amiza — Da invocação de Nossa Senhora do Rosário.
«Querimba — Da invocação de Nossa Senhora do Rosário.

([35]) Por portaria de 9 de Julho. Cfr. *Boletim Oficial de Moçambique*, 1892, pág. 293.

RIOS DE SENA

«Quelimane — Da invocação de Nossa Senhora do Livramento.
«Sé de Sena — Da invocação de Santa Catarina de Sena.
«Tete — Da invocação de S. Tiago Maior.
«Zumbo — Da invocação de Nossa Senhora dos Remédios.
«Caia — Da invocação de Nossa Senhora do Livramento.
«Luabo — Da invocação de Nossa Senhora da Saúde.
«Macambura — Da invocação de Nossa Senhora dos Remédios.
«Manica — Da invocação de Nossa Senhora do Rosário.

PORTOS DO SUL

«Sofala — Da invocação de Nossa Senhora do Rosário.
«Inhambane — Da invocação de Nossa Senhora da Conceição.
«Baía de Lourenço Marques — Da invocação de Nossa Senhora dos Remédios.

«A igreja de *Caia,* no prazo deste nome, pertencia aos jesuítas; e a de *Macambura,* nas imediações de Sena, aos Domínicos.

«Hoje as paróquias acima mencionadas, as de Qucrimba e Amiza, estão substituídas pela do Ibo, e não existem as de S. Sebastião de Moçambique, Luabo, Caia, Macambura e Manica» ([36]).

A partir desta data e mais exactamente do último quartel do século passado, a decadência foi rápida, absoluta, e, ainda mal para nós, em todos os ramos de serviço; até que já em nossos dias atingiu o nadir do esfacelamento; descer mais não era possível.

Durante este período angustioso muitos templos ruíram e apenas um se levantou, a igreja de Lourenço Marques, sem arquitectura, sem beleza, sem gosto; sintetiza perfeitamente a sua época, o que mostra que, se nos faltam outras qualidades, somos ao menos consequentes ([37]).

A agricultura e a pequena indústria, introduzidas pelos frades nas regiões zambezianas, perderam-se completamente; no lugar de cada paróquia surgiu um comando militar, que nunca nos conquistou o amor dum indígena, nem dotou a agricultura com uma panja de *sorgo* a mais, nem nos tem garantido das injúrias do indígena; no lugar de cada missão nasceu, como dos dentes de Cadmo, um capitão-mor, a entidade mais

---

([36]) D. Fr. B. dos Mártires, Bispo de S. Tomé, *Memoria Corográfica,* art. 1.º § 5.º (*Usos e Costumes,* publicados em 1885 por J. d'A. da Cunha, a páginas 35). — Nota de D. António Barroso.

([37]) Cfr. Mons. João Francisco dos Santos — *Memória da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques,* Lourenço Marques, 1944, 69 páginas, com gravuras.

nefasta que tem atrofiado tudo, representante bastardo do feudalismo medieval, sem a generosidade e as virtudes daquele, e possuindo enormemente ampliados todos os seus vícios; autoridades nas mãos das quais o poder central delegou um mando que não compreendem e do qual largamente se têm servido para o roubo, o morticínio e atrocidades, que me guardo bem de referir, sobretudo nas terras de entre Tete e Zumbo. Se me não engano, o capitão-mor, como existe no interior da Zambézia, é de invenção genuinamente nacional.

Depois de 1830 eram bem poucas as paróquias que tinham párocos, quando existiam seis em toda a província, era motivo para erguer as mãos ao céu!

Os terrenos pertencentes a esta Prelazia, que se estendiam do Tungue ao Guardafui e ilhas vizinhas, esses foram completamente abandonados e, primeiro que a soberania temporal passasse a mãos estranhas, tinha passado a jurisdição espiritual.

Em 1855 não existia um só padre no interior que evangelizasse a doutrina cristã e apenas umas quatro paróquias do litoral tinham pároco.

A disciplina do clero corria parelhas com o número; a autoridade superior secular nomeava os párocos encomendados e exonerava-os a seu bel-prazer; em Portugal ainda vive, segundo creio, um pároco que foi suspenso de todas as funções paroquiais pelo Governador da Província. Chegou a não haver Prelado, nem Administrador da Prelazia, e, para que nada faltasse neste feracíssimo viveiro de coisas extraordinárias, até em 1869 dois padres se recusaram a prestar obediência ao padre Valentim Fernandes, nomeado administrador da Prelazia pelo Arcebispo de Goa.

As poucas igrejas que existiam estavam pobríssimas de paramentos e em estado vergonhoso; quase todas foram reparadas, mais ou menos, por meio de subscrições abertas entre os fiéis, como aconteceu no Ibo, Tete, Quelimane e ainda outras.

Em frente de Moçambique, por abandono completo, perderam-se as grandes cristandades de Mossuril e Cabaceira, cristandades que na primeira metade deste século se compunham de milhares de cristãos e que hoje não têm dezenas; quase todos os habitantes são mouros, sobretudo os que nasceram há 40 anos a esta parte, e os capitães-mores das terras firmes chegavam a baptizar pretos adultos, solenemente, de certo levados pelo seu encendrado amor à religião.

Os arquivos da Câmara Eclesiástica e os das paróquias foram queimados, roubados ou consumidos pelo *muchém*, havendo falta quase absoluta de documentos. Não há muito em Lisboa um amigo me ofereceu dois volumes da correspondência oficial desta Prelazia, volumes que outro amigo lhe tinha dado e que não existiam aqui, porque o prelado dessa época entendeu que a correspondência oficial era propriedade sua e que dela podia dispor à sua vontade.

Tal é, esboçado a traços largos, o estado em que esta Prelazia se arrastou até há poucos anos, sem energia, sem vida cristã, sem orientação,

sem conhecimento dos altíssimos deveres espirituais e temporais, que lhe estavam confiados; sem clero, sem templos, sem meios, enfim, de conservar algumas das suas antigas glórias.

Nada mais natural do que perguntar-se agora porque caíram tanto a influência religiosa, tantas casas conventuais, tantas paróquias e tantas missões?

A resposta teria de ser longa para ser completa, e eu não desejo dá-la, ao menos por agora, por falta de tempo. Apontarei apenas os principais factores dessa ruína:

O primeiro foi, com certeza, a nossa tendência de raça, muito apta para todas as aventuras heróicas e generosas, mas incapaz de perseverança em qualquer cometimento de trabalho porfiado e tenaz. Apenas se verificou que as minas de ouro e prata, cujo valor muito ampliado no princípio, não satisfaziam a cubiça sem limites dos exploradores, foram estes retirando pouco e pouco para a exploração mais lucrosa das minas americanas. Agricultura nunca existiu na nossa África Oriental, porque nunca com ela nos importámos e só ela poderia colar ao solo feracíssimo os pés dos nossos colonos. Ainda hoje se não tem querido ver a verdade a este respeito; todo o mundo pede minas, que ou não existem ou estão esgotadas, e ninguém quer terrenos para agricultar e colonizar, os quais constituem a verdadeira mina nesta costa.

O segundo foi a expulsão dos jesuítas destas regiões, tendo os dominicanos, que já decaíam por falta de pessoal, de dividir-se por países muito mais vastos do que permitiam as suas forças. As missões dos XVI e XVII séculos faltavam elementos de primeira importância para um bom resultado definitivo, como era o elemento feminino na educação da mulher indígena; os nossos grandes esforços nunca deram um resultado completo, porque ficámos sempre a meio.

Um missionário, por melhor que o suponhamos, nunca será apto para instruir convenientemente o elemento feminino indígena, que é talvez o mais importante, pela influência que forçosamente há-de desempenhar na vida social da família preta.

O terceiro foram as guerras peninsulares e mais do que essas as intestinas que, empobrecendo o país e concentrando as atenções do governo central, o impediram de atender às verdadeiras necessidades coloniais.

O quarto foi o decreto da extinção das ordens religiosas nas colónias, quando não tínhamos, por assim dizer, outro clero nem bom nem mau, que substituísse aquelas.

O quinto, enfim, foi um certo espírito de hostilidade que durou por muitos anos depois da extinção dos frades e que reinou cá e lá, não deixando ver que ao passo que se refaziam e organizavam outros serviços, não se devia abandonar o eclesiástico, como um dos mais eficazes meios de civilização do indígena e primeiro factor duma influência certa e profícua para a Pátria.

Quando todas as nações coloniais lançavam mão das missões como elemento de progresso e proveito, nós continuávamos, obstinadamente, apartando das nossas esse elemento poderoso; e assim no fim de muitos anos encontrámo-nos na infância, quando os que vieram bem depois de nós entraram há muito no período da virilidade colonial.

SEGUNDA PARTE

A PRELAZIA DE MOÇAMBIQUE NO PRESENTE

A segunda parte deste relatório é forçoso que seja um constante cavar em ruínas, trabalho bem doloroso para mim, em que terei de pedir largos e enérgicos remédios, a fim de que a administração eclesiástica desta prelazia e o seu desenvolvimento religioso correspondam ao que os altos interesses da Pátria e da Religião exigem dela.

Até há pouco tempo podia afirmar-se afoitamente que a Prelazia de Moçambique durante o século actual foi a mais abandonada de todas as dioceses do Ultramar, e esse facto reflecte-se bem tristemente ainda neste momento; este estado deprimente deve acabar, porque a sua continuação representa o abandono, quiçá do elemento mais valioso para a civilização africana — a religião, e Portugal não consentirá em abdicar os seus foros gloriosos de país que, primeiro que nenhum outro, teve a peito o progresso desse pária que se chama a raça preta; ainda que uma ou outra vez esquecesse, durante largos anos, a sua nobre missão.

*

Cheguei à Ilha de Moçambique e tomei conta do governo desta Prelazia no dia 20 de Março de 1892 ([38]). Não obstante ter alguma experiência de coisas religiosas africanas, e o firme propósito de reduzir no meu espírito às proporções mais modestas, para evitar ilusões, a ideia que formava da Prelazia a meu cargo, confesso que tudo o que existia estava ainda bem áquem dos cálculos que formava, já suficientemente amesquinhados. Não desanimei, apesar disso.

Neste vastíssimo território, que se estende por mais de 15 graus, desde o Cabo Delgado em 10° 41' latitude sul, até terminar nas terras de Maputo ao sul de Lourenço Marques, em 26° 30' latitude sul, estendendo-se pelo vale do Zambeze até ao Zumbo, a mais de trezentas léguas

---

([38]) «Não estava aqui nem o Governador Rafael d'Andrade, nem o Lelo; ambos veraneavam no sul da Província: quem fazia de Secretário Geral era um canarim que aqui era Delegado. A minha entrada foi nas piores condições, porque estava aberta uma questão entre o Governador e a Prelazia.» — *Diário,* 1.° de Janeiro de 1893. . . . . . .

da costa, com uma superfície total de mais de um milhão de quilómetros quadrados ([39]), trabalhavam na civilização do preto e salvação das almas 21 presbiteros, sendo 9 regulares e 12 seculares. Destes últimos, 4 eram europeus, 3 filhos do Colégio das Missões e 1 de nacionalidade francesa; os restantes naturais da Índia Portuguesa.

Na capital da Provincia, que é também a sede do governo eclesiástico, havia um só presbitero, que era governador da Prelazia, pároco da Sé, capelão do Hospital, da Misericórdia e da Escola de Artes e Ofícios com ensino, e teria também de ser escrivão, oficial e amanuense da Câmara Eclesiástica, se esta existisse, ou, antes, se o que existia pudesse merecer tal nome.

Entendi que devia principiar os melhoramentos, que podia realizar desde logo, pela capital, que, se não tem importância de direito, por lhe faltarem todos os elementos de riqueza e situação geográfica em relação à Província, tem-na, de facto, por ser a sede da administração superior da mesma Provincia. Tratei de investigar o passado.

Os documentos que existiam no que por eufemismo se chamava Arquivo da Câmara Eclesiástica, consistiam em magros registos, a maioria dos quais tinha sido aberta em 1885. Este arquivo, que devia ser o depósito de todos os documentos referentes à Prelazia e sua administração, consistia num monte de folhas soltas, um ou outro ofício disperso e roído do *muchém,* e uma colecção moderna do *Diário do Governo,* com meia dúzia de velhos livros, sem importância alguma.

Ainda não pude, nem talvez venha a conseguir, averiguar em que época se destruiu ou dispersou o cartório da Prelazia, que a avaliar por alguns fragmentos de livros do principio deste século devia ser importante. Suspeito simplesmente que o vandalismo que o reduziu a este estado, se cometeu na década que se estende desde 1870 a 1880, pelas alusões que encontro num livro de correspondência do Prelado D. José Caetano Gonçalves, que, devendo fazer parte do mesmo arquivo, me foi em Lisboa oferecido por um amigo. Aí se queixa várias vezes de que lhe sonegaram documentos e até castigou ou tentou castigar um padre por ter extraviado alguns.

Neste caos, o que me pareceu urgente foi salvar migalhas do passado e organizar alguma coisa para o futuro. Encarreguei desse enfadonho trabalho o missionário Emilio Augusto da Esperança Machado, que cabalmente dele se desempenhou com presteza, método e ordem. Posso asseverar, que não sobrevindo alguma fatalidade, no futuro será bem fácil, para quem o quiser, refazer com toda a minudência a História Eclesiástica da Provincia no tempo presente.

([39]) A superfície de Moçambique, segundo os dados oficiais, é actualmente de 771.133 quilómetros quadrados.

Era indispensável organizar também, criando quase tudo, a Câmara Eclesiástica, que é a minha Secretaria. Nomeei para Escrivão da mesma o meu Secretário padre Afonso Pereira, o qual durante dois anos, com muito trabalho e perseverança, a tem transformado, dando-lhe uma feição simples, mas completa, o que permite resolver todos os negócios e prestar todos os esclarecimentos com a maior celeridade, não havendo ninguém que se possa queixar de morosidade em todos os negócios que correm por aquela repartição.

Nada mais direi sobre este ponto, que reputo importante, chamando a atenção para o Documento n.º 1, que lança luz abundante sobre o assunto e no qual o Escrivão da referida Câmara me dá conta do modo como está regularizado este serviço.

Como são quase nulos os emolumentos desta repartição, já porque o seu serviço em grande parte não é retribuído, já porque o pessoal eclesiástico, sendo tão pobre como é, nada pode pagar, já enfim porque o grande número dos fiéis que têm de recorrer a esta repartição estão no mesmo caso, é urgente, e parece-me de toda a justiça, que à semelhança do que se pratica com as Câmaras Eclesiásticas das dioceses que não têm rendimentos próprios, como, por exemplo, Cochim e Luanda, se faça o mesmo com esta, onde o serviço me não parece menor, nem é pouco, como se pode ver pelo Documento n.º 1.

É evidente que uma só pessoa não pode desempenhar este serviço, são indispensáveis dois presbíteros; como, porém, seja preciso empregar os poucos missionários no serviço das missões, pode acontecer que o segundo empregado da Câmara Eclesiástica seja um secular, que reuna as condições requeridas, e nisto não vejo inconveniente algum; o que é indispensável é que eu possa dispor de uma gratificação para quem fizer o serviço, seja padre ou não.

No meu ofício n.º 132, de 4 de Abril de 1893, já tive a honra de pedir a V. Ex.ª que concedesse uma gratificação ao Escrivão da Câmara Eclesiástica, visto que está reduzido à sua côngrua, por não poder acumular outro serviço, pois o que tem já é demasiado; hoje peço novamente que seja arbitrada a mesma que o orçamento inscreve para a de Luanda.

Em princípios de 1893 o então Governador Geral, Conselheiro Rafael de Andrade, arbitrou uma gratificação para aquele fim; foi logo, porém, suspensa, por não estar no orçamento; ora, se isto se não fizer, teremos a anomalia de ver que os que mais trabalham são os que menos recebem, o que aliás não é novidade.

Organizada a Secretaria central, tratei da regularização dos arquivos paroquiais e das missões, que só para este efeito são reputadas paróquias.

O registo paroquial quase não existe até 1885 e desde essa época para cá era feito, em geral, com intermitências, originadas nas mudanças de párocos e muitas vezes pouco em harmonia com a lei que o regula.

É comum serem pedidas certidões de baptismo, já pela autoridade judicial, já por particulares, que não podem ser passadas por não existi-

rem duplicados na Câmara Eclesiástica, nem os originais na paróquia. Também não é raro encontrar-se a série do registo numa agenda de Ayer, por exemplo, que o pobre pároco arranjava como podia à sua custa, pois não existindo juntas de paróquia, nem confrarias fabriqueiras, e negando-se, segundo me afirmaram à minha chegada, a Fazenda a fornecer livros à Câmara Eclesiástica, devia acontecer assim.

Devo dizer em abono da verdade, que a Fazenda me forneceu sempre prontamente todos os livros requisitados para serviço da Prelazia, em número de algumas centenas, e isto sem dificuldades nem reparos.

Tenho, pois, a satisfação de poder afirmar que este serviço tem sido feito com rigoroso escrúpulo e ordem, e que atentas as distâncias, as demoras e o meio, não me parece que se possa fazer melhor, tendo para isto cooperado a boa vontade dos párocos e missionários.

Para obter este resultado, à custa de muito trabalho, foi indispensável determinar que nenhum missionário partiria para a sua paróquia ou missão, sem primeiro ter prestado as provas práticas, perante o Escrivão da Câmara Eclesiástica, de que realmente estava apto para bem desempenhar este dever imposto pela lei canónica e pela civil, e da execução rigorosa da qual depende muitas vezes o sossego e bem-estar de muitas famílias e indivíduos.

Para este e outros fins é indispensável, por muitas razões que omito, por serem óbvias, que todo o missionário que vem para esta Prelazia, seja qual for a sua procedência, se demore nesta capital alguns dias ou meses, segundo as circunstâncias que nele concorram e as necessidades do serviço eclesiástico; sem isto não conhecerei os missionários, não existirá a unidade de vistas, nem mesmo a disciplina eclesiástica, sem a qual improfícuo será qualquer trabalho. Para que isto, porém, se possa fazer, é absolutamente indispensável que V. Ex.ª mande incluir no orçamento uma verba de 230$000 a 250$000 réis anuais, para aluguer de uma casa onde possam viver até quatro missionários.

Tenho sempre a maior alegria em recolher na minha casa todos os padres, quer venham doentes ou em serviço do interior ou dos portos, quer da Índia ou de Lisboa; porém, não me é possível, porque a casa destinada aos Prelados e que foi construída ou comprada por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, Prelado de Moçambique e Bispo de S. Tomé, é uma casa sem cómodos; toda ela é, por assim dizer, um salão; parece ter sido construída para bailes e não para residência de Prelados, e além disso não está concluída, segundo o plano da sua construção, faltando completamente uma parte importantíssima.

A Secretaria funciona num lugar impróprio e sem comodidades, lugar que nunca podia ser destinado a outra coisa que não fosse um gabinete, portanto, sem largueza e sem ar suficiente. Falta completamente casa adequada a tribunal eclesiástico, que tem de funcionar a cada passo. De maneira que qualquer missionário que aqui chegue luta com verdadeiras dificuldades ou há-de ir para um hotel, onde tem de corar

todos os dias diante de cenas deprimentes para a sua dignidade de padre e perder todo o prestígio de que deve estar rodeado, além de que só pela alimentação tem de pagar mais do que lhe dá a sua côngrua, ou tem de alugar uma casa, que lhe não pode custar menos de dez mil réis mensais, obrigando a despesas correlativas, e tendo portanto ou de ficar condenado a não pagar aos seus credores, ou baixar doente de fome, em pouco tempo, ao hospital, tornando-se inútil para desempenhar a sua missão.

É preciso não perder de vista que os seus vencimentos mensais são 29$166 réis, numa terra onde a vida é muito cara. A isto acresce que o missionário, porque o é, se não pode apresentar em público como qualquer maltrapilho ou moço de recados. Não exagero: existem muitos padres que não têm a mais nem um vintém da sua côngrua geral.

Em 1881 ainda existia nesta cidade uma casa destinada a receber durante algum tempo os funcionários militares, civis ou eclesiásticos, que chegavam do reino ou dos portos, em condições favoráveis, isto numa época em que a vida era mais barata. Uma portaria do Governo-Geral, de 22 de Março desse ano, regularizou o seu funcionamento de maneira que a Fazenda não fosse prejudicada com esta hospedagem.

Essa instituição, que a portaria apelida antiga, morreu não sei quando, nem porquê; hoje apenas os militares gozam do benefício de casa do Estado, o que acho muito justo, contanto que se estenda o mesmo benefício aos padres, que ainda recebem menos alguns vinténs do que os alferes. A justiça do meu pedido é tão evidente, que o Conselheiro Rafael de Andrade, quando Governador, não duvidou abonar quinze mil réis mensais para aluguer de uma casa para residência dos missionários; como, porém, à saída de S. Ex.ª tudo que não constava do orçamento, por mais justo e razoável que fosse, foi eliminado, os missionários voltaram à antiga e desgraçada situação, a qual, estou certo, V. Ex.ª quererá remediar.

*

Quase em toda a parte onde se estabeleceram missões do Real Padroado e onde o elemento português dominou por algum tempo, a generosidade dos nossos monarcas e a piedade dos fiéis criou fundos importantes e rendimentos adequados para a sustentação dos ministros do culto católico e esplendor do mesmo culto, que tão profunda influência exerce em toda a parte, mas sobretudo entre povos selvagens, nos quais predominam os sentidos sobre a inteligência.

As obras pias de toda a ordem espalharam-se largamente e quando o domínio temporal em muitos lugares passou para outras mãos, lá ficaram a repetir o nome português esses monumentos de piedade dos primeiros conquistadores. É assim que as missões da China ainda hoje têm importantes rendimentos, bem como as da Índia, que em alguns bispados são suficientes para sua manutenção, aliviando o tesouro da metrópole de pesados encargos.

Em Moçambique aconteceu o contrário; as doações, se existiram, como é de presumir, desapareceram completamente com a extinção das ordens religiosas; os terrenos que a Fazenda Real tinha cedido para sustentação das antigas missões reverteram para a Fazenda Nacional, que durante muitos anos nenhum lucro auferiu deles, e a Prelazia não tem um real de rendimento próprio, e deve viver e desenvolver-se com o que lhe é arbitrado nos orçamentos. Daqui se deduz lògicamente que a administração eclesiástica nesta Província não tem vida própria e desafogada como convinha.

Desde a cera que arde no altar até à côngrua do missionário, para tudo é preciso recorrer ao padroeiro, cujos representantes, se muitas vezes se acham bem dispostos a prestar todos os auxílios compatíveis com os recursos de que dispõem, também algumas estão animados de sentimentos contrários, por ignorância ou outros motivos, entibiando muitas vezes a boa vontade e o zelo dos que se dedicam ao desenvolvimento das instituições religiosas, numa Província onde tão assinalados serviços eles podiam prestar à civilização destes povos.

Se até hoje não tive a lutar, e espero que nunca terei, com a má vontade, é certo que ela pode surgir de um para outro momento, e não o é menos que em geral domina um espírito pouco inclinado a favorecer o progresso religioso; isto é conhecido de todos; os que o não dizem sentem-no. O remédio para este mal, que no fim de contas tem sua origem na mesma natureza humana, e quantas vezes em ciúmes injustificados!... é dotar a administração eclesiástica quanto possível com elementos próprios, emancipando-a de tutelas, algumas vezes atrofiadoras, e quase sempre acanhadas.

A fim de que a pouco e pouco se modifique quanto possível este estado de coisas, seria conveniente que nesta Província se aplicasse a doutrina do Código Administrativo que diz respeito às Juntas de Paróquia, nos lugares onde essa instituição administrativa é compatível com os elementos actuais.

Não existe, no meu entender, obstáculo algum a que se estabeleçam Juntas de Paróquia nas freguesias de S. João Baptista do Ibo, nas duas da Ilha de Moçambique, Nossa Senhora da Purificação e S. Sebastião, na de Nossa Senhora do Livramento de Quelimane, na de Nossa Senhora da Conceição de Inhambane, na de Nossa Senhora do Rosário de Sofala, com sede actualmente na Beira, na de S. Tiago Maior da vila de Tete e na de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques. Em todos estes lugares existem elementos para comporem Câmaras Municipais, como é sabido; que razão pode, pois, existir para não haver Juntas de Paróquia?

As antigas confrarias, que tanto concorreram para a sustentação do culto, que estavam espalhadas com profusão por toda a Prelazia, podendo afirmar-se que não havia uma paróquia onde faltassem, desapareceram como fumo e com elas os seus bens. Hoje apenas existem duas, uma em

Quelimane e outra em Inhambane, que ainda prestam relevantes serviços ao culto.

Os tempos não correm de molde para se renovarem as que pereceram, hoje que não têm rendimentos; as primeiras eram o produto natural de uma época de fé e entusiasmo, que hoje escasseia e ainda mal que assim acontece.

Criando-se as Juntas de Paróquia nas freguesias citadas, o orçamento seria aliviado, sem prejuízo e até com proveito do culto, e a verba que hoje é destinada a guisamentos podia ser aplicada a outro fim.

Com respeito a paróquias entendo que devem conservar-se as existentes no litoral e ainda a de Tete no interior, onde domina o elemento europeu, ou asiático cristão, mas que se não devem criar mais, a não ser no Chinde, se aquele lugar se desenvolver progressivamente, como tem acontecido nos últimos tempos, e que os esforços e atenções se devem dirigir principalmente para a criação de boas missões, que se destinem especialmente ao preto, ensinando-lhe a moral cristã e civilizando-o pelo trabalho honesto, o que a paróquia não pode empreender com o mesmo desenvolvimento que a missão.

A paróquia indica sempre um estado social já adiantado, que realmente não existe em Moçambique, nem em colónias portuguesas na África, se exceptuarmos o arquipélago de Cabo Verde, e talvez S. Tomé e Príncipe.

*

Exactamente um mês antes da minha chegada a Moçambique aportaram aqui, com ordem de me esperarem, sete presbíteros, quatro saídos do Colégio das Missões, um europeu de outra procedência e dois filhos da Índia Portuguesa. Pouco depois ordenei quatro presbíteros a título de missão, por especial graça de Sua Santidade Leão XIII; destes, um ficou preparado do tempo do meu venerável predecessor, natural da Índia, e três europeus que tinham feito os estudos em Portugal.

Foi com este reforço que contei para restaurar as antigas paróquias, que por falta de pessoal estavam abandonadas havia largo tempo.

O meu plano nesta restauração era então, e ainda é hoje, conseguir que um missionário não permaneça isolado no sertão, e mesmo no litoral; a razão por um lado e a experiência por outro, têm mostrado exuberantemente que o missionário abandonado a si no meio da barbárie do interior, que o cerca por todos os lados, não a modifica civilizando-a, mas é absorvido por ela, a não ser que a Providência faça milagres, que sendo possíveis, não são a regra, nem se devem esperar.

Foi guiado por este critério, que aproveitando-me das instâncias dos povos da pequena Ilha de Querimba, lhe enviei um pároco, com a condição de que levantariam uma modesta igreja para o exercício do culto; graças à boa vontade destes povos, incluindo os mouros, ao auxílio

do Ibo e do novo pároco, essa igreja está quase concluída, tendo a Fazenda apenas despendido salários com alguns carpinteiros, que foram cedidos alguns dias para o acabamento das obras de madeira. Como a paróquia do Ibo e a de Querimba distam apenas algumas horas, qualquer dos respectivos párocos tem sempre um valioso auxílio no seu vizinho, para todas as contingências.

Descendo do Distrito de Cabo Delgado para o de Moçambique, era urgente acabar com a miséria ou escândalo de existir na sede da Prelazia apenas um presbítero. Havia largos anos, e tão largos que não foi possível encontrar nem uma folha do seu antigo arquivo, que a paróquia de S. Sebastião, talvez a mais antiga da Província, não tinha pároco. Restaurei-a (40), pois, dando-lhe como subditos os habitantes da ponta sudoeste da ilha, onde enxameia uma população enorme, sem socorros da religião, sem escola e sem moral, população que aí vegeta há largos anos, tão selvagem e atrazada como no dia em que Vasco da Gama aqui aportou, e só opulentada com muitos vícios e misérias a mais.

Na fortaleza de S. Sebastião, depósito de sentenciados, onde vive um mundo completo de infelizes que não souberam fazer bom uso da liberdade, devia, segundo a boa razão e a lei orgânica desses depósitos, existir um capelão, que pela escola e pelo ensino religioso derramasse alguma luz em consciências entenebrecidas; foi o que tratei de propor ao Governador-Geral de então, o qual, com autorização do Governo de Sua Majestade, nomeou o presbítero por mim indicado para aquele fim.

A igreja da Cabaceira Grande, em frente e a dois passos de Moçambique, situada em lugar de certo mais salubre e pitoresco que a ilha, uma das mais antigas e belas da Prelazia, que noutro tempo pertenceu aos dominicanos, caíu em ruínas e havia mais de dez anos que não tinha pároco. Esta cristandade, bem como a de Mossuril, prósperas ainda no princípio do século actual, caíram quase completamente em poder dos mouros, pelo abandono em que ficaram durante largo tempo.

Tendo lançado as vistas para este lugar, desde o princípio, por me parecer apropriado para nele fundar uma casa de educação e caridade, da qual nesta Província há tão grande necessidade como do pão quotidiano, fundação que tenho entre mãos, e cujos estatutos em pouco tempo subirão à presença do Governo de Sua Majestade, para que auxilie e aprove tão útil instituição, era de necessidade restaurar a antiga paróquia; foi o que fiz (41); o seu pároco, que há perto de um ano ali reside, será o capelão do futuro estabelecimento. A bela igreja da Cabaceira, abandonada, caíu em ruínas; felizmente o actual Governador-Geral, Vice--Almirante Teixeira da Silva, tocado por este espectáculo de ruínas e vergonha para nós, aqui mesmo às portas da capital da Província, resol-

---

(40) Cfr. Nota n.º (35).
(41) B O M — não publicou a Portaria.

veu restaurá-la, e em seis meses será uma das melhores igrejas da Prelazia, como também é uma das mais antigas.

Na capital do ainda há pouco Distrito de Angoche, nunca existiu, pelo menos nos tempos modernos, pároco algum; foi ali criada uma paróquia em 1875; essa criação, porém, não se tinha traduzido até hoje em factos no terreno; existia apenas na portaria.

Parecendo-me indecoroso para o nome português que existisse um vasto distrito sem um único padre, ali coloquei um ([42]), não só para prestar os auxílios da religião aos europeus e funcionários residentes, mas também para contrariar, na medida das suas forças, a propaganda maometana, que avassalou todo o norte da Província, onde domina em absoluto, deixando-nos apenas um ou outro indígena que se tem mostrado rebelde a essa propaganda.

Aqui não existe igreja e os actos do culto são celebrados na pequena capela do cemitério.

Se me não atraiçoa a memória, em 1875, por ordem do Ministro da Marinha e Ultramar, foi organizado e aprovado o orçamento para duas igrejas: uma em Angoche, a outra em Bazaruto; tudo ficou letra morta e as igrejas nunca se construíram até esta data. Bem urgente se torna a repetição da mesma ordem, com a cláusula essencial de que é para se cumprir.

No arquipélago do Bazaruto, onde existe um depósito de degredados europeus e indígenas, de uma e outra costa, com uma regular população preta, nunca houve pároco; apenas, como em Angoche, existia no *Diário do Governo* a paróquia, desde 1875. Ora se a presença do pároco e a contínua evangelização da doutrina cristã é precisa em alguma parte, é de certo num estabelecimento desta ordem, para modificar o carácter do condenado e suavizar-lhe as agruras de uma consciência ulcerada.

Portanto, depois de solicitar as ordens precisas para que se construísse ali uma modesta igreja, e sendo-me respondido que o meu pedido fôra tomado em consideração, e dadas as ordens convenientes naquele sentido, para ali enviei um pároco, que tem largo campo onde exercer o seu sagrado ministério.

Estando abandonada há muitos anos a venerável igreja de Sofala, de que já nem ruínas existem, ùltimamente com sede em Chiloane, onde os actos do culto, enquanto teve pároco, o que não acontecia há quatro anos, eram celebrados num indecente pardieiro coberto de palha; e tendo-se reunido uma importante população europeia na Beira, capital dos territórios da Companhia de Moçambique, para ali transferi a paróquia ([43]), por não haver mais razão de ficar em Sofala ou Chiloane. Dei-lhe pároco, quanto pude em harmonia com as condições excepcionais daquele lugar.

([42]) B O M — 1892, pág. 161. Portaria de 11 de Abril de 1892.
([43]) B O M — 1893, pág. 400 (21-6-93).

A celebração dos actos do culto é feita na bonita capela da confraria de S. João Baptista, que, como se vê, é particular, sendo, portanto, urgente construir igreja própria e mais central, o que não será muito difícil, logo que o caminho de ferro possa transportar granito, que eu vi no interior e nos lugares por onde passa a linha, e em grande abundância.

No interior, nas margens do Punguè, existe Fontesvila, onde residem muitos europeus católicos e também indígenas; uma comissão construiu a expensas próprias uma boa capela, que lhe custou perto de três contos de réis, e como são muitas as milhas que separam este ponto da Beira, enviei-lhe um missionário com o título de coadjutor do pároco da Beira, para amparar e desenvolver esta cristandade.

Assi mconsegui ter três padres a distâncias pequenas uns dos outros, podendo em caso de necessidade prestarem-se mútuo auxílio.

Da missão e instituto de ensino de Lourenço Marques falarei em lugar oportuno. As paróquias supraditas são as restauradas desde que entrei na Província.

*

Se o pessoal eclesiástico é pouco numeroso, impedindo assim o acudir às urgências de um vastíssimo território, vejamos em rápida resenha o estado dos templos, capelas e alfaias do culto. Até há poucos anos o orçamento da Província, sempre em perigo agudo de anemia e pobreza na parte que diz respeito a coisas eclesiásticas, inscrevia uma verba tão insignificante para alfaias, que fatalmente devia acontecer o que aconteceu; tudo foi consumido até ao último fio, e as vestes sagradas, em vez de edificarem, só promoviam o riso, o desprezo e o ridículo inevitável, todas as vezes que se trata sem seriedade o que de sua natureza deve infundir respeito e acatamento.

No tempo do meu venerável antecessor (44), e de certo por intâncias suas, essa verba destinada a alfaias foi elevada a um conto e quinhentos mil réis, e hoje a que está inscrita no actual orçamento é suficiente para em alguns anos, com método e cuidado, haver alfaias bastantes e limpas em todas as igrejas e missões.

Principiemos pelo sul, em ligeira resenha.

A igreja de Lourenço Marques é nova; julgo ter sido aberta ao culto em 1880 ou pouco depois (45); exteriomente tem aspecto artístico, que é uma imitação do estilo gótico, com as suas agulhas elegantes; interna-

---

(44) D. António Dias Ferreira (1887-1891), transferido para a diocese de Angola e Congo (1891-1901).

(45) Na realidade foi aberta ao culto em 1883. O Padre António Dias Simões escreve em 26-5-1894: «Chegada em 1877 a primeira expedição das Obras Públicas à Província resolveu-se a edificação dum templo e em Outubro de 1883 era ele dedicado ao culto. Mas que templo?!... Exteriormente de não má aparência, interior-

mente é um barracão que se assimilha a uma sinagoga ou templo maçónico; está tão afastada da linha geral que preside à construção de uma igreja do culto católico, que nem púlpito lhe fizeram. Na capela-mor dispensaram a tribuna e para rematar, fizeram à guisa de retábulo, entre o altar e a parede, uma coisa indefinível, que só tem similar num guarda-louça sarapintado, a modo de barracão de feira. Já dei os primeiros passos para que estes aleijões desapareçam; de resto é uma igreja asseada e regular em grandeza, a mais nova e uma das melhores da prelazia. Tem alguns paramentos, em geral em mau estado; atendendo à cidade de que é igreja paroquial, vai em poucos meses recebê-los todos completamente novos, recolhendo os que existem para, depois de reparados convenientemente, servirem noutras igrejas de menos importância.

A quatro quilómetros, na Matola, temos a capela da Missão de S. José, construída há três anos por subscrição, e sobretudo com o dinheiro do pároco de Lourenço Marques, António Dias Simões; é pequena, mas ainda pode suprir por alguns anos às necessidades da missão. Tive a satisfação de a benzer e inaugurar em Junho de 1892. Tem afaias e paramentos novos.

Ainda em Lourenço Marques há a pequena capela de S. Francisco Xavier; tem alguns paramentos, poucos, pertencentes ao município e serve tão sòmente para o serviço do cemitério.

Em Inhambane existe uma boa igreja paroquial, reparada há alguns anos; está para durar, ao que parece. Tem alfaias e paramentos fornecidos pela prelazia, que, não sendo rica, possui alguns bens para ocorrer às necessidades mais instantes do culto.

Próximo da vila, e num lugar relativamente elevado, existe o cemitério com uma modesta capela, quase nua, que me parece não possuir paramentos próprios.

No Mongue, em frente da vila, está a Missão, para ali transferida do Bembe há pouco mais de seis meses. Por enquanto não tem senão uma capela provisória, muito necessitada de alfaias, as quais há-de receber convenientes logo que for possível.

Em Bazaruto deve estar-se construindo uma modesta igreja; esta paróquia tem paramentos e alfaias regulares e suficientes para as primeiras necessidades.

Na Beira há a capela de S. João Baptista, aberta ao culto no dia em que para ali enviei um pároco, e pertencente à confraria do mesmo nome, erecta recentemente. Tem paramentos novos. Outra capela em Fontesvila, também de uma associação ou irmandade, é dependência da paróquia de Sofala, com sede na Beira. Esta serve-se actualmente com as alfaias da antiga paróquia, em geral em mau estado.

---

mente é dum aspecto desanimador! Quatro paredes mas com uma divisão marcada por um arco quasi ao centro do edifício, uma mesa de alvenaria ao fundo, eis tudo!» — Cfr. Mons. João Francisco dos Santos. *Obr. cit.*, pág. 30.

Entrando em Quelimane temos uma igreja boa, reparada há alguns anos; tem duas torres pouco elegantes, mas razoáveis ([46]). Aqui as alfaias e paramentos pertencem quase todos à confraria de Nossa Senhora do Livramento e são bastante regulares. Esta confraria possui ainda rendimentos de certa importância. A mais de 2 quilómetros existe a capela do cemitério, bastante espaçosa, porém nua e sem ornatos. A instâncias do respectivo pároco e pedido meu, a actual Câmara comprou todos os paramentos precisos para esta capela, exemplo que todas as outras deviam imitar e seguir.

Na vila existe ainda uma capela interior, particular e isenta, pertencente aos padres jesuítas.

Subindo o vale do Zambeze, em Sena, a antiga vila das igrejas e conventos, encontramos um pequeno mas elegante templo, há pouco construído com algum dinheiro da fazenda, mas principalmente com o dos particulares, e especialmente devido aos esforços do comandante militar, Câmara Lomelino. Tive a satisfação de a benzer e abrir ao público em Outubro de 1892, quando regressava de Macequece. Necessita paramentos novos.

Em Tete são urgentes reparos importantes na igreja de S. Tiago Maior, reparos que foram mandados executar há pouco tempo. Tem paramentos e alfaias regulares.

A seis horas de distância, em Boroma, está prestes a concluir-se uma boa igreja, levantada pelos padres jesuítas. Ainda não tem paramentos nem alfaias da Prelazia.

Nas missões do Zumbo, Tumbini e Qualani, por enquanto não existem igrejas que mereçam tal nome, mas capelas provisórias.

Em António Enes, Angoche, como já disse, não existe igreja paroquial, mas a capela do cemitério, imprópria para actos do culto, e que à falta de melhor é aproveitada para aquele fim; tem paramentos regulares.

Na Cabaceira Grande está-se restaurando a igreja, que deve ficar uma das melhores da província; tem paramentos em bom estado.

A igreja de Mossuril é regular em grandeza, tem bom aspecto e está bem conservada, porém os paramentos estão em mau estado e serão substituídos logo que seja possível.

Entremos na capital da Província. A paróquia de S. Sebastião está instalada numa pequeníssima capela do fortim de Santo António, na parte sudoeste da ilha. Esta não tem capacidade e como paróquia é provisória. Tem paramentos e alfaias novos. Junto ao hospital existem de pé as paredes da elegante igreja de Nossa Senhora da Saúde, muito

---

([46]) Foi elevada à dignidade de Sé episcopal com a criação da nova diocese, pela Constituição Apostólica «Quandoquidem Christus» de 6-10-1954. Cfr. *AAS*, 1955, pág. 128-130.

bem situada; estas ruínas pertencem ao Município, de quem tenho a promessa de uma restauração, que se não tem realizado por dificuldades financeiras; é ali que ficará bem situada, quando pronta, a paróquia de S. Sebastião.

No extremo da ilha assenta o cemitério cristão, com uma capela dedicada a S. Francisco Xavier; não possui paramentos próprios; é para exclusivo serviço do referido cemitério.

A elegante capela de Nossa Senhora do Baluarte, na praça de S. Sebastião, é pequena, porém a única em que há arte, junta a uma respeitável antiguidade. É a capela da praça e do depósito de sentenciados; tem algumas alfaias próprias, mas necessita de paramentos novos.

A igreja da Misericórdia é um armazém sem ar e sem luz, que envergonha a capital da Província, e que só por necessidade ainda se conserva aberta ao culto. Tem algumas alfaias e paramentos próprios; desta igreja pode e deve fazer-se alguma coisa para termos na ilha de Moçambique uma igreja, onde se possam celebrar as festividades mais solenes do culto católico, por ser a única que para isso tem capacidade e razoável situação topográfica.

Na capela de S. Paulo, pertencente ao palácio dos Ex.mos Governadores, está instalada a paróquia de Nossa Senhora da Purificação da Sé Matriz e a mesma Sé. É muita coisa para caber em tão pequeno espaço. A paróquia tem alfaias e paramentos bons, e a Sé tem igualmente os seus, que eu fiz separar dos da paróquia, em pequena quantidade, mas os que existem, em bom estado. São dos poucos que foram aqui encontrados por mim, se não todos, a maior parte. A capela de S. Paulo foi restaurada desde 1888 a 1891, com gosto e até com certo luxo. Deve ter vinte e seis metros de comprido por sete e meio de largura; tem uma capela do Santíssimo, que ficou totalmente prejudicada por falta de espaço.

Como se vê pela capacidade da capela, não pode a Sé ali funcionar com comodidade, pois não tem o espaço suficiente para se poder celebrar um pontifical. Não há na capela-mor espaço para o clero, não o há para a cadeira do Governador, não o há para as diversas corporações oficiais, e nas grandes festividades não o há suficiente para o povo; de modo que em tais ocasiões ninguém se entende, nem encontra o lugar que lhe pertence, com manifesto prejuízo da seriedade dos actos que se desempenham.

Acrescem razões muito ponderosas para que a Sé ali não possa funcionar. Todos sabem que as Sés não devem ter tribunas para casas particulares, ou por outra, tribunas independentes da mesma Sé; esta capela tem-as do lado do palácio e não é fantástico supor-se que aí se possam passar coisas menos edificantes, com prejuízo da seriedade dos actos religiosos e edificação dos fiéis; repito, esta suposição não é fantástica, como alguém seria tentado a acreditar. Os Governadores sempre entenderam e bem, que esta capela é um anexo do palácio, e portanto que podiam consentir ou não que nela se celebrassem as solenidades da paróquia e as da Sé. Numa ocasião em que eu estava em visita no inte-

rior, celebraram-se exéquias na Sé, não me recordo sufragando a alma de quem; o Governador dessa época, não simpatizando com o canto dos mortos, dirigiu um ofício ao meu representante, dizendo que no caso de na Sé se fazerem mais ofícios de defuntos, que retirava a licença que tinha concedido para ali funcionar a Sé, licença que tinha dado ao meu antecessor ou ao seu representante.

É claro que quem desempenhava as minhas vezes não respondeu, nem eu tão pouco, quando regressei; e isto para não levantar atrictos, porque se o fizesse teria de afirmar que aquele era, como qualquer outro, um acto do culto católico, e que não estava nas minhas atribuições o aboli-lo. Dei ordem, porém, para se não tornarem a fazer ofícios pelos mortos naquela capela, o que equivale a suprimi-los, visto que não podem ser celebrados na praça pública.

Não estou criticando ninguém, mas simplesmente mostrando a V. Ex.ª que devo ter uma Sé em condições precisas, onde possa ordenar a celebração de todos os actos do culto, sem consentimento ou licença de pessoa alguma.

Moçambique tinha uma magnífica Sé, sólida como uma rocha; um Governador teve o capricho iconoclasta de a lançar a terra, gastando muito dinheiro para a destruir; parece-me justo e racional que se gastasse algum para reedificar. A igreja da Misericórdia foi construída sòlidamente; como está, para nada serve; se, porém, com ela se gastarem pouco mais ou menos quinze contos de réis, ficará com ar, luz e vastidão suficiente para uma boa Sé. Não peço uma nova, já porque conheço as condições especiais dos tempos em que vivo, já porque reputo perdido o dinheiro que se gasta nesta nesga de coral e areia que tem o nome de ilha de Moçambique; mas peço para ter uma igreja onde possa celebrar os actos pontificais condignamente. Nisto está empenhada a dignidade da Religião e o decoro do nome português.

Em pouco tempo terei a honra de apresentar a V. Ex.ª um projecto para esta obra, e tenho plena confiança que será aprovado, tão evidente é a sua necessidade e urgência.

Seguindo para o norte encontramos a igreja da ilha de Querimba, quase construída, devendo em pouco ser aberta ao público. Tem paramentos novos e suficientes para as necessidades actuais.

A pequena distância, no Ibo, assenta a igreja de S. João Baptista, em bom estado; tem paramentos regulares. Na mesma vila e no forte há uma capela, que apenas necessitava alguns pequenos concertos e que creio já estarem concluídos, para nela se celebrarem os actos religiosos.

Para fornecer todas as paróquias restauradas e acudir às antigas com paramentos, alfaias e imagens, é fácil calcular o trabalho que tem sido preciso empregar, e o muito que se tem aproveitado tudo o que era velho, que será substituído à medida que os recursos o permitirem e já o tem sido em muitos lugares.

Parece-me ter dado uma idéia aproximada do estado das paróquias debaixo do ponto de vista material, podendo afirmar que actualmente está formado um rigoroso inventário geral, que é a soma dos particulares, dos quais consta com exactidão tudo que pertence à Prelazia, não sendo possível darem-se mais extravios de objectos sem que haja uma pessoa que deles tenha a responsabilidade, que se torna efectiva, se porventura tais casos se vierem a dar, o que espero não aconteça.

*

É ocasião de tratar das missões pròpriamente ditas, que nesta Prelazia estão na infância, como quase tudo o que diz respeito à religião católica e oficial.

Se tenho boa memória, nos tempos modernos vieram para o Zambeze português os padres jesuítas pela primeira vez em 1880 ([47]). Até 1885 não existem no arquivo da Câmara Eclesiástica notícias, nem vestígios de missionários, nem de missões; e dessa época até à minha chegada são bem raros, mas alguns se encontram. Uma sorte adversa tem perseguido os padres da Zambézia, que tem sido o túmulo de quase todos esses homens de coragem e boa vontade, que heròicamente lutam contra o clima sempre e muitas vezes contra a má vontade dos homens, o que custa mais.

Ainda, socorrendo-me só da memória, julgo que se estabeleceram primitivamente em Mopeia e em Sena ([47a]). Neste último ponto compraram uma razoável casa, que ali me foi mostrada, e em Mopeia vi quase destruída pelo *muchém* uma capela de pau a pique, que serviu de igreja da missão. Num ponto e no outro morreram quase todos os padres; as condições climatéricas desses dois lugares, que conheço, são talvez as piores da baixa Zambézia; dos que ali estiveram poucos voltaram à Europa e esses inutilizados, ou pouco menos. Devia acontecer assim; a missão não tinha a experiência nem a acuidade do instinto, que dirige os que têm vivido muitos anos em países palustres, para procurar os lugares menos insalubres.

Além dessa experiência, que é importante, faltavam-lhe os recursos que lhe proporcionassem boa alimentação e meios de resistência; todos concordam que com uma côngrua de 29$166 réis por mês se não pode

---

([47]) Foi em 13 de Abril de 1881 que Paiva de Andrade chegou a Quelimane com o Padre Dejoux, «o primeiro missionário jesuita daquela colónia depois das perseguições do Marquês de Pombal». Foi fundar a primeira missão em Mopeia, onde havia uma ermida. A capela de que fala D. António Barroso devia ser a de S. Francisco Xavier. — Cfr. Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1926, Tomo IV,, Parte II, pág. 165.

([47a]) Sobre a criação das missões de Moçambique cfr. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Tomo IV, Parte II, Coimbra, 1926, p. 162 e segs.

viver razoàvelmente na bacia do Zambeze, e tanto que o Governo de Sua Majestade tem sido generoso em ordenados e reduções de tempo, para com os que ali trabalham, se exceptuarmos os padres.

Por outro lado, sendo quase todos homens no vigor da vida e com sincero desejo de arrotear uma vinha ingrata, expuseram-se ao sol, à chuva, às intempéries, que em pouco tempo os prostraram sem vida, e nos melhores dos casos sem saúde.

Assim despendeu esta missão muita energia e algum dinheiro sem resultados apreciáveis, nem para a religião nem para Portugal.

Neste estado de coisas resolveram, e muito bem, não sei precisamente em que época, abandonar esses lugares de tão tristes recordações e em 30 de Junho de 1885 uma portaria eclesiástica autoriza o estabelecimento de uma estação missionária no prazo Boroma ([48]), a montante de Tete, nas margens do Zambeze. Também durante alguns anos administraram a paróquia de Tete, como tinham administrado a de Sena.

Um dos que ali prestou, como pároco, muito bons serviços foi o padre Courtois, há pouco falecido, e não foi dos mais pequenos o ter salvo no seu interessante livro *Notes Chronologiques sur les Anciennes Missions Catholiques au Zambèze,* os restos do arquivo da paróquia de Tete.

A missão de Boroma lutou durante anos com grandes dificuldades, mal instalada em cubatas de palha, até que enfim o Governo de Sua Majestade, por decreto de 8 de Agosto de 1889 lhe concedeu um benefício de três contos de réis anuais, com a obrigação de estabelecer filiais, entre outras, uma no Zumbo.

A missão de Boroma é a mãe de todas as da Zambézia, tem quatro missionários que ensinam doutrina, ler e escrever e português, bem como ofícios mecânicos.

Tem concluídas as suas instalações e estabelecidas as suas oficinas, onde se prepara tijolo, obras de carpintaria, etc. Junto da missão as Irmãs Educadoras, ou da Missão ([49]), ensinam as raparigas, e lançam os fundamentos da futura família indígena, constituída nos moldes firmes e bons, por meio do matrimónio cristão.

Em excursões amiudadas os padres catequizam os colonos do prazo Boroma, que a missão tem por arrendamento, e onde se esforça por introduzir novas culturas, melhorando as existentes. Enfim, Boroma é um exemplo do que podia ser a nossa Zambézia, se em lugar de uma missão tivesse um cento, que apesar de numerosas teriam custado menos do que a pólvora gasta pelos capitães-mores para a despovoarem em guerras ruinosas e quase sempre injustas. Sobre Boroma veja-se o Documento n.º 2.

([48]) B O M — 1885, pág. 189.

([49]) Irmãs de S. José de Cluny. Eram oito, indo quatro para o Hospital de Lourenço Marques. «Foram estas as primeiras missionárias que pisaram o solo português da Africa Oriental, pelo que o seu aparecimento causou ali sensação entre europeus e africanos». — Fortunato de Almeida, *Ibid.*, pág. 168.

Por uma portaria do Governo Eclesiástico, de 26 de Julho de 1890, foi criada uma missão, filha da de Boroma, junto da vila do Zumbo.

As grandes distâncias a percorrer para se alcançar este ponto, as dificuldades de transportes e sobretudo a falta de dinheiro, fez com que esta missão só principiasse depois da minha chegada a Moçambique, em 1892.

Está criada no prazo Ricico, perto da vila do Zumbo; tem um internato numeroso e o seu fundador e superior padre Czimermann, com o padre Platzer, seu recente companheiro, têm feito o que podem para promover o seu desenvolvimento. Aquele acaba de falecer vítima do clima e talvez de privações. Sobre esta missão de S. Pedro Cláver do Zumbo veja-se o Documento n.º 3.

Em 5 de Maio de 1890 foi criada uma missão em Milange e Namuli; é a missão de Tumbini, que está pelo menos a seis dias de viagem de Namuli, e portanto não preenche o apelido da sua criação; foi fundada na margem direita do pequeno rio Molosa, e ali demorou mais de um ano, até que aprovado o tratado de limites com a Inglaterra se verificou que o Molosa, até à confluência com o Ruo, era o limite dos terrenos das duas nações; passou, pois, para a margem esquerda do rio e assentou na vertente norte do monte Tumbini. E assim não está em Namuli nem em Milange, mas em Tumbini, designação que passa a ter e que é a única que corresponde à realidade da situação. É esta com certeza a missão que mais tem sofrido; situada a perto de trezentos quilómetros de Quelimane, sem comunicações regulares e sem dinheiro, só uma dedicação muito firme ali tem conservado os padres.

Esta missão não tem subsídio algum, tem vivido com a côngrua de 29$166 réis, pertencente aos padres e talvez com alguma esmola que da Europa lhe mandem católicos não portugueses. Torna mais precário este estado, o estar a missão rodeada de povos conhecidos pelas suas exigências e rapinas. O Matipuíri, um dos mais poderosos vizinhos e dos de pior espécie, pede ou rouba, segundo prefere um ou outro sistema, ou segundo as conveniências da ocasião.

Passei vinte dias nesta missão; o meu primeiro pensamento ao ver as dificuldades com que luta, sem as coisas mais indispensáveis à vida civilizada e conservação do pessoal, foi mandá-la fechar e retirar os padres, e de certo o faria se me não animasse a esperança de que V. Ex.ª providenciará de modo que acabe este estado de coisas e me habilite a socorrê-la de um modo eficaz.

Apesar de tudo isto, a missão tem algumas culturas, ainda que restrictas, por não poder sustentar rapazes para esse fim, apesar da barateza da sustentação do indígena, num lugar em que os produtos da agricultura são baratíssimos. Tem em adiantada construção uma casa grande e igreja, não obstante as inúmeras dificuldades com que luta, por ter de levar de Quelimane todos os artistas, que são uns *matapaus* da pior qualidade, como operários.

A influência benéfica desta missão, colocada na fronteira do nosso território, palpa-se no facto de que dezenas de povoações indígenas têm passado da margem inglesa para a nossa, vindo proteger-se ali com a sua sombra benéfica.

O lugar que ocupa é de certo um dos mais importantes nesta província; o que é urgente é habilitá-la com meios de poder prestar benefícios maiores.

Depois da morte do padre Carvalho, que ali faleceu em 1893, ficou superior o padre Dupeyron, tendo como ccompanheiro o sub-diácono Delémi.

Quando no fim de 1893 chegaram novos padres, atendendo à importância capital desta missão, para ali foram os dois padres Loubière e Perrodin; infelizmente ambos morreram no prazo Boror, antes de chegarem a meio caminho da sua viagem para o Tumbini. A respeito desta missão de S. Francisco Xavier de Tumbini veja-se o Documento n.º 4, que apesar de não ser muito recente, é interessante debaixo de muitos pontos de vista.

Uma outra portaria eclesiástica do mesmo dia, mês e ano, criava segunda missão no distrito de Inhambane, na costa fronteira à vila daquele nome. Depois de consideráveis demoras, fundou-se enfim, a 3 quilómetros do comando militar do Bembe.

Visitei-a em 1892; estava no seu princípio; infelizmente o terreno em que assentava era, além de doentio, por estar no vale de um rio, sempre saturado de humidade, deserto ou pouco menos.

Para uma missão a matéria-prima é o preto; onde este não existe ela não pode convenientemente desempenhar o seu fim civilizador e desenvolver-se.

Por estas razões e proposta do reverendo padre Courtois, tendo o Ex.mo Governador-Geral concedido um bom terreno no Mongue, que reune condições de salubridade a uma população muito densa, para ali transferi esta missão em 1893 ([50]).

A morte do seu fundador e primeiro superior, sobrevinda em 18 de Janeiro de 1894, foi uma grande perda; temos, porém, confiança que o sucessor, padre Etterlé, saberá seguir as pisadas honrosas do seu antecessor, que era um missionário distintíssimo.

Devo consignar aqui que esta missão esteve sempre na mais intima amizade e mútuo auxílio com a paróquia de Inhambane, auxiliando-se eficazmente uma à outra, o que me foi muito grato presenciar.

Esta missão também não recebe subsídio algum, de que bem necessita, nos primeiros anos ao menos. A sua vizinhança, porém, de uma vila civilizada, tem feito que não sofresse tão duramente como a de Tumbini.

([50]) Desconhecemos a Portaria.

Sobre esta missão de S. José de Inhamússua, hoje Mongue, veja-se o Documento n.º 5, um dos últimos trabalhos do padre Courtois.

Da mesma data é a portaria que criou uma missão no prazo Anguase, às portas de Quelimane, no lugar de Qualani, muito povoado de indígenas, mas doentio.

Por esta coincidência de datas, vê-se que em Maio de 1890 houve desejo de criar muitas missões; como, porém, o pessoal não correspondia em número a todas essas criações, e muito menos ainda o dinheiro, seguiu-se naturalmente que nenhuma das três missões desse dia se desenvolveu, pois nenhuma foi subsidiada, e a de Qualani só recebeu em fins de 1893 de um modo definitivo um missionário, que é o padre Torrend. É de esperar que esta missão produza bons resultados se for auxiliada e os padres resistirem à insalubridade do solo.

O terreno da missão, bem como a casa que ali construíram, foi comprado por conta dos padres jesuítas. A respeito desta missão, ou antes a respeito das condições em que se encontram as cercanias de Quelimane, veja-se o Documento n.º 6, estudo feito pelo padre Desmaroux, o qual se me afigura muito importante debaixo de muitos pontos de vista.

A invasão árabe e maometana, que se aproxima da margem norte do Zambeze, a que o autor se refere largamente, merece alguns momentos de estudo e o emprego de meios eficazes para combater um elemento que não é mais nefasto à religião do que ao domínio temporal português, apesar de alguma gente, de certo de boa fé, afirmar que o árabe não tem aspirações políticas absorventes.

Além da missão de Qualani, possuem os padres da Companhia uma casa em Quelimane, que se chama Colégio do Bom Jesus. Aqui residem sempre ao menos dois padres, para expedirem o que é indispensável para as missões da Zambézia, dando um a aula de instrução primária, que é regularmente frequentada. O Colégio podia ter prestado óptimos serviços à instrução, já pela excepcional competência destes padres para o ensino, já pela falta absoluta de instituições deste género na Província.

Infelizmente na nossa África Oriental, tanto oficial como particularmente, tem havido e continuará a haver, o mais soberano desprezo por tudo que seja instrução e educação: são bagatelas e pequenas coisas que a poucos interessam. Por isso, os poucos alunos que frequentavam esta casa não pagavam as suas mensalidades, de modo que os padres se viram constrangidos a fechar o referido colégio, limitando-se a ensinar a instrução primária aos alunos externos, o que ainda hoje fazem com proveito, menor do que era para desejar, não por falta de competência, mas de frequência.

Em Lourenço Marques, onde a propaganda protestante tem sido e continua a ser mais enérgica do que em qualquer outro lugar, e onde porventura é mais perigosa, tratei pouco depois da minha chegada de fundar uma missão católica nas cercanias daquela cidade. Foi criada em

portaria eclesiástica de 21 de Junho de 1892, debaixo do patronato de S. José ([51]).

Para a sua fundação, não dispondo de meios suficientes, fiz apelo à generosidade dos habitantes da mesma cidade, que bizarramente ([52]) me auxiliaram.

Por outro lado o socorro oficial também não faltou e a missão tem dois padres, que se forem auxiliados, poderão continuar prestando valiosos serviços religiosos e sociais; sobretudo se ali puderem instalar as oficinas que eu ambiciono criar. Sobre esta nova missão pode-se ver o Documento n.º 7.

Todas as missões que mencionei funcionam actualmente, e se Deus o permitir, em pouco tempo será enviado o pessoal para a missão de Gaza, criada por decreto de 27 de Abril de 1893 ([53]).

Além destas espero que em poucos meses teremos instaladas mais duas, para as quais já se levantam as primeiras instalações, uma junto da rainha de Maputo, no Distrito de Lourenço Marques, e outra na serra de Morrumbala, na margem esquerda do Chire. Tenho-me, porém, abstido de oficialmente as criar enquanto não tiverem realidade no terreno, para que não aconteça, como não é a primeira vez, termos muitas missões no papel, mas só ali, o que nada adianta para o fim da propaganda católica e portuguesa.

*

Do que acabamos de dizer com respeito às missões desta Prelazia, ressalta logo, que apenas existem duas subsidiadas — uma que ainda não funciona, a de Gaza, e cuja dotação só neste ano foi aplicada a benefício dos negócios eclesiásticos da Prelazia; nos anos precedentes, se foi despendida a verba da extinta missão de Mponda, não foi certamente com coisas eclesiásticas; — e a de Boroma, que deve subsidiar a do Zumbo.

É preciso dizer aqui que o subsídio de três contos de réis anuais à missão de Boroma, não tem sido pago durante bastante tempo, nem o é agora mesmo. Esta falta de cumprimento do que se estatui num decreto, que é lei, tem causado verdadeiros embaraços à mencionada missão. Em Boroma também existem agregadas à missão seis Irmãs Educadoras ([54]), que regem uma bela escola e que nunca receberam subsídio algum; vivem à custa da missão, que realmente não dispõe de meios para custear esta despesa; ora numa Província, onde se pagam tantos professores e professoras, que não têm discípulos, e onde em geral o pouco dinheiro que se destina à instrução é gasto inùtilmente, era bem justo que se pagasse a

---

([51]) B O M — 1892, pág. 244.
([52]) Isto é, com bizarria, gentileza, garbo, briosamente.
([53]) B O M — não publicou o decreto.
([54]) De S. José de Cluny.

quem faz, quer e sabe fazer alguma coisa. Aquelas professoras devem ser subsidiadas como as outras da Província, o que não acontece; parece-me urgente que se faça justiça, auxiliando essas pobres senhoras, para as quais já é um duro sacrifício o viverem em Boroma.

Todas as outras missões da Prelazia, se exceptuarmos a de Lourenço Marques, que não tem subsídio, mas uma gratificação aos dois padres que a servem, visto que ali não poderiam viver sem ele, todas as outras, digo, não recebem absolutamente subsídio algum, além das respectivas côngruas, que por serem muito diminutas, não chegam ao menos para a alimentação regular dos missionários.

Hoje é ocioso discutir a conveniência das missões entre povos selvagens; uma larga experiência veio confirmar o que aliás a razão ensinava. O Estado aufere delas os maiores benefícios, tornando-as já instrumentos de civilização, que tem obrigação de promover entre os povos sujeitos ao seu domínio, já documentos de ocupação efectiva, que o direito internacional reclama como a única legítima para afirmação de soberania; bem ou mal, os direitos históricos e as grandes linhas traçadas nas cartas de África, com tanto esforço, foram postas de parte. Mas para que essas missões existam e possam produzir os benefícios que delas temos direito de exigir, é preciso, é indispensável que o Estado as auxilie de um modo eficaz, ainda que o mais econòmicamente possível.

Nas tabelas orçamentais desta província, além da dotação às missões a que já me referi, existe uma de 1.000$000 réis para missões, importância que, pela primeira vez, no corrente ano económico me foi entregue; nos antecedentes nem isso se fazia e esse dinheiro, que de certo era gasto em coisas da Prelazia, era distribuído sem que o Prelado ao menos fosse consultado a tal respeito.

Se não é possível, atentas as dificuldades presentes, dotar cada uma das missões com uma verba especial, que importaria em muito dinheiro, inscreva-se ao menos no orçamento uma quantia razoável, de que o Prelado possa dispor para, segundo as necessidades e ocorrências, com ela acudir às dificuldades mais instantes das missões existentes!

Quantas dificuldades seriam superadas com este sistema, e quantas perdas de generosos esforços se teriam evitado!

Digo que o Prelado deve poder dispor dessa quantia em benefício das missões não subsidiadas por outra forma, porque é ele que tem obrigação de conhecer as necessidades das mesmas, em virtude do lugar que ocupa, e que lhe acarreta grossas responsabilidades, perante a Religião e perante o Padroeiro. Um socorro prestado em ocasião oportuna vale decerto muito mais do que a promessa de pedir providências que, ou não chegam nunca, ou vêm tarde quase sempre, e só a tempo de não poderem remediar grandes males, emergentes da demora.

Em Angola, onde as missões são melhor dotadas, se a memória me não falha, estão inscritos 4.000$000 réis para este fim; haverá menores necessidades em Moçambique, onde as missões dotadas modestamente

são apenas duas? Infelizmente são ainda maiores aqui do que na África Ocidental.

Só o inveterado hábito, que vem de longe, de ter em pouco os negócios eclesiásticos desta província, que não merece ser tratada desse modo, é que poderá desculpar tão flagrantes desigualdades. De resto, não reclamo para mim nem dinheiro, nem comodidades; peço apenas elementos para poder trabalhar com algum proveito para a Religião e para o nome português; socrifícios inúteis e estéreis a ninguém aproveitam. Quem quer os fins, emprega os meios, ou é inconsequente.

*

Em uma região tão vasta como é a Províncсia de Moçambique, de certo uma das menos salubres do globo, onde se encontram centenas de quilómetros de costa marítima baixa, sem limites bem definidos do lugar em que termina o domínio do mar e onde principia o da terra firme, com deltas colossais como o do Zambeze, em que ainda se não abriu um canal apto para a navegação, senão em condições precárias e muito especiais, e onde a raça branca ainda não resolveu, e de certo não resolverá durante muitos séculos, o problema da sua aclimatação, compreende-se sem dificuldade a importância da preparação ou fontes do pessoal missionário, que deve exercer o seu ministério em condições tão pouco favoráveis.

Todas as dioceses do Real Padroado da Coroa Portuguesa, mesmo aquelas que estão situadas em território sujeito a outra soberania, têm o seu Seminário, grande ou pequeno, segundo as necessidades ou os recursos de que respectivamente dispõem; a Prelazia de Moçambique, apesar de ser maior que todas as dioceses do reino e da Índia juntas, não gosa deste benefício, que eu devo reclamar como um dos melhoramentos mais urgentes e imprescindíveis.

Esta ideia da criação de um Seminário próprio para Moçambique não é minha, tem mais de dois séculos e pertence a Fr. António da Conceição, agostiniano, que sendo Administrador da Prelazia, tentou realizá-la, criando em Sena um Seminário, obra que não pôde realizar (55).

É digno de notar-se que se fizesse esta tentativa, quando os conventos de Portugal e da Índia regorgitavam de pessoal; o que então era útil, hoje é absolutamente indispensável, se realmente desejamos ter missionários e missões nesta parte da África, ainda sujeita ao Padroado da Coroa Portuguesa.

Em 1855 o Governador-Geral de Moçambique, considerando que as paróquias estavam em grande parte sem párocos e abandonadas, e que no interior não havia um só missionário, ordena que a Província envie dez alunos, por conta da Fazenda Nacional, a fim de serem ordenados

---

(55) *Obr. cit.*, pág. 90.

no Seminário de Santarém, para virem depois exercer aqui o sagrado ministério. Esta medida, bem mesquinha em si e que nada resolvia, mas que tem o merecimento de revelar o empenho de sair duma situação desesperada, não deu resultado algum prático, como era de prever.

Por isso em 1859, um Decreto referendado pelo Visconde de Sá da Bandeira, que principia por estas palavras: «Convindo que, enquanto se não estabelece um Seminário para a província de Moçambique», manda que o Governador-Geral, de acordo com a autoridade eclesiástica, envie para Goa dez alunos pretos, destinados ao serviço eclesiástico desta Prelazia. Por este documento vê-se claramente que o Governo da época a que ele se refere sentia a necessidade de fundar um Seminário para Moçambique e que só a situação precária do tesouro fazia adiar essa medida salvadora (56).

O expediente de enviar dez alunos para Goa deu idêntico resultado ao que tinha dado o convite para Santarém; isto é, nenhum, como era de prever, numa terra onde ninguém quer estudar coisa alguma, e onde a instrução foi sempre e continua a ser um mito e vergonha que não é mítica, mas muito real e palpável.

Em 1875 o Prelado D. José Caetano Gonçalves anuncia em pastoral aos fiéis da Prelazia que vai abrir um Colégio-Seminário, onde se ensinará a doutrina cristã, gramática portuguesa, latim, latinidade e francês ou inglês; diz mais nesse documento que apenas haja alunos habilitados, se abririam as aulas de filosoffia racional e moral, teologia moral, dogmática e história eclesiástica.

O Colégio-Seminário era especialmente para indígenas e devia ter doze alunos internos destinados ao serviço eclesiástico; sempre as doses homoepáticas. O Estado subsidiava este Seminário pobremente, parecendo ter a intuição dos seus resultados (57).

Sei que funcionou algum tempo, talvez um ou dois anos, sendo fechado em seguida, não sei por que razão, mas provàvelmente por falta de alunos e por se reconhecer que esta instituição não era viável em Moçambique.

As experiências feitas em Angola deram o mesmo resultado, pelo menos até 1888.

Pode, pois, concluir-se afoitamente, que a necessidade da criação de um Seminário para esta Província foi reconhecida há muito por todos e igualmente se pode afirmar que, por enquanto, gastar dinheiro com Seminário em Moçambique, o mesmo é que atirá-lo pela janela fora, porque as condições gerais ainda são as mesmas.

Uma experiência longa, e, para mim bem dolorosa, mostra-me também que o preto é pouco apto para o sacerdócio cristão, o que nada nos

---

(56) O decreto é de 5-10-1857 e está publicado no *Boletim do Conselho Ultramarino — Legislação Novíssima,* Lisboa, 1868, III, pág. 133-134.

(57) Cfr. P.e António Brásio — *A Igreja em Moçambique,* em *Portugal em Africa,* 1944 (I), pág. 299.

deve surpreender, se atendermos ao estado lastimoso em que o temos deixado vegetar, às tendências de raça, ao clima e ao meio em que vive e se desenvolve.

O Seminário, pois, deve ser urgentemente criado para esta Província, deve ter a sede em Portugal e ter, como alunos e futuros missionários, portugueses.

No norte do país existem ainda antigos conventos, que com pequeno dispêndio se podiam adaptar a este fim, como, por exemplo, o de Vila do Conde, de que o Estado está em posse, ou outro situado no Minho, onde as vocações superabundam.

Levo as minhas utopias até ao ponto de acreditar que dali se poderia fazer o núcleo de uma congregação, à semelhança da dos missionários de Paris [58], ou dos Padres Brancos do falecido cardeal Lavigerie, que teve como princípio um Seminário nas mesmas condições em que o reclamo para esta província. Eu acredito que ainda hoje podemos ter missionários da têmpera dos que honraram a Igreja e Portugal nos séculos XVI e XVII, com tanto que os eduquemos de um modo adequado às necessidades actuais.

Porque o não tentamos? Pouco tínhamos a perder se esse ensaio não desse resultado, e muito a lucrar em caso contrário. Que V. Ex.ª conceda a esta Prelazia um edifício em boas condições de salubridade, e pelo menos oito contos de réis anuais para a sutentação do pessoal, que eu tomo debaixo da minha responsabilidade e sobre os meus débeis ombros o preparar missionários para esta Província, e missionários que reunam a uma sólida instrução teológica as condições indispensáveis para desempenharem todos os deveres que a ciência actual deles costuma exigir e as missões africanas imperiosamente reclamam.

Uma Prelazia com a vastidão da de Moçambique, sem um Seminário próprio, é uma anomalia de tal ordem, que mal se acreditaria, se não fosse uma realidade e um facto da nossa época, que todos os dias palpamos.

Longe de mim está a ideia de repelir, ou ter em menos preço os missionários do Colégio de Cernache do Bonjardim, entre os quais muitos existem que trabalham de boa vontade e com todo o desinteresse, de modo que honram nobremente o qualificativo de que usam; direi até que me reputo feliz pela cooperação sincera e ilustrada que tenho encontrado nos missionários dessa procedência, que servem debaixo das minhas ordens; o mesmo posso dizer dos que envia o Seminário de Goa, entre os quais alguns há que só merecem a nossa gratidão e louvor; infelizmente, porém, nem todos os missionários que prepara o Real Colégio das Missões Ultramarinas seriam suficientes para civilizar, na esfera que nos é própria, a

---

[58] Referência aos Padres do *Seminário das Missões Estrangeiras* da Rua du Bac.

nossa África Oriental; quando todos sabemos que é indispensável dividi-los por todo o vastíssimo Padroado Português.

Enquanto aos segundos, a quem uma prevenção, nem sempre justificada, torna às vezes bem difícil a sua missão, já poucos se desejam expatriar para o clima pouco salubre desta Costa.

Além de um Seminário na Metrópole é indispensável, se não queremos sofrer cruas desilusões todos os dias e marcar passo eternamente, ter na Província uma grande casa, onde concluam a sua educação os missionários, venham eles de onde vierem.

A educação dos missionários na Europa ou na Índia, por mais perfeita que a queiramos supor, nunca será adequada aos rudes trabalhos da missão africana; essa só no próprio lugar do combate poderá ser profícua e completa.

Nesta casa entrariam para fazer o seu tirocínio todos os padres que se dedicassem às missões da Prelazia, e só dela sairiam quando a autoridade competente, depois de proceder a provas severas, os encontrasse adestrados para o duro trabalho da missão, bem mais difícil do que a muita gente se afigura, lá de longe.

Em conclusão: se a Prelazia não tiver Seminário próprio, terá de renovar o seu pessoal, quase por esmola, o que é deprimente e acarreta gravíssimos inconvenientes, perdendo-se na demora da substituição interesses morais e materiais, que custaram muito dinheiro e muitas fadigas.

Por seu turno a existência de um bispo na Província, sem clero, é algo parecida com a de um almirante sem navios, ou de um general sem soldados: uma anomalia.

É tanto mais urgente criar o Seminário para esta Província, quanto é certo que aqui se torna frequente a necessidade de renovar o pessoal missionário, que, pelas más condições de clima, fica prostrado em pouco tempo. Apresento já a prova: em 22 meses, numa média escassa de 30 missionários, ficaram fora do serviço 16 presbíteros, cifra exorbitante, que se decompõe da maneira seguinte: mortos 9, sendo 6 europeus e 3 naturais de Goa; dos 7 restantes, foi 1 europeu transferido por conveniência do serviço, 3 dados por incapazes pela Junta de Saúde, sendo 2 europeus e 1 de Goa; 2 mandados por mim embora, por não terem as condições, nem mesmo rudimentares, para o ministério de missionários, 1 africano e outro irlandês; 1 de Goa que recebeu ordem de não voltar à Prelazia, não por faltas próprias, mas porque mal sabia o português e era quase nula a sua capacidade.

À vista destes dados, que são rigorosamente exactos, será fácil imaginar o espanto e a dor que me causa a redução de dois missionários nas tabelas orçamentais novas sobre as antigas; na minha ingenuidade, confesso que tinha acreditado sempre que, se não tínhamos missões nem missionários em Moçambique, era isso devido à falta de pessoal e não ao desequilíbrio ffinanceiro engendrado pelo ordenado de 350$000 réis anuais para cada missionário. Entendia até que o número de 30 missionários

estava ali no orçamento como expressão indefinida, visto que antes de mim esse número nunca foi atingido, nem sequer aproximado; enganei-me, porém, o que me tem acontecido muitas vezes, e de certo não será esta a última; agora só peço com insistência que no novo orçamento aquele número seja muito elevado, a fim de se poder aproveitar algum missionário que a Providência nos depare, para acudir às grandes necessidades actuais.

Neste momento alguns arrendatários de prazos da Coroa no distrito da Zambézia pedem com empenho padres para os seus prazos, prontificando-se a erigir capelas e a dar casas de residência ao missionário; ninguém ignora as vantagens de tais disposições, que ficarão sem realidade se eu apenas tiver 28 padres como estatui o orçamento; actualmente existem 34 que para pouco chegam, e os que excedem o número de 28 prejudicam a missão de Borama, cujo subsídio é absorvido em grande parte pela côngrua dos missionários, que ultrapassam os fixados no orçamento, o que tem o carácter de uma flagrante violação do Decreto que concede subsídio a Boroma, violação que V. Ex.ª, estou certo, reparará em pouco tempo.

Os ingleses dizem que um missionário vale mais que trinta fardos de algodão; nós afirmamos, na prática, que vale menos que um sargento aspirante; e como somos consequentes, temos centenas destes em África e apenas três dezenas daqueles; de certo que temos razão, pois somos mais antigos como povo colonial e por isso temos mais experiência, não contando já com a felicidade em que nadamos, ao passo que eles estão na miséria, como de todos é sabido, e pouco ou nada entendem de colónias, como também por todos é afirmado.

O que deixo dito parece-me suficiente para demonstrar a necessidade de se criar em Portugal um Seminário para esta Prelazia, Seminário que eu dirigiria, mesmo de longe, em harmonia com as necessidades instantes desta Província, o qual teria aqui o seu complemento, numa casa apropriada.

É, porém, evidente, que esse Seminário não poderá criar todo o pessoal de que necessitamos urgentemente; é pois preciso abrirmos os braços e receber todo o clero que se desejar alistar nesta cruzada de progresso, sujeitando-se ao rigoroso tirocínio a que acima me referi, e sem o qual pouco profícuo pode ser o seu apostolado (59).

---

(59) Princípio que reputamos excelente. O Venerável Padre Francisco Maria Paulo Libermann, primeiro Geral após a fusão, realizada em 1848, das duas Congregações missionárias do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria, defendia já a mesma doutrina. Em carta de 28-I-1846 escrevia: «Vamos mandar construir uma casa nas cercanias de Goreia [Senegal], para casa-central... Será lá também que os missionários se aclimatarão antes de descerem às outras costas, mais ou menos insalubres». Em Novembro escrevia ainda aos mesmos missionários: «Os nossos confrades construiram uma casa que deve servir de local de aclimatação

Mas para isso é preciso afastar para longe o espectro da fome que aqui o espera; da fome, sim, porque outra coisa não é, obrigar o missionário a vestir decentemente, a ter livros para se instruir, a pagar aluguer de casa de residência e mobília com uma mensalidade de 29$166 réis, na África, uma terra onde tudo é caro, desde a água para banho, que não é um luxo, até ao pão para comer.

O missionário desempenha funções sociais importantes e não pode viver à mercê de esmolas que alguém lhe queira distribuir, que, por via de regra, não quer. Não lhe dar o indispensável para desempenhar a sua missão é anulá-lo radicalmente, é instigá-lo à prevaricação, expondo-o às vaias e aos doestos de uma sociedade que lhe não perdoa as faltas, mas que muitas vezes o impele pelo caminho resvaladiço do não cumprimento dos seus deveres, para ter o gosto derrancado de se rir dele; é a este ponto aonde quase sempre conduz a carência de recursos, porque, se em geral a riqueza não é o caminho da virtude, é certo que a miséria é a sua maior inimiga. A isto costuma responder-se que os missionários, que já devem a sua educação ao Estado, não podem ser equiparados em vantagens aos funcionários que fizeram a educação à sua custa ou das suas famílias.

Este subterfúgio nada vale e é contraproducente:

1.º Se o Estado já gastou quantiosas somas com a educação dos missionários do Real Colégio, para as não inutilizar precisa ampará-los com o necessário.

2.º A grande maioria dos missionários desta Prelazia não pertence ao Colégio das Missões e o Estado nada gastou com a sua educação e instrução eclesiástica.

Eu sei que nenhuma das dioceses do Ultramar está nas condições desta; Cabo Verde, S. Tomé com Macau e Índia têm outros recursos e os missionários, se não podem aí contar com riquezas, o que seria um mal, podem esperar uma vida desafogada, o que lhes não acontece em Moçambique, onde neste momento vivem muitos missionários e párocos estrictamente com a sua insufficiente côngrua de 29$166 réis, e até sem os 100$000 réis anuais pela instrução primária, que a lei evidentemente lhe quis conceder, mas que uma peregrina interpretação, que está vigorando nesta Província há perto de um ano, lhos nega desalmadamente, entendendo que o ar empestado e a água das cisternas pode vestir e alimentar padres.

Assim, pobres, quase famintos, lá vão ensinando aos alunos que se lhes apresentam, o nome de Deus e o de Portugal, sem remuneração e sem um «obrigado» animador.

---

para os missionários que chegam, e de casa central para os estudos dos pretos destinados ao estado eclesiástico e a tornarem-se mestre-escolas e catequistas nas diferentes costas». Hoje, como no tempo de Libermann ou de Barroso, estas casas seriam de extrema utilidade.

Nunca partilhei a opinião de que para termos missionários em qualidade e quantidade suficiente era preciso pagar muito; esta opinião não é verdadeira; a meu ver, o padre que fosse missionário, por amor ao bom ordenado, estava de antemão julgado incapaz de produzir alguma coisa de útil e bom; mas também nunca se encontrará pessoal que tenha como estímulo a fome e, quantas vezes, a morte, em consequência daquela; pois nesta Prelazia é o que os espera.

Não digo isto pelo prazer de bordar em prosa quadros sombrios, mas porque estou convencido de que se este estado degradante se tem conservado, é porque se não conhecem as verdadeiras condições em que vive aqui o padre, o missionário, é porque sempre se diz: «há-de ter mais alguma coisa».

Abula-se por uma vez o espantalho que se chama direitos paroquiais, que aqui quase não existem, sejam desapiedadamente postos fora do campo todos os que não cumprem os seus deveres, mas equiparem-se e tenha cada missionário pelo menos 50$000 réis mensais, sem o que não pode viver como o exige a sua missão; existe alguma diferença entre um guarda de alfândega e um missionário, mas em geral aquele vence mais que este. Enquanto não fizerem isto, não teremos missionários, ou teremos alguns que não podem desempenhar a sua missão e portanto inúteis, ou pouco menos.

Tudo se resume em duas palavras: ciência e disciplina adequadas, garantia contra a fome, e assim teremos missões e missionários.

Não é este, decerto, o meu ideal de missões na África Oriental; não quero, porém, pedir senão aquilo que me parece possível, prático e de resultados imediatos, senão completos, ao menos animadores.

*

Não posso deixar de dizer, ainda que sumàriamente, algumas palavras com respeito à instrução pública nesta Província, visto que alguns párocos e missionários são professores.

Como de todos é bem sabido, as nações coloniais têm empregado, há alguns anos, esforços louváveis para difundir a instrução nos seus respectivos domínios, não só a primária mas sobretudo a profissional, e todos, sem exceptuar a Inglaterra, têm confiado o ensino aos missionários protestantes ou católicos, contanto que ensinem as suas respectivas línguas.

A França, pelo seu lado, leva tão longe o desejo de espalhar o seu nome e a sua influência, que subsidia as missões em países selvagens, não franceses, ùnicamente com a condição de que o francês se ensine nas escolas das missões, ainda que os missionários não sejam de origem francesa.

É que todos compreendem que, entre selvagens, a difusão da língua-pátria é o mais forte elemento de assimilação do mundo indígena, e que, sem ela, esta nunca será nem eficaz nem duradoura.

Portugal, em teoria, aprova e aplaude as vantagens da instrução e provàvelmente também entende que o missionário será o melhor e talvez, ao menos por enquanto, o único professor que possa instruir os povos da nossa África; na prática, porém, tem descurado muito este assunto, e quando o não tem descurado tem-lhe imprimido uma direcção que, no meu entender, não é a mais profícua, nem a que melhores resultados possa dar. É leiga de mais e moral de menos.

Uma portaria de 22 de Maio de 1863, do Ministério da Marinha e Ultramar, incumbe ao Governador-Geral desta Província que, de acordo com a autoridade eclesiástica, elabore um regulamento para a instrução primária, secundária e industrial, e autoriza-o mesmo a criar cadeiras de latim, de filosofia e de retórica. Julgo que tal regulamento nunca se fez, e pena foi que assim acontecesse, pelo que respeita à instrução primária e industrial; enquanto à secundária, é evidente que tudo o que se fizesse era inútil, talvez até prejudicial: inútil porque não teria discípulos, e prejudicial, se os tivesse, porque filósofos e retóricos já temos de mais, podíamos exportar.

A Província não estava então, e não está hoje, apta para receber com proveito institutos de instrução secundária.

Nesta cidade existe uma escola principal que, segundo sou informado, nunca teve frequentadores, nem é provável que os venha a ter, ainda por largos anos. Os europeus não vêm para aqui estudar; os seus filhos, se não retiram a tempo, morrem antes da época em que o poderiam fazer; os mestiços contentam-se, de ordinário, com a instrução primária, e os pretos, mesmo os que gosam de um certo bem-estar, que são raríssimos, para nada se importam com a instrução que reputam, pelo menos, inútil. O que todos devemos desejar é que a instrução primária seja o que deve ser, e não o que é; o que era para desejar seria que os pequenos arsenais da província fossem escolas práticas de ofícios, onde o indígena, junto com a aprendizagem da lingua portuguesa, a leitura e as quatro operações, pudesse aprender um ofício pelo qual se emancipasse da miséria e da vadiagem em que vive, podendo prestar assim ao europeu e ao desenvolvimento da Província os melhores serviços.

É muito fácil afirmar que o preto é rebelde à instrução e ao trabalho; é um estribilho banal que à força de repetido parece um axioma, e é uma falsidade, mas é um pouco mais difícil criar-lhe escolas que justifiquem merecer tal nome, e instituições de ensino adequado ao seu desenvolvimento e modo de ser actual. Enquanto a experiência se não fizer, eu pela minha parte continuarei a acreditar que o preto é muito susceptível de aprender e trabalhar, contanto que lhe facultem meios eficazes e que se não queira exigir dele o que se exige de uma raça adiantada e culta. Ora, esses meios é que não existem. Mas ainda quando fosse verdade que o preto é rebelde ao trabalho, não compreendo que possa haver escrúpulos em o obrigar a trabalhar, desde que esse trabalho seja retribuído; pois terá ele mais direitos e garantias que nós, os dominadores?

O orçamento da Província inscreve a verba de 6.770$000 réis para pagamento do professorado, e os ordenados dos respectivos professores e professoras regulam entre 200$000 a 350$000 réis, exceptuando os padres, que ordinàriamente têm de gratificação 100$000 réis, segundo o decreto de 3 de Dezembro de 1884, quando acumulam o ensino com as funções especiais do seu ministério, e a escola principal, que tem 500$000 réis.

É de primeira intuição que um homem com as habilitações exigidas pela lei não pode exercer em Moçambique o magistério com tão insignificantes ordenados, e só por excepção se poderá encontrar algum que esteja nos casos de poder ensinar, e esses, não podendo viver com tão pouco, têm de lançar mão de outros negócios e expedientes, que de certo lhes absorvem o tempo que deviam dedicar ao magistério. Isto não obstante, a experiência mostra que há sempre aqui muitos candidatos ao professorado, para que todo o mundo se julga com habilitações mais que suficientes, e tantos são eles que a maioria dos padres, os únicos, no meu entender, que nos poderiam oferecer garantias de habilitações, não são professores para o efeito da gratificação de 100$00 réis, porque os lugares onde residem estão preenchidos. E digo que não são professores para o efeito da gratificação porque alguns, apesar de terem sido nomeados e serem os únicos que dão aula, não se lhes tem pago há muitos meses, e os outros, não obstante não terem nomeação, têm de mim recebido as instruções mais instantes para que dêm aula, visto que na maioria dos casos se o pároco não tiver escola, a sua acção moralizadora será nula ou pouco menos, porque difícil será conseguir que os pretos o oiçam na igreja, onde poucas vezes entram, seguindo o exemplo que lhes vem de cima.

As missões que têm dotação especial nenhuma gratificação recebem pelo ensino, visto que a têm geral, mas é justo que se lhes forneçam livros para as escolas que regem. Muitas vezes tenho pedido livros para esse fim, porém só uma vez fui atendido, há mais de um ano; daqui resulta que as missões do Zambeze, por exemplo, ensinam por livros confeccionados pelos respectivos missionários em cafreal, o que de certo é magnífico para o ensino da doutrina, e tanto que a todos os missionários tenho recomendado com instância o estudo das línguas indígenas, que reputo essencial para o cabal desempenho da sua missão, mas que com certeza não são igualmente bons para texto de aulas, onde a língua oficial não pode deixar de ser a portuguesa (60).

De propósito não quero aqui falar na instrução para o sexo feminino, que corre parelhas com a do sexo masculino, porque a esse respeito já

---

(60) O *Estatuto Missionário* vigente (de 5-4-1941), estabelece: «Nas escolas é obrigatório o ensino e o uso da língua portuguesa. Fora das escolas os missionários e os auxiliares usarão também a língua portuguesa. No ensino da religião pode porém ser livremente usada a língua indígena». (Art. 69). É também a doutrina do *Acordo Missionário* de 7-5-1940, Art. 16.

tive a honra de dizer noutro documento o que sentia e a maneira de a melhorar.

Quanto em minhas forças cabe, tenho dedicado toda a atenção a este importantíssimo ramo de serviço público, na parte que é confiada ao clero e irmãs da missão, e só lamento não ter recebido o auxílio oficial, que no meu entender era justo me fosse dispensado; refiro-me a livros e à falta de gratificações a muitos dos padres que ensinam.

Para de algum modo me indemnizar dessa pena tive o prazer de poder inaugurar, em Julho de 1893, o Instituto de ensino «Rainha D. Amélia», em Lourenço Marques, sendo muito eficazmente coadjuvado pelo Conselheiro Rafael de Andrade, Instituto onde três Irmãs de S. José de Cluny ministram uma instrução sólida e variada a todas as crianças daquela cidade, que dela se querem aproveitar, custando ao Estado apenas 500$000 réis.

Com pequeno dispêndio poder-se-iam multiplicar os institutos desta ordem, como já tive ocasião de propor para Quelimane, pedindo ao Governo de Sua Majestade apenas uma casa onde pudesse funcionar; não recebi, porém, até hoje, resposta alguma a tal respeito. Posso afirmar a V. Ex.ª que, se na Província existirem algumas simpatias pela instrução e educação da infância, são de certo para institutos deste género, com os quais a mesma muito teria a lucrar, quase sem aumento de despesa para o Estado. Basta talvez que o pouco que se gasta seja aplicado de um modo conveniente.

Para não poder ser acusado de divagador vou apresentar alguns dados estatísticos sobre o ensino ministrado por Missionários e Irmãs Educadoras, referidos ao ano de 1893, os únicos que possuo completos.

Esses dados não compreendem a Escola de Artes e Ofícios, nem da Praça de S. Sebastião, onde dois padres ensinam, nem das escolas de Sena, Beira e Fontesvila, por estarem essas escolas a cargo da Companhia de Moçambique. Também não compreendem a paróquia de Bazaruto e as missões de Qualani e Mongue, as duas primeiras porque só no fim do ano findo e princípios do actual foram abertas, e a última porque tendo de mudar de localidade, não pôde dar escola.

Tenho todas as razões para afirmar que os dados que seguem não são fantásticos, como neste assunto acontece todos os dias, mas rigorosamente verdadeiros. Como de um trimestre para outro há sempre oscilações na frequência, tomei as médias, distribuídas da maneira seguinte:

		Média dos alunos
Paróquia de	S. João Baptista, do Ibo	12
	S. Luís Gonzaga, de Querimba	9
	S. Sebastião, de Moçambique	23
	Nossa Senhora da Conceição, de Mossuril	28

		Média dos alunos
Paróquia de	S. Luís Gonzaga, de Angoche	7
	Nossa Senhora do Livramento, de Quelimane ...	47
	Nossa Senhora da Conceição, de Inhambane ...	92
	Nossa Senhora da Conceição, de Lourenço Marques	60
	S. Tiago Maior, de Tete	33
	Nossa Senhora dos Remédios, da Cabaceira Grande	5
Missão de	S. José, de Lhanguéne	26
	S. José, de Boroma (sexo masculino)	96
	S. José, de Boroma (sexo feminino)	77
	S. Francisco Xavier, de Milange	8
	S. Pedro Cláver, do Zumbo	63
Colégio do Bom Jesus, em Quelimane		45
Instituto Rainha D. Amélia (sexo feminino)		61

A despesa feita pelos cofres da Província com o pessoal docente eclesiástico foi de um conto oitocentos e cinquenta mil réis, contando quinhentos mil réis para o Instituto Rainha D. Amélia. Como não possuo os mapas das escolas não regidas por missionários, não posso, nem quero, fazer comparações, nem me compete avaliar qual o ensino que fica mais barato ao Estado e dá mais garantias de aproveitamento.

*

Esboçámos, na primeira parte deste modesto trabalho, as antigas missões desta Prelazia e vimos com tristeza que os seus esforços e evangelização cristã se perderam quase por completo, não conseguindo imprimir um sulco profundo e indelével no terreno por onde passaram, ou antes, no modo de ser moral e social dos povos e raças que ocuparam esse solo.

No interior poucas tradições deixou o cristianismo nesta parte da Africa Oriental; bem mais profundas foram as que imprimiu noutros lugares da África, como por exemplo na Abissínia e no Congo, onde até os pagãos, em geral, têm um nome cristão. Aqui, percorrendo as regiões de Manica e Quiteve, e do Zambeze, as do Chire e antiga Marávia, encontrei bem poucos cristãos e os nomes dos indígenas impostos pelos pretos e europeus, em geral são substantivos portugueses, adoptados às vezes com bem pouca propriedade. Assim um chama-se *Vinho do Porto,* outro *Rabiça,* outro *Rupia* e um terceiro *Pataco*. Nomes cristãos e apelidos portugueses é que raramente encontrei.

Muitos viajantes têm querido ver nas melopeias tristes, que entoam os remadores do Zambeze, uma tradição cristã das antigas missões; ouvi-as muitas vezes, e as traduções que me deram das cantilenas nada tinham de cristãs, antes, pelo contrário, muitas vezes. Em geral são louvores em honra do passageiro, pretendendo fazer jus a alguns copos de aguardente, fim supremo a que se dirigem tais louvaminhas, e a vaidade do europeu, que no meio selvagem se engrandece desmesuradamente, nem sempre é bem couraçada contra estes assaltos interesseiros e astutos.

No norte, em Mocímboa por exemplo, ainda os pretos juram bebendo a água com que lavaram uma imagem de um santo, se a têm, ou na falta desta uma pedra do cemitério; ali ainda resistem, a seu modo, à sempre crescente invasão maometana, implorando o baptismo tradicional.

No interior os monumentos autênticos da tradição cristã não se encontram, infelizmente, nos usos e costumes indígenas, no seu amor ao trabalho, nem na mansidão das suas leis, mas tão sòmente nos escombros das velhas igrejas e conventos, espalhados aqui e acolá, e sobre os quais o preto passa com a indiferença estoica da sua boçalidade.

Onde se conservaram sempre uns ténues lampejos de cristianismo foi nas raras paróquias que salpicam a costa; saídos daí encontramo-nos no oceano da barbárie, onde as trevas que ensombram o espírito dos pretos são tão escuras como a cor da pele que os cobre. No vastíssimo território que se estende das margens do Rovuma, compreendendo a margem oriental do Niassa até à margem esquerda do Zambeze, o maometismo tem feito nos últimos cinquenta anos larga propaganda, sobretudo no litoral, sem encontrar obstáculos sérios. Há muito que no mesmo vale do Zambeze têm faltado completamente os elementos de propaganda católica, que apenas principia a fazer-se sentir agora.

Se olharmos para o sul da Província, poderíamos ter a esperança de que o orgulho e a prosápia dos vátuas e landins, e o seu modo de ser social, superior ao dos povos do norte, poriam uma barreira à expansão árabe e maometana por este lado; porém se esta efectivamente afrouxa ali, recrudesce todos os dias a protestante, que tenta invadir tudo.

Para nós portugueses, abstraindo já das violências às crenças católicas, uma e outra são perigosas; por demais o atesta a experiência para nós bem dura e já bem longa.

O maometanismo assola tudo e esteriliza as fontes da civilização apenas se acha à vontade; o protestantismo alguma coisa produz, mas leva-nos o território onde se entroniza; um e outro são nossos naturais inimigos, que é preciso combater com as armas da persuasão e das obras, e não com palavras.

Até hoje vê-se, pois, que a acção religiosa portuguesa em Moçambique nem é intensa nem extensa; é, porém, indispensável que seja uma e outra coisa; é urgente opor propaganda a propaganda, escola a escola, culto a culto, a moral cristã à moral maometana, o Evangelho ao Alcorão, a missão católica à missão protestante.

O europeu, português ou estrangeiro, oficial ou particular, salvas excepções honrosas, que me parecem crescerem todos os dias, é indiferente em religião; para ele é o mesmo que domine o mouro ou o cristão, Cristo ou Mafoma, não se lembrando que assim anima os inimigos irreconciliáveis de todo o progresso moral e material da sua raça. Para animar o indígena nada melhor do que o exemplo de uma raça que ele reputa, com razão, muito superior; esse exemplo, porém, não lhe é dado, ou antes é-o negativamente; daqui vem que nos lugares em que a raça preta está em contacto com a branca, em pouco tempo a população indígena é uma síntese dos vícios e misérias das duas, sem que em compensação tenha contraído nem uma parcela das virtudes do homem branco.

Os asiáticos cristãos, que em toda a parte costumam esmerar-se em cumprir os preceitos da religião católica, animados pelas tradições gloriosas do seu grande apóstolo (61), abrem uma excepção nesta Província, para serem indiferentes como o europeu, que lhes serve de norma e de desculpa à sua indolência.

Este estado de coisas, que se deve modificar lentamente, tem causas complexas e variadas, entre as quais avulta, evidentemente, o estado de abandono a que chegou a religião nesta Província, onde não existiam, por via de regra, sacerdotes que tal nome merecessem, onde não existia culto, nem templos, nem doutrinação, nem nenhumas daquelas molas pelas quais o cristianismo influi na sociedade e nos costumes públicos e privados. Assim, em Moçambique tudo se habituou a viver afastado da igreja, entidade apenas conhecida pelas reminiscências tradicionais da prima infância.

Isto vem para afirmar a V. Ex.ª que é preciso haver párocos austeros e ilustrados, que tenham autoridade para congregar em volta de si os elementos europeus e asiáticos cristãos, bem como o indígena do litoral, e ao mesmo tempo necessitamos de impedir de um modo eficaz a propaganda maometana no interior, por meio de missões adequadas às necessidades presentes. Quem dispõe de poucos recursos, tanto de pessoal, como económicos, como nós, tem obrigação de proceder com método em tudo o que tentar; as missões, pois, que são úteis em toda a Província, devem ser colocadas em pontos essenciais, estratégicos, por assim dizer, onde mais serviços possam prestar, garantindo melhor a saúde e a vida dos seus membros.

Exemplifiquemos.

Ou porque o solo era menos rico, ou por falta de grandes rios por onde se fizesse a drenagem comercial, ou por ser o foco dos elementos árabes dominadores e irrequietos, é certo que os nossos territórios do norte da Província estão ainda hoje virgens de qualquer exploração séria, quer agrícola, quer comercial.

Do Ibo para o Niassa temos a travessia de Cardoso e Serpa Pinto em parte, e a do alemão Maples; de Moçambique para oeste até Lòmué

(61) S. Francisco Xavier.

e Namuli, a do cônsul inglês O'Neil e poucos mais. O pouco que sabemos dessas regiões é o suficiente, contudo, para podermos afirmar que o terreno é abundante em água e que é apto para a agricultura. Se entre a costa e o Niassa todos os territórios forem iguais aos que eu conheço na região de Milange-Tumbini, posso afirmar que são magníficos e os mais apropriados para o estabelecimento de grandes missões.

A primeira missão, pois, a fundar, seria na região do Medo, lugar onde passam todas as caravanas comerciais vindas das margens do Niassa, do Tanganica e mesmo do Bangüelo, as quais, chegadas a este ponto, ou seguem para o litoral português ou para Zanzibar, em maior número. Uma missão neste lugar teria de certo influência na direcção do comércio que ali passa, mesmo sem se intrometer em negócios comerciais.

Mais ao sul e em frente de Moçambique, não temos domínio, nem sabemos o que se passa a 15 milhas em frente do palácio de S. Paulo, residência dos governadores gerais, de onde se descobrem os dois montes denominados *Pão* e *Mesa,* nomes altamente sugestivos, mas que fecham todos os horizontes por este lado. Os pequenos postos militares ou comandos não se afastam da praia e aí mesmo não estão seguros, logo que os mouros se lembrem de os não aceitarem; a dois passos das «lángoas» e das praias ninguém reconhece o nosso domínio, que nunca foi efectivo. Isto, porém, não pode continuar indefinidamente, é preciso tentar um esforço, abrir um caminho que nos ponha em comunicação directa com o planalto interior, com o Chirúa e com o Niassa. Na orla do litoral domina o macúa maometanizado; no interior, porém, como tive ocasião de observar, o mesmo macúa é fetichista ainda, apesar das invasões dos povos maometanos das margens do Rovuma; quero dizer, está mais disposto a receber a influência cristã e portuguesa, com muito menos trabalho do que aqueles que uma vez foram iniciados nas práticas do Corão.

Em todo este território, mais ou menos percorrido pelos árabes, a escravatura faz-se por toda a parte, ou pelos mouros que da costa vão explorar o comércio da região, ou pelos zanzibaristas; próximo do Chirúa um escravo de doze anos custa 4$000 réis e ainda menos, e por este convidativo preço são levados, com ou sem disfarces, a Zanzibar e Costa do Norte. Era, pois, muito conveniente criar uma missão em Namuóla, ou no Lòmué, região fértil onde se encontram as cabeceiras de todos os rios que entram no oceano entre Quelimane e Moçambique, como Macúzi, Liquare, Licungo, Mocinga, Angoche, etc., rios cujo curso está por estudar. A sete dias de distância deste lugar temos a missão de Tumbini, já feita, e a uma distância quase igual, na margem oriental do Niassa, é urgentíssimo criar outra missão portuguesa, que seja o padrão da nossa posse, já que outro ali não possuímos, nem probabilidades de o estabelecermos.

Bem sei que as missões nesta região inçada de árabes têm a superar dificuldades momentosas, mas não invencíveis; no meu entender nada se

opõe a que, sendo atacadas, o que em geral não acontece, os missionários as defendam com boas espingardas, repelindo a força com a força, se for necessário, mas nunca empregando-a para atacar [62]. Ainda há pouco me dizia o superior de uma missão de Padres Brancos, a oeste do Tanganica, que em quatro anos conseguiram criar elementos de defesa segura entre os indígenas, contra as incursões dos árabes, que se não atrevem a tentá-las.

Repito, esses ataques não são tanto de temer, que os missionários protestantes, com uma solicitude, que era muito para agradecer se não fosse interesseira e a continuação do plano de nos espoliarem, não tenham criado, uma após outra, bom número de estações na margem portuguesa do Niassa, onde vivem em paz com as populações ribeirinhas, que não são das mais acreditadas pelo seu espírito de mansidão.

Tendo nós ainda importantes interesses nas margens do grande lago, não podemos, nem devemos assim ligeiramente desinteressarmo-nos de tudo que ali se passa; a verdade, porém, é que nada conhecemos das manobras que todos os dias ali se executam, provàvelmente em detrimento do nome e soberania portuguesa; parece-me demasiada candura esperar da generosidade de Mr. Jonheston e sua gente, que tantas provas nos tem dado das suas *simpatias*, que nos informe do que por ali se vai fazendo.

Em lugar do detestável caminho do Chire, devemos ir directamente de Moçambique ao Niassa, do qual apenas nos separa a bagatela de seiscentos quilómetros de óptimo caminho, se o avaliarmos pela parte que eu conheço. E podemos lá chegar e lá ficar sem expedições militares, que custam muito dinheiro, sem resultados correspondentes; assim abriremos um novo caminho ao comércio, à influência portuguesa, tão escassa nesta parte da Província, ao cristianismo, e estabeleceremos marcos seguros do nosso domínio. Se V. Ex.ª me der pessoal ou meios para o conseguir, com a minha pouca experiência do interior africano, vou, de boa vontade e com a satisfação de cumprir um dever, fundar essas missões e abrir esse caminho.

No vale do Zambeze, depois de estabelecida a missão de Morrumbala, na margem esquerda do Chire, o que conto poder realizar em alguns meses, devemos fundar outra na confluência do Mazói com o Aroenha, ou

[62] Os Missionários do Espírito Santo defenderam também o mesmo princípio, que foi superiormente rejeitado. Na revista *Portugal em África*, 1894, pág. 145 e segs. justificava-se a medida de precaução. O Padre C. Rooney, Procurador das Missões do Espírito Santo, igualmente a justificava em ofício de 18-2-1898 ao Director-Geral dos Negócios da Marinha. A 1.ª Repartição despachou: «Não parece muito consentâneo com o carácter evangélico das missões católicas o armamento requisitado. À força pública devidamente organizada compete a defesa dos territórios e pessoas, e salva a conveniência ocasional de armar os particulares, como auxiliares daquela força.» A Repartição Militar foi de idêntico parecer. — AHU — *Autoridades do Reino*, ano de 1898.

mais próximo da fronteira inglesa, se o terreno se prestar. Reputo este ponto muito importante, por qualquer lado que se considere. No resto podemos esperar nesta região que as existentes se desenvolvam, sendo indispensável ajudar algumas, nos primeiros anos, pelo menos.

Em Macequece, ou num lugar próximo, assenta bem uma missão, junto do território inglês da Machona, já para sustentarmos as tradições das antigas igrejas de Manica, já para prestarmos os auxílios religiosos aos muitos portugueses que por ali andam, já, enfim, para irmos marcando a nossa fronteira. Quando, há perto de dois anos, visitei aquele lugar, a fim de examinar de perto o que dele se poderia fazer, debaixo do ponto de vista religioso, desanimei completamente diante das dificuldades de transportes, quer a viagem se fizesse pela Beira e vale do Punguè, quer se efectuasse pelo Zambeze até Sena e dali por terra.

A região é pobre, a população rareada e abatida pelas razias do Muzila, e quase inabitável até oitenta milhas da costa. As terras do interior, porém, parecem-me muito férteis e aptas não só para o desenvolvimento de uma grande missão, mas até para a tentativa de larga colonização europeia desde a serra de Gorongoza, o país mais encantador que tenho visto em África, até aos picos de Macequece.

Actualmente aquelas condições melhoraram bastante com a construção do caminho de ferro da Beira, que em muito pouco tempo atingirá Chimoio, que pouco dista de Macequece, região alta, fértil e relativamente salubre.

Mais ao sul está criada a missão de Gaza, que tem uma alta importância; falta apenas fundá-la no terreno, o que terá de realizar-se em pouco tempo. É esta que será o centro de outras que mais tarde devem fundar-se entre o Save e o Limpopo. É evidente que a criação das missões que deixo referidas não corresponde à realidade das necessidades existentes, nem tão pouco ao proveito nacional que deve resultar da multiplicação de tais estabelecimentos; eu, porém, neste relatório tenho atendido só ao mais urgente e ao que se me afigura poder desde já fazr-se se tivermos boa vontade, sem que tenhamos de fazer sacrifícios incompatíveis com as nossas forças e recursos.

*

Da exposição resumida que deixo feita, bem como dos documentos que acompanham este relatório, documentos que encerram o modo de ver e as reclamações dos párocos e missionários desta Prelazia, resulta nítida a ideia do seu precário estado religioso, que eu tenho verdadeiro empenho em fazer conhecer, tal como se encontra, por estar certo de que será melhorado apenas conhecido, assim como o estou de que muitas anomalias, na parte eclesiástica, nunca se remediaram, porque nunca se pediu para elas o remédio.

Resta-me, pois, recapitular resumidamente, o que com mais largueza foi exposto:

Primeiro. Proponho, pois, que ao Escrivão da Câmara Eclesiástica seja dada uma gratificação, bem como ao Escrivão do Juízo Eclesiástico, que será ao mesmo tempo amanuense da Câmara Eclesiástica, pelo serviço que desempenham, como se faz em Angola e outras dioceses.

Segundo. Que o Prelado seja habilitado a dar casa de residência aos padres que vêm da Europa ou dos portos em serviço, durante o tempo que julgar oportuno conservá-los aqui, visto os poucos meios de que podem dispor e a conveniência de viverem reunidos.

Terceiro. Que seja adaptada a Igreja da Misericórdia de maneira que haja nesta cidade um templo em condições, onde se possam celebrar os actos pontificais do culto católico.

Quarto. Que seja inscrita no orçamento uma verba superior a um conto de réis, que já existe, para subsidiar as missões, que nenhum auxílio recebem, além das côngruas dos seus respectivos missionários, e que essa quantia seja posta à disposição do Prelado, que dará conta do modo por que a gastou, quando isso se julgue oportuno.

Quinto. Que sem perda de tempo seja criado um Seminário para a Prelazia de Moçambique, com a sua dotação respectiva, e que seja elevado a cinquenta o número de missionários no orçamento da Província.

Sexto. Que seja melhorada a situação dos missionários nesta Prelazia, que de modo algum podem viver com as côngruas actuais, que não chegam sequer para a alimentação regular dos mesmos.

Estou convencido de que, tomadas estas medidas, muito tem a lucrar a Prelazia a meu cargo, e que em frutos de civilização e de progresso pagará os sacrifícios a seu favor feitos pelo Estado.

No 1.° de Janeiro de 1894 é o seguinte o quadro das missões e paróquias desta Prelazia, que apesar de restricto tem algumas vantagens sobre o de 1892:

CABO DELGADO

S. João Baptista, do Ibo.
S. Luís Gonzaga, de Quirimba.

MOÇAMBIQUE

Nossa Senhora da Purificação, da Sé.
S. Sebastião.
Nossa Senhora dos Remédios, da Cabaceira Grande.
Nossa Senhora da Conceição, de Mossuril.
S. Luís Gonzaga, de Angoche — António Enes.

ZAMBÉZIA

Nossa Senhora do Livramento, de Quelimane.
S. Tiago Maior, de Tete.
Missão de S. José, de Boroma.
Missão de S. Pedro Cláver, do Zumbo.
Missão de S. Francisco Xavier, de Tumbini.
Missão dos Santos Anjos, em Qualani.

INHAMBANE

Nossa Senhora da Conceição, de Inhambane.
Sant'Ana, do Bazaruto.
Missão de S. José, do Mongue.

LOURENÇO MARQUES

Nossa Senhora da Conceição, de Lourenço Marques.
Missão de S. José, de Lhanguene.

TERRITÓRIOS DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Nossa Senhora do Rosário de Sofala, na Beira, com coadjutoria em Fontesvila.
Nossa Senhora do Rosário, de Sena.

Ao principiar este relatório, como disse na primeira parte, era meu intento escrever um terceiro capítulo, onde exarasse as impressões das minhas visitas a Manica, ao Chire e a Tumbini; revendo, porém, as notas então tomadas sobre o terreno, convenci-me de que o não podia fazer em poucas palavras, e como esse assunto não tem uma conexão íntima com o principal fim deste trabalho, que é informar a V. Ex.ª do estado e necessidades religiosas desta Prelazia, e por outro lado o ia avolumar sem proveito para o fim que me propuz, tencionando, além disso, em pouco tempo empreender nova visita às regiões zambezianas, resolvi adiar para melhor oportunidade as notas que tencionava juntar a este relatório.

Resta-me ainda declarar a V. Ex.ª que na confecção deste modesto trabalho, decerto cheio de imperfeições, nenhum outro sentimento me guiou a pena, que não fosse o amor e entranhado afecto que nutro pela

Igreja Católica, de que sou filho submisso, e pelo bom nome da Nação Portuguesa, a que muito me honro de pertencer.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 2 de Maio de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, bispo de Himéria
Prelado.

BSGL – Res. Maço 3, doc. 34.

DOCUMENTO N.º 1

CAMARA ECLESIASTICA DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Estando há perto de dois anos nesta Prelazia, e não me tendo cabido por sorte ir para qualquer paróquia ou missão desempenhar o múnus pastoral, mas antes o ter sido encarregado de outra ordem de trabalho que, se não tem as dificuldades e se não sujeita às privações que a primeira acarreta, também não dá, em compensação, as suas consolações, nem tem os seus encantos, e não me cabendo por isso relatar a Vossa Excelência Reverendíssima os meus trabalhos de missionário, na acepção restricta da palavra, não me julgo, todavia, dispensado de dizer a Vossa Excelência Reverendíssima alguma coisa sobre o ramo de serviço de que fui encarregado.

Não é meu intento alardear serviços, nem melindrar ninguém; a singela narração, que me proponho fazer, tem só por fim informar Vossa Excelência Reverendíssima e fornecer elementos para mais fàcilmente se poder melhorar o estado de coisas actual, que se me não afigura muito satisfatório.

Posto isto, e contando com a tão afirmada benevolência de Vossa Excelência Reverendíssima para os defeitos deste insignificante trabalho, passo a tratar do assunto.

Despachado missionário para servir nesta Prelazia pelo Governo de Sua Majestade, em portaria de trinta de Novembro de mil oitocentos e noventa e um, embarquei em Lisboa a vinte e um de Janeiro de mil oitocentos e noventa e dois, e a dezanove de Fevereiro seguinte cheguei a esta cidade. O então Governador da Prelazia [63], talvez em virtude de

[63] Padre Serafim Geraldo da Silva Vilela, nomeado por provisão de 31-7-1891. Cfr. BOM — 1891, pág. 407.

instruções que de Vossa Excelência tinha recebido, não me deu destino algum, e portanto aqui permaneci até à chegada de Vossa Excelência Reverendíssima.

Depois disto, em vinte e três de Março de mil oitocentos e noventa e dois ([64]), houve Vossa Excelência Reverendíssima por bem nomear-me para o lugar de Escrivão da Câmara Eclesiástica, cujas funções comecei a desempenhar desde logo.

Apesar de alguma prática de serviços oficiais, há muitos anos adquirida, não estava eu bem habilitado a dar expediente a um certo número de negócios, que me eram desconhecidos, porquanto o que tinha aprendido no desempenho de um lugar oficial, mas civil, só me podia fornecer idéias e princípios gerais, e é certo que numa Câmara Eclesiástica há um bom número de negócios que fazem a sua especialidade.

Foi, portanto, meu primeiro cuidado pôr-me, no menor espaço de tempo possível, ao facto do andamento dos negócios que por esta Secretaria correm, e, à falta de qualquer regulamento que me elucidasse, e de normas por onde me guiasse, vi-me obrigado a lançar mão de todos os meios ao meu alcance para me orientar, já examinando a escrituração que existia, já consultando quem me parecia que poderia fornecer quaisquer elementos, mas de pouco me serviu tudo isto.

A falta de livros ou semelhantes elementos de estudo era absoluta. A escrituração que existia, longe de esclarecer, confundia.

Depois de muito trabalho, a única conclusão a que claramente cheguei, foi que, não havendo regulamento algum que normalizasse a escrituração e andamento dos vários assuntos, nunca se tinha tratado ao menos adoptar um sistema, fosse bom ou fosse mau, mas que uniformizasse e facilitasse o serviço; cada indivíduo adoptava em cada dia um modo diverso de fazer, dando por único resultado a confusão, a falta quase completa de elementos oficiais, a quase inutilização para o futuro dos poucos que se iam amontoando, enfim, o caos de uma secretaria.

O estado em que encontrei o Arquivo é indescritível. Aparentemente bem arrumado, encerrava em algumas toscas estantes a mais completa desordem, em que se pode imaginar uma casa cheia de papéis. Era impossível encontrar-se um documento, porque nada estava coleccionado, e portanto não se podia saber o que lá existia.

A organização do Arquivo era, portanto, um dos trabalhos a que mais urgentemente era preciso atender. O serviço, porém, contínuo e sempre crescente da Secretaria, não me dava lugar a ocupar-me daquela organização, e, à vista de tais circunstâncias, me vi obrigado a solicitar de Vossa Excelência Reverendíssima auxílio. Vossa Excelência Reverendíssima, atendendo a tão urgente necessidade, que se impunha e não permitia delongas, dignou-se nomear, em portaria de dezanove de Abril de

---

([64]) B O M — 1892, pág. 161.

mil oitocentos e noventa e dois, o reverendo Emilio Augusto da Esperança Machado, para arquivista desta Câmara Eclesiástica ([65]).

Pondo logo mãos à obra, o Reverendo Presbítero nomeado conseguiu, à força de muito trabalho e muita paciência, coordenar todos os papéis que encontrou no Arquivo, e confeccionar um catálogo completo e minucioso de tudo, podendo agora afirmar a Vossa Excelência Reverendíssima que, apesar da aparência mais que modesta, motivada só pela escassez dos meios que têm sido fornecidos pelo Governo, é talvez um dos arquivos melhor organizados que existem nesta Província, se não é o primeiro. A solicitude e zelo que o Reverendo Arquivista empenhou em trabalho tão enfadonho como difícil, são realmente dignos do maior louvor, e eu peço permissão a Vossa Excelência Reverendíssima para prestar esta homenagem a quem pelo trabalho se tornou digno dela, convencido de que Vossa Excelência Reverendíssima sentirá do mesmo modo.

Passado assim de relance o estado geral desta Secretaria quando dela tomei conta, passarei a falar de alguns assuntos em particular.

Um dos factos que mais chamou a minha atenção foi a falta de um livro de assentamento do pessoal eclesiástico, que nessa época desempenhara funções na Prelazia. Encontrei apenas um livro, onde, sem método, sem ordem e sem asseio, estavam escritos nomes de alguns missionários, seguidos de umas poucas de notas, que para pouco serviam como elementos de utilidade oficial, pois que essas notas diziam principalmente respeito ao comportamento dos missionários. Algumas apareciam, é verdade, relativas ao movimento do pessoal, mas eram de tal forma destituídas de nexo, que se não podiam classificar de aproveitáveis, visto que por elas não era possivel verificar quantos missionários estavam na Prelazia.

A falta deste elemento primário nesta Secretaria despertou-me desde o princípio o desejo de confeccionar um livro do movimento do pessoal eclesiástico, com método, de maneira a ficar esta Secretaria apta a satisfazer quaisquer pedidos ou exigências, que lhe fossem feitas, quer pelo Governo-Geral da Província, quer pelo Ministério da Marinha e Ultramar, e tanto mais se arreigou em mim esse desejo, quanto lutei com dificuldades quase insuperáveis, quando em trinta de Abril de mil oitocentos e noventa e dois foram pedidos a esta Secretaria, pela Inspecção da Fazenda, esclarecimentos acerca de certo missionário, que havia falecido na Vila do Ibo, e cujos herdeiros pretendiam que a fazenda lhes entregasse a importância de côngruas, que o falecido não tinha recebido.

No intuito de remediar esta falta, expediu-se a todos os missionários uma circular, pedindo todos os elementos que lhes dissessem respeito e necessários para organizar o livro a que me venho referindo, e hoje possui

---

([65]) *Ibidem*. 1892, pág. 161.

esta Secretaria esse livro organizado com os elementos que me foi possível colher, relativos a todos os missionários que estavam na Prelazia quando Vossa Excelência Reverendíssima a ela chegou, e dos que posteriormente têm vindo exercer aqui o seu ministério.

Não se havia também dispensado maior cuidado aos registos da correspondência oficial.

Da correspondência recebida apenas existia uma sinopse relativa ao ano de mil oitocentos e oitenta e cinco; e é mais lamentável ainda que a própria correspondência não fosse cuidadosamente arquivada, pois não é de crer que a correspondência que se encontra no arquivo seja toda a que foi recebida por esta Secretaria, e esta falta é mais sensível nos anos decorridos até mil oitocentos e oitenta e três, havendo até anos em que não aparece um só ofício.

Dos livros do registo da correspondência expedida faltam necessàriamente alguns, além de dois que Vossa Excelência Reverendíssima possuía, por lhe terem sido oferecidos em Lisboa por um amigo, a quem tinham sido dados certamente por pessoa que os tinha levado como se fossem coisa sua própria, os quais Vossa Excelência Reverendíssima, quando chegou a esta prelazia, me entregou, para entrarem no seu verdadeiro lugar.

Era assim que naquele tempo se compreendia o serviço oficial (66).

Ainda mais. É certo que existiam nas igrejas das diversas paróquias e missões desta prelazia paramentos, alfaias e vários outros objectos pertencentes ao culto divino. Parece que deveria existir nesta Secretaria um inventário geral de tudo, para se conhecer do estado das paróquias e missões neste ponto. Pois o que encontrei foi um livro, que debaixo do pomposo nome de inventário, não é mais que um borrão de apontamentos, feitos tão sem ordem, sem precisão e sem asseio, que não pode dar a mais pequena idéia dos objectos de culto que existem nas igrejas, nem do seu estado.

Foi atendendo a esta falta, que em vinte e três de Abril de mil oitocentos e noventa e dois se expediu por esta Câmara uma circular aos párocos e superiores de missões, a fim de que organizassem e remetessem a esta Secretaria um inventário dos objectos de culto que existiam nas respectivas igrejas, a fim de com estes elementos se organizar o inventário geral. Nada, porém, se conseguiu, porque grande parte daqueles inventários vieram deficientes em esclarecimentos, devido isso a não serem bem organizados.

Tendo falhado esta tentativa, concluí que só mandando-se organizar os inventários debaixo de um modelo determinado, se poderia conseguir o fim desejado, e assim se fez, de maneira que actualmente em cada paró-

---

(66) Censurável em princípio, julgamos ter sido providencial, neste caso concreto, aquele procedimento. Não será aventura supor que de outro modo ter-se-iam irremediàvelmente perdido, talqualmente os restantes.

quia ou missão existe um inventário dos objectos do culto, cujas cópias estão já nesta Secretaria para servirem de base à organização do inventário geral, a que me não tem sido possível proceder já, em consequência de ser o trabalho desta Secretaria excessivo para uma pessoa só, mas que espero em breve ter concluído.

Tudo o que deixo referido são factos verdadeiros e que indubitàvelmente demonstram a pouca importância que se ligava a quase todos estes serviços, de cuja desorganização graves danos podem advir a muitas pessoas.

Mas ainda havia pior que tudo isto, porque, se a importância daqueles elementos oficiais, que faltavam ou estavam desorganizados, podiam prejudicar interesses de algumas pessoas, outro ramo de serviço havia que, pelo completo descuido em que tinha caído desde longa data, sem dúvida traz prejuízos muito maiores e para maior número de pessoas, pois que afecta os interesses da sociedade, no que ela tem de mais respeitável — a família.

Este ramo de serviço era o registo paroquial, a que se não ligava a menor importância, a medir pelo deplorável estado em que se encontrava, e todavia a sua importância é capital para a sociedade, e de tal forma, que os Governos, aproveitando o que a seu respeito a Igreja tinha estabelecido, lançaram mão dele, regulando-o como convinha, para servir de base na constituição da família para todos os efeitos civis.

Pois o registo paroquial, que existia nesta Prelazia, pouco ou nenhuma utilidade tinha, porque ou não se fazia, ou cada pároco o fazia a seu modo, e a razão disso é simples.

O decreto de nove de setembro de mil oitocentos e sessenta e três, que regula a sua organização no Ultramar, era desconhecido da maior parte ou de todos os que tinham a seu cargo executá-lo, porque, apesar de constar na Imprensa desta Capital que se haviam já feito três edições, era certo que não havia um só exemplar em qualquer paróquia ou missão, nem tão pouco no arquivo desta Câmara Eclesiástica. Foi, portanto, indispensável requisitar ao Governo-Geral nova edição, que se efectuou apensando-se-lhe todos os modelos indispensáveis para o seu completo cumprimento; e actualmente todas as paróquias e missões possuem um exemplar, e no arquivo desta Câmara Eclesiástica restam ainda muitos para serem distribuídos quando for necessário.

Outro motivo importante era a falta de livros para registo, porque, apesar de se deduzir do parágrafo segundo do artigo quarto do mesmo decreto, que, onde não há juntas de paróquia ou irmandades fabriqueiras, o que se dá nesta Prelazia, os livros serão fornecidos pelo Estado, creio que nunca ninguém se incomodou a requisitá-los, sucedendo por isso que alguns párocos tinham de os comprar à sua custa, e dando-se o caso de fazerem o duplicado do registo paroquial em livretes, que não têm forma legal, e antes deveriam servir para agendas ou notas de viagem; e exemplares desta ordem abundam no arquivo desta Câmara Eclesiástica, cons-

tituindo a maior das vergonhas que se pode imaginar, num ramo de serviço tão importante.

A disposição contida no artigo vinte e sete do mesmo decreto, com relação à remessa dos duplicados à Câmara Eclesiástica, era observada de tal maneira, que, podendo considerar-se a média das paróquias e missões existentes nesta Prelazia, durante o período de dez anos contados de mil oitocentos e oitenta e um a mil oitocentos e noventa inclusive, em oito, a média dos duplicados existentes nesta Câmara Eclesiástica, relativos àquele período, é de *cinco* por ano, e antes de mil oitocentos e noventa e um esta média é ainda muito menor, pois que até mil oitocentos e oitenta e quatro só se encontra um livro de duplicados de assentos de casamentos da Sé.

Estes poucos livros que existem até mil oitocentos e noventa e um não contêm qualquer nota por onde se possa conhecer que foram examinados antes de serem arquivados, notando-se em grande parte dos assentos muita falta de observância das disposições do decreto supracitado, que, valha a verdade, é de difícil cumprimento muitas vezes, porque parece não ter sido feito para a África.

Tal era o estado do registo paroquial, apesar de toda a sua importância, visto que por ele se prova a existência de actos, dos quais se seguem efeitos decisivos na constituição da família, e por ela em toda a sociedade. Necessário se tornara, portanto, prestar toda a atenção a este assunto, e empregar todos os esforços para melhorar tão lamentável estado de coisas.

E com efeito, a distribuição pelas paróquias e missões do decreto de nove de Setembro de mil oitocentos e sessenta e três, o fornecimento oportuno de livros devidamente numerados e rubricados, e as várias instruções que se têm dado aos que têm a seu cargo o registo paroquial, têm já melhorado consideràvelmente este serviço, e é de esperar que esse melhoramento progrida à maneira que os missionários se habituarem a observar, no que for possível, o mencionado decreto.

A par da deficiência do registo paroquial andava a deficiência dos mapas estatísticos do mesmo registo. Os poucos destes mapas que encontrei para nada servem, porque cada um é feito por sua forma. Também está remediada esta falta, tendo-se fornecido aos párocos e superiores de missões, modelos impressos para mapas do movimento paroquial, que trimensalmente são organizados e remetidos a esta Câmara Eclesiástica, onde por eles se forma a estatística geral, que só foi possível principiar em mil oitocentos e noventa e três, tendo uma cópia dela, relativa a cada trimestre, sido enviada à secretaria do Governo-Geral e publicada no *Boletim Oficial* da Província.

Todos os factos que deixo referidos, acerca do estado do registo paroquial, me deram a entender que nas paróquias e missões havia completa falta de elementos oficiais, que de tanta utilidade podem ser, e cuja falta já se tem feito sentir, quando se tem pretendido conhecer qualquer coisa do passado, relativo à existência e fases por que têm passado as paróquias

e missões desta Prelazia, cuja história seria difícil organizar, por falta de elementos.

Tornava-se, pois, conveniente, se não necessário, dar uma organização aos cartórios das paróquias e missões.

Para essa organização confeccionei um projecto de regulamento que apresentei a Vossa Excelência Reverendíssima, e que, vista a urgência das circunstâncias, Vossa Excelência Reverendíssima se dignou aprovar e mandar pôr em execução, por portaria de vinte e dois de Março de mil oitocentos e noventa e três (67), e que da mesma portaria ficou fazendo parte integrante.

A execução deste regulamento deve, além de uniformizar o serviço dos cartórios das paróquias e missões, produzir novos elementos que no futuro poderão ser de grande utilidade prática. Tal regulamento, visto ter sido feito muito apressadamente, dará talvez uma organização ainda muito defeituosa; mais tarde, porém, pelos ensinamentos da experiência e com mais pausa, poderá ser remodelado e tornar-se mais satisfatório.

Por falta de pessoal, tenho também a meu cargo o cartório do juízo eclesiástico, que apesar de não ser de grande movimento, algum tempo ocupa.

Como Vossa Excelência Reverendissima muito bem sabe, não tem esta Câmara Eclesiástica qualquer empregado que me coadjuve em todos estes trabalhos, e só quando sucede chegarem à Prelazia novos missionários vindos do Colégio das Missões, Vossa Excelência Reverendíssima se tem dignado mandá-los fazer serviço nesta Secretaria, até que tenham destino, não só para bem do serviço, mas também para se habituarem às fórmulas oficiais que, em geral, desconhecem e que lhes serão indispensáveis. Em tais circunstncias esteve um missionário trabalhando aqui uns quatro meses, desde Março a Junho de mil oitocentos e noventa e três, e desde meado de Dezembro do mesmo ano estão outros dois, que ùltimamente chegaram e ainda não tiveram destino, e posso afiançar a Vossa Excelência Reverendíssima que, apesar de haver cinco a seis horas de trabalho em todos os dias úteis, ainda o tempo não sobejou.

Nos primeiros tempos houve a lutar com a desorganização de todos os trabalhos; depois tem-me sido preciso lutar com o acréscimo constante do serviço.

E para que esta minha asserção não pareça gratuita, vou apresentar alguns dados numéricos relativos aos últimos três anos, dos quais os dois últimos são posteriores à data em que entrei no exercício do lugar de Escrivão da Câmara Eclesiástica.

---

(67) B O M — 1893, págs. 184-185.

Manuseando-se os diferentes registos encontra-se o seguinte:

Qualidade do expediente	Quantidades em		
	1891	1892	1893
Ofícios recebidos	139	266	491
Ditos expedidos	170	336	523
Circulares expedidas	—	5	10
Portarias	11	41	59
Provisões diversas e outros documentos sujeitos a registo	14	60	52
Processos eclesiásticos	28	7	16

Destes números evidentemente se conclui que o trabalho tem crescido consideràvelmente nos últimos dois anos, especialmente pelo que toca à correspondência oficial, acerca da qual se dão três circunstâncias atendíveis:

Primeira. Que não se fazem ofícios desnecessários;

Segunda. Que há assuntos que, como Vossa Excelência Reverendíssima perfeitamente sabe, não ocupam só o tempo de fazer um ofício, mas muito mais para se prepararem e estudarem, havendo alguns que pela sua complicação e dificuldade tomam quase um dia;

Terceira. Que ocasiões há em que os paquetes dão muito pouco tempo para se responder à correspondência, que acaba de chegar dos portos.

De tudo isto é fácil concluir que o expediente desta Secretaria demanda trabalho, que é excessivo, ou melhor, impossível para um só indivíduo, e por isso se me afigura indispensável, ao menos, mais uma pessoa. Não me é possível chamá-la por minha conta, porque, como Vossa Excelência Reverendíssima bem sabe, os proventos de todos os serviços da Câmara Eclesiástica desta Prelazia são quase nulos, e certamente para pouco mais chegariam do que para penas e tinta, se me visse forçado a comprar estes artigos à minha custa.

Era meu propósito não tocar neste ponto, para desviar toda a idéia de que pretendo pedir alguma coisa, mas tranquiliza-me a tal respeito a convicção que tenho de que Vossa Excelência Reverendíssima sabe o desinteresse pessoal com que tenho trabalhado, quanto em minhas forças tem cabido.

A propósito de tal assunto não passarei adiante sem testemunhar por este meio o meu reconhecimento para com Vossa Excelência Reverendíssima, por em mil oitocentos e noventa e dois ter espontâneamente pedido ao Excelentíssimo Governador-Geral de então para me ser abonada uma gratificação como Escrivão da Câmara Eclesiástica, ao que o Excelentíssimo Governador-Geral acedeu, chegando eu a receber durante uns cinco meses essa gratificação, que deixou de me ser paga a pretexto das decantadas economias.

Permita-me, portanto, Vossa Excelência Reverendíssima que neste insignifficante, mas público documento, eu apresente os meus agradecimentos por aquele facto, que bem evidentemente demonstra quanto Vossa Excelência Reverendíssima deseja ver recompensados os serviços de quem trabalha.

Depois de todas estas considerações, e não me ocupando da minha pessoa, porque outrém tem esse cuidado, vou terminar, pedindo o que se me afigura indispensável para o regular andamento do serviço, a fim de evitar que de novo ele vá cair no caos de que, pouco a pouco, e com muito trabalho, tem saído, mas que se tornará inevitável se faltar o indispensável pessoal; acrescendo, além disso, que, se eu adoecer, o que não é impossível, especialmente nestas terras, se torna indispensável que alguém esteja perfeitamente a par do serviço e o continui a fim de não paralizar, do que resultariam muitos e graves prejuízos. E um caso assim é muito de esperar, porque é perfeitamente de ordem natural.

É tão simples e justo o que vou pedir, que me parece que o Governo se não poderá negar a aceder às propostas que para tal fim Vossa Excelência Reverendíssima porventura lhe faça.

Em primeiro lugar torna-se indispensável um indivíduo mais para desempenhar o cargo de ajudante ou amanuense da Câmara Eclesiástica, podendo esse ter a seu cargo o serviço do Juízo Eclesiástico, como escrivão privativo dele, e neste caso de toda a conveniência seria que fosse eclesiástico, e Vossa Excelência Reverendíssima bem conhece o alcance de tal categoria.

Em segundo lugar torna-se indispensável apropriar uma casa para Secretaria e respectivos Arquivos, pois que, como até agora tem acontecido, por falta de casa, cedendo Vossa Excelência Reverendíssima, para esse fim, um compartimento da sua residência acanhada e mal dividida, estão sujeitos à curiosidade e a mil outros inconvenientes, os documentos existentes na Secretaria, muitos dos quais são de grande importância e muitas vezes de conveniente reserva, que impossível se torna, enquanto não estiverem numa casa que não seja de passagem.

Estou convencido de que Vossa Excelência Reverendíssima já terá pensado na necessidade destes elementos, indispensáveis para a regularidade do serviço, e confio plenamente que empregará todos os esforços para os conseguir.

É esse o meu anelo; e quando esses elementos forem obtidos, e especialmente o primeiro, eu procurarei realizar outros trabalhos que tenho planeados, mas que a falta absoluta de tempo me tem impedido de começar.

Entretanto, e na esperança de que as coisas melhorem tanto quanto é para desejar, creia Vossa Excelência Reverendíssima na minha boa vontade e desinteresse pessoal a bem do serviço, e na minha franca, pronta e

leal cooperação para todos os trabalhos em que possa ser útil a Vossa Excelência Reverendíssima e a esta Prelazia.

Cumpre-me, por último, pedir a Vossa Excelência Reverendíssima que se digne relevar todas as faltas que inadvertida e involuntàriamente haja porventura cometido neste trabalho. Desejando que de tantos trabalhos e fadigas, como as que Vossa Excelência Reverendíssima tem empregado a bem do progresso moral e religioso desta sua Prelazia, os frutos sejam abundantes, oportunos e abençoados, faço votos para que

Deus Guarde a Vossa Excelência Reverendíssima.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, dez de Janeiro de mil oitocentos e noventa e quatro.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique.

O Escrivão, Padre Afonso Pereira.

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, dois de Maio de mil oitocentos e noventa e quatro.

O Escrivão,
Padre Afonso Pereira

BSGL — Res. Maço 3, doc. 35 [Cópia].

DOCUMENTO N.º 2

MISSÃO DE S. JOSÉ DE BOROMA

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

Em resposta ao ofício-circular n.º 5 de 1892, tenho a dizer o seguinte:

1.º A missão denominada S. José de Boroma está situada na margem direita do Zambeze, 25 quilómetros acima da vila de Tete. A extensão do território desta missão como a única em todo o distrito (excepto da vila de Tete que tem um próprio pároco) é indeterminada e porece se estende sobre todo o distrito, havendo ordens do ministério de fundar diversas estações filiais nos diversos lugares deste distrito, como já tem feito em Zumbo. Esta missão não é uma paróquia canònicamente constituída, mas

foi-lhe pelo Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo Henrique, Bispo de Filadélfia [68], dado o título de «estação missionária» e ao missionário lá existente a designação de vigário missionário, com a jurisdição paroquial dos respectivos povos.

2.º O número das almas da população católica não excede a 400 pessoas, das quais a maior parte são crianças; ignora-se o número da população gentia, e outras seitas não há.

3.º O estado moral e religioso dos gentios é péssimo, como é bem conhecido. Existe entre eles a poligamia e a prostituição detestável, sem vergonha e sem limite. Têm o conhecimento do verdadeiro Deus, mas não lhe prestam culto algum, nem recorrem a ele para pedir coisa alguma, mas consideram a Deus como inimigo do homem, que os aflige, quando todo o bem sucesso de qualquer coisa esperam dos *espíritos* e das *almas*, para os quais fazem sacrifícios, rezas, danças indecentes, etc. Assim, o demónio guarda-os encadeados, e pôs-se como autor de todo o bem no lugar de Deus, e Deus como o autor de todo o mal.

4.º A instrução pública, excepto a escola do sexo masculino de Tete e as de Boroma de ambos os sexos, é nula, e a civilização geralmente é no mesmo grau que três séculos antes, e talvez a respeito de moralidade bem pior, pelo contacto da raça europeia.

5.º Para levantar estes povos das densíssimas trevas, precisamos muitos missionários zelosos, muito tempo e muito dinheiro, e mesmo com este tríplice sacrifício pouco se aproveitará. A pregação, mesmo em língua dos naturais, pouco ou nenhum fruto tem, como mostra a experiência. Foi preciso começar com a educação das crianças. Mas como poucos pretos têm confiança para com os missionários, para que lhes entreguem seus filhos para educar, foi preciso resgatar as crianças da escravidão, que a missão educa e sustenta com esmolas pedidas da Europa, até à maioridade, recebendo-os como pupilos e órfãos, para formar assim os primeiros exemplos de cristandade nestas terras, os quais exemplos hão-de seguir também por meio da pregação os outros adultos, e assim esperamos, depois de muitos anos de trabalho, conversões numerosas.

6.º As vantagens desta praxe já se fazem sentir nesta missão, pelas conversões dos adultos que temos conseguido. Além disto os missionários têm em sua casa uma contínua e regular ocupação, têm a melhor ocasião de aprender a língua dos naturais e conhecer todas as circunstâncias que precisam saber para a conversão deles. Desta praxe resultou a compilação dos diversos livros em língua cafreal, os quais são: a gramática, dicionário, catecismo, a história sagrada, um livro das rezas com os Santos Evangelhos, para domingos e festas, o mês de Maria, dois diversos livros de leitura, etc. O Novo Testamento e o mês de S. José esperam a correcção para serem impressos.

---

[68] D. Henrique José Reed da Silva foi prelado de Moçambique de 1884-1886.

7.º O principal obstáculo do progresso religioso destes povos é o mau exemplo (não digo de todos, há excepções louváveis) do maior número da raça branca europeia. E não devemos admirar-nos sendo esta província a terra dos degredados. Enquanto eu tinha ocasião de observá-los onde eles estão estabelecidos, a nossa santa religião é desprezada; lá não há confissão, nem comunhão, raríssimos matrimónios, nem extrema-unção, nem missa, nem sermão, que todos aborrecem. O pároco serve só para baptizar as crianças e enterrar os mortos, que todos morrem assim como viveram, sem sacramentos. O motivo principal de tanta desmoralização é a falta das mulheres europeias, e indígenas suficientemente educadas para honesto matrimónio. Por esta falta rompem as barreiras da honestidade, vivem com máximo escândalo público com indígena sem matrimónio e mesmo, como os pretos, não se contentam com uma só mulher. Em vista de tão horroroso exemplo dos cristãos e brancos, que deviam com o bom exemplo edificar a Igreja de Cristo, os esforços dos missionários são vãos clamores no deserto, e nenhum preto acredita que ele deva ser melhor do que os brancos, que considera como seus mestres. Estes homens sepultados nos vícios, sem vontade de mudar a sua vida, são mesmo incapazes de aproximar-se dos sacramentos, e são inimigos dos padres que observem com rigor a lei de Deus. Um tal missionário não tem a esperar aqui nada senão calúnias, perseguições, imensos trabalhos sem sucesso, febres, doenças, fome, imensos incómodos, uma cruz contínua sem consolação.

8.º Os meios próprios para remover estes obstáculos serão as ordens religiosas de ambos os sexos, primeiramente para educação da juventude e principalmente do sexo feminino, que é completamente abandonado; segundo, para ter um clero religioso que não chegue aqui para depressa voltar às suas terras, como vejo ser costume, mas que façam sacrifício de toda a sua vida inteira, sem pensar de voltar, e só assim se alcançam obras grandes.

9.º Não posso dizer que a missão tenha feito muitos serviços relevantes; estamos construindo habitações convenientes para diminuir as contínuas febres que padecemos, e estamos com o imenso trabalho de ensinar, sustentar e evangelizar duzentas crianças de ambos os sexos, sem algum auxílio do Governo; as Irmãs de Caridade não recebem vencimentos alguns. O pessoal da missão é reduzido pela morte, morreram quatro pessoas nos últimos três anos sem recebermos novos reforços da Europa; do resto que fica, dois estão prostrados pelas doenças já há meses, sem poderem fazer trabalho algum, e há dias e semanas que estamos só dois em pé para sustentar todo o peso dos trabalhos de uma tão grande missão; mas esperamos em breve novos auxílios da Europa.

10.º O clima desta região é muito melhor do que nas margens do mar; é muito seco; se falei das febres, das mortes, das doenças, não posso culpar o clima só, mas também o muito trabalho, os incómodos, e também algumas vezes a falta de experiência, especialmente dos novos que chegam. A respeito dos costumes e indústrias não há aqui extraordinários; são os

mesmos de toda a Zambézia, já conhecidos, e o mesmo as produções, que são muito limitadas e servem sòmente para satisfazer as mais urgentes necessidades domésticas dos pretos; por isso, a vida dos europeus é muitíssimo cara, devendo muitos artigos das necessidades da sua vida importar de longe. E a mesma missão para sustentar tantas crianças tem, com embarcações, de recorrer a Sena, Mopeia e Quelimane. As confrarias, é certo, foram sempre um bom meio para o progresso religioso nesta província, mas só quando os irmãos são bons cristãos e cumprem os seus deveres; no caso contrário são de muito mais impedimento do que de utilidade, e se faltam indivíduos aptos para uma irmandade, melhor será não existir.

Deus guarde V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ.

Missão de S. José de Boroma, 15 de Maio de 1893.

Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr. Prelado de Moçambique.

Pelo Padre Superior da Missão, P.ᵉ Menyarth

Padre João Hiller

DOCUMENTO N.º 3

RELATÓRIO DA MISSÃO DE S. PEDRO CLAVER DE RICICO, NO ZUMBO

Ilustríssimo, Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor.

Com muito prazer, e enquanto o permite a minha experiência de missionário durante sete anos na Zambézia, especialmente em Boroma, e de mais de um ano na região do Zumbo, vou responder com a máxima extensão ao Questionário que há poucos dias recebi:

Primeiro. Que, segundo o decreto Episcopal promulgado pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo e Prelado de Moçambique, Dom António, o território da cidade ou vila circunscrito nos seus limites pertence exclusivamente à paróquia, em que se devem exercer as funções paroquiais; daqui, toda a região situada fora dos limites da vila do Zumbo,

pertence ao cuidado da Missão, que nesta região fixou a sua sede em Ricico, junto da mesma vila, e de onde percorre, evangelizando toda a região que fica à margem direita e esquerda do Zambeze, aquém e abaixo do território paroquial, e dentro dos limites do nosso Padroado. Com estes esforços e com esta extensão da nossa Missão Católica põe-se ao mesmo tempo um obstáculo à veleidade e influência da missão anglicana e à tendência dos missionários da mesma sociedade, que de outra maneira ultrapassariam de boamente os limites da sua possessão na região do Zumbo, e se esforçariam por atrair ao seu partido os pretos incautos.

Segundo. Além de oito ou dez católicos europeus que se acham espalhados nesta região, o número dos católicos pouco excede a trezentos; ao passo que o número de pretos pagãos excede a alguns milhares, e este número é ainda muito incerto e indefinido.

Terceiro. Que, principalmente nesta região remotíssima, não há, nem entre os católicos europeus nem entre os Muzungos, potentados desta terra, no sentido cristão, uma vida familiar segundo os preceitos de Deus e da Igreja, mas quase todos vivem em concubinato; por isso o estado moral e religioso é assaz triste e deplorável.

Quarto. Além da escola de instrução primária que eu rejo na vila do Zumbo, e que apenas conta três ou quatro alunos, existe o orfanotrófio e a escola da Missão no Ricico, que ao presente sustenta, educa e instrui cinquenta e seis alunos à sua custa, e entre os quais, exceptuando vinte e três filhos de Muzungos, desta região, todos os outros são filhos de pretos pagãos, e mais de vinte são resgatados da escravidão e pertencem à Missão.

Quinto. Os meios aplicados pela Missão geralmente para a civilização e conversão dos pretos, e dos quais nesta longínqua região me tenho servido de um modo especial, além da instrução e catequese dos pretos adultos em todos os domingos na Igreja ou na capela, são principalmente: a fundação do orfanotrófio, onde indistintamente os filhos dos Muzungos e dos pretos pagãos são sustentados e educados gratuitamente, e também a instrução dos pequenos na escola e a sua contínua vigilância e prática introdução à vida cristã, por meio de exercicios quotidianos de piedade, canto, devoção ao Sagrado Coração de Jesus, à Bemaventurada Virgem Maria e outras devoções.

Sexto. Além do grande número de alunos pretos que a missão sustenta no orfanotrófio de Ricico, e que instrui e educa na escola, ainda a missão nestas paragens lucrou a simpatia e a afeição dos negros, que não só dão voluntàriamente os seus filhos a educar, mas até eles mesmos gostosamente concorrem aos domingos à capela da missão para ouvirem a palavra divina e receberem a instrução catequética; por esta razão não é pequeno o número dos catecúmenos pretos, assim como de crianças, principalmente filhos de Muzungos, que até agora tenho baptizado nesta região.

Sétimo. Entre os principais obstáculos à vida cristã e ao progresso religioso devemos notar antes de tudo: o defeito da vida familiar ou o concubinato e a poligamia em que vivem, não só os pretos pagãos, que o fazem por ignorância, mas até os potentados desta terra, Muzungos baptizados, e frequentemente ainda os próprios europeus.

Oitavo. Um meio bastante eficaz e altamente necessário para remover estes obstáculos seria a instituição de uma vida familiar, ordenada segundo as leis de Deus e da Igreja, ou a introdução do matrimónio cristão em todas as famílias, tanto quanto a condição das mesmas o permite; para isto, porém, deve-se empregar e aplicar a isso frequente instrução aos domingos por meio de catequeses que expliquem claramente estas coisas.

O meio, porém, mais apto e mais eficaz para remover os obstáculos da vida cristã e do progresso religioso é a instrução e educação diligente e fundamental das crianças ou da mocidade, para que a nova geração, imbuída nos princípios da vida cristã e ignorante dos costumes pagãos e supersticiosos, pudesse viver de um modo inteiramente religioso.

Nono. Os trabalhos que dizem respeito à prosperidade da missão são: a sua instalação no prazo Ricico, de onde fàcilmente pode percorrer, instruindo e catequizando, toda a região do Zambeze, que fica dentro dos limites da possessão portuguesa.

Décimo. Como nesta região remota tem havido, até aqui, falta de padres e de missionários que instruíssem na lei de Deus os pobres pretos pagãos e os restantes baptizados, e que distribuíssem pelos famintos o pão celeste, por isso os costumes dos colonos desta região e os dos Muzungos são ainda bastante primitivos, ou pagãos e supersticiosos. O mesmo há a dizer dos produtos e da indústria deste país. Tudo é ainda muito rudimentar, e além do marfim, em procura do qual os arrendatários mandam os colonos e os Muzungos, seus fâmulos, e a gente que lhes pertence, dificilmente se encontra outra produção além da que dá o terreno ou a agricultura dos pretos: mapira, milho, arroz e outros idênticos.

Undécimo. Como nesta região, e principalmente na vila do Zumbo, não há confrarias ou companhias de homens zeladores que cuidem dos objectos pertencentes à Igreja e ao culto divino, por isso os objectos de igreja ou do culto divino são muito precisos na paróquia do Zumbo. Só há duas casulas, uma preta e outra roxa. Uma outra branca e encarnada foi destruída pelas formigas, no tempo do padre Clímaco da Costa.

Atentas estas coisas, rogo instantemente a Vossa Excelência que, com o seu cuidado e benignidade paterna e episcopal, queira socorrer esta paróquia, segundo as circunstâncias o permitem.

Quanto ao clima e à fertilidade do terreno pouco há a dizer; o clima é bom e sàdio e o terreno é fértil e abundante, desde que não falte a chuva necessária e se dê ao colono tempo e liberdade de cultivar o terreno.

Deus guarde a Vossa Excelência Reverendíssima.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom António, Bispo de Himéria e Prelado de Moçambique.

Zumbo, doze de Março de mil oitocentos e noventa e três.

Do Pároco missionário do Zumbo-Ricico.

O Pároco Missionário

Padre Estêvam Czimerman.

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 2 de Maio de 1894.

O Escrivão,

Padre Affonso Pereira

BSGL — Res. Maço 3, doc. 30 [Cópia].

DOCUMENTO N.º 4

RELATÓRIO DO REVERENDISSIMO SUPERIOR DA MISSÃO DE S. FRANCISCO XAVIER DE TUMBINI-MILANGE

Tradução.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.

Vista a permissão que Vossa Excelência se dignou conceder-me, vou responder em francês ao questionário que Vossa Excelência me dirigiu; fá-lo-ei o melhor que me for possível, reputando-me feliz se puder de algum modo ser agradável a Vossa Excelência e útil ao Governo de Sua Majestade Fidelíssima.

Primeiro. A missão é conhecida pelo nome de S. Francisco Xavier, que é o seu patrono; e depois da assinatura do último tratado luso-britânico [69] está assente na vertente norte do monte Tumbini, último da cadeia de

[69] De 11 de Junho de 1891.

Milange, a uma altitude aproximada de setecentos e cinquenta metros acima do nivel do mar; a sua longitude é aproximadamente trinta e cinco graus quarenta e cinco segundos e a latitude é quinze graus cinquenta minutos; a extensão será aproximadamente trinta e cinco minutos vinte e cinco segundos, a trinta e seis minutos cinquenta segundos de longitude Este, segundo os termos, ao menos implicitos, da portaria eclesiástica que a criou; a sua extensão em latitude não está definida, mas deve estender-se para além ao menos do quinze graus cinquenta minutos ao dezasseis graus cinquenta minutos.

Segundo. A população do território assim definido creio que se aproximará muito de quarenta mil habitantes; os principais régulos vizinhos, que são o Mtilamanja, Nhaluso, Matiquiri e Mjojo, terão respectivamente: o primeiro, cerca de três mil e quinhentas a quatro mil almas; o segundo, duas mil e quinhentas a três mil; o terceiro e quarto, de mil e quinhentas a duas mil. Segundo o que me tem constado, e em harmonia com o relatório do cônsul inglês O'Neill, Namuli, as terras vizinhas desta magnífica montanha, são povoadas densamente, sobretudo as margens do Lismago; todas estas populações são pagãs, e seus chefes principais mouros, pelo menos no nome.

Terceiro. Estes povos em geral deixam imenso a desejar com relação a moral e a religião; as suas danças, sobretudo de noite, são uma escola permanente de corrupção e de vicios; há algumas particulares e descritivas que parecem inventadas pelo diabo, e são capazes de revoltar todo o homem, por pouco honesto que seja! A mulher, apesar de geralmente bem tratada pelo marido, é contudo reputada, quase por toda a parte, ùnicamente como um instrumento de interesse e prazer; é o que sem dificuldade se observa à chegada de estrangeiros brancos ou pretos a estas povoações; nessas ocasiões é vendida ou alugada à descrição, por vil preço. A maior parte dos chefes da povoação são poligamos; apenas os pobres a [69a] não seguem, e, graças a Deus, são estes o maior número.

Entre eles é comum a bebedeira, a mentira e o roubo; sobretudo a calúnia é a sua arma escolhida para se vingarem e fazerem mal ao próximo.

Pelo que respeita a religião pode afirmar-se, sem medo de errar, que desde o régulo até ao último escravo, a sua é a do interesse e do prazer, é o *fruamur bonis* e o *coronemus nos rosis* dos ímpios; na sua boca está muitas vezes o nome de Deus e o do espírito mau, porém isso são puras formalidades e costumes herdados dos antepassados; parece que não têm cuidado algum em saber se há ou não uma vida depois da presente, de recompensa ou de castigos além do túmulo, o que não impede que entre eles reine despòticamente uma multidão de superstições, quase sempre ridículas e absurdas.

[69a] Entenda-se: à poligamia.

Quarto. A instrução é nula; apenas num ou noutro lugar, particularmente na residência dos régulos, algum mouros ou monhés que sabem mal ler e escrever, cantam, ou antes urram algumas orações a Maomé, e por isso são considerados o *non plus ultra* da ciência. Estes mouros são de uma basófia e orgulho ridículo; estes povos, sobretudo as crianças, parecem dotados de uma inteligência regular; reputo os *Ajana*, especialmente, capazes de um desenvolvimento intelectual sério.

Quinto. Até hoje os meios empregados pela missão, para combater os vícios do espírito e do coração, têm consistido em se pôr o mais possível em comunicação com os indígenas, seja visitando-os de tempos a tempos, seja chamando-os para os trabalhos do estabelecimento, seja, enfim, quando a ocasião se apresenta, chamando-lhes a atenção para o seu fim último.

O grande meio, porém, para os transformar pouco a pouco, é trazê-los à profissão da nossa Santa Religião por meio da instrução das crianças; este meio, infelizmente, até hoje tem-nos sido interdito, e direi mais adiante a razão porquê.

Sexto. Graças, todavia, a estas simples relações, muitos preconceitos contra os brancos, e contra nós em particular, têm desaparecido; as calúnias odiosas e infames, espalhadas a nosso respeito pelo Matipuiri, furioso por ver descobertos plenamente os roubos feitos por ele à missão, não enganou mais ninguém. Começam a ver os pretos nos padres amigos que em caso de necessidade os defendem; é por isso que ainda ùltimamente dois chefes da povoação vieram estabelecer-se a dez minutos da missão, a fim de se subtraírem mais fàcilmente, com a vizinhança dos padres, diziam eles, às vexações e caprichos brutais dos filhos do Matipuiri.

Nhaluso em particular, que se tem mostrado até aqui tão frio e desconfiado a respeito do Governo, e que chegou mesmo a proibir a entrada de sua povoação a quinhentos cipaios do Senhor Cardoso, está com a missão nas melhores relações; prometeu-me enviar seus filhos à missão para aprenderem o português, quando os trabalhos da nossa residência estiverem terminados, e combinou comigo irmos juntamente fazer uma visita ao Excelentíssimo Comandante militar, o Senhor Pombo.

Sétimo. Entretanto os principais obstáculos ao progresso religioso, moral e industrial do país, não falando dos obstáculos inerentes à natureza dos pobres pretos, parece-me serem: primeiro, o poder absoluto dos régulos, sem o consentimento dos quais ninguém se atreverá a enviar os filhos à escola, nem a converter-se, por mais que cordealmente o desejasse; segundo, a antipatia natural e também interesseira dos régulos para com os brancos, porque conhecem muito bem que se os brancos penetram no seu país, mais cedo ou mais tarde têm de renunciar ao comércio dos escravos, e deixam também seus súbditos fazerem o que bem lhes parecer; ora isto é o golpe mais forte dado na sua influência e nos seus haveres. É daqui que nasce o grito de alarme: «expulsemos os portugueses para Quelimane», que neste momento pronunciam bem alto os Angulos ou Alolos, e que

encontram sem dúvida eco, mais ou menos secreto, no coração dos régulos desta região.

É, em terceiro lugar, o pagamento do mussoco, ou antes as vexações dos brancos a este respeito; é este um ponto sobre que desejo chamar a atenção: há por aqui uma multidão de fugitivos dos prazos da Coroa, e conheço até povoações inteiras, que só fugiram para se escaparem aos excessos cometidos pelos arrendatários a propósito do mussoco; ora todos estes fugitivos, mal dispostos, fazem naturalmente uma pintura bem carregada do pagamento do mussoco, bem como da maneira por que os Muzungos tratam os pretos; tudo isto, evidentemente, faz um grande mal ao Governo nesta região.

Oitavo. O grande remédio para todos os obstáculos intrínsecos ou extrínsecos, Vossa Excelência o compreende perfeitamente, será a difusão, a mais intensa possível, da nossa Santa Religião entre estes povos, porque, como Vossa Excelência Reverendíssima o disse muito bem à Comissão encarregada de festejar o jubileu episcopal de Sua Santidade Leão III, a propósito da educação das raparigas indígenas, não é suficiente para uma regeneração verdadeira tornar os indígenas portugueses, é necessário e condição *sine qua non,* transformar-lhes o coração e o espírito pela acção beneficente do espírito religioso; é pois só por este meio, e este só, que o Governo pode criar a prosperidade e o progresso da colónia, que o mesmo tem tanto a peito.

Para esta difusão da nossa santa fé, nestes países selvagens e independentes, parece-me de toda a necessidade a formação de importantes missões centrais em lugares salubres e populosos, onde os missionários com órfãos e pequenos escravos resgatados, internados em asilos de um e outro sexo, escolas de artes e ofícios e de agricultura, podem fazer verdadeiros homens; destas missões sairia em pouco, todos os anos, um grupo de jovens bons cristãos, que com um missionário à sua frente iriam formar novas povoações, não distantes das missões centrais, a fim de poderem ser protegidos, pelo menos em caso de necessidade.

É evidente que nestas missões centrais devem existir as Irmãs da Missão para a educação do sexo feminino; creio também que cinco ou seis famílias de colonos, daqueles bons e piedosos montanheses de Portugal, poderiam prestar em cada missão magnífico serviço à Religião e ao Governo; de propósito digo famílias, e não rapazes, ou homens aventureiros, que fazem muito mais mal do que bem. Estou convencido que desta maneira em poucos anos a Colónia teria um outro aspecto, dando honra à Igreja e proveito ao Governo ([70]).

([70]) As ideias do missionário estão a ser executadas, agora, nos colonatos de Angola e Moçambique. O da Cela, em Angola, nomeadamente, é considerado modelar, tendo sido já estudado pelas autoridades das colónias vizinhas, que não ocultaram as excelentes impressões e ensinamentos ali colhidos.

Como complemento necessário ao menos para estas regiões, no princípio sobretudo, seria preciso um Comandante Militar; quarenta a cinquenta soldados com dois ou três canhões de tiro rápido, seriam suficientes, me parece, não só para proteger as missões, mas também para abrir desde já entre os pretos uma época de liberdade, que seria de grande socorro para favorecer a acção do missionário na massa do povo indígena.

Nono. Serviços extraordinários prestados pela missão não se podem assinalar, a não ser que se contem como tais o ter ficado firme no seu posto no meio das maiores privações, e algumas vezes mesmo com prejuízo de vida para os seus membros.

Décimo. Uma coisa que atrai logo a atenção do estrangeiro que chega ao meio destes povos, sobretudo Ajanos, é a facilidade das relações que estabelecem imediatamente entre eles e os seus hóspedes; se têm de passar a noite na povoação, o chefe em pessoa lhes procura o alojamento, e de ordinário cede a sua própria palhota, arranjando-se depois como pode.

Os chefes das povoações têm a maior autoridade sobre os seus subordinados, e fazem-me lembrar muito os administradores de Concelho portugueses e espanhóis; é a eles que são deferidos todos os casos ordinários de justiça; quando, porém, se trata de um caso extraordinário, como de *morte*, é ao régulo que compete julgar; os casos de morte entre estes povos são muito frequentes; com efeito é suficiente que qualquer morra, seja de morte natural, seja de algum acidente, logo os parentes do morto recorrem ao feiticeiro; pertence ao chefe da povoação, consultando o adivinho, designar uma vítima das povoações vizinhas; esta é obrigada finalmente a beber o juramento composto do terrível *muavi*, reduzido a pó e misturado na bebida; três minutos não são passados e o pobre inocente cai redondamente fulminado pelo veneno aos pés dos assistentes; inútil é dizer que este costume selvagem e diabólico serve todos os dias para exercer vinganças entre estes desgraçados.

O Matipuiri pune o roubo que lhe for feito mandando cortar ao ladrão uma orelha, que o mesmo é obrigado a devorar, ou é executado imediatamente pelos caçadores do régulo; aquele que roubou umas espigas de milho ou um pouco de sorgo, é por castigo obrigado a comer fogo; todos estes castigos, porém, não impedem que o Matipuiri e os seus principais sejam os primeiros ladrões do país.

A escravatura está na ordem do dia, apesar de um pouco dissimulada, depois que aqui estamos; é para Zanzibar que de ordinário seguem os escravos e mais de uma vez temos sabido que é de Quelimane mesmo que os fazem secretamente vir; o preço de rapazes e raparigas regula duas peças de algodão por cabeça, o dos adultos uma espingarda de vinte francos, ou quatro peças de algodão.

A principal cultura do país é o milho, o sorgo, o arroz, a mandioca, o amendoím, a batata doce, diversas espécies de feijão como: o *ngunde*, *mbelimude*, o *mbeso*, o *zama*, etc.; esta última espécie de feijão é muito parecida com o amendoím; é muito substancial e nutritivo e de um gosto

excelente quando é reduzido a puré; cultiva-se também o gergelim, a cana sacarina, o tabaco, que é de excelente qualidade; em algumas localidades também se encontram laranjeiras, limoeiros e coqueiros. A missão espera em pouco tempo ensaiar a cultura do trigo, aveia e outros cereais da Europa, e, visto o clima, espera-se tirar resultados.

Quando nós aqui chegámos, há perto de três anos, cultivava-se justamente o indispensável para não morrer de fome; no entretanto, graças também ao Comando, a cultura tem duplicado; os porcos são numerosos no país, também há cabras e o Nhaluso, especialmente, tem magníficos rebanhos.

O país aqui é o mais pitoresco possível, e em particular o da nossa residência oferece esplêndidas perspectivas; o clima é são e até excelente para os europeus, nas montanhas; há talvez mais de um ano e meio que estamos no monte Tumbini e ainda não experimentámos um único dia de febre; durante a maior parte do ano a temperatura é o mais moderada possível, e os grandes calores não se fazem sentir na montanha mais do que nos países europeus.

As grandes chuvas caem de ordinário de Dezembro a Março; o frio principia em fins de Abril e continua até aos últimos dias de Julho; o calor principia nesta época e vai até ao fim de Outubro; os ventos mais violentos são igualmente os do norte nesta época; pelo contrário o vento sul sopra durante o tempo das chuvas; nós tínhamos já principiado as observações meteorológicas, porém a transferência da missão para o Tumbini, em seguida ao tratado luso-britânico, obrigou-nos a suspendê-las; tencionamos, porém, continuá-las apenas venham mais padres para esta missão.

Tais são, Excelentíssimo Senhor, as principais informações que me parece oportuno fazer chegar às mãos de Vossa Excelência imediatamente, a fim de satisfazer aos legítimos desejos de Vossa Excelência. Só me resta afirmar a Vossa Excelência os votos que fazemos para que Deus abençoe o zelo de Vossa Excelência Reverendíssima, e encomendar-nos às orações de Vossa Excelência. Nós, o Irmão escolástico Delemme e eu, temos a honra de ser,

De Vossa Excelência Reverendíssima, humildes e devotados filhos em Jesus Cristo.

Deus guarde a Vossa Excelência.

Missão de S. Francisco Xavier, vinte e dois de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e três.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique.

O Superior,

Padre Pedro Dupeyrou
Societatis Jesu.

Post scriptum — Rogamos a Vossa Excelência Reverendíssima queira considerar confidenciais algumas informações espalhadas por este relatório; entregá-las ao público seria um perigo para a Missão.

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 2 de Maio de 1894.

O Escrivão,

Padre Afonso Pereira

BSGL — Res. Maço 3, doc. 31 [Cópia].

DOCUMENTO N.º 5

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO RELIGIOSO, MORAL E ECONÓMICO DO DISTRITO DE INHAMBANE

I. A missão de S. José de Nhamussua do Bembe foi criada por portaria eclesiástica de 5 de Maio de 1890, por S. Ex.ª Rev.ᵐᵃ D. António Dias Ferreira, Bispo titular das Termópilas e Prelado de Moçambique (71).

Esta missão é denominada de S. José de Nhamussua por existir nas terras do régulo deste apelido e do Bembe, por ser pertencente à circunscrição do comando militar, estabelecido nos territórios do régulo deste nome.

Não repito aqui os apontamentos e esclarecimentos fornecidos a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ no meu relatório de 31 de Maio do ano próximo findo, sobre a fundação e começo da nossa missão do Bembe. Acrescentarei apenas que as casas da missão, que até agora foram levantadas neste sítio, não passam de umas barracas mui ordinárias, uma das quais de 12 metros de comprimento sobre 5 de largo serve de residência aos missionários; outra um pouco maior que a precedente, destinada aos exercícios do culto e umas oito ou dez palhotas utilizadas para arrecadações, aula e habitações dos pretos ao serviço desta missão.

Por enquanto não se pode fazer habitação mais acomodada por falta de meios, ou por melhor dizer, por não haver pedra nem cal perto, senão a grande distância, e mesmo a madeira para construção que se encontra na vizinhança é mui fraca, torta e de pouco proveito. Talvez se pudesse fabricar tijolos com o barro do rio, misturado com outro barro encarnado que há aí perto; mas até agora não temos experimentado o que se poderia fazer neste sentido.

---

(71) B O M — 1890, pág. 220.

Certamente uma boa morada para quem está obrigado a viver no mato, é da maior importância. Quantos adoecem, morrem ou apanham moléstias graves e outros incómodos, por terem vivido numas miseráveis palhotas, que não apresentam acomodações, senão perigos contínuos e ocasiões constantes de febres e de desalento!

Em 12 de Julho do ano próximo pretérito faleceu nesta missão o irmão Manuel de Freitas, oriundo de Portugal, homem de grande virtude e belíssimo religioso, incansável no trabalho, que em menos de oito meses de estadia entre nós foi chamado, como esperamos, ao eterno descanso no céu.

Difícil é avaliar a extensão do território que abrange esta missão. S. Ex.ª Rev.ma D. António Dias Ferreira, Ex.mo antecessor de V. Ex.ª Rev.ma, tinha determinado, por portaria n.º 18 de 12 de Julho de 1890, que os missionários devem exercer a sua jurisdição fora da área das paróquias. A referida portaria reza assim:

«Considerando que muito convém haja sempre a maior harmonia entre os rev.dos párocos e missionários desta Prelazia;

«Considerando que não é possível desde já marcar limites às freguezias actualmente existentes:

«Havemos por conveniente determinar que o pároco dentro dos limites da vila pròpriamente dita, aonde tem a sua residência, e o missionário no território da sua missão, são entre si independentes; fora daqueles limites e entre os indígenas exercerá sempre o missionário o seu ministério apostólico, sujeito imediatamente à nossa jurisdição ou do superior e visitador das missões por nós nomeado» [72].

Portanto, segundo a doutrina desta portaria, incumbe-nos sobretudo ocuparmo-nos de tudo quanto interessa o bem espiritual dos indígenas, ministrando-lhes o benefício da instrução religiosa e a graça dos sacramentos.

II. Nem tão pouco posso apresentar a V. Ex.ª Rev.ma a relação certa do número de almas que este território compreende.

Pelas informações que me foram dadas pelo actual comandante militar do Bembe, sou a dizer a V. Ex.ª que o régulo de Nhamussua consta pelos arrolamentos ter 548 homens, 802 mulheres, 366 crianças do sexo masculino e 303 do feminino. Enquanto ao régulo de Bembe só poderei asseverar a V. Ex.ª que tem sobre as terras dele 700 palhotas, não sabendo o número de homens, mulheres e crianças.

Esta estatística não é verdadeiramente exacta, porque os régulos ocultam sempre povoações; mas é contudo bastante aproximada da verdade.

---

[72] *Ibidem*, 1890, pág. 344.

Os indígenas deste distrito dividem-se em três ou quatro raças, que principalmente se distinguem e diferenciam entre si pela linguagem, e por certos usos e costumes, bem como pelo modo de se vestirem, próprio a cada povo.

Ao pé do mar stão os vatongas, mais mansos e civilizados; pelo sul existem os vandongues, bastante trabalhadores e industriosos, e para oeste os votengues e vátuas ou landins, sobremaneira belicosos, larápios e atrevidos; enfim, ao norte os povos de Morungo, amigos da agricultura e da criação do gado. Porém estes povos estão mui misturados e encontramos pretos valongos, vandongues e vátuas espalhados pelos diferentes comandos militares de Bembe, de Murumbene, de Cumbana e de Inharrime.

Só os vátuas parecem ter conservado melhor a sua autonomia e independência.

Entre tantos pretos que nos circundam mui poucos são os que professam a religião de Cristo, e que têm sido regenerados nas águas do santo baptismo. Não se vê entre estes desgraçados gentios o mesmo zelo e desvelo como o que se encontra nos pretos da Zambézia, para serem baptizados: coisa devida aí à convivência mais íntima com os portugueses, desde há muitos séculos, ao passo que nestas terras os pretos, sendo vassalos dos régulos e dos chefes indígenas, não têm encontrado a mesma facilidade de poder conhecer e avaliar o benefício da nossa santa fé.

Devo notar, com pesar meu, que os mouros têm feito bastantes prosélitos entre os pretos com quem negoceiam, desde há tanto tempo, a seu bel-prazer, percorrendo as terras do interior, aonde levam as suas mercadorias e ao mesmo tempo o seu sistema de religião, que não é muito custoso aos pretos de entender e admitir, por ser em perfeita harmonia com os maus instintos da natureza descaída!

Em todo o caso os territórios onde os mouros têm mais progredido são os da praia do mar e nas terras do norte, que pela maior parte são quintas e vivendas dos sequazes de Mafamede e dos monhés, filhos ou descendentes desses gentios fanáticos.

Os protestantes, vindos da América, têm também ensaiado introduzir-se neste distrito, com o fim de doutrinar os pretos nos seus sistemas elásticos de religião. Chamam-se com o nome pomposo de *mfundissa,* que quer dizer *mestre* ou *doutor.*

Com certeza o fim verdadeiro e último que esta boa gente tem da sua estadia neste distrito, não é menos que religioso; porque eles, segundo costumavam e como o têm provado na questão do Chire, com a missão de Blantyre, buscam, debaixo do véu da religião, estender e alargar a influência e o domínio da Inglaterra, mesmo em terrenos alheios. Na verdade, como podem servir a influência portuguesa, quando estes doutores não sòmente não ensinam a língua portuguesa e a religião do Estado, mas até zombam do governo, da religião católica, espalham livros em gitonga e em português, onde atacam e escarnecem as nossas crenças mais sagradas?

Li há pouco tempo um folheto intitulado: *O culto das santas imagens, a via estreita,* etc., e fiquei sobremaneira identificado da táctica desses pretendidos apóstolos da boa nova! Enfim, eles andam ao seu bel-prazer, levantam casas, compram terrenos, introduzem fazendas e mercadorias, ensinam o que querem e como querem aos pretos, sem que as autoridades se importem com isto. E o que é para maior admiração, são certas pessoas que fazem profissão da religião católica, que não sabem fazer a diferença entre os que são católicos dos que o não são; que lhes dão o título de padres e de missionários a esses homens leigos e casados, destituídos de todas as ordens sagradas ([73]); que não repugnam a ter os seus livros de doutrina e folhetos de propaganda anti-católica, a assistir às suas reuniões e assembleias, até dar-lhes filhos e filhas para serem educados nos princípios erróneos da seita protestante!

Por certo, o procedimento desses cristãos benévolos para com os inimigos da Igreja, denota uma grande má-fé, senão uma ignorância deplorável da lei de Deus e esquecimento completo dos deveres da religião cristã.

Esses *mfundissas* gostam de estar longe da administração portuguesa, que pode vigiar os seus actos. O que leva a crer que o caso assim é, basta saber que eles têm abandonado ou desocupado as casas que primeiro tinham levantado mais perto da vila, em Bembe, em Mongue, em Malaíssa, etc., e têm transferido os seus principais centros de acção protestântica nas terras de Morunga, onde podem pescar melhor em água turva, entre pretos boçais, que não estão em relações frequentes com as autoridades do distrito, e a quem podem melhor dominar!

III. Os apóstolos do erro e da mentira são bem coadjuvados pelo estado deplorável de imoralidade e de impiedade em que jaz o distrito de Inhambane! Tanto os europeus como os indígenas vivem no mais triste abandono ou esquecimento dos deveres que lhes impõe a religião a que pretendem pertencer.

Geralmente falando, os europeus, bem como os oriundos da Índia, exceptuando alguns indivíduos de honra e de valor, têm dado péssimos exemplos e lamentáveis escândalos aos indígenas, vivendo na devassidão, na mancebia, no concubinato, alguns no adultério público e no desprezo de todas as leias da honestidade.

Quantos nomes poderíamos apontar de homens, aliás instruídos e hábeis nas suas respectivas funções, que propalam, à vista de todos, os tristes factos de uma vida dissoluta e devassa? Quantos casos conhecidos do público, que mais servem à perdição que à edificação do preto? Não são capazes estes homens de dar um bom exemplo ao preto e de encami-

---

([73]) Está ainda hoje muito espalhado o detestável costume, entre coloniais, de chamar «reverendo» ou «sr. reverendo» aos sacerdotes católicos, terminologia de sabor protestante. É um triste atestado da falta de formação e «sensibilidade» católica.

nhá-lo para uma vida mais honrosa e cristã, e fornecer-lhe os meios de conseguir tão nobre e útil fim! Só sabem abusar da simplicidade do fraco, e enriquecer-se com o suor e as fadigas desses pobres desgraçados.

Há pretos que estão ao serviço de famílias honradas, a quem nunca se tem falado da necessidade de abraçarem a verdadeira fé. Talvez receiem os donos que depois de ensinados não possam tê-los na mão como dantes!

Dos europeus, quantos vivem nos laços das paixões as mais vergonhosas, falam e gabam-se das suas proezas inonestas, o que algures seria a nota mais infamante para um homem de honra, quanto mais para um cristão verdadeiro? Com esta vida fácil e de costumes leves, não pode existir a família cristã com todas as suas prendas de amor, de paz e de união.

As pobres crianças que nascem destas uniões temporárias, aparecem neste mundo para sua maior desonra e desgraça, não tendo os mimos e a ternura de uma mãe verdadeira e bem amada, que as eduque e ampare; e não são poucas as que se acham nesta dura e miserável condição, porque pelo muito que tenho já reparado, talvez que não haja a proporção de uma criança sobre cem, que seja fruto legítimo de um casamento de consciência!

Em vista, pois, desta horrível lepra que roi assim a maior parte dos chefes de família, pode-se dizer com toda a verdade que a falta de progresso neste distrito é devida à imoralidade do maior número dos seus habitantes, porque não há bênção de Deus, onde as leis da moral e da religião são pública e impunemente quebrantadas.

Os pretos, que têm os olhos abertos para quem os manda, os dirige e os governa, nunca recebem lições de moral, nem em palavras, nem em exemplos; sendo por sua índole muito mais propensos a imitar os exemplos do vício, não é para admirar que larguem as rédeas às suas paixões e abram os diques às inclinações perversas que os arrastam ao abismo! Eis porque o preto vive entregue a toda a casta de vícios, à ociosidade, à embriaguez, à vadiagem, à libertinagem e a todos os actos mais vergonhosos e repreensíveis, em oposição à sã moral. Mas o grande mal que enfraquece toda a virtude e quebranta toda a moral é o péssimo costume da poligamia e do divórcio, permitido pelos usos, e de uma certa maneira sancionado por um código legal em vigor nos comandos militares.

Todos sabem quanto o estado moral influi sobre o espírito religioso e reciprocamente. Quem vive, pois, entregue às paixões mais grosseiras e desenfreadas, quem procura o bem-estar desta vida, o gozo sensual de todos os prazeres, quem prossegue a fortuna por lucros lícitos e ilícitos, quem se deixa invadir pela inveja e contenda, dificilmente pode ser capaz de actos heróicos, de virtudes que exigem abnegação e combate contra si próprio.

Tal é a principal razão por que os europeus, vindos para estas terras, são pouco assíduos a ouvir missa aos domingos e dias de festa santificados, a assistir aos ofícios do culto divino nas igrejas, quando têm vagar

e facilidade; fazem poucas esmolas e respeitam pouco os seus pastores; não frequentam os sacramentos da penitência e da eucaristia, cuja recepção é indispensável para ter em si a verdadeira vida espiritual, e estes infelizes cristãos passam assim no descuido e no desleixo a maior parte da sua vida e vão de passos largos caminhando para a eterna danação!

Os indígenas não são de todo desprevenidos da ideia geral da existência de Deus, criador, mestre e senhor de todas as coisas, e das luzes da lei natural escrita no íntimo do coração de todos os homens; mas tudo isto está envolto de muitas trevas, de idéias erróneas, de muitos preconceitos condenáveis, e misturado de um sem número de práticas e superstições gentílicas, a que dão o maior crédito e confiança.

Os mouros são bastante zelosos em guardar a sua lei de jejum quadragesimal, chamado Ramadão, em assistir às suas reuniões da sexta-feira nas mesquitas da vila e na leitura e meditação do Alcorão, que é para eles a regra e o fundamento de todo o seu sistema religioso; mas apesar da proibição que lhes faz o Alcorão do uso de toda a bebida fermentada, muitos são os mouros degenerados que não se negam a beber sura de palmeira, sumo de cana, vinho de caju e até bebidas alcoólicas vindas dos países estrangeiros!

IV. Pode-se dizer que a instrução neste distrito está atrasada, atrasadíssima. Saindo da área da vila, onde existe uma escola florescente, ao digníssimo cargo do rev.[do] padre Gaspar Nicolau de Sousa, cá pelas terras do interior não encontrei um só preto que soubesse ler e escrever; mui poucos os indígenas que entendem ou falam a língua portuguesa! Portanto, indo a civilização ligada de par com a instrução, segue-se que sendo nula a instrução, também pouca é a civilização.

Os indígenas não têm progredido em melhoramentos no que toca à agricultura, às artes e ofícios que pudessem melhorar a sua condição miserável de vida e fornecer-lhe meios de sustento mais proveitosos e lucrativos.

Cá no mato raros são os mestres carpinteiros, ferreiros, alfaiates, cozinheiros e outros a quem se possa recorrer em urgente necessidade.

A resposta geral, sobre o assunto que tratamos, reduz-se a estas duas breves, mas significativas palavras: Não sei.

Se alguns, com esperança de maiores lucros, têm emigrado para as terras do Natal e do Transvaal, voltaram daí com a mesma ignorância e estupidez, senão com maior soberba e arrogância, que os torna inábeis para todo o trabalho mais humilde e menos lucrativo da agricultura e do serviço doméstico. Porém, entre tantos que já têm emigrado, quer para o Natal quer para Bourbon, nem um só conseguiu possuir aquela riqueza tão cobiçada e procurada com tão enormes sacrifícios; e se alguns têm trazido um dinheirito ou fazendas, logo dão cabo delas nos primeiros dias do regresso, para acudir a qualquer necessidade ou capricho, principal-

mente em satisfazer a hedionda paixão da bebedeira, ou da compra de mulheres.

V. Desde o dia da minha chegada a este distrito e do nosso estabelecimento em Bembe, tenho-me esmerado para remediar, do melhor modo possível, a este estado lamentoso de ignorância e barbárie, em que vivem os míseros povos da nossa vizinhança; mas nem sempre o sucesso tem coroado os nossos esforços.

Que pode fazer um missionário só, carregado de trabalho, muitas vezes padecendo febres e outros incómodos?

Logo ao princípio cuidei de aprender o idioma falado pelos pretos com que vivemos, a fim de poder mais fàcilmente chegar-lhes ao entendimento e ao coração. Tratei logo de traduzir em *gitonga* vários cantos de execução fácil, as orações da manhã e da noite, os pontos mais essenciais da doutrina cristã, que aos domingos lhes tenho ensinado nas catequeses que se fazem durante a missa. Abri aula para as crianças da vizinhança; porém a ela têm vindo poucas e com pouca assiduidade e proveito, por serem deixadas entregues à vadiagem e preguiça.

Os pais não se importam da educação dos filhos e acham mesmo bom que eles não devem sobrepujar os seus pais em ciência e educação, senão em liberdade e caprichos de uma mocidade indómita. Estão imbuídos dos preconceitos mais fúteis, persuadidos que os seus filhos, depois de bem instruídos, serão tomados e levados para Moçambique para assentarem praça, etc.

Temos conseguido desenganar alguns chefes de família, mas tem de se dar ainda um largo passo mais àvante!

Tenho distribuído gratuitamente remédio a muitos doentes atacados de várias moléstias, tais como disenterias, prisão de ventre, oftalmia, dor nos ouvidos, usagre, dores reumatismais, principalmente horríveis chagas e feridas nas pernas e nas unhas dos pés.

Consegui curar três indivíduos; um numa questão de embriaguez tinha recebido mais de doze facadas graves; a um outro tinham-lhe mordido um dedo a ponto de quebrar o osso. Enfim, uma criança toda chagada na cabeça, com uma grande quantidade de bostelas purulentas, foi levada a pronta cura e salvamento.

Estas últimas curas, devidas aos nossos cuidados, têm atraído muitos enfermos, que vêm procurar perto de nós o alívio das enfermidades do corpo e alguns têm encontrado a saúde da alma, aceitando o benefício do ensino da religião e a recepção do santo baptismo.

Enfim, cada dia, durante todo o ano, temos feito trabalhar no terreno da missão um grande número de pretos e de crianças, buscando por esta arte fornecer-lhes meios honestos de ganhar o seu sustento e mormente de os atrair a nós mais suavemente, e podermos assim falar-lhes com toda a liberdade sobre a religião e a necessidade de serem baptizados para conseguir a salvação eterna.

VI. Usando destes meios, temos conseguido que um certo número de adultos e de crianças fosse ensinado nas verdades da nossa santa fé e aceitassem de melhor grado serem baptizados e de se acostumarem vir ter connosco à casa da missão, sem receio e temores, senão com veneração e confiança.

Alguns pais têm-nos enviado os filhos à aula, apesar que mui irregularmente, porque durante o tempo da colheita do caju quase toda aquela boa gente anda em festas, em danças e em bebedeiras.

Devo acrescentar, em prol da verdade, que as povoações estão bastante espalhadas, que os caminhos são orvalhados e intransitáveis pela muita palha e espinhos que em toda a parte rebentam, e que a maior parte dessas crianças são pobres e quase abandonadas, tendo por si de ir ao mato procurar frutos ou ao rio apanhar peixes.

Pelo cuidado dos doentes e pela distribuição gratuita de remédios, temos igualmente captado a estima e a confiança de muitos pretos da vizinhança e de alguns vindos de longe, os quais, agora, em todos os seus padecimentos, não deixam de vir sem demora pedir ajuda e salvamento.

Os pretos têm vindo aos domingos, bastante numerosos, ao santo sacrifício da missa, e temos aproveitado as ocasiões de eles estarem presentes na igreja para lhes ensinar os deveres da vida cristã, os preceitos da santa lei de Deus e as outras obrigações do bom e verdadeiro cidadão.

VII. Quais são os obstáculos ao progresso religioso, moral e industrioso do país? Estes obstáculos emanam de várias fontes, que não será inútil enumerar.

Todos sabem quanto é nocivo ao progresso religioso e moral de um povo a falta de instrução das coisas da religião que tem de professar, e o esquecimento dos deveres que tem de cumprir para com Deus, consigo mesmo e com o próximo.

Porém, sem querer ofender a ninguém e causar-lhe escândalo, tenho notado que os indivíduos vindos da Europa são em geral mui ignorantes e néscios nas coisas da nossa santa fé. A maior parte deles vem com intento de tentar fortuna, de exercer funções lucrativas e de gozar de um bem-estar relativamente melhor que o da terra da sua naturalidade. Em chegando cá não se importam de ler livros que tratem de religião, senão romances imorais e jornais ímpios, de se tornarem mestres nas regras e artes do jogo.

Falta-lhes o espírito da família todo de amor, de desvelo e de abnegação. Falta-lhes o espírito de caridade, que sabe perdoar as injúrias e suportar com paciência os defeitos do próximo. Falta-lhes o espírito verdadeiramente patriótico e colonial, procurando o interesse próprio antes do bem e da prosperidade do país a que têm a honra de pertencer. Quantos dizem: eu quero fazer a minha posição, ter posto de acesso, arranjar dinheiro e depois ir gozar na minha terra.

Pois sim, subir às honras e dignidades, ter dinheiro sonante na algibeira, gozar de uma vida cómoda e descansada, eis para o maior número dos que cá estão, o móvel de todos os seus pensamentos, desvelos, empenho e trabalhos! Deus e o seu santo serviço não vêm em primeiro, mas sim em último e derradeiro lugar, senão no esquecimento total e menosprezo de uma consciência relaxada e pouco timorata!

Os indígenas, descendentes de europeus ou de asiáticos, e que têm recebido alguma instrução frequentando as aulas da vila, apenas têm chegado à idade de adultos, que se esquecem logo das lições de virtude e de moral que receberam nos dias da mocidade, e encetando o caminho largo e fácil onde andam os próprios pais e mães, entregam-se logo a todas as extravagâncias da bebedeira, do jogo e da devassidão, faltam sem razões graves aos exercícios do culto divino; não fazem caso dos santos sacramentos no tempo da desobriga, e vivem submergidos na baluarte de todos os vícios e pecados. E mesmo querendo ficar fiéis ao Deus da sua mocidade, quantos empregados têm que viver longe das igrejas, embrenhados no mato, não podendo senão com muito custo e dificuldade cumprir os deveres da religião!

Acostumando-se, pois, por algum tempo, a não poder, por necessidade, cumprir os seus deveres religiosos, tornam-se depois por vontade e desleixo, indiferentes e ímpios.

Se agora deitarmos um olhar para os pretos veremos que estes obstáculos não inumeráveis e por extremo poderosos. Seja-nos lícito apontarmos os principais:

1.º Os pretos deste distrito têm vivido desde longas gerações no mais completo abandono e a na mais profunda ignorância da sua origem, da sua dignidade e do seu eterno destino.

2.º Estão de tal maneira costumados a mentir e a ouvir mentir, que a dúvida e incredulidade têm-se apossado da sua mente, e se tornaram o estado quase normal da sua inteligência, e raras vezes têm confiança na palavra dos mais.

3.º Não amam aos europeus, que eles consideram como os piores inimigos, vindos a estas terras para tirar dos seus habitantes lucros ilícitos; e também não dão grande crédito aos seus patrícios, encarregados pelos missionários de ensinar-lhes a religião.

4.º A falta de crenças naturais relativamente às penas e às recompensas da vida futura. O preto encerra-se no círculo estreito da vida presente; aí fica metido buscando o descanso e o gozo, sem se importar do que segue ao dia da morte.

5.º A sua grande tenacidade e estima para todas as práticas idolátricas e superstições gentílicas, para todas as suas festas profanas, danças e cerimónias nos dias do casamento, do nascimento e da morte.

6.º A devassidão dos costumes, geralmente favorecida pelos maus exemplos dos brancos e pelo descuido dos que deveriam combatê-la: os próprios pais e mães.

7.º A inconstância do carácter, que se deixa mover por todos os ventos que sopram em sentido contrário. O preto vai para perto de quem maior protecção e proveito pode esperar. Poucos são capazes de portar-se por consciência, convicção e desinteresse.

8.º A sua índole vagabunda: *Qui multum peregrinantur, raro sanctificantur. Pierre qui roule n'amasse pas mousse.* Acho que a emigração dos pretos deste distrito para as terras do Natal e do Transvaal não é para favorecer o progresso, mas sim apenas um meio de preencher a algibeira de uns poucos, que maior interesse têm nesse negócio.

9.º A facilidade espontânea de os pretos poderem embebedar-se com pouco custo e em todo o tempo do ano, quer por pombe fabricado por eles, quer por toda a espécie de bebidas tiradas das frutas ou das árvores, tais como sura de palmeira, sumo de cana, vinho de caju, etc.

10.º Porém, o obstáculo capital, que paralisa todo o progresso moral e religioso é a aplicação da doutrina do código cafreal deste distrito, aprovado e posto em vigor pelo Governo. Aqui não direi mais, senão o que me parece razoável e conforme à verdadeira doutrina da Igreja, sem pretender criticar os actos dos que elaboraram o referido documento. Este código, no ponto que toca ao casamento, aprova e favorece pràticamente a poligamia, a concubinagem e o divórcio, três crimes sumamente opostos à lei de Deus e da Igreja, essencialmente adversos à verdadeira constituição da união conjugal, do bem e da paz das famílias e da ordem social.

É por extremo vergonhoso que os comandantes militares nas suas respectivas circunscrições estejam obrigados, nas decisões das questões e *milandos* entre pretos, a seguir o uso e costume consagrado por este código. Empregados cristãos que se acham na necessidade de dar uma sentença em oposição com a lei de Deus e muitas vezes contra a consciência, eis, creio eu, o cúmulo da imoralidade. E notarei que a maior parte das contendas e demandas que são levadas ao tribunal dos comandantes militares, respeitam a casos de divórcio ou de fuga de mulheres!

O casamento natural, que existe entre um preto e uma preta não baptizados, é indissolúvel, mesmo sendo contrato conforme as leis da terra. Porém, as coisas passam-se de um modo mui diverso. O casamento, como está actualmente em vigor entre os indígenas, é simplesmente uma compra de mulheres, com libras esterlinas ou fazendas, podendo ser dissolvido se o marido não for satisfeito da sua consorte, podendo devolvê-la aos pais e recuperar outra vez as fazendas que tinha entregues ao sogro na ocasião do casamento. Portanto, os pretos estão contìnuamente casando ou descasando-se, suscitando brigas e contendas, e fazendo queixas e demandas de divórcio, e todo este negócio cabe à decisão dos comandantes militares, que por suas funções estão obrigados a presenciar, ouvir e julgar estas belezas!

11.º O juramento cafreal, geralmente chamado *muavi,* é nestas terras denominado *muanga.* É coisa ridícula que as autoridades cristãs de um

povo civilizado consintam que as questões entre pretos se resolvam pela morte de umas galinhas, a que se dá a poção venenosa, em substituição de entes humanos.

É costume supersticioso, a que os pretos dão maior crédito que à palavra de Deus, e tanto mais se torna poderoso quanto as autoridades locais consentem e presenceiam este acto cheio de engano e de absurdo.

12.º A estas disposições, por si pouco favoráveis à aceitação da fé e à prática constante dos mandamentos da lei de Deus, o maometanismo e o protestantismo trazem novo apoio e força, para que os infelizes pretos vivam sempre mais e mais sepultados nas trevas do erro e do indiferentismo. O facto de várias seitas estarem em presença lutando contra o catolicismo, cada uma com seu sistema particular de entender as coisas de Deus e da religião, não pode produzir outro resultado senão incutir no ânimo do preto confusão, dúvida, menosprezo até do mesmo Deus, apresentado sob tantas formas diversas e muitas vezes contraditórias.

13.º O pequeno número de operários evangélicos. Que podem ser as cristandades deste distrito, onde os paroquianos são tão raramente visitados, tão pouco instruídos e muitas vezes admitidos aos sacramentos sem a instrução e a preparação suficientes? Faz-se sentir em toda a parte deste distrito a falta de igrejas e de capelas de missões, onde ao menos nos principais centros do norte, do poente e do sul, sejam fornecidos aos pretos de boa vontade os meios de poderem ser instruídos e entrar no grémio da Igreja católica.

14.º Enfim, se nos detivermos na consideração dos obstáculos ao progresso industrial, encontramos numerosos motivos de lástima e de queixa:

a) O Preto é mui desmazelado e descuidadoso nas coisas mais indispensáveis à vida; cultiva pouco, apenas o que lhe é suficiente para sustentar-se, e quando vem a época de pagar o tributo da palhota anda todo atrapalhado, para saber onde e com que meios poderá arranjar as duas rupias que lhe são precisas para esse fim.

b) A emigração para o Natal tira braços e actividades ao trabalho no distrito, à agricultura, às artes, à vida de família; torna o preto mais preguiçoso, soberbo e intratável, porque, depois de ter ganho bastante dinheiro em outras terras, despreza sujeitar-se a receber uma retribuição inferior na terra da sua naturalidade. Só impelido pela necessidade e de mau grado consente pôr novamente mão ao trabalho que lhe for pedido.

c) As dificuldades de comunicação entre a vila e os vários pontos do distrito. Saindo da vila e mormente cá nas terras deste comando, os caminhos são cobertos de palha, com sarça e abrolhos, e não se pode andar senão com muito custo. Os rios são inavegáveis na sua maior extensão, pelas muitas árvores que têm crescido nos seus leitos. Por exemplo, o rio Nhanombe, que corre ao pé desta missão, não é transitável senão em duas pontes feitas de paus, que carecem de contínuos consertos. Por estas e muitas outras razões, os terrenos do interior, que aliás são férteis e

mui produtivos, são pouco aproveitáveis, pela penúria dos meios de comunicação e de transporte.

VIII. Quanto aos meios que julgamos mais próprios para se removerem estes obstáculos, basta enumerá-los sem mais explicações. Uns são gerais e outros particulares:

I. Meios gerais:

1.º Favorecer a agricultura nos pontos sadios e férteis do distrito; abrir caminhos e estradas que tornem as comunicações fáceis e rápidas; mandar limpar os rios que são aproveitáveis para a condução das embarcações de transporte.

2.º Solicitar venham do reino colonos sérios, honrados, de bons costumes, trabalhadores, homens casados e não expostos tão fàcilmente a serem vítimas da devassidão e dos vícios desta terra.

3.º Estabelecer pontos mais numerosos de missões católicas que ajudem o governo na sua missão civilizadora e humanitária para com os pretos. Mas para que estas missões possam conseguir o seu fim de paz e de civilização, seria preciso que os mesmos membros fossem ligados para sempre ao ministério sagrado nestas terras. Sem serem religiosos, por exemplo, os padres do Seminário das Missões Estrangeiras de Paris, que são mandados para as missões da China, do Japão, etc., embarcam com a persuasão de nunca mais daí regressar para a Europa, mas sim com vontade e esperança de virem combater e morrer no posto que lhes foi dado por obediência. Esta organização dá maior ânimo e força e constância aos missionários, e maior fruto, proveito e bênção nos seus trabalhos para o bem das cristandades.

4.º Abrir escolas para as crianças, quer do sexo masculino, quer do feminino, e tomar medidas eficazes para que sejam frequentadas. Para as primeiras seria mui útil haver neste distrito uma escola de instrução primária, dirigida por mestres hábeis e religiosos, como são os excelentes educadores da mocidade, em França, os Irmãos da Doutrina Cristã, os pequenos Irmãos de Maria ou Maristas, etc. Para as meninas pretas torna-se de absoluta necessidade que sejam chamadas as Irmãs de Caridade para se encarregarem dessa laboriosa e delicada missão, a formação religiosa, moral e doméstica da mulher africana.

5.º Fazer que os pretos deste distrito escolham para emigração de melhor grado as terras dos distritos de Lourenço Marques e da Beira, que as do Natal, Bourbon e do Transvaal, ou então fiquem na terra própria com vantagem e algum lucro, sem terem que ir buscar fora meios de viver e enriquecer-se.

II. Meios particulares:

1.º Reformar o código de usos e costumes cafreais em vigor neste distrito, na parte tocante ao divórcio e poligamia dos pretos, inspirando-se

da doutrina cristã e evangélica enquanto pode ser seguida em uma questão tão delicada e desde tantos séculos enraizada nos costumes dos pretos inhambanenses.

2.º Não se permitir de hoje em diante a cerimónia pública do juramento cafreal pela absorpção do muavi, mesmo dado às galinhas inofensivas. Ainda que os régulos e a fazenda percam alguns emolumentos, ao menos irá desaparecendo um costume pagão e oposto à virtude da religião e piedade para com Deus.

3.º O mesmo se pode dizer de certos outros abusos e práticas supersticiosas, que são da maior gravidade e ofensa de Deus. Entre todos deve notar-se mui especialmente um batuque solene, onde entram sòmente as mulheres, chamado *guisiki*. Nesse batuque, que é mui remunerativo para os régulos, a quem primeiro se há-de pedir licença e pagar larga retribuição, tudo é permitido de se fazer às encondidas, os actos mais imorais e inonestos, até, dizem, matar pessoas sem que haja motivo a queixar-se e receio de castigo da parte das autoridades, porque todo o delinquente está protegido pelo mais inviolável segredo e ao abrigo dos costumes locais.

4.º Dividir as terras dos régulos em prazos da Coroa, como se está praticando em Quelimane e nos territórios da Zambézia. Tudo era para lucro e vantagem deste distrito, a fazenda, a administração, o sossego e até a própria dignidade dos régulos, que seriam melhor respeitados e protegidos.

5.º Obrigar os pretos ao porte do livrete. Nas terras do Natal e Transvaal existe um excelente costume de ter o preto obrigação de levar consigo um livrete, por que consta em todo o tempo onde fulano está empregado actualmente, qual a sua arte, profissão e morada; se é bom operário, se é digno de confiança, etc., etc., e não tendo o livrete em regra e ordem o possuidor é susceptível de multa e de prisão.

6.º Pôr à execução o projecto que temos formado, no caso desta missão receber os filhos dos régulos para lhes dar a instrução e a educação conveniente e de fazer deles homens sérios e cidadãos prestáveis; mas para isso é preciso nos seja lícito transferir a sede desta missão para o ponto mais saudável de Mongue, conforme o pedi a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ no meu relatório particular de 31 de Março próximo findo, e que nos seja abonada pelo orçamento da Província, uma certa quantia e subsídio anual com que possamos sustentar essas crianças durante o tempo da sua educação. Vendo que se pode colher muito bem espiritual com bons tratamentos e cuidados especiais dados aos doentes, não perco a esperança e desejo podermos ser-lhes úteis e prestáveis, abrindo também para eles um hospital no terreno da missão, e procurando-lhes todo o conforto e alívio de que precisarem nos seus padecimentos, quer corporais, quer espirituais.

IX. Que serviços relevantes tenho feito para prosperidade da missão, que administro, depois do meu último relatório? Sou a dizer a V. Ex.ª

Rev.ᵐᵃ que não se tem feito outra coisa mais particular do que está apontado acima, § V deste relatório. Tem-se falado aos pretos de estabelecer nesta missão a obra do Apostolado da Oração e da piedosa associação da Santa Família, tão recomendado ao povo cristão por Sua Santidade Leão XIII. Mas esse pensamento ficou sòmente em projecto; não houve sequer começo e ensaio, porque os cristãos adultos são poucos e não entendem bem ainda as ideias e as vantagens das irmandades e confrarias. Só depois de crescerem em número e de estarem melhor instruídos nos mistérios da fé e nos deveres da vida cristã, poderão ser alistados com vantagem em alguma irmandade ou confraria aprovada por nossa Santa Madre Igreja Católica.

X. Para dar cabal resposta ao quesito 10.º do questionário contido na circular de V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ, relatarei brevemente os principais esclarecimentos fornecidos por homens competentes que têm escrito sobre esse assunto.

O distrito de Inhambane tem pouco mais ou menos a forma de um triângulo, confinando a leste com o mar Índico, a norte com o distrito da Beira, do qual está separado por uma linha que se aproxima do paralelo 20°; ao sul e oeste o terceiro lado do triângulo é formado pelo Limpopo desde a foz até ao extremo do Transvaal, onde toma o nome de Bembe ou dos Crocodilos. Este distrito foi há pouco entregue a uma empresa com poderes de soberania. O interior não está bem conhecido; consta apenas que nele abundam os rios, os lagos e a caça. Junto da costa o terreno é apenas ondulado; mas para o interior parece ir-se elevando, se o avaliarmos pelo que sucede na margem direita do Save e esquerda do Limpopo.

Apesar de não haver nenhuma série de observações meteorológicas que mereça crédito, parece poder asseverar-se que a temperatura média anual não excede 16° ou 18°; de Maio a Setembro, estação fria e húmida, poderia classificar-se este distrito como temperado, tão baixa é a sua temperatura. Em volta da vila os terrenos são pitorescos e exuberantes de plantações de palmeiras, laranjeiras, mangueiras e mòrmente cajueiros. Contudo, em alguns lugares perto da vila existem uns pântanos nocivos, prejudiciais para a saúde e que com pouca despesa poderiam ser entulhados. Contudo, neste distrito há pontos tão salubres que mereceram a denominação de Sintra da África. Já vários indivíduos têm proposto a criação de um posto sanitário neste lugar, tão vantajoso o consideram para a saúde do europeu.

Há exploradores e viajantes que chegam mesmo a afirmar que nas montanhas do alto Limpopo há pontos, onde as febres passam desconhecidas, caso que não se dá nas terras baixas, situadas mais perto da vila, sobre as margens dos rios Mutamba, Nhanombe, etc., que têm pouca ou nenhuma corrente. A densidade da população do distrito parece constituir mais uma prova da fecundidade e da temperatura sadia do interior.

As raças indígenas que povoam este distrito são os vatongas, os vorongueiros, landins ou vátuas e os vadongues, que vivem mais para o interior. Os vatongas são pacíficos e de frequentes relações com os portugueses, entregam-se à lavoura e à criação do gado caprino; também obtêm aguardente de cana, de caju, improvisando um alambique com duas panelas de barro, com as bocas adaptadas e barradas e abrindo um buraco próximo ao fundo de uma das panelas, no qual adaptam um cano de espingarda. Os vandongues são muito mais trabalhadores e activos que qualquer das outras raças; são cobardes, sórdidos, ratoneiros e muito desconfiados, cultivam terras e fazem o comércio das suas produções; também exercem os ofícios de ferreiro, carpinteiro, pedreiro e ourives.

As raças que habitam o interior são mais belicosas, fazem correrias contínuas e não raras vezes têm chegado até ao litoral, batendo os régulos vizinhos, roubando, matando e cometendo outras depradações. De entre todos os mais notáveis, são os vátuas, que pela sua força, ousadia, competência e robustez, inspiram aos outros povos um verdadeiro pânico. As línguas que se falam são tão variadas como os povos mencionados; contudo o landim ou gitua, que parece ser uma ramificação do zuli, deve ser considerado como a linguagem aristocrática e clássica dos indígenas. O solo é fecundíssimo nos lugares onde se encontra água e na estação chuvosa. É eminentemente apto para enormes plantações de cana sacarina, algodão, sementes oleaginosas, cereais, batata doce, milho, sorgo, feijão, mandioca, amendoim, meixoeira, arroz, jugo, etc.

A planta do café existe no estado selvagem em muitos pontos; mas melhora consideràvelmente quando cultivada. O café deste distrito é o melhor da Província e, na opinião de peritos, é superior ao de Moca.

Exporta-se muito milho, amendoim, mafureira, meixoeira, cocos, peles, cera e borracha, cuja plantação se encontra no estado selvagem, nos vários e densíssimos matos do interior.

As riquezas mineiras estão vagamente conhecidas por intermédio dos indígenas. Sabe-se que a três dias da vila existe uma mina de cobre; na península, junto da baía, também consta haver minério, e nas montanhas que seguem o Limpopo existe cobre, ferro e mármore de várias cores. Neste distrito está tudo por fazer; mas com a criação da companhia que, segundo dizem, é obrigada a construir um caminho de ferro, e que vai certamente empreender valiosos trabalhos de exploração, é seguro que dentro em pouco oferecerá aos emigrantes um largo campo para exercerem a sua actividade e indústria.

XI. Enfim, concluo este relatório, já de mais extenso e fastidioso, com as reflexões seguintes:

1.ª Cada missionário deve trabalhar com zelo e desvelo no campo de batalha, onde foi colocado pelos seus superiores legítimos.

2.ª Ensino que se deve dar: bem instruir os indígenas nas verdades da fé, nos mandamentos da lei de Deus e da Igreja: eis o fundamento necessário da vida cristã.

3.ª O missionário deve aprender a língua falada no distrito onde se acha trabalhando, para melhor se pôr em relação com os indígenas, a cuja salvação tem de dedicar o seu zelo e amor. Seria de suma utilidade que houvesse em cada distrito um catecismo em vigor e escrito nos idiomas de cada povo.

4.ª Unir a oração ao ensino, como fazia S. Francisco Xavier, quando ensinava os gentios da costa de Malabar, onde, depois de bem explicada e repetida a letra da doutrina cristã, mandava pôr de joelhos os seus ouvintes para pedir a Deus luz e entendimento.

5.ª Dar um ensino graduado, metódico e claro de tudo quanto é indispensável saber para conseguir a eterna salvação, proporcionando-o à índole, forças e estado dos que o recebem.

6.ª Usar de mansidão e de caridade, de muita paciência e abnegação, imitando nisso a Cristo Nosso Senhor, que de preferência amava aos pobres, aos pequenos e humildes.

7.ª Deve existir entre o missionário e os seus neófitos o verdadeiro espírito de família, e permitir tudo quanto não é directamente contrário à moral e à religião nos usos e costumes destes povos, tomar particular interesse no que toca ao estado de cada um, bem conhecer os que são baptizados, chamá-los por um nome, e mostrar-lhes uma grande caridade quando for preciso reprimir abusos e castigar os erros e vícios.

8.ª Visitar as famílias e aproveitar todas as ocasiões de entrar pelo seu caminho para fazê-los sair e andar pelo nosso: *omnia omnibus factus sum.*

9.ª Enfim, deve ter ódio constante, forte e generoso, a tudo quanto é directamente pecado e ofensa da soberana grandeza de Deus: nunca deixar apagar em si este santo zelo e fervor, que um missionário e ministro dos altares deve nutrir e entreter no seu coração, mesmo vivendo entre lobos e pecadores.

10.ª Enfim, deve usar de todos os meios para que seja procurada a maior glória de Deus, bem das almas e sua santificação própria. *Messis quidem multa, operarii autem pauci: rogate ergo Dominum messis ut mittat operarios in messem suam.* Eis os nossos votos mais ardentes.

Deus guarde a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ.

Residência da Missão de S. José de Nhamussua em Bembe, 16 de Abril de 1893.

Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr. Bispo de Himéria e Prelado de Moçambique.

O Superior, Padre Victor José Courtois, S. J.
Missionário do Real Padroado

BSGL — Res. Maço 3, doc. 43.

DOCUMENTO N.º 6

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Venho fornecer, segundo me for possível, as informações que Vossa Excelência pedia no seu número cinco, acerca da situação moral e religiosa e dos usos e costumes dos povos, no meio dos quais a Missão dos Santos Anjos é destinada a exercer a sua influência.

Ainda que não tenha sido nomeado oficialmente para essa missão, todavia as relações que com ela tive me permitem dar alguns apontamentos sobre o modo de viver daqueles povos, e é por isso que os superiores julgaram conveniente de me encarregar deste relatório.

À questão que vem primeiro no sobredito ofício, respondo: A missão que está em via de preparação na vizinhança de Quelimane é chamada Missão dos Santos Anjos. As construções, ainda inacabadas, são situadas a quilómetro e meio além da extremidade Norte da Vila. O território próprio em que a missão deve funcionar não ocupa mais de vinte e cinco hectares. Mas como a acção dos missionários se pode estender aos indígenas de qualquer lugar, em conformidade com o decreto de Sua Excelência Dom António Dias Ferreira, esta missão pode ser chamada no futuro a desenvolver-se mais.

A língua falada entre os nossos pretos é a dos povos Macúas; mas o vocabulário de Quelimane contém um certo número de termos estrangeiros derivados dos idiomas de Sena e de Tete. O dialecto próprio de Quelimane fala-se desde a ponta de Tangalane até umas quinze léguas pelo interior, na direcção do Boror e até ao rio Licungo. Contudo pode-se dizer que a língua é substancialmente a mesma no imenso território compreendido entre o rio Rovuma e seu afluente o Lugenda, até ao lago Chirúa e deste lago até à embocadura do Licungo, com a excepção de algumas povoações situadas entre as vilas de Ibo e Tungue na costa, até o planalto de Mavia no interior, e também das povoações da Maganja da Costa, cujo dialecto é semelhante ao de Tete. De modo que o missionário que falasse a língua de Quelimane se familirizava fàcilmente, e em pouco tempo, com os mais dialectos Macúas dos diferentes territórios que acabamos de descrever.

II. À segunda questão respondo que o território próprio da Missão dos Santos Anjos está ocupado por um número assaz restricto de almas, que não excederão a duzentas e cinquenta. Mas a esfera de acção a que, com o tempo, a Missão é destinada a estender-se contém, em muitos pontos, principalmente nos arredores de Quelimane, uma população densíssima.

Quase não há cristão na Missão; a imensa maioria dos habitantes não seguem religião alguma; um certo número deles são mouros, e não poucos destes não têm outra coisa do maometismo senão o apelativo e umas certas práticas exteriores e fáceis, e vivem geralmente como os mais

cafres. Contudo estes ditos mouros cafres apresentarão à acção dos missionários muito mais dificuldade que os outros, alegando que não se podem fazer cristãos, porque já têm a sua religião.

Os personagens mais importantes deste país, entre os cafres, são ordinàriamente mouros, assim como os capitães dos prazos Lamasoas e em geral os encarregados de receber o mussoco.

Não se deve omitir que os árabes, um tanto na direcção do Norte, fazem todos os esforços, sem muito estrondo sim, mas com muita eficácia, para estabelecer a sua influência em fazer adeptos influentes entre os cafres do Licungo, das Maganjas da costa e das tribos da vizinhança. Por isso têm um estabelecimento ao pé da embocadura do Quizongo, em ambas as praias do rio. Atraem e recrutam discípulos e alunos principalmente na costa, vão nos pangaios procurá-los e trazê-los ao estabelecimento.

Quando uma criança entra na dita escola, a primeira condição que se lhe impõe é abraçar a religião de Mafamede; então o pai da criança toma a obrigação de fornecer aos árabes um moleque como escravo, quando a criança tiver acabado os estudos.

Estes estudos de ordinário fazem-se em três anos, durante o qual tempo se ensina a ler e escrever, não a língua portuguesa, mas sim o árabe; ensina-se também alguma coisa de medicina; terminada a sua educação o discípulo toma o nome de *Malinu,* isto é, *Doutor.* Volta então para a sua gente e seus patrícios, exerce entre eles a sua arte e dela não tira poucas vantagens. Mas, note-se, o *Malinu* não torna a ver a sua terra senão depois de ser paga a contribuição *humana,* prometida pelo pai.

O perigo daquela invasão bárbara e maometana, maior é quanto mais escondida e disfarçada, pois que os cinco árabes que lá estão, a fim de não chamar a atenção do Governo, não têm construção alguma que indique a presença deles, e vivem numas simples palhotas; os alunos, também à roda dos mestres, são espalhados em diferentes palhotas.

III. A situação moral parece ínfima, pelo menos nas terras da vizinhança de Quelimane. A embriaguez é um dos mais universais vícios nos arredores da dita vila, e a causa parcial do embrutecimento de muitos adultos.

Não é raro encontrar pretos que recebem rupias no domingo por seus trabalhos, e que na segunda-feira não têm um vintém, por terem gasto tudo em bebidas.

Vi, algumas vezes, carpinteiros e pedreiros que se desculpavam de não ter vindo trabalhar na segunda-feira, porque, diziam eles, «recebemos o nosso pagamento só no domingo e não tivemos tempo para beber todas as nossas rupias».

A poligamia é coisa ordinária: os que ganham mais que os outros têm duas, três e mais mulheres. O vínculo conjugal é fraquíssimo e

muitas vezes se rompe por motivos os mais fúteis, de modo que uma mulher chega a ter sucessivamente dois, três e quatro maridos.

O sentimento de pudor deixa muito a desejar. Queríamos não falar das torpezas que se praticam, mas a esperança que o conhecimento delas contribuirá a reprimi-las, não nos permite de ser completamente mudos a este respeito.

A fim de ser o mais breve possivel, limitar-nos-emos ao ponto que nos parece exigir, com mais urgência, medidas salutares, quero dizer, às práticas da circuncisão. É o assunto da maior importância e fundamental na vida dos povos Macúas.

Vários autores de grande autoridade têm observado que os Macúas são de uma raça inferior às mais tribos que os circundam; observaram igualmente que na sua tenra idade os Macúas não carecem de umas certas faculdades intelectuais, mas que, apenas chegados aos doze ou treze anos de idade, em lugar de continuar a desenvolver-se, tornam-se cada vez mais embrutecidos. Temos por certo que uma das principais razões daquela prostração intelectual deve ser atribuida às cerimónias da circuncisão, e sobretudo às consequências que dali dimanam.

Este assunto tem sido desprezado ou estudado mui superficialmente pelos autores que dele trataram; quando o facto é que é o ponto capital, à roda do qual se move e se desenvolve a vida, não direi religiosa (pois que as ditas cerimónias carecem de todo o carácter religioso) mas sim moral e intelectual dos povos de cá.

Notar-se-há que a circuncisão não é só para os homens, mas também para as raparigas, chamadas *Mamuali* e até para estas se repete mais de uma vez.

Para os rapazes a circuncisão tem lugar, de ordinário, cerca da idade de doze anos e pratica-se no *Lugani*, ou qualquer lugar afastado da povoação, no meio do mato.

Lá os cafres constroem uma vasta palhota, que serve para as reuniões durante três meses; quando a casa está pronta, as crianças acorrem de todas as partes em companhia de seus *Moli*, ou instructores, os quais serão encarregados de ensinar cada um a seu neófito o *Muambo* ou doutrina secreta, totalmente ignorada pelos que ainda não foram ao *Lugani* e durante o espaço de dois meses as crianças vivem juntas na mais completa nudez.

As raparigas, chegando à puberdade, vão ao *Muituni*, num lugar também separado, ordinàriamente à sombra de mangueiras; cada uma vai sòzinha com a sua *Moli*, e não em tropa como os rapazes; lá ficam uns quinze dias.

Não podemos entrar nos pormenores do que se faz no *Muituni*, o que se pode dizer é que não há lá senão uma acumulação de práticas supersticiosas e obscenas. Quando as cerimónias estão para acabar, quatro homens nus levam em procissão a rapariga, também nua, em cima de

um forcado chamado *evagala,* em presença de uma numerosa assistência. O tempo deixado livre pelas cerimónias emprega-se a estudar o *muambo.*

Diremos então o que é o *muambo,* pois que nele concentrar-se-ão, depois da circunscisão, os pensamentos e conversações do cafre adulto. O *muambo* podia definir-se «uma colecção de inépcias, de superstições e sobretudo de obscenidades» ou «código de conversação obscena». A substância do *muambo* consiste nas imundas superstições que se praticam na circuncisão, principalmente na das raparigas, e estas são descritas e repetidas nos seus mínimos pormenores. O *muambo* impresso enchia um volume grande, e ainda assim os cafres sabem-no com perfeição. Com medo de não se lembrarem perfeitamente de tudo, e a fim de se aperfeiçoarem cada vez mais naquelas ciências, os rapazes reunem-se todos os dias com seus *Moli* e estes ensinam e repetem o *muambo,* principalmente em recebendo qualquer dinheiro, um dos seus primeiros pensamentos é ir com alguns cinco vinténs ao *Moli* e este aperfeiçoá-los na ciência do *muambo.*

Perguntando um dia a um preto porque ia tantas vezes aprender o *Muambo,* respondeu-me o cafre, com toda a verdade, que o seu fim era «poder melhor insultar as raparigas».

Esta resposta é de todo o ponto notável e característica, pois que indica perfeitamente em que atmosfera vive o pensamento dos pretos. De facto, quando um cafre se encontra sòzinho com uma rapariga que já foi ao *Muituni,* recitam mùtuamente um ao outro o *Muambo,* e se um deles não souber perfeitamente, o outro tem direito a tirar-lhe o pano.

Enfim, tendo estado discípulo durante longo tempo, o cafre torna-se *Moli,* quer dizer, instrutor e ensina aos novos a doutrina do *muanbo.* De modo que parte da vida deles está empregada naquele círculo de ideias baixas, que são um obstáculo invencível ao desenvolvimento e à elevação do nível intelectual.

A segunda parte da terceira pergunta refere-se à situação religiosa destes povos.

Os cafres de Quelimane pode-se dizer que têm um certo conhecimento de um Deus único, e as ideias deles a esse respeito parecem assaz exactas. Nunca, ou quase nunca, rezam, a não ser nos casos de tempo extraordinàriamente seco, em que fazem rezas públicas, a fim de pedir a chuva. Naquelas ocasiões escolhem entre si o varão mais notável e oferecem, à sombra de uma árvore, ordinàriamente o *baobab,* uma espécie de sacrifício.

O homem eleito para aquela função, de um grande cesto que tem cheio de farinha vai-a deitando mui vagarosamente no chão, e ao mesmo tempo, em nome de todos os assistentes, conversa com Deus, longamente, pedindo-lhe chuva. Em acabando com a farinha, deita à roda dela uma garrafa de álcool, e completa a cerimónia, fazendo participar do sacrifício todos os homens presentes, dando a cada, um cálice de álcool. Durante toda a cerimónia um dos assistentes acompanha o celebrante batendo contínuas palmas. Mas antes de se fazer esta súplica os pretos dirigem-se

a um feiticeiro seu, que vaticina se é ou não oportuno fazer a reza e se o orador será ou não aceito de Deus.

No caso de resposta negativa adiam a cerimónia para outro tempo ou escolhem outro orador; se apesar de todos estes cuidados, o tempo continuar seco, os cafres não desanimam, mas continuam rezando até conseguirem o que desejam.

Além da referida cerimónia, os nossos cafres praticam também um outro rito, quase semelhante, em honra das almas dos avós: é o que chamam *okuta mukuta*. O *mobuto* é mantimento das almas dos defuntos.

Os cafres trazem alguma farinha ao cemitério e lá, todos juntos, pedem às almas para lhes fazerem misericórdia e diversos outros favores, assim como de lhes darem sonhos agradáveis, muita sura e chuva, e dizem eles, a respeito deste último pedido, que se a alma a quem se pede for de um personagem importante, a chuva não se faz esperar; mas vem antes de poderem recolher para as casas.

Depois de feitas as rezas os assistentes tomam na boca um bocado de água, que se escarra ao pé da farinha, por modo de aspersão. Enfim, deitam alguma sura e o rito está terminado.

Eis aqui tudo o que fazem em honra da Divindade. A indiferença deles por tudo o que toca à religião é incrível, e julgo que, com a presente geração, não será possível fazer coisa alguma séria; e isso não é porque tenham preconceitos ou aversão contra a religião cristã, mas sim porque não se importam com ela de forma alguma, e todos os seus pensamentos são para a matéria.

Contudo, devo dizer que algum tanto mais além, na direcção noroeste, quero dizer, além do rio Licungo, os cafres, no meio dos quais os missionários deviam dirigir os seus esforços, parecem ter tendências mais pronunciadas para a religião.

Ali, segundo as informações que procurei de diversas fontes, os pretos têm frequentes vezes rezas públicas nas suas necessidades; em épocas determinadas do ano reunem-se nas casas dos *muenes*, ou grandes da terra, a fim de lá implorar o auxílio divino; e mais parece que muitas vezes nas suas aflições animam-se pela recordação da divindade, pedindo-lhe socorro e protecção.

Tenho em meu poder umas orações que me ditou um cafre do Licungo, e que, dizia ele, são de um uso constante entre eles; e encontrei nelas um espírito de respeito e reverência para a Divindade, de humilde súplica, de confiança na Providência e no seu amor da criatura, que realmente indicam almas menos mal dispostas para a religião cristã. É verdade que não pedem a Deus senão abundância de bens terrestres e a preservação dos males temporais; todavia isso mesmo contrasta muito com os cafres de Quelimane. Um destes, ouvindo dizer que a gente do Licungo rezava frequentemente, não queria acreditar, e respondia: *Nunca o cafre rezou a Deus*.

O facto é que esses povos do Licungo, que não comunicam com esta civilização corrupta que temos por aqui, parecem muito mais sinceros, e ao mesmo tempo mais adiantados na civilização, até material, do que os indígenas da vizinhança de Quelimane. Entre estes não se encontra vestígio algum de civilização, quer espiritual, quer moral. Queira Deus Nosso Senhor que aqueles povos do Licungo não sejam condenados a permanecer mais tempo sem o conhecimento da doutrina evangélica, e que breve se estabeleça entre eles alguma missão, que produzirá pela graça de Nosso Senhor os mais consoladores efeitos.

Existe entre os cafres de Quelimane a crença de que nossos primeiros pais viviam com Deus no céu; mas como lá principiaram a roubar as coisas de Deus, este, por castigo, circundou-os e expulsou-os do céu para a terra. Quando morrem dão conta da vida a Deus e todos vão para o céu; porém só os bons ficam na companhia de Deus; enquanto aos maus, Deus os manda para um lugar dele só conhecido, e lá são castigados.

Mas esta noção de um castigo reservado aos maus é entre eles mui pouco clara, e até muitos parecem ignorá-la. As almas dos bons estão ocupadas a fazer os trabalhos da casa de Deus, como cultivar as propriedades, servi-lo como criados, fazer as camas, etc.

Neste mundo os homens andam sempre acompanhados por dois espíritos imateriais chamados *Moyo*; um deles, o espírito bom, mandado por Deus, a fim de auxiliar o homem, o outro é mau, e a ocupação dele é tentar e procurar fazer mal ao homem. Subindo a alma para o céu, já o *Moyo* bom está às ordens do seu protegido. Quando se pergunta aos cafres de onde é que souberam estas coisas, respondem que foi pela tradição dos antepassados e que foi Deus que primeiro lhes ensinou isso tudo.

Pode-se dizer que a vida toda desta gente não é senão uma prática não interrompida de superstições. Descrevê-las aqui não é possível, que é quase um abismo das mais estúpidas inépcias, que nem os limites deste trabalho nos permitem desenvolver.

Diremos sòmente em geral que possuem *mèzinhas* para quase todas as ocorrências, assim como, aprender o *Muambo* mais depressa, para impedir qualquer de descobrir os segredos do *Muambo,* para procurar a concepção, para o desenvolvimento rápido das crenças, para se tornarem invisíveis, para matar seja quem for, etc. Há também aves e outros animais de bom e de mau agoiro.

Grande número das superstições se praticam no *muituni,* e quase todas estão consignadas no *Muambo* para instrução das novas gerações.

O que domina naquelas superstições, e constitui quase como o ponto principal delas, é a crença no poder maléfico das bruxas ou feiticeiras. Há também os mèzinheiros que descobrem os feitiços e ladrões, pronunciam nos litígios, tratam dos doentes, etc.

Sendo estes charlatães suficientemente descritos no *Estudo acerca dos usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique,* publicado pelo Excelentíssimo Senhor Joaquim de Almeida da Cunha (páginas no-

venta e oito e seguintes), não nos atardaremos a repeti-lo. Diremos ùnicamente que os pretos, e não só eles senão também os chamados *Muzungos*, vivem numa atmosfera de superstições, de onde ninguém até hoje foi capaz de tirá-los.

IV. O estado da instrução é absolutamente lamentável. Não há nem uma escola para pretos em toda a extensão do território que nós ocupamos.

A civilização destes povos, quero dizer, da vizinhança de Quelimane, é completamente nula; vivem sepultados no mais insondável abismo de ignorância, de superstição e de miséria, como já se disse; nem manifestam o mínimo desejo de sair da situação em que se acham. Não há entre eles indústria alguma, e quando se encontra por aqui algum cafre capaz de qualquer obra, como fazer uns utensílios, uma faca, uma azagaia, pode-se ter por certo que o tal cafre não é daqui, mas de Sena ou Tete. Porém, como já dissemos, além do rio Licungo, aparece quase como uma certa aurora de civilização. Lá vêem-se casas mais arejadas, quase limpas e que não carecem de um certo jeito. Têm mesmo uma certa aristocracia os *Muenes*, que desejam instruir-se e progredir em civilização; estes *Muenes* são por assim dizer os donos da terra, e são muito respeitados pelos mais.

V e VI. Para contribuir para o progresso moral e religioso do país ainda não se pôde empregar meio algum, visto que até hoje não se pôde abrir a missão dos Santos Anjos.

VII. Os principais obstáculos ao progresso religioso, moral e industrial desta gente são o uso desenfreado das bebidas alcoólicas, a poligamia, a circuncisão, os fautores da superstição e a ignorância.

VIII. Primeiro. A fim de reprimir os excessos nas bebidas, seria preciso proibir a venda aos cafres de todos os licores alcoólicos. À roda de Quelimane os pretos têm infelizmente toda a facilidade de se embebedar; a venda dos tais licores, sendo extremamente lucrativa, novas tabernas se estabelecem contìnuamente, c em muitos lugares não se fazem duzentos passos sem encontrar alguma daquelas infernais tascas.

Segundo. Para reprimir a poligamia não vejo outro modo senão a intervenção enérgica da lei.

Terceiro. A circuncisão, pelo menos a dos rapazes, proibia-se fàcilmente, pois que se pratica muito ostensivamente. Tenho ouvido dizer que há dois anos o Excelentíssimo Governador do distrito, tendo-se recusado a dar a licença, não houve circuncisão naquele ano. Em geral pode-se dizer que, nas terras de que se fala, os povos são tão submissos e têm tanto receio do Governo, que para suprimir uma imensidade de males bastaria uma certa vigilância e enérgica perseverança.

Quarto. É também meu pensar que a intervenção do Governo dava fàcilmente cabo de todos aqueles *kumbaissas, mulanlas, sapendas* e outros

da mesma qualidade, que entretêm os cafres nas ideias e práticas de superstição, e que, desaparecidas essas práticas, a alma deste povo abria-se fàcilmente ao desejo da civilização, a qual continuará para sempre de todo impossível enquanto estes povos ficarem na atmosfera em que vivem.

Quinto. Deve estar sabido, como já o temos observado, que os nossos cafres daqui em geral não têm desejo nenhum de se instruir; e mesmo depois de se estabelecer escolas era ainda para recear que elas não fossem frequentadas, a não ser que os parentes tenham alguma vantagem pecuniária em mandar as crianças para a escola. Talvez, e esta opinião é só minha, que o único meio de alcançar a frequência da escola seria o Governo fazer aos parentes, que mandassem as crianças à escola, uma remissão de *mussoco*, proporcional ao número de crianças que fossem à escola.

IX. A missão, não tendo ainda funcionado, o missionário que lhe era destinado não pôde ainda realizar ali seus desejos de trabalhador. Entretanto empregou todos os seus esforços em reunir os materiais e a substância de uma gramática da língua cafreal, falada em Quelimane, gramática que, se vier a publicar-se mais tarde, não deixará talvez de ser de alguma utilidade para os missionários, visto que a língua daqui é falada na maior parte do norte da província.

X. Queria agora descrever mais a miúdo os costumes, produtos e mais circunstâncias do país; mas serei necessàriamente breve e resumido, porque em diferentes partes deste trabalho já toquei nesses diversos assuntos, ou porque esses costumes se acham suficientemente descritos no livro já citado do Excelentíssimo Senhor Joaquim de Almeida da Cunha, ou, enfim, porque ainda não me foi possível reunir bastantes pormenores do dito assunto.

A respeito do clima direi que é em geral pouco salubre, e isso sobretudo por causa dos pântanos que na estação da chuva se formam de todos os lados e permanecem durante quatro ou cinco meses do ano, exalando miasmas mortíferos.

A indústria, como já dissemos, é nula. Os principais produtos do solo são o amendoim, a mandioca, o arroz, a batata doce, diferentes qualidades de ervilhas, feijões, cocos, bananas, ananases, laranjas, etc., etc. Quase que não há cultura europeia. Do reino animal temos sobretudo e quase exclusivamente a galinha; encontram-se também patos e porcos poucos, bois e vacas, mas poucos, que nesta região os cafres não os têm.

XI. Entre as medidas que podiam ser de maior importância para o progresso material apontarei uma, pois que a sua omissão causa todos os anos tremenda mortandade, quero dizer, a vacinação dos cafres.

Alguns decretos já vêm no *Boletim Oficial* mandando proceder a tal

vacinação, contudo é de crer que se encontraram obstáculos invencíveis à realização de tão salutar medida, pois que ainda não se pôs em execução.

Era, todavia, sobremaneira importante obrigar eficazmente os pretos àquela operação e dar-lhes a este respeito toda a facilidade; é de notoriedade pública, que, por falta de vacinação, quase todos os anos milhares de pretos morrem da varíola.

Seria também altamente desejável que se fundassem hospícios dirigidos por irmãs ùnicamente destinadas a cuidar dos cafres.

Tenho encontrado muitos destes no mais absoluto desamparo e que morrem de miséria e enfermidades. Geralmente esta gente não se resolve a pedir baixa para o hospital de Quelimane, e como a maior parte deles sofrem e morrem mais de miséria do que de doença, talvez que não conseguissem fàcilmente entrada para a enfermaria.

Pelo contrário, creio que procurariam mais entrar nos hospícios, principalmente naqueles que estivessem dirigidos por Irmãs, chamadas Irmãzinhas dos Pobres, e bom número deles encontrariam ali, senão a cura e a vida temporal, ao menos a renascença moral das suas almas, antes de passarem para a sua eterna morada.

Eis aqui, Excelentíssimo Senhor, as bem poucas informações que me foi possível reunir.

Havia de me reputar muito feliz se pudesse esclarecer um tantinho esses importantes assuntos; mas o pouco conhecimento que até hoje pude adquirir daquelas matérias não me permitiu fazer mais. Portanto, peço a Vossa Excelência se digne aceitar estas poucas linhas como testemunho do meu desejo de ser agradável a Vossa Excelência.

Rogo a Vossa Excelência se digne acolher este testemunho do meu profundo respeito e da plena devoção com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência dedicado filho.

a) Padre Felix Desmaroux, missionário da Zambézia.

Quelimane, dezassete de Abril de mil oitocentos e noventa e três.

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 2 de Maio de 1894.

O Escrivão,

Padre Afonso Pereira

BSGL — Res. Maço 3, doc. 40. [Cópia].

DOCUMENTO N.º 7

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor.

Somos chegados ao fim do ano de mil oitocentos e noventa e três, e como é necessário e obrigatório comunicar a Vossa Excelência Reverendíssima os progressos que, durante a sua curta vida de dezasseis meses, tem feito esta Missão, vou cumprir esse dever, com pezar de não poder dar notícias de grandes desenvolvimentos materiais, não feitos à míngua de recursos.

É verdade que o Governo deste distrito houve por bem, e nisso honra lhe cabe, mandar construir um novo edifício de madeira e zinco, vasto, arejado, com destino a dormitório e refeitório dos alunos internos, quando seja possível sustentá-los com os recursos próprios ou alheios; muito, porém, resta a fazer, pois que sendo esta missão especialmente destinada a desenvolver no preto, a par dos conhecimentos religiosos e literários, o gosto pela agricultura, mostrando-lhe o proveito que dela lhe pode advir quando inteligentemente dirigida, necessário é adquirir custosas máquinas e os utensílios indispensáveis numa boa granja.

Tentei agricultar alguns hectares de terreno para a produção de legumes; obtive-os de boa qualidade, mas por um preço elevadíssimo, apesar de auxiliado pelos rapazes da escola, porque é muito caro aqui o trabalho braçal. Parece-me também que, mesmo tendo com que o sustentar, nunca será numeroso o internato aqui, embora de não muito rigorosa disciplina, pois que, pela proximidade da cidade, os rapazinhos, a estarem separados da família e obrigados ao trabalho, preferirão servir algum europeu, que no fim de cada mês lhes pagará uma certa quantia.

Por estas e outras causas apreciáveis é opinião minha que o estabelecimento das missões deve ser feito caminhando do interior para as costas. No interior é o indígena muito mais dócil, não tem diante dos olhos o mau exemplo do branco, em geral, não tem tanto quem lhe forneça o álcool que o embrutece, embora por lá apareçam ainda alguns garrafões, e é menos interesseiro.

Numa pequena excursão de vinte e cinco dias que fiz em Agosto último, sem ir muito longe, fiquei encantado ao ver como era numeroso o concurso de indígenas nos dias em que eu anunciava a catequese, ouvindo-me boquiabertos, apresentando-me dúvidas e pedindo-me ficasse entre eles para os ensinar a conhecer bem o Deus dos portugueses.

Parece bem estabelecida esta Missão para ser a Casa-Mãe ou Procuradoria das Missões espalhadas no interior, e destas seriam imediatos e bons resultados as criadas no Maputo, no extremo norte da Matola, e no Coccini, com fácil comunicação pelo rio Manhiça ou Incomati. Por lá se encontra já o elemento calvinista, que urge combater, tanto mais quanto é sabido que por ele vão sendo minados os nossos direitos e prestígio sobre o preto.

Mas a fundarem-se missões novas devem sê-lo a sério, sem tomar por modelo as existentes, que estiolam à míngua de recursos, até agora negados aos missionários, sem outros meios de civilização além da palavra e da boa vontade. É por isso que se não deve atribuir à falta de conhecimento ou de zelo os *poucos (?)* serviços prestados às nossas Missões pelos padres seculares; porque a fazerem-no não defenderão os regulares, que nada mais têm feito que aqueles. Em tese, para bem missionar o preto, mais que a ciência, é indispensável a prática, auxiliada, ou antes, adquirida por um inextinguível amor de Deus, do próximo e da pátria. Porém, como deve ser empregada em vários processos de civilização a actividade missionária, como fazê-lo sem os indispensáveis recursos materiais?

Com o natural interesse, tenho seguido passo a passo a grande e calorosa discussão acerca da readmissão das ordens religiosas nos nossos domínios ultramarinos, e vi que se feriu muito mal esta nota fundamental, embora se fizessem paralelos perfeitamente dispensáveis, visto nada provarem. Cite-se uma única missão florescente, quer regida por congreganistas, quer por seculares, que não tenha ou não tivesse largos subsídios vindos do padroeiro, e ter-se-á um bom argumento contra todos os outros missionários, acusados de nada fazer[em]; não valem, porém, para o caso Missões que eu conheço e que, por hipotecadas, não podem chamar sua à própria igreja, embora ao visitante se apresentem com um luxo indicador de grandes progressos.

Não temo afirmar bem terminantemente, e prová-lo é tarefa fácil: o que falta ao missionário não são os elementos intelectuais ou a dedicação, mas sim os meios materiais de os pôr em obra; e a este respeito lembro-me de que o primeiro edifício desta missão foi feito com esmolas dadas pelos habitantes de Lourenço Marques. Atenda-se também a que, na maioria, os missionários portugueses seculares são párocos em cidades e vilas onde os europeus, e em especial os nossos compatriotas, são os primeiros a dar aos indígenas os piores exemplos, destruindo num momento o que ao padre tanto tempo levou a edificar e tantas fadigas custou.

A escola, a catequese, reduzidas a nada pelo raciocínio que eu tantas vezes oiço formular a indígenas: os *Molungos* portugueses são cristãos e não vão à igreja, não sei porque o padre nos obriga a ir lá; vê-mo-los cometer esta e aquela falta, que o padre diz que Deus castigará, mas eles não têm medo de Deus, e sabem muito; porque o teremos nós? Venham os declamadores missionar nestas condições, visto levarem tão longe as suas exigências, que querem que o missionário, não tendo o suficiente para si, monte à sua custa escolas de artes e ofícios, faça grandes viagens proveitosas para a ciência, e forneça dados meteorológicos, mineralógicos, botânicos, zoológicos e não sei quantos mais, quando nem uma simples charrua lhe fornece o Governo, depois de mil pedidos.

Estes é que são os factos; argumente-se com eles, pesando-os bem, e não se acusem, em geral, os missionários seculares; que eu posso bem

provar, e Vossa Excelência Reverendíssima sabe-o melhor: os regulares nos mesmos casos, e até em melhores, nunca fizeram nem fazem aqui ou acolá mais que eles.

O preto, todos o sabem e conhecem, precisa de ver junto do missionário mais que uma cruz e uma caveira. Sem o amor ao trabalho, que com a catequese e a leitura lhe trará o horror à inércia e ao vício, não se civilizará, e há casos em que se torna pior.

Mas como fazer oficinas, como obter ferramentas, como alimentar os internados? Fazem-no sem dinheiro as ordens religiosas? Ou queriam que os acusados de nada ter feito em pró da civilização custeassem todas essas despesas com os trezentos e cinquenta mil réis anuais que recebem a título de côngrua? Seria uma injustiça tal exigência ([74]).

Se as ordens religiosas missionárias forem realmente restabelecidas, como todos desejam e é de justiça, e vierem civilizar a África com os benesses de que nós outros agora disfrutamos, apesar da sua organização, que lhe[s] dá incontestáveis vantagens, tenho a certeza provada de que os seus trabalhos nunca serão superiores aos dos actuais missionários, embora continuem a narrar poèticamente em todos os jornais os mais pequeninos passos aventurados em favor da cristianização destes povos.

Creio que é por sermos em geral pouco literatos e por não termos uma publicação boa que defenda os interesses das nossas missões, que se nos lança a ignomínia de ignorantes e inúteis. Na parte que me toca protesto, com a convicção de que, sem ser um sábio, emprego e peço a Deus todas as forças para ser um apóstolo que tenha mais em conta a salvação de um indígena que a mais brilhante dissertação em qualquer assembleia. Assim, o trabalho mais prático que tem a fazer a actual comissão reorganizadora de Missões, é empregar a sua influência para que sejam aumentadas as verbas que os orçamentos provinciais destinam (nem sempre dão) às Missões.

Desculpe-me Vossa Excelência Reverendíssima esta longa tirada, motivada pelos actuais debates, que eu passo a narrar a Vossa Excelência Reverendíssima os principais factos sucedidos aqui durante o ano findo.

Tinha eu prometido a publicação em *landim* e português de um pequeno catecismo de doutrina cristã; as doenças, porém, as dificuldades em aprender estas línguas prefixativas, a falta enfim de professores indispensáveis a quem aqui está há pouco tempo, não me permitiram concluir esse trabalho; no entanto, como apêndice a este, submeto à apreciação de Vossa Excelência Reverendíssima o que pude traduzir. Às catequeses aqui diárias aflui de cada vez maior número de sequiosos para aprender a doutrina, de forma que a capelinha é já insuficiente para comportar tanta gente.

([74]) O leitor já notou o despropósito com que o autor do documento se refere aos Institutos Religiosos. Infelizmente a «questão religiosa» do momento assentara as tendas entre o próprio clero secular. Tristíssimo sinal de tristíssimos tempos.

O número de baptismos elevou-se durante o ano a trinta e cinco, e certamente decuplicaria se ministrasse esse sacramento a todos que desejam recebê-lo, mas têm dificuldades em remover os óbices que lhe põem.

Foram poucos os casamentos, porque poucos são os pais que largam as filhas sem as vender por bom preço.

A frequência média e mensal da escola foi de vinte e três alunos, havendo alguns habilitados a fazer exame primário.

Sinto uma consolação íntima quando comparo estes números com os que deve apresentar o ministro anglicano estabelecido em Lourenço Marques, porque vejo caídos por terra todos os elogios que acintosamente, em oposição aos nossos serviços, lhe tenho ouvido tecer por quem nunca visitou as escolas e ignora o caminho da igreja.

ÍNDOLE E HÁBITOS DOS LANDINS

Falando sobre este assunto narro o que conheço *de visu*, pondo de parte os que pouco interesse oferecem, como o da simplicidade no vestir, que é comum à raça negra em geral. Embora desconfiado, por mui explorado pelo branco, o indígena deste distrito é tímido, respeitador e até obsequiador para com o europeu, e mais quando trata com portugueses, porque conhecem e reconhecem a benignidade dos nossos costumes.

Na volta da pequena excursão que fiz, vindo eu a pé, acompanhado por um único preto, que trazia a minha cama de campanha (uma esteira e um cobertor) em todas as povoações onde pernoitei, da melhor vontade e sem remuneração pedida, me cederam uma palhota para abrigo e me ofereceram um guia para o caminho; numa, onde depois de atravessar a nado um pântano, cheguei com bastante febre, ofereceram-me um remédio, que pelo aspecto me repugnou e cuja proveniência nunca pude saber ao certo, preconizado como excelente para as febres. É curioso em extremo, por passatempo, da forma que as minuciosidades e apreciações acerca do mais pequeno *milando* os estretém durante dias nas conversas do *círculo*, reunido debaixo da grande árvore da povoação, ou à sombra da barraca de caniço de qualquer negociante de perto. Conta, à semelhança das nossas lendas dos lobishomens, bruxas e lemures, e influenciado, como nós outros, pela impotência de explicar muitos fenómenos naturais, como os fogos-fátuos, comuns em terrenos tão pantanosos, histórias extraordinárias, das quais muitas vezes não é difícil extraírem algum princípio de moral, e dessas me contaram algumas.

Reconhecem um ente sobrenatural, bom e mau, designado pelo nome de *Xicuembo*. Um benefício inesperado: está o *Xicuembo* contente; uma doença a que o charlatão *(ãanga)* não pode dar cura, uma infelicidade qualquer, foi produzida pelo *Xicuembo* zangado; torna-se pois necessário

Rev.ma que não se tem feito outra coisa mais particular do que está apontado acima, § V deste relatório. Tem-se falado aos pretos de estabelecer nesta missão a obra do Apostolado da Oração e da piedosa associação da Santa Família, tão recomendado ao povo cristão por Sua Santidade Leão XIII. Mas esse pensamento ficou sòmente em projecto; não houve sequer começo e ensaio, porque os cristãos adultos são poucos e não entendem bem ainda as ideias e as vantagens das irmandades e confrarias. Só depois de crescerem em número e de estarem melhor instruídos nos mistérios da fé e nos deveres da vida cristã, poderão ser alistados com vantagem em alguma irmandade ou confraria aprovada por nossa Santa Madre Igreja Católica.

X. Para dar cabal resposta ao quesito 10.º do questionário contido na circular de V. Ex.ª Rev.ma, relatarei brevemente os principais esclarecimentos fornecidos por homens competentes que têm escrito sobre esse assunto.

O distrito de Inhambane tem pouco mais ou menos a forma de um triângulo, confinando a leste com o mar Índico, a norte com o distrito da Beira, do qual está separado por uma linha que se aproxima do paralelo 20º; ao sul e oeste o terceiro lado do triângulo é formado pelo Limpopo desde a foz até ao extremo do Transvaal, onde toma o nome de Bembe ou dos Crocodilos. Este distrito foi há pouco entregue a uma empresa com poderes de soberania. O interior não está bem conhecido; consta apenas que nele abundam os rios, os lagos e a caça. Junto da costa o terreno é apenas ondulado; mas para o interior parece ir-se elevando, se o avaliarmos pelo que sucede na margem direita do Save e esquerda do Limpopo.

Apesar de não haver nenhuma série de observações meteorológicas que mereça crédito, parece poder asseverar-se que a temperatura média anual não excede 16º ou 18º; de Maio a Setembro, estação fria e húmida, poderia classificar-se este distrito como temperado, tão baixa é a sua temperatura. Em volta da vila os terrenos são pitorescos e exuberantes de plantações de palmeiras, laranjeiras, mangueiras e mòrmente cajueiros. Contudo, em alguns lugares perto da vila existem uns pântanos nocivos, prejudiciais para a saúde e que com pouca despesa poderiam ser entulhados. Contudo, neste distrito há pontos tão salubres que mereceram a denominação de Sintra da África. Já vários indivíduos têm proposto a criação de um posto sanitário neste lugar, tão vantajoso o consideram para a saúde do europeu.

Há exploradores e viajantes que chegam mesmo a afirmar que nas montanhas do alto Limpopo há pontos, onde as febres passam desconhecidas, caso que não se dá nas terras baixas, situadas mais perto da vila, sobre as margens dos rios Mutamba, Nhanombe, etc., que têm pouca ou nenhuma corrente. A densidade da população do distrito parece constituir mais uma prova da fecundidade e da temperatura sadia do interior.

As raças indígenas que povoam este distrito são os vatongas, os vorongueiros, landins ou vátuas e os vadongues, que vivem mais para o interior. Os vatongas são pacíficos e de frequentes relações com os portugueses, entregam-se à lavoura e à criação do gado caprino; também obtêm aguardente de cana, de caju, improvisando um alambique com duas panelas de barro, com as bocas adaptadas e barradas e abrindo um buraco próximo ao fundo de uma das panelas, no qual adaptam um cano de espingarda. Os vandongues são muito mais trabalhadores e activos que qualquer das outras raças; são cobardes, sórdidos, ratoneiros e muito desconfiados, cultivam terras e fazem o comércio das suas produções; também exercem os ofícios de ferreiro, carpinteiro, pedreiro e ourives.

As raças que habitam o interior são mais belicosas, fazem correrias contínuas e não raras vezes têm chegado até ao litoral, batendo os régulos vizinhos, roubando, matando e cometendo outras depradações. De entre todos os mais notáveis, são os vátuas, que pela sua força, ousadia, competência e robustez, inspiram aos outros povos um verdadeiro pânico. As línguas que se falam são tão variadas como os povos mencionados; contudo o landim ou gitua, que parece ser uma ramificação do zuli, deve ser considerado como a linguagem aristocrática e clássica dos indígenas. O solo é fecundíssimo nos lugares onde se encontra água e na estação chuvosa. É eminentemente apto para enormes plantações de cana sacarina, algodão, sementes oleaginosas, cereais, batata doce, milho, sorgo, feijão, mandioca, amendoim, meixoeira, arroz, jugo, etc.

A planta do café existe no estado selvagem em muitos pontos; mas melhora consideràvelmente quando cultivada. O café deste distrito é o melhor da Província e, na opinião de peritos, é superior ao de Moca.

Exporta-se muito milho, amendoim, mafureira, meixoeira, cocos, peles, cera e borracha, cuja plantação se encontra no estado selvagem, nos vários e densíssimos matos do interior.

As riquezas mineiras estão vagamente conhecidas por intermédio dos indígenas. Sabe-se que a três dias da vila existe uma mina de cobre; na península, junto da baía, também consta haver minério, e nas montanhas que seguem o Limpopo existe cobre, ferro e mármore de várias cores. Neste distrito está tudo por fazer; mas com a criação da companhia que, segundo dizem, é obrigada a construir um caminho de ferro, e que vai certamente empreender valiosos trabalhos de exploração, é seguro que dentro em pouco oferecerá aos emigrantes um largo campo para exercerem a sua actividade e indústria.

XI. Enfim, concluo este relatório, já de mais extenso e fastidioso, com as reflexões seguintes:

1.ª Cada missionário deve trabalhar com zelo e desvelo no campo de batalha, onde foi colocado pelos seus superiores legítimos.

2.ª Ensino que se deve dar: bem instruir os indígenas nas verdades da fé, nos mandamentos da lei de Deus e da Igreja: eis o fundamento necessário da vida cristã.

3.ª O missionário deve aprender a língua falada no distrito onde se acha trabalhando, para melhor se pôr em relação com os indígenas, a cuja salvação tem de dedicar o seu zelo e amor. Seria de suma utilidade que houvesse em cada distrito um catecismo em vigor e escrito nos idiomas de cada povo.

4.ª Unir a oração ao ensino, como fazia S. Francisco Xavier, quando ensinava os gentios da costa de Malabar, onde, depois de bem explicada e repetida a letra da doutrina cristã, mandava pôr de joelhos os seus ouvintes para pedir a Deus luz e entendimento.

5.ª Dar um ensino graduado, metódico e claro de tudo quanto é indispensável saber para conseguir a eterna salvação, proporcionando-o à índole, forças e estado dos que o recebem.

6.ª Usar de mansidão e de caridade, de muita paciência e abnegação, imitando nisso a Cristo Nosso Senhor, que de preferência amava aos pobres, aos pequenos e humildes.

7.ª Deve existir entre o missionário e os seus neófitos o verdadeiro espírito de família, e permitir tudo quanto não é directamente contrário à moral e à religião nos usos e costumes destes povos, tomar particular interesse no que toca ao estado de cada um, bem conhecer os que são baptizados, chamá-los por um nome, e mostrar-lhes uma grande caridade quando for preciso reprimir abusos e castigar os erros e vícios.

8.ª Visitar as famílias e aproveitar todas as ocasiões de entrar pelo seu caminho para fazê-los sair e andar pelo nosso: *omnia omnibus factus sum.*

9.ª Enfim, deve ter ódio constante, forte e generoso, a tudo quanto é directamente pecado e ofensa da soberana grandeza de Deus: nunca deixar apagar em si este santo zelo e fervor, que um missionário e ministro dos altares deve nutrir e entreter no seu coração, mesmo vivendo entre lobos e pecadores.

10.ª Enfim, deve usar de todos os meios para que seja procurada a maior glória de Deus, bem das almas e sua santificação própria. *Messis quidem multa, operarii autem pauci: rogate ergo Dominum messis ut mittat operarios in messem suam.* Eis os nossos votos mais ardentes.

Deus guarde a V. Ex.ª Rev.ma.

Residência da Missão de S. José de Nhamussua em Bembe, 16 de Abril de 1893.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Himéria e Prelado de Moçambique.

O Superior, Padre Victor José Courtois, S. J.
Missionário do Real Padroado

BSGL — Res. Maço 3, doc. 43.

DOCUMENTO N.º 6

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Venho fornecer, segundo me for possível, as informações que Vossa Excelência pedia no seu número cinco, acerca da situação moral e religiosa e dos usos e costumes dos povos, no meio dos quais a Missão dos Santos Anjos é destinada a exercer a sua influência.

Ainda que não tenha sido nomeado oficialmente para essa missão, todavia as relações que com ela tive me permitem dar alguns apontamentos sobre o modo de viver daqueles povos, e é por isso que os superiores julgaram conveniente de me encarregar deste relatório.

A questão que vem primeiro no sobredito ofício, respondo: A missão que está em via de preparação na vizinhança de Quelimane é chamada Missão dos Santos Anjos. As construções, ainda inacabadas, são situadas a quilómetro e meio além da extremidade Norte da Vila. O território próprio em que a missão deve funcionar não ocupa mais de vinte e cinco hectares. Mas como a acção dos missionários se pode estender aos indígenas de qualquer lugar, em conformidade com o decreto de Sua Excelência Dom António Dias Ferreira, esta missão pode ser chamada no futuro a desenvolver-se mais.

A língua falada entre os nossos pretos é a dos povos Macúas; mas o vocabulário de Quelimane contém um certo número de termos estrangeiros derivados dos idiomas de Sena e de Tete. O dialecto próprio de Quelimane fala-se desde a ponta de Tangalane até umas quinze léguas pelo interior, na direcção do Boror e até ao rio Licungo. Contudo pode-se dizer que a língua é substancialmente a mesma no imenso território compreendido entre o rio Rovuma e seu afluente o Lugenda, até ao lago Chirúa e deste lago até à embocadura do Licungo, com a excepção de algumas povoações situadas entre as vilas de Ibo e Tungue na costa, até o planalto de Mavia no interior, e também das povoações da Maganja da Costa, cujo dialecto é semelhante ao de Tete. De modo que o missionário que falasse a língua de Quelimane se familirizava fàcilmente, e em pouco tempo, com os mais dialectos Macúas dos diferentes territórios que acabamos de descrever.

II. A segunda questão respondo que o território próprio da Missão dos Santos Anjos está ocupado por um número assaz restricto de almas, que não excederão a duzentas e cinquenta. Mas a esfera de acção a que, com o tempo, a Missão é destinada a estender-se contém, em muitos pontos, principalmente nos arredores de Quelimane, uma população densíssima.

Quase não há cristão na Missão; a imensa maioria dos habitantes não seguem religião alguma; um certo número deles são mouros, e não poucos destes não têm outra coisa do maometismo senão o apelativo e umas certas práticas exteriores e fáceis, e vivem geralmente como os mais

cafres. Contudo estes ditos mouros cafres apresentarão à acção dos missionários muito mais dificuldade que os outros, alegando que não se podem fazer cristãos, porque já têm a sua religião.

Os personagens mais importantes deste país, entre os cafres, são ordinàriamente mouros, assim como os capitães dos prazos Lamasoas e em geral os encarregados de receber o mussoco.

Não se deve omitir que os árabes, um tanto na direcção do Norte, fazem todos os esforços, sem muito estrondo sim, mas com muita eficácia, para estabelecer a sua influência em fazer adeptos influentes entre os cafres do Licungo, das Maganjas da costa e das tribos da vizinhança. Por isso têm um estabelecimento ao pé da embocadura do Quizongo, em ambas as praias do rio. Atraem e recrutam discípulos e alunos principalmente na costa, vão nos pangaios procurá-los e trazê-los ao estabelecimento.

Quando uma criança entra na dita escola, a primeira condição que se lhe impõe é abraçar a religião de Mafamede; então o pai da criança toma a obrigação de fornecer aos árabes um moleque como escravo, quando a criança tiver acabado os estudos.

Estes estudos de ordinário fazem-se em três anos, durante o qual tempo se ensina a ler e escrever, não a língua portuguesa, mas sim o árabe; ensina-se também alguma coisa de medicina; terminada a sua educação o discípulo toma o nome de *Malinu*, isto é, *Doutor*. Volta então para a sua gente e seus patrícios, exerce entre eles a sua arte e dela não tira poucas vantagens. Mas, note-se, o *Malinu* não torna a ver a sua terra senão depois de ser paga a contribuição *humana*, prometida pelo pai.

O perigo daquela invasão bárbara e maometana, maior é quanto mais escondida e disfarçada, pois que os cinco árabes que lá estão, a fim de não chamar a atenção do Governo, não têm construção alguma que indique a presença deles, e vivem numas simples palhotas; os alunos, também à roda dos mestres, são espalhados em diferentes palhotas.

III. A situação moral parece ínfima, pelo menos nas terras da vizinhança de Quelimane. A embriaguez é um dos mais universais vícios nos arredores da dita vila, e a causa parcial do embrutecimento de muitos adultos.

Não é raro encontrar pretos que recebem rupias no domingo por seus trabalhos, e que na segunda-feira não têm um vintém, por terem gasto tudo em bebidas.

Vi, algumas vezes, carpinteiros e pedreiros que se desculpavam de não ter vindo trabalhar na segunda-feira, porque, diziam eles, «recebemos o nosso pagamento só no domingo e não tivemos tempo para beber todas as nossas rupias».

A poligamia é coisa ordinária: os que ganham mais que os outros têm duas, três e mais mulheres. O vínculo conjugal é fraquíssimo e

muitas vezes se rompe por motivos os mais fúteis, de modo que uma mulher chega a ter sucessivamente dois, três e quatro maridos.

O sentimento de pudor deixa muito a desejar. Queríamos não falar das torpezas que se praticam, mas a esperança que o conhecimento delas contribuirá a reprimi-las, não nos permite de ser completamente mudos a este respeito.

A fim de ser o mais breve possível, limitar-nos-emos ao ponto que nos parece exigir, com mais urgência, medidas salutares, quero dizer, às práticas da circuncisão. É o assunto da maior importância e fundamental na vida dos povos Macúas.

Vários autores de grande autoridade têm observado que os Macúas são de uma raça inferior às mais tribos que os circundam; observaram igualmente que na sua tenra idade os Macúas não carecem de umas certas faculdades intelectuais, mas que, apenas chegados aos doze ou treze anos de idade, em lugar de continuar a desenvolver-se, tornam-se cada vez mais embrutecidos. Temos por certo que uma das principais razões daquela prostração intelectual deve ser atribuída às cerimónias da circuncisão, e sobretudo às consequências que dali dimanam.

Este assunto tem sido desprezado ou estudado mui superficialmente pelos autores que dele trataram; quando o facto é que é o ponto capital, à roda do qual se move e se desenvolve a vida, não direi religiosa (pois que as ditas cerimónias carecem de todo o carácter religioso) mas sim moral e intelectual dos povos de cá.

Notar-se-há que a circuncisão não é só para os homens, mas também para as raparigas, chamadas *Mamuali* e até para estas se repete mais de uma vez.

Para os rapazes a circuncisão tem lugar, de ordinário, cerca da idade de doze anos e pratica-se no *Lugani*, ou qualquer lugar afastado da povoação, no meio do mato.

Lá os cafres constroem uma vasta palhota, que serve para as reuniões durante três meses; quando a casa está pronta, as crianças acorrem de todas as partes em companhia de seus *Moli*, ou instructores, os quais serão encarregados de ensinar cada um a seu neófito o *Muambo* ou doutrina secreta, totalmente ignorada pelos que ainda não foram ao *Lugani* e durante o espaço de dois meses as crianças vivem juntas na mais completa nudez.

As raparigas, chegando à puberdade, vão ao *Muituni*, num lugar também separado, ordinàriamente à sombra de mangueiras; cada uma vai sòzinha com a sua *Moli*, e não em tropa como os rapazes; lá ficam uns quinze dias.

Não podemos entrar nos pormenores do que se faz no *Muituni*, o que se pode dizer é que não há lá senão uma acumulação de práticas supersticiosas e obscenas. Quando as cerimónias estão para acabar, quatro homens nus levam em procissão a rapariga, também nua, em cima de

um forcado chamado *evagala*, em presença de uma numerosa assistência. O tempo deixado livre pelas cerimónias emprega-se a estudar o *muambo*.

Diremos então o que é o *muambo*, pois que nele concentrar-se-ão, depois da circunscisão, os pensamentos e conversações do cafre adulto. O *muambo* podia definir-se «uma colecção de inépcias, de superstições e sobretudo de obscenidades» ou «código de conversação obscena». A substância do *muambo* consiste nas imundas superstições que se praticam na circuncisão, principalmente na das raparigas, e estas são descritas e repetidas nos seus mínimos pormenores. O *muambo* impresso enchia um volume grande, e ainda assim os cafres sabem-no com perfeição. Com medo de não se lembrarem perfeitamente de tudo, e a fim de se aperfeiçoarem cada vez mais naquelas ciências, os rapazes reunem-se todos os dias com seus *Moli* e estes ensinam e repetem o *muambo*, principalmente em recebendo qualquer dinheiro, um dos seus primeiros pensamentos é ir com alguns cinco vinténs ao *Moli* e este aperfeiçoá-los na ciência do *muambo*.

Perguntando um dia a um preto porque ia tantas vezes aprender o *Muambo*, respondeu-me o cafre, com toda a verdade, que o seu fim era «poder melhor insultar as raparigas».

Esta resposta é de todo o ponto notável e característica, pois que indica perfeitamente em que atmosfera vive o pensamento dos pretos. De facto, quando um cafre se encontra sòzinho com uma rapariga que já foi ao *Muituni*, recitam mùtuamente um ao outro o *Muambo*, e se um deles não souber perfeitamente, o outro tem direito a tirar-lhe o pano.

Enfim, tendo estado discípulo durante longo tempo, o cafre torna-se *Moli*, quer dizer, instrutor e ensina aos novos a doutrina do *muanbo*. De modo que parte da vida deles está empregada naquele círculo de ideias baixas, que são um obstáculo invencível ao desenvolvimento e à elevação do nível intelectual.

A segunda parte da terceira pergunta refere-se à situação religiosa destes povos.

Os cafres de Quelimane pode-se dizer que têm um certo conhecimento de um Deus único, e as ideias deles a esse respeito parecem assaz exactas. Nunca, ou quase nunca, rezam, a não ser nos casos de tempo extraordinàriamente seco, em que fazem rezas públicas, a fim de pedir a chuva. Naquelas ocasiões escolhem entre si o varão mais notável e oferecem, à sombra de uma árvore, ordinàriamente o *baobab*, uma espécie de sacrifício.

O homem eleito para aquela função, de um grande cesto que tem cheio de farinha vai-a deitando mui vagarosamente no chão, e ao mesmo tempo, em nome de todos os assistentes, conversa com Deus, longamente, pedindo-lhe chuva. Em acabando com a farinha, deita à roda dela uma garrafa de álcool, e completa a cerimónia, fazendo participar do sacrifício todos os homens presentes, dando a cada, um cálice de álcool. Durante toda a cerimónia um dos assistentes acompanha o celebrante batendo contínuas palmas. Mas antes de se fazer esta súplica os pretos dirigem-se

a um feiticeiro seu, que vaticina se é ou não oportuno fazer a reza e se o orador será ou não aceito de Deus.

No caso de resposta negativa adiam a cerimónia para outro tempo ou escolhem outro orador; se apesar de todos estes cuidados, o tempo continuar seco, os cafres não desanimam, mas continuam rezando até conseguirem o que desejam.

Além da referida cerimónia, os nossos cafres praticam também um outro rito, quase semelhante, em honra das almas dos avós: é o que chamam *okuta mukuta*. O *mobuto* é mantimento das almas dos defuntos.

Os cafres trazem alguma farinha ao cemitério e lá, todos juntos, pedem às almas para lhes fazerem misericórdia e diversos outros favores, assim como de lhes darem sonhos agradáveis, muita sura e chuva, e dizem eles, a respeito deste último pedido, que se a alma a quem se pede for de um personagem importante, a chuva não se faz esperar; mas vem antes de poderem recolher para as casas.

Depois de feitas as rezas os assistentes tomam na boca um bocado de água, que se escarra ao pé da farinha, por modo de aspersão. Enfim, deitam alguma sura e o rito está terminado.

Eis aqui tudo o que fazem em honra da Divindade. A indiferença deles por tudo o que toca à religião é incrível, e julgo que, com a presente geração, não será possível fazer coisa alguma séria; e isso não é porque tenham preconceitos ou aversão contra a religião cristã, mas sim porque não se importam com ela de forma alguma, e todos os seus pensamentos são para a matéria.

Contudo, devo dizer que algum tanto mais além, na direcção noroeste, quero dizer, além do rio Licungo, os cafres, no meio dos quais os missionários deviam dirigir os seus esforços, parecem ter tendências mais pronunciadas para a religião.

Ali, segundo as informações que procurei de diversas fontes, os pretos têm frequentes vezes rezas públicas nas suas necessidades; em épocas determinadas do ano reunem-se nas casas dos *muenes*, ou grandes da terra, a fim de lá implorar o auxílio divino; e mais parece que muitas vezes nas suas aflições animam-se pela recordação da divindade, pedindo-lhe socorro e protecção.

Tenho em meu poder umas orações que me ditou um cafre do Licungo, e que, dizia ele, são de um uso constante entre eles; e encontrei nelas um espírito de respeito e reverência para a Divindade, de humilde súplica, de confiança na Providência e no seu amor da criatura, que realmente indicam almas menos mal dispostas para a religião cristã. É verdade que não pedem a Deus senão abundância de bens terrestres e a preservação dos males temporais; todavia isso mesmo contrasta muito com os cafres de Quelimane. Um destes, ouvindo dizer que a gente do Licungo rezava frequentemente, não queria acreditar, e respondia: *Nunca o cafre rezou a Deus*.

O facto é que esses povos do Licungo, que não comunicam com esta civilização corrupta que temos por aqui, parecem muito mais sinceros, e ao mesmo tempo mais adiantados na civilização, até material, do que os indígenas da vizinhança de Quelimane. Entre estes não se encontra vestígio algum de civilização, quer espiritual, quer moral. Queira Deus Nosso Senhor que aqueles povos do Licungo não sejam condenados a permanecer mais tempo sem o conhecimento da doutrina evangélica, e que breve se estabeleça entre eles alguma missão, que produzirá pela graça de Nosso Senhor os mais consoladores efeitos.

Existe entre os cafres de Quelimane a crença de que nossos primeiros pais viviam com Deus no céu; mas como lá principiaram a roubar as coisas de Deus, este, por castigo, circundou-os e expulsou-os do céu para a terra. Quando morrem dão conta da vida a Deus e todos vão para o céu; porém só os bons ficam na companhia de Deus; enquanto aos maus, Deus os manda para um lugar dele só conhecido, e lá são castigados.

Mas esta noção de um castigo reservado aos maus é entre eles mui pouco clara, e até muitos parecem ignorá-la. As almas dos bons estão ocupadas a fazer os trabalhos da casa de Deus, como cultivar as propriedades, servi-lo como criados, fazer as camas, etc.

Neste mundo os homens andam sempre acompanhados por dois espíritos imateriais chamados *Moyo*; um deles, o espírito bom, mandado por Deus, a fim de auxiliar o homem, o outro é mau, e a ocupação dele é tentar e procurar fazer mal ao homem. Subindo a alma para o céu, já o *Moyo* bom está às ordens do seu protegido. Quando se pergunta aos cafres de onde é que souberam estas coisas, respondem que foi pela tradição dos antepassados e que foi Deus que primeiro lhes ensinou isso tudo.

Pode-se dizer que a vida toda desta gente não é senão uma prática não interrompida de superstições. Descrevê-las aqui não é possível, que é quase um abismo das mais estúpidas inépcias, que nem os limites deste trabalho nos permitem desenvolver.

Diremos sòmente em geral que possuem *mèzinhas* para quase todas as ocorrências, assim como, aprender o *Muambo* mais depressa, para impedir qualquer de descobrir os segredos do *Muambo*, para procurar a concepção, para o desenvolvimento rápido das crenças, para se tornarem invisíveis, para matar seja quem for, etc. Há também aves e outros animais de bom e de mau agoiro.

Grande número das superstições se praticam no *muituni*, e quase todas estão consignadas no *Muambo* para instrução das novas gerações.

O que domina naquelas superstições, e constitui quase como o ponto principal delas, é a crença no poder maléfico das bruxas ou feiticeiras. Há também os mèzinheiros que descobrem os feitiços e ladrões, pronunciam nos litígios, tratam dos doentes, etc.

Sendo estes charlatães suficientemente descritos no *Estudo acerca dos usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*, publicado pelo Excelentíssimo Senhor Joaquim de Almeida da Cunha (páginas no-

venta e oito e seguintes), não nos atardaremos a repeti-lo. Diremos ùnicamente que os pretos, e não só eles senão também os chamados *Muzungos,* vivem numa atmosfera de superstições, de onde ninguém até hoje foi capaz de tirá-los.

IV. O estado da instrução é absolutamente lamentável. Não há nem uma escola para pretos em toda a extensão do território que nós ocupamos.

A civilização destes povos, quero dizer, da vizinhança de Quelimane, é completamente nula; vivem sepultados no mais insondável abismo de ignorância, de superstição e de miséria, como já se disse; nem manifestam o mínimo desejo de sair da situação em que se acham. Não há entre eles indústria alguma, e quando se encontra por aqui algum cafre capaz de qualquer obra, como fazer uns utensílios, uma faca, uma azagaia, pode-se ter por certo que o tal cafre não é daqui, mas de Sena ou Tete. Porém, como já dissemos, além do rio Licungo, aparece quase como uma certa aurora de civilização. Lá vêem-se casas mais arejadas, quase limpas e que não carecem de um certo jeito. Têm mesmo uma certa aristocracia os *Muenes,* que desejam instruir-se e progredir em civilização; estes *Muenes* são por assim dizer os donos da terra, e são muito respeitados pelos mais.

V e VI. Para contribuir para o progresso moral e religioso do país ainda não se pôde empregar meio algum, visto que até hoje não se pôde abrir a missão dos Santos Anjos.

VII. Os principais obstáculos ao progresso religioso, moral e industrial desta gente são o uso desenfreado das bebidas alcoólicas, a poligamia, a circuncisão, os fautores da superstição e a ignorância.

VIII. Primeiro. A fim de reprimir os excessos nas bebidas, seria preciso proibir a venda aos cafres de todos os licores alcoólicos. À roda de Quelimane os pretos têm infelizmente toda a facilidade de se embebedar; a venda dos tais licores, sendo extremamente lucrativa, novas tabernas se estabelecem continuamente, e em muitos lugares não se fazem duzentos passos sem encontrar alguma daquelas infernais tascas.

Segundo. Para reprimir a poligamia não vejo outro modo senão a intervenção enérgica da lei.

Terceiro. A circuncisão, pelo menos a dos rapazes, proibia-se fàcilmente, pois que se pratica muito ostensivamente. Tenho ouvido dizer que há dois anos o Excelentíssimo Governador do distrito, tendo-se recusado a dar a licença, não houve circuncisão naquele ano. Em geral pode-se dizer que, nas terras de que se fala, os povos são tão submissos e têm tanto receio do Governo, que para suprimir uma imensidade de males bastaria uma certa vigilância e enérgica perseverança.

Quarto. É também meu pensar que a intervenção do Governo dava fàcilmente cabo de todos aqueles *kumbaissas, mulanlas, sapendas* e outros

da mesma qualidade, que entretêm os cafres nas ideias e práticas de superstição, e que, desaparecidas essas práticas, a alma deste povo abria-se fàcilmente ao desejo da civilização, a qual continuará para sempre de todo impossível enquanto estes povos ficarem na atmosfera em que vivem.

Quinto. Deve estar sabido, como já o temos observado, que os nossos cafres daqui em geral não têm desejo nenhum de se instruir; e mesmo depois de se estabelecer escolas era ainda para recear que elas não fossem frequentadas, a não ser que os parentes tenham alguma vantagem pecuniária em mandar as crianças para a escola. Talvez, e esta opinião é só minha, que o único meio de alcançar a frequência da escola seria o Governo fazer aos parentes, que mandassem as crianças à escola, uma remissão de *mussoco*, proporcional ao número de crianças que fossem à escola.

IX. A missão, não tendo ainda funcionado, o missionário que lhe era destinado não pôde ainda realizar ali seus desejos de trabalhador. Entretanto empregou todos os seus esforços em reunir os materiais e a substância de uma gramática da língua cafreal, falada em Quelimane, gramática que, se vier a publicar-se mais tarde, não deixará talvez de ser de alguma utilidade para os missionários, visto que a língua daqui é falada na maior parte do norte da província.

X. Queria agora descrever mais a miúdo os costumes, produtos e mais circunstâncias do país; mas serei necessàriamente breve e resumido, porque em diferentes partes deste trabalho já toquei nesses diversos assuntos, ou porque esses costumes se acham suficientemente descritos no livro já citado do Excelentíssimo Senhor Joaquim de Almeida da Cunha, ou, enfim, porque ainda não me foi possível reunir bastantes pormenores do dito assunto.

A respeito do clima direi que é em geral pouco salubre, e isso sobretudo por causa dos pântanos que na estação da chuva se formam de todos os lados e permanecem durante quatro ou cinco meses do ano, exalando miasmas mortíferos.

A indústria, como já dissemos, é nula. Os principais produtos do solo são o amendoim, a mandioca, o arroz, a batata doce, diferentes qualidades de ervilhas, feijões, cocos, bananas, ananases, laranjas, etc., etc. Quase que não há cultura europeia. Do reino animal temos sobretudo e quase exclusivamente a galinha; encontram-se também patos e porcos poucos, bois e vacas, mas poucos, que nesta região os cafres não os têm.

XI. Entre as medidas que podiam ser de maior importância para o progresso material apontarei uma, pois que a sua omissão causa todos os anos tremenda mortandade, quero dizer, a vacinação dos cafres.

Alguns decretos já vêm no *Boletim Oficial* mandando proceder a tal

vacinação, contudo é de crer que se encontraram obstáculos invencíveis à realização de tão salutar medida, pois que ainda não se pôs em execução.

Era, todavia, sobremaneira importante obrigar eficazmente os pretos àquela operação e dar-lhes a este respeito toda a facilidade; é de notoriedade pública, que, por falta de vacinação, quase todos os anos milhares de pretos morrem da varíola.

Seria também altamente desejável que se fundassem hospícios dirigidos por irmãs ùnicamente destinadas a cuidar dos cafres.

Tenho encontrado muitos destes no mais absoluto desamparo e que morrem de miséria e enfermidades. Geralmente esta gente não se resolve a pedir baixa para o hospital de Quelimane, e como a maior parte deles sofrem e morrem mais de miséria do que de doença, talvez que não conseguissem fàcilmente entrada para a enfermaria.

Pelo contrário, creio que procurariam mais entrar nos hospícios, principalmente naqueles que estivessem dirigidos por Irmãs, chamadas Irmãzinhas dos Pobres, e bom número deles encontrariam ali, senão a cura e a vida temporal, ao menos a renascença moral das suas almas, antes de passarem para a sua eterna morada.

Eis aqui, Excelentíssimo Senhor, as bem poucas informações que me foi possível reunir.

Havia de me reputar muito feliz se pudesse esclarecer um tantinho esses importantes assuntos; mas o pouco conhecimento que até hoje pude adquirir daquelas matérias não me permitiu fazer mais. Portanto, peço a Vossa Excelência se digne aceitar estas poucas linhas como testemunho do meu desejo de ser agradável a Vossa Excelência.

Rogo a Vossa Excelência se digne acolher este testemunho do meu profundo respeito e da plena devoção com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência dedicado filho.

a) Padre Felix Desmaroux, missionário da Zambézia.

Quelimane, dezassete de Abril de mil oitocentos e noventa e três.

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 2 de Maio de 1894.

O Escrivão,

Padre Afonso Pereira

BSGL — Res. Maço 3, doc. 40. [Cópia].

DOCUMENTO N.º 7

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor.

Somos chegados ao fim do ano de mil oitocentos e noventa e três, e como é necessário e obrigatório comunicar a Vossa Excelência Reverendíssima os progressos que, durante a sua curta vida de dezasseis meses, tem feito esta Missão, vou cumprir esse dever, com pezar de não poder dar notícias de grandes desenvolvimentos materiais, não feitos à míngua de recursos.

É verdade que o Governo deste distrito houve por bem, e nisso honra lhe cabe, mandar construir um novo edifício de madeira e zinco, vasto, arejado, com destino a dormitório e refeitório dos alunos internos, quando seja possível sustentá-los com os recursos próprios ou alheios; muito, porém, resta a fazer, pois que sendo esta missão especialmente destinada a desenvolver no preto, a par dos conhecimentos religiosos e literários, o gosto pela agricultura, mostrando-lhe o proveito que dela lhe pode advir quando inteligentemente dirigida, necessário é adquirir custosas máquinas e os utensílios indispensáveis numa boa granja.

Tentei agricultar alguns hectares de terreno para a produção de legumes; obtive-os de boa qualidade, mas por um preço elevadíssimo, apesar de auxiliado pelos rapazes da escola, porque é muito caro aqui o trabalho braçal. Parece-me também que, mesmo tendo com que o sustentar, nunca será numeroso o internato aqui, embora de não muito rigorosa disciplina, pois que, pela proximidade da cidade, os rapazinhos, a estarem separados da família e obrigados ao trabalho, preferirão servir algum europeu, que no fim de cada mês lhes pagará uma certa quantia.

Por estas e outras causas apreciáveis é opinião minha que o estabelecimento das missões deve ser feito caminhando do interior para as costas. No interior é o indígena muito mais dócil, não tem diante dos olhos o mau exemplo do branco, em geral, não tem tanto quem lhe forneça o álcool que o embrutece, embora por lá apareçam ainda alguns garrafões, e é menos interesseiro.

Numa pequena excursão de vinte e cinco dias que fiz em Agosto último, sem ir muito longe, fiquei encantado ao ver como era numeroso o concurso de indígenas nos dias em que eu anunciava a catequese, ouvindo-me boquiabertos, apresentando-me dúvidas e pedindo-me ficasse entre eles para os ensinar a conhecer bem o Deus dos portugueses.

Parece bem estabelecida esta Missão para ser a Casa-Mãe ou Procuradoria das Missões espalhadas no interior, e destas seriam imediatos e bons resultados as criadas no Maputo, no extremo norte da Matola, e no Coccini, com fácil comunicação pelo rio Manhiça ou Incomati. Por lá se encontra já o elemento calvinista, que urge combater, tanto mais quanto é sabido que por ele vão sendo minados os nossos direitos e prestígio sobre o preto.

Mas a fundarem-se missões novas devem sê-lo a sério, sem tomar por modelo as existentes, que estiolam à míngua de recursos, até agora negados aos missionários, sem outros meios de civilização além da palavra e da boa vontade. É por isso que se não deve atribuir à falta de conhecimento ou de zelo os *poucos (?)* serviços prestados às nossas Missões pelos padres seculares; porque a fazerem-no não defenderão os regulares, que nada mais têm feito que aqueles. Em tese, para bem missionar o preto, mais que a ciência, é indispensável a prática, auxiliada, ou antes, adquirida por um inextinguível amor de Deus, do próximo e da pátria. Porém, como deve ser empregada em vários processos de civilização a actividade missionária, como fazê-lo sem os indispensáveis recursos materiais?

Com o natural interesse, tenho seguido passo a passo a grande e calorosa discussão acerca da readmissão das ordens religiosas nos nossos domínios ultramarinos, e vi que se feriu muito mal esta nota fundamental, embora se fizessem paralelos perfeitamente dispensáveis, visto nada provarem. Cite-se uma única missão florescente, quer regida por congreganistas, quer por seculares, que não tenha ou não tivesse largos subsídios vindos do padroeiro, e ter-se-á um bom argumento contra todos os outros missionários, acusados de nada fazer[em]; não valem, porém, para o caso Missões que eu conheço e que, por hipotecadas, não podem chamar sua à própria igreja, embora ao visitante se apresentem com um luxo indicador de grandes progressos.

Não temo afirmar bem terminantemente, e prová-lo é tarefa fácil: o que falta ao missionário não são os elementos intelectuais ou a dedicação, mas sim os meios materiais de os pôr em obra; e a este respeito lembro-me de que o primeiro edifício desta missão foi feito com esmolas dadas pelos habitantes de Lourenço Marques. Atenda-se também a que, na maioria, os missionários portugueses seculares são párocos em cidades e vilas onde os europeus, e em especial os nossos compatriotas, são os primeiros a dar aos indígenas os piores exemplos, destruindo num momento o que ao padre tanto tempo levou a edificar e tantas fadigas custou.

A escola, a catequese, reduzidas a nada pelo raciocínio que eu tantas vezes oiço formular a indígenas: os *Molungos* portugueses são cristãos e não vão à igreja, não sei porque o padre nos obriga a ir lá; vê-mo-los cometer esta e aquela falta, que o padre diz que Deus castigará, mas eles não têm medo de Deus, e sabem muito; porque o teremos nós? Venham os declamadores missionar nestas condições, visto levarem tão longe as suas exigências, que querem que o missionário, não tendo o suficiente para si, monte à sua custa escolas de artes e ofícios, faça grandes viagens proveitosas para a ciência, e forneça dados meteorológicos, mineralógicos, botânicos, zoológicos e não sei quantos mais, quando nem uma simples charrua lhe fornece o Governo, depois de mil pedidos.

Estes é que são os factos; argumente-se com eles, pesando-os bem, e não se acusem, em geral, os missionários seculares; que eu posso bem

provar, e Vossa Excelência Reverendíssima sabe-o melhor: os regulares nos mesmos casos, e até em melhores, nunca fizeram nem fazem aqui ou acolá mais que eles.

O preto, todos o sabem e conhecem, precisa de ver junto do missionário mais que uma cruz e uma caveira. Sem o amor ao trabalho, que com a catequese e a leitura lhe trará o horror à inércia e ao vício, não se civilizará, e há casos em que se torna pior.

Mas como fazer oficinas, como obter ferramentas, como alimentar os internados? Fazem-no sem dinheiro as ordens religiosas? Ou queriam que os acusados de nada ter feito em pró da civilização custeassem todas essas despesas com os trezentos e cinquenta mil réis anuais que recebem a título de côngrua? Seria uma injustiça tal exigência ([74]).

Se as ordens religiosas missionárias forem realmente restabelecidas, como todos desejam e é de justiça, e vierem civilizar a África com os benesses de que nós outros agora disfrutamos, apesar da sua organização, que lhe[s] dá incontestáveis vantagens, tenho a certeza provada de que os seus trabalhos nunca serão superiores aos dos actuais missionários, embora continuem a narrar poèticamente em todos os jornais os mais pequeninos passos aventurados em favor da cristianização destes povos.

Creio que é por sermos em geral pouco literatos e por não termos uma publicação boa que defenda os interesses das nossas missões, que se nos lança a ignomínia de ignorantes e inúteis. Na parte que me toca protesto, com a convicção de que, sem ser um sábio, emprego e peço a Deus todas as forças para ser um apóstolo que tenha mais em conta a salvação de um indígena que a mais brilhante dissertação em qualquer assembleia. Assim, o trabalho mais prático que tem a fazer a actual comissão reorganizadora de Missões, é empregar a sua influência para que sejam aumentadas as verbas que os orçamentos provinciais destinam (nem sempre dão) às Missões.

Desculpe-me Vossa Excelência Reverendíssima esta longa tirada, motivada pelos actuais debates, que eu passo a narrar a Vossa Excelência Reverendíssima os principais factos sucedidos aqui durante o ano findo.

Tinha eu prometido a publicação em *landim* e português de um pequeno catecismo de doutrina cristã; as doenças, porém, as dificuldades em aprender estas línguas prefixativas, a falta enfim de professores indispensáveis a quem aqui está há pouco tempo, não me permitiram concluir esse trabalho; no entanto, como apêndice a este, submeto à apreciação de Vossa Excelência Reverendíssima o que pude traduzir. Às catequeses aqui diárias aflui de cada vez maior número de sequiosos para aprender a doutrina, de forma que a capelinha é já insuficiente para comportar tanta gente.

([74]) O leitor já notou o despropósito com que o autor do documento se refere aos Institutos Religiosos. Infelizmente a «questão religiosa» do momento assentara as tendas entre o próprio clero secular. Tristíssimo sinal de tristíssimos tempos.

O número de baptismos elevou-se durante o ano a trinta e cinco, e certamente decuplicaria se ministrasse esse sacramento a todos que desejam recebê-lo, mas têm dificuldades em remover os óbices que lhe põem.

Foram poucos os casamentos, porque poucos são os pais que largam as filhas sem as vender por bom preço.

A frequência média e mensal da escola foi de vinte e três alunos, havendo alguns habilitados a fazer exame primário.

Sinto uma consolação íntima quando comparo estes números com os que deve apresentar o ministro anglicano estabelecido em Lourenço Marques, porque vejo caídos por terra todos os elogios que acintosamente, em oposição aos nossos serviços, lhe tenho ouvido tecer por quem nunca visitou as escolas e ignora o caminho da igreja.

ÍNDOLE E HÁBITOS DOS LANDINS

Falando sobre este assunto narro o que conheço *de visu*, pondo de parte os que pouco interesse oferecem, como o da simplicidade no vestir, que é comum à raça negra em geral. Embora desconfiado, por mui explorado pelo branco, o indígena deste distrito é tímido, respeitador e até obsequiador para com o europeu, e mais quando trata com portugueses, porque conhecem e reconhecem a benignidade dos nossos costumes.

Na volta da pequena excursão que fiz, vindo eu a pé, acompanhado por um único preto, que trazia a minha cama de campanha (uma esteira e um cobertor) em todas as povoações onde pernoitei, da melhor vontade e sem remuneração pedida, me cederam uma palhota para abrigo e me ofereceram um guia para o caminho; numa, onde depois de atravessar a nado um pântano, cheguei com bastante febre, ofereceram-me um remédio, que pelo aspecto me repugnou e cuja proveniência nunca pude saber ao certo, preconizado como excelente para as febres. É curioso em extremo, por passatempo, da forma que as minuciosidades e apreciações acerca do mais pequeno *milando* os estretém durante dias nas conversas do *círculo*, reunido debaixo da grande árvore da povoação, ou à sombra da barraca de caniço de qualquer negociante de perto. Conta, à semelhança das nossas lendas dos lobishomens, bruxas e lemures, e influenciado, como nós outros, pela impotência de explicar muitos fenómenos naturais, como os fogos-fátuos, comuns em terrenos tão pantanosos, histórias extraordinárias, das quais muitas vezes não é difícil extraírem algum princípio de moral, e dessas me contaram algumas.

Reconhecem um ente sobrenatural, bom e mau, designado pelo nome de *Xicuembo*. Um benefício inesperado: está o *Xicuembo* contente; uma doença a que o charlatão *(ãanga)* não pode dar cura, uma infelicidade qualquer, foi produzida pelo *Xicuembo* zangado; torna-se pois necessário

aplacá-lo com danças nocturnas, às quais o doente assiste, bem animados pela *bjela* ou *umpuxo* (pombe mais ou menos fermentado).

Muitas vezes o *Xicuembo* significa as almas dos mortos que vêm incomodar a humanidade, e é até empregado pelos calvinistas daqui para significar o Deus que adoramos, embora o termo adoptado no dialecto que falam os indígenas de perto da cidade seja o de *Neulucumba*, que pela afinidade provada das línguas africanas, me parece o mais próprio (sendo em zulu *Nculunculu* e em batonga *Nungungulu)*. No enterro dos seus mortos há carpideiras que durante dias alarmam as povoações com um trilho especial, produzido pela língua contra o palatino, estando de antemão preparada a bastante bebida para os que vêm dar os pêsames aos parentes.

Por toda a parte têm uma confiança cega na beberagem ministrada pelos *bandjo* como prova jurídica, e a ela recorrem frequentemente para resolver os seus *milandos*.

Não pude descobrir qual o veneno empregado pelo homem, com tal arte que produz efeito apenas numa só das partes litigantes, opiando-a e obrigando-a a falar, bebendo ambas ou todas a mesma quantidade. É relativamente bem feita a operação porque (nunca assisti a ela) quando eu pretendia convencê-los da charlatanice do homem, desafiavam-me a que experimentasse, o que eu de boa vontade faria se se me oferecesse ocasião.

Emigram fàcilmente, quando novos, para acumularem as *esterlinas* suficientes para compra de uma ou mais mulheres, quanto mais destas mais ricos.

É ainda a escravidão, dominando entre os outrora escravos. Só o cristianismo acabará com ela nas selvas, depois de a ter extinto entre os povos civilizados. Mas é principalmente por ela que o preto trabalha agora, enquanto puder dispor de vastíssimas e fecundíssimas extensões de terreno, que as suas fêmeas cultivarão. A boa colonização agrícola, com as concessões de terrenos, possìvelmente arroteáveis pelos concessionários, a formação de não tão grandes como sérias companhias, que tenham em maior conta os progressos veros da civilização, que o natural cobiça, seriam, se não fossem, parece, irrealizáveis entre nós, os melhores auxiliares do missionário.

Assim, nas actuais circunstâncias, que fazer mais que começar, onde até hoje ninguém começou, a difundir os ensinamentos evangélicos? Noutras partes encontram-se vestígios, às vezes profundos, da passagem dos nossos missionários dos séculos descobridores; aqui, em toda a província, exceptuando a custo a Zambézia, sabe-se que moraram, porque nos legaram ou nos apossámos dos edifícios por eles construídos. Diga-o a pequeníssima ilha de Moçambique com todos os seus conventos e com a sua população como é e, como consta, sempre foi!

AGRICULTURA

A sementeira de cereais e tubérculos feita pelos pretos na estação chuvosa, limita-se quase ao indispensável à subsistência da família. Da sua pequena colheita apenas comutam por panos ou álcool ou qualquer velório uma parte diminuta, avaliada pelos negociantes em baixo preço: um saco de milho, 3 braças de zuarte, que não custam 300 réis, sendo aquele vendido à razão de 2$000 a 2$500 réis na cidade. Não dá isto para grandes estímulos, mas não há quem os crie maiores. O gado vacum e lanígero, de fácil e barato sustento nestes baldios, demandando poucos incómodos, eis a maior receita do preto do interior. E que magníficos terrenos para a *cannabis sativa*, para o arroz, para o milho, principalmente aproveitáveis pela facilidade dos transportes naturais! Mas raro aparece uma daquelas belas árvores corpulentas, frondosas, que eu tenho visto descritas em livros de viajantes. Apenas um ou outro *cuhlo* (uma dycotilidónia) com a sua folhagem glauca se eleva acima da vegetação arbustiva, que por toda a parte nenhuma sombra oferece ao viajante. Entretanto, por informações que tenho, fidedignas, sei que além do *Coccini* se encontram belas e abundantes madeiras para móveis e construções, não sendo raro, principalmente perto dos *Libombos,* achar-se o magnífico pau santo.

Vi já boas amostras, algumas das quais foram mandadas para uma recente exposição colonial na metrópole, mas tais madeiras nem aqui se empregam, a não ser por excepção, porque não há quem explore tais riquezas. Certo é que para exportação terão sempre um valor mínimo, por não poderem concorrer com as exuberantes florestas da outra costa, mas deveria e conviria que tivessem mais larga aplicação local. Muitas destas árvores e arbustos têm virtudes medicinais mais ou menos provadas, de que os indígenas fazem largo uso: assim, do fruto do *cuhlo* extraem um óleo preconizado por eles como anti-reumático. O *ricinus* é espontâneo; nos pequenos bosques encontram-se algumas espécies de *landolphia* pouco robustas, de fruto comestível, mui semelhante, quando maduro, ao damasco, e do qual os rapazes extraem o visco para apanhar pássaros; e certamente o botânico encontrará por aqui espécies vegetais não comuns e ainda não descritas. De Março a Novembro é abundante a produção de todos os legumes e hortaliças de que se pode obter sementes, mas pouco remuneradora, pela falta de braços. A produção do milho é na média de oitocentos por um.

A INDÚSTRIA

Limita-se à confecção de objectos de uso doméstico, em geral com pouco gosto artístico, como esteiras, recostos para cabeças (*intamelo:* travesseiro), armilhas de arame, cestos, pilões, azagaias e facas feitas de arcos de barril, etc.

Do que deixo dito não é difícil extrair-se as dificuldades com que tem a lutar o missionário, de qualquer proveniência, que calca pela primeira vez este solo africano e que vê o seu primitivo zelo despedaçar-se de encontro a elas; Vossa Execelência Reverendíssima as conhece melhor que ninguém, e desde a origem; seria importuno quem lhes preconizasse remédios.

Com a satisfação do dever cumprido, embora tarde, e com o pesar de o ter mal cumprido, termino, pedindo a Vossa Excelência Reverendíssima perdão de algum termo mais duro a alguns ouvidos, depondo aos pés de Vossa Excelência Reverendíssima o nada que sou e fazendo votos para que Deus guarde a Vossa Excelência Reverendíssima.

Missão de S. José de Llanguene, quinze de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e quatro.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom António, Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique.

O Superior da Missão,

Padre Augusto Soares Pinheiro

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 2 de Maio de 1894.

O Escrivão.

Padre Afonso Pereira

BSGL — Res. Maço 3, doc. 37.

DOCUMENTO N.º 8

PARÓQUIA DE S. JOÃO BAPTISTA DA VILA DO IBO

RELATÓRIO

Dignou-se Sua Real Majestade, El-Rei o Senhor D. Carlos I, por seu decreto de 29 de Outubro de 1891, nomear-me e apresentar-me pároco da igreja de S. João Baptista da vila do Ibo.

Cônscio do dever que a religião e a pátria me impunham, em 1 de Janeiro de 1892 despedi-me dos meus caros paroquianos de Santa Margarida da vila do Lavradio e dos de Nossa Senhora da Graça de Palhais, e embarquei-me no vapor *Luanda* da Mala Real Portuguesa, em 21 do referido mês de Janeiro, com destino à Província de Moambique, tendo

por companheiros de viagem mais cinco excelentes e dignos eclesiásticos, novos obreiros saídos do Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim, e cá estão hoje todos na África.

Desembarquei-me na capital de Moçambique em 19 de Fevereiro e requeri o competente processo de colação e instituição canónica na Câmara Eclesiástica da Prelazia, e, terminadas as diligências do estilo, foi-me conferida a colação e instituição canónica do benefício paroquial de S. João Baptista da vila do Ibo, em 6 de Março do mesmo ano, na Sé Matriz de Nossa Senhora da Purificação de Moçambique, pelo Rev.^mo^ delegado de S. Ex.ª Rev.^ma^ o Sr. Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique.

Continuei a minha viagem até esta vila do Ibo, onde desembarquei no dia 10 de Março, e, segundo estava superiormente determinado, no domingo imediato tomei posse desta igreja, com todas as solenidades do estilo.

Mais ou menos ao facto do estado material, moral e religioso em que se achava esta Província, por informações de alguns missionários que me precederam no arroteamento deste terreno fértil, física e quìmicamente considerado, mas sáfaro para moralização e civilização, nunca conjecturei que tão pouco estivesse feito e tanta dificuldade houvesse em fazer alguma coisa tendente à moralização e civilização destes povos. A triste realidade, porém, excedeu muito a minha espectativa. Barreiras quase insuperáveis se levantam de todos os lados a tolher a acção civilizadora do padre. O maometismo interesseiro e comerciante, que não perde o ensejo de se estabelecer, principalmnte com suas doutrinas mais acomodadas ao viver debochado e degradante do indígena, o exíguo número de missionários católicos, as necessidades pecuniárias, e outras circunstâncias de não pequena monta, são os elementos com que o padre católico se vê aqui constantemente em luta. Se não o fazem sucumbir, deixam-no ao menos paralizado.

O que acabo de expor não é uma atenuante qualquer, que me desculpe perante os poderes superiores de não fazer a descrição de serviços relevantes e úteis à religião e à pátria, no tempo que tenho estado ao serviço dela nesta paróquia; mas sim é a expressão da verdade.

Posto isto, vou procurar satisfazer cada um dos quesitos a que se refere o decreto de 3 de Dezembro de 1884, que muito me foi recomendado, na ocasião da minha despedida, pelo Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Sr. Dr. Boavida, muito digno superior do colégio das missões ultramarinas, e actualmente por S. Ex.ª Rev.^ma^ o Sr. Bispo de Himéria, muito digno e zeloso Prelado de Moçambique. Julgo com isto prestar um pequeno serviço a esta paróquia, patenteando o seu actual estado material, moral e religioso, e chamando sobre ela as atenções do Governo e do actual chefe eclesiástico da Prelazia, S. Ex.ª Rev.^ma^ o Sr. Bispo de Himéria.

Infelizmente, porém, o que de interesse se sabe com alguma minuciosidade e certeza, restringe-se quase à vila e à costa fronteira apenas; ao

que acresce que, não me permitindo o serviço ao meu cargo da sede desta paróquia e da escola afastar-me muito da vila, só posso apresentar, relativamente aos pontos mais salientes do distrito, algumas observações colhidas escrupulosamente de informações fidedignas.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SITUAÇÃO E EXTENSÃO DA PARÓQUIA

A paróquia de S. João Baptista do Ibo tem a sua sede na vila do mesmo nome, que é também sede do Governo do Distrito de Cabo Delgado, está situada a 12°,20' de latitude sul e 40°,37'57" de longitude Este, Greenwich. Tem 5 milhas de comprimento e 3,5 de largura. Situada na zona tórrida, distante do Equador pouco menos de 12°,5, forma a ilha do Ibo uma curva hiperbólica, ou antes uma semi-elipse, mas um tanto fechada, abrangendo um canal de pouca profundeza. A povoação que constitui a vila acha-se no terço da ilha, pròximamente ao noroeste do ramo situado para a banda do norte, o qual pròpriamente se chama Ibo, conhecendo-se o outro ramo sob a denominação de Querambo.

Desde 1848, pelo menos, se não antes, a jurisdição desta paróquia se estendia para todo o distrito de Cabo Delgado, se não de facto, pelo menos de direito. Era esta a melhor paróquia que existia, depois da extinção das paróquias da ilha de Querimba e Amiza.

Conquanto em tempos já há muito decorridos, remontando ao século passado, a propaganda católica se fizesse em grande escala, mesmo nas povoações deste distrito, em que Portugal não exercia um domínio efectivo e real, resta-nos apenas hoje, como padrão da influência que outrora a religião grangeou ao nome português nestas paragens, só este velho templo de S. João Baptista da vila do Ibo, um convento desmoronado e em ruínas, que em tempos muito remotos pertenceu aos jesuítas, na ilha de Macalué; duas capelas também em ruínas, uma na ilha de Mateino, dedicada a S. Miguel Arcanjo, e outra no Molúrio, dedicada a Santo António, de que ainda existem, embora em mau estado, o altar e a pia baptismal; ambas estas capelas, bem como o referido convento de Macalué, ficam situadas ao norte desta vila do Ibo.

Há também memória entre os indígenas, legada a eles tradicionalmente de pais a filhos, da existência de mais duas capelas ou ermidas, uma na povoação de Arimba, dedicada a Nossa Senhora da Graça e outra na povoação de Bringane, ambas ao sul desta vila.

Nos fins do século passado ainda este distrito tinha duas paróquias, além de todas as referidas capelas, uma ao sul desta vila na ilha de Querimba e outra ao norte com sede na ilha de Amiza, e ambas tinham por padroeira a Senhora do Rosário. Nos princípios deste, porém, a Prelazia já não tinha padres para provimento dessas paróquias, e por isso a paró-

quia de Nossa Senhora do Rosário da ilha de Amiza foi anexada à paróquia do mesmo título da ilha de Querimba, por uma provisão datada de 7 de Abril de 1815, do então prelado Fr. José Nicolau de Jesus Maria Pegado, da Ordem dos Prègadores. Infelizmente, porém, a paróquia de Querimba não subsistiu por muito tempo, não tanto por falta do padre, como porque os moradores da ilha de Querimba, em 1816, vieram fugitivos a esta vila, na ocasião do ataque dos sacalaves (tribo de Madagáscar), comandados pelo sultão Chicandor, da ilha de Angoanes, e os habitantes que continuaram permanecendo em Querimba não primaram pelo seu procedimento correcto e obrigaram o respectivo pároco a residir nesta vila do Ibo, abandonando a sede da paróquia, e é desde então que a antiga, real e militar capela de S. João Baptista, que então era filial à igreja de Querimba, ficou sendo a única igreja paroquial em todo este vastíssimo distrito.

O procedimento repreensível e pouco digno dos habitantes de Querimba, foi então muito censurado pelo respectivo pároco Fr. Estanislau Xavier da Conceição, que já residia nesta vila do Ibo em 13 de Dezembro de 1796, e pelo Governador daquele tempo, como se vê dos trechos de uma das longas cartas que o referido pároco escreveu aos habitantes de Querimba, e que são do teor seguinte:

Fr. Estanislau Xavier da Conceição, religioso da Ordem dos Prègadores, filho da Província de S. Domingos de Portugal, Comissário do Santo Ofício e da Bula, Vigário Paroquial e da Vara das ilhas do Cabo Delgado e seus distritos, a todos os meus paroquianos da ilha de Querimba, saúde, amor e paz em Jesus Cristo.

Sempre que eu tenho de pegar na pena para vos saudar em Jesus Cristo, crêde-me, que outro motivo me não move mais que o bem de vossas almas, entregues de todo ao meu cuidado. E se outro tem sido o vosso entender, ficai vós certos que a vossa errada fantasia vos engana, que o vosso entendimento com todas as suas potências se confundem, e que o vosso coração, que deveria ter sempre abertas as portas para entrar, receber-se e depositar-se nele todos os saudáveis remédios que vos tenho aplicado, se mostra mais empedernido que o mais duro bronze, e tanto mais difícil de se polir, quanto mais áspero é o bruto diamante de se poder lapidar. Esse mesmo engano, essa mesma confusão e essa mesma enfermidade do vosso coração, alma e entendimento, são quem vos tornam mais insensíveis às vozes do bom pastor, do que às do libertino homem do século.

Nem os séculos de ferro, nem tão pouco os da heresia, foram tão molestos à Igreja Santa nossa mãe e filha de Jesus Cristo, como tem sido neste tempo uma grande parte de seus filhos nessas ilhas de Querimba.

Confesso-vos que mais me importa não chegar a ver a luz do dia, que ver-me precisado por esta carta contestar e fazer patente ao mundo toda a vossa maldade e os vossos crimes, a qual ou vos tornará em

maior desesperação que aquela em que viveis, ou confessareis humildes todos, posto que disfarçadamente, que quanto digo é cheio de verdade. Mas ah! quanto é triste o luto que cobre o meu coração! Tremei à vista do tristíssimo e péssimo painel que vai representar o vosso carácter.

Dizei-me: não é a soberba quem regula todas as vossas acções? Pais de família, convosco falo: quem é a causa de que os vossos filhos e escravos vivam em uma ignorância crassa e contínua libertinagem? Podeis negar que a contínua bebedeira, tanto nos homens como nas mulheres, as quotidianas murmurações, falsos testemunhos e juízos temerários deixam de ser o vosso pão quotidiano? O desprezo escandaloso dos preceitos da Igreja, como do jejum, missa, confissão e censuras, e de todas as suas forças, o concubinato geral, a íntima e intestina familiaridade com os mouros e infiéis, a venda que a estes fazeis dos escravos, assim baptizados como não baptizados, o desprezo dos sacramentos, a escravidão que vos arrasta para tudo que cheira a superstição e ritos gentílicos, já nos casamentos e baptizados, já nas raspaduras e furos das orelhas de vossos filhos, já nas bárbaras e desonestas cerimónias e instruções praticadas nas ocasiões do mênstruo, engomas e matangas, em uma palavra, o consenso comum de em nada obedecer a Deus e ao rei, são por certa forma o vosso distintivo e a vossa grandeza. E praza a Deus que quanto digo fosse sòmente nascido da minha indisposição convosco, como público é vosso orgulhoso costume; porém, é tal o vosso demérito, que já hoje a nada se vos dá crédito.

Quase sete meses conto eu de posse desta paróquia, e se eu também disser que em todo este tempo tenho dado passos a benefício vosso e das vossas almas, por certo um só ápice não declino da verdade. Pode ser que isto também negueis, mais porque o vosso costume é negar a verdade santa e canonizar a mentira dolosa, razão por que ninguem vos acredita.

Como a incredulidade e maledicência têm já adquirido inteiro domínio nas vossas almas, razão por que desprezais tudo quanto vos podia levantar das trevas de ignorância e abraçais resignadamente tudo o que é liberdade cega e criminosa.

Eu, que sou o vosso pastor, médico e mestre, disposto por Deus para vos ensinar, para curar as vossas enfermidades e meter-vos de posse da vinha do Senhor, nada tenho conseguido de vós, e as minhas ordens e mandados têm sido por vós, apreciados de nenhum vigor. Pelo que parece que há alguma maldição do céu, que vos torna desobedientes de todo o mando espiritual e temporal. E de tal sorte se tem apoderado de vós a astuciosa serpente da cegueira, que, devendo Deus ser venerado, vós lhe negais o culto, porque tudo o que é de Deus vos aborrece.

A Santa Igreja, a mais viva imagem do filho de Deus, coberta de pranto e luto nessas ilhas de Querimba, por se ver situada na mais triste solidão, arroga a si o verso que profere Isaías, da parte de Deus, por estas sentidíssimas palavras: «Eu nutri os meus filhos com o doce leite das minhas entranhas e os engrandeci; eles, porém, me desampa-

raram. O ministro do Senhor e do santuário chora sem alívio, entre o vestíbulo e o altar, os pecados e as desordens do seu povo; mas não há quem queira consolar a sua pena e a sua dor».

Sim, meus irmãos e filhos em Jesus Cristo, eu por ver que nenhum de vós quer conformar-se com os santos e louváveis desejos que tenho de que reformeis os vossos costumes; que a igreja, casa e morada do Altíssimo, assistida de um único ministro em distrito tão dilatado vos aborrece; que ele está na vossa indignação; que vós, enfim, precipitadamente a minha última ruína procurais e dela o seu total consumo.

Eu por observar que nenhum de vós procura satisfazer aos mandamentos da lei de Deus e às ordens que vos tenho enviado, cheias de prudência, por ver que até mesmo as censuras da Santa Igreja, empenhada sempre pelo maior bem, fulminadas contra vós, nenhum remorso gera nas vossas consciências; quando na última extremidade a frequência dos sacramentos e orações sagradas vos são pesadas e que só a série dos vossos vícios e superstições praticadas com mistura de diferentes dogmas vos é suave, razão tenho para domiciliar-me e firmar a minha residência nesta capital (Ibo).

Deus vos ilumine e vos torne mansos e pacíficos para comigo e para com o Senhor Governador, que tanto se empenha na vossa honra, quanto vós desmereceis por desobedientes também. Ele vos faça inocentes como Abel, arrependidos como o bom ladrão, penitentes como David, e convertidos como Paulo, porque, com efeito, só assim é que vós e os vossos pastores se tornarão, de perturbados e perplexos, em perpétuo descanso. Deus assim o permita.

Residência no Ibo, 13 de Dezembro de 1796.

Frei Estanislau Xavier da Conceição

A antiga igreja de Querimba existe ainda em ruínas. Porém S. Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo de Himéria, que tanto se empenha pelo desenvolvimento moral e religioso de seus súbditos espirituais, em portaria datada de 4 de Abril de 1892 ([75]), restaurou a antiga paróquia da ilha de Querimba, dando-lhe por padroeiro S. Luís Gonzaga, e está em construção a nova igreja sob a direcção do meu colega, reverendo pároco Jorge Tolentino Henriques, e a expensas dos mais paroquianos, habitantes desta vila do Ibo, visto que na ilha de Querimba existem apenas seis ou sete casas dos cristãos, sendo as outras dos habitantes mouros.

O distrito do Cabo Delgado limita-se ao norte pelo rio Rovuma e ao sul pela margem esquerda do rio Lúrio, isto é, entre 10° 26′ de latitude sul, 40° 29′ de longitude este, 13° 31′ latitude sul e 40° 31′ de longitude este de Greenwich.

([75]) B O M — 1893, pág. 44.

Este distrito compreende, além de uma extensão de costa de perto de 170 milhas, trinta ilhas com os seguintes nomes, a começar pelo norte:

Ticamo ou Tivamagy, Lenga, Caramimo, Amiza, Quia, Numba, Mistunso, Cungo, Luhamba, Zuno, Namego, Timbuza, Minhuge, Zanga, Xanga, Mastros, Macalué, Inhate, Mabandulo, Crianvé ou Rolas, Matemo, Carapato, Ibo, todas elas sujeitas à jurisdição desta paróquia de S. João Baptista da vila do Ibo; Querimba, Samucar, Calaluia, Fumbo, Quiziba, Quipaço e Sito, sob a jurisdição do reverendo pároco de S. Luís Gonzaga de Querimba.

De todas essas ilhas apenas quatro estão actualmente habitadas, e são:

Ibo, capital do distrito e sede desta paróquia, Matemo, Querimba, nova paróquia de S. Luís Gonzaga e Fumbo. Até 1808 foram habitadas onze ilhas, porém, sendo atacadas nesse ano pelas tribos dos sacalaves de Madagáscar, que praticaram horríveis morticínios, os habitantes que escaparam vieram fugitivos para esta vila do Ibo.

Em algumas ilhas outrora habitadas, mas actualmente abandonadas, encontram-se vestígios evidentes da sua ocupação; assim em Amiza encontram-se umas ruínas da igreja, extinta paróquia de Nossa Senhora do Rosário, que em 1815 foi anexada à paróquia do mesmo título de Querimba, como fica dito; na ilha de Namego vê-se ainda um poço empedrado; na de Macalué vêem-se as ruínas de um convento e os alicerces dos antigos edifícios; na de Quiziba encontram-se vestígios de uma casa com cisterna em bom estado.

VILA DO IBO

Ibo, elevada à categoria de vila em 1763, sede de Governo do distrito e da paróquia de S. João Baptista, é sem dúvida uma das mais pitorescas vilas da costa de Moçambique, que, pela sua posição e muita arborização a fazem assimilar, vista de longe, a um *bouquet* de verdura. Infelizmente, porém, o interior não corresponde ao que a aparência exterior promete, tendo, aliás, condições todas para ser melhorada; não sei, porém, a quem compete a responsabilidade da incúria em que se encontra esta vila, nem mesmo desejo neste meu humilde relatório melindrar a quem quer que seja.

O solo da ilha, bem como o da costa, que em certa extensão a torneia, é quase todo constituído por terrenos de aluvião.

O sub-solo é em parte calcáreo e em parte granítico, oferece vários estudos geológicos, segundo o sítio em que se examina.

Em razão do terreno ser impróprio à agricultura não há nesta ilha, bem como nas outras, uma verdadeira cultura; apenas algumas hortas e plantações de coqueiros.

Entre os edifícios que existem nesta vila, construídos de pedra e cal e cobertos de telhas francesas, são uns públicos ou do Governo, tais

como: a residência do Governo do Distrito, Alfândega, Paços do Concelho, Tribunal, Praça e Enfermaria, que funciona em casa alugada pelo Governo, e as restantes são dos particulares; além dos edifícios mencionados existem outros, mas que são cobertos de macute.

As habitações, ainda as dos brancos, são em geral mal construídas, já em relação à posição, já em relação à divisão interior e às dimensões. Baixas e escassamente iluminadas, de portas e janelas acanhadas, acresce a isso o inconveniente de enfileiramento destas na direcção dos rumos dos ventos dominantes, de onde resulta uma ventilação que, não obstante ser violenta às vezes, é todavia insuficiente por ser parcial e perigosa para os seus respectivos moradores, por efeito da sensível diferença de temperatura entre os diversos aposentos.

Felizmente nas edificações feitas nestes últimos tempos, como a residência do Governo do Distrito, Alfândega, Paços do Concelho, Tribunal, etc., tem-se prestado mais atenção às exigências higiénicas. Ruas e praças há-as na vila, assás espaçosas, porém pouco asseadas, excepto uma ou outra. Uma das ruas, denominada de El-Rei, melhor e própria para um passeio público, tem de ambos os lados largos passeios argamassados; pena é, porém, que essa rua seja geralmente habitada pelos baneanes e mouros, que não primam pela limpeza e asseio das suas casas.

Os bazares públicos da vila demandam instantemente a atenção da municipalidade, tanto pelo péssimo estado dos locais respectivos, como pelas qualidades, nem sempre salubres, dos víveres que ali se vendem.

IGREJA PAROQUIAL

A igreja paroquial, cuja fundação remonta aos meados do século passado, e que é a mesma que foi a antiga, real e militar capela de S. João Baptista, é pequena, mas bastante para os cristãos que a frequentam; tem uma porta principal larga, mas é posteriormente arejada; tem mais duas portas baixas e estreitas, uma que da sacristia dá entrada para o corpo da igreja e outra da igreja para o cemitério, que é contíguo; nem mais uma janela por onde possa entrar luz e ar necessários. Toda a sua construção indica antiguidade e ausência das pessoas aptas para semelhantes trabalhos. É ela coberta de telhas francesas, graças ao donativo do Ex.mo Comendador Luís João Gonzaga.

A igreja é muito pobre e todos os seus paramentos e alfaias, que bem poucos são, acham-se algum tanto estragados com o ciclone que pairou sobre esta vila no dia 14 de Janeiro de 1891; além do ciclone o seu estado de deterioração, julgo eu, é devido ao abandono em que tem estado. Aqui não há nem um caixão com gavetas, onde sequer pudessem estar preservados do pó e traça.

O desleixo e incúria têm sido bem patentes. Quando S. Ex.a Rev.ma o Sr. Bispo de Himéria, meu bom prelado, visitar esta paróquia, conhecerá

por si o estado que profundamente tem consternado o meu coração. Não exponho este facto levado do manifesto desejo de grangear inméritos encómios, fazendo sobressair brios; detesto a vanglória, mas exponho um facto para eximir de mim as responsabilidades.

A comissão municipal, atendendo às minhas justas instâncias e considerações, mandou fazer um caixão com gavetas, que está em construção.

Não existe nesta freguesia irmandade ou outra qualquer corporação religiosa, a cujo cargo esteja a sustentação do culto divino, nem a junta da paróquia, e por isso as despesas do culto estão a cargo da Câmara Municipal, segundo o estatuído na portaria do Governo-Geral, n.º 661, de 20 de Julho de 1857.

A Câmara Municipal no seu orçamento insere anualmente uma insignificante verba, a título de sustentação do culto. Apesar de não haver verba alguma destinada ao custeio das festividades da igreja, e dos poucos recursos de que posso dispor, promovi e solenizei nesta igreja com decência e com um aparato respeitoso, as festividades de S. João Baptista, padroeiro, de Nossa Senhora da Conceição, do Natal, do Ano Bom, do jubileu episcopal do Santíssimo Padre Leão XIII e todas as cerimónias da Semana Santa.

CEMITÉRIO

O cemitério público é novo e fica situado no lugar denominado Munava, muito longe da vila, o qual se em si considerado tem uma grande importância, tem-na muito maior se atendermos ao estado em que as coisas anteriormente se achavam.

Havia mais de seis anos que o único cemitério público, que havia nesta vila, ao lado da igreja paroquial, fora mandado fechar por exigências do então Governador do Distrito, fundando-se no relatório do delegado de saúde, começando-se desde aquela data a fazerem-se as inumações em sítios que os parentes dos falecidos melhor entendiam.

As vereações, por falta dos meios com que pudessem ocorrer às despesas da construção de um novo cemitério, deixaram que se fizessem semelhantes enterramentos, a ponto de que brevemente se teria por cemitério toda esta vila, se a vereação presidida pelo distinto filho desta terra, o cidadão Constâncio José de Brito, não mandasse construir o novo cemitério.

O actual cemitério tem 65 metros de comprimento e 55 de largura, ocupando uma área de 3575 metros quadrados, e acha-se dividido em duas secções, sendo uma destinada para os enterramentos católicos e outra para os profanos.

No centro, e na parte católica, está construída uma capela coberta de telhas francesas, tendo 81 metros quadrados de superfície. Não há

uma estrada da vila ao cemitério, pelo que se torna incómoda a viação.

No orçamento da Câmara Municipal acha-se há dois anos inserida uma verba para a construção de uma estrada da vila para o cemitério, o que é uma necessidade inadiável. Oxalá que se faça brevemente.

ARQUIVO PAROQUIAL

O arquivo paroquial está completamente desorganizado. Nota-se primeiramente a falta de um armário ou guarda-livros, os quais estando mal acondicionados, por certo hão-de danificar-se e deteriorar-se, como sucedeu na ocasião do ciclone.

Requisitei da Câmara Municipal um armário ou guarda-livros, que está em construção, bem como o caixão com os respectivos gavetões para acondicionamento dos paramentos e alfaias. Depois de estar pronto o armário, será montado convenientemente o arquivo num compartimento dependente da igreja paroquial. Os livros do registo paroquial, ainda os modernos, estão em péssimo estado e alguns com tinta já apagada.

Quando eu tomei posse desta igreja encontrei, além dos livros antigos, os dos baptismos e óbitos correntes, não havendo os dos casamentos, talvez por não os ter havido, como até aqui.

Requisitei da Câmara Eclesiástica da Prelazia novos livros e encetei a minha escrituração na forma do decreto de 1863. O livro das pastorais, circulares e outras determinações superiores, não existia. O novo livro que para esse serviço foi adoptado começa com a data da minha posse.

Escusado é dizer que não há nesta freguesia registo dos documentos anteriores. Não existia também inventário, o que vou providenciar brevemente.

RELIGIÕES SEGUIDAS NO DISTRITO

As religiões mais geralmente seguidas neste distrito são: cristianismo, maometismo e bramismo.

O cristianismo é professado pelos europeus, índios e poucos indígenas. Em geral é raríssimo quem professa o cristianismo pròpriamente dito, pois de cristãos sòmente têm o nome. Os cristãos, se não votam um certo desprezo à religião, pelo menos professam um indiferentismo na matéria de religião, de maneira que sòmente querem ser cristãos depois da morte, visto só então se lembrarem de entrar na Igreja, ou, antes, alguém por eles pensa ou manda fazer um enterramento católico acompanhado das preces da Igreja, da qual andaram longe quando vivos! Causa verdadeira consternação o indiferentismo religioso que professam os cristãos!

Há também um ou outro protestante, gerente das casas comerciais francesas.

O sistema religioso que conta mais adeptos entre os indígenas, é o maometismo, certamente por mais se acomodar e favorecer as paixões. Não obstante a Carta Constitucional da monarquia, têm uma mesquita no meio da vila, e os sectários dessa nefanda seita têm as suas práticas todas as sextas-feiras do ano e durante todo o mês de Ramadão. Fazem propaganda das doutrinas de Maomé e em alta escala, sendo cada um deles um acérrimo implantador das suas perniciosas doutrinas.

O bramismo é só professado por alguns asiáticos, porém não fazem propaganda, e se têm filhos de mulheres africanas, ou os votam ao desprezo, ou os entregam ao catolicismo ou ao islamismo; pois, segundo eles, só podem seguir a sua religião os filhos da sua raça, tanto na linha paterna como materna.

CAPÍTULO II

POPULAÇÃO

Não é possível fixar um número exacto da população deste vastíssimo distrito, que só de costa tem 170 milhas, nem mesmo desta vila, sede da paróquia, por absoluta falta de dados estatísticos; pois nem na secretaria do Governo do distrito, nem na Administração deste concelho existe trabalho algum deste género.

Não é fácil também fazer uma estatística geral da população, porque ainda nos pontos mais importantes da costa e do interior não estão estabelecidas autoridades subalternas portuguesas.

Acresce a essa circunstância outra de não pequena monta, que é a falta de estradas e comunicações fáceis e seguras para o interior, e mais ainda a grande facilidade com que a raça preta, abandonando os lugares ocupados, vai criar novos pontos.

Há, porém, no distrito umas autoridades conhecidas com os nomes de capitães-mores e sargentos-mores, lugares que em geral são desempenhados pelos indivíduos da localidade, que gozam maior importância entre os seus, importância que se aumenta com os lugares do Governo, não têm deveres fixados nem responsabilidades, de modo que com o seu serviço nada lucra a administração do distrito.

Essas autoridades, com os nomes de capitães-mores e sargentos-mores, como é bem sabido, não têm instrução adequada, ignoram os princípios mais rudimentares da pública administração e na máxima parte desconhecem o distrito, que é completamente inexplorado e que tem de extensão 45 000 milhas, não sabendo até os limites da sua respectiva jurisdição, não podendo por isso fornecer as necessárias informações com a indispensável exactidão, de onde resulta haver completa carência de

dados estatísticos, o que nada se deve admirar, quando na metrópole e Índia portuguesa, onde a civilização está muito mais adiantada, os trabalhos estatísticos se acham inexactos e imperfeitos; direi no entanto o que puder colher de todas as informações e esclarecimentos que coligi, não podendo contudo afirmar que esses esclarecimentos se aproximem da verdade.

No copiador dos ofícios expedidos da secretaria do Governo do distrito à Secretaria do Governo-Geral, encontra-se um ofício no qual o Ex.mo Sr. Coronel Palma Velho, governador que foi deste distrito, dá conhecimento a S. Ex.a o Sr. Governador-Geral, de haver por curiosidade procedido ao trabalho do recenseamento da população com máximo escrúpulo e boa vontade, encontrando um número de 60 048 almas para representar a população deste vastíssimo distrito.

É de supor, porém, embora o Ex.mo Sr. Coronel Palma Velho o não especifique, que esse número representa apenas a população do litoral do distrito, não sendo possível calcular-se a população do interior, por falta de dados estatísticos, como fica dito, e não o será também enquanto tão vastas regiões estiverem entregues apenas às mencionadas autoridades indígenas, embora com os pomposos nomes de capitães-móres e sargentos-móres.

Não obstante quanto fica dito, calcula-se que a população do distrito, tanto a da costa como a do interior, será de 150 000 habitantes, e a ilha do Ibo, sede desta paróquia, terá aproximadamente 200 fogos e quase 6 000 almas.

Não é possível também fixar o número dos habitantes católicos e dos que o não são, podendo todavia afirmar, sem medo de errar, que os habitantes do distrito, e mesmo os desta vila, são em grande parte maometanos, que infelizmente abundam neste distrito mais do que em qualquer outro da província, e fazem grande propaganda, porque os indígenas estão mais em contacto e relações com os mouros vindos da Índia britânica, e mesmo porque a religião maometana favorece muito a ociosidade, deboche e sobretudo a poligamia e outros vícios que lhes são familiares.

Hoje a grande maioria dos indígenas do distrito são *monhés* e não largam a cabaia e cofió.

CAPÍTULO III

ESTADO MORAL E RELIGIOSO

A moralidade aqui não só é calcada, mas pode avançar-se que não é conhecida; o indígena entrega-se completamente à ociosidade a mais abjecta, à lascívia e embriaguez. E é bem sabido que do lugar onde a embriaguez chega, fogem imediatamente a honra, o pudor, a fidelidade,

em suma, todos os sentimentos nobres do homem, porque, obscurecida a inteligência, sopro da Divindade, fica sòmente o instinto dos brutos.

O indígena só quer o indispensável para o consumo da sua pequena casa e pouco mais, que permuta por panos de algodão, pólvora e armas; nunca está prevenido para um ano de fome, e se por infelicidade ele chega, recebe-o com uma resignação que seria digna de louvor, se não fora o efeito da apatia em que vive, a respeito do que de mais perto interessa à conservação do indivíduo e da sociedade.

Os indígenas não são dedicados por coisa alguma grande e nobre, e muito menos o são pela religião professada por seus pais. Gostam, é verdade, de serem baptizados; mas é preciso que lhes não exijam a necessária instrução dos mistérios da nossa santa religião, porque se se lhes exige, retiram-se maldizendo o padre, que não é como os outros padres que baptizavam todos os que se lhes apresentavam, sem requererem instrução de qualquer natureza.

No dia 19 de Fevereiro último, dia comemorativo do jubileu episcopal do Santíssimo Padre Leão XIII, baptizei solenemente, além das crianças, muitos indivíduos adultos; mas tive de rogar-lhes e instar para frequentarem a catequese, a fim de terem a necessária instrução dos artigos fundamentais do cristianismo.

Neste estado de coisas, só com muito tempo e trabalho assíduo se poderá conseguir que este povo tenha ideias esclarecidas sobre a religião e sobre a missão que ele tem a desempenhar no mundo.

Aqui, ao contrário do que se observa em toda a parte, são as mulheres as que menos concorrem à audição da missa nos domingos e dias santificados, e aos actos religiosos. A frequência dos homens aos actos religiosos deixa muito a desejar.

Se houver um baile, uma *soirée,* batuque ou outros passatempos desse género, de forma alguma podem faltar, não encontram razões que os escusem! Perdem noites e dias inteiros e passariam até semanas seguidas em dissipações e saraus; mas uma hora a cumprir o preceito da audição da missa e outros actos religiosos... oh! que grande desperdício de tempo!

A essa regra, porém, há poucas e honrosas excepções, e bem haja quem cumpre com os seus deveres para com Deus, que de certo não faltará aos familiares e sociais, antes os cumprirá melhor.

A recepção dos sacramentos da santa madre Igreja é geralmente desprezada ainda *in articulo mortis*; só administrei nesse caso, por uma vez, os da penitência e extrema-unção. Por desobriga confessaram-se comigo e receberam a sagrada Eucaristia um ou outro, além dos meus alunos da escola de instrução primária.

Quanto ao sacramento do matrimónio nunca se celebrou no meu tempo, há um ano, e o registo paroquial só acusa um ou dois casos de três em três anos, pouco mais ou menos; porém existem alguns em via de realização.

O casamento católico é substituído aqui ainda pelos próprios europeus pela desgraçada união da mancebia, a que chamam «casamento cafreal» ou «casamento à moda da terra»; parece impossível, mas infelizmente é verdade incontestável.

Os cristãos, tanto homens como mulheres, têm todos os vícios dos pagãos; são eles cristãos, porque foram baptizados e crêem em Deus e julgam que isso lhes basta para encontrar abertas de par em par as portas do céu.

Eis o princípio absurdo que seguem e de que fazem propaganda. Para eles as obras ou acções são indiferentes, e quando são arguidos de terem estes ou aqueles vícios, respondem sempre: «é costume da terra e exigência da natureza». E com esta resposta ficam tão consolados, como os Católicos depois de praticarem um acto de caridade.

A poligamia está profundamente arreigada neste povo. A mulher não tem a menor compreensão da sua dignidade, desconhece completamente as prerogativas e os deveres da missão sublime que lhe está confiada no seio da família e no lar doméstico; não liga importância alguma à virtude da castidade e virgindade. É uma verdadeira escrava e vil instrumento de prazeres sensuais, salvo raras excepções, aliás muito honrosas, que ainda as há.

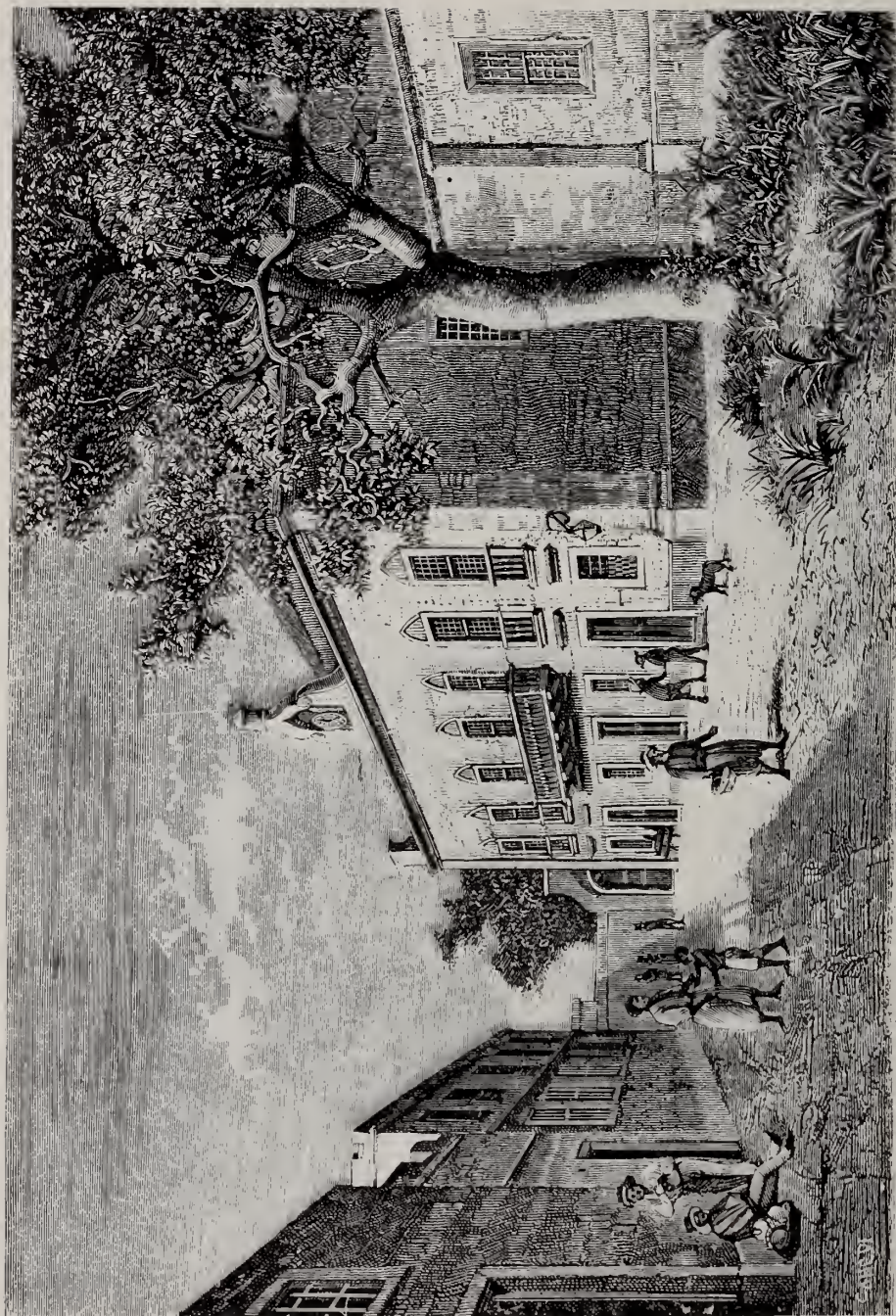
Os pais são os primeiros que dão o mau exemplo e péssima educação a seus filhos, pelo modo como vivem na sua presença, não se coibindo de à sua vista praticarem acções que eles deviam ignorar, e consentindo até que em sua própria casa as pratiquem idênticas, quando mesmo a elas os não conduzem.

Pais há, infelizmente, que não se coram de sacrificar suas filhas à prostituição clandestina, a troco do mais insignificante lucro, encaminhando inocentes criaturas (que Deus lhes concedeu como depósito para serem habitantes do céu) pela vereda da perdição, fazendo assim outros tantos réprobos.

É caso raríssimo que uma rapariga chegue aos doze anos sem perder a pérola preciosa da inocência e candura, que Deus imprime nas almas juvenis!

Concorrem diversas causas para esse tristíssimo e desanimador modo de viver, que se observa, creio, em toda a África: a falta de instrução religiosa, a péssima e repreensível educação que tiveram, uma meia educação e instrução viciadas que possuem, e em grande parte o mau exemplo de certas pessoas que lhes deviam servir de exemplo, e que nem sempre primam pelo bom procedimento e honestidade.

O elemento europeu e índio, salvo raras e honrosas excepções, é o obstáculo maior que por estas terras se encontra para o seu engrandecimento. Esse, geralmente, além de em nada prestar coadjuvação para o adiantamento moral dos povos, de tudo escarnece, de tudo zomba, de tudo vitupera, ignorando muitas vezes o sentido do que diz, parecendo, aliás, doutor formado em todos os cursos da universidade.

MOÇAMBIQUE — Cidade de Moçambique: Largo de S. Paulo (1885)

ÇIDADE DE MOÇAMBIQUE — *Câmara Municipal*

(Desenho do P.ᵉ Courtois — *Missions Catholiques*, 1888, p. 505)

Além dessas causas concorrem também outras, como são os batuques, que são divertimentos com que festejam os baptizados, casamentos e até o desenvolvimento de uma pessoa do sexo feminino, e isso ainda entre as famílias mais ilustradas da vila, as quais nesta parte seguem os costumes cafreais. E esses batuques, apesar de concorrerem altamente para a desmoralização e oferecerem ocasiões para a embriaguez e indecências, constituem divertimentos os mais aprazíveis e favoritos dos indígenas.

Todavia, pessoas há, raríssimas é verdade, que prestam grande auxílio nas festividades religiosas, concorrendo muitas vezes com os seus donativos para abrilhantá-las, para reparações dos templos e aquisição das alfaias; outras há também, e dessas muitas, que, conquanto não frequentem os sacramentos, nem os actos religiosos, não obstam, contudo, em nada à missão do padre, a não ser pela sua indiferença; mas sempre que o vêem em qualquer dificuldade, principalmente se é falta de saúde, o que ordinàriamente sucede nestas terras, procuram-no e dispensam-lhe da melhor vontade o seu apoio.

Pelo que fica dito, pode fazer-se uma ideia de quanto é triste e deplorável o estado moral e religioso do povo deste distrito, como creio ser do povo de toda esta província, além de que este é muito pouco dedicado às coisas grandes e nobres, e muito menos à religião de Cristo, embora algumas vezes queira aparentar o contrário. Em todo o caso, pede a justiça que se diga, que o deplorável estado moral e religioso deste povo, que aponto, deve atribuir-se não tanto à ausência do sentimento religioso, como, em parte, à má e errada direcção; muitos abusos se cometem por culpa dos que deveriam ser os primeiros a reprimi-los, pelo que rigorosas contas terão a dar.

CAPÍTULO IV

INSTRUÇÃO E CIVILIZAÇÃO

Passando agora para um assunto de suma importância, como é o da instrução pública e civilização dos povos, o missionário católico, que me prezo de ser, tem só a lamentar o estado de atrazo em que se encontra este distrito.

Tem o distrito duas escolas de instrução primária, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, ambas com sede nesta vila do Ibo, capital do distrito.

Desde Agosto de 1892, em virtude da portaria do Governo-Geral desta província, rejo a escola de instrução primária, que foi frequentada, no último ano, por vinte e oito alunos, estando, aliás, matriculados mais alguns; todos eles são filhos do país, e, à excepção de um ou outro, de pais paupérrimos. Três dos alunos aprendem a gramática portuguesa,

três a História de Portugal, quinze a leitura corrente e os restantes, uns lêem já nos deveres dos filhos, por João de Deus, e outros estudam ainda a Cartilha Maternal em lições diferentes, três acabaram há pouco de aprender as quatro operações da aritmética, seis fazem a conta de somar, diminuir e multiplicar, e seis de somar e diminuir, e os outros são ainda principiantes no estudo de aritmética; muitos escrevem e com sofrível caligrafia, e quase todos sabem o catecismo da doutrina cristã.

Não obstante a frequência irregularíssima, a falta dos livros precisos e o pouco incitamento da parte das respectivas famílias, que em geral não conhecem a vantagem da instrução, nem têm a compenetração e perfeito conhecimento dos seus próprios deveres, têm tido bom aproveitamento e quase todos bom comportamento moral e religioso. Auxiliam-me muito nas cerimónias da igreja.

Apesar de tudo quanto fica dito, a instrução deixa muito a desejar; pois só esta vila tem quase 6000 almas e a frequência irregularíssima de só vinte e oito alunos é insignificante. Não sei a frequência da escola do sexo feminino, porém, não excederá a cinco o número das alunas que frequentam a escola. Certamente é para lamentar o estado de instrução e educação do sexo feminino, mas obstam ao seu adiantamento e progresso certos costumes cafreais, que estão em voga, ainda entre as famílias ilustradas, costumes que não têm explicação em frente da instrução e civilização.

As meninas quando se fazem mulheres, na frase vulgar, são recolhidas pelos pais, recolhimento que até certo ponto importa uma prisão doméstica e anti-higiénica, e aí ficam seis meses, um ano e mais, enquanto se faça um batuque denominado *Riga* ou *Engoma, Mualy,* de que falarei largamente em outra parte deste meu humilde relatório.

Durante o tempo que essas meninas estão recolhidas não podem ser vistas por ninguém, a não ser pela família, não cumprem os preceitos da igreja, apesar de serem cristãs, nem frequentam a escola.

Além das escolas mencionadas existe mais uma paroquial na ilha de Querimba, onde, há pouco, foi criada ou restaurada a antiga paróquia, sob a invocação do angélico S. Luís de Gonzaga, por Sua Ex.ª Rev.^ma^ o Sr. Bispo de Himéria ([76]).

Os ordenados dos professores são pagos pelo cofre do distrito, ficando a cargo da Câmara Municipal as casas para funcionamento das escolas, que não as têm próprias, mobília e as despesas do expediente. Porém, não obstante os meus instantes pedidos, a escola de instrução primária a meu cargo funciona actualmente num compartimento dependente da igreja paroquial desta vila, mal situado e sem as condições higiénicas e outras requeridas para semelhante género de estabelecimentos, por a Câmara Municipal não ter providenciado acerca da sua conveniente instalação. Escusado é dizer, que não tem casa para habitação do professor.

([76]) B O M — 1893, pág. 44, portaria 5-B de 4 de Abril de 1892.

Em todo este vastíssimo distrito não há mais escola.

Há, portanto, no distrito, muitas povoações às quais ainda não surgiu a aurora esplendorosa da redenção cristã, às quais o sol benéfico e fulgurante de instrução e civilização não iluminou ainda com a sua luz suave e salutar. Enunciar esta triste verdade, importa o mesmo que significar a ignorância, a superstição e o aviltamento em que essas desgraçadas criaturas se acham imersas.

Força é, pois, regenerar essas almas incultas, desbravando os seus instintos ferozes, corrigindo os seus costumes selváticos, civilisá-las pela organização da família cristã, pela indissolubilidade dos santos vínculos do amor conjugal, pelo respeito da personalidade e dignidade humana, atraí-las à vida do progresso, ideias nobres e sentimentos generosos, pela luminosa influência da ciência, pelo incentivo e hábito do trabalho, pelo exercício das artes, das indústrias e das profissões.

É de todos sabido também que a acção educadora da mulher é o mais poderoso e eficaz elemento de civilização e que exerce salutar influência no ânimo e destino de seus filhos. Ao testemunho intrínseco da própria consciência, que nos atesta a natural aptidão educadora da mulher, acresce a lição imparcial da experiência e do exemplo das nações cultas, nomeadamente da França, que tem empregado sempre a maior solicitude em estabelecer nos seus domínios coloniais escolas cristãs para o sexo feminino, das quais está colhendo já flores mimosas de suave fragância e frutos sazonados de bênção, de prosperidade e civilização.

É necessário, por isso, criar muitas escolas no continente deste vastíssimo distrito, que mede aproximadamente 45 000 milhas, e onde não há corporações locais que possam concorrer para a manutenção das escolas, a não ser a Câmara Municipal.

Cumpre-me dizer agora o que penso sobre este assunto, quiçá o mais importante de todos os ramos da administração pública. O quadro que aponto, de instrução pública neste distrito, é bem frisante e bem triste e mais ainda se atendermos a que o elemento mouro, nada civilizador, fatalmente retrógrado, que desgraçadamente predomina neste distrito, mais do que em qualquer outro da província, se avantaja a nós, tanto no que diz respeito à educação da sua religião como à instrução.

Urge, pois, remediar tão grandes males, formando as gerações do futuro, tomando a peito a educação da mocidade, constituindo famílias e povoações cristãs e laboriosas, é o único meio que se me antolha como eficaz e redentor na falta das congregações religiosas, que seriam muito úteis e proveitosas; são as missões agrícolas e civilizadoras, bem fundadas e com bastantes meios, porque simples missionários com seus insignificantes vencimentos, que mal chegam à sua honesta sustentação, pouco poderão adiantar.

A meu ver, não basta estabelecer escolas e decretar o ensino obrigatório, mesmo porque este meio julgo inexequível aqui. No estado de

barbárie em que se encontram estes povos, onde a família não é senão um mito, ou para melhor dizer, uma completa depravação moral, carece-se absolutamente de escolas com internato para ambos os sexos, onde, além do ensino, seja dado o pão, o vestuário e os livros, escolas que, para assim dizer, substituam a família, base fundamental da sociedade, e isso só se poderá conseguir, na falta das congregações religiosas, por meio de missões bem organizadas, que curando da civilização e evangelização dos povos do interior, farão ao mesmo tempo que aproveitem para a agricultura os vastos e fertilíssimos terrenos que o distrito possui, e que levantem esses povos da indolência em que jazem, a exemplo do salutar sistema seguido por algumas missões estrangeiras, que educam os jovens de ambos os sexos e os unem pelo sacramento do matrimónio, livrando os homens do tremedal da poligamia e as mulheres do aviltamento da escravidão, despertando assim em todos as aspirações nobres e levantadas, criando-lhes necessidades novas, que são o incentivo de todo o aperfeiçoamento e progresso bem entendido.

A colonização europeia ou indiana bem dirigida, seria também uma alavanca poderosa para converter e levantar esses povos do grau de abatimento em que jazem e elevá-los ao grau da civilização e do progresso; mas a experiência tem-se encarregado de demonstrar o pouco ou nenhum resultado desse meio, pois como colonos aparecem só os vadios e réprobos, salvo rara excepção.

CAPITULO V

MEIOS PARA O PROGRESSO MORAL E RELIGIOSO

Durante o curto espaço de tempo, há um ano, que tenho estado nesta paróquia, tenho empregado todos os meios que julguei aptos para o desenvolvimento moral e religioso destes povos; porém as circunstâncias especiais em que se encontra este distrito, relativo à sua enorme extensão, falta das missões e missionários, pois que sou o único pároco, e agora com a restauração da paróquia de S. Luís Gonzaga, mais um colega na ilha de Querimba, e outras circunstâncias de não pequena monta, como são os poucos ou quase nenhuns recursos de que posso dispor e não poder deixar o serviço da sede desta paróquia e escola para fazer, de tempo em tempo, as minhas excursões para o interior, não me têm permitido empreender coisas novas.

Combater com prudência os seus vícios, prédicas e exortações, expondo-lhes a verdade e convidando-os para a instrução e baptismo, tem sido o meu cuidado até aqui. Porém, convencido de que a moralização e civilização deve-se começar pela mocidade, porque dos adultos pouco ou nada se pode esperar, tenho empregado a catequese para os instruir nos mistérios da nossa santa religião, mediante o catequista, que é meu sacristão,

que da melhor vontade se presta a desempenhar esse elevado mister; por eu não saber a língua da terra. Com tempo, porém, espero desempenhar pessoalmente esse meu dever, para o que estou vertendo em língua do Ibo o catecismo da doutrina cristã, com o auxílio de dois amigos paroquianos meus, conhecedores das duas línguas portuguesa e ibense, a fim de ver se posso inocular, permitam-me a expressão, nestes povos os princípios mais rudimentares da nossa religião, que ignoram.

Chegados à idade viril, e muitos à velhice, sem instrução e sem princípios alguns da religião que professam, envergonham-se agora de ir à catequese, e é muito difícil, para não dizer impossível, vencer essa relutância, e principalmente nos homens, que quase todos são arrastados pelo maometismo, e não encontro meios alguns para pôr dique a essa nefanda propaganda, a não ser as ordens religiosas, e na falta delas, duas missões agrícolas civilizadoras, com meios bastantes para o seu progresso e desenvolvimento, uma ao norte desta vila, com sede no Molúrio, e outra ao sul, no Montepuez (76a) ou no Medo, lugares que por informações fidedignas acho próprios e que têm condições para sede das missões, que as actuais circunstâncias deste distrito urgentemente reclamam. E com a pequena experiência que tenho, peço, para o que deixo dito, as atenções do Governo e de S. Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo de Himéria, na certeza de que sem instrução, educação religiosa e civilização, para o que se requer as referidas missões, será impossível levantar esses povos do estado soporífero em que vivem; esse estado, que torna o indígena sempre desconfiado, é ineficaz para gerar gosto pelas ciências, artes e ofícios e agricultura, poderosos factores do bem-estar dos povos e paz geral da sociedade.

CAPÍTULO VI

RESULTADOS DOS MEIOS EMPREGADOS

Do que fica dito nas considerações feitas é fácil concluir-se, que têm sido escassos os resultados dos esforços empregados para moralização e civilização destes povos, confiados ao meu cuidado e que só com muito tempo e trabalho assíduo se pode esperar algum resultado em proveito do serviço de Deus e da Pátria. Tudo quanto o tempo e a falta das missões e missionários hão feito neste distrito, um pároco, por maior que seja o seu zelo pelas coisas de Deus, da Igreja e da Pátria, não pode destruir inteiramente, e em tão pouco tempo, a obra satânica de quase mais de um século e creio mesmo que as mesmas dificuldades e barreiras, quase insuperáveis, que se levantam de todos os lados, para o bom desempenho

(76a) Os Reverendos Padres Monfortinos têm uma missão em Montepuez desde 1934.

e resultados satisfatórios da paróquia que me está confiada, encontraram também os meus dignos antecessores, não obstante o seu zelo pelo desenvolvimento moral e religioso deste vastíssimo distrito.

Lamento sinceramente, mas não me desvaneço; nutro os bons desejos e quentes esperanças de cumprir sempre o meu dever, trabalhando quanto em minhas forças couber para a moralização e civilização destes povos confiados aos meus cuidados.

CAPITULO VII

OBSTACULOS AO DESENVOLVIMENTO MORAL, RELIGIOSO E INDUSTRIOSO

Muitos são os obstáculos ao progresso moral, religioso e industrioso deste distrito, como o são a falta das missões e missionários, desinteressados, activos e trabalhadores, e a falta dos meios para dar impulso à moralização e civilização dos indígenas.

O elemento mouro, que em grande escala existe no distrito, em nada civilizador e fatalmente retrógrado, é uma das causas do manifesto atrazo em que jaz este distrito, mau grado meu. Como é bem sabido, o elemento mouro, especulador na sua essência, é incapaz de dotar com o mais pequeno melhoramento a terra que explora e que o enriquece.

Infelizmente o comércio deste distrito está inteiramente nas mãos desses mouros e hoje já não é fácil fazer-lhes competência, pois que importam fazendas, procedentes da Índia britânica, mais baratas. O comércio serve-lhes também para fazerem propaganda das erróneas doutrinas de Mafoma, que encontram entre os indígenas muitos sectários e mesmo apologistas, tanto porque os indígenas estão mais em contacto e relações com os mouros negociantes, como porque essa religião favorece a ociosidade e sobretudo a poligamia, que é arreigada nos indígenas.

Além disso os sectários de alcorão empregam outros meios para a sua propaganda, como são as dádivas e presentes com que os indígenas fàcilmente se deixam vencer.

O missionário católico, muito mal remunerado, como infelizmente é, não pode fazer presentes, nem pode permitir os vícios abomináveis e sobretudo a poligamia, antes pelo contrário, os combate e detesta, como deve combater e detestar.

Nota-se, além disso, a falta de estradas e caminhos fáceis que do interior venham ao litoral, e por onde os pretos do interior possam transitar e conduzir as suas mercadorias para o litoral, como é necessário para o progresso industrial deste distrito.

CAPÍTULO VIII

MEIOS PARA SE REMOVEREM OS OBSTACULOS

Em vista das minhas rápidas considerações pode-se, pouco mais ou menos, fazer a ideia do estado moral e religioso deste país; urge, pois, remediar esses males sem perda de tempo, e quaes serão os meios que devemos usar, a fim de conseguir eficaz e progressivamente uma transformação moral e intelectual deste povo? Será mandar destacado, aqui e acolá, um paróco ou missionário? Certamente não.

Mandar para o meio dos pretos selvagens e mouros interesseiros e debochados, com intuitos civilizadores, um ou dois padres, sem meios alguns mais que a palavra e o baptismo, é nada, porque em geral o missionário ignora a lingua, desconhece os costumes e hábitos, e daí a chegar a fazer alguma coisa que valha o serviço de Deus e da Pátria, gasta-se um tempo incalculável, e nem contudo os frutos serão completamente satisfatórios.

É esta a minha humilde opinião.

Seja-me permitido por isso que eu apresente os meios de que se deve usar para atingir o ffim que se deseja, que é a moralização e a civilização destes povos.

É preciso mandar para este distrito, até aqui descurado, duas missões agrícolas civilizadoras, na falta das congregações religiosas, que a meu ver são indispensáveis na África, tendo cada uma delas, pelo menos, dois padres e um auxiliar, com dois ou três mestres de artes e ofícios, por ora, com meios precisos para o seu desenvolvimento e progresso.

Deve-se construir uma modesta igreja na sede da missão, e ao lado da igreja deve-se construir a residência com os compartimentos necessários para um internato de trinta alunos, pelo menos; ao lado da residência as oficinas; ao lado das oficinas a escola onde, a par da virtude, deve proporcionar-se-lhes hábito e gosto pelo trabalho, e procurar no solo em que vive os necessários meios e mais objectos indispensáveis à vida, obrigando os alunos ao trabalho da agricultura artes e ofícios, algumas horas por dia, segundo a aptidão de cada um.

Desta maneira o indígena perderia a pouco e pouco o horror que nutre contra o trabalho, e habituado desde o princípio à cultura dos campos, artes e ofícios, não haveria tantas probabilidades de, em chegando a uma idade maior, viver na mais criminosa indolência, que faz do indígena um ser inútil e prejudicial à sociedade, incapaz de coisa alguma, a não ser praticar o mal e estar afeito aos vícios. Alguns poderão sair muito bem instruídos na escola; mas se não forem habituados ao trabalho do campo, artes e ofícios, dentro em pouco se precipitarão numa vida mais escandalosa do que a de seus conterrâneos, como infelizmente há exemplos que o comprovam.

Os internatos, onde depois das indispensáveis horas para o estudo de cada dia os alunos fossem empregados em certos trabalhos, segundo a tendência e aptidão de cada um, constituem, a meu ver, um meio aproveitável, que merece ser adoptado para dar impulso à moralização e civilização dos povos deste distrito, a exemplo do que têm feito as nações cultas da Europa, ampliando e desenvolvendo as suas colónias, e derramando no meio delas todos os elementos e meios de que carecem para o seu progresso.

A existência do internato de um modo regular e estável, parece-me indispensável nos primeiros dez ou quinze anos, a fim de excitar e acostumar o preto a mandar seus filhos à escola; de outra forma não digo que seja nula a frequência, mas que será tão irregular que muito se trabalhará e muito pouco se colherá.

Dois estabelecimentos desse género em tão vastíssimo distrito, que tem a sua vida própria, não seriam demasiadamente pesados ao Governo, e demais é altamente humanitária, cristã e nobre a empresa de subtrair ao meio infecto, contagioso e corrompido as crianças, que pelo contacto diário por força se tornarão viciosas.

O africano não é destituído de inteligência, e antes de chegar à idade viril é obediente, e quando bem dirigido revela boas qualidades e óptima índole.

É possível que esses meios por mim apresentados, depois de uma experiência, pareçam aos poderes superiores muito despendiosos e ineficazes; mas que farei eu? Não vejo outros meios eficazes, não admitindo [77] o estabelecimento de ordens religiosas.

CAPITULO IX

USOS E COSTUMES

Muito teria que falar sobre tão importante assunto se a minha saúde e mais afazeres mo permitissem, e caso tivesse em mira escrever detidamente as minuciosidades. Só me ocuparei em tocar de leve em coisas que se observam todos os dias.

Apesar da dominação portuguesa ir por toda a parte introduzindo a civilização e com ela a religião do Crucificado, o distrito de Cabo Delgado conserva ainda, não obstante ter visto o seu período de florescimento, um certo número de coisas, que por seus caracteres dão a entender que não é mais do que o feiticismo estúpido, tal como se observa em toda a Africa; e esse estado toma dia a dia novo incremento, porque a raça

---

(77) Isto é: a não se querer admitir

negra, compenetrada da existência de uma religião que, se não existisse, era força criá-la, anda naturalmente mais inclinada aos mouros, abraça a religião deles por ser ela mais favorável aos seus instintos depravados; como também porque os mouros gozam de uma certa influência nesses povos, na razão de comerciantes.

O islamismo, como todas as religiões, eivado de erros, tem a sua crença e fé; força é, pois, que vá difundindo seus princípios, que indo de encontro com a religião de Cristo, produz efeitos perniciosos que, infelizmente, arreigando-se nas gerações passadas, conservam-se ainda íntegros nas gerações presentes, qual legado de pais a filhos. É uma das causas do manifesto atraso desses povos.

Para bem frisar este ponto, que aliás parece à primeira vista de pouca importância, mas que é ponto de partida, pelo qual se pode conhecer a moral dos povos, fica em parte mais expressivo em certos divertimentos denominados «batuques», que se acham cá em voga, sem se poder precisar bem a sua origem e a data do seu aparecimento, porque é certo que os tais batuques não nasceram no Cabo Delgado; mesmo há quem diga que foram eles introduzidos pelas raças limítrofes. Enumerando, pois, os batuques, devo seguir a seguinte descrição:

Quissene é um batuque de alegria, e que se faz ordinàriamente na ocasião dos baptizados. Mussanjo, Maréaé, Mussuma, Denguéra, Nisia (este último consiste simplesmente no canto e faz-se ordinàriamente para comemorar o dia natalício) e Quibanga.

Os batuques supra não oferecem nada de interessante, e quase que se vão extinguindo pelo desuso, nem tão pouco se tornam dignos de menção por qualquer particularidade, que eu saiba. Além dos mencionados citarei os repelentes batuques, tão conhecidos aqui pelo nome de Riga ou Engoma-Muali, bem como os odientos batuques Ringuèré e Quiburi.

Vou, portanto, entrar na descrição dos dois primeiros batuques, porque eles afectam a moral pública, tanto pelo fim por que são feitos, como pela sua execução.

O Riga ou Engoma-Muali é o batuque pelo qual se pretende dar publicidade que uma rapariga se fez mulher, anunciando com estrondo o aparecimento do fluxo catamenial.

As posturas municipais têm felizmente banido da vila esse batuque, permitindo, contudo, que se possa fazer fora dela, e é por isso que todas as famílias do Ibo, salvo raríssimas excepções, escolhem a ilha de Querimba, Quirambo, Tandanhangue e outros pontos, para naquele local dar larga à perversão dos sentidos; é um batuque que continua durante três dias e noites seguidas, e pelas duas ou três horas da madrugada só algumas mulheres, dirigidas pela mãe da heroína dessa vergonhosa festa, ou por quem suas vezes fizer, vão ao quarto da rapariga em objecto e dançam quase nuas, com acompanhamento de cantigas pouco decentes aos ouvidos pios.

Nesta imoral festa figura uma notável e desgraçada criatura (mulher idosa, conhecida vulgarmente com o nome de Ncanga) e ensina à rapariga actos vergonhosos que ela, sendo possível, devia ignorar sempre, e para cuja descrição a minha pena não se presta.

Durante as referidas horas da madrugada administram à rapariga em objecto uma beberagem composta de substâncias de mistura com o cravo da Índia, beberagem que tem por fim provocar vómitos, sinal para elas evidente da virgindade; quando, porém, por circunstâncias fortuitas, o desejado vómito não aparece, atribuem essa circunstância ao feiticismo e repetem a beberagem duas, três e até quatro vezes, e é então raro que deixem de vomitar. Em seguida a isso distribuem-se alvíçaras pela tal desgraçada Ncanga e pessoas presentes, entrando no número das alvíçaras bebidas embriagantes.

Devo notar mais que durante essa cerimónia é proibido no quarto da rapariga o ingresso de homem, e é por isso que muitos pais ignoram o horroroso espectáculo que as suas filhas representam, só para cumprimento do que desde a antiguidade se faz em detrimento da moral.

Felizmente hoje algumas famílias importantes, compenetradas da hediondez do acto, têm acabado de vez com semelhantes batuques em suas casas, ao passo que outras famílias que, aliás, dizem pertencer à principalidade da vila, continuam vegetando nessa imoralidade, não obstante a oposição de alguns chefes das famílias.

Alguns apologistas apaixonados desses batuques querem co-honestá-los, dizendo que não têm nada de imoral os tais batuques, embora se envergonhem de explicá-los; mas posso afirmar, sem receio de ser desmentido, que existe certamente a ausência da moralidade. Basta apenas reflectir ligeiramente que não é permitido o ingresso do homem durante certas horas, o ingresso do homem, quando mulheres semi-nuas dançam no aposento da rapariga, para com simples raciocínio dizer *a priori*, que alguma coisa nojenta, que algum plano infernal executam nessas horas.

Além do batuque descrito fazem um outro denominado Mussari-Muali, que vem a ser um batuque suplementar, findo o qual as raparigas podem ver a luz do dia, visto que tiveram que passar uma considerável parte da sua existência em clausura detestável, que nem a higiene, nem a moral podem aprovar.

Além dos mencionados, citarei ainda outros batuques denominados Ringuèré e Quiburi, que de particular nada oferecem à curiosidade pública; mas têm sido eles o ponto de partida de ódios, que há anos reinam entre as famílias e mesmo entre os irmãos, fomentados pela leviandade do sexo feminino, que em questão de ódios representa verdadeiras discórdias.

Os chefes de dois batuques representam os campeões de seus partidos, nos quais andam filiados os brancos, que aliás se dizem ilustrados e principais da vila, arrogando-se a si os pomposos títulos de imperador, rei, governador, secretário, etc.

Falando dos usos e costumes não posso passar em silêncio o que aqui se chama *matanga,* que vem a ser a família e parentes em reunião em casa de um falecido, os quais, participando da justa dor que na casa reina, se entregam desenfreadamente ao jogo e festa bacanal (salvo raras excepções) como para experimentarem o lenitivo e esquecerem-se por momento da amargura dolorosa em que vivem.

No oitavo dia do luto todos os que tomaram parte na *matanga,* fazendo coincidir possìvelmente com a hora em que o defunto fora baixado à sepultura, dirigem-se à praia e banham-se nas águas do rio, com o intuito de se esquecerem da amarga perda que acabaram de sofrer, o que me faz lembrar dos meus tempos juvenis, em que na mitologia deparara no banho do rio Letes, onde as almas dos falecidos se mergulhavam para se transmigrarem noutros corpos, dando lugar à metempsicose.

Devo também dizer alguma coisa com respeito ao governo e à administração da justiça no interior deste distrito.

O Governo no interior deste distrito, onde ainda não estão estabelecidas autoridades subalternas portuguesas, nem Missões, é absoluto e despótico. O poder dos régulos impera incondicionalmente e tudo depende da sua vontade, ou antes do capricho.

Não obstante haver aqui a comarca, muitos crimes que se cometem no interior não chegam ao conhecimento dos magistrados da justiça; mas são decididos pelo régulo, segundo a sua boa ou má vontade.

As causas cíveis e criminais no interior são resolvidas pelo régulo verbalmente, sem forma alguma de processo, de onde provém que as penas não correspondem sempre aos delitos, sucedendo muitas vezes ficar impune um grande crime e ser castigada severamente uma leve falta. Ainda existe entre eles a pena de morte, que depende também da vontade ou capricho do régulo.

Os costumes dos povos habitantes ao norte desta ilha, e quanto mais ao interior, são mais guerreiros e bárbaros do que os dos habitantes do sul.

Muitas vezes são de súbito assoladas as terras deste distrito pelos pretos chamados «mafites», chegando até o arrojo desses bárbaros a invadirem as povoações da beira-mar. Para cevar seus instintos selvagens escolhem as mais das vezes povoações importantes, como Azimba, Mocímboa e outros pontos, que a ferro e fogo saqueiam, matando e ferindo os habitantes, levando agarrada e escravizada a gente que não quiser acompanhá-los; incendeiam as casas, roubam as casas de comércio, em uma palavra, cruelmente exercem pilhagem, carnificina e incêndio.

Tal é o medo e terror incutido por esses selvagens mafites nas povoações, que apenas têm conhecimento da chegada deles, emigram para o litoral ou para as ilhas, abandonando assim as suas habitações, agricultura e comércio, que consideràvelmente se vão ressentindo pela repetição de semelhantes crimes.

A produção do distrito chega para seu consumo, permitindo ainda a exportação de alguns géneros. Os principais produtos agrícolas do distrito são: arroz, milho grosso e fino, feijão, meixoeira, jugo, mandioca, amendoím, gergelim, borracha, goma copal, urzela, cocos, tabaco, anil, algodão, rícino e café. Encontra-se também no distrito, vindo principalmente do interior, bastante marfim e cera, alguma ponta de abada e dentes de cavalo marinho. A borracha, marfim, goma copal, urzela, gergelim e cera são os principais géneros de exportação, e os restantes com dificuldade chegam para o consumo.

A indústria é bastante limitada; fabricam esteiras, charuteiras e cigarreiras de palha, cordas de cairo, caixas e bolsas de missanga, cal de pedra e embarcações de pequena lotação.

A indústria de pesca é exercida em pequena escala e também exclusivamente para o consumo. A pesca de madrepérolas tem pouca importância e os aljofres, posto que de qualidade inferior aos de Bazaruto, têm ainda assim algum valor e são em geral exportados para Bombaím. O preto liga-lhes pouca importância, vendendo-os aos brancos e mouros por algumas braças de algodão.

Faz-se também no distrito pequena indústria de distilação de aguardente de caju, extracção de óleo de coco, de gergelim e de purgueira.

Os terrenos da região do sul desta vila, actualmente sob a jurisdição do reverendo pároco de Querimba, são bastante montanhosos, muito férteis e com boa água. A sua população é densa, activa e laboriosa, de índole franca, estimando o convívio do branco, onde encontra o pasto da sua avidez ao ganho. Tem ricos e fertilíssimos vales e vastas planícies. E se o seu solo não encerra por acaso jazigos conhecidos de metais e pedras preciosas, tem seguramente o ferro, densas matas onde se encontram madeiras para construções, vales fertilíssimos para agricultura e planícies para criação de gados sem receio da mosca, que não há.

Os terrenos situados ao norte desta vila, e por conseguinte sujeitos à jurisdição desta paróquia, são em geral pouco montanhosos e menos férteis. A sua população é pouco densa, mas os terrenos são ricos em goma copal e borracha, e a sua costa é rica também em aljofres e tartaruga.

O indígena dessa região é indolente e desconfiado, e por isso tem as suas povoações formadas apenas dos seus, bem separados e bastante distantes umas das outras. Mais em contacto com o mouro da costa portuguesa e zanzibariana, torna-se mais refractário à civilização, cifrando o seu bem-estar e felicidade em ter maior número de mulheres com palhota para cada uma delas e um bocado de terreno para semeação do milho, para evitar a fome. Vestem uma cabaia (túnica branca) com cofió (barrete) e finalmente o maior número de amuletos (feitiços) no pescoço,

nos punhos, na cintura e nas pernas. Essa região tem ao menos o carvão de pedra, segundo me informam, e cuja riqueza é desconhecida.

O litoral dessa região, bem como do da sul, é ocupado por povoações dos mouros, só do nome, servindo apenas de obstáculo a todo o progresso da religião e civilização. Ao norte desta vila fica situada a baía do Tungue, que é vasta e esplêndida, aberta ao ENE. com uma entrada ao norte da ilha de Ticamo. Os terrenos que ficam situados à margem esquerda do rio, e onde se acha estabelecida a povoação árabe de Meningane, são muito baixos ao nível marginal do rio e elevam-se gradualmente para o interior, resultando daí a imundície e lamaçal em que ordinàriamente, e principalmente no tempo das chuvas, se acham sepultados os seus habitantes. Os edifícios e casas que aí se encontram, além de não terem valor algum, estão construídas em condições as mais anti-higiénicas, baixas e cobertas de palha, nem sequer têm uma janela para entrar luz e ar necessários, tornando-se dessa maneira insalubres. Muitas dessas casas são de comércio e auferem grandes vantagens, porque aparecem ali muitos géneros de exportação, como borracha, marfim, goma copal, cera, gergelim, cavalo-marinho, tabaco, milho e outros cereais. Quase ao meio, do lado do norte da baía, fica situada Tungue pròpriamente dita. As casas nesse ponto não são em nada superiores às de Meningane; não se faz nesse ponto o que se pode chamar comércio, apenas de vez em quando dão-se bem, como os de Meningane, ao solícito tráfico da escravatura, embora actualmente em pequena escala, mandando os escravos ora a pé a Quionga e Lindi, a fim de serem transportados para Zanzibar, ora em pangaios para as possessões francesas, a fim de acolá serem vendidos; ainda não perderam o uso imoral de considerarem o homem como mercadoria!

Os terrenos da margem direita do rio, muito mais elevados do que os da esquerda, são inteiramente planos até à distância de pouco mais ou menos 2 quilómetros da praia, e elevam-se depois ràpidamente ao interior; depois dessa pequena elevação continuam os terrenos a serem do mesmo modo planos até a uma imensa distância. Embora pouco competente, segundo me informam julgo que se esses terrenos fossem cultivados, poderiam vir a ser um manancial de ricas produções.

Deixando de parte os coqueiros, cafezeiros, mangueiras e outras árvores semelhantes que, embora em pequena quantidade e no meio do mato cerrado, existem e dão perfeitamente a conhecer a aptidão do terreno para semelhantes plantações, sem falar do anil e algodão, que são plantas quase espontâneas em toda a costa, encontram-se acolá terrenos que perfeitamente satisfazem às condições exigidas pelos agrónomos para plantações do tabaco, café, borracha e outras semelhantes.

Ao pé mesmo da povoação, onde está o comando militar, encontram-se terrenos não muito húmidos, próprios para plantações do tabaco, e já os soldados tiveram a curiosidade de ensaiar essa plantação e colheram bom resultado.

Pouco ao diante, e a 2 quilómetros de distância, há terrenos arenosos e com humidade suficiente para se obter uma boa plantação de café. Mais ao interior encontram-se terrenos em condições iguais àquelas em que as plantas de borracha naturalmente vegetam sem dispensar-lhes um trato especial. Pena é, porém, quc não haja indígenas que saibam aproveitá-las. Só a duas léguas de distância no interior encontram-se povoações, e essas mesmo pouco importantes, sendo os seus habitantes essencialmente indolentes; ocupam-se sòmente na cultura do milho e mandioca, e a tal ponto chega a sua indolência que não se incomodam na preparação das terras e abandonam os terrenos que no ano anterior lhes tiverem servido para a agricultura. O sistema que eles seguem nessa cultura é o seguinte: pouco antes da época das sementeiras escolhem um terreno virgem, queimam o mato e arvoredo, e passados alguns dias cavam-no muito superficialmente, e logo que chega o tempo da semeação fazem umas covazinhas, lançam alguns grãos de semente e cobrem-nas com o pé, ficando desta maneira terminada a tal falada sementeira. Porém, são tão férteis os terrenos que a produção chega-lhes para o sustento de dois anos, e dedicam por isso o ano imediato à sementeira e cultura, ao descanso, indolência e outros vícios, que lhes são familiares. No fim desses dois anos, já por estar exausta a camada superior e eles não quererem revolver o terreno, já por qualquer outra circunstância de mim e deles próprios desconhecida, abandonam o terreno de que se serviram e procuram outro ondc empregam o mesmo sistema.

Ao leste e a duas léguas dc distância estão as povoações de Masolvé, Turez e outras, cuja índole e ocupação são as mesmas quc acabo dc referir.

E tudo isso, crcio eu, devido ao pouco convívio que nessas terras têm os indígenas com os brancos, e por conseguinte suponho que, do modo como fica dito, se fossem estabelecidas as Missões agrícolas civilizadoras, únicas que pelo desapego que devem ter às comodidades mundanas poderão curar da civilização e evangelização dos povos do interior, tornando-se assim mais sólida a nossa influência sobre eles, trariam grandes benefícios, fazendo com que se aproveitassem para a agricultura todos esses feracíssimos terrenos a que a baía dá acesso.

Do quc fica dito dcpreende-se que a indústria e agricultura estão ainda na infância, sem cmbargo da fcracidade do solo, que me parece apto para produzir tudo.

CLIMA DO PAÍS

Não obstante muitas condições anti-higiénicas, o estado de saúde pública na vila se pode dizer bom ordinàriamente. Praias cobertas de detritos, ruas corridas de lixo, bazares nunca limpos, pântanos e muitas outras coisas semelhantes, não produzem em circunstâncias ordinárias

os funestos resultados de fermentação, que eram de recear, devido talvez à escassez da população.

A alimentação pública é irregularíssima na vila e com mais razão no resto do distrito. Açougues não os há; encontra-se, porém, occasionalmente, carne a vender. De ordinário peixe miúdo e outros mariscos constituem o sustento do povo, servindo-lhe de base o milho ou arroz cozido. Não se obtém água potável em todos os sítios da vila e é mais exígua na costa do continente e outras ilhas, geralmente sendo necessário em muitas localidades buscá-la a grandes distâncias. Os naturais, porém, e em particular os pretos, acabam por se darem perfeitamente bem com as águas de que um estranho não faria uso prolongado impunemente.

A residência do Governo do distrito tem uma cisterna para conservação das águas da chuva, bem como alguns particulares têm os tanques de ferro para o mesmo fim.

Relativamente às vicissitudes do tempo, que constituem as estações, não se distinguem neste distrito mais do que duas épocas durante o ano: a do calor, a qual predomina, e a do frio, que se faz sentir três a quatro meses, enquanto o sol anda pelo trópico de Câncer. Os efeitos dessas mudanças diferem essencialmente entre si das profundas modificações que imprimem às qualidades físicas do ambiente. A atmosfera, ordinàriamente pesada, apresenta-se frequentes vezes carregada, principalmente ao declinar o dia. Quente e húmida durante a maior parte do ano, é, na época da mais baixa temperatura no distrito, de uma secura que impressiona desagradàvelmente as fossas nasais e dificulta a respiração. Na terra firme a temperatura é geralmente mais ligeira e fresca, fazendo-se, porém, sentir em grau superior o abaixamento da temperatura geral. As chuvas coincidem com a época dos maiores calores. Essa circunstância contribui imensamente para a sua perniciosa influência, como em todos os climas quentes. São muito irregulares no seu começo, fim e frequência. Tem-se visto protraírem-se além do tempo ordinário, com grande prejuízo da saúde pública e da agricultura; sendo abundantes, fazem sentir os eflúvios palustres com a maior violência. O orvalho cai ordinàriamente durante a madrugada. Felizmente, porém, o orvalho fino e insalubre, que se chama cacimba, é raro e se forma comummente na época do arrefecimento do ambiente, e é do meado de Abril a Agosto, geralmente poucas horas antes do nascer do sol e de curta duração. Tem-se também observado a cacimba ao cair da tarde, pouquíssimas vezes, em seguida às chuvas torrenciais e tempestuosas durante o dia. A névoa é também rara.

Predominam neste distrito os ventos do sul e sudoeste, norte e nordeste; os primeiros sopram de Abril a Outubro regularmente, e os segundos durante o resto do ano. O sudoeste e o nordeste são mais raros. O este exerce sobre a saúde pública uma influência mais benigna do que maligna, é de ordinário mais brando, como o é o vento oposto. A violência do sul e sudoeste é geralmente considerável e às vezes extremamente

nociva. Os habitantes, com fundamento, consideram como mais doentia a época em que sopram esses ventos, os quais são principalmente nocivos quando iniciam ou sobrevêm extemporâneos, súbitos e violentos, o que não é raro.

Termino, pois, este insignificante trabalho, para o que peço a indulgência dos entendidos.

Paróquia de S. João Baptista da vila do Ibo, 1 de Maio de 1893.

Cónego Luís Salvador Francisco do Rosário e Sousa
Pároco colado.

DOCUMENTO N.º 9

ANO DE MIL OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS

PAROQUIAL DE S. SEBASTIÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO

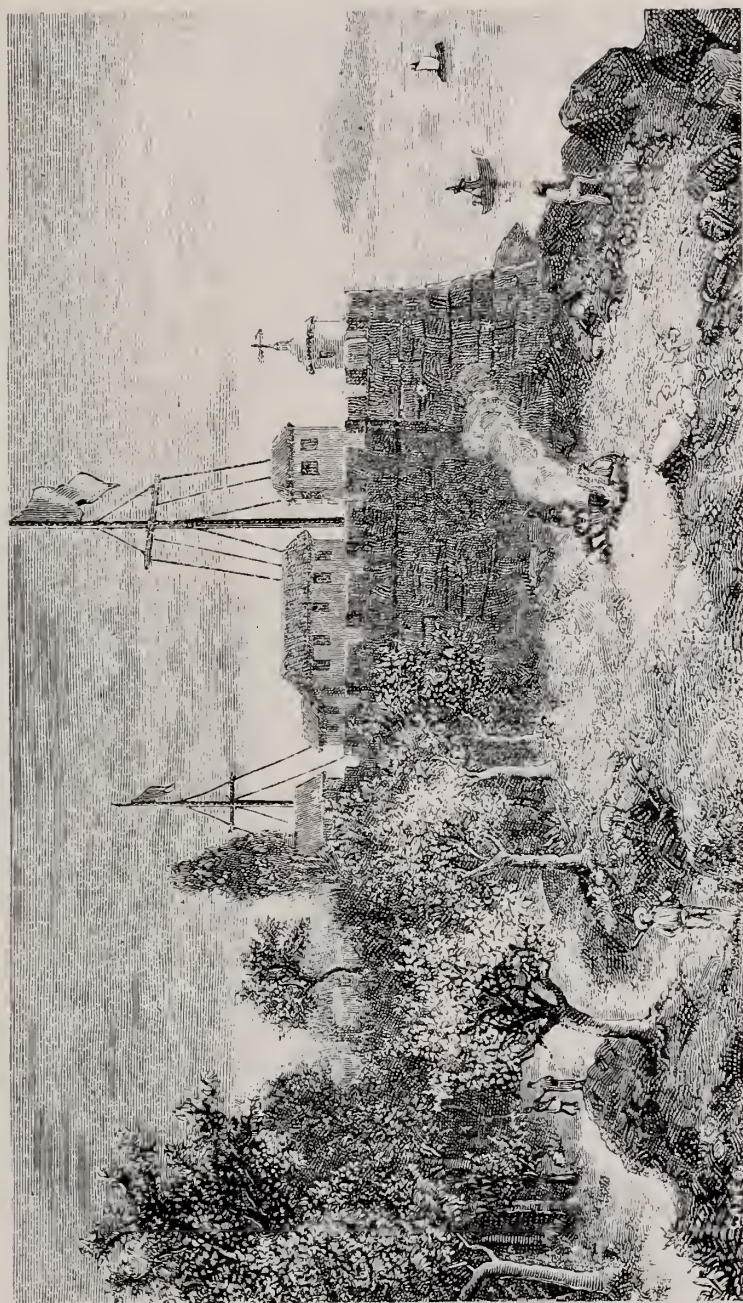
Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor.

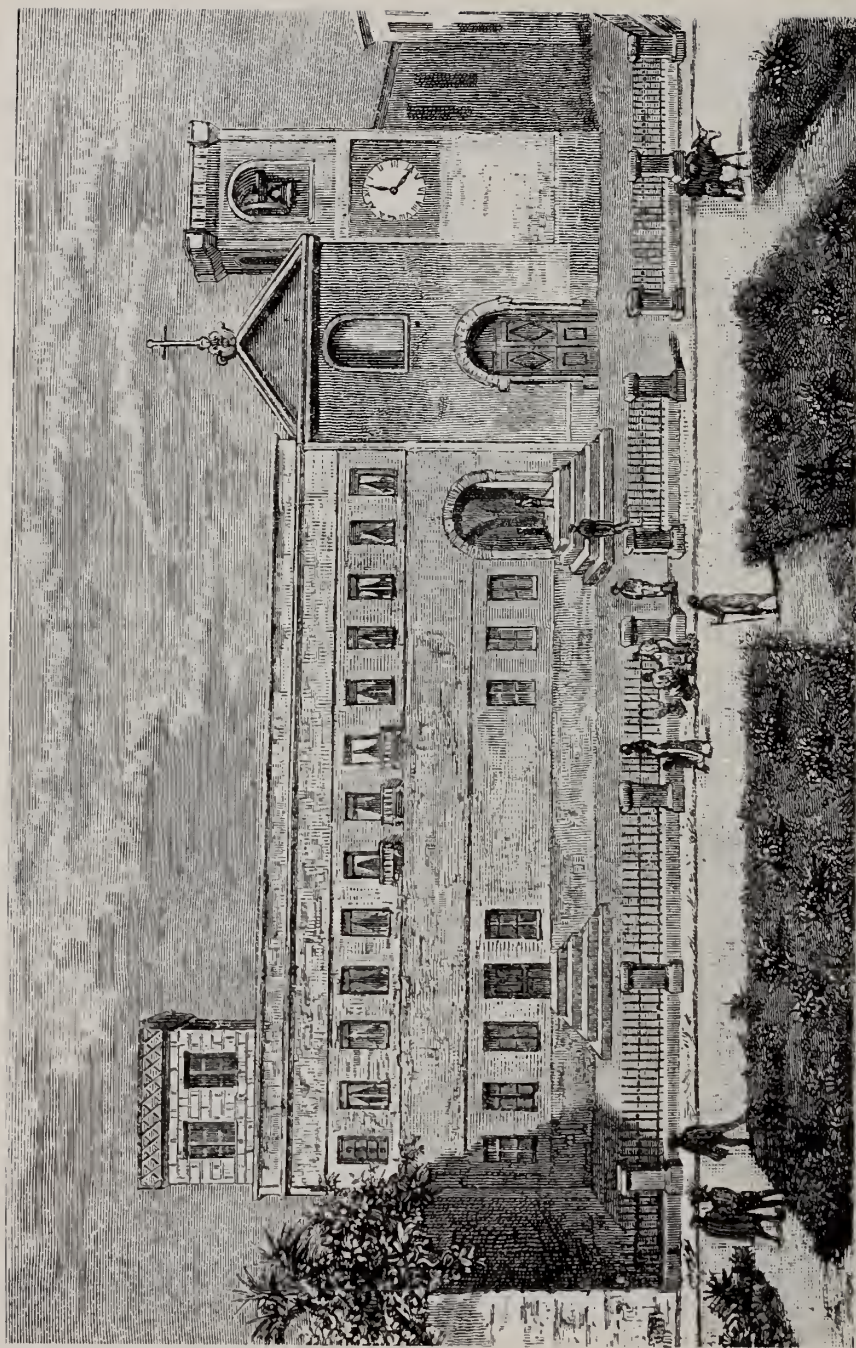
Obedecendo ao meu legítimo Superior Hierárquico nesta paroquial de S. Sebastião da Ilha de Moçambique, elaborei uns pobres apontamentos sobre o que nesta freguesia havia a notar-se e isto em conformidade com a circular número cinco, mandada expedir por Vossa Excelência em fins do ano de mil oitocentos e noventa e dois.

Para melhor compreensão e fácil explanação dividi este trabalho em tantos artigos quantos os da circular ordenante, lançando mão deles e apropriando-os à paróquia que administro.

ARTIGO 1.º

Denominação, situação e extensão do território que administro

A paróquia de S. Sebastião da Ilha de Moçambique acha-se situada a Sudoeste da mesma Ilha, sendo limitada ao Norte por uma linha que partindo da rua das Hortas e travessa do Hospital, vai de costa a costa, tendo de extensão para o Sul aproximadamente um quilómetro e dois a três hectómetros na sua maior largura.

CIDADE DE MOÇAMBIQUE — Fortaleza de S. Sebastião

(Desenho do P.e Courtois — *Missions Catholiques*, 1888, p. 499)

CIDADE DE MOÇAMBIQUE — Palácio do Governo e Igreja de S. Paulo

(Desenho do P.e Courtois — *Missions Catholiques*, 1888, p. 498)

ARTIGO 2.º

Número de almas que esse território compreende, distinguindo as que são católicas das que o não são

Estando a freguesia de S. Sebastião dividida em grandes bairros, formados por simples cubatas, sem plano nem ordem, apresentando verdadeiros e emaranhados labirintos, de onde de dia dificilmente se sai e de noite é verdadeira temeridade o explorá-los, impossível é dar o número exacto dos seus habitantes, atendendo à falta de um recenseamento da população e à sua constante mudança, em virtude da miséria em que vivem; todavia calculando-se a população da ilha em doze mil almas, não irei longe da verdade se disser que a minha paróquia contém sete a oito mil habitantes, sendo apenas, destes, duzentos a trezentos cristãos; os restantes ou são pagãos, ou seguem o maometismo sob o nome de *monheísmo*, que, mais que aquele, lhes dá plena liberdade de nada fazer e muito especialmente de se esquivarem a serviços comuns e ordinários, a que estão obrigados os que servem por paga.

ARTIGO 3.º

Qual o estado da religião da população

O estado moral é péssimo, não só pela convivência dos pretos com os árabes e mouros, que desde remotas eras aqui vieram estabelecer-se, sendo estes os únicos senhores das terras do distrito, mas, e esta talvez seja a razão principal, ou pelo menos o que muito tem, dominados todos pelos mouros, de quem em geral descendem, lhes é preponderado pelos maus exemplos que os europeus lhes têm dado e dão, convidando as mulheres à prostituição, ou tomando a seu serviço moleques, rapazes negros, com o especial encargo de lhas angariarem e proporcionarem à satisfação de seus luxuriantes instintos, durante algumas horas de ócio e mediante uma insignificante retribuição, que geralmente lhes é maquiada pelo solícito agente, que para melhor e mais seguramente conseguir aquele seu interesseiro intento, escolhe de preferência raparigas tímidas e de pouca idade, não sendo raro verem-se algumas de dez a doze anos completamente prostituídas.

Não sendo ordinàriamente o preto inclinado à sodomia entre si, presta-se, todavia, sem repugnância, a um tal acto com o branco, e é tal a sua obcecação que, uma vez caído, é rara a emenda e o abandono de tão repelente prática.

Este defeito provém principalmente do contacto do preto com o militar europeu, especialmente o marinheiro *namatanga*, que receoso das

consequências do concubinato com a mulher, prefere chafurdar-se em tão imundo lamaçal.

Pelo estado moral fàcilmente se deduz o religioso, que quase nos levaria a crer nenhum princípio de religião lhes ocupa o pensamento, importando-se apenas, e para isso só trabalham, obter alguma pequena quantia, que lhes baste para se embriagarem.

ARTIGO 4.º

Qua o estado da instrução pública e civilização dos povos

Uma e outra se encontram nesta paróquia bastante abandonadas por parte dos adultos e completamente por parte das crianças que dominados todos pelos mouros, de quem em geral descendem, lhes é totalmente vedado aprender a língua portuguesa, que mais tarde desejam conhecer com o fim único de serem empregados públicos, sem que primeiro tenham aprendido o dialecto especial que aqueles usam, e só quando já iniciados, o coração corrompido, e perfeitamente imbuídos dos erros, imposturas e superstições dos seus, é que são livres em frequentar a escola do branco.

A civilização corre parelhas com a instrução, porque nesta paróquia o habitante mais civilizado é o que mais passeia, menos trabalha e melhor veste, dependendo a civilização sòmente dos meios de que cada um dispõe para o seu sustento; e como este lhe não absorve quotidianamente grande quantia, não se importa do futuro e nada explora, a não ser a bolsa do branco, se é negociante.

As artes estão ou completamente abandonadas ou então no seu rudimentar início, encontrando-se alguns carpinteiros e pedreiros, e poucos alfaiates; nem mesmo o preto desta região é capaz de grande progresso, por pertencer a uma classe muito inferior.

ARTIGO 5.º

Que meios tem empregado para o progresso moral e religioso deles

O único meio de que tenho lançado mão é a escola, que é também o único que poderá ser profícuo e capaz de opor-se aos efeitos do abandono a que esta população chegou, por parte dos que deveram, utilizando--lhe os serviços domésticos, tratar um pouco mais da sua educação moral e religiosa; mas... ainda não vai longe, de facto, a escravidão, e nesses tempos o preto não era homem, nem um ser racional: era uma máquina, uma coisa, um instrumento, um meio seguro e certo de sem grande dispêndio obter riquezas.

ARTIGO 6.º

Que vantagens tem tirado dos meios empregados

Como o único meio empregado tem sido a escola, dessa algumas vantagens se têm auferido, o que melhor farei conhecido apresentando os números.

Aberta a escola paroquial em Agosto de 1892, teve ela uma frequência irregularíssima até ao princípio de Dezembro seguinte, devendo talvez atribuir aquela irregularidade a serem alguns alunos já homens feitos, completamente analfabetos e estarem de mistura com rapazes que em geral não excediam a dezóito anos, orçando o maior número por catorze a dezasseis anos. Mas até nem todos estes perseveraram.

Por uma circunstância qualquer, cujo motivo ainda desconheço, fui procurado pelo chefe religioso dos mouros e monhés desta paróquia, que me pediu para lhe admitir na escola os seus dois filhos. Imediatamente admitidos, logo uma corrente favorável se estabeleceu e tendo apenas já nessa ocasião só dois alunos que frequentavam com alguma regularidade, matricularam-se durante o mês de Dezembro de 1892 uns onze alunos e em Janeiro de 1893 outros onze se vieram juntar àqueles e daí até o fim do ano lectivo subiu o número a trinta, trinta e quatro, o que já é bastante, onde nada se encontrava antes.

Destes apenas doze eram já cristãos e dois pagãos; todos os mais maometanos.

Nesta nova época escolar, principiada em Outubro passado, já se acham matriculados dezóito adultos, de treze a vinte e sete anos, e se eu não estivesse impossibilitado de lhes ministrar livros, maior seria já o seu número, mas havendo há mais de um ano requisitado os livros, que julgo de absoluta necessidade para os exercícios de leitura e preparos para os de escrita, a Prelazia não pôde satisfazer às requisições feitas, porque o Governo ainda lhos não ministrou; alguns que tenho em serviço, ou me foram dados por particulares, ou comprei-os à minha custa, e eu não pude ainda ir mais longe.

Tenho alguns alunos que já lêem razoàvelmente e têm progredido em escrita e contas.

ARTIGO 7.º

Quais são os principais obstáculos ao progresso religioso, moral e industrial do país?

A tendência do preto para nada fazer, preferindo o descanso aos cuidados do dia seguinte; a indolência supina e esterilizadora; o contacto com o árabe e o mouro que, religiosamente falando, lhes favorece, se

não instiga, a satisfação de todas as paixões ruins que embrutecem; a crassa ignorância da maior parte dos brancos em matéria religiosa, e o abandono a que estes votam o cumprimento dos seus deveres de cristãos; o interesse que a uns e outros domina, levando-os a lançar mão de meios ainda os mais censuráveis, para se arranjarem um pecúlio, que mais tarde lhes facilite uma vida cómoda, servindo-lhes muitas vezes o preto de grandioso auxiliar, em afã tão cuidado.

São os principais obstáculos ao progresso religioso e moral desta paróquia.

As poucas necessidades da vida para o preto e a especulação vergonhosa do mouro e do branco, que exige trabalho demasiado por uma remuneração diminuta, obstam de um modo desolador à indústria do preto que, não dando verdadeiro amor e importância ao metal ou papel amoedado, de boa vontade o troca por uma pequena quantidade de arroz ou mandioca seca, *makáka*, quando não é por um bocado de cana de açúcar ou um cabaço de líquido fermentado de caju, coisas bastantes para lhe entreterem a vida.

ARTIGO 8.º

Quais os meios que julga mais próprios para se removerem esses obstáculos?

É este um dos pontos que devera merecer um mais aturado cuidado aos que se acham encarregados de administrarem colónias e regenerar e moralizar indivíduos, cuja capacidade não é demasiado acessível. É aos poderes civis que melhor compete o remover aqueles obstáculos, ao eclesiástico o evitar que reapareçam.

Ao preto desta paróquia, já assaz bem conhecido pelos artigos antecedentes, precisas são fortes e enérgicas medidas para o mover ao progresso.

Na impossibilidade de um expediente extremo, à maneira do que em Portugal se empregara para com os judeus no século XVI, que nas condições actuais desta pequena parte da província de Moçambique, exercido para com os mouros e árabes seria o único de pronta eficácia, cortando-se o mal pela raiz; nenhum outro encontro mais propenso a produzir resultados óptimos a não ser: o estabelecimento de uma lei de trabalho, para o homem e a mulher, regularizando, com humanidade, as relações entre o trabalhador e o patrão, obrigando aquele na medida de suas forças, sem as esgotar nem deteriorar, a concorrer com o seu contigente em benefício da comunidade, impondo a este duras penas, se exige àquele mais do que é justo que ele preste, ou lhe regateie a remuneração estabelecida legalmente por seus serviços, tendo cuidado que uma tal lei não

seja letra morta; com a lei do trabalho a realização de uma caixa de mútuo auxílio, superiormente dirigida, obrigando o operário a depositar nela, por ocasião de receber a féria, uma quantia certa e determinada, que mais tarde, quando impossibilitado, lhe serviria, distribuída convenientemente, de património para si e para os seus.

Uma lei de ensino obrigatório, empregando a força, sendo necessário, contra as imposições de mouros e árabes, castigando-os rigorosamente quando provado fosse que eles impediam a execução de tal lei e obrigando todo o preto a frequentar a escola desde os sete anos em diante, sobrecarregando com multas os transgressores. Rigoroso escrúpulo na escolha do pessoal funcionário, obrigando-o a fazer-se respeitar pela cordura e moralidade; eis os meios próprios de destruir, ou pelo menos atenuar, os obstáculos apontados no artigo antecedente.

Haverá quem julgue serem estes meios fortes de mais, em demasia rigorosos, capazes de levarem o preto à insubordinação contra a autoridade; mas é certo que embora fortes e duros só assim se tirará algum resultado; o preto é inacessível à convicção.

Como consequência de tais medidas, fácil seria, não ainda sem trabalho, nem suores, ao missionário ou ao pároco, o procurar e conseguir o progresso moral e religioso dos seus jurisdicionados. Este depende principalmente da emancipação do preto à influência do árabe e do protervo mouro; para que essa emancipação fosse real, além daquela medida, nunca a autoridade civil deveria autorizar as manifestações destes, que posto o branco as considere ridículas e sem importância, são todavia religiosas e exercem influência no espírito do preto.

Em diversas épocas do ano, por o mais frívolo motivo, tenho presenciado na área da minha paróquia essas manifestações religiosas, acompanhadas de uma banda de música, pertencente a uma corporação de crianças, subsidiada pelo Estado, que vão dar certo esplendor e importância ao que só é ridicularia e fanatismo religioso, altamente prejudicial às mesmas crianças, que, sendo lícito duvidar de seus conhecimentos nas verdades católicas, se vão habituando daquele modo às superstições maometanas e vêm ainda mais tarde, se bem que baptizados, a ser feiticistas.

São estas manifestações do mouro o seu proselitismo seguro e eficaz, e este parece ser favorecido e aprovado pelo Estado, que, se bem tenha naquele um inimigo figadal por motivo de religião, nem mesmo materialmente lhe deve merecer confiança.

ARTIGO 9.º

Que serviços relevantes tem feito para a prosperidade da paróquia que administra depois do último relatório?

Como este é o primeiro relatório apresentado, nada tem que responder-se por enquanto a este artigo.

ARTIGO 10.º

Uma notícia sobre os costumes, produções, estado da indústria e clima do país

É difícil, numa população tão misturada como a desta paróquia, discernir os seus costumes; porém, como a maior parte é formada de gente de raça preta, mais ou menos estável, direi destes o que souber.

Oriundos, não mui remotos, das tribos que ocuparam a Macuane, conservam e por ele são conhecidos, o nome de macúas e macúa é a sua língua, ao presente ainda sem regras e imperfeita, pelo abandono a que tem sido votada, por parte dos conquistadores; é todavia a única de que o pároco deve lançar mão, se deseja colher algum fruto de seus trabalhos, porque só com ela se fará compreender e todos os esforços serão perdidos e inutilizados se a desconhecer completamente.

Os macúas têm entre si ocasiões na vida, que eles revestem da maior solenidade, celebrando-as de um modo especial.

Posto o macúa esteja actualmente saturado de maometanismo, sob o nome de monheísmo, ainda conserva, por ocasião da fanação e do casamento, costumes seus próprios, que os mouros lhes não puderam, talvez, desarreigar.

É a fanação a sua iniciação na religião, espécie de circuncisão, que os habilita a poderem tomar mulher, e a idade mínima para este acto é em geral a dos treze anos; mas sofre este costume excepções e conheço um que fora fanado aos onze; depois do acto a que preside o *padre*, chefe religioso, terminologia aprendida dos cristãos, principiam as festas profanas, que consistem em grandes bodas de *murrama*, arroz cozido com *puláu*, guisado de cabrito nadando em molho bastante picante, e libações à felicidade do iniciado, com *sura*, suco extraído do coqueiro, principalmente do cacho, *chimbláu*, sumo de caju fermentado e álcool extraído daquele.

A festa prolonga-se tantos dias quantos possam comportar os haveres do pai do *neo-maometano*, não excedendo nunca a oito. Depois que as libações e a mascação do tabaco, prazer habitual do preto, começam a produzir os efeitos naturais, passa-se ao grande divertimento, à *soirée* indígena, o batuque, que é mais solene, se além do clássico tambor, há ou não música nos intervalos, pela banda da escola de artes e ofícios, ou do batalhão, segundo o festejado pertence ao partido da escola ou da praça.

Este divertimento não é atraente, quer pelo berreiro que fazem, tornando-se ensurdecedor, quer pelo pó que levantam com o movimento dos pés; neste tomam parte homens e mulheres, porém estas são sempre em menor número, não por que faltem, mas será isso da regra, pois a ver encontram-se centenares delas.

A outra ocasião de grande contentamento é quando alguma rapariga se casa.

Combinado o casamento por intermédio de alguns panos de uma cor alegre e brilhante, entre os chefes das famílias dos nubentes, dá parte a rapariga às suas amigas do novo estado que vai tomar, e estas se reunem de grande uniforme (não é sem razão que emprego este termo, porque no corpete, que cada uma leva, tem um pequeno galão à semelhança do que distingue os nossos oficiais da guarnição de província, não havendo exemplo de que entre elas se haja excedido a patente de capitão), com ela se internam na sua casa e se divertem, chamando a isto o batuque secreto, onde nenhum homem entra, nem mesmo o noivo, mas em grandes turmas se aglomeram à porta a gozarem o divertimento, barulho infernal que vai lá dentro. No dia seguinte, devidamente autorizados pelos chefes das respectivas famílias, se juntam os dois e está o casamento feito, havendo bródios e batuques solenes, e não consta haja, para os pretos monhés, intervenção neste acto do chefe religioso.

A poligamia não existe a descoberto entre os pretos desta região; se algum tem mais do que uma mulher, procura tê-la de modo que a legítima o ignore, e logo que seja conhecedora da infidelidade daquele, jamais se conciliarão e é inevitável a separação.

O monhé usa cabaia que lhe cai desde o pescoço até aos pés, de ordinário sempre branca, *cofió*, espécie de boné sem pala, que cai sobre a nuca, que jamais tira; e até lho consentem, não sei porquê, nas repartições públicas, onde muitos são contínuos ou serventes, com excepção da escola paroquial, em que nenhum se atreve a conservá-lo na cabeça.

A mulher usa panos e mais ou menos garridos, segundo os seus meios. Esta tem religião de ordinário maometana, mas não é todavia admitida na mesquita.

Há entre os pretos desta paróquia uma tendência pronunciada para constituírem monarquia; não é hereditária, mas electiva. Eleito o rei, este recebe de cada preto um pequeno tributo, mas ignoro as suas atribuições, a não ser as de lhes promover em cada ano inúmeros batuques, cujas despesas o rei deve custear.

Também não têm o sentimento pátrio, porque sendo macúas, o rei actual é de Angola, e de Angola era o antecessor. Não são muito dados ao roubo, porém se se lhes proporciona a ocasião não a deixam perder e substituem a palavra *roubar*, pela de achar.

Não pode produzir esta paróquia, porque além de ser esta parte da ilha de um terreno arenoso e cheio de rochas coralinas, é ela pequena para habitações, que comportassem còmodamente os seus habitantes; nada produz, portanto, nem mesmo há espaço para ensaios; indústria, nenhuma.

O clima não seria mau se a população fosse mais espalhada e mais cuidado houvesse na limpeza das ruas e casas. É por isso bastante atacada, em certas épocas do ano, pela varíola, que dizima centenares de

desgraçados, e pela sarna, atacando uma e outra, de ordinário, só os habitantes de cor preta.

É bastante atreita a febres, que talvez se possam atribuir, além de outras causas, à qualidade da água de que os habitantes se servem, que é extraída de pequenos poços feitos na areia, sendo ela bastante salobra.

ARTIGO 11.º

Finalmente todas as mais notícias que convenha saberem-se para que se possa dar as providências necessárias

Pela simples leitura das respostas aos artigos antecedentes poderá concluir-se que a população desta paróquia consta sòmente de pretos, mouros ou árabes e de alguns brancos europeus, não é, porém, assim. A população desta freguesia é, numa boa parte, formada de indivíduos das nossas colónias das Índias, que aqui afluem em larga escala à procura de um emprego, e considerável não pouco de indígenas filhos de pai e mãe europeus, e até de descendentes não mui remotos dos mesmos índios.

Entre estes nenhum há que não seja baptizado.
mouros ou árabes e de alguns brancos europeus; não é, porém, assim.

Quando Vossa Excelência se dignou, em nove de Julho de 1892, restabelecer nesta parte da ilha a antiga paróquia de S. Sebastião ([78]), que tivera a sua sede na praça do mesmo nome, e me nomeou pastor deste rebanho, confesso que contava principalmente, para fazer alguma coisa, com aqueles dois elementos, por isso que, pelo que lhes ouvia, deviam concorrer muitíssimo com a sua fé e exemplo para a regeneração dos que ainda não haviam recebido as águas lustrais do baptismo; e sendo-lhes mais fácil a eles que ao branco familiarizarem-se com a língua do geral da população, língua que muitos deles falam, esperava encontrar com facilidade e até com esperanças de muitas conversões, uma boa porção de catequistas, que muito me deviam auxiliar.

Logo no princípio, porém, conheci a ilusão com que me deixara seduzir, porque, e disso estou hoje plenamente convencido, não eram cristãos senão por haverem sido baptizados, sendo católicos sòmente de palavras.

Procurei chamá-los à assistência do santo sacrifício, à catequese que estabeleci nos dias santificados, mas o resultado foi nulo; todos os meus esforços baldados, todos os meus trabalhos perdidos, sujeitando-me, por lhes procurar seu bem espiritual, a suportar os ardentes calores de um sol abrasador, e eles completamente surdos ao chamamento do seu pastor!...

([78]) B O M — 1892, pág. 293, portaria n.º 22

Se fora sòmente a minha decepção, não me lamentaria, mas acresce que são também ovelhas tinhosas, que contagiam o resto do rebanho pelo seu mísero viver, pelo seu deplorável procedimento; em nada diferem neste particular dos pobres pretos, que jamais viram a luz da verdade, nem ouviram a pregação do Evangelho; por isso, pouco ou nada se fez, porque, exceptuando dois ou três, que uma ou outra vez aparecem no templo, os outros parecem ignorar que nesta freguesia há pároco e há templo, posto que pequeno, onde se celebram os actos do culto católico.

Entre a população preta tenho alguns indivíduos cristãos e oriundos da África Ocidental, que na sua maioria, e hoje quase na totalidade, são sentenciados.

Nutri por eles bastantes esperanças de fruto, mas é este ainda reduzido, porque é fácil ao preto da outra costa, de uma raça superior, o assimilar-se os defeitos e costumes dos desta região; todavia os baptismos de quatro crianças, feitos este ano, foram promovidos por eles, sendo o outro, porque fiz cinco baptismos, pedido por um índio para uma pequena que desejava educar; não desesperarei, apesar de tudo, de um dia, mais tarde ou mais cedo, conseguir abundantes frutos que possa oferecer a Deus, como penhor da minha boa vontade, e a Vossa Excelência como retribuição dos fervorosos incitamentos que me tem dispensado; para isso conseguir, seguirei aquelas palavras do apóstolo, que, incutindo-nos a constância e afugentando-nos o desânimo, nos diz: *Clama, ne cesses.*

Paroquial de S. Sebastião da ilha de Moçambique, 30 de Dezembro de mil oitocentos e noventa e três.

O Pároco,

Padre Emílio Augusto da Esperança Machado

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 2 de Maio de 1894.

O Escrivão,

Padre Afonso Pereira

BSGL — Res. Maço 3, doc. 33.

BSG — 1895 (14.ª Série) n.ºˢ 7 e 8.

ORAÇÃO FÚNEBRE DO BISPO DE COCHIM

Defunctus adhuc loquitur
Jaz morto e ainda fala.

Ad Heb. XI, 4.

Ex.^mos e Rev.^mos Srs. (1)

Meus Senhores

Felizes aqueles de quem se pode afirmar o conceito do texto sagrado que acabo de pronunciar; porque para esses, onde termina a vida, começa a justiça da história, a mãe da imortalidade no tempo; felizes os que, elevando à altura dum culto a prática da virtude, insculpiram profundamente o seu nome no bronze incorruptível onde a Religião e a Pátria inscrevem os nomes aureolados dos seus beneméritos.

A Morte, nivelando os homens e proclamando com a energia irredutível dos desenganos o nada das grandezas terrenas, diante de um túmulo, é o arcanjo providencial, que extrema o campo, onde durante a vida militaram os nulos, os prejudiciais e os maus, daquele onde laboraram afanosamente os fortes, os bons e os úteis à comunidade, que, acima de tudo, preferiram por timbre e brasão o cumprimento do dever.

É por isso que das álgidas negruras de um túmulo, onde a morte, com estilete de aço, gravou o selo dos desenganos, emergem clarões de intensa luz; é por isso que do silêncio lúgubre das necrópoles surge, como um fantasma enérgico e vingador, o grito da justiça, impondo silêncio à lisonja, recalcando vaidades, nivelando eminências sociais, condenando tiranias, abolindo despotismos, esfacelando pompas, aniquilando ouropéis e lantejoulas, que deslumbram por um momento a miopia humana e se

(1) Os Ex.^mos e Rev.^mos Srs. D. Manuel de Bastos Pina, Bispo de Coimbra e D. Henrique Reed da Silva, Bispo de S. Tomé de Meliapor.

desfazem, como a nuvem batida pela nortada, nas arestas de um sepulcro.

Oh Morte! Eu te bendigo; abençoada sejas tu; reina, impera como rainha de verdade; o teu cetro é um farol de justiça, o teu diadema uma constelação de esperanças; o teu trono o escabelo do Omnipotente e o teu império a igualdade.

O orgulho e a vaidade humana enodoaram as obras de Deus, afastando-nos do Bem e do Belo; vem, pois, tu ensinar-nos que só Deus é grande, que só a virtude é respeitável e que só tu tens o poder de reduzir a pó a lisonja, esmagar o orgulho e fazer rebrilhar, como as facetas do diamante lapidado, a justiça e a virtude, que se alevanta, quando emudece o respeito humano, diante das manifestações do teu poder, perante o qual tudo é nada.

Perante a corte mais opulenta e brilhante que tem deslumbrado o mundo, um grande orador francês desentranhara do seu verbo potente esse conceito sublime que a eloquência humana há-de eternizar — só Deus é grande — profligando assim as intemperanças da vaidade caduca, que no empenho de engrandecer o que é mortal, tinha esquecido o que é eterno. Um rei, que a lisonja por milhares de bocas de seus áulicos conclamava — grande — começava assim a diminuir perante o mistério de um túmulo, que não respeita categorias sociais, nem coroas, nem cetros, nem riquezas, nem talentos, mas que só enaltece, sublima e faz grandes, como a projecção da sombra do abeto na encosta da serra quando declina o astro do dia — a memória dos que espargiram as flores do Bem, enxugaram as lágrimas amaríssimas da viuvez e da orfandade; adelgaçaram as trevas do entendimento, moralizando o próximo, cumprindo a missão augusta de Anjos de paz e amor por entre as urzes da terra da provação. Sim, só esses são grandes diante da algidez de um túmulo; só esses podem desafiar as austeridades da história. Começam a viver quando a terra lhes abre o seio para receber o seu espólio precioso, porque a Morte lhes levanta um trono além túmulo e lhes decreta as honras que a humanidade lhes deve.

A piedosa homenagem que hoje aqui nos reune perante os altares do Deus vivo, implorando os caudais das misericórdias divinas para as imperfeições da carne, têm por objecto uma memória abençoada de todos; a memória dum homem que não devia morrer, porque a sua vida era um exemplo e um incitamento; uma epopeia de virtudes cívicas e religiosas; um compêndio de acções heróicas, onde está escrito em letras de fogo: acima de tudo o cumprimento do dever. *Defunctus adhuc loquitur,* jaz morto e ainda fala.

Em todos os tempos, os homens superiores pelas suas virtudes e pelo seu talento constituíram o florão e o timbre da Pátria feliz que os viu nascer; nela brilharam como meteoros luminosos na noite escura das sociedades humanas; com o aroma suave das suas virtudes embalsamaram a atmosfera social que os rodeava e que do seu exemplo necessi-

tava tanto, como do oxigénio para a vida animal; são oásis no deserto das decepções humanas e focos de luz e calor que vivificam tudo que se lhes aproxima.

A sociedade actual corre avessa a austeridades meritórias. O amor desordenado do gozar vence muitas vezes a satisfação íntima do dever cumprido; as grandes dedicações ou esmorecem ou se esterilizam em pugnas inglórias; os grandes ideais que serviram de farol a descobridores e missionários, que fizeram deste belo país um seminário de heróis e de mártires, não se extinguiram, mas encurtaram o raio da sua projecção luminosa. A raça homérica que com mão segura plantou a bandeira das quinas, por entre a fumarada das bombardas inimigas, no topo dos baluartes incendiados e levantou a Cruz redentora nas clareiras de quatro continentes, desfalece nos seus prístinos arrojos. Pois bem; junto do túmulo que encerra as cinzas frias dum grande cristão e dum grande português, retemperemos as nossas energias para os grandes combates da civilização e do progresso; alimentemos o nosso espírito com essa fé ardente que obra prodígios em benefício da Pátria e da Humanidade. O seu nome abençoado pela geração presente, sê-lo-á pelas futuras e esse facto é uma prova de que ainda de todo se não extinguiram as grandes virtudes da nossa raça.

O nome do Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Sr. D. João Gomes Ferreira guindou-se tão alto, conquistou por tal modo o amor, a veneração e o respeito dum povo inteiro, que ficará aí como um símbolo de virtudes, uma síntese de benemerências, um exemplo de missionários e um guia luminoso de Prelados portugueses.

Convidado por esta santa instituição, que se chama a Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres, a que tenho a honra de pertencer, para rememorar os altos feitos, as acções heróicas do morto ilustre que pranteamos, acedi, contando antecipadamente com a generosa largueza da vossa benevolência. Que ela me não falte.

Senhores:

A grandeza de um povo e a opulência duma nação, não deve medir-se pelo número de quilómetros quadrados que abrange na sua área, nem pelo peso do ouro que encerra os seus tesouros; mas sim pela grandeza de ânimo, de valor e de virtudes dos cidadãos que produz, pela coragem que os nobilita, pela soma de factores que concorre para a civilização e progresso da humanidade.

Pequena era a Grécia clássica e encheu o mundo com os esplendores da sua literatura, as maravilhas estéticas da sua escultura, a elevação das concepções matafísicas da sua filosofia: com o estrondo dos seus feitos épicos e a vastidão das suas colónias, que lhe meteram na mão o cetro da hegemonia das regiões do Levante.

Acanhado em extensão era o património do conde Henrique, ao alvorecer do século XII. Porém uma geração de heróis, educados na dura escola da guerra, brandindo o montante temeroso, faz recuar o Crescente invasor; põe em respeito vizinhos esforçados e audazes, que não podiam conformar-se com a emancipação da Pátria, que a coragem titânica de um punhado de bravos talhava a fio de espada na orla ocidental da península ibérica. E, quando esse povo de eleição, faminto de aventuras, de domínio e de glória se lança através do mar tenebroso, ensina à Europa, mergulhada em instituições bárbaras, a arte de navegar no alto; abre as portas do Oriente; conquista os países do sol e das pedrarias com que opulenta o formoso Tejo; alarga os domínios da Cruz e com ela rasga novos horizontes à humanidade e planta o marco miliário que separa a idade média da moderna; — esse povo tem direito à imortalidade porque a conquistou com o seu sangue e o seu heroísmo; esse povo é grande porque Deus lhe destinou a maior das missões históricas dos tempos modernos.

Desde esse momento, a futura Pátria dos Gamas, dos Almeidas, dos Albuquerques, dos Pachecos, dos Xavieres e João de Brito, merece o primeiro lugar na história do progresso humano pelas virtudes dos seus filhos, pela soma de bens que produziu e até pela vastidão de território que conquistou em proveito da solidariedade da nossa espécie.

As riquezas enormes carreadas do Oriente, se trouxeram um brilho e opulência, até então desconhecidos, à rainha do Tejo, também oxidaram os músculos de aço deste povo; o egoísmo solapou e corroeu as bases mais sólidas da sua força; e a uma época de glória intensamente esplendorosa vem fazer sequência um período de marasmo e abatimento profundo. Não era o sono da morte, mas a laxidão que se apodera dos indivíduos e das sociedades depois de penosas caminhadas e de esforços titânicos; não era decerto a morte, mas a catalepsia e indiferença, essa diálise terrível das sociedades decadentes. À acção dissolvente corresponde sempre uma reacção adequada, como a aurora à escuridão de noite sem estrelas.

O meado do século XIX marca uma nova época para o povo português; terminadas as guerras entre irmãos e restabelecida a paz interna, reacende-se a antiga coragem deste povo, que dum repelão sacode o torpor que lhe paralisava a energia. O país conhece, por essa intuição providencial que livra os povos da morte sobre o cairel do abismo, que a sua salvação está além-mar, que das colónias virá a sua redenção económica e social e que a sua alta missão de povo colonizador ainda está em princípio.

O missionário empunha de novo a sua cruz; o explorador a sua bússola; o marinheiro volta ao leme abandonado e corroído pelo gusano do desleixo, e o soldado sente renascer-lhe no peito os estros de prístinos entusiasmos.

Dentre a plêiade de beneméritos da religião e da Pátria que empreenderam a nova cruzada da paz, da civilização e do progresso, ocupou lugar proeminente o morto ilustre que hoje honramos.

Quando em 1851 ressurgiu a Pátria portuguesa para os labores da vida ultramarina, fitava pela primeira vez a luz do dia, em Aguiar de Sousa, uma criança que Deus elegera para levar o seu nome santo e evangelizar o seu reino eterno entre povos distantes, sentados à sombra do gentilismo. Filho mais novo de uma família respeitável pela austeridade de suas virtudes, foi criado com essa solicitude simples e encantadora, que distingue as famílias verdadeiramente cristãs; ao influxo salutar dos bons exemplos do lar doméstico desabrochou essa alma generosa, sempre incendida em amor de Deus, do seu próximo e da sua Pátria. Ao separar-se dos braços maternos acolhe-se à sombra protectora de seu tio, o douto e virtuoso Abade de Várzea da Ovelha, que emprega todo o carinho amorável da sua alma boa para formar a de seu sobrinho, que até ao fim correspondeu e até ultrapassou a meta dos seus desejos e esperanças. Bem sabia o venerando Abade que a educação faz o homem e que o seu futuro depende quase sempre desse poderosíssimo elemento, o mais enérgico factor da prosperidade social. Educado sòlidamente nos princípios austeros da religião católica, a única que sabe formar caracteres verdadeiramente grandes e generosos, passa ràpidamente pelo Liceu do Porto, onde deixa nome de estudante distinto e aplicado.

O bulício de uma grande cidade, porém, e as aliciações de um centro populoso não estavam em harmonia com a candura da sua alma simples e sonhadora, feita de luz e amor. Por esta época levantava-se o nome e crescia a fama duma instituição destinada a preparar os missionários, que, inspirando-se nos exemplos de Duarte Galvão, Anchieta e Francisco Xavier, levassem com o nome de Deus o da Pátria aos territórios do vastíssimo Padroado da Coroa portuguesa. O Colégio das Missões Ultramarinas e o seu fim cristão, humanitário e patriótico estava em harmonia perfeita com as aspirações do jovem estudante, que nele encontraria um capitólio sem tarpeias.

Dotado de grande inteligência, dócil, humilde, generoso e franco, em pouco tempo conquista a amizade dos seus professores e o amor dos seus condiscípulos. O seu coração inclinado ao bem e o seu espírito aberto a todos os ideais generosos ali os desenvolveu e amadureceu, adquirindo na prática da virtude e no manuseamento dos livros esse amor ao trabalho, essa coragem que nunca desfalece e essa fé ardente que lhe deu alento e força para empreender e executar obras que fazem dele, com plena justiça, um benemérito da Pátria e da Religião. A sua passagem por Cernache do Bonjardim ficou assinalada nos anais do Colégio das Missões Ultramarinas com a nota dum dos seus estudantes mais distintos e mais virtuosos — um filho que é o orgulho da mãe.

Preparado para as lutas da abnegação e sacrifício, em que deve abundar o coração do missionário, é posta à dura prova a coragem do

P.e Gomes Ferreira. As razões dum pai que o amava dum modo especial, as lágrimas da mãe que o idolatra, os rogos dos irmãos que o adoram e as instâncias de parentes e amigos, assediam-no e apertam-no num estreito círculo, para que consinta em deixar-se ficar no meio de todos, sendo indemnizado o Instituto que o formou. Vence a causa da Religião e do sacrifício, mas verte sangue o seu coração de filho amantíssimo; a Diocese de Macau lucra um missionário modelo que vale uma legião, mas a família perde um filho estremecido que era toda a sua felicidade.

Deixa a pátria amada, a família estremecida, amigos, comodidades, em 1875 e pouco depois vemo-lo honrando a cátedra do magistério como professor e logo como Vice-Reitor do Seminário de S. José de Macau, onde deu exuberantes provas da sua alta inteligência e tacto administrativo.

Os âmbitos, porém, duma casa por vasta que seja, eram acanhados para conter os voos do seu espírito que, à semelhança da águia, aspirava a horizontes mais largos. Por esta época tinha lançado os fundamentos da audaz reforma das Missões de Timor o P.e Medeiros, que a morte roubou tão prematuramente aos árduos trabalhos dum apostolado glorioso; o qual se apressa a chamar para junto de si o P.e Gomes Ferreira, seu contemporâneo no Colégio das Missões. Bem conhecia o experimentado missionário que encontrava nele o mais primoroso auxiliar, primeiro, e depois um digno sucessor, animado pelo mesmo espírito de caridade e sacrifício para com os pobres timorenses, sepultados nas trevas da mais profunda ignorância e do mais abjecto feiticismo.

Foi em Timor que o digníssimo Gomes Ferreira patenteou de um modo brilhantíssimo as altas faculdades de inteligência e trabalho, de caridade e sacrifício.

O seu espírito cristão fremia de dor ao contemplar a miséria e abjecção a que tinham descido essas cristandades outrora florescentes, quando amanhadas pela mão solícita dos filhos de S. Domingos. Cinquenta anos de desleixo e abandono foram tempo bastante para destruir três séculos de trabalhos e sacrifícios inumeráveis.

A noção de vida cristã quase tinha desaparecido; os que se apelidavam cristãos, eram-no apenas porque sobre suas cabeças tinha um dia caído a água lustral; os templos ou jaziam por terra ou eram barracões informes, cobertos com olas de palmeira; os altares estavam inquinados pelas demasias dos sacerdotes; os lugares do culto profanados; as alfaias em desalinho e rotas.

A catequese não existia, a ignorância mais profunda corria a par com a desenvoltura de costumes mais desenfreada. À vista desta lastimosa situação não desanima o zelo, nem fencce a coragem do nobre missionário, que, ajudado por companheiros saídos da mesma escola e animados pela mesma vontade enérgica, executam o grande plano que tinha traçado o primeiro superior das missões de Timor.

Seguindo os passos do grande apóstolo do Oriente, começa a obra da regeneração pela capital, que em pouco sente e ama a benéfica influência do superior das Missões. Fundam-se igrejas novas; criam-se escolas para a infância dos dois sexos; abrem-se oficinas de trabalho útil; é percorrida a Ilha por missões ambulantes, chamando os indígenas ao ensino e à frequência dos sacramentos.

Não falta o auxílio da graça a fecundar tanto zelo e abnegação; os povos mostram-se dóceis e no espaço de dez anos estava operada uma transformação radical na vida e nos costumes dessas populações, até então abandonadas. As Missões de Timor são citadas com elogio por todos os que as conhecem e são verdadeiros modelos no seu género e uma prova de quanto vale o zelo religioso e o amor entranhado da Pátria.

Para se obter este resultado foi mister ferir rijas batalhas contra a ignorância enfatuada e a má vontade gratuita; foi preciso toda essa energia inquebrantável de que era dotado o missionário Gomes Ferreira, para triunfar. Como ao Apóstolo S. Paulo, não lhe faltou o travor das injúrias, a aleivosia dos impropérios, nem a nudez dum cárcere infecto, porque preferiu o cumprimento dum dever de consciência, às ameaças e vinganças dum despotismo atrabiliário. A história vingou-o; os contemporâneos fizeram-lhe justiça e o arrependimento dos seus inimigos foi a sua grande desforra e única vingança; vingança nobilíssima que é o apanágio dos grandes espíritos.

Era tal o prestígio de que gozava entre os povos de Timor, que o amavam como a seu pai; tão eminente o respeito que lhe tributavam, que a sua presença era o paládio seguro que protege, contra as fúrias dum povo revoltado, a vida daquele que a opinião pública acusava como autor da sua desgraça, depois de terem entrado no caminho áspero dos excessos lamentáveis e sanguinolentos. É esta a recompensa que Deus dá na terra aos que sabem dominar pelo prestígio da virtude, pela pujança do talento e pela prática do bem.

Timor abençoará o seu nome, que há-de passar de geração em geração, gravado em seus corações e bem vivo e cristalizado nas lágrimas de reconhecimento dum povo inteiro. Eis o missionário.

Tantos trabalhos e fadigas tamanhas levaram o Governo de Sua Majestade Fidelíssima a mostrar-lhe, condecorando-o e apresentando-o Bispo de Cochim, o alto conceito em que tinha os seus elevados méritos.

Estas distinções e elevação à dignidade Episcopal, que envaideceriam qualquer outro, em D. João Gomes Ferreira apenas determinaram o redobrar do seu zelo, se ele podia ser aumentado, e lhe oprimiram o espírito com a cogitação das responsabilidades tremendas, que a nova situação lhe acarretava. Nem a Igreja de quem era filho dilecto, nem o Estado lhe consentiram a recusa — obedeceu.

Apenas sagrado em Macau, segue, em 1887, para a histórica e memoranda Cochim, teatro de tantos heroísmos e virtudes portuguesas,

que recebe uma nova honra, na pessoa do seu Bispo, que vai continuar a galeria luminosa dos varões ingentes que a nobilitaram no estrugir da guerra e no remanso da paz. Setenta mil cristãos aí esperavam ansiosos a chegada do novo Bispo, que ia juntar mais um elo à longa cadeira de Prelados ilustres, tantos anos quebrada e interrompida (2).

O dia vinte e três de Novembro ficará indelèvelmente marcado nos anais de Cochim e do Padroado Português do Oriente, como inicio duma época de renascimento religioso e influência nacional.

A Diocese de Cochim, rica de piedade e de tradições gloriosas, tinha carência absoluta de instituições católicas, devido ao grande período de viuvez que tinha dolorosamente atravessado. O novo Bispo, animado dum zelo cristão nunca excedido, e poucas vezes igualado, à custa de sacrifícios enormes, atenta a pobreza da sua Diocese, mete ombros à tarefa titânica de a reconstituir completamente, principiando pelas instituições destinadas ao ensino, que são a base sólida de todo o progredir moral. Neste intuito reorganiza e amplia o Colégio Santa Cruz em Cochim, para a educação da mocidade e ali estabelece todas as disciplinas exigidas para a matrícula das Universidades inglesas da Índia. Funda o convento de Santa Maria, que entrega ao zelo ardente das Irmãs Canossianas, para ali ilustrarem o espirito e formarem o coração das meninas de Cochim, enriquecendo-as com as prendas próprias da sua idade e do seu sexo.

Em Allapé cria o Seminário do Santíssimo Coração de Jesus para a educação do clero indigena, que tem produzido resultados muito animadores; o orfanotrófio de Santo António em Allapé por si só bastaria para cobrir de glória o ilustre Bispo de Cochim; instituição santa, admirável e única nos dominios do Padroado da Índia, onde a par da religião se ensinam as artes e ofícios, é onde tantos órfãos votados ao infortúnio e à miséria mais abjecta, encontram no trabalho que enobrece, os meios duma subsistência honrada e duma vida independente. Esta casa mereceu sempre a predilecção do seu fundador, que amava os seus órfãos como a menina dos seus olhos; que vivia para eles como o pai vive para seus filhos bem-amados, que a estas horas pranteiam o mais desvelado dos protectores, o mais carinhoso dos amigos e ungem com lágrimas pungentes duma infinda saudade a pedra sepulcral, que cobre para sempre os restos mortais do melhor dos benfeitores. Também em Allapé fundou um convento dirigido pelas beneméritas Irmãs Canossianas, para educação de meninas, e junto um orfanotrófio para crianças do sexo feminino, pobres e desvalidas, arrancadas à abjecção da miséria.

Dois catecumenados para a conversão e instrução dos hindus têm dado os resultados mais consoladores, fazendo de gentios indiferentes, fervorosos filhos da Cruz.

---

(2) Desde 1823, pela saída de D. Frei Tomás de Noronha e Brito, dominicano, apresentado por D. Pedro I, imperador do Brasil, para Bispo de Pernambuco, sendo confirmado em 1828, pelo que renunciou à mitra de Cochim.

A escola Leão XIII em Allapé e outras muitas que estabeleceu em quase todas as paróqulas e missões da sua Diocese, perpetuarão a memória abençoada do seu zelosíssimo Prelado, um dos mais ardentes propagandistas da instrução popular.

Ocorre uma interrogação: Como é possível criar e entreter tantas instituições beneficentes numa Diocese onde os recursos faltam e onde a população cristã é pobre? Aqui está o misterioso segredo da caridade; aqui o quilate do coração diamantino do Bispo de Cochim.

Só o instituto de Allapé consumia regularmente a metade da sua côngrua, e quando a sua bolsa, que se esgotava muito primeiro que a sua caridade ficasse exausta, recorria à sua família, aos seus amigos e a todas as almas generosas, que colectava em nome e proveito dos seus órfãos, que eram seus filhos em Jesus.

Os homens da têmpera do Bispo de Cochim não estancam a sua actividade fecunda, servida por uma vontade de ferro, num só assunto, numa só ordem de serviços. Não; essa actividade espiritual regida e orientada pela bússola da fé, expande-se prodigiosamente, beneficia tudo a que se dirige e, como a seiva fecundante duma primavera, desabrocha em flores e frutos de benemerência social. As pastorais dirigidas aos fiéis, que foram confiados à sua vigilância de pastor solícito, são verdadeiros espelhos onde vêm reflectir-se nitidamente as grandes virtudes que saturavam a sua alma feita de luz, de piedade, de amor e de espírito evangélico.

Que simplicidade encantadora no dizer, que doçura no falar, que bondade no repreender, que suavidade no aconselhar e que energia na execução do plano visado! Para escrever esses monumentos de caridade pastoral, onde ficou toda a sua alma, bebeu a largos sorvos a inspiração suprema do Evangelho, onde paira o espírito de Jesus, modelo eterno de pastores da Igreja de Deus, que sabem dar a vida pelo seu rebanho.

Visita amiudadas vezes a sua vasta Diocese, desprovido de confortos humanos, navegando em esquifes nos esteiros de água salgada, que sulcam em chanfruros profundos o território de Cochim. Nada o intimida; nada o amedronta, nem a violência das correntes, nem os ardores do sol tropical, nem a intempérie dos elementos, nem o depauperamento progressivo dum organismo minado pelos miasmas de Timor, combalido pelas febres de Cochim. Compõe dissidências, reforma costumes, ameniza as asperezas provenientes da profunda separação das castas; alenta os tíbios, corrige os díscolos, consola a todos e evangeliza com exemplos heróicos o reino de Deus na terra semeada de espinhos. Em dez anos de trabalhos constantes simplifica a administração da sua diocese, dotando-a com sábias prescrições, afervora os fiéis que vêem nele um protector e um pai amorável, no espírito cristão e, tendo feito reviver o zelo que animou o primeiro apóstolo da Costa do Malabar, estabelece as sólidas bases da prosperidade moral e material da diocese que lhe foi confiada.

No meio das agruras da sua missão, cheia de pungentes abrolhos, uma única ideia ocupa o seu espírito, um pensamento absorve todo o seu ser: servir a Religião de que é ministro e honrar a Pátria Portuguesa de que é filho; ou mais simplesmente: cumprir o seu dever, no que este conceito tem de mais elevado e heróico.

Na metrópole católica do Oriente reunem-se em conferência os Prelados Portugueses para tratarem entre si do bem dos fiéis ou impetrarem do Supremo Chefe hierárquico graças a favores, e do Real Padroeiro generosidades e auxílios. O Bispo de Cochim acode pressuroso; a sua voz é escutada com atenção e o seu conselho aceito como seguro pelos seus colegas no Episcopado.

Reune-se na veneranda metrópole de Goa um Concílio Provincial para regular tudo o que respeita à salvação das almas, ao desenvolvimento das missões, ao proveito do Real Padroado Português. O Bispo de Cochim, com o seu grande senso prático, longa experiência e ardente zelo religioso, elucida todas as questões, discute com grande desassombro os temas mais complexos e assim coopera, dum modo eficaz e brilhante, para o bom resultado conquistado para os trabalhos daquela assembleia.

Encerrados os trabalhos do concílio, regressa ao meio de seus filhos e queridos diocesanos, resolvido então a executar a ideia grandiosa que havia muito lhe absorvia todos os seus pensamentos. A diocese de Cochim, constituída para uma das mais fortes agremiações cristãs e uma das mais ilustres do Oriente, não possuía uma catedral digna do seu nome no presente e das suas tradições no passado.

Empreende esse Prelado, que possuía a fé que transporta montanhas, pôr o remate à sua obra de reorganização, elevando à honra de Deus um templo que fosse monumento da sua passagem pelo Oriente e que, na mudez austera do granito, proclamasse bem alto que no século XIX é o mesmo sangue que corre nas veias dos descendentes, dos que no XVII inçaram de troféus e monumentos os largos palmares indianos. Para isso recorre ao Governo de Sua Majestade Fidelíssima que o atende, movido por tamanha coragem; convida todos os fiéis da sua diocese que o escutam e acodem com o seu óbulo; reune todos os materiais, coordena por si todos os elementos e exulta de alegria ao verificar que estava assegurada a realização do seu sonho luminoso, que era a coroa e o símbolo do ressurgimento moral e material de uma grande diocese. Desde esse momento só ansiava pela hora em que, à sombra da cúpula que fendia os ares, pudesse entoar jubiloso o cântico de acções de graças em honra de Deus; e repetia baixinho, para que as lágrimas de um povo inteiro não espadanassem ardentes, o *Nunc dimittis servum tuum, Domine* dos que, cônscios do cumprimento da sua missão sobre a terra, anelam evolar-se aos páramos da luz, aos arcanos da Essência, ao seio bem-aventurado de Deus.

Insondáveis juízos de Deus que devemos acatar com a face colada ao pó da nossa pequenez!

Esta glória de consagrar um grande templo ao culto de Deus foi-lhe recusada, como outrora a David!

Um raio rasgando as nuvens e iluminando o espaço com o clarão sinistro, abateu com a fúria de uma imprecação, a cúpula da catedral de Cochim, que reduz a pó, aniquilando num segundo, heróicos esforços de longos anos. O mesmo golpe, que funde e pulveriza o granito, destrói alguma coisa de mais precioso: paraliza a vida num grande coração, onde ardia como na pira do sacrifício o amor de Deus e da sua Pátria. É ainda a dedicação sem limites pela sua Diocese, pelo seu povo, pela glória de Deus que fazem sucumbir este soldado de épicos combates. Novo em anos, mas envelhecido em méritos e virtudes, amadurecido para o prémio que conquistou e que um juiz incorruptível lhe decreta, sente-se chamado misteriosamente para a pátria das recompensas, para o descanso a que só tem jus o que trabalha afanosamente.

Recebe as supremas consolações da Religião Santa que evangelizou; balbucia o nome dos seus queridos órfãos e entrega a Deus a sua grande alma.

A Pátria honrada e agradecida, Timor beneficiado e reconhecido, e Cochim edificado — transmitirão às gerações futuras, o nome abençoado do cidadão modelo, do missionário exemplar, do Bispo incomparável. Não perturbemos com as nossas lágrimas o repouso desse túmulo venerando, donde emerge luz que sobre para iluminar os tíbios, energia suficiente para estimular os desfalecidos, força audaz para reanimar os fracos.

Elevemos ao trono excelso do Omnipotente uma sentida prece pela alma do que no mundo foi D. João Gomes Ferreira, Bispo de Cochim, em troca do largo património dos bons exemplos, de virtudes heróicas, do amor inexcedível da sua Pátria, que nos legou e que constituem a riqueza moral do povo, a que pertenceu.

Defunctus adhuc loquitur, jaz morto e ainda fala. Ainda é um exemplo e um incitamento.

Disse.

NOTA — D. João Gomes Ferreira, Bispo de Cochim, faleceu em Pangim (Nova-Goa), em 4 de Maio de 1897. A Oração Fúnebre foi proferida em 1897 e editada no Porto, no mesmo ano, sendo D. António Barroso ainda Prelado de Moçambique, tendo sido proferida na igreja de Santa Marta, em Lisboa, em 10 de Julho do mesmo ano, nas exéquias solenes mandadas celebrar pela Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres.

SEGUNDA PARTE

DOCUMENTOS

1

CARTA DO REI DO CONGO AO PADRE CARRIE (13-7-1880)

Paix en Dieu Notre Seigneur, au nom de Jésus, Marie et Joseph. Amen.

San-Salvador du Congo, le 13 Juillet 1880.

Illustrissime et Excellentissime Seigneur,

Nous, roi catholique du Congo et Seigneur Don Pedro V, éprouvons une grande satisfaction et un grand plaisir à demander des nouvelles de votre santé, ainsi que de celle de toute votre illustre maison. Quant à nous, au moment où nous écrivons cette lettre, nous jouissons, grâce à Dieu, ainsi que toute la population de ce royaume du Congo, d'une bonne santé.

Nous avons reçu votre longue lettre, et si nous avons tant tardé à vous répondre, c'est à cause de la mortalité qui a régné dans le pays et des maladies qui viennent d'éprover notre propre maison.

J'ai compris tout ce que Votre Excellence me dit dans sa lettre et en conserve le souvenir.

Quant aux missionnaires anglais qui sont ici, ils nous prêchent la parole de Dieu, pour enseigner à notre peuple le chemin du ciel. Du reste, ce n'est pas seulement ici au Congo que ces anglais remplissent ce ministère, mais bien dans toutes les parties du monde.

Les missionnaires nous disent qu'ils ne sont point venus pour enlever sa couronne au roi du Congo, mais uniquement pour nous affermir dans la foi du Christ Notre-Seigneur.

Nous sommes très surpris que Votre Excellence n'ait pas eu le soin d'envoyer ici des prêtres pour prendre soin de l'église de San-Salvador et continuer à enseigner les peuples de ce royaume du Congo. Pour nous, nous savons parfaitement que du temps de nos prédécesseurs, le roi Dom João I et de son fils Dom Alphonse I, les chrétiens du Congo n'ont jamais manqué de prêtres. C'est pourquoi nous sommes surpris de votre conduite.

Il est nécessaire, et je l'espère avec respect de Votre Excellence, il est nécessaire, dis-Je, de nous envoyer quelques prêtres qui viennent soutenir les autres dans le service de Dieu.

Que Dieu conserve Votre Excellence de nombreuses années.

Je suis votre ami très-respectueux et obligé,

D. Pedro V, roi du Congo.

NOTA — Em 8 de Junho de 1879 chegaram ao Zaire nove ministros protestantes ingleses, «avec une cargaison qui eût suffi à ravitailler notre Mission pour six années», escrevem os Padres do Espírito Santo de Lândana em 22-4-1880. O paquete de Abril de 1880 largava mais três ministros, uma ministra e trinta carregadores com acompanhamento de montadas. O Padre Hipólito Carrie julgou do seu dever escrever ao Rei para o pôr de sobreaviso, recordando-lhe o que fora o Congo nos últimos séculos, explicando-lhe o que é o protestantismo em relação ao catolicismo, terminando por exortá-lo a caminhar sobre os passos dos reis cristãos seus antepassados e a mandar à Missão, para que fossem instruídos, um ou dois dos seus filhos. A resposta do Rei, aqui publicada, mostra que estava já influenciado pelos protestantes ingleses, que tinham sobre ele o império absoluto dos seus presentes. Cfr. *Bulletin* da Congregação do Espírito Santo, tom. XII (1881-1883), págs. 676-77 e 721-722. Desconhecemos o texto original da carta do Rei do Congo e por isso publicamos a tradução francesa.

2

CHEGADA DO BISPO DE ANGOLA A LUANDA (7-9-1880)

Tendo chegado hoje ao porto desta cidade a bordo do vapor *Zaire*, o Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Sr. D. José Sebastião Neto, actual Bispo desta diocese, o qual deve desembarcar amanhã ao meio-dia, e tendo resolvido S. Ex.^a^ o Conselheiro Governador-Geral receber no cais da Alfândega o nosso Prelado, incumbe-me o mesmo Ex.^mo^ Sr. de convidar todas as corporações e mais autoridades e funcionários civis e militares para assistir ao acto do desembarque, e em seguida às festas religiosas que hão-de celebrar-se em acção de graças pela feliz chegada de S. Ex.^a^ Rev.^ma^, acompanhando de-

pois S. Ex.as ao palácio do Governo, onde terá lugar a apresentação oficial das referidas corporações e autoridades a S. Ex.a Rev.ma.

Secretaria do Govêrno-Geral em Luanda, 7 de Setembro de 1880.

Felisberto de Bettencourt e Miranda Júnior
Secretário-Geral

BOA — 1880, pág. 467.

NOTA — O Padre António José de Sousa Barroso desembarcou com o Prelado, tendo partido de Lisboa no dia 5 de Agosto.

NOMEAÇÃO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO PROFESSOR DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (12-10-1880)

PORTARIA 391

Achando-se vago o lugar de professor de instrução primária da ilha do Cabo, e atendendo ao que me representou o Rev. Bispo desta diocese: hei por conveniente nomear o Padre António José de Sousa Barroso, Pároco da mesma ilha [1], para exercer aquele lugar.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palácio do Governo em Luanda, 12 de Outubro de 1880.

António Eleutério Dantas
Governador-Geral

BOA — 1880, pág. 565.

[1] A nomeação para pároco da Ilha de Luanda é de 8 de Outubro de 1880. Cfr. *BOA*, 1880, pág. 550.

4

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO GOVERNADOR-GERAL DE ANGOLA (11-11-1880)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Urge que partam para o Congo até ao fim do corrente mês os Missionários António José de Sousa Barroso, Sebastião José Pereira e Francisco Maria Sampaio (1); pois que sou informado de terem chegado no vapor novos Missionários exploradores, protestantes, supondo que se dirigem ao Congo a reforçar os que ali se acham, portanto não nos permite o nosso zelo pastoral e o amor patriótico, que, enquanto os estranhos ganham terreno em território português, fiquemos nós de braços cruzados. Convém que os Missionários vão munidos de dicionários ingleses, de livros de doutrina cristã, de papel, penas, etc., e bem assim de três livros de duzentas folhas pouco mais ou menos, cada um, para assentos duplicados de baptismos, casamentos e óbitos, sendo um para apontamentos importantes. É de absoluta necessidade que eles vão bem munidos de presentes tais quais V. Ex.ª sabe que poderão ser apreciados pelos sobas, que sem aqueles poderão impedir na passagem os Missionários — de Noqui até ao Congo.

Atendendo à estação actual, que é a das chuvas, é de suma conveniência que os Missionários vão por mar até Noqui; e tendo V. Ex.ª prevenido alguma casa com que se acha em relações o Governo desta Província, podem por meio dela obter carregadores que os conduzam ao Congo, ficando habilitados a recorrerem à dita casa durante a missão, para que lhes forneça tudo aquilo de que carecerem.

É todavia conveniente que vão logo fornecidos de alimentos para seis meses e que estes alimentos, bem como as despesas do transporte até ao Congo sejam, Ex.mo Sr., por conta do Governo da Província, visto que de outra sorte não nos parece que se possam demorar muito na referida Missão, tendo de fazer estas primeiras despesas por sua conta; e o resul-

---

(1) Em 7-9-1880 fundeou em Luanda o Vapor «Zaire». Trazia a bordo o novo bispo de Angola e Congo D. José Sebastião Neto e os presbíteros Henrique José Reed da Silva, António José de Sousa Barroso, Sebastião José Pereira, Joaquim de Jesus de Anunciação Foiga, António do Rosário Mascarenhas, Francisco Xavier Pereira e Mariano António Nicolau da Silva Tavares, estes três últimos do concelho de Salcete (Goa).

O desembarque efectuou-se no dia seguinte, pelas 12 horas. Fazia a guarda de honra a bateria de artilharia e a Fortaleza de S. Miguel salvou no acto do desembarque. O bispo e missionários acompanhados pelo secretário-geral dirigiram-se para a igreja do Corpo Santo, que servia de sé catedral. Aí foram recebidos pelo rev.mo cabido.

tado será retirar-se logo com irrisão dos protestantes e desconsideração para o nosso País; sem glória para a Religião nem para a Pátria; com perda de tantas almas, e com risco de perdermos no Congo o nosso domínio; pois que nem ao menos três Missionários podemos ali sustentar para reagir contra Missionários protestantes, cujas vistas são, como não desconhece o Governo, a evangelização protestante e mais alguma coisa. Esperamos que V. Ex.ª tomando na devida consideração o que deixamos expendido, se dignará dar as necessárias providências para que os Missionários partam quanto antes para o Congo nas referidas condições.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Luanda, 11 de Novembro de 1880.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Governador-Geral

a) † José Sebastião Neto, Bispo de Angola.

Ao alto: Para o Ex.mo Governador-Geral participando a ida dos Missionários para o Congo.

À margem: N.º 117.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência expedida. Livro n.º 16*, fl. 17 e v.º).

AA — N.os 45-46 (1954).

5

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (24-11-1880)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que estão prestes a partir para o Congo, três Missionários, alunos do Real Colégio das Missões Ultramarinas, os Rev.os António José de Sousa Barroso, Sebastião Pereira [1] e

---

[1] Natural de Proença-a-Nova. Tendo concluído o curso e ordenação partiu para Luanda em 5-8-1880 com o padre Barroso. Conservou-se algum tempo em Luanda até que foi nomeado para auxiliar do padre Barroso na fundação da missão de S. Salvador do Congo. Fez uma viagem de exploração ao rio Lunda (Agosto de 1883) sobre a qual escreveu um relatório com preciosos dados para o conhecimento da geografia e etnografia de África. Foi para Portugal restabelecer-se em 1887, um tanto alquebrado pelos rudes trabalhos em que colaborou. Em Lisboa o superior das Missões ultramarinas António José Boavida, interessou-se junto do Ministro no sentido de se aproveitarem os serviços deste zeloso e inteligente missionário. Pedia ao ministro que se garantisse ao missionário o subsídio anual de 350 mil réis, en-

Joaquim de Jesus Anunciação Folga [2], todos três europeus. O Ex.^mo^ Conselheiro Governador-Geral desta Província, com quem conferenciei várias vezes acerca da referida Missão, prestou-se da melhor vontade a proteger e auxiliar em tudo tão elevado intento, mandando fornecer àqueles Missionários todos os meios de que pôde dispor para lhes facilitar a viagem e minorar os incómodos e privações a que vão sujeitos. É-me em extremo agradável e animador encontrar no poder civil esta harmonia e apoio de que tanto careço para mais livremente exercer a árdua missão inerente ao meu carácter, e não posso deixar de agradecer as instruções que neste sentido têm sido dirigidas por esse Ministério ao Chefe da Província. Sinto, apenas, que aos aludidos Missionários não seja arbitrada uma côngrua proporcionada aos sacrifícios e despesas que terão de fazer, não lhes ficando garantida, pelo que percebem, a dignidade que devem sustentar perante os Missionários ingleses protestantes, ali estabelecidos. Espero, porém, que V. Ex.ª, ponderando as melindrosas condições em que vão e a difícil tarefa que lhes é cometida, procurará por todos os meios patrociná-los e melhorar-lhes as suas circunstâncias. Devo congratular-me com V. Ex.ª por vermos já organizada esta tão importante missão e faço votos para que os seus frutos não só correspondam, mas ainda excedam a nossa expectativa.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço Epicopal em Luanda, 24 de Novembro de 1880.

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † José, Bispo de Angola e Congo.

Ao alto: Para o Ex.^mo^ Ministro da Marinha comunicando a partida dos Missionários para o Congo.

À margem: N.º 122.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência expedida. Livro n.º 16*, fls. 81 e v.º).

AA — N.^os^ 45-46 (1954).

---

quanto não obtivesse colocação definitiva equivalente. O subsídio que estava a receber — de 25 % — isto é, 240 réis diários, era insuficiente e até mesquinho. Foi depois para professor do Seminário de Cernache e mais tarde Bispo em Moçambique e em Damão.

(2) Natural de Sobreira Formosa. Concluído o curso e ordenação partiu para Angola com Barroso. Serviu algum tempo em Luanda e S. Salvador e mais tarde, fundou a missão de Caconda, onde prestou relevantes serviços.

Escreveu relatórios como «Viagem ao Galangue» (1884) e «Viagem de Benguela a Caconda» (1885). Seguiu em 9-2-1888 para a Missão de Santo António do Zaire, onde se conservou até 6-4-1889. Agraciado com o Hábito de Cristo em 1886. Foi para S. Tomé em fins de 1889. Foi primeiro pároco da Graça e também pároco em Santana. Saiu de S. Tomé em 1-4-1903 para Portugal. Voltou a S. Tomé em Fevereiro de 1904.

6

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (23-12-1880)

Confidencial

Il.mo e Ex.mo Sr.

Quando recebi o ofício mui confidencial de V. Ex.ª, n.º 264, ainda não tinha partido para o Congo a missão religiosa aqui organizada e a que me referi em anterior ofício, porque havia resolvido, e assim foi aprovado em Junta de Fazenda, fazê-la acompanhar de alguns operários, para a reconstrução de uma ou mais igrejas em S. Salvador, das muitas antigas portuguesas que ali estão derrocadas, e bem assim para a construção da residência dos missionários e casa para escola.

Os operários foram já engajados, e são: dois carpinteiros e dois pedreiros, que, além do serviço já indicado, devem levar ali os hábitos e ensinamento do trabalho, o que é um poderoso elemento de civilização para o indígena. Além disso, a missão puramente religiosa, devendo ser permanente no Congo, para ser profícua, carecem os missionários de ter ali onde se alojem, celebrem os ofícios divinos e instruam os indígenas.

Agora, recebido o ofício da Direcção-Geral do Ultramar, de 4 de Novembro último, e convindo que a Missão seja uma e única, deve para isso ser convenientemente aumentada com um oficial, secretário, etc., de modo que satisfaça ao que dispõe o mesmo ofício, sendo portadora da carta e presente que S. M. El-Rei de Portugal envia ao Rei do Congo. Procedo neste sentido, e farei partir a Missão o mais breve possível, como V. Ex.ª quer.

Além do pessoal que o ofício já referido indica, devem ir três missionários padres e os três artífices de que acima falei. Estes últimos, os padres e os artífices, ficam ali; os demais devem retirar, cumpridas as instruções que lhes foram dadas, em conformidade com as ordens de V. Ex.ª.

Segundo as mais autorizadas opiniões daqui, o melhor caminho a seguir para o Congo é por Noqui, indo até este ponto por mar. Era este o caminho que estava resolvido dever seguir a Missão antes de receber o ofício de 4 de Novembro e que me parece conveniente manter, se razões importantes não aconselharem a mudança. O Rei do Congo deve ser prevenido oportunamente para mandar carregadores para Noqui.

Os elementos para a construção a estabelecer em Noqui ou suas proximidades e local mais apropriado, conforme V. Ex.ª determina no

ofício a que respondo, devem vir completas de Lisboa e nas condições de se poderem armar com facilidade. Aqui não há, como V. Ex.ª sabe, meios próprios para o conseguir.

Tenho por conveniente que essa construção satisfaça ao preciso para poder nela estabelecer-se um posto científico meteorológico e pousada para os missionários e exploradores que, dirigindo-se ao Congo, atravessarem aquelas regiões.

Como já disse a V. Ex.ª, a missão deve ir tão completa e abastecida quanto seja possível, levando livros elementares de ensino e instrumentos de trabalho.

Ainda não tenho escolhido o oficial nas condições desejadas e indispensáveis, para ir à testa da Missão, porque encontro nisto dificuldade, tanto mais nesta ocasião, em que disponho de muito poucos oficiais.

Espero que V. Ex.ª aprove a ida dos operários, a meu ver indispensáveis para se obterem resultados pràticamente úteis: é certo que trazem despesa superior aos recursos ordinários da Província, mas sobre este ponto V. Ex.ª ordenará o que tiver por melhor. Os operários retiram logo que tenham terminado as construções desejadas, e não foi sem dificuldade que pôde conseguir obtê-los.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 23 de Dezembro de 1880.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) António Eleutério Dantas
Governador-Geral

Despacho: Aprovo. Diga-se em que paquete pode ir a casa para Noqui.

14-2-81.
V. de S. Januário.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

7

INSTRUÇÕES CONFIDENCIAIS DO GOVERNO-GERAL AO PADRE ANTÓNIO BARROSO (19-1-1881)

Deligenciará sempre, pelos meios persuasivos e convenientes, manter a influência da Coroa Portuguesa naquelas regiões, e no ânimo do Rei. No que respeita ao catolicismo e derramamento da nossa religião, não

é deste Governo-Geral mas de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo da Diocese, que dimanam as instruções.

Procurará conhecer da propaganda e trabalhos das missões estrangeiras estabelecidas no Congo e no Zaire, e bem assim dos trabalhos e fins de Stanley, ou de qualquer outro explorador, ou missão, que aporte àquelas paragens, dando periódicamente conta de tudo ao Governo-Geral da Província.

Conhecerá e dará informações circunstanciadas do estado moral e social do Reino do Congo, sua importância e influência nos povos circunvizinhos, principalmente os que estanciaram nas margens do Zaire.

Promoverá a pronta reconstrução de uma das igrejas portuguesas, de casa para residência da Missão, e para escola, empregando os artífices que para esse fim fazem parte da Missão, e devem trabalhar sob as ordens do Superior da mesma Missão. Para estes trabalhos solicitará do Rei do Congo materiais e trabalhadores. Terminada a reconstrução de uma igreja procederá à de outras, como é conveniente.

Além do ensino religioso promoverá o de instrução primária, e profissional, aproveitando para este último os artífices da Missão, ao que estão obrigados pelo seu contrato, e estabelecendo escola nossa, portuguesa, bem constituída e profícua.

Proporá para este Governo-Geral tudo quanto julgar conveniente a bem dos interesses de Portugal e da Missão, e solicitará os elementos de que carecer, para que os seus trabalhos e resultados sejam úteis e proveitosos.

Luanda, dezanove de Janeiro de 1881.

a) António Eleutério Dantas
Governador-Geral

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, [...] de Março de 1881.

O Secretário-Geral

a) F. de Betencout

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

INSTRUÇÕES CONFIDENCIAIS AO CAPITÃO BARRETO MENA (19-1-1881)

A missão incumbida ao capitão Barreto Mena é ir ao Reino do Congo em missão especial composta dele capitão, chefe, do guarda-marinha João Augusto da Mota e Sousa, secretário, dos padres missionários António José de Sousa Barroso, superior, Sebastião José Pereira e Joaquim de Jesus Folga, cumprimentar El-Rei do Congo Dom Pedro quinto e entregar-lhe a carta e presente de que reza a relação junta e que El-Rei de Portugal lhe dirige e oferece.

Vão juntos à Missão quatro artífices, dois carpinteiros e dois pedreiros e duas ordenanças. Deste pessoal ficam em São Salvador do Congo os três padres missionários e os quatro operários.

A missão segue até Noqui a bordo da canhoneira *Bengo*. Em Noqui devem estar carregadores enviados pelo Rei do Congo para conduzir a Missão e seus pertences até à cidade de São Salvador.

O Capitão antes de chegar a São Salvador e de um ponto próximo, deve fazer saber ao Rei do Congo que ali chegou, e vai em embaixada com uma carta e presente de El-Rei de Portugal, como já se lhe fez saber em ofício especial deste Governo-Geral.

Logo que tenha chegado a São Salvador procurará fazer-lhe entrega da carta e presente com as formalidades do estilo. Apresentará a Missão religiosa e mais pessoal, indicando qual o que ali se demorará com o fim de missionar e ensinar, estabelecendo igreja e escola, como tanto tem manifestado desejar o próprio monarca do Congo.

Terminada esta solenidade a Missão, obtida a devida vénia de El-Rei, deve escolher qual das igrejas portuguesas, ali em ruínas, deve ser primeiramente reedificada, construindo-se-lhe junta casa para habitação da Missão e para escola, e quais as demais igrejas a construir. Feito isto, o Capitão chefe da Missão, o secretário e ordenanças, depois de terem recebido a resposta de El-Rei do Congo à carta de El-Rei de Portugal, e feitas as suas despedidas, regressarão a Noqui, de onde a bordo da canhoneira que os conduziu e os aguarda, devem recolher a Luanda.

O Capitão Barreto Mena conhecerá do estado de civilização, condições morais e sociais do Reino do Congo, sua importância e influência nos povos circunvizinhos, especialmente os que estacionarem nas margens do Zaire.

Procurará conhecer dos estudos, trabalhos e fins do explorador Stanley e das missões estrangeiras no Zaire e no Congo.

Conhecerá em Noqui qual o local mais apropriado para fazer uma construção acomodada para descanso dos Emissários que houver de serem mandados ao Congo para estabelecer relações mais breves e rápidas com a Missão e ainda para descanso e pousada dos nossos missionários e exploradores.

Logo que chegar a Luanda apresentará um relatório circunstanciado do serviço que lhe é incumbido, e prestará na Junta da Fazenda contas da quantia que lhe é entregue.

Luanda, dezanove de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e um.

assinado — António Eleutério Dantas, Governador-Geral.

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, [...] de Março de 1881.

O Secretário-Geral,

a) F. de Betencourt

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

9

CARTA DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (22-1-1881)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Em aditamento ao meu último ofício (confidencial) acerca da Missão do Congo, participo a V. Ex.ª que no dia 20 do corrente largou para o Zaire a canhoneira *Bengo*, levando a seu bordo a referida Missão, composta do capitão do exército João Ricardo Barreto Mena, chefe, guarda-marinha João Augusto da Mota e Sousa, secretário, padres missionários António José de Sousa Barroso, superior, Sebastião José Pereira e Joaquim de Jesus Folga, os quatro operários de que já falei a V. Ex.ª, dois carpinteiros e dois pedreiros, sendo um dos carpinteiros mestre no seu ofício, e três ordenanças.

A Missão vai provida de todo o necessário, e de elementos de ensino e instrumentos de trabalho.

Segue pelo mar até Noqui, donde ou de Boma, deve partir para S. Salvador do Congo, e aonde devem estar carregadores, conforme solicitei a El-Rei do Congo, em carta especial que em tempo competente lhe dirigi.

Em S. Salvador do Congo ficam os três padres missionários e os quatro artífices contratados, retirando para embarcar novamente em Noqui e recolher a Luanda o capitão Barreto Mena, e o guarda-marinha Mota e Sousa e as três ordenanças, logo que a Missão tenha cumprido o encargo de entregar com as devidas formalidades a carta e presente de Sua Majestade El-Rei de Portugal a El-Rei do Congo, e o mais de que rezam as instruções dadas ao seu Chefe, conforme as ordens de V. Ex.ª.

Em instruções especiais ao superior da Missão católica, que fica permanecendo no Congo, e ao comandante da canhoneira, estabeleci também e ordenei tudo [o] que me pareceu — a natureza da comissão e os interesses do serviço e do país recomendavam por parte deste Governo-Geral. Oportunamente, e logo que o capitão Mena e mais pessoal regresse, darei circunstanciada conta a V. Ex.ª do que se tenha passado.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 22 de Janeiro de 1881.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) António Eleutério Dantas
Governador-Geral

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

10

CARTA DO REI DO CONGO A D. LUÍS I (17-2-1881)

Senhor

A carta que de Vossa Majestade tive a ventura e honra de receber encheu-me de júbilo, pois provou ter a felicidade de possuir a amizade e estima do Rei que com dedicação sempre tenho servido.

Desde a época em que, devido [...] nome de Portugal que elevado [...] procurei não a desmerecer [...] conduzindo-me em todas as [circunstân]cias como vassalo fiel e am[igo dos] Portugueses e do seu Rei.

Hoje veio acrisolar se é possivel a minha dedicação por Vossa Majestade o ver que os meus rogos para que se estabelecesse uma missão religiosa neste Reino foram atendidos e que Vossa Majestade na sua real munificência se tinha dignado brindar-me com tão valiosas dádivas.

Ficai certo que saberei merecer sempre os favores que me haveis dispensado, pondo à disposição dos bons Missionários que houve por bem enviar-me todos os elementos materiais de que carecerem, pois com bastante usura mo pagarão eles em bens espirituais e intelectuais, que derramados sobre o meu povo assegurarão a felicidade futura destes Reinos.

Rogo a Vossa Majestade se digne conceder-me sempre a Sua valiosíssima estima e a Deus que tenha sempre em sua santa guarda tão grande Rei.

S. Salvador, 17 de Fevereiro de 1881.

D. Pedro 5.º
Rei do Congo

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1. (Autógrafo).

11

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (18-2-1881)

Ex.^mo e Rev.^mo Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª Rev.^ma que a Missão enviada ao Reino do Congo, chegou ao seu destino sem incidente algum notável, a não ser a grande demora em Noqui, por não estarem ali os carregadores.

No dia 13 teve lugar a nossa entrada solene em S. Salvador, onde fomos favoràvelmente recebidos pelo Rei, que nos prometeu fazer a bem da Missão tudo o que estivesse em suas forças [1].

---

[1] Os fragmentos do *Diário* do P.e António Barroso publicados pelo P.e Sebastião de Oliveira Brás (in *Esboço biográfico de D. António Barroso*. Porto, 1921, p. 30 a 33) marcam nìtidamente as dificuldades iniciais na missão do Congo. Escrevia Barroso: «Estamos muito mal, pois não temos onde possamos celebrar o santo sacrifício, nem exercer outras práticas de devoção, nem sei quando sairemos. Deus disponha as coisas para que alguma coisa nós possamos fazer». Mais adiante: ...«desde que chegámos ao Congo ainda não deixámos de ter doentes. Quem isto escreve é o

Achamo-nos instalados em umas cubatas húmidas e abertas ao tempo, tendo-se já deteriorado alguns objectos por causa das chuvas, que os tectos não defendem.

Os padres não têm podido celebrar por não terem altar, nem lugar decente; vou empregar todos os esforços para que em pouco tempo tudo entre no estado normal.

A primeira necessidade da Missão é uma casa, que defenda os missionários da intempérie do tempo e ponha a coberto a sua saúde, pois no estado actual ela em pouco se deve ressentir das péssimas condições do meio em que actualmente vivem (²).

As necessidades religiosas destes povos são grandes e muito tempo será preciso para que se possam remediar convenientemente.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador do Congo, 18 de Fevereiro de 1881.

Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr. Bispo de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 42 Congo 18-2-81.

———

1881

À margem: Série de 1881 / Província de Angola / Missão do Congo — N.º 1.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos avulsos.1881*).

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

---

médico de todos, já se vê, improvisado pela necessidade...». Ainda em 13 de Março de 1881: «Todos nós, os padres, estamos mais ou menos doentes, sendo eu o que mais tem resistido. A respeito de comer, estamos pèssimamente; não há quem venda galinhas nem animal algum que sirva para fazer um caldo; hoje estamos absolutamente entalados, pois não temos nada; mas nada há a temer; Deus nos socorrerá». E a 23 de Abril anotava nas páginas do *Diário:* «Nas condições em que estamos até me admira que algum de nós não tenha morrido. Chove aqui quase todos os dias, e as nossas cubatas fazem água por todos os lados; mais baixas no lastro do que no solo circunjacente, tudo nelas se estraga, tudo cria bolor e apodrece».

E assim estiveram durante 2 meses, doentes e mal instalados. Mudou depois a instalação para local situado no meio do povo, próximo à residência inglesa.

(²) O condutor de 1.ª classe de Obras Públicas, João Carlos Ribeiro, foi incumbido de dirigir a armação de uma casa de madeira destinada à missão portuguesa em S. Salvador do Congo. Chegou ali em 8-10-1882 e terminou os trabalhos em 12 de Novembro. Em S. Salvador escreveu: «Nada mais triste e mais miserável que a

12

RELATÓRIO DO COMANDANTE DA «BENGO» (2-3-1881)

Comando da Estação Naval de Angola

Canhoneira *Bengo*

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

No dia vinte de Janeiro próximo passado pelas duas horas (p.m.) estando a bordo o pessoal da Missão oficial e religiosa ao Congo, parti para o Norte a toda a força de vapor, e no dia seguinte pelas quatro horas (p.m.) estava fundeado no porto de Banana. Neste porto tratei de ajustar prático do rio e soube que haviam dois de confiança, um deles é o capitão do vapor holandês *Príncipe Henrique*, que últimamente pilotou a canhoneira inglesa *Fere-Fly* até Noqui, e outro um cabinda, André Sulo, prático até Boma e que me apresentou bons atestados dos comandantes dos navios de guerra portugueses que têm ido àquele porto. Sabendo que a navegação de Boma para Noqui não é difícil e que encontraria ali prático, e sendo a pilotagem feita pelo capitão do vapor holandês muito cara, tomei o prático André Sulo, ajustado com a casa Salle & Azevedo, onde ele está empregado, dar-lhe uma gratificação de quatro libras.

... ...

Com relação ao artigo quarto das instruções que recebi de Vossa Excelência, devo dizer que o local que eu julgo mais apropriado para a construção de um posto meteorológico, é o morro que domina a ponta de Nessala, entre Noqui e Mossuco; está em boas condições, não só para a

---

povoação de S. Salvador capital do reino do Congo: Sofri uma desilusão completa ao contemplar a mesquinha residência dos padres missionários».

A inauguração do pau de fileira da casa destinada à missão realizou-se em 1 de Dezembro. Referia-se aos missionários, nestes termos: «São três missionários portugueses que estão no reino do Congo; o chefe é incansável, bem como os seus companheiros, tanto na instrução dos rapazes como nas práticas religiosas». Lembrava a conveniência de uma missão portuguesa em Noqui, em pequeno outeiro junto à casa do Sr. Rosa da feitoria portuguesa. Esta missão, segundo o major Ribeiro, devia ser científica, estudar bem o país, tornar conhecidos os costumes europeus, procurar interessar no comércio com o indígena objectos de indústria portuguesa, estabelecer pelo menos duas estações postais, uma em Noqui e outra em Banana, com carácter oficial e com regularidade nas suas comunicações. Segundo Ribeiro existiam 49 feitorias nas duas margens do Zaire entre Vivi e Banana, sendo 26 portuguesas, 12 holandesas, 7 francesas e 4 inglesas. A permuta era feita na maior parte por portugueses. Mercadorias que serviam para permuta — riscados de algodão, almandrilha, coral, braceletes, argolas, espelhos, pólvora, espingardas, sal, louça, sabão, casacos usados, genebra e aguardente. Os pretos conduziam às feitorias marfim, borracha, jinguba e coconote.

comunicação com São Salvador, como também para a construção futura que se tem em vista.

No dia doze do mês passado fui a Vivi no escaler a vapor com bastante dificuldade por causa da forte corrente, e das revessas de água. Fui recebido com bastante amabilidade pelo senhor Sparrock, empregado de Stanley, que com a sua reserva habitual se absteve sempre de falar de tudo quanto respeita aos trabalhos e fins do senhor Stanley. Estes trabalhos contudo de ninguém são ignorados; os missionários protestantes têm-nos seguido, e ainda ùltimamente o Conde de Brazza, o intrépido explorador do curso do Igone, atravessou deste último rio para o Zaire acima de Stanley-Pool, seguiu-o pelas suas margens, passou pela estrada construída por Stanley até Vivi, esteve em Boma e Banana, e partiu para o Norte.

Tanto este cavalheiro como os missionários ingleses dizem que a extensão da estrada construída até hoje é de quarenta e cinco milhas.

Stanley tenciona colocar uma outra estação em Stanley-Pool, vendo-se forçado a construir outras intermédias na Quissongra e Massianga.

De Stanley-Pool para diante, o Zaire torna-se de novo navegável; aproveitar pois esta grande artéria para se aproximar do centro de África, e talvez mesmo das regiões dos lagos, construindo estações para depósito de munições e mantimentos e de combustível para os vapores; tal parece ser o fim do arrojado explorador, que com o carácter prático de todo o americano e auxiliado por uma poderosa Companhia, poderá mais tarde monopolizar o comércio do interior de África, dando-lhe saída por meio de um dos maiores rios do Mundo, que com os diferentes nomes de Luapula, Lualaba, Congo, Zaire, reune a região dos lagos ao Oceano Atlântico, num curso de duas mil e quatrocentas milhas.

É preciso construir ainda mais de cem milhas de estrada para atingir Stanley-Pool, e o audaz explorador conta conseguir isto em dois anos, apesar das dificuldades de toda a ordem com que tem a lutar.

Agora que as atenções do mundo civilizado se dirigiu para a África, e que os capitais superabundam na Europa, procurando aplicação em empresas tão arrojadas como a da abertura do canal inter-oceânico, não me admira que uma Companhia tão poderosa como a Internacional Africana, presidida pelo Rei dos Belgas, sustente Stanley numa empresa comercial de tanta magnitude como esta se me afigura.

Devo dizer agora alguma coisa sobre as missões estabelecidas no Zaire. Há uma missão francesa, filial da de Lândana, estabelecida em Boma, e duas Missões protestantes, a Baptist Congo Mission e a Livingstone Congo Zuland Mission, que não têm residência fixa. A primeira é composta dos reverendos Schmith e Visseq, sustentada por associação católica de França, tem por fim derramar a instrução entre os indígenas, e dar-lhes hábitos de trabalho. Visitei esta missão: tem vinte discípulos que os missionários se viram forçados a comprar; única maneira de terem alunos internos. Os indígenas não compreendem que homens que

não fazem negócio se estabeleçam na África, e quando os bons missionários lhes explicam que é para ensinar a ler e escrever aos filhos deles, e que os mandem para a Missão, é resposta invariável do negro: — *E o senhor quanto paga?*

O sistema de educação que os missionários adoptaram é o mesmo do que em Lândana. Tem horas determinadas para os trabalhos escolares e para os trabalhos agrícolas. Estes últimos são tão eficazes que a horta que os alunos cavam e semeiam dá perfeitamente para o sustento, não só deles como dos missionários.

Enquanto às duas missões protestantes trabalham independentemente. A Baptist Congo Mission é a que tem estado em São Salvador do Congo. Tem ali casa de habitação e depósito de fazendas para pagamento aos príncipes cujos territórios atravessam. Procuraram socorrer ao Rei do Congo, julgando que com a influência dele poderiam atravessar o território do rei Maconta, e chegarem a Stanley-Pool. A influência daquele rei tem decaído de tal forma que a alguns dias de viagem de São Salvador já ele não tem jurisdição nenhuma, nem mesmo influência. O reverendo Comber teve disto a prova em pouco tempo.

Tendo obtido cartas do Rei do Congo ao da Maconta, dirigiu-se a este país; foi porém muito mal recebido pelo Rei que o obrigou a retroceder, avisando-o que se não lembrasse mais de lá voltar. Comber porém não desistiu e mais tarde, acompanhado de alguns colegas e de bons presentes para o Rei, entrou de novo em Maconta; foi porém recebido a tiro, e não fugiu tão ràpidamente que não sofresse um ferimento grave que o teve às portas da morte. Estas duas Missões fazem tudo, menos missionar; são viajantes infatigáveis, exploradores, geógrafos, tudo quanto quiserem, menos missionários. Enquanto à influência e prestígio que estas Missões têm sobre o indígena, pode-se avaliar pelos factos que acima deixo expostos. Assim que se acabam as fazendas, têm imediatamente de retroceder, porque os príncipes do interior nem mesmo lhes aceitam *mokanda* como pagamento; isto quer dizer que têm menos crédito que qualquer aviado, que com um lápis e papel pode dirigir-se onde quiser, sem encontrar dificuldade. É tudo o que sei a respeito destas Missões.

... ...

Bordo da Canhoneira *Bengo*, vinte e oito de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e um.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Comandante da Estação Naval.

assinado) O Comandante interino, Carlos Cândido dos Reis, segundo-tenente.

Ao alto: Série de 1881 / Angola / Governo-Geral.

Doc.^to^ n.º 5, a que se refere o Ofício Confidencial n.º 8 de 19 de Março.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

13

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (10-3-1881)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Não devo ocultar aqui a suma satisfação que V. Ex.ª me ocasionou com o seu ofício de 24 de Janeiro do corrente ano, no qual vi, com profundo reconhecimento, a elevada consideração em que V. Ex.ª tomou o meu ofício de 24 de Novembro, n.º 124, relativo à grande necessidade da restauração do templo de N. S.ª dos Remédios, que deve ao mesmo tempo servir de Sé.

Tenciono aproveitar o conselho de V. Ex.ª acerca da promoção duma subscrição para o dito fim; duvido, porém, dos grandes resultados, pois que a fé e piedade têm desaparecido desta cidade, como de toda a Província, quase totalmente, e de tal sorte que não podendo eu conseguir que se reunam os cristãos em grande número, (porque são baptizados, mas verdadeiros gentios na prática) nos templos, nem ainda nas principais festividades do ano, para os catequizar, de nada servindo, porém, quanto a distribuição, com diferentes horas e lugares, de Missas nos dias de preceito, com ordem expressa a todos os sacerdotes de aproveitarem a reunião do povo à Missa, para o catequizarem; de nada aproveitando, por ora, todas estas medidas; se outras, de que tenciono ainda lançar mão não aproveitarem, estou resolvido a abandonar a cidade, e ir missionar em outros pontos da diocese, logo que saiba falar a língua do país, o que é duma necessidade absoluta.

Eis aqui, Ex.^{mo} Sr., as causas principais que embargam o passo à civilização cristã neste país: ignorância da língua do lugar em que se missiona; falta de zelo no missionário e de apoio nas autoridades locais; falta de recursos no missionário para percorrer a sua Missão, e por isso toda a sua acção se limita ao pequeno lugar da sua residência, ou onde tem a igreja. Para bem pouco chega a verba destinada para Missões, as quais são bem dispendiosas.

Se alguma vez o missionário é auxiliado para ir missionar no interior da paróquia, é sempre à pressa, e sem tempo de instruir convenientemente os catecúmenos que baptiza; o resultado é voltarem aqueles logo aos seus antigos costumes, ficando na prática verdadeiros gentios. E assim está Angola por toda a parte.

Uma vez que o missionário não vá procurar os gentios às sanzalas e se demore entre eles o tempo necessário para os catequizar antes de

lhes administrar o baptismo, não conseguirá civilizá-los; porque o preto não quer ter o incómodo de vir do interior da paróquia e demorar-se no lugar da residência do missionário o tempo necessário; é o missionário quem se deve dar ao trabalho de o ir procurar; ora isto é que ele não pode fazer por falta de recursos; e doutro modo as missões nada colherão. Isto mesmo quisera eu próprio fazer, continuando para o interior a visita pastoral que já comecei na cidade; duvido, porém, que para isto me chegue a côngrua, com a verba que se acha designada aqui para o Bispo em visita.

Sinto, Ex.mo Sr., grandes dificuldades em satisfazer com a côngrua que tenho às muitas necessidades da posição em que me acho, por isso me vejo obrigado a recordar a V. Ex.a o que me disse, antes de partir para esta província.

Reconhecendo V. Ex.a que os bispos de Angola são mui mal remunerados, me observou que logo lhe participasse, se a minha côngrua fosse insuficiente.

O Bispo de Angola e Congo tendo de se apresentar com a mesma decência e dignidade que os prelados do reino; sendo mais árduo e penoso o seu ministério, se quiser trabalhar; sendo muito maiores suas necessidades, não só porque a vida é aqui mais cara, mas porque é forçoso atender às súplicas de cristãos e gentios, que constantemente e para tudo batem à porta do bispo (a quem chamam *pai de todos*) primeiro do que a qualquer outra; todavia é a sua côngua não só inferior à de qualquer Prelado do reino, mas ainda de qualquer do Ultramar, pois só 40$000 réis me consta ser aqui o rendimento da Mitra.

Peço a V. Ex.a que se digne tomar em consideração quanto deixo exposto.

Deus Guarde a V. Ex.a.

Luanda, 10 de Março de 1881.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro da Marinha e Ultramar.

† José, Bispo de Angola e Congo

Ao alto: Série de 1881 / Província e Diocese de Angola / N.º 46.

AHU — 1.a Repartição. Angola. Pasta 3.

RELATÓRIO DO CAPITÃO RICARDO MENA (11-3-1881)

Encarregado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Governador-Geral da Província de Angola, de cumprir a comissão especial, cuja natureza se define pelas instruções juntas, embarcava a bordo da conhoneira *Bengo* no dia vinte de Janeiro próximo passado, e após três dias de próspera viagem fundeávamos em Noqui.

As cartas enviadas pelo Governo-Geral para São Salvador do Congo com o fim de obter o número suficiente de carregadores para transportarem o pessoal e material da missão militar e religiosa, chegaram ao seu destino no dia dezassete de Janeiro. A canhoneira chegou a Noqui no dia acima mencionado, e como ainda aqui se não achassem os carregadores, imediatamente expedi uma ordenança a São Salvador levando um Ofício ao Rei do Congo, em que lhe participava e fazia ver os inconvenientes das circunstâncias em que nos achávamos.

Chegaram finalmente os carregadores no dia seis de Fevereiro, isto é, quinze dias depois da canhoneira. Parece pois claro que as cartas que primeiro se enviaram não haviam sido compreendidas.

Ocioso seria relatar minuciosamente todos os pormenores da viagem que por natureza é trabalhosa e cujas dificuldades se agravaram pela época em que foi empreendida.

... ...

Saímos de Noqui no dia oito de manhã e com uma marcha média de sete horas por dia conseguimos, apesar do crescido número de cargas, gastar apenas cinco dias e horas.

No dia treze de manhã acampámos em um ponto do caminho já próximo da cidade de São Salvador, e depois da indispensável demora neste ponto e de ter expedido um portador participando ao Rei do Congo a chegada dos missionários, fizemos a nossa entrada pelas onze horas e meia da manhã. Foram os missionários recebidos pelo Rei na casa da sua residência, adornada esta com profusão de estofos e veludos; assistia a esta recepção grande quantidade de povo, sentado no chão, em círculo, em um largo que antecede a casa.

O Rei trajando as suas provàvelmente mais ricas galas e empunhando um cetro e uma imagem de Santo Cristo, achava-se rodeado pela sua Corte, na sua frente várias cadeiras cobertas também de veludos nos esperavam.

Recebidos que fomos com as formalidades do estilo, efectuou-se a entrega da carta do Rei de Portugal; após isto e por meio de um intérprete, significiquei ao Rei quanto era do agrado de Sua Majestade o Rei

de Portugal, o manter sempre as relações de amizade com aquele, concorrendo sempre por todos os meios para a prosperidade e engrandecimento do reino do Congo: em consequência de que, da melhor vontade tinha acedido à petição feita por este Rei relativa à Missão religiosa, reconhecendo a grande utilidade e necessidade absoluta de tal Missão; que ela, pela propaganda da religião e derramando a instrução pelo povo, concorreria valiosa e eficazmente para rasgar as trevas da ignorância em que infelizmente ainda jazem, preparando assim uma geração nova, apta para bem compreender e sustentar os seus direitos, bastante esclarecida para saber executar os seus deveres; sustentar os seus direitos firmando-se sempre em princípios justos, dignos e racionais; executar os seus deveres obedecendo sempre e em tudo, como vassalos fiéis ao Rei de Portugal.

Que esta geração futura constituiria um povo essencialmente distinto de todos os outros pela morigeração de seus costumes, pela criação de novas necessidades e amor do trabalho; que ele, Rei do Congo, teria a glória de governar um povo que dominaria material e sobretudo intelectualmente sobre os outros e que todos estes benefícios seriam o resultado da sua amizade e fidelidade para com os Portugueses. Acrescentei que a missão católica, no intuito de desempenhar em toda a latitude o mister de que vinha encarregada, qual era o de catequizar e instruir o povo, trazia instruções para reedificar os templos que existiam em ruína e bem assim construir casa de habitação e escolas; e que para a realização destas obras contava o Governo português com o seu auxílio.

Finalmente, que o Rei de Portugal lhe remetia vários presentes que, nada significando pelo seu valor material, atestavam bem claramente a amizade e estima em que era tido pelo mesmo Augusto Senhor.

A isto respondeu o Rei do Congo, por intermédio do seu intérprete: que estava bastante penhorado e agradecia ao Rei de Portugal a protecção e amizade que sempre lhe havia dispensado e de [que] acabava de receber mais uma prova. Que tendo sido colocado no trono pelo Rei Dom Pedro Quinto, reconhecia bem que tudo devia a Portugal; que como bom vassalo poria sempre à disposição de Portugal todo o seu valimento e dedicação, e que ùnicamente a falta de oportunidade lhe tinha até hoje impedido de mostrar bem claramente que estava sempre pronto a receber e executar as ordens de El-Rei.

Acrescentou, com referência à missão religiosa, que tendo sido baptizado e tendo bem arreigadas as crenças católicas, desejava ardentemente concorrer por todos os meios ao seu alcance para a propagação do Catolicismo pelos seus povos e que neste intuito poria sempre à disposição dos missionários todo o seu valimento, prestando-lhe todo o auxílio. Que ele próprio, como fervoroso católico, desejava cumprir e fazer cumprir a todos os seus súbditos as prescrições impostas pela Santa Madre Igreja e que na impossibilidade de o fazer nas circunstâncias em que estava até ali, tinha solicitado do Rei de Portugal o estabelecimento da Missão Católica no Congo.

Retirámo-nos, e no dia seguinte efectuou-se a entrega dos presentes enviados pelo Rei de Portugal. Para assistir a esta solenidade, que o Rei do Congo desejou efectuar com toda a pompa, acudiram a seu chamamento vários príncipes dos povos circunvizinhos, como de Gozele, Tambi, Vandembi, Quiona, Quipeche, Quimbanza, Banza-Puto, Quissenguele, Vombo, etc., acompanhados estes com parte da sua gente, constituindo um total aproximadamente de cento e cinquenta homens armados. Pelo meio-dia mandou o Rei prevenir que tudo se achava pronto para nos receber. Efectuou-se a entrega das dádivas, que agradaram bastante e pode mesmo dizer-se espantaram, a julgar pelas ruidosas demonstrações de júbilo manifestado pelo povo. Após a apresentação de todos os objectos falou o Rei, significando quanto estava reconhecido pelo generoso oferecimento do Rei de Portugal e que até ali nenhum Rei do Congo havia recebido tão grandiosa dádiva; que exultava de contentamento por ter o seu povo reunido nesta ocasião, pois deste modo todos eram testemunhas, da consideração em que era tido pelo Governo português.

Terminou esta cerimónia no meio das gerais aclamações, tendo sido acompanhada durante todo o seu decurso por uma música infernal e tiros de alegria, que não cessaram durante o tempo que ali permanecemos.

Pelo que respeita às ruínas de templos existentes em São Salvador, uma [igreja] apenas merece reedificação. É também esta a opinião dos missionários e do mestre de obras que nos acompanhou na visita que a elas fizemos. As outras estão em deplorável estado, sendo isto devido, em primeiro lugar ao completo abandono em que estão, e também ao mau material que empregaram na sua construção. A que relativamente se apresenta em melhores circunstâncias é a ruína da antiga Sé, cuja fotografia vai junta ao relatório. As demais servirão, quando muito, para delas se aproveitar pedra, obviando assim às dificuldades de a arrancar; dificuldades por enquanto insuperáveis, pois carecem de instrumentos próprios, que aqui lhes não foram fornecidos. E não só destes como de muitos outros utensílios e material precisa a Missão, para que possam levar a cabo qualquer construção. Existe também a ruína da antiga fortaleza e conquanto o seu estado de conservação não seja muito lisonjeiro, está contudo em circunstâncias de ser fàcilmente reedificada. É quadrada, tendo no interior algumas casas, que também com pouco se podem arranjar.

A primeira obra a empreender e a de mais urgente necessidade é, inquestionàvelmente, a construção da casa de residência para os missionários, pois os deixámos nas circunstâncias mais críticas. Durante o tempo que ali permanecemos, estiveram eles e nós habitando em uma cubata, que mal merece mesmo este nome; quando chovia o tecto não nos abrigava da chuva e o chão constantemente húmido, ou antes encharcado, exalava uma humidade de perniciosa influência sobre o organismo. Quatro dias depois da nossa chegada, tencionando ser o último da nossa permanência ali, celebrou-se a primeira missa da nova Missão, à qual

assistiu o Rei e povo. Note-se de passagem que a maneira por que o povo assistiu àquele acto depõe bem pouco a favor da sua civilização.

É um ponto das minhas instruções o conhecer do estado da civilização, as condições morais e sociais daquele povo; em nada elas diferem das dos outros povos que habitam por toda aquela zona. A mesma clássica cubata e os mesmos costumes; os mesmos vestuários e leis; os mesmos cultos e as mesmas superstições; a mesma ausência de cultura intelectual e o mesmo amor pelo descanso, se encontram aqui, como em todos os demais povos, que aliás não receberam, como este, os benefícios resultantes da convivência continuada com europeus.

É facto incontestável que são povos circunvizinhos do reino do Congo os que habitam as margens do Zaire, topogràficamente falando; se nos referirmos porém à influência daquele povo, ou antes do seu Rei, ficam tais povos bem distantes. Já passou, e provàvelmente não voltará o tempo em que o poderio dos Reis do Congo era um astro fulgente, que com os raios da sua intensa luz iluminava regiões longínquas; o astro perdeu o seu brilho e a pálida luz que dele hoje dimana deixa em completa obscuridade as margens outrora esclarecidas do Zaire. O actual Rei do Congo é em excesso afável e benigno para com o seu povo. Estas qualidades qualidades (sic), que noutras circunstâncias fariam dele um bom monarca, são talvez a causa principal da sua decadência. O Rei do Congo não cobra tributos de nenhum dos povos que estão sob o seu domínio, e este procedimento, aliás muito louvável, torna-o inapto para o cometimento de qualquer empresa importante, seja pacífica ou bélica, por lhe escassearem os meios com que prover à manutenção da gente que em tal empresa houver de empregar.

O Rei do Congo não é um régulo temido, não é um soba poderoso, não é um príncipe respeitado, enfim não tem o prestígio que nesta e na Costa Oriental se encontra nos chefes de tribos; o Rei do Congo é um bom homem e nada mais. Pode-se, sem receio de mistificação, acreditar na sua boa vontade, na sua dedicação pelos portugueses, no empenho em os servir fielmente — mas basta isto? É bastante a vontade de um homem, sê-lo-ia se este homem fosse um verdadeiro Rei africano, que com um gesto traçasse ao seu povo o caminho a seguir. Um facto bem simples dará ideia da maneira como é temido e respeitado o Rei do Congo: enquanto ele jantava connosco, um príncipe de um povo vizinho rouba-lhe a capa, que pouco antes trazia nos ombros e que havia colocado por detrás de si. Basta fazer uma ligeira ideia dos costumes e leis por que geralmente se regem os povos indígenas, para avaliar bem a gravidade do facto; pois o criminoso dois dias depois comprava a sua liberdade a troco de um porco! Finalmente, considerando e comparando entre si os diferentes povos e reis que habitam aquelas regiões, o Rei do Congo alguma superioridade tem sobre eles, atendendo a que meia dúzia de povos circunvizinhos lhe obedecem, acodem ao seu chamamento e decerto o auxiliarão

com a força, do momento em que ele o ordenar. Esta influência é porém perfeitamente nula, para que seja contada em qualquer ocorrência naquelas paragens na qual actuem, de leve sequer, algumas potências europeias.

... ...

Estão estabelecidas no Zaire quatro Missões: uma francesa em Boma; esta é uma sucursal das Missões francesas de Lândana; uma inglesa, protestante, em Palabala; e duas em São Salvador do Congo, uma portuguesa católica e outra inglesa protestante. Esta última é composta de quatro missionários. Actualmente nenhum deles se acha em São Salvador, e parece-me mesmo que a índole desta Missão, pelo menos no dizer deles, não é fixar-se em parte alguma. A Missão protestante de São Salvador, cujo superior é Comber, corresponde-se com a Missão de Palabala; tem pois evidentemente interesses comuns. As Missões protestantes têm, pode-se afirmá-lo com afoiteza, três fins distintos, a saber: político, científico e religioso. A qual destes fins se dedicam mais? Difícil é dizê-lo. A qual menos? Ao religioso, com toda a certeza. Faziam, quando em São Salvador, várias e frequentes excursões aos povos vizinhos, e nestas levavam sempre os instrumentos, cujo nome não nos soube dizer o nosso informador (o Rei do Congo), como fàcilmente se acreditará, mas que pela descrição (?) que deles nos fez, eram os empregados em levantamentos topográficos; faziam, além disso, frequentes observações astronómicas.

Pelo que respeita ao fim *politico-religioso*, tentaram por vezes converter o Rei do Congo à religião protestante, conforme ele próprio nos contou, insinuando-lhe que era absurda a *adoração* dos Santos, pois nada mais eram que uns bonecos de madeira; ao que ele, Rei, respondeu com a seguinte pergunta: e para que veneram os senhores o retrato da Rainha Vitória, que lá têm em casa? Ele nada mais é, também, do que um boneco. Por outra ocasião quiseram-lhe tomar medida à cabeça para, diziam eles, mandarem fazer uma coroa inglesa e oferecerem-lha; a isto se recusou formalmente o Rei do Congo. Um facto digno de ser mencionado é o seguinte:

Por ocasião da chegada dos missionários a São Salvador, apresentaram-se estes ao Rei do Congo, participando-lhe que ali iam estabelecer-se e que ele devia auxiliá-los em tudo, pois vinham *mandados* pelo Governo português. Interrogou-os muito naturalmente o Rei, sobre se traziam alguma carta do Rei de Portugal ou do Governador-Geral da Província, ao que eles responderam que não, nem era necessária. Assim aproveitaram um muro de uma ruína e pedra de outras [igrejas] para construção da casa de residência que ali possuem. Parece pois concluir-se do que fica expendido, que os bons missionários muito frequente[mente] se distraem das suas contemplações místicas para se ocuparem das coisas terrestres.

O local que mais apropriado nos pareceu para a construção da casa que de futuro servirá de estação fica, para quem olha do mar, por detrás

e à direita da feitoria francesa, em um pequeno morro batido das viraçõcs e isolado o mais possível de quaisquer emanações mefíticas.

Vem a pelo o dizer-se que, por torta a margem do Zaire, o estabelecimento de qualquer feitoria para negócio só é efectuado depois de se pagar aos príncipes que sobre os terrenos têm domínio, os chamados *costumes,* depois do que a casa fica *na cabeça* de tal ou tal príncipe, a quem se pagaram os costumes.

Em Noqui, para o estabelecimento de uma casa, pagam os seguintes costumes: vinte cortados (porção de fazenda) sortidos, um garrafão de aguardente, uma espingarda, um barril de pólvora de quatro libras, vestidura a cinco reis, que consta para cada um de: dois panos de chales, um barrete, uma moxinga, um galão de aguardente e uma camisa ou quatro panos de algodão. Além destes costumes pagam também *cortagens*, que é o pagamento ao pessoal que, dizem eles, serve para guardar a casa. Deste pessoal sempre o negociante prescinde; eles porém é que não prescindem da paga. Informados de tais usos fomos ao povo de um dos cinco príncipes que sobre aqueles terrenos tem alçada; é o chamado povo de Fuance cujo príncipe se chama Sedequela. Fica a duas horas e meia de Noqui por um caminho montanhoso e de difícil trânsito.

Aí nos confirmaram tais notícias.

Fizemos-lhe notar que a casa em projecto não era para negócio, mas sim para uso dos missionários e que o Rei do Congo de certo não consentiria no pagamento dos costumes. Resposta do homem: o Rei do Congo está muito longe, não vem cá fazer-me guerra. Eis aqui o prestígio do Rei do Congo.

Tentámos inùtilmente fazer-lhe compreender que era o Rei de Portugal que mandava fazer a casa, mas o facto é este: os pretos fazem perfeitamente a distinção entre as raças caucásica e etiópica, mas não chegam a considerar nacionalidades — para eles há o *preto* e o *branco,* nada mais.

Quando chegámos a São Salvador, tivemos do Rei a promessa de que em breve mandaria uma embaixada àqueles povos, a fim de os obrigarem a consentirem na construção da casa, sem pagamento de costumes. Chegará ela a realizar-se?

... ...

São Salvador está situado no cimo de uma colina, o terreno pareceu-nos bom, demonstra-o bem uma porção de couves que o último missionário ali semeou, pois ainda hoje estão perfeitas, tendo resistido à intempérie do clima. O solo é bastante húmido. Não há a mínima agricultura. Capim por todos os lados, apenas está capinada a povoação.

Tem duas nascentes de água: é potável. Calculamos que São Salvador, tem aproximadamente cento e cinquenta, a cento e setenta cubatas. Finalmente o guarda-marinha João Augusto da Mota e Sousa, coadjuvou-me imenso, estando sempre pronto a executar o mínimo desejo que da minha parte fosse imaginado, e por isso torna-se merecedor dos

mais elevados encómios. Com os missionários vivemos na maior harmonia, estando o superior da Missão sempre de acordo a tudo quanto lhe patenteasse: não podia ser melhor a escolha feita pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo desta Diocese, pois nos três presbíteros, se encontra a boa vontade, resignação, discrição e discernimento preciso, para adoptarem o que de futuro possa concorrer para o engrandecimento do Reino do Congo. As ordenanças que foram a São Salvador portaram-se muito bem, tornando-se digno de recomendação o soldado nomeado intérprete, número cento e oito da Terceira Companhia do Batalhão de Caçadores Número Dois, Elias Vidal.

Luanda, onze de Março de mil oitocentos e oitenta e um.

assinado) João Ricardo Barreto Mena, capitão graduado.

Ao alto: Série de 1881 / Angola / Governo-Geral.
Doc.^to^ n.º 4, a que se refere o Ofício Confidencial n.º 8 de 19 de Março.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

15

CARTA DO BISPO DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (13-3-1881)

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Ponderando eu a V. Ex.ª no meu ofício de 10 de Março, N.º 46, os graves embaraços em que me acho para poder satisfazer a todas as exigências da minha posição, não posso, nem devo deixar de ponderar igualmente a V. Ex.ª que em idênticas circunstâncias, para não dizer piores, se acham os pobres párocos missionários, os quais, afora a minguada côngrua, mui pouco uns, e outros nada percebem de emolumentos paroquiais. E é isto de fácil intuição, atento o estado actual da religião em Angola. Passam-se muitos anos em cada paróquia sem um casamento; foge-se da encomendação dos mortos, e enterram-se os cadáveres pelos campos ou pelas estradas; para o baptismo ou é necessário que o pároco se ofereça quase gratuitamente, e lhes tire a superstição de que morrem as crianças, sendo baptizadas, ou então está já introduzido o costume de nada se dar ao pároco, o que sucede no Ambriz e mais alguns lugares.

Eu quisera bem que nada, absolutamente nada, se exigisse aos povos; mas como pode o pobre pároco sustentar-se com 26 666 réis mensais, que tanto é o que pertence de côngrua a cada um, isto em Angola, onde a vida é caríssima; onde a dificuldade, digo, a necessidade de mandar procurar a grandes distâncias as coisas de primeira necessidade as torna de um preço elevadíssimo! O resultado é que os pobres missionários, enfraquecidos pela falta do necessário alimento, e dos recursos da medicina, por falta de meios, procuram largar o seu posto, se o podem fazer, e vêm pedir socorro ao prelado, que, por não enviá-los para o hospital público, do qual foge quem pode, porque mata e não cura, nem está em condições decentes para os missionários, lá vai acolhendo, como pode, no seu paço, que assim fez aos que trouxe consigo de Cernache, alguns dos quais adoeceram tanto que entraram em serviço.

Peço, pois, a V. Ex.ª encarecidamente, que tome o que deixo dito na devida consideração. Tenho a certeza de que se V. Ex.ª se puser a reflexionar nas grandes necessidades e aflições em que deve ver-se um padre destituído não só de recursos, mas dos meios de os haver, há-de verter lágrimas, pois não o creio menos humano, do que eu.

Há pouco me dizia o bom padre que enviei para Dombe-Grande: Não encontrei casa de residência para o pároco; aluguei uma, e dela fiz capela, quarto de dormir e casa de aula.

Isto é realmente bem pouco decente! Pedia-me providências; mas eu via que o hospital, que absorvia todos os cuidados do Governador-Geral, era com efeito coisa de primeira necessidade, e não me atrevi a pedir-lhe providências.

Pouco depois o mesmo pároco me dizia: Comecei a fazer peditório para levantar uma capela; vejo-me embargado pelas febres: a côngrua não me chega para me tratar. Mandei-o regressar a Luanda.

Ex.mo Sr., se os vencimentos de todos os empregados têm subido, será justo que em um ramo de serviço público tão importante, como é o eclesiástico, estacionem e ainda tenham diminuído de há anos para cá?

Ainda uma vez, Ex.mo Sr., e espero que V. Ex.ª não levará a mal a sinceridade e franqueza com que estou falando a quem sabe compreender as coisas: Peço encarecidamente a V. Ex.ª que tome na devida consideração quanto fica exposto. Vai nisso o interesse geral da província de Angola, que tanto a peito V. Ex.ª tem. Cem mil réis mais a cada pároco missionário de Angola não é coisa que avulte demasiadamente as despesas gerais da província. Não são tantos os párocos, que apenas se contam uns 21 em serviço paroquial, incluindo os que foram para o Congo. Por este meio talvez mals algum se encontre que deseje vir missionar para esta província; pois ainda que em alguns haja alguma vocação, contudo será raríssimo encontrar quem a leve até ao generoso sacrifício de morrer à fome, deixe-me V. Ex.ª ser inteiramente franco: ou voltar para Portugal inteiramente arruinado.

Se o europeu pudesse viver aqui, como o indígena, bastar-lhe-ia e seria mais que suficiente aquela côngrua; mas não pode, por mais que se esforce por se habituar.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 13 de Março de 1881.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro da Marinha e Ultramar.

a) † José, Bispo de Angola e Congo.

Ao alto: Série de 1881 / Província e Diocese de Angola / N.º 47.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 3.

16

RELATÓRIO DE MOTA E SOUSA (14-3-1881)

Comando da Estação Naval de Angola. — *Cópia.*

Havendo sido nomeado por Sua Excelência o Governador-Geral para o cargo de Secretário da Missão Militar do Congo, destaquei da canhoneira *Bengo* no dia sete de Fevereiro próximo passado e no dia oito de manhã empreendíamos a nossa viagem. Gastámos, apesar do crescido número de carregadores, apenas cinco dias e algumas horas no trajecto, que nestas circunstâncias costuma ser feito em sete e mais dias; no dia treze de manhã entrámos em São Salvador. Após sete dias de permanência neste posto voltámos para Noqui, gastando numa segunda travessia o mesmo número de dias.

... ...

Fica a cidade (?) de São Salvador do Congo situada no planató de um monte pouco elevado; é, segundo dizem, e parece pela sua colocação, bastante saudável; batida das virações, completamente isolada de quaisquer emanações pantanosas; possui boa água e uma temperatura médico-anual relativamente baixa, chegando nos meses mais frescos a marcar nove e dez graus o termómetro centígrado. Contará aproximadamente, quando muito, umas cem cubatas, feitas de bordão, com tectos de colmo, por faltarem completamente ali as madeiras de construção.

Existe, e muito razoàvelmente construída, a habitação dos missionários ingleses; é de pedra e cal com tecto de colmo, tem umas dimensões razoáveis e parece reunir um certo número de comodidades. Não visitámos esta habitação, por se não achar ali missionário algum. Dos povos que pelo caminho se encontram, nada há que mereça relatar-se; parecem-se muito e em tudo, com o povo do Congo. Pelo que toca ao estado de civilização em que actualmente se encontra este último, parecia à primeira vista, que mais adiantado se devia achar, que qualquer dos outros povos, os quais não receberam como este os benefícios da convivência com europeus; parte destes missionários, cujo fim era o de derramar sobre eles as luzes da instrução, arrancá-los da ignorância crassa, do estado perfeitamente selvagem em que viviam. Os mesmos costumes e leis, crenças e superstições se encontram aqui como em outro qualquer povo. Que resultado colheram pois as missões que anteriormente ali estiveram? Que fins conseguirá a actual? A esta não falta vontade; podem porém escassear-lhes os meios, e neste caso com toda a certeza nada conseguirão também.

O Rei do Congo, alvo das gerais atenções, considerado como soberano poderoso, a cujo acesso o Zaire inverteria a sua corrente, o Rei do Congo é realmente um bom preto mas... tão boçal como qualquer dos seus súbditos. Houve talvez em épocas remotas e que decerto não voltarão, reis do Congo cujo poder e prestígio era uma auréola que os circundava e cuja esfera de acção abrangia regiões longínquas. Ao Rei do Congo actual, prestam homenagem, é verdade, alguns dos povos que lhe são vizinhos, e isto torna-o incontestàvelmente superior entre os povos que por aquelas paragens habitam. É porém isto bastante para que a sua influência se faça sentir? Para que ele seja um auxiliar valioso na manutenção dos nossos interesses no Zaire? Não, de-certo.

O Rei do Congo não exerce sobre o seu povo a influência moral, nem possui capitais suficientes para ser um chefe temido e respeitado. É, não talvez por método, mas por natureza, em extremo afável e benigno para com o seu povo; ou mais claro: tem um carácter onde falta completamente a energia. É fácil de prever quais serão os resultados infalíveis deste procedimento, para com homens nas condições morais em que ele se acha. Não cobra tributos de espécie alguma, dos povos que estão sob o seu domínio; resultado: é tão pobre como qualquer dos seus moleques; e quando quiser realizar qualquer empresa, seja pacífica ou bélica, ver-se-á sem capitais com que pagar à gente que em tal empresa houver de empregar. O prestígio do Rei do Congo, o seu poder e influência, estão muito longe de ter o valor que geralmente lhe atribuem.

Quando há tempos tive a honra de apresentar a Vossa Excelência uns apontamentos relativos a uma comissão de que havia sido encarregado, cujas instruções em um dos seus artigos se referiam às Missões no Zaire, apenas me foi possível relatar o que por informações pude obter, nada podendo portanto afirmar positivamente, mesmo no que dizia res-

peito à existência de tais Missões. Hoje, mais alguma coisa posso avançar no que respeita aos fins a que se propõem, os quais se podem concluir fàcilmente do modo como têm procedido.

Existem, como é sabido, as duas Missões protestantes, de Palabala e a de São Salvador; é a esta última que principalmente me refiro.

Segundo a informação de um dos missionários, não é da índole da Missão o fixar-se em ponto determinado. Então qual é o termo da nossa peregrinação (lhe perguntaram) — Oh!... eu sei!... a Costa Oriental, por exemplo. Cabem aqui umas ligeiras considerações: em primeiro lugar, a habitação que construíram em São Salvador do Congo é bastante sólida e confortável, para quem não teve destino certo; além disto eles não a abandonam; parece portanto que, longe de não terem um fim certo e determinado, têm, pelo contrário, como fito a estabelecerem-se em todos os pontos. Por outro lado, nota-se, mesmo involuntàriamente, uma coincidência esquisita entre o avanço dos trabalhos de Stanley e o deslocamento mais para o interior da sede da Missão. Enfim, até aqui tudo é hipotético, quando se referiu à ligação da Missão à empresa Stanley, concluída deste facto. Mais positivas são, contudo, as seguintes informações, que me foram fornecidas pelo próprio Rei do Congo.

Os missionários de São Salvador construíram ali uma escola, digo, constituíram, para o ensino das crianças, ministrando-lhes, como é natural, a educação religiosa protestante. Esta escola contou sempre limitado número de discípulos, e foi sempre para os missionários objecto de interesse secundário *(religião)*. Os missionários do Congo possuem instrumentos que, pela picaresca descrição do próprio Rei, são com certeza os empregados em trabalhos científicos de campo, levantamento de plantas, observações astronómicas, etc., etc., e quando efectuavam as suas frequentes excursões, levavam sempre parte deles, para levantamento de plantas das regiões que percorriam *(ciência)*.

Os missionários de São Salvador tentaram por várias vezes converter o Rei do Congo à religião protestante, dizendo-lhe (contava o Rei) que era uma asneira estar adorando aqueles bonecos pintados, a que ele chamava Santos.

Por outra ocasião quiseram (ignoro se é do rito protestante) tomar-lhe as dimensões da cabeça, para mandarem fazer uma coroa inglesa e oferecerem-lha. A isto se recusou formalmente o Rei do Congo, pois compreendeu, apesar de boçal, a intenção oculta daquele oferecimento, e, seja dito em verdade, é leal e dedicado aos portugueses *(política)*. A Missão do Congo corresponde-se directamente com a de Palabala; tem pois evidentemente interesses comuns. Conclui-se claramente do que fica dito que as Missões têm três fins: político, científico e religioso, sendo a este último que menos se dedicam.

Ùltimamente, dois missionários, sendo um o chefe, estavam para ir a Stanley-Pool; não tenho informações certas sobre as causas porque não foram, conquanto suponha ter sido por falta de fazendas no caminho.

Estiveram por algum tempo em Vivi; em Stanley-Pool tencionavam estabelecer a sede nova da Missão. Não será bem frisante este facto, para que se não possa deixar de notar a coincidência esquisita a que aludi, entre o avanço dos trabalhos de Stanley e o deslocamento da Missão? Não provará isto, de uma maneira clara e positiva, as relações que existem entre Stanley e os missionários? Não constituirá talvez uma prova irrecusável, mas dá lugar a sérias e bem fundadas suspeitas.

Em resumo, facto provado é: que os bons missionários frequentes vezes se distraem das suas contemplações místicas para se entregarem às coisas terrestres.

assinado) João Augusto da Mota e Sousa, guarda-marinha.

Está conforme.

Bordo da Corveta *Duque da Terceira* surta no porto de Luanda, em catorze de Março de mil oitocentos e oitenta e um.

a) Jaime de Serpa Forjaz, Guarda-Marinha

Secretário

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

17

CARTA DE D. PEDRO V, REI DO CONGO AOS PADRES DA MISSÃO (17-3-1881)

Meus Pais Espirituais

Faço-lhe esta a fim de saber das suas saúdes sendo em companhia dos seus amigos, enquanto eu ao fazer desta vou bem graças a Deus.

Tenha a bondade de fazer o serviço conforme fazia os seus antecessores de Baptizar a todos aqueles que não são Baptizados grande e pequenos e confessal-se queles que não são confessados, porque eu já ouvi que não podem Baptizar os que não sabe a doutrina.

Se continuar a fazer sempre não vem ma[i]s gente porque eles já está custumado aqui tem que vir gente de outra parte para se Baptizar.

Adeus meus amigos

Saúde

D. Pedro V — Rei do Congo

Ao alto: S. Salvador do Congo 17 de Março de 1881. Congo.

À margem: Província de Angola.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos.1881*).

AA — N.os 45-46 (1954).

18

CARTA DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (24-3-1881)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.a que os três missionários enviados ao Reino do Congo, e que daqui partiram no dia 20 de Janeiro próximo passado, na canhoneira portuguesa *Bengo* em direcção a Noqui, chegaram a S. Salvador no dia 13 de Fevereiro sem incidente algum notável, não obstante as muitas dificuldades do trajecto e a impropriedade da estação em que partiram, por ser a das chuvas.

Refere-se o Rev.o Superior da Missão em seu ofício n.o 1 de 18 do próximo findo, que à sua entrada o respectivo Rei D. Pedro V empregou todos os esforços para receber os referidos missionários e a sua comitiva com a máxima solenidade, mostrando-se muito satisfeito e acolhendo altamente penhorado os presentes que em nome de Sua Majestade El-Rei de Portugal lhe foram ofertados. Prometeu fazer a bem da Missão tudo o que estivesse em suas forças, mas o que é certo é que o Rei pouco pode fazer, como em carta particular nos afirma o mesmo Superior. Diz mais:

«Achamo-nos instalados em umas cubatas húmidas e abertas ao tempo, tendo-se já deteriorado alguns objectos por causa das chuvas, que os tectos não defendem. Os Padres não têm podido celebrar por não terem altar nem lugar decente; vou empregar todos os esforços para que em pouco tempo tudo entre num estado normal. A primeira necessidade da Missão é uma casa que defenda os missionários da intempérie das estações e ponha em resguardo a sua saúde, tão arriscada nas péssimas condições em que por enquanto se acham. As necessidades religiosas destes povos são grandes e muito tempo será preciso para que se possam remediar convenientemente».

Extra-oficialmente nos diz ainda que naquela data não se achavam em S. Salvador os missionários protestantes, que ali estão estabelecidos há mais de um ano em casas que levantaram, para cuja construção aproveitaram um muro antigo, provàvelmente nosso.

É quanto por ora tenho a comunicar a V. Ex.ª, aproveitando este ensejo para remeter a inclusa carta do Rei do Congo.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Luanda, 24 de Março de 1881.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † José, Bispo de Angola e Congo

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

19

CARTA DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO REI DO CONGO (1-4-1881)

Senhor

Acuso a recepção da carta que V. Majestade se dignou enviar aos missionários do Reino do Congo e do íntimo da alma agradeço a V. Majestade as felicidades que nos apetece.

Desejava ir falar pessoalmente a V. Majestade; o meu estado de saúde, porém, não o permite.

Enquanto ao ponto principal da carta de V. Majestade, cumpre-me responder o seguinte:

Nós os Padres do Congo, temos ordens terminantes do Nosso Superior, o Ex.^mo Sr. Bispo de Angola e Congo, para não baptizar pessoa alguma adulta, sem que ela saiba as verdades da nossa Santa Religião, que é a Católica, Apostólica, Romana, única verdadeira. Esta determinação, porém, tem suas excepções a favor dos adultos em perigo de vida e das crianças, que podem e devem ser baptizadas quanto mais cedo melhor, para que se a Deus aprouver levá-las deste mundo, não fiquem privadas da bemaventurança eterna, para que todos fomos criados.

Pelo que fica escrito, pode V. Majestade avaliar quão benigno é o Ex.^mo Sr. Bispo, Superior e Pai Espiritual destes reinos, para com aqueles que não podem aprender a doutrina cristã por causa da idade e por iminente perigo de vida.

Suponho que em algum dos Ofícios que o Ex.^om Sr. Bispo de Angola dirigiu a V. Majestade e de que nós fomos portadores, o mesmo Ex.^mo Sr. declarava que os Missionários, enviados a este Reino, não podiam baptizar pessoas grandes, sem terem conhecimento dos principais Mistérios da Religião Santa de Jesus Crucificado; esta ordem, pois, que segundo creio, V. Majestade não ignora, não será nunca transgredida por nós; porque temos restrita obrigação de obedecer em tudo e por tudo ao Nosso Prelado.

Se os Missionários que nos precederam no Reino do Congo, não obraram deste modo e desprezaram os preceitos e prescrições do Prelado, com esse facto nada temos: Deus e o seu Superior lhe[s] pedirão rigorosas contas de tal proceder.

As pessoas adultas, porém, não se desconsolem; pois também serão baptizadas logo que saibam a doutrina e prometam emendar a sua vida passada.

Se Deus Nosso Senhor, o permitisse, dando-nos saúde, já teríamos ensinado algumas; e apenas nos estabeleçamos, envidaremos todos os esforços ao nosso alcance para instruir todo este povo, na própria língua do Congo, de que ainda sabemos pouco, em consequência da causa supramencionada.

Se os povos vizinhos desejam ir para o Céu, hão-de vir aqui em qualquer ocasião, para que, aprendendo a praticando a Santa Lei de Deus, possam conseguir aquele fim supremo da criatura. Se, porém, não vierem, iremos nós lá; porque o fim que nos trouxe a estas remotas regiões, foi ùnicamente a salvação de suas almas.

Muitos dos meninos ainda não baptizados, e que não podem receber este Santo Sacramento, sem serem prèviamente instruídos nas verdades religiosas, devem frequentar a escola, onde juntamente com a doutrina,

aprenderão a ler, escrever, contar e outras coisas, que serão muito úteis para eles e para o reino de V. Majestade [1].

O Reino do Congo é muito importante; por isso deve ter uma escola que corresponda a essa importância; ora, a que está funcionando conta apenas nove alunos, o que é muito pouco.

Espero, portanto, que V. Majestade empregará toda a influência que tem sobre os ânimos de seus súbditos, para que a dita escola seja de futuro mais considerada, não só dos povos desta cidade, mas também dos vizinhos.

Se os povos do Congo querem agradar a Deus e conseguir o céu, devem procurar o baptismo, ouvir o que lhes pregamos e ser obedientes à Santa Igreja, que proíbe se baptizem as pessoas adultas que ignoram completamente a doutrina católica; o que só permite quando estejam gravemente enfermos, arrependendo-se da vida passada em pecado.

É isto o que se nos oferece comunicar respeitosamente a V. Majestade relativamente a este assunto.

Pedimos a Deus se digne conservar a preciosa saúde de V. Majestade, por muitos anos.

Deus Guarde a V. Majestade.

Residência da Missão portuguesa, em S. Salvador do Congo, 1.º de Abril de 1881.

a) António José de Sousa Barroso

Superior da Missão.

À margem: Província de Angola. Cópia.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos avulsos. 1881).*

AA — N.ºs 45-46 (1954).

---

[1] António Barroso, no primeiro relatório para o Bispo, datado de 15-7-1881, anunciava que desde a instalação até àquela data sòmente baptizara crianças. Anunciava os males que afligiam a sociedade do Congo e dizia: «É indispensável cuidar da geração nova, [...] subtraí-la, quanto possível, ao meio pestilencial em que vive e onde precocemente se corrompe». Propunha o estabelecimento de um internato convenientemente estabelecido e catòlicamente dirigido para que a mocidade educada em princípios religiosos, formasse uma sociedade nova. Vid. p. 12.

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (30-5-1881)

Il.mo Ex.mo Rev.mo Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção do Ofício de V. Ex.a Rev.ma n.º 76 de 16 de Abril último, bem como a de dois caixotes, contendo paramentos e Santos Óleos, de que os Missionários vão fazer uso, cumprindo as ordens de V. Ex.a Rev.ma.

Pelo que respeita ao relatório, cumpre-me comunicar a V. Ex.a Rev.ma, que, apenas me seja possível, vou satisfazer ao pedido de V. Ex.a Rev.ma, não o fazendo já por incómodo de saúde [1]

Deus Guarde a V. Ex.a.

Residência da Missão, em S. Salvador do Congo, 30 de Maio de 1881.
Il.mo Ex.mo Rev.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

a) António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 155.

À margem: Série de 1881 / Província de Angola / Missão do Congo N.º 7. 30-5-81.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos avulsos. 1881).*

AA — N.os 45-46 (1954).

---

[1] Findo o primeiro mês de trabalhos, em 5-4-1881, o padre Barroso pedia ao Secretário-geral do Governo que lhe fornecesse meios para poder contratar pretos, necessários para coadjuvar os artistas. O Rei do Congo pouca ou nenhuma influência exercia sobre o ânimo dos seus súbditos e o missionário encontrava dificuldades na obtenção de pessoal. Quanto ao material, não o havia em abundância. A madeira era muito rara, ficava distante alguns quilómetros e não havia serradores para a colocar em estado de aproveitamento. Pedia 2 serradores e alguns cabindas para com o seu exemplo despertarem no ânimo da gente de S. Salvador o desepo e amor ao trabalho

21

OFÍCIO DO PADRE SEBASTIÃO JOSÉ PEREIRA AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (30-5-1881)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Por ordem do Rev.mo Sr. Superior desta Missão, tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª a inclusa cópia de uma Carta-Ofício, que nos fins de Março último, o mesmo Senhor, respondendo a uma outra que nos enviou o Rei do Congo, e que vai junta, lhe dirigiu, explicando o nosso procedimento com relação ao baptismo dos adultos, que o Rei citando o mau exemplo dos missionários, que de passagem têm visitado estas paragens, exigia se baptizassem, sem a prévia instrução nas principais verdades da nossa Santa Religião, que eles na máxima totalidade ignoram.

Já em carta particular de Abril pretérito, o Rev.mo Superior comunicava a V. Ex.ª a remessa das inclusas; resolveu, porém, procrastiná-la, esperando que o Rei insistisse na sua pretensão, o que, felizmente não teve lugar, pois mostrou-se satisfeito com a resposta.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Secretaria da Missão Portuguesa, em S. Salvador do Congo, 30 de Maio de 1881.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

a) Sebastião José Pereira
Secretário da Missão

Ao alto: N.º 156. Congo.

À margem: Série de 1881 / Província e Diocese de Angola / Missão do Congo / N.º 8. 30-5-81.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos avulsos. 1881*).

AA — N.os 45-46 (1954).

22

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (24-7-1881)

Em cumprimento das ordens, que me foram transmitidas por V. Ex.ª em Ofício n.º 76 de 16 de Abril último, tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª o incluso relatório, por onde V. Ex.ª conhecerá o estado em que se encontra esta Missão, as dificuldades com que tem a lutar, a ignorância destes povos em matéria religiosa, os seus depravados costumes e os meios que julgo mais aptos para os melhorar.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão portuguesa, em S. Salvador do Congo, 24 de Julho de 1881.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

a) António José de Sousa Barroso

À margem: Província de Angola / Missão do Congo / Série de 1881 / N.º 11.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

NOTA — Segue o Relatório. Cfr. p. 1 e sgs.

23

CARTA DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (2-8-1881)

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que, tendo de partir pròximamente do Real Colégio de Cernache de Bonjardim alguns missionários, há muito pedidos para se organizar alguma Missão, ao menos nas condições da do Congo, onde mais o exigirem as necessidades da Religião e do

Estado nesta diocese, parecendo-me de toda a conveniência tentar uma Missão regular em Cabinda, cujos povos do Zaire são os que mais relacionados estão com as Província, não me constando ter ido ali ainda Missão alguma portuguesa, ou estrangeira, nestes últimos tempos; julguei, para o bom êxito e crédito das Missões, fazer sentir a V. Ex.ª a necessidade de irem os Missionários acompanhados de operários dignos, e tão compenetrados da sua Missão, que mais se possam chamar catequistas, ou verdadeiros coadjutores dos Missionários na evangelização dos povos, que operários. Do contrário, resultará desfazer o operário, o que fizer o missionário.

Convém, portanto, a mais acertada escolha dos operários, que devem acompanhar os Missionários, e como esta escolha seja dificílima entre os poucos operários de Angola, convém que ela se faça no reino, e não deixarão de certo de aparecer indivíduos nas condições precisas, se o Governo de Sua Majestade lhes propor as garantias razoáveis.

Uma associação de operários, criada pelo Médico Mendes Lages, estabelecida na Corte de Lisboa, e já aprovada pelo Governo, suponho eu, daria de certo sujeitos com a vocação necessária. Se V. Ex.ª se digne aproveitar este alvitre, enquanto do novo plano de Missões, ùltimamente organizado, se não podem obter os indivíduos competentes, eu prevenirei o médico Mendes Lages, para que se apresente a V. Ex.ª a fim de prestar a V. Ex.ª os esclarecimentos precisos.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 2 de Agosto de 1881.

Il.mo e Ex.mo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † José, Bispo de Angola e Congo

À margem: Série de 1881 / Província e Diocese de Angola e Congo / N.º 151.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 1.

24

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR

(15-9-1881)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.a o incluso relatório acerca da Missão católica enviada ao Reino do Congo, o qual me foi dirigido há poucos dias pelo Superior da mesma o Rev.o António José de Sousa Barroso.

Deus Guarde a V. Ex.a.

Paço Episcopal em Luanda, 15 de Setembro de 1881.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † José, Bispo de Angola e Congo

Despacho: Concordo com a direcção geral, cumprindo especializar nas recomendações ao Governador-Geral, o empenho eficaz em auxiliar o estabelecimento do internato de catecúmenos, lembrado pelos padres, pelas causas e para os fins que eles explicam.

25-11-81

M. Gouveia

Revela zelo e está exposto com verdade o que diz o Superior da Missão católica do Congo, que merece louvor. Mesmo as notícias particulares afirmam que os padres têm ali procedido bem.

Já estão destinados mais dois missionários de Cernache para seguirem para Angola, cujo Prelado pode mandá-los para o Congo. Se os rendimentos da Província se forem elevando, como é de esperar, pode acudir-lhe o Governador-Geral com mais recursos e com eles fazer-se desenvolver a Missão, que tem fins importantes para Portugal.

O actual Governador-Geral auxiliou muito a instalação da Missão. Deve recomendar-se-lhe novamente que faça quanto possa em seu favor.

21-11-81

F. Costa

À margem: Província de Angola / N.o 199.

AHU — 1.a Repartição. Angola. Pasta 1.

25

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (22-11-1881)

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que nesta ocasião parte daqui em direcção a Luanda, a fim de tratar da sua deteriorada saúde, o missionário Joaquim de Jesus Anunciação Folga, que vai no pleno exercício das suas Ordens.

Há muito que os sofrimentos quase contínuos do referido Missionário pareciam reclamar um clima mais salubre; afinal veio resolver-me a enviá-lo sem demora para essa cidade, a perigosa doença que há pouco o prostrou e de que ia sendo vítima, julgando que ali encontrará mais pronto lenitivo aos seus padecimentos.

Sendo da máxima conveniência que o pessoal desta Missão não diminua, rogo a V. Ex.ª se digne enviar-me o ordenando Francisco Maria Sampaio, a fim de preencher a vacatura existente pela retirada do Rev.º P.e Folga, esperando que pelo seu reconhecido zelo e constituição robusta, ha-de aqui prestar muito bons serviços.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão portuguesa em S. Salvador do Congo, 22 de Novembro de 1881.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Bispo de Angola e Congo.

a) António José de Sousa Barroso

N.º 66

Ao alto: 22-11-81. 18-2.º — 1882 Congo.

À margem: Série de 1881 / Província de Angola / Missão do Congo N.º 20.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos avulsos. 1881).*

AA — N.^{os} 45-46 (1954).

26

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (22-11-1881)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Na impossibilidade de podermos continuar neste país com os escassos meios que actualmente percebemos, oficio para o Governo-Geral, expondo as circunstâncias em que ficamos e pedindo que se digne aumentar o vencimento anual de cada missionário, sem o que se torna impossível e até prejudicial a sua permanência neste reino, onde a vida é caríssima (1).

Estando plenamente convencidos da justiça da nossa causa, rogo a V. Ex.a se digne patrociná-la como justa e necessária, para que o Governo providencie o mais breve possível sobre a nossa conveniente sustentação; aliás seremos obrigados a fazer retirada vergonhosa e muito prejudicial à Religião e à Pátria.

Deus Guarde a V. Ex.a.

S. Salvador do Congo, 22 de Novembro de 1881.

Il.mo e Ex.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

a) António José de Sousa Barroso

N.o 67.

Ao alto: 18-2-1882. Congo.

À margem: Série de 1881 / Província de Angola / Missão do Congo N.o 22.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos avulsos. 1881*).

AA — N.os 45-46 (1954).

---

(1) O missionário Barroso comunicou ao Secretário-Geral do Governo (Nov. 81) que era urgente o aumento do ordenado anual de cada um dos missionários para 1.200$000 rs. Apresentou as seguintes propostas:

1.a — O Governo faria o fornecimento dos artigos de primeira necessidade (pão, vinho, azeite, peixe e botica), 250 mil réis mensais a cada missionário para as restantes despesas, ou

2.a — O Governo faria o fornecimento de todos os artigos de rancho; e 22-30 mil réis mensais para despesas pessoais (roupas, calçado, livros, etc.).

27

OFÍCIO DO GOVERNADOR-GERAL AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (8-3-1882)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Para conhecimento de V. Ex.a Rev.ma e devidos efeitos, comunico a V. Ex.a Rev.ma, que pela canhoneira *Bengo*, que ùltimamente seguiu para o Zaire, foram remetidos ao Superior da Missão do Congo os livros constantes da relação inclusa.

Deus Guarde a V. Ex.a.

Palácio do Governo-Geral em Luanda, 8 de Março de 1882.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo desta Diocese.

António Eleutério Dantas
Governador-Geral

À margem: Governo-Geral / da Província de Angola / Secção Civil 3.a Repartição / N.º 196.

RELAÇÃO DOS LIVROS A QUE SE REFERE O OFÍCIO N.º 196 DESTA DATA

Cartilhas nacionais	20
Quadros históricos portugueses	10
Cartilhas de doutrina	40
Cadernos de escrita	20
Exemplares de caligrafia	2
Sistema métrico decimal	6
História nacional	6
Gramáticas	6
Compêndios de aritmética	6
Compêndios de agricultura	6

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 8 de Março de 1882.

O Secretário-Geral,
J. Machado Carvalho

À margem: Governo-Geral / da Província de Angola.

AAL — *Correspondência recebida. Documentos avulsos. 1883.*

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (16-3-1882)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Em ofício confidencial n.º 8, de 19 de Março de 1881, enviei a V. Ex.ª, com outros documentos, cópia das instruções que, por este Governo-Geral, dei ao superior da missão católica no Congo, padre António José de Sousa Barroso. Agora remeto a V. Ex.ª cópia do relatório que ele me enviou, satisfazendo ao determinado nas mesmas instruções, e bem assim cópias de dois ofícios referentes a assuntos da Missão. No referido relatório V. Ex.ª encontrará, exposto com singeleza e verdade, o que importa e interessa aos pontos indicados nas minhas instruções. Pouco me resta acrescentar. Quaisquer que sejam as condições em que esteja o reino do Congo, o valor e importância do actual Rei, e a sua influência nos povos vizinhos, entendo que a Missão católica no Congo deve manter-se com permanência, e dignamente, em face das missões estrangeiras. Seria abdicar dos nossos direitos, abandonar todo e qualquer grangeio moral e material nos territórios do Congo e Zaire; e falsear a nossa qualidade de nação colonial e civilizadora, fugir em trabalhos de educação nestes povos, trabalhos a que outras nações nos apresentam importante concurso. Está a Missão católica do Congo organizada, como V. Ex.ª sabe, e se vê das instruções, por forma a que, empregado todo o seu esforço, se obtenham profícuos resultados, pois que deve procurar a regeneração e educação daquele povo pelo ensino religioso e literário, e pelo trabalho, sistema este hoje seguido no geral das Missões católicas. É forçoso, porém, confessar que os meios de que dispõe são escassos, e que luta por isto com dificuldades, a despeito do auxílio que extraordinàriamente lhe tem prestado a província, não obstante, não ser próspero o seu estado financeiro. Das cópias dos ofícios do Superior da Missão, a que já me referi, e vão juntas e da do Sr. Bispo da Diocese, a quem ouvi, V. Ex.ª verá o que aquele missionário expõe a tal respeito, e a opinião do ilustre Prelado. Por proposta minha, foi aprovado em Junta de Fazenda que se enviasse extraordinàriamente à Missão alguns artigos de rancho, medicamentos, e peças de fazendas. Mas julgo conveniente atender por forma definitiva, justa e equitativa, às reclamações do Superior da Missão, às necessidades reais e efectivas desta. Do que ele propõe, entendo que devem ser aumentadas as gratificações por forma justa e equitativa, e fornecidos os medicamentos pela Província. O fornecimento de rancho é

óbvio que não pode aceitar-se. V. Ex.ª avaliando o que deixo exposto como for conveniente e de justiça, aos interesses de Estado e às necessidades da Missão, resolverá como for melhor.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

a) António Eleutério Dantas
Governador-Geral

Ao alto: Luanda 16 de Março de 1882.

À margem: 92.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Ofícios para o Reino.* Códice n.º 45, fl. 245, v.º a 246, v.º).

AA — N.ºs 45-46 (1954).

29

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (12-9-1882)

Il.mo e Ex.mo Sr.

A necessidade de fazer render os missionários do Congo, ao menos por algum tempo, onde há dois anos sofrem febres e várias privações, exige que eu requisite novos missionários de Cernache.

Para substituir aqueles é necessário que, dos quatro, que me consta estarem em Cernache habilitados e prontos no corrente ano, me sejam enviados dois dos mais prudentes e inteligentes, para procederem com acerto em face da Missão protestante, que procura desprestigiar-nos por todos os modos e com um rei ambicioso, que especula com Portugueses e estrangeiros.

Hoje que a missão protestante chama para junto de si mestras protestantes, a Missão Católica precisa igualmente de criar junto de si escolas do sexo feminino, de cuja regência só podem e devem ser encarregadas as Irmãs de Caridade, como as mais competentes pelo espírito que as anima. Entre nós achá-las-á o Governo na Associação das Irmãs

Hospitaleiras Portuguesas, de Lisboa ou Porto, e neste sentido lembro a V. Ex.ª o ofício confidencial que em 16 de Julho foi dirigido a esse Ministério pelo Conselho Governativo desta Província.

Lembro outrossim a V. Ex.ª o requerimento em que o Superior da Missão do Congo pede o aumento de côngrua dos respectivos missionários daquela Missão, o qual foi devidamente informado por mim e pelo falecido Governador-Geral. Se já então se comunicou que os missionários faziam alguns sacrifícios para se sustentarem e a algumas crianças, hoje, que para contrabalançar os esforços da missão protestante, elevaram o mínimo dos alunos internos a quinze, a expensas da própria côngrua, mais necessário se torna que o Governo de Sua Majestade sem delongas tome na devida consideração as reclamações feitas pelos missionários, dando-lhes uma solução favorável, a fim de que a Missão não tenha de recuar, com grande desprestígio nosso.

Rogo encarecidamente a V. Ex.ª que não seja indiferente ao zelo e patriotismo dum Prelado, que não presta os seus serviços com ambições em melhor mitra, e que só pelo bem da Religião e da Pátria aceitou a Diocese que rege, a qual só deixará depois de ver que é servo inútil.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Luanda, 12 de Setembro de 1882.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † José, Bispo de Angola e Congo

Ao alto: Série de 1882 / Província e Diocese de Angola / N.º 222.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 3.

30

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (18-12-1882)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Está aqui em Luanda um filho do Rei do Congo, por nome D. Miguel, ao qual a Província educou, e que depois esteve estabelecido com uma taverna num dos concelhos limítrofes do de Luanda. Por não prestar boas

contas, ou por qualquer circunstância, que desconheço, os negociantes que o auxiliavam retiraram-lhe a sua protecção e vê-se ele agora sem meios, por isso que teve de fechar a taverna, e por lhe ter cessado desde 1875 uma pensão que recebia da Junta, de 10$000 réis mensais.

Requer agora que tendo sido arbitrária a cessação do subsídio, desejava ser reembolsado da quantia que deixou de pagar-se-lhe, e que saía da verba orçamental, para pensões aos filhos dos régulos, bem como que se lhe continui a abonar novamente a antiga pensão de 10$000 réis mensais.

A Junta da Fazenda decidiu, por proposta minha, abonar-lhe vinte mil réis mensais, até que fique pago da quantia que deixou de lhe ser abonada, computando em dez mil réis a prestação de amortização e noutros dez a pensão mensal, cujo abono se continuará, mesmo depois de liquidada a quantia devida.

Deu causa a este procedimento querer evitar alguma especulação do cônsul inglês, que podia tomar o preto sob a sua protecção e fazer constar ao Rei do Congo, e missionários protestantes, que os portugueses deixavam morrer de fome um filho do rei, que precisou valer-se dele, para se alimentar.

O Rei do Congo não tem hoje importância real: mas não quis dar aos missionários protestantes motivos para ganharem prestígio sobre os nacionais, pois que não faltava quem aconselhasse o filho do Rei a especular com as tentativas políticas do cônsul britânico, no caso da Junta da Fazenda indeferir a pretensão.

Como já tive ocasião de dizer a V. Ex.ª, eu não creio no sistema, em tempo muito seguido, de educar filhos de régulos, que depois não são bem aceites pelo povo e não são nunca os herdeiros, nem mesmo a educação que recebem se coaduna com o que lhes poderia ser útil. Neste caso, porém, achei de toda a conveniência política o procedimento havido, que sujeito à apreciação de V. Ex.ª.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 18 de Dezembro de 1882.

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Ao alto: Série de 1882 / Província de Angola / Governo-Geral / N.º 436.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 3.

PORTARIA DO GOVERNADOR DE ANGOLA
(5-1-1883)

No intuito de fazer cumprir os desejos de Sua Majestade, com relação à civilização dos seus súbditos do Congo, dando à Missão portuguesa um maior desenvolvimento do que actualmente tem:

Cumprindo aproveitar a estada do chefe da Missão do Congo em Luanda, para se organizar um projecto que terá de ser sujeito à apreciação do Governo de Sua Majestade, projecto em que se satisfaça não só aos quesitos que abaixo se transcrevem, mas ainda aos que pela mesma comissão forem julgados de utilidade para a reorganização daquele instituto:

Hei por conveniente nomear uma comissão composta do vigário-geral Henrique José Reed da Silva [1], do chefe de serviço de saúde António Duarte Ramada Curto, do juiz de direito da 1.ª vara, Francisco António Pinto [2], do padre José M. de Morais Gavião, e do chefe da Missão do Congo, padre António José de Sousa Barroso, para, escolhendo entre si o presidente e secretário, com a máxima urgência, apresentarem um projecto de reorganização da Missão do Congo, e orçamentos respectivos, em que se mencione quanto é preciso arbitrar para alimentação de cada missionário, o que deva dar-se-lhes pelo seu trabalho, para as despesas de vestuário e outras pessoais, devendo mais mencionar e justificar quais os gastos gerais da missão, incluindo os da igreja, escola e biblioteca, e bem assim a despesa a fazer com os panos para distribuir aos alunos

---

[1] Natural da freguesia de Santa Isabel, Lisboa. Embarcou para Angola com D. António Barroso em 5-8-1880. Em 10-7-1881 foi encarregado da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Nomeado provisor e vigário-geral da diocese em 31-8-1881 e governador do bispado (1-5-1882) e ao mesmo tempo professor do Seminário. Chantre da Sé em atenção à sua competência e bons serviços. Nomeado em 1884 prelado de Moçambique e confirmado bispo titular de Filadélfia. Apresentado coadjutor do arcebispado de Goa e por último bispo da diocese de Meliapor, onde chegou em 1887. Fundou ali dois jornais — o «Boletim eclesiástico da diocese de Meliapor» (em língua portuguesa) e outro em inglês — «The Catholic Register», ambos redigidos por missionários de Cernache do Bonjardim. Fundou o seminário com internato orfanológico, asilos e laboratório farmacêutico, ministrando remédios gratuitos às classes pobres.

[2] Nasceu em Alva (Beira Alta) em 6 de Janeiro de 1851. Cursou a Universidade de Coimbra, onde estudou Teologia, que abandonou, para se formar em Direito em 1875. Exerceu a advocacia até 1877. Nomeado delegado curador-geral dos serviçais e colonos, tendo seguido para Angola em 1879. Viajou pelo Zaire e costa norte de Angola e em 1883 foi encarregado de fazer um inquérito acerca do comércio das casas estrangeiras estabelecidas no Zaire e interior, e apresentou um relatório, publicado mais tarde com o título «Angola e Congo — Conferências». Lisboa, 1888.

pobres, e a que demandar uma boa ambulância para as necessidades médicas.

Outrossim, a comissão elaborará em separado e com respectivo orçamento, um projecto de internato de vinte alunos, que fique a cargo da Missão, para ser com o primeiro enviado ao Governo de Sua Majestade, esperando eu do zelo, dedicação e patriotismo dos diversos membros da comissão nomeada, que os seus trabalhos estarão concluídos a tempo de serem enviados para a Europa pelo paquete deste mês.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palácio do Governo em Luanda, 5 de Janeiro de 1883.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Ao alto: Portaria n.º 20.

(*BOA* — N.º 2, de 8 de Janeiro de 1883, p. 24).

AA — N.ºs 45-46 (1954).

32

PROVISÃO DO CHANTRE DA SÉ DE LUANDA (8-1-1883)

Henrique José Reed da Silva, Provisor e Vigário-Geral, digo Chantre da Sé de Luanda, nomeado e apresentado por Sua Majestade Fidelíssima Provisor, Vigário-Geral e Governador do Bispado de Angola e Congo por Sua Ex.ª Reverendíssima o Sr. Bispo diocesano etc. Aos que a presente provisão virem, Saúde e Paz em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Faço saber que, tendo de me ausentar desta cidade em serviço do Bispado, e sendo necessário encarregar um eclesiástico idóneo da direcção e expediente dos negócios eclesiásticos que por sua urgência e maior bem da Igreja não admitirem demora na sua resolução, por muito confiar na aptidão e zelo e mais circunstâncias que concorrem no Muito Reverendo Superior da Missão do Congo, Presbítero António José de Sousa Barroso, hei por bem nomear o referido Presbítero como meu substituto, com toda a jurisdição e poderes necessários para me representar durante a minha ausência. E para constar, digo e para seu título se lhe passou a presente.

Dada no Paço Episcopal em Luanda, sob o meu sinal e selo das armas de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo Diocesano, aos 8 de Janeiro de 1883.

E eu, padre João José da Silva, Escrivão da Câmara Eclesiástica, a escrevi.

Para Vossa Excelência ver e assinar.

a) Henrique José Reed da Silva

À margem: António José de Sousa Barroso.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Provisões e mandados. Livro n.º 29*, fls. 39 e v.º).

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

33

RELATÓRIO DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA N.º 20 (14-1-1883)

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr.

Tendo a comissão nomeada por V. Ex.ª, em portaria n.º 20 de 5 do corrente, concluído os seus trabalhos dentro do prazo que lhe foi determinado, tem hoje a distinta honra de os vir submeter à muito ilustrada apreciação de V. Ex.ª.

Fora-lhe ordenado na citada portaria, que apresentasse com a máxima urgência, um projecto de reorganização da Missão do Congo; indicando nos respectivos orçamentos, qual a verba que deveria ser arbitrada para a alimentação de cada missionário; qual a que se lhe deveria dar pelo seu trabalho, para as despesas de vestuário e outras pessoais; devendo mencionar e justificar, quais as despesas gerais da Missão, incluindo as da igreja, escola, biblioteca, e bem assim, a despesa a fazer com os panos para distribuir aos alunos pobres, e a que demandasse uma boa ambulância, para as necessidades médicas. Além disso, era-lhe ainda exigido um projecto em separado, para a criação de um internato de 20 alunos.

Para satisfazer a todos estes pontos, teve a comissão de estudar prèviamente as condições da localidade em que se acha estabelecida a

Missão, guiando-se, em grande parte, pelos esclarecimentos que a tal respeito lhe prestou o seu vogal-secretário.

Assim habilitada, passou a comissão a elaborar os orçamentos exigidos, e determinar em primeiro lugar, qual a verba que deveria ser arbitrada para alimentação dos missionários que tenham de viver no Congo.

Ponderando o elevado preço por que ali se obtêm os géneros alimentícios de importação; a deletéria influência do clima; a falta de viação, e portanto a dificuldade dos transportes, bem como a facilidade dos extravios; ponderando outrossim, a pobreza de Zona em que está colocada a missão, entendeu dever arbitrar a verba de sessenta mil réis mensais a cada missionário, como indispensável para a respectiva alimentação, e despesas correlativas.

Satisfazendo ao segundo quesito, votou ela a verba de quarenta mil réis mensais, como gratificação a cada missionário; parecendo-lhe esta verba suficiente para fazer face às despesas de vestuário e outras pessoais; tendo em atenção que o missionário trabalha desinteressadamente na evangelização da causa santa da Religião e da Pátria, mais com a vista no prémio futuro do que na retribuição actual.

Pelo que respeita ao número dos missionários que devem formar o pessoal eclesiástico no Congo, entende esta Comissão que nunca deve ser inferior a três, e muito conviria que este fosse mais crescido, a fim da missão ficar habilitada a destacar num futuro próximo, outras missões filiais, para regiões vizinhas, que há três séculos foram percorridas pelos nossos missionários.

Tendo sempre de lutar com grandes dificuldades económicas, qualquer missão estabelecida no interior, e convindo fazer desaparecer, quanto possível, este obstáculo, julga a comissão que o meio prático e profícuo para esse fim, é promover sem perda de tempo o arroteato dos bons terrenos, que em pouco tempo poderão oferecer abundantes recursos.

De cada sulco fecundado com o suor do trabalho, a Providência fará surgir uma seara, e em breve deliciosos pomares substituirão selvas inúteis. Deste feliz resultado dimanarão naturalmente duas consequências da mais alta importância económica e moral, a saber: 1.ª, a riqueza de produtos com que a missão poderá alimentar grande número de crianças, aproveitando este ensejo, para inocular-lhes em seus juvenis corações, o amor da virtude, a dedicação pela Pátria, e b[r]iosos sentimentos de cidadãos prestantes; 2.º, o exemplo do trabalho que se dá ao indígena, e que insensìvelmente o moraliza.

As comodidades resultantes de um trabalho racional e bem dirigido; processos rápidos e novos na confecção dos produtos indígenas, são factos que se impõem a qualquer homem, e a experiência mostra, que o preto não é absolutamente refractário aos progressos desta ordem. Portanto, o primeiro passo a dar para a reorganização da Missão do Congo, é criar-lhe recursos próprios. Para este fim propõe esta comissão, como meio

mais eficaz, senão único, o contratar sem perda de tempo 20 serviçais no Sul desta Província, que não tenham nem menos de 8 anos, nem mais de 18. Neste número se devem compreender pelo menos 8, cuja idade não seja inferior a 15 anos.

Estes serviçais serão considerados como alunos da missão, os quais por meio do estudo e do trabalho, devem formar com os elementos existentes no Congo, um núcleo de futura civilização.

Não é desconhecido que os padres do Congo trabalham há muito para realizarem este ideal, tendo já obtido alguns resultados satisfatórios, dos primeiros ensaios empregados. A despesa a fazer com o referido contrato, parece dever ser orçada em 500$000 réis (quinhentos mil réis).

Como porém a Missão não pode dispor nos primeiros dez meses, de recursos suficientes para sustentar esse número de alunos serviçais, torna-se indispensável votar uma verba extraordinária, que poderá não exceder a 300$000 réis.

Destinada a despesa de vestuário dos aludidos alunos serviçais, bem como a aquisição regular de instrumentos de lavoura e outros objectos análogos, arbitrou esta Comissão a importância de 80$000 réis, (oitenta mil réis) anuais.

Convindo por todos os meios promover a frequência da escola da Missão, e tendo a experiência demonstrado, que só o interesse material é poderoso incentivo para o indígena, entendeu a Comissão dever propor uma verba de 90$000 réis anuais para habilitar a Missão a distribuir anualmente vestidos, ou panos, a 40 alunos pobres.

Um dos meios empregados pela missão protestante estabelecida no Congo, com mais resultado, para captar a benevolência do Rei, tem sido os contínuos e valiosos presentes oferecidos ao mesmo. É, portanto, necessário, que a Missão católica portuguesa, empregue em seu favor idênticos meios, e por isso, deve ser votada uma verba, que será empregada na aquisição de objectos próprios para aquele fim; havendo conveniência numa distribuição periódica.

A Comissão julga suficiente o empregar com este intuito 100$000 réis anuais. Esta quantia não terá razão de subsistir, desde o momento que desapareça a influência que ela é destinada a combater. As ofertas menores, feitas ao Rei, não são destinadas a substituir os presentes que o Governo desejar fazer àquele potentado; mas ùnicamente a representarem a generosidade da Missão, como tal.

Sendo a escola um elemento de civilização importantíssimo, entende a Comissão que este ramo de serviço deve merecer todos os desvelos dos missionários, e julga indispensável a quantia de 100$000 réis anuais, para o custeamento das suas despesas, e igual quantia, para uma biblioteca anexa; na qual [deverão] prevalecer os livros que tratam de África e ciências naturais.

Para as despesas essenciais do culto divino, propõe esta Comissão 30$000 réis anuais.

A Comissão entende ser de grande conveniência, e até indispensável, uma ambulância em circunstâncias de ocorrer às primeiras necessidades médicas; atendendo, porém, a que os medicamentos em mãos estranhas à medicina, podem muitas vezes produzir um resultado diametralmente oposto, ao que se deseja, é de opinião que aquela seja simples, constando em geral de medicamentos inocentes; para este fim, julga dever arbitrar a quantia de 250$000 réis anuais.

Atendendo a que é preciso reformar constantemente um edifício de madeira, exposto aos rigores de um clima tropical, parece à Comissão, indispensável a quantia de 80$000 réis, para a permanente conservação da barraca que serve de abrigo à Missão do Congo; e bem assim, destina 150$000 réis para levantamento de novas cubatas e conservação das existentes, para servirem de abrigo ao grande pessoal indígena da Missão.

Dotada com todos os elementos propostos, é de esperar que a Missão do Congo entre num período de verdadeiro progresso, indemnizando assim, os sacrifícios que por ela se fazem.

Tendo esta Comissão de continuar os seus trabalhos sobre a organização de Missões ao Norte de Luanda, em virtude do ofício n.º ... de 11 de Janeiro do ano corrente, dirigido ao presidente da mesma, considera este trabalho subordinado a um plano mais vasto e desenvolvido, o qual a Comissão espera concluir, a tempo de seguir ao seu destino, no paquete do mês próximo futuro.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 14 de Janeiro de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador-Geral da Província de Angola.

Padre José Maria de Morais Gavião

António Duarte Ramada Curto

Francisco António Pinto

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 276.

3.ª R.am S. C. — Diga-se ao Governo o que deriva deste ofício — 23-2.º 83.

À margem: Província de Angola.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

ORÇAMENTO DA DESPESA
DA MISSÃO CATÓLICA DO CONGO

MANDADO ORGANIZAR POR PORTARIA PROVINCIAL
N.º 20 DE 5 DE JANEIRO DE 1883

CAPÍTULO I

DESPESAS ORDINÁRIAS

Alimentação de cada missionário e outras despesas relativas	720$000	
Gratificação para vestuário e outras despesas pessoais	480$000	
Vestuário para 20 serviçais alunos	50$000	
Utensílios de lavoura para os mesmos	30$000	
Panos para 40 crianças pobres	90$000	
Presentes mensais ao Rei do Congo	100$000	
Culto Divino	30$000	
Escola	100$000	
Biblioteca	100$000	
Ambulância	250$000	
Conservação da casa da Missão	80$000	
Levantamento e conservação de cubatas	150$000	
		2.180$000

CAPÍTULO II

DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

Contrato de 20 serviçais alunos	500$000	
Alimentação para os mesmos nos primeiros dez meses	300$000	
Construção de uma modesta capela de adobe	800$000	
		1.600$000
Réis		3.780$000

RELATÓRIO DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA N.º 20 (14-1-1883)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Hoje, que todas as nações cultas se empenham à porfia em promoverem por todos os modos os institutos missionários nas regiões africanas, convencidas da sua eficácia, Portugal, interessando-se pela civilização e prosperidade das suas colónias, não pode subtrair-se a esse movimento geral, que progressivamente se desenvolve.

Movida por esta ordem de considerações, a Comissão julga que na constituição desses estatutos, devem entrar como elementos primos e essenciais, a Religião e o trabalho: deles fluem como dum manancial abundante, a felicidade e o engrandecimento dos povos.

Convicta pois da salutar influência que deve produzir o trabalho, aliado com uma perfeita e esmerada educação religiosa, esta Comissão julga desde já útil a criação de um internato de vinte alunos, que vivam e medrem ao lado da Missão do Congo. Esta pequena falange deverá tornar-se, dentro em pouco tempo, um poderosíssimo auxiliar na cristianização e progresso moral do meio em que viver.

Uma Missão assim organizada, será um importante benefício, e um grande passo na senda da civilização colonial. Constituída a princípio com os indispensáveis recursos para o seu desenvolvimento, não tardará muito que não só de si mesma receba os meios necessários, mas ainda superabundantes, para a sua conservação e vida.

Dos alunos que mais se distinguirem pela sua aplicação e aproveitamento, a Missão escolherá alguns que mostrem decidida vocação para o estado eclesiástico, e enviá-los-á ao seminário diocesano, a fim de cursarem estudos superiores; criando-se deste modo um clero indígena, que prestará mais tarde valiosos auxílios ao clero europeu, pelo conhecimento perfeito da língua e costumes dos seus conterrâneos (1).

A Comissão abstém-se de fazer quaisquer regulamentos, por entender que na Sede da Missão é que devem ser confeccionados, por serem mais conhecidas as conveniências de serviço, e circunstâncias locais que deverão

(1) A criação do clero nativo, como o entende a Igreja, preocupou sempre os missionários portugueses e nomeadamente o P.e António Barroso.

ser tomadas em conta, e propõe como indispensáveis, as verbas constantes do orçamento respectivo.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 14 de Janeiro de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador-Geral da Província de Angola.

Padre José Maria de Morais Gavião
António Duarte Ramada Curto

Francisco António Pinto
António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 275
3.ª R.am C
23-2.º 83

À margem: Província de Angola.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

35

OFÍCIO DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA N.º 20 PARA O GOVERNADOR-GERAL (15-1-1883)

Il.mo e Ex.mo Sr.

A Comissão encarregada por S. Ex.ª o Sr. Conselheiro Governador-Geral em portaria n.º 20 de 5 do corrente, de elaborar um projecto de reorganização da Missão do Congo, tendo concluído, com a brevidade que lhe foi possível, o supradito projecto (1), tem a honra de apresentar o resul-

(1) Cfr. documento n.º 34.

tado dos seus trabalhos, a fim de que V. Ex.ª se digne levá-los ao conhecimento do Ex.mo Sr. Conselheiro Governador-Geral.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 15 de Janeiro de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário-Geral do Governo.

Padre José Maria de Morais Gavião
Presidente

António Duarte Ramada Curto

Francisco António Pinto

António José de Sousa Barroso
Secretário da Comissão

Ao alto: Ciente Ciente N.º 123
3.ª R.am C
16-1.º 83

À margem: Série de 1883 / Província de Angola.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

36

CARTA DO REI DO CONGO AO GOVERNADOR-GERAL (30-1-1883)

CÓPIA

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

São Salvador do Congo, trinta de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e três.

Com muita satisfação lhe faço esta para saber da sua real saúde em companhia da sua estimada família da casa, enquanto eu ao fazer desta vou bem graças a Deus, assim como da família da casa.

Participo a Vossa Excelência que o soba Dom Garcia Bumba da Banzaputo amarrou seis pretas, dando lugar a uma grande questão por pertencerem a outro povo, a saber do qual me mandou participar para eu os fazer soltar. Já lá mandei um embaixador meu mas ele respondeu-me que só podia soltar duas, as outras continuavam presas até eu decidir a quem tem razão, segundo o costume destes reinos. Eles pedem a entrega do soba Dom Garcia da Banzaputo, para o matarem pelo seu atrevimento, mas não estou resolvido a entregá-lo, pois desde muito tempo que estou ouvindo os conselhos do Governo de Portugal e dos padres que ele me tem enviado.

São estas as novidades que hoje temos, e que se resolverão da melhor ordem que eu e os missionários entendermos para o bem do meu povo. Agora peço que não se esqueça das minhas correspondências que eu tenho escrito no ano passado. Nada mais tenho para lhe dizer. Desejo-lhe saúde a vossa excelência e a toda a sua real família.

De Vossa Excelência amigo obrigado.

a) Dom Pedro Quinto, Rei do Congo

Está conforme.

Alberto Carlos d'Eça de Queirós
Secretário-Geral

Ao alto: Série de 1883 / Angola / Governo-Geral.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 3.

37

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR
(9-3-1883)

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª a inclusa cópia da carta que o régulo do Congo D. Pedro 5.º me dirigiu, participando-me um conflito havido entre o soba do Banzaputo, e um outro soba, ambos vassalos do régulo do Congo, e afirmando-me como V. Ex.ª verá, que procedeu já com toda a moderação e que resolverá a questão de acordo com os padres da Missão.

Tive o maior prazer em receber esta carta, que representa uma conquista moral sobre o régulo do Congo que me lisonjeia muito, e que atribuo à influência dos missionários, e a uma política mais rasgada que tinha adoptado com este potentado.

Este acto de consideração para com o representante de Sua Majestade Fidelíssima, que completamente coloca o Rei do Congo na posição de vassalo, que claramente se define por este documento, leva-me a pedir a V. Ex.ª para que Sua Majestade faça uma manifestação do seu agrado ao Rei do Congo, que muito particularmente recomendo à munificência régia.

Note V. Ex.ª que esta carta foi escrita antes da chegada a S. Salvador do chefe da Missão, e por isso mais valor tem, porque dominando aquele sacerdote completamente o Rei, este acto tem o cunho da maior espontaneidade.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 9 de Março de 1883.

Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ao alto: Série de 1883 / Província de Angola / N.º 68, de 9 de Março.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Caixa 3.

38

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO SECRETÁRIO DO GOVERNO (10-4-1883)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de participar a V. Ex.ª, para os devidos efeitos, que tomou posse do lugar para que fora nomeado, por Portaria Provincial de Janeiro último, D. Álvaro de Água Rosada, filho do Rei do Congo, no dia 20 de Março do corrente ano [1].

---

[1] Na sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa, de 10-11-1890, Barroso falou sobre D. Álvaro de Água Rosada. Disse que havia falecido ou pelo menos estava

Com os serviços deste empregado, com que S. Ex.ª o Governador-Geral se dignou contemplar esta Missão, é de esperar que ela prospere mais e mais, e desenvolva, como é conveniente, a sua actividade por uma circunscrição mais considerável.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão Portuguesa em S. Salvador, aos 10 de Abril de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário do Governo-Geral de Angola.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 665.
3.ª R.am S. C. — Diga-se ao Governo o que deriva deste ofício — 2-5.º 83

L -2-5-83
F. Amaral
g. g.

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 5.
Off. p.ª o Ministr.º em 8-5-83

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

---

irremediàvelmente perdido, conforme notícias recebidas de seu pai. Era este o 5.º filho do Rei do Congo que via descer à sepultura, vitimado pela doença do sono. Era D. Álvaro sócio da Sociedade de Geografia por proposta de Barroso, Luciano Cordeiro e R. A. Pequito (18-10-1888). Possuía instrução regular, ministrada no Colégio de Luanda, dirigido pelo professor Miranda Henriques. Ele e seu irmão Pedro acompanharam Baptista de Andrade no seu regresso a Luanda, depois de pacificado o Congo. Quando Barroso chegou ao Zaire, estava D. Álvaro empregado na casa comercial francesa Daumas, Béraud & Cie. Prestou então relevantes serviços à Missão portuguesa, quer com a sua influência sobre os carregadores, quer acompanhando os missionários até à capital do Reino do Congo. Acrescentava D. António Barroso: «é dentre os seus numerosos irmãos o que mais afeição tem aos portugueses». Esteve em 8-3-1881 em São Salvador e viera de um povo distante 7 horas de viagem da capital. Tinha costumes europeus e era de todos os filhos do Rei o que melhor falava o português. Infelizmente, dizia Barroso, regressava a Noqui à casa onde estava empregado. «Se este aqui estivesse, era bom para nós, pois com ele poderíamos estudar a língua do Congo», escrevia o ilustre missionário. No entanto, passados dois anos, a 5 de Fevereiro de 1883, foi nomeado Álvaro de Água Rosada, professor e assistente missionário no Congo, por portaria n.º 21 do

39

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (10-4-1883)

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de V. Ex.ª, para os devidos efeitos, o procedimento que até hoje tem seguido esta Missão a respeito de sepultura eclesiástica. Reconhecendo, desde o nosso estabelecimento em S. Salvador, que o indígena nunca chamava o padre para lhe assistir nos últimos momentos, antes fazia todos os esforços para que lhe seja desconhecido o seu estado perigoso, por acreditar que a confissão na doença lhe abrevia os dias; e não tendo os mesmos indígenas cumprido durante a vida com os preceitos da Santa Igreja, resolvemos negar aos que estivessem nestas condições, e são talvez todos, os sufrágios que a Igreja reserva para aqueles que morrem confortados com os sacramentos, ou que durante a vida sempre deram provas de filhos obedientes. Esta linha de procedimento, que me parece conforme com as leis eclesiásticas, deu em resultado que até hoje não fizéssemos uma encomendação de adulto, apesar das vivas instâncias, que por vezes nos têm sido feitas, principalmente pelo Rei, que estranha o nosso procedimento, por estar em antinomia com o dos missionários que nos antecederam nas Missões do Congo. Têm-se já dado casos em que os indígenas, vendo que não queremos acompanhar os seus parentes à sepultura, recorrem à Missão inglesa para serem acompanhados por um branco, já que o não são por um padre. Há também alguns sobas que desejam baptizar as crianças do seu povo, mas querem ao mesmo tempo que lhe encomendem os mortos, que foram baptizados. A negação de sepultura eclesiástica junta à recusa do baptismo aos adultos, não concorre, entre gente pouco

---

Governador-Geral Ferreira do Amaral, sob proposta de Barroso. Nesta portaria diz-se que fora educado de maneira a tornar-se auxiliar profícuo da instrução do povo seu conterrâneo, desde que colocado no magistério. Nomeado, atenta a sua ilustração e qualidades pessoais, com o vencimento de 20 mil réis mensais, «ficando sujeito à jurisdição e superintendência do Superior das Missões portuguesas no exercício das suas funções, em que, por esta autoridade será investido, com toda a solenidade compatível com os recursos da missão e da localidade». O Rei do Congo agradeceu a nomeação em carta de 8 de Maio.

Fora sempre bom e dedicado patriota e, portanto, o missionário Barroso propôs na referida sessão que se lançasse na acta um voto de sentimento pela memória de D. Álvaro, sócio dedicado e prestimoso da Sociedade de Geografia de Lisboa.

ilustrada e supersticiosa, para desenvolver as simpatias por nós, os católicos.

Em presença pois dos males resultantes desta recusa e da facilidade que tenho observado em toda a parte, e muito particularmente na África, em se conceder sepultura eclesiástica a muitos indivíduos que morreram sem os sacramentos, ao passo que o indígena do Congo o faz por ignorância; podendo muito bem acontecer que na hora extrema a graça de Deus lhes toque o coração e que a sua ignorância seja tomada em conta diante do Supremo Juiz; julguei muito oportuno consultar a V. Ex.ª, para saber se devemos continuar como até hoje, ou determina que haja menos rigor a este respeito. Enquanto não tiver instruções de V. Ex.ª neste sentido, será mantida a lei canónica em toda a sua extensão, como até ao presente.

Até hoje não tenho feito os assentos dos óbitos dos adultos no respectivo livro; é possível porém fazê-lo daqueles que tenho conhecimento, pois de todos, tomei um apontamento, devendo notar-se que não é possível fazer um assento segundo as prescrições da lei, por faltarem quase sempre os esclarecimentos por ela exigidos; V. Ex.ª determinará se devo lançar os passados, e o que se deve fazer para o futuro (1).

Deus Guarde a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ.

Residência da Missão do Congo, 10 de Abril de 1883.

Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr. Bispo de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 121 — 10-4-83
2-5-1883. — Congo

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 6.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

---

(1) Por ofício de 16 de Maio o Chantre respondeu a recomendar que se observasse fielmente o procedimento adoptado pelos missionários. Mandava também registar os óbitos dos indivíduos baptizados e que seria conveniente o registo, em livro separado, dos apóstatas e herejes falecidos. — Vid. doc. n.º 44.

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (11-4-1883)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.a, que nesta data envio pelo correio uma pequena caixa contendo três âmbulas, que V. Ex.a se dignará mandar devolver a esta Missão com novos Santos Óleos [1].

Cumpre-me, além disso, apresentar a V. Ex.a a grande necessidade que tem esta Missão de um Crucifixo, pois o que actualmente possui, acha-se em estado deplorável, uma capa de *Asperges* e duas campainhas para chamar os fiéis à oração e mais actos religiosos, a cuja falta V. Ex.a se dignará providenciar como julgar de justiça.

Deus Guarde a V. Ex.a.

S. Salvador do Congo, 11 de Abril de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 122. -11-4-83-
2-5-1883.

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 7.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

[1] Tinham sido benzidos em Quinta-Feira Santa, dia 22 de Março, uma vez que a Páscoa caíu nesse ano no dia 25 do mês.

41

OFÍCIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO SECRETÁRIO DA JUNTA DE FAZENDA (8-5-1883)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Não tendo embarcado, por não estarem concluídas, a bordo da canhoneira *Bengo,* em 15 de Fevereiro, diversas ferramentas para agricultura e 22 peças de feltro, por essa Repartição requisitadas à das Obras Públicas, e não me constando que posteriormente fossem enviadas, sendo principalmente de máxima urgência a remessa do feltro, por se estar deteriorando muito a casa de madeira; tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª este facto para que se digne dar as ordens necessárias, a fim de que tais objectos sejam enviados na primeira oportunidade.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão do Congo, em 8 de Maio de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário da Junta de Fazenda.

António José de Sousa Barroso
Superior da Missão

Ao alto: N.º 853
3.ª Rep.am S. C.
4-6º-83

S. da Junta
N.º 1814
31-5-83

Junta da Fazenda
L -2-6-83

F. Amaral
g. g.

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / N.º 8.

Off.º ao Dr. das obras publ.ª em 2-6-83
A Dir.º das O. P. para que se sirva informar neste ofício o que lhe conste a este respeito -31-5-83

Castro

A única coisa que falta é um arado, este atraso é devido aos carpinteiros faltarem ao serviço, nas oficinas há só dois carros; um está doente, outro aparece quando quer,

pelo facto de ter licença do depósito dos degredados; o mais está pronto, assim como as 22 peças de feltro.
Luanda, 2 de Junho de 1883.

pelo Director, José Cordeiro de Araújo Feio.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.^{os} 45-46 (1954).

42

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (8-5-1883)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Como tive a honra de informar a V. Ex.^{a}, nomeei professor de instrução primária em S. Salvador do Congo o filho daquele potentado, D. Álvaro de Água Rosada, e por comunicação do chefe da Missão, o padre António José de Sousa Barroso, sei que o referido D. Álvaro tomou posse do lugar para que fora nomeado. Espera o chefe da Missão e espero eu, colher os melhores resultados desta providência, tendente a conservar no Congo o nosso prestigio tradicional, e a interessar os indígenas e com especialidade os mais preponderantes, na obra de civilização que a Missão empreendeu e que procura levar a cabo com tanta dedicação. Por este acto ainda se afirma a nossa suzerania naquele Reino, e por isso é com o maior prazer que levo este facto ao conhecimento e ilustrada apreciação de V. Ex.^{a}.

Deus Guarde a V. Ex.^{a}.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Ao alto: Luanda, 8 de Maio de 1883.

À margem: 178.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Ofícios para o Reino. Códice n.º 46*, fl. 447 e 448).

AA — N.^{os} 45-46 (1954).

43

CARTA DO REI DO CONGO AO GOVERNADOR-GERAL (8-5-1883)

Ex.^{mo} Sr.

Tive a honra de receber a carta que V. Ex.ª teve a bondade de me escrever, datada de 8 de Março do corrente ano, foi-me ela apresentada pelo Rev.^{mo} Sr. Padre António José de Sousa Barroso.

São sempre para mim de subido valor as cartas que o Governo de Angola me costuma dirigir; e a última de V. Ex.ª mais o foi ainda por me dar a conhecer o interesse, que o Governo de Sua Majestade Fidelíssima, meu Augusto Suzerano, toma pelo bem-estar e prosperidade dos povos, que Sua Majestade D. Pedro 5.º que Deus tem em glória, houve por bem confiar à minha vigilância.

Farei, como sempre tenho feito até hoje, por ouvir os conselhos que continuamente me dão os Srs. Padres, porque conheço como V. Ex.ª que são bons, com o auxílio desses conselhos tenho resolvido satisfatòriamente as questões mais difíceis do meu reino, quase sempre com satisfação para as duas partes interessadas.

Não deixarei passar tão oportuna ocasião sem agradecer a V. Ex.ª a nomeação, que há pouco fez do meu filho D. Álvaro, para juntamente com os Srs. Padres reger a escola da Missão portuguesa; é para mim muito lisonjeiro ter um filho que V. Ex.ª julgou apto para desempenhar tais funções.

Hoje tenho a honra de apresentar à contemplação de V. Ex.ª um outro filho, também educado em Luanda e que me tem servido aqui de secretário; sempre tem bem merecido dos portugueses e creio que o seu procedimento futuro não fará arrepender a generosidade que com ele houver.

Nesta mesma ocasião é-me grato participar a V. Ex.ª que terminou do modo mais satisfatório, a questão que na minha última participei a V. Ex.ª se estava ventilando entre alguns povos do meu reino; reuni as partes discordantes e julguei o pleito, tendo ouvido os Srs. Padres, da maneira que me pareceu de justiça.

Nesta data faço o pedido a V. Ex.ª de alguns objectos de que mais necessidade tenho e que não posso obter por outra forma. São os seguintes:

1 farda de baeta encarnada e preta
1 farda de pano da costa ou riscado
1 farda de zuarte e algodão
40 libras de coral apipado

Veludos, sedas e damascos para meus panos
1 caixa de música pequena
1 sineta
5 espingardas Snider

Deus Guarde a V. Ex.ª por muito anos.

S. Salvador do Congo, 8 de Maio de 1883.

D. Pedro 5.º — Rei do Congo

Ao alto: N.º 851
3.ª Rep.ªm S. C.

4-6º-83 S. Junta
N.º 1853
4-6-83

A Ex.ma Junta para que, em vista das considerações políticas, que devem naturalmente derivar da concorrência da nossa Missão com a inglesa, e do ofício do Governo que deve juntar-se-lhe, em que ordenara se dessem presentes ao Rei do Congo, ordenar com urgência o que por mais oportuno tenha.

L -2-6-83
F. Amaral
g. g.

À margem: Província de Angola.

Autorizado o presente dos artigos que pede, e em substituição das Sniders, 4 espingardas de caça — O of.º devolva-se à S.ª Geral — 5 Junho 83.

M. de Castro

Está junto o of. do Ministério n.º 252 de 30-12-82 sobre o mesmo assunto.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

44

CARTA DO CHANTRE DA SÉ DE LUANDA AO PADRE ANTÓNIO BARROSO (16-5-1883)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Em resposta ao ofício de V. S.a Rev.ma sob o N.o 6, de 10 de Abril próximo passado, encarrega-me Sua Ex.a Rev.ma o Sr. Bispo de dizer a V. S.a Rev.ma que, louvando a exactidão com que os actuais missionários do Reino do Congo têm sabido sustentar as leis canónicas, relativas a administração dos sacramentos e à sepultura eclesiástica, muito recomenda que se continui a observar fielmente o procedimento por V. S.a Rev.ma adoptado até ao presente, em harmonia com as prescrições da Igreja, e contra a censurável frouxidão de alguns seus antecessores, podendo apenas fazer as excepções autorizadas pela Santa Sé em casos especiais, algumas das quais se acham expressas nas respostas dadas às consultas, dirigidas pelos antigos missionários desse Reino, publicadas por Levi Maria Jordão sobre o Congo.

Em referência ao mencionado ofício, digo, à segunda parte do mencionado ofício, manda o mesmo Ex.mo e Rev.mo Sr. registar no livro competente os óbitos de todos os indivíduos baptizados, e que sempre foram considerados como cristãos, embora pela irregularidade de vida e desprezo dos sacramentos, lhes fosse negada a sepultura eclesiástica, devendo satisfazer quanto possível as exigências da lei, e no caso de ignorar algum dos esclarecimentos precisos, assim o declarará nos respectivos termos.

Muito conveniente seria que a Missão católica se encarregasse do registo dos óbitos dos apóstatas e herejes, que ai falecerem, havendo para estes um registo à parte.

Manda ainda S. Ex.a Rev.ma dizer a V. S.a Rev.ma que em circunstâncias extraordinárias, e para evitar um grave incómodo, podem os missionários acompanhar de hábito talar simplesmente e como pessoas particulares, os préstitos fúnebres dos indivíduos a quem a Igreja nega sepultura eclesiástica, evitando toda a comunicação *in divinis* com os mesmos.

Deus Guarde a V. S.a Rev.ma

Secretaria do Governo Eclesiástico em Luanda, 16 de Maio de 1883.

Il.mo e Rev.mo Sr. Superior da Missão Católica do Congo.

O Chantre

a) Henrique José Reed da Silva
Provisor e Vigário Geral

AAL — *Correspondência recebida. Documentos avulsos. 1883.*

45

CARTA DO REI DO CONGO AO GOVERNADOR-GERAL (3-6-1883)

Il.^mo e Ex.^mo Sr.

Sendo desde tempos antigos suzerana do Reino do Congo a Coroa Portuguesa, da qual sempre me tenho conservado fiel vassalo, e conservarei, com a graça de Deus, em quem espero; e tendo o Governo de Sua Majestade Fidelíssima por várias vezes, em circunstâncias difíceis, enviado para junto desta corte importantes destacamentos de tropas, como aconteceu há talvez vinte anos, quando a Sua Majestade D. Pedro 5.º, que Deus tem em glória, aprouve colocar-me no trono do Congo com muitos sacrifícios de vidas e dinheiro (1): considerando que é muito conveniente, para sustentar a minha influência nos povos do interior e para sossego de todos os meus súbditos, que esteja junto a mim uma força militar permanente, para que não sofra detrimento algum nos meus direitos sobre alguns povos que, vendo-me sem o poderoso auxílio dos portugueses, nem sempre têm mostrado perfeita docilidade e acatamento às minhas ordens; considerando ainda que actualmente alguns povos do meu reino movem questões contínuas entre si, tendo eu dificuldades em os conter para que não façam guerras, coisa que sobremaneira me repugna, mas em que terei de consentir, mais cedo ou mais tarde; tendo ainda em consideração a importância desta cidade de S. Salvador, que tende a desenvolver-se, principalmente pela concorrência de feitorias comerciais, que me consta desejam estabelecer-se neste reino; e sendo da máxima vantagem prevenir acontecimentos desagradáveis e destruir influências políticas, que porventura se desenvolvam.

---

(1) As tropas portuguesas, sob o comando de José Baptista de Andrade, ocuparam a capital do Congo em 16-9-1860. Distinguiu-se no ataque a força do comando do major Borges, com os pelotões dos capitães Sousa e Casal, tenente Serra e alferes Silvério. Começou o fogo pelas 10 horas e terminou às 17 h. O rei do Congo agradeceu ao Governador-Geral, em carta de 8-10 (*) e declarava nela que devia ao comandante geral da força, oficiais e soldados, «homens de ânimo valoroso e força», estar hoje no trono. Comunicava que os pedreiros e carpinteiros que vieram estavam ocupados na construção da fortaleza e precisava de mais para consertar as igrejas antigas e fazer o palácio real de pedra e cal, «por que não é próprio que um rei vassalo e irmão de sua majestade fidelíssima o sr. D. Pedro V, continui a viver em casa só de madeira». Igualmente insistia pela vinda de padres para ensinar a religião cristã e participava que na primeira ocasião mandaria o mais querido dos seus filhos para que em Portugal melhor pudesse aprender os preceitos católicos, para depois os ensinar a seus irmãos. No dia seguinte ao da data desta carta houve novo ataque a S. Salvador, pelo usurpador D. Álvaro, com mais 2 mil negros, que foram batidos.

(*) Publicada em *Portugal em África*, 1952 (IX) p. 343-344.

Penso dar uma prova de fidelidade a Sua Majestade El-Rei de Portugal e promover a felicidade dos meus Estados, pedindo a V. Ex.ª para que ordene que em S. Salvador permaneça constantemente um destacamento de 50 praças, com um oficial que seja o seu chefe.

Tenho a firme convicção que estas tropas nunca terão de empregar a força material; bastará a sua presença e influência moral para sossego completo de todos estes povos.

Deus Guarde a V. Ex.ª por muito anos.

S. Salvador do Congo, 3 de Junho de 1883.

D. Pedro 5.º — Rei do Congo

Ao alto: N.º 1024
3.ª Rep.am S. C.
10-7º-83

À margem: Província de Angola

Cump.º em 9-7-83

Confidencial. Diga-se ao chefe da missão que agora não é oportuna a remessa pedida, porque há recomendações do Governo para não se fazerem inovações e conservar o *statu quo* no que respeita a territórios ao norte do Ambriz, no entanto que vou responder ao Rei de forma que ele compreenda que os soldados irão num futuro próximo, o que farei com efeito logo que cessem as negociações sobre a ocupação da Costa do Norte.
Faça-se um ofício para a Junta, dizendo-lhe que na primeira viagem do Vilhena, que deve ser breve, se deverá enviar aos missionários do Congo para o entregarem ao Rei, o presente, que lhe está destinado.

Cump.º em 9-7-83

Ao Governo mande-se cópia deste ofício e conta do presente enviado ao Rei, bem como da minha resposta, fazendo notar que, se imediatamente não satisfaz o pedido do Rei, foi para evitar que estranhos pudessem ver neste acto uma alteração do *statu quo*; logo porém que terminem as negociações, fá-lo-ei com o fim de nos irmos pouco a pouco senhoreando de uma maneira mais efectiva daquilo que nos pertence. Que seria bom mandar El-Rei um retrato seu, e uma farda rica de oficial-mór da casa,

o que será o melhor meio de lhe mostrar a sua real munificência.

F. Amaral
g. g.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).
AA — N.os 45-46 (1954).

46

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (4-6-1883)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Tendo resolvido visitar nos princípios de Agosto próximo futuro, as Cristandades do Bembe, onde tenciono baptizar todas as crianças que, por falta de sacerdote, não puderam ainda receber aquele Sacramento; e conhecendo que a celebração do Santo Sacrifício da Missa, além de ser em extremo proveitosa ao bem espiritual do Missionário, concorre sobremaneira para atrair grande número de povos, proporcionando assim ocasião de serem instruídos nas verdades fundamentais da Nossa Santa Fé; tenho a honra de comunicar a V. Ex.a Rev.ma que se torna indispensável o ordenar que sem perda de tempo me seja enviado um altar portátil, com todos os seus pertences, sem o que não será fácil obter tão profícuos resultados.

Deus Guarde a V. Ex.a Rev.ma.

Residência da Missão Católica Portuguesa em S. Salvador do Congo, aos 4 de Junho de 1883.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo 4-6-83 N.° 171
3-7-83

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.° 11.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883*).
AA — N.os 45-46 (1954).

47

OFÍCIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (4-6-1883)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.a que, sendo conveniente a esta Missão e aos interesses de Portugal, que os Missionários aqui residentes apareçam em vários pontos desta região, resolvi ir pessoalmente ou mandar um sacerdote visitar as Cristandades do Bembe, e baptizar todas as crianças que se apresentarem no trajecto da viagem, que deverá empreender-se nos princípios de Agosto próximo futuro.

Será este um bom ensejo para desempenhar qualquer comissão que S. Ex.a, o Governador-Geral desejar incumbir-nos naquela localidade, para onde ninguém seguirá sem as ordens de S. Ex.a, que aguardo na primeira oportunidade.

Deus Guarde a V. Ex.a.

Residência da Missão portuguesa em S. Salvador, aos 4 de Junho de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário do Governo-Geral de Angola.

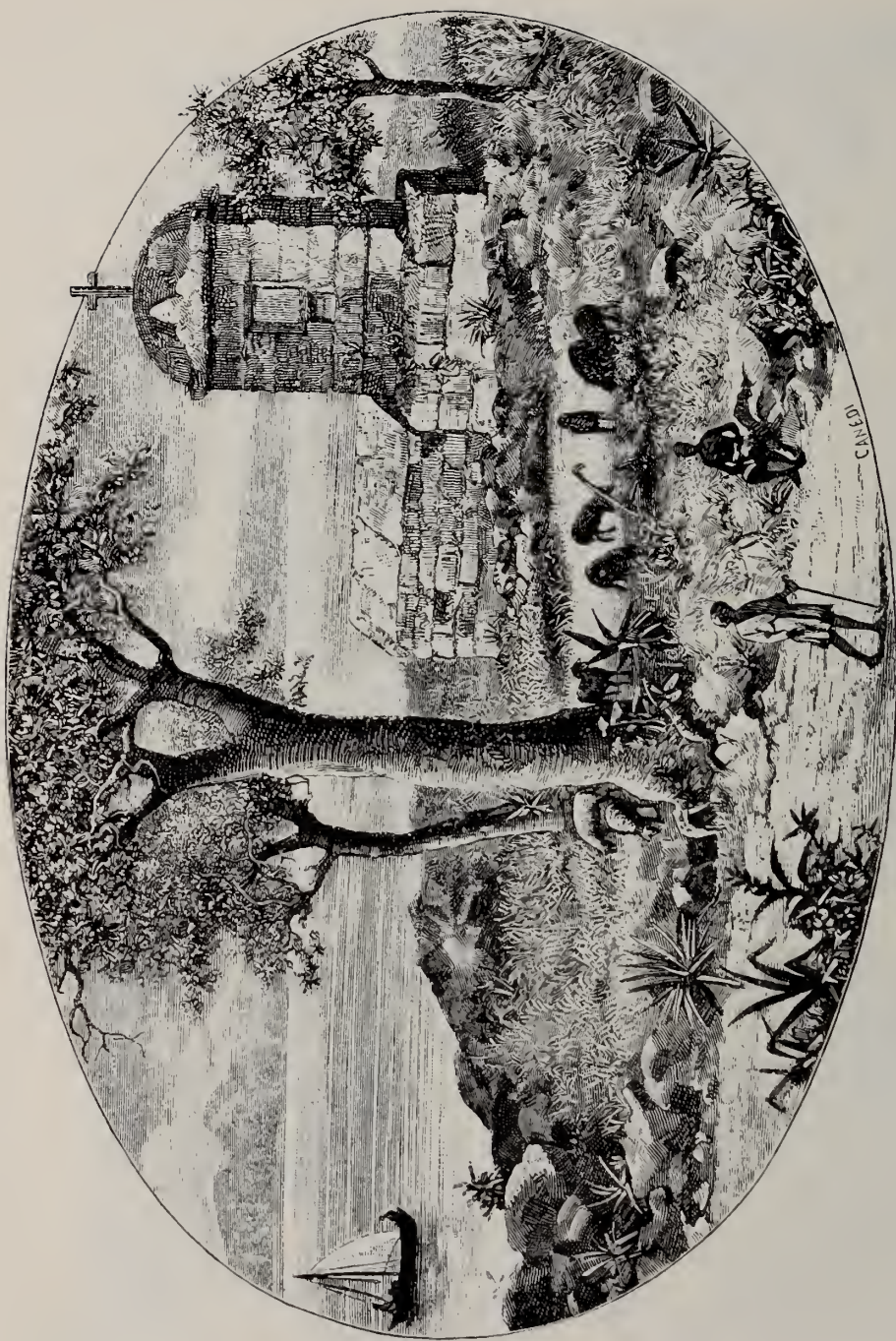
António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 989
3.a Rep.am S. C.
4-7º-83

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 12.

Que é muito louvável o empenho sempre por este funcionário mostrado em aumentar a influência do Governo português, o que o torna digno da máxima consideração e estima pública — que indo ao Bembe o grande serviço seria aconselhar os sobas a que continuassem na exploração do minério, que deveriam conduzir ao litoral e ver aproximadamente quais seriam os inconvenientes que eles porventura oporiam a um começo de transacções neste sentido — Não é preciso recomendar que este assunto deve ser atacado com a máxima prudência, para

MOÇAMBIQUE — Rochedo de S. Francisco Xavier

(Desenho do P.e Courtois — *Missions Catholiques*, 1888, p. 511)

MOÇAMBIQUE — Entrada do porto de Moçambique — Túmulo antigo

(Desenho do P.ᵉ Courtois — *Missions Catholiques*, 1888, p. 522)

que os negros não dêem interpretação política a uma missão religiosa e se não sobressaltem originando alguma tentativa indirecta de ocupação autoritária, que lhes possa ser desagradável — Se puder ver as minas e relatar qual o estado das suas dependências, seria muito oportuno que informasse o Governo. Se tiver oportunidade de ver o Dembo Ambuíla pode fazer-lhe presente de algum objecto que julgue a propósito dar-lhe e perguntar-lhe ou antes, sondá-lo sobre a hipótese possível de que as suas forças, com o apoio de forças portuguesas, restabelecessem o Concelho dos Dembos, vendo-se nesta conformidade quais seriam as condições exigíveis e mostrando nisto não uma intenção do Governo, mas uma curiosidade da sua própria intenção, sem recomendações ou vexames que por qualquer forma comprometam as determinações do Governo a qualquer engajamento, mas simplesmente podendo afirmar-lhe da minha parte que El-Rei de Portugal o tem na mais elevada consideração e estima, devendo a saída do chefe da missão só ter lugar se entender que não há perigo iminente para as suas pessoas em empreender tal e retirar quando em caminho, se de tal perigo houver desconfianças.

L -5-7-83

F. Amaral
g. g.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

48

CARTA DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO JÚLIO DE VILHENA (13-6-1883)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Luanda, 13 de Junho de 1883

Surpreendeu-me novamente e lançou-me em grande confusão a carta de V. Ex.a de 4 de Maio último. E, apertado por V. Ex.a para que siga para o Reino com a possível brevidade, e do mesmo modo instado pelo Núncio

de Sua Santidade [1], receio bem incorrer no desagrado de Sua Majestade, de V. Ex.ª e do Sr. Núncio, rejeitando a mitra do Patriarcado, pois noto que não há disposição para se me admitir considerações, que desejaria bem que fossem atendidas.

Pois que, Ex.mo Sr., entre tantos Prelados do Reino e Ultramar, ilustres pelo seu saber e virtude, há-de ser preferido para a mais alta dignidade da hierarquia eclesiástica em nosso Reino o mais indigno de todos eles?

Sua Majestade, V. Ex.ª e o Sr. Núncio o têm de certo ponderado, e a mim só me cumpre obedecer. Partirei, pois, logo que possa deixar os negócios da diocese em boa ordem, e sobretudo depois de ver se posso deixar a governar a diocese o superior da Missão do Congo, António José de Sousa Barroso, aluno do Real Colégio de Cernache, rapaz prudente e inteligente, que daria um excelente Bispo para esta diocese; porém mais inteligente, e igualmente prudente, mas dum curso muito desenvolvido em ciências naturais e belas artes, o pároco da Huíla, José Maria Antunes, natural de Santarém, se não me engano [2], superior da Missão do Real Padroado Português naquela localidade [3].

Não veja V. E.ª nesta insinuação, de que peço mil desculpas, mais que o desejo ardente que tenho, como metropolita desta diocese [4], de que seja nela colocado quem tenha a necessária força de vontade para realizar três importantes obras, que havia projectado, e que contava ver realizadas com meios que já me tinham sido prometidos pela propagação da Fé, e com donativos particulares obtidos no Reino. Sei quanto V. Ex.ª é apaixonado pelas nossas colónias, por isso lhe quero fazer conhecer quais sejam essas obras, a fim de fazer interessar nelas o digno Ministro da Marinha e Ultramar.

As obras são as seguintes: uma escola profissional para pretos; um asilo para raparigas pretas, que mais tarde devem unir-se em matrimónio com os alunos da escola profissional e abrir assim um exemplo de moralidade pela constituição da família cristã, que é coisa quase desconhecida nesta província entre os pretos — e um outro asilo para raparigas brancas, expostas ao perigo da prostituição, as quais, sendo entregues à direcção das Irmãs Hospitaleiras portuguesas, dariam excelentes auxiliares de

---

[1] Mons. Caetano Aloisi Masella. (Setembro de 1879 — Novembro de 1883).

[2] Nasceu efectivamente nesta cidade em 22 de Maio de 1856 e foi o primeiro e mais notável aluno do «Seminário do Congo», ali fundado pelo Padre Carlos Duparquet, C. S. Sp., em Janeiro de 1867.

[3] Nomeado por portaria de Júlio de Vilhena, de 18 de Julho de 1881. Cfr. António Brásio em *A Missão e Seminário da Huíla*, Lisboa, 1940, p. 21.

[4] O Arcebispo de Lisboa foi metropolita da diocese de Angola e Congo desde a sua fundação, em 20 de Maio de 1596, até 1677, ano em que passou para o novo arcebispado da Baía, no Brasil. Voltou para o metropolitado de Lisboa pela bula *Quae olim*, de Gregório XVI, de 13 de Janeiro de 1845, por solicitação da rainha D. Maria II. Cfr. M. Alves da Cunha, em *Comemorações centenárias eclesiásticas de Angola em 1845*, em *Boletim Eclesiástico de Angola e S. Tomé*, Jan.-Junho de 1945, p. 48 e sgs.

civilização em missões bem organizadas, ou boas mães de família, unidas em matrimónio com os nossos colonos.

Quanto à eleição de vigário-geral, pode V. Ex.ª estar seguro de que me não comprometo, sem ouvir a opinião do Governo, pois que desejo que o sujeito, que houver de eleger, não mereça menos confiança ao Governo, do que a mim.

Sou com a máxima veneração e reconhecimento de V. Ex.ª

Mt.º At. V.ºr Cr.º Obg.mo
a) † José, Bispo

JÚLIO DE VILHENA — *Antes da República*. Coimbra, 1916, I, p. 123-24.

NOTA — Actualizámos a ortografia e introduzimos as notas.

49

CONTRATO DO REI DO CONGO COM A MISSÃO INGLESA (25-6-1883)

Termo de contrato para a cedência de terreno em S. Salvador, que fazem Dom Pedro Quinto Rei do Congo e M. Comber, chefe da missão inglesa estabelecida neste ponto.

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de mil oitocentos e oitenta e três, estando presentes de uma parte Dom Pedro Quinto Rei do Congo, como primeiro outorgante, e da outra M. Comber, chefe da missão inglesa, como segundo outorgante, assistindo a este acto M. Wekse, membro da referida missão, e Dom Pedro de Água Rosada, na minha presença e na das testemunhas, pelo primeiro e segundo outorgantes foi dito que concordavam em um contrato para a cedência do terreno, que tem duzentos e sessenta passos de comprimento e cem de largo, a maior parte do qual os referidos missionários o têm usufruído desde o seu estabelecimento neste ponto, nos termos das seguintes condições:

Condição primeira

Dom Pedro Quinto Rei do Congo obriga-se a conceder gratuitamente, o terreno pedido, que se acha compreendido entre os limites seguintes:

Ao norte, o caminho de Boma ou a Sé velha, ao Sul a Missão portuguesa e parte de S. Salvador chamada Quivampa. A Este S. Salvador. A Oeste um embomdeiro, lugar do povo do príncipe D. Manuel.

Condição segunda

A missão inglesa não poderá alienar este terreno, de modo que se porventura deixar de existir nesta localidade, este continua propriedade do Rei ou seus sucessores.

Condição terceira

Esta cedência, para sortir todos os efeitos em direito exigidos, será submetida a aprovação do Governo-Geral da Província de Angola.

E com estas condições hão por concluído o dito contrato, que para constar onde convier, vão assinar comigo, depois de lhes ser lido, o primeiro outorgante de cruz e com o Selo das suas armas, e segundo outorgante e mais pessoas acima mencionadas.

Feito em S. Salvador do Congo, aos vinte e cinco de Junho de mil oitocentos e oitenta e três e três *(sic)*.

(Assinados)

De Dom Pedro Quinto Rei do Congo, [*uma cruz*].

J. Gauber, J. H. Weeke, missionários da missão inglesa

Dom Pedro de Água Rosada

Dom Álvaro de Água Rosada, servindo de secretário

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 20 de Junho de 1883.

Alberto Carlos d'Eça de Queirós
Secretário-Geral

Ao alto: Série de 1883 / Angola.

Doc. n.º 1 a que se refere o ofício n.º 51, de 20 de Junho. — Cópia.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Caixa 3.

50

CONFIDENCIAL DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (20-7-1883)

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Parecendo-me de toda a conveniência e de uma altíssima vantagem política, o documento que recebi do Rei do Congo, mais uma vez tenho a pôr em evidência o merecimento do chefe daquela Missão, a cuja iniciativa este se deve.

Vou responder que deverá o filho do Rei ser enviado a esta capital, para daqui seguir à Europa, em companhia do Eminentíssimo Patriarca de Lisboa, a cuja guarda e protecção vai ser confiado.

Outrossim me cumpre mandar por cópia o convénio que com relação a terrenos fez o Rei do Congo com a missão inglesa, ao qual vou dar a minha anuência na forma do que a este respeito propuz a V. Ex.ª e foi aí aceite.

À última hora não há tempo para mais esclarecimentos e por isso a estes me restrinjo, esperando que V. Ex.ª confiará em que aproveitarei todas as circunstâncias para provar à Europa que não está extinto o nosso prestígio em África, o que me parece de suma vantagem provar no actual momento histórico.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 20 de Julho de 1883.

Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ao alto: Série de 1883 / Angola.

N.º 51, de 20 de Junho / Confidencial.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Caixa 3.

51

CARTA DO REI DO CONGO AO GOVERNADOR-GERAL (27-6-1883)

Excelentíssimo Senhor

Nas circunstâncias actuais, em que os olhos da Europa estão fixos no grande rio Zaire e regiões adjacentes, e que se levantam pouco justificadas objecções, especialmente da parte da Inglaterra, à ocupação de Portugal, única nação que nós conhecemos, e que tem antigos e bem estabelecidos direitos sobre os territórios do Congo; parece-me conveniente afirmar mais uma vez os meus sentimentos de obediência e dedicação a Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal, meu Augusto Suzerano.

Para executar, porém, este meu pensamento dum modo solene e significativo, tenho a honra de solicitar os meios indispensáveis, a fim de enviar perante Sua Majestade El-Rei de Portugal, meu filho D. Álvaro, para que este em meu nome signifique ao mesmo Augusto Senhor a minha dedicação a Portugal e proteste contra o que se tem afirmado a respeito da pouca afeição dos povos desta região ao domínio português.

Se a execução desta ideia, que é filha do meu afecto e reconhecimento para com Portugal, parecer razoável a Vossa Excelência, a quem a submeto, peço a Vossa Excelência que escolha um padre para acompanhar meu filho, pois não é conveniente que empreenda só, viagem tão longa.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

S. Salvador do Congo, vinte e sete de Junho de mil oitocentos e oitenta e três.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador-Geral da Província de Angola e suas Dependências.

assinado) — D. Pedro Quinto, Rei do Congo.

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 20 de Julho de 1883.

Alberto Carlos d'Eça de Queirós
Secretário-Geral

Ao alto: Série de 1883 / Angola / Cópia.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Caixa 3.

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (21-7-1883)

Il.mo Ex.mo e Rev.mo Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que regressei a S. Salvador no dia 17 do corrente, depois de ter feito uma excursão ao Sul deste ponto, entre os povos da Marimba, onde baptizei um bom número de crianças que de todos os lados vinham ao meu encontro; tendo apenas a lamentar que as circunstâncias me não permitissem maior demora naquela região, para instruir aquela gente, que me pareceu muito bem disposta.

Há perto de um ano que eu propus a V. Ex.ª e ao Governo da Província a criação de uma casa de Missão na Marimba, onde não haveria a lutar com as dificuldades que existem em S. Salvador, e onde os resultados seriam mais prontos e profícuos; não tendo, porém, até à presente data recebido resposta alguma neste sentido, fui obrigado a sustar a execução deste plano, que me parece sobremaneira vantajoso, sob qualquer ponto de vista porque se considere.

Sendo agora instado pelos sobas da Marimba, para entre eles fazer uma casa dependente desta, a fim de que o missionário ou missionários ali ensinem a religião e o português a seus filhos, resolvi, se agora for possível chegar a um acordo, em que os ditos príncipes tomem à sua conta alguns ónus na instalação da nova casa e alimentação dos alunos nos primeiros tempos, aceder a suas instâncias, julgando que o Governo fará este sacrifício, atendendo aos bens que dali se devem esperar.

Para levar, porém, a efeito esta medida, é absolutamente indispensável que V. Ex.ª envie, pelo menos, mais um missionário a este ponto; e dado mesmo o caso que esta obra se não possa realizar por qualquer circunstância, será sempre preciso que esta Missão tenha mais um padre; pois a experiência de um ano tem mostrado, que o Rev.º Francisco Maria de Sampaio, apesar do seu ardente zelo e boa vontade pelo ensino, está completamente impossibilitado de reger a escola, por ter perdido o prestígio perante os alunos e não poder tomar conta de outro ramo de serviço qualquer. Têm-se já dado ocorrências em que era útil saírem dois missionários; isso, porém, não é possível por não podermos abandonar a casa nas mãos do referido missionário que, poucos serviços podendo prestar aqui, na Marimba, pela sua muita vontade, poderá ser útil na nossa casa filial desta Missão.

Acresce, além do que deixo exposto, que esta Missão tem à sua conta um Posto meteorológico (1), que consome muito tempo e dá bastante trabalho; portanto, é de absoluta necessidade que sejamos brevemente auxiliados por novos missionários, a fim de se poder conseguir alguns resultados para a Religião e para a Pátria.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão Portuguesa em S. Salvador, aos 21 de Julho de 1883.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 201 21-7-83
16-8-83 Congo

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 16.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.os 45-46 (1954).

---

(1) Sá da Bandeira mandou iniciar as observações meteorológicas em Luanda, como em Cabo Verde, Guiné, Índia, etc, por portaria régia de 17 de Agosto de 1857. Determinava a portaria que com regularidade se fizessem as observações meteorológicas e que se examinassem os instrumentos para se conhecer o seu estado.

Já em Novembro de 1857 se encontravam em Luanda os instrumentos e, por portaria n.º 632 de 14-11-1857, o Governador-Geral Coelho do Amaral nomeou para fazer as observações meteorológicas o 2.º tenente Pedro Carlos de Aguiar Craveiro Lopes, que servia na Divisão Naval. As primeiras observações são referidas ao período de 1 a 11 de Dezembro, acompanhadas duma pequena notícia, tudo assinado por Craveiro Lopes, «director do observatório».

Em 21-7-1879 publica-se o regulamento e instruções para o serviço meteorológico. Vem assinado pelo tenente da armada Guilherme Gomes Coelho. Refere postos meteorológicos da Província além de Luanda. Os mapas são mais completos e feitos de 10 em 10 dias. O serviço meteorológico na Província de Angola ficaria a cargo do observatório meteorológico de Luanda e dos postos meteorológicos da Província.

Seriam enviados gratuitamente os instrumentos que completassem um posto meteorológico aos negociantes e agricultores do interior.

O observatório seguiria as instruções oficiais do observatório Infante D. Luís, redigidas por Gama Lobo.

A cada posto seria fornecido: 1 barómetro Fortin; 1 psicrómetro; 1 termómetro de máxima; 1 termómetro de mínima; 1 udómetro; 1 evaporímetro; 1 anemómetro; 1 catavento; 1 ozómetro; 1 relógio; 1 bússula; 1 recinto para termómetros (modelo Capelo); 1 lanterna; 1 estampa com a configuração das nuvens; 2 vasos graduados.

Todos os postos meteorológicos passavam a constituir uma secção especial junto à direcção das Obras Públicas, por portaria de 15-10-1880.

Em Fevereiro de 1882 o posto de Luanda passou a chamar-se Observatório Meteorológico de Luanda. Devido à acção do Governador Eleutério Dantas fizeram-se obras no edifício, a antiga Sé de Luanda (*BOM* — N.º14).

RELATÓRIO DO GOVERNADOR-GERAL
(1-9-1882 a 1-9-1883)

... ...

Do exposto se pode concluir que o nosso domínio no Zaire e região anexa tem sido por todas as formas minado, e que o homem que em tempo se descobria respeitoso perante o Padrão de Sualaba, é hoje o nosso maior e mais solene inimigo. Como tentativa de contramina a estes manejos, temos tido a felicidade de conservar no Congo um grande prestígio, devido à eficaz e inteligente acção do nosso único missionário na Costa, o chefe da Missão do Congo, o padre António José de Sousa Barroso, única tábua de salvação que no interior temos tido para conservar o alcance da nossa dominação na Costa do Norte, pela forma porque a compreenderam José Rodrigues Coelho do Amaral e José Baptista de Andrade.

Com efeito, ocupado o Ambriz, o Lândana e o Congo, a região cuja posse disputamos é a base de um grande triângulo, que nenhuma razão de direito ou de situação geográfica podem disputar-nos, e será esta a única forma de podermos em grande parte frustrar empenhos que são hoje mais do que visíveis e palpáveis.

Foi neste intento que, segundo instruções que dei ao padre António José de Sousa Barroso e que foram por ele mais do que inteligentemente cumpridas, se obteve a conquista moral representada na matéria do meu ofício confidencial n.º 7, de 12 de Setembro de 1882, que se pode ver do documento n.º 12.

O Rei do Congo, [que] durante um certo período de tempo, esteve abandonado à liberalidade de alguns padres ingleses protestantes, que ali se acham estabelecidos, supôs que a antiga liberalidade dos Reis de Portugal tinha desaparecido, e mais ainda, que a Metrópole abandonara aquele famoso ponto estratégico para nunca mais o ocupar ou nele influir. A existência da Missão provou-lhe o contrário e não tem sido sem dificuldades e dispêndios que ali tem a nossa Missão lutado com a protestante; o nosso triunfo, porém, foi completo desde que o Rei do Congo se propôs a só fazer concessões de terreno para o estabelecimento de casas comerciais com carácter provisório, e que só se consideraria definitivo depois da minha aprovação em nome de El-Rei. Nesta conformidade a própria Missão inglesa teve de passar pelas forcas caudinas, e sujeitar-se à minha aprovação para a concessão de terrenos, o que também sucedeu à casa Daumas, Béraud & Cie., e à casa do negociante português Rosa.

A casa Daumas, Béraud & Cie. pretende retirar, e nesta conformidade vender a casa, que tenciono comprar para a Junta da Fazenda, para

evitar que seja comprada pela Missão inglesa, o que daria a esta importância no espírito do Rei.

Em tempo, Stanley contentava-se em ocupar a margem direita do Zaire, por onde supunha melhor o caminho para o interior; hoje, porém, depois que os missionários franceses lhe provaram ser melhor a margem esquerda, nesta tem feito o ponto de apoio das suas operações, e o comércio que deveria vir ao Zaire, deriva mais para o Sul, com receio de encontrar (1) os Zanzibares que acompanham os oficiais expedicionários, e que têm uma forma de comprar géneros alimentícios que não é original, mas não está muito de acordo com as intenções filantrópicas do Rei Leopoldo.

... ...

Os missionários protestantes do Congo, bastante inteligentes para perceberem quanto os nossos ganhavam terreno no espírito do Rei, o que sucedeu logo que encetei o caminho dos presentes, que os ingleses havia muito exploravam, e que pudemos chamar a nós os filhos, e principalmente o D. Álvaro, que nomeei professor de instrução primária, começaram a intrigar-nos e a incomodar-nos, representando frequentes vezes contra nós ao seu cônsul aqui, o qual, felizmente, não fez caso deles, porque aborrece e detesta os missionários, como pessoalmente me tem mais de uma vez repetido, o que atribuo à sua origem judaica, senão talvez a desgostos com eles havidos quando empregado consular em Alexandria.

Em ofício n.º 9, confidencial, de 2 de Outubro de 1882, participei a V. Ex.ª as doutrinas exclusivas dos missionários portugueses, que pretendiam obstar à propaganda protestante, aconselhando o Rei do Congo a que excluísse dos seus estados os missionários que não fossem católicos; nesta pretensão havia mais zelo do que siso comum, e apressei-me eu a significar-lhes que por forma alguma a prédica de tais doutrinas, perfeitamente opostas ao que manda a Carta Constitucional da Monarquia, e que completamente nos desacreditavam à face das nações cultas da Europa (1). Este meu procedimento foi por V. Ex.ª aprovado no seu ofício n.º 289 de 5 de Dezembro de 1882.

A nomeação do príncipe D. Álvaro para professor de instrução primária, os presentes ao Rei do Congo e o procedimento correcto e digno dos nossos missionários, fizeram o desejado efeito no espírito do Rei, que se corresponde amiudadas vezes com este Governo-Geral da forma a mais submissa, e em 3 de Junho de 1883, mandou uma declaração positiva de suzerania, que foi conhecida dos missionários ingleses, desconcertando inteiramente os seus planos; e parece-me poder dizer

---

(1) Contrariar.

(1) A frase ficou incompleta. Talvez fique correcta, dizendo: por forma alguma [aprovava] a prédica de tais doutrinas...

a V. Ex.ª que por este lado podemos estar perfeitamente descansados, enquanto conservarmos ali o benemérito chefe da Missão, o inteligente e prestante sacerdote, único na Província que tem compreendido a aliança da sua missão evangélica, com as conveniências da sua missão política (1).

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 2.

54

OFÍCIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (30-9-1883)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Em virtude do excessivo transporte que é necessário pagar por qualquer encomenda, vinda de Luanda para esta Missão, sendo ordinàriamente superior ao seu valor, tenho a honra de pedir a V. Ex.ª se digne passar aviso ao Sr. João Manuel Felgueiras, nosso correspondente aí, todas as vezes que desse porto saia com destino ao Zaire algum navio de guerra e especialmente quando tenha de subir o rio até Noqui.

Outrossim, rogo a V. Ex.ª se digne lembrar ao Ex.mo Sr. Conselheiro Governador-Geral que muito lucraríamos, tendo sempre à nossa disposição 10 a 20 pretos, vindos do Sul, os quais, além de fazerem com perfeita regularidade todo o serviço entre Noqui e S. Salvador, contribuiriam sobremaneira para dar maior desenvolvimento a esta Missão, por vezes prejudicada no seu expediente, pela absoluta falta de gente para o trabalho.

Acresce além disso, a circunstância de que sendo em todo o tempo difícil o engajamento de carregadores, hoje essa dificuldade aumentou com o estabelecimento de duas casas comerciais, que empregam com superior vantagem todo o pessoal que poderia encontrar-se.

Em vista do exposto, S. Ex.ª julgará da conveniência ou desconve-

(1) O Governador-Geral Francisco Ferreira do Amaral, autor deste Relatório enviado ao Ministro do Ultramar, não é objectivo e na mesma medida não é justo para outros missionários, não menos beneméritos da Igreja e da Nação, como o Padre José Maria Antunes, C. S. Sp., que fazia no Sul uma obra em nada inferior à realizada pelo Padre António Barroso no Norte de Angola, embora não fizesse *missão política*.

niência do alvitre que deixei apontado, único que me parece dever adoptar-se nas actuais circunstâncias.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador, aos 30 de Setembro de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário do Governo-Geral da Província de Angola.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 2465
3.ª Rep.am S. C.
3-11º-83

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 24.

Que todas as vezes, que houver comunicações com Noqui, por via de navio de guerra, se avisará o seu correspondente com antecedência. Quanto aos serviçais, não é agora ocasião oportuna, por falta de meios para o seu engajamento, no entanto fica a questão para ser considerada em momento mais asado. Pergunte-se se com efeito o Rei do Congo tem cumprido a sua promessa, de não conceder licença para estabelecimento de feitorias estrangeiras, ou nacionais, sem a minha aquiescência — como representante de El-Rei.
Que mande dizer as razões porque não pôde ir ao Bembe, e se lhe seria difícil ir visitar o Dembo Ambuila, a quem desejaria mandar um presente, e sondar o mesmo Dembo quanto ao aproveitamento das minas de cobre, ou ainda que atitude tomaria ele para com os Dembos rebeldes, se fosse chamado a ir combatê-los; fazendo as coisas de forma que esta última parte seja considerada como não induzida pelo Governo, mas lembrança sua.

L -6-11-83

F. Amaral
g. g.

Cumpr.º 7-11-83

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883*).

55

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO À JUNTA DA FAZENDA (7-11-1883)

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Tendo resolvido abandonar este ponto em Janeiro do ano seguinte a feitoria francesa Daumas, Béraud & Companhia e sabendo eu que a missão inglesa deseja comprar-lhe a casa que mandou construir, alargando assim os limites do seu terreno, tenho a honra de pedir à Excelentíssima Junta, por intermédio de Vossa Excelência, me autorize a concorrer na referida compra até à quantia de oitocentos mil réis, na esperança de que brevemente seremos coadjuvados pelo poderoso auxílio e verdadeira dedicação das Irmãs Hospitaleiras.

Qualquer que seja a decisão da Excelentíssima Junta, rogo a Vossa Excelência se digne comunicar-ma o mais depressa possível, para meu governo.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

São Salvador, sete de Novembro de mil oitocentos e oitenta e três.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Secretário da Junta da Fazenda de Angola.

assinado) António José de Sousa Barroso, Superior da Missão.

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 29 de Dezembro de 1883.

Alberto Carlos de Eça de Queirós
Secretário-Geral

À margem: Série de mil oitocentos e oitenta e três / Província de Angola / Missão do Congo / Número vinte e cinco.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

56

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (8-11-1883)

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que no dia vinte de Outubro findo, cheguei a São Salvador, tendo na minha excursão visitado o Bembe e povos limítrofes. Depois de vencidas algumas dificuldades, que tinham mais origem no medo que na hostilidade dos indígenas, consegui atingir aquele ponto, que a todos os respeitos me parece importante. Foram eles os primeiros a mostrarem da melhor vontade as minas e a manifestarem ardente desejo de que a exploração do minério se continui. As dependências das minas pròpriamente ditas permanece[m] em bom estado de conservação, pelo que se refere a paredes, que com pequenos reparos ficariam boas. Tive ocasião de ver ainda uma caldeira, que foi motor da oficina de serraria, em perfeito estado e assente como foi deixada. Todas as casas estão sem tecto e atulhadas de arbustos e árvores já desenvolvidas.

Das minas pouco pude observar, porque a grande quantidade de árvores e capim obstruem completamente a entrada; vi, contudo, alguns poços, ainda abertos, assegurando-me os indígenas que era fácil a extracção de cobre, se tivessem instrumentos adaptados àquele fim.

A fortaleza tem os fossos e parapeitos bem conservados; os alojamentos parecem casernas e estão por terra, tendo só resitido à acção do tempo uma pequena casa de primeiro andar. As restantes dependências estão mais ou menos arruinadas, por causa das chuvas, ainda assim de fácil reedificação. A capela, que tem indícios de nunca ter recebido cobertura, está boa, e para poder funcionar, nada mais precisa que um tecto e portas. Os indígenas que actualmente ocupam quase o centro das dependências, mostraram grande empenho em que alguém fosse continuar a exploração do minério, e pareceram-me a todos os respeitos bem dispostos a nosso favor.

As plantações do café que existiam naquele ponto, acham-se completamente abandonadas, formando um mato cerrado, sem que ninguém se importe de tal comércio. Acrescentarei mais, que a minha ida ao Bembe teve como resultado imediato o reatar as relações daqueles povos com os do Congo, relações que desde muito estavam interrompidas. Logo que me seja possível darei uma notícia mais circunstanciada da minha viagem.

Por último direi a Vossa Excelência que não pude caminhar mais para o Sul, a fim de encontrar o Dembo Ambuíla, porque tendo-me

demorado mais durante a viagem do que tencionava, pelas dificuldades que surgiram, esgotavam-se-me todas as provisões de boca, sendo assim forçado a retroceder.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

São Salvador, oito de Novembro de mil oitocentos e oitenta e três.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Governo da Província de Angola.

assinado) António José de Sousa Barroso

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 14 de Dezembro de 1883.

Alberto Carlos de Eça de Queirós
Secretário-Geral

À margem: Série de mil oitocentos e oitenta e três / Província de Angola / Missão do Congo / Número vinte e sete.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

57

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO À JUNTA GOVERNATIVA DA DIOCESE (13-12-1883)

Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Sr.

Tendo regressado da minha excursão aos povos do Bembe, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.ª que em geral fui bem recebido por todos os povos que visitei, tendo baptizado aproximadamente 300 crianças. O estado religioso de todos estes povos, não pode ser mais deplorável; pude verificar que têm apenas noções muito vagas sobre o cristianismo, que quase completamente desconhecem; isto é geral; até os povos que foram fundados pelos nossos antigos missionários caíram no mesmo abatimento religioso. Estes povos parecem todavia com boas disposições para receberem os influxos salutares da nossa

Santa Religião, porque mais de uma vez e em diversos pontos me pediram para que lhes enviasse padres que os ensinassem.

Outrossim levo ao conhecimento de V. Ex.ª, que depois de bastantes sacrifícios e despesas, abrimos no dia 8 do corrente ao culto público a nossa capela, que colocámos sob a protecção da Imaculada Conceição de Maria Santíssima. Esta capela tem 16 metros de comprimento sobre 7,50 metros de largura, capacidade mais que suficiente para os fiéis que se costumam reunir.

Deus Guarde a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ

Residência da Missão do Congo, aos 13 de Dezembro de 1883.

Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr. Presidente da Junta Governativa da Diocese.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo-13-12-83 N.º 2 / 2-1-84

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 28.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883*).

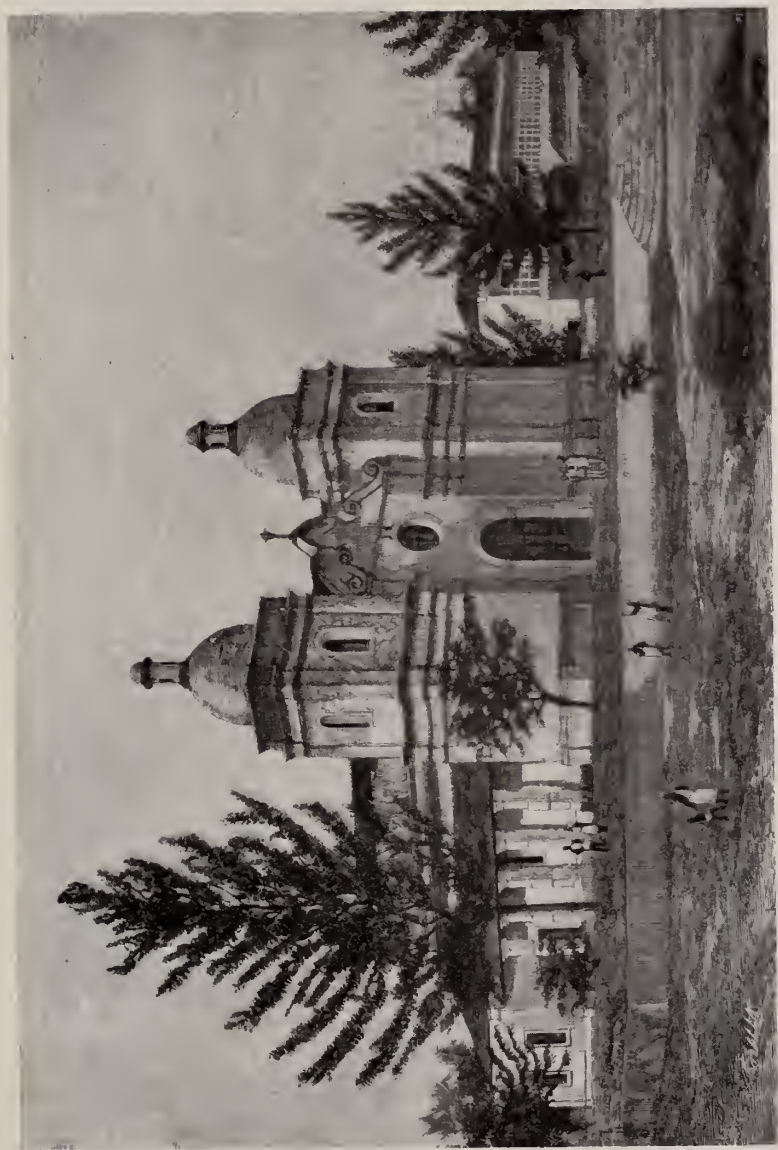
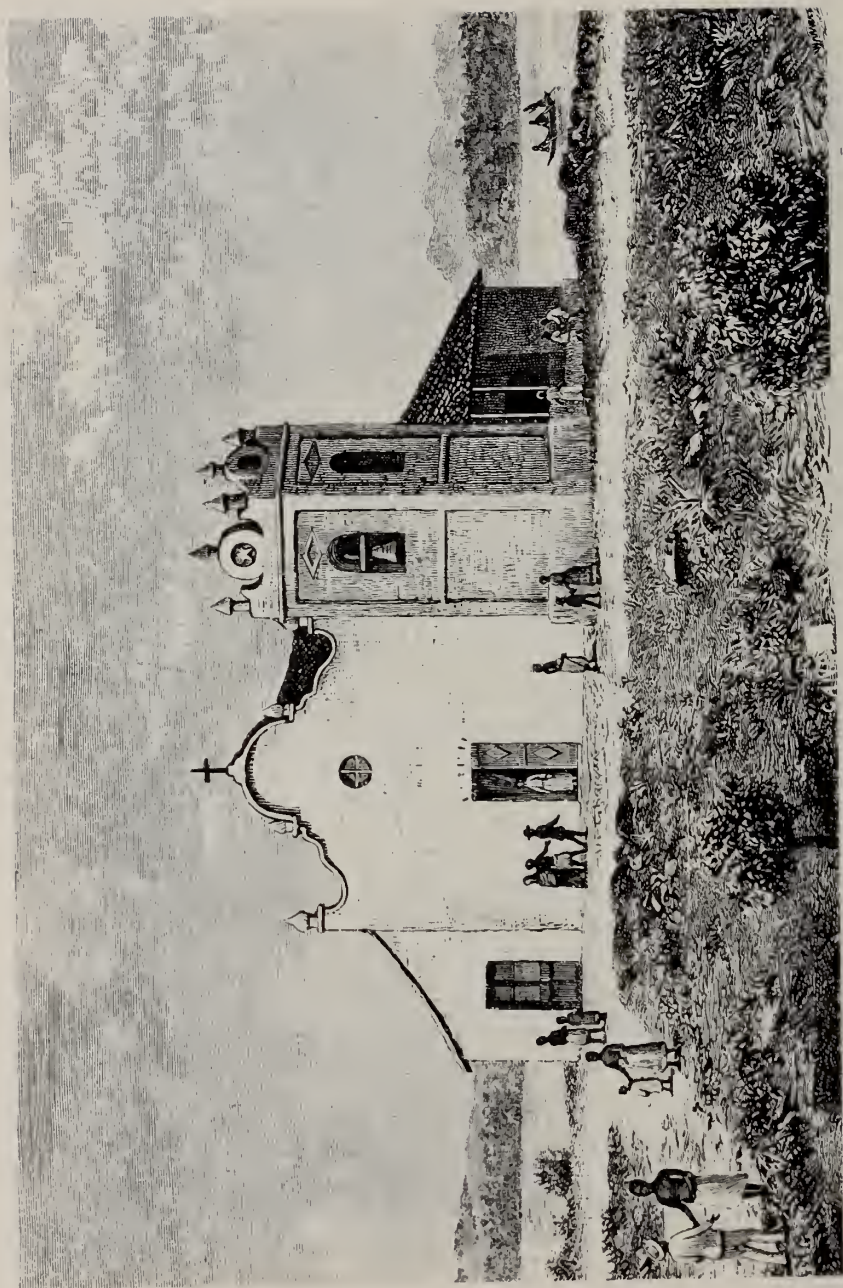
AA — N.ºs 45-46 (1954).

58

OFÍCIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (13-12-1883)

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr.

Respondendo ao ofício de V. Ex.ª n.º 929, de 6 de Novembro, tenho a dizer o seguinte. O Rei do Congo não cedeu e creio que para o futuro também não cederá nem um palmo de terreno sem a aprovação de Sua Ex.ª o Governador-Geral. Há neste ponto duas casas de comércio, uma francesa, da firma Domás B. e C.ª *(sic)* e outra do negociante português João Luís da Rosa; esta tem o seu contrato devidamente aprovado; aquela não o tendo apresentado no tempo em que o devia ter feito, como prometeu, informa-me que o vai apresentar sem demora.

A dificuldade que fez abortar em fins de Julho a minha primeira tentativa de viagem ao Bembe, foi o não me quererem acompanhar os

MOÇAMBIQUE — Quelimane: Igreja de Nossa Senhora do Livramento, actual Catedral

MOÇAMBIQUE — Igreja paroquial de S. Tiago Maior, em Tete

(Desenho do P.e Courtois — *Missions Catholiques*, 1890, p. 43)

poucos carregadores de que necessitava para conduzirem os objectos de primeira necessidade como provisões, malas, fazenda, etc.

A repugnância que eles tinham em marchar além de uns 45 a 50 quilómetros de S. Salvador, tinha origem no medo que nutriam a respeito dos povos que demoram ao Sul do rio Ambriz. Em Outubro fui mais feliz, chegando ao Bembe, de onde tive de retroceder por falta de recursos; a minha vontade era visitar o Dembo Ambuíla, que dista do Bembe 4 ou 5 dias de viagem, segundo me informaram, e dali seguir para o Ambriz, apesar de não estar livre de perigo o caminho. No meu ofício n.º 27 de Novembro último, participei os factos capitais que observei, e as disposições favoráveis dos indígenas. Há poucos dias fui convidado por alguns povos da margem esquerda do Ambriz para ali voltar passados dois meses, a fim de observar um metal que aqueles povos descobriram e para me entregarem mais rapazes, (pois já me entregaram dois) a fim de serem educados aqui na sede da Missão. Contra minha vontade, não poderei provàvelmente aceder a estes pedidos, por falta de recursos, tanto para viajar, como para admitir mais alunos internos, porque a missão já está sobrecarregada com os que tem.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão do Congo, aos 13 de Dezembro de 1883.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário-Geral do Governo.

António José de Sousa Barroso
Superior da Missão

Ao alto: N.º 20
3.ª Rep.am S. C.
2-1º-84

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 29.

Off.º ao M.º em 11-1º-84

Dê-se destas circunstâncias conta ao Governo de S. M. e diga-se-lhe que se vão autorizar quaisquer despesas para o conseguimento do que fica indicado, o que também deverá fazer-se saber ao Superior da Missão.

L -2-1-84

F. Amaral
g. g.

Cump.º 4-1-84.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1883).*

AA — N.ºs 45-46 (1954).

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (15-12-1883)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª a inclusa cópia do ofício em que o chefe da Missão do Congo, o padre António José de Sousa Barroso, dá conta da viagem que fez às minas do Bembe, mostrando nesta nova comissão, quanto é digno da confiança que nele tenho sempre depositado, e à qual ele tem sabido corresponder de uma maneira brilhante.

Da exposição que faz o padre Barroso, pode V. Ex.ª concluir, como eu concluo, que me parece ocasião oportuna para julgar abandonadas aquelas minas, o que vou fazer, e concedê-las a quem tiver capitais para a exploração, começando por construir uma estrada para o Bembe.

Parcce-me também que seria muito oportuna a nomeação ou apresentação do padre Barroso como Cónego da Sé de Luanda, instando contudo, para que fique na Missão em que se acha, que só ele actualmente é capaz de desempenhar. Com isto faria V. Ex.ª um acto de justiça para com este digníssimo missionário, e serviria este acto de incentivo a outros que procurem no serviço do sertão o único motivo de recompensa.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 15 de Dezembro de 1883.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Há vacatura de cónego em Luanda?

À margem: Há, por falecimento do Cónego Henrique Ribeiro da Cunha Meneses, ocorrido em 3 de Abril de 1883.

À margem: Escudo real / Província de Angola / N.º 492 / Série de 1883.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

60

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO À JUNTA GOVERNATIVA DA DIOCESE (20-12-1883)

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

Já em tempo oficiei a S. Ex.^{a} Rev.^{ma} o Sr. D. José Sebastião Neto, Bispo que foi desta Diocese, expondo-lhe a necessidade que tinha esta Missão de obter uma capa de «Asperges» branca e encarnada.

Não podendo, porém, o mesmo Ex.^{mo} Sr. dar pleno cumprimento à minha requisição, em virtude da sua transferência para o Patriarcado de Lisboa, dignou-se comunicar-me na sua retirada, que, havendo tomado na devida consideração o meu pedido, tinha recomendado à Ex.^{ma} Junta Governativa do Bispado o satisfazer aquela necessidade.

Sendo porém, já decorridos meses, sem participação alguma a tal respeito, tenho a honra de novamente o lembrar a V. Ex.^{a}, pedindo se digne providenciar para que a referida capa me seja enviada na primeira oportunidade.

Deus Guarde a V. Ex.^{a} Rev.^{ma}

Residência da Missão em S. Salvador do Congo, aos 20 de Dezembro de 1883.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Presidente da Junta Governativa da Diocese de Angola.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 15 20-12-83. — Congo
25-1-84

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 31

— Responda-se-lhe que se vão dar as providências.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883*).

AA — N.^{os} 45-46 (1954).

61

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO À JUNTA GOVERNATIVA DA DIOCESE (20-12-1883)

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

Sendo um dos principais fins de todas as Missões Católicas o educar as crianças nos verdadeiros princípios da Nossa Santa Religião, para o que muito deve concorrer a leitura e a explicação do Catecismo e outros livros de piedade, cumpre-me pedir a V. Ex.^{a} que, julgando da competência do Governo Eclesiástico o fornecer tais livros, se digne enviar-me na primeira ocasião uma porção de exemplares, a fim de serem distribuídos pelos alunos da escola mais adiantados, a quem a referida leitura possa já aproveitar.

Deus Guarde a V. Ex.^{a} Rev.^{ma}

Residência da Missão Portuguesa, em S. Salvador, aos 20 de Dezembro de 1883.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Presidente da Junta Governativa do Bispado de Angola.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 16 25-1-84 20-12-83. — Congo

À margem: Série de 1883 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 32.

Na livraria há uns livrinhos de doutrina, mandem-se-lhe.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1883).*

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (29-12-1883)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Pela cópia inclusa verá V. Ex.ª que a feitoria francesa Daumas, Béraud & Companhia, do Congo, vai ser posta em praça, e que disputam a sua posse, a nossa Missão e a inglesa: dei ordem ao chefe português para licitar e tomar a casa por qualquer preço, que não excederá oitocentos mil réis, para, em breve, mandar para ali um chefe, restaurando o antigo concelho de S. Salvador, como muita vez me tem sido pedido pelo Rei do Congo. Será então ocasião oportuna para ali mandar alguns soldados, que já terão alojamento condigno; é uma maneira de afirmar que se cuidamos do litoral, nos não é indiferente o que se passa no interior. Será a ocupação administrativa de S. Salvador um passo para assegurar a exploração das minas do Bembe, com um tal ou qual apoio do gentio do Congo, que não é para desprezar em tal hipótese.

Espero que V. Ex.ª aprovará o meu procedimento, visto como a ocupação administrativa a que me refiro, não é mais do que a reprodução dum facto que há pouco tinha lugar sem dificuldades, e sem resistências.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 29 de Dezembro de 1883.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

À margem: Aprovo.
18-2-84.

Pinheiro Chagas.

À margem: Escudo real / Província de Angola / N.º 539 / Série de 1883.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

63

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR
(11-1-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.a a inclusa cópia do ofício que recebi do Superior da Missão do Congo, explicando detalhadamente as razões que fizeram abortar a sua viagem ao Bembe. Sentindo perfeitamente a importância da ida de um homem tão inteligente e dedicado como o reverendo padre Barroso àquela localidade, já autorizei as despesas necessárias para que ele possa levar a bom fim a sua viagem, e para que possa receber mais alunos na Missão, o que muito convém ao nosso prestígio e autoridade.

Espero que V. Ex.a com a sua esclarecida inteligência, sentindo bem a necessidade de mais este pequeno sacrifício, aprovará o meu procedimento.

Deus Guarde a V. Ex.a.

Luanda, 11 de Janeiro de 1884.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

À margem: Escudo real / Província de Angola / N.º 5 / Série de 1884.

AHU — 1.a Repartição. Angola. Pasta 4.

64

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR
(11-2-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.a a cópia da portaria pela qual aprovei o contrato celebrado entre o Rei do Congo e a casa francesa, para estabelecimento de uma feitoria de comércio. É mais um

resultado brilhante obtido pelo chefe da Missão portuguesa, o reverendo padre Barroso, que tem sabido manter intacto em São Salvador o prestígio do nome português, tornando a nossa soberania naqueles territórios, não uma concessão teórica da parte do Rei do Congo, em uma realizada *(sic)* prática. Enquanto aquele respeitável sacerdote, o único missionário português que existe em África com a perfeita e nítida compreensão dos seus deveres [1], enquanto, digo, ele estiver no Congo, a nossa situação em São Salvador há-de manter-se, o que é hoje muito lisonjeira. Aquele ponto está hoje sendo altamente cobiçado, porque é ele o lugar onde o comércio do marfim do Alto Zaire tem necessàriamente de vir, e cumpre-nos portanto a obrigação, mais que nunca, de assegurarmos a nossa preponderância nele.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 11 de Fevereiro de 1884.

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

À margem: Escudo real / Província de Angola / N.º 57 / Série de 1884.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

65

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (15-2-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Em vista das reiteradas instâncias dos povos do Bailundo e Bié, resolvi pedir ao pro-vigário capitular da diocese um sacerdote, lembrando o presbítero Fidalgo, para ir ali em missão sondar o terreno e chamar ao grémio da religião e da bandeira portuguesa, duma forma definida, aqueles povos. A resposta que obtive imediatamente do pro-vigário foi a completa aquiescência ao meu pedido e foi o missionário Fidalgo nomeado: hoje, porém, e à última hora, surgem dificuldades,

---

[1] Cfr. nota do documento n.º 53, pág. 427.

representadas pelas cópias que incluo, e que diligenciarei remover com prudência, e digo diligenciarei, porque a minha indignação contra um missionário que pede côngruas em vez de almas para salvar, contra um homem que foi tirado da miséria, educado pelo Governo para o servir 8 anos, e que começa por se negar, ainda que de uma forma passiva, ao primeiro acto de serviço para que é escolhido, não tem limites. A minha vontade seria fazê-lo recolher neste paquete. Se tem medo de ir ao Bié, de que nos serve um padre com medo? Se só sabe missionar com a côngrua aumentada, porque aceitou o favor do Governo em o educar e nomear? Se precisa de beneplácito do Papa para exercer o seu mister dentro dos limites da jurisdição do Bispado, que espécie de garantias nos dá este padre do seu patriotismo, quando procura negar-se ao exercício da sua profissão, quando está doente para sair de Luanda, quando, finalmente, apenas chegado já é tão lido nas opiniões do Sr. Bispo, hoje Patriarca, acerca das Missões do Sul, só para o efeito de escapar a elas? Como tão entendido no assunto, que ele deve desconhecer, refiro-me à forma de vida no Bié, que tão erradamente supõe mais cara que no Congo.

Decididamente, há combinação entre a Cúria e os manejos do padre Duparquet, em que porventura andam ligados os nossos Bispos e quem protege os missionários saídos de Chelas com mais submissão ao Sumo Pontífice que ao padroeiro, e se V. Ex.ª se não previne contra esta invasão, em vez dos missionários serem, como devem, instrumentos dóceis nas mãos do Governo, serão um[a] seita que será necessário pôr fora por os processos do Marquês de Pombal, ou pelos modernamente empregados pela República Francesa.

O meu espírito disciplinado e habituado a ver como no estrangeiro os missionários obedecem aos seus superiores, revolta-se contra a ignorância atrevida do missionário apenas chegado e que já faz considerações de quem tem longa experiência, não direi da gramática portuguesa, mas da vida sertaneja. O padre Fidalgo espera, naturalmente, pelo Sr. Bispo, e conta que ele o tomará para seu fâmulo ou secretário, e nisto encontrará V. Ex.ª uma razão clara de tantas objecções.

Pode-se contar, em ocasião aflita e séria como a actual, com a dedicação destes missionários, que em vez de fazerem como S. Francisco Xavier, que pedia almas para salvar, pedem côngruas e companhia? V. Ex.ª o dirá. Para mim só me resta o desgosto de não estar na minha alçada libertar a Província de mais esta excrescência inútil, e de não poder mandar a V. Ex.ª o padre Fidalgo como portador deste ofício; de resto, fica-me a satisfação de neste protesto contra tão infeliz procedimento, deixar ficar bem consignado o valor dos elementos de administração para aqui mandados e em Lisboa tão recomendados, e que na prática e desde que têm de passar dos cumprimentos nas secretarias, e dos passeios seráficos com os companheiros nos claustros de Chelas, os missionários do Colégio das Missões só são hoje um elemento de modo

de vida interesseiro e hipócrita, de nenhuma utilidade conhecida. Mais uma vez aproveito para fazer uma excepção honrosa a favor dos padres que estão no Congo e do padre Folga que está em Caconda. De resto, só pedem dinheiro e honras de cónego, com expressa condição de não saírem de Luanda. V. Ex.ª ajuizará se valem a despesa: o que posso, porém, certificar a V. Ex.ª, é que ou o padre há-de ir missionar, como é seu dever, ou lhe mando suspender o vencimento.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 15 de Fevereiro de 1884.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

À margem: Escudo real / Província de Angola / N.º 115 / Série de 1884.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

66

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO SECRETÁRIO-GERAL DE ANGOLA (3-3-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª, a fim de que se digne informar o Ex.mo Sr. Conselheiro Governador-Geral, que tendo-se suscitado graves desinteligências entre os indígenas da região de Noqui e as casas comerciais portuguesas e estrangeiras, a ponto de ser preciso recorrer às armas de um e outro lado; e tendo permanecido este estado de coisas há perto de um mês, do que já tem resultado graves incómodos para esta Missão, a instâncias minhas tomou o Rei do Congo a resolução de enviar ao supradito ponto uma expedição armada, a fim de pôr termo a este conflito, colocando-se desde já ao lado dos europeus, dado o caso que os indígenas não deponham logo as armas.

A julgar pelo número de povoações, que devem tomar parte na expedição, deverá esta constar ao menos de mil homens.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão do Congo, 3 de Março de 1884.

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr. Secretário-Geral do Governo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 604
3.ª Rep.ᵃᵐ S. C.
1-4º-84

À margem: Série de 1884 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 3.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1884).*

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

67

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO VIGÁRIO-GERAL DO BISPADO (18-4-1884)

Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr.

Em resposta ao ofício de V. Ex.ª sob o n.º 18, de 10 de Fevereiro último, cumpre-me dizer a V. Ex.ª para os devidos efeitos, que nasci em 5 de Novembro de 1854, na freguesia de St.ª Marinha de Remelhe, diocese e distrito de Braga.

Outrossim comunico a V. Ex.ª que, tendo chegado a esta Província em 7 de Setembro de 1880, fui nomeado Pároco encomendado da freguesia de N. S.ª do Cabo da Ilha de Luanda, em 2 de Outubro do mesmo ano; fui, além disso, nomeado Superior da Missão do Congo por Provisão do Ex.ᵐᵒ Sr. D. José Sebastião Neto, então Bispo desta Diocese, em 28 de Dezembro de 1880: e fui, finalmente, nomeado Provisor e Vigário-Geral do Bispado por Provisão de 8 de Janeiro de 1883, na ausência do Ex.ᵐᵒ

Vigário-Geral, cargo de que fui exonerado por Portaria de 7 de Fevereiro do mesmo ano.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão em S. Salvador, aos 18 de Abril de 1884.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Vigário-Geral do Bispado de Angola.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo 18-4-84 R. 9-5-84

À margem: Série de 1884 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 5.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1884).*

AA — N.ºs 45-46 (1954).

68

OFÍCIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (16-6-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Cumpre-me comunicar a V. Ex.ª, para os devidos efeitos, que tendo conhecimento dos manejos ùltimamente empregados por Stanley, representante da Associação Internacional Africana, na margem esquerda do Zaire, no sentido de induzir alguns príncipes indígenas a fazerem-lhe cedência dos direitos de soberania das terras que por delegação governam, e considerando que aqueles territórios são parte integrante do Reino do Congo, cujo chefe era completamente alheio ao que se estava passando naquelas paragens, apressei-me a falar com o Rei sobre assunto de tanta gravidade e a mostrar-lhe que era preciso impedir este novo atentado aos seus e nossos direitos.

Encontrando sempre o Rei bem disposto para satisfazer os nossos desejos e atender os nossos conselhos, disse-lhe que era urgente o fazer partir uma embaixada para junto dos príncipes que haviam acedido às pretensões de Stanley, a fim de lhes fazer saber que estava completamente nulo tudo quanto tinham feito sem a sua autorização, no sentido

supra mencionado; era, além disso, necessário lavrar um protesto, por onde constasse da sua indignação contra a violência empregada por Stanley e seus agentes, a fim de extorquirem o assentimento dos príncipes às duras condições que lhes impunham.

Nesta conformidade, pois, segue hoje a embaixada para Palabala e duas cópias do referido documento; uma dirigida a S. Ex.ª o Sr. Conselheiro Governador-Geral e outra a M. H. Stanley.

É possível que tudo isto não surta o efeito desejado; no entanto será sempre um protesto contra a violação dos nossos direitos.

Nestas alturas recebi um ofício do Sr. Capelo, Comandante da «Rainha de Portugal» e vi com satisfação que já estava feito mais do que nele me era aconselhado fizesse.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão Católica, em S. Salvador, aos 16 de Junho de 1884.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário-Geral do Governo da Província de Angola.

António José de Sousa Barroso
Superior da Missão

À margem: Série de 1884 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 6.

Cópia para o Governo de S. M. Diga-se ao chefe da Missão que representa este serviço mais um título de recomendação que ele tem para juntar àqueles com que merecidamente tem adquirido a honrosa qualificação de benemérito da Pátria.
Que o protesto do Rei do Congo foi lido com assombro nas chancelarias da Europa e se há mais tempo se não tinha acusado a recepção deste ofício e feito os devidos e merecidos elogios, é porque só hoje, o que não sei explicar, foi ele recebido, sendo bom que se indague se alguém se encarrega de alterar a direcção da correspondência por o padre Barroso dirigida a este Governo-Geral.

L -3-1-85

F. Amaral
g. g.

Também ao P.e Barroso. Diga-se que se mandaram pedir com instância os retratos a óleo em tamanho natural

de El-Rei e do príncipe herdeiro, que deve porém prevenir daí qual o presente que acharia bom agora fazer-se, para que se enviasse.

L -3-1-85

F. Amaral
g. g.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1885*).
AA — N.os 45-46 (1954).

69

CARTA DO REI DO CONGO AO GOVERNADOR-GERAL (16-6-1884)

Ex.mo Sr.

Nesta data tenho a satisfação de fazer chegar às mãos de V. Ex.a uma cópia autêntica da determinação que acabo de tomar em respeito ao facto de terem alguns dos príncipes de Palabala alienado direitos que não têm, a favor da Associação Internacional Africana.

Aproveito esta ocasião para agradecer ao Governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal o ter enviado para junto de mim, missionários que me expliquem o que mais convém fazer nas circunstâncias mais difíceis; sem eles não teria agora ocasião de dar esta prova de lealdade para com Sua Majestade, o que ao meu coração é sempre muito grato.

Deus Guarde a V. Ex.a por muitos anos.

S. Salvador do Congo, 16 de Junho de 1884.

(Selo com as armas)

D. Pedro 5.º Rei do Congo

Ao alto: Tire-se cópia deste ofício e da resposta e da ordem aos príncipes do Congo dada por El-Rei o Sr. D. Pedro 5.º, para juntar ao ofício que resultar do despacho dado ao ofício n.º 6, de 16 de Junho de 1885, do Superior da Missão do Congo.

L 3-1-85

F. Amaral
g. g.

À margem: Província de Angola

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1884*).
AA — N.os 45-46 (1954).

DECLARAÇÃO DO REI DO CONGO SOBRE OS CONTRATOS COM STANLEY (16-6-1884)

Tendo chegado ao Nosso conhecimento uma cópia autêntica do contrato celebrado entre M. H. Stanley, como representante da Associação Internacional Africana, e os príncipes de Palabala e povos limítrofes; contrato em que estes cedem os direitos de soberania das terras que actualmente governam; uns por delegação Nossa, outros pela de nossos predecessores; e

Considerando Nós que os referidos príncipes não podiam de modo algum negociar tais contratos, por falta de autoridade, pois nunca lhes outorgámos o poder de alienar os territórios pertencentes à nossa Coroa;

Considerando mais que nós nem fomos ouvido nem consultado acerca da conveniência ou desconveniência daqueles contratos, mas pelo contrário foram concluídos sem o nosso prévio conhecimento;

Considerando ainda que nesses contratos há o propósito de danificar os direitos de Sua Majestade El-Rei de Portugal, Nosso Augusto Suzerano, único a quem reconhecemos direito sobre o Reino do Congo;

Usando dos poderes de Suzerano dos príncipes que acabam de firmar contratos com M. H. Stanley, e de quaisquer outros que os venham a firmar, na margem esquerda do rio Zaire ou Congo, dentro dos limites da nossa jurisdição, na presença das testemunhas, abaixo assinadas, *declaramos nulos* esses contratos de cedência de soberania, por falta de autoridade dos príncipes contratantes e solenemente protestamos contra a pressão que com os mesmos foi empregada, para lhes extorquir o seu consentimento.

Uma embaixada que vamos fazer partir para Palabala, levará aos ditos príncipes esta nossa determinação, para que tenham por completamente nulos e sem valor algum os contratos já feitos sem a nossa autorização.

Deste documento será enviada uma cópia autêntica ao Governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal, e outra a M. H. Stanley, representante da Associação Internacional Africana, para seu conhecimento c devidos efeitos, ficando em Nosso poder o original.

E eu D. Álvaro de Água Rosada, na qualidade de Secretário o escrevi e assinei, juntamente com Sua Majestade El-Rei do Congo, que,

por não saber escrever, pôs o sinal de cruz e o selo das suas Armas, na presença das testemunhas que vão também assinar.

Dado em S. Salvador do Congo, aos 16 de Junho de 1884.

Sinal + do Rei do Congo

D. Álvaro de Água Rosada
Secretário

L'agent de la maison Daumas, Béraud & C.e de Paris
Dumas

Agente de João Luís da Rosa
Manuel Guilherme Pereira

António José de Sousa Barroso
Superior da Missão Católica

Está conforme ao original

D. Álvaro de Água Rosada

À margem: Cópia

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1885*).

AA — N.os 45-46 (1954).

71

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO GOVERNADOR DO BISPADO (18-6-1884)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Em resposta ao seu ofício n.º 80, de 13 de Maio último, tenho a honra de participar a V. Ex.a que nesta data nomeio meu bastante procurador o Rev.º Luís Maria de Carvalho, a fim de em meu nome tomar posse do lugar de Cónego dessa Sé Catedral.

Aproveito esta ocasião para agradecer a V. Ex.a as benóvolas expressões que em nome do Rev.mo Cabido V. Ex.a se dignou dirigir-me.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão em S. Salvador, aos 18 de Junho de 1884.

Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Sr. Governador do Bispado de Angola.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo 18-6-84

À margem: Série de 1884 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 2.

No verso: Do Rev.º Cónego Barroso, Superior da Missão do Congo, participando ter remetido procuração ao Rev.º Cónego Luís Maria, para tomar por ele posse do seu Canonicato.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1884).*

AA — N.ºs 45-46 (1954).

72

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO GOVERNADOR DO BISPADO (2-8-1884)

Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Sr.

Cabe-me o triste dever de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que no dia 28 de Julho próximo passado, pelas 3 horas da tarde, foi Deus servido chamar à sua divina presença a alma do nosso chorado Diácono Francisco Maria Sampaio, benemérito membro desta Missão.

Para consolação de V. Ex.ª cumpre-me acrescentar que aquele nosso irmão em Jesus Cristo morreu como tinha vivido, isto é, com caracteres de uma verdadeira santidade, expirando sem agonia depois de receber os últimos Sacramentos.

Atendendo agora ao movimento actual desta Missão, que é bastante considerável, rogo a V. Ex.ª se digne mandar preencher com a máxima brevidade o lugar vago por aquele tão funesto acontecimento.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão Católica em S. Salvador, aos 2 de Agosto de 1884.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Governador do Bispado de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso
Superior da Missão

Ao alto: Congo 2-8-84

À margem: Série de 1884 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 13.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1884).*

AA — N.os 45-46 (1954).

73

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (16-9-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª a cópia autêntica do relatório da viagem ao Bembe que fez o Cónego Barroso, Superior da Missão portuguesa de S. Salvador do Congo, e tanto mais honra tenho nisso que é este documento de grande importância, e é mais um título de glória, de respeito e de consideração, para aquele distintíssimo missionário, o mais distinto dos que há actualmente na África Ocidental (1), e que pela energia, pelo amor ao trabalho, pela dedicação corajosa, pertence à grande raça dos padres portugueses que foram os primeiros a trazer ao centro de África o nome de Portugal, deixando atrás de si uma tradição profunda.

Não entrarei eu na análise detalhada do relatório do reverendo Cónego Barroso, porque tudo nele é digno de interesse, cumprindo-me sim fazer notar a V. Ex.ª, primeiramente a importância política de viagem tão trabalhosa, mas felizmente levada a cabo, por ter ficado depois dela aberto o caminho para o Bembe, que desde bastantes anos era julgado impraticável, devido às resistências do gentio em deixar passar

(1) Cfr. nota do documento n.º 53, pág. 427.

qualquer comitiva de brancos. Como corolário natural deste primeiro resultado, está o desejo dos povos gentílicos, não só do caminho do Bembe, mas também dos que habitam o local das próprias minas, de que de novo os portugueses voltem a explorá-las e a fazer reviver os tempos da antiga abundância, a qual deu lugar, como se pode ver, à maior miséria. O soba do Bembe tão impaciente está em ver de novo explorar as minas e voltarem os brancos, que além do pedido que fez ao Cónego Barroso para que intercedesse com os brancos de Luanda, a fim de mandarem gente para lá, enviou uma embaixada de amizade ao Rei do Congo, com quem estava em más relações, acompanhando-a do presente de três minas, evidentemente para indicar por esta forma que os caminhos ficavam abertos e que tinham cessado os antigos sentimentos de hostilidade.

Actualmente, que se pensa a sério em tornar a explorar as minas do Bembe, e aproveitar aquelas enormes riquezas, que ali jazem sem utilidade para ninguém, estes factos assumem uma importância capital e facilitarão naturalmente a tarefa daqueles que tomarem sobre si levar a cabo o empreendimento, que terá, administrativa e politicamente considerado, um grande alcance, se se construir a estrada do Ambriz ao Bembe, e se com ela se derivar o comércio do marfim e borracha que da grande feira da Quinganga vai hoje a Mucula, ao Ambrizete e a outros pontos, sendo a facilidade e frequência das comunicações directas entre S. Salvador e o Bembe, ocupado o centro de uma larga e rica exploração, uma das causas que mais fortificaram a nossa preponderância no norte e preparam o terreno para a nossa ocupação.

É incontestável que o primeiro passo acaba de ser dado pelo benemérito Cónego Barroso, que não receou diante das dificuldades, diante dos receios daqueles que o acompanhavam, diante dos mil embaraços criados no seu caminho pela desconfiança e avidez do gentio, para concluir esta viagem, abrindo pacífica e seguramente os caminhos, fazendo reviver antigas relações, propagando a ideia da reocupação do Bembe, isto guiado por um sentimento patriótico e dando ao seu país o exemplo de um caminheiro modesto, pobre, com poucos recursos e a pé, abrindo o caminho de uma região que irá enriquecer outras, sem a menor sombra de interesse pessoal.

Muitas e interessantíssimas informações se contêm no relatório que envio a V. Ex.ª, tanto sob o ponto de vista geográfico, como sob o ponto de vista botânico, e dando relação curiosíssima de muitos hábitos e tradições, ainda vivos entre os povos gentílicos, testemunhando o nosso passado domínio e a nossa incontestável influência, sobressaindo de toda a sua narrativa que o seu carácter de missionário e de padre foi sempre respeitado, contribuindo para lhe facilitar a viagem.

Notará V. Ex.ª que a primeira tentativa do Cónego Barroso não pôde ser bem sucedida, por ter sido enganado e roubado, e não terem querido os carregadores acompanhá-lo, não conseguindo esse primeiro

revés quebrar a sua força de vontade, e tornando a meter ombros à empresa, acaba de prestar mais este grande serviço, não só ao país, mas à prosperidade material da província.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 16 de Setembro de 1884.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

À margem: Este interessantíssimo relatório deve ser publicado ou no *Boletim da Sociedade de Geografia,* ou, se não puder ser ali, publicado sem demora, no *Diário do Governo.*
Há neste relatório muitos pontos importantes a notar para se providenciar com a possível urgência.

1.º — Necessidade de estabelecer Missões filiais da Missão do Congo, Missões que hão-de ser ainda por muito tempo as verdadeiras estações civilizadoras; 2.º — Necessidade de conceder as minas do Bembe, para se aproveitarem ràpidamente os elementos que ainda ali sobrevivem da antiga dominação portuguesa.

21-10-84

Pinheiro Chagas

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 4.

74

OFÍCIO DO GOVERNADOR-GERAL AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-10-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Só agora [posso] responder *(sic)* ao ofício que com a data de 5 de Abril recebi de V. Ex.ª, sob o n.º 119 e expedido pela 1.ª repartição desse Ministério.

Qual a importância da missão do padre Barroso ao Bembe sabe-o V. Ex.ª pelo meu ofício n.º 493, de 16 de Setembro último, que compreendia a cópia do relatório daquele benemérito missionário e em vista dos

desejos por alguns capitalistas manifestados de explorarem as minas de cobre daquela região. A despesa feita pelo Superior da Missão foi de 112$500 réis, empregada em gratificar os sobas do Bembe e outros príncipes da localidade. Autorizei esta despesa insignificantíssima e igualmente espero que V. Ex.ª a aprove, atentos os resultados de uma empresa em que mais uma vez se manifestou o alto merecimento do único missionário português pròpriamente dito que hoje temos na província de Angola (1).

Seria importantíssimo dotar com mais dois contos de réis cada ano a Missão do Congo e se V. Ex.ª assim o entender, será que muitas sucursais daquela Missão se fundarão no caminho de Noqui a Encoge e que será essa a melhor das garantias à posse daquela região da monarquia portuguesa.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Ao alto: Luanda 14 de Outubro 1884

À margem: 524

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Ofícios para o Reino. Códice n.º 52, fls. 55 e v.º).*

AA — N.ºs 45-46 (1954).

75

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO GOVERNADOR DO BISPADO (18-10-1884)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Tendo por diferentes vezes reclamado para esta Missão alguns objectos, respeitantes uns ao culto divino e outros ao ensino religioso, e não tendo por enquanto sido atendido em nenhuma daquelas requisições, cumpre-me novamente lembrar a V. Ex.ª, que, persistindo ainda as mesmas necessidades, é urgente remediá-las, providenciando para que sem perda de tempo nos sejam remetidos os seguintes objectos: Capa de «Asperges»

---

(1) Cfr. a nota do documento n.º 53, pág. 427.

branca e encarnada, Umbela, um Crucifixo para altar, 2 campainhas e uma porção de exemplares do Catecismo aprovado para uso desta Diocese.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador do Congo, 18 de Outubro de 1884.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Governador do Bispado de Angola.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo. 18-10-84

À margem: Série de 1884 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 18.

No verso: Do Rev.º Cónego Superior da Missão do Congo requisitando alguns objectos, entre estes, uma umbela, capa branca e encarnada, cujos objectos não tem a Sé.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1884).*

AA — N.os 45-46 (1954).

76

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-11-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª a inclusa cópia do ofício recebido neste Governo-Geral, do reverendo Cónego Barroso, Superior da Missão do Congo, pela qual V. Ex.ª verá que mais um serviço foi prestado por este simpático, inteligente, habilíssimo e dedicado missionário, cujas qua-

lidades já não sei encarecer, e cujos serviços mais uma vez recomendo à consideração do Governo de Sua Majestade.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Ao alto: Luanda 14 de Novembro de 1884

À margem: 567

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Ofícios para o Reino. Códice n.º 52, fl. 138).*

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

77

CARTA DO REI DO CONGO AO GOVERNADOR DE ANGOLA (15-11-1884)

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr.

Tendo sofrido durante mais de mês e meio uma impertinente doença, tenho hoje a satisfação de levar os conhecimentos [1] de V. Ex.ª que me acho completamente restabelecido graças a Deus. Aproveitando a ocasião das minhas melhoras e querendo festejar do modo mais solene possível o aniversário natalício de S. Majestade El-Rei de Portugal, meu Augusto Suzerano, reuni no dia 31 de Outubro os europeus que habitam nesta capital, oferecendo-lhes na minha residência um jantar, que correu animado, levantando-se muitos brindes a S. Majestade, à prosperidade de Portugal, do Congo, etc., etc., retirando-se todos muito satisfeitos.

O meu povo, a quem distribuí um jantar abundante, celebrou também com grande entusiasmo e alegria esse dia, que ficará para sempre gravado em nossa memória.

---

[1] Leia-se: ao conhecimento.

É o que hoje se me oferece a comunicar a V. Ex.ª, que Deus guarde por muitos anos.

S. Salvador, 15 de Novembro de 1884.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador-Geral de Angola.

D. Pedro 5.º Rei do Congo

À margem: Província de Angola.

Tirem-se duas cópias para mandar uma ao Comandante da Divisão Naval e outra para o G. de S. M.

L -29-12-84
F. Amaral
g. g.

Ofício ao Comandante da Divisão Naval em 29-12-84.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1884*).

AA — N.os 45-46 (1954).

78

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (31-12-1884)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Na cópia inclusa verá V. Ex.ª mais uma vez o reconhecimento de Sua Majestade El-Rei do Congo à suzerania de El-Rei de Portugal e mais um serviço prestado pelo cónego António José de Sousa Barroso, chefe da Missão do Congo, cuja inteligência e tacto políticos não conhecem émulo, ou sequer imitador na sua classe. Recomendar portanto mais uma vez à benevolência de Sua Majestade tão digno, quão conspícuo, como patriota Ministro de Deus e da Pátria, é o principal e gostoso fim desta minha comunicação.

Não menos peço a V. Ex.ª que interceda com Sua Majestade para que envie a El-Rei do Congo, em ponto grande e a óleo, o seu retrato, e o de Sua Alteza o Príncipe herdeiro, para satisfazer assim os ardentes votos de El-Rei do Congo, que tanto nos tem auxiliado contra os desígnios

absorventes de Stanley. O Senhor D. Pedro 5.º do Congo insta repetidas vezes comigo, como mais de uma vez tenho dito a V. Ex.ª, para que obtenha esta graça especial, que será para El-Rei de Portugal, além de uma homenagem em seus remotos domínios, dum efeito político de incrível alcance, esperando por isso e fazendo ardentes votos para que Sua Majestade anua, com a sua habitual compreensão da manutenção do nosso prestígio, e a sua benevolente consideração, por quem das intrigas dos estrangeiros só aproveita o incentivo de com mais fervor e mais entusiasmo se confessar, por todas as formas, súbdito leal e dedicado de El-Rei de Portugal.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Ao alto: Luanda 31 de Dezembro de 1884

À margem: 623

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Ofícios para o Reino. Códice n.º 52, fls. 216 e 217).*

AA — N.ºs 45-46 (1954).

79

OFÍCIO DO PADRE SEBASTIÃO JOSÉ PEREIRA AO GOVERNADOR DO BISPADO (20-3-1885)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

No impedimento do Rev.mo Superior, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.ª, que esta Missão, fazendo mais uma vez um esforço até onde o puderam permitir os seus recursos, acaba de fundar, com o assentimento de todos os príncipes, na populosa região da Marimba, uma escola filial da de S. Salvador.

Esta escola, que se deve converter numa Missão Religiosa em forma, fica suficientemente isolada para ter garantias de prosperidade, e muito espero dos bons resultados que há-de produzir, num futuro não mui distante.

Torna-se, porém, necessário para a dirigir convenientemente, que venha mais um missionário e neste caso encarrega-me o Mt.º Rev.mo

Superior, de lembrar a V. Ex.ª o padre João José da Silva (1) que não se recusará de certo a prestar o concurso de suas forças para uma obra tão importante.

Sendo enviado, como é de esperar, o referido Presbítero, será indispensável que lhe sejam aí fornecidos todos os objectos, paramentos e utensílios, que são precisos para o bom desempenho dos Ofícios divinos, a fim de se levantar uma nova capela neste Reino do Congo, onde outrora tanto floresceu a nossa Santa Religião, e hoje se acha completamente esquecida.

Aproveito este ensejo para mais uma vez lembrar a V. Ex.ª a requisição de um crucifixo para o altar, uma capa de «Asperges» e duas campainhas, que esta Missão necessita com urgência e que podem muito bem ser enviadas pelo missionário despachado para S. Salvador.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador, 20 de Março de 1885.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Governador do Bispado de Angola.

Padre Sebastião José Pereira

Ao alto: Congo 20-3-85 Respond.º em 15 de Maio

À margem: Série de 1885 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 8.

No verso: Do Rev.mo Superior do Congo, em que requisita muito um missionário, com preferência ao Rev.mo Padre João José da Silva, uma capa branca e um crucifixo de altar ou capela.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1885).*

AA — N.os 45-46 (1954).

(1) Natural de Proença-a-Nova. Partiu em 5-12-1881 para Angola. Foi pároco em Malange, Icolo e Bengo. Nomeado escrivão da Câmara Eclesiástica em 6-9-1882. Autor do relatório da viagem à banza do soba Bombo (Agosto de 1884) e de «Sucinto estudo sobre a civilização colonial africana e mòrmente angolense» (Dezembro de 84). Declarado incapaz de serviço no Ultramar, pela Junta de Saúde Naval, em 15-4-1885.

OFÍCIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DE ANGOLA (22-4-1885)

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Não é decerto desconhecido a V. Ex.ª que no mês de Dezembro do ano pretérito, chegou a esta localidade uma expedição alemã, composta do Lieu-Tenent Schults, chefe, do Dr. Wolf, médico, do Dr. Buthener, naturalista, ficando no Zaire mais dois colegas, que não quiseram vir a S. Salvador, talvez pelas notícias pouco lisongeiras dos meios de transporte que aqui podiam obter.

Dois meses mais tarde falecia o chefe da expedição, após uma prolongada doença que o impossibilitara completamente de procurar o pessoal necessário para a execução dos seus projectos.

O fim dos exploradores era organizar aqui a sua expedição, tomando o número de carregadores que necessitavam para levarem todos os seus objectos às margens do Cuango, onde contavam com a protecção do Quianvo, Muéne-Puto Cassongo e outros potentados, para chegarem a Muquenga, ponto onde especialmente se dirigem.

Ainda abatidos pela falta do seu chefe, começaram logo os restantes exploradores a trabalhar por conseguir o pessoal indispensável para prosseguirem na sua empresa, mas foram sempre tão infelizes que não puderam encontrá-lo em condições aceitáveis; pois era tão exorbitante o preço que exigiam para irem ao Damba, região a cinco dias de viagem para Leste de S. Salvador, que fàcilmente se depreendia a má disposição que tinham de partir.

Nestas circunstâncias pouco satisfatórias e bastante desanimadoras, o Dr. Wolf, talvez para mostrar aos carregadores que no caminho não havia dificuldades, resolveu deixar S. Salvador a 20 de Fevereiro, levando apenas consigo 7 indivíduos, relíquias dos Luangos que a expedição havia contratado no Norte, a maior parte dos quais tinham já fugido deste ponto.

Passados vinte dias, durante os quais nada pudemos saber do explorador, voltaram doentes dois carregadores, que nos informaram de que, tendo atravessado sem resistência o Damba, o Doutor devia estar muito próximo do Cuango, mas sem recursos, como muito bem se compreendia, atento o deminuto pessoal que o acompanhava.

Desde essa época nada mais constou do Dr. Wolf.

Os dois membros da expedição que se conservavam no Zaire, conhecendo a má vontade dos povos destas regiões para os acompanharem, mudaram de rumo; resolveram subir o grande rio, para depois descerem

o Cuango até ao Quianvo, ponto onde todos se devem reunir: é esta a hipótese mais provável.

O Dr. Buthener, que aqui ficou com uma grande parte do material da expedição, vendo frustrados todos os seus esforços empregados no sentido de engajar o pessoal que desejava, dispunha-se a partir para o Zaire e dali para a costa, a fim de contratar só o indispensável para a expedição poder avançar, ainda que vagarosamente. Foi nesta conjuntura que o Rei do Congo e todos os brancos fizeram um esforço supremo, empenhando-se todos na aquisição de carregadores, que contratados por 11 dias pusessem o explorador à beira do Cuango.

Tudo se conseguiu felizmente e a 12 de Abril marchava a expedição para o Zombo na direcção NE, nas melhores esperanças de prosperidade.

Os carregadores, porém, declararam que não seguiriam viagem sem que primeiramente lhes satisfizessem todo o pagamento convencionado, para assim estarem completamente seguros de que os não enganavam.

À vista de uma tal condição, o Dr. Buthener foi obrigado a pagar-lhes, recebendo cada um em fazenda a importância de 4$500 termo médio, à excepção dos capatazes que recebiam muito mais.

No segundo dia de viagem, querendo o explorador fazer uma jornada regular, os carregadores começaram a retardar a marcha intencionalmente, resultando fazer um caminho insignificante.

Ao terceiro dia declararam que não passariam do rio Fufu, afluente do Cuango e que fica a uma distância de 120 quilómetros de S. Salvador, muito menos que meio caminho para o Cuango; que até ali gastariam os 11 dias do seu contrato, para o que não era necessário andar muito diàriamente. Tal era a sua intenção quando se resolveram a tomar conta das respectivas cargas, posto não o terem logo manifestado.

O explorador tendo já desembolsado o pagamento de 60 carregadores e dois capatazes, e prevendo que no Fufu não poderia obter fàcilmente outros, julgou mais acertado voltar ao Congo para não ficar abandonado nos capins, sujeitando-se a perder uma grande parte dos objectos da expedição.

Chegando a S. Salvador, reclamava perante o Rei as cargas e o pagamento dos carregadores, visto não desejarem cumprir o que antes contrataram.

As primeiras voltaram e foram logo entregues; o pagamento, porém, que ainda é considerável, não voltou, desculpando-se o rei de que a maioria dos carregadores não era do seu povo, mas de Banza-Puto, povoação a 5 quilómetros deste ponto.

O Dr. Buthener que, durante a sua demora nesta localidade, sempre viveu na mais perfeita harmonia e amizade com a nossa Missão, a quem deu provas de um verdadeiro cavalheiro, declarou-me que ia marchar para o Zaire, a fim de obter carregadores na costa; que abandonava o pagamento dos carregadores, visto que o Rei não estava disposto a mandá-lo restituir, mas que apenas chegasse a Banana lavraria um protesto

enérgico, do qual enviaria uma cópia a esse Governo-Geral e outra ao Príncipe de Bismarck, para este fazer a Portugal as suas reclamações diplomáticas a tal respeito; que obrando assim nada mais fazia do que executar a vontade do Chanceler alemão, que nas instruções particulares que havia dado à expedição, assim lho ordenava; que, enfim, o que o mortificava, era conhecer que tal proceder nos poderia servir de desgosto para a Missão, quanto ele confessava que muito tínhamos trabalhado para o auxiliar nos seus intentos.

Compreendendo perfeitamente que o Governo Português não teria dificuldade alguma em responder a quaisquer reclamações, bastando citar as datas dos acontecimentos; creio, porém, que mais proveitoso para nós e mais cómodo é não sofrermos reclamações de nação alguma; e nessa suposição, valendo-nos da muita amizade que o explorador consagrava à Missão e da nossa influência perante o Rei, procurámos com todo o empenho que o Dr. adiasse por mais 4 dias o seu protesto, durante os quais contávamos resolver os carregadores a reembolsá-lo do pagamento, que haviam recebido.

Como, porém, a maior parte da gente não tinha já a fazenda para restituir, é muito para louvar a boa vontade com que o empregado da casa francesa Daumas, Béraud & C.ª, se prestou a tomá-los por carregadores, pagando-lhes antecipadamente os serviços para acabar com esta questão, em que o Rei não desempenhou um papel muito airoso, confessando-se impotente para os obrigar a restituir, o que em qualquer direito lhes não pertencia.

Eis aqui Ex.mo Sr. o que se tem passado com relação à expedição alemã e que eu julguei dever transmitir a S. Ex.ª o Sr. Conselheiro Governador-Geral, para seu conhecimento e devidos efeitos.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador, 22 de Abril de 1885.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário-Geral da Província de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 791
3.ª R. S. C.
29-5-85

À margem: Série de 1885 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 11.

Que é muito de louvar o procedimento patriótico e inteligente do chefe da Missão, que mais uma vez comprovou

o conceito que dele faço, pedindo-lhe ao mesmo tempo para em meu nome agradecer ao empregado da casa Daumas, Béraud & C.ª o serviço feito à causa do sossego e da ordem. Tire-se cópia e faça-se para Lisboa um ofício, em que mais uma vez se exaltem as qualidades do padre Barroso como missionário político.

L 28-5-85

F. Amaral
g. g.

Of. a padre Barroso em 29-5-85
Of. p.ª o Min.º em 6-6-85

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1885*)

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

81

OFÍCIO DO SUPERIOR DA MISSÃO DO CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (22-4-1885)

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr.

Considerando que a expansão é uma necessidade impreterível para as Missões católicas, que tanto maior soma de bens hão-de produzir no futuro, quanto maior for a área em que se fizer sentir a sua influência;

Considerando mais que a Religião e a língua são os primeiros factores na assimilação dos elementos indígenas;

Considerando ainda que repetidas vezes os príncipes da região da Marimba haviam pedido, com instância, para os seus povos, o benefício de uma escola e de um missionário;

Resolveu esta Missão aceder aos seus desejos no que diz respeito ao primeiro ponto, por ser impossível o segundo nas actuais circunstâncias, ficando todavia, essa resolução pendente da aprovação desse Governo--Geral.

Para levar a efeito este importante melhoramento partiu de S. Salvador, no dia 17 de Fevereiro último, o Rev.º Sebastião José Pereira, acompanhado do príncipe D. Álvaro e um aluno da Missão, para a Quinganga, a fim de tratarem com os sobas da região acerca das condições em que devia ser estabelecida a nova escola, que na falta de missionário

ia ficar confiada à direcção do príncipe D. Álvaro, ajudado do aluno a que já me referi.

Passados poucos dias reuniram em grande fundação 16 príncipes, representando os 16 povos mais vizinhos e ali foi acordado entre o Missionário supra-citado e os sobas presentes:

Que estes cederiam para o estabelecimento da escola um esplêndido morro, coroado de palmeiras, com os terrenos adjuntos;

Que mandariam de cada povoação alguns pequenos para a sede da Missão, onde, pela sua assiduidade, poderiam mais fàcilmente ser educados;

Que prestariam o seu apoio material para os trabalhos da fundação da casa de residência e escola, funcionando entretanto na Quinganga, onde todos se obrigariam a enviar seus filhos, com a liberdade de os retirar, se em princípios de Agosto próximo futuro ali não residisse um padre.

O local, topogràficamente falando, é o melhor que se podia desejar: perfeitamente arejado, com água próxima de excelente qualidade, vastos terrenos para plantações, muitos povos a dois e três quilómetros de distância em todas as direcções, com nenhum junto, a maior felicidade a que pode aspirar uma Missão em África.

Debaixo do ponto de vista geográfico, o lugar parece-me magnífico; pode servir de estação para as excursões à região do Damba e Bembe, etc.

Enfim, o custeio da Missão será mais económico, por não ter a concorrência de Missões ricas, aproveitando mais os alunos por estarem afastados do meio imoral e pestilento em que vivem desde a infância.

Digne-se V. Ex.ª apresentar ao Ex.^mo^ Sr. Conselheiro Governador-Geral a exposição destes factos e por feliz se dará esta Missão se o passo, que deu, merecer a alta aprovação de S. Ex.ª.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador, 22 de Abril de 1885.

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Secretário-Geral do Governo da Província de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: N.º 775
3.ª R SC
29-5-85

Que completamente aprovo o procedimento havido e as despesas correlativas.

L -28-5-85

F. Amaral
g. g.

A margem: Série de 1885 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 12.

P. em 30-5-85

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Documentos Avulsos. 1885*)

AA — N.ºs 45-46 (1954).

82

CARTA DE D. PEDRO V, REI DO CONGO AO GOVERNADOR DE ANGOLA (6-5-1885)

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Tendo chegado ao meu conhecimento que estavam ultimadas todas as divergências que se tinham levantado, bem sem razão, contra a tradicional soberania de Sua Majestade El-Rei de Portugal nas regiões do Zaire, e sendo este facto para mim de maior alegria, resolvi enviar a essa cidade de Luanda dois dos meus filhos, D. Álvaro Panzo e D. Álvaro de Água Rosada, bem como D. Afonso, homem do meu conselho, a cumprimentar e dar os parabéns a Vossa Excelência por tão fausto acontecimento. Aproveito novamente esta ocasião para pedir a Vossa Excelência que se digne enviar a S. Salvador uma força respeitável de soldados; há três anos que faço este pedido, e se em todo o tempo ele era oportuno, neste momento é urgente, pois, segundo me consta, novas casas comerciais estão prestes a vir-se estabelecer neste ponto e o caminho para Noqui nem sempre está tão desempedido, como era para desejar, o que não aconteceria, havendo aqui uma força permanente que contivesse no respeito devido os povos situados à beira do caminho. Seria para mim de grande contentamento, se os meus embaixadores viessem acompanhados pela referida força.

Tendo recebido com a Missão católica, que o Governo de Sua Majestade me enviou há quatro anos, uma casaca, colete e calças, objectos que

a meu pesar tenho conservado guardados por não servirem, tomo a liberdade de os enviar com as medidas inclusas a fim de serem reformados. Por último resta-me pedir a Vossa Excelência alguns barris de pólvora para gastar nos dias de grandes festas e os indispensáveis objectos para os meus enviados viverem nessa cidade os dias que a Vossa Excelência parecerem convenientes.

Deus Guarde a Vossa Excelência por muito anos.

S. Salvador, aos seis de Maio de mil oitocentos e oitenta e cinco.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador-Geral da Província de Angola e suas dependências.

assinado) D. Pedro 5.º Rei do Congo

Está conforme.

a) G. Gomes Coelho
Governador-Geral interino

Secretaria-Geral do Governo em Luanda, 12 de Agosto de 1885.

À margem, ao alto: Série de 1885 / Angola / Governo-Geral.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

83

OFÍCIO DO VIGÁRIO-GERAL DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (15-5-1885)

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Tendo chegado ao meu conhecimento, por ofício do Rev.º Cónego Superior da Missão do Congo, ter-se fundado uma nova escola na região de Marimba, com assentimento dos respectivos príncipes, é do meu dever comunicá-lo a V. Ex.ª, o que respeitosamente assim faço.

Essa instituição civilizadora, Ex.^mo^ Sr., devido à dedicação pouco vulgar do mencionado Superior, promete um futuro lisonjeiro, para o que requisitou mais um companheiro a quem se possa entregar o cuidado daqueles indígenas: quando infelizmente na sede do bispado não existem senão dois cónegos e outros tantos párocos.

Todavia, consola-me a esperança de que V. Ex.ª tomará isto em devida consideração, para que a religião do Estado nestas paragens tenha maior incremento.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Paulo da Assunção de Luanda, 15 de Maio de 1885.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Manuel Monteiro de Morais
Vigário-Geral

À margem, ao alto: Série de 1885 / Governo Eclesiástico / N.º 63.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

84

OFÍCIO DO PADRE PEREIRA FOLGA AO SECRETÁRIO-GERAL (26-5-1885)

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Tenho a honra de participar a Vossa Excelência que no dia oito de Maio vim para Santo António; no dia dez disse a primeira missa, a que assistiu o comandante da *Liberal*, o Senhor França, e alguns pretos; no dia dezasseis fui visitar o Rei, levando em minha companhia um língua; fui muito bem recebido, tratou-me com a maior amabilidade possível, dando-me o título de Amigo, e oferecendo-me a sua casa; disse-me que podia ficar onde quisesse, porque tinha toda a licença para fazer a minha habitação e igreja e casas de escola. Antes de me despedir dele pediu-me que abençoasse o seu povo e a ele, entregando-me um crucifixo que ele tinha na mão; eu da melhor boa vontade anuí ao seu pedido, e depois de os abençoar pediu-me para beijar nas minhas mãos o crucifixo, a que eu anuí; depois disto combinei com ele de no dia vinte e quatro de Maio ir à antiga igreja, e no dia trinta e um ir dizer missa ao seu povo para ele ouvir, e baptizar dois filhos dele, e outros pretos que se quisessem baptizar.

Com efeito no dia vinte e quatro fui eu, o comandante e comissário da *Liberal*, o Senhor França, e um empregado português, à antiga igreja e aí disse missa, a que assistiu grande quantidade de pretos; não tive ocasião de tomar apontamentos do que existe, o que espero fazer em breve; enquanto à alegria e mais pormenores passados neste dia, julgo ser melhor que o Senhor Comandante as comunique pessoalmente; agora

espero no dia trinta e um ir ao povo do Rei dizer missa e baptizar alguns pretos. Tenho feito até ao presente perto de cinquenta baptizados.

Agora resta-me dizer que todos os dias se me apresentam crianças para educar e ensinar, mas em consequência de ainda não ter casa não as tenho recebido, e digo-lhes que venham depois.

Em vista do que deixo dito, e do que ainda fica por dizer, digo a Vossa Excelência que estou algum tanto satisfeito, e só o estarei compretamente quando me puder colocar ao lado do Rei, a fim de poder dominá-lo a favor da nossa Pátria e Religião.

Em breve espero oficiar a Vossa Excelência expondo algumas coisas, a meu ver importantes; no entanto fico esperando as ordens de Vossa Excelência, bem como do Governador do Bispado.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

Santo António, vinte e seis de Maio de mil oitocentos e oitenta e cinco.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Governo.

O Missionário Português

a) José Maria Pereira Folga

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 11 de Junho de 1885.

O Secretário-Geral

G. Gomes Coelho

À margem, ao alto: Série de 1885 / Angola / Governo-Geral.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

85

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO VIGÁRIO-GERAL DO BISPADO (1-6-1885)

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. Ex.ª n.º 62, de 15 de Maio último, e bem assim a dos objectos a que o mesmo se refere,

sentindo apenas que o crucifixo, que nos é tão preciso, não pudesse vir também.

Convindo celebrar para o futuro com mais brilho e pompa as grandes solenidade religiosas, visto que este povo já assiste com bastante recolhimento ao Santo Sacrifício da Missa, cumpre-me passar às mãos de V. Ex.ª a inclusa requisição e espero que, desejando dar todo o desenvolvimento possível aos actos do culto, V. Ex.ª se empenhará porque os objectos, ali mencionados, me sejam enviados na primeira oportunidade.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador do Congo, 1 de Junho de 1885.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Vigário-Geral do Bispado de Angola e Congo.

António José de Sousa Barroso

Ao alto: 1-6-85 Congo.

À margem: Série de 1885 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 15.

No verso: Do Rev.º Cónego Superior da Missão no Congo requisitando outros objectos para o culto.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1885).*

AA — N.os 45-46 (1954).

86

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (6-6-1885)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª, por cópia, um ofício do Superior da Missão do Congo, para o qual peço a atenção de V. Ex.ª que, certamente apreciará como merece o procedimento patriótico e inteligente daquele sacerdote, que tem sido inexcedível em zelo e dedicação pela

Religião e pela Pátria. Exaltando mais uma vez as excelentes qualidades deste virtuoso missionário e habilíssimo agente político, direi a V. Ex.ª que nunca serão demasiados os louvores e recompensas que merece, não como estímulo, porque não precisa dele, mas como justo prémio dos seus assinalados serviços.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 6 de Junho de 1885.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

Ao alto: Luanda, 6 de Junho de 1885.

Ao alto, à margem: Escudo real / Governo-Geral / N.º 233 / Série de 1885.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

À margem: Comunique-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e louve-se o P.e Barroso pelo seu procedimento, sempre correcto e digno e patriótico.

13-7-85.

Pinheiro Chagas

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

87

OFÍCIO DO PADRE PEREIRA FOLGA AO GOVERNADOR DE ANGOLA (23-6-1885)

Número oito — Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que no dia trinta e um de Maio fui dizer missa ao povo do Rei, a que assistiu o próprio Rei, com suas mulheres, filhos, e grande quantidade de vassalos; concluída a missa, baptizei o Rei, bem como as suas mulheres, filhos e mais quarenta pretos. No dia seis de Junho baptizei o Mambuco (primeiro

Ministro e Conselheiro do Rei) juntamente com trinta pretos mais. Participo mais a Vossa Excelência o seguinte:

Primeiro — Que a escola aqui, não pode vigorar nem desenvolver-se senão por meio de alunos internos, porque externos não comparece um só.

Segundo — A fazer-se aqui uma casa de educação, deve-se fazer outra ao mesmo tempo, ou em Cabinda ou no Alto-Rio, acima de Boma, transferindo-se os alunos da outra casa para esta, e os desta para a outra, a fim de evitar que os alunos ou educandos se retirem para suas casas, ou seus pais os venham tirar passados poucos dias da sua entrada, e assim fiquem baldados todos os esforços e despesas do Governo.

Terceiro — Que não se forme casa alguma de educação sem que haja ao menos um eclesiástico, mas que saiba cumprir os seus deveres e um indivíduo leigo ou secular, que saiba ler, escrever, e que fique tomando conta da Missão todas as vezes que seja preciso ao missionário sair em serviço; porque não há-de deixar ficar a Missão ao abandono, ou entregue a pretos inábeis.

Quarto — No caso de se abrirem duas casas de Missão, ou mesmo mais, se possível for, deve o Governo da Província, para maior regularidade de serviço e harmonia da disciplina, nomear a um missionário que esteja à altura do serviço, como Superior da Missão do Zaire e Cabinda.

Quinto — Que haja uns estatutos gerais para todas as Missões aqui estabelecidas.

Sexto — Nenhuma Missão se estabeleça sem a prévia autorização do Governo da Província, e depois de concedida a devida licença, ficar sujeita ao mesmo Governo da Província, e ao Governador do Bispado de Angola e Congo, com relação à jurisdição eclesiástica. Além disto qualquer Missão ou casa de educação que se estabeleça, seja obrigada a ensinar e falar a língua portuguesa, para não suceder o mesmo que tem sucedido nas missões francesas, onde se não fala a língua portuguesa, nem se ensina, a não ser poucas horas, nas sextas-feiras.

Sétimo — É preciso que os Missionários portugueses tenham os devidos esclarecimentos, para saberem em que condições devem fundar a Missão, e bem assim até que número de alunos podem admitir.

São estas as lembranças que hoje comunico a Vossa Excelência, que entendo serem de grande utilidade para a fundação de qualquer Missão. Mais coisas há a lembrar, o que farei com o tempo. Comunico a Vossa Excelência que desejo em breve ir ao Porto Rico fazer umas visitas aos indígenas, porque indirectamente me tem constado não estarem de muito bons sentimentos para connosco, talvez devido à nossa ausência, e a permanente [1] de uma missão inglesa (protestante) que aí está estabelecida há anos; constou-me também que esta missão inglesa

---

[1] Entenda-se, segundo cremos: e à permanência.

deseja retirar-se para Banana e vender os edifícios que tem no Porto Rico: caso isto sucedesse, entendia não ser mau fundar ali a Missão portuguesa, por ficar num ponto muito central e higiénico: isto caso que a missão inglesa vendesse o que tem, em conta, porque deste modo evitava[m]-se muitos incómodos e talvez maiores despesas, do que formando-se uma nova missão.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

Santo António, vinte e três de Junho de mil oitocentos e oitenta e cinco.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Governo.

O Missionário Português

assinado) José Maria Pereira Folga

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, [...] de Julho de 1885

a) G. Gomes Coelho
Secretário-Geral

À margem, ao alto: Série de 1885 / Angola / Governo-Geral.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

88

OFÍCIO DO VIGÁRIO-GERAL DO BISPADO AO PADRE ANTÓNIO BARROSO (26-6-1885)

Il.^mo^ e Rev.^mo^ Sr.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício de V. S.ª Rev.^ma^, datado de 1 do corrente, sob o n.º 15 e a que passo a responder.

É sempre com aprazimento que recebo a correspondência de V. S.ª Rev.^ma^, porque se depreende dela o grande incremento que tem tomado aí a religião do Crucificado; e isso devido ao incansável labor de V. S.ª Rev.^ma^, muito embora lutando, mas sempre vencendo.

Permita-me pois que o louve por tanta e tão exuberante prova de dedicação.

Nesta ocasião envio dentro de um caixote, o crucifixo que V. S.ª Rev.ma me requisitou, ficando porém, os outros objectos, porque havendo deles grande carência, tive de os pedir ao Governo da metrópole; e com os quais conto mais dias menos dias.

Deus Guarde a V. S.ª Rev.ma

Paço Episcopal em Luanda, 26 de Junho de 1885.

Il.mo e Rev.mo Sr. Cónego Superior da Missão do Congo.

a) Manuel Monteiro de Morais
Vigário-Geral

Ao alto, à margem: N.º 75.

AAL — *Correspondência expedida — 1885.*

89

OFÍCIO DO VIGÁRIO-GERAL DO BISPADO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (2-7-1885)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Havendo-me requisitado, o muito Reverendo Cónego e Superior da Missão do Reino do Congo vários objectos, concernentes ao culto para o serviço da nova Missão por ele criada em Marimba, com assentimento espontâneo dos respectivos príncipes; para cujo fim passo a enviar-lhos nesta ocasião dentro de um caixote pregado.

É o que tenho a honra de levar à presença de V. Ex.ª, esperando merecer mais uma fineza de assim [o] comunicar, para os devidos efeitos, a S. Ex.ª o Senhor Conselheiro Governador-Geral da Província.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 2 de Julho de 1885.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário-Geral do Governo.

a) Manuel Monteiro de Morais
Vigário-Geral

À margem, ao alto: N.º 76.

AAL — *Correspondência expedida — 1885.*

90

OFÍCIO DO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO AO PADRE PEREIRA FOLGA (3-7-1885)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Sua Excelência o Governador-Geral, a quem foi presente o ofício de Vossa Excelência número oito, de vinte e três do mês findo, encarrega-me de dizer a Vossa Excelência que são dignos de muita consideração os serviços por Vossa Excelência prestados e os alvitres que propõe e que Sua Excelência irá pondo em prática, tanto quanto lho permitam os recursos de que pode dispor. Alguns, porém, dependem da ocupação definitiva do território, pendente ainda das instruções que espera do Governo de Sua Majestade e outros terão de ser concordados com a Santa Sé, em harmonia com os princípios assentes na conferência de Berlim, pelos quais temos de regular-nos em matéria religiosa, nos territórios compreendidos entre o Rio Loje e Sete Camas.

Por enquanto deverá Vossa Excelência limitar-se a estudar os costumes dos povos dessa região, procurar insinuar-se no espírito do Rei conquistando as simpatias do povo e regulando o seu procedimento pelos seus sentimentos religiosos e pelo nosso empenho na ocupação pacífica desse território, onde pretendem introduzir a civilização e a fé; com relação aos edifícios da missão protestante de Porto Rico, que Vossa Excelência supõe que vão ser desocupados, quer Sua Excelência o Governador-Geral que Vossa Excelência visite esse lugar e procure conhecer as disposições do Rei e povos para com os missionários protestantes, e saiba destes o preço da cessão dos edifícios, que Vossa Excelência deverá examinar cuidadosamente, informando esta Secretaria-Geral das suas dimensões, estado de conservação, qualidade dos materiais, situação relativa e enfim todos os mais esclarecimentos que possam habilitar Sua Excelência a julgar da conveniência da compra.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 3 de Julho de 1885.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
José Maria Pereira Folga, Superior da Missão de Santo António.

assinado) Guilherme Gomes Coelho, Secretário-Geral interino.

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, [...] de Julho de 1885.

a) G. Gomes Coelho

À margem, ao alto: Série de 1885 / Angola / Governo-Geral.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

91

OFÍCIO DO VIGÁRIO-GERAL DO BISPADO AO PADRE ANTÓNIO BARROSO (15-7-1885)

Il.mo e Rev.mo Sr.

Foi-me presente o ofício de V. S.ª, sob o n.º 15, datado do primeiro de Junho próximo passado, e a que correspondo com júbilo pelo incremento que aí tem atingido a religião do Estado.

Em resposta se me oferece dizer a V. S.ª que em 15 do mês a que acima me refiro, tive a honra de remeter a V. S.ª, por intervenção do Governo da Província, um caixote de folha de Flandres, contendo alguns objectos dos que me havia requisitado: e sinto sobremaneira não ter podido remeter tudo como eu muito desejava, por que na actualidade nem os há na sede do Bispado, e nem esperança deles tão cedo, se o Ex.mo Ministro do Ultramar a quem expendi tão grande necessidade, sobre tudo de missionários, se não dignar atender-me com justiça, antevendo a existente política.

Deus Guarde a V. S.ª.

Luanda, 15 de Julho de 1885.

Il.mo e Rev.mo Sr. Cónego Superior da Missão do Congo.

a) Manuel Monteiro de Morais
Vigário-Geral

Ao alto: N.º 82.

AAL — *Correspondência expedida — 1885.*

92

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA A D. PEDRO V, REI DO CONGO (23-7-1885)

Senhor

A embaixada que Vossa Majestade se dignou enviar-me, com a missão de me cumprimentar e felicitar, como representante de Sua Majestade El-Rei Dom Luís Primeiro, nosso Augusto Amo e Senhor, por haverem terminado as divergências políticas sobre o exercício efectivo da soberania portuguesa nas regiões do Zaire, foi por mim recebida com inexcedível satisfação, como uma manifestação valiosa dos vossos sentimentos de amor e fidelidade a Sua Majestade El-Rei de Portugal, que vos honra com a sua Real estima e consideração, que muito haveis merecido como súbdito leal e fiel cumpridor das suas sábias e sempre justas determinações.

Tive o prazer de fazer chegar ao conhecimento de Sua Majestade El-Rei nosso Augusto Amo e Senhor, mais esta simpática homenagem de respeito e amor que lhe tributais, e posso augurar-vos que calará profundamente no seu bondoso coração como uma afirmação significativa da vossa gratidão e da dos vossos filhos, pelo afecto com que sempre vos tem honrado.

Os vossos embaixadores vão por mim encarregados da honrosa missão d fazer chegar ao vosso poder os retratos de Sua Majestade El-Rei D. Luís Primeiro, e de Sua Alteza o Príncipe D. Carlos, e espero que os recebereis com as devidas honras e pomposas festas, que fiquem pelo seu motivo e esplendor gravadas para sempre na memória do vosso povo, que deve julgar-se feliz por ter merecido de tão Augustos personagens uma graça tão especial, que Suas Majestades só se dignam conceder aos seus filhos mais dilectos, como recompensa de serviços relevantes e nunca desmentida fidelidade.

Satisfarei aos vossos desejos enviando-vos o vosso uniforme convenientemente arranjado, bem como a pólvora e búzio que haveis pedido e procurarei brevemente mandar para a vossa capital uma força de soldados, cuja missão será manter a ordem nos vossos estados e castigar todos os desordeiros e os maus filhos que não respeitarem as determinações que vos farei conhecer do Governo de Sua Majestade El-Rei D. Luís, nosso Augusto Amo e Senhor.

Deus Guarde por muitos e dilatados anos a preciosa vida de Vossa Majestade, como todos hemos mister.

Luanda, vinte e três de Julho de mil oitocentos e oitenta e cinco.

A Sua Majestade Rei do Congo D. Pedro Quinto.

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 12 de Agosto de 1885.

a) G. Gomes Coelho
Governador-Geral interino

Ao alto, à margem: Série de 1885 / Angola / Governo-Geral / N.º 49.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

93

OFÍCIO DO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO AO PADRE ANTÓNIO BARROSO (31-7-1885)

Série de 1885 — Governo-Geral da Província de Angola — Secção Civil — 3.ª Repartição — Número seiscentos e oitenta e dois.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Sua Excelência o Governador-Geral recebeu com muito agrado a embaixada de felicitação enviada a esta capital pelo Rei do Congo e encarrega-me de dizer a Vossa Excelência que vai deste facto dar conhecimento ao Governo de Sua Majestade, que saberá apreciar, como merece, mais este serviço prestado pela Missão confiada à inteligente e infatigável direcção de Vossa Excelência. Abstém-se Sua Excelência de enviar-lhe instruções sobre o seu procedimento futuro, como missionário político, porque conhece de há muito o seu bom critério e a rara habilidade com que tem conquistado o respeito e a simpatia geral desses povos e nisso está a garantia da confiança em que Sua Excelência está, de que Vossa Excelência saberá aproveitar o seu prestígio em favor dos nossos intuitos políticos e civilizadores.

Sua Excelência tomando em consideração os pedidos de Vossa Excelência e do Rei do Congo, mandou que [a farda] fosse adaptada às dimen-

sões enviadas, fez distribuir pelos embaixadores vestiduras completas e envia para Sua Majestade vinte barris com pólvora e algum búzio. Ao cuidado dos embaixadores manda Sua Excelência os retratos de Sua Majestade e Sua Alteza [1] e espera que Vossa Excelência saberá aproveitar a ocasião de promover uma festa imponente, que impressione agradàvelmente o povo de S. Salvador e povos vizinhos, que Vossa Excelência convidará para prestarem a Suas Majestades a homenagem de respeito e obediência, que devem merecer-lhes tão augustos personagens.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

Secretaria-Geral e Governo em Luanda, trinta e um de Julho de mil oitocentos e oitenta e cinco.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Chefe da Missão do Congo.

assinado) Guilherme Gomes Coelho
Secretário-Geral

Está conforme.

Secretaria-Geral do Governo em Luanda, 12 de Agosto de 1885.

a) G. Gomes Coelho
Governador-Geral interino

À margem, ao alto: Série de 1885 / Angola / Governo-Geral.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

94

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (10-8-1885)

Il.^mo e Ex.^mo Sr.

O Rei do Congo enviou-me uma embaixada formada por dois dos seus filhos D. Álvaro Panzo, e D. Álvaro de Água Rosada e por D. Afonso,

---

[1] El-Rei Dom Luís I e o Príncipe Dom Carlos.

dignidade do seu conselho, a fim de em seu nome me cumprimentarem, como representante de Sua Majestade, pela terminação das negociações, pendentes da diplomacia europeia, sobre a nossa ocupação definitiva dos territórios da margem esquerda do Zaire.

No seu ofício (Doc. n.º 1) manifesta o seu júbilo e o do seu povo por aquele facto e insta novamente pela ocupação militar, que há muito tempo deseja, para garantia de paz e ordem entre os seus filhos e protecção ao comércio, que ùltimamente tem tomado grande incremento, graças aos esforços do Cónego Barroso, Superior da Missão, que eu não me cansaria de elogiar e recomendar ao Governo de Sua Majestade.

Este inteligente e distintíssimo missionário tem aproveitado tão hàbilmente o seu prestígio em toda aquela região, que não só tem conseguido estabelecer a paz entre povos, que há muito se hostilizavam, como também, à custa de perigosas e longas viagens tem atraído a S. Salvador muito negócio, que ali não vinha por desconhecer o caminho e por medo de extorsões e violências do potentado do Congo e dos negociantes europeus.

Abertos os caminhos, tem o gentio de leste afluído em grandes caravanas a S. Salvador e os povos do Bembe, que o padre Barroso há pouco visitou, já se animam a levar o cobre das suas minas, há tantos anos em descanso e agora em activa exploração indígena, depois da visita daquele benemérito missionário, que conseguiu convencer aqueles povos do erro da sua superstição em não quererem extrair aquele precioso minério. Hoje é um dos principais artigos de permutação em S. Salvador e em breve tempo a concorrência de muitas casas, que projectam ali estabelecer-se, animará os indígenas a uma exploração em maior escala.

Agradeci ao Rei do Congo (Doc. n.º 2) a sua mensagem e encarreguei os seus embaixadores de levarem sob o seu cuidado os retratos de Sua Majestade El-Rei D. Luís e Sua Alteza o Príncipe D. Carlos. os quais, por alguns dias fiz expor ao público na sala da exposição permanente (1), onde foram visitados por um enorme concurso de povo.

Elogiei o Cónego Barroso, afirmando-lhe que muito grato será ao Governo de Sua Majestade, que o louva por mais este serviço (Doc. n.º 3) e fiz satisfazer as requisições do Rei do Congo, reservando-me para em ocasião oportuna enviar a força militar que pede o que provàvelmente só farei quando seja organizado o novo batalhão que V. Ex.ª destina ao distrito do Congo.

O que tudo tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª esperando que merecerá a sua aprovação.

---

(1) Esta sala funcionava no edifício da Aula Profissional. Ver nota sobre o assunto a p. 88 do volume VIII de «Arquivos de Angola», 2.ª série.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 10 de Agosto de 1885.

a) Francisco Joaquim Ferreira do Amaral
Governador-Geral

À margem: Visto. Aprovem-se os actos do Governador e elogie-se em portaria o procedimento do Cónego Barroso.

17-9-85.

Pinheiro Chagas

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 5.

95

PORTARIA DO MINISTRO PINHEIRO CHAGAS
(23-9-1885)

Sua Majestade El-Rei, a quem foi presente o ofício em que o Governador-Geral da Província de Angola dá conta de novos e relevantes serviços prestados aos interesses nacionais na África ocidental pelo honrado e patriótico missionário, Cónego António José de Sousa Barroso, chefe da Missão de S. Salvador do Congo, que com o maior zelo, dedicação e infatigável solicitude, tem continuado a promover, com a sua influência e prestígio, o desenvolvimento das relações comerciais da região do Congo, que ùltimamente tem tomado grande incremento e atraído caravanas importantes ao mercado de S. Salvador, o que representa um altíssimo serviço prestado ao comércio africano: manda que, em seu real nome, seja transmitido àquele prestante e benemérito missionário o maior aplauso e louvor, por actos que tanto ilustram o seu carácter de português e que tanto o recomendam ao reconhecimento nacional.

O que se comunica pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, ao Governador-Geral da Província de Angola, para seu conhecimento e devidos efeitos.

Paço, em 23 de Setembro de 1885.

Manuel Pinheiro Chagas

Ao alto: 1.ª Repartição / Portaria n.º 262.

BOA — N.º 44, de 2 de Novembro de 1885, p. 887 e 888.

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO GOVERNADOR DO BISPADO (10-10-1885)

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção dos ofícios de V. Ex.^{a}, sob os n.^{os} 62 e 87, e bem assim os objectos do culto divino a que os mesmos se referem.

Agora só me cumpre agradecer a V. Ex.^{a} a consideração que se dignou dispensar ao meu pedido, ainda que, atentas as circunstâncias, não pudesse ser plenamente satisfeito.

Aproveito este ensejo para levar ao conhecimento de V. Ex.^{a} que nos princípios de Agosto último realizei uma excursão de alguns dias ao país do Zombo, e espero ter brevemente ocasião de confeccionar um pequeno relatório, apontando os povos, que pela sua posição geográfica e importância relativa, merecem ser escolhidos para a fundação de uma série de Missões, que, auxiliando-se mùtuamente, possam vir a prestar relevantes serviços à Religião e à Pátria.

Deus Guarde a V. Ex.^{a}.

Residência da Missão Católica portuguesa em S. Salvador, aos 10 de Outubro de 1885.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Governador do Bispado de Angola.

Padre António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo 10-10-85

A margem: Série de 1885 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 20.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1885).*

97

PADRE BARROSO ARCIPRESTE DO CONGO
(12-1-1886)

Tendo Nós em Portaria com a data de hoje (1) criado um distrito eclesiástico e uma circunscrição missionária no Congo, e tomando em muita consideração o zelo, inteligência e mais circunstâncias recomendáveis que concorrem no presbítero António José de Sousa Barroso, cónego da Nossa Sé Catedral e Superior da Missão estabelecida em S. Salvador pelo Nosso Venerando Antecessor; Havemos por bem nomeá-lo Vigário da Vara ou Arcipreste do distrito eclesiástico e Superior das Missões do Congo, cargo que servirá enquanto não mandarmos o contrário.

Paço Episcopal de Luanda, 12 de Janeiro de 1886.

† António, Bispo de Angola e Congo

98

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO
(25-8-1886)

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr.

No mês de Fevereiro passado tive eu a honra de enviar a V. Ex.ª Rev.^{ma} uma caixinha, contendo as âmbulas destinadas a receber os «Santos Óleos Novos», esperando que me fossem devolvidos na primeira oportunidade.

Como, porém, nada me conste acerca da sua remessa, sendo até possível que toda a correspondência expedida naquela ocasião fosse no caminho abandonada pelo portador; reitero o meu pedido, acrescentando que esta Missão tem urgente necessidade de um tabernáculo novo, pois o que possui, está de tal modo deteriorado, que é absolutamente impossível empregar-se para guardar o Santíssimo Sacramento.

Muito antes da chegada de V. Ex.ª Rev.^{ma} a esta Diocese, o tinha eu requisitado da Ex.^{ma} Junta da Fazenda, que o podia mandar fazer nas oficinas das Obras Públicas; nunca, porém, recebi qualquer resposta, tanto a esta como a outras requisições de urgência.

---

(1) Publicada em AMU, 1.º Ano, págs. 73-74.

Todos os pobres objectos que pertencem à nossa capela ou têm sido oferecidos ou comprados por nós, não falando nos poucos que nos acompanharam de Luanda em 1881, por ocasião da fundação desta Missão.

Na mesma data escrevi a V. Ex.ª Rev.ma duas cartas particulares, que provàvelmente tiveram a sorte da correspondência oficial.

Nelas levava eu ao conhecimento de V. Ex.ª Rev.ma que tinha urgência de ir a Portugal sem longas demoras, para poder voltar ao meu lugar, se assim fosse do agrado de V. Ex.ª Rev.ma, antes de terminar a sua comissão o meu colega padre Sebastião.

Hoje passou o tempo conveniente para tal fim; o meu empenho já não é fácil de realizar, pois o meu colega, tendo sofrido muito, retirará logo que expire a sua comissão e eu terei de fazer o mesmo, apenas este ponto seja ocupado; porque além da saúde que me falta e que poderei recuperar com pouco tempo de Portugal, não é conveniente aos interesses políticos que eu continui, não tendo antes demorado um ano fora de S Salvador; a mesma influência que aqui tenho, seria prejudicial aos ditos interesses.

À custa de grandes sacrifícios, vai em vias de concluir-se a nova casa da Marimba, que ainda o não está por falta de carregadores para transportarem tábuas para aquele ponto. Em todo o caso ali funciona uma escola com internato e em pouco tempo é indispensável que ali tenham um padre, sem o que nunca poderá produzir resultado profícuo.

Nesta data envio a V. Ex.ª Rev.ma um desalinhado relatório, se tal nome pode merecer, de uma pequena viagem que fiz ao Zombo e algumas considerações a respeito das nossas Missões no Congo.

O trabalho constante que me cerca e que me absorve todas as horas, não me permitiu dar-lhe a forma que eu desejava, se pudesse dispor de mais tempo.

Envio a V. Ex.ª Rev.ma o que se pode chamar original, por não me ser de modo algum possível fazer cópias; apenas tirei uma para a Sociedade de Geografia de Lisboa, acompanhada do meu itinerário, que hoje omito, porque, sendo provável que este pelo menos seja publicado, economizo um trabalho para o qual não tinha tempo (1).

A V. Ex.ª Rev.ma peço encarecidamente se digne mandar tirar uma cópia a fim de ser enviada à Secretaria-Geral da Província.

O meu colega Padre Sebastião regressou ontem de uma excursão que fez a uns povos situados 50 a 60 quilómetros de S. Salvador, a fim de os catequizar e baptizar as crianças.

Em meado de Setembro tenciono eu visitar o país de «Macuta e o Sundi», ponto este último em que nos tempos áureos das Missões portuguesas tivemos pelo menos uma Igreja.

---

(1) Cfr. págs. 39 e segs.

A Missão Anabaptista aqui estabelecida, muito anterior à nossa, conta actualmente quatro membros, um dos quais médico para o serviço sanitário e uma mulher para o ensino das raparigas indígenas, tendo já algumas alunas, ainda que felizmente poucas.

Como V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ poderá imaginar, fazem uma propaganda muito activa e se não têm conseguido muitos prosélitos firmes, conseguem tornar este povo suficientemente indiferente para se não importarem com religião alguma; é consequência lógica de duas Missões de carácter inteiramente contrário, não só religioso, mas também político.

Há muito que sei, por notícias puramente particulares, que V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ deseja vir ao Congo; será isso uma felicidade para todos nós. O Rei espera efectivamente a V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ para abençoar o seu casamento; pela minha parte não posso celebrar esse casamento, já porque terminaram as minhas faculdades para dispensar este grau de parentesco (a que deve ser mulher é cunhada do Rei), já porque não sei bem a que religião pertencem, tanto um como o outro; pois todas lhes parecem óptimas, rendendo alguma coisa; já, enfim, porque o Rei não deixará o seu serralho habitual.

No entanto V. Ex.ª Rev.ᵐᵃ resolverá este ponto como julgar mais conveniente.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão Católica em S. Salvador, aos 25 de Agosto de 1886.

Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr. Bispo da Diocese de Angola e Congo.

P.ᵉ António José de Sousa Barroso

Ao alto: Respondido em 13 de Outubro.
25-8-86

À margem: Série de 1886 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 9.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1886).*

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

99

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO SECRETÁRIO-GERAL DE ANGOLA (25-8-1886)

Série de mil oitocentos e oitenta e seis / Província de Angola / Missão do Congo / Número dez / Confidencial.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor //

Só no dia vinte e dois do corrente chegou a esta Missão o ofício de Vossa Excelência, número quatrocentos e noventa e sete, de dezasseis de Julho último, cobrindo uma cópia da participação que a essa secretaria dirigiu o Delegado do Governo em Santo António, em dois do referido mês. Desejando satisfazer a vontade de Sua Excelência o Senhor Conselheiro Governador-Geral, responderei com a máxima brevidade, porque o muito serviço, que pesa sobre o bem diminuto pessoal desta Missão, não me permite divagações.//

Evidentemente foi mal informado o Delegado do Governo em Santo António pelo Gerente em chefe da Casa Holandesa, ou antes me inclino a que as informações que tomou como relativas a S. Salvador, se referiam ao alto Cassai ou pontos vizinhos. Quando recebi o ofício de Vossa Excelência, expedia eu um para a Secretaria-Geral, em que mostrava que S. Salvador era um ponto perdido, comercialmente falando, se o Governo da Província não tomasse sem perda de tempo as medidas que indicava e que consistiam na ocupação imediata, que há muito é reclamada pelo Rei do Congo e pelos nossos interesses. Acrescentava mais que em São Salvador havia as maiores dificuldades em comerciar, nascidas não da intriga dos estrangeiros, mas do péssimo procedimento dos povos do caminho, que recebendo já bons pagamentos nas pontes dos pequenos rios que é preciso atravessar, roubam constantemente e ameaçam os carregadores a tal ponto, que estes não querem levar os géneros ao Noqui ou Ango-Ango, nem trazer as mercadorias, de que as casas necessitam para o bom andamento dos seus negócios. Esta Missão empregou o melhor dos seus esforços para conseguir que casas comerciais viessem estabelecer-se neste ponto: devido quase exclusivamente a suas instâncias, aqui se fixaram três feitorias, uma francesa da firma Daumas, Béraud & C.ª, uma portuguesa, hoje de C. P. Z., e outra holandesa, A. H. V. Todas elas têm feito interesses muito razoáveis, mas têm lutado com tais dificuldades por causa dos caminhos, que estão mais ou menos descoroçoadas; e esta Missão, tendo de influir, sempre que se levante um embaraço, conhece por experiência que lhe tem sido mais difícil conservá-las, do que foi convencê-las ao seu estabelecimento.

Neste ponto nunca houve tentativa de desviar o nosso comércio e o que é mais, não a podia haver. Para quem conhecer um pouco o Congo, refiro-me aos países limítrofes de S. Salvador, é evidente que a antiga capital deste reino é um bom ponto comercial de permutação, mas nunca um país produtor; a região que produz os géneros ricos, demora entre as bacias hidrográficas do Cuango e do Cassai, donde todo o marfim se deriva ou para Oeste, indo parar aos nossos mercados de Cassange e Luanda, ou para Noroeste, encontrando S. Salvador nos nossos limites, de maneira que, chegando aqui, é absurdo acreditar que ele voltasse ao Pool ou Brazaville.//

Todas as casas aqui estabelecidas trabalham activamente para atrair o negócio e nunca alguma se lembrou de empregar qualquer meio para o afugentar, porque isso seria esbofetear os seus próprios interesses. Portanto todas as dificuldades deste ponto têm por origem a falta de segurança dos caminhos, que por via de regra estão, durante um ano, seis meses fechados, e algumas exigências da parte do rei, que por último tem sempre cedido aos nossos conselhos. Nós aqui (falo da Missão) estamos em tais condições que não sofreríamos um só instante, que qualquer estrangeiro trabalhasse contra nós em tal sentido; e quando alguém o tentasse, não seria decerto o Delegado do Governo em Santo António, que o podia impedir (não querendo com isto de modo algum negar-lhe o seu espírito conciliador e perspicaz), mas sim esta Missão, que em cinco anos de existência tem propugnado por todos os interesses legítimos de Portugal.//

Actualmente o negócio neste ponto não abunda, porém assim tem sucedido sempre durante a quadra do cacimbo que vamos atravessando; ele aumentará consideràvelmente na época pluviosa, como anualmente temos observado. Como Vossa Excelência terá ocasião de ver (pois peço a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo da Diocese para enviar uma cópia de um relatório acerca de uma pequena viagem ao Zombo, à Secretaria que Vossa Excelência hàbilmente dirige), a minha excursão no ano pretérito ao Zombo não era de todo alheia à derivação do comércio do Alto Cuango para este ponto, ainda que no relatório o não diga expressamente, por conveniências que a perspicácia de Vossa Excelência fàcilmente adivinhará.//

No meado de Setembro próximo tenciono fazer uma segunda excursão ao Norte de S. Salvador, ao país de Macuta e Sundi, que nos separam de Stanley-Pool e que nos tempos modernos não foram abertos a algum europeu, apesar das tentativas que para isso se fizeram, resultando vir dali gravemente ferido com uma bala o chefe da Missão Baptista, haverá perto de seis anos. Nesta excursão, que levarei até onde puder, observarei tudo o que diga respeito à importante questão de que me tenho ocupado. Resumindo:

Em S. Salvador não há europeu nem indígena que tente afastar o negócio ou deste ponto, ou dos nossos mercados: todo o negócio que por

qualquer motivo aqui não é permutado, vai ao litoral, ou mais comummente ao Noqui, Ango-Ango, e também Fucu-Fucu, estação ao Norte do nosso paralelo: nunca porém poderá voltar para o Pool e pontos limítrofes.//

O que faz mal a este mercado, é sem dúvida a falta de segurança nos caminhos para o rio. A causa da considerável escassez de negócio nos mercados do litoral e daqui a pouco nos de Luanda e Zaire, é mais remota e no lugar em que estamos não pode ser remediada; essa causa provém de terem os «*Estados Livres do Congo*» e os «*alemães*» explorado a bacia do Cassai, o verdadeiro país produtor do marfim e da borracha, para os mercados do Sudoeste de África.

Passo a responder aos outros quesitos exarados no ofício de Vossa Excelência, sempre com a maior brevidade, por me parecer urgente que esta correspondência siga sem demora ao seu destino.

O estado social e político de S. Salvador é incontestàvelmente superior a qualquer das povoações marginais do Zaire, e mesmo, exceptuando o Ambriz, a qualquer das da costa. Há perto de seis anos, quando esta Missão aqui se instalou, S. Salvador era um miserável burgo, sem comércio, sem trabalho, sem movimento, enfim, sem coisa alguma que nos fizesse lembrar que estávamos num ponto que foi grande, se não fossem as ruínas que a cada momento nos advertiam do seu antigo esplendor. Hoje o preto trabalha um pouco, fala mais ou menos o português, é rico em geral: tem uma população três vezes maior, sempre crescente, os costumes são brandos e o preto não é de má índole. No tempo em que governava esta província o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Governador actual da Índia, Ferreira do Amaral, tive eu a honra, a pedido de Sua Excelência, de expor em carta particular o modo como julgava que este ponto devia ser ocupado; hoje não posso fazer aqui o mesmo pela pressa com que escrevo: direi, todavia, que o tempo apto para a ocupação é o actual.

Houve tempo em que tivemos de empregar todos os nossos esforços para convencer o Rei a pedir uma força militar para este ponto. Porém desde que conseguimos mostrar-lhe as vantagens que dela aqui resultariam, é ele quem nos pede quase todos os oito dias para que ela venha. Não devemos esquecer que a Missão Baptista, que se fixou nesta localidade muito antes de nós, criou seu partido, que em tudo nos é contrário, religião e política; mas esse partido, além de ser pequeno, pelo menos em política, (pois em religião são geralmente todos indiferentes), não se atreve a pronunciar-se contra nós, apesar das contínuas instigações que os ingleses lhes inspiram. Disse que era agora o tempo oportuno e isso por duas razões, que julgo muito aproveitáveis para o nosso intento:

1.ª Dispormos da confiança do Rei, e perdermos o ponto, comercialmente falando, se o não ocuparmos. 2.ª Faltando o Rei, o seu sucessor, que é também nosso amigo, tem um irmão que é contrário a tudo quanto é português: bem entendo que a sua propaganda contra nós é feita

muito ocultamente, o qual, não exercendo hoje influência alguma sobre o ânimo do tio, pode muito bem suceder que a venha a ter sobre o do irmão, quando este governar.

Em compensação, tem um terceiro irmão (mais novo), homem inteligente e muito considerado entre os indígenas, que está sempre ao nosso lado e pronto a ajudar-nos quando necessitamos do seu auxílio. A ocupação deve ser feita com uma força respeitável, por ser um ponto afastado.

Reputo que deve constar de cem soldados e um pessoal adjunto para carregar os objectos precisos à vida; pois o país é pobríssimo, especialmente em carnes. O comandante e autoridade administrativa precisarão ser escolhidos: aqui é indispensável aliar a firmeza e o amor entranhado da justiça com a prudência: foi, se me não engano, por estes meios que esta Missão conseguiu levantar o nome português, quase obliterado pelas intrigas dos ingleses. Com um residente político nada podemos adiantar; porque com ele nem manteremos o comércio, nem mostraremos a todo o sertão que o Rei tem uma força para fazer respeitar a sua vontade. Esse papel tem desempenhado esta Missão há perto de seis anos, de tal modo que nem um só homem foi executado e nem um ataque aos nossos direitos ficou sem resposta. Aqui poderia haver um só homem a temer pela sua energia e tradições: é um Dom Rafael, soba do povo do Cenga, irmão do célebre Dongo, que seis anos reinou em S. Salvador, e que nós expulsámos para aqui colocar o Rei actual; desse, porém, nada há a recear: não reconhece o Rei do Congo, mas reconhece o Rei de Portugal, contra o que se poderia esperar: é nosso amigo e com ele podemos contar. Há muito que insta com esta Missão para se lhe mandar um padre com residência fixa no seu povo, e carpinteiros para lhe fazerem uma habitação. Deve ser atendido em alguma coisa, logo que haja ocasião oportuna. É pois minha opinião que se deve fazer uma ocupação em forma, deixando contudo perceber ao Rei que ele continua governando, para lhe poupar algum desgosto, que ele não merece, no fim da vida. É bom beneficiá-lo e tratá-lo como verdadeiro amigo, que tem sido, nosso, apesar das fortes solicitações que tem tido em sentido contrário.

Não terminarei estas informações sem dizer a Vossa Excelência que me consta existirem em Santo António alguns edifícios destinados a S. Salvador, e sendo assim, é duma grande conveniência que sem demora sejam transportados ao Noqui e acondicionados de tal modo que as cargas não excedam de trinta a trinta e cinco quilos. Os volumes de ferro poderão exceder aquele número, mas sempre de forma que possam ser trazidos por dois carregadores. O Rei já prometeu empregar toda a sua influência para que esses edifícios aqui cheguem, aliás teriam de ficar no lugar do desembarque, porque estes pretos têm horror às grandes cargas e especialmente de ferro.

Foi presente ao Rei do Congo o ofício de Sua Excelência o Conselheiro Governador-Geral, mostrou-se muito reconhecido pelas expressões lison-

jeiras, com que Sua Excelência se dignou honrá-lo, e nesta data agradece directamente como lhe cumpria.//

Enquanto ao presente que Sua Excelência deseja ofertar-lhe, como início do seu Governo, deverá constar de uma machila, algumas peças de veludo, seda, damasco, e alguns artigos de rancho. É conveniente que o conteúdo desta participação oficial não seja conhecido de pessoas estranhas.

Esperando que Vossa Excelência leve ao conhecimento de Sua Excelência o Senhor Conselheiro Governador-Geral o que deixo exposto, esta Missão está sempre pronta a ministrar todos os esclarecimentos que Vossa Excelência julgar oportunos.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão Católica Portuguesa em S. Salvador, aos vinte e cinco de Agosto de mil oitocentos e oitenta e seis.

Il.mo e Ex.mo Sr. Secretário-Geral do Governo da Província de Angola.

a) Padre António José de Sousa Barroso

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral de Angola, em 6 de Outubro de 1886.

Joaquim d'Almeida da Cunha
Secretário-Geral

Ao alto, à margem: Série de 1886 / Angola / Governo-Geral / Confidencial.

NOTA — A requisição para presentear o Rei do Congo constava do seguinte:

Peças de veludo vermelho	2
Peças de seda de cor	1
Peças de damasco de seda e lã	3
Latas de marmelada	24
Latas de frutas (conserva)	24
Latas de sardinha	24
Latas de peixe grosso	24
Latas de atum	12

G. B. Capello
G.-G.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 6.

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (13-9-1886)

Ex.^mo e Rev.^mo Sr.

Tendo esta Missão comprado uma imprensa Minerva, para seu serviço, por lhe parecer que nisso havia uma utilidade real para o desenvolvimento da Civilização do Congo, e não conhecendo nós o mecanismo para a composição, resolvemos enviar a V. Ex.ª os alunos Álvaro de Água Rosada e Nicolau José Gouveia, a fim de que durante 15 dias ou os que parecerem necessários, V. Ex.ª os faça assistir à composição na Imprensa Nacional.

Um dos alunos é filho do Rei e é praxe do Governo da Província abonar as despesas destes durante a sua estada em Luanda, se porém, surgirem algumas dúvidas a tal respeito, V. Ex.ª proverá como julgar mais acertado.

Seria esta uma boa ocasião para V. Ex.ª nos enviar alguns paramentos e objectos do culto para o altar da Marimba, que provisòriamente será levantado na casa da residência, enquanto não estiver concluída a capela; o mais preciso já é um crucifixo, pois tendo só um em S. Salvador, não podemos dispensá-lo.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Residência da Missão Católica em S. Salvador, 13 de Setembro de 1886.

Ex.^mo e Rev.^mo Sr. Bispo da Diocese de Angola e Congo.

P.^e António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo — Respondido em 13 de Outubro 13-9-86

A margem: Série de 1886 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 11.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1886).*

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (6-10-1886)

Il.mo e Ex.mo Sr.

A cópia que tenho a honra de enviar a V. Ex.ª, é do ofício que me foi dirigido pelo Padre António José de Sousa Barroso, chefe da Missão Católica Portuguesa em S. Salvador, em resposta às informações que lhe pedi, concernentes àquele estabelecimento religioso e civilizador, ao estado político e comercial do país, influência dos Missionários sobre o Rei e principais chefes, e relações com as outras Missões estrangeiras.

Este relatório refere-se aos assuntos principais, que mais nos interessam e que pela sua importância nos devem chamar a atenção.

Atribui o Reverendo (1) Barroso à falta de segurança nos caminhos, a diminuição que actualmente nota no comércio da margem esquerda do Zaire, e não à influência estrangeira, e neste intuito pede a ocupação de S. Salvador com uma força não inferior a cem praças, afora oficiais, acrescentando ser este o desejo constantemente manifestado pelo Rei, e esta a ocasião mais oportuna para ela se fazer.

Não discuto ou de maneira alguma ponho em dúvida, as vantagens que podem advir da presença de uma força respeitável na capital do reino; creio até que seria possível tornar mais seguros os caminhos, evitando roubos e extorsões às caravanas do comércio, mas parece-me muito conveniente também que se espere pelo Governador do distrito, para se tomar uma resolução reflectida e prudente sobre um assunto de tanta gravidade. Devemo-nos lembrar da nossa infelizmente memorável ocupação do Bembe e da guerra que sustentámos nos territórios onde hoje tentamos estabelecer a nossa autoridade; e portanto julgo necessário proceder com discernimento e não nos aventurarmos a dar um passo que nos pode colocar em difícil situação, prejudicando-nos moralmente.

Não se organiza uma expedição, que tem de marchar durante alguns dias por países selvagens, devendo ir acompanhada de mantimentos, munições, etc., com os poucos recursos que aqui temos, sem tropa exercitada (só agora chegou neste paquete o armamento para Caçadores 5), sem navios para subirem o Zaire, e sem aquartelamento no local onde a força tem de ficar. Para tudo isto se precisa da activa e directa vigilância do

(1) Fórmula colonial de tratar o clero católico, de influência protestante, e mal soante. Português e catòlicamente deve dizer-se: Reverendo Padre.

Governador do distrito e do residente que deverá acompanhar a expedição, tendo prèviamente tomado as informações detalhadas e, sendo possível, por observação própria, das variadíssimas circunstâncias e condições de segurança da localidade, e modo de prever todas e quaisquer dificuldades e perigos futuros, a fim de que, tanto quanto possível, contra eles se precaver.

A missão pois do Padre Barroso é, além de religiosa e civilizadora, sustentar e manter a nossa influência na Corte do Rei do Congo, aumentando o nosso partido até que chegue o momento de obrarmos. Até então preparemo-nos activamente, e sem espalhafato, com o que é necessário para uma ocupação, não temporária, mas permanente e duradoura.

É neste sentido que vou oficiar confidencialmente ao Reverendo Barroso, recomendando-lhe ao mesmo tempo para alimentar no espírito do Rei a esperança de uma próxima ocupação, que parece desejar, mais como garantia da coroa que receia perder, do que como sustenção da nossa autoridade, a que decerto nunca se sujeitará senão por meio da força.

Tem aquela Missão o prestígio e influência moral precisos para continuar a dirigir e aproveitar as intrigas dos vassalos e influentes da Corte do Rei, já velho e caminhando a passos largos para a sepultura?

Assim o creio, e devemos dar por bem empregados os sacrifícios pecuniários até hoje feitos, se conseguirmos estabelecer-nos em S. Salvador, sem nos vermos obrigados a lutar com dificuldades que, doutra sorte, seriam insuperáveis.

As despesas da Missão têm-se elevado mensalmente a 635$000 réis (em média), enquanto que elas são calculadas no orçamento em 4120$000 réis por ano. A diferença é notável, mas também nos devemos lembrar de que a construção de casas e gastos de instalação entram por grande parte nestas verbas, que mais tarde espero não excedam o que está orçamentado.

Infelizmente para a minha gerência, são mais uns tantos contos de réis que vêm agravar a já triste situação financeira da província, levantando-me embaraços, e ao mesmo tempo tolhendo-me a acção pela necessidade absoluta e indiscutível de continuar a sustentar a nossa influência no interior desta vasta província, e conveniência de seguir uma política que foi iniciada com um fim muito louvável, e de que não nos poderíamos já afastar sem grave perigo para o nosso domínio nos centros e caminhos comerciais do sertão.

Como de costume, escrevi ao Rei do Congo, prometendo-lhe mandar um presente, como sinal de amizade, não lho tendo enviado já, por não saber o que ele desejava. O Padrc Barroso, porém, informa-me do que seria mais do gosto do Rei, e que infelizmente não se pode aqui comprar.

Peço portanto a V. Ex.ª para me ser satisfeita a requisição junta (2), pelo primeiro paquete, honrando assim a promessa por mim feita, e o tradicional costume que devemos respeitar.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 6 de Outubro de 1886.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello
G. G.

À margem: Satisfaça-se em parte a requisição.

15-3-87
H. de Macedo

Ao alto, à margem: Escudo real / Província de Angola / N.º 9 / Série de 1886 / Confidencial / Acerca do estado das coisas no reino do Congo.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 6.

102

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO PADRE ANTÓNIO BARROSO (13-10-1886)

Il.mo e Rev.mo Sr.

Recebemos o ofício de V. S.ª Rev.ma datado de 25 de Agosto e de nenhum outro anterior temos que acusar a recepção. Nenhuma carta particular sua também por ora aqui chegou, nem a âmbula dos Santos óleos. E os nossos ofícios teriam por ventura sorte igual?

Devemos confessar que já nos ia maravilhando tão grande silêncio, mesmo por que várias pessoas Nos falaram da tenção que V. S.ª Rev.ma tivera em diferentes épocas de Nos escrever e até alguém Nos comunicou a resolução em que estava, bem como o seu companheiro, de irem à Europa e sobre isso Nos consultarem.

Lamentamos pois que V. S.ª Rev.ma não fosse a Portugal, como desejava, a tempo de voltar antes da partida do rev.º padre Sebastião

e profundamente sentimos a retirada daquele sacerdote e a sua, que também se anuncia.

Diga-Nos porém V. S.ª Rev.ma, para Nos tranquilizar, que tanto um, como outro, tencionam voltar depois de algum descanso na Pátria. Que seria dessa Missão se a deixassem tão cedo ainda, os que não há muitos anos a fundaram?

Com a retirada de tão zelosos missionários acabará certamente a Missão do Congo e voltarão aí as coisas ao estado antigo que Nós imaginamos e V. S.ª Rev.ma presenciou.

Se o reverendo padre Sebastião for à Europa, terá V. S.ª Rev.ma que se resignar a esperar que ele regresse e ir só depois, deixando-lhe entregue a Missão. Não é assim? Não é isto que lhes dita o entranhado amor que ambos têm à sua obra, ao êxito dos seus santos esforços, que aliás se inutilizarão?

Quase todos os missionários têm o tempo de serviço acabado, querem retirar-se sem intenção de voltarem. De Portugal não vem ninguém e V. S.ª Rev.ma conhece perfeitamente, que não há quem possa substituí-lo. Onde encontrar um padre para a Madimba? (1).

O seu instrutivo relatório, que recorda os trabalhos dos antigos missionários e muito honra o nosso País, por haver ainda portugueses que trabalhem e civilizem, está sendo copiado como deseja.

Agradecemos-lhe o tê-lo enviado. Estávamos ansioso por notícias do Congo depois de um ano de espera. Não tínhamos razão?

Quando aqui chegámos quisemos logo visitar a sua Missão.

Em Novembro fomos com esse desígnio ao Zaire no vapor da carreira e lá passámos para a corveta *Albuquerque*.

Infelizmente aquele vaso de guerra não podia ir a Noqui e limitámo-Nos por isso a ver Santo António, Lândana e Cabinda. Depois projectámos com o padre Folga e o França ir directamente de Santo António a S. Salvador. As doenças de ambos não permitiram até hoje a realização do projecto. Veremos se quando os alunos regressarem Nos é possível acompanhá-los, ainda que o padre Gavião, que deve conhecer esses lugares, Nos diz que antes de Junho é imprudente aí ir, por causa das grandes chuvas.

Só com muito dinheiro, com muitos missionários e religiosas poderíamos combater a missão dos anabaptistas, mas todos esses meios permite Deus que nos faltem. A convicção só mais tarde terá lugar,

---

(1) No documento lê-se, sem sombra de dúvida, *Madimba*, actual posto administrativo ao sul de S. Salvador. Nos Relatórios e documentos fala-se geral e insistentemente na missão de *Marimba*. A Marimba, para o Padre Barroso, era a região sita no triângulo formado por S. Salvador, o Bembe e a Damba, região em que fundou de facto uma missão. Localizou-a em Madimba, como o afirma em documento de 16 de Novembro de 1888. Cfr. doc. n.º 124.

A nossa nota (2) da página 21 refere-se a outra Marimba, no distrito de Malange, e nada tem que ver com a missão fundada pelo Padre Barroso no distrito do Zaire.

quando deixarem de existir rendosas competências. Quando será, sabe-o Deus; no entanto V. S.ª Rev.ma tem já feito muito e o bom resultado aconselha-Nos a louvar a Deus e a não desanimar. Dos pais pouco se poderá fazer, mas dos filhos há muito a esperar.

É deveras difícil de resolver o caso do casamento do Rei, que nem é católico nem protestante, nem coisa nenhuma. V. S.ª Rev.ma pode melhor do que Nós calcular se dele resultará todavia algum bem para a religião, embora não evite a vida pecaminosa do infeliz. Introduzir-se por ex.: o costume dos casamentos, que, mais tarde, querendo Deus, se farão nas devidas condições. Autorizamos a V. S.ª Rev.ma para conceder a dispensa de parentesco, se assim o entender e Nós não podemos aí ir, como tencionamos, e visto que se perderam as faculdades que lhe subdelegámos, as mandaremos novamente pelos alunos que estão em Nossa casa e levarão os Santos Óleos e o mais que pudermos obter e V. S.ª Rev.ma pede no seu ofício de 13 de Setembro.

Deus Guarde a V. S.ª Rev.ma

Paço Episcopal de Luanda, 13 de Outubro de 1886.

Il.mo e Ex.mo Sr. António José de Sousa Barroso, Superior da Missão do Congo.

† António, Bispo de Angola e Congo

AAL — *Registo de Correspondência expedida* — 1885-1887, fls. 54-56.

103

OFÍCIO PO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (20-10-1886)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que acabo de chegar à sede da Missão do Congo, depois de uma excursão de um mês ao Norte e Nordeste de S. Salvador. Vou explicar o que motivou esta minha digressão.

Haverá talvez 6 ou 7 anos que no centro do país de Macuta se levantou uma questão importante entre dois sobas poderosos.

O início desta pendência é realmente lamentável e teve a sua origem no que poderemos chamar legislação africana, bárbara e absurda.

Um tio que, vendo-se em risco de pagar com a vida a culpa de um sobrinho, que assassinou com um tiro um outro indivíduo, entregou todos os seus haveres, que consistiam em fazendas e carneiros, a outro soba de quem indevidamente se confiou.

Felizmente para o tio, o sobrinho foi queimado vivo, segundo o costume da terra, e ele ficou fora de toda a responsabilidade.

Mas quando julgou conveniente reaver os objectos que tinha entregado, foi-lhe respondido que nada tinha a receber.

Deste facto, como é evidente, nasceram inimizades entre os dois interessados; mas não só entre eles, como também entre os povos de Macuta que seguiam um ou outro partido.

Neste estado de coisas, não podendo os dois contendores, com manifesto prejuízo do comércio, pois um deles era o que maior porção de marfim levava aos mercados da Costa, terminar esta malfadada desinteligência, apelaram para o Rei do Congo.

Tudo se conduzia bem neste terreno; mas o que parecia não ter o direito do seu lado, porque retinha o que lhe havia sido entregue, declarara que só admitiria a arbitragem no caso de lhe ser favorável.

Foi nestas condições que o Rei do Congo e um dos contendores me pediram com insistência para eu ir a Macuta, a fim de assistir ao debate desta questão, que não se terminando pacìficamente com a intervenção do Rei, teria de pôr aquele país numa guerra de morte e fazer vingar o direito contra a injustiça.

Com a máxima repugnância acedi a este pedido, já porque o muito trabalho na sede da Missão mo não consentia, já porque não estava habilitado a fazer despesas com excursões desta ordem; já enfim, porque a questão se ventilava fora do território português.

Atendendo, porém, a que o Rei me pedia com muita instância e que a minha missão era altamente humanitária e cristã, podendo com a minha presença evitar guerras desastrosas e muito principalmente numa região comercial, como é Macuta, resolvi ir fazer o que de mim dependesse a favor da paz de todos aqueles povos.

Demorei um mês, não tendo o prazer de ver terminada esta desgraçada questão, por faltar um dos advogados, cuja presença era essencial.

Deixei porém os elementos para uma conciliação e espero que em pouco tempo será um facto consumado a paz entre os dois sobas Pussacassa e Vucicata.

O tempo que passei em Macuta, empreguei-o em lançar alguma semente cristã a uma terra tão ingrata e a fazer o reconhecimento do país e especialmente das bacias hidrográficas do Quilo e Luango, rios que, na minha excursão ao Zombo, quase tinha visto nascer no planalto do Quimbo e que me tinham deixado perplexo se seriam afluentes do Cuango ou do Zaire directamente.

Agora não tenho dúvida alguma a tal respeito, e posso afirmar que entram juntos no grande rio com o nome de Quilo, por 5° 7' de latitude S e 14° 35' longitude E.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador, 20 de Outubro de 1886.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Angola e Congo.

P.e António José de Sousa Barroso

Ao alto: 20-10-86

À margem: Série de 1886 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 13.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1886).*

AA — N.os 45-46 (1954).

104

OFÍCIO PO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (20-10-1886)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Por intermédio de alguns amigos que residem nessa cidade, acabo de saber que a nossa correspondência, tanto particular como oficial, não tem chegado ao seu destino, como supúnhamos.

No intuito de declinar de nós toda a responsabilidade, cumpre-me assegurar a V. Ex.ª, que apenas tivemos conhecimento da sua chegada a esta Diocese, nos apressámos a endereçar-lhe as nossas felicitações e a comunicar-lhe circunstanciadamente o estado em que se achava esta Missão, apontando ao mesmo tempo as providências que julgámos necessárias para a sua prosperidade futura. Mais tarde tivemos ocasião de nos dirigir novamente a V. Ex.ª, requisitámos os Santos Óleos, que infelizmente não chegaram, nem da sua remessa nos consta coisa alguma.

Assim temos procedido, sempre que entendemos dever recorrer à ilustração de V. Ex.ª, para que, baseados nos sábios conselhos de V. Ex.ª a nossa conduta seja segura e irrepreensível.

A péssima organização das estações postais se deve atribuir, sem dúvida, a causa de que V. Ex.ª continui privado de notícias relativas a esta Missão; o que em extremo nos tem penalizado.

No largo período que tem decorrido recebemos, com grande atraso, uma portaria em que V. Ex.ª dividia em dois varados as Missões do Congo e me nomeava Superior das desta região [1].

Há pouco tempo recebi do chefe do Correio dos Estados Independentes, em Boma, um ofício em que me participava haverem ali em depósito alguns jornais e ofícios para esta Missão; não podiam, porém ser enviados, sem mandar satisfazer a importância de 5,50 francos, por terem sido expedidos sem franquia.

Dei imediatamente ordem para aquele pagamento, mas tudo levou tanto tempo que só muito tarde aqui chegou tal correspondência; e é muito possível que outra se tenha perdido.

É pois indispensável, enquanto nos servirmos dos correios dos Estados Independentes, que a correspondência oficial seja franqueada como a particular.

Agradecendo a V. Ex.ª a remessa do *Clero Portuguez*, rogo a V. Ex.ª se digne dar as suas ordens para não continuar a enviá-lo, pois recebemo-lo directamente de Portugal.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador, 20 de Outubro de 1886.

Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Sr. Bispo de Angola e Congo.

P.^e^ António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo 20-10-86

À margem: Série de 1886 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 14.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1886).*

AA — N.^os^ 45-46 (1954).

---

[1] A divisão em dois distritos eclesiásticos, um com sede em S. Salvador e outro em S. António do Sonho, compreendia toda a região que começava na margem esquerda do Zaire e limite N. do território português e terminava a 8º de lat. Sul. O varado e circunscrição missionária de S. Salvador tinha como limites ao N. os dos território português, ao Sul o 8º de lat. Sul; a W. o rio Mpozo e o varado do Sonho. O varado e circunscrição missionária de Santo António do Sonho eram limitados ao N. pela margem esquerda do Zaire, desde a ponta do Padrão ao Ango-Ango e Palabala, a E. o Mpozo, o Macoco, Sanga e Hungo; ao Sul o rio Quezo e o 8º Lat. S. e a W. pelo mar.

O padre Barroso foi nomeado pela mesma portaria do bispo de 12-1-1886, vigário da vara e arcipreste do distrito eclesiástico e superior das Missões do Congo. — Cfr. documento n.º 97.

105

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (10-11-1886)

Il.^mo e Ex.^mo Sr.

O padre Barroso, Superior da Missão do Congo, queixa-se dos progressos da Missão anabaptista, ali estabelecida antes da nossa, e que tem já quatro membros, um dos quais é médico, e uma senhora para o ensino das raparigas indígenas e que conta algumas alunas. Fazem eles uma propaganda muito activa, conseguindo tornar o povo, pelo menos, suficientemente indiferente para se não importar com religião alguma, consequência lógica de duas missões de carácter inteiramente contrário, não só religioso mas também *politico*. Dispõem os anabaptistas de grandes recursos e é necessário por isso aumentar a dotação da nossa Missão, para não a vermos desairosamente frustrada.

Tanto o superior da Missão, como o seu companheiro desejam ir à Europa. O superior acabou o tempo, por que era obrigado a servir, em 30 de Setembro último, (creio porém que pela sua dedicação continuará a servir) e o padre Sebastião José Pereira, seu coadjutor, acabou-o também em Outubro.

A este respeito diz-me o padre Barroso em ofício de 25 de Agosto: «O meu colega, tendo sofrido muito, retirará logo que expire a sua comissão, e eu terei de fazer o mesmo, apenas este ponto seja ocupado, porque além da saúde que me falta e que poderei recuperar com pouco tempo de Portugal, não é conveniente aos interesses políticos que eu continui, não tendo antes demorado um ano fora de S. Salvador; a mesma influência que aqui tenho seria prejudicial aos ditos interesses».

Se o padre Sebastião partir e não voltar, como parece dar-se a entender, não tenho quem substitua o padre Barroso, quando ele for à Europa, e vejo-me deveras embaraçado. Além disso, é preciso mais um padre para a Missão e escola da Marimba, mas não sei onde o encontrar.

Deus Guarde a V. Ex.^a.

Paço Episcopal de Luanda, 10 de Novembro de 1886.

Il.^mo e Ex.^mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Angola e Congo

AHU — 1.^a Repartição. Angola. Pasta 6. [Documento autógrafo].

HORARIO DA MISSÃO PORTUGUESA
EM SANTO ANTÓNIO DO SONHO, NO ZAIRE

(12-12-1886)

Levantar às	5,30	horas
Serviço de agricultura às	6,30	»
Almoço e descanso às	9	»
Aula e estudo desde as 10 às	12	»
Canto religioso às	12	»
Exercícios de ocupação doméstica e ginástica da 1 às (1) ...	3,30	»
Banho às...	3,30	»
Jantar e descanso às	4	»
Serviço de agricultura desde as 16,30 às	6,30	»
Canto religioso às	7,30	»
Actos da noite às	8,30	»
Deitar às	9	»

Missão de Santo António do Sonho, doze de Dezembro de mil oitocentos e oitenta e seis.

O Superior da Missão

Padre José Maria Pereira Folga

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7. [Documento autógrafo].

NOTA — Em documento da mesma data ao Prelado, dizia o Padre Folga que era para Sua Ex.ª se dignar «aprovar ou reformar», segundo a sua ilustrada inteligência. «O horário é um pouco suave — escreve — mas julgo que a princípio não será fora de razão ele ser suave». Ofício da mesma data e na mesma fonte.

106

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR

(14-12-1886)

Il.mo e Ex.mo Sr.

O padre Barroso, Superior da Missão do Congo, pede irmãs educadoras do instituto de Carnide (2) e insta por elas a fim de com armas iguais combater os progressos da missão protestante ali estabelecida,

---

(1) Seguimos a redacção do documento. Entenda-se: das 13 às 15,30, às 16 etc.
(2) Irmãs de S. José de Cluny.

que já tem senhoras europeias para a educação das crianças. Eu uno o meu pedido ao daquele zeloso missionário e rogo a V. Ex.ª que se digne dar o necessário desenvolvimento àquele instituto, a fim de que possa ser enviado para a África quanto antes o maior número de irmãs educadoras que for possível. Escuso de ponderar mais à alta penetração de V. Ex.ª as razões desta necessidade.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal de Luanda, 14 de Dezembro de 1886.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

† António, Bispo de Angola e Congo

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7. [Documento autógrafo].

107

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-12-1886)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Foi V. Ex.ª servido condecorar alguns dos missionários do meu Bispado, e eu muito o agradeço a V. Ex.ª, por causa do galardão que sempre alegra e encoraja, e do estímulo de imitação, que assim se desperta.

Permita-me porém V. Ex.ª que eu a tal respeito faça algumas observações.

Em primeiro lugar, são dois os missionários que tenho no meu Bispado com apelido «Folga», ambos irmãos e ambos distintos em serviço. Foi condecorado sòmente um deles, o padre José Maria Pereira Folga, Superior da Missão de Santo António do Zaire e vi nos jornais como condecorandos ou razão dessa graça, justamente os serviços do irmão, que se chama Joaquim de Jesus Anunciação Folga e é pároco missionário em Caconda.

Merecia-o bem, por certo, o padre «Folga» missionário no Zaire, de quem ainda na mala passada falei a V. Ex.ª; mas o irmão, o padre «Folga» missionário em Caconda, não pode ficar esquecido e principalmente porque foram os seus serviços citados como motivo da graça concedida ao irmão.

Ficou também esquecido o padre José Sebastião Pereira, companheiro do padre Barroso no Congo, que para lá foi com ele, que dirige o observatório, que percorre em missão as povoações gentílicas e que com tanto zelo trabalha, auxiliando o Superior da Missão, e se tem dedicado à vida de missionário, que se acha gravemente doente, como na mala passada comuniquei a V. Ex.ª.

Parece-me pois de justiça que os presbiteros José Sebastião Pereira, missionário do Congo, auxiliar do Superior da Missão, e Joaquim de Jesus Anunciação Folga, pároco missionário de Caconda, sejam também condecorados.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal de Luanda, 14 de Dezembro de 1886.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

† António, Bispo de Angola e Congo

À margem: Fez-se a respectiva proposta ao Ministro do Reino em 15-1.º-1887.
Respondido em ofício de 9-3-1887.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7. [Documento autógrafo].

108

OFÍCIO PO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (20-12-1886)

Ex.mo e Rev.mo Sr.

Só hoje, depois da minha vinda do Zaire, onde me levou a necessidade de resolver algumas questões que tinham surgido no caminho por causa dos roubos dos povos que o marginam, é que posso responder ao ofício de V. Ex.ª de 13 de Outubro passado.

Atendendo à grande falta de Missionários, eu consinto em ficar aqui mais algum tempo; é indispensável, porém, que venham para aqui dois missionários pelo menos, um para a Marimba e outro para S. Salvador.

O padre Sebastião vai partir daqui em Fevereiro próximo, para seguir para a Europa; é possível que volte para a Diocese, não, porém, para o Congo; é, pois, de necessidade absoluta que venham dois padres, um para me ajudar e outro para a nova Missão. A falta de pessoal é o que prejudica esta Missão, que mais teria feito se maior pessoal tivesse.

Fez V. Ex.ª muito bem em atender aos avisos do padre Gavião e não vir ao Congo na época actual, em que chove torrencialmente; o melhor tempo para uma viagem é em Setembro ou Outubro, sendo também meses razoáveis Julho e Agosto.

Como V. Ex.ª subdelegou em mim algumas faculdades, que nunca recebi, peço que me sejam novamente enviadas para conhecer a sua latitude; no entanto benzerei rosários, pois creio que será esta uma das que me foram por V. Ex.ª remetidas.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

S. Salvador, 20 de Dezembro de 1886.

Il.ᵐᵒ, Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ Sr. Bispo da Diocese de Angola e Congo.

P.ᵉ António José de Sousa Barroso

Ao alto: Congo 20-12-86.

À margem: Série de 1886 / Província de Angola / Missão do Congo / N.º 19.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência recebida. Documentos Avulsos. 1886).*

AA — N.ºˢ 45-46 (1954).

109

OFÍCIO DO PADRE PEREIRA FOLGA AO BISPO DE ANGOLA E CONGO (26-12-1886)

Série de mil oitocentos e oitenta e seis / Missão de Santo António / Número oito.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Tenho a distinta honra de participar a Vossa Excelência Reverendíssima que no dia vinte e cinco de Dezembro se fez a abertura da Missão de Santo António do Sonho, a que assistiram os Excelentíssimos Senhores Delegado do Governo Português, comandante, comissários e dois oficiais de uma canhoneira holandesa, o cônsul-geral e gerente em chefe das

casas holandesas no Estado Independente do Congo, o representante do governo belga, Monsieur Prin, o explorador Barão de Suécia, e muitos outros indivíduos negociantes, já portugueses, já estrangeiros.

Aproveito esta ocasião para enviar a Vossa Excelência Reverendíssima uma nota do pessoal e dispêndio que se está fazendo na Missão.

Tem a Missão hoje dez alunos e está esperando por ordens de Vossa Excelência Reverendíssima e do Governo da Província, até que número deseja que se admita: muitos são os pretendentes que se me têm apresentado para a admissão na Missão.

Tendo a Missão de ter algumas despesas extraordinárias com visitas de portugueses e estrangeiros, etc., pedia a Vossa Excelência Reverendíssima que se dignasse providenciar para que o Governo autorize uma verba destinada às despesas extraordinárias, e bem assim que aprove a despesa da nota do pessoal da Missão.

Deus Guarde a Vossa Excelência Reverendíssima

Missão de Santo António, vinte e seis de Dezembro de mil oitocentos e oitenta e seis.

Ilustríssimo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Angola e Congo.

O Superior da Missão

Padre José Maria Pereira Folga

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7.

110

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-1-1887)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Enviando a V. Ex.ª por cópia o ofício de 26 de Dezembro do ano findo, em que o Arcipreste de Santo António do Sonho, José Maria Pereira Folga, participa a inauguração da Missão que ali estabeleci, rogo a V. Ex.ª que se digne tomar na devida consideração a minha pro-

posta de orçamento, enviada com o meu ofício de 14 de Dezembro, e dotar a Missão inaugurada, como é de urgente necessidade.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal de Luanda, 14 de Janeiro de 1887.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

† António, Bispo de Angola e Congo

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7. [Documento autógrafo].

111

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-3-1887)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Neste paquete segue o padre Sebastião José Pereira, que tendo acabado a sua comissão de seis anos, em conformidade dos Estatutos do Real Colégio das Missões Ultramarinas, pediu para regressar ao Reino.

Era ele quem acompanhava o padre Barroso na espinhosa Missão de S. Salvador, prestando ali muitos e bons serviços, tanto religiosos como políticos.

A falta de presbíteros faz com que as nossas Missões estejam sem pessoal habilitado, com grande prejuízo da religião e do predomínio de Portugal no sertão desta extensa Província, principalmente no Norte, onde a nossa influência é por todos os modos combatida, tanto pelos padres das missões protestantes, como pelos negociantes estrangeiros, que nos caluniam e se esforçam por indispor o indígena contra o domínio português, ao qual não desejam estar sujeitos.

Em S. Salvador fica apenas o padre Barroso, que não pode lutar com o excessivo trabalho daquela importante Missão, e com a influência que no espírito de alguns personagens da corte do Rei exercem os membros da missão protestante ali estabelecida, que não poupam ocasião de chamar a si, por meio de valiosos presentes, os indivíduos mais considerados e influentes do país.

O Rev.mo Bispo da Diocese não tem quem substitua o padre Sebastião, e eu fico receando pela conservação daquela importante Missão, que tantos sacrifícios nos tem custado em dinheiro e pessoal, se do reino

não mandarem padres habilitados que de boa vontade venham ocupar os lugares dos que, cansados e doentes, necessitam retirar para restabelecerem a saúde. A Missão de Santo António do Zaire, inaugurada sob os melhores auspícios pelo incansável padre José Maria Pereira Folga, tem de ser fechada, porque este missionário, tendo sofrido de febres de mau carácter, ficou tão anémico que seria um crime deixá-lo ali ficar mais tempo. Faz naquela localidade uma grande falta, pois já dirigia a educação de cinquenta crianças, que os pais voluntàriamente lhe tinham vindo apresentar, com grande surpresa dos franceses, cuja antiga Missão só era concorrida por crianças resgatadas na costa do Norte.

Não falando dos presbíteros indianos, que não chegam para as paróquias do litoral e do interior [1], quase todas abandonadas, nem devendo contar com os padres franceses da Congregação do «Espírito Santo», que obedecem só ao Superior da Ordem [2], e não podem servir nas Missões do Norte, onde não têm as simpatias dos indígenas [3], a não serem estes, apenas conto com mais seis missionários portugueses, espalhados pelo «Bié», «Bailundo», «Huíla» e «Caconda», onde os seus serviços não podem ser dispensados. Destes mesmos, alguns não estão à altura de substituírem o padre Barroso ou o padre Folga, que tem sabido conquistar a justa qualificação de benemérito da pátria, pelos importantes e muito valiosos serviços prestados à Religião e ao País.

Informam-me que no reino há padres formados no Real Colégio das Missões, que ainda não vieram prestar os serviços a (*sic*) que pelos estatutos são obrigados a desempenhar, e eu peço neste caso que V. Ex.ª ordene a vinda para aqui de 5 ou 6, que tantos são os que se necessita para S. Salvador, onde devem estar pelo menos três, para Santo António, Cabinda e Ambrizete.

Este assunto é muito importante, e para ele eu tenho a honra de chamar a atenção de V. Ex.ª, que tanto se interessa pela expressão *(sic)* do nosso domínio nesta zona do continente africano, a qual por tantos títulos chamamos nossa, e onde por tal motivo somos moralmente obrigados a introduzir os princípios da civilização, que melhor resultado produzirão quando encaminhados por quem, a par deles, for modificando os bárbaros costumes gentílicos, pelo ensino da nossa religião e exemplos dum comportamento evangélico, que aqui tem sido e será sempre respeitado e venerado pelo gentio.

Se insisto num assunto, que o Rev.mo Bispo da Diocese provàvelmente terá muitas vezes tratado, é porque compreendo quanto difícil se poderá tornar a nossa situação em alguns pontos do distrito do Norte,

---

(1) Em 1887 havia em Angola 12 padres europeus, 9 indianos e 2 nativos de raça preta.

(2) Não é verdade. No desempenho das suas funções sacerdotais dependem da Autoridade Eclesiástica.

(3) Os factos não abonam a afirmação apaixonada do Governador.

se a influência estrangeira não for contrabalançada pelos esforços dos missionários, cujo fim político deve ser principalmente preparar o espírito dos indígenas, predispondo-os a aceitar de boa vontade o nosso domínio, que devemos conquistar sem o menor derramamento de sangue, tão prejudicial para o desenvolvimento do comércio, para tranquilidade da Província e para o Tesouro, já hoje demasiadamente sobrecarregado, para suportar maiores encargos.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 14 de Março de 1887.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello
Governador-Geral

À margem: Oficie-se ao Superior do Colégio das Missões perguntando-lhe quantos missionários tem prontos para o serviço indicado.

Ofício ao Superior do Colégio das Missões em 15-4º-87.

12-4-87.
H. de Macedo

1.ª Repartição: O Superior do Colégio das Missões informou, em ofício de 20 do corrente, haver dois alunos que convirá mandar para a Província de Angola, a saber: o presbítero José Manuel do Nascimento Teixeira e o diácono António Luís, que brevemente deverá ultimar a sua ordenação.

Diz mais que é de toda a conveniência aproveitar os serviços do missionário Sebastião José Pereira, há pouco chegado da Missão do Congo onde concluiu o tempo do seu serviço obrigatório e que se prontifica a voltar para a mesma Missão, contanto que no seu futuro regresso à metrópole se lhe garantam os necessários meios de subsistência; e como o subsídio de 25 % da côngrua, que a lei em vigor manda dar aos missionários que regressam ao reino depois de concluído o tempo por que se obrigam a servir, é mesquinho e insuficiente para viverem, acrescenta que sòmente tomará a responsabilidade de influir para que o referido missionário continui a ser-

vir no Congo, se se lhe garantir o subsídio anual de 350$000 réis quando regresse por motivo de impossibilidade física, ou por ter completado o tempo por que novamente se obrigue a exercer o seu ministério, garantia que se deve tornar extensiva a quaisquer outros missionários em idênticas circunstâncias.

23-4.º-1887

Beires.

À margem, ao alto: (Escudo Real) / Província de Angola / N.º 148 / Série de 1887 / 14 de Março de 1887.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7.

112

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-3-1887)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Cumpre-me participar a V. Ex.ª, para os devidos efeitos, que a bordo do vapor *Angola* regressa a essa capital o presbítero Sebastião José Pereira, pároco missionário, visto ter concluído o seu tempo de serviço.

Este sacerdote chegou a esta cidade em 7 de Setembro de 1880, a bordo do vapor *Zaire* e desembarcou em 8 [1]. Esteve sempre em missão em S. Salvador do Congo.

Sobre o modo como desempenhou o seu ministério, tenho a dizer a V. Ex.ª que o fez com muito zelo.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 14 de Março de 1887.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello
Governador-Geral

---

(1) No mesmo vapor viajaram o prelado D. José Sebastião Neto, OFM, e o padre António Barroso. É esta a data exacta do acontecimento.

À margem, ao alto: (Escudo Real) / Governo-Geral / N.º 147 / Série de 1887 / 14 de Março de 1887 / 1.ª Via.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7.

113

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (1-6-1887)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Fiz expedir nesta data um telegrama pedindo licença para chamar a atenção de V. Ex.ª para o assunto do meu ofício n.º 148, de 14 de Março próximo passado, relativo à falta de missionários europeus nesta Província.

As circunstâncias não melhoraram desde então, e o distrito do Norte continua sem estes prestantíssimos e dedicados propagadores da doutrina de Cristo.

Em S. Salvador está só o padre Barroso, que provàvelmente não abandonará aquela Missão, mas pode adoecer ou pedir para se retirar, visto ter mais de seis anos de serviço consecutivo.

A ausência do chefe daquela Missão seria a perda certa, não só do nosso prestígio em tão vasta região, contìnuamente combatido e intrigado pelos padres protestantes, mas também dos valiosos bens e edifícios que ali possuímos, adquiridos à custa de avultadas somas, de grandes trabalhos e muitos sacrifícios.

Em Santo António vi-me forçado a mandar fechar, inaugurada há pouco tempo sob tão bons auspícios, porque o reverendo José Maria Folga, que tanta estima e respeito ali goza entre os indígenas, adoeceu, indo para Moçâmedes, sem que tenha até agora quem o vá substituir.

O padre Joaquim Folga, que estava em Caconda, parece que se comprometeu numa guerra gentílica, tão vulgar naquele sertão, não podendo por enquanto alcançar os caminhos para Benguela, onde tinha sido chamado pelo Bispo da Diocese, a fim de ir para S. Salvador ocupar o lugar do padre Sebastião.

Os outros missionários, quase todos naturais da Índia, funcionam como párocos de Malange, Massangano, Novo Redondo, Zenga do Golungo, Ilha de Luanda e Benguela, estando abandonadas as paróquias de Cazengo, Pungo-Andongo, Golungo-Alto, Duque de Bragança, Icolo e Bengo, Encoge, Barra do Bengo, Barra do Dande, Calumbo, Muxima, Capangombe, Quilengues, Catumbela e Humbe.

Isto é, temos quinze paróquias sem padre e faltam-nos missionários europeus para S. Salvador, Zaire, Ambrizete, Mucula, Cabinda e Quicumbo.

Acresce ainda que muitos destes têm já o tempo acabado, ou mais do serviço a que são obrigados, e continuamente estão reclamando pelo direito que lhes assiste de regressarem ao Reino.

Por esta ligeira exposição pode V. Ex.ª fazer uma resumida ideia da situação em que aqui se encontra o serviço eclesiástico.

Parece-me, pois, que não é impertinente a minha insistência em pedir missionários, e que fica explicado o telegrama que fiz expedir, logo que me foi comunicada a partida do transporte *Índia* para o dia 15 de Junho (1).

Desejo também aproveitar este ensejo para pedir esclarecimentos sobre outro assunto, que considero de importância, não só para salvaguardar a minha responsabilidade perante a Junta da Fazenda, como para conhecer a norma do meu futuro procedimento em casos idênticos.

Por ofício n.º 246 da 1.ª Repartição desse Ministério, dignou-se V. Ex.ª comunicar-me que no paquete de Novembro seguia para esta Província o padre francês Afonso Gauthier, ao qual se deveria mandar abonar a côngrua de missionário, ficando encarregado das funções de capelão do Hospital. Este padre apresentou-se efectivamente aqui, mas acompanhado de um outro por nome Faxel, que a ele se agregou em Banana, declarando-me que os preceitos da congregação a que pertencia não lhe permitiam estar só, e que por isso solicitava côngrua para o seu companheiro, como lhe tinha sido prometido em Lisboa. Nessa ocasião também o digno Prelado da Diocese me escreveu, afirmando-me que o padre Gauthier se retiraria se não fosse abonada côngrua ao padre Faxel, porque não poderiam ambos viver com 1350$000 réis anuais. Em vista disto ordenei o abono, nomeando o primeiro capelão do Hospital, e o segundo do Depósito de degradados.

Não sei se V. Ex.ª aprovará este meu procedimento, mas o que desejo é que se estabeleça a norma a seguir nestes casos.

Com as irmãs educadoras acontece o mesmo, e estão sujeitas a iguais regras, não podendo viver sós. V. Ex.ª autorizou o subsídio a duas, mas só no distrito de Moçâmedes estão dez, e as que não são abonadas reclamam subsídio e casa.

Posso afiançar a V. Ex.ª que eu não insistiria sobre este assunto se não fossem as queixas que estes padres dirigem para Lisboa e para o Superior da Congregação, lastimando o abandono em que se vêem e as misérias que sofrem, etc.

---

(1) É este o texto: «Ministro Marinha Lisboa. Aproveitando Índia peço atenção assunto ofício 148 Março. Governador». É de 2 de Junho de 1887. — AHU — *Ibidem*.

De uma carta que me dirigiu o Reverendo Carrie, Bispo do Congo francês (2), assim se depreende, pois que num estilo cheio de lamentações me pede protecção para os *missionários da Ordem*, que ele diz *para aqui vieram a pedido do Governo Português.*

Quando aqueles missionários chegaram a Luanda, oferecia-lhes um magnífico quarto no edifício do Hospital, indo assim, em conformidade com os desejos manifestados pelo Sr. Patriarca (3) numa correspondência dirigida ao Rev.mo Bispo desta Diocese (4), a fim de ficarem mais perto das irmãs hospitaleiras, empregadas naquele estabelecimento. Infelizmente, e apesar de serem tratados com a proverbial delicadeza do Dr. Ramada, ou as irmãs não gostaram de ter ali os missionários ou estes se desgostaram da habitação, aliás cómoda e mobilada quase com luxo (5), o que é certo é que, passados poucos dias, me pediram por intermédio do Prelado outra casa. A Província não é tão rica que possa alugar ou comprar casas a todo o momento e portanto fazendo compreender que não tinham motivo de abandonarem o hospital, dei-lhes contudo uns quartos no palácio do Bispo, hoje desocupado, mas onde ainda há poucos anos vivia o actual Patriarca. Era o que havia disponível, e esta concessão foi feita por indicação do Rev.mo Bispo.

---

(2) Vigário Apostólico do Loango. O Congo Francês foi erecto em Vicariato Apostólico pela Propaganda Fide, por pedido do Geral da Congregação do Espírito Santo, Rev.mo Padre Emonet, datado de 16 de Abril de 1886, sendo nomeado Vigário Apostólico o Rev. Padre Hipólito Carrie, missionário de Lândana. A decisão foi tomada em 17 de Maio pelos Cardeais da Propaganda e ractificada pelo Papa na audiência de 23 concedida ao Prefeito, Cardeal Jacobini. O decreto da Propaganda é de 28 de Maio. Em 21 de Dezembro do mesmo ano foi substituído pelo breve *Quae rei sacrae*, que lhe fixou novos limites.

(3) D. José Sebastião Neto, transferido de Luanda para a Sé de Lisboa em 1883.

(4) D. Tomás da Silva Leitão e Castro (1884-1891).

(5) As Irmãs Franciscanas tinham sido levadas para Luanda por D. José Sebastião Neto, para o hospital da cidade. D. António Leitão e Castro pediu ao Governo um padre para capelão. Fernando Pedroso escreveu logo à Casa-Mãe dos Missionários do Espírito Santo, e a sua carta de 20-10-1886 determinou a partida do padre Gauthier, já destinado para a Missão da Huíla. Os Padres desembarcaram em Luanda no dia 28 de Janeiro de 1887.

Prometeram-lhes em Lisboa casa própria, mas nada estava preparado. O Prelado alojou-os *provisòriamente* no hospital. «Um pouco mais tarde Monsenhor houve por bem pôr à nossa disposição uma parte abandonada do seu antigo seminário, contíguo ao Paço Episcopal, no antigo convento dos Jesuítas. Era uma casa bastante espaçosa, mas sem portas nem janelas; por isso, para não ficarmos demasiado expostos ao ar e humidade da noite, fomos obrigados a fechar todas as aberturas com cortinas». Como se vê, algo diferente do que afirma o Governador... Sobre o hospital escreve o Padre Duparquet, em 14-5-1887: «Este estabelecimento, acabado há cerca de quatro anos, é um verdadeiro monumento. Custou perto de 3 milhões de francos. Tem seiscentas camas, três médicos, um farmacêutico e nove Irmãs. Habitualmente encontram-se ali cerca de quatrocentos e cinquenta doentes, brancos e pretos». O padre Gauthier partiu para Lândana em 15 de Fevereiro e voltou ao cabo de cinco semanas, restabelecido da doença do peito, a que o Governador chama um simples «pretexto»...

Passado algum tempo o padre Gauthier fez-me constar que estava doente e desejava ir tratar-se a Lândana, pedindo-me por isso passagem no paquete. Mandei-lhe dizer que havia aqui médicos, um excelente hospital admirado por todos que o visitam, nacionais ou estrangeiros, onde há quartos para tratamento de pessoas de toda a jerarquia, e que indo à Junta de Saúde podia obter licença para se tratar.

Apesar de tudo insistiu, e requereu para se retirar para Lândana, à sua custa, por tempo de dois meses. Concedi-lhe a licença sem dispêndio para a Fazenda e sem vencimento, porque ela não era motivada, e nomeei o padre Faxel para exercer cumulativamente as funções de capelão no hospital e do depósito, com prévia concessão do Prelado da Diocese.

Creio que o pretexto era a doença, mas o fim principal apresentar suas queixas ao Bispo do Congo (2), sem que ao menos tivesse a atenção de primeiro expor ao Prelado português as reclamações que teria para fazer.

Por correspondência particular também sei que igualmente se queixam aos superiores da congregação e a algumas pessoas influentes em Lisboa, querendo demonstrar que os missionários franceses estão aqui quase abandonados: realmente é muito avançar, quando cada um recebe 350$000 réis de côngrua, afora as gratificações anuais de 96$000 e de 60$000 réis pelas capelanias do hospital e do depósito de degradados.

Eu tenho feito tudo que é possível para os satisfazer, e agora mesmo lhes dou uma prova de minha boa vontade, abonando passagem para Lisboa ao padre Carlos Wunenburger, da Missão de Huíla, que segue doente para a Europa, sem que a lei seja explícita neste ponto. Tenho sido muito extenso nesta exposição, porque é possível que de queixas mal fundadas se queira mais tarde passar à calúnia, e eu não quero incomodar-me com intrigas que, apesar de desprezíveis, podem, à distância que estamos da metrópole, produzir uma tal ou qual impressão no espírito público, enquanto se não desmascararem.

Como já tive a honra de dizer a V. Ex.ª no meu citado ofício n.º 148, os padres franceses não podem servir no distrito do Congo, onde não têm sabido adquirir as simpatias e estima dos indígenas, e não poderiam de maneira alguma manter o nosso prestígio (6).

Seriam bons para a Huíla e para o litoral dos distritos do sul, mas nunca para o Zaire, ou para outras residências. Para prova do que avanço

---

(6) Compreende-se a atitude de desconfiança das autoridades portuguesas para com missionários franceses na região do Congo, depois da célebre e para Portugal trágica «Questão do Zaire». Os padres do Espírito Santo não iam para ali fazer política nacionalista francesa, é certo, mas ninguém lhes podia ler ou saber as intenções. Ao menos não se acreditava na sua pureza. Esta atitude, entende-se, pois. Entende-se muito menos o que escreve o Governador sobre a pretensa antipatia de que gozariam, por ser contrariada pelos factos. São meras impressões pessoais, prejudicadas por acontecimentos que não escaparão à sagacidade do leitor. — Cfr. documento n.º 125.

bastará informar V. Ex.ª que a Missão de Lândana até há pouco só tinha por discípulos internos os pretos resgatados nos territórios de Quielo, Loango, etc., e só depois que o delegado português começou a manter mais constantes e íntimas relações com os padres daquele estabelecimento, dando aos indígenas pelo exemplo e pela palavra contínuas demonstrações do respeito e apreço em que tinha a Missão, só depois disso é que começaram a afluir os filhos dos indígenas da localidade, que hoje ali estão em grande número, segundo me afirmam.

Concluindo:

1.º — Insto para que venham servir nesta Província mais 6 missionários portugueses, que estejam à altura das funções que devem exercer e que não sejam naturais da Índia.

2.º — Pergunto se posso abonar côngrua, não só a todos os padres pertencentes à congregação de Saint Esprit que vierem de Lisboa, mas também aos que se lhes agregarem, em virtude dos preceitos da Ordem.

3.º — Igualmente desejo saber se devo abonar subsídio a todas as irmãs educadoras que estão no distrito de Moçâmedes, porque até agora só autorizei esse abono às que foram para a Missão de Huíla, à Superiora e à que está regendo uma escola régia na vila, alugando além disso uma casa à custa da Fazenda para a sua residência. Dando estes subsídios ainda ficam seis irmãs que o não recebem.

4.º — Finalmente, se posso abonar passagem para Lisboa aos padres e irmãs que adoecerem, e que segundo a sua regra têm de ir acompanhadas, embora uma delas esteja de saúde.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 1 de Junho de 1887.

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello
Governador-Geral

À margem: Ofício ao Governador de Angola em 22-9.º-1887.

À margem, ao alto: (Escudo Real) / Província de Angola / N.º 263 / Série de 1887 / 1 de Junho de 1887 / Sobre a falta de missionários europeus nesta Província.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7.

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (9-8-1887)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Acusando a recepção do ofício n.º 194 da 1.ª Repartição, datado de 5 de Julho último, cumpre-me informar V. Ex.ª que nada me consta, com respeito ao estado de ruína da igreja paroquial de Benguela, e que para dar execução ao que V. Ex.ª determina vou mandar pedir esclarecimentos ao Governador do distrito sobre este assunto.

Devo porém desde já dizer a V. Ex.ª que a maior parte das igrejas da Província estão ou destelhadas ou já derrocadas, e que só com uma despesa superior a 200 contos se poderiam reconstruir as que actualmente existem nos concelhos do interior, onde os actos do culto divino se praticam em verdadeiras palhoças. Em alguns pontos, como Massangano e Muxima, os antigos e grandes templos estão aruinadíssimos, sem janelas e quase destelhados, havendo ainda a lastimar que se não possa tirar grande resultado da veneração que os povos das margens do Cuanza têm pela imagem de «Nossa Senhora de Muxima», a qual em pouco tempo será necessário tirar dos escombros do arruinado edifício.

Se na própria capital não temos templo que possa servir de Sé episcopal, nem residência para o Rev. Prelado, não admira que esta miséria se faça sentir ainda mais no sertão.

Mas, Ex.mo Sr., os cofres não têm dinheiro, as repartições estão sendo reconstruídas porque havia perigo para os funcionários se não se procedesse às necessárias reparações, e de todos os lados os chefes dos concelhos pedem que façam algumas obras nas velhas e infectas casas de adobo, cobertas de capim, onde residem.

Não é, decerto por minha vontade que se não renova tudo, mas não posso, nas circunstâncias actuais da Fazenda Pública, ir além da responsabilidade que já tenho tomado, sobrecarregando o cofre geral com despesas que só deveriam sair da verba especial destinada a obras públicas.

É costume nas nossas colónias ir demorando tanto quanto é possível as obras que, sendo aliás urgentes, não ferem a vista ou não deixam nome a quem as mandou executar, e o que acontece é chegar a ocasião, como agora, em que tudo está a cair, podre e roído pelo daninho *salalé*.

O palácio do Bispo teve de ser abandonado, e na velha e antiga residência dos Governadores encontrou-se todo o vigamento podre, sendo necessário, para não elevar a despesa a algumas dezenas de contos, mandar contravejar todos os solhos desta grande morada.

Parte do tecto do edifício onde estão as repartições da Junta da Fazenda, tinha as vigas já desligadas do frechal; a residência do Governador de Benguela (construção de adobo) apresentava sinais evidentes de se desmoronar na primeira época de chuvas, e em Moçâmedes pagava-se anualmente a importante verba de rs. 700$000 por uma casa velha e acanhada, não obstante estar já levantada e pronta toda a alvenaria duma excelente e grande moradia (talvez grande demais, mas que se não podia sem grande dispêndio alterar), com acomodações para secretaria e outras repartições.

Não havia finalmente quartel para Caçadores 3; e nas Obras Públicas jaziam no terreno máquinas no valor de mais de 36 contos, que não podiam ser aproveitadas no acanhado espaço ocupado pelas oficinas.

Tratei pois de remediar, gastando o menos possível, mas V. Ex.ª sabe perfeitamente o que custam as obras dirigidas pelo Estado, e o elevadíssimo preço por que fica aqui o material.

Nesta situação e quando estava ainda em construção a ponte do Lucala, que só ela absorveu perto de 130 contos, não podia eu pensar em igrejas, quando ainda existiam algumas que, para dizer a verdade, nunca se enchiam de fiéis, nem ao menos aos domingos, em que ao serviço divino apenas assistiam *meia dúzia* de pessoas e a tropa.

Não é, pois, por falta de zelo, nem porque dê menos atenção à propagação da fé e à civilização do preto pelo ensino religioso, quando este ande a par do secular, para o habituar ao trabalho; se os nossos missionários não têm feito mais, não é por falta de auxílio e protecção deste Governo. A ninguém pode amedrontar a competência que aos nossos missionários possam fazer os protestantes, que sem auxílio algum pecuniário propagam a fé de Cristo entre o gentio, ao mesmo tempo que lhe incutem o amor ao trabalho pelo ensino profissional. São uns valentes e dedicados soldados da fé, sempre em campo, arrostando com todos os perigos dum país insalubre e falto de recursos.

Essa competência não pode ser de forma alguma prejudicial, no estado de selvajaria em que se encontram os povos desta possessão: pelo contrário, servirá de estímulo, e despertará a energia do nosso missionário, geralmente enervado pela acção do clima (1).

São estas as considerações que me sugeriu o assunto de que trata o citado ofício, terminando por pedir desculpa de me ter alongado demasiadamente, esperando em breve chamar a atenção de V. Ex.ª para a necessidade de serem aprovados os orçamentos da reconstrução da Igreja episcopal e da residência do Prelado, que hoje vive no edifício

---

(1) É deveras singular na pena de um Governador-Geral de Angola, e na época em que viveu, este panegírico às missões protestantes e estrangeiras. O exaltado «auxílio e protecção» do governo de Brito Capelo às Missões Católicas podem aquilatar-se pelo documento de 28-11-1888, da sua autoria. — Cfr. doc. n.º 125.

que era destinado a escola profissional, a qual por esse motivo não pôde até agora ser organizada.

Deus Guarde a V. Ex.ª

Palácio do Governo em Luanda, 9 de Agosto de 1887.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello
Governador

À margem, ao lado: Província de Angola / N.º 363.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7.

115

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (22-8-1887)

Em cumprimento do que me foi ordenado em ofício n.º 107 da 1.ª Repartição, datado de 20 de Abril último, e em aditamento ao meu ofício n.º 259 de 31 de Maio, tenho a honra de dizer a V. Ex.ª que, segundo a opinião do padre António José de Sousa Barroso, Superior da Missão de São Salvador, deverá ser desde já concedida ao Rei do Congo a pensão mensal de rs. 25$000 e elevada a rs. 50$000 logo que fiquem instaladas as autoridades daquela circunscrição, cessando desde logo a exigência dos Costumes ou impostos hoje pagos pelas casas comerciais ali estabelecidas.

Estou inteiramente de acordo com a autorizada opinião daquele missionário.

Desde que se estabeleça a cobrança de impostos de exportação e mais contribuições, deve cessar esta exigência dos chefes indígenas, que é origem de graves conflitos, e muito prejudicará a boa marcha da administração do distrito.

Espero pois a resolução que V. Ex.ª se dignar tomar sobre este assunto, a fim de mandar fazer o referido abono, dando então ao padre Barroso instruções para tirar todo o partido de uma concessão que pode e deve ser de grande vantagem para o nosso prestígio naquela região

e útil à boa harmonia que é indispensável manter entre o Rei do Congo e as autoridades portuguesas.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

a) Guilherme A. de Brito Capello
Governador-Geral

Ao alto: Luanda, 22 de Agosto de 1887.

À margem: 441.

(Arquivo Histórico de Angola — *Governo. Ofícios para o Reino. Códice n.º 56*, fl. 226 e v.º).

AA — N.ºs 45-46 (1954).

116

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (10-10-1887)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Cumpre-me ter a honra de participar a V. Ex.ª que os dois missionários ùltimamente chegados de Lisboa foram mandados para S. Salvador do Congo, onde já está o que veio pelo transporte *India*, esperando o outro, em Santo António, oportunidade para seguir para aquela Missão.

É de grande importância este auxílio de pessoal para o reverendo Barroso, que certamente sucumbiria sob o trabalho que era obrigado a desenvolver, para até certo ponto lutar com a missão protestante, excelentemente fornecida com pessoal de ambos os sexos, perfeitamente habilitado.

Seria conveniente mandar para ali algumas irmãs educadoras, mas é necessário preparar-lhes habitações para logo ocuparem à sua chegada ali, e poderem ter algumas raparigas a educarem.

Foi isto o que recomendei ao Rev.º Barroso, esperando que ele consiga reunir o material necessário antes mesmo de ali chegar o pessoal administrativo, que nesse caso muito o há-de coadjuvar e animar no

prosseguimento dos trabalhos, a que se tem dedicado com uma perseverança digna dos maiores louvores.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 10 de Outubro de 1887.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello

À margem: Visto com satisfação,
20 de Julho de 1887.

B. Gomes.

À margem, ao alto: Escudo Real / Província de Angola / N.º 482 / Série de 1887 / 10 de Outubro de 1887.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 7.
AA — N.os 45-46 (1954).

117

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO PADRE ANTÓNIO BARROSO (14-12-1887)

Il.mo e Rev.mo Sr.

Como disse a V. S.ª Rev.ma cheguei aqui disposto a partir para o Congo, logo que acabasse o relatório que urgentemente devia mandar ao Ministro dos Estrangeiros. Asseguraram-me todos que não seria já próprio para a viagem o mês de Outubro, por isso encarreguei o padre António Luís de me certificar, escrevendo-me de Noqui. A resposta que recebi devia fazer-me desistir da viagem, se por outros motivos não fosse ainda impedida.

É o caso, que apenas consegui mandar para o Ministério em Outubro o que eu próprio já sabia e ainda estou à espera dos esclarecimentos que pedi ao Governo-Geral e ao Cabido para formular o relatório tão circunstanciado, como em Lisboa se precisa e me fora requisitado. Além disso prendem-me em Luanda outros afazeres como a reconstrução da catedral, de que o Governador está tratando, o Jubileu do Santo Padre

no fim de Dezembro e mesmo um reumatismozinho que me acompanhou do planalto e está deveras maçador, ao qual nada bem fariam duas ou três molhas, embora interpoladamente apanhadas.

O Governador também não julga conveniente que o Prelado de Angola se vá apresentar no Congo sem levar ao menos um padre que o acompanhe e sem um certo aparato, que actualmente se não pode obter. Eis as razões porque, muito contra minha vontade, não vou neste ano ao Congo. Irei, todavia, logo que seja possível e voltaremos depois ambos. Digo voltaremos ambos porque V. S.ª Rev.ma não quererá já agora, largar esse ponto antes de difinitivamente ocupado pelo Governo, que não pode ter em qualquer dos jovens missionários há pouco saídos do colégio e aí chegados, nem em qualquer outro, que aí não haja residido e tratado desses negócios com a perícia e zelo de V. S.ª Rev.ma, a mesma confiança que em V. S.ª Rev.ma deposita. Entende o Sr. Governador-Geral que antes da ocupação não convém que V. S.ª Rev.ma daí parta e espera, assim como eu, mais este sacrifício da sua dedicação.

O Neves Ferreira disse-me que a ocupação não tardaria muito a efectuar-se e combinámos ir eu também nessa ocasião e V. S.ª Rev.ma voltará comigo e seguiria para a Europa.

Acerca, porém, da sua partida ainda há uma dificuldade.

Os missionários, assim como os empregados civis e militares só podem ir ao reino: 1.º — Tendo acabado o tempo de serviço, caso em que deixam de ser considerados missionários, como o padre Sebastião; 2.º — Tendo oito anos de serviço efectivo, para gozarem de um ano de licença, com viagens pagas e vencimento; 3.º — Com licença da Junta como doentes; 4.º — Com licença registada, pagando a passagem à sua custa e sem vencimento.

Ora eu desejo que V. S.ª não deixe de ser Superior da Missão do Congo; convém mesmo que vá nessa qualidade a Lisboa e muito estimei saber pela sua carta que era essa também a sua intenção. Da parte eclesiástica nenhuma dúvida se oferece porque, em vez de carta demissória dou-lhe apenas carta de recomendação, mas para as exigências da lei civil só V. [S.ª] Rev.ma pode ir com licença da Junta como doente, porque me persuado que ainda lhe falta tempo para os oito anos. Creio que em Janeiro ou Fevereiro de 1889 os terá. E não seria melhor então ir gozar um ano de licença com vencimento?

Ao Rei pode V. S.ª Rev.ma assegurar da minha parte que, retido agora em Luanda por doença com que vim do planalto e por outros motivos mui poderosos, entre os quais se conta o das chuvas nessas regiões, a que não é prudente expor-me, irei com toda a certeza ao Congo logo que as chuvas cessem, ou antes, se a ocupação, como creio, se realizar, caso em que mais còmodamente viajaria e me abrigaria da chuva.

Ninguém tem mais pressa e mais desejo de que eu vá ao Congo do que eu próprio, porque aí é que, conforme as bulas da sua erecção, está

a sede deste Bispado e há séculos que lá não aparece o Prelado. Julgo um grande dever ir lá. Fui eu o primeiro que falei em lá ir e hei-de ir se Deus quiser.

Quem tem a culpa de não estarem já nessa Missão os objectos pedidos é o padre Sebastião, a quem eu autorizei a comprar e mandar de Lisboa o sino, o sacrário, etc., que eu aqui mandaria satisfazer, como lhe disse. Fico esperando carta de V. S.ª Rev.ma, de quem sou com toda a consideração e estima criado muito atento e agradecido.

Luanda, 14 de Dezembro de 1887.

Il.mo e Rev.mo Sr. Padre António José de Sousa Barroso.

† António, Bispo de Angola e Congo

AAL — *Registo de correspondência expedida — 1887.*

118

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (16-6-1888)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de participar a V. Ex.ª que o Rev.mo Bispo desta Diocese, propondo-se ir visitar S. Salvador do Congo, onde o Rei reclamava há muito a sua presença, me requisitou um transporte, que o Comandante da Divisão da melhor vontade pôs à minha disposição.

S. Ex.ª Rev.ma embarcou hoje na *Liberal* com destino a Cabinda, acompanhado do Cónego Magistral, Bacharel António Júlio de Miranda, e do mais pessoal que pôde reunir, e que era apenas o indispensável para o seu serviço.

Em Cabinda reunir-se-á com o Governador do Congo, que talvez o acompanhe, se lho permitirem os assuntos importantes pelos quais tem de repartir a sua atenção. Creio porém poder afirmar que seguirá com Sua Ex.ª Rev.ma o Residente interinamente nomeado para S. Salvador, e alguma força.

Da minha parte procurei facilitar ao Rev.^mo Bispo os meios de realizar a sua visita, satisfazendo todos os pedidos que me dirigiu.

Deus Guarde a V. Ex.ª

Luanda, 16 de Junho de 1888.

Il.^mo e Ex.^mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello

À margem, ao alto: Escudo Real / Província de Angola / N.º 252 / Série de 1888 / 16 de Junho de 1888.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.

119

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (12-9-1888)

Il.^mo e Ex.^mo Sr.

O presbítero António José de Sousa Barroso, distinto missionário, que fundou a Missão do Congo, acabou há dois anos o tempo, porque era obrigado a servir como aluno do Colégio das Missões e poderia então ter-se retirado.

Querendo porém continuar a missionar nesta diocese, nela se tem conservado e como se ache agora doente e cansado de tão longa residência no mato, deseja aproveitar a licença de um ano concedida aos funcionários ultramarinos, que tenham oito anos de efectivo serviço — o que me parece muito justo.

Cabe-me pois a honra de enviar a V. Ex.ª o requerimento em que o dito presbítero a solicita.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Paço de Luanda, 12 de Setembro de 1888.

Il.^mo e Ex.^mo Sr. Dr. Secretário-Geral.

† António, Bispo de Angola e Congo

AAL — *Registo de correspondência expedida — 1888.*

120

OFÍCIO DO SECRETÁRIO-GERAL DE ANGOLA
(13-9-1888)

Atendendo ao que me requereu o presbítero António José de Sousa Barroso, cónego honorário da Sé Catedral desta cidade e Superior da Missão evangélica de S. Salvador do Congo: hei por conveniente, em nome de Sua Excelência o Governador-Geral, conceder-lhe um ano de licença nos termos do artigo 38.º do decreto de vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e oitenta e cinco, para gozar na terra da sua naturalidade.//

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta competir, assim o tenham entendido e cumpram.//

Palácio do Governo em Luanda, treze de Setembro de mil oitocentos e oitenta e oito.//

assinado) Joaquim de Almeida da Cunha, Secretário-Geral.

Está conforme.

Secretaria do Governo-Geral em Luanda, 14 de Setembro de 1888.

a) Joaquim de Almeida da Cunha
Secretário-Geral

À margem, ao alto: Série de 1888 / Angola / Governo-Geral.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.

121

OFÍCIO DO SECRETÁRIO-GERAL DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR
(14-9-1888)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Por Sua Ex.ª Rev.^{ma} o Bispo de Angola e Congo foram trazidos do Congo D. Álvaro de Água Rosada, Professor em Marimba e cavalheiro *(sic)* de Cristo, D. Álvaro de Água Rosada Júnior e Nicolau José de Gouveia, os dois primeiros filhos do Rei do Congo e que este manda a Lisboa com

o Padre António José de Sousa Barroso, a fim de cumprimentarem Sua Majestade.

Sei que as embaixadas de indígenas não gozam de grande crédito em Portugal, e que a opinião mais ou menos as ridiculariza; porém, desde que nem Sua Ex.ª Rev.ᵐᵃ o Bispo. nem o Superior da Missão de S. Salvador conseguiram dissuadir o velho Rei do Congo de os mandar, não me é possível deixar de os enviar à presença de V. Ex.ª, sem com isso ofender o Rei que os envia e arriscar os interesses de Portugal no Congo.

Em nome do Governador-Geral.

a) Joaquim d'Almeida da Cunha
Secretário-Geral

À margem, ao alto: Escudo Real / Província de Angola / N.º 396 / Série de 1888 / 14 de Setembro de 1888.

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.

122

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-9-1888)

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr.

Tenho a honra de participar a V. Ex.ª que a bordo do vapor *S. Tomé* segue viagem para essa capital o presbítero António José de Sousa Barroso, Cónego honorário da Sé Catedral desta Diocese e Superior da Missão evangélica de S. Salvador do Congo, a fim de gozar um ano de licença que lhe concedi por portaria provincial de hoje, que inclusa remeto por cópia, nos termos do artigo 38.º do Decreto de 24 de Dezembro de 1885.

Na conformidade da régia Portaria-Circular de 3 de Outubro de 1846, cumpre-me informar a V. Ex.ª que aquele eclesiástico, tendo chegado a esta cidade em 8 de Setembro de 1880, como missionário, foi por provisão de 30 do dito mês nomeado pároco encomendado da freguesia de Nossa Senhora do Cabo da Ilha de Luanda.

Por provisão de 28 de Dezembro do referido ano foi nomeado Superior da Missão de S. Salvador do Congo, de que tomou posse em 13 de Fevereiro de 1881.

Por provisão de 8 de Janeiro de 1883 foi nomeado Provisor e Vigário-Geral da Diocese (na ausência do proprietário), jurisdição que lhe

findou em 5 de Fevereiro do mesmo ano, em que regressou à sua Missão do Congo.

Não gozou de licença alguma registada nem arbitrada pela Junta de Saúde.

Sobre o modo como se houve no exercício do seu cargo, devo informar a V. Ex.ª que a ideia que neste Governo-Geral se forma a respeito daquele sacerdote, é que desempenhou o seu ministério com muito zelo e inteligência.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Luanda, 14 de Setembro de 1888.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Em nome de Sua Ex.ª o Governador-Geral

a) Joaquim de Almeida da Cunha
Secretário-Geral

Ao alto, à margem: Província de Angola / Governo-Geral / N.º 370.

Ao alto: Apresentou-se na secretaria em 13 de Outubro de 1888.

U. Henriques

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.
AA — N.ºs 45-46 (1954).

123

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO (29-9-1888)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Os Príncipes D. Nicolau de Água Rosada, D. Pedro de Água Rosada, D. António de Água Rosada e os alunos da Missão, Vicente, Silva, Zimbo e Mona Mundele, que vieram a Luanda com o padre Barroso, estes com o fim de aqui se aperfeiçoarem nalguns ofícios e aqueles com o de irem a Portugal na embaixada mandada pelo Rei, mas que desistiram uns pelo receio da viagem por mar e outros por se não darem aqui bem e

pelo medo que não sei quem lhes incutiu dos castigos da aprendizagem, deixou-os o padre Barroso em minha casa para voltarem ao Congo.

Rogo por isso a V. Ex.ª a graça de ordenar que lhes seja dada passagem para o Zaire a bordo da canhoneira *Cacongo*, que me consta partirá deste porto na quarta ou quinta-feira seguinte. No Zaire a Feitoria Portuguesa se encarregará de os mandar para S. Salvador.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço de Luanda, 29 de Setembro de 1888.

Il.mo e Ex.mo Sr. Dr. Secretário-Geral.

† António, Bispo de Angola e Congo

AAL — *Registo de Correspondência Expedida — 1888.*

124

OFÍCIO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (15-11-1888)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Possuindo a Missão de S. Salvador do Congo, uma imprensa com uma colecção de tipos em número insuficiente e de má qualidade, e sendo da máxima conveniência que a mesma imprensa esteja em condições de poder também imprimir pequenos livros, vinha rogar a V. Ex.ª em favor e interesse da referida Missão, que se dignasse de dar as necessárias ordens a fim de que a Imprensa Nacional me fornecesse uma colecção de tipos e quatro resmas de papel próprio para impressão de livros.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, em 15 de Novembro de 1888.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

O Superior das Missões do Congo

a) P.e António José de Sousa Barroso

À margem: Ofício ao Administrador da Imprensa Nacional de Lisboa em 1-12º-1888.

Autorizo. Paço, 17 de Novembro de 1888.

B. G. [Barros Gomes].

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.

125

OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (16-11-1888)

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Ao esclarecido critério de Vossa Excelência não tem passado desapercebida a alta importância religiosa, política e social das Missões Católicas nos sertões africanos. Referindo-me especialmente às do Congo, posso afirmar, sem medo de ilusão, que os seus resultados são lisongeiros; já debaixo do ponto de vista religioso, já sobretudo pelo lado político e da influência portuguesa.

No interior do Congo temos apenas duas estações missionárias: a de S. Salvador e a de Madimba. A primeira fundada em mil oitocentos e oitenta e um e a segunda em mil oitocentos e oitenta e cinco.

A primeira, que se viu sempre assoberbada com dificuldades políticas, entra hoje num período mais sossegado e sobretudo muito mais económico, visto que as dificuldades desapareceram com a ocupação pacífica do extremo norte da Província de Angola. Para esta Missão, porém, produzir todos os resultados benéficos que dela temos direito de esperar, deve ter junto a si um internato para raparigas indígenas, regido pelas irmãs educadoras. Para que se obtenha este grande melhoramento, é indispensável que o Governo de Sua Majestade vote os créditos indispensáveis para a sustentação das referidas irmãs que, atendendo à carestia da vida em S. Salvador e às dificuldades de transporte, não poderá ser inferior a uma verba de três contos e quinhentos mil réis anuais.

A Missão de S. Salvador continuará sustentando a sua filial de Madimba com o seu orçamento actual. Estas Missões, porém, são insuficientes, para as necessidades actuais; julgo, pois, de grande vantagem criar uma outra nas margens do rio Ponezo, a meio caminho de Noqui a S. Salvador. Esta Missão será dum grande alcance, porque além dos benefícios morais e materiais que toda a Missão deve produzir, garantirá às missões do interior um caminho seguro. Além desta, é urgente criar outra estação no Bembe, lugar que foi ocupado e onde o nome português tem tradições recentes de veneração e prestígio [1]. Deste modo

---

[1] A Missão do Bembe, sonhada pelo Padre Barroso, só havia de ser criada 66 anos mais tarde. Com efeito, por Provisão de 7 de Dezembro de 1954 criou o Arcebispo de Luanda, Sr. Dom Moisés Alves de Pinho, C.S. Sp., a Missão do Bembe, dando-lhe por território a área do Posto administrativo do mesmo nome, consagrando-a à Maternidade de Maria Santíssima sob o título de Madre de Deus, e confiando-a à direcção dos Padres Capuchinhos.

teríamos em pouco tempo, não só um caminho seguro para o Ambriz ou Ambrizete, mas ainda a amizade dos povos vizinhos.

Ambas estas Missões devem ter internatos mais ou menos numerosos, segundo os seus recursos, pois a experiência mostra que de outra sorte é impossível ministrar a instrução a estas populações.

Para o custeio destas duas Missões julgo indispensável a verba de oito contos de réis, pelo menos durante os primeiros anos, podendo ser reduzida esta quantia, à medida que vão conseguindo recursos próprios.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

Lisboa, dezasseis de Novembro de mil oitocentos e oitenta e oito.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

assinado) Padre António José de Sousa Barroso

Está conforme.

G. Capello
Governador

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.

126

OFÍCIO DO GOVERNADOR DE ANGOLA AO MINISTRO DO ULTRAMAR (28-11-1888)

Il.^mo e Ex.^mo Sr.

Tenho a honra de inclusa remeter a cópia do ofício que me dirigiu o padre António José Barroso, Superior da Missão católica de S. Salvador do Congo.

Esperava tomar conhecimento do relatório do Governador do Distrito, sobre a sua viagem àquela localidade, para então poder devidamente informar V. Ex.ª com respeito aos assuntos expostos pelo referido missionário; mas como esá próximo a partir para Angola, darei a minha opinião, podendo V. Ex.ª adquirir mais exactos esclarecimentos por aquele funcionário, que há pouco visitou a Missão.

Pelo que soube, extra-oficialmente, do estado em que se encontra aquela instituição, posso conjecturar que ela está, sob todos os pontos de vista, muito aquém da missão do Lubango [1] apesar de se terem ali despendido algumas dezenas de contos de réis, enquanto que para o Lubango só ùltimamente foi abonado o subsídio de 3 contos anuais, e que apenas faz ao Estado alguma despesa com a isenção de direitos alfandegários pelos fornecimentos vindos da Europa, e com as passagens e transportes dos missionários.

É certo que a congregação francesa do «Espírito Santo» subsidiava a missão do «Lubango» com 5000 francos anuais, que não chegam nem à oitava parte do que era despendido em «S. Salvador», mas também é verdade que as dificuldades provenientes da falta de pessoal, a carestia do transporte de géneros e materiais, e outras coisas, podem talvez explicar a inferioridade que se diz notar entre aqueles dois estabelecimentos.

O Governador do distrito, actualmente em Lisboa, poderá dar mais exactas informações a este respeito.

Parece-me, todavia, salvo melhor juízo, que nos devemos abster, por enquanto, do estabelecimento das Missões que o padre Barroso propõe, já porque o assunto não está perfeitamente estudado, enquanto às vantagens político-religiosas que delas podemos tirar, já porque é grande a verba que actualmente a província despende com estas instituições, e já finalmente porque há falta de bons missionários, que saibam dirigir e organizar novas Missões.

Para isto seria necessário que se mudassem para ali os que tivessem muita prática destes assuntos, e que fossem acompanhados de irmãos em número suficiente para os auxiliar na administração, catequese e mais serviços duma instituição daquele género.

Um missionário quando esteja só, por muito que trabalhe, nada fará com vantagem para a civilização e educação dos povos africanos, sendo dinheiro quase perdido o que por este modo se despender.

Espere-se, pois, pelos esclarecimentos que se devem pedir ao digno Governador do Congo, e ao ilustrado Bispo da Diocese de Angola, que tendo já visitado as duas Missões, pode fazer o confronto e dizer onde estão os defeitos da administração, e causas do pouco resultado dos sacrifícios de dinheiro que o Governo tem feito, e dos esforços dos missionários para levantar aquele estabelecimento religioso à altura devida, e então V. Ex.ª, em vista dessas informações, resolverá conforme julgar melhor aos interesses políticos, religiosos e civilizadores dos povos daquela vastíssima região.

Enquanto às irmãs educadoras, acho muito conveniente a sua ida para S. Salvador, a fim de se poderem educar raparigas, como actual-

---

(1) Sá da Bandeira, fundada e dirigida pelos Padres do Espírito Santo.

mente se faz no Lubango; todavia devo desde já informar V. Ex.ª que com cada uma das irmãs das Missões do Sul da Província se despende apenas a quantia de 240$000 réis anuais, e mais uma pequena verba de instalação, enquanto que o padre Barroso pede 3.500$000 réis para não sei quantas irmãs. Isto é, pede mais do que o Estado despende com toda a Missão do Lubango! Não sendo necessário mais do que 3 irmãs, conclui-se que, segundo aquela proposta, a despesa para cada uma seria de 1.166$666 réis anuais, o que é exorbitante, se atendermos, além disso, a que a Missão de S. Salvador é subsidiada pelo Governo com 7 contos anuais, afora outras despesas extraordinárias, que até hoje ali têm sido feitas com a classificação de instalações, e que certamente se renovarão agora.

Eu lembro isto, não porque não deseje o melhoramento daquela instituição, mas para mostrar a V. Ex.ª o que com ela se gasta, e fazer o confronto com a administração da Missão do distrito de Moçâmedes.

Julgo, portanto, que é exageradíssima a verba pedida, e que com mais regular administração e economia, poderá ser tirado do subsídio de 7 contos, concedido à Missão, o necessário para o conforto e instalação das irmãs em S. Salvador, dando apenas o Governo a cada uma a verba anual de rs. 480$000, em atenção à carestia e falta dos principais meios de vida naquelas paragens.

Terminando, e sem com isto querer fazer uma acusação ao padre Barroso, devo notar que na Missão que ele tem dirigido parece que pouca atenção se tem dado ao princípio adoptado em todas as instituições daquela Ordem, de que o sustento principal dos educandos deve sair do seu próprio trabalho, havendo exemplos, como em «Lândana» e no «Lubango» de ser diminutíssima a verba despendida para aquele fim, ao mesmo tempo que se tem reconhecido as vantagens de habituar o indígena ao trabalho e ao ensino dos variados processos da agricultura. Mas alguns motivos devem ter havido para que assim tenham procedido, pois que não é fácil supor que os missionários se esqueçam dum assunto tão importante, e que tanto interessa ao desenvolvimento da Missão, da qual o Governo deseja tirar os vantajosos resultados civilizadores, que tem direito a esperar como compensação dos enormes sacrifícios que já tem feito com a manutenção daquele estabelecimento.

É tudo o que posso informar sobre o objecto do ofício do padre Barroso.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 28 de Novembro de 1888.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) Guilherme Augusto Brito Capello
Governador-Geral

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.

INFORMAÇÃO DA 1.ª REPARTIÇÃO:

O ofício do Padre Barroso, junto por cópia, é dirigido a S. Ex.ª o Ministro. Nele diz o referido Padre que é de grande vantagem criar mais uma Missão nas margens do rio Ponezo e outra no Bembe, ambas com internatos, para o custeamento das quais julga indispensável, nos primeiros anos pelo menos, a verba de 8.000$000 réis.

Para a Missão de S. Salvador do Congo, dar os resultados que dela se devem esperar, julga o Padre Barroso indispensável criar um internato para raparigas indígenas, e por isso pede que para as irmãs da missão, a quem deve ser confiado o novo instituto, se vote a verba de 3.500$000 rs.

O Governador de Angola neste ofício acha exagerada aquela verba, que pode reduzir-se a 1.440$000 rs. (3 irmãs a 480$000 rs. cada ano) e pronuncia-se contra a criação de novas Missões; indica, porém, a conveniência de serem ouvidos sobre o assunto o Governador do distrito do Congo e o Bispo da diocese, no que a Repartição está de pleno acordo.

Em 28-11-1888.

U. Henriques

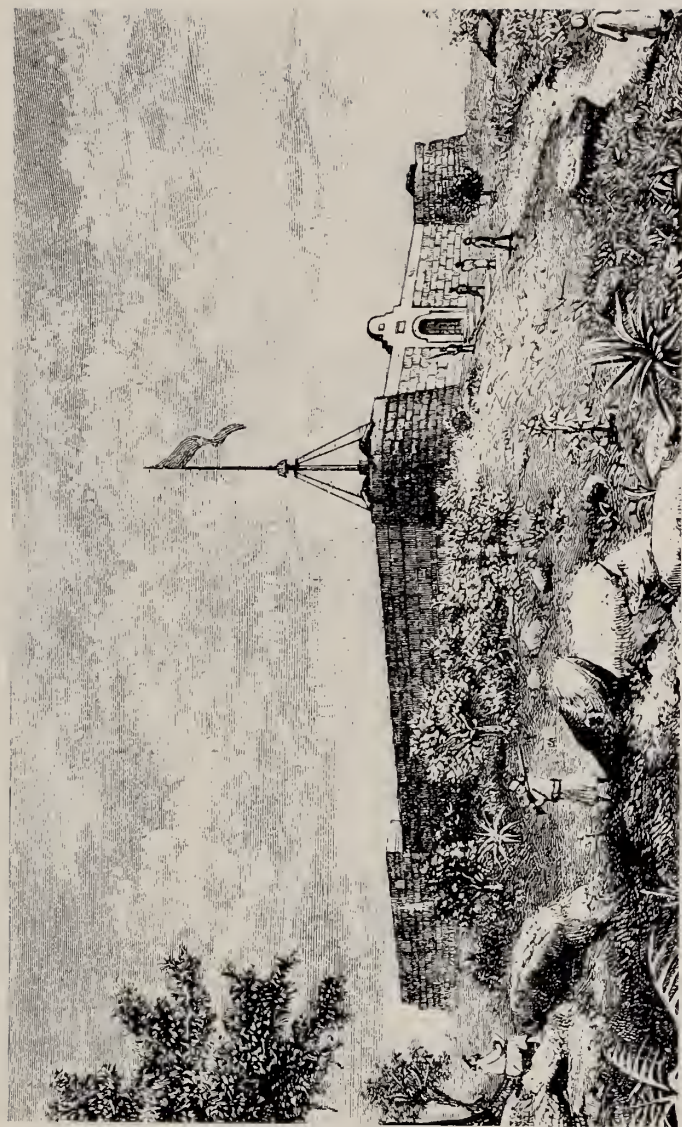
AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 8.

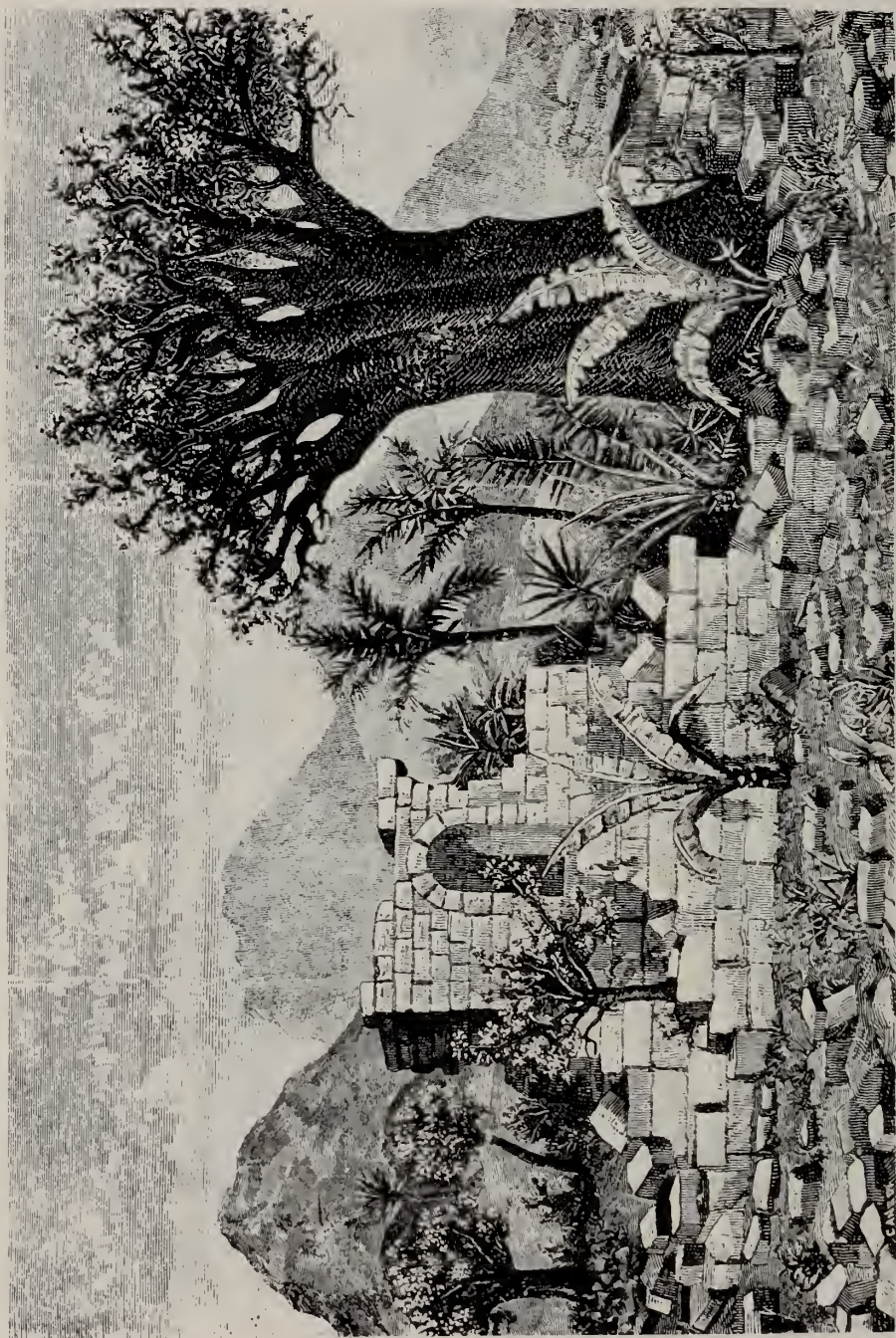
127

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO LEITÃO E CASTRO AO MINISTRO DA MARINHA (20-2-1889)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Envio hoje para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros um ofício sobre a circunscrição dos Bispados na África, que muito convém realizar quanto antes e um projecto de bases para uma nova concordata, que se me afigura fácil, desistindo-se por ora de dar maior desenvolvimento aos trabalhos da evangelização na África, para que tinha apresentado várias hipóteses no meu ofício de 14 de Outubro de 1887.

Estimarei que agrade a V. Ex.ª a proposta. O Capelo disse-me que havia ideia de entregar a Missão do Congo à Congregação do Espírito Santo e de colocar por qualquer forma o padre Barroso. Eu lembraria que criando-se um novo Bispado no Congo, a que se anexasse o de S. Tomé, que não deve continuar assim abandonado, e dando-se este com o de Cabo Verde como sufragâneos a Angola, elevada a Arcebispado — em que consiste na minha proposta a económica circunscrição dos Bispados na Africa, mui fácil e nada dispendiosa, como demonstro

MOÇAMBIQUE — Forte D. Luís I, na vila de Tete

(Desenho do P.^e Courtois — *Missions Catholiques*, 1890, p. 37)

MOÇAMBIQUE — Ruínas do convento de S. Tiago Maior, em Tete

(Desenho do P.[e] Courtois — *Missions Catholiques*, 1884, p. 265)

no meu ofício, se nomeasse o padre Barroso, Bispo desse novo Bispado e isto por duas razões. A primeira porque esse missionário é muito querido no Congo, onde tem grande influência e é digno de tal graça, pelo muito que tem trabalhado e sofrido ali, onde creio que continuaria a prestar bom serviço como Prelado. Não ocultarei que causou péssima impressão, a quantos foram a S. Salvador, o pouco desenvolvimento material da Missão, que tem apenas, além da casa que o Governo ali mandou construir, só a capela, pequena para a população, a casa da escola com uma sala vasta e dois quartos contíguos, o observatório e o armazém das fazendas para pagamentos, tudo feito de pedra e cal, algumas cubatas de capim para acomodação dos alunos, cozinha, padaria, etc. e um grande barracão de bordão, também coberto de capim, para arrecadações. Isto que assim descrevo, confinado num pátio acanhado, formado por dois becos estreitos com cubatas de indígenas, de dois lados, com o antigo muro do recinto dos portugueses e um cemitério de outro, e com o quintal dum vizinho e o da missão inglesa do quarto, produz um aspecto que não esperava decerto quem, pelo que há tanto tempo se dizia da Missão do Congo, imaginava ir ali encontrar muito mais maravilhas, importantes estabelecimentos, mui superiores aos da Huíla. Houve efectivamente decepção e daí nasceu uma ideia desfavorável aos trabalhos do padre Barroso. Mas é necessário não julgar as coisas só pela aparência, visto que se deve ser justo.

O padre Barroso foi para o Congo, mandado pelo Governo-Geral, para impedir que o Rei e os príncipes vizinhos cedessem aos pingues convites dos ingleses, que andavam a angariar adesões e assinaturas para, representando à Rainha Vitória, sujeitarem aquele território à Inglaterra; levou por isso ordem para ser generoso e generoso em competência com os ingleses e americanos da missão protestante, já ali estabelecida muito antes da sua chegada. Quem acompanhou os acontecimentos, que se deram na África pouco antes da conferência de Berlim, preparados pelo Governo de Angola, quem viu as representações dos príncipes indígenas e a atitude do Rei do Congo, e notou por fim o resultado de tudo isso, que foi a conservação daquele nosso território, sabe que tudo se deve ao padre Barroso, que teve de sustentar uma grande luta com a missão inglesa, que lhe deu muito trabalho e desgostos e o Governador Ferreira do Amaral, que dirigiu esses trabalhos, deverá também atestá-lo. Não entro na apreciação do valor que para nós tem a conservação daquele território nem a do de Cabinda, Lândana, etc., que no futuro se verá, trato só do facto em que o padre Barroso cumpriu as ordens do Governo, a missão principal para que tinha sido enviado — meramente política como se vê.

Teve pois que edificar uma casa de pedra e cal para o Rei e dar-lhe e aos príncipes e ao povo tudo que eles quiseram, rivalizando em generosidade com os opulentos missionários protestantes, cuja propaganda era mais política do que religiosa.

E isto custou-lhe muito dinheiro. Eu sei por experiência própria como aquela gente pede e exige, julgando que temos obrigação de lhe dar tudo e se não dermos, lá estão os ingleses que darão.

Hoje, que se ocupou o Congo, pode não se reparar no que isto custou.

Ora o padre Barroso tinha ordem do Governo para despender, despendeu a verba da Missão, excedeu-a, gastou também a sua côngrua com a gente do Congo, com a construção do que lá existe no recinto da Missão, com a compra do estabelecimento da casa francesa, que destinava para as irmãs educadoras e que emprestou para alojamento da tropa, que ainda lá está, com a edificação de uma capela e casa para internato na Missão da Madimba, que criou, etc.

Quem precisava de qualquer coisa ia pedi-la à Missão. Só em medicamentos, que se distribuíam gratuitamente a todos, se despendia uma soma importante. E recusando-lhes, fosse o que fosse, lá estavam os estrangeiros, que nada recusavam.

Atendendo pois a tudo isso e à dificuldade e despesa que é preciso fazer no Congo para qualquer construção e que as autoridades civis reconhecerão agora, lembrando-nos que o padre Barroso não tinha irmãos auxiliares, nem pessoal, de que pudesse dispor, além de um companheiro missionário, o padre Sebastião, que não bastava, em vez de se censurar, reconhece-se que é digno de muita consideração e elogios o padre Barroso, que todos no Congo veneram, a ponto de jurarem pelo Santíssimo Sacramento, pelo Salvador do Congo e pelo padre Barroso.

O muito que exaltaram a Missão do Congo, uns para armar ao efeito aos estrangeiros, outros por simpatia para com os trabalhos daquele missionário, que não precisava certamente de exageros para ser julgado benemérito no cumprimento do seu dever, é que deu lugar à grande decepção por que passaram muitos e confesso que eu também.

Mas eu estudei; analisei as coisas.

Enquanto à parte religiosa, o que eu vi é que a gente do Congo frequentava a igreja nos domingos e dias santos, ouvia a sua missa de manhã e prática feita por meio de intérprete pelo padre Barroso e à tarde ia à igreja aprender doutrina. A escola enchia-se de raparigas todas vestidas e com livros à custa da Missão, e até de mulheres com criancinhas ao colo, que também queriam aprender a ler e escrever, juntamente com os seus filhos; muitos até procuram já a confissão e os sacramentos, quando estão a morrer. Eu mesmo assistindo-lhes tive ocasião de lhes dar a Bênção Papal na hora da morte e crismei ali perto de mil pessoas. Os progressos dos alunos da escola podem avaliar-se pelos dois alunos D. Álvaro e Nicolau, que estão em Lisboa e que tudo que sabem aprenderam na Missão.

A Missão do Congo não é o que se esperava. É verdade, mas não tem culpa disso o padre Barroso. Se lhe tivessem dado o pessoal necessário, auxiliares artistas, e os elementos com que contam todas as Missões estrangeiras, creio que aquela Missão teria correspondido à expectativa.

O que é certo é que ele desempenhou e com muitos trabalhos e desgostos, a missão de que o encarregaram — impedir que os estrangeiros absorvessem o Rei e os príncipes, e que eles pedissem e obtivessem o patrocínio britânico à custa do nosso território. E não deve importar ao padre Barroso se isso valia a pena ou não. Fez o que lhe mandaram.

Com relação ao resultado religioso, quando se tratar de obter daquele povo o cumprimento de certos deveres, sem se lhes dar o que até hoje se lhes [não] tem dado, tenho sérias apreensões e dúvidas, porque mesmo no estado actual, tais foram as dificuldades que eu encontrei para o casamento do Rei, que supunha ser coisa decidida, quando resolvi ir ao Congo, tais as promessas de abandonar as outras mulheres e as recusas práticas por parte daquele tão antigo cristão, tais os votos dos conselheiros etc., que devo recear muito que aconteça o mesmo no futuro a todos.

Mas é preciso não desanimar, aliás, como resultados semelhantes são os que em todos os tempos confessam ter obtido os missionários africanos, deveríamos desistir de cristianizar a África, fechar todas as igrejas, mandar retirar como inúteis todos os missionários.

Eu tenho às vezes momentos de desânimo, mas ainda espero muito da docilidade do preto. No Congo, em Luanda e noutros pontos, já alguma coisa se tem feito. Levará muito tempo esta obra e mais porque são poucos os operários e desses mesmo nem todos trabalham; levará séculos talvez, não a verei eu concluída, perder o conseguido e procurar sempre aumentar-lhe um pouco, nem muitos dos meus sucessores, mas é necessário não deixar perder o conseguido e procurar sempre aumentar-lhe um pouco mais.

É por isso que eu proponho, que se dê um Prelado ao Bispado de S. Tomé, há tanto tempo sem pastor, unindo-o ao Congo e fazendo dessas duas cristandades uma só diocese, por ocasião de se circunscreverem os Bispados africanos e criar aqui uma província eclesiástica, antes que a Santa Sé crie alguma, o que dará depois mais trabalho com protestos, questões, etc. V. Ex.ª sabe que já o arcebispo de Cartago foi feito Primaz de África.

Enquanto à Missão do Congo, poderá entregar-se à Congregação do Espírito Santo, bem como a do Bié. Tem ela pessoal e elementos que nos faltam.

O padre Barroso, como Bispo do Congo e S. Tomé, poderá ficar superior da do Congo e a do Bié ficará sujeita ao padre Antunes, que eu nomearei meu Vigário-Geral ali, estendendo até ao Bié a jurisdição, que ele actualmente só tem no planalto como Vigário da Vara.

Mas disse eu que por duas razões lembrava o padre Barroso para o Bispado do Congo e S. Tomé. Eis a segunda.

Haverá dois anos que em telegrama do Ministério da Marinha se perguntou ao Governador se eu aceitava uma transferência e se o padre Barroso aceitaria o Bispado de Angola. Eu respondi que não aceitava

transferência, o que ainda hoje responderia, porque desejo trabalhar aqui, fazer, se for possível, alguma coisa que se veja, e aqui acabar os meus dias. O padre Barroso, esse respondeu que aceitava, mas como eu não quis ser transferido, ficou aquele padre sem a colocação que lhe ofereciam e eu tenho uma espécie de remorsos de ter embargado o futuro de tão digno missionário, que há dois anos podia já estar Bispo, ainda que eu o fizesse indirectamente e sem culpa, sem querer.

É esta a segunda razão e a principal, porque aliás eu não lembraria a V. Ex.ª ninguém para esse, nem para outro semelhante lugar.

Não me atreveria.

Escrevendo isto a V. Ex.ª fico mais satisfeito, pois trato de remediar o mal que indirectamente e sem o querer, fiz àquele sacerdote e que eu não quisera ter feito, esperando que V. Ex.ª me perdoe, pelas razões expostas, a lembrança que ponho na sua presença e a extensão e desalinho desta carta, que deve levar o paquete que parte hoje.

No paquete seguinte mandarei a proposta para que os canonicatos se dêem aos missionários, como opinei no ofício que hoje mando e para que peço a benévola atenção de V. Ex.ª, de quem sou com o maior respeito e consideração, escravo obediente e mui agradecido.

Luanda, 20 de Fevereiro de 1889.

Il.mo Sr. Conselheiro Barros Gomes, Ministro da Marinha e Estrangeiros.

À margem: Sobre a Missão do Congo e o padre Barroso.

(Arquivo da Arquidiocese de Luanda — *Correspondência expedida. Livro n.º 20,* fls. 72, v.º a 76).

AA — N.os 45-46 (1954).

128

OFÍCIO DO BISPO DE ANGOLA E CONGO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (15-4-1889)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Repetidas vezes tenho oficiado a V. Ex.ª sobre a necessidade, exposta pelo Rei do Congo e pelo Superior daquela Missão, de se mandarem para ali irmãs educadoras, principalmente por causa da influência,

que pretendem os ingleses protestantes que missionam em S. Salvador e têm algumas senhoras, que ensinam as raparigas. Escuso repetir hoje o que já disse e V. Ex.ª conhece.

A Superiora do instituto de Carnide (1) prometeu-me mandar algumas irmãs para o Congo e escrevi-lhe por isso, pelo padre Barroso, a quem encarreguei de tratar com aquela senhora, da vinda das irmãs, que provàvelmente o acompanharão.

Rogo pois a V. Ex.ª, que se digne ordenar a construção, em S. Salvador, de uma casa para as receber, visto que está ocupada pelas praças do destacamento, a casa da Missão, que lhes era destinada.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço de Luanda, 15 de Abril de 1889.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

† António, Bispo de Angola e Congo

AHU — 1.ª Repartição. Angola. Pasta 9. [Documento autógrafo].

129

PARTICIPAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO PRELADO AO GOVERNADOR DE MOÇAMBIQUE (25-6-1891)

PORTARIA N.º 171

Manda Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, participar ao Governador-Geral de Moçambique, que, por decreto de 12 de Fevereiro último, houve por bem nomear para o cargo de Prelado de Moçambique, o Rev.º D. António José de Sousa Barroso, a quem foram nesta data entregues as Letras Apostólicas de 6 do corrente mês, que o constituem na dignidade de Bispo de Himéria.

Paço, em 25 de Junho de 1891.

Júlio Marques de Vilhena

BOM — 1891, pág. 369.

---

(1) Irmãs de S. José de Cluny.

POSSE DA PRELAZIA DE MOÇAMBIQUE (21-7-1891)

ALVARÁ

D. António José de Sousa Barroso, por Graça de Deus e Mercê da Santa Sé Apostólica, Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, etc., etc.

In Nomine Domini. Amen.

Pelo presente alvará de procuração, por Nós assinado, constituímos Nosso bastante procurador, com todos os Poderes em Direito necessários, pelo melhor modo, via e forma, que podemos, ao Il.mo e Rev.mo Sr. Serafim Geraldo da Silva Vilela, para que em Nosso Nome possa tomar posse da Prelazia de Moçambique, em virtude do Decreto de 12 de Fevereiro do corrente ano, pelo qual fomos nomeado Prelado, promovendo perante quem competir, que Nos dêem posse real, actual e corporal da Dignidade Prelatícia e sua jurisdição, da mesma forma, por que se tem usado dar a Nossos antecessores e que Nos façam, tenham e obedeçam como Prelado legítimo, com a jurisdição espiritual e temporal que por Direito, costumes e conforme o dito decreto e a Bula de Paulo V *«In super eminenti militantis Ecclesiae»* de 22 de Janeiro de 1612, ou de outra qualquer forma Nos pertença e assim a respeite e faça respeitar, para fazer e praticar todos e quaisquer actos, petições, requerimentos e diligências necessárias; bem como para que possa por Nós e em Nosso nome jurar quaisquer estatutos e costumes louváveis da dita Nossa Prelazia, como têm feito Nossos Predecessores, contanto que não sejam contra Direito, nem contra o que dispõe o Sagrado Concílio Tridentino, e estando impedido por enfermidade, ou qualquer outra causa legitima, pela qual não possa por sua própria pessoa executar o que se contém neste alvará de Procuração, possa substabelecê-lo em outra pessoa ou pessoas, para o que lhe damos completa e suficiente autoridade, qual Nós a temos: obrigando-nos e prometendo ter por válido este alvará e tudo o que em virtude dele se fizer e praticar. Em

fé do que outorgamos o presente, interpondo toda a Nossa Autoridade, que por Direito nos é permitido.

Dado e passado em Lisboa, aos 21 dias do mês de Julho de 1891.

(Lugar do Selo das Armas de Sua Ex.ª Rev.ᵐᵃ).

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado de Moçambique

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 22 de Setembro de 1891.

Francisco Baptista Leitão, capelão de Infantaria da Rainha, servindo de Secretário da Câmara Eclesiástica desta Prelazia.

BOM — 1891, pág. 407.

131

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR

(Janeiro de 1892)

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr.

Tendo os presbíteros Benício Arcângelo do Rosário e Sá, e Daniel Xavier Fernandes, naturais da Índia Portuguesa, pedido para exercer[em] o ministério de missionários do Real Padrooado Português na Prelazia a meu cargo; e atendendo a que o clero muito escasseia na dita Prelazia e que os referidos presbíteros são idóneos e de bom comportamento, segundo informações que julgo seguras, tenho a honra de propor a V. Ex.ª a nomeação dos referidos padres para Missionários na Província de Moçambique.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa [...] de Janeiro de 1892.

Il.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado de Moçambique

À margem: Nomeiem-se.
P. 20-2-92.
F. Amaral.

Portaria ao Governador-Geral de Moçambique em 26-2.º 1892.
Ofício ao Prelado de Moçambique em 5-3.º-1892.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 8.

132

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (3-4-1892)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Atendendo ao número reduzido de clero para as necessidades mais urgentes desta Prelazia, e tendo-se apresentado para exercer nela o seu Sagrado Ministério o presbítero Caetano Francisco da Cunha, actualmente pároco encomendado na Vila de Sena, que parece oferecer todos os requisitos para bem desempenhar o múnus de missionário do Real Padroado Português, tenho a honra de propor a nomeação do referido presbítero para missionário desta Prelazia.//

Outrossim, e por idênticos motivos, proponho para o mesmo fim o ordinando Vitorino Francisco Ismael Viegas, que completará a sua ordenação dentro em oito dias, e que tencionamos nomear como pároco encomendado para a Vila de Chiloane, onde passa de um ano, não há pároco.

Deus guarde a V. Ex.a.

Paço Episcopal em Moçambique, 3 de Abril de 1892.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Portaria ao Governador de Moçambique em 17-8.º-1892.
Ofício ao Prelado de Moçambique na data supra.
Comunicação à 7.a Repartição de Contabilidade em 18-8.º-92.

Como pede. P. 11-8-92.

F. Amaral

À margem, ao lado: Série de 1892 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 95.

AHU — 1.a Repartição. Moçambique. Pasta 8.

133

RESTAURAÇÃO DA PARÓQUIA DE QUIRIMBA (4-4-1892)

PORTARIA N.º 5-B

Tendo em consideração as razões que nos foram expostas em nome dos habitantes da ilha de Quirimba, no distrito de Cabo Delgado; ponderando os compromissos a que se obrigaram de construir uma modesta igreja para o exercício do culto católico; atendendo ainda a que aquela é uma das mais antigas desta Prelazia, e onde foi mais intensa a propaganda religiosa dos nossos antigos missionários e bem assim a extraordinária extensão da paróquia de S. João Baptista do Ibo; considerando mais que nunca aquela freguesia foi extinta de direito.

Havemos por bem restaurar a antiga paróquia da ilha de Quirimba, dando-lhe para padroeiro S. Luís de Gonzaga, e lhe assinamos para limites da sua jurisdição actual a ilha de Quirimba e todo o território, quer na costa, quer no interior, ao sul da mesma ilha. As autoridades a que o conhecimento desta competir, assim o hajam entendido.

Paço Episcopal em Moçambique, 4 de Abril de 1892.

† António, Bispo de Himéria
Prelado

BOM — 1893, pág. 44

NOTA — Em Portaria N.º 5-C, da mesma data, é nomeado pároco da referida freguesia o padre Jorge Tolentino Henriques. — *Ibidem*, p. 44.

134

PRIMEIRO PONTIFICAL EM MOÇAMBIQUE (6-4-1892)

EDITAL

D. António José de Sousa Barroso, por graça de Deus e Mercê da Santa Sé Apostólica, Bispo de Himéria e Prelado de Moçambique, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, etc., etc.

Fazemos saber que, tencionando celebrar, mediante o auxílio Divino, o Nosso primeiro Pontifical, na Igreja da Nossa Sé Matriz desta capital,

no dia 17 do corrente, dia da Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, e, desejando, por essa ocasião, comunicar graças especiais aos fiéis desta Nossa Prelazia, como penhor do Nosso paternal afecto, Nós, usando das faculdades extraordinárias, que por Sua Santidade Leão XIII Nos foram concedidas, pelo que anunciamos, que nesse dia, daremos a Bênção Papal, a todos os fiéis que, verdadeiramente arrependidos, se confessarem, comungarem e assistirem ao mesmo Pontifical e receberem com devoção a Nossa Bênção Solene, ou que, pelo menos, visitarem devotadamente as Igréjas das suas freguesias, no mencionado dia, dirigindo a Deus pias súplicas, pela paz e concórdia dos Príncipes Cristãos, pela extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja Católica, Apostólica, Romana. Convidamos, pois, os Nossos amados filhos, residentes nesta cidade, a que Nos dêm a satisfação de se reunirem connosco em tão solene acto, e se aproveitem da preciosa graça espiritual, que, por Nosso intermédio, lhes é concedida. E para que chegue ao conhecimento de todos este nosso convite, mandamos expedir o presente edital, que, depois de ser lido à estação da missa conventual do próximo Domingo, será publicado nos lugares do estilo.

Dado e passado em a Nossa Câmara Eclesiástica, sob o Nosso Sinal e Selo das Nossas Armas, aos 6 de Abril de 1892.

E eu o Padre Afonso Pereira, Escrivão da Câmara Eclesiástica, o escrevi e subscrevo.

† António, Bispo de Himéria
Prelado de Moçambique

P.e Afonso Pereira
Escrivão da Câmara Eclesiástica

BOM — 1892, pág. 126.

135

CRIAÇÃO DA MISSÃO DE MAXANGUENE (21-6-1892)

PORTARIA N.º 17

Sendo de grande alcance religioso e político o estabelecimento de Missões católicas, por ser um dos meios mais profícuos, não só para ensinar ao indígena os santos e salutares princípios da nossa religião, mas para o civilizar, instruir e incutir-lhe o amor ao trabalho, consolidando assim o nosso domínio e formando cidadãos úteis à província e à metrópole.

Havemos por bem criar uma Missão sob a protecção de S. José em Maxanguene, próximo de Lourenço Marques, e incumbirmos a sua fundação ao rev.º missionário Augusto Soares Pinheiro, que ficará sendo Superior, enquanto não mandarmos o contrário, e a quem concedemos a necessária jurisdição para administrar os Sacramentos e exercer todos os actos paroquiais, fora da área da cidade de Lourenço Marques. As autoridades e mais pessoas, a quem o cumprimento desta competir, assim o hajam entendido.

Paço Episcopal de Moçambique, 21 de Junho de 1892.

† António, Bispo de Himéria
Prelado

BOM — 1892, pág. 244.

136

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (1-7-1892)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que, em Portaria n.º 17 deste Governo Eclesiástico, foi criada uma Missão, sob o patronato de S. José, no lugar de Maxanguene, próximo de Lourenço Marques. O fim principal desta Missão é civilizar os pretos do Distrito e especialmente os da cidade, por meio da agricultura e oficinas, onde se ministre o ensino profissional aos indígenas, implantando naquela região a influência portuguesa e católica, em contraposição à inglesa e protestante, que tem feito progressos. Tive a satisfação de ver as minhas ideias plenamente aceites por todos os portugueses e muitos estrangeiros, que se prontificaram, não obstante a crise comercial que atravessam, a auxiliar com dinheiro e materiais a fundação de tão útil estabelecimento, encarregando-se bizarramente de dirigir todas as obras, apesar da distância, o Capitão-Tenente da Armada Augusto Cardoso.

Confiei a direcção desta Missão ao presbítero Augusto Soares Pinheiro, dando-lhe como companheiro o padre José da Cruz, ambos europeus, e nas instruções, que julguei oportuno transmitir-lhes, obrigo-os, primeiro que tudo, ao estudo da língua indígena, para que os trabalhos e despesas possam dar um resultado profícuo. Muito próximo do lugar escolhido foi benzida por mim uma capelinha dedicada a S. Francisco Xavier e que servirá para as primeiras necessidades do culto.

Esta capela, distante quatro quilómetros da cidade, é devida ao zelo do Rev.º Pároco de Lourenço Marques, António Dias Simões, que na sua construção gastou 700$000 réis das suas parcas economias; pelo que o louvei, a fim de que o seu zelo seja incentivo aos outros.

Estão calculadas as despesas para as edificações, e bem modestas, em nove contos de réis; como V. Ex.ª não ignora, em Lourenço Marques, qualquer construção custa muito dinheiro, por modesta que seja.

Quando estas estiverem concluídas e um internado *(sic)* estabelecido, solicitarei o auxílio oficial para esta Missão, que espero corresponderá aos altos fins a que é destinada.

Na mesma ordem de ideias, mais me cumpre declarar, que tendo-me os cristãos da Ilha de Quirimba representado que, por meio de subscrição entre si, construíam uma modesta igreja e uma casa de escola, para a qual também subscreviam os mouros mais ricos da localidade, de bom ânimo acedi a tão simpático pedido, restabelecendo a antiga paróquia e nomeando-lhe o Rev.º P.e Jorge Tolentino Henriques pároco encomendado, que está presidindo à construção da nova igreja. O mesmo fiz em respeito a Angoche, para onde nomeei pároco o Rev.º Eduardo Augusto Quintão.

No meu regresso do interior, para onde tenciono partir em poucos dias, darei conta a V. Ex.ª do verdadeiro estado desta Prelazia.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal de Moçambique, 1 de Julho de 1892.

Il.mo e Ex.mo Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

A margem: Diário do Governo N.º 183 de 1892.

Espere-se o anunciado relatório e louve-se o prelado pelo seu zelo e dedicação. Torne-se bem conhecido do público este ofício, publicando-o no Diário do Governo e envie-se a J. S. para um conhecimento.

Respondido, em 11-8-1892. P. 10-8-92.

F. Amaral

À margem, ao alto: Série de 1892 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 214.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 8.

137

RESTAURAÇÃO DA PARÓQUIA DE S. SEBASTIÃO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE (9-7-1892)

PORTARIA N.º 22

Sendo da mais alta conveniência para a boa organização do serviço eclesiástico que, na ilha e cidade de Moçambique, existam duas paróquias, e convindo conservar as louváveis tradições dos antepassados; sendo, por outro lado, Nossa obrigação facilitar aos fiéis a recepção dos Sacramentos da Santa Igreja e o ensino religioso com o menor incómodo para os mesmos; considerando que a antiga paróquia de S. Sebastião nunca foi extinta, mas simplesmente anexada de facto por falta de pessoal eclesiástico://

Havemos por bem determinar que seja restaurada a antiga paróquia de S. Sebastião, que funcionará, enquanto não existir igreja mais adequada, na Ermida do fortim de Santo António, e assinamos-lhe como limite norte a Travessa do Hospital e Rua das Hortas, pertencendo o lado norte dessa rua e travessa à paróquia da Sé e o lado sul à de S. Sebastião, em toda a largura da Ilha. As autoridades e mais pessoas, a quem o cumprimento desta competir, assim o hajam entendido.

Paço Episcopal de Moçambique, 9 de Julho de 1892.

† António, Bispo de Himéria
Prelado

BOM — 1892, pág. 293.

NOTA — Em Portaria N.º 23 da mesma data foi nomeado pároco o padre Emílio da Esperança Machado. — *Ibidem*, págs. 293-294.

138

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (3-12-1892)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Tendo reconhecido que, para poder dirigir com algum acerto o governo da minha vastíssima Prelazia, acudindo às mais instantes necessidades com o remédio pessoal, de que posso dispor, a primeira condição era

conhecer não só as paróquias e missões que escalonam a costa, mas ainda, e especialmente, as do interior, resolvi fazer a minha visita pastoral ao interior da Província.

Com este fim, parti desta Capital em 11 de Julho, e, tendo visitado Inhambane e a Missão de S. José de Inamússua, segui para a Beira e dali pelo vale do Punguè até Sarmento e Macequece.

Era intenção minha fazer caminho dali para Tete pelo Barué; infelizmente o estado pouco tranquilizador dessa região não me permitiu executar o itenerário que me tinha imposto, forçando-me a descer a Gouveia, na Gorongosa e dali para Sena.

Desci o vale do Zambeze até Quelimane, regressando a Moçambique em 23 de Novembro.

Quando tiver em meu poder todos os elementos de que necessito, darei conta a V. Ex.ª, em relatório, das impressões da minha visita, podendo desde já afirmar a V. Ex.ª que elas são, ao menos pelo lado religioso, as mais desanimadoras.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 3 de Dezembro de 1892.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo d'Himéria
Prelado

À margem ao alto: Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 285.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 8.

139

PORTARIA DE D. ANTÓNIO BARROSO SOBRE O CLERO DA PRELAZIA (26-1-1893)

PORTARIA N.º 3

Cumprindo-Nos velar com atenção pelo cumprimento da disciplina eclesiástica, que não sendo observada rigorosamente, acarreta desprestígio ao clero e o torna menos apto para o desempenho das suas augustas funções, com prejuizo evidente da edificação dos fiéis, que devem ver no

sacerdote o símbolo da modéstia e compostura, e não o desalinho, desleixo e pouco cuidado;

Atendendo às prescrições do direito e às constituições por que se rege esta Prelazia, que mandam no Livro 3.º, Título 1.º, Constituição II, que os clérigos de ordens sacras usem sempre de hábitos talares;

Ordenamos que os Rev.dos Párocos e missionários assim o cumpram e observem. Permitimos, porém, para sua comodidade e economia, que possam usar na rua batina de linho ou algodão branco, com cabeção do mesmo pano, sempre limpa, exceptuando, todavia, os actos do culto, nos quais só poderão usar de hábitos pretos. Nas excursões que fizerem para o interior, fora das suas paróquias e missões, poderão usar do hábito que mais comodidade lhes oferecer, tendo sempre em vista a decência e o seu carácter sacerdotal.

Outrossim mandamos que os Rev.dos Párocos da vila do Ibo, das freguesias da Sé Matriz e S. Sebastião da cidade de Moçambique, das de Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques, e todos os presbíteros que celebrarem o Santo Sacrifício nos referidos lugares, em domingos, dias santificados e solenidades, que porventura ocorram fora destes dias, o não façam sem sapato raso, vulgo de padre, e meia preta, devendo nas solenidades principais usarem de fivela de prata. Contra estas determinações não se podem invocar privilégios, usos e costumes em contrário, por serem práticas abusivas, írritas e sem valor.

Paço Episcopal em Moçambique, 26 de Janeiro de 1893.

† António, Bispo d'Himéria
Prelado

BOM — 1893, p. 83-84.

140

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (22-3-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tendo a pedido meu o Ex.mo e Rev.mo Sr. Patriarca das Indias indicado o nome de dois presbíteros da sua diocese para servirem como missionários nesta Prelazia, que luta constantemente com falta de pessoal para acudir às necessidades mais urgentes do serviço eclesiástico, tenho a honra de propor a V. Ex.a, afim de que sejam nomeados missionários

do Real Padroado nesta Prelazia, os Rev.dos presbíteros Benedito José Antão, de Chandor de Salsete, e David Cipriano Gonçalves, de Nagoá de Bardez.

Deus guarde a V. Ex.a.

Paço Episcopal em Moçambique, 22 de Março de 1893.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † Antonio, Bispo d'Himéria
Prelado

Àmargem: Portaria ao Governador de Moçambique em 18-5-1893.
Ofício ao Prelado de Moçambique em 24-5-1893.
Comunicação à 5.a Repartição em 24-5-1893.

1.a Repartição, 2.a Secção. — Por motivo de falecimento e transferências está de tal sorte reduzido o número de missionários da província de Moçambique, que a esta repartição parece não só necessário, mas até urgente, que seja atendida a proposta feita no presente ofício.

Em 17-5-1893.

U. Henriques.

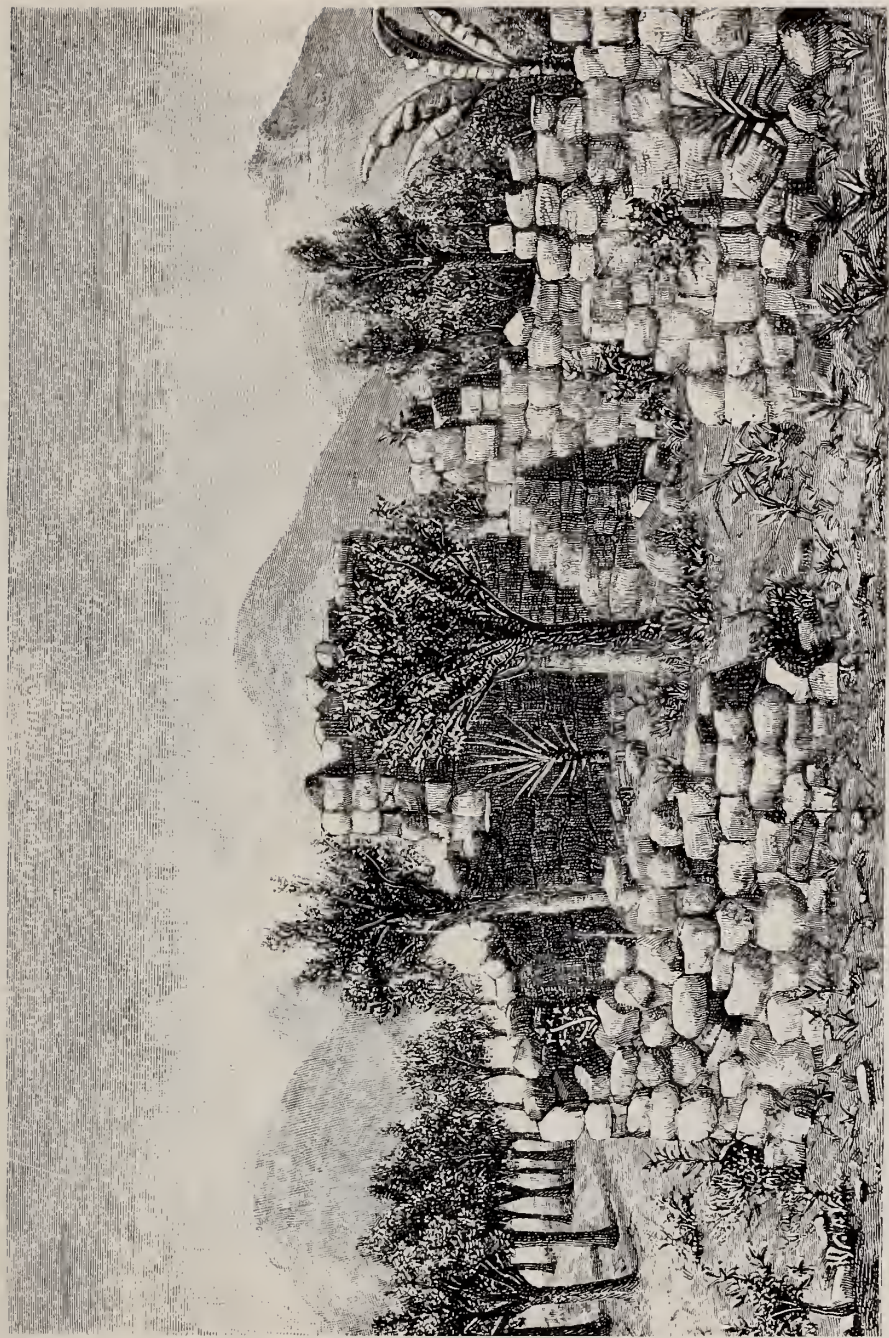
À margem, ao alto: Série de 1893 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.o 112.

AHU — 1.o Repartição. Moçambique. Pasta 9.

141

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (4-4-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Dentre todos os ramos de administração pública, na Província de Moçambique, ressalta à primeira vista que o mais descurado, sem que seja o de somenos importância, tem sido o que diz respeito à administração eclesiástica.

MOÇAMBIQUE — Ruínas do convento de Kahundza

(Desenho do P.e Courtois — *Missions Catholiques*, 1884, p. 409)

MOÇAMBIQUE—Lourenço Marques: Igreja de Nossa Senhora da Conceição, actualmente demolida

Este facto poderá achar uma atenuante no estado caótico, em que jazeu esta Prelazia durante mais de cinquenta anos, e de que ainda se ressente; mas não deve continuar na actualidade, quando o mundo civilizado tem os olhos fitos nesta vasta Província, onde o Real Padroeiro exerce os direitos de Patronado. Consinta pois, V. Ex.ª que eu chame por um pouco o esclarecido critério de V. Ex.ª para os factos seguintes, reservando-me para em melhor ocasião propor ao Governo de Sua Majestade medidas e melhoramentos mais radicais e profundos.

Em primeiro lugar, por uma lei, ignoro se escrita, se consuetudinária, em todo o caso muito antiga, recebem os Sacristas, nomeados pelo Prelado, 5.000 réis mensais. É possível que na época em que foi estabelecido este ordenado, ele fosse suficiente, hoje não o é; e se o compararmos com os ordenados de funcionários similares, por exemplo contínuos de secretaria, encontramos uma diferença enorme para menos.

Nesta Província um criado qualquer particular vence por mês 5.000 réis e até muito mais, tendo o patrão de o sustentar; o Sacristão, que se não pode entregar a outros serviços, já porque tem de tratar da limpesa e ordem das igrejas, já porque pode ser chamado repentinamente, vence 5.000 réis, sem que tenha quem o sustente. Daqui nasce que não há preto que deseje ser Sacristão e quando algum aparece, é porque não serve para cousa alguma, e nesse caso desempenha mal os seus deveres, é o martírio dos párocos e missionários, e impossível se torna exigir responsabilidades nestas condições.

É verdade que pertence, na falta dos tesoureiros, ao Sacristão uma parte dos emolumentos paroquiais; porém estes, na maioria dos casos, não existem, e mesmo quando algum há, são tão diminutos que para nada chegam.

Com as actuais Missões da Prelazia que necessitam o Sacritão tanto como as paróquias, é evidente que o número de 12 que existe no último orçamento, deve ser elevado a 20 pelo menos.

Parece-me pois, que, atendendo à vida cara desta Província, e no intuito de melhorar este ramo de serviço, que tem importância, fosse arbitrado a cada Sacristão o ordenado de 10$000 réis mensais, atendendo ainda a que não têm reforma, nem custam, de ordinário, a despesa de transportes à Fazenda Nacional.

Segundo. — No orçamento para o exercício de 1891 a 1892 = Administração eclesiástica — Secção terceira, artigo 27.º = existe a verba de 90$000 réis anuais para guisamentos das paróquias, e para festividades das mesmas 50$00 réis. Evidentemente no actual estado de coisas estas verbas são deficientissimas. Existem providas de párocos as seguintes paróquias: — Ibo, Quirimba, Mossuril, Cabaceiras, Nossa Senhora da Purificação de Moçambique, S. Sebastião, António Enes, Quelimane, Sena, Tete, Zumbo, Inhambane, Lourenço Marques, e em poucos meses — Bazaruto, Sofala e Beira — ao todo dezasseis paróquias, cabendo portanto a

cada uma 5$000 réis e uma fração. É certo que as despesas de guisamento de cada paróquia, termo médio, se não podem fazer com menos de 20$000 réis anuais. Note V. Ex.ª que já não falo nas missões, que necessitam de subsídio para guisamentos como as paróquias, visto que os padres empregados nessas missões não dispõem de mais recursos do que os que administram paróquias.

Enquanto à verba destinada a festas nas paróquias, é tão insignificante, que nem vale o trabalho de mostrar a sua insuficiência. É urgente triplicar estas verbas.

Terceiro. — Na mesma secção e artigos do referido orçamento, existe para festividades da Sé a quantia de 100$000 réis. Ora desde que o Governo de Sua Majestade entendeu, e muito bem, que devia haver em Moçambique um Prelado-Bispo, é absolutamente indispensável que as grandes solenidades do culto católico, como os Pontificals, ordenados pela disciplina da Igreja, sejam realizados duma maneira que edifiquem e atraiam, para se colher assim algum resultado prático; para transferir padres, nomear sacristas e fazer ofícios para as secretarias, não valia a pena ter aqui um Bispo, até porque custava caro, sem resultados compensadores.

Ora para pagar à música para uma só solenidade não é suficiente metade daquela quantia; e como se farão as restantes festas?

No ano que há pouco expirou, celebraram-se com pompa na Sé todas as grandes festas do culto católico, e foi com alegria que notei que a população desta Ilha, desabituada há muito das festas religiosas, começa a frequentar mais o templo.

Chamo a atenção de V. Ex.ª para o facto de que todo o pessoal eclesiástico que desempenha funções na Sé, não recebe por isso gratificação de qualquer espécie; não obstante isto, se aquela verba não for elevada a 200$000 réis, terei de renunciar a celebrar pontificais e outras solenidades, por falta de meios.

Por último devo dizer a V. Ex.ª que não exlste no Orçamento gratificação alguma para o Escrivão desta Câmara Eclesiástica, como acontece em todas as dioceses do Ultramar. Não obstante, esta repartlção dá trabalho demais para um homem só, pois o movimento cresce todos os dias e as responsabilidades, sendo certo que os emolumentos auferldos deste trabalho são em verdade quase nulos, pols não atlngem a 20$000 réis por ano.

Actualmente a Câmara Eclesiástica é tão lndispensável nesta Prelazia como nas dioceses do Continente, e o seu serviço é talvez mais duro.

Em vista do exposto, peço uma gratificação para a pessoa ou pessoas que desempenharem estas funções, parecendo-me que não deve ser inferlor a 250$000 réis anuais.

Nesta ocasião restrlnjo-me a pedlr o que reputo absolutamente lndispensável já, para o regular funcionamento da administração eclesiástica,

reservando-me para mais tarde propor outros melhoramentos, também muito urgentes.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 4 de Abril de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo d'Himéria
Prelado

À margem, ao alto: Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 132.
AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

O Prelado de Moçambique pondera no incluso ofício, com data de 4 de Abril último, a necessidade de se melhorar a administração eclesiástica da sua prelazia, e para esse fim pede:

1.º — Que seja elevado de 12 a 20 o número de sacritães, arbitrando-se a cada um o ordenado de 10$000 réis mensais, pois é absolutamente impossível, na actualidade, viver em Moçambique com a quantia de 5$000 réis por mês, inscrita no orçamento provincial para aqueles empregados;

2.º — Que sejam, pelo menos, triplicadas as verbas de 90$000 e 50$000 réis para guisamentos das paróquias e festividades nas respectivas igrejas;

3.º — Que seja elevada de 100$000 a 200$00 réis a verba inscrita para festividades da sé, sem o que não se pode celebrar pontificais e outras solenidades, indispensáveis para atrair ao templo a população da ilha;

4.º — Finalmente, que sendo nulos ou insignificantes os emolumentos da câmara eclesisástica, seja arbitrada ao respectivo escrivão, ou quem suas vezes fizer, uma gratificação não inferior a 250$000 réis anuais.

A esta repartição parecem plausíveis e razoáveis os pedidos do prelado; mas a satisfação deles representa um aumento de despesa ordinária na importância de 2.230$00 réis, que talvez as circunstâncias financeiras da província não comportem actualmente.

Deve, pois, sobre o assunto, ser ouvida a 5.ª repartição desta direcção geral para, em vista da sua informação, S. Ex.ª o Ministro resolver o que tiver por conveniente.

Em 19-5-1893.
Barbosa de Magalhães.

A 5.ª Repartição
22-5-93.

F. Costa.

Para estabelecer vencimentos, alterando os que estão estabelecidos, é necessária lei ou decreto com igual força.

Aumentar despesas para festividades e para guisamentos, estabelecidas há tantos anos, sem diploma que o autorize, também me não parece legal.

É sabido que, além dos vencimentos inscritos nas tabelas da despesa dos empregados das igrejas, têm outros proventos, porque é fora de dúvida que só com os ordenados ou vencimentos que o Estado lhes paga não poderiam viver.

23-5-93.
Bastos.

À margem, ao alto: Secretaria d'Etado dos Negócios da Marinha e Ultramar / Direcção-Geral do Ultramar / 1.ª Repartição / 2.ª Secção.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

142

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO GOVERNADOR-GERAL (17-3-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de acusar recebido o ofício de 16 de Março, n.º 363, em que V. Ex.ª, usando das faculdades latíssimas que lhe foram concedidas pelo governo de Sua Majestade, houve por bem mandar pôr à minha disposição, como Prelado de Moçambique, o pavilhão de ferro existente em Lourenço Marques, ao qual se referiam os meus ofícios n.os 24 e 56 de 19 de janeiro e 20 de fevereiro do ano corrente, a fim de nele instalar um instituto de ensino para o sexo feminino, dirigido pelas Irmãs da Missão.

Em nome dos interesses religiosos desta Prelazia, a mim confiada, cumpre-me agradecer mais esta prova de interesse e dedicação de que tem V. Ex.ª já dado tantas e exuberantes provas, a favor do progresso moral desta província; e é minha convicção que os muitos que vão lucrar com o benefício da instrução, serão reconhecidos e abençoarão o nome de V. Ex.ª, principal instrumento desta obra, que será importante.

Segundo os desejos de V. Ex.ª, que concordam plenamente com os meus, o novo instituto será denominado: *Instituto de ensino* — RAINHA

D. AMÉLIA — e espero que seja fundado em bases que assegurem um progresso constante e real.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 17 de março de 1893.

António, Bispo d'Himéria
Prelado

À margem, ao alto: Série de 1893 / N.º 96.

BOM — 1893, p. 180.

143

PORTARIA DO GOVERNADOR-GERAL (21-3-1893)

N.º 133

Tomando em consideração o que me representou e expôs o Ex.mo e Rev.mo Bispo d'Himéria, prelado de Moçambique, acerca da necessidade de criar na cidade de Lourenço Marques um instituto de ensino para o sexo feminino, regido por irmãs da missão, e onde se ministre além da instrução elementar e complementar, português e trabalhos de costura, as línguas inglesa e francesa, bem como música:

Hei por conveniente determinar o seguinte:

1.º É cedido ao supramencionado prelado, a casa de ferro que o governo possui em Lourenço Marques e que havia sido destinada a residência dos governadores, bem como o terreno anexo que lhe pertence, para o fim de, na mesma casa, se instalar um instituto de ensino para o sexo feminino, regido por irmãs da missão.

2.º Este estabelecimento de instrução denominar-se-á: *Instituto de ensino* — RAINHA D. AMÉLIA — e ficará sob a imediata protecção e vigilância do prelado da diocese, sem prejuízo da fiscalização que as leis em vigor facultam às autoridades administrativas.

3.º O governo provincial auxiliará este instituto com o subsídio anual de quinhentos mil réis, pago pela verba das despesas extraordinárias e entregue ao prelado, que o aplicará às necessidades do instituto.

4.º É autorizada a Câmara municipal de Lourenço Marques a inscrever anualmente no seu orçamento um subsídio para o mesmo instituto,

pago igualmente ao prelado nas condições do número antecedente, que não deve ser inferior a trezentos mil réis.

5.º As despesas da consevação e limpesa do edifício cedido para instalação do instituto, serão à custa do mesmo, salvo as despesas de grandes reparações e consertos, que serão por conta das obras públicas do distrito.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palácio do Governo-Geral da Província de Moçambique, 21 de Março de 1893.

O Governador Geral
Rafael d'Andrade

BOM — 1893, p. 179.

144

PORTARIA DE D. ANTÓNIO BARROSO
(22-3-1893)

N.º 11

Sendo de urgente necessidade organizar os arquivos de todas as paróquias e missões desta Prelazia; e

Tomando em consideração o relatório do escrivão da Nossa Câmara Eclesiástica;

Havemos por bem determinar a execução e observância do regulamento para a organização dos cartórios das paróquias e missões desta Prelazia, que baixa assinado pelo escrivão da Nossa Câmara Eclesiástica e fica fazendo parte integrante desta portaria. Os Reverendos Párocos e Superiores de missões, a quem o conhecimento desta compete, assim o hajam entendido e cumpram.

Paço Episcopal em Moçambique, 22 de março de 1893.

António, Bispo d'Himéria
Prelado

BOM — 1893, p. 184.

145

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (1-5-1893)

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Não tendo, como a lei ou o costume preceitua, enviado a essa Secretaria o mapa do pessoal eclesiástico que trabalha nesta Província debaixo da minha jurisdição, referente ao ano próximo findo, bem como as notas que dizem respeito ao mesmo pessoal; para que este facto não seja considerado como prova de menos cuidado ou desleixo no cumprimento dos meus deveres, tenho a honra de pedir a V. Ex.ª me releve desta comissão, pelas razões que passo a expor.

Ao tomar posse desta Prelazia, encontrei-a na mais completa desorganização, agravada com um conflito aberto entre a autoridade eclesiástica e a civil; não tinha uma matricula com clareza e dados requeridos para ajuizar dos bons ou maus serviços que o seu pessoal desempenhava. Sobre missões do Zambeze conhecia apenas o que todo o mundo conhece por ouvir dizer, e pouco mais pude depreender dos documentos oficiais existentes. Por outro lado, tive o desgosto de verificar que alguns presbíteros, que oficialmente eram considerados bons na opinião dos meus predecessores, eram o descrédito da Religião, que inculcavam evangelizar, e das casas que os tinham educado; e como tudo neste mundo tem compensações, pareceu-me que outros, que tinham gemido debaixo de censuras eclesiásticas e informações bem pouco favorávis, valiam bem mais do que os primeiros. //

Neste estado, conhecendo o peso que deve ter nessa Secretaria a informação do Prelado, que deve ser isenta de paixões, resolvi estudar por mim as cousas, para depois poder informar com consciência segura. Tratei, pois, de pedir esclarecimentos, organizar o serviço eclesiástico, prover paróquias e missões e estudar com atenção tudo que diz respeito ao serviço religioso. Como as distâncias são grandes, não pude reunir dados suficientes para informar com segurança a V. Ex.ª no tempo competente; o que me reservo fazer para os fins do ano que vai correndo, época em que tenciono apresentar dados e minudências que impossível me seria fornecer no antecedente. //

O que desde já posso afirmar a V. Ex.ª é que tenho bons missionários nos padres de Sernache, nos da Companhia de Jesus, e até nos provenientes da Diocese de Goa. Se V. Ex.ª se dignar mandar mais pessoal eclesiástico e as Irmãs da Missão [1], para a educação das raparigas

[1] Religiosas de S. José de Cluny.

europeias ou indígenas, e as Hospitaleiras para o serviço dos enfermos, parece-me poder afirmar a V. Ex.ª que esta Prelazia ressurgirá em pouco tempo do seu túmulo, e que redimiremos em poucos anos o desleixo acumulado durante séculos.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 1.º de maio de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo d'Himéria
Prelado

[*Na margem*]: Respondido em 15-7-1893.

À margem, ao alto: Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 195.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

146

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (1-5-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Acusando a recepção do ofício de V. Ex.ª de 18 de janeiro, cabe-me a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que no dia 14 de março último se me apresentaram os presbíteros missionários, alunos do Real Colégio das Missões Ultramarinas: António Augusto de Morais Fortuna e Francisco José da Mata, sendo empregados oportunamente no serviço da Prelazia a meu cargo.

Por esta ocasião cumpre-me agradecer a V. Ex.ª a solicitude com que foi atendido o pedido constante do meu ofício do 1.º de julho do ano passado, animando-me esse facto a esperar que para o futuro V. Ex.ª

se não esquecerá das necessidades instantes em respeito ao pessoal, que impendem sobre esta Prelazia.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 1.º de maio de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo d'Himéria
Prelado

AHU —1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

147

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (2-5-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

É um facto sabido de todos, que entre as Colónias sujeitas à Coroa Portuguesa, Moçambique é a menos favorecida no importante ramo de instrução e educação.

Em toda esta vastíssima Província não existe um único instituto de educação, que mereça tal nome, para o sexo feminino, quer para indígenas, quer para europeias ou mestiças.

Em vista da carência absoluta de instituições desta ordem, foi um dos meus primeiros cuidados estabelecer uma Casa de Caridade e beneficência, para as filhas desta Província poderem, sem terem de se expatriarem, adquirir uma educação sólida e profícua.

Computando as vantagens que dum instituto deste género devem advir ao progresso moral da Província, não duvidei em empregar 6.000$000 réis do dinheiro que as Senhoras portuguesas me entregaram, nesta fundação, que se me afigura de primeira necessidade. Para este fim comprei uma casa na Cabaceira Grande e um palmar por 1.500$000 réis; quando procedia porém a profundas reparações, verifiquei que a casa não tinha condições de solidez e tive de a mandar apear.

Não desistindo porem do meu empenho, resolvi comprar, junto ao primeiro, um outro terreno e boas paredes, em parte já feitas, duma casa, por igual quantia.

As obras estão em actividade; encomendei madeiras, telha francesa, etc., mas não tenho dinheiro para satisfazer a estes compromissos, apesar d'alguma coisa ter obtido por subscrição entre os fiéis da minha Prelazia.

O orçamento da casa destinada a Colégio de educação para raparigas indígenas e europeias importa em 11.500$000 réis, e ainda sem as comodidades que seriam para desejar num estabelecimento desta ordem.

Como V. Ex.ª decerto não ignora, existiam na Inspectoria de Fazenda desta Província, objectos de prata e ouro, incapazes de servirem para o fim a que foram destinados primitivamente. Como tive ocasião de verificar, esses objectos foram indubitàvelmente oferecidos para o culto divno pelos fiéis desta Prelazia, nos seus dias de riqueza, os quais, decerto oferecendo-os nunca tiveram em vista senão o esplendor do culto católico.

Tendo pois há pouco sido enviadas para Lisboa essas pratas, e sendo conveniente que o seu produto tenha uma aplicação em harmonia com as intenções dos oferentes, tenho a honra de pedir a V. Ex.ª queira dar as convenientes ordens para que o produto dessa venda me seja entregue para o aplicar às obras do Colégio, que é uma instituição nacional, que a seu tempo será devidamente regulamentada.

Se, o que não espero, V. Ex.ª se não dignar atender ao meu pedido, que se me afigura justíssimo, terei de parar as obras que estão em plena actividade, e, o que é bem pior, perder os seis contos de réis e as quantias com que os fiéis têm subscrito para tal fim.

Particularmente emprego todos os meus esforços para obter dinheiro para a manutenção desta casa, que ansiosamente desejo ver a funcionar.

Sei que os objectos a que me refido foram remetidos daqui ao Ministério ao digno cargo de V. Ex.ª, no paquete «Moçambique», a 6 de Janeiro, e o seu valor de 5.474$050 réis foi aqui também já recebido por meio de saque autorizado por V. Ex.ª, em Ofício da 1.ª Repartição da Direcção-Geral do Ultramar, n.º 299, de 18 de Outubro de 1892.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 2 de Maio de 1893.

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Conselheiro Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo d'Himéria
Prelado

À margem, ao alto: Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 209.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

INSTITUTO FEMININO DE QUELIMANE (13-5-1893)

Cópia = Acta número vinte e nove. = Aos treze dias do mês de Maio de mil oitocentos e noventa e três, nesta vila de Quelimane e nos Paços do Concelho, reunida a Câmara Municipal composta em sua maioria dos senhores vereadores José Baltasar Farinha, presidente, Joaquim Martins Farinha vice-presidente, e Vicente Caetano de Sá fiscal, Daramcy Panachaude e José António Martins de Miranda vereador transacto, abriu-se a sessão. //

Foi presente o ofício número vinte e oito, datado de hoje, do pároco desta freguesia, comunicando que sob a proposta deste ilustrado eclesiástico, Sua Excelência o Prelado de Moçambique aprovou a criação do instituto de ensino para o sexo feminino, dirigido pelas irmãs da missão (1) e ele presidente, considerando o subido alcance duma instituição, que marcando uma época para o progresso e desenvolvimento moral e intelectual do sexo feminino neste distrito, virá tirar a infância indígena da ignorância e meio pouco moral em que vive. //

Considerando que o Município têm o direito restrito de velar pela educação da infância, e por meio desta evolução preparar sobre bases sólidas a vindoura geração; //

Considerando que a Câmara dispende em rendas de casa e outras necessidades da escola do sexo feminino a importância aproximada de setecentos mil réis, pouco tendo lucrado a educação das alunas, devido talvez a mudanças frequentes das professoras; //

Considerando finalmente que eliminando com a autorização do governo provincial as verbas destinadas para a renda da casa e custeamento da actual escola, o município poderá dispôr de meios para dotar o projectado instituto; propôs que no futuro orçamento se incluísse a verba de um conto de réis para a dotação do instituto e nesta mesma ocasião solicitasse do governo provincial a eliminação da verba que a Câmara actualmente dispende com a renda de casa e custeamento da escola. //

E a Câmara tomando em muita consideração o exposto pelo senhor presidente, aprovou que se consignasse um voto de louvor ao reverendo Pároco desta freguesia, o Cónego Manuel José Feliciano Gustavo Couto, pelas provas inequívocas, que tem dado, esmerando-se particularmente com a educação da infânccia nesta vila e mandou que desta acta se tirasse uma cópia e [se] mandasse ao referido Cónego. //

---

(1) Irmãs de S. José de Cluny, fundação da Beata Ana Maria Javouhey.

E não havendo mais objectos a tratar, se encerrou a sessão, de que se fez esta acta, que depois de lida vai por todos assinada. //
E eu Jerónimo de Melo, escrivão, a escrevi. //

aa) José Baltar Farinha, Joaquim Martins Farinha, Vicente Caetano de Sá, José António Martins de Miranda e assinado de Daramcy Panachaude. //

O Escrivão //

a) Jerónimo de Mello //

Está conforme //

Secretaria da Câmara Municipal de Quelimane, quatorze de Setembro de mil oito centos noventa e três. //

O Escrivão

a) Jerónimo Francisco Cláudio de Melo //
Lugar do selo das Armas da Câmara //

Visto //

O Presidente

a) Baltazar Farinha

Está conforme //

Residência Prelatícia em Quelimane, 15 de Setembro de 1893.

a) † António, Bispo d'Himéria
Prelado

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

149

INFORMAÇÃO DA PRIMEIRA REPARTIÇÃO SOBRE O COLÉGIO DE MOÇAMBIQUE (16-6-1893)

O Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique, no seu louvável empenho de dar eficaz impulso ao progresso moral da Prelazia, encetou as obras necessárias para edificação e instalação de um colégio, destinado a educar raparigas indígenas e europeias.

Segundo comunica no adjunto ofício, resolveu aplicar ao aludido instituto a quantia de seis contos de réis, provenientes de donativo das senhoras portuguesas; mas o orçamento das obras de construção importa em onze contos e quinhentos mil réis, e se não obtiver o dinheiro que falta para perfazer esta importância, terá de parar essas obras, que estão em plena actividade, perdendo-se, assim, os seis contos de réis e algumas quantias com que os fiéis têm subscrito.

Nestas circunstâncias pede que se lhe mande entregar o produto da venda dos objectos de prata e oiro, que pertenciam às igrejas da Prelazia e que o Governador da Província, superiormente autorizado, remeteu para Lisboa, a fim de serem vendidos em melhores condições de preço.

Quando o Governador de Moçambique pediu autorização para serem vendidos aqueles objectos, que, segundo o Bispo diz ter averiguado, provinham de ofertas para o culto feitas pelos fiéis, e para aplicar o seu produto em benefício da Província, esta repartição fora de parecer que, ao menos por deferência, se ouvisse o Prelado.

A autorização foi, porém, imediatamente concedida e os objectos avaliados em cinco contos, quatrocentos e setenta e quatro mil e cinquenta réis (5.474$050 réis), vieram para esta Secretaria de Estado e aqui estão ainda, aguardando-se, para lhes dar destino, a resposta a um Ofício, que, em 22 de Abril último, foi expedido ao Director-Geral da Tesouraria no Ministério da Fazenda, no qual se solicitou a expedição das ordens necessárias para ser a prata cunhada na Casa da Moeda por conta do Ultramar, perguntando-se simultaneamente se o mesmo estabelecimento tomaria o oiro pelo seu valor.

A repartição julga procedente o pedido do Prelado, atenta a proveniência dos objectos, pois que não tendo estes sido fornecidos pelo cofre da Província, poderiam deixar de constituir receita aplicável em benefício dela (1); mas os 5.474$050 réis em que foi avaliado o oiro e a prata, já o Governador-Geral de Moçambique os sacou sobre este Ministério e tiveram aquela aplicação.

S. Ex.ª o Ministro resolverá, pois, o que tiver por conveniente.

Em 16 de Junho de 1893.

U. Henriques
1.º Oficial

5.ª Repartição.

Os objectos de oiro e prata, a que se refere esta informação, já foram pagos à Província de Moçambique pelo cobre da Metrópole.

---

(1) Os bens tornados *propriedade* da Igreja — e são-no as ofertas dos fiéis — só podem ser legìtimamente aplicados por autoridades eclesiásticas e para fins religiosos. Um dos vícios orgânicos do regalismo estadual e dos mais fortemente censurados pelos canonistas, está aqui bem patente.

Na tabela da despesa não há verba para o Prelado de Moçambique construir edifícios. Os edifícios da Província estão a cargo das obras públicas, que têm para material e férias 100 contos de réis na sua tabela, no corrente ano económico.

22-7-93.

Bastos.

À margem, ao alto: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar / Direcção-Geral do Ultramar / 1.ª Repartição / 2.ª Secção.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

150

INSTITUTO «RAINHA D. AMÉLIA (16-7-1893)

AUTO DA INAUGURAÇÃO DO INSTITUTO DE ENSINO «RAINHA D. AMÉLIA»

No ano do nascimento de Nosso Senhor Pesus Cristo de mil oitocentos e noventa e três, aos dezasseis dias do mês de Julho, nesta cidade de Lourenço Marques, e no pavilhão de ferro destinado ao Instituto de ensino «Rainha D. Amélia», sito na Avenida de D. Manuel, reinando Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I de Portugal, sendo Ministro da Marinha e Ultramar o Conselheiro João António Brissac das Neves Ferreira, e Governador-Geral desta província de Moçambique o Vice-Almirante Conselheiro Francisco Teixeira da Silva; em acto solene e com a assistência dos excelentíssimos senhores Comendador Augusto Cardoso, capitão-tenente da Armada Real, governador interino deste distrito, D. Egas Moniz Coelho, presidente da Câmara Municipal, e mais vereadores, Doutor Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro, Juiz de Direito, tenente-coronel Guilherme de Jesus Tovar de Lemos, director do hospital, capitão Francisco Roque de Aguiar, administrador do Concelho, comandante do corpo policial, Doutor Manuel do Sacramento Monteiro, delegado do procurador da Coroa e Fazenda, e mais funcionários públicos e habitantes desta cidade, Sua Excelência Reverendíssima o Conselheiro D. António José de Sousa Barroso, Bispo Titular de Himéria e Prelado de Moçambique, declarou inaugurado o Instituto de Ensino «Rainha D. Amélia», de cuja direcção fez entrega à excelentíssima Superiora das Irmãs da Missão residentes nesta cidade (1) e que se achava presente, profe-

(1) Irmãs de S. José de Cluny, fundação da Beata Ana Maria Javouhey.

rindo nessa ocasião uma breve alocução, em que manifestou o seu reconhecimento para com o Governo-Geral da Província e Câmara Municipal desta cidade, pelos auxílios que tão generosamente lhe dispensaram para a realização dos seus desejos; e tendo agradecido a mesma Superiora a prova de confiança que Sua Excelência Reverendíssima acabava de manifestar-lhe, confiando-lhe a direcção do Instituto, o Excelentíssimo presidente da Câmara D. Egas Moniz Coelho, tomou a palavra para, em nome da vereação a que presidia, e interpretando os sentimentos dos habitantes deste município, agradecer ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Himéria o importante benefício com que acabava de engrandecer esta terra. E para tudo constar, mandou o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Himéria lavrar este auto, que, depois de lido, vai ser assinado por Sua Excelência Reverendíssima, por todas as pessoas presente e por mim Padre Afonso Pereira, secretário, que o escrevi.

aa) † António, Bispo de Himéria. — Augusto Cardoso. — D. Egas Moniz Coelho. — António Teles. — A. Câmara Júnior. — Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro, Juiz de Direito. — Manuel do Sacramento Monteiro, Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda. — Augusto Pereira Tovar de Lemos, Delegado de Saúde e Director do Hospital. — Luís Pais da Silva. — Fernando Poças. — Vitorino José da Silva Tavares Pais Moreira. — Francisco Roque de Aguiar, Comandante interino do Corpo Policial. — Máximo Joaquim Lopes, redactor do «Comércio de Lourenço Marques». — André Gomes Pereira. — António Augusto Gomes, Capitão quartel mestre de Caçadores Quatro. — António de Sousa Monteiro Júnior. — David de Carvalho. — Benjamim Correia da Cunha. — António Aloísio Jervis Pereira. — Alfredo de Andrade Bastos. — Augusto César da Silva. — Custódio José da Silva. — Amadeu Eugénio da Silva. — Manuel Solteiro. — Padre Augusto Soares Pinheiro. — Padre António Dias Simões. — Padre José Rodrigues de Oliveira. — Padre José Heury, Capelão do Hospital Militar e Civil. — Irmã Maria Eufrásia. — Irmã Maria Catarina. — Irmã Maria Berta. — Padre Afonso Pereira.

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 4 de Agosto de 1893.

O Escrivão,

P.e Afonso Pereira

AHU — 1.a Repartição. Moçambique. Pasta 9.

CARTA DO DR. ANTÓNIO ENES A D. ANTÓNIO BARROSO (17-7-1893)

Il.mo Ex.mo Sr. e meu venerável amigo

... ...

Não recebi boas notícias da saúde de V. Ex.ª, o que deveras lastimo. Poupe-se, tempere a sua abnegação e o seu zelo, que também na Europa sabem encontrar ensejos de bem servir Deus e a Pátria.

Anda agora travado no Parlamento e na Imprensa um debate que muito deve interessá-lo. Pede-se o restabelecimento das ordens religiosas, a pretexto das Missões ultramarinas, e o tradicionalismo liberal reage contra o pedido. Sinto não poder ouvi-lo sobre o assunto.

Por mim creio que será inconveniente tentar uma restauração que dividiria o País em dois campos armados, e parece-me que antes se deve empreender a organização dum instituto especial, ou de mais de um, que sob a direcção dos prelados do Ultramar, eduque missionários. Neste sentido estou elaborando um projecto, cuja cópia lhe remeteria se o paquete se demorasse mais dois ou três dias, para o submeter ao seu autorizado critério (1).

Este projecto faz parte dum conjunto de trabalhos que tenho feito e continuo fazendo, para a reforma dos serviços públicos na Província de Moçambique; só os faço, todavia, por dever de comissão e honra da firma, porque tenho a certeza de que serão desatendidos.

E depois é muito provável que nunca mais pense nessa desgraçada Província, porque já me convenci de que não posso lutar com influxos que a condenam a ser ruína e desdouro da metrópole.

António Enes

PADRE SEBASTIAO DE OLIVEIRA BRAZ — *Ob. cit.*, pág. 70.

---

(1) Nos Relatórios da sua autoria D. António Barroso, quer como missionário do Congo quer como Prelado de Moçambique, foi bem explícito quanto ao problema referido por Enes. O Comissário Régio alude ao seu célebre como inútil projecto de *Congregação das Missões Portuguesas na África Oriental*. Cfr. *Moçambique* — Relatório de 7 de Setembro de 1893 — Lisboa, 1946, p. 401.

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR
(Agosto — 1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª uma cópia do auto da inauguração do Instituto de Ensino «Raínha D. Amélia», que teve lugar na cidade de Lourenço Marques no dia 16 de Julho passado.

Para este fim, e aproveitando a oportunidade para fazer a visita pastoral no Distrito de Lourenço Marques, parti de Moçambique em 11 de Junho. Chegado ali foi meu primeiro cuidado preparar o pavilhão de ferro, que me foi cedido para a instalação do Instituto «Rainha D. Amélia» e que necessitava reparos importantes, mobília, etc. Da parte da autoridade administrativa, e bem assim da Comissão Municipal, encontrei eficaz apoio para a realização deste importante melhoramento. Como V. Ex.ª terá notado no «Boletim Oficial» n.º 12 de 25 de Março do corrente ano, são disciplinas professadas no Instituto a instrução primária elementar e complementar, português e trabalhos de costura, língua francesa, inglesa e música. As últimas disciplinas ainda não tinham alunas, quando parti de Lourenço Marques, mas é certo que em pouco tempo as hão-de ter. Por falta de pessoal, apenas duas Irmãs da Missão (1) regem todo o ensino; espero, porém, mais uma, pois que o trabalho é demasiado para duas apenas.//

Ao retirar-me de Lourenço Marques, ficou funcionando normalmente o Instituto, provido do essencial para produzir largos benefícios de civilização naquela cidade, tendo eu a satisfação de ver que em cinco dias se matricularam 53 meninas, brancas, mestiças e pretas, devendo a esta hora ter aumentado consideràvelmente o número, o que dá a medida da confiança que aquela cidade deposita nas professoras a quem entreguei a direcção de tão útil Instituto.

Aproveito esta ocasião para levar ao conhecimento de V. Ex.ª que as Câmaras Municipais de Inhambane e Quelimane inscreveram nos seus respectivos orçamentos, verbas importantes para subsidiarem Institutos de ensino, modelados pelo de Lourenço Marques, os quais podem bem ocorrer às necessidades actuais do ensino feminino nas referidas vilas. Em Inhambane existe casa própria, o que muito facilita a criação de tão importante instituição. Para levar a efeito, porém, estes melhoramentos, que estou certo hão-de produzir os melhores resultados, com insignificante dispêndio, é indispensável que V. Ex.ª inste com a Comissão Directora

(1) Irmãs de S. José de Cluny, Maria Catarina e Maria Berta.

das Irmãs da Missão, a fim de que envie o mais depressa possível, pessoal adequado para tal fim; e assim concorrerá V. Ex.ª para a santa obra do desenvolvimento da boa instrução numa província onde ela é rudimentar ou nula.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, (...) de Agosto de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Ofício à Presidente da Comissão Directora das Irmãs da Missão, em 28-11-1893.

À margem, ao alto: Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 327.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

153

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (4-8-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Para os devidos efeitos cabe-me a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que ao partir de Lisboa para esta Província, veio em minha companhia o auxiliar das Missões, Francisco Xavier de Melo, que nomeei mestre de música e organista da Sé, tendo de o sustentar durante um ano à minha custa, visto que no orçamento não existia verba para este lugar, até que o Ex.mo Conselheiro Rafael de Andrade lhe arbitrou, a meu pedido, uma gratificação de 20$000 réis mensais; as últimas medidas de fazenda adoptadas na Província por um lado, e por outro o comportamento do dito auxiliar, menos consentâneo com as funções que desempenha na igreja, obrigam-me a dispensar os seus serviços o mais depressa possível.

Entre os alunos, que este ano concluem o seu curso no Colégio das Missões, existe um de nome José António de Azevedo Bártolo, que sabe tocar órgão regularmente e que muito convinha fosse enviado para esta

Prelazia, a fim de que os actos de culto continuassem na Sé com o esplendor que têm tido até hoje. Poderia aduzir muitas razões desta conveniência, não o faço, porém, porque elas não escapam ao esclarecido espírito de V. Ex.ª.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 4 de Agosto de 1893.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem, ao alto: Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 336.
AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

154

PROVISÃO DE D. ANTÓNIO BARROSO SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA (18-8-1893)

D. António José de Sousa Barroso, por Graça de Deus e Mercê da Santa Sé Apostólica Bispo de Himéria e Prelado de Moçambique, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, etc.

Ao Reverendo Clero e aos fiéis desta Nossa Prelazia, saúde, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Não ignorais decerto, amados filhos, os esforços extraordinários e constantes, que todos os povos e associações europeias, ao terminar o século XIX, estão empregando, ainda à custa dos mais duros sacrifícios de vidas e de dinheiro, para arrancarem as raças negras, desprotegidas, às trevas da barbarie, da ignorância e da miséria. Neste empenho, que é geral, são guiados uns pelo amor de ver desenvolver-se e produzir todos os frutos que dela se deduzem, a civilização cristã, que eleva e sublima a humanidade, outros impulsionados por um princípio, já hoje axiomático, que afirma com verdade que a África há-de pertencer, em última instância, ao povo ou nação, que a souber civilizar.

Portugal, a nação que mais serviços desinteressados tem prestado ao continente africano, em favor da pobre raça preta, continua com louváveis esforços na actual cruzada, mantendo as tradições, que herdou dum passado heróico, que ainda hoje enche de legítimo orgulho todos os seus filhos.

Conheceis igualmente que são muito variados e complexos os factores, que devem promover o progresso e a civilização dum povo na sua infância: o comércio e a indústria, as vias aceleradas, quer fluviais quer terrestres, a agricultura, as explorações científicas, as leis de trabalho, etc., são decerto óptimos meios para criar e desenvolver a riqueza colonial de que a Providência se mostrou tão pródiga, o bem-estar e a felicidade dos naturais desta África Oriental.

Além destes meios, porém, há um outro principalíssimo, fundamental e sem o qual todos os outros ficam atrofiados — é a educação e instrução dessa raça, que não pode progredir enquanto permanecer na ignorância e atraso actual, ignorância que só abandonará quando lhe tivermos dado meios para que siga a luz e o bem, deixando a miséria e a abjecção que a inutiliza.

Conhecemos, meus filhos, os espinhos, o dispêndio de energias e de cabedais que é preciso empregar para se conseguir um fim tão humanitário e tão cristão, qual o de chamar ao convívio da civilização e dos nossos costumes raças atrasadas, indolentes e sem aspirações de progredir, por desconhecerem quase por completo o conforto físico, e ainda mais as alegrias do espírito. Sobretudo é triste e desolador o estado de ignorância em que se encontra a mulher preta, vítima da poligamia desenfreada e de todos os despotismos e misérias, que lògicamente dela se deduzem.

Remediar tais factos, que se traduzem em males verdadeiros, religiosos, sociais e políticos, deve ser o empenho de todos nós, que gozamos dos benefícios da civilização cristã, que nos impõem o dever de concorrermos para que os outros conquistem os mesmos benefícios.

Os governos, por mais ricos que os queiramos supor, e por melhor vontade de que se achem animados, não podem, só por si, acudir a todas as necessidades de missões e institutos de ensino, tão vastas e variadas elas são nos países africanos; é preciso que os particulares concorram pela sua parte, ainda que com quantias mínimas, que, juntas, prestarão grandes auxílios.

Chegou o tempo de mostrarmos que, se somos generosos em demasia em declamações e tropos bombásticos, também nos não falece a coragem para auxiliar, na medida das nossas forças, tudo o que redunde em honra da religião, que nos educou e professamos, e glória da pátria, que estremecemos e desejamos ver engrandecida. Hoje as chancelarias da Europa não dão grande peso aos direitos seculares, que temos, porém muito ao que fizermos; e no dia do perigo, as nossas obras serão incontestàvelmente os nossos únicos valiosos documentos, que ninguém poderá negar.

Vem isto a propósito, meus filhos, da petição que Nos foi feita por uma comissão de missionários, que, tendo a peito melhorar a condição das meninas pretas, por meio duma educação adequada e conveniente, resolveram envidar todos os esforços para, por meio duma pia obra e sem grandes sacrifícios, conseguirem meios para se educarem no Instituto

Leão XIII meninas pretas, e as mais desamparadas de toda esta vasta Província, pedindo-Nos que aprovássemos essa obra de regeneração.

Nós, considerando que na capital desta Província existe uma Escola de Artes e Ofícios para o sexo masculino, mas que se faz sentir a falta dum instituto similar de educação para o sexo feminino; considerando mais que o primeiro elemento numa sociedade bem organizada é a constituição da família, o que nunca se poderá realizar enquanto a mulher preta não receber uma educação apropriada; considerando ainda que serão óptimos os frutos, que desta instituição para a Religião e para a Pátria devem promanar, aprovamos e recomendamos com júbilo — A Pia Obra da Regeneração das Pretas — e pedimos-vos, caros filhos em Jesus Cristo, que vos interesseis vivamente por essa obra como cristãos e como portugueses, dando assim um bem frisante testemunho de que nìtidamente compreendeis o amor da Religião e da Pátria, consubstanciado na caridade, que vai redimir muitos males e preparar melhor futuro.

Para que esta Nossa provisão chegue ao conhecimento de todos os fiéis da Nossa Prelazia, será publicada no *Boletim Oficial* desta Província, e ordenamos que os mesmos Reverendos Párocos e Superiores de Missões dêem dela conhecimento aos fiéis das suas respectivas paróquias ou Missões, lendo-a à estação da missa no primeiro domingo ou dia santificado, depois da recepção do *Boletim* em que for publicada.

Dada e passada na Nossa Câmara Eclesiástica de Moçambique, sob o Nosso Sinal e selo das Nossas armas, aos 18 de Agosto de 1893.//

E eu Padre Afonso Pereira, escrivão da Câmara Eclesiástica, a escrevi e subscrevo.//

(Lugar do selo).

a) † António, Bispo de Himéria

Prelado

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 18 de Agosto de 1893.

O escrivão

P.e Afonso Pereira

BOM — 1893, p. 504.

155

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (26-8-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Com o produto duma subscrição aberta em Lourenço Marques e donativos dos padres que residem naquela cidade, liquidaram-se £ 48 em ouro, que foram enviadas à casa Dumont e Lilicore de França, para a compra dum órgão destinado à Igreja paroquial de Lourenço Marques. Em fins de Setembro espera-se que este instrumento seja remetido ao Ministério da Marinha e Ultramar, com o endereço: à Igreja de Lourenço Marques. Nesta conformidade e atendendo à proveniência e fins a que é destinado esse objecto, peço a V. Ex.ª para dar as ordens que julgar convenientes a fim de o referido órgão siga de Lisboa para Lourenço Marques, como carga do Estado, a bordo dos vapores da Companhia «Union».

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 26 de Agosto de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

A margem, ao alto: Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 374.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

156

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (13-9-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Sendo da mais alta conveniência e até absoluta necessidade que todos os missionários do Real Padroado Português, que vêm exercer o Sagrado múnus Sacerdotal sob a minha jurisdição nesta Prelazia, se apresentem

na Câmara Eclesiástica, na Capital da Província, o que até hoje se não tem observado pelo que diz respeito aos missionários da Zambézia, e devendo terminar este facto pouco conducente à boa ordem do serviço eclesiástico, transmito nesta data ordens nesse sentido aos interessados, e tenho a honra de solicitar de V. Ex.ª as ordens convincentes, a fim de que por essa Secretaria de Estado, a mui digno cargo de V. Ex.ª, sejam abonadas aos referidos missionários passagens, quando as pedirem, para a Capital da Província e não para outro ponto.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Residência Prelatícia em Quelimane, 13 de Setembro de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Concordo

P[aço], 27 Fevereiro 94

P. Chagas

À margem, ao alto: Série de 1893 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º extra.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

157

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (15-9-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

A Câmara Municipal de Quelimane enviou-me oficialmente cópia da Acta n.º 29 da sua sessão de 13 de Maio, documento que junto por cópia e que particularmente conheço há muito.

É tão justo o que pede o Município que desnecessário me parece encarecê-lo; e não me atreveria a isso se não fossem pedidas as Irmãs da Missão [1] para dirigirem o Instituto em projecto, as quais pela sua

[1] Referência às Religiosas de S. José de Cluny.

organização especial têm muita dependência da autoridade eclesiástica, que eu represento.

Eu já tive a honra de dizer a V. Ex.ª que nesta Província as únicas senhoras que têm habilitação e autoridade para o magistério do sexo feminino, são as pertencentes a alguma congregação e não me cansarei de o repetir, convencido de que presto nisso um bom serviço à religião do Estado, e à civilização da África portuguesa.

Em Quelimane há largos anos que existe uma escola para o sexo feminino, paga pela Câmara e pelo Governo; os resultados auferidos dessa escola, porém, são nulos, pois que todas as informações que tenho colhido são unânimes em afirmar que nem uma única menina de Quelimane sabe ler e escrever, exceptuando as que têm estudado noutra parte que não aqui, e que estão em enorme minoria.

A instabilidade das professoras, a falta de conhecimentos adequados ao ensino, e também a pouca energia e zelo dos descendentes portugueses, juntos à falta de confiança no pessoal docente, devem ter conduzido o ensino ao estado actual, verdadeiramente desanimador.

Na minha opinião a importância desta vila tem direito a que sem demora se trate de a dotar com elementos de ensino que assegurem a nossa influência, criando-se desde já uma escola que não sirva simplesmente para dar umas noções gerais de leitura e escrita, mas um Instituto onde se ensine a instrução complementar com trabalhos próprios de mulheres, e até qualquer das línguas europeias mais conhecidas, para os que desejassem uma instrução mais esmerada e desenvolvida.

Confrange a alma ver uma população importante privada dos meios de progredir, entregue à ignorância dos deveres mais rudimentares e das obrigações mais instantes, por absoluta carência de meios para se educar dum modo conveniente.

Para que este estado de coisas, que decerto V. Ex.ª lamenta como eu, possa cessar, e atento o empenho da Câmara Municipal em pôr cobro a tanta ignorância, contribuindo com um conto de réis para a alimentação de três ou quatro professoras, é indispensável que V. Ex.ª mande abonar, enquanto a mesma Câmara a não tiver própria, um subsídio para uma casa, que não pode ser inferior a 500$000 réis anuais, atenta a falta de casas apropriadas e que só por alto preço se poderão obter.

Além deste subsídio temporário, o Governo nada mais teria a dispender com este Instituto, a não ser com a passagem das Irmãs.

Se o Estado aqui possuísse uma casa em condições, era suficiente que a cedesse para este fim civilizador e humanitário; como, porém, tal casa me parece não existir, é indispensável adquiri-la por arrendamento, que importará na conta referida.

Que V. Ex.ª me habilite a fundar aqui uma casa de ensino, pouco mais ou menos nas condições do Instituto «D. Amélia» em Lourenço

Marques, e eu respondo pelos resultados, que tenho a certeza serão bons e rápidos.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Residência Prelatícia em Quelimane, 15 de Setembro de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem, ao lado: Série de 1893 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º extra.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 9.

158

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (20-12-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que os dois missionários Lubière e Perrodin, há pouco chegados da Europa e por mim nomeados para reforçar a Missão do Tumbini-Milange, morreram ambos, durante a viagem para aquele ponto, no Prazo da Coroa denominado Boror.

Partiram estes missionários de Quelimane no dia 5 de Setembro, com os carregadores e as comodidades com que viajam os passageiros do Estado da sua categoria.

Em fins de Setembro chegou a Quelimane, trazido em maca pelos pretos do Boror, o cadáver dum dos missionários, em tal estado de decomposição, que só se pôde reconhecer pelo breviário e alguns papéis.

Imediatamente o Governador da Zambézia enviou um cabo branco, que conhecia a região, e alguns pretos, para recolherem as cargas que tinham ficado no caminho, e indagarem a causa de tão grande desastre.

Conseguiram encontrar o maior número dos objectos, que pertenciam aos missionários, faltando contudo alguns de importância.

Estava eu em Chilomo, quando telegràficamente recebi tão triste notícia e aprestei-me a marchar pelo Ruo para Tumbini-Milange e deste

ponto segui para Quelimane, tomando o caminho de Boror, com o desejo de conhecer de perto a causa determinante da morte dos dois missionários.

Depois de dois dias de viagem cheguei a uma grande povoação, que tem o nome de Gerau, onde vi a sepultura do Padre Lubière.

Verifiquei que toda esta gente era pacífica, que tinha em veneração o lugar da sepultura e que os padres morreram de febres e cansaço e não de violências que lhes fossem feitas.

Dizem os habitantes de Gerau que o missionário Lubière ali chegou em maca, já sem poder falar; que no dia seguinte morreu e foi sepultado junto da povoação; que o companheiro Perrodin seguiu avante até Mujana, donde regressou dois dias depois já doente, vindo a falecer na maca, a poucos dias de viagem de Quelimane.

Enfim, todas as notícias que pude recolher dos indígenas, por onde passaram os missionários, me levam a afirmar que a hipótese de morte violenta não tem fundamento algum sólido e deve ser posta de parte.

Devo acrescentar que os indígenas eram muito parcos em nos fornecerem indicações sobre a morte dos referidos missionários, o que se explica fàcilmente, pelo receio que lhe[s] causaram três europeus nas suas povoações, depois de tão triste acontecimento.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 20 de Dezembro de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

A margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

Como se trata de padres estrangeiros, pertencentes a congregações religiosas, aos quais o Governo apenas costuma mandar abonar passagem para a África por conta do Estado, entende a Repartição que nada há a resolver acerca da comunicação feita neste ofício.
Em 13-2.º-1894.

Barbosa de Magalhães

A margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 484.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (29-12-1893)

Il.mo e Ex.mo Sr.

São tantas e tão grandes as necessidades de evangelização nesta Província, que difícil se torna uma escolha, referente aos lugares que primeiro devam receber esse benefício. Entretanto alguns pontos se apresentam com tais vantagens de salubridade e economia, dois factores importantíssimos na vida das Missões africanas, que se impõem sem discrepância para serem os primeiros contemplados.

Na minha última viagem na Zambézia tive ocasião de visitar a Serra da Morrambala, situada na margem esquerda do Chire e situada a uns trinta quilómetros da confluência deste rio com o Zambeze.

Esta serra, de formação granítica, é abundantíssima em magnífica água, madeira de construção de primeira qualidade, com uma população muito densa, e pacífica. É da vertente norte desta serra, que deve ter uma altitude de 800 a 1.000 metros, que jorra abundante uma nascente de águas sulforosas, com uma temperatura aproximada de 76 [graus] centígrados.

Na vertente oposta está situada, no lugar chamado Inhaguingue, uma feitoria pertencente aos arrendatários do Prazo Massingire e destinada a receber os géneros vindos do interior e as fazendas de Quelimane, para a permuta com os indígenas.

Informações ali colhidas e que reputo autênticas, afirmam que as missões protestantes de Blantyre e Niassa ali vão criar uma sucursal e que a esquadrilha inglesa do Zambeze e Chire ia solicitar a competente licença para estabelecer um sanitário para o pessoal doente ou enfraquecido.

Em vista de tudo isto resolvi, se V. Ex.a não determinar o contrário, criar uma Missão Católica a 4 ou 5 milhas do Chire, nas vertentes da Morrambala e cercanias de Inhaguingue, com o pessoal das Missões do Zambeze, adiantando-nos assim aos ingleses, que talvez desistam do seu propósito.

Para ser levado a efeito este importante melhoramento, os arrendatários do Massingire, Pereira Dúlio e Wiecse, este último ali residente, prontificaram-se e comprometem-se generosamente a fazer as instalações da Missão em casas espaçosas e cobertas de zinco, bem como os transportes dos objectos para a referida Missão, ajudando-a em tudo o mais que lhe[s] fosse possível.

Em vista disto não há despesas a fazer com esta Missão, o que é altamente atendível nas condições actuais.

Antes de conhecer o terreno era meu propósito fundar esta Missão na fronteira, em Chilomo; verifiquei porém que esse lugar era o menos próprio, por serem péssimas as suas condições de salubridade.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 29 de Dezembro de 1893.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

A esta repartição parece que deve aprovar-se a resolução tomada pelo Prelado, criando-se a Missão de Morrambala antes que ali se estabeleçam as missões protestantes de Blantyre e Niassa.

Semelhante acto demonstra que as autoridades portuguesas não descuram o dever nacional de civilizar os indígenas nas regiões compreendidas na esfera da nossa influência e soberania em África.

S. Ex.ª o Ministro resolverá, porém, o que tiver por melhor.

Em 17-3.º-1894.

Barbosa de Magalhães

Conformo-me e resolva-se com urgência.

Paço, 30 de Março 94.

À margem, ao alto: Série de 1893 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 522.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (22-1-1894)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Tendo-me o distinto missionário do Real Padroado da Coroa Portuguesa, Victor José Courtois, Superior da Missão de S. José em Mongue, distrito de Inhambane, comunicado em 11 de Dezembro que «por informações que recebeu de várias pessoas sérias, era da maior necessidade ir um padre explorar as terras do potentado Gungunhama *(sic)* e ver em que condições se poderia ali estabelecer uma Missão Católica», acrescentando: «Se V. Ex.^{a} julgar a exploração oportuna e quiser mandar alguém de boa vontade, ofereço-me a V. Ex.^{a}; basta-me dê ordens e me sejam abonados meios de transporte, que eu prontifico-me a fazer tudo conforme a direcção sábia de V. Ex.^{a} Rev.^{ma}»; resolvi agradecer-lhe esta prova de interesse pela religião com o ofício que envio por cópia, podendo acrescentar que este missionário, que há mais de 10 anos serve a Prelazia a meu cargo, é um dos mais desinteressados, talentosos e distinto que têm pisado o solo desta Província.

Não aceitei, porém, o oferecimento, por me parecer que, devendo em pouco tempo partir para Gaza uma Missão, tenho já os dados suficientes para bem a poder organizar, não devendo portanto malbaratar sacrifícios que se poderão aproveitar em outra ocasião.

Deus guarde a V. Ex.^{a}.

Paço Episcopal em Moçambique, 22 de Janeiro de 1894.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

A margem: 1.^{a} Repartição. 2.^{a} Secção.

O Prelado, não aceitando o oferecimento do padre Courtois, procedeu em conformidade com a indicação que lhe foi feita em ofício de 2 de Novembro último, no qual se lhe ponderou a conveniência de que a Missão de

Gaza fosse constituída exclusivamente com missionários portugueses.
Nada há, pois, a dizer-lhe com relação a este ofício.

Em 19-4.º-1894.

Barbosa de Magalhães

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 34.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

Visto.

P[aço], 19 Abril 94

N. Ferreira

161

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO PADRE VÍTOR COURTOIS (22-1-1894)

Série de mil oitocentos e noventa e quatro. Governo Eclesiástico de Moçambique. Numero trinta e três.//

Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor//

Foi com verdadeira satisfação que chegou ao meu conhecimento a proposta de Vossa Reverendíssima para ir em viagem de exploração às terras de Gaza, a fim de examinar em que condições ali se poderia estabelecer uma Missão Católica, que deve ter largo futuro; e apressar-me-ia a aceitar tal oferecimento, que encerra muita abnegação e espírito de sacrifício, se não estivesse preparando já o pessoal duma missão que em pouco tempo para ali deve partir. Receba pois Vossa Reverendíssima os meus agradecimentos por tal lembrança e a certeza de que a abnegação, que o torna benemérito das Missões do Padroado Português, é bem avaliada por mim e o será também pelo Governo de Sua Majestade Fide-

líssima, a quem vou comunicar tal prova de interesse pelo serviço religioso.//

Deus guarde a Vossa Reverendíssima//

Paço Episcopal em Moçambique, vinte e dois de Janeiro de mil oitocentos e noventa e quatro.//

Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Padre Vítor José Courtois, Superior da Missão de S. José de Inhambane, em Mongue.//

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

Está conforme.

Câmara Eclesiástica de Moçambique, 22 de Janeiro de 1894.

O Escrivão

P.e Afonso Pereira

À margem, ao alto: (Carimbo) / Prelazia de Moçambique / Cópia.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

162

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (15-2-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

É com verdadeiro sentimento que tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que em 18 de Janeiro do ano corrente faleceu na residência do pároco da Vila de Inhambane, o missionário do Real Padroado, Rev.mo Vítor José Courtois, Superior da Missão de S. José, no Mongue, cercanias da referida Vila.

O Padre Courtois era membro distinto da Companhia de Jesus; entrou para o serviço desta Prelazia em 17 de Outubro de 1882, e, tendo demorado largos anos no Zambeze, foi nomeado fundador e Superior da Missão de S. José, no Mongue.

Deve-lhe assinalados trabalhos a filologia africana, e foi, durante toda a vida que passou em África, um missionário modelo.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 15 de Fevereiro de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Notado.

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 70.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

163

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (4-4-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Não necessita V. Ex.ª que eu venha dizer o que é a instrução pública nesta Província, nem essa tarefa pesa sobre os meus ombros, felizmente; e se hoje venho pedir a atenção de V. Ex.ª para um assunto que com ela se relaciona, é porque entendo, na minha consciência, que o devo fazer, a fim de que não sejam lesados direitos que me parecem bem estabelecidos.

Quando governava esta Província o Ex.mo Conselheiro Rafael de Andrade, por proposta minha, foi nomeado em portaria provincial de 23 de Dezembro de 1892, o pároco de S. Sebastião para reger uma escola de instrução primária nos bairros indígenas desta cidade, onde nenhuma escola existia, a não ser o número quase infinito de escolas dos mouros; como não havia casa, o mesmo Ex.mo Governador prometeu pagar, e efectivamente pagou, enquanto àqui esteve, a renda dessa modesta casa para escola, que tem sempre funcionado, frequentada por mouros e cristãos.

Os párocos de Mossuril e da Cabaceira Grande foram também nomeados professores nas suas respectivas paróquias, e até hoje têm continuado

a dar escola e hão-de continuar, porque se não compreende um pároco no mato sem a escola de instrução primária, talvez o único lugar onde a sua missão é profícua. Por esta Câmara Eclesiástica têm sido e continuarão a ser enviados à Secretaria-Geral, os mapas da frequência e aproveitamento dos alunos.

Desde Agosto de 1893 até hoje, os párocos de S. Sebastião, de Mossuril e Cabaceira Grande, não receberam mais a gratificação de 100$000 réis anuais, a que se refere o Decreto de 3 de Dezembro de 1894, e o primeiro também não recebeu a renda da casa por que é responsável.

A recusa do pagamento da gratificação funda-se em que essas escolas não estão no orçamento, ou antes que o número de escolas, no mesmo estabelecido, está preenchido. Peço a V. Ex.ª para dar as providências que julgar justas a este respeito, e entretanto afirmarei que os párocos de Mossuril, Cabaceira Grande, Angoche, Bazaruto e Tete, estão condenados a viver restrictamente com a côngrua de 29$166 réis mensais, pois não têm outros proventos, e portanto condenados quase à fome; visto que aqui vigora, há meses, a peregrina interpretação de que os párocos devem ser professores na falta de outros, e como a Índia os fornece aos centos, nunca àqueles chegará a sua vez. Abstenho-me de fazer os comentários que esta interpretação pedia, para não cansar a atenção de V. Ex.ª.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 4 de Abril de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

Segundo a disposição 8.ª do artigo 91.º dos Estatutos do Colégio das Missões, os missionários, além da côngrua de 350$000 réis têm direito à gratificação de 100$000 réis *se acumularem com o serviço pastoral o magistério primário ou secundário.*

A acumulação é pois condicional daquele direito, e só pode dar-se, quando haja escolas legalmente criadas que não estejam providas provisória ou vitalìciamente, porque em qualquer destes casos a lei garante estabilidade a quem as rege.

Parece, portanto, que não tem razão o Prelado, qualificando de *peregrina* esta interpretação seguida pelo Governo Provincial.

Se os missionários exercem o ensino primário em escolas que não são as oficiais, a gratificação só lhes poderá ser abonada pela verba destinada para as Missões da Província.

Em 15-5.º-1894.

Barbosa de Magalhães

Conformo-me.

P[aço], 16 Maio 94.

N. Ferreira

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 117.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

164

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (14-4-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tendo obtido, não sem custo, do Cardeal Prefeito da Propaganda, o mandar educar gratuitamente no Colégio Urbano de Roma, um aluno para missionar na Prelazia a meu cargo; e tendo conseguido, quando recebi a resposta afirmativa, que o primeiro candidato, que de Lisboa me acompanhou, tivesse entrada no Seminário de Kandi (1), que há pouco o Santo Padre criou para as Missões do Oriente, donde deve regressar para esta Prelazia, quando tiver feito os seus estudos; fiquei com um lugar no referido Colégio Urbano, que me parece muito útil aproveitar, não só pelos estudos completos de missionário, que naquele Colégio são ministrados, mas ainda pela grande carência de pessoal para acudir às necessidades desta Prelazia.

No Colégio das Missões Ultramarinas existe um aluno, António José Gomes, que suponho sempre ter dado as melhores provas de inteligência

---

(1) Em Ceilão. O Seminário Pontifício de Ceilão foi criado por Leão XIII em 1893 e transferido para Poona, por Pio XII, em Abril de 1951.

e vocação eclesiástica, que acaba este ano o seu curso teológico; tendo apenas 20 anos de idade, é pois obrigado a esperar quatro pela sua ordenação, pouco mais ou menos o tempo que deve demorar em Roma; em vista do que, tenho a honra de propor e pedir a V. Ex.ª a nomeação do referido aluno para esta Prelazia, e que seja enviado para Roma por conta da mesma Prelazia, a fim de frequentar os estudos do Colégio Urbano, não demandando outros encargos a sua entrada ali, que o depósito de dinheiro suficiente para voltar ao seu destino, quando concluídos os estudos. A entrada deve ser em Novembro futuro; como porém devo prevenir o Cardeal Prefeito com antecedência, ouso pedir a V. Ex.ª o favor duma resposta pouco demorada.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 14 de Abril de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

A esta repartição parece conveniente que se atenda o pedido do prelado, visto como o aluno do Colégio das Missões, a quem o presente ofício se refere, pode em Roma aperfeiçoar-se para a vida de missionário, e começar a prestar bom serviço logo em seguida à sua ordenação.
Se S. Ex.ª o Ministro deferir, pode o aluno ser destinado antecipadamente para as Missões da Província de Moçambique, para deste modo se facilitar o abono da passagem.
Deve, porém, em tal caso, perguntar-se ao prelado, se quer que ele siga directamente para Roma, ou para Moçambique.
Em 7-6.º-1894.

U. Henriques.

Respondido em 11-6.º-1894.

Autorizo (?).

P[aço], 8 Junho 94.

N. Ferreira

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 161.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

165

CARTA DE D. ANTÓNIO BARROSO AO DR. BARROS GOMES (17-4-1894)

A Prelazia a meu cargo continua a ser duramente experimentada, dum lado pelo quase abandono oficial, do outro pela morte, que tem ceifado no campo missionário preciosas vidas.

As duas últimas vítimas foram o padre Courtois, Superior da Missão de Inhambane [1], e o padre Czimmerman, Superior da Missão do Zumbo; como V. Ex.ª sabe, eram dois excelentes missionários, muito experimentados e com largo conhecimento das línguas africanas.

Desde que estou na Província, isto é, há dois anos, entre mortos e inutilizados perdi dezasseis presbíteros, isto num número de missionários muito restrito.

Felizmente nem tudo é triste. A fundação do Instituto de Ensino «D. Amélia» em Lourenço Marques, está dando os melhores resultados, e tenho quase concluída uma magnífica casa para o Instituto «Leão XIII», na Cabaceira, aqui em frente de Moçambique.

In ESBOÇO BIOGRÁFICO DE D. ANTÓNIO BARROSO do Padre Sebastião de Oliveira Braz, Porto, 1921, pág. 42. (Fragmento).

166

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (2-5-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª um relatório em que me esforcei por informar sinceramente a V. Ex.ª acerca do estado religioso da Prelazia de Moçambique, e em que peço remédios urgentes para males que impedem o seu desenvolvimento racional.

Sempre no intuito de fornecer elementos de estudo para um assunto tão actual e que exige modificações urgentes, junto, por cópias, alguns

---

[1] Foi nomeado por D. António Dias Ferreira, por Portaria n.º 26, de 12-12-1890. — Cfr. BOM, 1891, pág. 224.

relatórios de párocos e missionários, que me parecem dignos de atenção, sem que esse facto importe a minha adesão a todas as opiniões e modos de ver neles exarados.

Se este meu modesto e imperfeito trabalho merecer a atenção de V. Ex.ª e concorrer para o melhoramento das condições actuais do serviço eclesiástico desta Prelazia, ficarei com usura pago do trabalho que nele empreguei.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 2 de Maio de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

A margem: Entendo que se deve acusar a recepção deste ofício e relatório, aliás interessantíssimo, e que revela o zelo do Prelado, e quanto se há esforçado em melhorar o estado em que lhe foi entregue a Prelazia, examinando nas suas visitas ao interior dela as necessidades que cumpre satisfazer.

Deve a Repartição incumbir-se de verificar o que já está atendido em providências do Governo e o que falta considerar.

Parece-me que o relatório, depois, poderá ser publicado no Boletim da Sociedade de Geografia, podendo assim ser visto pela Junta Geral das Missões.

Lisboa, em 2 de Agosto de 1894.

Francisco Costa

Ofício ao Prelado de Moçambique em 10-1.º-1895.

Idem ao presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 19-2.º-1895.

Conformo-me,

P[aço], 3 de Agosto 94.
N. Ferreira

A margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 195.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

167

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (27-5-1894)

Devendo estar em Agosto do ano corrente concluída a primeira e magnífica casa, que mandei construir na Cabaceira Grande, denominada «Instituto Leão XIII», e destinada ao ensino de raparigas, pensionistas e pobres, quer pretas, quer europeias ou mestiças; Instituto de caridade de que espero resultarão grandes resultados não só para a instrução e educação feminina, mas ainda para o bom nome desta Província e influência portuguesa, tenho a honra de solicitar de V. Ex.ª as ordens convenientes para que sejam abonadas as passagens a quatro Irmãs da Missão [1], que nesta data peço à respectiva Superiora, para serem enviadas, a fim de tomarem conta daquele Instituto.

Reputo suficientes os recursos de que actualmente disponho, para sustentar, durante um ano, este Instituto, sem auxílio oficial; durante esse período é que poderei avaliar, com exactidão, as necessidades a que para o futuro será indispensável prover; no entanto, creio que o pensionado e a caridade pública suprirão as despesas principais.

Em harmonia com a experiência, é que tenciono elaborar os estatutos que devem reger esta casa, estatutos que oportunamente submeterei ao alto critério e aprovação de V. Ex.ª.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 27 de Maio de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Não se apresentaram as irmãs a que alude este ofício.
12-11.º-1895.
U. Henriques

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 221.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10

---

(1) Irmãs de S. José de Cluny.

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (7-6-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

O Ex.mo Patriarca das Índias Orientais, Metropolita da Província eclesiástica de Goa, do Real Padroado Português, comunicou-me que, em Dezembro do ano corrente, se devem reunir em Goa os prelados que fazem parte desta Província para, em Concílio Provincial tratar[em] de assuntos religiosos de disciplina eclesiástica, a bem das cristandades do Real Padroado Português na Índia e África Oriental. Para que estes trabalhos sejam profícuos, entende o Ex.mo Patriarca das Índias, que é indispensável estudar os assuntos em reuniões preparatórias, que deverão ter lugar em Novembro.

Em vista do exposto, tenho a honra de solicitar de V. Ex.a:

1.º Autorização para sair do território da Prelazia de Moçambique, durante o tempo necessário para assistir ao Concílio Provincial,

2.º As ordens convenientes para ser abonada passagem para mim e um padre que me deve acompanhar.

3.º O abono dum subsídio, que V. Ex.a julgar justo, durante o tempo que estiver na Índia, visto que a minha côngrua, insuficiente para viver em Moçambique, mais o é ainda para viver fora de casa.

Deus guarde a V. Ex.a.

Paço Episcopal em Moçambique, 7 de Junho de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 5.a Repartição.

Ao Prelado é abonada, por ser Bispo, a ajuda de custo de 6.000 réis quando visita as igrejas da sua Diocese. É certo que sai da própria diocese para Goa, mas parece não sofrerá por isso maiores incómodos do que sofre quando percorre as igrejas da Província de Moçambique. V. Ex.a porém resolverá o que for servido, quando entenda

que por este serviço de ir a Goa deva perceber mais de 6.000 réis por dia.

29-8-94.

Bastos

Concordo com as informações das Repartições e sou de parecer que se abone ao Prelado uma gratificação igual à que percebe quando visita as igrejas da sua Prelazia.

3-8.º-94.

F. Costa

Concordo com o Conselheiro Director-Geral.

P[aço], 7 Setembro 94.
N. Ferreira

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 247.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

169

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (7-11-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que, tendo partido desta capital no dia 11 de Junho do ano corrente, em visita pastoral às Missões e Paróquias da Zambézia, a que regressei em 3 de Novembro corrente.

Além das igrejas de Quelimane, visitei as de Sena, Tete, Boroma e Zumbo, demorando alguns dias em cada uma das referidas Paróquias e Missões.

Chegado a Tete, de regresso do Zumbo, segui para o território inglês, demorando-me alguns dias em Chicuaua, Blantyre, Zombo, Domassi e Chirua, visitando também Catunga, Chilomo e Port' Heralt no regresso.

Devido provàvelmente às recomendações feitas pelo Cônsul de S. Majestade Britânica nesta cidade, M. Cherchil, que conhecia as minhas

intenções de visitar o Niassa, às autoridades inglesas, fui em toda a parte magnificamente recebido, não consentindo as mesmas autoridades que no seu território fizesse quaisquer despesas e facultando-me todos os meios de transporte para mim, comitiva e cargas, com todas as facilidades.

Tanto o Comissário inglês, Sr. Alfredo Sharpe, como o Sr. Mac Master, chefe dos correios e governador do distrito de Blantyre, e bem assim o Sr. Bauhill do de Chicuaua, nos trataram duma maneira toda especial.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 7 de Novembro de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 359.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

170

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (7-11-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

A experiência de mais de dois anos tem-me mostrado que o processo até aqui seguido para obter missionários da Índia, indispensáveis nesta Prelazia, porque o clero de origem europeia para nada chega, é extremamente moroso, causando verdadeiros prejuízos à administração eclesiástica.

Nesta conformidade, tenho a honra de pedir a V. Ex.ª para dar as ordens convenientes, a fim de que o Governador-Geral da Índia portuguesa mande abonar a respectiva passagem e ajuda de custo aos missionários daquele Estado, que se apresentarem com carta instituitiva ou de nomeação para esta Prelazia, passada pelo Ex.mo Arcebispo de Goa, a quem irei pedindo os referidos missionários à medida que as necessidades se forem manifestando, dentro do orçamento. Chegados aqui, faço a

nomeação provisória dos mesmos, e proponho a V. Ex.ª a nomeação definitiva dos interessados para missionários do Real Padroado, a fim de auferirem as garantias estabelecidas por lei.

Deste modo parece-me que se evitam delongas prejudiciais, como tem acontecido com a vinda de dois missionários, que eu tive a honra de propor, e que V. Ex.ª nomeou em 18 de Maio de 1893, missionários que ainda não chegaram, porque se não fez comunicação ao Governador-Geral do Estado da Índia portuguesa.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 7 de Novembro de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

Parece atendível o pedido do Prelado. Os sacerdotes de Goa nomeados pelo Governo para missionarem em Moçambique, têm tanto direito, como os do reino, à passagem e à ajuda de custo.
Deve, todavia, informar sobre o assunto a 5.ª Repartição (Contabilidade), à qual, no caso de resolução afirmativa, compete expedir as convenientes instruções ao inspector da Fazenda do Estado da Índia, podendo desde já referir-se aos padres Francisco Xavier Pascoal de Faria e António Alexandre Rodrigues, nomeados em portaria régia datada de ontem.
Em 29-12.º-1894.

Barbosa de Magalhães

Esta Repartição ignora o assunto e não tem que informar. Desde que lhe seja comunicada a resolução superior fará a correspondência conveniente.

Bastos

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 360.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

171

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (7-11-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Acusando a recepção do ofício de 11 de Junho último, cumpre-me agradecer a V. Ex.a o despacho que se dignou dar ao assunto do meu ofício de 14 de Abril, sentindo ter que comunicar a V. Ex.a que não é possível a admissão, no Colégio Urbano de Roma, do aluno do Colégio das Missões, António José Gomes, por estar já preenchido o lugar que muito tempo esteve reservado a meu pedido; mas que vou tomar as medidas necessárias para que o referido aluno seja admitido no futuro ano lectivo.

Deus guarde a V. Ex.a.

Paço Episcopal em Moçambique, 7 de Novembro de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 364.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

NOTA — Para ajuizar com conhecimento de causa do assunto versado neste ofício, cfr. o doc. de 14 de Abril de 1894. O ofício enviado ao Prelado, a que se faz referência, não existe em cópia no AHU.

172

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (10-11-1894)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Em conformidade do ofício de 10 de Setembro último, tenho a honra de comunicar a V. Ex.a que tenciono seguir para Goa no dia 14 ou 15 do mês corrente, a fim de assistir ao VI Concílio Provincial, que se deve

abrir no dia 3 de Dezembro na Metrópole da Província Eclesiástica do Real Padroado da Coroa Portuguesa no Oriente, esperando voltar a esta Prelazia no mais curto espaço de tempo possível.

Aproveito esta ocasião para dizer a V. Ex.ª que me fica substituindo como governador da Prelazia, o missionário padre Emílio Augusto da Esperança Machado.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 10 de Novembro de 1894.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria

À margem, ao alto: Série de 1894 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 383.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

173

MUDANÇA DA PRO-CATEDRAL DE MOÇAMBIQUE (1-4-1895)

PORTARIA N.º 9

Atendendo a que a igreja de S. Paulo, que até hoje tem servido de pro-Catedral, não reune, pela estreiteza da sua capela-mór, as condições necessárias para a celebração das grandes festas do culto católico, sofrendo com isso os ministros que as desempenham e os fiéis que a elas assistem, e considerando que, depois das últimas reparações, a igreja da venerável irmandade da Misericórdia desta cidade se encontra em condições mais vantajosas; de harmonia com a mesma irmandade: Havemos por bem determinar que na igreja da Misericórdia, na qualidade de pro-Catedral, sejam celebradas as solenidades que pertencem à Sé e na de S. Paulo as da paróquia de Nossa Senhora da Purificação da Sé Matriz.

As autoridades e mais pessoas a que o conhecimento desta competir assim o hajam entendido.//

Paço Episcopal em Moçambique, 1 de Abril de 1895.

† António, Bispo de Himéria
Prelado

BOM — 1895, p. 145.

174

CARTA DO DR. ANTÓNIO ENES A D. ANTÓNIO BARROSO (4-5-1895)

Meu Ex.mo Amigo.

Os meus trabalhos e especialmente a guerra, inibem-me de ir a Moçambique, o que sinto, principalmente por me privar da sua companhia, que tanto tenho desejado.

Dizem-me, porém, que V. Ex.a tenciona vir aqui; se assim é, peço-lhe que apresse a realização do seu projecto e venha passar alguns dias comigo nesta pacata residência da Ponta Vermelha.

Cá vou prosseguindo nos meus trabalhos, com muito maior esforço do que resultado. Tudo tinha chegado ao cúmulo da desorganização.//

De V. Ex.a, etc.

Lourenço Marques, 4-5.º-95.

António Enes

PADRE SEBASTIÃO DE OLIVEIRA BRAZ — *Ob. cit.*, págs. 68-69.

175

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (28-6-1895)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Durante mais de três anos tenho empregado todos os meus esforços no sentido de organizar a diocese que foi confiada aos meus cuidados, e felizmente não posso dizer que tenha de todo perdido o tempo e o trabalho;

é porém certo que todos os dias se tornam mais urgentes reformas e melhoramentos, que devem concorrer para o progresso religioso e moral desta vasta Província. Para que isto, porém, se possa levar a efeito, reputo conveniente a minha ida a Lisboa.

O ilustre antecessor de V. Ex.ª tinha-me há muito concedido essa licença, de que me não aproveitei por não poder então abandonar a diocese; hoje que o posso fazer sem inconvenientes para o serviço eclesiástico, tenho a honra de solicitar de V. Ex.ª licença para ir a Lisboa com um padre que me acompanhe, que será o meu secretário, a fim de tratar assuntos da Prelazia.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço Episcopal em Moçambique, 28 de Junho de 1895.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Concedido.

P[aço], 17-8-95.

F. d'Almeida

Ofício ao Governador-Geral de Moçambique em 19-8.º-1895.
Idem ao Prelado de Moçambique em 19-8.º-1895.

À margem, ao alto: Série de 1895 / Governo Eclesiástico de Moçambique / N.º 262.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

176

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (9-12-1895)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tendo o missionário do Real Padroado Português, Vítor José Courtois, deixado preparados, à data da sua morte, valiosos trabalhos sobre línguas cafres, como um bom dicionário, uma tradução dos Evangelhos e alguns

outros livros, todos muito importantes debaixo do ponto de vista da cristianização dos povos da África Oriental Portuguesa, e não dispondo as Missões a meu cargo de recursos alguns para a impressão destes livros, que devem aumentar o bom nome das Missões do Padroado, tenho a honra de pedir a V. Ex.ª se digne ordenar que a referida publicação se leve a efeito na Imprensa Nacional, por conta do Ministério da Marinha e Ultramar, ficando assim remediada uma das maiores dificuldades com que têm a lutar os missionários da Prelazia de Moçambique.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1895.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

A esta Repartição parece atendível o pedido do prelado para a impressão das obras de que se trata; mas julga mais acertado que elas se mandem imprimir na Imprensa Nacional de Moçambique, por haver ali mais facilidade de resolver as dificuldades que necessàriamente há-de oferecer a revisão de provas de originais escritos em língua cafreal.
S. Ex.ª o Ministro resolverá, porém, o que tiver por melhor.
Em 12-5.º-1896.

Barbosa de Magalhães

Imprima-se na Imprensa Nacional de Lisboa.
P[aço], Maio 19/96.

J. Cândido

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

177

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (8-1-1896)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Cabe-me a honra de acusar a recepção do ofício de V. Ex.a de 8 de Janeiro, acompanhando uma cópia do Decreto que cria no território de Manica uma Missão dirigida pela ordem religiosa dos padres Trapistas. No último artigo do referido Decreto é autorizado o Prelado de Moçambique a tratar com o Superior dos Trapistas, que reside em Roma, acerca da fundação, e regular serviços dentro da doutrina do mencionado Decreto.

Para que isto se possa obter sem grandes delongas, julgo indispensável que V. Ex.a me autorize a ir tratar pessoalmente este assunto com o Superior dos padres Trapistas.

Deus guarde a V. Ex.a.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1896.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Série de 1896.

Autorizo a ida a Roma, assim como o subsídio de viagem, que não excederá, na totalidade, réis 600$00 — pagar pela Província de Moçambique.

F[aço], Janeiro 13/96.

J. Cândido

AHU — 1.a Repartição. Moçambique. Pasta 11. (Documento autógrafo).

MOÇAMBIQUE — Cabaceira Grande: Instituto Leão XIII

D. António Barroso, Prelado de Moçambique, com uma leva de missionários (1891)

178

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (21-1-1896)

Il.mo e Ex.mo Sr.

No dia 18 de Agosto do ano pretérito tive a satisfação de inaugurar na Cabaceira Grande, no continente fronteiro à ilha e cidade de Moçambique, o *Instituto Leão XIII*, destinado à educação de crianças do sexo feminino. No mesmo dia foi benzida e aberta ao culto a igreja de Nossa Senhora dos Remédios, depois de canònicamente sagrada; a qual dista apenas 500 metros do mencionado Instituto.

Na vasta extensão da Província de Moçambique não existia uma única casa de educação feminina, quer para os que podem pagar a instrução, quer para os que não dispõem de recursos. Os primeiros mandavam, portanto, muitas vezes com sacrifícios, as suas filhas para Lisboa, Cabo ou Natal, e os segundos viam-nas crescer órfãs de todo o mimo e instrução.

Para obviar a estes inconvenientes desejei ardentemente remediar este estado de coisas, pouco lisonjeiro para um povo que possui vastas colónias, e contando mais com o imprevisto favorável do que com os recursos de que podia dispor, comprei terrenos e principiei a construção dum edifício destinado a remediar tal falta. Auxiliado eficazmente pela Comissão das Senhoras Portuguesas para a Defesa Nacional, que me tinha entregado uma quantia valiosa para a empregar a meu arbítrio, e pela generosidade de alguns fiéis da minha Prelazia, consumi dois anos de aturados trabalhos para conseguir levantar um bom edifício, apropriado ao fim a que se destinava, simples, amplo e higiénico.

A construção e a mobília, pobre mas adequada, importaram em quantia superior a 15.000$000 réis, de modo que ao inaugurar a casa todos os recursos estavam esgotados. As classes de pensionistas e semi-pensionistas não são frequentadas nessa terra, onde raros são remediados, e pouquíssimos os que se importam com a instrução. Em compensação há um grande número para a classe das crianças gratuitas, isto é, órfãs, abandonadas e pobres. O Instituto tem actualmente quinze (15), mas esse número deve ser elevado e muito, para que os benefícios da educação se estendam ao maior número possível. É certo que a caridade particular que até hoje tem auxiliado esta instituição, há-de, assim o espero, continuar a favorecê-la; mas essa nem é certa, nem é suficiente numa terra como Moçambique. Em vista do que venho pedir a V. Ex.ª para que assegure um futuro ao *Instituto Leão XIII*, do qual tantos resultados há a esperar, abonando-lhe um subsídio de 2.500$000 réis

anuais, à semelhança do que se pratica com a Escola de Artes e Ofícios para o sexo masculino.

Para melhor se compreender o fim e funcionamento do *Instituto Leão XIII*, junto cópia do regulamento provisório, para o qual, com as modificações que a experiência aconselhar a introduzir, pedirei a aprovação em tempo oportuno (1).

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1896.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

O prelado de Moçambique pede o subsídio de 2.500$000 réis anuais para manutenção do *Instituto Leão XIII*, que fundou na Cabaceira Grande, para educação de crianças do sexo feminino, e no qual gastou quantia superior a 15.000$000 réis, que obteve de donativos particulares. A protecção do Governo a esta instituição já se afirmou com um despacho que concedeu a isenção do pagamento da contribuição de registo, pela compra das propriedades que o prelado realizou para instalar o estabelecimento. Não é exagerado o subsídio pedido, e o fim a que é destinado justifica a sua concessão.
S. Ex.ª o Ministro resolverá, pois, o que tiver por conveniente.

Em 4-2.º-1896.

Barbosa de Magalhães

Seja ouvido o Sr. Comissário Régio.

P[aço], Fevereiro 14/96.

J. Cândido

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

---

(1) Por ser muito extenso e não oferecer matéria de alto interesse geral, não transcrevemos o aludido Regulamento.

OFÍCIO DO MINISTRO DO ULTRAMAR A D. ANTÓNIO BARROSO (23-6-1896)

Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique.

Cumprindo, para todos os efeitos, continuar a afirmação do nosso domínio nos vastos territórios da província de Moçambique, e sendo a Missão Católica, por sem dúvida, um dos processos mais eficazes, profícuos e económicos, de realizar essa afirmação [1], venho solicitar de V. Ex.ª, cujo zelo apostólico e devotado civismo se conjugam numa convergência de beneméritas energias para o cumprimento da sua alevantada missão de propaganda religiosa e de patriótica ocupação nacionalizadora dos extensos territórios de Moçambique, a sua valiosa cooperação, pedindo-lhe que, quanto possa, e caiba nas forças dos nossos recursos financeiros, continui dando todo o desenvolvimento às fundações missionárias, tendo em vista, tanto quanto seja realizável, os seguintes princípios gerais, que são, segundo creio, em plena harmonia com as ideias de V. Ex.ª que tenho tido ocasião de apreciar por diversas vezes.

a) As novas fundações, assim como a expansão das já existentes, far-se-ão, de preferência, em territórios onde não haja ainda ocupação efectiva ou centros de população europeia portuguesa;

b) As Missões revestirão o carácter de instituições nacionais, sendo obrigatório sempre:

1.º — A sua subordinação ao Prelado de Moçambique;

2.º — O uso e ensino da língua portuguesa;

3.º — O terem sempre arvorada a bandeira portuguesa no estabelecimento principal, sede da Missão;

---

[1] A doutrina missiológica actual não está de acordo com esta sistemática. Mas temos que nos reportar às ideias vigentes no tempo, decorrentes da doutrina criada pela Conferência de Berlim. A ocupação ultramarina fundada em direitos de descoberta opôs-se, como única válida no concerto das nações signatárias, a posse legitimada só pela *ocupação de facto*. Claro está que, mesmo sem fazer política, mesmo sem exorbitar absolutamente nada da sua missão espiritual específica, *só pelo facto da sua presença*, dentro dos novos conceitos berlinenses, a Missão Católica, como afirma o ministro Jacinto Cândido da Silva, era sem dúvida um dos processos mais eficazes, profícuos e económicos da afirmação de domínio da nação a que pertencia. Devemos no entanto afirmar — ordena-o a verdade histórica — que nunca os missionários portugueses se serviram do seu carácter e da sua missão espiritual para agentes de domínio político-colonial. Se o facto da sua *presença* em determinada região acarretava de per si consequências políticas, só pode atribuir-se à criação dum novo conceito doutrinal de direito colonial, que não foi sugestionado por Portugal, nem aprovado, mas apenas tolerado pela Igreja.

4.º — A defesa dos direitos de soberania portuguesa, na sua propaganda e no exercício das suas funções missionárias;

5.º — O prestar todo o auxílio às autoridades portuguesas, a que devem a subordinação nos termos gerais.

c) As bases da alínea *b*) anterior devem sempre constituir condições expressas de contrato firmado pelas congregações religiosas que estabelecerem as Missões e pelo Prelado de Moçambique, a cuja superior inspecção e jurisdição ficam sujeitas;

d) Para a consecução deste desiderato poderá V. Ex.ª entrar em negociações, de carácter oficioso, salvaguardando sempre as deliberações definitivas, que ficam a cargo do Governo, com as corporações religiosas que julgue de maior aptidão e de maior conveniência sob todos os pontos de vista, incluindo o político-colonial, a fim de poder habilitar-se a fazer as suas propostas de novas criações missionárias;

e) Finalmente deve V. Ex.ª regular-se pelos termos em que ùltimamente foi acordada a fundação da Missão de Manica com a ordem religiosa dos Trapistas.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 23 de Junho de 1896.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique.

a) J. C. da Silva

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

180

OFÍCIO DO PATRIARCA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS A D. ANTÓNIO BARROSO (30-6-1896)

Arquidiocese de Goa — Patriarcal das Índias Orientais — Número dezassete.//

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência Reverendíssima que o missionário Condillac Caetano Cordeiro, desta Arquidiocese, e ùltimamente nomeado pelo Governo missionário da Prelazia de Moçambique, não partiu ainda, porque não lhe foi abonada pela Secretaria

da Fazenda a necessária passagem, dando-se ali como razão não ter sido a sua nomeação publicada no Boletim Oficial desta Província.//

Para obviar a este obstáculo e por me haverem dito há tempo na própria Secretaria que bastava a minha nomeação para a Fazenda dar a passagem, passei-lhe uma Portaria nomeando-o missionário de Moçambique, mas desta vez nem assim o conseguiu.//

Rogo, pois, a Vossa Excelência se digne regular junto do Governo de Sua Majestade este assunto, não só com respeito aos missionários nomeados pelo Governo, mas ainda pelos que eu nomear para servirem sob a jurisdição de Vossa Excelência Reverendíssima.//

Por minha parte procurarei ver se posso conseguir aqui a passagem ao referido missionário.//

Deus guarde a Vossa Excelência Reverendíssima.

Paço Patriarcal em Pangim, trinta de Junho de mil oitocentos e noventa e seis.//

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique.//

a) António, Arcebispo Primaz, Patriarca das Índias

Está conforme.

Barcelos, 6 de Agosto de 1896.

a) A. Bispo

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

181

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (6-8-1896)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de, por cópia, enviar a V. Ex.ª um ofício que me dirigiu o Ex.mo e Rev.mo Sr. Patriarca das Índias em respeito aos obstáculos que todos os dias surgem em Goa para a passagem dos missionários daquela Arquidiocese para a Prelazia de Moçambique, pedindo a V. Ex.ª para dar as ordens convenientes a fim de que esses obstáculos sejam removidos.

Já por duas vezes, se a memória me não falha, tive a honra de propôr a V. Ex.ª que fosse dada ordem à Secretaria de Fazenda do Estado da Índia, para que abonasse passagem a todos os missionários, que se apresentassem com carta de nomeação do Ex.^mo^ Patriarca das Índias para servirem em Moçambique; desta maneira Sua Ex.ª Rev.^ma^ enviava os missionários que eu lhe propusesse, os quais depois seriam designados para exercerem o ministério sagrado, pelo Governo de Sua Majestade.

Pelo processo actual acontece frequentemente que, entre os primeiros passos para a nomeação e a chegada à Província dum missionário, medeiam mais de três anos, resultando disto que uns desanimam e não vão ao seu destino e outros chegam quando já tem passado a ocasião oportuna de aproveitar os seus serviços; e todos estes graves inconvenientes ficavam removidos se fosse adoptada a medida que solicito.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Barcelos, 6 de Agosto de 1896.

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

Já em 9 de Janeiro último foi remetido à Repartição de Contabilidade (5.ª) idêntico ofício do Prelado de Moçambique, para se dar cumprimento ao despacho de S. Ex.ª o Ministro, exarado no mesmo ofício, pelo qual foi resolvido o assunto de que se trata.

Em 29-8-1896.

U. Henriques

Despacho: Não há, pois, que deferir; e apenas suscitar o cumprimento de despacho anterior.

1 Setembro/96.

J. Cândido

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (4-11-1896)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Sendo indispensável para o bom êxito da cristianização dos indígenas e desenvolvimento da influência portuguesa em África, que não só os missionários mas ainda todos os funcionários públicos que têm de tratar com os indígenas, conheçam a língua dos mesmos, e sendo, portanto, da máxima conveniência que tenham trabalhos e subsídios a que se socorram, e tendo o Rev.º Superior da Missão de S. José de Lhanguene louvàvelmente organizado um trabalho para o estudo da língua landina [1], falada nas cercanias de Lourenço Marques, trabalho que há pouco me enviou, venho solicitar a V. Ex.ª as ordens convenientes a fim de que o mesmo trabalho seja publicado a expensas do Ministério da Marinha e Ultramar, visto que a referida Missão não dispõe de recursos para o fazer por conta própria.

As condições excepcionalmente favoráveis com que a Revista «Portugal em África» se presta a fazer esta publicação, permitem calcular que uma tiragem de 500 exemplares, cartonados, não excederá a despesa de 60$000 réis.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 4 de Novembro de 1896.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

Ao alto, e à margem: Respondido em 11-11.º-96.
Comunicação à 5.ª Repartição na mesma data.

Deferido nas condições propostas.

P[aço], Novembro 18/96.

J. Cândido

[1] O termo *landim* não significa nome de tribo mas dos povos das redondezas de Lourenço Marques e de modo geral dos povos que estão a sul do rio Save. O vocábulo é de origem obscura e é empregado apenas pelos portugueses. Os etnólogos profissionais desconhecem-no.

1.ª Repartição.

Tem-se autorizado a publicação de obras idênticas por conta do Estado, mandando-se fazer a impressão na Imprensa Nacional de Lisboa.
Pede-se, porém, que a impressão seja confiada à empresa da revista «Portugal em África», o que não custará mais de 60$000 réis, e por isso S. Ex.ª o Ministro resolverá o que tiver por conveniente.

Em 10-11.º-1896.

Barbosa de Magalhães

Comunica-se à 5.ª Repartição desta Direcção-Geral, para os devidos efeitos, que S. Ex.ª o Ministro, por seu despacho de ontem, autorizou a publicação, por conta do Estado, de um livro para estudo da língua landina, falada nas cercanias de Lourenço Marques, escrito pelo Superior da Missão de S. José de Lhanguene, sendo a impressão confiada à empresa da revista «Portugal em África», nas condições propostas pelo Prelado de Moçambique, segundo os preços e tiragem de quinhentos exemplares cartonados não excederá a despesa de sessenta mil réis.

Em 19-11.º-1896.

[Barbosa de Magalhães]

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

183

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (4-11-1896)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Não ignora decerto V. Ex.ª o abandono em que largamente jazeu a Prelazia de Moçambique, abandono de que felizmente começa a levantar-se, sendo contudo ainda bem triste a sua situação. A maior parte das dificuldades com que tem lutado e luta são provenientes dos escassos recursos pecuniários com que tem sido contemplada.

Templos, alfaias, residências paroquiais faltam quase por toda a parte, e é urgente e inadiável levantar de novo, reedificar e reparar ruínas.

Não permitindo as actuais condições do tesouro criar repentinamente despesas novas, mas sendo certo que actualmente se não gasta com a administração eclesiástica a totalidade das verbas inscritas no Orçamento da Província para tal fim, especialmente na parte que diz respeito às côngruas dos missionários, cujo número ainda é menor que o do orçamento, venho ponderar a V. Ex.ª a conveniência e necessidade até de que a diferença, entre a despesa real e a inscrita no orçamento, seja entregue ao Prelado, a fim de a aplicar às mais urgentes necessidades da administração eclesiástica. Assim poderiam efectuar-se grandes e indispensáveis melhoramentos nos vários ramos daquela administração, sem necessidade de inscrever-se novas despesas no orçamento e sem que realmente se excedessem os actuais limites orçamentais.

Isto é tanto mais justo quanto é certo que a Prelazia tem actualmente um cofre com seu tesoureiro, e uma escrituração perfeitamente em ordem, em harmonia com o regulamento eclesiástico, publicado em Junho de 1895 no Boletim Oficial da Província.

Concordo em que não é fácil calcular no princípio dum ano económico qual será a diferença entre a totalidade das côngruas a pagar aos missionários existentes e a totalidade das côngruas inscritas no orçamento, mas parece-me que pode resolver-se esta dificuldade, calculando o Inspector da Fazenda o máximo que terá de dispender e entregando a diferença em prestações mensais, reservando-se para no fim do ano económico, quando as contas dos distritos estiverem reunidas na Repartição de Fazenda Provincial, o apuramento definitivo e fazendo-se então as compensações, que houverem de ser feitas.

Se V. Ex.ª entender que é justo o que venho de expender, rogo se digne expedir ao Inspector da Fazenda de Moçambique as ordens convenientes, a fim de me ser entregue desde já o que diz respeito ao presente ano económico, e para que este assunto fique resolvido de um modo bem definido, para evitar quaisquer dúvidas, que serão sempre de demorada resolução.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 4 de Novembro de 1896.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Sem expediente o pedido do prelado.
É da Repartição de Contabilidade, para onde foi ofício idêntico.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 12.

184

PROCURADOR DAS MISSÕES DE MOÇAMBIQUE (11-11-1896)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Parecendo de muita conveniência que exista uma pessoa oficialmente encarregada de tratar quaisquer negócios eclesiásticos referentes à Prelazia a meu cargo junto do Ministério da Marinha e Ultramar, como a solicitação de passagens para o pessoal missionário que se destina aos territórios do Real Padroado na África Oriental, transporte de objectos para o culto divino e negócios correlativos, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que para os referidos fins nomeio nesta data o Rev.º Padre Serafim Gomes, e peço a V. Ex.ª para dar as ordens convenientes a fim de que como tal seja aceite e atendido na minha ausência.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 11 de Novembro de 1896.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

AHU — *Ibidem.*

NOTA — O Governo nomeou efectivamente o Procurador indicado, pelo documento seguinte:

Representando o Reverendo Bispo de Himéria, Prelado de Moçambique, a conveniência de existir junto da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar uma pessoa oficialmente encarregada de tratar quaisquer negócios eclesiásticos referentes à Prelazia a seu cargo, tais como a solicitação de passagens para o pessoal missionário que se destina aos territórios do Real Padroado na África Oriental, transporte de objectos para o culto divino e negócios correlativos; e havendo indicado para aquele fim o padre Serafim Gomes;

Considerando que é de manifesta vantagem poder, de pronto, entender-se o Governo sobre o serviço eclesiástico da Província de Moçambique com pessoa de inteira confiança da respectiva autoridade eclesiástica superior, que se ache habilitada a prestar todas as informações e esclarecimentos que lhe sejam requisitados;

Há por bem Sua Majestade El-Rei, deferindo à aludida representação, determinar que fique reconhecido nesta cidade de Lisboa, e pela sobredita Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, como procurador do Reverendo Prelado de Moçambique, o mencionado padre Serafim Gomes, que deverá apresentar na mesma Secretaria o instrumento da procuração que lhe foi conferida, a fim de ser arquivado na Repartição competente, na inteligência de que, quando o referido Prelado quiser substituir aquele procurador, assim o representará ao Governo, propondo o seu novo procurador e acompanhando a proposta da procuração correlativa.

Paço, em 26 de Dezembro de 1896.

a) Jacinto Cândido da Silva

185

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (4-12-1896)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Há mais de dois anos requisitei a esse Ministério a nomeação do ordinando do Colégio das Missões, António José Gomes, para a Prelazia de Moçambique, e ao mesmo tempo propuz que aquele ordinando, visto não ter ainda a idade para receber ordens sacras, fosse para o Colégio Urbano de Roma frequentar o curso superior de teologia, o que foi aceite pelo Governo.

Enquanto eu tratava este negócio com o Governo, foi preenchido no referido Colégio o lugar que tinha sido reservado para um ordinando subsidiado pela Prelazia de Moçambique, e até ao presente ainda não foi possível conseguir outro lugar.

Agora, porém, oferece-se boa ocasião de ir para Roma o ordinando a que me refiro; mas como ele em breve receberá ordens sacras, torna-se indispensável V. Ex.ª autorizar que ele esteja ausente da Prelazia de Moçambique, para onde foi nomeado, enquanto tiver de frequentar em Roma o curso superior de teologia.

É essa autorização que venho solicitar de V. Ex.ª, devendo dizer nesta ocasião que, além de me parecer vantajoso aproveitar o ensejo de termos, sem dispêndio e em pouco tempo, um sacerdote doutorado entre os missionários portugueses, julgo também de toda a conveniência a ida para Roma do referido ordinando, atenta a sua pouca idade e a sua constituição pouco robusta, que, demorando-se mais algum tempo na Europa, certamente se tornará mais forte e apropriada a resistir ao clima africano.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1896.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

Este pedido já foi atendido por despacho de 8 de Junho de 1894, como consta do incluso ofício, fazendo-se a respectiva comunicação ao Prelado em 11 do mesmo mês, e dizendo-se-lhe que indicasse as condições em que o aluno devia ser mandado para Roma, caso não tivesse de se lhe apresentar primeiro em Moçambique
Em Novembro seguinte participou, porém, o Prelado que o referido aluno não podia naquela ocasião ser admitido no Colégio Urbano em Roma.

Em 24-12.º-1896.

Barbosa de Magalhães

Ofícios ao Prelado de Moçambique e ao Superior do Colégio das Missões Ultramarinas em 29-12.º-1896.

Mantido o despacho anterior.

P[aço], Dezembro 26/96.

J. Cândido

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 10.

NOTA — Cfr. sobre o assunto os documentos de 14 de Abril e 7 de Novembro de 1894.

186

DECRETO CRIANDO EM MOÇAMBIQUE A ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS (24-12-1896)

Considerando quanto convém ampliar e completar o pensamento civilizador que presidiu à criação da escola de ofícios estabelecida em Moçambique, fundada no intuito de recolher e amestrar nos diferentes misteres profissionais mais indispensáveis à vida, os menores indígenas sem protectores conhecidos e aqueles para quem seus pais ou tutores reclamarem este benefício.

Considerando que, se ainda com a deficiente organização que há tido desde que foi criada em 1879, esta escola tem produzido algumas

vantagens, muito importa dar-lhe o desenvolvimento e a organização que mais sejam conducentes à civilização do elemento indígena, de modo que se colham resultados muito mais eficazes, do que até agora.

Considerando que muito se conseguirá de certo no sentido indicado, se se aliarem à instrução especial a que a escola tem sido destinada, outros intuitos não menos civilizadores, procurando educar nela auxiliares instruídos e devidamente habilitados, das Missões da Província.

Considerando que para uma reorganização da referida escola, de acordo com este pensamento e para a sua direçcão, está naturalmente indicado o Prelado de Moçambique, cujo provado zelo e dedicação, não só pelo maior esplendor e alargamento da fé católica, mas pelo progresso e civilização nas nossas províncias ultramarinas, tem sido exuberantemente demonstrado.

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar: Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo primeiro. A direcção da escola de artes e ofícios da Província de Moçambique é confiada ao Prelado da Província, competindo-lhe a inteira e completa administração de todos os serviços que à mesma escola respeitem.

Artigo segundo. O referido Prelado enviará anualmente à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar um relatório minucioso acerca da escola confiada à sua direcção e bem assim prestará contas da sua gerência.

Artigo terceiro. O projecto da reorganização da escola será submetido à aprovação do Governo.

O ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, aos vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e noventa e seis.

Rei

Jacinto Cândido da Silva

À margem, ao alto: Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar / Direcção-Geral do Ultramar.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 12.

187

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (16-1-1897)

Il.^mo e Ex.^mo Sr.

Tendo-me sido entregue, por decreto de 24 de Dezembro último, a direcção e administração da Escola de Artes e Ofícios existente na cidade de Moçambique, e desejando eu, logo que chegue à minha Prelazia, empreender a reforma daquele estabelcimento com pessoal adequado, que só posso encontrar de pronto entre os religiosos da Congregação Salesiana, afigura-se-me de alta vantagem aproveitar a minha partida para Moçambique para passar por Itália, e fazer-me logo acompanhar do pessoal daquela Congregação indispensável para a direcção e ensino profissional, de que o referido estabelecimento carece, ou ao menos combinar, dum modo bem definido, a partida desse pessoal.

Para a realização deste meu ideal, porém, é indispensável que o Governo me habilite com um subsídio, com que possa fazer, acompanhado pelo meu Secretário, a viagem em caminho de ferro por Turim, Roma, até Nápoles, onde tomaria o paquete da Mala Alemã, que deve sair deste porto em 5 de Fevereiro próximo.

É este subsídio que venho solicitar de V. Ex.ª, bem como que aqui sejam tomadas no paquete a que me refiro as passagens para mim e para o meu Secretário até Moçambique, de modo que não nos aconteça ficarmos detidos em Nápoles por falta de lugares no vapor.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1897.

Il.^mo e Ex.^mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição.

Se V. Ex.ª conceder o subsídio pedido, cuja importância esta repartição não pode calcular, tem o respectivo despacho, assim como a tomada da passagem, de ser cumprido pela 5.ª Repartição.

Em 21 de Janeiro 97.

B. de Magalhães

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 12.

188

OFÍCIO AO MINISTRO DO ULTRAMAR PROJECTO DE REFORMA ORÇAMENTAL (22-6-1897)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.a o incluso projecto para a reforma do orçamento da administração eclesiástica na Província de Moçambique, rogando que seja tomado na consideração que merece na organização do novo orçamento da referida Província, a fim de que o serviço eclesiástico a meu cargo não só se desenvolva e progrida, mas ainda seja equitativo e justo na distribuição de encargos e recompensas.

Deus guarde a V. Ex.a.

Caldas do Gerez, 22 de Junho de 1897.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

AHU — 1.a Repartição. Moçambique. Pasta 12.

189

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO COMISSÁRIO RÉGIO (22-6-1897)

Il.mo e Ex.mo Sr.

A qualquer que seja medianamente versado em assuntos administrativos, é evidente que a boa execução de qualquer ramo de serviço depende muito da maneira por que é organizado.

Nos serviços públicos essa organização consiste em parte no modo por que é orçamentada a despesa a fazer com o pessoal e material destinados a qualquer ramo de administração.

Pode um orçamento apresentar enormes cifras de despesa, mas se a distribuição não for feita com critério e baseada em conhecimentos experimentais do serviço a que esse orçamento é destinado, tal serviço nunca poderá ser bem organizado nem melhor executado, a despeito de grandes somas que com eles se dispendam.

Quando, pois, o orçamento relativo a qualquer ramo da administração pública está feito de maneira a não corresponder às necessidades e exigências do serviço a que é destinado e pelo contrário concorre para multiplicar dificuldades, deve reformar-se.

Em tais circunstâncias está desde há muito o orçamento da administração eclesiástica da Prelazia de Moçambique.

Importa, pois, reformá-lo e para o conseguir tenho empregado por várias vezes todos os meus esforços, mas baldadamente, por infelicidade.

O orçamento ùltimamente decretado na província de Moçambique, e em vigor no presente ano económico, apresenta bastantes alterações na administração eclesiástica, relativamente aos orçamentos anteriores, mas infelizmente está longe de corresponder às necessidades do serviço.

Estou plenamente convencido de que houve a melhor vontade de melhorar e desenvolver o serviço, e para prova basta-me o aumento feito na côngrua dos missionários, mas sou forçado a acreditar que faltaram dados precisos para se poder fazer uma reforma razoável, o que me não admira, porque eu não fui consultado para tal fim e dificilmente pode dar informações seguras sobre um serviço, outro que não seja quem o dirige, que por experiência conhece todas as suas necessidades e exigências, e tem examinado as causas donde provêm os obstáculos que entravam e tornam muitas vezes impossível a boa administração.

Sendo urgente e indispensável, para que o serviço eclesiástico na Prelazia de Moçambique possa ter uma orientação mais ampla e um desenvolvimento mais considerável, dotá-lo com um orçamento que não sirva ao Prelado para dificultar, mas antes o auxilie a poder fazer uma boa administração e sendo a presente ocasião oportuna, visto que o Governo se está ocupando do orçamento geral para ser presente às Cortes, que brevemente deverão funcionar, tenho a honra de submeter à esclarecida apreciação de V. Ex.ª o adjunto projecto de reforma do orçamento da administração eclesiástica, bem como as considerações que passo a expor e que, segundo me parece, justificam as alterações constantes do projecto.

No artigo 1.º, secção 1.ª, foi acrescentada a gratificação para o governador da Prelazia, na ausência ou falta do Prelado, e é justo e equitativo que as remunerações devam estar em harmonia com a importância e responsabilidade dos lugares, e sendo ainda evidente que em certos lugares se está obrigado a ter uma certa representação e que esta obriga a 'despesas inevitáveis, não é exagerada a gratificação de 800$000 réis ao governador da Prelazia. Deve notar-se ainda que a representação e

responsabilidade do lugar de governador da Prelazia, em muito pouco difere da que terá um Prelado que não seja Bispo sagrado ou eleito. Também não é caso virgem, porque na diocese de Macau está estabelecida a gratificação de 1.000$000 para o governador da diocese, gratificação que é paga até quando o Prelado se ausenta de Macau para Timor, isto é, sem sair da diocese.

A secção 2.ª não existia, mas para a justificar basta ponderar que todos os que nela representam têm de desempenhar lugares trabalhosos e de responsabilidade e não é justo que fiquem em piores circunstâncias do que outros missionários, acrescendo ainda que têm de pagar dos seus vencimentos renda de casa, o que na cidade de Moçambique é importante, por serem caras as rendas de casas.

A secção 3.ª também não existia, em parte. Seria ridículo pretender que, tendo todas as igrejas paroquiais um sacristão, a igreja que serve de catedral e onde o Prelado desempenha os actos de culto, não o tivesse. O ordenado de 144$000 réis é o mínimo que se pode estabelecer para um sacristão, que tem de ser um homem a quem se possa impor a responsabilidade de muitos objectos, que representam valores.

No artigo 9.º o número de missionários foi elevado de 41 a 60. O número de 41 é insuficiente, porque actualmente estão já empregados nos vários serviços uns 45 e é urgente mandar dois missionários para Angoche, um para a paróquia do Zumbo, outro para o Chinde, outro para Mopeia, três para as Missões de Inhambane e fundar a Missão de Gaza, que não poderá ter menos de três missionários, e a de Manica (Trapista), que segundo o decreto de organização deve começar com três missionários.

No artigo 10.º foi aumentada, sendo de 2.000$000 réis a verba destinada ao serviço geral de novas Missões. Aparece também a verba de 1.000$000 para aquisição de paramentos e alfaias para todas as missões da província, mas é preciso notar que algumas verbas da mesma natureza que figuravam nos diversos distritos foram reduzidas, ficando só contempladas as paróquias.

O lugar de capelão do Depósito de sentenciados, mencionado no artigo 16.º, tem pouca importância, quer pelo trabalho quer pela responsabilidade que impõe a quem o exerce e é um lugar onde sòmente deverá ser provido um missionário que, pelas suas fracas aptidões, não sirva para mais nada.

Em tais circunstâncias não deve constituir um prémio, como até agora tem acontecido, com possível escândalo e ao menos com detrimento para o serviço e para a disciplina eclesiástica.

Parece, portanto, razoável que a gratificação que este lugar tinha de 300$000 réis seja reduzida a 100$000 réis e assim ficará o vencimento do missionário que o desempenhar equiparado ao da maioria dos párocos, que têm sempre bem mais trabalho e responsabilidades. E ainda para que esta gratificação não seja recebida sem qualquer encargo, deve o

Capelão do Depósito de sentenciados reger uma escola para os mesmos, com o que ainda alguma coisa se poderá aproveitar.

O artigo 32.º compreende a despesa com o serviço eclesiástico em territórios das Companhias. Apare[ce] consideràvelmente aumentado, mas é preciso notar que no último orçamento se não contou com duas paróquias que existem no território da Companhia do Niassa — Ibo e Quirimba — e que entra já também a despesa com a fundação da Missão de Manica, que está decretada e vai ser organizada imediatamente.

No artigo 43.º aparece um Coadjutor para a paróquia de S. Sebastião, que é indispensável para ser encarregado do serviço do hospital como Capelão, a fim de evitar conflitos de jurisdição.

Aparece[m] também dois missionários para Angoche, onde já há muito deveriam existir, se não corressem o risco de morrerem de fome, porque a vida ali é cara, por terem de importar de Moçambique a maior parte dos alimentos, e serem absolutamente insuficientes as côngruas que até agora recebiam.

No artigo 45.º acrescentaram-se gratificações de ensino aos párocos da Sé e Cabaceira. Até agora não tem havido escolas paroquiais nestas duas freguesias, mas importa bastante que se estabeleçam, ainda mesmo que deixem de existir as escolas oficiais que há em Moçambique, porque será talvez por meio da escola que nestas freguesias, como em todas as outras, se poderá fazer a propaganda religiosa, e não se chega mesmo a compreender um pároco em África sem escola.

No artigo 67.º estabelece-se como despesa nova o subsídio para a renda de casa dos párocos de três freguesias, que não têm residência paroquial. Isto é justo, porque a renda de casa ia absorver uma boa parte do vencimento dos párocos, pois em qualquer daquelas freguesias se viam obrigados a dispender pelo menos de 9$000 a 10$000 réis por mês para esse fim, isto sem contar com muitos outros inconvenientes que podem resultar de o pároco não ter residência fixa.

Demais, se em algumas paróquias, onde os párocos têm melhores proventos, se entendeu dever favorecer-se-lhes casa para residência e escola, não há motivo plausível e justo para que esta medida não seja geral e se estabeleça uma tão flagrante desigualdade. Onde todos estão sujeitos ao trabalho, devem também todos ter os mesmos direitos. Ora proventos suficientes para uns acompanhados de garantias, e para outros a miséria, não é honesto, não é equitativo e até dificulta muito o bom governo, e traz ao Prelado sérios embaraços para a colocação do pessoal.

Não só no distrito de Moçambique se estabelece o subsídio para renda de casa dos párocos, mas torna-se esta medida geral, estabelecendo-o para todas as paróquias que não têm actualmente residência paroquial, guardando-se as proporções devidas, como se vê nos artigos 108.º e 138.º.

A importância destes subsídios, que aliás é insignificante, pode mesmo deixar de figurar num curto período, porque se deve diligenciar adquirir casas próprias para tal fim, o que não será muito difícil.

No artigo 91.º estabelece-se a gratificação de 100$000 réis aos dois missionários de Mopeia. Nesta localidade foi estabelecida uma estação missionária há ano e meio, aproveitando os bons desejos e satisfazendo o pedido justo dos europeus ali residentes, que promoveram, por subscrição particular, a construção de uma Capela e casa para residência dos missionários. Está actualmente ali só um missionário, mas a pouca salubridade e outras circunstâncias locais aconselham a urgência de mandar para ali outro missionário. Há uma escola, que é regida pelo mismionário, que recebe a gratificação de 100$000 réis, mas desde que sejam dois teria de ficar um missionário com mais 100$000 réis que o outro, o que não é justo nem equitativo, visto que ambos trabalham. Remove-se esta dificuldade eliminando a gratificação a título de ensino, e dando a cada um dos missionários a gratificação de 100$000 réis, igualando-lhes assim os vencimentos, que não são demasiados, atendendo à carestia da vida naquele ponto.

O artigo 95.º é alterado por várias razões. O pároco de Quelimane há mais de 4 anos que regia a escola oficial, do que recebia 300$000 réis. No último orçamento entrega-se totalmente à Missão zambeziana a instrução pública naquela vila, desatendendo os serviços prestados e os direitos adquiridos pelo pároco e colocando-o ainda em circunstâncias pouco lisonjeiras, por lhe serem consideràvelmente cerceados os vencimentos, não obstante ser a vida em Quelimane caríssima, e ter este pároco sido obrigado a pagar para mais de 15$000 réis mensais de renda de casa, visto que não tem residência paroquial e as casas em Quelimane serem mais caras do que em qualquer outro ponto da Província, à excepção de Lourenço Marques.

Ora a medida tomada no último orçamento, além de injusta, é prejudicial ao serviço, porque a população escolar de Quelimane é muito considerável e dá bem para duas escolas.

Explica-se assim o desdobramento daquele artigo, estabelecendo duas escolas, uma elementar a cargo do pároco, com a gratificação de 200$000 réis e outra complementar a cargo da Missão zambeziana, com a gratificação de 400$00 réis.

No artigo 108.º estabelece-se o subsídio para renda de casa aos párocos que não têm residência, pelos motivos já apresentados a propósito do artigo 67.º.

No artigo 118.º reduziu-se o número de missionários de 8 a 6 e estabelece-se a dotação de 2.000$000 réis para a Missão de Mongue e suas filiais.

Esta Missão tem já mais de dois anos de existência no ponto onde actualmente está, mas tem tido pequeníssimo desenvolvimento, por carecer absolutamente de recursos.

A região presta-se para a acção missionária e já de há muito está planeado o estabelecimento de 4 estações filiais, com um missionário

cada uma. Mas como realizar este plano, se nem sequer há com que sustentar a Missão principal?

É portanto absolutamente indispensável e urgente dotar esta missão não só para que possa sustentar-se, mas também para poder estabelecer as suas estações filiais, e não será para tudo isso demasiada a importância de 2.000$000.

Este modo de organizar a Missão com estações filiais dá incontestàvelmente muito melhor resultado do que o plano apresentado no último orçamento, do estabelecimento de sete escolas além da da missão de Mongue, que nada significam, porque a civilização do indígena não se pode fazer só pela escola, mas sim pelo conjunto de meios que são postos em prática pela Missão bem organizada.

A verba de 2.000$000 réis estabelecida pela dotação da Missão representa realmente só um aumento de despesa de 1.200$000, porque o resto é compensado pela eliminação do artigo 120.º, cuja importância é de 800$000 réis, que em tal caso deixará de figurar por não ter razão de existir.

Os nove sacristães que figuram no último orçamento ficarão reduzidos a 1 — o da paróquia. Desde que as Missões tenham dotação para as suas despesas não há razão para que lhes seja abonado sacristão, pois este empregado será substituído, e com vantagem, por um educando da Missão. Isto deve ser regra geral para todas as missões, e por isso desapareceram todos os sacristães para as Missões e figuram só os das paróquias.

É ocasião de justificar o aumento de vencimento dos sacristães das paróquias.

Até agora o orçamento dava o ordenado de 60$000 réis por ano e parece que era este o ordenado destes empregados há 30 ou 40 anos. Ora os tempos mudam. Tem-se verificado que por tão miserável ordenado ninguém quer ser sacristão, nem mesmo o mais boçal preto. Pois se um moleque em qualquer ponto da Província recebe tanto ou pouco menos e o patrão tem de o sustentar e muitas vezes de o vestir, que vantagem terão em ser sacristães por 5$000 réis mensais, sem mais nada? Dá em resultado verem-se sempre os párocos em grandes apuros para encontrar quem queira tal lugar e serem sempre as igrejas mal servidas.

O ordenado mínimo que pode estabelecer-se em geral é 100$000 réis. O último orçamento já reconheceu a necessidade de aumentar o vencimento dos sacristães, mas infelizmente só contemplou o de Lourenço Marques com 180$000 réis, e deixou todos os outros na miséria em que estavam. É certo que em Lourenço Marques o ordenado de 180$000 réis não é exagerado, mas também é certo que para o resto da Província o ordenado de 60$000 réis é mais que miserável.

No artigo 120.º é reduzida a gratificação de professor ao pároco a 200$000 réis, porque não há razão para ser superior à de Quelimane.

O artigo 138.º funda-se nas mesmas razões do artigo 67.º.

No artigo 149.º estabelece-se uma gratificação aos missionários da Missão de Gaza, que os equipara em vencimentos aos da Missão de Macassene. Se se entendeu, ao decretar a organização da Missão de Macassene, que os missionários deviam ter os vencimentos que lhes foram estabelecidos, não há razão para que se não reconheçam aos da Missão de Gaza iguais direitos e necessidades. Tudo o que não seja estabelecer a máxima igualdade, guardadas as devidas proporções, para os que trabalham no mesmo campo, deixa de ser justo, é revoltante e embaraça o bom governo e disciplina eclesiástica.

Quando se tem em vista o bem do serviço é indispensável pôr de parte qualquer ideia de padrinhagem, que só pode produzir desmoralização e justos ressentimentos.

No artigo 156.º são eliminadas as gratificações de exercício ao pároco e coadjutor de Lourenço Marques, que não têm razão alguma de ser, e só poderiam justificar-se por um favoritismo mal cabido.

Por que razão sòmente o pároco e coadjutor de Lourenço Marques e não todos os outros da Província, deverão ter gratificação de exercício? Seria um revoltante escândalo.

Se a vida é cara em Lourenço Marques, não o será mais do que em Quelimane e pouco mais do que em Moçambique e outros pontos, devendo ainda atender-se a que em Lourenço Marques há residência paroquial, o que não tem acontecido em quase todas as outras paróquias. As compensações lá serão feitas para o pároco na gratificação da escola e rendimento do pé de altar, e para o coadjutor na gratificação da escola e na do serviço de Capelão do hospital.

Se tivermos de pôr todos os párocos em circunstâncias proporcionalmente semelhantes de vencimentos ao pároco e coadjutor de Lourenço Marques, segundo o último orçamento, teríamos de aumentar em muitos contos de réis a despesa, o que não seria possível. Dar a uns tudo e deixar os outros em más circunstâncias não é justo, não é equitativo e dificulta o bom governo eclesiástico.

Quando em negócios desta ordem não se tomam como bons o bom critério e a justiça, nada poderá sair que seja razoável e prático. Vejamos o que no último orçamento se fez com relação ao pessoal da Missão de Macassene.

O Superior tem de côngrua e gratificação 720$000 réis, um dos coadjutores 600$000 réis, ao passo que o outro coadjutor ficava reduzido à módica quantia de 350$000 réis. Se isto não estivesse escrito seria inacreditável. Pois que razão há para assim diferençar o vencimento de 2 missionários que igualmente trabalham na mesma Missão? Não pode admitir-se senão por lapso e como resultado de tal orçamento ter sido feito sem que se consultasse na mínima coisa quem por ofício entende e até mesmo é quem só pode entender do serviço eclesiástico.

Não há também razão, nem de justiça nem de conveniência, para que se conserve a três missionários a côngrua de 350$000 réis, quando a de todos os outros foi elevada a 500$000 réis.

Todos são missionários na mesma província e portanto a côngrua deve ser igual para todos.

A Missão de Lhanguene foi estabelecida em 1892 e, apesar de todos os esforços empregados, ainda não foi possível conseguir para ela uma dotação. Infelicidade caprichosa das coisas de Moçambique! não tem podido desenvolver-se por absoluta falta de meios e como é preciso tomar a sério o negócio das Missões, se quisermos colher os bons frutos que elas produzem em prol da civilização e garantia de domínio das nossas possessões, é preciso e urgente dotar aquela Missão. Não é exagerado o subsídio de 2.000$000 réis.

O vencimento dos dois missionários que nela trabalham é o que até agora já tinham, embora alterado na classificação.

Pelo Governo da metrópole foi há muito autorizado, a meus instantes pedidos, o abono da gratificação de 300$000 réis ao Superior e 200$000 réis ao Coadjutor. Ora como as côngruas foram elevadas em 150$000 réis, aquelas gratificações deverão ser reduzidas respectivamente a 150$000 réis e 100$000 réis.

O artigo 157.º aparece muito modificado.

A gratificação de 500$000 réis ao pároco, como professor, é exagerada e deve ser reduzida à de 350$000 réis, que já existia.

Também não é justo que só o pároco trabalhe na escola. O coadjutor deve também auxiliá-lo, mas como pelo serviço de capelão do hospital recebe já uma gratificação, não deverá pela escola receber mais de 150$000 réis. A escola «Rainha D. Amélia», a que se refere o artigo 158.º, foi fundada em 1893 e está prestando relevantíssimos serviços, não só pelo lado da instrução, como também pelo lado da instrução religiosa. Tem tomado bastante incremento e torna-se urgente aumentar o número das professoras (Irmãs Educadoras) de 3 a 5. Ora como este pessoal educador tem de prover a todas as suas necessidades com o subsídio que recebe do Estado, não parece exagerado o subsídio de 300$000 réis por cada Irmã, ou seja o total de 1.500$000 réis, visto que deste subsídio têm também de fazer as despesas com o material da escola e conservação do edifício.

O lugar de capelão do hospital de Lourenço Marques, a que se refere o artigo 168.º, tem sido e deve continuar a ser desempenhado pelo coadjutor da paróquia, por vário motivos, mesmo canónicos.

A gratificação até agora era de 350$00 réis, mas deve ser reduzida a 200$000 réis, pois a diferença vai ser compensada pela gratificação de 150$000 réis que o coadjutor recebe como ajudante da escola paroquial.

O serviço religioso fica bem dividido porque o pároco fará o serviço geral da paróquia e o coadjutor cuidará especialmente do hospital.

A diferença de responsabilidade, que pesa mais sobre o pároco, é compensada pelo rendimento do pé de artar.

A diferença apresentada entre o último orçamento e as alterações propostas, quase desaparece se considerarmos o seguinte:

O número de missionários da Província é elevado de 41 a 60, o que importa em	9.500$000
Na verba para Missões da Província aumentou-se ...	2.000$000
Estabeleceu-se a dotação para a Missão de Mongue	2.000$000
Idem para a Missão de Lhanguene	2.000$000
Incluem-se as côngruas dos párocos e ordenados dos sacristães das paróquias do território da Companhia do Niassa, na importância de	1.200$000
Inclui-se o subsídio de 5.000$000 para a fundação da Missão de Manica e a dotação de 2.500$000 relativa ao 1.º ano, segundo o decreto orgânico ...	7.500$000
	24.200$000

Assim fica bem explicado o aumento da despesa total na administração eclesiástica, que não é exagerado, porque muito mais se dispende na Província de Angola, e porque com um orçamento assim organizado se torna possível o desenvolvimento da acção missionária na Província de Moçambique e se facilita e torna prático o bom governo eclesiástico.

[Autógrafo]: Caldas do Gerez, 22 de Junho de 1897.

† António, Bispo de Himéria
Prelado de Moçambique

Ao princípio, ao alto e à margem: Ofício ao Comissário Régio junto à Companhia de Moçambique em 9-10-1897.

1.ª Repartição. 2.ª Secção.

No adjunto projecto, o Prelado de Moçambique justifica quase todas as verbas de despesa da administração eclesiástica inscritas no orçamento que está em vigor, por decreto do Comissário Régio, de Fevereiro do corrente ano, propondo, porém, algumas alterações para mais e para menos.

Com essas alterações concorda esta repartição, mas delas resulta um aumento de 16.700$000 réis que, com a dotação da Missão de Manica, se eleva a 24.200$000 réis.
Ùltimamente oficiou-se ao Comissário Régio junto à Companhia de Moçambique no sentido de obter declarações da Companhia sobre se tomava sobre si as despesas da Missão de Manica, em vista das disposições da sua nova carta orgânica.
Ignora a Repartição o que a Companhia resolveu.
Tratando-se, pois, de um aumento de despesa, deve sobre o assunto pronunciar-se a 5.ª Repartição desta Direcção-Geral.

Em 28 de Junho de 1897.

U. Henriques

5.ª Repartição.

Ignoro se a Província de Moçambique pode pagar este importante aumento de despesa, que de mais a mais não está incluída na sua Tabela.
Os créditos votados, deminutos como são, não dão margem a pagar-se no Reino.
2-9-97.

Bastos

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 12.

190

D. ANTÓNIO BARROSO BISPO DE MELIAPOR (11-8-1897)

Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Direcção-Geral do Ultramar. Primeira Repartição. Segunda Secção.//

Achando-se vaga a Prelazia de Moçambique, por ter sido, em Decreto de dois do corrente mês, nomeado e apresentado Bispo da Diocese de S. Tomé de Meliapor, o respectivo Prelado D. António José de Sousa Barroso, e concorrendo no presbítero Sebastião José Pereira, antigo missionário do Ultramar e actualmente professor de ciências eclesiásticas no Colégio das Missões Ultramarinas, ciência e louváveis costumes precisos para o bom desempenho das funções prelatícias: Hei por bem nomeá-lo Prelado da mencionada Prelazia de Moçambique. O Ministro

e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar.//

Paço, em onze de Agosto dc mil oitocentos e noventa e sete.//

REI

Henrique de Barros Gomes

Está conforme.

Em treze de Agosto de mil oitocentos e noventa e sete.

a) Francisco J. da Costa e Silva

Está conforme.

Secretaria da Prelazia de Moçambique, 20 de Dezembro de 1897.

Padre Afonso Pereira, Governador da Prelazia

BOM — 1897, p. 498.

191

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (19-8-1897)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Desejando legar ao meu sucessor o menor número possível de dificuldades, e tendo em Moçambique dois missionários, Abílio Simões Janeiro e Francisco de Sá Moimba, este último já transferido de Cochim para Moçambique contra minha vontade, os quais são absolutamente inúteis para o serviço eclesiástico e até prejudiciais, pelo seu procedimento menos correcto e pelo desprestígio que acarretam para uma classe que só pode ter ascendente moral pela correcção e autoridade do seu proceder, tenho a honra de propor a V. Ex.a que sejam sem perda de tempo transferidos para a Guiné os dois referidos missionários, lugar onde a sua missão será menos prejudicial, segundo me parece.

Em Moçambique, para onde neste momento estão voltadas as atenções de nacionais e estrangeiros, reputo-os prejudiciais.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 19 de Agosto de 1897.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: Portaria ao Governador da Guiné, e ofícios ao Bispo de Himéria e Comissário Régio em Moçambique, em 25-8.º-1897.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 12.

192

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO SOBRE O INSTITUTO LEÃO XIII (19-8-1897)

Il.mo e Ex.mo Sr

Tendo pedido com instância ao antecessor de V. Ex.ª e mostrado a conveniência e necessidades de que no Instituto Leão XIII, destinado à educação de raparigas pobres e abandonadas, que pululam sem amparo nas nossas colónias, fosse concedido um subsídio anual, que permitisse uma vida segura a essa instituição, que já presta valiosos serviços; Sua Ex.ª por despacho de 3 de Julho de 1896 dignou-se conceder dois contos de réis anuais para aquele fim, ordenando que essa verba fosse inscrita no orçamento que então se confeccionava no Ministério da Marinha. Ora aconteceu que o Comissário Régio em Moçambique, feito o orçamento que actualmente vigora, e tendo conhecimento daquele despacho, não inscreveu a importância referida.

Daqui nasceram dificuldades financeiras sérias para o Instituto solver os seus compromissos; pelo que tenho a honra de pedir a V. Ex.ª se digne mandar abonar em Lisboa, sendo possível, uma verba que parecer

razoável, enquanto aquela quantia não é definitivamente confirmada no orçamento da Província de Moçambique.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 19 de Agosto de 1897.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Himéria
Prelado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.
É da competência da 5.ª Repartição o assunto deste ofício.

Em 23-8.º-1897.

Barbosa de Magalhães

Foi mandada inscrever esta quantia de 2.000$000 réis quando a Repartição firme o orçamento de Moçambique. O orçamento foi feito pelo Comissário Régio e por isso não inclui esta quantia. Pede o Prelado que se lhe abone em Lisboa uma quantia que parecer razoável, enquanto se não inscrever a verba no orçamento. Incluída no orçamento, era legalizada pelo artigo 15.º do Acto Adicional, ou pelas Cortes; entregue em Lisboa por simples despacho, fica sem lei que a ampare. V. Ex.ª porém ordenará o que for servido.

24-8-97.

Bastos.

Comunicação à 5.ª Repartição e ofício ao Bispo, em 25-8.º-1897.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 12.

193

OFÍCIO DE D. ANTÓNIO BARROSO AO MINISTRO DO ULTRAMAR (10-11-1897)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Para os devidos efeitos tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que tendo recebido [com] um ofício da Secretaria da Marinha e Ultramar de vinte e oito do passado, as Letras Apostólicas em forma

de Breves de onze do mesmo mês, pelas quais Sua Santidade o Papa Leão XIII se dignou confirmar a nomeação e apresentação que o Real Padroeiro, Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I, houve por bem fazer da minha pessoa para Bispo de S. Tomé de Meliapor, que no dia dois do corrente mês de Novembro tomei, por Procuração, posse da administração espiritual e temporal da referida Diocese.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 10 de Novembro de 1897.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

a) † António, Bispo de Meliapor

AHU — 1.ª Repartição. Índia. Pasta 13.

194

OFÍCIO DO PRELADO DE MOÇAMBIQUE AO MINISTRO DO ULTRAMAR (24-12-1897)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Tendo sido confiada ao Prelado de Moçambique, por decreto de 24 de Dezembro de 1896, a Escola de Artes e Ofícios existente na Capital da Província, para ser remodelada e dirigida em harmonia com as necessidades actuais, e tendo o meu Antecessor dado começo a negociações tendentes a conseguir pessoal habilitado e ao mesmo tempo económico, para o desenvolvimento daquela utilíssima instituição, cujo fim consiste em instruir e moralizar pela religião e pelo trabalho, desejando aproveitar-me das diligências já empregadas naquele sentido, por concordar plenamente com as vistas e desígnios do Ex.mo Bispo de Meliapor (1), a quem vou incumbir de as ultimar em meu nome, tenho a honra de pedir a V. Ex.ª se digne declarar-me oficialmente que esse Ministério, a que V. Ex.ª tão superiormente preside, autoriza e abona as passagens ao referido pessoal, para assim lho comunicar no momento de efectuar o respectivo contrato.

É promessa do meu Antecessor que hei-de manter, não aumentar a despesa com a reforma daquele instituto, pois que, além das côngruas a dois presbíteros por conta do orçamento geral da Colónia, todo o restante pessoal superior será pago com o subsídio que presentemente lhe

é destinado, havendo fundadas esperanças de que as oficinas entregues a uma direcção zelosa e competente, poderão de futuro, com os recursos actuais, não só ocorrer a todos os encargos, mas ainda ampliar os benefícios que o mesmo estabelecimento é chamado a produzir e propagar naquele vastíssimo território.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Cernache do Bonjardim, Colégio das Missões Ultramarinas, aos 24 de Dezembro de 1897.

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

† Sebastião, Bispo de Epifania
Prelado de Moçambique

A margem: Ofício ao Prelado de Moçambique em 21-1.º-1898.

Autorizo.

P[aço], 19-1.º-98.

D. Carlos

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 12.

195

OFÍCIO DA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA À DIRECÇÃO-GERAL DO ULTRAMAR (28-11-1901)

Il.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Havendo satisfeito em ofício desta Administração Geral, datado de 27 de Agosto último, à informação pedida por V. Ex.ª, sobre os preços que me parecem dever ser fixados para a venda dos Dicionários português-cafre-tetense, cafre-tetense-português, e Elementos de Gramática Tetense, que respectivamente foram calculados em 900, 200 e 400 réis,

tenho a honra de novamente rogar a V. Ex.ª se sirva dizer-me se as mencionadas obras podem ser postas à venda pelos preços referidos.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, Administração Geral da Imprensa Nacional, 28 de Novembro de 1901.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Director-Geral do Ultramar, no Ministério da Marinha e Ultramar.

Pelo Conselheiro Administrador Geral
a) António N. Martins

À margem, ao alto: Imprensa Nacional / Administração Geral / N.º 352.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

196

OFÍCIO DA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA À DIRECÇÃO-GERAL DO ULTRAMAR (18-1-1902)

Il.mo e Ex.mo Sr.

Respondendo ao ofício de V. Ex.ª de 21 de Dezembro último, cumpre-me participar que a tiragem das edições dos Dicionários «Português-Cafre-Tetense» — «Cafre-Tetense-Português» e «Elementos de Gramática Tetense», foi de 1.000 exemplares de cada uma das obras.

Dos referidos três compêndios foram enviados para a Direcção-Geral do Ultramar 500 exemplares ao todo.

Em 22 de Março de 1901 apresentou-se nesta Administração Geral o Reverendo João Hiller, Superior da Missão de Boroma, dias antes da sua partida para África, dizendo estar superiormente autorizado para ser portador de alguns exemplares que estivessem prontos, e mediante recibo passado naquela data e assinado pelo dito Hiller, fez-se-lhe entrega de 59 exemplares de cada das obras, restando, portanto, nesta

Imprensa 441 volumes dos referidos compêndios, dignando-se V. Ex.ª sobre este assunto dar-me as indicações que tiver por convenientes.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, Administração Geral da Imprensa Nacional, 18 de Janeiro de 1902.

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Director-Geral do Ultramar, no Ministério da Marinha.

Pelo Conselheiro Administrador Geral

O Escriturário

António Lúcio do M.te Pegado

À margem: 1.ª Repartição. 2.ª Secção.

Por esta Repartição não foi o P.e Hiller autorizado a ir receber da Imprensa Nacional exemplar algum dos livros de que se trata.
Declarando-se neste ofício que a edição foi de 1.000 exemplares de cada livro e existindo nesta Secretaria de Estado metade da edição, pode esta ser enviada ao Prelado de Moçambique, tirando-se alguns exemplares para o arquivo, como indica a 6.ª Repartição, pondo a Imprensa Nacional à venda os 441 exemplares com que ficou de cada obra.
Quanto aos livros entregues ao P.e Hiller, Superior da Missão de Boroma, V. Ex.ª resolverá se deve, ou não, exigir-se-lhe o pagamento do seu custo, como não tenha havido autorização para os solicitar da Imprensa.

Em 23-1.º-1902.

J. Pinto

À margem, ao alto: Imprensa Nacional / Administração Geral / N.º 433-A.

AHU — 1.ª Repartição. Moçambique. Pasta 11.

APÊNDICE

A MISSÃO DE LÂNDANA

§ 1.º. FUNDAÇÃO DA MISSÃO DE LÂNDANA

Em 1870 dois religiosos franceses da Congregação do Espírito Santo, os Rev. Padres Carrie e Dhyèvre voltaram de S. Paulo de Luanda, onde tinham sido enviados para substituírem dois de seus irmãos, mortos havia pouco.

Perante a má vontade das autoridades locais, que lhes suscitaram toda a qualidade de estorvos, foram constrangidos a deixar o país e a procurar em qualquer ponto da costa um lugar mais hospitaleiro aos missionários.

Chegaram a Lândana a 30 de Maio de 1870; principiaram logo a estudar o país e seus habitantes.

Durante três meses percorreram o território entre Banana e Loango, e o resultado deste exame foi que Lândana era o ponto mais favorável para o estabelecimento de uma nova Missão.

Voltando a França alguns meses mais tarde, pediram ao seu Superior Geral, o M. R. P. Schwindenhammer, que se dignasse mandar logo uma colónia de religiosos a Lândana, de onde, pensavam eles, seria fácil a irradiação para todo o Congo, que estava então completamente privado de missionários.

A proposta foi acolhida favoràvelmente; antes porém de decidir coisa alguma, a Congregação do Espírito Santo julgou conveniente fazer mais uma vez estudar o terreno. O rev. padre Carrie foi de novo enviado à costa do Congo, com o fim especial de procurar os pontos principais, onde se poderia esperar o estabelecimento de futuras Missões e de dirigir um relatório minucioso à Casa-Mãe de Paris. Foi pelas conclusões deste relatório que a Congregação se decidiu enfim a fundar em Lândana a Missão e a mandar aí como Superior o rev. padre Duparquet, que já tinha per-

corrido as costas ocidentais e orientais da África, o qual pela sua experiência de Missões era o mais próprio de todos para esta importante obra. O rev. padre Duparquet era acompanhado do Irmão Fortunato, que já tinha passado bom número de anos em África e nas colónias; a estes devia juntar-se o rev. padre Carrie que os esperava no Gabão com certa impaciência.

Foi no dia 8 de Setembro de 1873, dia da Festa da Natividade da S.ma Virgem, que os nossos três missionários chegaram ao lugar do seu destino. Foram perfeitamente acolhidos na feitoria francesa de Lândana, onde encontraram, até à sua instalação definitiva, a mais generosa hospitalidade. A Providência veio em sua ajuda deparando-lhe uma casa para comprarem, e pouco depois para aí se retiraram, a fim de viverem em comunidade. Um magnífico vale coberto de árvores e trepadeiras, formando um mato impenetrável, era vizinho da casa dos missionários. Eles viram logo o partido que podiam dele tirar debaixo do ponto de vista das plantações, e resolveram comprá-lo aos chefes indígenas, que consentiram em o vender mediante certos presentes e pagamentos.

É no centro deste vale, que não mede menos de 50 hectares, que se levantam hoje, no meio de pomares e plantações magníficas, a capela e diversos estabelecimentos da Missão. Na extremidade dos edifícios encontra-se a biblioteca, contendo livros preciosos de literatura diversa; a literatura portuguesa ali está representada pelos melhores escritores dos séculos XVI e XVII.

As árvores selvagens desapareceram e as trepadeiras, para darem lugar a mais de trinta espécies de árvores frutíferas, a uma variedade infinita de flores que aí introduziram os padres Duparquet e Carrie. Têm perpétuas, rosas, bem-me-queres.

É tal a fertilidade do solo que, no espaço de seis meses que dura a estação das chuvas, pode obter-se duas colheitas de milho e duas de feijão, no mesmo terreno. Um pedaço de tronco de mandioca, metido na terra, produz ao fim de um ano uma dúzia de grossas raízes tuberculosas e algumas com mais de um metro de comprimento. Um grão de milho produz como média de quinhentos a seiscentos. Não acontece porém sempre assim; a razão é porque as chuvas nem sempre são regulares e alguns anos faltam completamente.

Foi o que aconteceu no primeiro ano que os missionários se estabeleceram no país. Durante dezasseis meses não caíra uma gota de água, o que ocasionou uma grande fome entre os indígenas. Coincidindo esta calamidade com a chegada dos missionários, o povo acusou-os de serem a causa: «Os ganga-a-n'Zambi (os missionários), diziam eles, vieram à nossa terra para impedirem a chuva de cair e fazer-nos morrer de fome». E esta calúnia era aceite com tanto melhor acolhimento quanto era mais absurda.

Já se falava de nada menos que queimar a Missão e massacrar os missionários. Contudo, limitaram-se à intimação de partir. O Matenda

(chefe principal do país) devia vir em pessoa proceder à expulsão. No dia determinado, felizmente, caíu tanta chuva que as pretas que tinham principiado a caminhar para a Missão voltaram depressa pelo mesmo caminho. Foi a Missão salva, como por milagre.

Esta fome teve um lado vantajoso para os missionários; proporcionou-lhes ocasião de resgatar um grande número de crianças, que os senhores e os pais não podiam nutrir. Entre estas, muitas que tinham chegado extenuadas de fome e doenças, não tardaram a ir povoar o céu, depois de regeneradas pelas águas do baptismo.

Um ano mais tarde, sobrevindo uma rixa entre os empregados da feitoria francesa e as gentes do Matenda, os indígenas revoltaram-se contra os brancos e estalou a guerra, que ameaçava ser fatal à Missão nascente. Um ataque à mão armada foi dirigido contra o vapor francês *Fany*, que descia o rio Chiloango para ir a Lândana. Este vapor foi retido pelos indígenas que, tendo estendido fortes cordas de trepadeira através do rio, se embarcaram em número de muitos centenares, nas duas margens.

Tinham prometido a si mesmos uma vitória fácil e antegostavam o espólio que apeteciam; a equipagem, porém, composta de quatro brancos e vinte negros, dispondo de duas pequenas peças de artilharia, de espingardas e munições em abundância, opôs-lhes tal resistência que tiveram de renunciar ao ataque.

Despeitados por este lado, resolveram marchar sobre a Missão, colocada na vanguarda das feitorias.

Os selvagens pensavam surpreendê-los antes da noite e roubá-los, o que teriam conseguido, se a Divina Providência, que velava pelos missionários, não tivesse permitido que fossem avisados a tempo. Reuniram todos os alunos e pretos de que podiam dispor e esperaram o ataque. Aos primeiros tiros uma bala morta veio rolar aos pés do padre Carrie. Então este tomando uma espingarda, saltou, sobre a trincheira, donde dominava a multidão dos assaltantes, e apontou-lhes de frente. A esta vista, um sentimento de espanto se apoderou dos mais atrevidos; fugiram em desordem e retiraram a embarque vizinho. Da embarcada alimentaram a fuzilaria até à noite, porém sem atingirem pessoa alguma. Sobreveio enfim uma tempestade que os dispersou. As hostilidades, porém, estavam apenas suspensas, e os missionários foram obrigados a implorar o auxílio da França. Esta não se fez esperar.

Por mandado do Ministro da Marinha, o almirante Kibourt veio a Lândana na fragata *Vénus*, acompanhado por dois outros navios de guerra.

Foi o almirante Conrad, então comandante da *Vénus*, que comandou as tropas de desembarque. Depois do primeiro combate os indígenas capitularam e aceitaram todas as condições que lhes foram impostas por um tratado de paz, que sempre tem sido fielmente observado. Uma cláusula desse tratado rezava, que todas as questões entre os indígenas e os missionários seriam submetidas à arbitragem do primeiro navio

de guerra francês, que entrasse na Baía de Lândana. É em virtude deste tratado e desta intervenção da marinha francesa que a Missão de Lândana foi sempre considerada, depois, como um estabelecimento francês, sem prejuízo contudo da suzerania portuguesa.

Vencida esta crise, que pareceu algum tempo pôr em perigo a sua existência, a Missão de Lândana não cessou de se desenvolver de um modo rápido e contínuo.

Em Janeiro de 1883, um orfanato para a educação das raparigas indígenas foi fundado, não longe do estabelecimento dos padres e confiado às Irmãs de S. José de Cluny. No fim do ano de 1886 as Irmãs de S. José, que estavam estabelecidas numa bela posição à margem do mar, foram convidadas a ceder o lugar ao Governo Português... Este deu-lhes em troca uma colina mais apartada do mar, porém mais próxima da casa dos padres e das aldeias dos pretos. Cedeu-lhes além disto um vale muito fértil de 60 hectares de terreno e pagou 8.700 francos para despesas de mudanças. O contrato foi aceite na presença do contra-almirante Ribot, que veio expressamente a Lândana para este negócio.

Hoje, as Irmãs estão melhor estabelecidas que nunca; o terreno que ocupam é mais largo e de melhor qualidade que o precedente; têm água com abundância e gozam de uma perfeita tranquilidade.

A Missão de Lândana compreende pois, actualmente, duas comunidades: a dos missionários do Espírito Santo e a das Irmãs de S. José de Cluny.

§ 2.º COMUNIDADE DOS MISSIONÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO OBRAS DIVERSAS

A comunidade dos missionários, composta de três padres e cinco irmãos coadjutores, tem tido sucessivamente como superiores, o padre Duparquet, o padre Carrie e o padre Jauny. É actualmente dirigida com tanta sabedoria como habilidade pelo rev. padre Campana. Sete obras distintas, além do ministério paroquial, solicitam o seu zelo:

1.º — Um hospital.

2.º — Um pequeno seminário indígena para a formação do clero.

3.º — Um noviciado dos irmãos auxiliares indígenas, dos missionários, para os trabalhos materiais, direcção das escolas e catequese.

4.º — Uma escola para os filhos dos chefes do país e rapazes de condição livre, chamada escola de S. Tiago.

5.º — Um orfanato para as filhas mulatas, ou orfanato do Sagrado Coração de Maria.

6.º — Um orfanato para as crianças resgatadas da escravidão, designado debaixo do nome de S. José.

7.º — Enfim a Obra de Santo Isidro.

O hospital não é outra coisa, por causa da pobreza dos missionários, que uma miserável casa, situada à entrada do estabelecimento. Aqui se

recolhem todos os pobres pretos do país, que procuram alívio nos seus males. Os missionários pensam suas chagas hediondas e prodigalizam--lhes cuidados de toda a sorte, com admirável abnegação e grande espanto dos outros indígenas, que não compreendem que alguém se abaixe a ocupar-se dos moribundos inúteis à sociedade.

Os missionários fazem grande bem às almas destes pobres enfermos, por estes actos de caridade.

Ùltimamente recolheram neste hospital o Matenda Peca, chefe muito influente, que depois de ter vendido o terreno à Missão em que está edificada, depois lhe declarou a guerra, como dissemos acima. Há alguns anos a esta parte tornou-se um dos melhores amigos dos padres; viam-no muitas vezes na Comunidade, e os padres aproveitavam esta ocasião para lhe falar na verdadeira religião, e votar ao ridículo os feitiços de que sempre estava coberto.

Aceitava de boa vontade estes ensinos, e ria com os outros dos seus feitiços, mas não se resolvia a abandoná-los.

Que diriam os outros? Pensava ele. Contudo Deus, que queria salvar a sua alma, lhe enviou uma doença bem conhecida em África: foi atacado da doença do sono, que não perdoa jamais. Ele que até então era cheio de actividade e vigor, caíu de repente em tal prostração e langor, que mal se sustentava de pé. Foi debalde que recorreu aos mais afamados feitiços dos seus gangas: eles nada mais fizeram do que arrabatar-lhe as últimas fazendas de que dispunha. Das cinco mulheres que tinha, quatro abandonaram-no, a quinta ainda continuou algum tempo a alimentá-lo, pouco depois não teve para cuidar de si senão os missionários. Compreendeu então de que lado se encontravam os seus verdadeiros amigos, e decidiu-se, enfim, abandonar os seus feitiços querendo, dizia ele, morrer cristão.

Não podendo ir muitas vezes à tenda, que é bastante afastada da estação [missionária], para dar a este infeliz chefe os cuidados que requeria a sua alma e o seu corpo, os missionários transportaram-no ao pequeno hospital, apesar dos protestos de um velho feiticeiro da povoação, bem conhecido por sua malícia e velhacaria. Aqui viveu alguns meses e morreu, enfim, com excelentes sentimentos, depois de ter sido regenerado pelas águas do baptismo.

O pequeno seminário e o noviciado dos irmãos indígenas, compreende apenas um número restrito de alunos escolhidos.

A escola de S. Tiago e o orfanato do Sagrado Coração de Maria, o orfanato de S. José e a obra de Santo Isidro são compostas dumas cento e quarenta crianças.

Na escola de S. Tiago foram educados dois filhos do rei de Loango, um filho do príncipe de Molembo, um dos mais poderosos senhores de Cacongo, o filho do defunto rei de Santo António e os filhos de muitos outros chefes do país. Ao princípio o trabalho repugnava a estas crianças livres. Pouco depois, porém, esta repugnância desapareceu; compreenderam

que o trabalho nobilita o homem ao mesmo tempo que o torna virtuoso; aplicaram-se, pois, a trabalhar, quase como as outras crianças da Missão.

Sempre permaneceram muito dedicados aos missionários. Um dia os povos de Santo António, fanatizados pelos gangas, acusaram os padres de serem a causa de falta de chuva.

Em uma reunião pública e solene, presidida pelo rei e principais senhores da região, o jovem Miguel, filho do rei defunto e discípulo da Missão, defendeu calorosamente os padres e refutou todas as razões falsas alegadas contra eles.

Outra vez, este mesmo príncipe escarnecia dos feitiços da gente da sua aldeia e lhes dizia que os queimaria a todos sem receio algum. Desafiaram-no a fazê-lo, porque, julgavam eles, morreria por isso. Como resposta juntou lenha do bosque e ervas secas, pôs-lhes o fogo, e tomando os feitiços os lançou na fogueira, onde em pouco ficaram reduzidos a cinzas.

Abandonados dos brancos que lhes deram a existência, e deslocados entre os pretos, os pequenos mulatos que compõem o orfanato do Sagrado Coração de Maria, seriam bem pouco felizes se não viessem os missionários em seu socorro. Uma vez, porém, instruídos e bem educados, terão sobre os pretos uma grande influência. O orfanato de S. José compreende os jovens escravos resgatados, que foram vendidos aos missionários pelos indígenas; estes escravos custam, termo médio, de 200 a 250 francos (36.000 a 45.000 penis).

As crianças do orfanato de S. José têm o dia dividido em partes iguais, entre os trabalhos escolares e trabalhos manuais. São em geral submissos e humildes. O seu amor ao trabalho e a alegria que reina no meio deles, chama a atenção de todos os estranhos que visitam o estabelecimento.

A Obra de Santo Isidro é composta por mancebos que terminaram a instrução primária, os quais não frequentam a escola, consagram todo o seu tempo à agricultura.

Designa-se a cada um uma pequena propriedade que eles cultivam por si mesmos, e plantam árvores frutíferas. Aí constroem igualmente uma pequena cabana e assim se preparam para suportar os primeiros deveres e os primeiros encargos de homens casados. Apenas casados encontram-se pois possuidores dum horto e duma casa, o que lhes dá imediatamente meios de existência.

O programa dos estudos compreende para as escolas primárias o ensino simultâneo do francês e do português, a leitura, o cálculo e com pequenas diferenças todas as matérias ensinadas em França. O ensino secundário é regulado pelo da França, exceptuando as ciências matemáticas e físicas, que são menos desenvolvidas, e o grego, que é substituído pelo português. As belas artes também têm o seu lugar no programa: ensina-se aos alunos o desenho e a música. Os estudos teológicos são feitos no Seminário do Congo. A agricultura e horticultura são as

principais profissões às quais se aplicam as crianças. Colocadas debaixo da vigilância e direcção dos Irmãos cultivam os vastos campos da Missão, seguindo um método sistemático, para que mais tarde estas noções de cultura sejam por meio deles introduzidas entre os indígenas do interior.

Os alunos são igualmente exercitados em tiro, caça, pesca em canoas, em uma palavra, em todas as artes indispensáveis à vida africana.

Tornam-se assim preciosos auxiliares para os missionários nas longas viagens, que são obrigados a fazer no interior: são estes alunos que lhes servem de remadores, já nas costas do Oceano, já nos rios do interior. Todas as crianças, exceptuando as últimas chegadas, são baptizadas. Amam as cerimónias da Igreja e cumprem-nas da maneira mais edificante. Os ofícios divinos são desempenhados com grande pompa na capela.

São os seminaristas que tocam harmónio; nas missas rezadas canta-se em língua fiote ou indígena, antigos trechos deixados pelos padres Capuchinhos às populações do Congo, e que se têm transmitido de geração em geração, ou cânticos novos compostos pelos actuais missionários.

§ 3.º COMUNIDADE DAS IRMÃS DE S. JOSÉ DE CLUNY ORFALINATO DE RAPARIGAS INDÍGENAS

A Comunidade das Irmãs de S. José de Cluny, composta de cinco religiosas, ocupa-se exclusivamente do orfalinato de raparigas indígenas. «Nós fomos com cinco das nossas raparigas e uma mulher convertida como intérprete, procurar crianças a quatro aldeias, escrevia em Abril de 1884 a Madre Superiora. Apenas encontrámos quatro. São tão selvagens, que para as amansar dei a cada uma um pedaço de coral. Não sei quando poderemos tê-las. Voltaremos a procurá-las. Como é triste ver estes pobres pagãos. Não sabem o que queremos fazer de seus filhos».

O número das órfãs eleva-se hoje a quarenta. A educação das raparigas é análoga à dos rapazes: os trabalhos do campo são-lhes especialmente ensinados; já cultivam uma dúzia de hectares de terreno.

Os missionários alegram-se em verificar que as Irmãs de S. José de Cluny possuem o segredo de transformar em pouco tempo as crianças que lhes são confiadas e fazer delas raparigas bem educadas e laboriosas.

§ 4.º RECURSOS DA MISSÃO

Os recursos da Missão provêm ùnicamente das trsê obras seguintes: Propagação da Fé, Santa Infância, Obra Apostólica.

As crianças provêem em grande parte às suas despesas, com os produtos da agricultura. Não sòmente com o auxílio destes produtos agrí-

colas obtêm o seu sustento; mas ainda em ligeiras embarcações levam aos navios que fundeiam no porto, legumes e frutas, que vendem por 1 fr. 25 o matête (o matête é uma espécie de «corbeille» oblonga, que as crianças fabricam num instante com uma folha de palmeira).

Por outro lado, a sua despesa é modesta, visto que um dos princípios da Missão é não introduzir entre os indígenas o luxo e as superfluidades dos vestidos europeus, que de modo algum são apropriados a estes climas nem aos trabalhos indígenas: os rapazes vestem um largo pano, que é usado na região; ajuntam a este grossas camisolas no tempo frio, a fim de se preservarem das doenças peculiares às temperaturas baixas.

Dormem numa simples esteira, segundo o uso do país.

A sua alimentação é também a do país: são as bananas, os feijões, a mandioca e o azeite de palmeira, associado à pimenta, que formam a base.

Assim uma boa parte do dinheiro de Santa Infância pode ser empregado no resgate de novos escravos.

CAPÍTULO III

FUNDAÇAO DE NOVAS MISSÕES

A Missão de Lândana faz mais que engrandecer e prosperar.

Dotada de seiva exuberante, deu nascimento na África Ocidental e Central, desde o Ubangui até ao rio Orange, a catorze estabelecimentos da Congregação do Espírito Santo e Imaculado Coração de Maria, dos quais ela ficou o modelo.

Estes estabelecimentos foram repartidos em cinco jurisdições eclesiásticas distintas, criadas para esse fim, a saber:

1.º O Vicariato Apostólico do Congo Francês, que tem por capital Loango e à frente do qual se encontra um dos fundadores da Missão de Lândana, Monsenhor Carrie.

2.º A Prefeitura do Baixo-Congo, à frente da qual se encontra o rev. padre Campana, chamado por decreto da Sagrada Congregação da Propaganda, de 11 de Dezembro de 1887, e que tem a sua sede em Lândana.

3.º A Missão do Cunene, no Bispado de Angola.

4.º A Prefeitura da Cimbebásia.

5.º E a Vice-Prefeitura Apostólica da Betchunalândia.

... ...

Esta é a obra. É justo fazer conhecer os obreiros.

Os obreiros pertencem todos a esta admirável Congregação do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria, fundada para a evangelização dos negros por um judeu convertido, o venerável Padre Libermann.

Nascida por assim dizer na véspera do dia em que um movimento sempre crescente impele para a África os povos europeus, esta Congregação tem servido no vasto continente como guarda avançada da civilização.

Entre os primeiros desta vanguarda, há alguns cujos nomes devem ser colocados em respeito às missões, como o do insigne artista que concebeu e executou um quadro seu colocado no fundo.

Vem em primeiro lugar o daquele, cujo discernimento e perseverante energia escolheu e fez adoptar Lândana como o ponto mais favorável ao estabelecimento da primeira Missão. Já nomeei o eminente e venerado vigário apostólico do Congo francês, Monsenhor Carrie.

Vem em seguida o daquele que com bom direito se tem chamado o apóstolo do Alto-Congo, cujo devotamento fecundo se tem assinalado e repetido o seu nome com elogios ao lado do Cardeal Lavigerie, pelo barão de Courcel, embaixador de França, no seio mesmo da conferência de Berlim; quero falar do padre Augouard.

Vem enfim o grande missionário, que depois de ter formado na rude vida da sua profissão os principais obreiros destas missões, foi fundar a maior parte dos estabelecimentos de que temos falado. Botanista distinto, correspondente de sociedades sábias, verdadeiro diplomata, apóstolo ardente, dotado de espantosa actividade; ontem em Paris, hoje no fundo de África, amanhã em Roma, o padre Duparquet prestou à ciência e à religião serviços sem conto.

Católicos e franceses sejamos orgulhosos por vermos todos os dias exercer o nosso património, pelas vitórias alcançadas por estes humildes religiosos, que todos os meses embarcam desapercebidamente nos portos das nossas grandes cidades, com o seu breviário debaixo do braço.

Quem diria que estes homens modestos, que partem sem barulho, vão fazer tão grandes coisas?

Os que os não conhecem, insultam-nos algumas vezes, ou vêem-nos passar com indiferença; nós, porém, que sabemos o que eles são, quando os encontramos nos cais dos nossos portos, cumprimentamo-los com respeito, como se saúda a cruz e a bandeira.

Fazemos mais: não nos contentamos com uma homenagem estéril; associamo-nos a seus trabalhos apostólicos e enviamos o nosso óbulo às Obras da Santa Infância e Propagação da Fé.

H. C.

(Tradução do missionário Padre Barroso)

NOTA. — Este trabalho, de que transcrevemos a parte que reputamos essencial, é tradução do Padre António Barroso e foi publicado na revista AMP, dirigida pelo Rev. Dr. António José Boavida, III Ano, Lisboa, págs. 32-36.

CARTA DO BISPO DE ANGOLA A LUCIANO CORDEIRO (21-7-1889)

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

No próximo mês de Setembro deverei completar, se viver, quatro anos de residência nesta diocese de Angola. Tenho, em todo esse tempo, repetidas vezes exposto ao Governo de Sua Majestade as deploráveis condições em que a encontrei, propondo diferentes medidas urgentemente reclamadas e pedindo, instando sem interrupção, para que se adoptem e decretem, como essenciais elementos da preciosíssima vida, que tão ràpidamente se vai evaporando a este meu pobre bispado, susceptível, aliás, de se dividir em muitos reinos, com dezenas de metrópoles e províncias eclesiásticas.

Dificuldades, por certo insuperáveis, de momento, conspiraram até hoje contra a inadiável realização dos meus amargurados desejos e contra a boa vontade, contra o empenho mesmo, dos distintos ministros da Coroa, que nos ditos anos do meu episcopado angolense, sobraçaram a pasta pesadíssima dos negócios ultramarinos.

Pinheiro Chagas, vencendo muitas contrariedades, conseguiu inaugurar, lançar os fundamentos a uma nova época de riqueza e prosperidade colonial, com os grandes benefícios do telégrafo submarino, do caminho de ferro de Ambaca e do abastecimento de Luanda, por meio da água do Bengo, empresas que os seus sucessores benèvolamente continuaram e que, dirigidas sempre conforme os intentos do fundador, nos ofertarão uma realidade impagável, que será também um monumento de abençada glória erguido ao desassombrado ministro que tais melhoramentos decretou. Barros Gomes pôde criar a Junta Geral das Missões, revelando assim bem o alcance das suas vistas, o seu zelo pela civilização dos povos ultramarinos. Henrique de Macedo pôde consignar também a sua boa vontade e zelo neste ponto, autorizando, como os dois ministros precedentes igualmente autorizaram, alguns aumentos em verbas do seminário e de missões já existentes e novas dotações para outras a fundar.

Esses ilustres estadistas puderam fazer tudo isso, e eu, como prelado, a todos reconhecido, felicito; mas o que não puderam, nem nenhuns outros poderão, é descobrir nos cofres do Governo uma mina, que produza o suficiente para as necessidades palpitantes de todo o Bispado abandonado, nem para as de toda a África portuguesa, onde, além de levantar as igrejas antigas que caíram, é urgentíssimo edificar centenares delas, estabelecer milhares de Missões, escolas, orfanatos, asilos, oficinas, hospitais, institutos agrícolas, etc.; o que não puderam nem poderão é criar pessoal para tudo isso: párocos, missionários, professores, artistas, auxi-

llares de um e de outro sexo, que faltam inteiramente, como Pirra e Deucalião obtinham homens e mulheres.

É inútil que os bispos, os governadores e a imprensa, dos ministros reclamem o impossível e assim os incomodem, e mortifiquem, a não ser, que queiramos sòmente iludir-nos a nós com infundadas esperanças, iludir o público português, com o nosso fictício zelo, ou guerrear por conveniência os ministérios.

Eis o motivo porque hoje me dirijo a V. Ex.ª e à nossa benemérita Sociedade, passados já quase quatro anos de estudo, de visita diocesana e de viagens no sertão, habilitações que eu esperava ter adquirido para pôr termo ao meu involuntário silêncio e me dirigir à Sociedade de Geografia e ao público do meu país.

A nossa Sociedade, que tem brilhantemente defendido os direitos e o brio nacional, contra pretensões e insultos de ingratos e ignorantes estranhos, que promove as exposições, as explorações, as estações civilizadoras, a colonização, os caminhos de ferro e todos os melhoramentos do Ultramar; que anima com um fim científica e pòlìticamente prático o estudo das descobertas e conquistas, das línguas, das antiguidades, dos usos e costumes dos povos, da hidrografia, da geologia, da fauna, da flora, numa palavra, que se ocupa e toma sinceramente a peito, além dos assuntos geográficos, tudo quanto se refere ao desenvolvimento e progresso das províncias ultramarinas e à honra e glória de Portugal, para que tanto tem, em tudo, sempre eficazmente concorrido, há-de — sem receio o espero — atender também hoje, benevolente, este seu sócio, embora muito insignificante e humilde, tratando dum assunto tão importante, como é a civilização de toda a África meridional portuguesa, por meio de Missões católicas.

Certas considerações, que poderiam revoltar-se contra o presente trabalho e impedirmo, estão já há muito destruídas com os relatórios da Comissão das Missões, publicados por ordem do Governo, com o relatório do estado delas, que precede o decreto de 16 de Setembro de 1887 e com o ofício e telegrama do Governo-Geral de Angola, lidos na sessão da Câmara dos dignos pares em 3 de Junho de 1887 e divulgados também pela imprensa.

A Província de Angola compreende, além do vastíssimo distrito do Congo, com muitas residências e delegações, os de Luanda, Benguela e Moçâmedes, com trinta e um concelhos e também algumas delegações em países meramente vassalos, como o Bailundo e Bié.

Em todos esses concelhos se começou outrora a evangelização e se converteram muitas almas à civilização do Redentor. Escasseando porém os missionários até completamente faltarem, não só acabou o trabalho da conversão, mas ficaram abandonadas as cristandades com tantos esforços obtidas.

As igrejas e capelas numerosas em cada concelho caíram todas em ruínas, e assim, tanto os indígenas convertidos, como os europeus e os

seus descendentes católicos, espalhados pela província, se acharam todos sem templo, sem culto, sem sacrifício, sem ao menos um ministro sagrado, que os unisse em matrimónio constituidor da família, que baptizasse os seus filhos e os instruísse na Fé, e que na hora do passamento os reconciliasse com Deus e lhes lançasse, com a última pá de terra, a primeira bênção cristã sobre a lôbrega sepultura.

Em 1846 havia só quatro padres em todo o Bispado de Angola!

De 1852 a 1853, por morte do pároco missionário de Pungo Andongo, ficaram no sacrário um ano inteiro as sagradas partículas completamente abandonadas, visto não haver sacerdote que as consumisse; e nesse último ano contavam-se só dois párocos em todo o bispado de Angola, e três cónegos; nenhum padre mais!

Hoje entre as Missões de S. Salvador e da Huíla, numa extensão de duzentas léguas de norte a sul e de duzentas e oitenta para o interior, do mar até ao 26° de longitude, onde o meu Bispado deve confinar com a Prelazia de Moçambique, há um só padre colado, sem igreja, no Dondo; e dois missionários, um no Bailundo, outro no Bié, também sem igreja, e que em breve se retiram!

Na linha do litoral há apenas um missionário em Santo António; um pároco, colado, no Ambriz, sem igreja; um no Bengo, sem igreja; três párocos, um deles colado, em Luanda; um em Novo Redondo, sem igreja; um em Benguela, colado; e outro também colado em Moçâmedes.

Dos padres mencionados só dois é que não têm o tempo de serviço acabado. Dos outros, uns vão-se retirar em breve e os restantes podem fazê-lo quando quiserem.

Os vastos concelhos do Alto Dande, Ambaca, Barra do Dande, Calumbo, Cazengo, Cassange, Duque de Bragança, Encoje, Golungo Alto, Icolo e Bengo, Malange, Massangano, Muxima, Pungo Andongo, Tala Mogongo, Zenza do Golungo, Caconda, Catumbela, Dombe Grande, Egipto, Quilengues, Bumbo, Gambos e Humbe, estão todos abandonados.

Pois nas sedes desses concelhos e em vários pontos deles há importantíssimas povoações cristãs e muitos europeus católicos!

Dos outros concelhos, onde só na sede há padre, com o resto da sua povoação fora dela, abandonada, e são apenas oito — os do Ambriz, Barra do Bengo, Luanda, Novo Redondo, Benguela, Moçâmedes, Humpata (no Lubango) e Huíla, só têm Missão o da Huíla, e o padre da sede dos mais concelhos nenhuns meios possui para se tornar prestável, nem ali nem no resto da circunscrição, tratando de estabelecer os institutos precisos para que possa civilizar, cristianizando, conforme na competentíssima opinião de V. Ex.ª, exarada no seu relatório sobre as Missões, e também na minha, muito humilde, ele deve fazer para ser útil. Diz missa, baptiza quem para isso lhe aparece e encomenda algum morto.

Das colónias só têm pároco as do Lubango e da Tchibia. Outras, como a de Porto Alexandre, a que ainda há pouco se referiu o jornal de

Moçâmedes, e a de Humpata, que se reuniu últimamente num *meeting*, pedindo providências, não o têm.

Projecta-se, segundo me informam, estabelecer lá para longe uma Missão em Malange e outra no Muataiânvua. Estimarei isso muito; mas em que melhoram com tais institutos as condições descritas do meu Bispado, se mesmo em cada concelho, além das paróquias, que não há, para os cristãos e que deviam ainda ser Missões com párocos missionários e institutos de instrução artística e agrícola, eram necessárias muitas mais Missões para os gentios que vivem fora das sedes desses concelhos, que ficarão do mesmo modo abandonados?

Dos chefes e das cristandades recebo constantes representações, pedindo padres e igrejas, e compunge-me não os socorrer; mas em que posso eu auxiliá-los, se mesmo o seminário estabelecido pelo meu venerando antecessor na Huíla e confiado aos padres da Missão há poucos anos, com alunos que começaram aprendendo instrução primária, ainda não se acha em condições, nem tão depressa o estará, de fornecer sacerdotes, e se muitos dos alunos, depois de saberem ler e escrever, preferiram empregar-se no comércio, afirmando não terem vocação para a vida eclesiástica?

O Real Colégio das Missões só mandou nestes últimos cinco anos três padres para a diocese de Angola e não admira, porque tem de os enviar a todos os Bispados ultramarinos, ao passo que a sua dotação e rendimentos não chegam para se encarregar do pessoal necessário a um só dos concelhos do meu Bispado.

As vocações vão minguando muito em Portugal, como ainda há pouco anotou, no relatório sobre a Bula, o egrégio bispo de Betsaida.

De 233 alunos que entraram para o Colégio das Missões, desde 1865 até 1884, só 69 se ordenaram!

Devendo pois dar-se um tão grande desconto, por causa da falta de vocação, que número de alunos não será preciso admitir para haver anualmente missionários que enviar aos Bispados ultramarinos? Quanto não será necessário despender?

Quando existiam em Portugal as ordens religiosas, com tantos conventos, colégios e hospícios no continente e no ultramar, onde se educavam centenares de missionários, nessa época em que havia também em Portugal um numeroso clero secular, nem este nem aquelas bastavam para as necessidades dos cristãos e da evangelização dos povos ultramarinos, julgando-se por isso precisas as congregações estrangeiras, que no ultramar se admitiam e não bastavam também.

Hoje, que é limitadíssimo o número de clérigos seculares que se ordenam, com relação mesmo aos que reclamam os Bispados do continente, e que nenhum vem para o ultramar; hoje, que não existem as congregações religiosas, nem os seus multiplicados viveiros de missionários, há-de o Real Colégio das Missões, com 100 alunos, dos quais só talvez se ordene a quarta parte, ser suficiente para os Bispados portugueses, não falando já dos da Índia, onde há ou pode haver bastante clero indígena, mas de

Macau, a que pertence Timor, e de Angola, de Cabo Verde, da Guiné, S. Tomé e Príncipe e da vastíssima Prelazia de Moçambique, não inferior em território à diocese de Angola [1] e muito mais abandonada ainda do que ela?

Se se estabelecessem ordens religiosas portuguesas para as Missões, quanto não custaria hoje a sua instituição, conservação o desenvolvimento?

Se tentássemos, como antigamente, admitir congregações estrangeiras que se encarregassem das Missões portuguesas, *como nenhuma delas tem na actualidade pessoal suficiente para isso,* era forçoso montar-lhes estabelecimentos que dirigissem com esse intuito, dotá-los e subsidiá-los larguìssimamente.

Se em vez de congregações se preferissem institutos do clero secular, como o Colégio das Missões, que despesa enorme do mesmo modo nos não embaraçaria para os ter suficientes e prestáveis?

Tão distante seria, ainda assim, o resultado de qualquer desses empreendimentos, que eu já certamente o não veria, nem alguns dos meus sucessores, e as cristandades cotinuariam por longos anos sem sacerdotes, os gentios sem evangelizador, uns e outros sem nenhuma instrução, nem benefício da vida civilizada, a que têm direito, e só, como hoje, os protestantes estrangeiros, desenvolvendo uma actividade insigníssima em sua propaganda tenaz, ardente, dedicada, fanática, opulenta de pessoal e de recursos, iriam atraindo os povos africanos ao seu credo, inclinando-os a simpatizar com a sua nação!

É triste, mas é verdade.

Os que julgam necessárias essas estações civilizadoras, os que pensam que estes povos abandonados têm direito a elas e que nos liga o dever de lhas prestar, reconheçam ao menos as consequências de antigos erros, confessem que para se obter um fim não basta de tempos a tempos falar nos meios, revelar o perigo em que jazem, lamentá-lo e ficar-se convencido que se trata muito a sério dele. Reconheçam que discursos e lamentos nada valem sem obras imediatas e eficazes; meditem sèriamente na despesa que se vai fazendo com meios completamente inúteis e desnecessários, visto não serem suficientes nem conducentes ao fim, e nem mesmo como preparatórios se poderem admitir por falta de garantida continuação nada provável, que nos pode sem utilidade alguma envergonhar; ao passo que esses meios nos envergonham já, comparados com os que os protestantes empregam e que tanto no pessoal como nos recursos prometem, não só longa dura, mas grande desenvolvimento. Que aproveitamos nós em fundar Missões se não podemos contar com missionários para suceder aos fundadores, quando depois de seis ou oito anos se retirem, nem com auxiliares de nenhuma espécie — indispensáveis — nem com o preciso para acompanhar as despesas sempre crescentes do desenvolvimento

---

[1] A superfície de Angola é de 1.246.700 km² e Moçambique 771.134 km², mas a população de Moçambique supera a de Angola em mais de um milhão de habitantes.

D. António Barroso em visita pastoral, quando Bispo de Meliapor (1897-1899)

dessas Missões? Não será vergonhoso vê-las acabar por falta de pessoal, ou retrogradar por falta de recursos pecuniários?

Creio que o nosso consócio e distinto missionário Barroso já disse o que foi encontrar em S. Salvador do Congo, que lhe atestasse a existência das nossas antigas Missões, além de algumas ruínas escapadas à mais moderna construção da hoje arruinada fortaleza. Que restos de religião, de artes, de agricultura, que princípios de vida civilizada ali foi ele encontrar, implantados pela tão famosa plêiade de missionários regulares, cónegos, bispos e clérigos que durante tantos anos povoaram aquela convertida região? Faltou o pessoal e acabou a Missão. E que Missão? Nada menos que a sede do meu Bispado, com tantos conventos, paróquias, escolas e oficinas! Sim, que encontrou o padre Barroso, em S. Salvador, desse grande centro católico e civilizado? Absolutamente nada. Apenas uma missão protestante incipiente!

Eis aí então um óptimo espelho em que se mirem as nossas pobres esperanças.

É opinião minha, como adiante direi, que as Missões, passado certo número de anos, não só devem dispensar dotação, mas até fornecer receita para o seu progresso e para fundar outras Missões. As nossas, porém, sem unidade de instituto, sem organização geral e harmónica, sem pessoal certo e provável, não estão infelizmente nesse caso.

Em 1880, sendo V. Ex.ª relator da Comissão das Missões, revelou bem claramente, com o seu fino critério, ao Governo, ao país e a todos, em face de documentos, o estado moribundo e vergonhoso das nossas tristes Missões.

«Como já o disse recentemente à Sociedade de Geografia — notava V. Ex.ª — a nossa situação relativamente a Missões e a missionários, é perfeitamente singular. Não temos missionários no sentido e na aplicação moderna da palavra... Estações de ensino, de trabalho culto, escolas práticas, rudimentares da vida civilizada e cristã, não as temos... Em suma, é necessário criar o missionário, porque a verdade é que não o temos. Os nossos vastíssimos territórios ultramarinos estão sendo invadidos e cruzados por missões estrangeiras, algumas delas formalmente hostis à religião que o Estado diz ser a sua, quase todas representantes, conscientemente ou inconscientemente, de um pensamento político que nos não pode ser favorável, e as nossas, as Missões portuguesas da Guiné, do Congo, do Sonho, dos sertões de Angola, de Benguela, de Moçambique, *existem apenas na tradição*».

Isto escrevia V. Ex.ª há nove anos. Foi publicado. Todos o leram. Mas que se tem feito desde então até hoje? Proclama-o bem altamente o quadro actual, que acabo de apresentar, do meu Bispado.

Os anos vão correndo. Todos concordam, em que este estado não pode continuar, mas nada se melhora, e não se melhora, porque nos falta pessoal e todos os outros recursos, e nunca tratamos sèriamente de os procurar; não reparamos em que não são suficientes, mas antes são

insignificantes, impróprios e só dispendiosos, sem probabilidade de vantagens religiosas ou civilizadoras, reais e perduráveis, os meios que vamos empregando, e que com eles é absolutamente impossível conseguir o fim, que tanto, aliás, se deseja e encarece.

Calcule-se quanto despenderiam as congregações religiosas no continente e no ultramar com a preparação dos seus missionários; note-se que elas nada gastavam com mestres educadores e empregados, e que, mesmo assim, não ofereciam o número suficiente para as Missões, e veja-se que enorme despesa para o obter não será hoje necessária, sem institutos já criados e a funcionar regularmente com um grande pessoal, como os conventos, sem as suas bibliotecas, sem os mestres, educadores, empregados e criados gratuitos, que eles tinham, sem as quintas e as propriedades rústicas, com que eles fácil e econòmicamente o sustentavam, tendo de se criar e remunerar um pessoal docente e educador especialíssimo, tendo de pagar a empregados e criados, e de comprar tudo quanto for preciso, para alimentar esse pessoal e os alunos, e para vestir estes últimos, para os curar nas doenças, para lhes comprar livros, para resgates do serviço militar, etc.

Requere-se um número muito maior de missionários, do que aquele que dos infinitos e bem montados estabelecimentos de educação era fornecido antigamente pelas congregações religiosas e pelo clero secular, e que ainda não chegava, e não dispomos, nem de edifícios e estabelecimentos adequados já a funcionar, como teriam os frades, se existissem, quando quisessem dar maior desenvolvimento às suas obras; nem do pessoal próprio, suficiente e gratuito de que eles dispunham; nem de meios económicos e receita para nada disso!

Eis o ponto a que eu queria chegar.

Quanto seria preciso para montar hoje estabelecimentos de missionários iguais aos que antigamente povoavam o nosso país? Quanto seria preciso para os conservar, de modo que produzissem alguma coisa, contando de mais a mais com a presente falta de vocações?

E o Governo português achará receita disponível para tão enorme despesa?

Mas não é só isso. Tenho até aqui tratado apenas da educação do missionário. E depois?

O missionário parte, e logo o Governo tem de lhe dar côngrua, passagem, ajuda de custo, adiantamento, etc. Chega ao Ultramar, e é evidente que não se há-de ir confinar numa cubata, onde ninguém caiba, a dizer missa só para si. Nada com isso se lucraria. Precisa em primeiro lugar aprender a língua da Missão a que for destinado, e daí a necessidade de haver na diocese uma escola de línguas indígenas, na falta dos antigos conventos, onde se faziam gramáticas e elas se ensinavam; e o Governo deve manter essa escola, dar ordenado aos professores, subsidiar a publicação dos trabalhos linguísticos, etc. Depois, quando já na Missão, se a língua indígena não estiver estudada, deve o missionário construí-la,

simbolizar sons bárbaros em caracteres escritos, inculcar os primeiros princípios e hábitos da vida civilizada, criar os elementos de uma linguagem religiosa falada e escrita, porque nas línguas africanas falta a terminologia religiosa, que se encontra, por exemplo, em todas as línguas da Índia, onde são antiquíssimos, escritos e comentados todos os sistemas dogmáticos, e a sua literatura, tão famosa, é inteiramente relacionada com as crenças e lendas religiosas dos povos orientais.

A fim de proceder nestes pontos aos necessários estudos e ensaios torna-se indispensável familiarizar-se com o indígena, o que só conseguirá por meio de dádivas e presentes, que custam muito dinheiro. Precisa tratar da edificação de uma capela ou igreja e duma casa onde more; resgatar, às vezes por bom preço, os escravos ou os prisioneiros condenados à morte, distribuir fazenda aos indígenas para os habituar a andarem vestidos; oferecer-lhes, dar-lhes o que eles pedirem, não só a fim de os atrair e cativar, mas também pràticamente os ir costumando às necessidades do homem civilizado; e isto não a um certo número, mas ao maior possível, a todos, que neste sentido são pobres, — como fazem os protestantes; abrir uma escola de leitura e escrita, onde prepare catequistas que o auxiliem na explicação da doutrina; oficinas, onde se ensinem os principais ofícios e artes; ambulâncias, com que possa acudir aos enfermos; promover no povo o gosto pela agricultura, dirigindo-o, fornecendo-lhe instrumentos agrícolas, etc.

Mas ele não pode fazer tudo isso sòzinho. Na falta dos antigos leigos conventuais e dos irmãos das congregações modernas, precisa de artistas que o auxiliem, mas que, não estando ligados por nenhum laço eficaz à Missão, recebem grandes ordenados, se tornam insuportáveis em exigências, se retiram quando lhes parece e por qualquer imaginado melindre, e são um verdadeiro flagelo do missionário. Na falta de irmãs educadoras, carece também para o sexo feminino de ser auxiliado por mestras, que dificilmente se resignarão a ir viver isoladas no mato e com quem se darão mais dificuldades ainda do que as apontadas sobre o pessoal masculino.

Para tudo isso são necessários edifícios, mobília, roupa, instrumentos, livros, ordenados, alimentação, criados, rendas consideráveis, uma despesa enormíssima; e só um padre, faltando-lhe o que indiquei, ou não sendo ele ou o pessoal apropriados ao serviço, creia V. Ex.ª que haverá tudo ali menos Missão, ainda que o padre lá resida longos anos. Haverá lá apenas uma inutilidade dispendiosa — porque com o missionário sempre se fez e se faz alguma despesa — e mais um motivo para muitos se rirem de nós, vendo-nos insistir em pretensões de querer Missões, como as dos outros países, empregando meios inteiramente diferentes e contrários aos que eles empregam.

Suponhamos que, para começar, se estabeleciam só trinta dessas Missões, apenas nas sedes dos antigos concelhos abandonados, desta Província de Angola, que as não têm, e onde são urgentíssimas e impre-

teríveis. A quanto montaria a despesa da instalação e depois a anual de conservação e desenvolvimento dessa empresa, que não pode parar em seus trabalhos civilizadores, mas tende sempre a progredir até que toda a povoação indígena da localidade se civilize? A Missão não é só para vista; tem um fim prático, que se não consegue em meia dúzia de anos, mesmo empregando os meios adequados.

Pois bem: o que são as sedes desses trinta concelhos em comparação do vastíssimo território de cada um deles; e que são todos eles comparados com o resto do meu Bispado e com o resto da África até à contra-costa pertencente à Prelazia de Moçambique?

Poderá, não digo já o Governo português, mas qualquer outro governo — o que for mais rico no mundo — ocorrer do seu cofre às descritas necessidades, juntamente com todas as outras dos diferentes ramos da administração pública? Certìssimamente, não. Nunca ninguém o pensou, nem o pretendeu fora de Portugal, onde ùnicamente se imagina que o Governo deve fazer tudo.

Ao Governo não lhe falta em que empregar a sua receita. Há mesmo despesas inadiáveis reclamadas pelas províncias, onde, ainda nas capitais, muita coisa se necessita, como por exemplo, em Luanda, uma escola de artes e ofícios.

Despendeu-se uma soma avultadíssima de contos e contos de réis num edifício, com um grande pátio central, para essa projectada escola. Por cima da porta lê-se: — «Escola Profissional. 1880» — mas é coisa que ainda não existe. Mui empenhado se achava neste ponto o conselheiro Amaral quando se retirou, e dizia-se que iguais ideias a tal respeito trazia o seu sucessor, quando o conselho governativo, a que tive a honra de presidir, tratou da abertura da escola, como no discurso de entrega do governo expus, do modo seguinte:

«Existe desde o ano de 1880 nesta capital um edifício, em que se despenderam já grandes somas, que tem o letreiro *Escola Profissional*, mas a que faltou até hoje o designado, talvez pela despesa em perspectiva, conforme o antigo plano. Encontrando-se, porém, o meio de se poderem manter na escola cinquenta alunos, com a despesa mensal de duzentos e cinquenta e três mil réis, não hesitámos um momento em tratar da sua abertura e encarregando pesssoa competentíssima de confeccionar os respectivos estatutos, foram por nós aprovados, ouvido o conselho do Governo, e determinámos que se providenciasse, para a instalação da referida escola profissional no mais curto prazo que possível fosse, ao passo que solicitávamos do Governo de Sua Majestade a confirmação desta importante medida, há já tanto tempo reclamada e por todos reconhecida como de impreterível e urgente necessidade. Julgamos que facilitando assim às classes menos abastadas, e especialmente aos indígenas, a aquisição de diversos conhecimentos profissionais, lhes prestamos muitos e variados meios de civilização e de progresso, e realizamos em

benefício desta província um grande melhoramento, de que outras já há anos estão gozando.»

Isto fez o conselho governativo, mas nunca mais ouvi falar em tal, e a casa aí está envelhecendo; o povo de Luanda e da província não tem um instituto, onde seus filhos se instruam nas artes e ofícios, tão necessários, aliás, na África.

O Governo, repito ainda, tem muito em que despender, porque há coisas urgentíssimas, mesmo sem serem Missões.

Nas Missões estrangeiras os governos concedem alguns subsídios a instituições menos favorecidas, pois nem todas, em razão de circunstâncias especiais, se desenvolvem do mesmo modo; assignam subscrições de instalação e dão côngrua a alguns missionários; mas não há nenhum governo, mesmo católico e padroeiro, ou — o que é mais — chefe supremo da sua religião, como a Inglaterra, que faça *sózinho e ùnicamente do seu cofre todas as despesas das Missões, quer na preparação dos missionários em colégios apropriados e caríssimos, quer nos institutos indispensáveis na localidade para onde se manda o missionário,* se se quer que ele sirva para alguma coisa.

São os católicos, são os protestantes, em todo o mundo, que concorrem com as despesas necessárias às Missões do seu respectivo país e religião, tanto no que se refere à multidão dos magníficos institutos educadores de missionários, que se encontram espalhados por todo o mundo, como no sustento deles, e no que se empreende em cada Missão, para a tornar proporcionada ao seu fim.

Capelas, igrejas, e igrejas magníficas, escolas de ambos os sexos, orfanatos, asilos, livros religiosos traduzidos em língua do país, vestidos para os indígenas, oficinas de artes e ofícios, institutos agrícolas, creches, hospitais, etc. — e não meia dúzia, mas aos milhões — e até escolas de ensino superior, museus e observatórios, tudo isso que tem visto nas Missões, quem viajou alguma coisa pelo mundo, é feito à custa do povo religioso e não à custa dos governos.

Só o Cardeal Manning, depois que tomou conta da sua diocese na Inglaterra, naquele país protestante, fez construir mil e duzentas igrejas e capelas, fundou quarenta mosteiros, dez colégios, trezentos e vinte e dois conventos, nove seminários, duas mil escolas, dez grandes institutos de caridade e trinta associações comerciais católicas.

Sobem a mais de mil e duzentos contos os subsídios, com que a Associação de Lião (2) contribui anualmente para a obra das Missões católicas!

Os católicos e os protestantes estrangeiros, não contentes em auxiliarem e manterem as missões dos seus países, das suas colónias, que

---

(2) Refere-se à Obra da Propagação da Fé, transferida para Roma e elevada a Obra Missionária Pontifícia, pelo *Motu proprio* «Romanorum Pontificum» de Pio XI, de 3 de Maio de 1922. Cfr. *Syloge* [...] *Documentorum*, I, p. 672.

estão religiosamente florescentes, favorecem missões em países estrangeiros e são eles que as sustentam.

Os protestantes vão com grande actividade espalhando na África estações bem organizadas, a que nada falta em pessoal de ambos os sexos e em meios.

Para além do Cunene dominam plenamente; no planalto de Huíla, junto da nossa Missão, existe a numerosa colónia dos boers calvinistas; em Porto Rico, perto de Santo António; em S. Salvador, paredes meias com a Missão portuguesa; no Dondo, em Malange, em Benguela, no Bailundo, no Bié, no Lobale, em Nhangue a Pepe, em Cabinda, em Pungo Andongo, na Garanganja, em Luanda, etc., possuem os protestantes ingleses e americanos opulentíssimas missões. Muitos viajantes elogiam os seus trabalhos, as suas gramáticas e dicionários da língua indígena, os seus livros religiosos nessas línguas vertidos, a sua generosidade, o seu zelo, etc.

Mas quem sustenta essas missões inglesas, americanas ou alemãs? São porventura os respectivos governos? Nunca pensaram em tal. São associações, sociedades de crentes, de fervorosos, de fanáticos protestantes desses países, onde ainda há fé ardente, embora fé não católica, e se as nações a que pertencem esses acérrimos sectários da Reforma, se aproveitarem um dia dos seus trabalhos e institutos, e da influência local das missões, assim encravadas no nosso território; e elas servirem de pretexto para contestações, idênticas às que se estão dando com relação ao Niassa, não serão os missionários, nem as associações que só em razão da sua crença as enviam, subsidiam e protegem, que pedirão aos ditos governos, a paga, o interesseiro salário do que pelo seu patriotismo resolverem.

Agora digam-me os católicos portugueses com quanto têm concorrido para as Missões do seu país, quanto têm dado, por exemplo, para as nossas Missões africanas?

Algumas tentativas, que eu conheço, a bem das Missões da África, muito dignas de louvor e credoras do meu reconhecimento, como a do respeitável professor padre Amado e a do jornal católico a *Ordem*, mui pouco puderam obter, mas para as missões estrangeiras há então quem concorra em Portugal com uma contribuição avultadíssima!

É preciso falar claro, sem medo de desagradar, quando se trata de um assunto tão importante.

Ou o católico povo português se resolve a auxiliar as Missões do seu amado país, ou, em vez delas, só teremos dentro em pouco, mesmo no nosso território, nesmo nas sedes dos concelhos e nas povoações mais notáveis católicas, *muitas missões protestantes*, bem montadas com esmolas das associações crentes e entusiastas daquela religião; só isto e mais nada.

O Governo português, ainda que fosse o mais rico de todos neste mundo e tivesse a melhor vontade, não poderia do seu cofre, segundo

evidenciei, montar os estabelecimentos indispensáveis à educação própria dos missionários, que é muito especial, e fundar devidamente Missões, ou paróquias africanas, que também devem ser Missões. Estas, com o padre metido numa cubata, sem meios e pessoal preciso para trabalhar e fazer o mesmo que fazem os missionários estrangeiros, católicos ou protestantes, não são missões, nem paróquias; são apenas martírios para o padre, ou modos de vida — conforme o seu génio — e maneiras de inutilizar as despesas empregadas na educação e na côngrua do páraco ou missionário, com seus aumentos por diuturnidade, subsídios, etc.; servem-nos de vergonha, confrontadas com os institutos daqueles padres e sectários estrangeiros.

É preciso, pois, que os católicos portugueses se resolvam a concorrer regular e constantemente para as Missões africanas, de modo que com o produto da sua subscrição, *certa* e *ininterrupta*, se possam fundar institutos de missionários em Portugal e estabelecer devidamente Missões na África.

Sim, se os católicos portugueses querem que Portugal possua Missões, como as dos outros países, é forçoso que façam o que fazem os católicos e os protestantes estrangeiros; nada mais: nada menos.

A principal fonte de receita para os institutos de missionários e fundação de Missões, é sem dúvida a piedade dos fiéis. Seguem-se-lhe os subsídios do Governo e o rendimento de cada Missão, porque embora se não tenha ainda, creio eu, dito isto em Portugal, as Missões devem render, deve cada uma delas concorrer para as despesas dos institutos de missionários e tornar-se independente, passado certo número de anos, prescindindo da sua dotação e subsídios, que se aplicarão a novos institutos e para auxiliar várias Missões incipientes.

Tem-se dito com grande admiração e censura que as ordens religiosas negociavam nas Missões; mas o que é certo é que onde houver institutos agrícolas e oficinas, deve haver produção, objecto, já se vê, de permuta, de venda, de negócio; e os institutos dirigidos pelos frades das diferentes ordens produziam, ao mesmo tempo que civilizavam, porque a civilização é feracíssima; esse produto empregava-se de maneira que frutificasse também legalmente, em benefício dos institutos, em benefício da congregação, que tinha de preparar o pessoal missionário, director e auxiliar, e fornecer material e instrumentos para as oficinas, etc.; e assim se iam habilitando para desenvolver cada vez mais as suas obras e fundar novas missões, novas escolas, novas oficinas.

Isso mesmo se faz hoje nas Missões em todo o mundo e nos institutos agrícolas ou artísticos, seculares ou religiosos.

Não rendem porventura as fábricas de charutos das Missões de Trichinopoli e Dindigal, o instituto agrícola e industrial dos Trapistas das Tre Fontane, as oficinas de D. Bosco e do padre Cocchi em Turim, a Pia Casa di Lavoro em Florença? Poderia citar milhares.

Visitei, por exemplo, em Turim o excelente instituto do sempre chorado D. Bosco; mostraram-me a oficina tipográfica, onde se ensinam os alunos, mas também ao pé e aberta ao público a bem fornecida livraria salesiana, que vende os livros impressos, brochados e encadernados pelos rapazes; deram-me um catálogo e convidaram-me a comprar. O produto reverte a favor do instituto. Assim as oficinas de sapateiro, de alfaiate, etc.

As cento e vinte mil videiras, as quatro mil árvores de fruto, as fábricas de licor, de elixir e de pó dentífrico, dos seus trinta mil eucaliptos, os móveis feitos dessa madeira, tão admirados na exposição de Turim, os cereais, os rebanhos, as abelhas, diferentes produtos agrícolas e industriais, são a riqueza dos Trapistas *dalle Acque Salvie,* sobreditos, que transformam, saneiam e povoam e *agro romano* pestilencial.

Onde há trabalho há-de necessàriamente haver produto e esse produto, redundando em favor de uma instituição benéfica, aumentando-a, desenvolvendo-a, fazendo-a produzir outras iguais, é um resultado bem natural do trabalho útil, um sinal evidente de que a instituição é uma realidade abençoada, e nunca um motivo de condenação e de censura.

O que faziam pois outrora os frades nas províncias ultramarinas, é o que fazem hoje em toda a parte do mundo as missões estrangeiras das diferentes congregações, que até enviam anualmente algum subsídio à casa-mãe que lhes educa o pessoal; e isso parece-me justíssimo, acertado, mui necessário.

Entre nós, pelo actual e já antigo sistema, que é o de não haver sistema algum, se existissem mil Missões portuguesas, ainda que durassem mil anos, teria o Governo de lhes subministrar sempre durante eles a sua dotação orçamental e de a ir aumentando na proporção que se fossem criando mais oficinas, mais escolas etc., em cada localidade, e crescendo, por esse e outros motivos, o seu pessoal missionário; e durante esses mil anos também seria só o Governo, quem sustentasse os institutos de missionários.

Antigamente os frades, se negociavam era sem dúvida em proveito da sua ordem, em benefício dos seus institutos, que tanto mais felicitavam as províncias ultramarinas, quanto maiores eram as suas rendas; hoje se algum missionário — o que não suponho — quisesse negociar, seria só em benefício seu e no da sua família, que não iria certamente com ele, civilizar os povos africanos.

Não se limite pois o zelo religioso dos católicos portugueses a esperar tudo do Governo, a invectivá-lo pelo que não faz com relação a Missões.

Tome pelo contrário sobre si o encargo de as sustentar, auxiliado já se vê pelo Governo, e quando houver receita certa e suficiente, que é a primeira coisa a procurar, então, e só então, se poderá com bom êxito tratar de institutos de missionários em Portugal e de Missões reais e verdadeiras na Africa; só então se poderá formar um plano acomodado ao agigantado da empresa, impossível de se acometer por partes, desordenadamente, à toa; só então se poderá organizar um corpo, um todo

harmónico, evidentemente indispensável ao fim, com unidade de administração económica e de direcção moral; só assim se poderá conseguir que as Missões convertam, civilizem, e depois, mais tarde, produzam, como grandes colónias industriais e agrícolas.

Agora mesmo, com a chegada do paquete do sul, me aparece mais um exemplo para oferecer, do que o Governo precisa despender na África, mesmo sem ser com Missões, mas que lhes pode em certas conjunturas ser mui conveniente, necessário, indispensável, até.

O padre Antunes, pessoa que V. Ex.ª, bem como eu, acredita, escreve de Huíla o seguinte:

«Isto não vai por cá nada bom. Os Boers andam roubando e assassinando os gentios por toda a parte, sem autorização do Governo, nem razões da parte dos indígenas, que motivem as suas agressões. Acabam de fazer uma sortida contra o gentio de Huíla, do qual mataram algumas pessoas; devastaram toda a terra no espaço de perto de 12 léguas quadradas. Os bois, cabras e carneiros que têm roubado nesta última expedição, elevam-se a mais de mil e quinhentas cabeças. Todo o gentio está emigrando para fora do planalto. Estou prevendo que dentro em muito curto espaço de anos os belos campos de Huíla estarão desertos e despovoados; *como já estão os da Humpata*. Se os Boers ficam impunes é o que acontecerá!

«Triste porvir para a Missão, que já nos tem custado tantos trabalhos e sacrifícios. *Sem pretos de que servirá a Missão?* Eu considero este negócio importantíssimo; já escrevi ao sr. Governador do distrito, acerca disto, e agora escrevo ao sr. Governador-Geral, ao ministro Barros Gomes, e a El-Rei. Todas as autoridades estão aqui amedrontadas, os Boers dizem que esperam muitas famílias, que estão vindo do Transvaal e que quando elas chegarem, arrazam tudo no planalto! Está-me isto dando sérias preocupações».

Precisa pois o Governo dispor de força militar com que proteja as povoações indígenas, as suas colónias, as suas Missões no mato, que não podem estar à mercê de qualquer horda selvagem, que se lembre de as destruir.

Tenho-me ocupado hoje do estado actual do meu infeliz Bispado e das fontes de receita necessárias para com seriedade lhe acudir, e nos seguintes paquetes, querendo Deus, continuarei a ocupar-me dele como prelado, a quem muito deve interessar e realmente interessa.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Paço de Luanda, 21 de Julho de 1889.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Luciano Cordeiro, secretário perpétuo da Sociedade de Geografia, etc.

O Sócio Ordinário

D. António Tomás da Silva Leitão e Castro
Bispo de Angola e Congo

PRO PATRIA — Sociedade de Geografia de Lisboa, 1889, in TRABALHOS PASTORAES de D. António Tomás da Silva Leitão e Castro, Lamego, 1892, págs. 71-97.

A SITUAÇÃO RELIGIOSA DO CONGO NO TEMPO DO PADRE BARROSO

Chegaram a existir em S. Salvador do Congo, devido aos esforços e zelo dos missionários, os seguintes templos, de que apenas hoje restam alicerces de pedra, restos de antigas edificações religiosas, alguns pedaços das paredes da Sé de S. Salvador, o arco da capela-mór desta em regular estado de conservação, a escadaria de pedra que conduzia ao altar, a capela do sacramento e a sacristia: a Santa Sé, a Santa Casa da Misericórdia, a igreja da Vera Cruz, as dos conventos da Companhia de Jesus e dos frades Capuchinhos, e as de ou sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Rosário, do Espírito Santo, de S. João Baptista, de S. José, de S. Miguel e de S. Tiago.

Nas imediações de S. Salvador, — diz-nos o reverendo Padre Barroso — existiram também umas sete paróquias. No Sonho havia dois templos: um, o primeiro construído no Congo, sob a invocação de Santo António, e que deu o nome católico àquela localidade, do qual não restam já ruínas; outro, o do convento dos barbadinhos, do qual restam, religiosamente conservados pelos indígenas, dentro dum chimbeque construído à semelhança — dizem — da antiga igreja, as seguintes imagens e objectos do culto: um Cristo crucificado, de um metro de altura, de madeira, em cruz adequada ao seu tamanho; um Cristo, de bronze dourado, de 0,17 m. de altura, crucificado numa cruz de prata com peanha do mesmo metal; um outro Cristo, pequeno, de madeira, em cruz também de madeira; uma cruz de prata com Cristo do mesmo tamanho; duas imagens, de mais de um metro de altura, sendo uma de Nossa Senhora e outra de Santo António, ambas com coroas de prata, esta já muito carcomida pelo salalé; cinco imagens de madeira e barro, de diversos santos; duas imagens de Santo António; uma naveta de prata, de 0,25 m. de comprimento, do feitio dos antigos galeões portugueses; um turíbulo de prata; um hissope de marfim; alguns castiçais de madeira do Brasil; um sino com a data de 1700 e a legenda «Si Deus pro nobis quis contra nos»; restos de um vaso com a data de 1750; uma pia de ferro batido, que teria talvez servido de pia baptismal; uma porta de Sacrário, tendo esculpida a imagem de S. João Baptista; e uma campaínha de bronze, própria para serviço do culto interno.

Entre S. Salvador e o Bembe, no caminho trilhado pelos missionários depois que Paulo Dias de Novais conquistou o reino de Angola, parece ter também havido algum templo ou convento de religiosos, num lugar denominado Quinganga, nas margens do rio N'Briche, ou pelo menos algum albergue ou pousada dos padres, como o próprio nome, composto de Quinga (espera) e ganga (padre), o está dizendo. Ali encontrou em 1883 o missionário António José de Sousa Barroso, da missão de S. Salvador, os seguintes objectos do culto divino: um sino de bronze; uma

imagem de Nossa Senhora com diadema de prata; um crucifixo de metal em cruz de madeira; uma cruz processional com crucifixo, tudo em metal amarelo lavrado; três imagens de S. António; um crucifixo grande de madeira; uma imagem de uma santa, mas já tão carcomida que foi impossível verificar a quem representava; uma pintura do rosto do Senhor em chapa de metal; um turíbulo grande; uma naveta de prata; um cálice; e também dois volumosos breviários romanos, muito velhos e escavados, um código do reino, edição Antuérpia, com a data de 1736, e alguns manuscritos muito deteriorados [1].

Na Madimba, na Maquela do Zombo, no Mangue Pequeno e em muitos outros pontos do reino do Congo, conservam-se ainda, por piedade dos naturais, modestas relíquias que atestam a acção missionária portuguesa de outrora e revelam, até certo ponto, a existência neles de edificações e templos católicos.

A par destes vestígios e relíquias dos tempos áureos, em que o estandarte da cruz tanto se evidenciou, naquelas paragens, na grandiosa obra da civilização pela evangelização cristã, outros há que bem revelam a acção civilizadora portuguesa; são algumas práticas religiosas que ainda hoje, passadas de geração em geração, muitos dos naturais do país cumprem, a par dos seus falsos cultos; é a língua portuguesa, quando não falada, pelo menos conhecida e percebida por muitos dos conguenses, principalmente onde mais se fixara a difusão da doutrina e a propaganda evangélica; é o solo, são algumas indústrias rudimentares, é a agricultura — que recordam e evidenciam a constância de muitos dos antigos missionários no ensino aos negros dos primitivos elementos de trabalho, e no aproveitamento das condições naturais do seu país.

Passam-se largos anos. Dorme-se profunda, criminosamente mesmo, sobre as ruínas do que nos restava desse vasto império do Congo, esquecendo-nos por completo ali do grande objectivo da nossa acção colonial; e só quando a fome africana se apoderou das nações coloniais, só quando vimos o grande órgão da opinião da Inglaterra, o *Times*, proclamar — *«A Africa será de quem souber conquistá-la com os factores modernos e civilizá-la»* — só quando vimos o audaz explorador Henrique Stanley descendo o Zaire em 1877, tendo resolvido importantes problemas hidrográficos da África central, e mais tarde, depois de uma viagem de reclame pela Europa, voltar novamente ao Congo em missão especial e misteriosa, e só quando presenciámos essa inundação de missões protestantes, anti-portuguesas, que, como mais tarde se evidenciou, tratavam fortemente de aniquilar a supremacia de Portugal em África, como em grande parte o conseguiram, por culpa da nossa tolerância insensata, é que o Governo português, impedido desde 1846 na sua expansão para o norte do rio Loge,

---

[1] Tencionava fazer recolher, quando fui exonerado do governo do Congo, estas relíquias da acção missionária, para se lhes dar arrecadação condigna.

se sobressaltou, e tratou de mandar para S. Salvador uma missão político-religiosa, missão que a 13 de Fevereiro de 1881 chegava à capital do antigo reino do Congo, onde era recebida entre gritos de aplauso e sinais de contentamento.

Valeu-nos, nessa partilha escandalosa do Congo, a que fomos forçados, após a conferência de Berlim, o não sermos também esbulhados de S. Salvador, dessa antiga capital do reino do Congo, e desse antigo foco da fé cristã, um distinto missionário, «em cujas veias — como bem o disse Oliveira Martins — se diria corre sangue de Duarte Galvão» que, à força de perseverança, consegue arrancar ao domínio da *Baptist Inland Congo Mission,* ali estabelecida até com material dos antigos templos cristãos, com consentimento tácito do a esse tempo Governador-Geral da Província de Angola, o então Rei do Congo, e, à força de muito tacto, prudência e diplomacia, consegue subjugar a propaganda dessa missão protestante, pura missão política de derrancamento e de desnacionalização, e perturbadora da evangelização católica.

Esse benemérito da Pátria, esse verdadeiro patriota, esse digno entre os dignos levitas do Senhor, era o então Superior das Missões portuguesas no Congo, o padre António José de Sousa Barroso, (hoje Bispo de Meliapor) (2), que, compreendendo como poucos a sua elevada missão, e bem conhecendo as críticas circunstâncias em que se debatia Portugal, tendo de conjurar o perigo resultante da amesquinhação da influência portuguesa por aventureiros, mais ou menos audazes, cegos pelo brilho do mando e pela fantasia da criação de um Estado, consegue fazer ali penetrar de novo o cristianismo, implantar novamente a evangelização, onde decumentos incontestáveis da antiga ocupação e influência portuguesa atestavam a acção exercida no Congo em eras passadas, levantar a nossa preponderância religiosa e política naquelas paragens, aplanar com a ocupação religiosa o caminho à ocupação militar, que de facto se realiza sem a menor oposição, tendo sido o próprio Rei do Congo, quem a solicitou, aos 21 de Junho de 1888.

Se a esse tempo a *Baptist Inland Congo Mission,* tendo como chefe Comber, já trabalhava, e poderosamente, por minar por completo no Congo, o nosso antigo domínio e influência moral, se aliada, mais ou menos, aos audazes aventureiros capitaneados por Henrique Stanley, preparava terreno para uma futura ocupação daqueles territórios por parte doutra nação que não fosse a portuguesa, enquanto que nós, de braços cruzados até então, assistíamos ao doloroso espectáculo do derrubar das nossas grandezas, uma outra missão protestante — a *Mission's Livingstone House* — incutia no ânimo dos indígenas, as mais desleais e mentirosas acusações

---

(2) Ainda hoje, tal é o prestigio que entre aqueles povos tem este distinto missionário, e tal a estima que o povo lhe consagra, que, em qualquer assunto importante basta o indígena dizer: «Jura juramento do padre Barroso», para se lhe dar inteiro credito.

contra Portugal, procurando desta forma expoliar-nos da simpatia dos povos conguenses, que era o mais luzido brazão da nossa influência passada e o mais poderoso auxílio para a nossa futura reabilitação.

E essas missões protestantes, aquela, como já se disse, com sede em S. Salvador, e esta com sede em Pala-Bala, fronteira à estação, em Vivi, da Associação Internacional do Congo, que assim minavam o nosso predomínio onde outrora havíamos implantado a Cruz, tinham sobre a nossa modesta Missão em S. Salvador uma notável superioridade: o seu numeroso pessoal e os seus muitos recursos, com que atraíam os indígenas, despertando-lhes a cobiça, que domina os seus espiritos rudemente ambiciosos. Não enobrecia, estas missões, a abnegação, atributo essencial dos verdadeiros missionários católicos. Caracterizava-os sim, a avidez do interesse remoto e o orgulho duma superioridade política, que os levava aos mais denodados sacrifícios em prol da causa que defendiam.

Geralmente, filhos da altiva e ambiciosa Inglaterra, interesseiros, egoístas, confiados no grande elemento dominador da Grã-Bretanha e por esta nação fortemente apoiados, estes missionários protestantes, só então, tinham, como em geral hoje ainda têm os estabelecidos em território nosso, à sombra da liberdade do culto religioso, um fim ostensivo: exercer, na sombra, propaganda política contrária aos nossos interesses e à consolidação da soberania de Portugal; contrariar os interesses espirituais da nação portuguesa, país constitucionalmente católico, não apenas em face da religião do Estado, mas também sob o aspecto das nossas legítimas conveniências políticas; opôr-se, como bem o disse em sessão da Câmara dos deputados de 23 de Janeiro de 1896 um ilustrado deputado, aos ideais da nossa soberania ultramarina.

Afora as missões protestantes — *Baptist Inland Congo Mission* — hoje mais conhecida por *Baptist Missionary Society,* estabelecida desde 1877 no Baixo Congo, e — *Mission's Livingstone House* — ou *Livingstone Inland Mission,* estabelecida no Congo dois anos depois da primeira expedição de Henrique Stanley, que desde então começaram a exercer contra Portugal a sua influência nefasta, outras seitas foram-se estabelecendo nos territórios do reino do Congo, com intuitos idênticos àquelas.

Assim vão-se montando ali, pouco depois daquelas, a *London Missionary Society,* que chegou a ter dois postos ou estações no Tanganica e que após a conferência de Berlim retirou para território inglês; a *American Baptist Missionary Union,* em 1883; a *Bishop Taylor's self supporting Mission* que tem hoje numerosas ramificações na Lunda; a *International missionary alliance;* a *American southern presbyterian mission* e a *Seven day Baptist* — todas elas de largos recursos e pessoal numeroso.

É principalmente no Baixo-Congo que aplicam a sua actividade nalguns pontos, dando sérios cuidados até ao próprio Estado Independente, que tanto as tem protegido e acariciado; e, conquanto pelas disposições do artigo VI do Acto geral da conferência de Berlim, todas as potências

exercendo direitos de soberania ou influência no Congo, sejam obrigadas a *proteger e favorecer,* sem distinção de nacionalidade nem de cultos, *todas as instituições e estabelecimentos religiosos, científicos* ou de caridade, criados e organizados com este fim ou para instrução dos indígenas, conquanto a liberdade de consciência e a tolerância religiosa tenham sido expressamente garantidas, tanto aos indígenas como aos nacionais e estrangeiros, conquanto o livre e público exercício de todos os cultos, *o direito de erigir edifícios religiosos* e o de organizar missões de qualquer culto, não estejam submetidos a qualquer restricção ou entrave, convém estar sempre de sobreaviso e contrariar com boas missões católicas, nacionais ou nacionalizadas, o mal que para o exercício da soberania de Portugal resulta das práticas desses perigosos doutrinadores protestantes, e, como já disse, anti-portugueses, para que, em resultado duma tal tolerância, e da falta de linhas de missões portuguesas, se não dêm expoliações como as que na África oriental se deram no Chire, na Machona e no Zambeze acima do Zumbo.

A missão político-religiosa que, como disse, chegava aos 13 de Fevereiro de 1881 à antiga capital do reino do Congo, a S. Salvador dos portugueses, e que se compunha, além do Reverendo Padre Barroso, seu Superior, dos padres Sebastião José Pereira e Joaquim Folga e de dois artífices, muito fez ao princípio, muito trabalhou para a restauração da igreja africana no Congo, durante o tempo que aquele distinto missionário ali serviu a causa religiosa e política de Portugal, concorrendo poderosamente, com os seus patrióticos esforços, com os seus enérgicos trabalhos missionários e com os seus copiosos suores apostólicos, até onde pôde chegar o predomínio da sua atraente e convincente palavra, para soerguer naquelas paragens o espírito religioso. Mas a lavra espiritual, que tão activa e produtiva fora enquanto foi superior daquela missão, e suas filiais depois criadas em Santo António do Zaire e na Madimba, esse Reverendo Padre Barroso, declinou ràpidamente após a retirada desse inteligente missionário.

O que até aí se havia feito perde-se quase completamente, e quando, no princípio do meu governo, Sua Ex.ª Rev.ᵐᵃ o Sr. D. António, Bispo de Angola e Congo, nomeava superior dessas Missões o Reverendo Padre Sebastião José Alves, a situação dessas Missões era, como continuou a ser, a muitos respeitos periclitante, para o que muito haviam contribuído, além da falta em geral, nos missionários católicos que ali estavam e tinham estado, de educação necessária para viver em competência com os protestantes ingleses, dotados de largos conhecimentos artísticos e científicos, sérias e graves desinteligências entre eles e os residentes da circunscrição administrativa de S. Salvador, perigosas dissidências que tanto vulto tomaram ao tempo do ex-residente Francisco João da França, dando lugar ao maior desprestígio, quer para a autoridade administrativa de então, quer para as autoridades eclesiásticas a esse tempo ao serviço da Missão católica de S. Salvador, e hostilidades mesmo, que tão preju-

diciais foram para o exercício ali da nossa soberania, e tão fatais para a evangelização católica, apostólica, romana.

Tal situação ainda se demorou por alguns meses assim, apesar de cortados e lançados fora, como manda o evangelista, os membros por quem vinham os escândalos (3) e apesar da energia e firmeza com que se procurou fortalecer e auxiliar com autoridade moral, a autoridade política; e demorou-se, e infelizmente continuou, porque não houve e não há da parte dos missionários de S. Salvador, a necessária prudência e o bom senso preciso para evitar a repetição de factos, que, se em geral, dão grande abalo ao nosso prestígio, e contaminam o fim em África das Missões católicas, no caso presente, sendo passados por assim dizer à vista e na presença duma missão protestante, que propaga nos sertões uma religião que não é a nossa, um idioma que não é o português, e um acatamento e respeito ao branco que não é o da nação portuguesa, em extremo prejudicaram e contaminaram a nossa acção política dominadora naquelas regiões.

As Missões no Congo, na parte sujeita à jurisdição eclesiástica do Bispado de Angola e Congo, representando, depois dos últimos dez anos da sua existência, um dispêndio superior a 70 contos, muito longe estão de bem exercer a sua acção. Vegetam apenas em S. Salvador, em Santo António do Zaire, e em S. José de Belém, na região chamada Madimba, ao SSE de S. Salvador, num planalto superior uns 50 m. àquele em que assenta Banza-Congo; poucas, portanto, pobres, paupérrimas e vergonhosíssimas mesmo, sem pessoal à altura da sua elevada missão, por dotadas dum clero educado sob as fórmulas duma teologia acanhada, e em geral, mais ávido dos bens terrestres do que da íntima satisfação pela causa da civilização, e apenas representando uma ou outra dedicação individual, mais louvável pelos intuitos do que pelos resultados, não constituindo um sistema conexo de propaganda religiosa, nem o seu influxo prometendo actuar sensìvelmente no estado moral e intelectual das multidões indígenas.

Pode mesmo dizer-se que o estacionamento destas missões, se não é morrer, representa pelo menos, o abandono de interesses elevados e a perda de influência para a Pátria.

Quando, a par destas missões, que genuìnamente portuguesas, deviam ser a estrada larga por onde avançasse até ao Cuango a acção portuguesa no Congo, vemos as missões protestantes, invadindo o território áfrico-português, alargando a sua influência, alastrando-se como o escalracho, estudando as línguas gentílicas e propagando-as em luxuosas brochuras (4); quando vemos essas missões, decididamente anti-portuguesas,

---

(3) *S. Mat.* XVIII, 8.

(4) A mais importante e luxuosa destas obras é o *Dictionary and Grammar of the Kongo Language, as spoken at S. Salvador, the Ancient Capital of the old Congo Empire West Africa,* by the Rev. W. Holman Bentley — missionário da *Baptist Missionary Society.*

que construíram Blantyre sobre o Chire, Livingstónia sobre o Niassa, e tantas outras estações de propaganda contrária aos interesses de Portugal, dando valiosos socorros à política das suas nações, ganhando terreno sem auxílio dos poderes civis, sem armas, sem autoridades, quase sem culto ostensivo e sem sacerdócio profissional, é bem doloroso ter que confessar que mal vai para a nossa soberania e para o prestígio da nação, se o Cristianismo continuar a vegetar no Congo, além Zaire, como planta exótica, se a acção missionária continuar a ser o que é ali nas Missões da jurisdição do Bispado de Angola e Congo. «Eu quisera, — dizia em 1896 para o Governo-Geral da Província de Angola, ao tratar de assuntos relativos à Missão de S. Salvador — ver à testa das Missões do Congo um reverendo padre Antunes; quisera ver uma propaganda cristã adaptada à organização física e fisiológica das raças negras; quisera ver meios de acção e processos educativos, empregados pelos agentes do cristianismo, mais práticos e eficazes; quisera — dizia em relatório de 25 de Setembro de 1895 — que, num país essencialmente católico como Portugal, em que há a exercer o direito de padroado, as Missões católicas ultramarinas, sendo, como são, um dos meios mais eficazes da civilização, fossem devidamente desenvolvidas, providas as suas necessidades, e fornecidas de bons missionários para semear a divina palavra e levar à civilização, com uma educação e instrução religiosa, as populações que vivem nas trevas da ignorância, de irmãs educadoras encarregadas de cumprir a mais elevada missão civilizadora, — a educação intelectual da mulher —, e de auxiliares ou mestres de ofícios para bem dirigir pràticamente escolas de artes.» «Vejo diante de mim — continuava dizendo — essas missões protestantes, com religião sem dogmas, sem mistérios, sem filosofia, sem abstracção, sem misticismo, sem austeridade, religião para inteligências acanhadas e para povos de costumes naturais, e vejo-as, para mal nosso, trabalhando com coesão e disciplina, e reagindo na sombra contra a soberania portuguesa.»

«As Missões católicas no distrito do Congo, além Zaire, — escrevia ainda em relatório de 29 de Outubro de 1896, dirigido ao ministro da Marinha e Ultramar (5) — devendo exercer a sua influência até ao Cuango, são insuficientíssimas, e, forçoso é dizê-lo, mal dirigidas. Os seus missionários, oriundos do seminário de Cernache do Bonjardim, podem desenvolver o maior zelo nos seis anos para que se obrigam; falta-lhes porém educação especial para o serviço das Missões e a renovação do pessoal prejudica enormemente a continuidade da obra missionária. Quisera ver reformada a organização daquele seminário, por forma a manterem-se as

(5) Este Relatório não chegou a dar entrada no Ministério respectivo, sendo-me devolvido, a meu pedido, pelo Ministro, a quem o dirigira, o Conselheiro Jacinto Cândido da Silva, já depois deste estadista ter deixado os bancos do poder.

nossas Missões no Congo à altura do seu elevado fim. Quisera ver remodelada a instituição das Missões portuguesas, a exemplo do que, com tão bom resultado, se pratica na Missão da Huíla e nas Missões da Congregação do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria.»

Como lutar em S. Salvador do Congo com a missão protestante ali estabelecida? Contraminar a sua acção? Como sustar a sempre crescente acção antiportuguesa das missões inglesas e americanas? Formando-se — é um alvitre — com a cruz, com a espada, com a medicina e com o elemento civil de ordem, uma como que estação civilizadora. Desta forma as nossas missões teriam um carácter menos exclusivo e inflexìvelmente religioso, e mais pràticamente civilizador; em vez de se exercer uma acção pouco intensa sobre meia dúzia de indivíduos, exercer-se-ia, o que é preferível, uma acção extensa sobre as multidões, semeando assim, os campos, da maior produção, conquanto de inferior qualidade, em vez de apenas grãos de bom trigo, adelgaçando as ignorâncias da selvajaria, abrandando as ferocidades, e atenuando as depravações, em vez de se querer desde logo, o que é impossível, obter cristãos convictos, almas convertidas.

Como bem diz o Conselheiro António Enes, em seu relatório acerca da Província de Moçambique, «as leis naturais não admitem saltos nem transições bruscas. Fachos de luz intensa cegam olhos acostumados às trevas; viandas suculentas, derrancam estômagos esfaimados. Não se passa ràpidamente da crença no feitiço à convicção da graça e do livre arbítrio, da mais torpe sensualidade ao misticismo, da poligamia à virgindade.»

Constituídas, como acima digo, as missões portuguesas além Zaire, uma em S. Salvador, uma na Maquela do Zombo, uma na região de Bamba, margens do rio M'Brige, a meio caminho entre o Ambrizete e S. Salvador, uma no antigo presídio do Bembe ou de D. Pedro V, e uma outra em Cong'Yala, quere-me parecer que, por enquanto, saberiam e poderiam lutar com a propaganda protestante, formando o seu conjunto um elemento de civilização bastante produtivo, e bem menos perigoso, do que a missão religiosa pròpriamente dita só por si, que, tendo, como tem, e como ùltimamente mais se lhe tem ampliado, uma liberdade muito lata, dela abusa repetidas vezes, como assaz o provam os excessos havidos em S. Salvador, de que resultou menos respeito pela autoridade administrativa, menos reverência pela bandeira portuguesa, e uma usurpação, nefasta para o nosso prestígio, de atribuições alheias, e bem menos perigosa ainda do que a espada só por si que, por vezes em demasia afiada, contraria e prejudica a acção política de Portugal nos países ultramarinos.

Data de 1866, em que uns religiosos idos de França plantaram em Lândana, no actual encravamento do Baixo Congo aquém Zaire, então fora da soberania efectiva de Portugal, e no vale formado pelas abas dos morros do Chinfuma e do Mongo-Balança, uma cruz, desde 1886

abrigada à sombra da bandeira das quinas, a primeira das missões no Congo, pertencente à Congregação do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria.

Dela saíram em 1880 os fundadores das Missões de Boma e Banana (esta em terras do rei ou príncipe mussurongo Nemblau), que depois deixaram de existir no Congo Belga, não porque, — segundo afirmou com menos verdade o reverendo padre António José Boavida, superior do seminário de Cernache do Bonjardim, em sessão de Abril de 1893 da Sociedade de Geografia de Lisboa, — o governo daquele Estado as obrigasse a retirar daquele território, por julgar perigosa para a influência do Estado a sua permanência ali, mas sim porque a Congregação do Espírito Santo entendera não deverem ficar sujeitas as suas Missões, no Estado Independente, à jurisdição eclesiástica do Vicariato Apostólico do Congo Belga, fundado aos 11 de Maio de 1888, e dirigido pelos padres de Scheut.

Dela saíram os fundadores das missões no Congo Francês, que ficaram subordinadas à Prefeitura Apostólica do Gabão, depois de 1885 elevada a bispado [6]. Dela saíram os fundadores das missões no Ubangui, em Malange, na Cimbebásia e no Cunene. Dela saíram ainda os missionários que em Janeiro de 1890 montaram a missão do Luali, em Novembro de 1891 a de Cabinda, e em Junho de 1893 a de Lucula.

O iniciador no Congo e Angola das beneméritas missões da Congregação do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria foi o reverendo padre Duparquet, que viera em 1867 para Portugal, a fim de fundar em Santarém uma escola apostólica destinada a fornecer missionários aos vastos territórios ocidentais de África. Verdadeiro benemérito da religião e da sua pátria adoptiva, este ilustre Levita do Senhor, prosseguindo a obra iniciada por Mr. Libermann, que em 1848 ligava a sua Congregação do Sagrado Coração de Maria à do Espírito Santo, fundada por Mr. Poullart-Desplaces em 1703, dedicou-se de corpo e alma à grande causa da civilização africana, e, tomando como sua a causa de Portugal, muito concorreu em benefício do nosso domínio moral e material, e tanto trabalhou em benefício da nossa influência nas regiões inóspitas da África ocidental portuguesa.

Atestam-no hoje em Portugal o grande Colégio-Seminário da Formiga, primitiva Escola Apostólica de Santarém e Colégio do Espírito Santo em Braga; atestam-no o grande colégio missionário de Santa Maria no Porto; atestam-no a Escola Agrícola Colonial de Sintra, em S. Pedro de Penaferrim, fundada em 1887 e reconhecida oficialmente em 1889, por decreto de 14 de Novembro, como Instituto auxiliar do Real Padroado Português; centros todos estes de instrução, focos de civilização, viveiros de missionários modernos e de irmãos auxiliares educadores.

---

[6] Foi feito *Vicariato Apostólico* por Decreto de 28 de Maio de 1886, da Propaganda, confirmado pelo breve *Quae rei sacrae*, de 21 de Dezembro do mesmo ano.

Atestam-no na Província de Angola a grande Missão da Hufla, no distrito de Moçâmedes, margens do rio Mucha, uma das mais importantes de todo o continente negro, fundada em 1881, para cuja instalação os valiosos subsídios do padre Duparquet e os esforços perante o Governo português do Conselheiro Ferreira de Almeida, quando governador daquele distrito e do dr. Fernando Pedroso, e as suas filiais no Jau, fundada em 1882, no Chivinguiro ou Tyvingiro sob a invocação de S. Bento, em 1892, na Quiita ou Quihita, ao sul da Huíla, entre a Chibia e os Gambos, em caminho do Humbe, nas proximidades da confluência dos rios Caculovar e Nene, em 1894, e em Mulola dos Gambos, sob a invocação de Santo António, em 1895, todas sob a direcção provincial do bem conhecido padre José Maria Antunes, ilustrado missionário da Congregação do Espírito Santo, um benemérito da pátria, cujo nome ninguém deixa de citar sempre com orgulho e reconhecimento; atestam-no mais a já hoje importante Missão de Caconda, nas margens do rio Polente, no distrito de Benguela, da iniciativa de Gomes Coelho, quando Governador daquele distrito, com o apoio da Junta das Missões, estabelecida por decreto de 2 de Setembro de 1889, e as suas filiais no Bié, fundada anteriormente à de Caconda, mas só ocupada em Dezembro de 1891, em razão dos desastres que ali tiveram lugar em 1890; na Cassinga, sob a jurisdição eclesiástica do vicariato da Cimbebásia; na região dos Nhembas e país dos Ambuelas, verdadeira guarda avançada da ocupação portuguesa além Cunene; no Catoco ou Cutato, nas margens do Cubango e país dos Ganguelas do Sul, fundada em 1888 e reocupada em 1894, graças ao auxílio da subscrição nacional; e no Bailundo, sob a invocação de Santa Maria, nas margens do pequeno rio Catuvalada, fundada em 1895, todas elas sob a direcção do Rev. P.e Ernesto Lecomte, um distinto missionário da mesmo Congregação e um ilustre explorador científico; atestam-no mais no distrito de Luanda, hoje fazendo parte do fantasmagórico distrito da Lunda, a Missão do Real Padroado em Malange, fundada em 1890, e a sua filial em Calulo, região do Libolo, fundada em 1893, sob a direcção superior do Rev. P.e Jorge Krafft, missionário da mesma Congregação, de subido valor, a quem Portugal tanto deve, pelos relevantes serviços prestados à soberania portuguesa; atestam-no por último, no distrito do Congo, na parte sujeita à jurisdição eclesiástica da Prefeitura do Baixo Congo, a já mencionada Missão de Lândana e suas filiais (7), sob a direcção provincial e local do Rev. P.e Pascoal Campana (8), chefe da Prefeitura, o qual

---

(7) Estas Missões começaram a receber subsidio, apenas de 1.000$000 réis para cada uma delas em 1896, sendo Ministro da Marinha e Ultramar o Conselheiro Jacinto Cândido da Silva.

(8) Conhecedor dos merecimentos deste distinto missionário e do quanto tem trabalhado em favor da civilização, não só desde 1887, em que a Propaganda Fide o nomeou, aos 11 de Dezembro desse ano, Prefeito Apostólico no Baixo Congo, como já desde 1882, em que exercera a sua acção missionária no Quitembo e no Humbe, sendo ainda a este missionário que se deve a fundação em Angola da

desde 1887, dedica à causa de Portugal, à causa da civilização e da evangelização cristã, e à obra do apostolado, o seu zelo incansável e experimentado e a sua energia e perseverança excepcional e que, com o mais são critério e superior inteligência, tanto tem trabalhado para acabar com a situação embaraçosa das duas *obediências* eclesiásticas: a diocese de Angola e Congo, limitada a leste pelo Cuango e pelo Cunene, e a Prefeitura Apostólica do Congo, criada há uns trinta anos pela Santa Sé (9) e entregue à Propaganda Fide.

Por vezes fiz ver superiormente quão lamentável era esta situação das duas *obediências* eclesiásticas, situação talvez, certo mesmo, provocada por a Santa Sé ter encontrado em Africa territórios, uns desnacionalizados, os do Zaire, por causa da prepotência brutal da Inglaterra que nos vedava a ocupação para aquém do Ambriz, outros completamente abandonados, como a Lunda, a Ganguélia e o Ovampo. Foi esta situação que me levou a inaugurar, aos 13 de Junho de 1895, os trabalhos da construção da primeira igreja na capital do distrito, pondo-a sob a invocação de Santa Eulália, e fazendo benzer com toda a solenidade, e como manda o ritual de Paulo V, a sua primeira pedra, satisfazendo assim os desejos manifestados pela Santa Sé, pelo Real Padroado e pela própria Prefeitura Apostólica do Baixo Congo.

Por ocasião de se dar começo aos trabalhos de construção desta igreja, que ainda hoje não está concluída, por razões que não vem para aqui citar, havendo, ao que parece, pouca vontade por parte do Governo-Geral de Angola e por parte dos governadores que se me seguiram, em a ver concluída, supôs-se errôneamente, como mais tarde igualmente se supôs ao tempo do Comissário Régio de Angola, e ainda até posteriormente, que o Governo Português em face dessas duas *obediências* eclesiásticas, não podia nem devia exigir no encravamento aquém Zaire templo algum cristão.

Creio mesmo que esta dúvida subsistia desde a criação do distrito do Congo, pois doutra forma se não explica que, de todas as construções adquiridas em França para o distrito, em 1886 e 1887 apenas tivessem deixado de se montar as igrejas destinadas a Lândana e a Cabinda.

Missão de Malange, para o que muito trabalhou junto ao Ministério da Marinha e Ultramar, e onde colocou em 1890 o Rev. P.e Krafft, dando para esta Missão alguns companheiros e uma dúzia de rapazes educados nas oficinas da Missão de Lândana; e tendo eu, quando à testa da administração do Congo, em merecida atenção os serviços deste ilustrado missionário, comprovados, com relação pròpriamente à circunscrição de Cacongo pelos respectivos residentes e hoje falecido tenente-coronel Sousa Tedim e o capitão-tenente supranumerário da armada, Gonzaga Ribeiro, propuz em fins de 1895, o ser-lhe concedida uma honrosa mercê honorífica. Assim também o entendeu o Governo Português, conformando-se com a minha proposta, conferindo-lhe, por carta régia de 23 de Fevereiro de 1896, a mercê de Comendador da Real Ordem de Cristo.

(9) Não foi criada, mas entregue aos Padres do Espírito Santo, por Decreto de 9 de Setembro de 1865, da Propaganda Fide. Fora criada em 1640.

Acima porém de tais e tão erradas suposições, está, além do que claramente diz o Acto Geral da Conferência de Berlim, uma mais alta, mais persuasiva: está a autoridade de Leão XIII, deste sapientíssimo pontífice, que entende que o templo cristão, onde quer que se estabeleça, está acima de quaisquer atritos ou dificuldades de jurisdição eclesiástica, e que esta *obediência* é tanto mais superior, quanto maior, mais seguro, e mais eficaz o poder religioso, moral e civilizador criado.

Se por efeito do Tratado de Berlim não fossemos obrigados a aceitar e proteger as missões estrangeiras em todo o Congo, quer convenham ou não aos nossos interesses, e se as missões da Congregação do Espírito Santo, longe de serem modelos de civilização e evangelização, e dignas de serem apoiadas, estimadas, protegidas e cobertas com a nossa bandeira, fossem elementos atentatórios do nosso prestígio e soberania, a *obediência* eclesiástica ao Real Padroado, seria mais do que uma necessidade, seria um dever que a Santa Sé seria a primeira a reconhecer. Mas as Missões do Espírito Santo na parte do Congo aquém do Zaire não tentam contra a integridade nacional, não atentam contra a nossa influência, não atentaram nunca contra a soberania de Portugal. O seu carácter é essencialmente diverso daquele que lhe têm nos últimos tempos atribuído, uns por malícia, outros por ignorância.

Não são um instrumento político, contrário aos nossos interesses; são sim um elemento prático de civilização que nos assegura o domínio e a ocupação efectiva em regiões do Congo, tão ameaçadas, hoje e sempre, pela invasão do protestantismo.

São já dum carácter inteiramente português; à frente duma delas está até já hoje um missionário português, inteligente e instruído, educado num dos seus seminários, como amanhã estarão outros também portugueses, quando a Congregação os tiver na altura de bem desempenhar tão difíceis cargos, que demandam aptidões muito especiais, para não ter interrupção a obra de bem e de paz empreendida pelos fundadores das Congregações do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria.

Quando em 1883 se tratou da ocupação de Cacongo, aquém do 5° 12' de latitude sul, e dos territórios do Massabi, suspeitou-se que o então superior da Missão de Lândana, o Padre Hipólito Carrie, tentava exercer ali dominação política, para mais tarde entregar à França esses territórios; e houve mesmo quem afirmasse que as instruções dessa missão eram ditadas pela mesma autoridade que mandara à África Savorgnan de Brazza e a canhoneira *Sagittaire* à costa norte do Zaire, dizendo-se ainda, não sei com que fundamentos, que a Santa Sé dera uma tal ou qual anuência contra Portugal.

Razões havia para de tal se suspeitar: a pouca afeição do Padre Hipólito Carrie pelos portugueses, não obstante afirmar-se, então, ser de origem portuguesa; o seu procedimento anterior à conferência de Berlim; os seus protestos contra os protectorados de Cacongo e Massabi;

o seu protesto por o Governo Português intervir numa questão de terrenos suscitada entre ele, como representante da Missão de Lândana, e os chefes indígenas locais; o não querer reconhecer a autoridade portuguesa com o fundamento de que a Missão estava ao sul do paralelo 5° 12′, e portanto, quando não em terrenos desnacionalizados, pelo menos dentro dos limites do *statu quo* que Portugal convencionara respeitar nos seus tratados com a França e a Grã-Bretanha; o não querer reconhecer os protectorados realizados pelos representantes do Governo Português, pelo facto de não terem sido desde logo notificados às potências; e o de declarar que só se guiaria pelo tratado de paz realizado em 1876 entre o almirante francês Rigout e os príncipes ou régulos do país. Quaisquer desconfianças desse tempo, verdadeiras ou falsas, estão completamente extintas desde que a conferência de Berlim resolveu, bem ou mal, a questão do Zaire; e de então para cá os padres do Espírito Santo já não são os homens suspeitos que formavam a Missão, nesses tempos em que o missionário francês, ligado à sua nação, trabalhava, e ninguém lho poderia levar a mal, por lhe ampliar os seus territórios; são homens, além de mui ilustrados, dignos, trabalhadores, ligados ao seu instituto, que não é francês mas sim aberto a todas as nacionalidades, unidos para a sua obra num caminho de bem e de paz, e ligados por laços morais que sustentam dignamente a coesão dos seus árduos trabalhos evangelizadores e civilizadores; não são padres inimigos do nome português e desprestigiadores da influência portuguesa, como se tem tentado sustentar e apregoar, uns por ódio sectário, outros por vinganças mesquinhas, tantos por má-fé e ignorância; são homens do mais perfeito e esclarecido zelo apostólico, de verdadeira fé, de intenso fervor pela causa geral da civilização, prestando à causa de Portugal todo o bem que podem, apesar de, com justo ressentimento, verem que se tenta por todos os modos, até imputando-lhes supostas imoralidades que repugnam às consciências rectas, ofuscar a força da sua expansão e o bem que fazem em geral à civilização e em especial a Portugal.

As Missões do Espírito Santo representam em Angola e Congo muita dedicação, muito zelo, muitos esforços, muitos sacrifícios, e não poucas vidas de missionários generosamente oferecidas em prol da civilização africana. Duparquet, Lecomte, Campana, Krafft, Antunes, tantos outros, e na sua maior parte estrangeiros, o que os não impede de sacrificarem tudo, até a própria vida, em favor da nação em cujo solo se estabeleceram, são ilustres beneméritos, não apenas instrumentos de propaganda do dogmatismo católico, que compreendem a missão moderna, e sabem exercer acção permanente e eficaz sobre os indígenas; são dignos missionários, que podem mais no coração dos povos africanos do que a força dos exércitos e os exploradores da civilização moderna; e contribuindo, como contribuem, para ir assegurando na Província de Angola e Congo o nosso efectivo domínio e prática soberania, merecedores, não das invectivas e acusações que a imprensa lhes tem ùltimamente feito,

mais no empenho de fazer retórica do que de examinar a fundo a questão religiosa em África, mas da consideração a haver para esses obreiros da civilização e evangelizadores dedicados, em quem a disciplina, o desprendimento e a abnegação são dever e virtudes natas, e cujos processos, aspirações, intuitos, longe de contrariarem os interesses do nosso domínio e de ofenderem o nosso patriotismo, pelo contrário os favorecem e auxiliam.

Livingstone, o mais ilustre dos exploradores ingleses, — e era um padre protestante —, Cameron, Louz, Chavanne, Wisseman, Bateman, tantos outros cujos nomes são eminentes, fazem os mais rasgados elogios às Missões da Congregação do Espírito Santo, cujos êxitos grandiosos preconizam; Hermenegildo Capelo, o chorado Ivens, Serpa Pinto, fazem-lhes honrosas referências. O Bispo-Conde de Coimbra ainda ùltimamente teceu na Câmara dos Pares os mais altos e merecidos elogios a esta benemérita Congregação. Leitão e Castro, actual Bispo de Lamego, um dos mais, senão o mais distinto e ilustrado dos prelados da diocese do Congo e Angola, o actual Patriarca de Lisboa, e D. António Dias Ferreira, presentemente regendo a diocese de Angola, todos se pronunciam pelos padres do Espírito Santo, e de nenhum deles há que duvidar do seu muito zelo pelas prerrogativas e direitos da Coroa, e pelos foros da nacionalidade portuguesa. Destes o primeiro fez sempre devida justiça às suas virtudes evangélicas, abriu os braços a esses missionários da Congregação, e aceitou reconhecido a boa vontade dos que foram para Angola ajudar a cumprir a mais difícil e rigorosa obrigação das nações coloniais — a civilização do preto; o segundo entregou-lhes o seminário; o terceiro manifestou desejos de que entregassem as Missões do Congo além Zaire, e que decerto teriam hoje outro desenvolvimento se fossem administradas por padres da Congregação do Espírito Santo que, são e sabem ser sólidos esteios da dominação portuguesa.

Ilustrados funcionários do Ultramar, que governaram a Província de Angola e alguns dos seus distritos, exaltam as Missões da Congregação e o carácter prático que assumem, devido isto principalmente à alta cultura científica dos que as dirigem. E em especial um ilustrado oficial da armada, que por duas vezes governou o Congo, e da segunda vez, quando em documento oficial se fizeram as mais graves acusações à Congregação no enclave, e em especial ao seu Superior, tendo-as visitado em 1880, escrevia o seguinte acerca delas, particularmente da de Lândana:

«É uma das mais completas, instruídas e dedicadas Missões que neste momento possui o continente africano, dispondo, como meio de acção intelectual, de um grupo de trabalhadores infatigáveis e dedicados, inegàvelmente escolhidos por mão hábil, nada teórica e de resto muito familiarizada com o complexo problema da civilização dos povos africanos». *«Ali como aqui* — acrescentava Nuno de Freitas Queriol — *não são em geral bem vistos os missionários, aos quais se está habituado a chamar enfàticamente jesuítas, desconhecendo-se, ou o que é pior, fin-*

gindo-se desconhecer o que valem e o que podem em favor da grande obra da civilização (10).

A verdadeira civilização da África não pode prescindir como a muitos se afigura, do elemento religiosa das Missões; a consolidação da soberania das nações coloniais nos extensos territórios africanos, necessita ter, como principais factores, missões católicas protegidas eficazmente pelo Estado e pela iniciativa particular. Princípios são estes que em relação a Portugal, o reconheceram homens eminentes como eram o falecido Bispo de Cochim, de saudosa memória, o Patriarca das Índias e Primaz do Oriente D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, e o falecido Barro Gomes, o distinto estadista que tão brilhantemente defendeu com fé e convicção a acção missionária, como um dos meios mais seguros, económicos e eficazes, para assegurar o domínio e ocupação efectiva em regiões de Angola e Congo, e como reconhecem o actual Bispo eleito do Porto, Ferreira do Amaral, o distintíssimo ex-Governador-Geral da Província de Angola, José Baptista de Andrade, o bravo almirante que admirou de perto a grandeza das ruínas que em S. Salvador do Congo recordam a acção missionária de outrora, a par de outros representantes importantes da ciência, e homens do governo e de acção, e em tese geral os mesmos princípios reconheceram solenemente em 1885, Portugal, a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos da América do Norte, a França, a Inglaterra, a Itália, a Holanda, a Rússia, a Suécia, a Noruega e a Turquia, por meio dos seus plenipotenciários reunidos em Berlim.

Os mesmos princípios reconheceram mais tarde, em 1890, e com mais amplitude, estas mesmas potências e mais a Pérsia e o Estado Independente do Congo, por ocasião da conferência de Bruxelas; e este Estado, que de princípio parecia não ligar maior importância ao elemento católico religioso, possui hoje em seus extensos territórios, além dos padres da Congregação do Imaculado Coração de Maria de Scheut, aos quais está confiado o vicariato apostólico do Congo Belga, que compreende a maior parte do Estado Livre, os padres da Companhia de Jesus (Pères Blancs), ramo belga da Congregação de Notre Dame d'Afrique, e os Abbés de Grand, especialmente destinados ao serviço religioso em Boma e Matadi, além de Irmãs de Caridade de Nossa Senhora de Namur e de Gand, das Irmãs de S. Francisco e das Soeurs Blanches de Notre Dame d'Afrique. E ainda há pouco o governo da república da Venezuela fez com a Santa Sé uma convenção, onde se diz que a acção mais eficaz para atrair à órbita da civilização as multidões de indígenas que vagueiam ainda nas várias regiões das zonas incultas do território daquela república, é a evangelização por meio de Missões católicas, erigindo-se ali um vicariato apóstólico com 50 missionários capuchinhos.

---

(10) *As Missões católicas em Africa*, BSG — 2.ª série, pág. 18 e seguintes.

Basta o que deixo dito para, dum lado mostrar o que é a acção missionária no Congo português, daquém Zaire; tendo a Congregação do Espírito Santo, a curar das coisas de Deus, a servir Portugal nos seus mais caros interesses e contribuindo notòriamente por diversos modos para a civilização africana; dalém Zaire, tendo apenas três mal orientadas Missões do Real Padroado, servidas pelos padres do colégio de Cernache do Bonjardim, no último extremo do abandono [11], mal guardando a cristandade confiada à guarda dos prelados diocesanos; e para, doutro lado, mostrar a necessidade de reagir e reagir enèrgicamente, contra este estado mórbido das Missões pròpriamente nossas no Congo, que, por falta ali de apostolado fecundo, nos envergonham perante nacionais e estrangeiros, e tanto evidenciam a nossa tristíssima derrocada. Mas para que esse apostolado seja fecundo, o país tem necessàriamente de recorrer aos bons missionários, que os não tem no seu Instituto do Bonjardim, aos missionários que só se obtêm pelas congregações religiosas.

Não tenhamos em África Bispos e Cónegos sem Sé, padres sem igrejas e sem escolas, e curas de almas que nada curam. Tenhamos Missões, mas Missões em condições de realizar e assegurar o domínio e soberania de Portugal em África. Não temos ordens religiosas portuguesas; mas temos congregações estrangeiras a quem podemos, no que não há desdouro, pedir membros, congregações estrangeiras que, sem terem interesses contrários aos de Portugal, podem opôr a sua acção à das missões protestantes, que minam além Zaire o nosso domínio.

A cooperação, quando não arrisque a nossa soberania, é mais do que necessidade, é um dever de civilização; e quando há uma congregação, como a do Espírito Santo, que já nos deu em Angola e Congo aquelas Missões, regule-se em Roma a questão das duas *obediências* eclesiásticas e dê-se-lhe, além de outras, para ali exercer a sua acção, a Missão de S. Salvador do Congo, a Missão de Santo António do Zaire, e a de S. José de Belém, na Madimba. À sombra da nossa bandeira, firmando-se e apoiando-se na nossa protecção oficial, sujeita a nós, às nossas autoridades, a Congregação do Espírito Santo conseguiria o que nunca conseguirão aquelas Missões, pela forma por que estão montadas e com o pessoal deficiente que possuem.

PORTUGAL EM AFRICA — Lisboa, 1889, págs. 115-152 e 189-199: *Um Ano no Congo* (1-5-1895 a 1-5-1896), por Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, governador do Congo.

---

[11] É tal esse abandono que até a própria igreja da Missão de S. Salvador caiu, dizendo-se missa hoje num apêndice à escola!...

CARTA DE D. ANTÓNIO BARROSO A LUÍS DE ALMEIDA BRAGA (13-4-1916)

...Sr.
Luís d'Almeida Braga.
Da minha muita consideração e estima

Nem tudo são tristezas nesta babélica anarquia intelectual e moral, que agita e desorienta os espíritos nas sociedades hodiernas, e designadamente na portuguesa. Tanto ao invés do verdadeiro rumo se marcha, e tão raros são os prazeres do espírito, como aquele que V. me proporcionou na sua conferência, feita há dias (1), no Salão da Associação Católica, numa sessão solene, a que eu tive a honra de presidir, que, sem constrangimento, antes com a satisfação que natural e espontâneamente deriva de ver um *novo* expor e defender, com brilho, calor e desassombro, convicções e princípios que muitos guardam recatadamente no seu foro íntimo, mas sem coragem de os exteriorizarem, eu dirijo a V. felicitações mui sinceras pelo muito, e bem, que disse, e pelo tom e convicção que soube imprimir-lhe.

Dúvida não resta a quem queira ser imparcial de que o influxo exercido pela religião nos nossos maiores se prende íntima e essencialmente a todos os feitos grandiosos que a História nos credita, e V. na sua erudita Conferência provou à saciedade.

E como poderia ser de outro modo, se é na religião que a estabilidade e o progresso dos povos repousam?

A ideia de Pátria é inseparável da ideia religiosa; romper com esta e com a tradição, sua companheira constante, o mesmo seria que pretender revigorizar uma árvore, desraizando-a do solo que a alimenta e nutre. É um crime de leso-patriotismo que terá como fatal epílogo o desaparecimento da nacionalidade.

Por isso, creia V., a sua magistral Conferência, tanto pelas belezas da forma, como pelas ideias que a inspiraram, foi um verdadeiro confortante para o meu espírito.

Pedindo que não desanime na sua orientação, me subscrevo

De V. etc.

Porto, 13 Abril — 1916.

† António, Bispo do Porto.

O CULTO DA TRADIÇAO, por Luís de Almeida Braga, Coimbra, 1916.

---

(1) Em a noite de 26 de Março de 1916.

ÍNDICE GERAL

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA PARTE — DOCUMENTOS

N.º Pág.

N.º Pág.

APÊNDICE

ÍNDICE DAS GRAVURAS

ERRATA & CORRIGENDA

Página	*Linha*	*Lê-se:*	*Leia-se:*
50	26	larçar-lhe	lançar-lhe
159	15	Acreditai	Acreditar
164	12	Teciano	Ticiano
189	38	à desconhecida	é desconhecida
216	9	Dupeyron	Dupeyrou
356	29	pois provou	pois me provou
359	2	2-3-1881	28-2-1881
424	45	*BOM*	*BOA*
510	45	n.º 125	n.º 126

Lufico aparece grafado Lufiço; *Mpozo* topa-se umas vezes com a grafia Mpouso outras Mponzo, quando a verdadeira é a primeira.

A missão de *Marimba* referenciada na nota (2) da página 21, nada tem que ver com a Marimba do Padre António Barroso, região a sul de S. Salvador, onde foi fundada a efémera missão de Madimba.

Na página 574, as últimas três linhas do documento n.º 160 devem passar para antes da cota do mesmo documento.

Na página 602, a cota da NOTA está deslocada, a seguir à cota do documento.

Os documentos n.ºs 141 e 142 estão deslocados cronològicamente.

Outras faltas relevará e corrigirá a paciência e perspicácia do Leitor, devidas às condições desfavoráveis em que foi composta esta obra.

Na página 620 saltou-se a nota (1) ao documento, que é a seguinte: Referência a D. António Barroso.